



# Educação, Pobreza e Desigualdade Social

**I SIMPÓSIO ESTADUAL DA INICIATIVA EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

**IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: SUJEITOS E CONTEXTOS SOCIAIS**

**CADERNO DE PROGRAMAÇÃO GERAL**

**E**

**ANAIS DOS TRABALHOS APRESENTADOS**

**24 E 25 DE NOVEMBRO DE 2017**

**UFT - Campus de Palmas**

### **ORGANIZADORES**

**JUCILEY SILVA EVANGELISTA FREIRE**

**JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA FREIRE**

**JOEDSON BRITO DOS SANTOS**

**VOLUME 1 (A - L)**

**PALMAS - TO**



Núcleo de Estudo e Pesquisa em  
Educação, Desigualdade Social e  
Políticas Públicas - UFT  
**NEPED**



Curso de Especialização  
Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social

**SECADI**  
Secretaria de Educação  
Continuada, Alfabetização,  
Diversidade e Inclusão

Ministério da  
**Educação**



## COMITÊ CIENTÍFICO

Cleivane Peres dos Reis (EPDS/UFT – Palmas)

João Nunes da Silva (EPDS/UFT – Miracema)

José Lauro Martins (EPDS/UFT – Palmas)

José Wilson Rodrigues de Melo (EPDS/UFT – Palmas)

Klívya de Cássia Nunes (EPDS/UFT – Tocantinópolis)

Ladislau Ribeiro do Nascimento (EPDS/UFT – Miracema)

Layanna Giordana B. Lima (EPDS/UFT – Miracema)

Leonardo Rodrigo Soares (EPDS/UFT – Arraias)

Maria Irenilce Barros (EPDS/UFT – Miracema)

Rubens Martins da Silva (EPDS/UFT – Araguaína)

## COMISSÃO ORGANIZADORA

### Coordenador Geral

José Carlos da Silveira Freire (EPDS/UFT – Palmas)

### Coordenadora científica/Supervisora da Pesquisa EPDS

Juciley Silva Evangelista Freire (EPDS/UFT – Palmas)

### Membros

Ana Cristina Serafim (EPDS/UFT – Miracema)

Brigitte Ursula Stach Haertel (EPDS/UFT - Miracema)

Doracy Dias Aguiar Carvalho (EPDS/UFT – Palmas)

João Nunes da Silva (EPDS/UFT - Miracema)

Joedson Brito dos Santos (EPDS/UFT - Tocantinópolis)

José Wilson Rodrigues de Melo (EPDS/UFT - Tocantinópolis)

Layanna G. Bernardo Lima (EPDS/UFT - Miracema)

Maria de Lourdes Macedo (EPDS/UFT – Palmas)

Saulo Batista (cursista EPDS/UFT – Palmas)

Viviane Drumond (EPDS/UFT – Miracema)





Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social

Anais do I SIMPÓSIO ESTADUAL DA INICIATIVA EDUCAÇÃO,  
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL e IV SEMINÁRIO DE  
PESQUISA EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL  
24 e 25 DE NOVEMBRO DE 2017  
UFT - Campus de Palmas  
Palmas - Tocantins



## **REALIZAÇÃO:**

INICIATIVA EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL –  
EPDS/UFT

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE  
SOCIAL - EPDS

NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE  
SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS - NEPED

## **APOIO**

3

**MEC/SECADI/Iniciativa EPDS**



Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social



MINISTÉRIO DA  
**EDUCAÇÃO**



Núcleo de Estudo e Pesquisa em  
Educação, Desigualdade Social e  
Políticas Públicas - UFT  
**NEPED**





## Universidade Federal do Tocantins

**Reitor:**

Luiz Eduardo Bovolato

**Vice-Reitora:**

Ana Lúcia Medeiros

**Chefe de Gabinete:**

Emerson Denicoli

**Pró-Reitora de Graduação:**

Vânia Maria de Araújo Passos

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:**

Raphael Sanzio

**Diretor do Campus de Palmas:**

Marcelo Leinerkt

**Diretor do Campus de Miracema:**

André Luiz Augusto da Silva

**Diretora do Campus de Tocantinópolis:**

Francisca Rodrigues Lopes

**Diretor do Campus de Arraias:**

Antonivaldo de Jesus

**Diretor do Campus de Araguaína:**

José Manoel Sanches

**Coordenador Adjunto do Curso de Pós-Graduação EPDS/UFT:**

José Carlos da Silveira Freire

**Coordenadora Pedagógica do Curso de Pós-Graduação EPDS/UFT:**

Layanna G. Bernardo Lima

**Supervisora da Pesquisa EPDS/UFT:**

Juciley Evangelista Freire





**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins**  
**Campus Universitário de Palmas**

---

S612a Simpósio Estadual da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (1. : 2017 : Palmas, TO)  
Anais do Caderno de Programação Geral e Anais dos Trabalhos Apresentados: volume 1 (A-L)/I  
Simpósio Estadual da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social e IV Seminário de Pesquisa  
em Educação, Pobreza e desigualdade social. Palmas, TO: UFT; EPDS; NEPED, 2017.  
849 p.

5

Caderno de Programação Geral e Anais dos Trabalhos apresentados. v. 1 (A-L)  
Tema: Políticas educacionais, pobreza e desigualdade social: sujeitos e contexto sociais. Comissão  
Organizadora: Juciley Silva Evangelista Freire; José Carlos da Silveira Freire; Joedson Brito dos  
Santos.

24 e 25 de novembro de 2017.  
ISBN: 978-85-5659-022-0 - E-book

1. Políticas educacionais. 2. Desigualdade social. 3. Pesquisa educacional. 4. Educação – Contexto  
social. I. Freire, Juciley Silva Evangelista. II. Freire, José Carlos da Silveira. III. UFT. IV. EPDS. V.  
NEPED. VI. Título.

CDD 379.81

---

**Bibliotecário: Paulo Roberto Moreira de Almeida**  
**CRB-2 / 1118**

**Todos os Direitos Reservados – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio  
deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é  
crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.**





## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
PROGRAMAÇÃO GERAL.....	20
PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES.....	22
ANAIS - RESUMOS EXPANDIDOS.....	42
O IMPACTO DA POBREZA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	43
OS PRINCIPAIS REFLEXOS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS FRENTE À EDUCAÇÃO.....	49
A SITUAÇÃO SÓCIOECONÔMICA COMO ELEMENTO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO NO SETOR RAIZAL EM ARAGUAÍNA – TO.....	54
EDUCAÇÃO PRISIONAL: UM CAMINHO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO.....	60
AÇÕES EDUCACIONAIS, PARA ALÉM DE JOGOS INTERCLASSES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM CURSO.....	65
O PRONATEC COMO AÇÃO COMPLEMENTAR DO PBF NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.....	70
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO ENTRE POBREZA, ADOLESCÊNCIA E EDUCAÇÃO.....	76
A EVASÃO ESCOLAR.....	79
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS: LIMITES E POSSIBILIDADES SOCIAIS.....	85
REFLEXÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA-TO.....	87
EDUCAÇÃO E POBREZA: BOLSA FAMILIA E SEUS BENEFÍCIOS.....	93







**AUTONOMIA PARA QUEM? O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM MEIO DE  
AUTONOMIA DAS MULHERES UNIVERSITÁRIAS QUE SÃO MÃES ..... 99**

**CONCEITUAÇÃO DA POBREZA E DA CIDADANIA NO ÂMBITO DA ESCOLA  
MEU CASTELINHO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAGUAÍNA-TO. 106**

**EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS: APONTAMENTOS SOBRE  
ALGUMAS CONTROVÉRSIAS..... 111**

**EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA: O IMPACTO DO BOLSA  
FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE PORTO  
FRANCO - MARANHÃO ..... 117**

**IDENTIDADE E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA..... 122**

**DESEMPENHO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PALMAS: UM ESTUDO DE CASO  
COM CRIANÇAS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL ..... 128**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DO SISTEMA BRASILEIRO DE  
PROTEÇÃO SOCIAL COM ÊNFASE NA ESCOLA PAROQUIAL SÃO DOMINGOS  
..... 132**

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO EDUCACIONAL NA ATUALIDADE..... 136**

**UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS  
ALUNOS BENEFICIARIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO CENTRO  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA LÍVIA LORENE BUENO  
MAIA..... 140**

**A PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA OS  
ALUNOS DO CAMPO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS MORADORES DO  
ASSENTAMENTO LUAR DO SERTÃO – ANANÁS –TO (2015 -2017) ..... 144**

**A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM..... 148**

**AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A LÓGICA DO TERCEIRO  
SETOR: CONTRIBUIÇÕES PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA  
..... 154**

**PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR EM CONTEXTOS DE  
VULNERABILIDADE SOCIAL ..... 161**

**A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O RENDIMENTO**





**ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES ..... 169**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONABILIDADES: UMA ANÁLISE CIRCUNSTANCIAL DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO ..... 173**

**CHEFIA FEMININA: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES PESQUISADAS NO ANO DE 2010 RESIDENTES NO BAIRRO ARAGUAIA EM COLINAS DO TOCANTINS APÓS SEREM BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. .... 180**

**EDUCAÇÃO, O CAMINHO PARA COMBATER À POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL..... 187**

**A INSERÇÃO DAS MULHERES EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO 193**

**DA RESISTÊNCIA À MARGINALIDADE: A REPRESENTAÇÃO DA POBREZA EM FABIANO, DA OBRA VIDAS SECAS, DE GRACILIANO RAMOS..... 197**

**DA MÃO QUE CUIDA, A MÃO QUE MALTRATA QUE DESTRÓI ..... 202**

**PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES NO QUE TANGE AO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E QUALIDADE DE VIDA DO(A)S ALUNO(A)S..... 205**

**A FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFT: UM INSTIGANTE DESAFIO ..... 211**

**AÇÕES PRÁTICAS E PEDAGÓGICAS PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL LUZA MACHADO DE MIRANDA EM APARECIDA DO RIO NEGRO - TOCANTINS. .... 217**

**BOLSA PERMANÊNCIA COMO UMA AÇÃO DE PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS ..... 224**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DA VULNERABILIDADE SOCIAL AO ÊXITO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DO IFTO-CAMPUS ARAGUAÍNA ..... 229**

**O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO: DOCENTES NEGROS NA REDE BÁSICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO..... 234**

**AVANÇOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO NA CIDADE DE**







ARRAIAS – TO .....	239
EDUCAÇÃO, POBREZA E DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR REFLEXIVO EM RELAÇÃO À APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL ESTEVÃO CASTRO. ....	244
AS CONTRIBUIÇÕES DO PBF (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA) NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO(A)S ALUNO(A)S BENEFICIÁRIOS (A) NA ESCOLA MUNICIPAL SALOMÃO CARDOSO EM ARAGUAINA-TO.....	248
CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA NOS LIVROS DIDÁTICOS: ABORDAGEM NOS LIVROS UTILIZADOS PELAS TURMAS DE 2º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL ESTEVÃO CASTRO .....	254
EDUCAÇÃO E POBREZA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CRIANÇAS NEGRAS NA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS - TO .....	259
A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO PROGRAMA ASSISTENCIALISTA BOLSA FAMÍLIA NO COMBATE A POBREZA DOS ALUNOS DE BAIXA RENDA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO CABO APARÍCIO ARAÚJO PAZ EM ANANÁS- TO .....	264
EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS NAS ESCOLAS .....	270
A IMPORTÂNCIA DO COLÉGIO MILITAR PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO CIDADÃO NA CIDADE DE ARRAIAS – TO.....	276
ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL: UMA ALTERNATIVA PARA AS FAMÍLIAS SAÍREM DA LINHA DA POBREZA .....	279
A FACE OCULTA DA DESIGUALDADE SOCIAL: A POBREZA E SUAS CONSEQUÊNCIAS. ....	285
GESTÃO DA INTERSETORIALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO MARCO NA GARANTIA DE DIREITOS.....	289
COOPERATIVISMO UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA REDUZIR A POBREZA EXTREMA NO BRASIL.....	292
A DESIGUALDADE SOCIAL E O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PAIS DOS ALUNOS DA CRECHE MARIA DE LOURDES DA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS - TO .....	300





<b>AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ARAGUAÍNA-TO A PARTIR DOS DADOS DO IDEB NO ANO DE 2015. ....</b>	<b>304</b>
<b>CRIANÇAS INDÍGENAS KAIAPÓ NA REDE REGULAR DE ENSINO: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PASTOR JOVERCI ALVES, EM REDENÇÃO-PA.....</b>	<b>307</b>
<b>O ORIENTADOR EDUCACIONAL E A SITUAÇÃO DE POBREZA DOS ALUNOS NO CONTEXTO ESCOLAR.....</b>	<b>312</b>
<b>O DIREITO À EDUCAÇÃO E A HEGEMONIA DA LÓGICA DO CAPITAL .....</b>	<b>321</b>
<b>AS IMPLICAÇÕES DA CHEGADA DO AGRONEGÓCIO EM GUARAÍ ENTRE 1990 A 2017: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA POBREZA NO SETOR AEROPORTO.....</b>	<b>326</b>
<b>SISTEMA DE COTAS COMO MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À DESIGUALDADE RACIAL .....</b>	<b>331</b>
<b>PERFIL DOS CRIMES E ATOS INFRACIONAIS NO ÂMBITO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PEIXE-TO E SUA EVENTUAL RELAÇÃO COM A POBREZA... ..</b>	<b>335</b>
<b>A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....</b>	<b>340</b>
<b>ESTUDO SOBRE O PROCESSO ENSINO APRENDIZADO DOS ALUNOS QUE RECEBEM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA PAROQUIAL SÃO VICENTE DE PAULO EM ARAGUAÍNA-TO.....</b>	<b>345</b>
<b>PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS SITUADAS EM CONTEXTOS EMPOBRECIDOS SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE .....</b>	<b>351</b>
<b>DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....</b>	<b>356</b>
<b>A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA, POBREZA E CURRÍCULO ESCOLAR INDÍGENA FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS.....</b>	<b>362</b>
<b>TEATRO E DANÇA DE RUA: CURRÍCULO DE RESISTÊNCIA À POBREZA E À DESIGUALDADE SOCIAL .....</b>	<b>367</b>
<b>COMO A POBREZA INTERFERE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM? .....</b>	<b>374</b>





<b>A POBREZA E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP E O CURRÍCULO DA ESCOLA CEM PAULO FREIRE NA CIDADE ARAGUAÍNA – TO .....</b>	<b>380</b>
<b>EVASÃO ESCOLAR E BOLSA FAMÍLIA: CAUSAS E PROCEDIMENTOS PARA O CUMPRIMENTO DESTA CONDICIONALIDADE DO PROGRAMA.....</b>	<b>387</b>
<b>A EDUCAÇÃO PARA OS ESTUDANTES QUE DEPENDEM DO TRANSPORTE FLUVIAL EM BABAÇULÂNDIA - TO.....</b>	<b>392</b>
<b>PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E RENDIMENTO ESCOLAR: ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA NO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MIRANORTE .....</b>	<b>395</b>
<b>BOLSA FAMILIA, POBREZA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE À POBREZA E PERMANÊNCIA EM SALA DE AULA. ....</b>	<b>401</b>
<b>DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE OS PROBLEMAS DOS ESPAÇOS FÍSICOS NA ESCOLA M. V.R.F.C. EM ARAGUAÍNA-TO.....</b>	<b>406</b>
<b>O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DA COMUNIDADE DE APINAJÉ NO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO – TO. ....</b>	<b>412</b>
<b>MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA RELAÇÃO POBREZA E CURRÍCULO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL... 416</b>	
<b>RESUMO DO ARTIGO - CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NA AMENIZAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL.....</b>	<b>421</b>
<b>FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIROS PARA EFETIVAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO – ARAGUAÍNA TO.....</b>	<b>425</b>
<b>PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM RESPIRAR À DIGNIDADE.....</b>	<b>428</b>
<b>A ORIENTAÇÃO ACADÊMICA NA BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE NOVOS CAMINHOS FORMATIVOS: A EXPERIÊNCIA DA PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO PÓLO DE TOCANTINÓPOLIS .....</b>	<b>433</b>
<b>EDUCAÇÃO E POBREZA: O ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PBF NO ÂMBITO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO NO ANO</b>	





DE 2016. ....	437
POBREZA E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	442
A MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL JACY ALVES DE BARROS NA CIDADE DE ARRAIAS – TO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS .....	447
BOLSA FAMÍLIA: A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA.....	449
IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO .....	455
EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA CONDIÇÃO DE POBREZA.....	460
FORA DOS MUROS DA ESCOLA: UM TERRITÓRIO SOCIALMENTE VULNERÁVEL.....	466
AVANÇOS E RETROCESSOS NA ALFABETIZAÇÃO EM SALA MULTISSÉRIE: UMA REFLEXÃO INTERESSADA.....	471
RENDIMENTO ESCOLAR E PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL ALDINAR GONÇALVES DE CARVALHO .....	476
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO – AS PERSPECTIVAS DE AVANÇOS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ESCOLA PÚBLICO .....	482
EVASÃO ESCOLAR E EXCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS - TO .....	489
O CONTEXTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ALTERADO PELAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....	494
EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	499
AS POLÍTICAS SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO AKWÉ/XERENTE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (1970-2010).....	504
A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA EVITAR OU MINIMIZAR OS IMPACTOS DO PROCESSO DE EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL LADISLAU DE OLIVEIRA, EM	







NOVA OLINDA, TOCANTINS .....	510
<b>BOLSA FAMÍLIA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOB A ÓTICA JURÍDICA ...</b>	<b>516</b>
<b>AVALIAÇÃO DA ACEITABILIDADE CULTURAL DE UMA FORMA ALTERNATIVA ALIMENTAR COM BASE EM INSETOS: A Criação de Insetos Comestíveis .....</b>	<b>527</b>
<b>DESIGUALDADE SOCIAL E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA ESTADUAL WELDER MARIA DE ABREU SALES NO BAIRRO ELDORADO ARAGUAINA (TO).....</b>	<b>530</b>
<b>ESCOLA E TERRITÓRIO: DE UM ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DA POBREZA À UM LUGAR POSSÍVEL DE RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS .....</b>	<b>536</b>
<b>CURRÍCULO E POBREZA: UM ESTUDO SOBRE A ABORDAGEM DO TEMA POBREZA NO CURRÍCULO ESCOLAR.....</b>	<b>542</b>
<b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS ESCOLAS PÚBLICAS- A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR E SEUS EFEITOS CONTRA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL .....</b>	<b>548</b>
<b>RENDIMENTO ESCOLAR E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NO PRÉ ESCOLAR AVÓ VIRGILINA.....</b>	<b>553</b>
<b>O GRANDE DESAFIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – SUPERLOTAÇÃO NAS SALAS DE AULAS DA ESCOLA TIA MIRÊTA NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO .....</b>	<b>559</b>
<b>POBREZA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE JACURUTU.....</b>	<b>563</b>
<b>A EDUCAÇÃO NO CAMPO .....</b>	<b>568</b>
<b>POBREZA SAÚDE E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO POBRE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE DA CIDADE DE ARAGUAINA-TO .....</b>	<b>571</b>
<b>OBSERVAÇÕES EM SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA NA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO: DIFICULDADES E FACILIDADES ENCONTRADAS NO PERÍODO DE ESTÁGIO .....</b>	<b>576</b>
<b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A ESCOLA: BREVE ESTUDO NA ESCOLA</b>	







ESTADUAL DONA ANAÍDES BRITO MIRANDA.....	580
OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DR. SIMÃO LUTZ.....	585
PERFIL SOCIOECONÔMICO, FAMILIAR, CONDICIONANDO A RELAÇÃO NO DESEMPENHO ESCOLAR EM DUAS ESCOLAS DE ARAGUAÍNA-TO.....	591
MEU CORPO, MEU BRINQUEDO E MEU MUNDO DE DESCOBERTAS .....	594
A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE MIRANORTE-TO .....	599
A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR, NO COMBATE À POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL.....	604
O ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO .....	609
O FORTALECIMENTO E O EMPODERAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	614
POBREZA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA, AUTONOMIA E DIREITOS HUMANOS .....	619
UM ESTUDO DE CASO DO TRANSPORTE PÚBLICO EM PALMAS TOCANTINS .....	624
PRESENÇA <i>ONLINE</i> : UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E SOCIEDADE (EPDS).....	627
UM DEBATE TEÓRICO A RESPEITO DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR.....	632
OS IMPACTOS DA POBREZA NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA. .	637
ASPECTOS HISTÓRICOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL .....	642
A PRÁTICA DA CIDADANIA NO COMBATE A POBREZA E AS DESIGUALDADES COMO FORMA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL.....	652





**POLÍTICA PÚBLICA E TRABALHO INFANTIL: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) COMO MECANISMO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.... 658**

**POBREZA, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENFRENTAMENTO E SUPERAÇÃO DA POBREZA. 663**

**CULTURA, POBREZA, EXCLUSÃO, DESQUALIFICAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE OS MIGRANTES MARANHENSES..... 668**

**EDUCAÇÃO, POBREZA E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA PAROQUIAL CRISTO REI..... 679**

**EXCLUSÃO DO SURDO: ATÉ ONDE A ESCOLA CONTRIBUI PARA ISSO? ..... 684**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS NO COMBATE À POBREZA E A DESIGUALDADE: O CASO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PALMAS. .... 691**

**A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS..... 697**

**A RELAÇÃO POBREZA E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR ..... 701**

**O ESPAÇO DA ESCOLA DO SISTEMA SOCIEDUCATIVO E AS RELAÇÕES COTIDIANAS COM A COMUNIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS ..... 707**

**DIREITOS HUMANOS: A POBREZA COMO ATO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS ..... 713**

**PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SEMENTES DO AMANHÃ, PALMAS-TO ..... 719**

**BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA: UM PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL EM ARAGUAÍNA – TO ..... 724**

**A CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA DE INICIAÇÃO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO ..... 730**

**APORTES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA CONTÍGUO AOS ALUNOS E SEUS FAMILIARES DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL LIRA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA – TO, EM 2017..... 735**





<b>ESCOLARIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS E SUAS PARTICULARIDADES .....</b>	<b>741</b>
<b>O PAPEL DOS PROGRAMAS SOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE O DESEMPENHO DOS ALUNOS BENEFICIADOS COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCA BRANDÃO RAMALHO .....</b>	<b>746</b>
<b>PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: ESTUDO SOBRE AS FAMILIAS BENEFICIARIAS NA ESCOLA CÉSAR BELMINO EM ARAGUAÍNA- TO. ....</b>	<b>751</b>
<b>O LÚDICO NA EDUCAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NA CRECHE MUNICIPAL JOÃO BATISTA DE JESUS RIBEIRO .....</b>	<b>755</b>
<b>EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ENSINO FUNDAMENTAL: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA LÍVIA LORENE BUENO MAIA EM ARRAIAS-TOCANTINS. ....</b>	<b>761</b>
<b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL E NA REDUÇÃO DA POBREZA NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS</b>	<b>778</b>
<b>OS PROCESSOS DE GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL PINGO DE GENTE EM JUARINA-TO .....</b>	<b>783</b>
<b>OS POBRES, A EDUCAÇÃO E A ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....</b>	<b>790</b>
<b>REFLEXÕES SOBRE PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES NO CONTEXTO SOCIAL E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA-TO .....</b>	<b>795</b>
<b>O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL SETOR SUL.....</b>	<b>803</b>
<b>O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REDUÇÃO DA POBREZA: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL - UM ESTUDO SOBRE UMA FAMÍLIA EM ARRAIAS - TO.....</b>	<b>808</b>
<b>GESTÃO EDUCACIONAL E POBREZA: UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM ARAGUAÍNA (TO) .....</b>	<b>812</b>





**POLÍTICAS SOCIAIS COMO SUPERAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL..... 816**

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO ELEMENTO DE  
ACESSO E DE FREQUÊNCIA DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL  
MARECHAL RONDON ..... 821**

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO – AS PERSPECTIVAS DE AVANÇOS DO  
PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ESCOLA PÚBLICO ..... 826**

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM FOCO: DESAFIOS DE SER TUTOR EM UM  
CURSO DE EAD..... 833**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO INSTRUMENTO PARA A SUPERAÇÃO  
DA CONDIÇÃO DE POBREZA NO BRASIL ..... 837**





## APRESENTAÇÃO

A Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) é uma proposta do Ministério da Educação, com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC em parceria com universidades federais que tem como objetivo promover reflexões e discussões sobre as vivências dos sujeitos em circunstâncias de pobreza e de extrema pobreza, em relações sociais e políticas injustas. A EPDS parte da constatação da persistente existência da pobreza no País, que ao longo de nossa história tem afetado crianças, adolescentes, jovens e adultos. Apesar dos avanços das últimas décadas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2012), apresentou para 2012, o percentual de 12,09%, da população brasileira em situação de pobreza ou pobreza extrema, totalizando aproximadamente 22.230.000 pessoas, um número muito elevado. Tal aspecto evidencia que a pobreza não deixa de existir quando um sujeito entra na escola e permite abrir um debate sobre a relação educação, pobreza e desigualdade social. Permite, também, confrontar com as políticas educacionais, a gestão da educação, a formação de professores, o currículo, dentre outros aspectos do contexto da educação básica é tocado por essa temática.

A EPDS se organiza em torno de três dimensões: a Formação continuada (por meio do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social), apoio a pesquisa acadêmica e apoio à difusão do conhecimento. A Universidade Federal do Tocantins por meio do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas – NEPED, vem desenvolvendo o Curso de Especialização, atividades de extensão e uma pesquisa acadêmica intitulada: Educação, Pobreza e Desigualdade Social no estado do Tocantins: Estudo das configurações escolares de populações em situação de pobreza e extrema pobreza.

Nesse bojo de proposição, realizamos o **I Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, que refletiu sobre os desafios e perspectivas para a pesquisa e as políticas educacionais da relação educação, pobreza e desigualdade social no Brasil e no Tocantins. Esse primeiro evento ocorreu no Campus de Palmas, no período de 31 de novembro e 1º de dezembro de 2016.

No **II Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social** foi debatido o tema da Infância e sua relação com a Pobreza e a Desigualdade Social, no intuito de refletir sobre os desafios e perspectivas do direito à educação da criança num contexto onde os mais variados estudos, no Brasil e no mundo, apontam que as crianças das famílias mais pobres, logo as que mais precisam das vagas, tanto na creche quanto na pré-escola estão fora do acesso à educação. Esse segundo Seminário foi realizado no Campus de Tocantinópolis, no período de 9 e 10 de junho de 2017.

O **III Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, abordou a temática Educação e Diversidade Sociocultural pondo em relevo as questões relativas à pobreza e à desigualdade social que afetam essa relação. O evento foi sediado no Campus de Arraias que tem contemplado em seus estudos e em sua realidade as questões da diversidade sociocultural do







Tocantins, seja por meio dos cursos que oferece seja por meio do público que atende, em destaque para os quilombolas e os camponeses. Foi realizado nos dias 22 e 23 de Setembro de 2017.

Agora, no **IV Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, realizado conjuntamente com o **I Simpósio Estadual da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, que culminou com as atividades de encerramento do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social no âmbito da UFT, tem-se como tema principal “Políticas Educacionais, Pobreza e Desigualdade Social: contextos e sujeitos sociais”. O evento ocorreu nas dependências do Campus de Palmas e contou com a presença do Professor Miguel Arroyo como conferencista, e de todos os professores formadores, tutores e cursistas da Especialização, além dos pesquisadores da EPDS e demais interessados na temática.

Uma particularidade deste último Seminário foi a apresentação, em forma de comunicação oral, de todos os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social da UFT. Foram 579 pessoas inscritas para o evento e 343 trabalhos submetidos e apresentados.

Esta publicação apresenta a programação geral dos dois eventos, destacando a programação das comunicações orais por eixos temáticos e os Anais com os resumos expandidos dos trabalhos apresentados.





## PROGRAMAÇÃO GERAL

**24/11/2017 – Sexta-feira**

### **14h – 18h CREDENCIAMENTO E ENTREGA DO MATERIAL**

Local: Hall Cuica – Campus de Palmas

### **19h SOLENIDADE DE ABERTURA**

Apresentação Cultural: Coral da UFT

Exibição do Vídeo Documentário da Iniciativa EPDS/UFT

Local: Auditório Cuica

### **19h30–21h CONFERÊNCIA DE ABERTURA**

**Políticas Educacionais, Pobreza e Desigualdade Social: sujeitos e contextos sociais**

**Dr. Miguel Gonzalez Arroyo - UFMG**

Coordenação: Dr<sup>a</sup>. Juciley Evangelista Freire – UFT/EPDS/Palmas

Local: Auditório Cuica

### **21h10 RODA DE CONVERSA**

**Arte e Cultura de Resistência à pobreza e à Desigualdade Social**

**Paulo Aires Marinho – Poeta**

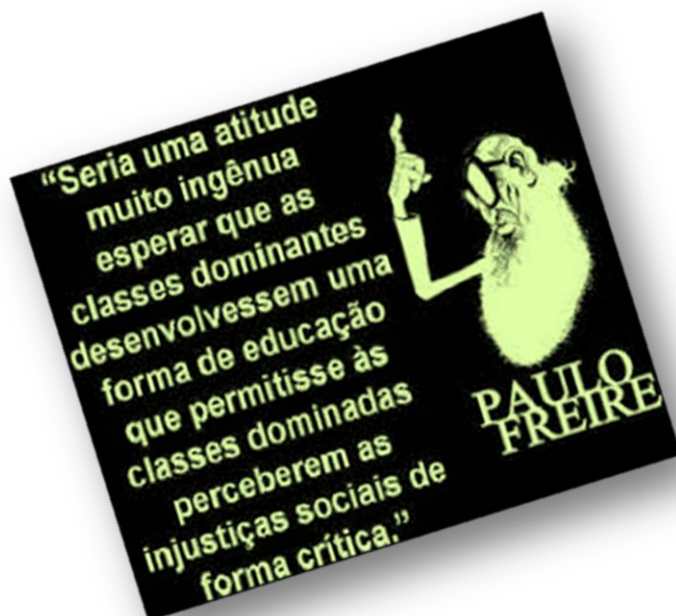
**Juraíldes da Cruz - Músico**

**Edy César - Fotógrafo**

Mediação: Dr. José Wilson R. de Melo

Local: Auditório Cuica

### **22h Coquetel – Hall do Cuica**





## 25/11/2017 - Sábado

### 8h – 9h45 MESA REDONDA I

**Educação, Pobreza e Desigualdade Social no Brasil e no Tocantins: políticas e estratégias de enfrentamento.**

**Dr<sup>a</sup> Simone Medeiros** – Coordenadora Geral de Inclusão Escolar - MEC/SECADI

**Dr. Joedson Brito dos Santos** – Pesquisador EPDS/UFT

Mediação: Dr<sup>a</sup> Brigitte Úrsula S. Haertel – EPDS/Miracema

*Local:* Auditório Cuica

### 9h45 – 10h Intervalo

Coffe Break

*Local:* Auditório Cuica

### 10h – 12h - MESA REDONDA II

**Formação e Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social: experiências institucionais.**

**Dr<sup>a</sup> Kilza Fernanda Moreira de Viveiros** –EPDS/UFRN

**Me. Ana Carolina Pontes Costa** – EPDS/ UFMS

**Dr. Adir Valdemar Garcia** – EPDS/UFSC

Mediação: Dr. José Carlos da S. Freire – EPDS/UFT

*Local:* Auditório Cuica

### 12h30 – 14h Almoço

*Local:* Restaurante Universitário – RU/UFT

### 14h às 17hs – SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

**Coordenação:**

**Dr<sup>a</sup> Layanna G. Bernardo Lima** - EPDS/UFT

**Me. Maria de Lourdes Leôncio** – EPDS/UFT

*Local:* Salas do Bloco J





## PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

### SESSÃO DE COMUNICAÇÕES ORAIS

#### EIXO 1 - Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas

##### EIXO 1 - Sessão 1

Coordenadora: **MARIA HELENA CARIAGA SILVA**

Local: **BLOCO J - Sala 203**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	A ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O APRENDIZADO DOS ALUNOS Adão da Costa dos Santos
14:10	O IMPACTO DA POBREZA NO CONTEXTO ESCOLAR Adriana Gonçalves de Oliveira; Daílson Evangelista Costa
14:20	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO ENTRE POBREZA, ADOLESCÊNCIA E EDUCAÇÃO Ana Cássia Chaves Barros; Klívia de Cássia Silva Nunes
14:30	EVASÃO ESCOLAR Ana Celia Ferreira Linhares; Ana Cristina Serafim da Silva
14:40	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS: LIMITES E POSSIBILIDADES SOCIAIS Ana Cléia Gomes da Silva; Rosilene Lagares
14:50	EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS: APONTAMENTOS SOBRE ALGUMAS CONTROVÉRSIAS André Honorio Gomes de Souza; Rachel Bernardes de Lima
15:00	EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA: O IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MARANHÃO Andre Luiz Chaves Marinho; Klívia de Cássia Silva Nunes; Dhiogo Rezende Gomes
15:10	DESEMPENHO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PALMAS: UM ESTUDO DE CASO COM CRIANÇAS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL Andréa Maria Silva Costa; ; Raquel Bernardes de Lima
15:20	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DO SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO SOCIAL COM ÊNFASE NA ESCOLA PAROQUIAL SÃO DOMINGOS Andreia Lopes Barros Silveira; Danielle Mastelari Levorato
15:30	A PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA OS ALUNOS DO CAMPO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS MORADORES DO ASSENTAMENTO LUAR DO SERTÃO - ANANÁS -TO (2015 -2017) Antonia Laudeci Oliveira Moraes; Danielle Mastelari Levorato
15:40	<b>DEBATE</b>
16:50	A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O RENDIMENTO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES Arlithon Romulo Cavalcante Casimiro; Leonardo Rodrigo Soares
16:00	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONABILIDADES: UMA ANÁLISE CIRCUNSTANCIAL DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO Artur Costa da Silva
16:10	EDUCAÇÃO, O CAMINHO PARA COMBATER À POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL Beth Jane Rodrigues Castro; Ana Cristina Serafim da Silva
16:20	A INSERÇÃO DAS MULHERES EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO Bruna Borges Leite Alencar
16:30	A INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ESCOLAS PÚBLICAS Tatiana Andrade dos Santos; Carlos Mendes Rosa







16:40	PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES NO QUE TANGE AO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E QUALIDADE DE VIDA DO(A)S ALUNO(A)S Cássio Fonseca Alves; Rita de Cássia Domingues Lopes
16:50	A REALIDADE VIVENCIADA PELOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO COLÉGIO RUI BARBOSA DE ARAGUAINA-TO: UM ESTUDO PAUTADO NO SERVIÇO SOCIAL Michele Adriana Silva Pires; Célia Maria Grandini Albiero
17:00	O PROCESSO DE MEDIAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL JUNTO A ESCOLA E A FAMÍLIA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL Célia Maria Grandini Albiero; Maria Aparecida Rodrigues da Silva
17:10	AÇÕES PRÁTICAS E PEDAGÓGICAS PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL LUZA MACHADO DE MIRANDA EM APARECIDA DO RIO NEGRO - TOCANTINS. Celma da Silva Santos Rodrigues; Raquel Bernardes de Lima
17:20	AVANÇOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO NA CIDADE DE ARRAIAS - TO Claudinéia Ferreira de Oliveira Alves; Gloriete Marques Alves Hilário
17:30	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESTADO DO TOCANTINS- ERRADICAÇÃO DA POBREZA Maria do Desterro Ibiapina Soares; Marcos Felipe Gonçalves Maia
17:40	<b>DEBATE</b>

### EIXO 1 - Sessão 2

Coordenador: **JOEDSON BRITO DOS SANTOS**

Local: **BLOCO J - Sala 204**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	AS CONTRIBUIÇÕES DO PBF (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA) NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO(A)S ALUNO(A)S BENEFICIÁRIOS (A) NA ESCOLA MUNICIPAL SALOMÃO CARDOSO EM ARAGUAINA-TO. Cleide Barvosa de Sousa Andradre; Alberto Pereira Lopes
14:10	CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA NOS LIVROS DIDÁTICOS: ABORDAGEM NOS LIVROS UTILIZADOS PELAS TURMAS DE 2º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL ESTEVÃO CASTRO Cleidiane Alves Soares; Rachel Bernardes de Lima
14:20	EDUCAÇÃO E POBREZA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CRIANÇAS NEGRAS NA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS - TO Cristiane de Oliveira Rosa; Klívia de Cássia Silva Nunes
14:30	A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO PROGRAMA ASSISTENCIALISTA BOLSA FAMÍLIA NO COMBATE A POBREZA DOS ALUNOS DE BAIXA RENDA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO CABO APARÍCIO ARAÚJO PAZ EM ANANÁS-TO Cristina Mendes Araújo; Alberto Pereira Lopes.
14:40	A IMPORTÂNCIA DO COLÉGIO MILITAR PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO CIDADÃO NA CIDADE DE ARRAIAS TO. Daniela Aparecida da Conceição; Gloriete Marques Alves Hilário
14:50	ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL: UMA ALTERNATIVA PARA AS FAMÍLIAS SAÍREM DA LINHA DE POBREZA. Daniely Lima Silva; Alberto Pereira Lopes
15:00	COOPERATIVISMO UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA REDUZIR A POBREZA EXTREMA NO BRASIL Deuzivânia Carlos de Oliveira
15:10	A DESIGUALDADE SOCIAL E O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PAIS DOS ALUNOS DA CRECHE MARIA DE LOURDES DA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS - TO Dinailde Alves Rodrigues Pimentel; Klívia de Cássia Silva Nunes
15:20	AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ARAGUAINA-TO A PARTIR DOS DADOS DO IDEB NO ANO DE 2015. Dione Cley Bento de Abreu; Roberto Antero da Silva
15:30	AS IMPLICAÇÕES DA CHEGADA DO AGRONEGÓCIO EM GUARÁ ENTRE 1990 A 2017: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA POBREZA NO SETOR AEROPORTO. Donizete Camargo da Silva; José Fernando Patino.







15:40	DEBATE
15:50	UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE ENSINO D ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALIINOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA D CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA LÍVIA LORENE BUENO MAIA. Antônia Flora Valeriano; Helena Quirino Porto Aires.
16:00	PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL. Arlene Dias Sousa Braga; Ladislau Ribeiro do Nascimento.
16:10	PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS SITUADAS EM CONTEXTOS EMPOBRECIDOS SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE Eduardo Cunha da Silva; Verônica Dantas Meneses.
16:20	A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA, POBREZA E CURRÍCULO ESCOLAR INDÍGENA FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS . Edvaldo Chaves dos Santos; Yara Gomes Corrêa
16:30	EVASÃO ESCOLAR E BOLSA FAMÍLIA: CAUSAS E PROCEDIMENTOS PARA O CUMPRIMENTO DESTA CONDICIONALIDADE DO PROGRAMA. Eliene Martins Lopes; Verônica Dantas Meneses.
16:40	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E RENDIMENTO ESCOLAR: ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA NO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MIRANORTE. Elza Neres dos Santos; Layanna Giordana Bernardo Lima
16:50	BOLSA FAMÍLIA, POBREZA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE À POBREZA E PERMANÊNCIA EM SALA DE AULA. Emival Sousa Carvalho; João Batista de Jesus Felix.
17:00	O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DA COMUNIDADE DE APINAJÉ NO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO – TO. Eva Linhares Cavalcante; Elisabete da Silveira Ribeiro.
17:10	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM RESPIRAR À DIGNIDADE. Fabio Aires Manduca; Maria de Lourdes L. Macedo
17:20	EDUCAÇÃO E POBREZA: O ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PBF NO ÂMBITO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE PALMAS TO NO ANO DE 2016. Fabiula Rangel de Sousa
17:30	A EFICÁCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE PALMAS-TO Socorro Maria Modesto Corrêa Ana Cristina Serafim da Silva
17:40	DEBATE

24

### EIXO 1 - Sessão 3

Coordenadora: **MARIA IRENILCE RODRIGUES BARROS**

Local: **BLOCO J - Sala 205**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	BOLSA FAMÍLIA: A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA. Francisca da Silva Carvalho
14:10	IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO Francisca Emanuele Mendes Lima
14:20	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO – AS PERSPERCTIVAS DE AVANÇOS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ESCOLAR PÚBLICO. Francisca Ferreira da Silva Abreu
14:30	A INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NA SALA DE RECURSOS DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL LIRA EM ARAGUAÍNA-TO. Francisca Maria Cardoso Correia; Maria da Conceição de Jesus Ranke
14:40	FORA DOS MUROS DA ESCOLA: UM TERRITÓRIO SOCIALMENTE VULNERÁVEL Francisco de Carvalho Neto; Maria da Conceição de Jesus Ranke





14:50	RENDIMENTO ESCOLAR E PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL ALDINAR GONÇALVES DE CARVALHO. Gildásia Pereira da Costa Borges; Juliana Chioca Ipolito
15:00	EVASÃO ESCOLAR E EXCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS - TO. Gilson Fernandes de Souza; Marilda Piccolo
15:10	A IMPORTÂNCIA DO COLÉGIO MILITAR PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO CIDADÃO EM ARRAIAS/TO. Gloriete Marques Alves Hilário; Daniela Aparecida da Conceição?
15:20	AVALIAÇÃO DA ACEITABILIDADE CULTURAL DE UMA FORMA ALTERNATIVA ALIMENTAR COM BASE EM INSETOS: A CRIAÇÃO DE INSETOS COMESTÍVEIS . Gloriete Marques Alves Hilário; Matheus Fernando da Silva; Maura Sousa da Silva de Paula.
15:30	<b>DEBATE</b>
15:40	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS ESCOLAS PÚBLICAS - A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR E SEUS EFEITOS CONTRA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL. Heleny Dias da Silva; Laura Cassia Barros Ferreira Maldaner
16:00	A EDUCAÇÃO NO CAMPO. Italo Schelive Correia
16:10	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A ESCOLA: BREVE ESTUDO NA ESCOLA ESTADUAL DONA ANAÍDES BRITO MIRANDA. Janaize de Jesus Figueiredo Pirolli; Deodete Maria das Neves Schmitt
16:20	A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE MIRANORTE-TO. Jessica Ribeiro Carvalho; Maria Helena Cariaga
16:30	A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR, NO COMBATE À POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL. Joana Ribeiro Guedes; Margareth Leber de Macedo
16:40	O FORTALECIMENTO E O EMPODERAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Jocelia Alves da Silva; Gisélia Brito dos Santos
16:50	UM ESTUDO DE CASO DO TRANSPORTE PÚBLICO EM PALMAS TOCANTINS. José Francisco Rocha Simão; Solange Lopes Lino Silveira
17:00	UM DEBATE TEÓRICO A RESPEITO DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR. Joyce Cavalcante Maceno; Ordália Dias da Silva Guilherme
17:20	POLÍTICA PÚBLICA E TRABALHO INFANTIL: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) COMO MECANISMO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Kaline Carvalho Rocha; Layanna Giordana B. Lima
17:30	A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS. Katilvânia de Souza Guedes; Margareth Leber de Macedo.
17:40	<b>DEBATE</b>

**EIXO 1 - Sessão 4**  
**Coordenadora: DORACY DIAS AGUIAR CARVALHO**  
**Local: BLOCO J - Sala 206**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	O ESPAÇO DA ESCOLA DO SISTEMA SOCIEDUCATIVO E AS RELAÇÕES COTIDIANAS COM A COMUNIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS. Keliene Morais Silva Santos Vale; Gisélia Brito dos Santos
14:10	PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SEMENTES DO AMANHÃ, PALMAS-TO. Kérica Ferreira dos Santos
14:20	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA: UM PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL EM ARAGUAÍNA - TO. Kerlem Divina Alves Nogueira; Eliene Rodrigues Sousa





14:30	A CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA DE INICIAÇÃO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. Kerlly Regina Santos Pacheco; Eliene Rodrigues Sousa
14:40	APORTES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA CONTIGO AOS ALUNOS E SEUS FAMILIARES DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL LIRA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO, EM 2017 Laécio Francisco Ribeiro
14:50	O PAPEL DOS PROGRAMAS SOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE O DESEMPENHO DOS ALUNOS BENEFICIADOS COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCA BRANDÃO RAMALHO. Leidivan Pascoal Virgilio
15:00	PROGRAMA BOLSA FAMILIA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: ESTUDO SOBRE AS FAMILIAS BENEFICIARIAS NA ESCOLA CÉSAR BELMINO EM ARAGUAÍNA-TO. Leila Alves da Cruz
15:10	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ENSINO FUNDAMENTAL: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA LÍVIA LORENE BUENO MAIA EM ARRAIAS-TOCANTINS. Lidianne Holanda Miranda Joaquim; Silvia Adriane Tavares de Moura
15:20	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL E NA REDUÇÃO DA POBREZA NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS. Lilian Moraes Mancini; André Luiz Augusto da Silva
15:30	OS PROCESSOS DE GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR. Liliane Moraes Santos de Alencar; Rubens Martins da Silva
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	OS POBRES, A EDUCAÇÃO E A ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Lohany Burjack Guimarães Bulhões; Fabrício Carlo Zanin
16:00	REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES NO CONTEXTO SOCIAL E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA-TO. Luana Barros Mascarenhas
16:10	POLÍTICAS SOCIAIS COMO SUPERAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL. Luciene da Silva Augusto Moreira; Silvia Adriane T. de Moura
16:20	O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS QUE ESTUDAM NA ESCOLA JOÃO PAULO II . Lucimar Santana Mendes.
16:30	PERSPECTIVA DOCENTE DIANTE DA REALIDADE DE ALUNOS SOCIALMENTE EXCLUÍDOS NA ESCOLA ESTADUAL PIAÇAVA NAZARÉ -TO. Mara Graciella Dias Correia Belarmino; Maria do Socorro Soares Bezerra
16:40	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. SIMAO LUTZ KOSSOBUTSZKI. Marcela Ferreira da Silva; Rubens Martins da Silva
16:50	TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL EM SÃO FÉLIX DO TOCANTINS, JALAPÃO. Marcela Ribeiro da Silva; Yara Gomes Corrêa
17:00	EDUCAÇÃO E POBREZA: AS DIFICULDADES PARA A FREQUÊNCIA ESCOLAR DOS ALUNOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MIRACEMA DO TOCANTINS - TO. Marcella Maciel Uchoa; Juciley Evangelista Freire
17:10	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS. Marcia Alencar Carvalho; Rubens Martins da Silva
17:20	EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEU CONTEXTO EMPOBRECIDO: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DA ESCOLA ESPECIAL “UM PASSO DIFERENTE” – APAE TOCANTINÓPOLIS-TO. Marcia Consuelo Carvalho Neri; Maria do Socorro Soares Bezerra
17:30	<b>DEBATE</b>





**EIXO 1 - Sessão 5**  
**Coordenador: ELISEU RISCAROLI**  
**Local: BLOCO J - Sala 207**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	O PAPEL DAS AVÓS NAS FAMÍLIAS BENEFICIARIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Márcia Oliveira Ferreira; Fabíola Andrade Pereira
14:10	DISCUSSÃO DO PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO ESCOLAR: ENFOQUE NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS -TO Marcilene Montelo Miranda; Edisselma dos Santos Alecrim
14:20	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O DESEMPENHO ESCOLAR E A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA EM PALMAS-TO. Márcio Ferreira de Oliveira; Maria de Lourdes Leôncio Macedo
14:30	RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL SETOR SUL DE PALMAS. Marco Antonio Ferreira
14:40	O PAPEL DA ESCOLA, DOS PROFESSORES E DA FAMÍLIA NA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM. Maria Aparecida Martins da Silva Nogueira; Jaumineide Oliveira dos Santos Soares; Zelina Mendes Bueno
14:50	A POBREZA E O APRENDIZADO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL. Maria de Fátima Aires da Silva
15:00	A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E POBREZA: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS CARENTES. Maria de Fátima Félix Rocha; Raylinn Barros da Silva
15:10	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES. Maria do Carmo Carneiro de Oliveira; Marcos Felipe Gonçalves Maia
15:20	CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO CMEI SEMENTES DO AMANHÃ. Maria do Socorro Alves Dias Silva
15:30	IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR E SOCIO ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NA CIDADE DE SÃO VALÉRIO. Maria dos Anjos Alves do Nascimento Cruz; Solange Aparecida do Nascimento
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA ESTADUAL SAMPAIO. Maria Edna Carneiro dos Santos; Fabíola Andrade Pereira
16:00	POBREZA E DESIGUALDADE NO MEIO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA EVASÃO A PARTIR DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL. Maria Eudilene Maciel; Raylinn Barros da Silva
16:10	CONHECENDO A ATUAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE COMBINADO - TO. Maria José Rodrigues da Silva; Barbara Doukay Campanini
16:20	A DESIGUALDADE NO CONTEXTO INCLUSIVO ESPECIALMENTE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES: CONCEPÇÕES DA COMUNIDADE E DA ESCOLA. Maria Rosilene Gomes dos Santos Carvalho
16:30	O IMPACTO DA POBREZA NO DESEMPENHO ESCOLAR DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR UNIDADE IV. Marisdalva Ribeiro da Silva; Gloriete Marques Alves Hilário
16:40	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DA POBREZA. Marisete Gonçalves
16:50	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE (TO). Marizeth Pereira da Silva Menezes; Dailson Evangelista Costa
17:0	O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE NOVO JARDIM-TO. Méssia de Abreu Sales Gomes; Doracy Dias Aguiar Carvalho
17:10	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POSSIBILIDADES DE MELHORIAS. Michele da Silva Mesquita; Kênia Paulino de Queiroz Souza
17:20	POBREZA E EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM ESCOLAR.







	Michely Castro Neves; Adelaide Gomes de A. Franco
<b>17:30</b>	<b>DEBATE</b>

**EIXO 1 - Sessão 6**  
**Coordenador(a): DEODETE MARIA DAS NEVES SCIMTT**  
**Local: BLOCO J - Sala 208**

<b>HORÁRIO</b>	<b>COMUNICAÇÃO</b>
<b>14:00</b>	BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS POSSÍVEIS IMPACTOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. Misleyanne Alves Rosa; Adelaide Gomes de A. Franco
<b>14:10</b>	POLÍTICAS PÚBLICAS E POBREZA SOB A SUBJETIVIDADE DOS EMPOBRECIDOS. Nelba Fonseca Lima; Kênia Paulino de Queiroz Souza
<b>14:20</b>	EDUCAÇÃO E POBREZA: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA MUNICIPAL. Nelsilene Alves dos Santos Araújo; Kênia Paulino de Queiroz Souza
<b>14:30</b>	INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AOS USUÁRIOS: PERSPECTIVAS DE MELHORIAS PARA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Nilma Santos Rangel Sousa
<b>14:40</b>	UMA ANÁLISE SOBRE A ESCOLA ENQUANTO TERRITÓRIO DE REPRODUÇÃO DE SABERES IDEOLÓGICOS. Olinda Amaral dos Santos; Maria de Lourdes Leoncio Macedo
<b>14:50</b>	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: INFLUÊNCIA SOBRE A FREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR. Olívia Fragozo Pereira Sousa
<b>15:00</b>	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: REFLEXÕES TEÓRICAS SOB UMA PERSPECTIVA NÃO MONETÁRIA. Patrícia Aguiar Tavares
<b>15:10</b>	O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRÍNCIPES E PRINCESAS, SOBRE OS VIESES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Paula Cristina de Carvalho Gonçalves; Valterlan Teixeira Araújo
<b>15:20</b>	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A DESIGUALDADE SOCIAL : DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ESCOLA ESTADUAL PIO XII, TOCANTINÓPOLIS- TO. Paula Valéria dos Santos Macêdo; Klívia de Cássia Silva Nunes
<b>15:30</b>	ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA E O ACESSO A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL. Rafaela Brito da Silva; Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus
<b>15:40</b>	<b>DEBATE</b>
<b>15:50</b>	ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, HUMANO E EDUCACIONAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REGIÃO DE BARRA DO CORDA-MA. Raniere Abreu de Sousa; Eliseu Riscaroli
<b>16:00</b>	POLÍTICAS PÚBLICAS COM O INTUÍTO DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA. Raphiza Alves Mota; Adaires Rodrigues de Sousa
<b>16:10</b>	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO UMA POLÍTICA DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA ATUANDO NA REDUÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE NO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS – TO. Riquelle Aparecida da Silva
<b>16:20</b>	A RELAÇÃO ENTRE A BOLSA FAMÍLIA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA: UM OLHAR ATRAVÉS DA ÓTICA DOS ALUNOS EGRESSOS DO CEM G.T.I DARCY MARINHO . Robério Pereira do Nascimento; Eliseu Riscaroli
<b>16:30</b>	O PAPEL DA ESCOLA NA SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL . Rogério Dias da Cruz; Dailson Evangelista Costa
<b>16:40</b>	UM DESPERTAR ANALÍTICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O SEU CAMINHAR NO UNIVERSO ESCOLAR. Romário Milhomem da Cruz; Ana Beatriz Araújo Velasques
<b>16:50</b>	AS VULNERABILIDADES SOCIAIS QUE INTERFEREM NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA PRIMEIRA FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL. Rosiane Martins da Silva Costa; Adaires Rodrigues de Sousa
<b>17:00</b>	HABITAÇÃO: UMA LUTA E A ESPERANÇA DE QUEM FAZ PARA ALÉM DAS POLÍTICAS







	PUBLICAS. Rosilene Ferreira da Cruz Macedo; Adriano Castorino
17:10	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DOS DESCUMPRIMENTOS DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA. Ruth Vieira Silva; Júlio César Rocha
17:20	POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA NO PERÍODO DE 2015 E 2016. Satila Evely Figueiredo de Souza; Doriane Braga Nunes Bilac
17:30	<b>DEBATE</b>

**EIXO 1 - Sessão 7**  
**Coordenadora: ROSIMEIRE SANTOS**  
**Local: BLOCO J - Sala 209**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	EDUCAÇÃO E POBREZA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME DE COMBINADO/TO. Sátilla Menezes Ares; Helena Quirino Porto Aires
14:10	A UTILIZAÇÃO DA RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Sayonara da Costa Brito
14:20	A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DO PBF NA VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS NO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO - TO. Silvana Fagundes de Azevedo Dendena; José Lauro Martins
14:30	BOLSA FAMÍLIA: ORIGEM E CONTRIBUIÇÃO PARA A ESCOLA ESTADUAL SILVA DOURADO NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS/TO. Maguinólia Bueno Maia; Sílvia Adriane Tavares de Moura
14:40	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE DA EIUCAÇÃO E POBREZA. Simone Rosa de Martins Negreiros; Diógenes Alencar Bolwek
14:50	O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS NA ESCOLA JOÃO PAULO II. Suely Mota Rodrigues; Diógenes Alencar Bolwek
15:00	O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NA CIDADE DE SÃO VALÉRIO - TO. Tânia Graziela Kerber; Diógenes Alencar Bolwek
15:10	POLÍTICA PÚBLICA, DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUA INTERLOCUÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA. Thambata W. Santos Farias; Célia Maria G. Albiero
15:20	EXECUÇÃO DA META 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAGUATINS: CAMINHOS A PERCORRER. Vanessa Pereira Costa; Maristela dos Santos Mousinho
15:30	POLÍTICA EDUCACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA EJA: IMPASSES E PERSPECTIVAS NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS. Walisson Mariano Carvalho Silva; Juciley Silva Evangelista Freire
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: ANÁLISE DO CONTEXTO DOS ALUNOS DO CAMPO DA ESCOLA ESTADUAL SILVA DOURADO EM ARRAIAS - TO. Walkíria Oliveira Bueno Batista Sena
16:00	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES: UM ANÁLISE NA ESCOLA GETÚLIO VARGAS EM SÃO VALÉRIO - TO. Walter Pereira de Sousa; Luzani Cardoso Barros
16:10	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS BENEFICIÁRIOS NA COMUNIDADE DE LUZIMANGUES EM PORTO NACIONAL. Zeli Pereira da Silva
16:20	IDOSO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. Greize Alves da Silva; Patrícia Fernandes de Carvalho
16:30	A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA.





	Adriana Cristina Lima Beserra Poncion
16:40	BOLSA FAMÍLIA E SEUS BENEFÍCIOS. Ana Paula Gomes da Silva; Danielle Mastelari Levorato
16:50	AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A LÓGICA DO TERCEIRO SETOR: CONTRIBUIÇÕES PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA. Ariella Oliveira de Mello Holanda Matos
17:00	CHEFIA FEMININA: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES PESQUISADAS NO ANO DE 2010 RESIDENTES NO BAIRRO ARAGUAIA EM COLINAS DO TOCANTINS APÓS SEREM BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Aurileia Reis da Costa Sousa; Raquel Bernardes de Lima
17:10	ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E AS PERSPECTIVAS DE MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO E DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS. Cleidiana Santana Parente
17:20	GESTÃO DA INTERSETORIALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO MARCO NA GARANTIA DE DIREITOS. Deiliane Alves dos Santos Araújo; Elisabete da Silveira Ribeiro
17:30	A EDUCAÇÃO A DISTANCIA, UMA ESTRATÉGIA PARA COMBATER A POBREZA. Homero Fernandes Rosa
17:40	<b>DEBATE</b>





## EIXO 2 - Formação, Práticas Educativas e Desigualdades Socioculturais

### EIXO 2 - Sessão 1

Coordenador: **DAILSON EVANGELISTA COSTA**

Local: **BLOCO J - Sala 210**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	OS PRINCIPAIS REFLEXOS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS FRENTE À EDUCAÇÃO. Alan Costa Da Silva
14:10	A SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA COMO ELEMENTO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO NO SETOR RAIZAL EM ARAGUAÍNA – TO. Alana Dias Cardoso da Silva Lopes; Airton Sieben
14:20	EDUCAÇÃO PRISIONAL: UM CAMINHO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO. Alessandra Barbosa Silva Resende; Dailson Evangelista Costa
14:30	AÇÕES EDUCACIONAIS PARA ALÉM DE JOGOS INTERCLASSES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM CURSO. Alysson Carlos Ribeiro Gomes Antônio Chadud Jorge; Jefferson Francisco Cândido; Moniquy Samara De Sousa Barbosa; Raysuanni Paiva Lira Reis.
14:40	CONCEITUAÇÃO DA POBREZA E DA CIDADANIA NO ÂMBITO DA ESCOLA MEU CASTELINHO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAGUAÍNA-TO. André De Oliveira Moura Brasil; Danielle Mastelari Levorato
14:50	IDENTIDADE E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA . André Luiz Gomes da Silva ; Rosemary Negreiros de Araújo.
15:00	A FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFT: UM INSTIGANTE DESAFIO. Célia Maria Grandini Albiero; Rogério Silva Leite; Thiago Alves Silva
15:10	O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO: DOCENTES NEGROS NA REDE BÁSICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA – TO. Claudenor Pereira dos Santos; Rita de Cassia Domingues Lopes
15:20	SATISFAÇÃO DOS ALUNOS E QUALIDADE DO ENSINO EM CONTEXTOS EMPOBRECIDOS: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL ANA ALVES DE BRITO – TOCANTÍNIA – TO. Cláudia Nolêto Maciel Luz; Doriane Braga Nunes Bilac
15:30	EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS NAS ESCOLAS. Dalsiza Cláudia Macedo Coutinho; Rosemeire Dos Santos
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	EDUCAÇÃO POPULAR, CAPOEIRA E A COR DA POBREZA. Deyze Ilma Oliveira Silva ; Rodrigo Barbosa E Silva.
16:00	A ORIENTAÇÃO ACADÊMICA NA BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE NOVOS CAMINHOS FORMATIVOS: A EXPERIÊNCIA DA PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO PÓLO DE TOCANTINÓPOLIS. Fabiola Andrade Pereira
16:10	A MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL JACY ALVES DE BARROS NA CIDADE DE ARRAIAS – TO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS. Flavia Dayane Pereira da Silva; Samuel Correia Duarte
16:20	AVANÇOS E RETROCESSOS NA ALFABETIZAÇÃO EM SALA MULTISSÉRIE: UMA REFLEXÃO INTERESSADA. Gilda Lopes De Sousa; Maria da Conceição de Jesus Ranke
16:30	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: AS PERSPECTIVAS DE AVANÇOS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ESCOLA PÚBLICO. Gilmaria Aquino Silva ; José Lauro Martins
16:40	A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA EVITAR OU MINIMIZAR OS IMPACTOS DO PROCESSO DE EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL LADISLAU DE OLIVEIRA, EM NOVA OLINDA, TOCANTINS. Glauciene dos Santos Magalhães da Silva; Maria Da Conceição de Jesus Ranke
16:50	POBREZA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE JACURUTU. Isac Assunção Teles; Yara Gomes Correia





17:00	OBSERVAÇÕES EM SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA NA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO: DIFICULDADES E FACILIDADES ENCONTRADAS NO PERÍODO DE ESTÁGIO. Jakson Barros de Sousa
17:10	PERFIL SOCIOECONÔMICO, FAMILIAR, CONDIONANDO A RELAÇÃO NO DESEMPENHO ESCOLAR EM DUAS ESCOLAS DE ARAGUAÍNA-TO. Jeana Maria de Moura Telles; Maria Célia dias de Castro
17:20	MEU CORPO, MEU BRINQUEDO E MEU MUNDO DE DESCOBERTAS. Jefferson Francisco Cândido; Antônio Chadud Jorge; Alysson Carlos Ribeiro Gomes
17:30	O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REDUÇÃO DA POBREZA: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL - UM ESTUDO SOBRE UMA FAMÍLIA EM ARRAIAS - TO Luciana Pereira de Moura; Silvia Adriane Tavares de Moura
17:40	<b>DEBATE</b>

## EIXO 2 - Sessão 2

Coordenadora: **ORDÁLIA DIAS DA SILVA GUILHERME**

Local: **BLOCO J - Sala 211**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	O ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO. Joany Miranda Brandão; Maria Célia Dias Castro
14:10	PRESENÇA ONLINE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E SOCIEDADE (EPDS). José Lauro Martins; Elaine de Jesus Alves
14:20	EXCLUSÃO DO SURDO: ATÉ ONDE A ESCOLA CONTRIBUI PARA ISSO? Katia Maria Vieira da Silva; Vanessa Pereira Costa; Haysa Fernandes da Silva
14:30	PRÁTICAS EDUCATIVAS NO COMBATE À POBREZA E A DESIGUALDADE: OCASO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PALMAS. Katiane Machado Gomes Barbosa; Ordália Dias da Silva Guilherme
14:40	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM FOCO: DESAFIOS DE SER TUTOR EM UM CURSO DE EAD. Luzani Cardoso Barros ; Débora Cristiana Alves Soares de Albuquerque ; Wander Alberto José
14:50	O CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA E SEUS EFEITOS INFERIORIZANTES SOBRE A POPULAÇÃO POBRE. Madson Pinto dos Santos; Maria do Socorro Soares Bezerra
15:00	"LER O OUTRO": UMA REFLEXÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NA LITERATURA. Maria Célia Gomes de Souza
15:10	DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO AMBIENTE ACADÊMICO. Márcia Pessoa De Sousa Noronha
15:20	IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIADOS: UMA ANÁLISE DA ÓTICA DOCENTE. Márcia Pessoa de Sousa Noronha; Arlane Silva Carvalho Chaves; Layane Mota Souza De Jesus; Patrícia Delmiro de Sousa Takahagassi; Klécios Eufrasio Xavier; Jose Lauro Martins
15:30	APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA A POBREZA: PERFIL EDUCATIVO-SÓCIO-ECONÔMICO DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS EM PALMAS-TO. Paulo Rodrigues de Sousa; Marcos Felipe Gonçalves Maia
15:40	A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA JOANA BATISTA CORDEIRO. Marisa Silva De Oliveira; Barbara Doukay Campanini
15:50	ESCOLAS MULTISSERVIADAS TEM SUAS PRÁTICAS RESSIGNIFICADAS POR PLANEJAMENTOS COLETIVOS A PARTIR DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS/ Maristela dos Santos Mousinho; Maria Aparecida Martins da Silva Nogueira; Vanessa Pereira Costa
16:00	LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO APRENDIZ NO PROGRAMA JOVEM EMPREENDEDOR. Maria Margarida Pessoa Batista; Ladislau Ribeiro do Nascimento







16:10	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NA EFICÁCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE AS DESIGUALDADES. Marly Gonçalves Silva; Leonardo Rodrigo Soares
16:20	A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO SUPERIOR PRIVADA SOBRE A OFERTA DO ENSINO INCLUSIVO. Miliana Augusta Pereira Sampaio; Denise de Barros Capuzzo; Simone Lima de Arruda Irigon
16:30	SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA EVASÃO ESCOLAR. Raimunda Ires Soares da Cruz Martins
16:40	REFLEXÕES SOBRE A POBREZA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA MUNICIPAL DONA JOSINA PEREIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE-TO. Rosemary Nunes De Cerqueira; Helena Quirino Porto Aires
16:50	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - IES. Simone Lima de Arruda Irigon; Denise de Barros Capuzzo; Miliana Augusta Pereira Sampaio
17:00	METODOLOGIAS LÚDICAS COMO FORMA DE HOMOGENEIZAR O ENSINO DIANTE DA DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL. Simone Magna Menezes Carneiro Lopes
17:10	CURRÍCULO E LÍNGUA MATERNA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. Sueli Leopoldina de Souza Moura; Rosemary Negreiros de Araújo
17:20	O ENSINO DE INGLÊS NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DE ALMEIDA EM TAGUATINGA-TO: UMA ANÁLISE DO ACESSO À LÍNGUA ESTRANGEIRA NA ESCOLA PÚBLICA. Tatiara José dos Santos; Luzani Cardoso Barros
17:00	<b>DEBATE</b>







### EIXO 3 - Direitos Humanos, Pobreza e Educação

#### EIXO 3 - Sessão 1

Coordenadora: **ELISABETE DA SILVEIRA RIBEIRO**

Local: **BLOCO J - Sala 212**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	AUTONOMIA PARA QUEM? O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIACOM MEIO DE AUTONOMIA DAS MULHERES UNIVERSITÁRIAS QUE SÃO MÃES Ana Rosa Carvalho de Oliveira; Danielle Mastellari Levorato
14:10	DA RESISTÊNCIA À MARGINALIDADE: A REPRESENTAÇÃO DA POBREZA EM FABIANO, DA OBRA VIDAS SECAS, DE GRACILIANO RAMOS. Carlos Henrique de Souza; Leonardo Rodrigo Soares
14:20	DA MÃO QUE CUIDA, A MÃO QUE MALTRATA E QUE DESTRÓI Carmem Lucia Coronheira Silva Queiroz; Rita de Cássia Coronheira Silva
14:30	BOLSA PERMANÊNCIA COMO UMA AÇÃO DE PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS. Chera Rosane Leles de Bessa; Gloriete Marques Alves Hilário
14:40	EDUCAÇÃO, POBREZA E DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR REFLEXIVO EM RELAÇÃO À APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL ESTEVÃO CASTRO. Cléia Conceição de Souza; Rodrigo Barbosa e Silva
14:50	A FACE OCULTA DA DESIGUALDADE SOCIAL: A POBREZA E SUAS CONSEQUÊNCIAS. Danilla Mendes Nunes Façanha
15:00	DIREITOS HUMANOS, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL - UM OLHAR PARA TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS. Denis Sousa Cruz; Rodrigo Barbosa e Silva
15:10	CRIANÇAS INDÍGENAS KAIAPÓ NA REDE REGULAR DE ENSINO: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PASTOR JOVERCI ALVES, EM REDENÇÃO-PA. Diuly Gonçalves de Araujo Abreu; Roberto Antero da Silva
15:20	O DIREITO À EDUCAÇÃO E A HEGEMONIA DA LÓGICA DO CAPITAL. Domingos Pereira da Silva; Viviane Drumond
15:30	SISTEMA DE COTAS COMO MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À DESIGUALDADE RACIAL. Douglas Gabriel Cunha Abreu; Marcelo Marques de Almeida Filho; Pedro Henrique Rodrigues Silva
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	PERFIL DOS CRIMES E ATOS INFRACIONAIS NO ÂMBITO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PEIXE-TO E SUA EVENTUAL RELAÇÃO COM A POBREZA. Douglas Tarciano Zimmermann
16:00	A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Edivan Pereira do Nascimento; Roberto Antero da Silva
16:10	ESTUDO SOBRE O PROCESSO ENSINO APRENDIZADO DOS ALUNOS QUE RECEBEM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA PAROQUIAL SÃO VICENTE DE PAULO EM ARAGUAÍNA-TO. Edmundo Rodrigues Costa; Roberto Antero da Silva
16:20	COMO A POBREZA INTERFERE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM? Eliana Ferreira da Silva; Adriano Castorino
16:30	POBREZA E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP E O CURRÍCULO DA ESCOLA CEM PAULO FREIRE NA CIDADE ARAGUAÍNA - TO. Eliene Alves da Silva Borges; Antônia Marcia Duarte Queiroz
16:40	DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE OS PROBLEMAS DOS ESPAÇOS FÍSICOS NA ESCOLA M. V.R.F.C. EM ARAGUAÍNA-TO. Eudarcia Silva Barros; Antônia Marcia Duarte Queiroz
16:50	EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL. Eva Ferreira Costa Silva; João Nunes da Silva.
17:00	EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Gislânde P. de Moura Alves de Araújo





17:10	AS POLÍTICAS SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO AKWÊ/XERENTE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (1970-2010). Gislene Ferreira da Silva Araujo; Rosemary Negreiros de Araújo
17:20	BOLSA FAMÍLIA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOB A ÓTICA JURÍDICA. Gloriete Marques Alves Hilário; Marcelo Marques de Almeida Filhos; Suzy Erika de Sousa Lima
17:30	<b>DEBATE</b>

**EIXO 3 - Sessão 2**  
**Coordenadora: ANA CRISTINA SERAFIM DA SILVA**  
**Local: BLOCO J - Sala 301**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	DESIGUALDADE SOCIAL E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA ESTADUAL WELDER MARIA DE ABREU SALES NO BAIRRO ELDORADO ARAGUAÍNA (TO). Graziane de A. Pitombeira Carvalho; Airton Sieben; Laira de Cassia B. Maldaner
14:10	ESCOLA E TERRITÓRIO: DE UM ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DA POBREZA À UM LUGAR POSSÍVEL DE RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS. Grazielly dos Santos Germano; Laira de Cássia Barros Ferreira Maldaner
14:20	A POBREZA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Ioiete de Jesus Dias da Silva; Laira de Cássia Barros Ferreira Maldaner
14:30	POBREZA, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO POBRE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE DA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO. Ivana Oliveira de Sousa; Maria Célia Dias Castro
14:40	POBREZA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA, AUTONOMIA E DIREITOS HUMANOS. Jocilene Eterna Soares dos Santos Lacerda; Marcos Felipe Gonçalves Maia
14:50	A PRÁTICA DA CIDADANIA NO COMBATE A POBREZA E AS DESIGUALDADES COMO FORMA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL. Jurafídes Alves de Araújo
15:00	POBREZA, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENFRENTAMENTO E SUPERAÇÃO DA POBREZA. Karla Rayane Alves da Silva
15:10	EDUCAÇÃO, POBREZA E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA PAROQUIAL CRISTO REI. Kátya Cyne Soares Moura Labre; Juliana Chioca Ipólito
15:20	DIREITOS HUMANOS: A POBREZA COMO ATO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS. Kenise Ferreira da Costa Alves; Raylinn Barros da Silva
15:30	PARTICULARIDADES DA ESCOLARIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS. Leandro Bezerra de Sousa
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL SETOR SUL. Lucia Alves da Silva
16:00	AS PERSPECTIVAS DE AVANÇOS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ESCOLA PÚBLICO. Lusileia Rocha dos Reis; Rosimeire dos Santos
16:10	OCUPAÇÃO DANDARA: DA LUTA À MORADIA AO ACESSO A EDUCAÇÃO. Marcela Magalhães Sathler Máximo
16:20	RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADE ESCOLAR E PROGRAMAS SOCIAIS: REFLEXÕES ACERCA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Maria Benta Pereira Chaves
16:30	ESCOLA E POBREZA: SUAS IMPLICAÇÕES NO DESEMPENHO ESCOLAR. Maria Conceição José da Silva
16:40	ESPECIFICIDADES DAS ESCOLAS DO CAMPO, LUTAS, CONQUISTAS E AVANÇOS. Maria das Graças Rodrigues Pereira; Francisco Neto Pereira Pinto





16:50	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE A POBREZA DAS FAZENDAS PORÇÕES E BATIEIRO, NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS, TO. Maria de Lourdes Lopes; Barbara Doukay Campanini
17:00	SENSIBILIZANDO O OLHAR SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NAS TURMAS DE 6º ANO. Maria do Socorro Assis Maranhão; Francisco Neto Pereira Pinto
17:10	CONTEXTO SÓCIO ECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA ATENDIDOS POR UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PALMAS E SUA PERSPECTIVA DE VIDA FUTURA. Maria dos Reis Pereira de Araújo Góis; Solange Aparecida do Nascimento
17:20	O BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO EM CENTENÁRIO. Maysa Alves da Silva
17:30	<b>DEBATE</b>

### EIXO 3 - Sessão 3

Coordenador: **LADISLAU RIBEIRO DO NASCIMENTO**

Local: **BLOCO J - Sala 302**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	O PAPEL DA ETI LUIZ GONZAGA NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS: UM OLHAR A PARTIR DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Michele Pereira de Barros; Kênia Paulino de Queiroz Souza
14:10	A PERCEPÇÃO DE POBREZA A PARTIR DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL MANOEL GOMES DA CUNHA DE ARAGUAÍNA TOCANTINS: UM ESTUDO DE CASO. Mirna Grasielle de Sousa Coelho
14:20	CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: ESTIGMAS E DESIGUALDADES. Mizia Avelino Oliveira Mourão
14:30	A ESCOLA E O SEU PAPEL NO CONTEXTO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL. Nadjacoely Silva Pereira; Kênia Paulino de Queiroz Souza
14:40	DIREITOS HUMANOS: CONSTRUINDO VALORES DE ALTERIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR. Osielma Assis Maranhão; Rubenilson Pereira de Araújo
14:50	A CONCEPÇÃO DE CIDADANIA DOS PROFESSORES AKWÊ/XERENTE. Paulo César Pereira Xerente; Rosemary Negreiros de Araújo
15:00	O REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DO TOCANTINS: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTIGMA EM TORNO DA PALAVRA POBREZA. Rhoselly Marques da Silva Xavier
15:10	REMIÇÃO DE PENA POR LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES. Rodrigo Monteiro de Oliveira; Marilda Piccolo
15:20	PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA: O CONTEXTO DAS FAMÍLIAS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL. Rosa Miranda da Luz Costa; Viviane Drumond
15:30	POBREZA: A RELAÇÃO COMPLEXA E ESTREITA DA DESIGUALDADE SOCIAL COM A PROSTITUIÇÃO. Rosely Auxiliadora Pereira Penoni
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM COMUNIDADE DE BAIXA RENDA. Rosilene Lopes Pereira da Luz; Adriano Castorino
16:00	EDUCAÇÃO INFANTIL: DIREITO ADQUIRIDO, ACESSO NEGADO. Sandra Soares Brito
16:10	PROJETOS SOCIAIS: MIRACEMA SOLIDARIA MÃOS QUE ABRAÇAM. Telles Gabriel Leite Araújo; João Nunes da Silva
16:20	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POBREZA, CIDADANIA E ESCOLA. Thatiane Sousa Silva
16:30	EDUCAÇÃO COMO MEIO TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE. Valdemir Lacerda dos Santos





16:40	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO NA VIDA DE MULHERES DO BARRA DA GROTA EM ARAGUAÍNA -TO. Wanessa Lorena de Sousa Miranda Costa
16:50	BULLING: UMA VIOLÊNCIA INVISÍVEL. Clorivaldo Gomes da Silva; Remy Santana Araujo Gomes Silva
17:00	CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NA AMENIZAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL. Fábia Ramos dos Anjos Fonseca
17:10	RENDIMENTO ESCOLAR E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NO PRÉ ESCOLAR AVÓ VIRGILINA. Iolanda Ribeiro dos Santos; Juliana Chioca Ipolito
17:20	A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA COMO COMBATE ÀS DESIGUALDADES. Joaquim Rodrigues de Almeida; Ordália Dias da Silva Guilherme
17:30	<b>DEBATE</b>







## EIXO 4 – Infância, Currículo e Pobreza

### EIXO 4 - Sessão 1

Coordenador: **JOÃO NUNES DA SILVA**

Local: **BLOCO J - Sala 303**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	REFLEXÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA-TO. Ana Gorete Alves das Chagas
14:10	A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM. Antonio Marcos Pereira Marinho; Severina Alves de Almeida Sissi
14:20	CURRÍCULO ESCOLAR E CONTEXTOS DE POBREZA: CONSIDERAÇÕES SOBRE NECESSIDADE DE MUDANÇAS. Elaine Jesus Alves; Maria do Socorro da Silva
14:30	MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA RELAÇÃO POBREZA E CURRÍCULO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Eva Lúcia Andrade da Silva; João Nunes da Silva
14:40	POBREZA E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Fernanda Luz de Oliveira; Ana Cristina Teixeira de Brito Carvalho
14:50	EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. Francisca Silva Machado Rodrigues; José Fernando Patino Torres
15:00	CURRÍCULO E POBREZA: UM ESTUDO SOBRE A ABORDAGEM DO TEMA POBREZA NO CURRÍCULO ESCOLAR. Helena Felipe Napoleão; Margareth Leber de Macedo
15:10	O GRANDE DESAFIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – SUPERLOTAÇÃO NAS SALAS DE AULAS DA ESCOLA TIA MIRÊTA NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO. Isabel Ferreira e Sena Rodrigues; Margareth Leber de Macedo
15:20	O LÚDICO NA EDUCAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NA CRECHE MUNICIPAL DE JESUS RIBEIRO. Leunisilva de Sousa Passos; André Luiz Augusto da Silva
15:30	GESTÃO EDUCACIONAL E POBREZA: UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM ARAGUAÍNA (TO). Lucielly Tavares Bagugen Reis; Rubens Martins da Silva
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	EDUCAÇÃO INFANTIL: BRINCADEIRAS E INFLUÊNCIAS DO CONTEXTO SOCIAL. Marina Carla da Cruz Queiroz; Ilda Neta Silva de Almeida; Ivanildes da Glória Nunes da Cruz
16:00	A PRESENÇA OU NÃO DA POBREZA NO CURRÍCULO DA ESCOLA MUNICIPAL FLORACY NA CIDADE DE PARANÁ/TOCANTINS. Rorimeire Bispo Rodrigues; Helena Quirino Porto Aires
16:10	POBREZA E CURRÍCULO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL FREDERICO PEDREIRA, EM PALMAS-TO. Saulo Batista de Freitas
16:20	A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM. Seila Sousa dos Santos Ferreira; Valdenir Castro Bezerra
16:30	COLETIVOS EMPOBRECIDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE NAZARÉ SILVA COSTA, ARAGUANÃ - TO. Suely Pereira da Silva; Doriane Braga Nunes Bilac
16:40	A IMPORTÂNCIA DE INCORPORAR O TEMA POBREZA NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Tatiane Ribeiro Mota; Maria Irenilce Barros
16:50	COLETIVOS EMPOBRECIDOS NO SISTEMA ESCOLAR E O CURRÍCULO: LIMITES E POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL. Thaira Rosana Alves Paz; Doriane Braga Nunes Bilac
17:00	A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. Valdenir Castro Bezerra; Seila Sousa dos Santos Ferreira
17:10	O ÁLCOOL NA ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA: UM ESTUDO COM OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO. Valder Almeida Nogueira; Ademir Brandão Costa; Ritiane de Fátima da Silva Oliveira; José







	Wilson Rodrigues de Melo
17:20	EDUCAÇÃO E INFANCIA EM HEGEL. Eliseu Riscaroli
17:30	<b>DEBATE</b>

#### EIXO 4 - Sessão 2

Coordenadora: **AMANDA PEREIRA DA COSTA**

Local: **BLOCO J - Sala 304**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	ESCOLA PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA SUPERAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL. Thais de Maria Cunha Sousa
14:10	A RELAÇÃO POBREZA E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR. Keila Maria Castro Alves dos Santos ; Thiago Ramos Machado
14:20	O ORIENTADOR EDUCACIONAL FACE ÀS VULNERABILIDADES SOCIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR. Vanda Elizete Vieira da Costa; Vonio Lira Mendes
14:30	O ORIENTADOR EDUCACIONAL E A SITUAÇÃO DE POBREZA DOS ALUNOS NO CONTEXTO ESCOLAR Diva Nunes Rezende; Juciley Silva Evangelista Freire
14:40	A EDUCAÇÃO PARA OS ESTUDANTES QUE DEPENDEM DO TRANSPORTE FLUVIAL EM BABAÇULÂNDIA - TO. Johannes Marinho Lustosa
14:50	FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIROS PARA EFETIVAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO - ARAGUAÍNA TO. Fabiana Ramos dos Anjos Nascimento
15:00	O CONTEXTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ALTERADOS PELAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Giovanna Felipe C. E Costa; Luiza Vargens Ramos; Garithuzy Macedo Oliveira; Mikael Henrique De Jesus Batista; José Lauro Martins
15:10	PERFIL DOS ALUNOS BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COLÉGIO ESTADUAL LAVANDEIRA Maria de Fátima Pereira Evangelista; Marcelo Marques de Almeida Filho
15:20	ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE SOCIAL ATRAVÉS DO TEATRO -EDUCAÇÃO. Maria Madalena Pereira Soares; Ladislau Ribeiro do Nascimento.
15:30	A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA SALESIANA NO ENSINO/APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MATRICULADOS NO PROJETO BOM DE BOLA BOM NA ESCOLA. Patricia Gonçalves dos Reis
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DR. SIMÃO LUTZ Jaqueline Araujo de Lima
16:00	A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM CICLOS: EM BUSCA DA IGUALDADE Johannes Marinho Lustosa
16:10	AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA. Jonathas Alencar.
16:20	CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Jonathas Alencar.
16:30	DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E DIREITOS HUMANOS: A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES. José Wilson Rodrigues de Melo.
16:40	DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E DIREITOS HUMANOS: A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NOS CURSOS NOTURNOS DE GRADUAÇÃO DA UFT. José Wilson Rodrigues de Melo; Thatianne R. L. O. Gonçalves; Paulo Alexandria.





16:50	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Julio Cesar e Zanin.
17:00	CULTURA, POBREZA, EXCLUSÃO, DESQUALIFICAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE OS MIGRANTES MARANHENSES. Karoline de Oliveira Rebouças.
17:10	<b>DEBATE</b>

**EIXO 4 - Sessão 3**  
**Coordenadora: ANA PAULA DOS SANTOS**  
**Local: BLOCO J - Sala 306**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO ELEMENTO DE ACESSO E DE FREQUÊNCIA DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL MARECHAL RONDON. Lucymara da Silva Santos Sobrinho; Rubens Martins da Silva.
14:10	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO INSTRUMENTO PARA A SUPERAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA NO BRASIL. Luziane Laurindo dos Santos; Maria do Socoro Soares Bezerra.
14:20	A RESSIGNIFICAÇÃO DOS CURRÍCULOS E O CONHECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO NO PPC DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO. Marxiléia Vieira Viana.
14:30	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Maria da Guia Rodrigues Correia; Fabricio Carlos Zanin.
14:40	PERFIL DOS ALUNOS BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COLÉGIO ESTADUAL LAVANDEIRA Maria de Fátima Pereira Evangelista; Marcelo Marques de Almeida Filho.
14:50	DESIGUALDADE SOCIAL: REFLEXOS DA POBREZA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM. Maria de Lourdes Oliveira.
15:00	CURRÍCULO ESCOLAR E CONTEXTOS DE POBREZA: CONSIDERAÇÕES SOBRE NECESSIDADE DE MUDANÇAS. Maria do Socorro da Silva; Elaine Jesus Alves.
15:10	A ESCOLA E OS DIREITOS HUMANOS. Maria José da Silva Leite.
15:20	ANÁLISE DAS VANTAGENS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Michele da Silva Mesquita; Kênia Paulino de Queiroz Souza.
15:30	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – RESULTADO DAS ANÁLISES DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS (CAPES) DO PERÍODO DE 2012 A 2016. Midian dos Santos Amorim; Maria de Lourdes L. Macedo.
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NA VIDA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS. Neise Valadares Guimarães.
16:00	O TRABALHO INFANTIL NA REGIÃO SUL DE PALMAS E ATUAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES NA SUA ERRADICAÇÃO. Osmilde Miranda da Silva
16:10	TEMA: BOLSA FAMÍLIA. Reny Santana Araujo Gomes da Silva.
16:20	DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO: COMPETIÇÃO DESLEAL DIANTE DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA VIDA DOS ESTUDANTES DE BAIXA RENDA. Rosane Aquino Cordeiro Mo.
16:30	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: VANTAGENS E DESVANTAGENS. Shirley Francisca Bonfim.
16:40	A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ESCOLAR. Thaynara Sorrana da S. Santos.





<b>16:50</b>	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL. Walter Albino da Silva; Ana Cristina Serafim da Silva.
<b>17:00</b>	POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS DO 1o. AO 5o. ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. Josemara de Almeida Furtado; Elizabete da Silveira Ribeiro.
<b>17:10</b>	A POBREZA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Iolete de Jesus Dias da Silva.
<b>17:20</b>	<b>DEBATE</b>





# ANAIS

## RESUMOS EXPANDIDOS

### VOLUME 1 (A - L)





## O IMPACTO DA POBREZA NO CONTEXTO ESCOLAR

Adriana Gonçalves de Oliveira

Dailson Evangelista Costa

**Resumo:** Este artigo trata sobre o impacto da pobreza no contexto escolar. Em particular, aborda o impacto da pobreza no contexto da escola Jurivê de Souza Vila Real, do município de Monte Alegre (GO). O problema de pesquisa é: Que ações os professores da escola Jurivê de Souza Vila Real, do município de Monte Alegre (GO), desenvolvem para diminuir o impacto da Pobreza no contexto escolar? O objetivo geral é compreender que ações os professores da escola Jurivê de Souza Vila Real do município de Monte Alegre (GO) desenvolvem para diminuir o impacto da Pobreza no contexto escolar. Os objetivos específicos são: (1) entender o que os professores pensam sobre o impacto da pobreza no contexto da escola Jurivê de Souza Vila Real do município de Monte Alegre (GO); (2) identificar as ações desenvolvidas pelos professores da escola Jurivê de Souza Vila Real do município de Monte Alegre (GO); e (3) analisar o impacto das ações que os professores desenvolvem na escola Jurivê de Souza Vila Real do município de Monte Alegre (GO). A justificativa desta pesquisa se dá pela necessidade de compreensão da relação existente entre as condições sociais dos alunos e as ações que a escola desenvolve para enfrentar as desigualdades nos contextos empobrecidos. A abordagem metodológica configura-se como pesquisa qualitativa e os instrumentos de coleta de informações são entrevistas, questionários e observação do contexto escolar. As análises são apresentadas por quadros de respostas. Cada quadro possui as respostas de cada questão feita aos 10 professores entrevistados. Analisaremos as respostas dos professores, relacionando-as com o nosso referencial teórico apresentado anteriormente, que giram em torno dos nuances da pobreza e os contextos empobrecidos existentes dentro das escolas. Nestas análises, buscaremos produzir significados a partir das respostas dos professores. Os resultados evidenciam que os professores compreendem que o papel social da escola é o de transformar as realidades e os sujeitos, tornando-os críticos e reflexivos, porém, a escola possui muitas limitações, apesar de procurar sanar algumas situações de pobreza e extrema pobreza com cestas básicas e alimentação a algumas famílias e alunos pobres.

**Palavras-chave:** Pobreza. Escola. Desigualdade Social. Contexto escolar.

43

### Introdução

Para este artigo, definimos como tema “o impacto da pobreza no contexto escolar”. Com base neste tema, e levando em consideração nosso contexto de atuação, delimitamos a seguinte temática: O impacto da Pobreza no contexto da escola Jurivê de Souza Vila Real do município de Monte Alegre (GO). Neste sentido, elencamos o seguinte problema de pesquisa: Que ações os professores da escola Jurivê de Souza Vila Real, do município de Monte Alegre (GO), desenvolvem para diminuir o impacto da Pobreza no contexto escolar?

Para enfrentar esta pergunta de pesquisa, traçamos como objetivo geral compreender que ações os professores da escola Jurivê de Souza Vila Real do município de Monte Alegre (GO) desenvolvem para diminuir o impacto da Pobreza no contexto escolar. E, para alcançarmos nosso objetivo geral, elegemos os seguintes objetivos específicos: (1) entender o que os professores pensam sobre o impacto da pobreza no contexto da escola Jurivê de Souza Vila Real do município de Monte Alegre (GO); (2) identificar as ações desenvolvidas pelos professores da escola Jurivê de Souza Vila Real do município de Monte Alegre (GO); e (3)







analisar o impacto das ações que os professores desenvolvem na escola Jurivê de Souza Vila Real do município de Monte Alegre (GO).

Quando adentramos no universo educacional, nos deparamos com alunos de diferentes contextos socioeconômico. Percebemos que a realidade escolar para esses meninos e meninas nem sempre é prazerosa, pois o ambiente escolar não contextualiza a sua realidade. Encontramos crianças que vivem desamparadas, que não tem seus direitos preservados para que suas necessidades básicas sejam supridas, e alunos com experiências de mundo que nem sempre o professor consegue compreender. Por não participarem de tais vivências, muitos educadores não foram preparados para trabalhar com alunos de realidades tão adversas. Para alguns professores, trabalhar com esses alunos é uma batalha perdida.

Muitas vezes o indivíduo que se encontra em situação de pobreza é estigmatizado como destituídos de valores, cultura, preguiçosos, indisciplinados, violentos e que a culpa por estarem no lugar onde estão é deles, que nunca se dedicaram para sair da pobreza, porque não querem perder os benefícios dos programas distribuídos pelo Governo. Estes pré-conceitos e/ou preconceitos configuram-se numa “[...] tarefa árdua para as escolas e seus (suas) gestores (as) não se deixarem contaminar por essas representações sociais dos (as) pobres” (ARROYO, 2013, p. 11). Além disso, a representação de que o pobre é desprovido de qualidades que o façam produzir, interfere diretamente na maneira que o professor vai trabalhar com esse aluno, os estigmas de pobreza fazem com que determinados grupos sejam condenados pela sua própria condição.

Ao refletir sobre a pobreza, percebemos que a face mais cruel está na desigualdade, pois esta é o cerne da pobreza. Enquanto um seguimento da sociedade tem acesso à alimentação, lazer, Educação, saúde e escolhas, milhares de pessoas sobrevivem às margens da sociedade, sem nenhuma oportunidade de melhorias. Estes cidadãos marginalizados não são atendidos com dignidade em instituições que deveriam protegê-los. Ao contrário, em muitos casos são destratados, invisíveis como pessoas, veem neles problemas, enxergam-nos como incapazes e por isso não proporcionam meios para que saiam da pobreza em que se encontram. Mais do que isso, o referido segmento privilegiado espera que continuem assim para que perpetuem nestas condições, sentindo-se superiores e necessários, pois não almejam ter, nestes desafortunados, futuros concorrentes para suas posições.

Trabalhar essa realidade é um desafio aceito por poucos. Isso nos faz pensar sobre as seguintes perguntas: como alunos que sobrevivem em extrema pobreza, que não tem





alimento, podem desenvolver-se de maneira adequada? Como trabalhar com alunos com realidades tão diferentes, e ainda assim conseguir que ambos tenham, nesta diferença, aprendizado e crescimento? O que fazer para que haja equidade? Falta a quase toda sociedade o sentimento de cidadania, e se os temos nem sempre a exercemos, falta a muitos o conhecimento necessário para praticá-lo. As instituições escolares precisam possibilitar formação continuada aos professores, para que estes sejam capacitados a educar para a cidadania. Conforme Pinzane e Rego (2013, p. 31): “Os próprios educadores (as) devem dispor das capacidades necessárias para realizar esta tarefa”.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para alcançarmos os objetivos específicos, desenvolvemos entrevistas com 10 professores da escola Jurivê de Souza Vila Real, na expectativa de entendermos o que eles pensam sobre o impacto da pobreza no contexto da escola. Em seguida, analisamos as falas dos entrevistados, no intuito de identificarmos as ações desenvolvidas por eles e percebermos o impacto das ações que eles desenvolvem na escola e que contribuem para diminuir o impacto da Pobreza no contexto escolar.

Como já enunciamos, o nosso *lócus* é a escola Jurivê de Souza Vila Real e os sujeitos da pesquisa são os professores da referida escola (total de 10). A abordagem metodológica configura-se como uma pesquisa qualitativa e os instrumentos de coleta de informações são entrevistas e observação do contexto escolar. Neste tipo de pesquisa, o pesquisador se propõe a fazer parte da pesquisa, buscando compreender os dados e as informações, indo além dos dados obtidos, interpretando-os, preocupando-se com a qualidade do material colhido. Para Silveira e Córdova (2009, p. 31):

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Portanto, o trabalho desenvolvido na escola Jurivê de Sousa Vila Real terá como instrumento de coleta de informações entrevistas com alguns agentes da escola, para que possamos perceber o que eles compreendem a respeito do impacto da pobreza no contexto da referida escola, na busca de ir além de simples respostas, mas considerando também suas ações e o contexto de cada indivíduo que participou da pesquisa.





Sobre as entrevistas, realizaremos entrevistas semiestruturadas, uma vez que elas nos permitem elaborar um roteiro de pontos a serem contemplados durante a entrevista. Além disso, esse tipo de entrevistas nos permite, de acordo com o desenvolvimento da entrevista, alterar a ordem das perguntas e/ou dos pontos, e até mesmo formular questões não pensadas inicialmente, mas que durante o diálogo com o entrevistado, o pesquisador julga necessário.

A entrevista semiestruturada é uma ferramenta importante. Não é um instrumento rígido e assemelha-se a um diálogo aberto que propiciará a oportunidade para que, se necessário for, faz-se novas indagações que poderão complementar as perguntas anteriores, proporcionando um resultado satisfatório e uma quantidade maior de dados, facilitando a análise. De acordo com Manzini (2004, p. 154), a entrevista semiestruturada é pertinente, pois permite que sejam "complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista", proporcionando maior flexibilidade e compreensão do tema pesquisado, tanto para o entrevistador quanto para o entrevistado.

### Resultados e Discussão

Ao analisar o texto e o contexto desses professores, observamos que muitos não percebem as ações realizadas na escola para conduzir o aluno à cidadania. Projetos, como amigos da escola, foram esquecidos em suas falas, revelando que eles não entendem a necessidade destas ações. Compreendem por pobreza apenas a falta de alimento e vestimenta, tendo como medida social o assistencialismo.

46

Apesar da coordenação pedagógica orientar os projetos, eles são mal vistos, ou invisíveis para os professores. Podemos perceber, pela fala do educador P1, quando ele diz: “Uma ação? Só sei dessa que os meninos estão ensinando os colegas a lerem, pois eles acham que estão muito inferiores aos outros aí ajuda sim”. Referindo-se ao projeto que traz, para junto da escola, a comunidade. Este comportamento deixa uma lacuna irreparável, haja vista que os professores são a maior e melhor ferramenta da escola. Declarações como: “falta vontade dos alunos de aprender”, ou “são pobres até de espírito”, e “a gente não cobra muito porque conhece as famílias”, deixam subentendido a falta de capacidades dos professores para trabalhar com estes alunos que vivem em estado de pobreza.

Os professores acreditam que a função da escola é preparar um aluno para ser um cidadão pleno. Contudo, ao apresentarem as ações feitas pela escola ou por eles, para minimizarem o impacto da pobreza na vida dos alunos, não conseguiram relacionar suas palavras com as práticas existentes. Com isso, levantamos a seguinte questão de reflexão:





quais seriam as ações para maximizar, realmente, esse processo de ensino-aprendizagem que se esbarra em contextos empobrecidos? Será que estes profissionais apresentam capacidades de atuarem de forma a auxiliar estes indivíduos a transporem este estado de subserviência?

A escola deve propor ações que dialogue com a realidade do aluno, levando-o a aceitar sua cultura e a respeitar a do próximo, assegurando um discurso onde escola e comunidade possam andar lado a lado, que venhamos refletir e agir para que a sociedade seja transformada e conscientizada. Importa que todos tenham a compreensão da dimensão dos problemas que a pobreza acarreta. Lázaro (2014) entende que é importante “Tomar consciência das condições que produzem e reproduzem a pobreza, conhecer sua complexidade e as implicações para o conjunto da vida em sociedade”.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

O desenvolvimento deste trabalho nos leva a compreensão da complexidade dos processos que produzem e reproduzem a pobreza no âmbito escolar. Nota-se que estes englobam a sociedade e influenciam no meio social e no desenvolvimento do indivíduo. Percebemos que a escola ainda não está preparada para receber as singularidades dos alunos. Portanto, seus educadores não compreendem o real significado e amplitude da desigualdade imposta pela pobreza.

47

Esperamos que, por meio deste trabalho, possamos auxiliar os educadores no processo de ação e reflexão na ação. Entendemos que apenas uma pesquisa não será a chave para a transformação da sociedade, porém esperamos que contribua para que os educadores e as educadoras possam refletir em seus atos e como eles podem contribuir para quebrar o discurso e as causas que perpetuam as desigualdades sociais. Sobre isso, Maria Stela Graciani (2014, p.163) afirma que:

Não se pode esperar que um texto – e nem mesmo um conjunto de textos – produza alterações substanciais na grave situação em que se encontra a educação e particularmente a escola hoje; todavia, almeja-se que seja mais um dos instrumentos que sirva à reflexão e ação pedagógica de educadores que se posicionem como agentes transformadores da realidade social onde atuam.

Compreendemos que os professores necessitam ter acesso a uma formação inicial e continuada de qualidade que os possibilitem ter uma conscientização e uma compreensão da importância das diferenças entre as classes sociais e os fatores que ocasionam estas diferenças. Desta forma, por meio das experiências vividas, poderão exercer a docência de







maneira plena, sem dissociá-la do contexto em que estão inseridos, e em consequência de isto, acordar a cidadania adormecida em muitas crianças.

### Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos**. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, Diário Oficial da União, 05/10/1988.
- DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 6. ed. Tradução José Carlos Eufrazio. São Paulo: Cortez, 2001.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, Paz e Terra, 1987
- GRACIANI, Maria Stela. **Pedagogia social**. 1. Edição, São Paulo: Cortez, 2014.
- LÁZARO, André. **Por que Pobreza? Educação e desigualdade**, in Por que Pobreza? Copyright c Fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro, 2014, p. 11
- MANZINI, Eduardo José. Entrevista Semi-estruturada: **Análise de Objetivos e de Roteiros**. SP: Marília. 2004. Disponível em: < <http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>; Acesso em 16 out. 2017.
- NERI, Marcelo Cortes. **Por uma segunda década de avanços no bolsa família**. In: Por que Pobreza? Rio de Janeiro, 2014.
- PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Módulo I - Pobreza e Cidadania**. Brasília: DF, 2013.
- SILVEIRA, Denise Tolfo, CÓRDOVA Fernanda Peixoto. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- TELES, Jorge. **Pobreza, desigualdade e diversidade**. In: Por que Pobreza? Copyright c Fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro, 2014.







## OS PRINCIPAIS REFLEXOS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS FRENTE À EDUCAÇÃO

Alan Costa da Silva

**RESUMO:** O direito à Educação está incluído no campo dos Direitos Sociais, sendo imprescindível para a sustentação de uma vida com dignidade sendo necessário não somente sua importância e acesso, mas, sobretudo sua garantia. Nessa tangente, este estudo foi desenvolvido com o intuito de compreender e conhecer os principais reflexos das desigualdades sociais em relação à educação, pois este direito social é um direito humano, constitucional, necessário para o êxito da dignidade humana, onde as políticas públicas têm papel decisivo neste processo. Como método de promoção deste trabalho realizou-se, no transcorrer deste estudo, estudos bibliográficos, que concluiu a experiência de extensão. Tais reflexos podem ser vistos na dificuldade de acesso à educação, à distribuição de renda, a premissa dos direitos humanos que nem sempre é respeitada, às dificuldades de aprendizagem por conta da pobreza, entre outros que serão abordados neste trabalho. Registrou-se também no decorrer do desenvolvimento deste estudo, o estímulo de uma análise mais minuciosa da abordagem dada à Educação voltada para o contexto da pobreza, progredindo para a construção de uma educação igualitária e acessível a todos. Esse trabalho respaldou-se em fontes escritas, livros, sites acadêmicos, para que este estudo angariasse fundamentos teóricos para enfatizar ainda mais este tema, tão importante para a sociedade.

**Palavras chave:** Pobreza. Ensino. Acesso. Políticas Públicas.

### INTRODUÇÃO

No decurso dos anos da trajetória da ditadura militar para a democracia, a educação no Brasil marchou alerta à nova concepção de mundo para qual o Brasil despertava. As desigualdades sociais se expuseram de maneira garrida e espantosa. Neste contexto, a educação apresentou um papel importante, começando um combate contra o analfabetismo adulto. A inquietação com a formação acadêmica dos professores, igualmente, foi uma das temáticas discutidas e atuações circunstanciais, desvirtuaram mais cenário brasileiro e nos dias atuais é necessário reordenar o ensino brasileiro com objetivos iguais para situações desiguais. No decorrer das décadas, a educação brasileira vem sofrendo várias mudanças, mas ainda apresenta muitas fragilidades que precisam ser supridas. Decorreram novas demandas epistemológicas e metodológicas, sendo a relação homem-natureza um assunto incluído nas discussões em esfera global e local.

Na atualidade, a sociedade brasileira presencia fatos concretos em que a educação recebe poucos investimentos e sofre por uma vasta gama por demandas que os governantes insistem em deixar despercebidas por interesses próprios. Para a maioria deles, quanto menos acesso à educação por parte dos indivíduos mais poderão se beneficiar dos seus próprios interesses deixando as demandas apresentadas pela educação em segundo plano e





enfraquecendo as sociedades cada vez mais, onde se mergulham em escândalos de corrupção que só agravam a situação da alfabetização de crianças, jovens e adultos.

Mesmo sendo um dos direitos que a Constituição Federal garante para as pessoas, a educação tem sofrido cada vez mais pela falta de apoio governamental. Ter acesso à educação é um direito de todos. O direito à educação é garantido por meio da Constituição Federal de 1988, que prioriza o acesso e a permanência do aluno na escola, objetivando a formação do usuário para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação social.

Em sua plenitude, a educação precisa ser cumprida em todos os seus aspectos e compromissos para com a sociedade, uma vez que os indivíduos se tornaram capazes de formar opiniões e tomar decisões que poderão melhorar a qualidade de vida de toda uma sociedade. Muitas crianças e adolescentes vivem em situações precárias e sem acesso mínimo às condições básicas de qualidade de vida, e é nesse contexto que o trabalho da escola precisa fazer a diferença na vida dessas pessoas, pois o ambiente escolar forma pensadores e formadores de opiniões que serão capazes de mudar a própria realidade em que vivem.

### **Desigualdades sociais e seus reflexos na educação**

50

Conhecer a pobreza e as desigualdades, basicamente, denota considerar que a presença constante dos pobres nas escolas brasileiras acarreta ponderações necessárias para as técnicas pedagógicas e para a gestão educacional. Assim sendo, é importante não somente compreender que as escolas estão cheias de meninos e meninas pobres, mas, sobretudo, é necessário também interrogar acerca de quais requisitos tais existências da pobreza, da debilidade material ativa, exigem de nossas práticas.

Ferreira (2002) argumenta que:

No mundo inteiro, incluindo os países em desenvolvimento, existem circunstâncias que dificultam a frequência ou permanência das crianças na escola, assim como a alfabetização adequada de adultos. A pobreza, principalmente a miséria é o meio mais eficaz que inventamos para debilitar o direito à educação e entravar o aproveitamento das oportunidades educacionais [...] Da mesma forma, as desigualdades e discriminação baseadas no gênero, na raça, na incapacidade e na idade devem também ser entendidas como causas e formas de distribuição desigual das oportunidades de educação (FERREIRA 2002, p.20).

### **Alguns fatores das desigualdades escolares**

A desigualdade pode ser caracterizada como uma diferença de ingresso que suscita uma disposição hierárquica. A desigualdade supõe uma desigualdade que se manifesta com





benefícios e malefícios. A desigualdade pode ainda se apresentar como uma afinidade entre sujeitos, grupos, regiões, gêneros, origens, etc. e podem se acumular, por exemplo, o Brasil é uma nação onde as diferenças são extremamente importantes.

Deste modo, são inúmeros os fatores que tratam das desigualdades no âmbito escolar. O mais importante deles é o ambiente socioeconômico, entretanto, este não é o exclusivo. As desigualdades se esclarecem em razão da concepção da própria família. Silva e Hasenbalg (2000) revelam que os parâmetros sociais afirmam que o Brasil não proporciona oportunidades iguais no que tange a educação para toda a população, e que a disparidade educacional entre ricos e pobres, brancos e negros é bastante significativa.

É inegável que as desigualdades que atravessam o princípio educacional brasileiro alcançam todos os indivíduos carentes e desprovidos de educação, entretanto, com maior magnitude os negros. Compreende-se que se assegurou o ingresso, porém a excelência da educação ofertada contribui insuficientemente para extrai-los do lugar da condição inferior a que foram acometidos, muito menos para o avanço na sua condição de vida.

A respeito deste contexto Arroyo (2009, p. 153), revela que:

[...] o mais grave em nosso lento avanço na garantia do direito à educação básica é que as vítimas desses direitos negados em percursos truncados não terão a quem apelar. Diante da segregação social escolar, não tem apelação.

51

(...)

[...] falta em nossa cultura política para criarmos hábitos de apelar ao judiciário em defesa do direito à educação, ao acesso e à permanência, ao direito a um percurso de formação digna, sem interrupção, retenção ou defasagens (ARROYO 2009, p. 153).

A ideia que se tem é a que, com o passar dos tempos, a qualidade do ensino público brasileiro permanece muito mais instável, sobretudo posteriormente ao desenvolvimento da democratização e universalização do ensino.

### **Educação e direitos humanos**

A educação em toda a sua amplitude, de certa forma tem seu desenvolvimento estrutural e sistemático dependente de uma política cuja qual envolve governo, estado e municípios. Deste modo, os direitos sociais, que também estão inseridos na temática dos direitos humanos, referem-se ao bem-estar econômico e garantia ao direito de envolver-se, por inteiro, no legado social, vivendo com um ser civilizado conforme apregoa os protótipos que predominam na sociedade contemporânea (consumo, lazer, segurança). Por isso, o sistema educacional e os serviços





sociais terão obrigatoriedade de assegurar tais direitos, uma vez que a educação é uma condição imprescindível ao livre arbítrio civil, já que os direitos civis se propõem a serem aproveitados por indivíduos que têm domínio da leitura e da escrita. A respeito disso, EIDE; ROSAS apud PIOVESAN, 2006, p. 20 afirmam:

(...) Os direitos sociais, econômicos e culturais incluem como preocupação central a proteção aos grupos vulneráveis. (...) As necessidades fundamentais não devem ficar condicionadas à caridade de programas e políticas estatais, mas devem ser definidas como direitos.

### **As disparidades entre Pobreza e Currículo**

No que se refere à pobreza e ao Currículo, há uma complexa articulação, os currículos não estão ligados diretamente ao fato pobreza, porém, a escola precisa trabalhar com ela. Os pobres vão sempre levar a cultura deles nos currículos cabendo aos professores e educadores orientá-los e prepará-los para a vivência árdua aos seus arredores. O currículo mostra a realidade da potencialidade de cada ser humano independentemente de raça, cor, sexo, religião, etc., se é pobre ou rico. Sendo assim para SILVA (1996, p. 23):

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

52

Neste sentido, entende-se o currículo como um campo político-pedagógico no qual as diversas relações - entre os sujeitos, conhecimento e realidade - constroem novos saberes e reconstroem-se a partir dos saberes produzidos. Neste processo dinâmico e dialético, a realidade é o chão sobre o qual o educador e educando constroem seus processos de aprendizagens. A realidade não é um elemento externo à prática educativa, mas um elemento constituinte ao processo pedagógico. São as condições objetivas e subjetivas de sobrevivência, convivência e transcendência que mediam, orientam e constituem-se em experiências e conhecimentos a serem desvendados, apreendidos, assimilados, ensinados e reelaborados. Compreende-se deste modo, que o currículo, visto como componente pedagógico significativo, deve ser elaborado e implementado a partir das necessidades concretas, que a realidade (social, econômica, política e cultural) propõe como desafios e necessidades históricas (situadas num determinado tempo e lugar). A contextualização deixa de ser um adjetivo do currículo e passa a ser um substantivo. Currículo e contextualização são dois elementos tão intrinsecamente associados, que o entendimento de um, leva ao







aprofundamento do outro e vice-versa. É importante frisar que o currículo compõe o elemento central do projeto pedagógico da escola, oportunizando o processo de ensino aprendizagem. Deste modo, SACRISTÁN (1999, p. 61) assegura que

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebeu nesse estudo é que neste contexto dissemelhante e excludente que é a educação sistematizada no Brasil, as condições de acesso, estabilidade e sucesso das populações menos beneficiadas, especialmente as populações negra e indígena, ao sistema de ensino, não são iguais as dos grupos mais favorecidos. Há uma disparidade bastante notável entre ricos e pobres, brancos e negros no ingresso aos diversos níveis e modalidade de ensino no Brasil. Deste modo, consta-se que apensar de o próprio Estado brasileiro ter viabilizado, no decorrer dos últimos anos, poucas políticas públicas que primam pela igualdade racial e econômica, preconceito e a discriminação, situação que reflete diretamente nos grupos atingidos, estas políticas não são suficientes para possibilitar que essas populações saiam da condição marginalizada a qual se encontram e passem para uma posição privilegiada de igualdade e que possam ter um acesso livre e digno às vantagens e efeitos que a educação promovem àqueles que dela participam ativamente.

53

Por isso não é possível atender os desiguais como iguais, porque, de um jeito ou de outro, as diferenças existem e precisam ser sanadas de modo a alcançar o maior número de pessoas possíveis a serem atendidas. Deste modo, este estudo mostrou que as diferenças sociais carecem de uma educação de qualidade com oportunidades iguais para todos sem distinção de classe econômica, raça ou cor, considerando dos fundamentos de universalização do ensino que é expressado pelo PNE, pois a educação com toda a sua sistemática pode transformar toda a realidade da sociedade e fornecer condições mais adequadas e dignas de vida, no entanto se nos seus fundamentos, as desigualdades sociais não forem analisadas, a educação não terá grandes avanços.

Garantir o direito à educação constitui não só o acesso e permanência, mais do que isso, a qualidade do ensino, estruturas escolares apropriadas, conjunturas fundamentais de trabalho aos profissionais da escola, finalmente, tornar as leis mais eficazes, isto é, sair da teoria para a prática.







## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. O direito à educação ameaçado: segregação e resistência. In:

ARROYO, Miguel González; ABRAMOVICZ, A. (Orgs.). **A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

p. 129-159. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/2523>

FERREIRA, José. **Aprender a viver juntos: educação para a integração na diversidade**. Brasília: UNESCO, IBE, SESI, Unb, 2002.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, N. V.; HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, vol. 43, n. 3, 2000.

## A SITUAÇÃO SÓCIOECONÔMICA COMO ELEMENTO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO NO SETOR RAIZAL EM ARAGUAÍNA – TO.

54

**Alana Dias Cardoso da Silva Lopes**

**Airton Sieben**

**Resumo:** O presente artigo trata da necessidade de se entender o porquê do grande índice de evasão escolar dos alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Municipal Tereza Hilário Ribeiro, localizada no setor Raizal, no município de Araguaína- TO. Neste sentido, por meio deste trabalho tornou-se possível compreender como a condição sócio econômica dos alunos influencia no desenvolvimento escolar destes, identificando as principais causas que ocasionam a evasão e o baixo rendimento escolar. Apesar de ter passado por um logo processo de implantação a modalidade EJA tornou-se uma realidade que inclui aqueles que de alguma forma sentem-se excluídos do contexto social e econômico, afirmando que as práticas educacionais desta modalidade podem contribuir para incluir jovens e adultos marginalizados socialmente, ajudando-os a se desenvolverem e a alcançar os próprios objetivos. Sendo assim, os resultados evidenciam que a questão sócio econômica dos alunos é fator condicionante para o desempenho escolar desta modalidade. Assim, faz necessário que a comunidade escolar desenvolva uma metodologia diferenciada, construindo o processo de ensino aprendizagem pautado na formação pessoal e social dos alunos.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Ensino. Evasão escolar.

### Introdução

A modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das grandes aliadas para o processo educacional, já que a metodologia é diferenciada, haja vista, que o programa só permite a participação de alunos acima de 15 anos de idade e que haja uma distorção de idade/série. Cujo currículo é voltado para um modelo pedagógico próprio que





atenda a subjetividade dessa clientela visando sua autonomia e cidadania, assegurado pela Constituição Federal de 1988 (Art. 205).

A Escola Municipal Tereza Hilário Ribeiro, localizada na rua do Colégio, s/nº setor Raizal, na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, foi criada no ano de 1989<sup>1</sup>, destinada a atender os alunos oriundos do setor Raizal e circunvizinhos, inicialmente ofertava a modalidade de Ensino Fundamental primeira fase (1º ao 5º ano) e Educação Infantil (4 e 5 anos). No ano de 1994, iniciou-se a modalidade EJA. Atualmente, a escola conta com 410 alunos no total, distribuídos nos três turnos (matutino, vespertino e noturno) sendo que 58 alunos estão matriculados no turno noturno na modalidade EJA. A localização do setor é distante do centro urbano da cidade, sendo visto pela sociedade como um setor afastado e inseguro, sendo constantemente cenários de homicídios, assaltos, roubos e tráfico de drogas.

Sendo assim, o objetivo da pesquisa visa compreender como a questão sócio econômica dos alunos pode influenciar no desenvolvimento escolar destes, identificando as principais causas que ocasionam a evasão e o baixo rendimento escolar. A realidade do grupo estudado é caracterizada principalmente por pessoas que passaram da idade própria para o processo de escolarização, e que buscam estudar no período noturno, no entanto, muitos desses discentes tem uma longa jornada de trabalho durante o dia, e vem para a escola já exaustos, fadigados e mentalmente limitados, sendo fatores que colaboram para o baixo rendimento escolar, influenciando a evasão.

55

Assim sendo, essa realidade gera grande preocupação por parte dos educadores no que diz respeito ao ensino aprendizagem dos alunos, haja vista que a maioria dos alunos que passam o dia trabalhando arduamente não tem a mesma concentração nos estudos, se comparados aos outros que não trabalham ou que tem uma jornada de trabalho menos árdua.

Sendo notório, que a questão financeira e social dos alunos pode dificultar no desenvolvimento escolar, interferindo no processo de ensino aprendizagem. Assim sendo, a metodologia dos educadores deve está de acordo com a realidade empírica dos alunos assistidos, para assim, poderem ajudar cada vez mais os alunos, cada qual com suas limitações.

### **Procedimentos Metodológicos**





A pesquisa foi realizada na escola Municipal Tereza Hilário Ribeiro, no mês de setembro deste ano, teve como suporte teórico a revisão de literatura de autores consagrados, artigos publicados e pesquisa a campo, cuja abordagem foi feita por meio de questionários quantitativos direcionados aos alunos e professores da modalidade EJA da instituição citada.

Foram aplicados 2 questionários, sendo o questionário 1, voltado para os alunos da modalidade EJA, onde consta 7 questões, sendo 5 objetivas e 2 subjetivas. Submeteram-se a pesquisa, 20 (vinte) alunos, todos maiores de 18 anos, haja vista que os alunos de 15 a 17 anos são menores de idade, assim sendo, não podem responder por si só sem consentimentos dos seus pais e/ou responsáveis.

O questionário 2 foi direcionado ao corpo docente da instituição de ensino, onde consta 7 questões, sendo 2 objetivas e 5 subjetivas. A instituição conta com 5 (cinco) professores dessa modalidade, todos responderam o questionário de forma clara e coesa.

Os dados obtidos através dos questionários aplicados foram analisados e consolidados em forma de gráfico e textos, contribuindo juntamente com a revisão da literatura para o embasamento teórico da pesquisa, construção e consolidação do artigo científico.

### **Resultados e Discussão**

Se analisarmos criteriosamente a história da Educação de Jovens e Adultos, podemos perceber que ela está presente no Brasil desde a época da colonização brasileira quando os jesuítas adentraram ao nosso país com o intuito de evangelizar e catequizando os indígenas. De acordo com Strelhow (2010, p. 51) “A Campanha Missionária de Jesus, tinha a função básica de catequizar (iniciação à fé) e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira”. Contudo, a história da EJA perpassa muitas facetas ao longo da história, mas sempre com o mesmo objetivo, alfabetizar os adultos.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205)

Assim sendo, todos têm o direito aos estudos em qualquer fase da vida. Deste modo, a EJA é uma modalidade voltada para a escolarização de jovens e adultos que passaram da idade própria para a conclusão dos estudos, neste viés, é considerada modalidade complexa, uma vez que envolve dimensões que transcorre a questão educacional. Haja vista que o público alvo a serem atendimentos são alunos acima de 15 anos de idade e adultos que já tem uma bagagem empírica impregnada em seus conhecimentos.





Neste viés, a análises dos questionários dos docentes, mostrou que todos tem grande experiência para trabalhar com o publico citado, pois trabalham neste segmento por mais de cinco anos o que corrobora para o ensino aprendizagem, bem como veio confirmar que a maioria dos docentes concordam que a metodologia aplicada na EJA precisa ser revista, pois o ensino desta modalidade requer muito além dos conteúdos didáticos fornecidos pelos livros.

O professor que se propõe a trabalhar com adultos deve refletir criticamente sobre sua prática, tendo também uma visão ampla sobre a sala de aula, sobre a escola em que vai trabalhar. Tem que ampliar suas reflexões sobre o ensinar, pensando sobre sua prática como um todo. Ele precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, tendo conhecimento de que há uma espécie de saber desses alunos que é o saber cotidiano, uma espécie de saber das ruas, pouco valorizado no mundo letrado e escolar. (STRELHOW, 2010, p.49)

Neste contexto, os professores devem perpassar os ensinamentos científicos para se ter um bom resultado em sala, pois os alunos chegam carregados de informações oriundas dos seus cotidianos, saberes estes que muitas vezes não são apreciados pela escola, já que não se encontram nos ditos referenciais pedagógicos que estão longe de referenciar de fato a realidade do alunado.

Assim sendo, a maioria dos professores acredita que sim, que a metodologia aplicada hoje no ensino da EJA precisa caminhar lado a lado com a realidade do alunado, reconhecendo e acolhendo os seus saberes externos, para assim, poderem juntos oportunizar uma educação em que todos possam ter êxito.

57

É necessário reconhecer que a educação vai além da escola; ela é mais ampla e abrangente. Nossa educação acontece no trabalho, na família, nas rodas de viola, nas Folias de Reis, na luta pela sobrevivência. Acreditar que educação seja sinônimo de escola é desconsiderar processos formativos presentes nas práticas sociais de muitos coletivos que, apesar de pouco escolarizados, são bastantes educados. (LEITE, 2016, p. 07)

Cabe a cada instituição de ensino, gestores e servidores rever seu plano de ensino, adequando-o da melhor forma possível para a realidade da sua comunidade. Assim, o professor ensina o conhecimento científico baseado nos livros e os alunos o conhecimento empírico, vivenciados diariamente, formando um diálogo de experiências proveitosas, no qual todos saem ganhando.

Contudo, há muitos empecilhos para reformular os currículos escolares neste contexto, o próprio sistema de ensino precisa ser revistos e analisados e que de fato a realidade do aluno enquanto fator sócio econômico precisa ser levado em conta.







Diante da pesquisa, observou-se que nos últimos anos, o desempenho escolar dos alunos no que diz respeito ao índice de reprovação, transferência e abandono é grande, se comparado ao quantitativo de alunos, principalmente no que diz respeito aos pedidos de transferência, pois os alunos solicitam a transferência apenas como uma forma democrática, porém não matriculam-se em nenhuma outra instituição, sendo uma forma de mascarar a realidade que é a evasão.

E diante dessa realidade o corpo docente decidiu que uma vez por mês fariam o planejamento coletivo, onde os alunos são dispensados e toda a equipe se reuni para planejar estratégias de contornar essa realidade, elaborando projetos entre outros como uma forma de aguçar a permanência dos alunos na escola, o que pode diminuir essa triste realidade.

Contudo alguns pontos são relevante no que diz respeito a evasão escolar nesta instituição, como o trabalho, pois a maioria dos alunos trabalham arduamente durante o dia, chegando a escola cansados mentalmente e fisicamente, entre outras questões como a insegurança, haja vista que o setor é alvo constante da violência urbana, sendo visível o cenário de venda e consumo de drogas nas circunvizinhanças da escola, gerando grande preocupação por parte de toda a equipe escolar, alunos, pais e comunidade em geral, bem como a falta de transporte publico no período noturno.

58

Nesta perspectivas, adentramos na situação sócio econômica dos alunos, haja vista que alunos com toda essas preocupações externas, tendem a ter maiores chances de abandonar os estudos. Portanto, a questão financeira dos alunos corrobora para o grande índice de evasão e desistência escolar, pois a falta de políticas públicas no sentido de criar mecanismo de incentivo trabalhista para os alunos ainda é falha.

É notório relatar que a partir do ano de 2014, a grade curricular da EJA foi adequada, sendo criada a disciplina de IQP – Iniciação a Qualificação Profissional. Disciplina esta de grande valia para os alunos, agregando informações necessárias para o norteamento profissional, contudo, ainda é insuficiente para uma qualificação profissional de fato, mas já é um ponto de partida para o ingresso no mercado de trabalho.

Sendo assim, a análise dos questionários dos discente mostrou que sua grande maioria é do gênero masculino e alunos maiores de 18 anos, revelando que quanto maior a idade, os alunos afastam-se do processo de escolarização por motivos diversos, dentre eles apontados foi a questão trabalhista, haja vista que a pobreza sempre pairaram em suas vidas e que o trabalho sempre foi sinônimo de sobrevivência.







Essa realidade é vivida rotineiramente por milhões de brasileiros que passaram da idade própria para escolarização e vê na EJA uma oportunidade única para a realização do termino dos estudos e após ter um emprego com boa remuneração.

Na atualidade, diante das exigências do mercado de trabalho é necessário que as pessoas concluam seus estudos, se qualifiquem profissionalmente conforme o seu desempenho e suas capacidades para que possam conseguir um emprego e uma boa remuneração. (SILVA; ARRUDA, 2012 p. 113)

Assim sendo, a maioria dos alunos almejam o mercado de trabalho, e vê nos estudos da EJA uma grande oportunidade para sair da situação ao qual estão vivendo afirmando a importância dos estudos da EJA para a conclusão dos estudos daqueles que não o fizeram na idade própria.

### Considerações Finais

Por fim, a visão moralista impregnada na sociedade afirma que ser pobre é uma opção e não uma consequência do sistema. Há de fato educação para todos, porém, todos não podem ter acesso a ela, pelo fato de terem que trabalhar para subsistência familiar, e assim, não se qualifica para o mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente e seletivo, para atender os anseios de um mundo global. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos é uma grande aliada para esses cidadãos que procuram estudar no período noturno e a partir do ensino ter oportunidades profissionais.

59

### Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília. 2013.
- ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO. **Projeto Político Pedagógico**. Araguaína, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza**. Módulo III – Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, 2016.
- PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e Cidadania**. Módulo I – Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, 2016.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Referencial Pedagógico EJA – Educação de Jovens e Adultos**. Araguaína. 2014.





SILVA, Greice Palhão; ARRUDA, Roberto Alves. **Evasão Escolar de alunos na Educação de Jovens e Adultos – EJA.** Rev. Eventos Pedagógicos. V. 3, nº 3, p. 113-120, Ago. – Dez. 2012. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/977/661>. Acesso em 30 de agosto de 2017.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve História Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Rev. Histedbr. Campinas, nº38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05\\_38.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf). Acesso em 30 de agosto de 2017.

## EDUCAÇÃO PRISIONAL: UM CAMINHO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO

Alessandra Barbosa Silva Resende

Dailson Evangelista Costa

**Resumo:** Este trabalho está situado no tema que envolve a Educação de Jovens e Adultos (EJA) privados de liberdade como forma de reinserção na sociedade. A partir deste tema, delimitamos a temática, especificamente, para a EJA do município de Campos Belos (GO), privados de liberdade, como forma de reinserção na sociedade. Feito isso, elegemos o seguinte problema de pesquisa: Que contribuição a educação escolar pode proporcionar a estes indivíduos após concluírem suas penas? Essa pesquisa tem como principal objetivo compreender a contribuição que a educação escolar pode proporcionar aos indivíduos privados de liberdade desta cidade, quando de sua reinserção na sociedade. Para alcançarmos este objetivo principal, definimos os seguintes objetivos específicos: (1) analisar o papel da educação no sistema prisional e sua eficácia na transformação ética e social do reeducando; (2) verificar o número de reeducandos da Unidade Prisional de Campos Belos, bem como faixa etária, sexo, classe social, escolaridade e tipo de infração; e (3) evidenciar a importância e contribuição da educação enquanto instrumento de reabilitação e reinserção social dos apenados. A justificativa desta pesquisa se dá pela necessidade de compreensão dos motivos que levam nossos jovens a adentrarem ao mundo da criminalidade, bem como fatores que poderão ajudá-los a abandonar essa vida delituosa. A abordagem metodológica configura-se como pesquisa qualitativa e os instrumentos de coleta de informação utilizados foram questionários e observação do contexto escolar prisional. A análise é constituída por três categorias definidas previamente, a saber: o perfil dos detentos; perspectiva de vida dos detentos após saírem da prisão; e concepção dos professores sobre a importância da Educação no sistema prisional. Os resultados evidenciam que a maioria dos privados de liberdade em Campos Belos (GO) são jovens do sexo masculino que não chegaram a concluir o ensino fundamental II, são oriundos de famílias provenientes de um ambiente empobrecido e entraram no mundo do crime, principalmente em envolvimento com tráfico de drogas, em busca de uma vida “mais fácil”. A partir desta pesquisa, foi possível perceber a importância da educação na vida desses sujeitos, sendo para muitos a única chance de reinserção na sociedade após cumprirem suas penas.

**Palavras-chave:** Perfil dos Apenados. Educação Prisional. Dignidade. Reinserção Social

### Introdução

Este trabalho está situado no tema que envolve a Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade como forma de reinserção na sociedade. A partir deste tema, delimitamos a temática, especificamente, para a Educação escolar direcionada aos jovens e adultos de Campos Belos (GO), privados de liberdade, como forma de reinserção na sociedade. Feito isso, elegemos o seguinte problema de pesquisa: Que contribuição a





educação escolar pode proporcionar aos indivíduos privados de liberdade em Campos Belos (GO) após concluírem suas penas?

Essa pesquisa tem como principal objetivo compreender a contribuição que a educação escolar pode proporcionar aos indivíduos privados de liberdade, na cidade de Campos Belos (GO), quanto de sua reinserção na sociedade. Para alcançarmos este objetivo principal, definimos os seguintes objetivos específicos: (1) analisar o papel da educação no sistema prisional e sua eficácia na transformação ética e social do reeducando; (2) verificar o número de reeducandos da Unidade Prisional de Campos Belos, bem como faixa etária, sexo, classe social, escolaridade e tipo de infração; e (3) evidenciar a importância e contribuição da educação enquanto instrumento de reabilitação e reinserção social dos apenados.

Conforme o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.

Um dos desafios de políticas públicas que o Brasil ainda não conseguiu avançar é a reinserção de presos e ex-presos ao convívio social e ao mercado de trabalho. No entanto, trata-se de uma tarefa que precisa urgentemente ser repensada e encarada pela sociedade e governantes como prioridade, pois acreditamos que a educação é um instrumento que possui a capacidade de transformar a vida das pessoas.

61

### **Procedimentos Metodológicos**

Para alcançarmos os objetivos específicos, elaboramos questionários que foram aplicados aos apenados com a finalidade de conhecer o perfil dos indivíduos que ali se encontram, bem como verificar se a educação ali ofertada tem cumprido seu papel de contribuir para a reinserção dos mesmos na sociedade, e ainda identificar as expectativas de reinserção social e profissional dos jovens e adultos privados de liberdade em Campos Belos, após terem acesso a esse processo de educação formal.

Em seguida, fizemos uma entrevista com cada professor da Unidade Prisional, no intuito de identificarmos quais as dificuldades e desafios encontrados na realização desse trabalho, bem como as conquistas já alcançadas ao longo desses quatro anos.

Como já enunciamos, o nosso *locus* da pesquisa é a escola Unidade Prisional (UP) da cidade de Campos Belos (GO), vinculada ao Colégio Estadual Professora Ricarda, que vem oportunizando aos detentos da Unidade Prisional local, um espaço para uma reeducação com o Projeto “Educando para Liberdade”, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos





(EJA), para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL). Os sujeitos da pesquisa são as PPL da referida UP. A abordagem metodológica configura-se como uma pesquisa qualitativa e os instrumentos de coleta de informações utilizados foram questionários e observação do ambiente da UP.

A metodologia usada para a produção desse artigo foi a pesquisa de campo, com visitas na Unidade Prisional, nos quais foram desenvolvidos os questionários com os reeducandos e também com a direção e professores da instituição, com o objetivo de coletar a maior variedade de informações possíveis para a nossa análise.

A pesquisa qualitativa pode ser considerada uma abordagem mais atrativa, pois os resultados são obtidos através da relação direta com o objeto pesquisado e tem como objetivo principal buscar descobrir as razões para determinados comportamentos, atitudes e motivações, não se concentrando apenas nas quantidades.

Em seu livro *A Pesquisa Qualitativa em Educação*, Bogdan e Biklen (1994) discutem o conceito de pesquisa qualitativa apresentando cinco características básicas que configurariam esse tipo de estudo.

1) Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; (2) A investigação qualitativa é descritiva; (3) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; (4) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva; (5) O significado é de importância vital na abordagem qualitativa (BOGDAN, BIKLEN, 1994, pp. 47-51).

62

Com isso, a presente pesquisa está situada em uma abordagem qualitativa e pretende se configurar como uma pesquisa etnográfica tanto no que se refere ao tratamento das informações como da nossa inserção no contexto do sistema prisional. Os instrumentos que utilizamos, como já mencionado, foram, as observações do ambiente e questionários. Teceremos, em seguida, sobre estes dois instrumentos e técnicas de coletas de informações.

O questionário é um instrumento de coletas de dados muito importante na pesquisa científica, constituído de perguntas respondidas por escrito sem a presença do entrevistador. Segundo Parasuraman (1991), um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto. O mesmo autor afirma ainda que construir questionários é uma tarefa árdua e requer planejamento, tempo e esforço para que se consiga atingir os objetivos almejados. Com isso, observamos o sistema prisional e desenvolvemos questionários com 74 (setenta e quatro) detentos e com 7 (sete) professores. As análises destas observações e questionários serão realizadas no próximo tópico.







## Resultados e Discussão

É notório que o sistema prisional é um dos lugares mais insalubres e corruptos que alguém pode conviver, e esse mesmo ambiente foi, é, e permanecerá esquecido pela mídia e população que não possuem nenhum vínculo com aquele lugar, vindo a lembrar que ele existe somente em momentos de tensão como fugas ou rebeliões.

Atualmente, a situação do sistema penitenciário vem se agravando dia após dia, superlotação, violências, rebeliões e condições insalubres fazem parte do cotidiano dos detentos. Diante dessa realidade, os programas educacionais dentro dos presídios têm como objetivos resgatar a autoestima dos detentos e prepara-los, cognitiva e emocionalmente, para o seu retorno a sociedade, assim que cumprirem suas penas.

Durante o período de realização do trabalho de campo na Unidade Prisional foi possível perceber que os detentos veem a educação de forma positiva, como um benefício para aqueles que cumprem as normas estipuladas pela instituição, seja para remissão de pena (a cada três dias de estudo é remido um de pena), aquisição de conhecimento ou até mesmo para melhoria da autoestima e diminuição da ociosidade.

A maioria dos agentes e funcionários do presídio estudado, acredita que não é todo preso que tem condições de reintegração social, muitos dos que ali estão, jamais serão capazes de abandonar a vida delituosa, “uns tem vontade de ressocializar-se, e outros preferem continuar na vida do crime” (fala de um agente da UP). Para esses que preferem continuar no mundo do crime, a educação não será capaz de transformá-los, pois a mudança de atitude deve fazer parte do querer do detento, para só depois a escola interagir para seu acontecimento.

Todos os professores que atuam no sistema prisional pertencem ao quadro efetivo da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, possuem licenciatura em diversas áreas (letras, matemática, biologia e física) e especialização de acordo com sua área de formação, porém grande parte nunca participou de uma capacitação para atuar nesse ambiente. O tempo de experiência desses profissionais no sistema prisional varia entre um ano e meio e quatro. Quase todos os professores que ali trabalham veem como ponto negativo a falta de material pedagógico e o espaço físico inadequado. Como positivo veem o respeito por parte dos alunos, o número reduzido de educandos por turma e a gratificação que recebem pelo risco de vida. Muitos se sentem bem, contribuindo de alguma forma para a transformação daquelas pessoas, porém apresentam um certo receio quanto a segurança naquele ambiente.







Segundo o grande mestre Paulo Freire “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

### Considerações

Não resta dúvida que muito ainda precisa ser feito para que indivíduos privados de liberdade consigam retomar ou até mesmo mudar suas vidas após receberem remissão de suas penas. O caminho é árduo e a educação é um dos instrumentos capaz de transformar essa triste realidade social. O papel da educação dentro do sistema carcerário deve ser o de reeducar os detentos. Ela precisa ter o poder de transformá-los enquanto ser humano, levando-os a ter uma visão mais ampla do mundo, para só assim conseguir inseri-los na sociedade e no mercado de trabalho.

A educação, conforme o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, é um direito de todos independente de sexo, raça, idade, religião ou condição social (BRASIL, 1988), porém, sabemos que a realidade não é bem assim. A Educação Prisional, “apesar de ser um direito dos detentos, dificilmente é assegurada pelo estado”. Não apenas em Campos Belos (GO), mas em todo o Brasil, o número de detentos que tem acesso a essa assistência é irrisório, porque ela só realmente será concretizada e funcionará adequadamente se houver concordância e colaboração entre presos, professores, agentes penitenciários e governo.

A educação é capaz de ressocializar o detento? Após inúmeros estudos chega-se a conclusão que mesmo a situação sendo extremamente complexa é possível sim. Apesar de muitos não acreditarem que investindo em educação nos presídios será possível diminuir a violência nas ruas, devemos crer que a instrução prisional pode sim contribuir para que essas pessoas excluídas da sociedade possam se emancipar, regenerar e buscar alternativas para a realização de seus sonhos e consequentemente um convívio harmonioso com a sociedade. Segundo Paulo Freire, em *Pedagogia da Indignação*, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67).

### Referências

- ANDRÉ, M. E. D. *A Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papyrus, 1995. BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 28 set. 2017.





\_\_\_\_\_. A Lei N. 7.210, de 11 de julho de 1984 - **Lei de Execução Penal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm). Acesso em: 28 set. 2017.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria dos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CARREIRA, Denise. **Relatório nacional para o direito humano à educação**: educação nas prisões brasileiras. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

COYLE, A. **Administração Penitenciária**: Uma abordagem de Direitos Humanos: Manual para Servidores Penitenciários. Londres: International Centre for Prison Studies, 2002.

FREIRE, Paulo. **A Educação como Prática da liberdade**. 23ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

GADOTTI, M. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

MIRABETE, J. F.; FABRINI, R. **Execução Penal**: Comentários à Lei nº 7.210, de 11-7- 1984. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991

## ACÇÕES EDUCACIONAIS, PARA ALÉM DE JOGOS INTERCLASSES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM CURSO

65

Alysson Carlos Ribeiro Gomes  
Antônio Chadud Jorge  
Jefferson Francisco Cândido  
Moniquy Samara de Sousa Barbosa  
Raysuanni Paiva Lira Reis

**Resumo:** A sociedade atual está inserida em contextos de constantes e necessárias disputas. Estando a escola no seio da sociedade, acaba, naturalmente, seguindo as características dela. A competição é algo característico do ser humano, porém é imprescindível saber melhor compreender esta característica, sobretudo no contexto escolar. Nesse sentido, aproximando a discussão para a rotina escolar e, no caso, tratando as discussões possíveis e/ou necessárias à educação física escolar, busca-se com este estudo analisar, compreender e propor ações pedagógicas que possam atender à diversidade social presente em ambientes escolares. Dessa forma, enquanto ex-alunos(as) dos ensinos: infantil, fundamental e médio; após o contato com os tradicionais jogos interclasses – ação popularmente conhecida nos mais diversos segmentos escolares – e ao analisar obras consideradas clássicas à educação física escolar, compreender melhor o esporte - para além do jogado enquanto alunos(as) dos níveis já mencionados - buscou-se propor ações que, na lógica inversa aos jogos ocorridos no interior das escolas, os quais seguem regras e delimitam os(as) participantes, até mesmo por questões de tempo disponível pudessem, ao invés de selecionar pessoas, inseri-las todas, ou ao menos não excluir ninguém. Diante disso, elaborou-se uma ação, em formato de festival que, por meio de ações pedagógicas direcionadas ao público escolar, consegue tratar o conteúdo esporte ou outros da cultura corporal no seu sentido mais “puro”, ou seja, sem a necessária, natural e, às vezes excessiva, vontade de, única e exclusivamente, vivenciar para ganhar ou então só vivenciar se possuir habilidades que possibilitem os movimentos necessários na totalidade da perfeição.

**Palavras-chave:** Educação. Educação Física Escolar. Propostas pedagógicas alternativas.





## Introdução

Pensar a educação formal sempre foi uma tarefa complexa, isso porque as relações sociais são, também, complexas. Sendo a educação formadora de personalidades humano-históricas, requer uma relação democrática, a qual torna-se difícil em sociedades capitalistas, pois o ato educativo, por excelência, é contraditório a este tipo de sociedade (PARO, 2015, p. 107).

Ainda Paro (2015, p.47), cita que os homens nascem igualmente com direito universal de acesso à herança cultural. Problematizar a questão de como a educação – ato educativo – se apropria da cultura, bem como ela, a educação, acaba por construir o homem em sua historicidade precisa ser algo indispensável aos ambientes escolares (PARO, 2015, p. 49).

A escola é um sistema sociocultural constituído por grupos, sendo também um espaço privilegiado de reapropriação e reinterpretação da cultura (TEIXEIRA & PORTO, p. 3 **apud** TEIXEIRA, 2002, p. 40). Neste contexto, acredita-se que ações constituídas no âmbito escolar, precisam ter relação íntima de sentido e significado, pois busca-se que a escola atue no sentido inverso à reprodução. No que diz respeito às ações comuns às escolas públicas municipais de Palmas – TO, sobretudo às de ensino fundamental, é sabido que possuem, enquanto espaço de conquista, via calendário escolar base da referida rede, alguns dias que permitem a realização dos tradicionais jogos entre turmas da mesma escola, os famosos jogos interclasses.

O presente trabalho não tem por objetivo mensurar algo em relação a viabilidade do espaço conquistado, mas sim propor ações, não obrigatoriamente substitutivas, mas ampliadoras, ou seja, fazer uso dos dias previstos não somente com os referidos jogos, mas também com ações, aqui tratadas de festivais.

Como já citado, a sociedade é pautada em questões meritocráticas e, sob esse ponto de vista, aproximando a discussão para a educação física escolar, Assis (2010, p. 113) afirma que a competição pode atuar em várias frentes, podendo tanto fazer o mal, quanto o bem. O mesmo autor ainda sugere que o problema educativo precisa fazer com que o bem, neste contexto, seja amplamente superior ao mal. Para isso, é necessário compreender o que se quer quando se está propondo algo; seja uma aula, jogos internos ou festivais. Vale lembrar que sendo a escola pública, palco deste estudo, local de diversidade, sabendo que enquanto cidadãos e cidadãs temos deveres e direitos; buscou-se fomentar e garantir a participação do todo da escola, uma vez que, acredita-se que tanto o esporte quanto os demais conteúdos da





cultura corporal são advindos de ações humanas, ou seja, produzidos pela espécie humana. Assim, precisam ser utilizados pela espécie, independentemente de qual nível de habilidade cada um possua, ou a qual classe social pertença.

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente estudo acontecerá por meio de pesquisa qualitativa, a qual, de acordo com Minayo (2001) preocupa-se com níveis de realidades que não podem ser quantificados, ou seja, os resultados não são mensuráveis por meio de variáveis numéricas, mas sim corresponde por um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, os quais, como já citados não são meros dados estatísticos. Dessa forma, haverá revisão de bibliografia relevante ao tema/discussão, bem como pesquisa de campo a ser realizada na décima primeira edição de um projeto intitulado “Festival para Ser Criança”, a acontecer na Escola Municipal Francisca Brandão Ramalho em Palmas/TO, com crianças de seis a nove anos de idade, o qual fará parte do “Festival Escolar de Cultura Corporal de Movimento – FECCM – Faculdade de Palmas - FAPAL”. Sendo que este último objetiva inserir os acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação Física em ações correlatas à sua formação. Em relação à revisão bibliográfica, o livro Reinventando o Esporte: possibilidades da prática pedagógica será utilizado para nortear a pesquisa, e também a organização de uma edição do FECCM – FAPAL.

67

Após a leitura do livro foram elaboradas ações pedagógicas para serem realizadas na 11ª edição do Festival para Ser Criança e FECCM - FAPAL. No que tange às ações pedagógicas propostas, inicialmente, tão logo os alunos(as) chegavam à escola, eram recepcionados por acadêmicos, caracterizados de personagens circences, os quais fixavam no pulso de cada aluno(as) uma fita de TNT colorida. No total foram utilizadas quatro cores, as quais representavam quatro grupos contendo alunos(as) das mais diversas turmas, que, das oito até às onze horas e trinta minutos da manhã, circularam por quatro grandes estações, tendo 50 minutos para desenvolverem suas ações pedagógicas. Cada estação tinha uma ação norteadora, porém não cristalizada. A quadra de esportes da escola se transformou em três estações, e uma árvore próxima à quadra representou a quarta estação. Nas ações ocorridas no interior da quadra houve: atividades coreografadas, onde acadêmicos(as) direcionavam movimentos corporais ao som de músicas e ritmos diversos, e os(as) alunos(as) buscavam acompanhar os movimentos. Em outra estação ocorrida na quadra, havia um festival, livre, de malabares contendo: equilíbrio de pratos (feitos de materiais recicláveis), bolinhas e argolas.







Nesta estação os(as) acadêmicos(as) davam informações, em forma de sugestão, para que os(as) alunos(as) pudessem manusear os objetos. A terceira estação ocorrida na quadra propunha a realização de festival de atividades circenses, a qual, a cada grande grupo que por lá passava, os dividia em pequenos grupos que eram levados a fazer uso de materiais ali disponíveis (bolas, arcos, argolas, nariz de palhaço), a criarem apresentações, que após os ensaios eram apresentadas para o grande grupo. Essa estação contava com uma cortina em alusão ao picadeiro do circo. Cada pequeno grupo, após os ensaios, saía de traz da cortina e realizava suas apresentações.

Um megafone foi utilizado nessa estação para divulgar as apresentações ao estilo circo. Em relação à estação da árvore, aproveitou-se o caule e os galhos, para além da bela sombra fornecida pelas Faveiras de Bolota, para amarrarem dois slacklines em alusão à corda bamba, um trapézio e duas argolas que serviam para simular o trapézio e demais apresentações aéreas existentes nos mais diversos estilos de circo.

Na metade da manhã, houve uma pausa para o lanche e, após isso, seguiu-se a programação. Em se tratando de ação inversa aos jogos escolares, não se buscou a identificação de melhores e ou de não tão melhores; ao contrário, todas as crianças presentes puderem brincar/vivenciar/sentir diversas emoções sem a preocupação em fazer da forma “perfeita”. Ao final da manhã todas receberam, na saída, um picolé.

Durante a ação, por amostragem, algumas pessoas eram convidadas a responder um documento avaliativo em relação à ação. Este documento foi elaborado contendo duas opções para se expressarem: por desenho e por texto. Na ocasião, também haviam pais que puderam participar do procedimento avaliativo.

Após análise em relação aos eventos escolares já ocorridos nas escolas do município e, por meio da leitura da obra citada, a unidade educacional em questão já propõe o trato com conteúdos da cultura corporal, no sentido de favorecer à participação de todos(as) os(as) sujeitos envolvidos na escola, ou seja, sendo um festival, os conteúdos propostos atendem ao direito que cada aluno(a) tem de participar, situação nem sempre possível em jogos escolares, os quais ao seguir as regras das diversas modalidades, precisam limitar o quantitativo de participantes.

### **Resultados e Discussão**

Após os estudos, a elaboração da proposta pedagógica e a execução, pode-se perceber, por meio das informações também captadas no formulário de avaliação próprio utilizado na







ação; bem como pelas observações durante as estações que buscavam analisar as expressões corporais, falas e ou comentários advindos dos(as) alunos(as); que aqueles(as) que participavam, realizavam as diversas ações de forma espontânea, bem como que se sentiram bem em participar - na imensa maioria (cerca de 200 crianças participantes). Ressalte-se que, embora algumas estações davam predefinições do que poderia ser feito, as crianças eram incentivadas a refletir sobre como poderiam realizar sua participação. No entanto, houve algumas negações quanto a participar. Com isso, percebe-se que, embora a faixa etária seja baixa (crianças de 06 a 09 anos) alguns já possuem conceitos, os quais indicam situações que acabam por segregar a possibilidade de movimento, a depender da ação proposta. A estação de movimentos coreografados identificou que alguns meninos (aproximadamente três por cento), recusaram-se a participar da proposta. Como justificativa diziam que estavam cansados, e quando havia a variação entre ritmos, músicas e sons, havia o direcionamento para que, após a identificação do som reproduzido pelo equipamento de áudio, as crianças deveriam realizar movimentos condizentes com o som. Uma delas, após ouvir o som de um animal (macaco) se recusou a fazer o movimento condizente ao som, pois, segunda disse, “ela não era um macaco”.

Estas questões, após a realização do evento, foram discutidas, no sentido de melhor compreender o que poderia e ou deveria ser feito. Porém, não foi identificada nenhuma situação que viesse a excluir alguma criança. Assim, acredita-se que a proposta atendeu aos objetivos: Permitir a participação de todas as crianças, bem como permitir-lhes a opção de participar ou não; porém, em caso de negativa, havia uma conversa para que pudesse ser compreendido o motivo pelo qual não havia o interesse em participar, bem como pudesse ser criado um ambiente ainda mais reflexivo, para que a criança pudesse pensar para além do seu pré-conceito.

### **Considerações Finais**

Com base no que foi estudado, proposto e executado, pode-se perceber que é possível tratar os conteúdos da cultura corporal para além da possibilidade de jogos internos (turmas contra turmas). Nesse sentido, (ASSIS, 2010, p.22) aborda que a escola é um lugar de construção de um novo esporte, a partir da prática do velho. Ou seja, sugere que haja uma espécie de reinvenção do esporte, por exemplo, por meio de práxis possíveis àqueles que o praticam. Dessa forma os conteúdos da cultura corporal continuam existindo na escola, porém precisam ser questionados/estudados pelos sujeitos envolvidos na e com a escola.





O esporte, bem como demais conteúdos da cultura corporal na escola possibilitam não só competições, mas pode ser reinventado, por meio de metodologias de ensino capazes de incluir todos(as). Assim sendo, é necessário ter novas formas de ver tais conteúdos. Com isso, possível será levar novas metodologias desviando o foco de que só os que possuem melhores rendimentos/habilidades podem participar, ou seja, o esporte, as lutas as ginásticas e atividades circenses, como parte integrante da cultura corporal, por intermédio, também, de quem o ensina – Professor(a) – é possível promover esse reinventar, nesse contexto, no seu espaço escolar, visando uma aprendizagem significativa.

### Referências

ASSIS, de Oliveira, Sávio. **Reinventando o esporte:** possibilidades da prática pedagógica. 3. ed. 1. reimpr. – Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CNCE, 2010. – (Coleção educação física e esportes).

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?** – São Paulo: Cortez, 2015.

TEIXEIRA, Lucia Helena Gonçalves. **Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas.** – Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

## O PRONATEC COMO AÇÃO COMPLEMENTAR DO PBF NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Amarilda Vieira Silva da Mota

Dailson Evangelista Costa

**Resumo:** este trabalho se insere na temática que trata do PRONATEC como ação complementar do PBF na geração de trabalho e renda no município de Novo Alegre (TO). O problema de pesquisa configura-se como: Qual a contribuição do PRONATEC para as famílias acompanhadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) do município de Novo Alegre (TO) em relação ao trabalho e renda? O objetivo geral é analisar a contribuição do PRONATEC para as famílias acompanhadas pelo CRAS e que são beneficiárias do PBF da cidade de Novo Alegre (TO) em relação ao trabalho e renda. Os objetivos específicos são: (1) identificar quais foram os cursos ofertados pelo PRONATEC nos anos de 2014 a 2016 no município de Novo Alegre (TO); (2) entender como que os cursos ofertados pelo PRONATEC influenciaram no trabalho e renda dos participantes; e (3) identificar a compreensão dos participantes sobre os cursos do PRONATEC. A justificativa desta pesquisa se dá pela necessidade de compreensão sobre o impacto que os programas sociais no município de Novo Alegre têm desencadeado em relação à geração de trabalho e renda das famílias deste município. A abordagem metodológica configura-se como uma pesquisa qualitativa e o instrumento de coleta de informações utilizado foi entrevista com 10 pessoas que participaram dos cursos ofertados pelo PRONATEC nos anos de 2014 a 2016. A análise é constituída por produções de significados a partir das respostas dos entrevistados em relação aos cursos que eles fizeram: satisfação pessoal, emprego e saída do PBF, qualificação profissional, conteúdos pertinentes, exercício na área de formação e profissão autônoma, desenvolvimento profissional, contribuição para trabalho e renda, atividade remunerada, qualificação para emprego na área de formação. Estes significados que interpretamos convergiram para uma única categoria, que denominamos de: Profissão, trabalho e renda. Com





isso, concluímos que os cursos ofertados pelo PRONATEC proporcionaram o desenvolvimento de profissões, de trabalho e de renda familiar.

**Palavras-chave:** PRONATEC. PBF. Trabalho e Renda. Novo Alegre.

## Introdução

Este trabalho trata-se do tema que envolve o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) como ação complementar do Programa Bolsa Família (PBF) na geração de trabalho e renda. A partir deste tema, delimitamos a investigação na seguinte temática: O PRONATEC como ação complementar do PBF na geração de trabalho e renda no município de Novo Alegre (TO). Para orientar a nossa investigação, elegemos o seguinte problema de pesquisa: Qual a contribuição do PRONATEC para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Famílias e famílias referenciadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Novo Alegre (TO) em relação ao trabalho e renda?

Para compreendermos esta pergunta, definimos como objetivo geral analisar a contribuição do PRONATEC para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Famílias e famílias referenciadas pelo CRAS da cidade de Novo Alegre (TO), em relação ao trabalho e renda. Para alcançarmos este objetivo geral, traçamos os seguintes objetivos específicos: (1) identificar quais foram os cursos ofertados pelo PRONATEC nos anos de 2014 a 2016 no município de Novo Alegre (TO); (2) entender como que os cursos ofertados pelo PRONATEC influenciaram no trabalho e renda dos participantes; e (3) identificar a compreensão dos participantes sobre os cursos do PRONATEC.

O presente artigo visa analisar a prática das ações intersetoriais dirigidas às famílias beneficiárias do Programa Bolsa família (PBF) do município de Novo Alegre (TO), através de uma das ações complementares que foram desenvolvidas nos cursos do PRONATEC sendo articuladores dos cursos: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Colégio Estadual Dr. João D'Abreu (CEJA), que ajudaram a superar a situação financeira e precária de muitos beneficiários do PBF do município. Com isso, buscamos, nesta pesquisa, compreender se os cursos ofertados durante os anos de 2014 a 2016 contribuíram para a conquista de trabalho e renda dos participantes.

Com o intuito de garantir um curso profissionalizante para melhoria das condições de vida dos beneficiários do Programa citado acima, e com a unificação de diversos Programas





sociais, o PRONATEC é uma das ações complementares e intersetoriais que integra a vertente de inclusão produtiva e geração de renda do Programa Federal de combate a extrema miséria e pobreza.

O PBF, que é um Programa vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é originário de uma unificação, cujo processo se iniciou em 2003 a partir de programas já existentes, a saber: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. O mesmo consiste em um programa de transferência direta de renda, por meio de condicionais às famílias pobres ou extremamente pobres (BRASIL, 2013). Dessa forma, os sujeitos incluídos na pesquisa são os beneficiários do Programa citado, através dos cursos promovidos pelos órgãos mencionados, e tem sido considerado estratégico para o processo de inclusão no trabalho e renda desenvolvido no município de Novo Alegre (TO). Para tanto, o que se pretende com este trabalho é mostrar que a partir da sua qualificação profissional, o público que participou destas ações tem mais chances de trabalho e renda.

Para isso, será analisada a forma que a Coordenação Intersetorial está orientando e conscientizando as famílias que participaram dos cursos profissionalizantes para os beneficiários do Programa Bolsa Família, ajudando a superar a pobreza e possibilitando um melhoramento das condições de vida, ainda que seja a médio e longo prazo.

72

### **Procedimentos Metodológicos**

Os cursos ofertados de 2014 a 2016 foram: recepcionista, auxiliar administrativo, pedreiro de alvenaria, pintor de obras, instalador hidráulico, auxiliar de laboratório de saúde, produtor de mandioca, operador de caixa, confeitiro, salgados, panificação, corte de costura e Artesão de biojóias, totalizando 13 cursos. Estes cursos foram importantes para o município, voltados para a capacitação profissional de moradores de baixa renda, especialmente jovens em busca do primeiro emprego, assim como atividades que geram ocupação, desenvolvimento humano e possibilidades de empreendedorismo e geração de renda.

Aproximadamente 250 pessoas beneficiárias do PBF participaram dos cursos citados. Muitos fizeram até quatro cursos, e alguns destes estão trabalhando com contrato temporário como auxiliar administrativo, auxiliar de laboratório de saúde e recepcionista outros estão fazendo serviços particulares (trabalhador autônomo) como, por exemplo, pedreiro de alvenaria e instalador hidráulico, que foram os cursos que mais geraram emprego e renda. Também existem pessoas que fizeram o curso de operador de caixa que estão trabalhando em







um mercado e duas pessoas que fizeram o curso de produtor de mandioca e estão produzindo farinha de mandioca para o consumo e para os mercados.

O número de pessoas que estão trabalhando que fizeram os cursos ainda é pouco em relação às oportunidades que tiveram em se capacitar pelo fato do município não ter condições financeira de empregar todos os cursistas. Esse diagnóstico não constitui um julgamento aos programas de geração de trabalho e renda em si mesmos. Reconhecemos que estes programas têm o mérito em capacitar os beneficiários do PBF, dando oportunidades, buscando criar condições para sua integração ao mundo do trabalho. E, para além disso, essas pessoas que fazem esses cursos ficam na expectativa de melhorar de vida.

Considerando que o elemento de estudo é a estimativa dos cursos ofertados pelo PRONATEC em Novo Alegre (TO) e seu impacto na melhoria das condições de renda e trabalho, optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, na qual os entrevistados estarão mais livres para apontar os seus pontos de vistas sobre suas respostas em relação a entrevista. Tivemos como evidência complementar de documentos quantitativos, a base de dados das fichas de inscrição dos cursistas, disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através do CRAS e no CEJA, permitindo uma análise de quantas pessoas foram inscritas nos cursos. De acordo com Minayo (2009, p. 20): “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

O propósito não é contabilizar quantidades como resultado, mas sim conseguir compreender o que mudou na vida dos grupo-alvo em relação ao trabalho e renda. Foram realizadas entrevistas com 10 pessoas que fizeram cursos ofertados pelo PRONATEC e que hoje estão trabalhando e melhoraram de vida.

Segundo Bauer e Gaskell (2002), as entrevistas permitem a compreensão minuciosa das motivações, atitudes, valores e crenças dos sujeitos pesquisados. Dessa forma, a pesquisa abordada neste artigo será por meio de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, podendo, através da mesma, buscar evidências que comprovem a coleta de dados nas informações respondidas pelos indivíduos entrevistados e dando liberdade para que contribuam com a análise.

### **Resultados e Discussão**

Nossa finalidade nesta pesquisa é analisar se, através do roteiro elaborado, após execução das entrevistas semiestruturadas, e com a coleta de dados, alcançamos o que







pretendíamos. Concluímos que as categorias utilizadas no quadro acima nos proporcionaram atingir objetivos previstos que são: analisar a contribuição do PRONATEC para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Famílias e famílias referenciadas pelo CRAS da cidade de Novo Alegre (TO), em relação ao trabalho e renda. Sendo os objetivos específicos: (1) identificar quais os cursos foram ofertados pelo PRONATEC nos anos de 2014 a 2016 no município de Novo Alegre (TO); (2) entender como que os cursos ofertados pelo PRONATEC influenciaram no trabalho e renda dos participantes; e (3) identificar a compreensão dos participantes sobre os cursos do PRONATEC.

As entrevistas foram gravadas e transcritas de forma que pudéssemos captar o que foi expresso pelos entrevistados. As informações geraram vários significados e uma única categoria e revelando uma compreensão de algumas contribuições que o PRONATEC proporcionou às famílias do município de Novo Alegre (TO).

Constatamos quais os cursos foram ofertados e percebemos que realmente a oportunidade em participar desses cursos contribuíram para uma renda melhor e, a partir de oportunidades em trabalhar, os mesmos fizeram desligamento voluntário do PBF, pois não tinham perfil para estarem inseridos no programa. Portanto, as compreensões dos entrevistados em relação aos cursos foram na direção de um reconhecimento de uma educação de qualidade, com mais oportunidades de acesso ao conhecimento e com mais chances de trabalho.

Podemos averiguar que os participantes reconheceram que as instituições que aplicaram os cursos obtiveram qualidade no ensino, as mesmas são reconhecidas pela sociedade como: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Todos disseram que querem participar de outros cursos.

### **Considerações**

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), como Ação Complementar do PBF, passa a ser considerado como um Programa Público de Política Social que contribuiu para emprego e renda, no município de Novo Alegre (TO), oportunizando a mão de obra qualificada com os cursos de formação inicial e continuada voltados para a inserção no mercado de trabalho.





Salientamos que o público prioritário são os beneficiários do Programa Bolsa Família, famílias acompanhadas pelo CRAS e pessoas de baixa renda. Diante de toda a pesquisa, compreendemos que a educação é um ingrediente essencial para vencer a falta de emprego e renda, pois já é visível que indivíduos em países que prioriza o acesso à educação de qualidade conseguem gerar maiores valores em bens e serviços, ou seja, mais bem-estar para ser distribuído entre as pessoas. As políticas públicas e a sociedade brasileira devem ser criadas com vistas ao estado democrático, se não for desta forma não há como combater ou mesmo reduzir a desigualdade social no Brasil, e a educação, sozinha, não pode vencer esse desafio, mas auxiliada pelos diversos setores sociais, por políticas públicas sociais, como o PRONATEC, poderá gerar e garantir empregos.

Concluimos esta pesquisa acreditando que não devemos deixar de ressaltar que o grande mentor para que o PRONATEC chegasse em nosso município é o maior Programa já existente em toda a América Latina, o Programa Bolsa Família, que através do sistema de cadastro do Governo Federal, Cadastro Único (CadÚnico) - instrumento que identifica famílias de baixa renda, através da sua renda per capita, e inclui no PBF – possibilita ações complementares, relacionadas na terceira dimensão, oportunizando as família na superação de sua situação de vulnerabilidade social através dos cursos do PRONATEC.

75

### Referências

- ARROYO, M. G. **Pobreza, Desigualdade e Educação**. Brasília, DF, 2013.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações** - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 2 ed. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Orientações Técnicas - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. 1 ed. Brasília, DF, 2009a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº. 109, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial [da] República do Brasil**. Brasília, DF, 2009b.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PINZANI, A.; REGO, W. L. **Pobreza e Cidadania**. Brasília, DF, 2013.





SANTOS FILHO, José Camilo e GAMBOA, Silvio Sanchez. (Org.). **Pesquisa Educacional:** quantidade – qualidade. 5. Ed. São Paulo. Cortez, 2002.

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO ENTRE POBREZA, ADOLESCÊNCIA E EDUCAÇÃO

Ana Cássia Chaves Barros

Klívya de Cássia Silva Nunes

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar por meio de pesquisa bibliográfica o Programa Bolsa Família (PBF) e sua relação com a pobreza e a educação de jovens entre 16 e 17 anos, no município de Estreito/MA, bem como, será feita uma análise dos documentos oficiais que tratam sobre esse assunto. Apesar desse benefício está integrado ao Pró-Jovem são programas distintos, visto que este estudo tem como intenção analisar o Benefício Variável Jovem (BVJ) que é uma ampliação do Programa Bolsa Família, o mesmo é vinculado ao adolescente, mas pago às famílias. Será realizada uma análise pra tentar entender o porquê e qual a intenção de ampliar a faixa etária do PBF e de que forma os mesmos pensaram esses jovens como parte do programa que auxilia financeiramente milhares de famílias pobres no país. Conclui-se que apesar do benefício não contemplar todas as necessidades dos jovens, ele auxilia e colabora para a permanência na escola, tendo em vista que a maioria de seus beneficiários continua frequentando as aulas e atingindo a porcentagem de presença exigida pelo programa.

**Palavras-chave:** Política Pública. Pobreza. Jovens. Educação.

### Introdução

O presente trabalho tem como intencionalidade analisar por meio de pesquisa bibliográfica e documental a relação do Programa Bolsa Família com a pobreza e a educação dos adolescentes, no intuito de responder a pergunta norteadora da pesquisa: 1) Em que medida o programa tem sua importância e contribuição na vida desses jovens pobres no município de Estreito/MA? Conforme rezam os documentos oficiais essa nova modalidade de auxílio iniciou em 2008, pois o governo entendeu que existia a necessidade de ampliar o auxílio para adolescentes de 16 e 17 anos, até o limite de dois benefícios por família, lembrando que o auxílio do programa anteriormente abrangia até o limite da idade de 15 anos.

O Benefício Variável Jovem (BVJ) tem como finalidade contribuir para que adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) permaneçam na escola e reduzir a evasão escolar e a pobreza fazendo com o que esses jovens concluam o ensino médio, pois uma das principais causas da pobreza é a baixa escolaridade de jovens e adultos que muitas vezes abandonam a escola para trabalhar.

No decorrer da pesquisa bibliográfica que tem a intencionalidade de buscar refletir sobre esse benefício e abordar os pontos relevantes desse programa, constatou-se que apesar do benefício não contemplar todas as necessidades dos jovens, ele auxilia e colabora para a





permanência na escola, tendo em vista que a maioria de seus beneficiários continua frequentando as aulas e atingindo a porcentagem de presença exigida pelo programa.

Neste sentido, para efeito metodológico da apresentação deste trabalho, faremos primeiro a apresentação do Programa Bolsa Família e do Benefício Variável Jovem, posteriormente, discutiremos sobre o PBF e a educação com o recorte da pobreza e o jovem, finalizamos com reflexão sobre o Beneficiário Variável Jovem e sua vantagem e desvantagem.

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente artigo teve como objetivo analisar por meio de pesquisa bibliográfica o Programa Bolsa Família (PBF) e sua relação com a pobreza e a educação de jovens entre 16 e 17 anos, no município de Estreito/MA, também foi realizado uma análise dos documentos oficiais que tratam sobre esse assunto.

### **Resultados e Discussão**

O PBF e o Beneficiário Variável Jovem demonstra certa fragilidade por ter que fazer uma seletividade entre as pessoas que se encontram na pobreza, podemos dizer assim, quando coloca condições para o atendimento, esta seletividade estaria na escolha dos mais pobres, porém, num país onde se impera a desigualdade e exclusão, como selecionar os pobres entre os pobres? Por outro lado, o referido programa tem como o principal objetivo o alívio da pobreza imediata e, isso, de fato o programa vem contribuindo, embora, o grau de pobreza no Brasil, especialmente no município de Estreito do Maranhão, deva ser considerado no âmbito do processo histórico do modelo de desenvolvimento econômico capitalista.

De modo geral, há de se considerar que o programa por si só não resolverá as mazelas da desigualdade e pobreza, pois deve-se atentar para outras políticas que gerem renda e emprego aos mais pobres, além do acesso a educação e saúde.

### **Considerações Finais**

Diante do que foi apresentado é evidente observar que não somente o Programa Bolsa Família que alcança adolescentes até 15 anos tanto quanto o BVJ que se estende as adolescentes de 16 e 17 anos não são suficientes para sanar suas necessidades primordiais, vale ressaltar que investimentos em políticas sociais vem tendo cortes consideráveis o que pode prejudicar e diminuir a eficácia do programa.







É necessário que não somente a sociedade como o governo enxergue o programa de transferência de renda como um meio transitório para a emancipação de seus beneficiados e não como um fim, assim evitaria que tal programa ganhe caráter apenas de assistencialismo. Claro que o benefício acaba por gerar um resultado imediato, causando uma sensação ilusória de que o problema foi parcialmente resolvido, mas na verdade foi mascarado, visto que o benefício trás um alívio imediato para a pobreza, mas o mesmo tem que passar para a etapa seguinte que é a conquista e garantia de direitos básicos, tais como saúde, educação, trabalho digno.

O benefício não é universal, pois ainda não contempla todos os necessitados, haja vista que existe uma seleção entre os pobres, considerando como mais necessitado a receber o benefício àquela que se enquadra em maior avaliação de nível de pobreza e esse critério acaba por eliminar outra família, não por não existir necessidades, mas por ser considerada menos pobre do que a outra.

Também há deficiência no acompanhamento e desenvolvimento do benefício, seria necessária uma pesquisa mais abrangente e crítica para confirmar se o programa tem mais vantagens ou desvantagens e qual seu real resultado ao longo dos anos.

### Referências

ARROYO, Miguel. Pobreza, Desigualdades e Educação. **Módulo Introdutório**. Pós-Graduação em Educação Pobreza e Desigualdade Social. Brasil, 2014.

ARAÚJO, Guilherme Silva; **Programa Bolsa-Família e o Trabalho de Crianças e Adolescentes: Limites e Alcances**. Uberlândia, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Outubro, 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)/Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 2ª ed revisada. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [ftp://ftp.mds.gov.br/externo/ead/outros/arquivos\\_a\\_enviar/MIOLO%20-%20Manual\\_Gestao\\_Bolsa\\_Familia\\_18082015%20-%20print.pdf](ftp://ftp.mds.gov.br/externo/ead/outros/arquivos_a_enviar/MIOLO%20-%20Manual_Gestao_Bolsa_Familia_18082015%20-%20print.pdf) . Acessado em: 08.11.2017

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produto Interno Bruto dos municípios – 2011**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210405&idtema=125&search=maranhao%7Cestrito%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2011> . Acessado em: 09.11.2017

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Informações Estatísticas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=210405> . Acessado em: 09.11.2017

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Mapa da Pobreza e Desigualdade**. Disponível em:





<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210405&idtema=19&search=maranhao|estreito|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>. Acessado em: 09.11.2017

CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Cortês. **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania** / Brasília : Ipea, 2013.

**INSTRUÇÃO Operacional Conjunta nº 03 SENARC/SNAS/MDS** Brasília, 26 de agosto de 2009.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. **Módulo II**. Pós-Graduação em Educação Pobreza e Desigualdade Social. Brasil, 2014.

MULLER, Luiz. Bolsa Família, depois do Japão e EUA agora é a vez da Suíça copiar o programa social. **São Paulo: jun. 2014. Disponível em:** < <http://www.luizmuller.com.br> >. **Acessado em 22 de outubro 2017.**

ONU critica assistencialismo do Bolsa Família no Brasil - Mundo - Hoje em Dia. **Portal R7**. [Online] 05 Set. 2010. Disponível em: < <http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-emdia/noticias/mundo/onu-critica-assistencialismo-do-bolsa-familia-1.168328> >. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e Cidadania. Módulo I**. Pós-Graduação em Educação Pobreza e Desigualdade Social. Brasil, 2014.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo, Editora da Unesp, 2013.

## A EVASÃO ESCOLAR

Ana Celia Ferreira Linhares  
Ana Cristina Serafim da Silva

79

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre as práticas escolares adotadas e suas causas no fracasso escolar, que se apresentam sob a forma de reprovação ou evasão do aluno da escola.

**Palavras-chave:** Evasão, Educação, Ensino Médio.

### Introdução

O presente artigo aborda a evasão escolar, ocorrida no ensino médio brasileiro. Essa temática vem tornando-se cada vez mais importante nos estudos científicos, visto que a situação se agrava constantemente, pois os motivos geradores da situação, parece-nos andar em paralelo com a falta de investimentos no campo educacional que fomenta a pesquisa científica e estimule os educandos.

Ao analisar o cenário educacional, percebe-se que a evasão escolar não está presente em apenas uma região, também não ocorre em locais isolados, ela está presente em todo o sistema educacional brasileiro e em todas as classes sociais, ocorrendo ainda não somente no ensino médio, que é o foco da pesquisa, mas também em todo o ensino fundamental.





A pesquisa sobre a evasão escolar no ensino médio caracteriza-se pela curiosidade de encontrar respostas verídicas para responder a problemática traçada inicialmente, pois é a partir da pesquisa desenvolvida que se obteve fatos sobre o tema em discussão que pudesse responder criticamente as causas da evasão escolar e suas consequências na vida social, pessoal e profissional do indivíduo que abandona os estudos, cujo abandono muitas vezes causas danos irreparáveis na vida daquele que evade da escola.

Com base no apontado até aqui, o trabalho desenvolvido justifica-se pelo interesse de pesquisa nesta área para apresentar dados reais que venham a contribuir para o entendimento do que leva o jovem e/ou adulto a evadir da escola no ensino fundamental.

Tem-se como indagações iniciais: quais as causas e consequências da evasão escolar no ensino médio? O que fazer para erradicar a evasão escolar no ensino médio?

A partir da problemática indagada anteriormente, tem-se como objetivo geral: analisar as causas e consequências da evasão escolar no ensino médio. Além deste, tem-se como objetivos específicos: caracterizar o ensino médio e a evasão escolar em uma perspectiva histórica e; apontar mecanismos que venham a erradicar a evasão escolar no ensino médio.

Com o intuito de responder o problema norteador da pesquisa e atingir os objetivos indicados acima, a pesquisa realizada é de cunho bibliográfico com uma abordagem qualitativa. Os dados coletados para o referencial teórico durante a pesquisa bibliográfica foram analisados e explicados através da interpretação.

Para contribuir com o estudo realizado, contou-se com o apoio de ideias e obras literárias de pesquisadores que desenvolveram estudos pertinentes sobre o tema em questão, como Silva (2012), Kenner (1943), Camargo (2009) e Mantoan (2003) a fim de interpretar com um olhar crítico-científico os dados coletados.

O interesse pelo tema evasão escolar no ensino médio emergiu de estudos sequenciais sobre este assunto no decorrer do curso de formação superior e o ensejo de conhecer detalhadamente o que faz os educandos a evadirem-se da escola e suas consequências posteriores, podendo assim caracterizá-lo de forma coerente e concisa, e tornar-se um marco teórico para estudos subsequentes para alunos que realizam pesquisas sobre o tema em foco, bem como para qualquer profissional que tenha curiosidade de pesquisar sobre a temática em discussão.

### **Procedimentos Metodológicos**





A aprendizagem envolve ainda aspectos emocionais relacionados com o medo do novo, do desconhecido. Nesse sentido, conforme as ideias de Fairstein e Gyssels (2005, p. 21), “o processo de aprendizagem acontece com pessoas. Mas cada pessoa tem uma história diferente. É em relação à nossa história que damos sentido e significado à aprendizagem”.

Conforme o exposto destacado, a aprendizagem acontece de forma diferenciada em cada pessoa que se dispõe em aprender o novo. Falar sobre a temática pesquisada implica em permitir-se a aprender o novo e partilhar o mesmo com os leitores que vierem a ler posteriormente. Conforme Marconi e Lakatos (2013, p. 2),

A pesquisa sempre parte de um tipo de problema, de uma interrogação. Dessa maneira, ela vai responder às necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno. Várias hipóteses são levantadas e a pesquisa pode invalidá-las ou confirmá-las.

Dentro do contexto metodológico, o estudo foi desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica, constituída de leituras em livros, revistas e artigos científicos, monografias, dissertações e leis que se posicionam a respeito do assunto em foco. As autoras Marconi e Lakatos (2013, p. 12) afirmam que:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar duplicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações podendo até orientar as indagações.

81

Mediante o citado pelas autoras, é por meio da pesquisa bibliográfica recorrida a fontes variadas que pode-se contribuir e fomentar para resultados atuais e pertinentes na sociedade atual e em foco, contribuindo para a solução do problema, respondendo as indagações norteadoras ocorridas antes e durante a fase de coleta e análise de dados.

Esta pesquisa atende ao paradigma interpretativo com abordagem qualitativa, “cujo interesse central de todas as pesquisas nesse paradigma é o significado humano de vida social e sua elucidação e exposição pelo pesquisador” (Moreira e Caleffe, 2006, p. 60). Também proporciona resultados significativos na área educacional, no sentido de oportunizar a quem pesquisa, uma visão mais ampla do estudo, produzindo conhecimentos, experiências e contribuindo para a mudança de paradigmas na realidade que se apresenta hoje nas escolas.

Em vista ao grande aumento da evasão escolar no ensino médio, que também se alastra pelo ensino fundamental, o tema em estudo tornou-se um grande desafio para a







concretização desta pesquisa, tendo assim o intuito de apresentar informações relevantes e contribuir para uma reflexão crítica-attitudinal acerca da temática apresentada.

A análise dos dados coletados durante a pesquisa bibliográfica foram confrontados, comparando o pensamento dos autores, tendo assim resultados verídicos e repassando para os leitores uma análise de forma minuciosa e crítica, visando destacar todos os detalhes abordados neste trabalho pesquisado.

Ao término da análise dos dados coletados aponta-se os resultados de forma positiva que vêm a contribuir para futuras pesquisas na área, bem como para a reflexão e aprimoramento do trabalho de educadores e pesquisadores.

### **Resultados e Discussão**

A aprendizagem envolve ainda aspectos emocionais relacionados com o medo do novo, do desconhecido. Nesse sentido, conforme as ideias de Fairstein e Gyssels (2005, p. 21), “o processo de aprendizagem acontece com pessoas. Mas cada pessoa tem uma história diferente. É em relação à nossa história que damos sentido e significado à aprendizagem”.

Conforme o exposto destacado, a aprendizagem acontece de forma diferenciada em cada pessoa que se dispõe em aprender o novo. Falar sobre a temática pesquisada implica em permitir-se a aprender o novo e partilhar o mesmo com os leitores que vierem a ler posteriormente. Conforme Marconi e Lakatos (2013, p. 2),

A pesquisa sempre parte de um tipo de problema, de uma interrogação. Dessa maneira, ela vai responder às necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno. Várias hipóteses são levantadas e a pesquisa pode invalidá-las ou confirmá-las.

Dentro do contexto metodológico, o estudo foi desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica, constituída de leituras em livros, revistas e artigos científicos, monografias, dissertações e leis que se posicionam a respeito do assunto em foco. As autoras Marconi e Lakatos (2013, p. 12) afirmam que:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar duplicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações podendo até orientar as indagações.

Mediante o citado pelas autoras, é por meio da pesquisa bibliográfica recorrida a fontes variadas que se pode contribuir e fomentar para resultados atuais e pertinentes na





sociedade atual e em foco, contribuindo para a solução do problema, respondendo as indagações norteadoras ocorridas antes e durante a fase de coleta e análise de dados.

### Considerações Finais ou Conclusão

Esta pesquisa atende ao paradigma interpretativo com abordagem qualitativa, “cujo interesse central de todas as pesquisas nesse paradigma é o significado humano de vida social e sua elucidação e exposição pelo pesquisador” (Moreira e Caleffe, 2006, p. 60). Também proporciona resultados significativos na área educacional, no sentido de oportunizar a quem pesquisa, uma visão mais ampla do estudo, produzindo conhecimentos, experiências e contribuindo para a mudança de paradigmas na realidade que se apresenta hoje nas escolas.

Em vista ao grande aumento da evasão escolar no ensino médio, que também se alastra pelo ensino fundamental, o tema em estudo tornou-se um grande desafio para a concretização desta pesquisa, tendo assim o intuito de apresentar informações relevantes e contribuir para uma reflexão crítica-attitudinal acerca da temática apresentada.

A análise dos dados coletados durante a pesquisa bibliográfica foram confrontados, comparando o pensamento dos autores, tendo assim resultados verídicos e repassando para os leitores uma análise de forma minuciosa e crítica, visando destacar todos os detalhes abordados neste trabalho pesquisado.

Ao término da análise dos dados coletados aponta-se os resultados de forma positiva que vêm a contribuir para futuras pesquisas na área, bem como para a reflexão e aprimoramento do trabalho de educadores e pesquisadores.

### Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação. In: SCARPARI, Deivi de Oliveira. **A função social da escola: o ensino médio deve formar para a vida ou para o mercado de trabalho?**. Criciúma-SC, 2003. Disponível em <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000025/0000253D.pdf>> Acesso em: 07 nov 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9 394/96. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 26 out 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. -- Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 1988. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>> Acesso em 02 nov 2017

CASTRO, Gilda de. Professor submisso, aluno-cliente: reflexões sobre a docência no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo**. In: SCARPARI, Deivi de Oliveira. **A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: o ensino médio deve formar**





para a vida ou para o mercado de trabalho?. Criciúma-SC, 2003. Disponível em <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000025/0000253D.pdf>> Acesso em: 07 nov 2017.

FAIRSTEIN, Gabriela Alejandra; GYSSELS, Silvana. **Formação Pedagógica**. Como se aprende? Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\\_freire\\_pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf)> Acesso em: 07 nov. 2017.

FREIRE, P. & HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

GÓMEZ, A. I. Pérez. **As funções sociais da escola**: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SCARPARI, Deivi de Oliveira. *A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: o ensino médio deve formar para a vida ou para o mercado de trabalho?*. Criciúma-SC, 2003. Disponível em <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000025/0000253D.pdf>> Acesso em: 07 nov 2017.

HADDAD, Cristiane Ramos; FRANCO, A. de F.; SILVA, D. V. da. **Os motivos da evasão escolar**: uma análise do programa fica. Pontífica Universidade do Paraná, Curitiba, 7 a 10 nov 2011. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4204\\_2327.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4204_2327.pdf)> Acesso em 08 nov 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, M de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. – 7. ed. – reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013.

MATTOS, Geraldo. **Dicionário Júnior da língua portuguesa**. – 4. ed. – São Paulo: FTD, 2011.

MELLO, Guiomar Nano de. Cidadania e competitividade: desafios educacionais no terceiro milênio. In: SANTOS, Elaine Janaina Souza dos. **A evasão escolar no ensino fundamental nas escolas públicas no município do Rio de Janeiro**: aspectos econômicos e sociais. Universidade Candido Mendes, RJ; 2001. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/17/ELAINE%20JANAINA%20SOUZA%20DOS%20SANTOS.pdf>> Acesso em 08 nov 2017.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta. In: NOVAES, Marilda Aparecida. **Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio**. Londrina-PR, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/MARILDA%20APARECIDA%20DOS%20REIS.pdf>> Acesso em: 08 nov 2017.

MOREIRA, H.; CALEFFE L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NOVAES, Marilda Aparecida. *Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio*. Londrina-PR, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/MARILDA%20APARECIDA%20DOS%20REIS.pdf>> Acesso em: 08 nov 2017.

PATTO, M.H.S. A produção do fracasso escolar histórias de submissão e rebeldia. In: HADDAD, Cristiane Ramos; FRANCO, A. de F.; SILVA, D. V. da. **Os motivos da evasão escolar**: uma análise do programa fica. Pontífica Universidade do Paraná, Curitiba, 7 a 10 nov 2011. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4204\\_2327.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4204_2327.pdf)> Acesso em 08 nov 2017.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. Disponível em <[http://www.ufrgs.br/psicoeduc/wiki/A\\_Teoria\\_de\\_Jean\\_Piaget\\_e\\_a\\_Realidade\\_Escolar](http://www.ufrgs.br/psicoeduc/wiki/A_Teoria_de_Jean_Piaget_e_a_Realidade_Escolar)>. Acesso em: 07 nov 2017.





SANTOS, Elaine Janaina Souza dos. **A evasão escolar no ensino fundamental nas escolas públicas no município do Rio de Janeiro:** aspectos econômicos e sociais. Universidade Candido Mendes, RJ; 2001. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/17/ELAINE%20JANAINA%20SOUZA%20DOS%20SANTOS.pdf>> Acesso em 08 nov 2017.

SCARPARI, Deivi de Oliveira. **A função social da escola:** o ensino médio deve formar para a vida ou para o mercado de trabalho?. Criciúma-SC, 2003. Disponível em <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000025/0000253D.pdf>> Acesso em: 07 nov 2017.

## POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS: LIMITES E POSSIBILIDADES SOCIAIS

Ana Cléia Gomes da Silva, UFT-Brasil

Rosilene Lagares, UFT/PPGE-Brasil

**RESUMO:** Circunscrito ao objeto educação integral, o trabalho indaga quais os resultados sociais que a política de Educação Integral no Município de Palmas tem gerado para alunos, famílias e comunidades atendidas nas Escolas Municipais de Tempo Integral Padre Josimo Tavares e Luiz Nunes de Oliveira. Seu objetivo é analisar limites e possibilidades sociais dessa política de educação integral no Município. Com uma abordagem qualitativa e quantitativa, suas informações estão sendo coletadas incluindo revisão de literatura, pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa tem relevância dada a sua importância social e científica no país, considerando a meta 6 do Plano Nacional de Educação/2014 de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica; e no Município de Palmas, considerando a meta 4 do Plano Municipal de Educação, de garantir à expansão progressiva de atendimento em tempo integral, na rede pública de ensino no Município, assegurando sua oferta em 85% das unidades educacionais, para que pelo menos 50% dos educandos permaneçam, no mínimo, 7 horas em atividades escolares; e considerando, ainda, que não há pesquisas acerca de suas possibilidades sociais no referido Município. No contexto histórico, a Educação Integral no Brasil surge em meados do século XX, caracterizando-se com pensamentos educativos de católicos, de anarquistas, de integralistas e de educadores como Anísio Teixeira. Portanto, esta política foi implantada no Município de Palmas na primeira década dos anos 2000, iniciando-se por estruturas construídas especificamente para este fim e ampliando-se para toda a rede pública.

**Palavras-chave:** Política de Educação Integral, Alunos, Gestão da Educação Municipal de Palmas/TO.

### Introdução

O projeto Política de Educação Integral do Município de Palmas: Limites e Possibilidades Sociais busca apreender o conceito de educação integral e as políticas educacionais existentes no município de Palmas Tocantins. O trabalho indaga quais os resultados sociais que a política de Educação Integral no Município de Palmas tem gerado para alunos, famílias e comunidades atendidas nas Escolas Municipais de Tempo Integral Padre Josimo Tavares e Luiz Nunes de Oliveira. Seu objetivo é analisar limites e possibilidades sociais dessa política de educação integral no Município. Com uma abordagem qualitativa e quantitativa, suas informações estão sendo coletadas incluindo revisão de literatura, pesquisa documental e pesquisa de campo.







A pesquisa tem relevância dada a sua importância social e científica no país, considerando a meta 6(seis) do Plano Nacional de Educação/2014 de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica; e no Município de Palmas, considerando a meta 4 do Plano Municipal de Educação, de garantir à expansão progressiva de atendimento em tempo integral, na rede pública de ensino no Município, assegurando sua oferta em 85% das unidades educacionais, para que pelo menos 50% dos educandos permaneçam, no mínimo, 7 horas em atividades escolares; e considerando, ainda, que não há pesquisas acerca de suas possibilidades sociais no referido Município.

No contexto histórico, a Educação Integral no Brasil surge em meados do século XX, caracterizando-se com pensamentos educativos de católicos, de anarquistas, de integralistas e de educadores como Anísio Teixeira. Portanto, esta política foi implantada no Município de Palmas na primeira década dos anos 2000, iniciando-se por estruturas construídas especificamente para este fim e ampliando-se para toda a rede pública. A escolha do tema surgiu a partir da curiosidade e da necessidade de saber mais sobre o conceito de Educação Integral. Vale lembrar que será uma pesquisa de relevância, dada sua importância social e científica, considerando que não há estudos realizados em Palmas com este tema.

86

A educação integral, na perspectiva da articulação das políticas públicas, é um enfoque recente e desafiador. Na história da educação pública brasileira a educação integral foi idealizada e implementada como política estritamente de responsabilidade dos sistemas de ensino. Assim, foram propostas e efetivadas experiências em que as diferentes oportunidades educativas concentravam-se num único equipamento, como as escolas-parque, os Centros integrados de Educação Pública - CIEPs e CAICs. (STELA, 2009, p. 17).

### **Procedimentos Metodológicos**

A fim de respaldar teoricamente este estudo, optamos por realizar a pesquisa bibliográfica com o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético, revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

### **Resultados e Discussão**

O trabalho é um projeto de pesquisa que está em andamento, que busca identificar as indagações e quais os resultados sociais que a política de Educação Integral no Município de





Palmas tem gerado para alunos, famílias e comunidades atendidas nas Escolas Municipais de Tempo Integral Padre Josimo Tavares e Luiz Nunes de Oliveira.

### Considerações Finais

Portanto, conceituar as políticas de educação integral não é tarefa fácil, mas objetivo da pesquisa é fomentar o estudo dessa modalidade de educação, de modo que se construa um acervo de registros e informações para servir como referência em futuras pesquisas, bem como subsidiar políticas públicas municipais.

### Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Educação integral: contexto histórico e presença na educação brasileira. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC, Secad, 2009. p. 15-25.

PARO, Vitor Henrique. **Escola de Tempo Integral**: desafio para o ensino público/ São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

PALMAS. Câmara Municipal. **Plano Municipal de Educação de Palmas – PME (2014 – 2024)**, Lei n 2.238, de 19 de janeiro de 2016. Palmas – TO.

BRASIL. Congresso Nacional. Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2024), **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

87

## REFLEXÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA-TO

Ana Gorete Alves das Chagas

**Resumo:** O presente estudo faz reflexão acerca do enfrentamento da pobreza no contexto educacional do Município de Fátima, Estado do Tocantins, compreendendo os principais aspectos e fazendo considerações acerca deste processo nesta municipalidade. São muitos os desafios que a sociedade vem enfrentando e sem dúvida, a pobreza e as desigualdades sociais tem sido um dos grandes entraves da sociedade brasileira, isso porque trata-se de uma situação vivenciada por milhões de brasileiros e que refletem diretamente na qualidade de vida de cada um e na educação, este fator repercute de forma significativa, afetando indivíduos em todo o país. Assim, justifica-se a realização deste estudo, considerando a necessidade de compreender os principais aspectos que influenciam no processo ensino aprendizagem e como a escola pode estar definindo estratégias para o enfrentamento deste problema, com o intuito de contribuir para que os alunos possam usufruir dos direitos mínimos para uma vida digna em sociedade. Mediante o exposto, o objetivo desta pesquisa consiste em refletir acerca do problema da pobreza e sua relação com a educação no Município de Fátima, tomando como base algumas considerações teóricas acerca do assunto em questão. Desta forma, será possível ampliar a visão acerca deste problema e a partir disso, ser possível argumentar a respeito desta importante temática.

**Palavras-Chave:** Infância, Pobreza, Educação.

### Introdução

O presente estudo focaliza algumas reflexões a respeito do enfrentamento da pobreza no contexto educacional do Município de Fátima, Estado do Tocantins tendo em vista que são





muitos os desafios existentes na sociedade contemporânea, dentre eles, alguns problemas sociais se evidenciam de forma emergente que resultam num cenário social demarcado pelas desigualdades sociais e pela pobreza.

Deste modo, muitas situações adversas surgem no cotidiano educacional que remete a necessidade de uma reflexão acerca deste problema que cerca não apenas a sociedade em geral como também as salas de aula. O problema delineado se interpõe na influência em que a pobreza e desigualdade social exerce na qualidade de vida dos alunos. Assim, como lidar com esta realidade, no sentido de promover o enfrentamento desta situação sob o ponto de vista pedagógico?

As estratégias mais eficazes para o enfrentamento da pobreza e desigualdades sociais existentes na escola pode estar associada a práticas pedagógicas efetivadas por meio de ações pedagógicas e currículos que atendam os diferentes arranjos sociais e as múltiplas formas de vida em que os brasileiros vivem, independente das diferenças de gênero, raça, etnia, classe social ou econômica.

Deste modo, o objetivo geral deste estudo é refletir acerca do problema da pobreza e desigualdade social estabelecendo relação com a educação no Município de Fátima. Além disso, pretende-se ainda realizar estudos teóricos acerca do assunto em questão, ampliando assim a visão acerca do problema levantado; argumentar a respeito da importância desta temática, oferecendo contribuições para sanar tais dificuldades e identificar algumas estratégias para o enfrentamento desta situação-problema a serem desenvolvidas no contexto da sala.

A questão da pobreza e desigualdade social faz parte da sociedade brasileira desde os primórdios da civilização, contudo, mesmo com todas as políticas públicas destinadas a minimizar tais problemas, ainda se configura com notoriedade na vida das pessoas, afetando diferentes categorias sociais, inclusive a sala de aula.

A realização deste estudo faz-se necessária, considerando a importância em compreender alguns aspectos que influenciam significadamente no processo ensino aprendizagem e de que forma a escola atua no enfrentamento deste problema.

Além disso, a efetivação desta pesquisa possibilitará alternativas para trabalhar com os alunos tais situações a partir da definição de alguns caminhos a serem percorridos para alcançar os objetivos esperados.

A pesquisa será realizada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, do





Município de Fátima, Estado do Tocantins, especificamente em uma escola que oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental, objetivando compreender quais os principais problemas sociais presentes no contexto escolar refletindo acerca de como a escola atua no enfrentamento destas questões.

Deste modo, ao efetivar esta pesquisa, pretende-se obter conhecimentos necessários acerca de como colocar em prática ações que contribuam para a resolução do problema ora detectado que permeia em torno da educação, pobreza, desigualdades sociais e seu impacto na sala de aula.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa proposta neste estudo será estruturada como uma forma de compreender um determinado problema identificado, conforme considera Gil (2007), que define a pesquisa como “(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Desta forma, entende-se que uma pesquisa não se realiza apenas com a intencionalidade do pesquisador, some-se isto, toda pesquisa parte de um problema e a partir de estudos e a busca dos conhecimentos relacionados ao assunto em questão é que se torna possível chegar ao objetivo esperado.

Portanto, a metodologia utilizada será por meio de uma pesquisa científica, sendo a referida pesquisa de natureza aplicada, que tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, com vistas à busca de solução de um determinado problema, que parte de um interesse local.

De acordo com Barros e Leheld (2000, p. 78), a pesquisa aplicada parte da necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados, com a finalidade de “contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”. Appolinário (2004, p. 152) completa que pesquisas aplicadas têm o objetivo de “resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas.”

Quanto à abordagem ao problema, a pesquisa será qualitativa visto que contribuirá para a efetivação deste estudo levando que conta que possibilita compreender melhor o assunto abordado. Sob este aspecto, Goldenberg (1997, p. 34) enfatiza que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização.” Deste modo, tal







abordagem permite o contato com a realidade pesquisada no sentido de compreender as informações levando em consideração o seu aspecto qualitativo.

Do ponto de vista do objetivo da pesquisa será por meio de uma pesquisa exploratória, na perspectiva de utilizar como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, considerando a necessidade de chegar a uma compreensão fundamentada em considerações já postas em discussão. Magalhães (2005) ressalta que “Podemos, então, ver o conhecimento como fator de liberdade, como elemento para a felicidade.” (MAGALHÃES, 2005, p. 17).

### **Resultados e Discussão**

O Município de Fátima, Estado do Tocantins por meio da gestão do Programa Bolsa Família vem desenvolvendo ações de diversas formas para o enfrentamento da pobreza, em forma de transferência de renda para as famílias que se encontram em algum tipo de vulnerabilidade social.

No âmbito do Município de Fátima-TO, no que tange às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, tendo como referência o mês de março de 2017, alcançou um percentual de 93,3%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade, equivalente a 321 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 344. O acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2016, atingiu 88,6 %, percentual equivale a 256 famílias de um total de 289 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

90

Diante disso, a existência deste benefício é uma forma de promover o enfrentamento da situação de pobreza das famílias, levando em conta que o cadastro no referido programa, permite que as crianças e os adolescentes que encontram-se em algum tipo de vulnerabilidade social, frequente a escola e assim tenha preservado do seu direito previsto na Constituição de 1988 de ter acesso a educação.

As ações que competem ao município de Fátima ocorrem tendo como pressuposto a garantia da frequência escolar dos alunos, neste sentido, a Secretaria Municipal de Educação através da coordenação da frequência escolar atua diretamente em parceria com as instituições estaduais, bem como com a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no sentido de assegurar que as crianças e os adolescentes estão de fato frequentando a escola e no caso de infrequência, sempre atuam na busca desses alunos junto às unidades escolares.

Assim, é importante considerar o papel da escola, que é o de promover uma educação emancipadora e neste sentido, é extremamente importante que gestores, coordenadores,





professores tenham em mente que não basta apenas à transmissão dos conteúdos, é imprescindível a busca de estratégias enriquecedoras a serem desenvolvidas no cotidiano escolar, com a finalidade de tornar o trabalho pedagógico numa prática desafiadora e consequentemente a aprendizagem dos alunos significativa.

Além disso, é importante salientar a responsabilidade social da escola em promover um ensino inovador para os alunos, já que os momentos em que o aluno está na escola ele tem a oportunidade de adquirir habilidades diversas e competências necessárias para que se torne um cidadão apto a construir seu próprio futuro.

### **Considerações Finais**

A realização desta atividade trouxe resultados significativos quanto ao estudo do tema em questão e neste sentido, foi possível ampliar a concepção acerca dos principais desafios do enfrentamento da pobreza no contexto educacional do Município de Fátima, Estado do Tocantins e como devem ser tratados com seriedade e com uma visão ampla.

Discutir acerca da pobreza e desigualdades sociais não é apenas uma ação importante, como imprescindível, visto que se trata de um problema real que afeta a sociedade brasileira em todas as regiões do país e sem dúvida, a melhor forma de encarar é promovendo discussões. Assim, a presente atividade propiciou condições para esta discussão e a partir dela, identificar como ocorrem as ações de intervenção na localidade em que a pesquisa ocorreu.

A pobreza e a desigualdade social é uma questão a ser considerada como uma prioridade por parte dos governantes, bem como a implementação de políticas públicas voltadas para o combate deste problema.

Do ponto de vista educacional esta é uma questão a ser considerada, levando em conta a necessidade de promover discussões de melhoria da qualidade do ensino, bem como da intensificação das ações de enfrentamento a este problema. A sociedade necessita de repensar o seu papel social, contribuindo para que as crianças e os adolescentes tenham acesso a um ensino significativo e oportunidades de serem inseridos na sociedade.

Mediante os resultados obtidos com a realização deste estudo, tornou-se evidente a importância da existência dos programas de auxílio financeiro, como por exemplo, o Programa Bolsa Família e apesar de muitas controvérsias a esse respeito, verifica-se que muitas famílias dependem deste recurso para se sustentar.





Diante disso, percebe-se a necessidade de fortalecer este apoio, no sentido de contribuir para que estas famílias possam conquistar a sua autonomia individual e fomentar as suas capacidades e autonomia no intuito de que possam usufruir o mínimo dos direitos preconizados na legislação brasileira.

### Referências

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, C. C. Programas de Transferência de Renda e Enfrentamento à Pobreza: algumas reflexões críticas. *In: Seminário Nacional Sobre Programas De Transferência De Renda*. Eixo Temático De Vinculação Do Trabalho: Programa Bolsa Família e o desafio da unificação dos Programas de Transferência de Renda. [S.D].

ARCOVERDE, A. C. B. **Serviço Social e Questão Social na Globalização**. *In: Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 17, n. 1, p. 102-124, 2008.

ARROYO, Miguel G. Módulo Introdutório - **POBREZA, DESIGUALDADES E EDUCAÇÃO**. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. SECADI, Ministério da Educação. Disponível em < <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>> Acesso em 15. Out. 2016.

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

\_\_\_\_\_.Secretária de Educação Média e Tecnologia. Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais. Brasília: MEC/SEMTEC, 1998.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Buenos Aires: Paidós, 2006

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS** - 1948. UNIC/Rio/005, Jan – 2009.disponível em < <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em 21 de Fevereiro de 2017.

GENTILI, P. **Educar na esperança em tempos de desencanto** / Pablo Gentili, Chico Alencar. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes,

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa** 8 ed. qualitativa em Ciências Sociais / Mirian Goldenberg. - 8' ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: debates e desafios**. In Concepção e gestão da Proteção social no Brasil – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. **Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza**. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005. Disponível em: . Acesso em 02. Out. 2017.

PFEIFER, M.; NOGUEIRA, V. M. R. **O papel do Estado e o “Welfare Mix”**. *In: Revista Emancipação*, 5(1): 143-160, 2005. Disponível em:





<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/issue/view/15/showToc>. Acesso em 02. Out. 2017.

SPOSATI, Aldaíza. **Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania**. Brasília: SAS-MPAS/Fundap, 1997.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, jun/2001. 29 p.

MAGALHÃES, G. **Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia**. São Paulo: Ática, 2005.

MARINHO, Fundação Roberto. **Porque Pobreza? Educação e Desigualdades**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Futura, 2014. Disponível em <[www.maletafutura.org.br/docs/caderno\\_artigos\\_digital.pdf](http://www.maletafutura.org.br/docs/caderno_artigos_digital.pdf)> Acesso em 30 de Setembro de 2017.

MARQUES, R.; MENDES, Á. Desvendando o Social no Governo Lula. *In*: PAULA, João Antônio de (org.). **Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 143 – 178.

NUSSBAUM, Martha. **Hiding from humanity: disgust, shame, and the law**. Princeton (USA): Princeton University Press, 2004.

PENIN, Sônia Teresinha de Souza. **Progestão : como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?**, módulo I. Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

SENNA, M. de C. M. *et al.* Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? *In*: **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 10 n. 1 p.86-94 jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis>. Acesso em agosto de 2010.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005

YAZBEC, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Pobreza e exclusão social: expressão da Questão social no Brasil. *In*: **Revista Temporalis**, 2ª. ed. Ano 2, n.3 (jan./Jul. 2001). Brasília/DF: ABEPSS, Gráfica Odisséia.

## EDUCAÇÃO E POBREZA: BOLSA FAMÍLIA E SEUS BENEFÍCIOS.

Ana Paula Gomes da Silva

**RESUMO:** O presente trabalho tem como intensão investigar o programa bolsa família e seus benefícios que foi criado principalmente para combater o grande problema da sociedade brasileira, que é a luta contra a pobreza das famílias mais pobres da sociedade, ou seja, verificar quais as suas condicionalidades para melhorar a condição de vida das famílias beneficiada. O programa bolsa família é considerado um dos principais programas de combate à pobreza no mundo. Ressaltando a importância do programa bolsa família para a redução da pobreza e distribuição de renda. Para tanto, envereda-se pelo método da pesquisa bibliográfica relativa ao tema e como última, apresentação de entrevista realizada com beneficiários do programa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bolsa Família. Benefícios. Educação.







## INTRODUÇÃO

Este artigo busca descrever a trajetória do programa de transferência de renda ‘Bolsa Família’ a partir da sua criação e analisar em que medida o programa vem contribuindo para a melhoria das famílias beneficiadas. Realizando um levantamento bibliográfico sobre alguns conceitos chave, como: os direitos sociais, cidadania, assistência social e transferência de renda para a redução da pobreza e promoção da cidadania, analisar a natureza e a importância do programa PBF, valores, condicionalidades e alguns resultados.

Nos últimos anos, observa-se a existência de muitas discussões e debates sobre o conteúdo e a eficácia dos programas de transferência de renda, em particular o Bolsa-Família, na redução da pobreza. E sabemos que é um problema de extrema importância para a sociedade combatê-la. Observa-se que atualmente os indivíduos em situação de extrema pobreza vivem com menos de dois reais ao dia, todos sabem que nessa situação o ser humano jamais conseguirá uma vida digna. Ao fazer uma análise da sociedade, os pobres são considerados além de carentes, também são vistos como inferiores, em razão de falta de oportunidade que muitos não conseguem a escolarização necessária que o mercado de trabalho exige. Ou seja, essa classe passa tanto pela a falta de materiais para sobrevivência, como por momentos constrangedores no meio em que vive.

Para análise e interpretação dos dados, esta pesquisa utilizou a abordagem de cunho qualitativo. Segundo Lakatos e Marconi (2001), a análise qualitativa é definida como voltada par os dados produzidos pela interpessoal, provenientes da coparticipação das situações em que os informantes estejam envolvidos.

De fato, embora difiram em suas magnitudes, muitos estudos mostram os impactos positivos que o programa tem sobre as reduções de pobreza e desigualdade. Por exemplo, Barros et al. (2006a, 2006b) analisa o impacto do BF sobre a redução da desigualdade de renda observada entre 2001 e 2005. Neste período, o coeficiente de Gini ( É um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912) da renda per capita familiar decresceu 4,5%. Deste total, metade da queda foi devida às mudanças observadas na distribuição da renda não trabalho. Destas, as aposentadorias e pensões contribuíram com 26% para a queda, o Bolsa Família com 12% e o BPC com 11%. O fator preponderante foi a expansão destes programas. Como o BF foi o que mais se expandiu focalizada entre os mais pobres, este parece ter sido o programa mais eficiente para a redução da desigualdade.





Por sua vez, Soares e Sátyro (2009) calculam que BF contribuiu para reduzir a proporção de pobres e a intensidade da pobreza. Por intensidade ou hiato da pobreza se entende a diferença em termos percentuais da renda média dos pobres em relação ao valor da linha de pobreza. Através de exercícios de simulação com dados de pesquisas domiciliares de 2006 estes autores concluem que a presença do BF reduz a proporção de pobres de 21,7% para 20%, uma redução de 8% de pobres. Já a intensidade da pobreza passa de 9,4% para 7,8%. Ou seja, a renda média dos pobres passa a ser 92,2% da linha da pobreza, o que corresponde a uma redução de 18% do hiato. O fato de o BF ter um impacto relativamente maior sobre a intensidade da pobreza do que sobre a proporção dos pobres se deve à combinação de uma boa focalização entre os pobres com um valor da transferência mais baixo que outros programas.

Outros autores também encontram resultados qualitativamente semelhantes (Hoffman (2006) e Rocha (2006)). Estes estudos dependem da maneira como se constrói a renda familiar per capita de forma contra factual: qual seria a renda de uma família na ausência do BF? As pessoas podem alterar o seu comportamento de modo a que a renda familiar na ausência do BF, não seja apenas a renda total subtraída do valor da transferência. Como não se observam os indivíduos antes e depois da participação do programa, a construção dessa variável dependerá das hipóteses contra factuais que se façam, o que explica em parte a diferença de magnitudes encontradas nos estudos. Mais recentemente, Barros et al. (2010) documentam as diminuições da desigualdade e da pobreza entre 2001 e 2008 e analisam os determinantes imediatos da redução da pobreza extrema para esse período. Primeiro, eles mostram que há uma redução consistente ano a ano da desigualdade e da pobreza no Brasil. Em relação à desigualdade, o coeficiente de Gini passa de 0,594 em 2001 para 0,544 em 2008. Um declínio de 8,4%.

Embora o nível de desigualdade permaneça muito alto, essa redução observada é significativa haja visto o fato de o Gini ser pouco sensível à variação das rendas dos mais pobres. Por sua vez, a extrema pobreza também declinou ao longo do período. A incidência da extrema pobreza passou de 17,4% para 8,8% entre 2001 e 2008.<sup>3</sup> O hiato da extrema pobreza passou de 7,4% para 3,7% no mesmo período. Para ambas as medidas, ocorreu uma redução de cerca de 50%. Para se ter uma ideia da magnitude dessa queda, ela corresponde a ter alcançado em cinco anos a meta para redução da extrema pobreza no Brasil estabelecida pelos objetivos do milênio da ONU que deveria ser alcançada em vinte e cinco anos.





O Plano Brasil Sem Miséria, criado em 2011, tem como principal objetivo desenhar o mapa de pobreza do Brasil. Para isso propõe o rompimento de barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam pessoas e regiões; em outras palavras, objetiva, no campo e na cidade, identificar e inscrever as pessoas de baixa renda que, por algum motivo, não recebem auxílios, como por exemplo, o Bolsa Família. Outro fator existente são as críticas que os programas sociais recebem pelas bolsas que beneficiam os pobres. Relatando que assim eles não buscarão trabalho. Ainda convém lembrar que o mesmo não é o suficiente para suprir suas necessidades.

Um primeiro ponto de interseção das nossas políticas está na própria concepção do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que reúne informações de famílias que possuem renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo ou ainda aquelas com renda familiar total de até três salários. O Cadastro tem indicadores socioeconômicos importantes que permitem identificar situações de vulnerabilidade social para além do critério de renda. Isso possibilita aos gestores planejar políticas públicas a partir da identificação das demandas e necessidades, bem como selecionar famílias para serem integradas aos programas de acordo com o perfil. O PBF é uma das mais importantes iniciativas atualmente instituídas ao lado do sistema único de assistência social ( Suas ) para proteger as famílias em situação de risco social.

96

## **METODOLOGIA**

Para a realização do estudo, foi utilizada esta pesquisa pode se caracterizar como 'Descritiva', pois a finalidade é a descrição das características de determinada população ou fenômeno estudado. São incluídas neste grupo as pesquisas que tem por objetivo levantar opiniões, percepções, atitudes e crenças da população estudada (LAKATOS; MARCONI, 2000). Para Vergara (2004), a pesquisa do tipo descritiva pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza, mas não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação, ajudando na identificação dos fatos. Nesse sentido, complementa Andrade (2003), o pesquisador faz a coleta de dados, observa, analisa e descreve, sem interferir ou mudar resultados., que tem como intuito a busca de respostas e resoluções para um determinado questionamento ou problema, mas especificamente na cidade de Ananás- TO.





Para Barros e Lehfeld (2000, p.78), a pesquisa aplicada tem o objetivo de “contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, uma vez que está voltada para estudos que produz opiniões ou projeções futuras nas respostas alcançadas, e que segundo Gil (1987), tem por objetivo básico descrever as características de determinada população ou fenômeno e estabelecer possíveis relações entre variáveis.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resultados obtidos através de pesquisas e informações retiradas do manual de Gestão do programa Bolsa Família 1ª e 2ª edição. As condicionalidades do PBF são: matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos nas escolas; e garantir a frequência mínima de 85% nas aulas para os mesmos e de 6 a 15% para jovens de 16 e 17 anos.

Para as grávidas e as mulheres que estiverem amamentando devem fazer os exames antes do nascimento do bebê, ir as consultas no posto mais próximo das casas, com o cartão da gestante, de acordo com o calendário estabelecido pelo ministério da saúde. E para os responsáveis por crianças menos de 7 anos, será necessário levar as crianças aos locais de campanhas de vacinação, mantendo atualizado com as instruções do MS. É importante ressaltar que são consideradas famílias em extrema pobreza aquelas com renda familiar mensal igual ou inferior a R\$ 85,00 por pessoa. Já as famílias em situação de pobreza são aquelas com renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa.

Existem seis diferentes tipos de benefícios que são concedidos às famílias conforme suas características. Benefício Básico: concedido às famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal de até R\$ 70,00 per capita, com ou sem crianças, adolescentes, jovens ou gestantes. O valor do benefício básico é de R\$70,00.

Benefício Variável: concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 per capita desde que tenham crianças, adolescentes de até 15 anos e/ou gestantes. O valor do benefício variável é de R\$ 32,00 e cada família pode receber até cinco benefícios variáveis.

Benefício Variável à Gestante: este benefício é pago em nove parcelas às famílias que tenham gestantes identificadas pelo Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Benefício Variável Nutriz: este benefício é pago em seis parcelas às famílias que tenham crianças de 0 a 6 meses de idade identificadas no Cadastro Único.







Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ): concedido às famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos, no valor de R\$38,00. Cada família pode receber até dois BVJs.

Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP): concedido às famílias que, mesmo recebendo os benefícios financeiros do PBF, permanecem em situação de pobreza extrema (renda per capita mensal de até R\$70,00). O valor do benefício corresponde ao necessário para que a família supere os R\$70,00 mensais por pessoa.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou descrever quais os tipos de benefícios do Programa Bolsa Família e a forma como pode contribuir para garantir os direitos de cidadania e enfrentar a pobreza e as desigualdades social, levantar a situação econômica das famílias no ingresso ao mesmo. Identificar as formas de acompanhamento dos beneficiários pelo manual de gestão do cadastro Único para programas sociais do governo federal. Analisar as avaliações realizadas pelas instâncias de controle social referente ao cumprimento da condicionalidade sobre educação as famílias beneficiadas.

Também teve impactos significativos no que se refere à segurança alimentar e nutricional no país, considerando esta como o direito à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente. Por fim é importante destacar a contribuição do PBF na diminuição da evasão escolar especialmente das crianças atendidas pelo programa, criando uma possibilidade mesmo que mínima de rompimento com o ciclo da pobreza por meio da educação. Bem como as melhorias imediatas que o programa proporciona as famílias através da possibilidade de adquirir alimentos e bens que possibilitam a satisfação das necessidades de sobrevivência.

98

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MDS PARA VOCÊ – a carta ao cidadão do MDSA, onde você encontra em linguagem simples informações sobre os programas e ações. Acesse: [mdspravoce.mds.gov.br](http://mdspravoce.mds.gov.br)

Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania : Sumário executivo / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : Ipea, 2014. 87 p.gráfs., mapas.

[www.caixa.gov.br/programas-sociais/Paginas/default.aspx](http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/Paginas/default.aspx)





## AUTONOMIA PARA QUEM? O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM MEIO DE AUTONOMIA DAS MULHERES UNIVERSITÁRIAS QUE SÃO MÃES

Ana Rosa Carvalho de Oliveira

Danielle Mastelari Levorato

**Resumo:** O presente artigo pretende traçar uma ligação entre o programa Bolsa Família e as mulheres mães e universitárias, especificamente se estas mulheres têm adquirido autonomia social e econômica a partir do uso deste programa de transferência de renda. Considerando isso, o Programa Bolsa Família do Governo Federal é uma forma ampla de política pública, a qual chega a essas mulheres que estão em vulnerabilidade tanto econômica como social de modo a suprir a carência econômica. Entendendo que a permanência das mulheres na Universidade depende de sua autonomia financeira e pessoal, essa pesquisa foi realizada através de entrevista semiestruturada, em que foram analisados os percalços das mulheres mães, solteiras e universitárias. O auxílio impulsiona essas mulheres a pensar em outras perspectivas, sendo assim não sendo a única forma dessas mulheres mudarem de vida, mas auxilia o acesso a universidade, com que faz o aumento da compreensão da sociedade, e em muitos casos possibilita a autonomia financeira, pessoal e profissional dessas mulheres.

**Palavras-chave:** mulheres. Autonomia. Universidade. Programa Bolsa Família.

### Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar se há ou não, uma parcela de contribuição das políticas públicas na construção da autonomia econômica e pessoal das mulheres que são mães e universitárias na Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína. A autonomia da mulher é construída a partir das relações econômicas e pessoais, sendo que, historicamente, a mulher encontra-se em condições de vulnerabilidade na sociedade e em seu seio familiar com menor capacidade econômica e de decisão. Soares (2004) afirma que o Estado deve contrapor os efeitos negativos sociais e culturais através de políticas públicas, entendendo que essas devam ser voltadas para a equidade e construção da autonomia pessoal e econômica. Mas um programa de transferência de renda seria capaz de emancipar mulheres que já tiveram suas histórias pessoais agenciadas e modificadas pela experiência da pobreza?

Historicamente as mulheres têm desempenhado um papel secundário na sociedade. No Brasil o fato se agrava se levarmos em consideração a baixa escolarização e remuneração desta parcela da sociedade alinhando-se a isso, as diferenças e violências que sofrem as mulheres por seu gênero. A implementação do Programa Bolsa Família surgia naquele contexto com o necessário papel de dar as mulheres o protagonismo sob suas histórias, anos após sua implementação sabemos que a autonomia financeira, ou a atuação do PBF não cumpre com essa responsabilidade. Nesse sentido a discussão sobre o exercício da autonomia está diretamente relacionada à própria construção da democracia desde Jacques Rousseau, para quem o princípio inspirador do pensamento democrático sempre foi a liberdade entendida como autonomia, isto é, como uma sociedade é capaz de dar leis a si própria,





promovendo a perfeita identificação entre quem dá e quem recebe uma regra de conduta, eliminando, dessa forma, a tradicional distinção entre governados e governantes, sobre a qual se fundou todo o pensamento político moderno (Bobbio, 2000).

É pensando nessa possibilidade de autonomia que nossos esforços teóricos se debruçará de modo a demonstrar a ligação entre a política pública e as histórias de mulheres comuns, que estão na universidade, em que tem suas vidas sendo modificadas ou não a partir disto.

Nesse sentido, apresentaremos nossa problemática que buscará demonstrar como as relações sociais de sexo presente no PBF se apresentam e como esta nos exigiu uma maior reflexão analítica das realidades observando as transformações sócio-históricas e ideológicas, acerca da construção e reprodução das relações de gênero na sociedade patriarcal capitalista.

### **Procedimentos Metodológicos**

Nosso estudo foi realizado, inicialmente, com pesquisa bibliográfica por meio de leituras relacionadas com as categorias de análise, que nos permitiu uma fundamentação teórica consistente e nos auxiliou na discussão da problemática abordada, bem como na elaboração dos procedimentos metodológicos aplicados à pesquisa de campo.

A pesquisa de campo foi realizada na Universidade Federal do Tocantins (Campus de Araguaína), na cidade de Araguaína, TO, por meio de entrevista semiestruturada com cinco

(5) mulheres beneficiárias do PBF.

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. (Boni e Quaresma, p 65, 2005)

Minayo nos diz que as pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa (MINAYO, 1996). Portanto, a escolha dessas mulheres deu-se a partir do fato de que geralmente são elas o foco prioritário na administração do benefício e no cumprimento das condicionalidades, recaindo sobre elas quase toda a responsabilidade para que a família





continue dentro dos critérios estipulados pelo programa e porque estando elas responsáveis pelas condicionalidades suas próprias histórias estariam a partir daí marcadas, o que nos dá a oportunidade de observar se há ou não emancipação pessoal a partir da contribuição financeira.

### **Resultados e Discussão**

É a partir da unificação dos programas sociais que existem desde o governo Fernando Henrique Cardoso no ano de 2001 até o do governo Lula no ano de 2003, que o Programa Bolsa Família (PBF) ganha status de política pública, mesmo não exercendo o papel de política, capaz de tirar da miséria milhões de brasileiros que encontrava-se em situação de vulnerabilidade social. O Programa Bolsa Família (PBF) é conceitualizado como um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, ou seja, as pessoas beneficiárias do programa seguem uma série de exigências para que possam se encaixar no padrão de beneficiados, na qual uma das exigências é a renda, que foi o que destacamos nessa análise. É importante destacar a velocidade em que o PBF foi implementado, no tocante a sua cobertura. Em dezembro de 2003, o Programa atendia 3,6 milhões de famílias, passando para 6,5 milhões no mesmo mês do ano seguinte e, em dezembro de 2005, atingiu um total de 8,7 milhões. Segundo Burlandy (2007) no início de 2006, o PBF já atingia a meta prevista de 11,1 milhões de famílias atendidas.

101

#### ***A Centralidade da Família na Política Social: O Papel das Mulheres***

Quando nos empenhamos em pensar a centralidade da família na Política de Assistência Social é importante levar em consideração o papel que a família desempenha no contexto da seguridade social, bem como o debate que perpassa os desafios e contradições que permeiam as relações familiares, e a gestão da própria política centrada na família.

A família tem sido historicamente definida a partir de suas funções políticas, econômicas, culturais e de produção e reprodução social. Na contemporaneidade, a família exerce um importante papel na função do cuidado e da proteção dos indivíduos, reduzindo, desse modo, a responsabilidade do Estado no provimento social, face às expressões da questão social. Nesse contexto, a família é permeada por complexos processos de mudanças, e se expressa de diferentes formas, se molda e se transforma no contínuo tecer das relações sociais. Mas é a mulher que exerce papel central nesse jogo social.







A entrevistada L.B.C. denomina-se como mulher negra, com apenas dezenove anos já teve sua história pessoal marcada pela gravidez precoce e posteriormente a separação temporária do filho para cursar Geografia na Universidade Federal do Tocantins. Ainda na mesma entrevista, a pergunta na qual refere-se a importância do bolsa família para ela, aponta o PBF, como uma renda complementar, e afirma a educação como o único meio que conseguirá ter uma profissão e sair do ciclo de pobreza e desigualdade.

A partir dos relatos das colaboradoras achamos prudente observar que as mulheres têm ocupado cada vez mais o papel central na família e na administração da mesma, bem como galgando espaços importantes na sociedade, isto, obviamente, graças a mudanças estruturais advindas de lutas sociais encabeçadas por outras tantas mulheres que sempre estiveram inconformadas com o lugar da subalternidade.

Mariano e Carloto (2009) nos alerta para o fato de que os programas brasileiros de transferência condicionada de renda veem as mulheres como foco prioritário, e até objeto, de suas intervenções com vistas ao combate à pobreza. A mulher, a partir de seus papéis na esfera doméstica ou de reprodução, tem sido, portanto, a interlocutora principal dessas ações, tanto como titular do benefício quanto no cumprimento das condicionalidades impostas. O Programa Bolsa Família (PBF) é um exemplo importante.

102

Num esforço para compreender as razões pelas quais ocorre retomada da família como prioridade de intervenção nos últimos 20 anos, Carvalho (1997) argumenta que o debate sobre o tema família adquiriu novas especificidades, em decorrência do reconhecimento de uma inegável situação de desemprego estrutural que afeta a já tênue capacidade das famílias enfrentarem os desafios de reprodução social de seus membros. Nesse sentido, há expectativas acerca de alcançar resultados ainda maiores a partir da implementação de programas e políticas que considerem a família como sujeito importante no processo de proteção social.

Dissemina-se, então, a ideia de que os programas sociais têm maior possibilidade de otimizar recursos quando passam a focar a família ao invés do indivíduo. Draibe (1997), argumenta que a decisão de se reintegrar a família como unidade de intervenção está fundamentada no argumento de que as políticas de proteção à família teriam maior potencial de impactar as condições de vida da população pobre.

Tendo como base essas preocupações, e considerando as transformações recentes na configuração das famílias brasileiras, o PBF procura agregar um conceito mais amplo de





família, no qual se verifica uma tendência de rompimento com o pensamento tradicional de família nuclear. Nesta direção, consta no artigo 2º, parágrafo 1º, da lei de criação do PBF a definição de família como uma “unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (BRASIL, 2017).

Diferentemente dos programas de transferência de renda que existiram anteriormente, que consideravam inelegíveis as famílias sem filhos, gestantes ou nutrizes, o Bolsa Família amplia, até certo ponto, sua meta de atendimento, ao permitir o acesso desse tipo de família ao Programa. É necessário frisarmos que se trata ainda de uma perspectiva restritiva, considerando-se que o acesso das famílias sem filhos é somente permitido àquelas que estiverem em situação de pobreza extrema.

As mulheres escolhidas como colaboradoras desta pesquisa, são mulheres que, em sua maioria, são chefes da sua família. Administram suas casas, cuidam das crianças, trabalham(para além do trabalho doméstico) e estudam, ainda contam com suas mães para estar cuidando de seus filhos e filhas quando estão estudando. Ressalto a importância da transferência dessa responsabilidade para outra mulher, que em muitos casos são as próprias mães.

A transferência de responsabilidade para outra mulher ainda requer um consentimento dentro da divisão das tarefas no ambiente doméstico. Que por mais que essas mães saem para estudar, fazer uma universidade, em muito suas mães ficam e assumem a responsabilidade que é colocada nos papéis de gênero. Quando o PBF institui essas mulheres como as únicas capazes por receber e administrar o benefício corrobora com uma já instituída condição feminina, da mulher subalternizada, contribuindo neste sentido para que o processo de emancipação destas mulheres não ocorra.

O Programa Bolsa Família, segundo análise dos dados bibliográficos não dá condições de emancipação. As mulheres continuam tendo duplas jornadas de trabalho. Quando se trata das mulheres universitárias a situação se agrava, atentando-se ao fato de que muitas vezes têm que deixar seus filhos a cargo de outras pessoas e encarar na universidade inúmeros outros desafios.

### **Considerações Finais ou Conclusão**





O Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda brasileiro, percebe a mulher como beneficiária preferencial, instrumentalizando o “papel feminino” nesta política de combate à pobreza (MARIANO & CARLOTO, 2009, p. 901). Ao exigir das mulheres pobres o cuidado com crianças, idosos, doentes e deficientes em troca da concessão do benefício, o Estado interfere nas atividades destas mulheres, muitas vezes reforçando o já tradicional lugar da mulher na maternidade e no cuidado (MARIANO & CARLOTO, 2009, p. 902).

As mulheres continuam sendo refém do estado e das atividades de cuidados e em âmbito doméstico, pois o que são colocados são apenas ajuda, e dessa forma essas atividades ainda ficam destinadas a elas. A ajuda em que as entrevistadas trazem numa relação simbólica com a de gênero, Pires (2012, p.133) coloca: [...] recurso tido como feminino, o dinheiro do programa é marcado simbolicamente como “ajuda”, muito embora seja utilizado para a aquisição de itens de consumo fundamentais para a sobrevivência e sociabilidade das pessoas que dele se beneficiam.

A transferência de responsabilidade dessas mulheres, e o recebimento do auxílio possibilita a inserção dessas mulheres ao ensino superior, uma vez que todas comentam a importância de estudar, sendo isso o principal desejo para os filhos e filhas. Dessa forma esse acesso, possibilita outras relações e outros contatos, para com essas mulheres, possibilitando outro olhar acerca das relações e a perspectiva da saída da situação socioeconômica, ou seja, a quebra desse ciclo da pobreza.

Ainda havendo a possibilidade de repensar na forma relacional dessas mulheres com o recebimento do auxílio, fazendo com que as deixam ainda mais presas da responsabilidade doméstica, uma vez que não se consegue separar quando o valor doméstico é destinado a casa ou as suas necessidades pessoais, o que reforçam essa noção de pertencimento naturalizado da relação de gênero com a mulher e o espaço doméstico.

Esse gasto com os consumos supracitados, não traz o acesso a outros elementos sociais, que possam mudar a perspectiva dessas mulheres, que são as que assumem as tarefas, para que suas filhas, nos casos desse trabalho, as mulheres que tem acesso a universidade.

Dessa forma, discutir a autonomia das mulheres se relaciona com todo o ambiente que as circundam, desde quando se tem uma produção igual das tarefas domésticas, até a sua relação financeira dentro de casa. Contando com o auxílio do programa, essa relação ainda se confunde, e as colocam em lugares que estão socialmente inseridas, reforçando esse papel





para essas mulheres, as deixando ainda fora do ciclo de elementos que as façam entender em que esse papel instrumentalizado de cuidados e domésticos não apenas as pertence.

### Referências Bibliográficas

BOBBIO, N. O Futuro da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BONI, VALDETE; QUARESMA, SÍLVIA JUREMA. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Legislação e Instruções. Disponível em <[www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu-superior/legisla%C3%A7%C3%A3o](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu-superior/legisla%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em: outubro, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Coleção OLHO VIVO- Programa Bolsa Família. Controladoria Geral da União. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/control-social/arquivos/bolsafamilia2012.pdf>> Acesso em: outubro, 2017.

BURLANDY, M. L. S. M. C. de, et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? In: Revista Katálysis. Florianópolis: 2007. Vol. 10, n.1, p. 86-94.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formatação da política social contemporânea. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 11, n. 4, 1997.

CÚRNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. Aletheia, 43-44, p.37-49, jan./ago. 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942014000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942014000100004)>. Acesso em: outubro, 2017.

DRAIBE, S. A construção institucional da política brasileira de combate à pobreza: perfis, processos e agenda. Caderno de Pesquisa n.34. Campinas: NEPP/ UNICAMP, 1997.

FARIAS, Patricya Borges. ALMEIDA, Daniel Valter. A problemática da formação do espaço urbano do município de Araguaína/TO. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 16, 2010. Porto Alegre. p 7.

MACEDO, Márcia dos Santos. MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAE A PERSPECTIVA DE GÊNERO: TRAJETÓRIA DE UM TEMA E A CRÍTICA SOBRE A FEMINIZAÇÃO DA

POBREZA. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Ago, 2008.

MARIANO, Silvana Aparecida. CARLOTO, Cássia Maria. GÊNERO E COMBATE À POBREZA: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 901-908, setembro-dezembro/2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

PIRES, André. Orçamento Familiar de Gênero: Percepções do Programa Bolsa Família. Caderno de Pesquisa. V.42, n. 145, p. 130-161. Jan/abr 2012.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia. (org.) Política Pública e Igualdade de Gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 113- 126.







## CONCEITUAÇÃO DA POBREZA E DA CIDADANIA NO ÂMBITO DA ESCOLA MEU CASTELINHO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAGUAÍNA-TO

André de Oliveira Moura Brasil

Danielle Mastelari Levorato

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo geral entender a importância da conceituação da pobreza e da cidadania para a educação escolar na perspectiva de professores do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Araguaína – Tocantins e como objetivos específicos: apresentar os conceitos de pobreza e cidadania; analisar a importância dos conceitos de pobreza e cidadania para a educação escolar; verificar se os professores da Escola Meu Castelinho desenvolvem os conceitos de pobreza e cidadania junto aos seus alunos do 1º ao 5º Ano; descrever como os professores que conhecem a conceituação da pobreza e da cidadania oferecem uma educação que ajude os alunos pobres a superarem a pobreza. Optamos por uma pesquisa qualitativa descritiva que contou com a colaboração de 06 (seis) professores que atuam nas turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para atingir os objetivos foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o questionário que foram entregues e recolhidos dos professores no mês de Agosto de 2017. Os dados obtidos evidenciaram que os professores não conseguem expor claramente os conceitos de pobreza e cidadania; houve o entendimento de que os docentes percebem a necessidade de trabalharem os temas: pobreza e cidadania nos anos iniciais do Ensino Fundamental para ajudar os discentes a entenderem as causas dessa mazela social e buscarem meios para combatê-la; ficou evidente nas respostas dos professores que nunca participaram de formações continuadas abordando o tema pobreza; todos os docentes afirmaram que é importante trabalhar o tema pobreza e cidadania na escola, embora os mesmos não tenham demonstrado domínio sobre os temas como nos mostra as respostas das perguntas 1 e 2 do questionário aplicado.

**Palavras-chave:** Educação Escolar; concepção de professores; pobreza e cidadania; critérios.

106

### Introdução

#### Pobreza e cidadania: apontamentos.

O presente tópico busca apresentar brevemente a definição da pobreza e da cidadania, bem como apontar as suas importâncias para a formação dos indivíduos.

O termo pobreza muitas vezes é simplificado e atribuído àquelas pessoas que não possuem renda suficiente para manutenção de seu sustento. E muitas pessoas somente veem a pobreza por esse lado: o financeiro. Porém, o conceito relacionado à pobreza é bem mais complexo e abrange outros fatores que vão além do econômico. De acordo com Leão Rêgo e Pinzani (2013, p. 19) existem critérios para se compreender a pobreza, que são, baixa renda, gênero, falta de esperança, variação, lugar de residência, composição e estrutura familiar, etnia, classe social e econômica e idade. Em que, para os mesmos autores, todos esses aspectos devem ser contemplados para que se tenha a definição de pobreza em seu sentido mais completo.

O lugar de residência, segundo Pinzani e Leão Rêgo (2013, p. 20) diz respeito as diferentes regiões geográficas que possuem diferentes situações de carência. Isto é, regiões que outrora foram controladas politicamente por uma minoria, lugares isolados





sem o mínimo de serviços básicos. E, devido a isto, os indivíduos que vivem nesses lugares são rotulados de pobres.

Outro critério que merece ser destacado é o que se refere a estrutura familiar, e esta se relaciona com o aspecto escolar. Segundo Pinzani e Leão Rêgo (2013, p. 24), crianças provenientes de famílias pobres não vivem em um ambiente favorável à sua atividade de estudo, pois muitos (as) abandonam a escola em busca de emprego para contribuírem na renda familiar.

Visto isso, torna-se relevante agora explicitarmos as causas e consequências da pobreza. Uma das causas mais comuns, de acordo com Ferreira (2013, p. 8), “está atrelado em bases estruturais e institucionais e encontra-se relacionado com políticas sociais e econômicas do país, onde essas implicam no fator de redistribuição dos rendimentos e recursos materiais”. E, como consequências, segundo o mesmo autor, relacionam-se com o abandono e o sucesso escolar. A esse respeito Leão Rêgo e Pinzani (2013, p. 21) dizem que, “pobres são geralmente indivíduos sem educação formal e formação profissional, obrigados, por isso, a exercerem atividades pesadas, mal remuneradas e não qualificadas.”

Já o conceito de cidadania de acordo com Araújo (2007, p. 11), “expressa um conjunto de direitos e deveres que permite aos cidadãos o direito de participar da vida política e da vida pública”. E, complementar a esta ideia tem-se também, como afirmam Pinzani e Leão Rego (2013) que a cidadania pressupõe um princípio igualitário, pautado por três elementos, que são: direito civil, político e social em que, os direitos civis referem-se a liberdade de expressão e pensamento.

Os direitos políticos, como o próprio nome já sugere, remetem a participação do cidadão no governo. Remete ao entendimento sobre o conteúdo político do lugar em que vive, partindo de uma consciência política, pensando nas propostas em prol de uma melhoria na vida das pessoas.

E os direitos sociais conferem o direito à educação, saúde, dentre outros. Onde esses direitos não podem ser negados por subsidiarem a prática cidadã, na medida em que por meio da igualdade, possibilitam a ação inclusiva dos sujeitos.

Contudo, compreender a cidadania apenas nos âmbitos sociais, políticos e civis, não é o bastante, devido à multiplicidade das relações que cada indivíduo estabelece a sua volta. Por essa razão é que Araújo (2007, p. 11), diz que, deve-se considerar a cidadania





sobre outras perspectivas, por exemplo, levando em conta a importância do desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas, científicas e culturais, na conquista de uma vida digna e saudável, para todas as pessoas.

Nesse sentido, temos que, de acordo com Lodi e Araújo (2007, p. 71), ser cidadão ou cidadã é, “aprender a agir com respeito e solidariedade, responsabilidade, justiça, usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país”. Isto é, além de outras prerrogativas, ser ciente de seus direitos e deveres e pôr em ação valores éticos e morais, assumindo uma responsabilidade social.

### **A Educação: concepção e finalidades.**

O tópico anterior trouxe-nos, à luz das publicações, definições acerca da cidadania e pobreza. E aqui, buscaremos enfatizar a importância da educação na formação dos sujeitos. Para tanto sublinhamos sua concepção e duas de suas finalidades.

Segundo Adorno (1995, p. 141), “a educação em sua concepção, não assume a função apenas de transmitir conhecimentos, mas a de produzir uma consciência verdadeira nos seus sujeitos”. E, a partir dessa afirmação, temos que o papel da educação não restringe-se puramente ao repasse dos conteúdos, mas implica na construção de uma consciência sobre a realidade, levando assim, a sua emancipação. Em que, tal emancipação da consciência, de acordo com Freire (1979, p. 16), “é tomar posse da realidade com o olhar mais crítico”. E isto se faz problematizando questões relacionadas ao meio em que vivem, propondo reflexões, para que suas respectivas realidades sejam repensadas, buscando assim soluções para elas.

Além desse papel emancipador que tem a educação, temos ainda, como seu objetivo, a construção da cidadania, que, como nos mostra Araújo (2007, p.69), “ocorre a partir do momento em que os sujeitos da aprendizagem, discentes e docentes, são considerados ativos no processo educativo”. Nos quais, conferem sentido aos conteúdos, os relacionando, com o que convivem no espaço escolar, por meio de seus valores, sentimentos e emoções.

Quando se faz uma aproximação do complexo com o cotidiano, com o que é vivido, torna-se possível uma releitura, e melhor compreensão dos conteúdos. Aqui mais uma vez Adorno (1995, p. 169) sintetiza esse pensamento afirmando que, “para evitar um





resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento”.

Isto é, tomando como premissas os contextos em que estão inseridos e estabelecendo relações com os conteúdos vistos em sala de aula, o que por sua vez, integra-os, ocasionando a prática do diálogo, permitindo a interpretação em suas diversas áreas, social, cultural, política, dentre outros, produzindo com isso o que diz Araújo (2007, p. 70) “a promoção de uma educação que propicie condições para que os discentes desenvolvam suas capacidades intelectuais e cognitivas, tomem consciência de suas realidades, desenvolvendo com isso a autonomia”. Portanto, temos que, a escola deve formar para a cidadania crítica.

### **Procedimentos Metodológicos**

De acordo com (LAKATOS E MARCONI, 2010), realizamos uma pesquisa qualitativa e conforme (BERVIAN E SILVA, 2007), a pesquisa foi descritiva que contou com a colaboração de 06 (seis) professores que atuam nas turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para atingir os objetivos foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o questionário proposto por (GIL, 2010), que foram entregues e recolhidos dos professores no mês de Agosto de 2017.

109

### **Resultados e Discussão**

Os dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos professores foram organizados por questões. Foram entrevistados 06 professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por meio de questionário e a seguir estão descritas as análises das respostas dos docentes.

#### **1 - Como você define pobreza?**

Podemos perceber que as professoras não conseguiram explicitar claramente o conceito de pobreza. Todas as professoras vinculam o termo pobreza somente à questão financeira. E, no contexto escolar, tal interpretação acaba por comprometer a formação dos indivíduos. Para os autores Leão Rêgo e Pinzani (2013, p.24), a educação é afetada pelas consequências advindas da pobreza, e nessa perspectiva contribui para perpetuá-la.

#### **2 - Qual sua definição para a palavra cidadania?**







A definição de cidadania nas respostas dos professores foi reduzida apenas a questões ligadas a direitos e deveres. E, no âmbito escolar, essa interpretação prejudica a formação dos indivíduos que necessitam de uma formação plena.

Quando o termo cidadania têm suas definições esclarecidas e debatidas faz com que a educação assuma seu papel crítico e formador, ou como afirma Leão Rêgo e Pinzani (2013, p.27), isto faz com que a educação seja contemplada em seu sentido mais profundo.

### **3 - Na sua opinião como a escola pode trabalhar os conceitos de pobreza e cidadania nas turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de modo a ajudar os alunos a superarem a pobreza?**

As respostas de todos os docentes foram satisfatórias. O entendimento sobre pobreza e cidadania nos leva a refletir que quanto mais inteirados e conscientes sobre os aspectos que envolvem a pobreza, mais possível torna-se a mudança em certos aspectos para lidar ou superá-las. Alba, Olivo e Olivo Filho (2009, p. 4) nos dizem que “a educação pode ser um elemento transformador, ocasionando mudança social e autonomia individual, face ao conhecimento, aos saberes transmitidos aos indivíduos na escola.”

### **4 - Você como professor já vivenciou debates, formações ou discussões sobre o tema pobreza, suas causas e conseqüências?**

Ficou evidente nas respostas dos docentes que não ocorrem formações continuadas abordando o tema pobreza. O docente que já realizou estudos e debates sobre o tema pobreza elabora atividades condizentes com o que os alunos por conhecerem do seu dia a dia e isto faz com que o aprendizado seja significativo, e o discente seja ativo neste processo.

### **5 - Para você qual a importância de trabalhar o tema pobreza com seus alunos em seu ambiente de trabalho?**

Todos os professores afirmaram que é importante trabalhar o tema pobreza na escola, embora os mesmos não tenham demonstrado domínio sobre o tema como nos mostra as respostas da pergunta 1.

## **Considerações Finais**

Este estudo buscou refletir sobre a importância dos conceitos de pobreza e cidadania para a educação e mediante aos objetivos do estudo foi possível compreender que os conceitos de pobreza e cidadania são restritos no ambiente escolar, bem como suas implicações que perpassam pela escola e formação dos sujeitos.





## Referências

- ADORNO, Theodor W.. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.
- ALBA, O. G; OLIVO, F.; OLIVO FILHO, P. **Educação escolar como condição a cidadania**.  
In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. PUCPR: 2009. Disponível em:  
<<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 13 de Agosto de 2016.
- ARAÚJO, Ulisses F.. **A educação e a construção da cidadania: eixos temáticos da ética e da democracia**. In: Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: Ministério da Educação, 2007. p. 11-21.
- CERVO, A L; BERVIAN, P, A; SILVA, R da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. 2. São Paulo: Atlas, 2010.
- LODI, Lucia Helena; ARAÚJO, Ulisses F.. **Ética, cidadania e educação**. In: Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: Ministério da Educação, 2007. p. 67-76.
- FERREIRA, Maria de Lurdes dos Santos. **A pobreza**. 2013. 8 p. Dissertação (Conclusão de curso). Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, 2013.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2013. Unesp, São Paulo: 249p.

## EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS: APONTAMENTOS SOBRE ALGUMAS CONTROVÉRSIAS

André Honorio Gomes de Souza

Rachel Bernardes de Lima

**Resumo:** O presente artigo faz uma revisão na literatura da estratificação social, com objetivo principal de analisar o papel da educação nas desigualdades sociais. Utilizou-se como metodologia a revisão de literatura. A discussão se concentra basicamente em duas teorias: Modernidade Social e Reprodução Social. Conclui-se que existem falhas no sistema educacional. Sugere-se, por fim, que o Estado deve proporcionar condições para que os estudantes das escolas da rede pública possam ter as mesmas oportunidades que os estudantes da rede particular, mediante políticas públicas de qualidade.

**Palavras-chave:** Desigualdade Social. Educação. Sociologia. Políticas Públicas.

### Introdução

O papel da educação na redução das desigualdades sociais é um tema central na literatura da estratificação social, esta área do conhecimento afirma que as desigualdades sociais, em grandes proporções, geram exclusões sociais, políticas e econômicas.





A literatura da estratificação social aborda, com destaque, o papel que a educação possui na redução, ou não, das desigualdades sociais, e aponta possíveis caminhos que o governo deve tomar ao realizar políticas públicas educacionais.

Neste trabalho serão analisados os possíveis motivos que levam os alunos das escolas públicas possuírem o rendimento inferior em exames e provas em relação aos alunos das escolas da rede privada. Para isto, serão analisadas as notas de exames nacionais como o Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM, e também investigados os possíveis motivos que fazem as notas desses dois grupos serem tão diferentes.

Os fatores que influenciam o rendimento dos alunos são diversos. Dentre esses fatores, destacam-se “recursos econômicos da família; recursos culturais da família; o envolvimento dos pais com a educação dos filhos; e a composição da família, captada pela presença ou ausência de um ou ambos os pais” (SOARES e COLLARES, 2006). Esse artigo mostra-se importante, pois relaciona o sistema educacional com as desigualdades sociais.

A questão de pesquisa levantada é se o Estado está dando condições mínimas para que os alunos de escolas da rede pública possam ter as mesmas condições que os alunos de escolas da rede particular em provas ou em exames. Analisando os dados do ENEM de 2015 é possível verificar que as primeiras escolas em todas as competências (prova de ciências humanas; ciências da natureza; redação; linguagens, códigos e suas tecnologias; matemática) são particulares, cabendo às escolas públicas as últimas colocações. E o pior, esse quadro se repete no âmbito nacional e distrital<sup>2</sup>.

O objetivo é fazer uma revisão da literatura da estratificação social e analisar fatores relacionados ao rendimento educacional dos indivíduos. Será realizado, portanto, um trabalho que pode ser base de dados na promoção de políticas públicas relacionadas à diminuição das

---

2 As notas do Enem 2015 por escola foram divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os arquivos reúnem as notas de 1.212.908 estudantes de 14.998 escolas do país que prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio no ano passado. Os dados são divulgados anualmente pelo governo federal para fomentar o debate sobre a qualidade na educação.

É possível fazer recortes que levam em conta desde o porte da escola até a condição socioeconômica dos alunos, fatores que influenciam no desempenho acadêmico dos estudantes e que, portanto, devem ser considerados na hora de avaliar a situação de cada escola.

Entretanto, em uma análise que considera apenas a nota das provas objetivas (excluindo redação), os dados apontam um aumento do abismo que separa as escolas públicas e as privadas. Neste ano, das 100 escolas com maior nota média no Enem 2015, 97 são privadas. No universo de 1 mil escolas, somente 49 são da rede pública. No ano anterior, eram 93, e em 2013, 78.

Esse cenário considera o cálculo da média aritmética das quatro provas objetivas (linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza). A lista apresenta o Colégio Objetivo Integrado, de São Paulo, com a melhor média gera. (MORENO, FARJADO e TENENTE; 2016)





desigualdades sociais, visto que a desigualdade social está diretamente relacionada ao sistema de educação da sociedade, e assim a diminuição das pobreza.

Por fim, nas considerações finais, haverá uma reflexão crítica, sobre: se a educação pode quebrar a ligação entre as origens e os destinos sociais. Ou seja, se ela é fundamental no processo de diminuição ou manutenção das desigualdades sociais.

### **Procedimentos Metodológicos**

Diante da revisão da literatura sobre estratificação social com foco no papel da educação nas ciências sociais, resolveu-se subdividir o trabalho em dois momentos.

O primeiro momento é abordado sobre a literatura da estratificação social, buscando enfatizar o papel da educação nas desigualdades sociais, para isso foi utilizado de pesquisa bibliográfica mediante a revisão literária, tendo como principais fontes livros da literatura corrente, obras de referências e periódicos científicos. Segundo Gil (2008) esse tipo de pesquisa é desenvolvido a partir de materiais prontos, como os citados. Os pontos positivos são a possibilidade de uma ampliação de determinado fenômeno abordado por outros autores e uma análise crítica. Esse tipo de trabalho é utilizado quando o pesquisador não tem possibilidade de verificá-lo experimentalmente, ou em saídas de campo.

O segundo momento do trabalho é a análise sobre as referidas teorias da estratificação social. Essas teorias foram cruzadas com a hipótese de que o Estado não está dando condições mínimas para que alunos da rede pública possam ter rendimento semelhante aos alunos das escolas da rede particular. Foram selecionadas as notas da prova do ENEM de 2015, dando ênfase à nota média desses dois grupos de estudantes. Esses dados foram obtidos nos *sites* de busca: [www.google.com.br/](http://www.google.com.br/); <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem-por-escola>; <http://g1.globo.com/>; <http://especiais.g1.globo.com/educacao/2016/enem-2015-notas-por-escolas/>. A partir dessas buscas, foram localizadas diversas notícias, gráficos e tabelas sobre o rendimento das escolas por nota e foram selecionados os dados mais relevantes para o crivo desse artigo.

### **Resultados e Discussão**

Apple (2002) mostra que hoje existe uma verdadeira crise que está por detrás do que ele chama de “ciclo econômico” e por detrás dos problemas gerados devido ao sistema educacional. Para esse pensador, a vida de milhares de pessoas ao redor do mundo está envolvida nessa crise econômica que certamente terá efeitos culturais, políticos e econômicos.







Essa crise é estrutural e não pode ser compreendida só pela economia. Dessa forma, existem reflexos no sistema de ensino que, como foi abordado nas teorias da estratificação, tem papel fundamental no processo de desigualdade social.

Não é por nada que o alvo principal das críticas progressistas em relação às nossas instituições na última década tenha sido a escola. Tem-se tornado crescentemente óbvio ao longo desse mesmo período que nossas instituições educacionais não são os instrumentos de democracia e igualdade que muitos de nós gostaríamos que fossem. Sob vários aspectos esta crítica tem sido salutar, uma vez que tem aumentado nossa sensibilidade para o importante papel que as escolas- e o currículo explícito e o currículo oculto no seu interior- exercem na reprodução de uma ordem social estratificada que continua sendo notavelmente iníqua em termos de classe, gênero e raça. Como pessoas tão diversas quando Bourdieu, Althusser, Baudelot, e Establet na França... eu próprio e outros, nos Estados Unidos, têm repetidamente demonstrado, o sistema cultural e educacional é um elemento excepcional importante na manutenção das relações existentes de dominação e exploração nessas sociedades (APPLE, 1985).

A crise afeta diversos países, dentre os quais o Brasil, que passa por um momento único na sua história, há uma crise política desde o *impeachment* de sua ex-presidenta da República. Existe um sentimento de incerteza e tensão na população, pois os problemas sociais e políticos que o país enfrenta nunca foram tão claros.

Como afirma Apple (2002) acredita-se que um dos fatores determinantes para essa crise é o sistema de ensino brasileiro, que passa por uma crise também, afetando a vida de diversas pessoas, inclusive o governo busca reformulá-lo, mediante a Reforma do Ensino Médio. Há, indubitavelmente, a necessidade de uma mudança nesse sistema, porém de uma forma democrática, amplamente debatida pela sociedade.

O ENEM é uma prova de âmbito nacional, que oferece vagas em Universidades de todo o país. Nesse exame, há uma matriz de conteúdo que todas as escolas de ensino médio devem seguir. Desta forma, as escolas públicas e as privadas possuem em comum, a mesma legislação educacional, os mesmo conteúdos, a mesma carga horária, professores qualificados. A primeira hipótese é supor que as notas desses dois grupos sejam semelhantes em provas e exames como o ENEM. Porém, analisando a nota média desses dois grupos viu-se o contrário, as primeiras escolas em todos os requisitos são as escolas particulares.

Dessa forma, buscou-se analisar mediante as teorias da estratificação social os possíveis motivos que fazem os alunos da rede de escolas públicas serem minoria em relação aos alunos da rede de escolas particulares nos primeiros lugares no ENEM. Ao analisar o ano de 2015 desse exame, verificou que a maioria esmagadora das escolas nas primeiras colocações são escolas particulares, cabendo às escolas públicas as últimas colocações.





Observando os dados, foi constatado que, em 2015, das 100 primeiras escolas com maior média, 97 foram privadas. Esse fenômeno se repete, ao analisar as notas por média das escolas do Distrito Federal-DF, no mesmo ano, em 2015, das 100 primeiras com maiores notas por média, 94 são da rede privadas e, apenas 6 são da rede pública. Esses dados são simples, porém diretos, e se analisarmos outros estados, o resultado será semelhante.

As escolas com as médias por notas mais altas são da rede privada nas quais estudam alunos de alto poder aquisitivo e capital cultural. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) informa que a lista não é ranking e que o desempenho deve ser avaliado dentro de contextos que permita comparar semelhanças e diferenças entre as escolas. Porém os dados desse ano de 2015 mostram que a diferença de capital econômico como já afirmava Apple (2002) reflete não somente o sistema educacional, mas na estrutura social como um todo. Os alunos que ficam nas melhores colocações e exames como estes podem escolher os melhores cursos nas melhores universidades do país, dessa forma aumentam a probabilidade de conseguirem os melhores empregos e cargos, reproduzindo as desigualdades sociais.

### Considerações Finais

Fica claro que há convergências e divergências no papel da educação nas desigualdades sociais apontadas pelas duas principais teorias da estratificação social, Teoria da Modernidade Social e Teoria da Reprodução Social. Dessa forma, as notas médias alcançadas nas escolas da rede de ensino pública e nas escolas da rede privada no ENEM de 2015 foram analisadas de forma crítica mediante os principais conceitos propostos por essas teorias para a compreensão desse fenômeno.

Diante de um contexto contemporâneo extremamente aberto para inovações em todas as áreas científicas, tecnológicas e educacionais, é fundamental que haja fomento a pesquisas nestas áreas, pois elas, indubitavelmente, interferem na vida de milhares de pessoas. Uma de suas consequências é a influência às desigualdades sociais.

Nas sociedades modernas, os indivíduos passam praticamente um terço de sua infância e juventude na escola ou em atividades relacionadas a essa. A instituição escolar é considerada um dos principais veículos de socialização, logo após a família (BERGER e LUCKMAN,1985)[...] Os governantes quase que invariavelmente incluem o investimento em educação, quando propõem políticas públicas de combate à desigualdade social (VILELA E COLLARES, 2009).





Os fatos analisados foram ao encontro das ideias propostas pela corrente de pensamento da Teoria da Reprodução social. Para essa teoria o sistema educacional reproduz as desigualdades.

Cabe ressaltar que as escolas tornam-se, dessa forma, o mecanismo pelo qual as características das classes dominantes, tais com seu capital cultural e social, são transmitidos, perpetuando as diferenças sociais. Esse fato vai de encontro a nossa Lei Maior, a Constituição Federal de 1988, que afirma em seu artigo Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à igualdade”. Desta forma, aponta-se que o Estado não esta dando condições de igualdade educacional, fator fundamental no desenvolvimento socioeconômico de um país.

### Referências

- APPLE, M. *Educação e poder: reprodução, contestação e currículo*. Ano: 2002. pp. 19-79.
- BOURDIEU, P. *Economia das Trocas Simbólicas*. Coleção: ESTUDOS , V.20
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- DEMO, PEDRO. *Elementos metodológicos da pesquisa participante*. Em: BRANDÃO, C. R. Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. Editora: VOZES. Edição: 1. Ano: 2011
- DURKHEIM, ÉMILE. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, v. 33.(Coleção Os Pensadores.)
- ENEM POR ESCOA, disponível na internet em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem-por-escola>>. Página atualizada em: 20 outubro 2015.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 1996.
- MORENO, A, C; FARJADO, V E TENENTE, L. *ENEM 2015: Notas por escolas* disponível em <http://especiais.g1.globo.com/educacao/2016/enem-2015-notas-por-escolas/>. Acesso em : 23 de out.2016.
- SOARES, J. F. E COLLARES, A. C. M. *Recursos familiares e o desempenho cognitivo dos alunos do ensino básico brasileiro*. Dados, 2006, vol.49, no.3, p.615-650. ISSN 0011-5258
- VILELA, E. M. E COLLARES, A. C. M. *Origens e destino sociais: pode a escola quebrar essa ligação?* Teoria e Sociedade, dez2009, nº 17.2.
- WEBER, Max. *A metodologia das ciências sócias*: FreePrass, 1949, New York.





## EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA: O IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MARANHÃO

André Luiz Chaves Marinho  
Klívya de Cássia Silva Nunes  
Dhiogo Rezende Gomes

**Resumo:** O presente trabalho reflete sobre o impacto do Programa Bolsa Família na Educação de Jovens e Adultos no que se refere a sua permanência ou desistência do âmbito escolar. A partir do enfrentamento da desigualdade social e da pobreza que os mesmos sofrem na maioria das vezes por causa da idade avançada ou por serem analfabetos. Por essas questões, procuramos fazer um levantamento sobre a permanência ou desistência durante o ano letivo. A pesquisa foi realizada na Unidade Integrada Professora Ercília Bento, no Município de Porto Franco, Estado do Maranhão, envolvendo alunos e direção da escola com base nos estudos e nos teóricos discutindo essa temática. Entrevistamos 50 alunos dentre os que recebiam o benefício e outros que não recebem tal bolsa do Governo Federal. Investigou-se saber de que forma o Programa Bolsa Família está impactando em sua permanência ou desistência da escola. Neste sentido, o presente trabalho envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Chegou-se à conclusão de que a educação deve trazer novos parâmetros que devam alinhar seu alunado na busca de novos caminhos e um futuro promissor, sem pensar apenas na renda adquirida através do (PBF) Programa Bolsa Família com a frequência escolar, fazendo com que esses alunos permaneçam estudando com um novo pensamento.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Desigualdade Social. Políticas Públicas.

### Introdução

O objetivo desse trabalho é mostrar o impacto do Programa Bolsa Família sobre os alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos na questão de sua permanência ou desistência do âmbito educacional, quais são os pontos primordiais que levam esses alunos ao fracasso ou ao sucesso escolar, como o tema que estudamos se chama Educação Pobreza e Desigualdade Social, vamos analisá-lo de forma mais ampla.

Neste sentido, apontamos questões relevantes que norteiam a permanência ou não dos alunos na sala de aula e o que os levam à desistência, pois muitos deles são estudantes vindos de família que participam do Programa Bolsa Família. Por essa razão, muitas pessoas oriundas da população de baixa renda se veem obrigadas a ingressar no mercado de trabalho precocemente, para complementar a renda familiar ou garantir sua própria sobrevivência, não raro, alocando o tempo em detrimento dos estudos e, conseqüentemente, deteriorando as suas oportunidades futuras de auferir renda mais elevada. Ademais, essa parcela da população ocupa postos de trabalho de menor qualificação, recebendo salários baixos, perpetuando assim, a sua condição de pobreza, ou na maioria das vezes, são mandados embora do trabalho porque não conseguem acompanhar os demais colegas de trabalho, devido a incompreensão de processos mais complexos dentro do sistema da empresa.







Diante do exposto, este trabalho abordará a EJA – Educação de Jovens e Adultos, nos pontos que favorecem esses alunos e, de que forma o governo olha para este Programa. Nesse contexto, lançaremos nota sobre a Constituição em seu artigo sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que estabelece no capítulo II, seção V a Educação de Jovens e Adultos em seu artigo 37 que cita a Educação de Jovens e Adultos.

Destarte, a pesquisa foi realizada a partir da abordagem qualitativa e quantitativa na qual procurou analisar dados coletados nas entrevistas e questionários semiestruturados aplicados com cinquenta alunos (50) e com a direção da escola, com a finalidade de perceber o impacto do PBF – Programa Bolsa Família na permanência ou desistência dos alunos na escola. Neste sentido, a investigação envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo, como forma de melhorar o nosso objeto de pesquisa.

Conclui-se que o PBF – Programa Bolsa Família contribui bastante para a permanência dos alunos em sala de aula, mais que, não significa que o mesmo vai desisti do ano letivo, caso o benéfico seja cortado, só que o mesmo é de fundamental importância para o complemento da manutenção que a família precisa para suprir suas necessidades básicas e de compras do material escolar.

Para efeito metodológico, o artigo está dividido em três partes, sendo que a primeira trata sobre o PBF e a relação com a desigualdade e pobreza na Educação de Jovens e Adultos; a segunda parte apresenta a Educação de Jovens e Adultos e a Legislação Educacional; finaliza-se com a apresentação da pesquisa de campo.

118

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa foi realizada na Unidade Integrada Professora Ercília Bento, a mesma está localizada no Bairro Vila Nova, Avenida Tocantins S/N no Município de Porto Franco, Estado do Maranhão. Recebe alunos no Curso da EJA - Educação de Jovens e Adultos no turno noturno, exclusivamente porque seu alunado é de pessoas que usam o dia para exercer suas funções trabalhistas, como por exemplo: são donas de casa e principal provedor do lar.

De início, convidamos cinquenta (50) alunos a participarem da entrevista, apenas vinte e cinco (25) aceitaram responder o questionário uns por vergonha e outros por medo de afetar o benefício e o mesmo ser cancelado, conforme alguns dos convidados expressou no sentimento de ficar fora do Programa do Governo Federal. A Diretora da Escola também nos ajudou nas coletas de dados, onde a mesma contribuiu com sua fala sobre a importância do PBF na vida dos alunos.





Usamos como pesquisa de campo de cunho qualitativo e quantitativo, entrevista semiestruturada, questionário de perguntas e respostas, onde cada aluno foi convidado a realizar uma conversa formal com o pesquisador, para sabermos da importância do PBF em sua vida e de sua Família. As questões eram pertinentes no quesito de sua permanência ou não na sala de aula, onde obtivemos da maioria dos entrevistados, respostas satisfatórias para chegarmos ao nosso objetivo que era saber até que ponto o programa impacta em sua permanência em sala de aula.

### Resultados e Discussão

A maioria dos alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos, são de famílias provenientes da classe menos favorecida da sociedade e isso faz com que seus salários na maioria das vezes, cheguem apenas até um salário mínimo, como poderemos analisar na tabela seguinte. Dessa forma, muitos alunos estão engajados nos estudos para tentarem mudar essa realidade vivida por seus antepassados que viveram ou vivem na linha da pobreza. Por essa razão, podemos destacar dos 25 alunos entrevistados, 5 (cinco) recebem meio salário mínimo e 18 (dezoito) alunos recebem salários que varia entre 1 a 2 salários mínimos por mês, e 2 (dois) não recebem salários, o que demonstra o nível de situação socioeconômica que estão inseridos estes alunos, tal como mostra a tabela IV.

119

**Tabela: IV:** Renda per capita dos alunos da EJA.

Salários	Nº de alunos
Meio salário mínimo	5
De 1 a 2 salários mínimos	18
3 a 4 salários mínimo	00
De 5 em diante salario mínimos	00
Sem salário	2

**Fonte:** pesquisa de campo na escola em 2017 realizada pelo autor

Ao realizar a entrevista com famílias dos beneficiários do programa Bolsa Família (PBF), observou-se que os estudos acerca da pobreza não são suficientes para estabelecer uma compreensão de como ela afeta os cidadãos empobrecidos. A importância de se observar como esses Programas do Governo Federal provoca alternativas de vida a essas pessoas, porque existem famílias que vivem só do benéfico, devido à falta de emprego, ou seja, com a falta de estudo o trabalho também se torna mais difícil. Nessa questão, podemos observar que esse Programa serve apenas como parte da renda familiar e não o principal meio de entrada de alimentos e outros meios de sobrevivência que uma família necessita. Por essa questão, a





maioria dos entrevistados afirma que através da educação fica mais viável encontrar um trabalho mais digno para dar o suporte necessário em casa.

Na escola onde realizamos nosso projeto de pesquisa de campo que é a escola que recebe alunos do Programa EJA, onde muitas famílias matriculam seus filhos, jovens e até mesmo adultos, no ensejo de que o PBF venha a fazer parte da renda mensal para dar um suporte a mais na permanência do aluno na escola, fazendo com que este se veja de fato incluído no meio educacional e busque melhores condições de vida através da educação. Contudo, esse seria o momento primordial desses jovens e adultos focarem mais nos estudos para saírem dessa linha da pobreza em que estão inseridos.

### **Considerações Finais**

Através da pesquisa de campo realizada no âmbito educacional sobre o impacto do PBF realizada com alunos da EJA, sobre sua permanência ou não na escola, fica visível que os mesmos estão inseridos nessa instituição de ensino em busca de conhecimento, sendo que através desses conhecimentos é que eles irão nortear seus caminhos para uma nova direção e com isso saírem da classificação, os quais estão inseridos que é a da pobreza ou pobreza extrema, tal como foi constatado na pesquisa de campo que demonstraram interesses em concluir seus estudos, recebendo ou não o benefício, ou seja, o benéfico recebido não influi em sua permanência na escola. Dessa forma fica visível que para estes alunos o mais importante são os estudos, pois dessa maneira estão aptos a buscarem meios de sobrevivência em relação ao trabalho conquistado através de concurso ou classificação dentro de uma empresa.

O desejo de vencer e quebrar as barreiras das desigualdades existentes dentro da sociedade, fez com que estes alunos jovens e/ou adultos vistos como a classe dominada, voltassem a estudar depois de muitos anos longe da escola e a buscarem o conhecimento necessário para uma nova vivência.

Neste sentido, podemos abrir espaço para novas pesquisas a saber que: se este programa que é a EJA, vier a chegar ao fim, como ficaria os alunos que estão inseridos nas series que se segue? Como os alunos completariam seus estudos? Visto que esta modalidade de ensino oferta o horário noturno, para facilitar o acesso dos alunos que na maioria, ou, sempre usam o dia para trabalhar. Com essa temática fechamos aqui nossos pontos de pesquisa ao qual o trabalho está relatando, mais com a preocupação a seguir, que se estes





alunos ainda não concluíram os seus estudos através da EJA – Educação de Jovens e adultos, como os mesmos farão para tal proeza em suas vidas.

Dessa maneira, levamos o leitor a entender que o impacto do PBF, não afeta muito os alunos da EJA: Educação de Jovens e Adultos no Município de Porto Franco – Maranhão, pois os mesmos estão em sala de aula em busca de conhecimento para assim poderem gozar de mais conforto com recursos financeiros alcançados depois de concluírem seus estudos, podendo, dessa forma estarem disputando vagas no mercado de trabalho, lembrando que os benefícios recebidos através do programa ajuda bastante, mais que esse não é o fator principal para a sua permanência durante o ano letivo.

### Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

ARROYO, Miguel. **Pobreza, Desigualdades e Educação**. Módulo Introdutório na Pós-Graduação em Educação Pobreza e Desigualdade Social. Brasil, 2014.

BRASIL. Conferência Internacional sobre a Educação de Jovens e Adultos. **Declaração de Hamburgo**: agenda para o futuro. Brasília: SESI/UNESCO, 1999.

CAPAI, Eliza. (28 de 08 de 2013). **Direitos Humanos**. Acesso em 22 de 10 de 2017, disponível em agência de reportagem e Jornalismo investigativo, disponível em: < <https://apublica.org/2013/08/severinas> >.

MURANETTI, Robianca. *A importância do trabalho psicopedagógico na Educação d Jovens e Adultos*. São Paulo: jan. 2007. Disponível em: < <http://www.abpp.com.br/artigos> >. Acessado em 09 jan. 2010.

PACIEVITCH, Thais. (s. d.). **Educação de Jovens e Adultos**. Acesso em 22 de 10 de 2017, disponível em: Info Escola: < <https://www.infoescola.com/educacao/de-jovens-e-adultos> >.

PARÁGRAFO 2. art. 38 - **Lei de Diretrizes e Bases** – Lei 9394/96. (s. d.). Acesso em 22 de 10 de 2017, disponível em Jus Brasil: <https://www.jusbrasil.com.br>

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. Pobreza e Cidadania. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo I**. SECADI/Ministério da Educação, 2014.

RATIER, Rodrigo; AMARAL, Aurélio; FERNANDES, Elisângela; MOÇO, Anderson; VICHESSEI, Beatriz; FRAIDENRAICH, Verônica. Por que jovens de 15 a 17 anos estão na EJA. **Revista Nova Escola**, 01 de agosto de 2001. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2882/por-que-jovens-de-15-a-17-anos-estao-na-eja>. Acessado em: 25.09.2017

REGO, Walquíria D.; PINZANI, Alessandro. **Pobreza e Cidadania**. Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, 2014.







## IDENTIDADE E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

**André Luiz Gomes da Silva**  
**Rosemary Negreiros de Araújo**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo compreender as ações pedagógicas realizadas pelas escolas estaduais situadas em território quilombola. O foco deste estudo foi observar a relação entre a escola e os alunos quilombolas, e se as ações desenvolvidas nessas escolas despertam aceitação, conhecimento ou reconhecimento da identidade desses povos. Para a realização da pesquisa, foram observadas duas escolas: o Colégio Estadual Padrão, no município de Brejinho de Nazaré, e a Escola Estadual de Muricilândia, no município de Muricilândia, estado do Tocantins. As duas escolas trabalham ações cujos conteúdos estão pautados na Lei nº 10.639/03, a qual trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação. No que tange às Relações Étnico-Raciais para o ensino de História, Cultura Afro-brasileira e Africana, essa lei tem o objetivo de produzir a divulgação de conhecimentos, atitudes e valores que eduquem os cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial.

**Palavras-chave:** Educação. Desigualdade social. Quilombo.

### Contextualização

A Educação é um direito de todos. O Estado vem ao longo dos anos tentando elaborar políticas públicas que reconheçam a emergente necessidade de dar sustentação e valorização às comunidades tradicionais. Dentre muitas políticas públicas na educação, a Educação Quilombola voltada a atender as Comunidades Remanescentes de Quilombos – CRQs é uma modalidade de ensino definida na Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.

O currículo escolar quilombola, de acordo com a legislação, reforça o que está estabelecido no Plano Nacional da Educação para as relações étnico-raciais e a importância que apresenta a Lei 10.639/03. O documento visa garantir a necessidade de se trabalhar nas escolas quilombolas a construção de um currículo que permita aos alunos conhecerem suas raízes históricas, sua identidade e vivência, e compreender a desigualdade que o cerca ao longo do tempo como também a falta de reciprocidade entre escola e comunidade quilombola.

Nesse sentido, este estudo tem como foco a Escola Estadual de Muricilândia e o Colégio Estadual Padrão, dado que ambas as instituições cumprem o papel pedagógico de afirmação e valorização de saberes históricos e culturais secularmente ausentes na vivência dos alunos e dos profissionais de educação. A educação passa a ser discutida como prioridade e política de desenvolvimento social quando o governo federal elabora o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas dentro do Programa Nacional Brasil Quilombola em 2003(BRASIL, 2003)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Considerando, ainda, mais dois mecanismos de sustentação de uma educação voltada ao povo negro, temos a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tendo aquela o objetivo de estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, bem como a Resolução CNE/CP nº 1/2004, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações





Algumas linhas de atuação e programação foram criadas no sentido de fornecer uma educação voltada ao povo negro<sup>4</sup>, garantindo uma valorização em todos os aspectos. Dentre eles, pontuamos o Programa Nacional de Educação do Campo, o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, o Programa Dinheiro Direito na Escola – PDDE, o Procampo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar– PNAE e a Educação Quilombola.

Em sua maioria, as CRQs representam uma maior vulnerabilidade, devido à sua trajetória histórica e geográfica. Para Campo (2016), a existência das CRQs em isolamento foi de certa forma uma razão de sobrevivência em família e, ao mesmo tempo o isolamento se tornou a razão da efetivação das políticas públicas. A educação sempre foi entendida como uma forma de mudança de comportamento, de quebras de paradigma e até mesmo de sobrevivência. A distribuição da educação quilombola do Estado do Tocantins apresenta um quadro de 2.591 (dois mil e quinhentos e noventa e um) alunos matriculados na rede de ensino estadual, 593 (quinhentos e noventa e três) professores em 25 (vinte e cinco) escolas estaduais (SEDUC, 2017).

De acordo com o Censo Escolar, realizado em 2010, existem 210.510 alunos nas escolas localizadas nas CRQs, atendidos por 31.943 professores, atuando em 1.912 escolas. A Região Nordeste concentra 67,99% das matrículas. De acordo com Campo (2016), as CRQs, no estado do Tocantins, não se diferem da maioria das comunidades quilombolas em todo o Brasil. Possuem um caráter rural e de famílias extensas. Dentre as 45 (quarenta e cinco) CRQs, duas comunidades apresentam um formato diferenciado por serem comunidades quilombolas urbanas. A comunidade remanescente quilombola “Visão de Águia”, em Chapada da Natividade-TO está estabelecida na zona urbana da cidade, na região sudeste do estado, e a outra, denominada Comunidade “Dona Juscelina”, está situada na cidade de Muricilândia, na região norte do estado do Tocantins, mas mesmo assim as dificuldades não são minimizadas por essas características geográficas<sup>5</sup>.

---

Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

<sup>4</sup>A trajetória do negro no Estado do Tocantins, constituída e marcada por vários fatores. A mineração e a criação do gado, por exemplo, foram pilares da reafirmação da presença do negro no estado do Tocantins (SECIJU, 2015). Um estado negro, atualmente com 45 (quarenta e cinco) comunidades negras certificadas como remanescentes de quilombo pela Fundação Cultural Palmares e mais de 37 (trinta e sete) identificadas (SECIJU, 2016).

<sup>5</sup>Muitas das CRQs ainda sobrevivem de agricultura de subsistência, não têm acesso permanente ao atendimento à saúde, saneamento básico e, no que se refere à educação, o quadro é bem mais complexo: só as Comunidades





São percebidas desigualdades nas condições de acesso à educação e nos resultados educacionais das crianças, dos jovens e dos adultos, penalizando especialmente alguns grupos étnico-raciais. A população mais pobre é a do campo e, para superar algumas deficiências, a Escola Estadual de Muricilândia e o Colégio Estadual Padrão vêm, ao longo destes anos, criando mecanismos para estreitar os laços entre as escolas e as comunidades.

### **Procedimentos Metodológicos**

O trabalho teve como fundamento metodológico a pesquisa empírica. Foram realizadas a técnica de observações, rodas de conversas e a elaboração de ações. A interação com o objeto de estudo possibilitou, além de descobrir uma lacuna entre a prática pedagógica e a teoria proposta para a implantação e implementação do currículo de educação quilombola, verificar a falta de participação ativa por parte dos profissionais da educação e dos alunos nas ações que fortalecem a identidade dos alunos quilombolas da Comunidade Remanescente de Quilombo “Chapada da Natividade” e das Comunidade Remanescente de Quilombo “Malhadinha e Córrego Fundo”, em Brejinho de Nazaré-TO.

O Colégio busca, nessa proposta, conforme Campo (2016), fazer com que os alunos, pais e profissionais de educação reflitam e deem o primeiro passo no conhecimento do seu eu, valorizando o outro a partir de si mesmo. O Colégio Estadual Padrão vem realizando eventos culturais agregados ao conteúdo e à historicidade das comunidades quilombolas no município. O incentivo e o olhar diferenciado aos alunos rurais e quilombolas têm sido importantes. De certa forma, têm despertado na comunidade escolar a necessidade de compreender a realidade vivida dos alunos. Outro fator importante é o incentivo a cursos e provas externas que possam contribuir para a formação e o desenvolvimento intelectual e social dos alunos de comunidades quilombolas e rurais, o que concretiza o seu objetivo em trabalhar o conceito de pobreza e desigualdade social no Brasil.

124

### **Resultados e Discussão**

Após análise, foi constatado que a aplicabilidade da Lei 10.639/03 não está sendo trabalhada nas escolas públicas e privadas, no estado do Tocantins, ou seja, a lei não foi implementada. O que foi verificado foram ações isoladas e fora do contexto institucional e

---

Remanescentes de Quilombo Mumbuca, no município de Mateiros, Chapada da Natividade, no município de Chapada de Natividade, e a Comunidade Dona Juscelina, no município de Muricilândia, possuem escolas que fornecem o ensino médio.





pedagógico. Observamos ainda que ocorrem discussões acerca do racismo e da historicidade do negro em escolas e nas CRQs.

Verificamos ainda que o Tocantins possui um contingente de cerca de 74,2% de negros, e que, mesmo assim, as escolas em território quilombola vêm trabalhando a temática ainda de forma precária, na medida em que não dispõem de percepção de historicidade sobre o negro no cenário brasileiro. Apesar disso, procuram trabalhar aliadas ao Projeto Político Pedagógico, fruto do esforço de professores, alunos e quilombolas. Embora seja um trabalho ainda imaturo, é um primeiro passo para uma análise prática da efetivação ou implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, pois a lei deve ser para a educação e os educadores um desafio que vai além da compreensão teórica.

A Escola Estadual de Muricilândia e o Colégio Estadual Padrão têm suas particularidades. Por se caracterizarem como escolas urbanas e por atenderem alunos quilombolas, essas escolas trazem uma nova observação, que é a urbanização e a propagação de uma cultura de massa. Nessa perspectiva, as análises, a investigação e a observação da imagem da identidade e da cultura, junto ao processo pedagógico nas duas escolas, possuem bases orais e escritas de ações pedagógicas que essas escolas estaduais vêm desenvolvendo com os alunos quilombolas e com a sociedade.

125

Portanto, garantir a educação nesses territórios, onde vive parcela significativa da população brasileira, respeitando sua história e suas práticas culturais, é pressuposto fundamental para uma educação antirracista. Assim, a implementação da Lei 10.639 nas comunidades quilombolas deve considerar as especificidades desses territórios, para que as ações recomendadas nesse plano possam ser executadas com qualidade.

A educação básica no Brasil é marcada pela desigualdade no que se refere à qualidade e à condição de acesso. O país ainda não consegue garantir a todas as crianças um assento nos bancos escolares. Uma das mais importantes marcas dessa desigualdade está expressa no aspecto racial, compreendendo, assim, as Práticas Pedagógicas que versam sobre identidade, escola, relação aluno/quilombo/escola, o que estimula os profissionais de educação a fazer uma reflexão sobre as mais diversas condições sociais que os cercam.

A visita local possibilitou um melhor entendimento das práticas e ações realizadas pelas escolas, alunos e professores, que trabalham no ambiente escolar e na comunidade a identidade negra, sem desvinculá-la da urbanização, que é um dos fatores que tendem a







“embranquecer” as Comunidades Remanescente de Quilombo de Chapada da Natividade e os alunos quilombolas que estudam no Colégio Estadual Padrão.

Os diversos materiais didático-pedagógicos – livros, revistas, jornais – utilizados em sala de aula apresentam em sua maioria a figura dos povos brancos e sempre positivamente, fortalecendo o processo discriminatório no cotidiano escolar. Há pouca presença do negro nesses materiais e, quando ilustrado, o negro tem o papel de representar o período escravista e situações de subserviência ou de desprestígio social. No entendimento das escolas, utilizar recursos pedagógicos com esse caráter, constitui um conceito racista marcado de eurocentrismo e etnocentrismo que, historicamente, valoriza o continente europeu em detrimento dos negros e do continente africano. Portanto, trata-se de reconstruir um novo caminho que permita formar pessoas com condições de perceber os significados e lógicas não validadas pelos sistemas de ensino formais e colocá-los na escola na perspectiva de contribuir para uma nova compreensão de mundo. As referidas escolas, preocupadas com as relações estabelecidas, uma vez que constatam a existência de um tratamento diferenciado que hierarquiza o pertencimento racial dos alunos, vêm trabalhando conteúdos e promovendo rodas de conversas com a comunidade quilombola no sentido de fortalecer o vínculo entre escola e comunidade. A diferença de tratamento, atitude antieducativa ainda existente, concorre para a difusão, a reprodução e a permanência do racismo no interior das escolas e na sociedade como um todo.

126

A relação educacional entre as duas escolas urbanas e, ao mesmo tempo, dentro do território quilombola vem criando nova cultura e nova forma de pensar o currículo, o Plano Político Pedagógico, a alimentação, o transporte e a metodologia de ensino para atender o aluno quilombola. A participação das comunidades quilombolas nesse processo certamente gera um acúmulo mútuo de saberes que se somarão na busca de novas concepções de educação e de sociedade.

### **Considerações Finais**

Ao pesquisar a teoria e a normatização da obrigatoriedade do Ensino de História, da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas e do Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, é possível observar que a teoria entrelaça e orienta as ações pedagógicas nas escolas que trabalham a temática racial.





A relação escola e comunidade, no intuito de proporcionar maior interação da população com a educação, faz com que o espaço escolar passe a ser fator de integração comunitária. Fomentar a discussão propositiva do Plano Estadual e municipal para disseminar as leis 10639/03 e 11645/08 junto a gestores e técnicos, no âmbito escolar, e junto a membros de comunidades quilombolas, garante condições adequadas para o pleno desenvolvimento social e educacional proposto no plano municipal de educação e no Projeto Político Pedagógico.

Os desafios da qualidade e da equidade na educação só serão superados se a escola for um ambiente acolhedor. Garantir o direito de aprender implica fazer da escola um lugar em que todos se sintam valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito em sua singularidade e identidade.

### Referências

**IPEA.** Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008.

**UNESCO.** Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, 1990. Brasília: UNESCO, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. E disponível em: **PIRES,** Antonio Liberac Cardoso Simões e **OLIVEIRA,** Rosy. (2006) Sociabilidades Negras. Comunidades Remanescentes, Escravidão e Cultura. Belo Horizonte, MEC/UFT/Daliana.

**LIRA,** Elizeu Ribeiro; **VALADARES,** Aniel R. Aspectos socioculturais e econômicos da comunidade afrodescendente São Joaquim, no município de Porto Alegre-TO. In: **SANTOS,** Roberto de Souza; **LIRA,** Elizeu Ribeiro; **CALAÇA,** Manoel; **CHAVEIRO,** Eguimar Felício. (Orgs.). **Território ediversidade territorial no cerrado:** cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia-GO, Kelps, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho Interministerial. Contribuições para a Implementação da Lei 10639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf>>.





## DESEMPENHO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PALMAS: UM ESTUDO DE CASO COM CRIANÇAS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Andréa Maria Silva Costa**

**Raquel Bernardes de Lima**

**Resumo:** Esta pesquisa objetiva ampliar as discussões sobre a situação de pobreza e extrema pobreza no contexto educacional e os impactos nos resultados de aprendizagem das crianças na primeira fase do ensino fundamental. Será aplicada uma prova para 08 alunos do 3º Ano, Ensino Fundamental, com idade entre 8 e 9 anos, beneficiários ou não do Programa Bolsa Família – PBF, em seguida será feito um cruzamento comparativo com o resultado desta avaliação e as notas em Língua Portuguesa e Matemática separada por cada grupo. Neste sentido, considerando a importância deste diagnóstico, entende-se que o resultado da pesquisa fornecerá subsídios que contribuirão para melhorar as políticas públicas na área de educação e assistência, com foco no ensino, aprendizagem e resultados.

**Palavras-chave:** Pobreza. Aprendizagem. Avaliação. Educação. Resultado.

### Introdução

Esta pesquisa surgiu da ansiedade de conhecer se a aprendizagem de alunos que fazem parte do Programa Bolsa Família difere da aprendizagem de alunos que não fazem parte do referido programa. ARROYO, define a escola como sendo um espaço de socialização de valores e identidade e ao mesmo tempo questiona como esse processo se desenvolve na prática.

Sabemos que o Programa Bolsa Família foi criado em 2003, com o objetivo de contribuir para o combate da pobreza e das desigualdades sociais, possuindo três eixos: Complemento de Renda, Acesso a Direitos e Articulação com Outras Ações.

O Complemento de Renda, que é a transferência mensal do benefício para o beneficiário, garante o alívio mais imediato da pobreza; já o Acesso a Direitos, que reforça o acesso à educação, à saúde e à assistência oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social, sendo necessário o cumprimento de algumas condicionalidades; e a Articulação com Outras Ações através da integração com várias políticas sociais estimula o desenvolvimento das famílias, contribuindo para superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

Diante da importância e complexidade do programa, observou-se falta de estudo e informações mais relevantes sobre a aprendizagem dos alunos beneficiários e não beneficiários do programa. Portanto, o presente artigo visou fazer um cruzamento comparativo entre a aprendizagem desses alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.





O estudo justificou-se devido à necessidade de ampliar as discussões sobre a situação de pobreza e extrema pobreza no contexto educacional e os impactos positivos ou não nos resultados de aprendizagem das crianças na primeira fase do ensino fundamental.

### Procedimentos Metodológicos

O estudo foi realizado na Escola Municipal Benedita Galvão, situada em Taquaralto, município de Palmas - Tocantins.

A pesquisa caracterizou-se como exploratório de caráter quantitativo e qualitativo. A metodologia utilizada foi a aplicação de uma prova de Língua Portuguesa e Matemática para 08 alunos do 3º Ano do Ensino Fundamental, com idade entre 8 e 9 anos, pertencentes a mesma turma, sendo 4 alunos beneficiários do Programa Bolsa Família e 4 alunos não beneficiários do programa, todos com família tradicional, composta de pai e mãe e ambos escolarizados.

A prova aplicada foi a mesma utilizada na aplicação da Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA/2016. A partir da aplicação e correção os dados foram compilados e produziu-se um gráfico comparativo que foi analisado.

### Resultados e Discussão

129

Após aplicar a avaliação aos alunos do 3ª ano do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Benedita Galvão, município de Palmas-TO, escolhidos de forma aleatória, cheguei a seguinte tabela.

**Tabela 01:** Desempenho Escolar – Alunos Beneficiários do Programa Bolsa Família 3º ano/EF

Identificação do objeto de pesquisa	L. Portuguesa	Matemática
Aluno A	4,0	1,0
Aluno B	10,0	9,0
Aluno C	7,0	5,0
Aluno G	8,0	9,0
	<b>SOMA/4= 7,3</b>	<b>SOMA/4= 6,0</b>





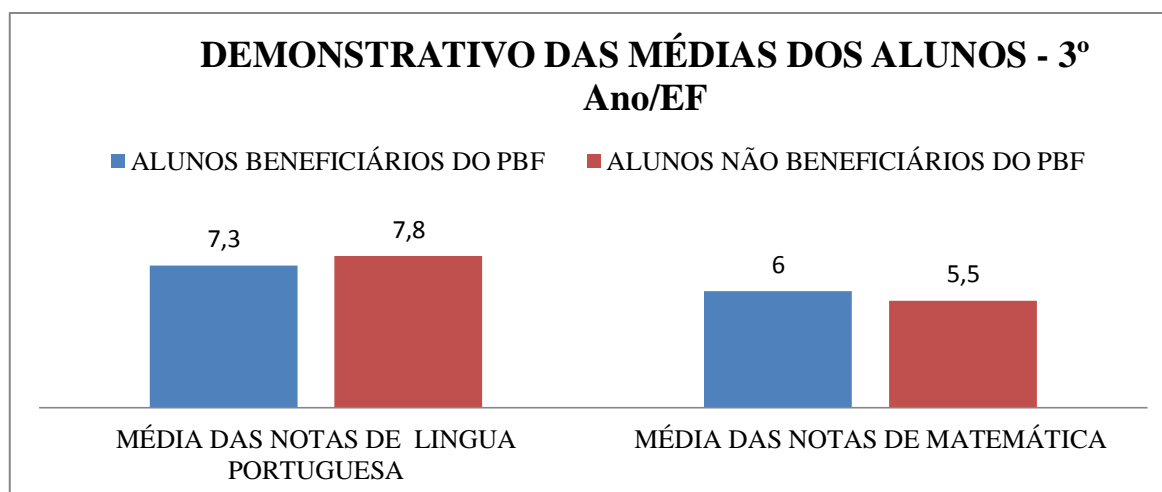


**Tabela 02:** Desempenho Escolar – Alunos Não Beneficiários do Programa Bolsa Família 3º ano/EF

Identificação do objeto de pesquisa	L. Portuguesa	Matemática
Aluno D	6,0	6,0
Aluno E	8,0	5,0
Aluno F	9,0	8,0
Aluno H	8,0	3,0
	<b>SOMA/4= 7,8</b>	<b>SOMA/4= 5,5</b>

Em seguida, os dados foram transformados no gráfico abaixo, para melhor apresentar os resultados da situação analisada.

**Gráfico 01** – Demonstrativo das médias dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental



130

Ao observar os dados, deve-se notar que são considerados neste estudo apenas alunos do 3º Ano – Ensino Fundamental, da Escola Municipal Benedita Galvão, sendo metade beneficiários do Programa Bolsa Família e metade não beneficiários do programa. No conjunto de dados deste estudo, notou-se alteração insignificante no desempenho das avaliações aplicadas entre o público analisado.

Os alunos oriundos do Programa Bolsa Família tiveram um desempenho um pouco menor em Língua Portuguesa em relação aos alunos não beneficiários, no entanto na disciplina de Matemática apresentaram um desempenho um pouco maior que os alunos não beneficiários. Entretanto, procedendo a análise dos resultados, nota-se que o fato de o aluno





fazer parte das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, não comprova maior ou menor condição para a aprendizagem do mesmo.

### Considerações Finais

Este trabalho buscou fazer uma associação entre: aluno beneficiário e não beneficiário do programa bolsa família e o desempenho nas provas aplicadas na Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA. Os resultados apresentados não constituíram diferença significativa entre o público avaliado em relação ao resultado das notas, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, mostrando que as condições socioeconômicas não exercem influencia para estes resultados. Dada a grande importância do Programa Bolsa Família, os resultados sugerem que a condicionalidade/educação tem efeitos positivos sobre a trajetória escolar destes alunos, podendo até dizer que o programa poderia estar contribuindo para a diminuição na desigualdade educacional dos alunos.

### Referências

- \_, Cursos de Especialização, Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo Introdutório: **Pobreza, Desigualdades e Educação** – 2016;
- \_, Cursos de Especialização, Educação, Pobreza e Desigualdades Social. Módulo I: **Pobreza e Cidadania** – 2016;
- \_, Cursos de Especialização, Educação, Pobreza e Desigualdades Social. Módulo II: : **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação** – 2016;
- \_, Cursos de Especialização, Educação, Pobreza e Desigualdades Social. Módulo IV: **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**, 2016;
- Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : Ipea, 2013.
- Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.





## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DO SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO SOCIAL COM ÊNFASE NA ESCOLA PAROQUIAL SÃO DOMINGOS

**Andréa Lopes Barros Silveira**  
**Danielle Mastelari Levorato**

**Resumo:** A presente pesquisa de cunho qualitativo configura-se como um estudo de caso para o qual nos servimos de um processo comparativo para efetuar uma análise sobre as condições de vida e a contribuição do Programa Bolsa Família para a permanência de discente na escola. O estudo também se caracteriza com por seu caráter exploratório, visto que foi investigado um fenômeno dentro do seu contexto real, utilizando-se, para isso, de fontes bibliográficas e documentais. Sabe-se que o Programa Bolsa Família surge com a finalidade de enfrentar o grande problema da sociedade brasileira, que é combater a fome e a miséria, buscando promover a emancipação das famílias mais pobres do país. A questão é, para esse estudo de caso, será que na cidade de Araguaína, no Estado do Tocantins, mais precisamente na Escola Paroquial São Domingos localizada em uma das periferias de Araguaína, o Programa tem atingido os objetivos de contribuir com essa permanência de alunos de baixa renda na escola, evitando, assim a evasão e reprovação? O Programa Bolsa Família integra o Projeto Político Pedagógico. Faz integração na Pauta de reuniões do Conselho Escolar. Como a escola consegue ver esses alunos que abandonaram e evadiram, sabem o motivo e a forma que estão intervendo? Os objetivos do Programa são três. O primeiro é combater imediatamente a fome através da transferência de dinheiro para os beneficiários. O segundo objetivo tem por finalidade concretizar o acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação. Neste contexto, o sistema de condicionalidades tem sido desenhado com o propósito de dar fim ao ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

**Palavras-Chave:** Assistência. Família. Programa.

### Introdução

132

O objetivo fundamental da pesquisa é conhecer o PBF e verificar sua contribuição para evitar ou minimizar os impactos do processo de evasão escolar, isto é, no resgate de alunos evadidos, bem como contribuir para que os estudantes concluam suas atividades educativas no âmbito escolar. Além disso, busca-se saber quais são os mecanismos utilizados para garantir esse processo intersetorial entre social e educação. Em decorrência, é de nosso interesse mostrar as contribuições do PBF na melhoria e nas condições de ensino, conhecendo seus limites e dificuldades e, principalmente, a sua atuação dentro na unidade de ensino referente ao processo evasão escolar (DIAS, 2013). Compreende-se o PBF como sendo uma política pública de transferência de renda, pois, através do cumprimento de sua condicionalidade, exige a frequência escolar das crianças e jovens beneficiárias pelo Programa. O trabalho intersetorial, nessa situação, é de suma importância para que seja sanado ou ao menos minimizada a evasão escolar (BRASIL, 2004).

Os objetivos desse trabalho é mostrar como funciona o programa bolsa família no geral, e entender por que a Escola Paroquial São Domingos também atende esse público e tem em sua educação diferenciada em questão da qualidade de ensino. O trabalho justifica-se por entender que a educação e o bolsa família é uma das formas de Ascensão social importante





para essas famílias de baixa renda, tendo em vista que para os beneficiários do programa receber essa ajuda é necessário que estejam frequentando a escola e também estejam com as vacinas atualizadas.

### **Procedimentos Metodológicos**

Esta investigação consiste numa pesquisa norteada, particularmente, por princípios qualitativos, tendo como referencial metodológico os princípios do estudo de caso (Gil, 2010), na qual procuramos conhecer o PBF e verificar sua contribuição para evitar ou minimizar os impactos do processo de evasão escolar, de modo a atuar no resgate de alunos evadidos, bem como contribuir para que os estudantes concluam suas atividades educativas no âmbito escolar. Além disso, buscam-se saber quais são os mecanismos utilizados para garantir esse processo intersetorial entre social e educação. O local da pesquisa foi a Escola Paroquial São Domingo, no município de Araguaína, estado do Tocantins.

É importante ressaltar ainda que nos utilizaremos também de procedimentos quantitativos para fundamentar nossas discussões com a finalidade de apresentar dados concretos sobre a realidade investigada (LAKATOS; MARCONI, 2010).

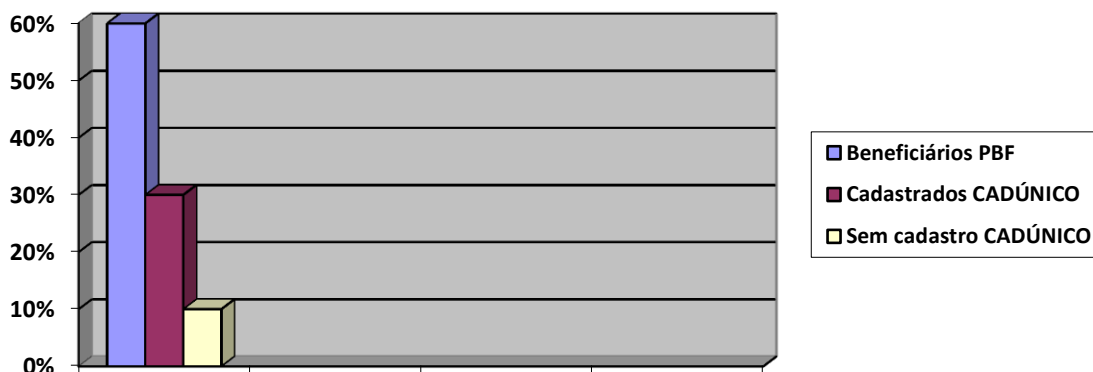
Os instrumentos utilizados para a realização do estudo foi a análise documental através da coleta de dados institucionais. A partir da análise dos dados coletados foi possível realizar comparações entre eles. As informações obtidas permitiram identificar a frequência e o índice de 60% de alunos cadastrados no CadÚnico recebendo bolsa escola dos alunos.

### **Resultados e Discussão**

Trazendo uma reflexão sobre os impactos do programa sanando a evasão escolar através do benefício e da transferência de renda do Programa Bolsa Família. Em sua fase inicial foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo na instituição analisada, abrangendo professores, coordenadores e alunos.



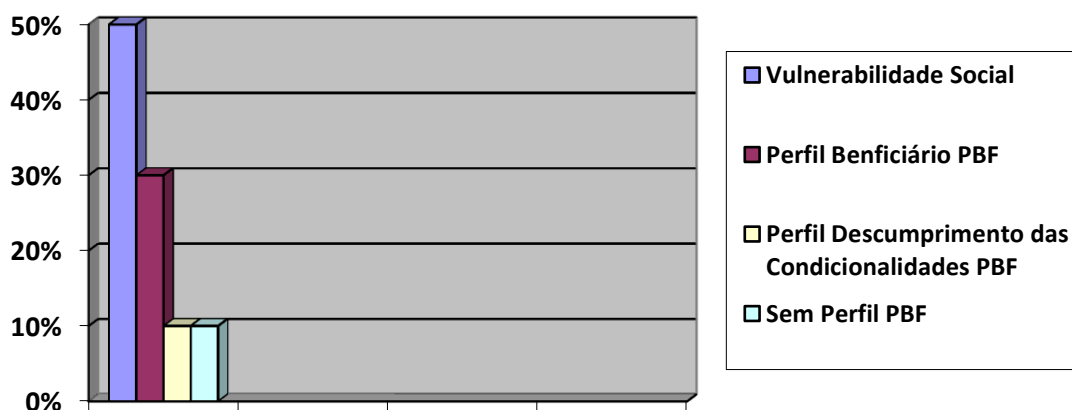




**Gráfico 1 - Quantidade de alunos cadastrados na unidade escolar**

Diante do gráfico 1 nota-se que 60% dos discentes são beneficiários do PBF, enquanto 30% são cadastrados no CadÚnico, podendo a vir ser beneficiado de acordo com as condicionalidades e se estiver dentro do perfil proposto pelo MDS. E 10% dos discentes não são cadastrados no CadÚnico, esses são famílias sem perfil para o PBF, mas muitos têm perfil para o CadÚnico, onde a renda familiar pode chegar até três (3) salários mínimos (BRASIL, 2015).

Por falta de conhecimento ou mesmo informação, alguns pais não conhecem a importância do CadÚnico e visam somente o benefício do PBF (BRASIL, 2004).



**Gráfico 2 - Perfil dos discentes da unidade escolar Paroquial São Domingos**

Nesse demonstrativo apresentado no gráfico 2 representa que 50% dos discentes se encontram em vulnerabilidade social, perfil baixa renda, enquanto que 30% recebem o benefício e 10% se encontram em descumprimento das condicionalidades, ou seja, são os alunos que estão dentro do quadro de evasão escolar. E os outros 10% sem perfil para receber





o benefício.

Se observar e aplicar a intervenção com antecedência e prematuramente, pode-se agir sobre a raiz do problema e reduzir a deficiência da evasão escolar (FREIRE,1997).

Observa-se mediante esses dados que mesmo com todo o avanço alcançado desde sua implantação, o PBF ainda tem uma longa jornada para cobrir e alcançar mais famílias em situações de risco social e pobreza. Muitas conquistas já se fazem presentes como o acesso à educação, a saúde e assistência social, muitas famílias vivem em situações melhores, quebrando o estigma da pobreza.

### Considerações Finais

Em análise ao PBF e sua condicionalidade com relação a educação, procurou-se estudar a contribuição do programa de transferência de renda em relação a evasão escolar do alunos inseridos no CadÚnico na Escola Paroquial São Domingos. Este estudo enfatizou considerações relevantes do Programa Bolsa Família para a permanência dos alunos no âmbito escolar. Ao ser beneficiário do PBF, uma das condicionalidades a ser seguida é a permanência da criança ou jovem na escola, sendo um acordo do Governo com as famílias beneficiadas. Nos últimos anos, as escolas têm buscado constantemente redefinir e ressignificar o seu papel e a sua função social. Elas estão elaborando o seu projeto educativo para nortear as práticas educativas e, conseqüentemente, melhorar o atendimento à sua clientela, visto que esta tem manifestado que tipo de escola quer.

135

### Referências

BRASIL. **Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004\\_2006/2004/Decreto/D5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004_2006/2004/Decreto/D5209.htm)>. Acesso em 23 out. 2017.

DIAS, Marcelo. **A família nas políticas sociais: O caso do programa Bolsa Família**. Salvador, 2013. 128f. Disponível em: <[http://tede.ucsal.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=366](http://tede.ucsal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=366)> Acesso em: 20 out. 2017.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 3ª edição. Coleção questões da nossa época; v, 23. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. 2. São Paulo: Atlas, 2010.

MDS – **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**. 2015. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>>. Acesso em 25 out. 2017





## POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO EDUCACIONAL NA ATUALIDADE

Anne Daniella Milhomem Parreira

**Resumo:** O presente trabalho objetiva compreender os impactos e os reflexos das políticas públicas no campo educacional na atualidade. Busca apreender a origem e o conceito das políticas públicas. Procura também compreender as mudanças estruturais na sociedade que afetam a educação. A problemática da investigação norteou-se pela seguinte questão: Em meio às transformações ocorridas no contexto histórico, social, político, econômico e cultural qual expressão das políticas públicas compreende a educação na atualidade? A pesquisa tem caráter explicativo descritivo. Foi realizado um levantamento bibliográfico para identificação dos estudos já existentes e melhor compreensão da temática. O estudo constatou que algumas políticas públicas têm finalidade fundamentalmente econômica, voltada para interesses individuais e particularistas, portanto, contrastante com o interesse público coletivo e o bem comum da educação em geral.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Educação. Atualidade.

### Introdução

Atualmente as instituições educacionais passam por inúmeras dificuldades de natureza econômica, pedagógica, política e sócio-cultural. Tais dificuldades resultam das mudanças que vem ocorrendo no âmbito da Ciência, do modelo de Estado e do modo de Produção que trazem profundos impactos para o processo educativo.

No Brasil, grandes mudanças vêm ocorrendo na escola, especialmente a partir dos anos de 1990 com as reformas educacionais e o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394), promulgada em dezembro de 1996. A LDBEN introduz importantes mudanças na escola, inclusive no que se refere à administração escolar ao estabelecer que as relações de poder dentro das instituições de ensino deveriam gerar integração, cooperação e participação (BRASIL, 1996).

Para Oliveira (2008, p. 64), “novas formas de organização e controle do sistema de ensino vêm resultando em mudanças nas relações de trabalho na escola [...]” em consonância com as transformações do mundo da produção da sociedade capitalista, que trouxeram implicações para as políticas educacionais em geral.

Conforme Oliveira (2002), as reformas educacionais dos anos de 1990 atuaram fortemente sobre a organização escolar, trazendo novas formas de ensinar e avaliar. Essas mudanças na organização escolar tendem a alterar a divisão do trabalho na escola, na extensão de algumas rotinas e na adoção de outras. É fundamental que a escola possa, pela sua função social, ser um espaço de sociabilidade e socialização do conhecimento e, também, de inserção dos sujeitos nas relações sociais. Trata-se de alterações importantes que se relacionam com a forma de gestão escolar.





Tendo em vista esse contexto mais amplo que acerca da realidade escolar, a presente pesquisa teve como objetivo compreender os impactos e os reflexos das políticas públicas no campo educacional na atualidade.

O interesse em estudar essa temática surgiu na intenção de conhecer melhor as políticas educacionais e entender qual o papel do Estado e o que dele espera-se no atendimento em termos educacionais. Deseja-se que o estudo dessa temática venha contribuir com a discussão sobre políticas públicas educacionais, principalmente no que tange a atualidade.

Frente ao exposto buscou-se responder a seguinte questão: Em meio às transformações ocorridas no contexto histórico, social, político, econômico e cultural qual expressão das políticas públicas compreende a educação na atualidade?

Levantou-se como hipótese inicialmente, neste estudo, que algumas políticas públicas têm finalidade fundamentalmente econômica, voltada para interesses individuais e particularistas, portanto, contrastante com o interesse público coletivo e o bem comum da educação em geral.

### **Procedimentos Metodológicos**

Dentre os procedimentos metodológicos utilizados destaca-se a realização de um levantamento bibliográfico envolvendo leituras, análises e interpretações de autores como: Oliveira (2010), Chrispino (2005), Souza (2003), Libâneo (2005), Carvalho (2009), e muitos outros que contribuíram para o estudo em questão.

De acordo com Cervo e Berviam (2002) a pesquisa bibliográfica busca conhecer e analisar as contribuições científicas existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

A pesquisa tem caráter explicativo, para Lakatos e Marconi (2011) esse tipo de pesquisa registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas. Essa prática visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral e gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica.

### **Resultados e Discussão**

A discussão sobre políticas públicas educacionais requer a compreensão das origens e conceitos de tais políticas, situadas no contexto das grandes transformações sociais em curso







advindas do desenvolvimento científico, das alterações no modo de produção e reprodução da vida na sociedade e das mudanças na estrutura de Estado.

Cabe ressaltar que, no âmbito da política educacional, vários fatores externos – referindo-se a função social da escola – e internos – relativos aos processos administrativos e político-pedagógicos – contribuíram para a maior visibilidade desta área.

Compreender a origem da expressão política pública é importante para o entendimento de seus desdobramentos e perspectivas na atualidade. Segundo Álvaro Chrispino (2005, p.64), “política é a arte de governar ou decidir os conflitos que caracterizam os agrupamentos sociais. E público é aquilo que pertence a um povo, algo relativo às coletividades”. Articulando esses dois conceitos, o mesmo autor afirma que políticas públicas são, portanto, “ação de governo que vise atender à necessidade da coletividade e à concretização de direitos estabelecidos” (id. *ibid.*, p. 65).

Pode-se dizer que, para Souza (2003, p. 71), a política pública busca explicar a natureza da política analisada e seus processos. Seus estudos concentram-se no processo e em responder as questões “por que” e “como”, mas, seu objeto de estudo não focaliza, necessariamente, o conteúdo substantivo da política.

No entanto, as políticas educacionais brasileiras, segundo Carvalho (2009, p. 13), têm como finalidade “buscar a eficiência do sistema educacional, com a redução de índices de analfabetismo, de repetência e de evasão escolar”. Com isso, podemos afirmar que a política educacional trata-se de uma política social.

Sob esse entendimento conceitua-se que

políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010).

Quanto às transformações estruturais do modelo educacional, o ensino tem sido afetado por uma série de fatores: mudanças nos currículos, na organização das escolas, formas de gestão, ciclos de escolarização, concepção de avaliação, etc., introdução de novos recursos didáticos como televisão, vídeo, computador, internet (LIBÂNEO, 2005, p. 116).

Associados a esses elementos, conforme Libâneo (2005, p. 117), torna-se evidente, cada vez mais, que essas mudanças atingem o sistema o sistema educacional, exigindo sua adequação aos interesses do mercado bem como investimentos na formação de profissionais mais preparados para as modificações do processo de produção.





### Considerações Finais

Evidencia-se que as mudanças ocorridas nos setores educacionais vêm provocando constantes crises em vários setores da educação. A educação em geral, tem sido influenciada por uma lógica econômico-mercadológica em que a competição entre os indivíduos é parte integrante desse processo.

A educação escolar apresenta traços dessa lógica exemplificados pela busca da formação dos trabalhadores da educação mais flexíveis e pelo modelo de gestão muito preocupado com o controle do tempo, dos recursos e dos produtos, dentre outros.

Assim, é necessário exigir daqueles que a defendem redobrar os esforços intelectuais e o comprometimento político no sentido de criar condições para a sua implementação no âmbito da escola.

Para tanto, é preciso construir historicamente, por meio de uma luta coletiva, uma escola pública cidadã e mais emancipadora que interesse, de fato, a classe socialmente menos favorecida, pois, algumas políticas públicas têm finalidade fundamentalmente econômica, voltada para interesses individuais e particularistas, portanto, contrastante com o interesse público coletivo e o bem comum da educação em geral.

### Referências

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília - DF: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.
- CARVALHO, Roberto Francisco de. *Gestão escolar autônoma e compartilhada: gerencialismo ou democratização?* – Goiânia: Editora UFG, 2009.
- CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CHRISPINO, Álvaro. *Binóculo ou luneta: os conceitos de política pública e ideologia e seus impactos na educação*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Porto Alegre, n. 1, jan./jun. 2005, p. 61-89.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5 ed. Revista e ampliada, Goiânia: editora Alternativa, 2005.
- OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. Fronteiras da educação: tecnologias e políticas. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Gestão Democrática da Educação - desafios contemporâneos*. 8 ed. Vozes, 2008.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Política e Gestão da Educação*. Dalila Andrade de Oliveira; Maria de Fátima Felix Rosar (orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- SOUZA, Celina. *Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2003.





## UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS BENEFICIARIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA LÍVIA LORENE BUENO MAIA

Antônia Flora Valeriano de Melo  
Helena Quirino Porto Aires

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar a influência ou não do Programa Bolsa Família no processo Ensino Aprendizagem dos alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, sob a ótica dos beneficiários, professores, coordenadores e diretor do Centro Municipal de Educação Básica Professora Lívia Lorene Bueno Maia na cidade de Arraias/Tocantins. Nesse sentido, o trabalho discute o Programa Bolsa Família enquanto Política Pública de transferência de renda no combate a pobreza no Brasil e no município de Arraias/TO, contextualizando-o como de processo de ensino aprendizagem sob a ótica dos envolvidos nesse processo. Para fundamentar os estudos utilizou-se de autores como: Marx (2006); Jaccoud (2009); Silva (2002); Sposat (1997); Monteiro (2011), dentre outros, além de documentos como: MDS/SNAS, (2005); Lei nº 10.836/2004 dentre outras. Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados, utilizou-se referências bibliográficas, documentais, questionários aplicados na pesquisa de campo. Dessa forma para realização deste trabalho foram aplicados questionários direcionados a 10 (dez) pais bolsistas do PBF; 10 (dez) professores regentes; 01 (um) diretor escolar e 01 (um) coordenador pedagógico. Os resultados nos indicam a influência do PBF no processo ensino e aprendizagem dos alunos da escola pesquisada ainda é restrita, uma vez que de acordo com os dados coletados ainda se resume na frequência escolar, ou seja, as famílias não tem a consciência de que o Programa permite que os mesmos tenham condições de manter seus (as) filhos (as) na escola, entanto já se observa melhorias principalmente referente a frequência escolar.

**Palavras-chave:** Bolsa Família; Ensino e Aprendizagem; Influência; Alunos.

### Introdução

Criado pelo Governo Federal o Programa Bolsa Família tem a finalidade de combater a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil. Após sua implantação o Programa cresceu e passou a atender mais de 13 milhões de famílias pobres em todo país, segundo site oficial do referido programa. O referido programa oportuniza e possibilita acesso à educação e a saúde para as famílias beneficiárias por meio de um sistema de transferência de renda direta e condicionada. Dessa forma, não somente as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza vêm sendo contempladas com os benefícios do programa, mas sim os municípios e a economia, em geral, estão sendo de certa forma beneficiados pelo impacto do Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, a opção pelo tema deve-se ao interesse em compreender melhor o PBF no que se refere ao processo ensino e aprendizagem dos alunos. Este trabalho tem como objetivo analisar a influência ou não do Programa Bolsa Família no processo e ensino aprendizagem dos alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental da escola mencionada sob a ótica dos pais, professores, coordenadores pedagógicos e diretora escolar.





Para alcançar tais objetivos, fez-se necessário o uso da metodologia da pesquisa qualitativa em que lançamos mão da pesquisa documental, na qual analisamos e as informações coletadas em questionários aplicados aos (pais beneficiários, professores, coordenadores e diretor).

Assim, para realização dessa pesquisa se fez necessário realizar estudos bibliográficos de autores que discutem sobre a temática em questão, como Marx (2006); Jaccoud (2009); Silva (2002); Sposat (1997) dentre outros, além de documentos como: MDS/SNAS, (2005); etc.

Dessa forma para realização deste trabalho foram aplicados questionários direcionados a 10 (dez) pais bolsistas do PBF; 10 (dez) professores regentes; 01 (um) diretor escolar e 01 (um) coordenador pedagógico. No intuito de preservar a identidade dos entrevistados, estes foram indicados por letras maiúsculas de nosso alfabeto: os professores foram nomeados Professor A; Professor B e assim sucessivamente. Os pais por Pai A; Pai B sucessivamente. O diretor com a letra D e o Coordenador com a letra C. Por meio desses procedimentos e a partir dos dados obtidos, elaborou-se o presente artigo que fornecerá informações detalhadas de modo a atender os objetivos estabelecidos à pesquisa.

### Resultados e Discussão

Ao serem questionados sobre a primeira questão: Há quanto tempo você é beneficiário do Programa Bolsa Família? As respostas foram:

*Pai A: 08 anos;*

*Pai B: 1 ano e 6 meses;*

*Pai C: 10 anos;*

*Pai D: 07 anos;*

*Pai E: 8 meses;*

*Pai F: 08 anos;*

*Pai G: há mais de 5 anos;*

*Pai H: 08 anos;*

*Pai I: há 06 meses;*

*Pai J: há 03 anos;*

Percebe-se que o tempo de recebimento dos beneficiários varia de seis meses até 10 anos, o que nos leva a entender que há uma certa comodidade por parte deles, por outro lado verifica-se também que, a falta de oportunidade de emprego, que de certa forma contribui para que o tempo de recebimento seja tão grande. Além disso, fica evidente que o PBF apesar







de ser extremamente importante no sentido de possibilitar um mínimo de dignidade, não consegue fazer com que seus beneficiários sejam emancipados, o que exigiria a promoção de condições para que o sujeito consiga auto sustentar-se a partir do recebimento da bolsa. Pois na visão de Silva e Silva (2004):

[...] os resultados alcançados não parecem ser capazes de ultrapassar a manutenção das grandes desigualdades sociais e parecem direcionar-se para a criação de um estrato de pobres situados num patamar de indigência ou de mera sobrevivência, com impactos duvidosos sobre a interrupção do ciclo vicioso de reprodução da pobreza (SILVA E SILVA, 2004, p.38).

A última questão sobre como você avalia o impacto do PBF na educação do (s) seu (s) filho (s)?

*Pai A: Muito bom porque nos ajuda na alimentação e material dos nossos filhos.*

*Pai B: É uma ajuda necessária porque ajuda bastante, compro material escolar, alimentos e as vezes roupas.*

*Pai C: É muito bom. O programa bolsa família tem ajudado várias famílias.*

*Pai D: Na minha opinião eu não vejo nenhum impacto e também nenhum benefício, pois minha filha estuda para aprender mesmo, falta quando deve, diferente do filho de muitas outras famílias que mandam os filhos para a escola apenas para não perder o benefício. A educação da minha filha é considerável como muito boa, mas isso não é por causado benefício e sim por minha causa como mãe e do papel da escola como formadora.*

*Pai E: sim O PBF surgiu para amenizar o índice de pobreza existente no Brasil. O Bolsa Família induz ao cumprimento da frequência escolar. No meu ponto de vista, o PBF ajuda as famílias a manterem seus filhos na escola e passam a ter mais compromisso com a instituição e com a educação dos filhos.*

*Pai F: Bom*

*Pai G: Boa. Pois é o sustento de minha filha na escola.*

*Pai H: Ajuda muito na renda da família.*

*Pai I: O Bolsa Família tem me ajudado muito, porque através dele as crianças tem se alimentado melhor.*

*Pai J: É uma forma de obrigar a frequência dos alunos nas escolas.*

Assim essa questão deixa claro que o PBF sem dúvidas contribui na melhoria da qualidade de vida das pessoas, o que não significa que estes sujeitos saíram da linha da pobreza, mas garante um mínimo necessário a sobrevivência de muita gente. Infelizmente no que se refere à educação os efeitos ainda são mínimos, mas ajuda.

Assim, segundo Monteiro (2011):

Embora aponte possibilidades de contribuir com o enfrentamento dos determinantes dos elementos que condicionam a vulnerabilidade, apontam para o fortalecimento das potencialidades, empoderamento dos sujeitos, desenvolvimento das capacidades, ou seja, numa lógica paliativa, atrelada aos sujeitos e não à estrutura social. (MONTEIRO, 2011, p. 36).

### Considerações Finais

Os programas de transferência de renda condicionada como o caso do PBF traz a possibilidade de inserir no contexto escolar, inúmeras crianças que talvez sem essa ajuda





estivessem fora da escola. Apesar disso, a influência do PBF no processo ensino aprendizagem dos alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental no Centro Municipal de Educação Básica Professora Lívia Lorene Bueno Maia escola ainda é restrita, uma vez que de acordo com os dados coletados ainda se resume na frequência escolar, ou seja, as famílias não têm a consciência de que o Programa permite que os mesmos tenham condições de manter seus (as) filhos (as) na escola. Cabe à comunidade escolar articular junto aos beneficiários para que os mesmos mudem a concepção de que somente a frequência não possibilita um aprendizado satisfatório.

Outro aspecto observado durante a pesquisa refere se ao fato do acompanhamento das condicionalidades da área da saúde ser melhores monitorados do que as da educação. Isso reflete a necessidade de repensar as condicionalidades na área da educação, principalmente no que se refere à participação no cotidiano escolar além de outros aspectos importantes como a oferta de cursos profissionalizantes a serem ofertados aos jovens e adultos como forma de inserir o maior número de pessoas no mercado de trabalho, além de possibilitar formas alternativas de sobrevivência.

Enfim, só o fato do educando ter acesso a alimentação, saúde e educação apesar de ainda não ter atingido o ideal, já é um grande avanço diante de milhões de pessoas que vivem em situações de miséria absoluta.

143

### Referências

- AGUIAR, Marcelo. **Bolsa - escola: educação para enfrentar a pobreza**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ARROYO, Miguel. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos**. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). Saberes e Incertezas sobre o Currículo. Porto Alegre: Penso, 013.\_\_\_\_\_. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. Educação & Sociedade, Campinas, v.113, 2010.
- BRASIL. **Condicionalidades do Programa Bolsa Família**: Disponível em: <http://consultabolsa.familia.com.br/quais-condicionalidades-bolsa-familia/> . Acesso em: 25 de março de 2017;
- JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: debates e desafios**. In Concepção e gestão da Proteção social no Brasil – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009 > Disponível em <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf> >Acessado em 05/04/2017.





## A PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA OS ALUNOS DO CAMPO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS MORADORES DO ASSENTAMENTO LUAR DO SERTÃO – ANANÁS –TO (2015 -2017)

**Antonia Laudecki Oliveira Moraes**

**Danielle Mastelari Levorato**

**Resumo:** Este trabalho visa discutir a precarização das políticas públicas de educação para os alunos do campo, além disso, propõe problematizar os desafios enfrentados pelos moradores do assentamento Luar do Sertão no município de Ananás –TO, de 2015 -2017. Para a realização deste estudo, foram utilizados procedimentos metodológicos pautados em entrevistas com alguns pais e alunos moradores do referido assentamento. As entrevistas foram organizadas via questionário subjetivo, em que as respostas dos pais e alunos entrevistados foram analisadas e aprofundadas neste trabalho, trazendo uma abordagem qualitativa do estudo de caso. Considerando este objeto da pesquisa, foram utilizadas a teoria dos autores que se basearam nos estudos sobre as experiências em assentamentos e comunidades camponesas e que tratam de temas que nos trazem a compreensão sobre a pobreza e desigualdades sociais, como Conceição Paludo e Vanderley Franck Thies em sua obra Desenvolvimento do Campo em Construção(2010), Esrasto Fortes Mendonça Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação (2014) e Miguel Gonzales Arroyo em sua obra Pobreza, Desigualdades e Educação (2012); e o Projeto de Lei Municipal 002/2015 de Ananás – TO.

**Palavras-chave:** Precarização. Direito. Políticas Públicas. Educação. Aprendizagem.

### Introdução

A insuficiência de políticas públicas, dentre elas, as de educação para os assentamentos tem excluído os alunos do campo dos espaços de ensino aprendizagem, desconsiderando a origem do campesinato, deixando-os às margens da sociedade. Destacando assim, a precarização da educação para os alunos de identidade camponesa. Assim, este trabalho visa discutir a precarização das políticas públicas de educação para os alunos do campo, além disso, propõe problematizar os desafios enfrentados pelos moradores do assentamento Luar do Sertão no município de Ananás –TO, de 2015 -2017, que perpassam por uma série de dificuldades para alcançar o ensino, um fenômeno antigo, histórico dos assentamentos no norte do estado do Tocantins.

A classe trabalhadora é submetida a diversas formas de injustiças e alienação, dada em sua maioria pela omissão dos municípios e do estado na aplicação de suas obrigações para com o povo. Romper com todo o modo de injustiça é o objetivo principal aos que trazem a igualdade nos passos e gritos de luta. E para isso, uma das ferramentas necessárias e fundamental para se alcançar a tão sonhada igualdade, é o conhecimento.

É preciso o reconhecimento de que pobreza e desigualdades existem e que é necessário um outro olhar sobre os fatores que regem valores, culturas, capacidade, estudo e





aprendizagem quando se trata de crianças e adolescentes que estão dentro dos assentamentos inseridos na linha de pobreza existencial.

Considerando este objeto da pesquisa, foram utilizadas as bibliografias dos autores que se basearam nos estudos sobre as experiências em assentamentos e comunidades camponesas e que tratam de temas que nos trazem a compreensão sobre a pobreza e desigualdades sociais, como Conceição Paludo e Vanderley Franck Thies em sua obra *Desenvolvimento do Campo em Construção*(2010), Eyrasto Fortes Mendonça *Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação* (2014) e Miguel Gonzales Arroyo em sua obra *Pobreza, Desigualdades e Educação* (2012). E o Projeto de Lei Municipal 002/2015 de Ananás – TO.

Para a realização deste estudo, foram utilizados também os procedimentos metodológicos pautados em entrevistas com alguns pais e alunos moradores do assentamento Luar do Sertão – Município de Ananás – TO. As entrevistas foram organizadas via questionário subjetivo, em que os pais e alunos entrevistados responderam as perguntas feitas, e suas respostas foram analisadas e aprofundadas neste trabalho.

Houve uma percepção de que as políticas públicas para a educação que deveriam ser implantadas no assentamento Luar do Sertão, não estão sendo aplicadas de forma a corresponder às necessidades dos camponeses que lá residem. Trazendo como consequência as dificuldades do ensino aprendizagem de crianças e adolescentes e acentuando assim a exclusão social do campesinato.

145

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente trabalho traz a abordagem qualitativa do estudo de caso, que conforme Barbier (1985) é um procedimento utilizado habitualmente com o objetivo de compreensão e planejamento, destacando-se pela possibilidade de integração de diferentes técnicas e campos do conhecimento. Nessa condição, o conhecimento teórico é dirigido ao individual e ao particular.

A princípio buscou-se referenciais teóricos (livros e projeto de lei) que pudessem identificar as várias situações existentes nos assentamentos, baseadas nas aplicações das políticas públicas de educação voltadas para o campo.

Nesse caso, a pesquisa atende às necessidades da complexidade inseridas no contexto educacional no que se dá as relações entre campo e cidade, e que requer a utilização de uma pesquisa capaz de contemplar as demandas educativas, conforme as possibilidades da







pesquisa na perspectiva qualitativa. Destacamos o método de pesquisa do estudo de caso por possuir relevância significativa no meio sócio educacional.

O público escolhido para a coleta de dados foram algumas famílias, pais e estudantes moradores do assentamento Luar do Sertão – Município de Ananás – TO, por meio de entrevistas que foram organizadas via questionário subjetivo. Os pais e estudantes entrevistados responderam as perguntas que lhes foram dirigidas, e suas respostas foram analisadas e aprofundadas neste trabalho.

As perguntas escolhidas foram relacionadas com o problema, considerando os procedimentos de análise, evitando a interferência na intimidade dos entrevistados.

A identificação dos entrevistados foi mantida em sigilo, buscando manter a integridade política dos mesmos. Os entrevistados foram orientados a responderem 5 questões que lhes eram perguntadas e responderem conforme suas realidades de vivência no assentamento Luar do Sertão. Os mesmos não se isentaram em responder todas as perguntas feitas.

### **Resultados e Discussão**

O instrumento de coleta de dados, foi elaborado a fim de coletar as informações dos moradores do assentamento Luar do Sertão à cerca da realidade vivida pelos pais e alunos da comunidade, relacionadas à precarização da educação para os alunos que estão no campo, bem como a ineficiência da aplicação das políticas públicas de educação para o campesinato ofertadas pelo município, incluindo a estas o projeto de lei nº 002/2015 – Ananás -TO.

As perguntas foram subjetivas, com o intuito de possibilitar a cada entrevistado sua livre explicação em cada resposta.

Durante a aplicação da entrevista, observou-se que as respostas foram muito bem explicadas e explanadas, sem receios ou medo de falar sobre a ausência de assistência para os alunos do assentamento. Alguns dos entrevistados relataram que acharam importante a pesquisa e que gostariam muito que os governantes tivessem acesso à mesma, para compreenderem como se sentem diante das dificuldades e desafios enfrentados pelos alunos e pais para acessarem e acompanharem a vida escolar.

Os resultados aqui apresentados, estão de acordo com a realidade de cada entrevistado através das perguntas.

Abaixo se apresentam as perguntas feitas aos moradores do assentamento, entre eles, alunos e pais. As respostas apuradas foram descritas no título *Relações de vivência, políticas públicas e educação no assentamento*, por meio das falas dos entrevistados.





**Pergunta Nº 1** – Aos pais - Quantas crianças existem na casa? Todas estudam?

Nesta questão, os pais disseram quantas crianças existiam na casa e quantas estudavam. Especificamente todas as crianças maiores de 6 anos estavam matriculadas e frequentando a escola.

**Pergunta Nº 2** – Aos pais - Como as crianças vão à escola? Existe um transporte escolar?

Nesta questão, os pais responderam que as crianças e adolescentes fazem o trajeto até a cidade no ônibus escolar. Que este era velho e de vez enquanto quebrava no caminho impossibilitando a chegada no horário previsto para assistirem aula.

**Pergunta Nº 3** – Aos pais - Quando há reunião na escola os pais ou responsáveis são convidados a participarem? Conseguem comparecer? Se a resposta for ‘não’ porque não conseguem?

Nesta questão, os pais entrevistados disseram que na grande maioria das vezes, eram convidados pela escola a participarem, mas que no entanto, não conseguem participar com frequência pela ausência de transportes diários fazendo trajeto do assentamento para Ananás.

**Pergunta Nº 4** – Ao pais – Observa dificuldades no aprendizado deles?

Nesta questão, os pais responderam que observavam muita dificuldade no aprendizado dos filhos, expressando que alguns não conseguem aprender nada na escola.

**Pergunta Nº 5** – Aos alunos – Quando chegam à escola recebem o lanche? Participam das atividades da escola? Sofrem algum tipo de preconceito?

Nesta questão, os alunos responderam que recebiam lanches variados na escola, todos entrevistados relataram que participavam das atividades na escola, e alguns disseram sofrer preconceito por morarem na roça, sendo tratados sempre como “sem terra”.

Desta forma compreendemos a necessidade de efetivação das políticas públicas voltadas para o campo. A construção da cidadania para os moradores dos assentamentos e o amparo do município e do estado, são fundamentais para o alcance das condições de vida digna, por meio da moradia, saúde e educação. E a educação é uma das principais para os camponeses do assentamento Luar do Sertão – Ananás – TO.

**Considerações Finais**

A desigualdade de estrutura política, social e econômica não é um fenômeno isolado, próprio da classe dominante sobre a classe dominada a qual estabelecem uma relação de dominação-subordinação entre quem tem poder aquisitivo e quem não tem. A desigualdade





social passa a ser um dos eixos estruturantes da sociedade. As dificuldades pelas quais os alunos do campo passam, são desconhecidas pela grande maioria das pessoas que se distanciam dessa realidade.

Nesse sentido, a luta pelo reconhecimento sobre a origem camponesa e suas especificidades, é necessária e constante. E essa luta pela conquista de direitos jamais deverá parar até se romper toda forma de desigualdade e discriminação.

A transformação dos sujeitos sociais do assentamento Luar do Sertão, só é possível a partir de condições de acesso ao ensino com qualidade, e para isso é preciso a inserção desses sujeitos políticos como autores de sua própria mudança enquanto seres humanos capazes, que necessitam do amparo das políticas públicas que lhes são de direito, para saírem da condição de vulnerabilidade e alcançarem igualdade social.

### Referências

- ARROYO, Miguel Gonzales. **Pobreza, Desigualdades e Educação**. MEC: Brasil, 2012.
- BARBIER, R. **A Pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ERASTO, Fortes Mendonça. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. MEC: Brasil, 2014.
- PALUDO, Conceição; FRANCK THIES, Vanderlei. **Desenvolvimento do campo em construção: experiências em assentamentos e comunidades camponesas**. São Leopoldo: CEBI, 2010.
- Projeto de Lei Municipal Nº 002/2015 de Ananás – TO.

## A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM

**Antonio Marcos Pereira Marinho**

**Severina Alves de Almeida Sissi**

**Resumo:** Nesse trabalho apresentamos a compreensão sobre o currículo, seu real significado, destacando que o currículo está presente no cotidiano de alunos e professores e demais membros da unidade escolar, pois o currículo são as vivências dentro da escola, que ressalva o adquirido dentro do âmbito escolar e aqueles que os educandos trazem das suas vivências com os familiares e demais membros da sociedade. Buscamos, também, evidenciar o que está posto na grade curricular do ensino, levando em consideração as vivências, as culturas desses alunos, entrelaçando o currículo escolar com a cultura recebida de pais e antepassados. Dessa forma, esse educando conseguirá se expressar, ao mesmo tempo se fazendo ser ouvido e enriquecendo seu aprendizado, contribuindo com o convívio perante sua comunidade, ou seja, percebendo que o currículo do aluno não é neutro. Nesse sentido, a unidade escolar torna-se um cenário de acolhimento formador, permitindo ao educando se expressar, com a certeza de que sua voz seja ouvida pelos demais, sejam eles outros educandos, professores e demais membros da escola, podendo ser percebido também além dos muros da escola, pelos membros da comunidade à qual está inserido.

**Palavras chave:** Currículo. Cultura. Cidadania.





## Introdução

Esse artigo tem como objeto de discussão os currículos e as vivências, abordando de forma mais ampla educação pobreza e desigualdade social. O referido trabalho iniciou-se a partir da concepção de currículo no módulo II do Curso Educação Pobreza e Desigualdade Social, que enfatiza a pobreza e os direitos humanos, com uma contextualização no módulo III que traz a abordagem dos espaços como reprodução e resistências da pobreza.

Reiteramos, que o currículo do Curso Educação Pobreza e Desigualdade Social se completa e, sendo assim, a análise desses módulos foi de suma importância nessa especialização. Isso por que a pobreza está presente na sociedade de forma irrefutável, e são muitos os fatores de pobreza presentes no âmbito educacional, dentro e fora da escola.

O módulo II apresenta e discute a violação dos direitos humanos vivenciado por esse alunado durante seu processo escolar. Porém, esse direito lhes é negado na família e também no âmbito social, onde é sufocado por uma sociedade estratificada em classes muito distintas, tirando-lhes o direito de uma vida digna. Faltam-lhe, pois, desde uma residência adequada e alimento necessário para a sua sobrevivência, até meios de se locomover até à escola, agravado pelo fato de que esses estudantes têm que trabalhar desde cedo para ajudar no sustento da família.

O conteúdo do modulo III apresenta a escola como ambiente de produção e de reprodução, sendo esta vista por esses alunos como um refúgio, e sendo assim muitos se frustram quando não acham o amparo de que precisam, e que às vezes não a têm em casa.

Como todos sabemos, alunos em estado de extrema pobreza, recebem sua única alimentação na escola, e sendo assim é fundamental que exista uma escola para ele ir. Fala-se muito em uma gestão que de fato seja voltada para o educando, mas de fato fica somente no papel, e o aluno não recebe a verdadeira atenção de que necessita.

Devemos ainda destacar que a escola tem que ser vista como uma ambiente de produção onde esse aluno consiga se expressar, e sinta-se seguro, encontrando a oportunidade de que tanto precisa. Porém, deve ver a escola também como um ambiente acolhedor onde ele tenha diversão e aprendizagem, recebendo dos professores a educação necessária para uma vida digna.

A escola é a segunda casa desse aluno e dever funcionar como um ambiente reprodutor de bons cidadãos, que a tenham como referência, para que possam se expressar além dos muros da escola. Para que isso aconteça a escola deve abrir-se e funcionar em







parceria com os demais órgãos ligados à educação. É importante que a comunidade esteja presente neste processo, discutindo questões relacionadas aos direitos humanos, sendo estes vistos como fator de produção, reprodução e resistência à pobreza e sua formulação.

Todavia, percebemos que a temática pobreza não é discutida nos currículos, assim como os direitos humanos que entram como temática apenas enquanto assunto interdisciplinar, e que se trabalha interligando os conteúdos ministrados. Ressalto, porém, que na escola onde ministro aulas de Geografia, Filosofia, Sociologia, já trabalho com a temática, pois tenho o conhecimento da sua importância. Quanto aos demais professores que não conhecem a importância de se falar de pobreza e dos direitos humanos, o que fazer?

A temática sobre a pobreza e direitos humanos, deveria estar de forma clara e específica para ser trabalhada junto aos demais conteúdos do currículo ao longo de todo o calendário escolar, além de ações trabalhadas no processo do Projeto Político Pedagógico PPP, durante o ano escolar, e redistribuídos em várias disciplinas.

Nesse trabalho, usaremos como base a disciplina que ministro, Geografia, e o documento em análise será a Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio do Tocantins (2009).

Nesse sentido, analisado a Proposta Curricular para o Ensino Médio do Tocantins, verificamos o conteúdo programático e os eixos norteadores estipulados. De acordo com Tocantins (2009, p. 263):

[...] os conteúdos da Geografia do Ensino Médio devem ser trabalhados a partir do objeto de estudo da Geografia, o Espaço Geográfico, cuja abordagem se fará por meio dos Eixos Norteadores (Conceitos Referenciais, Relação Sociedade, Natureza e Cultura, Relação Espaço temporal e Linguagem Cartográfica) que orientarão o tratamento dos quatro Eixos Temáticos (A Geopolítica na Organização do Espaço, A Questão Sociocultural Demográfica, A Dinâmica Socioambiental e a Dimensão Econômica na Produção do Espaço).

Nesta concepção, percebemos o eixo programático. Porém, fique claro que a Geografia busca entender as concepções e os traços históricos de regiões, pessoas, aspectos culturais para se chegar a um denominador comum, então teremos uma produção do espaço geográfico, transformado e modificado pela ação humana.

Contudo, quando analisamos esse documento, percebemos falta de clareza quanto ao tema aqui discutido, de modo que não está de forma clara e objetiva no documento das Diretrizes Básicas. A colocação da temática é indispensável, mas tem que ser trabalhada de forma concreta e vivenciada na realidade do aluno, levada em consideração a teoria, mas





concretizada com a história de vida dos alunos, como referência para superar a pobreza e suas facetas.

### **Procedimentos Metodológicos**

A base para construção desse trabalho foi a releitura e análise dos módulos do curso de Pós Graduação Lato Sensu em Educação Pobreza e Desigualdade Social, análise da estrutura curricular do Tocantins, regimento escolar a nível estadual, foram observadas as ações presente do PPP da Escola Estadual São José localizada no Piraquê - TO. Também foram utilizadas como base as observações vivenciadas com os alunos, professores e demais membros que compõem o quadro funcional da escola.

Com as análises em mãos, ressaltamos a importância da inserção de forma clara do conteúdo em relação à educação, pobreza e desigualdade social, a importância dos currículos auxiliando o processo de ensino e da aprendizagem, onde o aluno traz suas vivências e consegue se expressar e se relacionar com os demais em sala de aula e até mesmo dentro e fora do perímetro escolar.

Pois de acordo com ARROYO:

Trazer essas vidas reais tão carregadas de indagações desestabilizadoras para o terreno aparentemente tão pacífico e estável dos currículos. Os educadores nos entenderíamos melhor se nos olhássemos nos espelhos dos educando. Nosso trabalho está atrelado aos limites do seu sobreviver. Como seu direito ao conhecimento está atrelado aos limites de nosso viver e ser profissionais! O desconhecimento ou conhecimento mútuo é condicionante nas relações e convívios nas escolas e nas salas de aula (ARROYO, 2013, p.72).

151

Por isso a importância da interligação dos currículos as vivências com as disciplinas escolares.

### **Resultado e Discussão**

Ao trabalhar os currículos, também nos deparamos com a pobreza e a desigualdade social que estão presentes na sociedade, e na escola também não seria diferente, pois é bastante visível, percebidos por professores, gestores e até mesmo os colegas de classe. Logo nos sensibilizamos como formadores e educadores com a situação à qual chegam esses alunos à escola.

Todavia, a preparação desses sujeitos ao se relacionarem em uma sociedade contextualizada e preconceituosa “taxadora”, com base nas vivências e observações presenciadas na escola e durante as aulas que ministro. Este alunos são vistos como pobres,





coitadinhos, são vistos com outros olhos, e até mesmo discriminados pelos demais colegas pelo fato de serem da zona rural, menos favorecidos financeiramente, ou por alguns professores, de serem fracos ou com dificuldades de aprendizado, preguiçosos. A pobreza é de fato perturbadora e está presente em nosso ambiente escolar. Quando os alunos chegam à escola já perguntam o que é o lanche e que horas será servido.

Além de inserir o conteúdo sobre a pobreza nos currículos escolares, serão necessárias preocupações quanto à sua elaboração e aplicação, materiais didáticos, apoio a esses alunos que foram observados nesta realidade de pobreza.

Usaremos como referência a disciplina de Geografia. Um procedimento seria inserir na disciplina de Geografia a temática sobre o assunto pobreza e suas facetas, distribuídas ao longo do 4º bimestre, e trabalhados com ações a serem desenvolvidas em ações do PPP da escola, elaboração de projetos voltados à preocupação de entender à realidade da comunidade local e escolar, entendendo a dinâmica que esse aluno também passa em casa junto aos membros de sua família.

Nesse sentido, deveremos evitar de ver esse aluno como coitadinho, preguiçoso, criar rótulos pelo seu fator social, mas, antes, explorar o grande potencial que tem esse aluno, cabendo aos professores e membros da escola a sensibilização com essa temática.

152

Contudo, a escola também é vista como disputas de território, e o currículo deve estar presente na relação com os alunos com os professores.

Segundo Arroyo:

Nem as escolas, nem seus mestres e educandos têm ficado à margem dessa rica e tensa dinâmica social. Tornaram-se mais uma fronteira-território de disputa. Ignorá-la ou resistir a ela é ingenuidade. Podemos constatar que muitas escolas e redes e tantos mestres e educandos têm acompanhado e respondido a essa rica dinâmica através de propostas, projetos orientações curriculares. O fato da escola, sobretudo pública, de seus profissionais serem tão criticados é sinal de que incomodam, estão vivos (ARROYO, 2013, p.12).

É muito comum as disputas dentro da escola, na sala de aula, através de forças sociais e culturais de diferentes etnias, cabendo à escola e ao seu corpo funcional, promover ações e projetos, que torne a escola um lugar de conforto e crescimento crítico, utilizando das vivências desses alunos e adaptando aos currículos, evidenciando que esses alunos possam contribuir junto à sociedade, além desse território escolar. Fazendo esses alunos serem vistos e ouvidos junto a sua comunidade de forma participativa, tornando a escola um lugar de produção social e de valores.





### Considerações Finais

A pesquisa possibilitou observar e trabalhar a importância da temática, a abordagem dos currículos, a inserção de forma destacada sobre educação, pobreza e desigualdade social. Soma – se a isto as mudanças pedagógicas, compreender a importância do currículo para a escola, esta que será de suma importância para o aluno e seu desenvolvimento junto à sociedade.

Dessa forma, no contexto social os discentes conseguirão se expressar além dos muros da escola, sendo vistos e ouvidos, em vez de serem enxergados como coitadinhos, mazeados, preguiçosos, de modo que tais cuidados devem ser tomados, ao ponto de estimularem e de entenderem o quanto são capazes, e que suas condições sociais não sejam utilizadas como ponto limitador.

Por outro lado, ressaltar que os demais currículos também trazem suas importâncias e competências para a vida social e profissional dos alunos, mas o que se busca é que além da disciplina de sociologia, que traz de forma abstrata a desigualdade social e a pobreza, que ela também seja trabalhada de forma mais clara, nas disciplinas de Filosofia, Geografia e nos demais currículos de outras disciplinas.

### Referências

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5 Ed – Rio de Janeiro, Vozes, 2013.
- ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ. **PPP (Projeto Político Pedagógico)**.2017.
- Texto Módulo I **Pobreza e Cidadania** (Alessandro Pinzani e Walquiria Leão Rego).
- Texto Módulo II **Pobreza, Direitos humanos, Justiça e Educação**. (Erasto Fortes Mendonça).
- Texto Módulo III **Pobreza, escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**. (Lúcia Helena Alvarez Leite).
- Texto Módulo IV **Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação**. (Miguel G. Arroyo).
- TOCANTINS, **Regimento Escolar da Rede de Estadual de Ensino do Tocantins**. Seduc - TO 2017.
- TOCANTINS, **Proposta Curricular para o Ensino Médio**. Diretoria Regional de Ensino de Araguaína. DREA: Araguaína. 2009







## AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A LÓGICA DO TERCEIRO SETOR: CONTRIBUIÇÕES PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

Ariella Oliveira de Mello Holanda Matos

**Resumo:** Considerando o cenário brasileiro atual, desenvolvemos esse artigo, que traz uma pesquisa sobre a população que se encontra à margem da sociedade e, conseqüentemente, excluída dos direitos básicos e do exercício da cidadania, considerando que esses são, na grande maioria, mulheres, negros, idosos, crianças e adolescentes. O objetivo é estudar as Organizações não Governamentais que surgem como Terceiro Setor em alternativa a inoperância do Estado. O nosso ponto de partida para esta reflexão provém de um Estudo de Caso sobre a ONG Fundação Casa Criança de Santa Rosa (FCCSR) da cidade Marabá-Pará. Nesse sentido, buscamos responder ao seguinte questionamento: Qual é a relevância da Fundação Casa da Criança de Santa Rosa para a construção da cidadania na promoção dos direitos e quais são os reflexos das ações dessa fundação na comunidade? Os procedimentos metodológicos foram o método do estudo de caso com a abordagem qualitativa. Os resultados permitem perceber que a Fundação tem produzido impactos positivos na comunidade local. Esta consolida-se como forma de esperança para os menos favorecidos. As contribuições da Fundação são imensas, muito além do que podemos conter em nossa pesquisa. Este trabalho é apenas o início de novas reflexões que precisam ser feitas quanto sociedade civil como agente de transformação.

**Palavras chaves:** Organizações não Governamentais. Fundação Casa da Criança. Estado. Cidadania.

### Introdução

Atualmente as Organizações Não Governamentais (ONGs) assumem um papel de crescente importância na sociedade. As ONGs surgem nesse novo cenário, denominado como Terceiro Setor, “preenchendo as lacunas da sociedade onde o governo não alcança e ao mercado não interessa” (NUNES, 2006, p. 31). O terceiro setor surgiu a partir do momento em que o Estado não mais atendia satisfatoriamente à população no tocante à prestação de bens e serviços. Ou seja, não estava cumprindo com êxito suas funções, notadamente aquelas voltadas para as Políticas Públicas no âmbito social.

Muitos teóricos, por exemplo Fernandes (2012), definem e discutem o Terceiro Setor à luz da literatura pertinente, percebendo que não existe um consenso acerca de um conceito preciso do que realmente é o Terceiro Setor, pois não existe clareza quando analisado nos variados contextos em que se materializa.

Nesse sentido, apresentamos esse trabalho, o qual não tem a pretensão de trazer uma resposta final para a conceituação do Terceiro Setor, mas perceber as Organizações no interior da sociedade civil, caracterizadas pela promoção de ações de natureza privada com fins públicos. Alguns exemplos são: as Organizações Não Governamentais sem Fins Lucrativos, Associações, Entidades e Fundações.

As mesmas desenvolvem trabalhos em diversos segmentos; educação, arte e cultura, trabalho e renda, agricultura, saúde, assistência social, reabilitações, religioso, promoção de





direitos para crianças e adolescentes e outros. Suas ações geralmente são voltadas para atender as classes dos “marginalizados” (pessoas de baixa renda, negros, mulheres, idosos e crianças e adolescentes).

As ONGs vêm passando por várias transformações, desde questões jurídicas à estrutura física. O que era anteriormente realizado de forma simples e sem fiscalização, passa a ser devidamente regularizada com as leis que lhe regulamentam. Seus colaboradores estão cada vez mais exigentes, buscando aperfeiçoamento em suas funções, favorecendo um desempenho cada vez mais eficaz. Em nossa pesquisa percebemos que a comunidade atendida sente-se privilegiada por fazer parte dos trabalhos desenvolvidos por essas instituições.

Com efeito, o objetivo geral de nossa pesquisa foi realizar um estudo sobre as Organizações não Governamentais e a lógica do Terceiro Setor, identificando-as como alternativa à inoperância do Estado, percebendo suas contribuições para a garantia dos Direitos de cidadania.

Como objetivos específicos temos: 1) Identificar e discutir e analisar a importância da Fundação Casa da Criança de Santa Rosa, situada em Marabá Pará; 2) Perceber qual é a população, em situação de vulnerabilidade, que é atendida pela Fundação; 3) Compreender em que medida essa população percebe-se excluída, ou não, no que diz respeito à sua condição de cidadão; Entender o real sentido da “Cidadania”, considerando o contexto social em que se insere a Fundação Casa da Criança de Santa Rosa, e a comunidade à qual serve.

Considerando tais objetivos, buscamos responder a seguinte pergunta de pesquisa: Qual é a relevância da Fundação Casa da Criança de Santa Rosa para a construção da cidadania na promoção dos direitos e quais são os reflexos das ações dessa fundação na comunidade?

### **Procedimentos Metodológicos**

Para tanto, realizamos uma abordagem qualitativa a partir dos procedimentos das pesquisas Bibliográfica, Documental e Estudo de Caso. Segundo Mari et. all (2017) e Martins (2012), uma pesquisa de teor qualitativo dá ênfase às variáveis oferecidas pela natureza ou derivadas de uma teoria (consolidada ou provisória).

Já a pesquisa bibliográfica, de acordo com Almeida, Albuquerque e Aoki (2012), está presente em todos os tipos de trabalho de investigação científica pois, com esta, não somente termos noção sobre o que está sendo produzido em determinada área do conhecimento, como valida nossas argumentações, a partir do momento em que elegemos os autores que serão





nossa base teórica. Para Gerhardt e Silveira, (2009) citados por Santos et. all (2017, p. 32), “[...] este é um procedimento que contempla todo o período da pesquisa, de modo que oferece subsídios para as demais etapas da investigação”.

No tocante à pesquisa documental, esse se fez necessária, uma vez que a abrangência da temática, as ONGs e o Terceiro Setor são instituições que têm em sua organização uma fonte documental ampla e, segundo Santos et all (2017), favorece o levantamento de informações documentais que norteiam e direcionam as ações desse tipo de abordagem.

Em relação ao Estudo de Caso, André (2005) citada por De Deus, Cunha e Maciel (2012), este como metodologia para investigação científica, surge n final do século XIX, inicialmente para atender às indagações da sociologia e da antropologia, ao final do século XIX e início do século XX, de sorte que o principal propósito, nestas áreas, era realçar características e atributos da vida social. Para Gil (2007), é um procedimento metodológico que ressalta aspectos contextuais, sem desconsiderar a representatividade, centrando-se na compreensão da dinâmica do contexto real, envolvendo-se num estudo sistemático de um ou poucos objetos, de modo que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Nessa perspectiva, a temática pesquisada assume relevância, pois nossa pesquisa, fazendo uso de instrumentos e procedimentos voltados para a questão social, busca revelar as idiossincrasias de uma Instituição Social, Fundação Casa da Criança de Santa Rosa, identificando sua contribuição para que a comunidade carente tenha apoio, e percebam-se como cidadãos, tendo seus direitos respeitados.

Ao final, os resultados permitem afirmar que a Fundação Casa da Criança de Santa Rosa de Marabá Pará, vem, ao longo dos anos produzindo impactos positivos na comunidade local, co-apresentando-se como uma instituição de apoio para a população menos favorecida.

## **Resultados e Discussão**

### **1. Fundação Casa Da Criança De Santa Rosa (Fccrs)**

A FCCSR é uma entidade de interesse público , sem fins lucrativos, que estar localizada no Bairro Santa Rosa, acolhendo principalmente crianças situadas no próprio bairro, Santa Rita, folhas 14 e 25 da Nova Marabá da cidade de Marabá Pará. A entidade foi fundada em primeiro de fevereiro de 1995, sob a inspiração do Padre Gabriel Gheyns. Esta soma o total de 20 anos de trabalhos voltados para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.





Dentre estas finalidades, o seu plano de ação se estabelece em dois eixos principais. Eixo 1 “Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente” com ações específicas para redução do déficit escolar e combatendo também as várias formas de violência (exploração do trabalho infantil, exploração sexual e violência doméstica) cometidas contra essas crianças e adolescentes.

O Eixo 2 desenvolve ações voltadas a “Geração de Renda e Oportunidade de trabalho com mulheres de Baixa Renda ou Sem trabalho”, focando a realização de oficinas de artesanato para comercialização, visando o aumento de renda com realização de cursos básico.

## 2. A Relevância Da FCCSR Para A Comunidade Local E Os Beneficiários

A situação de crianças e adolescentes em posição de vulnerabilidade social, que vivem em comunidade de baixa renda é algo que não pode passar despercebido. Devido a grande proporção de problemas que envolvem estas crianças e adolescentes, as comunidades atendidas vislumbram os projetos desenvolvidos por diversas entidades, na perspectiva de melhoria para a sua atual circunstância de vida.

Entrevistamos as famílias atendidas pela FCCSR, os quais se diferem em beneficiários e seus responsáveis no total de oito pessoas. Não mencionaremos os seus nomes, usaremos nomes fictícios para identifica-las. É necessário ressaltar que todas as entrevistadas encontradas são mulheres.

É preciso mencionar, que encontramos dificuldades em obter de forma clara em suas falas acerca da importância da Fundação. Consideramos que este problema se deu por que alguns dos beneficiários entrevistados se tratavam de crianças abaixo de 13 anos, as quais estavam tímidas diante de perguntas novas as quais eram questionadas. E os demais entrevistados eram pessoas que possuem escolarização abaixo da 4ª série, as quais encontram mais dificuldades em se expressarem. Mas isso não deixa mais ou menos importantes os resultados da pesquisa. Mesmo diante dos problemas encontrados, foi possível identificar em suas falas a relevância que FCCSR exercem em suas vidas.

A seguir exporemos as falas das entrevistadas. A primeira entrevistada trata-se de uma criança de 13 anos que faz parte do projeto Dança Escola, a qual a chamaremos de Ana. Ela relata que:

Muita coisa mudou em minha, eu me soltei mais eu me envolvi mais com os estudos [...] eu era um pouco tímida ai me ajudou a me soltar mais. Eu gosto do Ballet, eu quero ser bailarina e professora da Ballet também. Já estou participando de outra







aula de ballet, não sei se vou ficar na Fundação, fica muito pesado. Já são 2 anos lá, eu gosto de lá. Se de eu continuou nas duas. (Questionário 4, nº 2).

A mãe de Ana fala o que mudou na vida da filha:

Notei muita diferença, mais no comportamento dela, ela se interessou mais pelos estudos. Foi muito bom! Ela se interessou mais pelos estudos, por que ela estudava ou não ia fazer o ballet. Ai ela se interessou pelas duas coisas. Por que pra fazer o ballet ela também tem que estudar. Ai ela desenvolveu mais os estudos. Se a pessoa não estudar e querer ter uma profissão não adianta nada... ela melhorou um pouco, antes ela era muito teimosa, agora tá obedecendo mais. Eu acho a Fundação importante, em minha opinião eu acho muito bom, e as pessoas que ouço por ai também acham muito bom. (Questionário 4, nº 1).

Outra entrevistada refere se a uma senhora de 55 anos, vizinha da Fundação, moradora a mais de 25 anos do Bairro Santa Rosa. Esta fez diversos cursos na entidade nos quais se referem ao Eixo 2 (Geração de Renda). Entre os cursos estão culinária, costura e pintura. A mesma relata as influências da Fundação em sua vida:

Eu não trabalho fora, eu cuido do meu netinho. Ele é o primeiro neto, a gente não confia em deixar com qualquer. E o que aprendi na Fundação me ajuda a me sustentar. Eu faço, eu coloco em prática o que aprendi, eu já não pago pra ninguém fazer. Eu também já vendi salgado, já fiz bolo, já fiz comidas típicas. A gente sempre vende na igreja em tempo de festejo também. Ai a gente já faz [...] a Fundação e muito importante. Tem criança que fica lá que estuda, faz ballet, faz vôlei. (Questionário 3, nº 2 e 3).

158

Conseguimos perceber nas demais falas os impactos positivos que os projetos têm produzido na vida dos beneficiários. Como descrito por outras crianças entrevista: “Eu já faço parte do ballet a 2 anos. Eu gosto muito! Mudou bastante coisa. Mudou minha postura, meus estudos, minha vida. Eu tô tirando notas melhor”. A avó da mesma também relata as mudanças: “... eu notei diferença, elas estão melhor. Elas gostam, eu nunca fiz força pra tirar elas, ate por que elas gostam. Notei muitas diferenças no comportamento delas, demais mesmo. Elas estão mais interessadas pelos estudos”. Quando indagada se ela achava a Fundação importante, a mesma diz que: “eu acho que sim, por que todo mundo gosta de ir. Eu acho que sim por que essas mães tudo aqui tem os filhos que fazem lá e ninguém reclama”.

Uma fala também bastante reveladora é de uma das vizinhas da Fundação. Esta tem 72 anos, nunca fez nenhum curso na Fundação e também não tem parentes que participe dos projetos da entidade. Porem na entrevista ela fala o que pensa acerca da Fundação:

[...] eu não conheço as crianças que faz, mas eu já vi passando aqui muita criança com aquela roupinha (se referindo à roupa do ballet), mais não conheço nem a mãe e nem pai [...]. Eu acho a Fundação importante, nesse caso ai é, por que as crianças aprendem, e lá também já teve uns cursos de fazer bolo, fazer crochê, fazer desenho de coisa bonita (referindo se a pintura em tecido), fazer comida. Eu nunca fiz curso





lá, eu tô velha demais. Eu conheço muita gente que fez [...] a comunidade fala que importante, pelo menos as crianças não estão na rua.

Organizações como FCCSR firmam-se cada vez mais na sociedade atual. Pois estas conseguem se relacionar com todos os cidadãos, de forma direta ou indiretamente. Como pode ser percebido durante todo o trabalhado quando nos referimos a Fundação.

Podemos concluir através da pesquisa realizada, que de fato a Fundação tem produzidos impactos positivos para a comunidade local. Esta consolida se como meio de esperança para os menos favorecidos. As contribuições da Fundação são imensas, muito além do que podemos conter em nossa pesquisa. Este trabalho é apenas o início de novas reflexões que precisam ser feitas quanto sociedade civil como agente de transformação

### **Considerações Finais**

Conclui-se o presente trabalho com a certeza de que, é indiscutível a importância dos projetos sociais desenvolvidos nessas ONGs como a FCCSR. É nesses espaços de associativismos que o Brasil também tem encontrado a reestruturação social, cultural e educacional. Isto, no que se refere a uma sociedade marcada pela desigualdade social e violação dos seus direitos.

Este é um universo ainda em construção, onde a muitos temas ainda a serem considerados. Este trabalho não tem a intenção finalizar a discursão acerca desta abordagem, ao contrário, temos o intuito de despertar a importância de um debate mais aberto acerca da ausência do Estado e suas Políticas Públicas e como a falta destas interferem na qualidade de vida da sociedade, fazendo com crie-se pontes alternativas ao Poder Público.

É necessário consideramos que a vulnerabilidade que as crianças e adolescentes estão expostos não é o único problema existente na comunidade de Santa Rosa, Marabá-Pará, existem muitos outros que precisam se considerados.

Percebemos também que a avaliação feita por nos acerca da relevância que hoje Fundação Casa da Criança de Santa Rosa tem, vai muito mais além do que pudemos comprovar. Se nenhuma dúvida esta entidade exerce um papel primordial na construção da cidadania. Assegurando a inclusão de direitos estabelecidos em seu Estatuto, o qual e direcionado pelo ECA. Proporcionado ainda uma melhor qualidade de vida, principalmente no que diz respeito à perspectiva acerca do futuro. Pois a mesma tornou a acessível um “mundo” que até então não era possível.





Os atendidos pela FCCSR passam a conhecer o que lhe é constitucional por direito. Possibilitando que os mesmo discutam, lutem e exijam o cumprimento das leis que lhe são asseguradas.

É importante ressaltar que, apesar das mudanças positivas alcanças pela Fundação, a mesma não suficiente em termos absolutos para promover as melhorias necessárias para a comunidade de Santa Rosa. Apesar disto, as suas ações não devem ser desconsideradas, pelo contrário, estas são o início para grandes transformações.

### Referências

ALMEIDA, Severina Alves de Almeida (Sissi); MOREIRA, Eliana Henriques, A Dialética da Globalização e is Povos Apinayé em Tocantinópolis: A Unidade na Diversidade Como Proposta de Cidadania. **Revista Ibero Americana:** 2009. Disponível: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/4887/4113>, Acesso em: 05-nov-2017.

ALVES, Mário Aquino. **Terceiro Setor:** as origens do conceito. 2008. Disponível: [http://www.ufjf.br/virgilio\\_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf](http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf)

BRANCALEON, Brigida Batista; YAMANAKA, Jessica Suzuki; CASTRO, José Marcelo de; CUOGHI, Kaio Guilherme; PASCHOALOTTO, Marco Antonio Catussi. **Políticas Públicas:** Conceitos Básicos. Abril - 2015 <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2015.pdf>. Acesso em: 05-nov-2017.

BORGES, Fabio Frantz, 2011. A importância dos Projetos Sociais para o desenvolvimento social, educacional e profissional de crianças e jovens. Disponível em: <https://procidade.wordpress.com/2011/03/11/a-importancia-dos-projetos-sociais-para-o-desenvolvimento-social-educacional-e-profissional-de-criancas-e-jovens/>

160

GIL, Antônio Carlos. <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas, 2006. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ensaio/v14n50/30405.pdf>

LANDIM, Leilah. ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Laltina. - São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/182/ABONG\\_DESADESA%20PARA%20A%20COOPERA%20C3%87%20C3%83O%20NA%20AM%20C3%89RRIC%20LATINA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/182/ABONG_DESADESA%20PARA%20A%20COOPERA%20C3%87%20C3%83O%20NA%20AM%20C3%89RRIC%20LATINA.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>.]

FERNANDES, Rubem César. Privado, porém público: O terceiro setor na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

SIERRA, V.M.; MESQUITA, W.A. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <http://www.scielo.br>





## PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Arlene Dias Sousa Braga  
Ladislau Ribeiro do Nascimento

**Resumo:** Este trabalho analisa relações entre o fracasso escolar e os desafios que a desigualdade social impõe aos processos de escolarização, sobretudo, no contexto de uma escola pública situada em uma cidade do estado do Tocantins - TO. Realizaram-se revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada como estratégias metodológicas da pesquisa. Os resultados apontam para uma complexa rede de relações envolvendo fatores de ordem macro e micro-institucionais na produção do fracasso escolar. Observam-se limites impostos pela precarização do ensino, incluindo, pauperização docente, fragmentação pedagógica, conflitos na relação professor-aluno e esvaziamento de sentido da escola enquanto instituição crucial para a formação cidadã e emancipatória. Além do mais, a ausência de recursos financeiros para suprir necessidades básicas para o desenvolvimento humano também coloca a pobreza como fator decisivo para alguns casos em que o fracasso escolar é produzido. Acredita-se que a produção de análises capazes de levar em conta a complexidade pertinente aos processos de escolarização, especialmente em contextos marcados pela pobreza, onde a dignidade humana tem sido ultrajada pela ausência do Estado, seja crucial ao alcance de resultados mais significativos na luta pela democratização da educação.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Fracasso Escolar. Vulnerabilidade Social.

### Introdução

A educação é direito básico garantido constitucionalmente, porém muitas dificuldades obstruem o acesso a este direito. Muitos são barrados por causa da pobreza, das situações de vulnerabilidade social. Nesta direção, uma escola que se prepara com seus educadores para acolher todas as pessoas sem distinção de raça, cor, etnia, classe social, mostra-se como elemento importante na legitimação da democracia. Através da educação é possível conhecer e compreender a realidade social, e construir estratégias para o enfrentamento das condições que produzem pobreza. É através dela que se pode lutar pelas oportunidades e modos de existência favoráveis ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores (VYGOTSKY, 1988). Sendo assim, cobranças direcionadas ao sistema educacional são fundamentais, pois o acesso à educação enquanto direito é fundamental para a preservação da vida e para o desenvolvimento social.

Sabe-se que, em geral, estudantes das camadas mais empobrecidas não recebem o mesmo investimento e incentivo aos processos de ensino-aprendizagem. A pobreza e os estereótipos construídos acerca do aluno e da aluna pobre podem dificultar a criação do vínculo necessário na relação professor-aluno. Além disso, ela inviabiliza o acesso a bens culturais e de consumo importantes ao desenvolvimento, interferindo no engajamento de alunos e de alunas pobres em processos de escolarização. Assim, a falta de expectativa de futuro, associada às inúmeras carências relacionadas à pobreza, dificulta a vida escolar e a







superação das condições econômicas e sociais mediadas pela história, bem como pelas forças políticas e econômicas engendradas em uma incessante luta de classes.

Infelizmente, pouco tem sido feito na tentativa de amenizar este grave problema. Uma saída, ou melhor, uma forma de enfrentar a situação seria encontrada pela via institucional, através de investimentos para a melhoria da qualidade das relações professor-aluno, e por meio de reinvenções e da criação de práticas escolares mais potentes para garantir os processos de singularização (DELEUZE; GUATTARI, 2000) no contexto escolar.

Diante da consciência de que a escola é de suma importância para a garantia da democracia, este trabalho propõe um estudo sobre o modo pelo qual o fracasso escolar (PATTO, 1993) se constitui e se reproduz em um contexto de vulnerabilidade social.

Busca-se compreender como o fracasso escolar é constituído e reproduzido no contexto escolar, bem como analisar as relações entre pobreza e fracasso escolar, com a finalidade de contribuir para a transformação social através da produção acadêmica, viabilizando meios para que alunas e alunos inseridos em escolas públicas tenham acesso à educação como direito assegurado pelo Estado.

A relevância social justifica-se pela possibilidade deste trabalho contribuir tanto com a comunidade escolar quanto com a sociedade como um todo. Por meio de análises sobre a produção do fracasso escolar, espera-se colaborar no processo de melhoria das práticas de ensino e aprendizagem. Do ponto de vista da relevância científica, hoje, provavelmente mais do que ontem, é inadiável que se discuta e que se entenda o fracasso escolar como tema central no debate sobre a democratização por meio da escolarização.

Muito se fala sobre as dificuldades enfrentadas nos processos de escolarização. Os impasses atingem professores, professoras, gestores, estudantes e seus respectivos responsáveis. Invariavelmente, problemas como evasão escolar, indisciplina, violência e baixos índices alcançados nas avaliações aparecem como temas no debate sobre os desafios da escola pública.

Constata-se a gritante vulnerabilidade social, associada aos problemas recorrentes nos processos de escolarização, que atinge grande parcela da população que frequenta os bancos das escolas públicas. Nesta direção, com a finalidade de combater a pobreza e preservar a democracia, algumas políticas públicas voltadas à redistribuição de renda buscam melhorar a vida de milhares de pessoas.





A implantação de políticas públicas como o Cadastro Único<sup>6</sup>, tendo como carro-chefe o Bolsa Família, foi e ainda tem sido um grande avanço para a diminuição da desigualdade social, porque oferece mais oportunidades para o cidadão se incluir em processos educacionais, sociais, culturais e políticos. Vale salientar que, a permanência em processos de educação formal é apenas uma dentre as diferentes condicionalidades que os indivíduos têm de cumprir para receber benefícios.

A principal proposta da referida política pública é para que a renda seja distribuída às camadas mais pobres ou miseráveis. Os valores são destinados àqueles que realmente não tem o mínimo do mínimo. Ou seja, valores distribuídos para garantir o básico para a sobrevivência humana. Trata-se de uma forma de enfrentamento da pobreza.

A despeito dos esforços para o fortalecimento do laço social, por meio do repasse de benefícios para pessoas carentes de recursos básicos, e dos benefícios da referida política aos processos de escolarização, a situação dos processos de escolarização segue precária e desperta a preocupação de educadores e pesquisadores comprometidos com as práticas educativas.

Infelizmente, os currículos não têm sido pensados ou preparados para que os profissionais da educação criem estratégias para o enfrentamento da pobreza. A realidade dos fatos mostra que não há vontade política para que a educação funcione como meio de enfrentamento da desigualdade social. A educação não tem avançado conforme o necessário para o enfrentamento da pobreza.

Temos percebido que as garantias do sistema educacional estão muito mais presentes na lei do que no cotidiano das práticas educacionais. Nesta perspectiva, a educação básica, especialmente, do 1º ao 5º, não recebe investimentos necessários para atender a demanda dos educandos no contexto pedagógico, social e político. Em geral, nota-se a chegada de estudantes ao quinto ano do ensino fundamental sem as habilidades mínimas necessárias para a continuidade do processo de escolarização.

Em meio a tantas associações entre pobreza e fracasso escolar, assim como diante da constatação de diferentes problemas comportamentais, desenvolvimentais e educacionais,

---

<sup>6</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais. (PERNANBUCO, 2017).





recorrentes no cotidiano escolar, relacionados ao problema em questão, recomenda-se o uso de uma perspectiva crítica para a produção de análises e intervenções. Esta perspectiva deve ser capaz de problematizar discursos recorrentes sobre aquilo que seria a causa do fracasso escolar, supostamente associada ao discurso culpabilizador de que o fracasso seria culpa do aluno ou de sua família (PATTO, 1993). Há de se considerar distintos determinantes institucionais e sociais na produção do fracasso escolar; tais determinantes superam problemas emocionais, orgânicos e neurológicos, rompendo, portanto, com as visões psicologizantes, herdadas, sobretudo, de abordagens associadas à crença na suposta carência cultural como fonte de problemas intelectuais e cognitivos atrelados aos chamados problemas de aprendizagem.

### **Procedimentos Metodológicos**

Utilizou-se neste trabalho um conjunto de estratégias de metodologia qualitativa (LAKATOS; MARCONI, 2011), incluindo revisão bibliográfica e a realização de uma entrevista semiestruturada. Este quadro metodológico foi empregado para registro, análise e interpretação de fatos relacionados a processos complexos, tais como o fracasso escolar entendido como produção atravessada pela história e pelas forças políticas, econômicas, culturais, sociais e institucionais situadas e localizadas em contextos onde a escolarização é engendrada.

164

### **Resultados e Discussão**

A revisão bibliográfica trouxe como resultado o entendimento acerca da importância de fatores macro e micro-institucionais na produção do fracasso escolar.

Do ponto de vista macro, constata-se a carência de políticas de valorização de professores no bojo dos ataques neoliberais contra a educação pública (FRIGOTTO, 2017). Em meio aos ataques, a ideologia da escola sem partido e a pauperização docente aparecem como resultantes de uma lógica que busca privatizar o bem público (ROCHA, 2011).

No que diz respeito aos elementos micro-institucionais, destacam-se a relação professor-aluno e as práticas escolares recorrentes nas escolas públicas.

Obviamente, elementos macro e micro-institucionais influenciam-se mutuamente. Por exemplo, o currículo escolar é construído com base em parâmetros curriculares propostos em âmbito federal. Ainda que exista a possibilidade de se operar modificações curriculares relacionadas às territorialidades e singularidades regionais e culturais, sabe-se que as





diretrizes básicas e as práticas de controle a elas associadas interferem no cotidiano escolar e produzem agenciamentos que se dão no plano micro-institucional.

Sendo assim, percebe-se no contexto escolar a necessidade premente pela realização de trabalhos voltados para a organização de sistemas e práticas que favoreçam o desenvolvimento de aspectos afetivos e cognitivos.

O que se vê na prática e no cotidiano escolar são relações conflituosas, enfrentadas no dia-a-dia do processo educacional, com forte poder de influência sobre o desenvolvimento intelectual, cognitivo e acadêmico de estudantes inseridos, especialmente, nas escolas públicas.

De acordo com as leituras efetuadas para a elaboração deste trabalho, observa-se a relevância que há na proximidade entre professores, alunas e alunos. Conhecer a população-alvo das práticas escolares, e escolher as práticas pedagógicas mais significativas e potentes para a produção de sentidos têm sido de suma importância para o enfrentamento da vulnerabilidade social e do fracasso escolar.

A entrevista semiestruturada, realizada com a participação de uma professora do Ensino Fundamental lotada em uma escola municipal, situada no interior do estado do Tocantins – TO, trouxe elementos importantes para a produção de análises acerca das questões levantadas nesta pesquisa.

No que diz respeito à relação professor-aluno, a entrevistada considera como relevante o fato de se trabalhar

[...] com profissionalismo, sem deixar de trazer o aluno para perto, fazendo com que os mesmos descubram seu potencial através de diálogo, escuta, vivência do cotidiano. Saber ouvir os anseios para que se sintam acolhidos, confiantes. Valorizo os alunos com suas limitações, preocupo-me com o aprendizado, ressalto sempre as potencialidades para fortalecer a autoestima (S. M. R, professora do Ensino Fundamental).

No fragmento acima a entrevistada menciona estratégias importantes que professoras e professores podem utilizar para viabilizar relações potentes ao desenvolvimento e à aprendizagem. Segundo Aquino (1998), ouvir, acolher e aceitar as singularidades no espaço escolar são meios fundamentais para se constituir modos de produção de subjetividade (VEIGA-NETO, LOPES, 2011) que sigam à contramão do fracasso escolar, caracterizado pelas práticas e políticas de subjetivação voltadas ao assujeitamento (FOUCAULT, 1999).

Em relação às práticas escolares, a participante fez o seguinte relato:







Práticas de leitura através de livros lidos em casa, leitura de imagens, realização do reconto para toda turma com microfone e caixa amplificadora, no qual todos ouvem com atenção cada um, mantendo-se em silêncio, para que todos ouçam o reconto dos colegas. Utilizo materiais concretos como jogos, régua, metro, computador, apreciação de filmes para em seguida se fazer análise crítica, conversas dirigidas através de textos, trabalho em equipe (S. M. R, professora do Ensino Fundamental).

Tais práticas são importantes porque através delas se percebe a abertura de espaços para a circulação da palavra entre alunas, alunos e professores. Assim, aumentam-se as chances de envolvimento para todas as pessoas inseridas no cotidiano das práticas escolares. Quando se pode dizer, ouvir e ser ouvido, a produção de sentidos torna-se potencializada e amplia o alcance da escola no sentido de instituir modos de existência favoráveis ao crescimento e ao desenvolvimento humano.

Algumas práticas pontuais mostram o quanto o processo de escolarização requer a criatividade e a inventividade (ROCHA, 2008) de quem se coloca no lugar e desempenha papel de docente.

Os alunos que ainda não sabem ler são acompanhados pela professora de reforço, que não consegue atender as dificuldades dos alunos. Diante da situação apresentada, a professora regente percebe quão distante estão as oportunidades que foram subtraídas desses alunos, que a grande maioria residem na Zona Rural. Na minha opinião, os gestores deveriam ter um “olhar diferenciado”, oportunizando aos mesmos atendimento com equipes de serviços como o Serviço de Orientação Educacional (SOE), com a presença e acompanhamento de profissionais especializados, dando respaldo da real situação dos alunos, para que o professor possa trabalhar as dificuldades do aluno. A Secretaria de Educação deveria ter “casa de apoio” para acolher a esses alunos da zona rural nos dias do reforço escolar, para que ficassem em período integral, garantindo-lhes conforto, alimentação. Há falta de recursos materiais e profissionais especializados para atender as necessidades apresentadas por cada aluno com dificuldades. A maioria da turma que utiliza o transporte escolar é composta de residentes na zona rural, e não são oferecidas as mesmas oportunidades, devido a distância de onde residem, sendo que, as quantidades de dias letivos que não frequentam a escola por causa de problemas no transporte escolar não é considerada. Muitas vezes o ônibus está quebrado, em vistoria. Isso tudo em dias letivos. (S. M. R, professora do Ensino Fundamental).

O fragmento exposto acima traz à tona outra questão relevante para pensarmos na produção do fracasso escolar em contextos de vulnerabilidade. Desta vez, o fato de as escolas da região contar com a adesão de alunas e alunos da zona rural coloca outros desafios e evidencia processos de exclusão frequentes na escola pública. Deste modo, além dos já conhecidos elementos atrelados ao fracasso escolar, a presença do campesinato nos bancos escolares desafiam todos aqueles agentes envolvidos na promoção da educação, uma vez que, geralmente, as peculiaridades daqueles que vivem no campo não são levadas em consideração





mediante práticas, discursos e ações homogeneizantes muito presentes nas escolas públicas (NASCIMENTO, 2009).

A despeito das discussões em torno dos novos modos de produção de subjetividade na contemporaneidade (COSTA, 2007; VEIGA-NETO, LOPES, 2011), sabe-se que as categorias como classe, raça e etnia são fortes elementos na constituição subjetiva e no modo pelo qual o fracasso escolar é produzido, reproduzido e cristalizado, sobretudo, nas escolas públicas situadas em contextos mais vulneráveis do ponto de vista econômico e social.

Nota-se o entrelaçamento de forças instituídas por meio de aparelhos políticos, de gestão e de organização dos processos escolares. Deste modo, percebe-se quão desafiadora e difícil é a luta pela promoção de práticas de transformação e rupturas nesta lógica excludente, presente nas práticas escolares e em todo o processo de escolarização.

### **Considerações Finais**

Percebe-se que a luta é contínua para se alcançar e preservar a garantia de direitos humanos básicos, sobretudo em tempos marcados pelo ódio e pelo acirramento de conflitos de classe. No que diz respeito às tentativas de transformação das práticas escolares, faz-se necessário o direcionamento de esforços que levem em consideração as dimensões macro e micro-institucional.

Algumas ações são urgentes, como a produção de análises de currículos educacionais e o investimento na formação de professores. Assim, o enfrentamento da pobreza e a garantia da educação enquanto direito garantido constitucionalmente tornam-se mais prováveis.

Esta pesquisa aponta dimensões importantes a serem consideradas por todos aqueles interessados em participar da construção e da reconstrução de uma escola que seja emancipatória e inclusiva, de fato, com possibilidades para garantir a educação como dever do Estado e direito dos cidadãos. Não tivemos como finalidade oferecer respostas prontas, receitas, ou indicações de culpados pelo fracasso escolar. Pelo contrário, buscou-se aproximação ao complexo e multifacetado cotidiano escolar para oferecer subsídios a outras análises e intervenções.

Acredita-se que a produção de novas análises e estudos sobre as relações entre o fracasso escolar e a vulnerabilidade social fortaleçam educadores, pesquisadores e demais interessados em contribuir com a promoção da educação como direito e instrumento para garantir e preservar a democracia.





## Referências

AQUINO, Julio Groppa. A indisciplina e a escola atual. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, n. 2, p. 181-204, 1998.

COSTA, Sylvio de S. Gadelha. Educação, políticas de subjetivação e sociedades de controle. In: MACHADO, A. M., FERNANDES, A., ROCHA, M. L. **Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação**. Casa do Psicólogo: São Paulo. p. 15-36, 2007.

DELEUZE, Gilles. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Editora 34, 2000.

FOUCAULT, Michel. Os recursos para o bom adestramento. In: \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**, editora Vozes, p. 143-161, 1999.

FRIGOTTO, G. Escola “sem” partido: uma esfinge que ameaça a educação e a sociedade. **Rio de Janeiro: LPP**, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Ladislau Ribeiro. **Práticas escolares em tempos de turbulência: um olhar para os modos de produção de subjetividade em uma escola pública**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 3 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

PERNANBUCO. **Relatório Sobre Bolsa Família e Cadastro Único**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/Ministério do Desenvolvimento Social, 2017.

ROCHA, Marisa Lopes. Inclusão ou exclusão? Produção de subjetividade nas práticas de formação. **Psicologia em estudo**, v. 13, n. 3, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2871/287122110008/>

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve. Revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 20, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886>

VYGOTSKY, L. S. et al. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. \_\_\_\_ et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: EDUSP, 1988.





## A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O RENDIMENTO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Arilthon Romulo Cavalcante Casimiro

Leonardo Rodrigo Soares

**Resumo:** O presente trabalho apresenta os resultados de um estudo que buscou identificar a percepção dos professores acerca da influência do Programa Bolsa Família (PBF) no rendimento escolar de crianças beneficiárias, pois acredita-se que tal política ao prever como condicionalidade a presença na escola, possa contribuir com o processo educacional delas. Nesse intuito, são apresentados dados de uma pesquisa de campo realizada com os professores da “Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado”, situada na região do sudeste tocantinense. Para a consecução da pesquisa foram utilizados questionários semiestruturados compostos por 15 questões, sendo a maioria fechada. A pesquisa baseou-se em princípios de cunho quali-quantitativo e contou com a presença de 15 participantes. O estudo apontou que o PBF interfere positivamente no rendimento escolar dos alunos e que a frequência do aluno, tida como requisito para permanência no programa, possibilita melhora em suas habilidades educacionais.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Rendimento escolar. Beneficiários.

### Introdução

Analisando historicamente o Brasil, podemos perceber que sua trajetória de desenvolvimento encontra-se permeada por muitas dificuldades, dentre elas estão aquelas que afetam diretamente a população como má distribuição de renda, pobreza, desemprego e outros problemas sociais. Para lidar com tais situações, o governo ao longo do tempo empenhou-se na criação de diversas políticas públicas, intensificadas a partir da década de 90. Algumas dessas políticas, especialmente as de transferência de renda, recebem muitas críticas da opinião pública que as classificam como políticas meramente assistencialistas. Para Rego e Pinzani (2014, p. 233): “[...] Nos mais variados ambientes sociais os pobres são acusados de preferir viver do dinheiro de bolsa, em vez de trabalhar; de fazer filhos para ganhar o dinheiro do Estado; de usar o dinheiro para comprar cachaça etc. [...]”. Não é raro escutar falas como essas no dia a dia, mas conforme os autores isso se trata de acusações estereotipadas por quem desconhece o programa.

Apesar disso, o fato é que tais políticas trazem em seu bojo um objetivo a ser cumprido. “A finalidade última das políticas de desenvolvimento social é a de garantir o bem último que é a reprodução cotidiana da vida em um nível compatível com a dignidade humana” (PENA, 2004, p.104).

Diante do exposto, citamos o Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda do governo federal que surgiu em 2003, durante o governo Lula e possui como intuito auxiliar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.







Embora seu foco esteja na erradicação da pobreza, seus objetivos se relacionam fortemente com o processo educacional, pois uma das condicionalidades do programa é que crianças e jovens de 6 a 17 anos estejam matriculados e obtenham frequência mínima de 85% para os estudantes de 6 a 15 anos e de 75% para os de 16 e 17 anos. Para o Ministério do Desenvolvimento Social (2017), as condicionalidades estabelecidas contribuem com o desenvolvimento familiar reforçando o acesso à educação e saúde e, conseqüentemente, permite o rompimento com o ciclo da pobreza.

Nesse sentido, considerando a relação existente entre Bolsa Família e educação, surge a intenção de conhecer qual a percepção dos professores sobre a influência de tal programa no rendimento escolar dos alunos da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado, situada no município de Combinado, região sudeste do Estado do Tocantins.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para a consecução dos objetivos deste trabalho foi realizado primeiramente um levantamento bibliográfico utilizando-se de livros e periódicos sobre o tema. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica está presente em quase todos os estudos existentes, pois permite ao pesquisador identificar quais os trabalhos elaborados sobre o assunto. Após esta fase, foi realizada uma pesquisa de campo. De acordo com LAKATOS (2010, p.169) “as fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão”. Isso evidencia o que foi dito acima, pois considera-se esta etapa como o primeiro passo de uma pesquisa. Além disso, para Lakatos (2010), a pesquisa de campo tem como objetivo o estudo de um determinado problema para busca de respostas ou fatos novos que venham a surgir.

É importante ressaltar que Lakatos e Gil foram importantes na escolha da metodologia utilizada, pois seus ensinamentos condizem com o que o pesquisador pretendia.

Para a realização do trabalho de campo foi utilizado como instrumento de pesquisa a aplicação de questionários. O questionário foi composto por quinze perguntas, sendo subdividido em questões abertas e fechadas, sendo na maioria fechada para facilitar a tabulação dos dados. O questionário foi direcionado principalmente aos professores, mas contou com a participação de outros membros da escola como 2 coordenadoras e 1 orientadora. Dentre os professores, havia os professores regentes das turmas de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e não regentes como professores das disciplinas de Educação Física, Educação Artística, Ensino Religioso e Inglês.





O estudo realizado teve caráter quali-quantitativo, uma vez que exigia além da tabulação dos dados, a análise minuciosa das questões, bem como a relação entre elas. Com isso, pudemos atingir o propósito do trabalho e responder de forma satisfatória ao objetivo do estudo: conhecer a percepção dos professores acerca da influência do programa na educação de crianças beneficiárias matriculadas na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado.

### **Resultados e Discussão**

Com o trabalho desenvolvido foi possível demonstrar que tanto a escola, como seus integrantes possuem importante papel social para o município de Combinado. Os dados demonstram que o Programa Bolsa Família (PBF) é de grande relevância para seus beneficiários, considerando a pesquisa nessa escola. Apesar da maioria dos professores não receber a devida orientação sobre o que seja o PBF e quais seus reais objetivos, os mesmos conseguem identificar melhorias dentre seus participantes.

A pesquisa concluiu que a maioria dos professores acredita na influência positiva do PBF no rendimento escolar dos alunos matriculados na escola. Tal fato mostrou surpresa, uma vez que há falas recorrentes no meio escolar de que o PBF apenas melhora a frequência. Em um determinado momento da pesquisa, quando perguntados sobre qual era efeito mais relevante do PBF, mesmo os pesquisados terem afirmado que consideravam a frequência escolar, afirmaram em outra questão que tal assiduidade permitia que o aluno melhorasse o seu rendimento e conseqüentemente sua educação de maneira geral. Dessa forma, o cumprimento da condicionalidade que inclui a frequência na escola se apresenta como positiva para a melhoria do rendimento escolar dos alunos.

Outro ponto identificado foi que o PBF, apesar dos pais terem o cuidado de manter os filhos frequentando a escola, o mesmo não possibilitou maior participação deles no acompanhamento escolar de seus filhos. Apesar disso, de acordo com as respostas, podemos deduzir sobre a positividade do programa para os alunos e para as famílias.

### **Considerações Finais**

Mesmo inferindo-se a partir dos resultados que as hipóteses deste trabalho se confirmam, ou seja, o programa possibilita uma melhoria do ponto de vista educacional, o assunto não se encerra e possibilita o desenvolvimento de outras pesquisas e que analisem outras perspectivas para que tenhamos uma visão mais ampla dos programas sociais,





especialmente os de transferência de renda, como o PBF. É importante que não fiquemos apenas baseados no que diz o senso comum, precisamos nos desvencilhar de qualquer concepção precipitada. Sabe-se que toda política pública possui problemas e nem sempre conseguem atingir o seu real objetivo, mas para que haja eficácia, é necessária a participação não apenas do governo, mas também da comunidade e a realização de pesquisas é uma das formas em que pode haver a contribuição da sociedade.

De maneira geral, foi possível identificar a positividade do PBF para a escola pesquisada, mesmo havendo indicação de que o mesmo funcionaria melhor com a conjugação de outras ações como maior acompanhamento das famílias e alunos beneficiários. Além disso, se faz necessário maior esclarecimento dos professores quanto aos reais objetivos do programa, talvez por meio de palestras, minicursos ou orientações, buscando sempre maior eficácia do mesmo.

### Referências

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2017. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/aceso-a-educacao-e-saude>. Acesso em: 07 ago. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4.ed, 2002.  
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 7.ed, 2010.

PENA, Maria Valéria Junho. Os desafios das políticas de combate à pobreza. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (coords.). **A nova geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. p. 101-108.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.





## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONABILIDADES: UMA ANÁLISE CIRCUNSTANCIAL DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO

Artur Costa da Silva

**Resumo:** O PBF é um programa que atende a milhares de famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza, visando a amenizá-la com transferência de renda direta aos seus beneficiários. Esse trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar como se dá a condicionalidade “educação” do Programa Bolsa Família, e a frequência escolar dos beneficiários. A pesquisa tem como objetivo geral compreender e analisar a condicionalidade educação do Programa Bolsa Família. Através de uma pesquisa teórica bibliográfica serão levantadas as informações para compreender como se dá o uso da condicionalidade educação do PBF. Serão utilizados artigos, revistas e sites especializados para concretização desta pesquisa. Percebe-se que o programa Bolsa Família bem como o uso das condicionalidades ajudam a melhorar a qualidade de vida de seus beneficiários.

**Palavras chave:** Proteção Social. Bolsa Família. Condicionalidades. Educação.

### Introdução

A escola é a porta de entrada para que um cidadão possa formar opiniões e valores críticos, para que uma sociedade possa satisfazer todos os seus preceitos e convicções pensando no bem maior de sua população. O Brasil possui uma enorme desigualdade de distribuição de renda, causada por toda uma trajetória histórica e um sistema econômico capitalista massacrante. O Governo Federal Brasileiro no decorrer dos anos criou vários programas sociais visando à melhoria dessa situação, programas esses que foram incorporados ao Programa Bolsa Família (PBF), que é um ambicioso programa de transferência de renda, atualmente o maior do mundo.

Uma grande parcela das famílias brasileiras que estão na linha da pobreza e extrema pobreza não têm as condições mínimas para enviar seus filhos (crianças e adolescentes) para a escola, seja por falta de recursos de transporte, falta de condições financeiras, seja por falta de incentivo por parte desses pais, o que interrompe o ciclo educacional dessas crianças e adolescentes deixando os mesmos nas margens de uma sobrevivência digna. Por falta dessas oportunidades, muitos acabam tendo que trabalhar, prejudicando suas vidas de uma forma quase que irreversível, pois muitos veem essa forma como uma ajuda nas despesas de suas casas. Tornando-se trabalhadores com pouca formação educacional (pouco qualificados) e por isso recebendo baixos salários, repetindo o ciclo de reprodução de pobreza.

Levantando reflexões críticas em torno dos desafios que vêm sendo colocados para a educação no mundo contemporâneo, este trabalho se propõe à análise dos valores construídos pelas crianças durante sua formação educacional, entendendo que para o desenvolvimento das







habilidades cognitivas e sociais é preciso possuir critérios, valores, estabelecer relações e hierarquias entre outros valores, para que estas relações sejam harmoniosas e solidárias entre os seres humanos.

O Programa Bolsa Família foi criado em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória Nº 132, convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e implantado pelo Governo Federal Brasileiro com a perspectiva de combater a pobreza e a fome no país, exige das famílias beneficiadas o cumprimento de condicionalidades, entre elas a frequência escolar das crianças.

### **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

[...] A proteção exige que se desenvolvam ações preventivas (SPOSATI, 2009, 21). A Proteção Social é uma poderosa ferramenta das políticas públicas utilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o combate às desigualdades sociais, exclusão e pobreza, onde essa visa a garantia da inserção de indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social, inserindo-os na rede de Proteção Social local, conforme prevê o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A educação é a principal ferramenta no combate às desigualdades sociais que são vistas em todo o mundo, pois essa forma pensadores capazes de compreender e criar métodos eficazes que minimizam os impactos da má distribuição de renda do sistema capitalista.

Segundo Couto (2006, p. 28), a assistência social é garantida como direito e definida como política social, caracterizada por ser “genérica” na atenção específica aos usuários, “particularista” por ser voltada ao atendimento das necessidades sociais, “desmercadorizável” e “universalizante”, incluindo segmentos antes excluídos das políticas. Também traz o caráter “genérico da prestação de serviços e identifica que o atendimento deve ser voltado para as necessidades sociais básicas”, trazendo para a política as demandas da população que permaneciam invisíveis anteriormente (COUTO; SILVA, 2009, p. 34).

#### **Programa Bolsa Família (PBF): o que é e como se efetiva**

É um programa de transferência de renda que auxilia diretamente famílias que são pobres ou extremamente pobres, com a utilização de um cartão que auxilia o recebimento de valores previamente estabelecidos mediante um cadastro, para que seja efetivado esse recebimento a família precisa cumprir uma série de compromissos ou condicionalidades nas áreas de educação, saúde e Assistência Social. Foi idealizado e implantado durante a gestão





do Governo Lula que unificou e aprimorou outros programas de transferência de renda já existentes. São eles: Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O programa Bolsa Família é gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e tem como principais objetivos o alívio imediato da pobreza, ruptura do ciclo intergeracional da pobreza e o desenvolvimento das famílias por meio da transferência direta de renda (BRASIL, 2004).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais:

- **Complemento da renda** — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.
- **Acesso a direitos** — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social.
- **Articulação com outras ações** — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

175

É um programa que apresenta algumas condicionalidades que visam a qualidade de acesso aos direitos básicos para a população que vive na pobreza e extrema pobreza, sendo obrigação do poder público gerir o acesso a tais direitos para sua população. Em 2011 entrou para do Plano Brasil Sem Miséria, que continha inúmeras ações que visam o combate à pobreza, garantindo acesso aos direitos básicos e as oportunidades de trabalho e empreendimento.

### **Benefício Social: o que diz o Ministério do Desenvolvimento Social**

- **Benefício Básico:** concedido às famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa). O auxílio é de R\$ 85,00 mensais.
- **Benefício Variável:** para famílias pobres e extremamente pobres, que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 16 anos incompletos. O valor de cada benefício é de R\$ 39,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 195,00.
- **Benefício Variável Jovem:** Destinado às famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R\$ 46,00 por mês e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 92,00.





- **Benefício para Superação da Extrema Pobreza:** Destinado às famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza. Cada família pode receber um benefício por mês. O valor do benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda por pessoa da família e do benefício já recebido no Programa Bolsa Família.

### O PBF e suas Condicionalidades

O Programa Bolsa família apresenta algumas condicionalidades, essas que foram implementadas como forma de mecanismo para reforçar que os usuários carentes e pobres, tenham acesso aos seus direitos básicos, como acesso a saúde, educação e assistência social, ajudando a interromper um ciclo intergeracional da pobreza. As condicionalidades do Programa Bolsa Família são compromissos que o poder público e as famílias usuárias do programa devem assumir, para que essas famílias tenham o direito de garantia ao acesso à educação, saúde e assistência social. É função do poder público garantir esse acesso com qualidade aos serviços básicos. As condicionalidades do PBF tem como principal objetivo elevar o grau de efetivação dos direitos básicos sociais das famílias beneficiárias. As condicionalidades do PBF estão divididas em três eixos: Educação, Saúde e Assistência Social.

As famílias beneficiárias assumem o compromisso de:

- Na área da Educação, matricular todas as crianças e adolescentes na escola e cumprir a frequência mensal mínima estabelecida, que é de 85% da carga horária para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e de manter matrícula e 75% da carga horária para jovens de 16 e 17 anos.
- Na área da Saúde, os pais ou responsáveis precisam manter atualizado o calendário do cartão de vacinas das crianças menores de 7 (sete) anos de idade, manter acompanhamento do peso dessas crianças, medir e serem examinadas conforme o calendário do Ministério da Saúde. Para as gestantes e mães que amamentam, realização do pré-natal, realizar as consultas em uma unidade básica de saúde, após o parto, devem continuar com acompanhamento da própria saúde e do bebê, participar das atividades educativas que forem propostas pelas equipes de saúde sobre a importância do aleitamento materno e alimentação saudável.
- Na área da Assistência Social, cumprir uma frequência mínima de 85% da carga horária relativa às ações que promovam a convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos pelos municípios para as crianças e adolescentes de até 15 anos de idade que estejam em risco de trabalho infantil no âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

O cumprimento dessas condicionalidades garante a família a permanência no Programa Bolsa Família e o direito de acesso ao benefício financeiro. Essas condicionalidades são





mecanismos para garantir o acesso aos direitos básicos, contribuindo para a redução da desigualdade social e pobreza entre as gerações.

### **Análise Circunstancial da Condicionalidade Educação**

O acesso à educação escolar é um direito assegurado às crianças e adolescentes brasileiros pela Constituição de 1988, e em Leis complementares como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), (Guias e Manuais, 2010).

Na sociedade contemporânea, o acesso à educação é de extrema e fundamental importância para que os indivíduos possam desenvolver-se plenamente como cidadãos e poderem relacionar-se socialmente com seus familiares e demais indivíduos em um meio social. A formação educacional é um meio onde as pessoas conseguem pôr em prática seus conhecimentos, sua inserção cultural, social e produtiva, possibilitando-os assim, o acesso ao mercado de trabalho, a superação das situações de risco social e vulnerabilidades.

Analisando a educação sobretudo tendo o discernimento entre o foco pedagógico e social, entende-se que a educação historicamente tem função de transformar a sociedade e seus sujeitos. Sobre tal aspecto, Bernardes (2010) considera que, nas práticas educativas que objetivam a transformação da formação humana orientada por princípios emancipadores, é necessária a superação da concepção de educação que visa à formação de mão de obra destinada a ocupar funções precárias na divisão do trabalho do sistema capitalista vigente.

A condicionalidade educação do PBF faz com que as famílias beneficiárias obrigatoriamente matriculem as crianças e adolescentes de 06 a 15 anos em um estabelecimento regular de ensino, façam o acompanhamento da frequência escolar, garantindo uma frequência mínima de 85% da carga horária mensal do ano letivo para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos, onde o poder público dá apoio e suporte para essas famílias, principalmente para as mais vulneráveis.

O Ministério da Educação (MEC) é o responsável por acompanhar a condicionalidade educação das famílias beneficiárias do PBF e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) faz a gestão do Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar, onde vários profissionais da educação em todos os municípios do país e no Distrito Federal realizam suas funções para atender as necessidades do sistema. É importante que todos os agentes mantenham uma ação articulada e coordenada,







para que o sistema atue de forma eficiente e estejam atentos aos prazos para realizar as operações no sistema, garantindo assim melhores resultados de acompanhamento. O acompanhamento é realizado em cinco bimestres, excluindo os meses de janeiro e dezembro, destinados às férias escolares, conforme a **Quadro 01**.

**QUADRO 01. Calendário anual para acompanhamento das condicionalidades**

Período de Acompanhamento	Meses de Referência	Período de Registro das Informações nos Sistemas
<b>EDUCAÇÃO</b>		
Primeiro	Fevereiro e Março	09/04 a 26/05
Segundo	Abril e Maio	28/05 a 13/07
Terceiro	Junho e Julho	17/07 a 21/09
Quarto	Agosto e Setembro	25/09 a 02/11
Quinto	Outubro e Novembro	08/11 a 22/12
<b>SAÚDE</b>		
Primeiro	Janeiro a Junho	01/02 a 30/06
Segundo	Julho a Dezembro	01/08 a 31/12

Fonte: Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do PBF, 2007.MDS ([www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br))

É de extrema importância realizar o acompanhamento das condicionalidades do PBF, uma vez que através deste acompanhamento é possível verificar dados, falhas, acompanhar o cumprimento das regras impostas pelo PBF junto as famílias, todos os órgãos trabalham de forma coordenada visando sempre a melhoria do acesso das famílias aos direitos básicos que o programa Bolsa Família disponibiliza.

**Considerações Finais**

Com o acesso à educação básica possibilita-se a ruptura do ciclo reprodutor da pobreza e extrema pobreza entre gerações distintas, o PBF tem possibilitado que crianças e adolescentes permaneçam na escola, induzindo suas famílias a cumprirem com as regras impostas pelo programa, buscando por serviços educacionais e demais direitos básicos. O Programa Bolsa Família tem ajudado bastante na melhoria e frequência escolar, porém ainda existe uma longa estrada a ser trilhada para que de fato haja uma distribuição de renda mais igualitária, é preciso mais investimento por conta do governo para que as famílias mais vulneráveis tenham acesso aos seus direitos básicos.

Tanto a escola quanto professores precisam estar aptos para saber lidar com os mais diversos indivíduos em seu dia a dia, identificar as carências que a docência apresenta e





formar técnicas que possam melhorar o convívio escolar e em consequente o convívio familiar. Os pais precisam participar mais da formação educacional dos filhos, mas poucos pais procuram a escola para saber o rendimento escolar que seus filhos apresentam e as suas dificuldades.

É de extrema importância que as escolas estudem e produzam oficinas afim de aprimorar seus conhecimentos sobre os estudantes pobres, suas carências, as carências e de suas famílias e de sua comunidade. O PBF tem dado suporte para milhares de famílias em todo o Brasil, tirou milhões da pobreza e extrema pobreza, é de grande importância para o desenvolvimento social e econômico do país, através das condicionalidades ele faz com as famílias beneficiárias cumpram com as regras impostas pelo programa, tirando milhares de crianças e adolescentes de situações de risco social, fazendo com que os mesmos permaneçam na escola estabelecendo uma frequência mínima mensal. Com o acompanhamento da frequência escolar é possível acompanhar em tempo real a formação educacional dessas crianças e adolescentes, com a junção de vários órgãos tanto da esfera municipal, estadual e federal, o cumprimento das condicionalidades são monitoradas.

As condicionalidades são de grande importância para o sucesso do PBF, estão reforçando o apoio às famílias garantindo à eles acesso digno aos seus direitos de cidadãos, onde esses podem exercer realizar seus sonhos, tendo acesso à educação e a todos os seus direitos que são assegurados pela constituição.

Mesmo com todo o avanço alcançado desde sua implantação, o PBF ainda tem uma longa jornada para cobrir e alcançar mais famílias em situações de risco social e pobreza. Muitas conquistas já se fazem presentes como o acesso à educação, a saúde e assistência social, muitas famílias vivem em situações melhores, quebrando o estigma da pobreza.

Sendo assim, é preciso quebrar essa associação de que os pobres são inferiores e que por conta disso eles precisam ocupar posições inferiores aos demais indivíduos da sociedade. Muitas pesquisas mostram que o Brasil está conseguindo reduzir a pobreza, principalmente a extrema pobreza e a desigualdade social. O PBF tem contribuído para alcançar muitas metas estabelecidas para diminuição da pobreza, também tem aumentado a segurança alimentar e nutricional das famílias mais carentes, tem contribuído para a evasão escolar e melhoria da frequência à escola. A renda transferida pelo Bolsa Família tem alcançado os municípios mais pobres, ajudando esses municípios na sua economia e desenvolvimento.





## Referências

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Guias e manuais para acompanhamento da gestão das condicionalidades do programa bolsa família, Brasília. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de Jan. 2004, p.1

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. **A construção do pensamento na atividade prática: implicações no processo pedagógico.** In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 33., 2010. Caxambu. Anais... Caxambu, MG: ANPED, 2010.

COUTO, Berenice Rojas. **A Assistência social como política pública: do sistema descentralizado e participativo ao Sistema Único da Assistência Social – SUAS.** In: MENDES, J. M. R. et al. (Org.). Capacitação sobre a PNAS e SUAS: no caminho da implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 26-37.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes.** In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

## **CHEFIA FEMININA: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES PESQUISADAS NO ANO DE 2010 RESIDENTES NO BAIRRO ARAGUAIA EM COLINAS DO TOCANTINS APÓS SEREM BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.**

180

**Aurileia Reis da Costa Sousa**  
**Rachel Bernardes de Lima**

**Resumo:** O presente tem o objetivo analisar as mudanças ocorridas com as famílias chefiadas por mulheres no ano de 2010, partindo da perspectiva após as famílias serem beneficiárias do programa Bolsa Família do Governo Federal. Para tanto, o texto abordará como era e como está essas famílias. Utilizou-se metodologicamente de pesquisa quantitativa. Verificou-se que a qualidade das mudanças ocorridas após o recebimento do benefício. Concluiu-se que o Programa Bolsa Família veio para somar ponto em prol da superação de muitas questões sociais enfrentadas por essas famílias, conclui-se que o programa pode ser aperfeiçoado, tornando os seus benefícios mais visíveis.

**Palavras-Chave:** Família, Mulher, Chefia.

### Introdução

Últimos anos teve um avanço significativo de famílias onde em seu núcleo só tem a mulher como responsável familiar a partir desse pressuposto, esse projeto buscará através de uma nova, analisar os avanços que essas famílias antes pesquisadas no ano 2010, tiveram no decorrer do tempo.

Segundo dados do site valor.com, que se baseou em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) em 2015, onde o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística





(IBEG), revelou que 40,5% dos domicílios brasileiro as mulheres eram a pessoa de referência, ainda identificou que em 26% dos lares de casais separados a mulher é a pessoa de referência, entre os homens, essa proporção era de 3,6%, nesse mesmo ano o IBGE, apontou que os rendimentos em media salariais entre homens e mulheres com a mesma função chega a 31,5% esse é um dos motivos os quais fazem com esses lares, estejam entre os mais apresenta questões sociais, desigualdade social e empobrecimento.

### **Metodologia**

O estudo foi realizado em Colinas do Tocantins do Tocantins no Setor Araguaia com um grupo de sete mulheres, cidade esta situada a 320 KM da capital Palmas.

A pesquisa caracterizou- se como exploratória de caráter quantitativo e qualitativo em que para tanto se realizou revisão de conteúdo vinculado ao tema, também realizado busca nos setes que referencia sobre aos temas família e programas sociais.

Outra forma de adquiri conhecimentos foi através de leitura de jornais, artigos e livros, também foi feita uma pesquisa de loco, ou seja, em locais do bairro como a unidade de saúde Laurindo Ferreira e com alguns agentes de saúde que acompanha as famílias pesquisadas.

### **Histórico da Mulher**

Observando no contexto histórico vemos que a mulher na antiguidade era educada apenas para o cuidado do lar e dos filhos, não tinha função fora do lar era um ser frágil, delicado, incapaz e sem domínio de seus atos. Mesmo com a grande desigualdade muitas mulheres lutaram pelos seus direitos, os movimentos feministas nas décadas de 60,70 e 80 foram de grande valia para as conquista dos direitos da classe feminina de modo geral. Para entender os movimentos feministas primeiramente tem que entender o que é movimentos sociais. O conceito de movimento social é de fato um conflito com caráter coletivo que mostra uma relação de poder cujo desenvolvimento implica a mudança de algo ou a conservação daquilo que não que se perder, como direitos e valores, que estão em nossas relações.

A existência dos movimentos sociais vem desde a antiguidade que podem ser destacados: os movimentos de escravos e os religiosos; de camponeses, de mercadores; e operários. É de acordo com as mudanças de conjuntura as lutas diversificarem e na atualidade formarem os chamados novos movimentos sociais que podemos destacar os ecológicos, pacifistas, feministas, etc.







Os movimentos das décadas de 60,70 e 80 do século, passado, segundo Zecare (2001, p.128):

Foram capazes de modificar tanto as condições de existência das mulheres, quando a paisagem política, propiciando a construção de um campo de debates e promoveu a reelaboração das representações acerca de uma nova cidadania feminina.

Aborda-se que os movimentos feministas de fato não acabaram com a desigualdade entre homens e mulheres na conjuntura social, visto que elas ainda encontram vários limites para ser reconhecida sua competência, seja no trabalho, na família, na política, na sociedade, de modo geral. Porém não podemos diminuir a importância desses movimentos sociais, pois através deles, muitas vitórias foram alcançadas, exemplo é a proteção que as mulheres obtiveram através da Lei Maria da Penha, que tem como mecanismos principais “coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher”. Essa lei veio para somar ponto a favor da proteção da mulher e da família e assegurar que o lar venha ser um lugar livre de qualquer violência. Outro auxiliador a proteção dos direitos da mulher é a central de atendimento á mulher, é um serviço do governo federal que orienta as mulheres vítimas através do número de utilidade pública 180, as ligações são gratuitas e funcionar 24 horas por dia.

A mulher atual é diferente da mulher em tempos passado, hoje a mulher tem voz ativa, governa sua vida, algo que não era aceito. Hoje a mulher tem conquistado o seu espaço na sociedade e no mercado de Trabalho. Nota-se que a história da mulher no mercado de trabalho vem de longa data primeiros passos definitivos no mercado de trabalho estão muito vinculados à revolução industrial, quando a massa trabalhadora vivia em constante luta pela sobrevivência e o custo de vida fica cada vez mais alto, com a urbanização e com a divisão de trabalho onde abre, mas espaço de trabalho, e a mulher se adaptam com mais facilidade. Assim a mulher muda sua posição na vida familiar, ela deixa de ser apenas administradora para ser auxiliadora, como relata Heibborn (1995, p. 21):

É no capitalismo que se dá pela primeira vez a emergência de uma contestação á assimetria sexual fruto da ambiguidade que a condição feminina passou a sofrer. De um lado as mulheres eram indivíduos vendedores de sua força de trabalho e nesse sentido iguais ao membro do outro sexo, por outro lado permaneciam presas á desigualdade de gênero sediada na reprodução.

Já no Brasil a mulher no mercado de trabalho teve mais abrangência após a década de 1940, quando cresceu a incorporação da força do trabalho feminino no mercado de trabalho, porém foi na década de 70 que as mulheres passaram a ingressar de forma mais acentuada, foi quando surgiram os sindicatos e os movimentos sociais no Brasil e na década





de 80 surgiu à comissão nacional da mulher trabalhadora na CUT, e com a Constituição de 1988 a mulher conquistou a igualdade jurídica.

### **A Análise Sobre a Formação das Famílias Brasileira.**

Segundo Prada (1991, p.01), a palavra família no sentido popular e nos dicionários significa "pessoas aparentadas que vivem geral na mesma casa ou ainda pessoas do mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitido por adoção". Outro conceito é que família é a unidade básica da sociedade formada por indivíduos com ancestrais em comum ou ligada por laços afetivos.

Monong (2002, p.13), apresenta família como sendo "pessoas que vivem no mesmo ambiente, com obrigações e direitos, é o espaço para garantir a sobrevivência e a proteção dos filhos e seus membros". Independentemente do arranjo familiar, a família além de proporcionar a parte afetiva, material para o bem estar de seus componentes, tem o papel decisivo na educação informal. Seja qual for o arranjo familiar, ela desempenha várias funções na sociedade podemos citar as seguintes: função sexual, reprodutiva, perpetuação da espécie e função econômica, além das funções há também as formas que são;

Família nuclear, aquela formada por pai, mãe e filhos. Família consanguínea, aquela que reúne além do casal e os filhos outros parentes. Família homossexual, aquelas onde duas pessoas do mesmo sexo como parceiro. Família monoparentais, aquela formada apenas pelo pai e os filhos ou pela mãe e os filhos. Sendo, neste caso a maioria as mulheres que chefiam suas famílias.

183

### **Quem São as Famílias Chefiadas por Mulheres no Brasil.**

No contexto geral são famílias que tem apenas a mulher como educadora e provedora do lar e, como afirma Monoug (2002, p.157), esse fato se teve por alguns fatores como "o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho e a transformação de valores tradicionais".

Entretanto há outros fatores que contribuíram para o aumento dessas famílias com a sanção da Lei nº 11.441 de 2007 que dispõe sobre o divórcio. Nota-se que os lares formados apenas pela mulher sem o conjugue e com os filhos são os que apresentam maior crescimento no Brasil. Dados levantados pelo (Pnad) em 2015 consta que os lares onde a mulher é a responsável familiar chegam a 40% dos lares brasileiros.





Esses lares são os mais empobrecidos não está associado à questão de serem mulheres sem companheiro, mas sim uma questão social de separação de sexo e raça, outro aspecto e que esses lares em sua maioria são chefiados por mulheres negras ou pardas sendo em sua maioria de classe baixa ou media baixo.

### **O que é o Programa Bolsa Família**

Segundo dados do sete [bolsafamilia.com](http://bolsafamilia.com), o programa bolsa família tem como objetivos a transferência renda e diminuição das vulnerabilidades social. Têm direito ao programa famílias que vivem na pobreza ou extrema pobreza.

Esse Programa foi estabelecido pela lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, criada pela coordenação de estudo legislativo, decretada pelo congresso nacional e sancionada pelo então presidente da republica Luiz Inácio Lula da Silva

A Lei acima citada cria o programa bolsa família, que altera a lei 10.689, de 13 de junho de 2004, que regulamentava o programa bolsa alimentação que era vinculada a saúde, hoje o programa bolsa família estar vinculado ao MDS Ministério do Desenvolvimento Social.

O programa bolsa família estipula requisitos para ser vinculado ao programa, como vacinação das crianças; adolescente e gestante estarem em dia, frequência escolar com no mínimo 70% por semestre e as gestante tem realizar o pré-natal regulamente.

Para compreender melhor o programa temos que conhecer como foi criado, de modo geral pode-se dizer que ele foi instituído durante o governo lula no ano de 2003, oficializado após a criação da Lei de execução, na realidade o programa bolsa família foi à junção dos programas, bolsa alimentação, bolsa escola e auxílio gás, todos criados no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo dados do MDS em julho de 2017 o programa contava com 12,7 milhões de beneficiário.

### **Resultados e Discussão**

Constatou através de um questionário aplicado com perguntas sobre a vida econômica, social e familiar das famílias, que no ano de 2010 no bairro Araguaia em Colinas do Tocantins, foram analisados através de uma pesquisa, onde teve os seguintes resultados.

No ano de 2010 foram pesquisado sete mulheres chefe de família, onde responderam um questionário com perguntas de múltipla escolha, onde teve as seguintes respostas, sobre a





faixa etária, uma tinha idade entre 20 e 30 anos, cinco entre 30 e 40 anos e uma com idade entre 40 e 50 anos. Quanto ao estado civil, quatro são solteira, duas separadas e uma viúva, relacionado à quantidade de filhos, quatro tem dois filhos, um tem um filho e duas com quatro filhos, na questão de etnia, três se declararam pardas, três negras e uma branca.

Quanto às questões socioeconômicas tivemos os seguintes resultados, seis tem residência própria e uma vive em casa cedida por familiares, sobre a questão salarial, cinco ganham aproximadamente um salário mínimo, visto que trabalham em emprego informal, uma ganha dois salário mínimo e uma ganha três salário mínimo, quando questionadas sobre ajuda financeira dos genitores de seus filhos todas responderam que não recebe nenhuma ajuda dos mesmos, na data somente uma recebia benefício social, sobre escolaridade duas tem o ensino fundamental, três o ensino médio e duas ensino superior.

Nos dias nove, dez e onze de outubro foi realizada uma nova pesquisa com o objetivo de analisar as mudanças ocorridas nas famílias que na atualidade são beneficiárias do programa bolsa família do governo federal, vale ressaltar que a primeira pesquisa foi realizada no mês de abril de 2010 nos dias 13,14 e 15.

Com a nova pesquisa tivemos o seguinte resultado das sete mulheres, hoje cinco são beneficiárias do programa bolsa família, através desse resultado foi realizado um novo questionário aplicado a essas cinco famílias que são beneficiárias no momento.

Foi perguntado se o dinheiro do programa ajudou a melhorar a qualidade de vida, das cinco três respondeu que sim e duas que não, as que responderam que não teve o seguinte argumento, que o valor do recurso é muito pouco, que deveria ser de um valor maior.

Segunda pergunta foi com que é gasto o dinheiro repassado pelo programa, uma disse que compra alimento, duas responderam que gastam em material escolar e roupa para os filhos e uma relatou que paga conta de água e luz, vale frisar que os gastos do dinheiro do programa não estar especificados na lei de criação, Sobre as mudanças que o programa trouxe as famílias, todas responderam, que o programa ajudou muito a melhorar a qualidade de vida de toda a família.

Sobre o que elas vêm sobre o programa todas responderam de forma positiva, verbalizaram que o programa é muito bom, que é importante, pois melhorou as questões relacionadas à alimentação, poder de compra, na educação dos filhos e até na saúde.

## Conclusão







Conclui-se que as famílias chefiadas por mulheres em sua maioria apresentam questões sociais, que envolver principalmente a educação, moradia e questões relacionadas a uma renda per capita baixa, que gera uma desigualdade social decorrente desses lares estarem entre os, mas empobrecidos do país.

Por esse motivo dos investimentos do estado em políticas sociais onde essas famílias são grupo prioritário exemplo é que o responsável familiar do programa bolsa família sempre está à mulher como primeira opção, visto que nas maiorias dos lares monoparentais tem a formação feminina.

O estado tem olhado cada dia mais para essas famílias, visto que elas vêm aumentando, e com esse aumento também cresce as questões sociais provenientes desse processo, nota-se que o bolsa família veio não só com objetivo de transferência de renda mais para solucionar outras questões sociais que em outra época era muito visto principalmente com crianças e adolescente de família chefiadas por mulher onde os filhos deixava muito cedo a sala de aula para ajuda a mãe a garante o sustento do lar hoje a permanência desses jovem é um dos requisito do programa que vejo como algo positivo para a educação em nosso país.

Portanto, segundo os resultados da pesquisa aplicada com as cinco famílias, pode-se nota que o programa Bolsa Família, tem melhorado a qualidade de vida daquelas famílias, as quais foram beneficiadas pelo programa, os avanços podem ser observados, na melhora da educação dos filhos, se dedicaram mais as estudos, antes a mãe tinha uma jornada de trabalho mais extensa, hoje com o auxilio do programa pode se dedicar mais ao cuidado dos filhos, outro ponto positivo é que tiveram mais responsabilidade com a saúde preventiva de toda a família, também passaram a temas pode de consumo.

186

### Referências

BASTED, Leila Linhares. **Mulher de Desenvolvimento**.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Textoconstitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, com as alterações pela Emendas constitucionais nº 1/92 a 46/2005 e pelas Emendas constitucionalizais de revisão nº 1 a 64/94. Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília,2005.

BRASIL. **Estatuto DA Criança e do Adolescente** – Lei nº 8.069, de 3 de julho de 1990. Brasília: Senado, 2007.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Edição Antares, 1984.

COSTA, Regina. Serviço Social e Sociedade. 96. Ed. In: Carvalho, Rosana Martineli Freitas. **Programa de Combate á Pobreza: “O poder das mulheres ás avessas”**. São Paulo: Cortez, 2008.

KALAUSLIAN, Silvio Monoug. **Família brasileira a base de tudo**. Brasília: Unicef, Editora Cortez, 2002.





PRADA, Danda. O que é família. 10 .ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandra. **Vozes do Bolsa Família, autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2013.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Ser social.8. ed.In: ZICARE, Eleonora Costa de Brito. **Direitos menores; mulheres, crianças e jovens**. Editora Programa de pós- graduação em plíticas social universidade de Brasília (1º semestre) 1995.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho. Ser Social nº12. In: CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamoso. **Política de assistência social e a posição da família na política a social brasileira**. Editora de programa de pós- graduação em política social. Universidade de Brasília. Departamento de serviço social. Brasília, 2003.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social e Sociedade. Revista Quadrimestral de Serviço Social. In: LEGAULT, Gisele. **Intervenção feminista e serviço social**. Ano XII, Nº 37, dezembro. São Paulo: Editora, Cortez, 1991.

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) (Instituto de Pesquisa Econômica Aplica)

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) (Ministério do Desenvolvimento Social)

## EDUCAÇÃO, O CAMINHO PARA COMBATER À POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL

**Beth Jane Rodrigues Castro**

187

**Ana Cristina Serafim da Silva**

**Resumo:** O objetivo do estudo é fazer uma breve reflexão sobre a importância da educação no combate à pobreza e a desigualdade social. O artigo em questão foi desenvolvido com base em pesquisas bibliográficas retirados de livros, artigos e revistas científicas e da internet. Os resultados mostraram que as diferenças educacionais entre os indivíduos geram desigualdade no mercado de trabalho, que gera desigualdade na renda, que resulta na persistência da pobreza. Conclui-se a educação é vista como uma ferramenta importante no combate à pobreza e a desigualdade social, mas para isso acontecer, é necessário haver mudanças no sistema educacional que assegurem a educação de qualidade para todos os indivíduos de forma igualitária. Na verdade, a pobreza e a desigualdade social estão associadas a múltiplas causas, porém, estão fortemente correlacionadas ao baixo nível de escolaridade. Assim, para combater a pobreza e reduzir a desigualdade social é necessário passar pela democratização do ensino, proporcionado a todos os alunos, incluindo os alunos mais pobres e vulneráveis uma educação igualitária e de qualidade.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Desigualdade Social.

### Introdução

A falta de acesso a ensino de boa qualidade, saúde, energia elétrica, água potável e outros serviços fundamentais ainda é uma realidade para milhões de pessoas em todo o mundo, seja por fatores socioeconômicos, de gênero, etnia ou geografia. Nesse contexto, a desigualdade, a exclusão social e a existência de um sistema político corrupto são consideradas os fatores principais associados a pobreza, proporcionando como consequência mais pobreza,





miséria, desemprego, discriminação social, baixa expectativa de vida, entre outras (RAMOS, 2016).

Na verdade, a pobreza e a desigualdade social são problemas sociais que afetam a maioria dos países do mundo na atualidade, principalmente países subdesenvolvidos e não desenvolvidos, como o Brasil, onde não há um equilíbrio no padrão de vida dos seus habitantes, seja no âmbito econômico, escolar, profissional, entre outros. Assim, a discussão a respeito da pobreza e da desigualdade social persistente no país tem sido objeto de inúmeros estudos, especialmente nas áreas da educação, economia e assistência social (GARRAFA; SETUBAL, 2015).

De acordo com Oliveira (2016), a educação, no sentido técnico é entendida como todo o processo contínuo de formação e ensino aprendizagem que faz parte do currículo dos estabelecimentos. A Educação divide-se em dois níveis, a educação básica (compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio) e o ensino superior.

Ramos (2016), lembra que a pobreza é um termo que pode estar associada a diferentes aspectos da vida dos indivíduos, tais como: a carência de bens e serviços essenciais para a vida (alimentação, vestuário, cuidados com a saúde, alojamento), a carência social (a incapacidade dos indivíduos de participarem de modo igualitário na sociedade, associando assim essa situação ao conceito de exclusão social), entre outras. Ramos (2016) ainda diz que são vários os motivos que podem levar ao crescimento e agravamento da pobreza em determinadas regiões. Sendo assim, os principais fatores: Econômicos; Socioculturais; Históricos; Naturais; Político-legais.

As diferenças educacionais entre os indivíduos, proporciona baixo nível de escolaridade para os educandos pobres, gerando uma desigualdade no mercado de trabalho e consequentemente na renda, resultando na persistência da pobreza (BRITO et al., 2016).

É preciso entender, que a pobreza não é uma condição exclusiva de uma região ou outra, como se costuma pensar. Praticamente todas as cidades do país (principalmente as periferias dos grandes centros metropolitanos) contam com pessoas abaixo da linha da pobreza, ou seja, vivendo em condição de “extrema pobreza”, com uma renda familiar mensal abaixo dos R\$70,00 por pessoa (PENA, 2016).

Vale ressaltar que a pobreza extrema é vista como uma ameaça para a vida, pois significa não ter suficiente alimento, água e combustível para se aquecer ou cozinhar, bem como moradia adequada, cuidados com a saúde e educação (RAMOS, 2016).





Saraiva (2014) salienta que a desigualdade social surgiu com o capitalismo, com a falta de uma educação de qualidade, de melhores oportunidades no mercado de trabalho, e também da dificuldade de acesso aos bens culturais e históricos pela maior parte da população. Nesse contexto, percebe-se que a desigualdade social decorre: da má distribuição de renda; da má distribuição de recursos; da lógica do mercado capitalista (consumo, mais-valia); da falta de investimento nas áreas sociais, culturais, saúde e educação; da falta de oportunidades de trabalho e da corrupção.

Para Camargo (2015), a desigualdade social é uma porta para outros tipos de desigualdades, como tais como: a desigualdade de gênero (desigualdade entre os sexos - homens e mulheres), desigualdade racial (desigualdade entre as raças: negro, branco, amarelo, pardo), desigualdade regional (desigualdade entre regiões, cidades e estados), entre outras.

Conforme Alencar (2016) afirma que, como consequência da desigualdade social, surgem vários problemas sociais que afetam a sociedade, tais como: Favelas (favelização); Fome e miséria; Mortalidade infantil; Desemprego; Aumento da criminalidade; Surgimento de diferentes classes sociais; Atraso no desenvolvimento da economia no país; Dificuldade de acesso aos serviços básicos, como saúde, transporte público e saneamento básico (ALENCAR, 2016). Sendo assim, objetivo do estudo em questão é de fazer uma breve reflexão sobre a importância da educação no combate à pobreza e a desigualdade social.

189

### **Procedimentos Metodológicos**

Este estudo foi realizado através de revisão bibliográfica com o principal objetivo de buscar refletir sobre a importância da educação no combate à pobreza e a desigualdade social. Para a elaboração desta revisão foram realizadas pesquisas bibliográficas retiradas de livros, artigos e revistas científicas, no período compreendido entre 2012 e 2017, a fim de se verificar artigos disponíveis a sobre abordagem da temática em questão.

### **Resultados e Discussão**

De acordo com Garrafa e Setubal (2015), a educação é o melhor instrumento para combater a pobreza e a desigualdade social. Mas para que isso aconteça, é necessário investimento público na estrutura física da escola, assim como investimento nos recursos didáticos e principalmente investimento na capacitação dos educadores para que eles saibam trabalhar com essa problemática social na sala de aula, adequando assim, os conteúdos e a prática didática de acordo com a vivência do educando pobre. É necessário também desenvolver







iniciativas que promovam a abertura da escola à comunidade, assim, a escola conhecerá melhor as necessidades, os problemas e as potências do universo com que trabalha.

Nesse sentido, Cruz (2016) salienta que a educação é considerada um dos fatores de maior potencial para corrigir e combater a pobreza e conseqüentemente a desigualdade social, mas para isso, é preciso proporcionar uma educação de qualidade a todos os educandos, desde a infância, com base na realidade social e cultural do educando e de forma mais equânime.

A educação é uma ferramenta importantíssima para combater a pobreza e a da desigualdade social, pois investir no sujeito, desde a infância, por meio da educação de qualidade é uma forma de aumentar os seus bens, reduzir as desigualdades sociais e combater a própria pobreza. Assim, o acesso dos indivíduos a uma educação de qualidade está diretamente relacionado ao aumento da sua capacidade de gerar renda (SOARES, 2015).

Vespúcio (2016) explica que para combater a pobreza e a desigualdade social é preciso fazer uma relação entre os gastos com a educação e os resultados efetivamente alcançados, fazendo análise do desenvolvimento ocorrido através de métricas precisas. Para avaliar essas dimensões, é preciso avaliar diversas questões da educação, tais como: taxa de repetição; de evasão escolar; alfabetização funcional; taxas de matrículas; motivação dos alunos e dos professores; investimentos realizados em capital físico e em profissionais da educação; melhorias de conteúdos e de métodos de ensino; refletir, planejar e adequar o currículo escolar de acordo com a vivência social e cultural dos alunos, permitindo a equidade entre os educandos; entre outras.

Conforme Dantas (2016) que o currículo da educação infantil, quando bem planejado é considerado importantíssimo no combate à pobreza e a desigualdade social, mas para isso, é preciso melhorias de conteúdos e de métodos de ensino, levando em consideração a realidade social e cultural do aluno pobre, buscando assim, trabalhar o tema da pobreza e da desigualdade social na sala de aula de forma alternativa, sem esquecer de respeitar a vivência de cada criança. Dessa forma, é preciso refletir sobre a prática pedagógica do educador, transformando assim, o modo tradicional de ensinar e de avaliar nas salas de aula.

É necessário integrar nos currículos de educação de base os conteúdos e as abordagens pedagógicas temas transversais relacionados aos direitos humanos, cidadania, saúde e segurança no trabalho, igualdade de oportunidades no trabalho, combate à discriminação, combate à pobreza, combate à desigualdade, combate ao trabalho escravo e degradante, meio ambiente, entre outros (DANTAS, 2016).





A pobreza e a desigualdade social estão associadas a várias causas, porém, estão ligadas fortemente ao baixo nível de escolaridade. Para combater à pobreza e a desigualdade social é preciso haver mudanças estruturais no sistema educacional, buscando garantir acesso à educação de qualidade para todas as pessoas de igual modo (BRITO et al., 2016).

### Considerações Finais

A pobreza é vista como a privação das condições necessárias para se ter uma vida digna, gerando assim desigualdade social, que está associada a má distribuição de renda e a falta de investimento na área social, educacional, entre outras. A educação de qualidade é o melhor instrumento para combater a pobreza e a desigualdade social. Mas para que isso aconteça, é necessário investimento na estrutura física da escola, nos recursos didáticos e na capacitação dos educadores para que eles saibam trabalhar com essa problemática social na sala de aula, adequando assim, os conteúdos e a prática didática de acordo com a vivência do educando pobre.

A pobreza e a desigualdade social estão associadas a múltiplas causas, porém, estão fortemente correlacionadas ao baixo nível de escolaridade. A educação é importante no combate à pobreza e a desigualdade social, pois a redução da pobreza está associada a mudanças estruturais no sistema educacional que garantem acesso à educação de qualidade para todas as pessoas. As diferenças educacionais entre os indivíduos geram uma desigualdade no ensino, no mercado de trabalho e conseqüentemente na renda, que resulta na persistência da pobreza. Dessa forma, percebe-se que para combater a pobreza e a desigualdade social é necessário passar pela democratização do ensino, proporcionado a todos os alunos, incluindo os alunos mais pobres e vulneráveis uma educação de qualidade.

191

### Referências

ALENCAR, Jonas. **Significado de Desigualdade Social**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/desigualdade-social/>>, acesso em: 13 de novembro de 2017.

BRITO, Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira de; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **ESCOLA, POBREZA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE A EDUCABILIDADE**. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930\\_10055.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930_10055.pdf)>, acesso em: 13 de novembro de 2017.

CAMARGO, Orson. **Desigualdade social**. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>>. Acesso em 13 de novembro de 2017>, acesso em: 13 de novembro de 2017.

CRUZ, Priscilla. **O berço da desigualdade educacional**. Disponível em:





<<https://educacao.uol.com.br/colunas/priscila-cruz/2017/11/08/o-berco-da-desigualdade-educacional.htm?cmpid=copiaecola>>, acesso em 13 de novembro de 2017.

DANTAS, Ana Sueli Melo. **Crianças em Creche: um espaço onde o cuidar e o educar caminham juntos.** Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/politicas-publicas/criancas-em-creche-um-espaco-onde-o-cuidar-e-o-educar-caminham-juntos>>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

GARRAFA, Thais; SETUBAL, Maria Alice. **Educação de qualidade e superação da pobreza.** Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/noticia.php?it=11202>>, acesso em 13 de novembro de 2017.

OLIVEIRA, Daniel Barbosa de. **Conceito de Educação.** Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAATl8AJ/conceito-educacao>>, acesso em: 13 de novembro de 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. **A Pobreza no Brasil.** Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-pobreza-no-brasil.htm>>, acesso em: 13 de novembro de 2017.

RAMOS, Delano. **Conceito de Pobreza.** Disponível em: <<http://queconceito.com.br/pobreza>>, acesso em: 13 de novembro de 2017.

SARAIVA, Walesson. **Desigualdade Social.** Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/desigualdade-social/>>, acesso em: 14 de novembro de 2017.

SOARES, João. **Pobreza, Educação e Desigualdade.** Disponível em: <[http://www.maletafutura.org.br/docs/caderno\\_artigos\\_digital.pdf](http://www.maletafutura.org.br/docs/caderno_artigos_digital.pdf)>, acesso em: 13 de novembro de 2017.

192

VESPÚCIO, Euler. **Educação diminui a pobreza.** Disponível em: <<https://www.ultimasnoticias.inf.br/noticia/educacao-diminui-a-pobreza/>>, acesso em: 14 de novembro de 2017





## A INSERÇÃO DAS MULHERES EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO

**Bruna Borges Leite Alencar**

**Resumo:** O presente estudo trata de um pesquisa sobre a inserção das mulheres em processo de envelhecimento e em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho em Araguaína –TO. A pesquisa foi realizada junto ao SINE (Sistema Nacional de Emprego) de Araguaína, buscando tirar essas mulheres em estado de vulnerabilidade social e recolocar no mercado de trabalho através de ações desenvolvidas junto ao SINE, entre eles o Projeto Jeito de Mulher. Buscou se identificar de que forma a educação, a pobreza e a desigualdade social podem influenciar a vida dessas mulheres. Foram utilizados dados do sistema do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), dados qualitativos e bibliográficos.

**Palavras-chave:** Mulheres. Envelhecimento. Vulnerabilidade Social.

### Introdução

Os novos desafios impostos aos trabalhadores exigem uma performance um tanto quanto exigente demais, visto que os empregadores impõem horários que ultrapassam a carga horária normal de pelo menos oito horas diárias, sendo que alguns exigem que os mesmos estejam disponíveis até mesmo nos finais de semana, causando um descontentamento pessoal, pois de certa forma a família fica sempre de lado.

O Brasil é considerado um país capitalista e, conseqüentemente, convive com uma sociedade desigual. O capitalismo gera formas de exploração no mundo do trabalho, desgastando os trabalhadores de um modo geral, ao mesmo tempo em que estes desempenham um papel fundamental na conjuntura mercantilista. Atualmente, o mercado exige trabalhadores qualificados com o objetivo de atenderem às necessidades das empresas. As máquinas, ou seja, a informatização, trazem consigo uma grande quantidade de demissões, visto que a maioria dos trabalhadores não têm qualificação adequada para lidar com as tecnologias.

Vivenciamos, pois a era da globalização, quando as pessoas sofrem com as transformações tecnológicas que crescem de forma desenfreada, evidenciando uma sociedade que domina a vida individual em contraste com a vida social. Por outro lado, cabe destacar que a sociedade precisa de ser reconstruída com interesses voltados para a população, respeitando os direitos humanos, as mulheres e os movimentos sociais. A pobreza em si leva os cidadãos a sofrerem com a discriminação, pois essa classe não consegue seguir um ritmo de estudo, por exemplo, para que possa buscar oportunidades de viver uma vida digna, com seus direitos respeitados e delimitação clara de seus deveres.







Nessa perspectiva desenvolvemos esse artigo, que tem como objetivo investigar a inserção das mulheres em processo de envelhecimento e vulnerabilidade social no mercado de trabalho do município de Araguaína. A pesquisa foi realizada junto ao SINE em Araguaína TO. O intuito foi buscar colaborar para possíveis mudanças na realidade feminina em situação de risco.

Não obstante, o percentual das mulheres exploradas nas periferias das cidades brasileira, dentre essas, Araguaína, TO, é muito alto, atuando diretamente na falta de oportunidade para melhoria de vida sua e de seus familiares. Ademais, as mulheres também sofrem muito com a discriminação, quer pelo fato de terem filhos muito cedo, pois muitas vezes, no início da adolescência engravidam e, conseqüentemente, geram filhos, o que vem impossibilitar uma continuação nos estudos ou sua inserção no mercado de trabalho. Sem contar que na maioria das vezes seus companheiros não assumem essa responsabilidade, deixando a mulher sobrecarregada e sem oportunidade de se auto construir.

Segundo Oliveira (2006), em um contexto de crescente instabilidade das relações de emprego, ao trabalhador coloca-se, cada vez mais, a exigência de uma qualificação mais ampla, mais versátil e mais continuada, de modo a garantir melhores oportunidades de inserção em um mercado de trabalho mais exigente, mais restrito e submetido a uma dinâmica de mutações cada vez mais acelerada.

Nesse sentido, a administração pública é ineficaz, contrastando com um realidade em que o Brasil é um país com uma das mais expressivas arrecadações de impostos em todo o mundo, mas com um salário mínimo injusto que não dá para pagar as despesas mínimas de sobrevivência de uma família.

Portanto, uma provável solução seria mais investimento em políticas públicas, buscando a auto construção da comunidade, em especial programas voltados para mulheres de forma que as mesmas conseguissem qualificação profissional e, conseqüentemente, a inserção no mercado de trabalho.

### **Procedimentos Metodológico**

A pesquisa se apresenta como qualitativa, mediante os procedimentos da pesquisa bibliográfica e pesquisa ação. Segundo Almeida, Albuquerque e Aoki (2012), as pesquisas do tipo qualitativa e bibliográfica são utilizadas em procedimentos das pesquisas sociais, contribuindo para uma possível interdisciplinaridade, conforme Fazenda (2008), aspecto de muita relevância, quando se trata de estudos sobre vulnerabilidade social.





Já a pesquisa ação, é um procedimento metodológico muito utilizado em projetos de pesquisa educacional. Segundo Thiollent (2002), esse tipo de pesquisa se apresenta como uma orientação e direcionamento junto aos pesquisadores que estariam em condução de produzir informações e conhecimentos de forma mais efetiva, promovendo transformações da situação pesquisada.

Nesse sentido, discorreremos ao longo do artigo sobre o mercado de trabalho, e como esse passou a cobrar cada vez mais qualificação dos trabalhadores. Porém, as famílias de baixa renda não possuem tais qualificações, perdendo, assim, as oportunidades de trabalho.

### **Resultados e Discussão**

Na discussão, procurou se explicar os motivos que levaram aos resultados observados e suas implicações, como também a maneira como eles contribuem para melhorar a acessibilidade do público em questão no mercado de trabalho.

Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que as mulheres em processo de envelhecimento tenham um espaço garantido na sociedade, e que as empresas tenham um olhar para esse público sem preconceito, priorizando principalmente a mão de obra qualificada e não somente escolher um trabalhador por idade ou sexo.

A atuação no mercado de trabalho para mulheres em processo de envelhecimento ainda é um desafio a ser superado, pois diante das experiências adquiridas ao longo dos meus 3 anos de trabalho no Sine, posso destacar que as empresas ainda tem grande resistência em contratações para esse público.

### **Considerações Finais**

A real situação da pobreza no Brasil requer um olhar cuidadoso diante da população mais carente. Essa nova geração de mulheres em processo de envelhecimento nos chama a atenção, tendo em vista que são mulheres fragilizadas, diante das dificuldades que enfrentam no decorrer da vida, mas com força para lutar cada vez mais por seus direitos, direitos esses que requer uma atenção especial, pois já foram tirados no passado e que hoje vem da oportunidade para uma possível melhoria de vida.

O projeto jeito de Mulher traz consigo o empoderamento dessas mulheres, que enfrentaram suas dificuldades e conseguiram concluir o curso, em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho.





Os empresários de Araguaína ainda precisam de muita reflexão sobre a inserção das mulheres em processo de envelhecimento no mercado de trabalho. É necessário que compreendam que a busca pela mão de obra qualificada não depende da idade ou sexo, e sim da vontade e comprometimento que essa mulher pode lhe oferecer. Infelizmente, essa ainda é uma barreira a ser enfrentada a longo prazo, pois a cultura Araguainense bloqueia a oportunidade desse público.

A esse respeito percebe-se que ainda a muito a ser compreendido sobre esse tema, essas mulheres enfrentam grandes dificuldades diante dessa sociedade preconceituosa e que aos poucos vem ganhando seu espaço na sociedade. A realização dessa pesquisa veio contribuir particularmente para minha aproximação com esse público de forma a compreender suas fragilidades, dificuldades e superações.

Por fim, cabe também repensar o papel do estado, diante da situação desse público, a fim de contemplar ações contínuas que possam encorajar cada vez mais mulheres em busca de qualificação profissional. A discussão sobre mudanças de aprofundamento sobre o tema também são necessários para possíveis quebras de barreiras e superação da discriminação do referido público. Para que possam ser reconhecidas como produtiva, capaz, experiente, e, sobretudo, digna de respeito como pessoa e cidadã.

196

### Referências

- ALMEIDA, Severina Alves de (Sissi). ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; AOKI, Ana Paula. Etnografia e Observação Participante: O Trabalho de Campo e a Pesquisa Qualitativa no Contexto Indígena Apinayé. In: Educação escolar indígena e diversidade cultural / Francisco Edviges Albuquerque, Severina Alves de Almeida, organizadores. – Goiânia: Ed. América, 2012. 369 p.
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Vol. I, RJ; Nova Fronteira, 1949. v.1.
- SILVA, Ainda Maria Monteiro. Direitos Humanos na Educação Básica: qual o significado. In: Política e fundamentos da Educação em Direitos Humanos. São Paulo: Cortez, 2010.
- TONET, Ivo. Cidadania ou Emancipação Humana. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 44, jan. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 08/11/2017
- CORRÊA, A.M.H. O assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes: evidências nas histórias de vida. 2004.
- FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 11.ed. São Paulo: Papyrus, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 3ª edição. Coleção questões da nossa época; v, 23. São Paulo: Cortez, 1997.
- OLIVEIRA, Roberto V. **Qualificar para que?** Qualificar para quem? do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje (Org). São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG, 2006.





MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**. / Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo e Carlos E. A. Coimbra Jr. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 212p. (Coleção Antropologia & Saúde)

MILLS, W. A **Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11.ed. aumentada. São Paulo: Cortez, 2002.

Secretária do Trabalho e Assistência Social do Estado do Tocantins. Projeto Jeito de Mulher (2017)

Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em: 05/11/2017

## DA RESISTÊNCIA À MARGINALIDADE: A REPRESENTAÇÃO DA POBREZA EM FABIANO, DA OBRA VIDAS SECAS, DE GRACILIANO RAMOS

Carlos Henrique de Souza

Leonardo Rodrigo Soares

**Resumo:** Quando observa-se a marginalização social, ocasionada por meio da pobreza, infere-se que há adversidades, as quais funcionam como mecanismos de opressão ao pobre, interferindo assim na sua emancipação social. Nesse sentido, perceber-se-á que *Vidas Secas* constitui-se como uma contribuição inegável de Graciliano Ramos à literatura brasileira, pois através deste romance o leitor é direcionado a um contexto permeado pela seca, no qual a desigualdade social reafirma a carência de condições necessárias à sobrevivência. É nesse ambiente de degradação que Fabiano, retirante nordestino, encontra-se inserido. E por intermédio desse personagem averiguaremos as condições de vida que ele e sua família fazem parte, uma vez que a desumanização do retirante confirma não só a sua carência existencial como também a condição de pobre e marginalizado. Assim sendo, o presente estudo visa contribuir para a constituição de uma reflexão crítica acerca da desigualdade social que permeia o nordeste brasileiro, pois a seca que afeta essa região do país colabora para a opressão social de seus habitantes. Assim, constataremos ainda a influência do ambiente sobre o personagem, porque a seca é um dos elementos que o fortifica, mas também reafirma a sua condição de pobre e, conseqüentemente, de oprimido. Para tanto, os procedimentos metodológicos encontram-se pautados na utilização da pesquisa bibliográfica em consonância com a análise literária, e o estudo está norteado pelos ideais de autores como: Mencher (1972), Smith (1972), Bosi (1988), Candido (2006), Coutinho (2008), Cerqueira (2010) e Arroyo (2010).

**Palavras-chave:** Pobre. Pobreza. Literatura. Fabiano. Opressão.

### Introdução

A condição do pobre é a de marginalizado, excluído e, na maioria das vezes, oprimido, uma vez que a pobreza não só colabora para a exclusão do sujeito como também para a propagação de desigualdades sociais. A partir deste pressuposto destacamos, portanto, que a literatura constitui-se como um mecanismo de denúncia social, principalmente porque as obras literárias configuram-se como mecanismos singulares de abordagem dos problemas sociais vigentes em determinada época, e por intermédio desse ideal não se pode ignorar os fatores presentes em uma obra literária.







Sendo assim, o objetivo deste estudo encontra-se pautado na relação entre pobreza e literatura, principalmente no que tange a construção de obras literárias permeadas por condições denunciadoras de contextos empobrecidos. Por conseguinte, direcionaremos nosso olhar a *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, obra publicada inicialmente em 1938 como narrativas isoladas, mais especificamente ao personagem Fabiano, o qual encontra-se inserido em um contexto permeado pela pobreza e também pela seca, fatores que insistem na minimização da vida.

Além disso, é diante deste ideal que visamos elaborar uma análise da condição de vida do personagem Fabiano, sob o viés da sua marginalização por intermédio da pobreza, uma vez que o pobre vaqueiro constitui-se como uma oportunidade singular em constatar os problemas presentes no nordeste brasileiro, e que permanecem até a sociedade contemporânea. Assim, a análise de uma obra literária nos possibilita observar as principais adversidades de um contexto hostil, que colabora para a inferiorização do personagem.

Para tanto, o presente estudo encontra-se fundamentado em autores como Mencher (1972), Smith (1972), Bosi (1988), Candido (2006), Coutinho (2008), Cerqueira (2010) e Arroyo (2010) entre outros. Por intermédio desses autores realizar-se-á, *a priori*, uma abordagem acerca da desigualdade social como elemento de confirmação da pobreza e do papel do pobre na sociedade, assim destacaremos a inferiorização do indivíduo por intermédio da pobreza e posteriormente será estabelecido uma relação entre pobreza e literatura, destacando como essa primeira ocorre dentro do campo literário.

Ademais, ao direcionaremos nossa atenção à análise da obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, teremos como objetivo averiguar as condições de vida do personagem Fabiano ao longo da narrativa. Diante disso, constataremos, portanto, que o vaqueiro é marginalizado e a sua inferiorização ocorre em decorrência da ação da seca sobre ele, assim o mesmo enfrenta múltiplas adversidades na luta pela própria sobrevivência em um contexto desassistido de políticas públicas, as quais deveriam existir e serem direcionadas à propagação de melhorias na condição de vida dos indivíduos que compõem a região.

A pobreza vinculada às desigualdades sociais reafirmam, respectivamente, a exclusão social do sujeito pobre e marginalizado. Sendo assim, constataremos também que a carência educacional a qual Fabiano é exposto torna-se extremamente opressora, porque o mesmo é condicionado a um ambiente que o oprime pela ausência de fatores considerados essenciais à vida, os quais serão discutidos ao longo deste trabalho.





Ademais, a insuficiência do personagem, no que se refere à efetivação da linguagem, o impede de inserir-se socialmente, pois há uma inexistência comunicativa que não possibilita Fabiano efetuar um processo comunicativo adequado no interior da narrativa. Desse modo, esse aspecto confirma a ausência de uma educação de qualidade, a qual o vaqueiro não pôde ter acesso, assim a falta dessa colabora ainda mais para a sua fragmentação social.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para a efetivação deste estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Prestes (2012, p. 30), essa metodologia “[...] pode ser compreendida como aquela que se efetiva tentando se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material informatizado”. Além desse método, usou-se também a análise literária, uma vez que por meio de tal metodologia é possível realizar uma averiguação analítica da obra, principalmente no que diz respeito à constatação dos mecanismos que propiciam a reafirmação da pobreza e marginalização de Fabiano.

### **Resultados e Discussão**

*Vidas Secas* constitui-se como uma contribuição inegável de Graciliano Ramos à literatura nacional. Além disso, é por meio dessa obra que o autor proporciona a averiguação de um contexto permeado por diferentes problemas sociais, pois a pobreza, a seca e a fome são elementos que direcionam a narrativa ao seu ápice, fazendo com que o leitor acompanhe nas linhas prosaicas do romance a averiguação de um personagem inserido em um ambiente que tem influência direta sobre ele e que ainda colabora para a sua opressão em decorrência de sua carência social.

Fabiano e sua família vivem abaixo da linha da pobreza, mesmo assim vislumbram um futuro promissor, fator este que se torna utópico com a chegada novamente da seca. Com a adversidade do ambiente, a luta do retirante é pela própria sobrevivência, pois a ausência de mecanismos necessários à vida tais como alimentação, moradia, saúde e educação constitui-se um fator de desumanização dentro da narrativa. Não obstante, verificamos ainda que diante desse processo, a edificação de Fabiano, enquanto ser humano, só pôde ser constituída por intermédio do narrador, uma vez que a fragmentação da linguagem aplicada ao personagem o impede de concretizar a comunicação necessária para inserir-se socialmente.

Ademais, a obra em si não só apresenta uma denúncia social como também colabora para que Fabiano permaneça na condição de oprimido, pois o retirante não consegue sua emancipação porque o ambiente no qual se encontra é o próprio opressor. Isso acontece





primeiramente ao observar o personagem moldado a esteira de uma carência comunicacional extrema, e em consonância a isso, a sua condição social, muitas vezes animalésca, efetiva a sua marginalização, uma vez que o insere em um contexto de pobreza que também colabora para a sua opressão. É diante deste ideal que a obra, formada por seu caráter descontínuo, propicia um olhar atento às condições de vida do retirante-vaqueiro-retirante através de narrativas isoladas que constituem, conseqüentemente, a isolamento social do personagem.

Por conseguinte, todos esses aspectos contribuem para que *Vidas Secas* se constitua como uma obra inigualável no campo literário brasileiro e também uma das maiores contribuições de Graciliano Ramos para ao campo literário, uma vez que através do olhar esperançoso de um personagem fragmentado, o narrador onisciente propicia ao leitor o contato com uma realidade de vida comum a diversos nordestinos. Sendo assim, Fabiano é a representação de um coletivo marginalizado em decorrência da desigualdade social, pois o pobre vaqueiro é vítima de um ambiente hostil permeado pelas injustiças sociais, sobretudo da pobreza, pois vive em uma situação de resistência em decorrência de sua privação social.

### Considerações Finais

Nesse ambiente permeado pela seca, a luta de Fabiano não é mais pela vida, mas pela sua própria sobrevivência. E dessa maneira Graciliano Ramos fornece, por intermédio de uma narrativa extremamente singular, visibilidade ao sertanejo nordestino, e através de então constata-se uma das principais e mais importantes funções das obras literárias, quando funcionam como mecanismos de denúncia social, pois é a partir de então que o leitor pode verificar as condições de vida em uma região castigada pela seca.

### Referências

- ARROYO, Miguel G. *Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1075-1432, 2010.
- BECHARA, Evanildo. *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.
- BOSI, Alfredo. Sobre *Vidas Secas*. In: SCHWARZ, R. (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideologia*. São Paulo, Ática, 1988.
- \_\_\_\_\_. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- BRUNACCI, M. I. *Graciliano Ramos: escritor personagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CAMPOS, Haroldo. Arte pobre, tempo de pobreza, poesia menos. In: SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.





CANDIDO, Antonio. O direito a literatura. In: \_\_\_\_\_ *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ficção e confissão: ensaio sobre Graciliano Ramos*. 3 ed. São Paulo: Ouro, 2006.

CASTRO, D. A. *Roteiro de leitura: Vidas Secas de Graciliano Ramos*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 2000.

CERQUEIRA, Monique B. *Pobres, resistência e criação: personagens no encontro da arte com a vida*. São Paulo, Cortez: 2010.

COSTA, Alfredo Bruto da *et al. Um Olhar sobre a Pobreza, vulnerabilidade e exclusão social no Portugal Contemporâneo*. Gradiva. Lisboa. 2008.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.

\_\_\_\_\_. *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

JHONSON, Randal. *A Dinâmica do Campo Literário Brasileiro*. Revista USP, São Paulo, n. 26, p. 164-181, 1995.

MENCHER, S. *The problem of measuring poverty*. In: ROUCH, J.; ROUCH, J. (Ed.). *Poverty – selected readings*. London: Penguin Books, 1972.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (Org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8 ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2008, p. 62-93.

FREIRE, Paulo. 2002. *Pedagogia do Oprimido*. Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro. 34ª Edição.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 131 ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SANTOS, Fábio J. *Linguagem, poesia e resistência em Vidas Secas*. Maceió: Educal, 2009.

SEN, A. P. *Relatively speaking*. Oxford Economic Papers, v. 35 n. 1, p.153-169, Março, 1983.

SMITH, Brian Abel; TOWNSEND, Peter. The poor and the poorest. In: ROUCH, J.; ROUCH, J. (Ed.). *Poverty – selected readings*. London: Penguin Books, 1972. p.138-150.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, Maura Padini Bicudo. *Por uma Sociologia da Exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ: 1999.

XAVIER, Ismail. *Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. *A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia*. 4 ed. São Paulo: Rêspel, 2012.







## DA MÃO QUE CUIDA, A MÃO QUE MALTRATA QUE DESTRÓI

Carmem Lucia Coronheira Silva Queiros

Rita de Cássia Coronheira Silva

**Resumo:** O trabalho apresentado tem por propósito ser desenvolvido junto as Escolas de Educação Infantil e Centro de Referência e Assistência Social, com o objetivo de Trabalhar sistematicamente a reflexão e conscientização do público alvo do projeto de forma direcionada e lúdica em virtude da peculiaridade da temática, estimular a observação, dialogo no sentido de identificar possíveis casos de abusos, provocar o compromisso dos entes envolvidos para combater a violência sexual, na realização de denúncias aos órgãos competentes. A metodologia será posta de forma sistemática, pratica e observatória, durante oficinas, palestras e reuniões no Centro de Referência e Assistência Social e nas Escolas de Educação infantil, sendo uma proposta de prevenção com base em estratégias cognitivas e comportamentais. O projeto está embasado no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA/2009), Constituição Federal (CF/88), com contribuições de SUZUKI (2012), o mesmo se encontra em andamento, sem apontamentos de resultados nem conclusões.

**Palavras-chave:** Abuso sexual. Dialogo. Prevenção. Direitos humanos.

### Introdução

O projeto: Da mão que cuida, a mão que maltrata que destrói, surge da necessidade de tratar a temática do abuso sexual com crianças menores de seis anos de idade, uma vez que, uma abordagem dessa natureza requer preparo e sensibilidade do profissional que trabalha com a criança público alvo do projeto, assim como dos pais e responsáveis legais, numa linguagem própria para abordar a questão sem estranhamento, valorização exacerbada ou mesmo banalização da mesma.

202

Tem-se no ideário do projeto o uso do lúdico como proposta pedagógica, posto que o uso de estratégias lúdicas se evidencia como essencial para o direcionamento dos trabalhos com as crianças, através de brincadeiras, jogos, dinâmicas e apresentações. Portanto pretende-se trabalhar sistematicamente a reflexão e a compreensão do público alvo do projeto de forma direcionada e lúdica em virtude da peculiaridade do tema e dos entes envolvidos para conseguirem identificar, notificar e na sequência encaminhamento aos órgãos competentes dos casos identificados.

Dessa forma pretende-se extrair de forma espontânea e sem invadir a privacidade infantil as possíveis violações dos seus direitos. Todavia o que nós propomos é facilitar essa abordagem, tanto para as crianças quanto para os profissionais e pais ou responsáveis que tem seus trabalhos voltados à educação e aos cuidados das mesmas, assegurar um direcionamento para lidar com esta violação. Lançar um olhar prospectivo do enfrentamento desse problema, apontando para uma ação preventiva como a que se pretende desenvolver com a realização do projeto.





### **Procedimentos Metodológicos**

As atividades serão desenvolvidas através de ações realizadas de forma sistemática e prática, observação participante durante oficinas, reuniões de estudo e dinâmicas nas Unidades de Ensino e no do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS. A escolha da metodologia se deu devido ao caráter prático das atividades a serem desenvolvidas e as suas especificidades. A proposta de prevenção é apresentada com base em estratégias cognitivas e comportamentais. Os contextos foco dessa proposta são as Equipes Escolares, as escolas de Educação Infantil e Creches no atendimento de crianças de 2 a 6 anos de idade, pais os responsáveis e usuários do Centro de Referência e Assistência Social, com o apoio de Profissionais palestrantes das áreas de: Psicologia e saúde; Pedagoga, Assistente Social e Coordenadora do CRAS; estagiários (as) do curso de Serviço Social. Os trabalhos serão postos à comunidade e as famílias, numa tentativa de integrar e fortalecer os esforços em direção a uma real proteção integral das crianças.

Segundo Kramer (2005, p.14 apud STEINLE, 2012), “ao brincar a criança experimenta, organiza-se, regula-se, constrói normas para si e para os outros”. Steinle (2012), a partir da maneira que a criança concebe o brincar, passa então a ser visto como uma criação e recriação do mundo e de seu entorno através e por meio da brincadeira, como uma auto interação, bem como uma relação com os fatores e sujeitos externos do meio, coloca o jogo ou a ludicidade como uma atividade nata do ser humano. Toda via se usada como recurso pedagógico pode e deve agregar valor na atividade educativa, posto que as atividades lúdicas sejam inerentes ao processo evolutivo da criança e contribuem na forma de pensar, agir, proporcionando a ela autonomia ou aptidão na resolução de problemas de naturezas diversas que poderão surgir.

Portanto é possível compreender o lúdico e o ensinar numa conotação intrínseca, posto que seja através e por meio das brincadeiras e jogos que as crianças aprendem e não de maneiras distintas ou estanques. É a partir desse pressuposto que o projeto pretende alcançar a consciência infantil acerca do tema a ser trabalhado, numa ação conjunta envolvendo pais, responsáveis, profissionais da educação infantil e as próprias crianças.

### **Resultados e Discussão**

Após estudo para construção do projeto: DA MÃO QUE CUIDA, A MÃO QUE MALTRATA QUE DESTRÓI foi realizado levantamento de material, construção de





cronograma, reunião para apresentação de Projeto, com todos os agentes envolvidos, assim pontuando a avaliação contínua, sistemática, formativa e auto avaliativa nesse processo.

A princípio não foi fácil abordar essa temática, com as famílias e profissionais da Educação, mesmo com todas as dinâmicas de trabalho através de atividades lúdicas e leituras realizadas principalmente sobre os documentos oficiais: Estatuto da Criança e Adolescente - ECA/1999 e Constituição Federal - CF/88, associados a jogos e brincadeiras o público é quase intocável, com tudo foi possível visualizar um sentimento de acolhimento da questão posta, trabalhar essa temática no interior das unidades de ensino e conscientizar os pais e responsáveis usuários do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS essa necessidade real de esclarecimento, orientação e prevenção ao abuso sexual de crianças com idade entre 2 a 6 anos em nossa sociedade.

Em conversas durante a apresentação do projeto, alguns professores relataram não se sentirem confortáveis de falar sobre o assunto e preferem fazer de conta que não acontece nada, outros dizem não ter conhecimento suficiente para lidar com essa situação, quando suspeitam estar acontecendo algo dessa natureza, acionam os órgão competente, mas tem medo da reação da família diante da denúncia. Reconhecem que precisam urgentemente de ajuda e formação para contribuir de fato no combate ao abuso sexual de crianças.

204

Para as famílias usuários do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS foi uma supressa a abordagem direta de um assunto tão complexo servindo de alerta, visto que os dados apontam que a maioria dos abusos acontece dentro de casa e os autores na maioria das vezes pessoas próximas a criança ou com vínculos afetivos. Observado como ponto crítico nas palestras o silêncio da comunidade. Para o momento esses são as observações preliminares, pois o projeto ainda não foi concluído estando em andamento. Uma vez que devido à mudança de gestão municipal, precisa-se novamente ser apresentado aos órgãos público alvo do projeto e dar seguimento agora com aparte de oficinas.

### **Considerações Finais**

Portanto compreende-se que o tema abordado é de extrema relevância para o direcionamento do trabalho e dos cuidados de quem lida diretamente com o público alvo do projeto bem como para a conscientização das próprias crianças de forma lúdica e criativa, faz-se necessário a sua realização e intervenção junto às entidades, usuários imbricados e inerentes a esse processo.





Nesse intuito é trazer a luz da reflexão e conscientização dos profissionais, pais ou responsáveis e o próprio público alvo devem ser prioritárias e sistemáticas para a garantia dos direitos das crianças previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Sendo um passo dado a uma longa jornada, que perpassa principalmente pela preparação de profissionais que trabalham com crianças com idade entre 2 anos e 6 anos de idade a quebra do silêncio.

### Referências

BRASIL, **Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – 7. ed.- Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009

GABEL, M. (1997). “**Algumas Observações Preliminares**”. Em: \_\_\_\_\_ (org.), *Crianças vítimas de abuso sexual*. (pp. 9 - 13). São Paulo: Summus.

SUZUKI, Juliana Telles Faria (et al). **Lúdicidade e Educação**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PLANO DE MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social- Miracema do Tocantins- **Centro de Referência e Assistência Social. CRAS-2009**.

Marcos legais: disponível em <http://www.viablog.org.br/marcos-legais/#sthash.zsk2bzPg.dpu>.

STAINLE, Marlizete Cristina Bonafini: A importância do jogo para aprendizagem para o desenvolvimento da criança. In SUZUKI, **Lúdicidade e Educação** p. 14. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

205

## PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES NO QUE TANGE AO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E QUALIDADE DE VIDA DO(A)S ALUNO(A)S

Cássio Fonseca Alves  
Rita de Cássia Domingues Lopes

**Resumo:** Este artigo versa sobre as concepções de educação integral no que tange as ações educacionais contidas no Programa Novo Mais Educação (PNME), analisando a dimensão e a relevância da temática qualidade de vida, motivo que impulsionou o desejo de investigar a sua eficácia, enquanto, programa social. O objetivo é relatar a influência do PNME na qualidade de vida de alunos de uma escola pública, localizado em um bairro carente e com altos índices de violência na cidade de Araguaína – Tocantins. A metodologia empregada foi à pesquisa qualitativa através de pesquisa de campo subsidiada com as técnicas de observação, questionário e entrevista direcionadas à equipe pedagógica e aos aluno(a)s, que demonstrou novas ideologias a cerca da temática qualidade de vida e programas sociais. A partir da análise dos questionários aplicados e entrevistas realizadas foi verificado que a maior parte dos estudantes e professores deslumbra a importância do Programa, considerando a sua inserção relevante ao contexto educacional enfatizando melhorias significativa tais como: elevação da autoestima dos estudantes, aprimoramento da leitura, maior compromisso com as tarefas escolares, convivência social harmoniosa, uma maior participação dos alunos nas atividades desenvolvidas pela escola e melhor frequência. Portanto, a educação de tempo integral propiciada por meio do PNME representa um instrumento de emancipação cultural, político e social, a partir do referido estudo se constatou que o programa tem por finalidade contribuir para uma constante melhoria das condições educacionais das escolas públicas.







**Palavras-chave:** Programa Novo Mais Educação. Processo de Ensino-Aprendizagem. Qualidade de vida.

## Introdução

O presente artigo discorre sobre a importância do Programa Novo Mais Educação (PNME) no que tange ao processo metodológico de ensino-aprendizagem, relacionando o processo histórico do mesmo com o presente, para tal, foi investigada o histórico dos alunos do 5º Ano “A” e “B” da Escola Municipal Zeca Barros, situada no município de Araguaína – TO. Uma das justificativas desta investigação foi determinada pela atual situação de desvalorização do sistema de ensino de tempo integral, pois são muitas as barreiras encontradas no que tange ao uso dessa modalidade de ensino em escolas públicas.

O objetivo geral foi analisar a importância do programa PNME diante do processo de ensino-aprendizagem e sua contribuição na melhoria da qualidade de vida do alunado. O que me levou a seguinte reflexão sobre a problemática de pesquisa: é possível que os alunos por meio de programas sociais sejam capazes de melhorar o seu desenvolvimento cognitivo? O processo de ensino-aprendizagem do PNME contribui para melhorar qualidade de vida dos alunos?

O Estado Democrático de Direito garantido pela Constituição Federal de 1988, pontua o uso da educação como instrumento prioritário para a construção de um processo de formação de cidadãos que necessita ser pautado em consciência crítica e valorização da dignidade humana, partindo desse pressuposto acredito que esse seja o pilar de sustentação de toda sociedade e, principalmente, no ambiente escolar.

Segundo Teixeira (1997):

A escola deve fornecer a cada indivíduo os meios para participar, plenamente, de acordo com as suas capacidades naturais, na vida social e econômica da civilização moderna, aparelhando-o, simultaneamente, para compreender e orientar-se dentro do ambiente em perpétua mudança que caracteriza esta civilização (TEIXEIRA, 1997, p. 86).

Trata-se, dessa forma, de promover a dignificação dos espaços escolares por meio da formação de aluno(a)s pensantes, que sejam crítico(a)s e reflexivo(a)s, para que os seus direitos fundamentais não sejam apenas uma suposta pretensão e não exista uma cidadania excludente, visando de fato à participação e valorização do alunado e o seu fornecimento rumo à educação de qualidade conforme considera Callai (2001, p. 134) “o mundo tem mudado rapidamente e com ele devem mudar também a escola e o ensino que nela se faz”. A interação aluno(a) e professor(a) são fundamentais na construção do saber e melhoria das





didáticas escolares, pois com a evolução de ambas as partes os desafios vão sendo minimizados.

Partindo dos dados coletados nesta pesquisa acredito que com este programa não só os educandos e a escola ganham, mas toda a comunidade escolar, pois o conjunto de atividades desenvolvidas de forma interdisciplinar tem proporcionado aos educandos a oportunidade de melhorar na aprendizagem, desenvolvendo novos conhecimentos, habilidades, experiências e técnicas.

### **Procedimentos Metodológicos**

A Escola Municipal Zeca Barros que fora nossa fonte de pesquisa, obteve no ano de 2015, nota 5,2 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e por ser considerada uma nota baixa segundo os padrões de avaliação de participação do programa social, a mesma foi habilitada a se inscrever e receber os recursos oriundos do Governo Federal. As atividades foram desenvolvidas a partir de experiências e vivências educacionais, ou seja, a prática pedagógica por meio de recursos lúdicos e prazerosos que incentivam no(a) aluno(a)s o desejo pelo aprender, a vivência relatada faz referência ao cotidiano do(a) aluno(a) observando e participando da rotina diária do programa social em questão<sup>7</sup>, as atividades por mim acompanhadas foram nas turmas do 5º ano da escola pública, com o total de 41 integrantes.

207

Posterior à observação foi feita a análise, reflexão e interpretação das vivências com os aluno(a)s no decorrer do PNME, subsidiado por entrevistas<sup>8</sup> tanto com as professoras das turmas, bem como com o(a)s aluno(a)s, e a partir daí obtivemos respostas quanto aos avanços relativos à introdução do programa social na escola. Nesse contexto, foi investigada a importância do programa social, os métodos de contribuição utilizados para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, para tanto, realizamos uma investigação sobre o surgimento do PNME e sua relevância para o ensino, buscando as contribuições apontadas pelos coordenadores do Programa Novo Mais Educação, professores, núcleo gestor e alunos, destacando a importância dos programas sociais no combate das violações dos direitos humanos. Sobre a educação integral, Guará (2006) propõe que:

Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do

<sup>7</sup> A observação direcionada para a pesquisa durou cerca de quatro meses.

<sup>8</sup> Foi realizada entrevista com dois professores e cinco alunos. Foi aplicado questionário para dois professores e cinco alunos, durante os meses de agosto e setembro de 2017.





contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. [...] A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria-prima da constituição da vida pessoal e social (GUARÁ, 2006, p. 16).

Durante a realização da pesquisa constatei a necessidade urgente da ampliação do espaço escolar para proporcionar um melhor desenvolvimento das atividades e consequentemente um aprendizado mais satisfatório, contribuindo para a realização de práticas esportiva com qualidade. Portanto, por meio da pesquisa realizada constatamos que houve melhoria na qualidade da educação e, acima de tudo a formação de cidadãos conscientes e com o embasamento necessário para o ingresso na vida profissional.

### Resultados e Discussão

Na Escola Municipal Zeca Barros, o Programa Novo Mais Educação foi instituído pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e Resolução FNDE nº 5/2016 que é uma estratégia do Ministério da Educação em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), sendo implementado na Unidade Escolar no dia 24 de abril de 2017 com apresentações dos mediadores, facilitadores, articulador/coordenador e as modalidades esportivas de tae-kwondo, futsal e dança. De acordo com a proposta do Programa tem como objetivo melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental – anos iniciais, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar.

208

O Programa começou a ser implantado na escola pesquisada em 2009 e sua nota no IDEB neste ano foi de 5,4, na avaliação que antecedeu a implantação do Programa Mais Educação (PME) a nota foi de 3,7 em 2007. Posterior à implantação do programa em 2009 a nota caiu para 5,0 no ano de 2011, já no ano de 2013 a nota de avaliação foi para 5,4 e na última avaliação em 2015 obteve a nota 5,2. Para visualizar melhor, veja o quadro 1:

**Quadro 1** – Ano e Nota no IDEB.

ANO	IDEB – NOTA
2007	3,7
2009	5,4
2011	5,0
2013	5,4
2015	5,2

Fonte: Disponível em: [ideb.inep.gov.br/resultado/](http://ideb.inep.gov.br/resultado/) Acesso em: 24 set. 2017.

Nota: Dados organizados pelo autor.





Segundo os dados apresentados é possível observar que em 2007 antes da adesão ao Programa a nota do IDEB era de 3,7 e no exame seguinte o índice da escola apresentou uma nota superior de 5,4, posterior houve uma queda de 0,4 pontos em 2011, subindo novamente em 2013 e decrescendo 0,2 pontos em 2015. Diante desses dados, analisamos que o programa ainda esteja em fase de aperfeiçoamento e apesar da oscilação nas notas é notório o aumento dos índices, se compararmos ao antes com o depois da inclusão PNME na escola, percebemos que após a adesão ao Programa os índices vêm mostrando avanços de forma gradativa. A prova é realizada, segundo critérios próprios do Ministério da Educação, que optou em realizar as avaliações de dois em dois anos.

Segundo a equipe escolar, a peculiaridade deste programa é que trouxe uma grande inovação pedagógica, pois como os alunos de um turno participavam das atividades no contra turno os mesmos passaram a ter mais contato com a escola, o que acabou gerando um laço entre aluno e escola, contribuindo para melhoria da disciplina nas aulas. Com base na pesquisa aplicada, é notório que a partir da inserção do PNME na escola em questão, várias mudanças ocorreram, dentre elas: a melhoria da disciplina por parte dos alunos, maior participação nas aulas e desenvolvimento de habilidades na escrita e leitura.

Partindo dos dados coletados nesta pesquisa acredito que com este programa não só os educandos e a escola ganham, mas toda a comunidade escolar, pois o conjunto de atividades desenvolvidas de forma interdisciplinar tem proporcionado aos educandos a oportunidade de melhorar na aprendizagem, desenvolvendo novos conhecimentos, habilidades, experiências e técnicas. Eis a importância da Educação Integral, pois:

O direito à educação de qualidade é um elemento fundamental para a ampliação e para a garantia dos demais direitos humanos e sociais, e condição para a própria democracia, e a escola pública universal materializa esse direito. Considerando-se a complexidade e a urgência das demandas sociais que dialogam com os processos escolares, o desafio que está posto, na perspectiva da atenção integral e da Educação Integral, é o da articulação dos processos escolares com outras políticas sociais, outros profissionais e equipamentos públicos, na perspectiva de garantir o sucesso escolar (BRASIL, 2009c, p. 15).

Sendo assim o PNME vem contribuindo a cada ano para tornar o espaço escolar um espaço cada vez mais democrático, pois segundo a Coordenadora da Escola Municipal Zeca Barros: “todos participam ativamente das ações propostas pelo programa, o que vem possibilitando uma interação cada vez maior e melhor entre alunos, monitores, comunidade escolar e comunidade local, isso ajuda a tornar a escola um lugar cada vez mais acolhedor e







de envolvimento social”. Segundo a professora (C), regente das turmas do 5º ano, da referida Escola:

as atividades didático-pedagógicas são articuladas com a sala de aula de acordo com o planejamento do professor regente de sala e a Proposta Pedagógica da Unidade Escolar. Neste particular a Escola fez um compromisso de alfabetizar e situar as crianças e adolescentes no letramento e nas atividades de operações matemáticas. Para tanto, houve uma mobilização da equipe pedagógica no sentido de se estabelecer uma parceria com a comunidade escolar para conscientização e cumprimento das metas em consonância com as normativas oriundas da SEMED (Entrevista realizada em 25/05/2017).

Dentro desse contexto, nós como educadores podemos trabalhar o assunto como um tema transversal, levando-o para nosso espaço os esclarecimentos dos Direitos Humanos e principalmente as questões da pobreza e desigualdades sociais. Em resposta a um dos questionários um dos alunos do 5º ano “B” de 11 anos de idade, disse que: “fazer parte do programa é muito importante, pois minha mãe não sabe nem ler e escrever e por isso ela não consegue me ensinar nas tarefas de casa já aqui eu posso aprender mais”.

### **Considerações Finais**

A conjuntura social, na qual estamos inseridos, amplia o papel e o significado da educação escolar, exigindo que a mesma amplie constantemente a interação e a dinamicidade da vida escolar, nesse contexto, a Escola vem assumindo, um papel socializador, por meio de atribuições específicas na formação dos educandos e das pessoas de sua comunidade, partindo desse ponto de vista, o PNME apresenta-se como uma proposta que visa ampliar a dignidade humana e constitui-se como uma ferramenta na construção de uma sociedade justa.

A partir do referido estudo se constatou que o Programa Novo Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria das condições educacionais das escolas públicas, buscando uma educação de qualidade por meio da ampliação do turno de aula, ou seja, a educação de tempo integral. Diante do exposto, foi constatado por meio da pesquisa em questão que os alunos por meio de programas sociais foram capazes de melhorar o seu desenvolvimento cognitivo e o processo de ensino-aprendizagem do PNME contribui para melhorar qualidade de vida dos alunos, pois representa uma proposta inovadora para grande parte das crianças entrevistadas, uma vez que muitos veem o Programa como uma oportunidade de aprendizado vinculado ao lazer.

Grandes partes dos alunos entrevistados acreditam que o programa social vem ajudando nas atividades em sala de aula e no seu processo de ensino, dessa maneira, acredito





que o PNME tem cumprido uma “missão social” através de ações que corroboram para o desenvolvimento da comunidade escolar, por meio de serviços sociais prestados através da integração escola-comunidade que reintegram o papel da educação.

### Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira**. Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil. Brasília: MEC/SECAD, 2009c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 24 set. 2017.

CALLAI, H. C. **A Geografia e a Escola: muda a geografia? Muda o ensino?** São Paulo: Terra Livre, n.16, 2001.

GUARÁ, Maria F. Rosa. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos Cenpec, Educação Integral, n.2, São Paulo: Cenpec, 2006.

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997 [1936].

## A FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFT: UM INSTIGANTE DESAFIO

Célia Maria Grandini Albiero  
Rogério Silva Leite  
Thiago Alves Silva

211

**Resumo:** O presente trabalho envolve o processo de formação docente, trazendo as memórias de formação de professores do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, objetivando a geração de profissionais docentes e supervisores acadêmicos que venham contribuir com a proposta pedagógica do curso. Traz uma reflexão acerca da LDB, das Diretrizes Curriculares e ainda sobre o Projeto de Formação Profissional. Através de relato evidencia a importância da disciplina de “*Magistério e Supervisão em Serviço Social*”, a qual possibilita momentos de experiências para a docência e supervisão acadêmica, fomentando sugestões para alterações do PPC do curso de Serviço Social da UFT.

**Palavras-chave:** Formação Docente. Serviço Social. Desafios.

### Introdução

O presente estudo traz uma abordagem sobre a formação profissional do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), focando na formação de novos profissionais docentes para ministrar as diversas disciplinas do curso de Serviço Social.

Para tanto, trazemos uma reflexão sobre a educação superior no Brasil e suas implicações junto à docência no ensino superior em Serviço Social, a qual se baseia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Mesmo com certos avanços e exigências, podemos observar o sucateamento do ensino superior brasileiro, mediante a privatização e





desarticulação da relação entre ensino, pesquisa e extensão, haja vista o modelo de Ensino à Distância (EaD) recorrente nas Instituições de Ensino Superior (IES), sendo este ineficiente para uma formação profissional de qualidade.

No entanto, para o Serviço Social, o Projeto de Formação Profissional vem a contribuir para a legitimação da profissão gerando assistentes sociais que contribuam com a construção de novas relações sociais, e sejam preparados, ainda na graduação, para atuarem na docência em Serviço Social.

Explanamos sobre a criação da UFT e do Curso de Serviço Social, instituídos no ano de 2000 e 2006, respectivamente, sendo o Curso de Serviço Social da UFT o primeiro em uma instituição pública federal do Tocantins. Tal curso, mesmo frente à crescente onda de privatização e Educação a Distância (EaD), contrapõe a lógica mercantil posta a educação superior, defendendo a priorização da qualidade do ensino com uma estrutura curricular que abrange as diversas áreas do Serviço Social, dando condições ao acadêmico de absorver uma gama de conhecimentos nos diversos campos de atuação profissional, cumprindo 3.255h, incluindo o Estágio Supervisionado (UFT, 2010).

A formação docente no curso de Serviço Social da UFT, com vistas à disciplina de Magistério e Supervisão em Serviço Social, mediante sua ementa, possibilita ao acadêmico vislumbrar a carreira docente e a formação de Assistentes Sociais supervisores de campo e acadêmico, por meio da reflexão sobre suas funções em consonância com o projeto ético-político da profissão, bem como planejá-las e exercitá-las no âmbito da competência profissional e da articulação entre exercício e formação profissional.

A referida disciplina traz, mediante avaliação dos acadêmicos do curso, um estudo do PPC de Serviço Social diante das expectativas e necessidades dos mesmos, vivenciadas durante o curso de Serviço Social do Campus de Miracema, da UFT, objetivando contribuir com os estudos do Núcleo Docente Estruturante (NDE), com propostas para reformulação do PPC do curso de Serviço Social de 2010 e ainda com uma aproximação do exercício da docência e das questões pedagógicas.

### **Procedimentos Metodológicos**

Este estudo versa sobre um relato de experiência que envolve uma pesquisa bibliográfica e documental acerca de livros e artigos impressos e via internet, bem como documentos que envolveram a disciplina de Magistério e Supervisão em Serviço Social, trazendo aspectos sobre a educação superior no Brasil e as implicações junto à docência no





ensino superior em Serviço Social, bem como diante do processo de formação profissional do Serviço Social na UFT diante da docência.

### Resultados e Discussão

A formação docente no curso de Serviço Social da UFT traz algumas reflexões sobre a experiência junto à disciplina de Magistério e Supervisão em Serviço Social, pois o Serviço Social no Brasil durante sua existência, segundo Brasil (1993b), experimentou um grande processo de renovação, se desenvolvendo teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos de 1990, apresentou-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente. As grandes conquistas da profissão envolvem o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 que pautam os dois grandes projetos que temos e que foi construído coletivamente pela categoria (CFESS-CRESS, ABEPSS, ENESSO) ao longo destes anos, é um avanço, mas temos como grande desafio materializá-los em nossas ações cotidianas: O projeto profissional e o de formação profissional. Assim, não podemos nos esquecer dos 11 Princípios fundamentais do Código de Ética (1993) que sustentam a construção do Projeto Ético-Político Profissional, que paramenta a formação profissional, envolvendo a liberdade, a autonomia, a emancipação e a expansão dos indivíduos sociais, além da defesa dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos.

213

Segundo Boschetti (2015) temos traços que indicam o avanço ou a reatualização do conservadorismo no campo da formação profissional do Serviço Social, como pressuposto de que nunca esteve ausente da profissão, mas que se alimenta por determinações societárias que fortalecem seu avanço. Então temos que trabalhar a indignação para o estímulo de formas coletivas e individuais de resistência ao conservadorismo e investir na formação profissional para dar continuidade à hegemonia posta ao projeto de profissão.

A formação e o exercício profissional devem estar permanentemente oxigenados pela ética, nos trazendo a indignação, a recusa ao naturalismo e nos movendo para o otimismo e ter a convicção de que a história é construída por nós, sujeitos de direitos, alimentados pelo conhecimento teórico da realidade e uma análise crítica constante (BOSCHETTI, 2015).

A política de ensino superior brasileiro tem se confrontado nas últimas décadas com várias reformas, as quais “[...] foram consubstanciadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9394, de 20/12/1996, trazendo no bojo de sua regulamentação uma radical alteração na educação brasileira” (ALBIERO, 2006, p. 60).







Dessa forma, inferimos que a própria LDB, ressalta a necessidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão na educação superior. No entanto, observamos entre outros aspectos, a obrigatoriedade do Poder Público de desenvolver programas de Educação a Distância (EaD), nos diversos níveis de ensino devido a necessidade do mercado em obter profissionais graduados em diversas profissões o mais depressa possível.

Deste modo, podemos observar o sucateamento do ensino superior brasileiro, mediante a lógica privatista e de desarticulação da relação entre ensino, pesquisa e extensão baseada no modelo de Ensino a Distância (EaD), o qual tem gestado profissionais cada vez mais voltados para a lógica mercantil, estando “despreparados” para atuação frente às demandas sociais de maneira eficaz e resolutiva (LEITE, 2015).

A reforma universitária brasileira seguiu em uma perspectiva meramente mercantil voltada para os interesses do capital, propiciando um ensino de má qualidade devido ao aumento de instituições privadas, sendo visível o crescimento de Instituições de Ensino Superior à distância e semipresenciais.

Diante do exposto, destacamos pressupostos fundamentais para uma formação profissional coerente e crítica. São eles: *o diálogo, a apreensão da realidade, a eticidade, o comprometimento e a autonomia* que atrelados ao perfil do profissional, exigido pela contemporaneidade, expressa a complexidade da sociedade atual com foco num profissional responsável, participante, criativo, propositivo e com capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho que contribuam para a efetivação de direitos sociais.

O Serviço Social, enquanto profissão interventiva, lida diretamente com as expressões/manifestações da questão social, sendo que uma das alternativas do projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFT de 2010, vigente atualmente, condizente com a preocupação de uma formação de docentes para o magistério superior, inclui a disciplina “**Magistério e Supervisão em Serviço Social**”, possibilitando ao acadêmico em Serviço Social vislumbrar a carreira docente e a formação de Assistentes Sociais supervisores de campo na perspectiva de fortalecer o curso e valorizar a cultura local, oportunizando criar raízes sólidas de docentes e supervisores da região.

A disciplina em tela traz em sua ementa:

Estudo do conjunto de referências de natureza teórica e política que possibilitem a reflexão mais ampla sobre as funções do docente e supervisor assistente social. Problemática do horizonte legal que elas ensejam, desvelando os processos históricos que entrelaçam a dinâmica da profissão às particularidades dos processos de produção e reprodução das relações sociais na atualidade. Os processos de ensino-aprendizagem, avaliação e supervisão como elementos constitutivos da





competência profissional do/da assistente social na busca da unidade entre exercício e formação profissional permanente (UFT, 2010, p. 82).

Ao ministrar essa disciplina os docentes traçaram nestes anos de curso como objetivo geral, possibilitar subsídios mínimos teóricos e políticos para o exercício das funções de docente e supervisor assistente social mediante os processos de ensino-aprendizagem, avaliação e supervisão no âmbito da competência e da articulação entre exercício e formação profissional na busca de planejar e exercitar a função do docente e do supervisor assistente social pautada no projeto de profissão (UFT, 2013).

Já os conteúdos envolveram: 1- Educação Superior e os aspectos Legais; 2- A formação pedagógica do professor universitário e os desafios da contemporaneidade; 3- A metodologia e didática do ensino superior; 4- O estágio e a supervisão como processo de ensino-aprendizagem e 5- A avaliação de aprendizagem (UFT, 2013).

Considerando a avaliação um processo contínuo e somatório, esta vem ocorrendo através de trabalhos, provas e exercícios práticos, envolvendo diferentes estratégias neste período dentre elas: proposta de planos de disciplinas optativas para o curso de Serviço Social; planos de aula da disciplina escolhida; sugestões de alterações no Projeto Político Pedagógico do curso e ainda plano de supervisão para exercitar uma das competências do assistente social supervisor de campo, pois a metodologia de trabalho se deu através da divisão de grupos, envolvendo o estudo da legislação brasileira voltada para a Educação Superior, bem como do Serviço Social (ABEPSS e CFESS-CRESS) à luz do Projeto Ético-Político da Profissão, estimulando sugestões para reformulação do PPC do curso, planejamento de uma disciplina optativa, planejamento e execução de uma aula. Ainda construíram um plano de supervisão, a fim de compreender e exercitar o papel de supervisor de campo.

215

Algumas alterações foram sugeridas através de trabalhos avaliados de uma turma do ano de 2013, as quais foram entregues ao NDE do curso de Serviço Social da UFT que serviram de base para o estudo de reformulação do PPC de 2010, sendo destacadas as seguintes propostas: Oferecer a Disciplina optativa de Serviço Social e Meio Ambiente; Diminuição das disciplinas optativas; Alteração de carga horária, manutenção, inclusão e exclusão de disciplinas; Que os professores sejam mais comprometidos com o curso, com a universidade e com o ensino-aprendizagem.

Percebemos que a disciplina possibilita ao acadêmico a aproximação às questões pedagógicas, proporcionando que este percorra as principais reflexões para o debate do ensino





superior e a sua reforma, instigando um exercício de refletir e construir propostas para o curso vivenciado pelos mesmos, trazendo à tona contribuições ao exercício do magistério.

### Considerações Finais

A disciplina de “*Magistério e Supervisão em Serviço Social*” possibilitou momentos de experiências para a docência, trouxe dúvidas e conflitos, fomentando sugestões de alterações no curso que foram compartilhados com docentes que compõem o NDE do curso de Serviço Social, sendo fundamental, pois através do diálogo e da reflexão, contribui necessariamente para rever constantemente o processo de formação profissional do Assistente Social por seus protagonistas: os acadêmicos. Esta disciplina oportuniza uma apreensão clara do real contexto da profissão e do domínio das três dimensões na busca constante, incessante e processual de aprendizagem e aprimoramento intelectual e em especial, o respeito e a ética.

Ressaltamos neste processo, a possibilidade do futuro Assistente Social rever suas práticas e ter contato diretamente com as reformulações da profissão; a oportunidade do exercício dos alunos na articulação teoria-prática, enfatizando e vivenciando o projeto ético-político assumido na categoria.

Portanto, o grande desafio presente na formação profissional, na perspectiva de contribuir com a formação de novos docentes para o curso de Serviço Social da UFT é garantir um processo, na contramão da lógica capitalista de expansão, com a preocupação com a qualidade, gratuidade, propiciando acesso a todos na Universidade Federal.

É importante que sejam enfrentadas algumas questões junto à categoria e em especial na realidade Tocantinense, envolvendo o aprofundamento da reflexão sobre a articulação teórico-prática do Serviço Social; a ampliação e o aprofundamento da pesquisa no âmbito da própria intervenção profissional; a criação de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* em Serviço Social, na perspectiva de formar docentes para os cursos de graduação e finalizando, o incentivo aos acadêmicos para inserção na carreira do magistério em Serviço Social, tornando-se docentes do curso de Serviço Social da UFT.

### Referências

ALBIERO, C. M. G. **Na aquarela do Brasil:** as cores se misturam na ‘supervisão sistemática’ e na ‘avaliação qualitativa’ no estágio acadêmico em Serviço Social. Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOSCHETTI, I. Expressões do Conservadorismo na formação profissional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade:** Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social. São Paulo: Cortez, nº 124, 2015.





BRASIL. Lei nº 8662, de 7 de Jun. 1993. **Regulamentação da profissão de Assistente Social.** CFESS, Brasília, 1993a.

\_\_\_\_\_. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de mar. 1993. **Código de ética profissional do Assistente Social.** CFESS, Brasília, 1993b.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 24 de abril de 2017.

LEITE, R. S. **Uma Análise Qualitativa da Formação Profissional em Serviço Social:** a perspectiva dos egressos atuantes referente à realidade do curso de serviço social da UFT no Câmpus de Miracema. Monografia (Graduação em Serviço Social), UFT, Miracema do Tocantins-TO, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC)**, 2010, Miracema do Tocantins, TO.

\_\_\_\_\_. **Plano de Disciplina** “Magistério e Supervisão Acadêmica”, 2013, Miracema do Tocantins, TO.

## **AÇÕES PRÁTICAS E PEDAGÓGICAS PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL LUZA MACHADO DE MIRANDA EM APARECIDA DO RIO NEGRO - TOCANTINS.**

217

**Celma da Silva Santos Rodrigues  
Rachel Bernardes Lima**

**Resumo:** Neste artigo, pretendemos apresentar alguns dos fatores e características centrais da desigualdade social na Escola Pública Municipal de Aparecida do Rio Negro, com o objetivo de implementar um projeto que proporcione a conscientização dos alunos, pais, gestores municipais e sociedade em como erradicar a pobreza, os preconceitos e as desigualdades por meio da educação em seus diversos níveis. A tese deste artigo é que as questões de acesso à educação devem ser hoje primárias nas escolas públicas, precisa ser uma missão e atenção não apenas das autoridades educacionais e gestores públicos, mas precisa ser uma questão de opinião pública integrando toda a comunidade, pois estas questões de conteúdo e qualidade, que são mais sérias e difíceis de enfrentar, não têm recebido a prioridade que merecem. O tema da pobreza e desigualdade social, quando examinado em sua multidimensionalidade, exige um tratamento conceitual também amplo. A questão de Ações Práticas e Pedagógicas deixou de ser uma preocupação restrita a profissionais envolvidos com problemas dessa ordem. Vemos atualmente que esse tema envolve todos, uma vez que cada um de nós estamos sujeitos aos efeitos dos problemas, principalmente o docente, pois, é o agente direto das ações conscientizadora e transformadora em sala de aula. Portanto a cerne da questão deste artigo é: como melhorar e mudar as desigualdades sociais por meio da educação envolvendo alunos, gestores educacionais, pais e comunidade? Visto que a educação é tratada muitas vezes restrita como cursos à parte do relacionamento professor e aluno, ou através de atividades isoladas.

**Palavras-chave:** Educação, Desigualdades sociais, pobreza.

### **Introdução**

A educação é um processo participativo, onde o educando é um dos elementos centrais do processo de ensino/aprendizagem pretendido, o qual participa no diagnóstico dos







problemas existenciais e busca de soluções, sendo preparado como um dos agentes transformador, através do desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e através de uma conduta ética, condizentes ao exercício da cidadania.

A vontade de mudar situações-problemas no meio em que vivemos, não nasceu no século XXI, mas é de muito tempo o trabalho arduo de alguns respeitados pesquisadores (Filósofos, Sociólogos, Pedagogos e outros). Porém, entendemos que sem atitudes e ações que envolvam pessoas nesse maior alvo de torná-los conscientes da importância do meio em que vive na sociedade, seria impossível alguma mudança. Neste sentido, destaca-se sua importância como objeto de propostas de políticas públicas de educação, como mediação educativa, por um amplo conjunto de práticas de desenvolvimento social, sendo hoje reconhecida por diversas instituições, principalmente de pesquisas como um mecanismo principal para a erradicação da pobreza e desigualdades sociais.

No passado a questão social era vista como um sub-tema dentro das questões mais gerais de desenvolvimento econômico, nos últimos anos tem passo ao primeiro plano, principalmente nas agendas de governos e de organizações internacionais, bem como na opinião pública. Há pouco tempo os temas relacionados à pobreza, a desigualdade social e educação eram vistos como questões de direitos humanos, que precisavam ser enfrentadas por razões éticas e morais.

218

Alguns estudos que foram realizados anteriormente, como Ferreira (2000) relata que o nível educacional interfere diretamente na desigualdade de renda, isto está implícito nos níveis de escolaridade e nas diferenças relacionadas à remuneração trabalhista, por conseguinte gera reprodução da pobreza. Isto torna evidente que a educação é um fator de maior predominância que pode explicar os níveis de desigualdade social. Essa desigualdade pode ocorrer quando:

[...] pode implicar uma distribuição desigual de poder político, na medida em que a riqueza gera influência sobre o sistema político. E a desigualdade de poder político reproduz a desigualdade educacional, já que os detentores do poder não utilizam o sistema público de educação e não têm interesse na sua qualidade, dependendo de escolas particulares. “Os mais pobres, por sua vez, não tem meios próprios (nem acesso a crédito) para frequentar as boas escolas particulares, nem tampouco poder político para afetar as decisões fiscais e orçamentárias que poderiam melhorar a qualidade das escolas públicas” (FERREIRA, 2000, P. x)

Fatores como urgência de políticas sociais, mobilização da gestão educacional junto com a comunidade, pais e alunos, todos juntos mobilizando a opinião pública, podem levar à criação de novos programas sociais ou até mesmo revisar e redirecionar alguns programas





pré-existentes que já vem funcionando a contento, mas que precisam de melhorias, incentivo e mais fiscalização.

O texto do professor Miguel Arroyo traz reflexões fundamentais sobre as relações entre educação, pobreza e desigualdade social relacionando aos currículos escolares. Quais questões e necessidades a classe empobrecida participante da comunidade escolar trazem para os docentes? Que práticas pedagógicas tem sido aplicada as necessidades dessa classe e que ações são levantadas para acesso e permanência dos mesmos na escola? Tudo isto tem sido vigente nas estruturas curriculares existentes?

Estas questões levantadas pelo autor leva-nos a refletir as principais carências e necessidades que o coletivo empobrecido necessita para ter uma educação com dignidade, bem como proporcioná-los uma reflexão e ação na tentativa de mudar suas realidades relacionadas à situação de pobreza.

A realidade da maioria das escolas publica são de alunos pertencentes às diversas classes sociais, no caso da Escola Municipal Luza Machado de Miranda na cidade de Aparecida do Rio Negro – TO onde tem uma população aproximada de 4.213 habitantes, uma cidade onde a principal renda da população vem da agricultura, a escola onde será feita a pesquisa é composta de alunos em sua maioria de classe baixa e classe média, muitos são filhos de comerciantes, funcionários públicos, fazendeiros e agricultores, mas a grande parte vive apenas da renda da Bolsa Família ou são filhos de pequenos agricultores. Esta realidade acaba gerando uma grande desigualdade social e infelizmente são visíveis às consequências destas desigualdades, principalmente relacionada ao descaso que por vez acaba gerando explorações a aqueles de baixa renda, explorações trabalhistas e até mesmo sexuais, pois há um grande índice de prostituição na comunidade.

O objetivo da pesquisa é descobrir quais são as maiores necessidades sociais de cada aluno e de suas famílias e assim saber qual a melhor forma de resolver essas dificuldades, onde a escola pode estar participando direta ou indiretamente com pequenos projetos envolvendo pais, alunos, professores e comunidade, a participação da família é de suma importância na formação do caráter do cidadão, no incentivo a querer melhorar de vida e até muitas vezes sair da linha da pobreza e da desigualdade social.

Para que possamos colocar em pratica a pesquisa será realizado um projeto chamado “Sociedade dentro da Escola” onde será um dia diferente para os alunos, com o objetivo de reunir escola e sociedade e assim ter a participação da família nas atividades escolares.





Desta forma, a Escola e seus parceiros envolvidos no projeto possibilitou aos seus alunos, melhor entendimento dos conceitos sobre pobreza e desigualdade social, os quais foram aplicados em sala de aula, isso trouxe também o entendimento dos mesmos sobre os seus direitos de acesso e permanência na escola, esta ação também é aplicada na visão da interdisciplinaridade, os quais foram aplicados nos conteúdos ministrados nas disciplinas diversificadas.

De acordo com um dos ministrantes da ação, um dos objetivos deste projeto foi fazer das presentes ações uma repercussão do que foi aplicado para crianças e jovens do Ensino Fundamental da Escola Municipal, para que os mesmos pudessem perceber a importância de transmitir o que aprenderam para as famílias e comunidade da cidade de Aparecida do Rio Negro. Determinar os objetivos dessas ações como contribuição na formação de valores e atitudes desses discentes, pais e comunidade foi crucial para o êxito do projeto. Para isso os envolvidos partiram de princípios educacionais, éticos e morais como base para reger este projeto.

Percebemos que o êxito de tudo que aprendemos e produzimos no decorrer desta formação sobre Pobreza e desigualdade social, consiste em aplicar de forma prática por meio de ações em todos os setores envolvidos e afetados pelas consequências desta desigualdade e a escola é um dos primeiros agentes de transformação, porque dali é que formarão cidadãos responsáveis pelas mudanças na sociedade.

220

Os principais objetivos através do projeto realizado são:

- Conscientizar que através da educação é possível erradicar a desigualdade social.
- Valorizar a importância do apoio psicológico para os alunos.
- Utilizamos técnicas de motivação, por meio de seminários e apresentando vídeos que os motive.
- Desenvolver com todos os envolvidos na educação o bom relacionamento e o respeito entre as classes sociais.

### **Metodologia**

No desenvolvimento deste projeto foi realizado um questionário através de entrevistas com a família que tem o bolsa família, como único meio de sustento.

A presente pesquisa partiu das inquietações ocorridas durante o curso de pós-graduação, a partir da observação da estrutura da escola e os métodos empregados por ela





para integrar, socializar, adaptar e receber os alunos e as famílias da comunidade, principalmente famílias do coletivo empobrecido integrados no bolsa família.

Posteriormente a pesquisa e elaboração do projeto, o trabalho foi realizado com alunos do ensino fundamental na Escola Municipal Luza Machado de Miranda em Aparecida do Rio Negro no Estado do Tocantins. O desenvolvimento desse trabalho foi feito com parceria de alunos universitários, professores, gestores, pais e alunos da Escola municipal. Foi realizado com turmas do 6º ao 9º ano em uma semana, assim foi feito ações práticas e pedagógicas de acordo com a necessidade e realidade de cada turma.

### **Fundamentação teórica.**

Quando se trata de proporcionar oportunidades iguais e justas para todos, temos muito ainda a fazer nas nossas escolas para corresponder ao princípio segundo o qual os seres humanos têm direito à igualdade social, sejam quais forem sua condição de vida. A escola, para a maioria das crianças brasileiras, é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e ordenados, ou seja, é o lugar que vai lhe oferecer condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém integrado socialmente e culturalmente.

Assim sendo, o futuro da educação, depende de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente comprometidos em transformar a escola adaptada para que todos tenham uma educação de qualidade e assim superar as diferenças sociais.

221

### **Referenciais Teóricos:**

Um dos principais autores que aborda sobre as desigualdades sociais é o pesquisador Miguel G. Arroyo, nos mostra que podemos observar que a pedagogia e a docência tendem a considerar, sobretudo, supostas carências intelectuais e morais que os estudantes pobres carregariam para as escolas.

Outra autora com obras fundamentais para construção desta pesquisa, Walquiria Leão Rego, diz que sem escola de qualidade, sem boas condições de estudo em casa, sem apoio de pais e professores, as crianças de famílias pobres muito dificilmente conseguem obter bons resultados e alcançar um nível de instrução suficiente para ter mais chances profissionais na vida.

Erasto Fortes Mendonça mostra também com seus textos, abordando uma escola como um espaço de reprodução da limitação dos direitos dos sujeitos, seja pelos conhecimentos que







privilegia seja pelas vivências que cerceia, ela deve ser considerada como um espaço a ser repensado e transformado para tornar-se um espaço de direitos.

Em seu artigo sobre pobreza, desigualdade social e educação, Arroyo (Arroyo 2007a, 2008b) á início a discursão em questão levantando uma reflexão diante de uma pergunta: a pobreza e desigualdade social existem? Ao passo que questiona, responde que ela existe e que é uma realidade latente em nosso país e que não há como não afirmar que ela existe, pois é visível e persistente a pobreza nas escolas brasileiras trazendo reflexões importantes para as práticas pedagógicas e para a gestão educacional.

E perceptivo que a pobreza nas instituições escolares existe e geralmente não são perceptíveis até o momento em que ela é debatida, por vezes são criados mecanismos de erradicação, por parte do governo federal que por sua vez incentivam os Estados, que por vez passam a responsabilidade para os municípios. Para o autor, é necessário também questionar quais exigências essas vivências da pobreza nas dependências escolares estão sendo trabalhadas em termos da precariedade material extrema, bem como das demandas da pratica de cada educador e agentes da constituinte da educação.

### **Educação Básica**

Concluindo que “se a sociedade muda, a escola só poderia evoluir com ela!” Talvez o bom senso sugerisse pensarmos dessa forma. Entretanto, podemos notar que a evolução da sociedade, de certo modo, faz com que a escola se adapte para uma vida moderna, mas de maneira defensiva, tardia, sem garantir a elevação do nível da educação.

Ao refletirmos sobre a educação brasileira, é importante ressaltar que só em meados do século XX que começou o processo de expansão da escolarização básica no país, e que o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, mas somente conseguiu completar o acesso de quase todas as crianças à escola ao final da década de 1990, principalmente crianças entre os 6 e os 12 anos de idade. Com isso, a questão do acesso à escola neste nível deixou de ser prioritária, e os dados preliminares do Censo Escolar de 2010 divulgados pelo Ministério da Educação já indicam, pela primeira vez na história do país, uma redução no número absoluto de estudantes matriculados na educação básica.

Acreditava-se que no passado os principais problemas da educação brasileira estavam relacionados à falta de escolas e as altas taxas de abandono escolar, que eram causadas pela necessidade que as famílias tinham de colocarem seus filhos trabalhem para melhorar a renda





financeira familiar. Nesta perspectiva, o governo brasileiro desde a década de 1990, vem criando um amplo programa de subsídios às famílias de baixa renda, para que os filhos em idade escolar efetivamente frequentem as escolas, como o programa bolsa família que anteriormente era denominado de bolsa-escola.

### Conclusão

Conclui-se na pesquisa realizada que os alunos da Escola Municipal Lusa Machado de Miranda, que há uma grande diversidade social entre os alunos, sendo de classe alta, classe média e a maioria são alunos de famílias menos favorecidas onde apenas um membro da família trabalha e outras famílias que a única renda vem de programas do governo Federal como o Bolsa Família. A escola trabalha projetos com seus alunos para que haja uma igualdade no ensino para que todos possam ter uma educação de qualidade, proporcionando então a oportunidade de um futuro melhor saindo assim da linha de pobreza e também incentivar a família a querer melhorar também. O aluno tendo mais conhecimento saberá de seus direitos e obrigações como cidadão perante a sociedade, e assim consequentemente diminui as taxas de pobreza, criminalidade, desemprego, analfabetismo, enfim, a desigualdade social e cultural.

223

### Referências

- ALBERNAZ, Â., FERREIRA, F. H. G., FRANCO, C. *Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Economia, 2002.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). *Saberes e Incertezas sobre o Currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. *Pobreza, Desigualdades e Educação*.
- BROCK, C., SCHWARTZMAN, S. (Eds.). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- BRUINI, Eliane da Costa. "Educação no Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>>. Acesso em 31 de agosto de 2017.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade*. São Paulo, Cortez, 2000.
- GOMES, C. A. C. Dissertação escolar: alternativa para o sucesso? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 3 (46), 11-38, 2005.
- KOLSLINSKI, M. C. *O processo de implementação de políticas sociais descentralizadas: o estudo do FUNDEF*. Unpublished dissertação de mestrado, Campinas: Universidade de Campinas, 2000.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado Patrimonial e Gestão Democrática do Ensino Público no Brasil. *Educ. Soc.* [online]. 2001, vol.22, n.75, p. 84-108. Disponível em: . Acesso em 12 de Julho de 2017.





OLIVEIRA, J. B. A., SCHWARTZMAN, S. *A escola vista por dentro*. Belo Horizonte: Alfa Educativa Editora, 2002.

OLIVEIRA, J. B. A. *Desigualdade e políticas compensatórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 53-90.

REGO, Walquíria Leão. PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013)

## BOLSA PERMANÊNCIA COMO UMA AÇÃO DE PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Chera Rosane Leles de Bessa

Gloriete Marques Alves Hilário

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar a colaboração do programa bolsa permanência para a conclusão dos cursos de graduação dos alunos do Campus universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor, que se encontram em estado de vulnerabilidade econômica, fomentando a través dessa política de assistência estudantil ações de afirmação dos direitos humanos. Essa pesquisa quanto à sua natureza é básica, e concentra-se em estudos teóricos com ênfase no pensamento de autores citados no referencial bibliográfico que discutem sobre educação de maneira geral, desigualdade social e direitos humanos, com abordagem qualitativa. Foram sujeitos da pesquisa, os alunos do Campus de Arraias que são beneficiados pelo programa bolsa permanência. O foco principal de nossa análise neste artigo foi o programa bolsa permanência como política pública de assistência aos alunos economicamente vulneráveis, ou seja, de uma educação superior emancipadora e viável para os contingentes feitos desiguais, e a afirmação dos direitos humanos pelo acesso ao conhecimento científico e a formação superior.

**Palavras-chave:** Assistência estudantil; Bolsa Permanência; Desigualdades sociais; Direitos Humanos.

224

### Introdução

No Brasil analisar a relação entre pobreza, desigualdades e educação nos conduz para além de simplesmente lincar o que cada um desses temas possam ter em comum, faz-se necessário um olhar curioso e atento sobre o significado e suas implicações, como por exemplo: O que é pobreza? Quem são os pobres? Como a pobreza persiste apesar dos programas sociais instituídos na busca pela sua erradicação?

A pobreza é caracterização da condição social e econômica dos indivíduos pela não satisfação das necessidades básicas da vivência com dignidade, como acesso a alimentação, moradia, água potável, assistência médica, educação entre outras. Os pobres são os que não tem meios para atender suas necessidades, os feitos desiguais por um sistema produtivo capitalista e explorador, que viabiliza a concentração dos recursos financeiros e poder nas mãos de poucos. Em relação a persistência da pobreza, podemos considerar vários fatores, como o histórico de colonização, desenvolvimento tardio e dependência econômica, e o mais





presente e condicionante dessa realidade, as relações políticas de detenção do poder de distribuição de renda, que usam de muitos artifícios para condicionar os pobres a permanecerem a margem da sociedade, pois a permanência de um grande número de cidadãos privados e alienados garante a efetivação de uma pequena classe elitizada e dominante.

Dentre tantas questões que podem ser elencadas e discutidas sobre a temática das desigualdades é a relação entre pobreza e educação e as dificuldades vivenciadas pelos alunos da educação superior da Universidade Federal do Tocantins Campus de Arraias que movimenta a elaboração deste trabalho. Nessa perspectiva a que se considerar as finalidades da educação escolar.

A escola é o lugar de ensino e difusão do conhecimento, é instrumento para o acesso das camadas populares ao saber elaborado; é, simultaneamente, meio educativo de socialização do aluno no mundo social adulto. O ensino, como mediação técnica, deve dar a todos uma formação cultural e científica de alto nível; a socialização, como mediação sociopolítica, deve cuidar da formação da personalidade social em face de uma nova cultura. (LIBÂNEO. 2014 pag. 80)

A universidade assim como as escolas são espaços educativos voltados para a disseminação do conhecimento e da promoção do desenvolvimento humano, e também é um espaço propício para ações de afirmação dos direitos humanos, uma vez que garantir o acesso à construção do conhecimento científico, permitindo que as pessoas sejam agraciadas com o desenvolvimento pessoal e profissional pode ser uma oportunidade de mudança positiva frente às fragilidades sociais enfrentadas por uma grande parcela da sociedade.

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, mas teve suas atividades iniciadas a partir de maio de 2003, presa pela produção do conhecimento científico de qualidade e responsável, com um olhar para o respeito à vida e à diversidade, de acordo com seus documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020, Carta de serviço ao cidadão 2016.

O compromisso da UFT vai para além das questões da produção e divulgação do conhecimento científico, expande-se para as questões sociais de melhoria do nível de escolaridade do Estado, buscando oferecer uma educação participativa e inclusiva, promovendo de diversas formas ações positivas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Com uma estrutura que permite o atendimento de todo o Estado, a UFT tem Campus distribuídos em cidades estratégicas, como é o caso de Arraias uma cidade interiorana distante 400 km da capital do Estado, sem atividades econômicas expressivas e com uma população







de 10.727 habitantes, com índice de desenvolvimento humano Municipal (IDHM) de 0,651 (IBGE/2010).

Cidade que possui 277 anos de história caracterizada pela resistência do povo negro quilombola que teve seu início com a corrida do ouro no século XVIII, a que se destacar a existência de duas comunidades quilombolas reconhecidas: A Lagoa da Pedra e a Kalunga Mimoso, que representam não apenas resquícios do passado escravista brasileiro, mas também são refúgios da cultura afro arraiana.

Nesse contexto o Campus Universitário de Arraias, que recentemente recebeu o nome de Campus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor de Arraias, em homenagem a um de seus ex-diretores que acompanhou o processo de implantação e federalização, é uma unidade de ensino superior federal e gratuita, que para a população da região é uma oportunidade de desenvolvimento e mudança de posição social e econômica, que enche de esperança os jovens e adultos que buscam no acesso ao ensino e na qualificação profissional a superação da pobreza e exclusão social.

Em relação aos alunos da UFT/Arraias, apesar do esforço e dedicação por parte dos alunos para chegar aos cursos superiores, uma triste realidade para esses determinados e persistentes alunos é a evasão, a impossibilidade de permanecer estudando e concluir a graduação, para uma grande quantidade de Universitários oriundos de contextos empobrecidos que não tem como custear suas despesas pessoais mais básicas, uma alternativa salvadora é o programa bolsa permanência, uma ação de assistência estudantil que proporciona em muitos casos a dignidade e acesso ao conhecimento científico para os feitos desiguais.

226

Esse Programa é fruto de esforço coletivo das instituições envolvidas, assim como do engajamento daqueles que assumiram o compromisso com a democratização do acesso e da permanência no ensino superior gratuito no país, sobretudo de indígenas, quilombolas e estudantes de baixa renda segundo o Manual de Gestão do Programa Bolsa Permanência SESU/SETEC-MEC.

No âmbito da assistência a universidade conta com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) que é responsável por gerir os programas de política de assistência estudantil e comunitária da Universidade Federal do Tocantins (UFT) apoiando o estudante nas suas diversas demandas, promovendo a sua interação no meio acadêmico e viabilizando a





sua permanência por meio de ações vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, como consta nos documentos institucionais.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa é de natureza básica, qualitativa e os procedimentos técnicos utilizados na disposição do trabalho foram: documental e bibliográfica. Considerando autores que discutem a educação, desigualdade social e pobreza. Analisando também documentos institucionais que tem relação com a temática apresentada.

### **Considerações Finais**

As desigualdades advindas da privação dos requisitos mais básicos de sobrevivência e desenvolvimento humano produz um abismo entre as classes sociais, distanciando as pessoas e aumentando as injustiças, alimentando o pensamento comum e moralista que acaba por responsabilizar os pobres por sua condição, tirando o enfoque das ações segregadoras advindas dos interesses de uma classe dominadora.

Os governos vem implantando programas de transferência de renda como o Bolsa Família e no âmbito acadêmico o Programa Bolsa Permanência e outros, que acredito ser de grande valia para os que estão em estado de pobreza e extrema pobreza, pois permite um auxílio imediato para os que a muito tempo nada tem.

Faz se necessário visibilizar a importância das políticas de assistência estudantil e das ações que promovem os direitos humanos e possibilitam aos pobres o acesso e permanência nos cursos de graduação da UFT Arraias.

Esse trabalho vem observar os benefícios para os alunos que são atendidos pelo programa bolsa permanência neste Campus. Contribuindo para as pesquisas que discutem e fomentam a relação da pobreza, educação e direitos humanos, buscando as mudanças das realidades empobrecidas e desigualdades pelo acesso ao conhecimento científico e formação superior.

Diante das observações o que se apresenta é a valorização igualitária do ser humano, nessa perspectiva a educação em todos os seus véis pode promover a real libertação da degradação humana provocada pela pobreza, libertando-se dos paradigmas convencionais e atentando para a educação que reconheci que a pobreza existe e persiste, mudando sua atuação e currículo a fim de educar para o desenvolvimento intelectual, para o





desenvolvimento pleno, promovendo a conscientização do sujeito como ser capaz e promovendo a afirmação dos direitos humanos.

### Referências:

ARROYO, Miguel G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. 2 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2014

LIBÂNIO, Carlos José. Democratização da escola pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos. Loyola, 2014 - ed. 28º

KOBAYASHI, C. R. S. (Org.) ; PAULA, F. S. (Org.) ; PAULA, M. S. S. (Org.) ; HILÁRIO, G. M. A. (Org.) . DIREITOS HUMANOS, DESENVOLVIMENTO E OS DESAFIOS PARA A GESTÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA. 1. ed. RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS, 2016. v. 1. 276p.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.279 de 21 de junho de 2002**. Dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins, e determina outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.032 de 23 de outubro de 2000**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.

ÁREAS DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-doterritorio/estruturateritorial/2225npareasdosmunicipios/15761areasdosmunicipios.html?t=destaques&idm=1702406>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2014. Disponível em: <[https://www.uft.edu.br/index.php/component/jal fresco/?view=jal fresco&Itemid=208&id=f0ebc70c-e5ac-480d-9681-588db94285d9&folder\\_name=Planejamento%20Estrat%C3%A9gico&path=Diretrizes%0Institucionais|4d2b80bf-55ed-4e3f-82b4-1cdd1dc7283e|Planejamento%20Estrat%C3%A9gico](https://www.uft.edu.br/index.php/component/jal fresco/?view=jal fresco&Itemid=208&id=f0ebc70c-e5ac-480d-9681-588db94285d9&folder_name=Planejamento%20Estrat%C3%A9gico&path=Diretrizes%0Institucionais|4d2b80bf-55ed-4e3f-82b4-1cdd1dc7283e|Planejamento%20Estrat%C3%A9gico)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

228

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2016. Disponível em: <http://ww2.uft.edu.br/index.php/component/jal fresco/?view=jal fresco&Itemid=208&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9>

MANUAL DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA. Disponível em: <http://permanencia.mec.gov.br/docs/manual.pdf>. Acesso dia 16 out. 2017.

<http://ww2.uft.edu.br/index.php/proest/assistencia-estudantil>

<http://www.ibge.gov.br>





## ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DA VULNERABILIDADE SOCIAL AO ÊXITO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DO IFTO-CAMPUS ARAGUAÍNA

Cintia Pereira Bezerra

Rita de Cássia Domingues Lopes

**Resumo:** Este trabalho apresenta resultados de pesquisa realizada a partir de dados socioeconômicos, e também de retenção e evasão dos alunos matriculados nos Cursos Técnicos Subsequentes do Instituto Federal do Tocantins – Campus Araguaína, atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil, no ano de 2016. O objetivo é traçar o perfil desses alunos e analisar se o programa assistencial tem contribuído satisfatoriamente à demanda dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, na promoção ao acesso, permanência e êxito educacional. Caracteriza-se por ser um estudo de caso baseado na metodologia que considerou informações de 131 alunos, coletadas junto à Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e Coordenação de Registros Escolares (CORES). O estudo foi desenvolvido com base na Portaria Normativa nº 39/2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7234/2010 e Regulamento do Programa de Assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Nessa perspectiva o estudo apresenta os seguintes resultados: 86% dos discentes são bolsistas do gênero feminino, 63% tem idade entre 18 e 24 anos e não possuem filho, 78% são solteiros, 86% se autodeclararam pardos ou negros, 67% dos alunos são oriundos de famílias em contexto de vulnerabilidade social, pois vivem com renda per capita bruta de até ½ de salário mínimo, e mesmo em meio a esse panorama obtém índices positivos de frequência e notas escolares, apresentando apenas 8,4% de evasão escolar.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil. Vulnerabilidade Social. Permanência. IFTO-Campus Araguaína.

### Introdução

A educação contemporânea no Brasil é resultado de construções histórico-sociais, no qual essa era privilégio da elite dominante, deixando-se de lado o direito à educação das classes populares, pois apesar de todas as conquistas tecnológicas e educacionais vivenciadas nas primeiras décadas do século XXI, nosso sistema educacional ainda se mantém como mecanismo de exclusão social. Embora tenham ocorrido avanços significativos na legislação brasileira concebendo a educação como direito e instrumento na formação do cidadão, ainda vemos refletido elementos de exclusão e discriminação na esfera educacional, não reconhecendo a pobreza e a desigualdade social, da diversidade de sujeitos, que conseqüentemente continuam carentes de educação de qualidade, que lhes garanta equidade de direitos e possibilidade de desenvolvimento social (ARROYO, 2017).

O direito à educação é um dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, apresentada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 como, “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, esclarecendo mais à frente em seu artigo 206, que o ensino será regido com base nos seguintes princípios: “I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. [...] IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. [...] VII- garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1988).







Além da Constituição Federal 1988, outros documentos oficiais do governo reforçam e buscam assegurar a todos os brasileiros à educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incumbiu ao Estado maior responsabilidade sobre a Educação Pública, inserindo a educação como direito às diversas camadas da sociedade, democratizando assim, a educação para homens e mulheres de diferentes raças e culturas, os quais nem sempre possuem as mesmas oportunidades de acesso e desempenho nos estudos, surgindo assim a política de assistência estudantil no fomento à educação. Nessa perspectiva, a educação não é somente condição básica para o exercício da cidadania, mas indispensável para a obtenção da inclusão social. “A relação educação-desigualdades, tão abstrata e genérica, exige ser recolocada na concretude dos coletivos feitos desiguais, reagindo às desigualdades e se apresentando e afirmando como sujeitos políticos, de políticas, de afirmações positivas” (ARROYO, 2010, p. 1385).

Devido esse panorama é que surgiram nas últimas décadas diversos programas de políticas públicas, dentre eles o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovado pela Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, sendo substituída pelo decreto nº 7.234/2010, o qual objetivou a democratização das condições de permanência dos jovens na educação, redução de taxas de reprovação e evasão, diminuição das desigualdades sociais e regionais através da permanência e conclusão de cursos nas instituições federais de ensino e contribuição ao fomento na inserção das diferentes camadas da sociedade através da educação (BRASIL, 2010).

230

Neste contexto, investigou-se o Programa de Assistência Estudantil, na promoção ao acesso, permanência e êxito acadêmico dos estudantes dos Cursos Técnicos Subsequentes do Instituto Federal do Tocantins-Campus Araguaína, tendo como problemas: qual é o perfil socioeconômico dos alunos dos cursos técnicos subsequentes do IFTO-Campus Araguaína contemplados no Programa de Assistência Estudantil? Será que o Programa de Assistência Estudantil tem contribuído com a permanência e êxito dos alunos dos cursos técnicos subsequentes do IFTO-Campus Araguaína? De que forma o Programa tem auxiliado na permanência desses discentes?

### **Procedimentos Metodológicos**

Para realização da pesquisa utilizou-se como enfoque metodológico, o estudo de caso e a abordagem quantitativa, mensurando-se a quantidade de alunos dos Cursos Técnicos Subsequentes do IFTO-Campus Araguaína contemplados com bolsas do Programa de





Assistência Estudantil durante o ano de 2016, analisando o perfil socioeconômico desses discentes, através de dados obtidos na Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), presentes em fichas de inscrições que medem o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), bem como também o censo escolar, referente às notas, frequências e evasão, coletados na Coordenação de Registros Escolares (CORES), buscando entender sua relação com a permanência e êxito escolar. Todas essas informações recolhidas foram inseridas em planilhas no Excel 2013, que nos permitiu transformá-las em porcentagem e em gráficos que foram analisados neste estudo.

### Resultados e Discussão

Para traçar o perfil socioeconômico dos alunos dos Cursos Técnicos Subsequentes do IFTO-Campus Araguaína, contemplados com auxílios assistências no ano de 2016, foram selecionados as seguintes variáveis: gênero, faixa etária, raça, estado civil, renda per capita bruta, moradia, número de filhos e tipo de ensino.

Nas informações referentes ao gênero da população analisada, verifica-se que 86% dos bolsistas são mulheres. Na variável faixa etária, 63% dos bolsistas são jovens entre 18 e 24 anos, um momento caracterizado pelo anseio à empregabilidade, reconhecendo na educação/capacitação técnica, o meio para conseguir uma posição no mercado de trabalho, nas demais faixas, temos 20% dos contemplados entre 25 e 30 anos, 15% entre 31 e 40 anos, e apenas 2% acima de 40 anos. Os solteiros correspondem a 78% dos alunos analisados, enquanto, os casados e em união estável representam 22% do total.

Observou-se que os estudantes da raça negra/parda são maioria dos contemplados, representando 87% do total. Os brancos representam 8%, enquanto amarelos são 4% e indígenas apenas 2%.

Apresentou-se um percentual de 62% de estudantes que não possuem filhos, enquanto os que possuem de 1 a 5 filhos representam um percentual total de 38%. A idade, o estado civil e a quantidade de filhos são obstáculos que dificultam o processo educacional e a entrada no mundo do trabalho, pois o compromisso com o sustento de uma família implica inserção rápida no mercado de trabalho, dificultando o investimento em maior nível de escolaridade, e consequentemente a não inserção em melhores empregos (AGUILLAR, SILVA & CABREIRA, 2013).

Em relação à renda per capita, podemos observar que a maioria dos estudantes possui renda familiar per capita de até  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo (45%) e 6,5% dos alunos não possuem





renda. Nas demais faixas temos, 1,5% com renda acima de 1 salário mínimo e meio, 2% com renda de até 1 salário mínimo e meio, 23% com renda de  $\frac{1}{2}$  até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, e 22% vivendo com apenas  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo.

Observa-se que 42% dos alunos analisados residem em moradia própria, 21% vivem em moradia cedida, 8% em residência financiada. A parcela que reside em moradia alugada apresenta percentual de 18% que moram com a família e 11% moram sozinhos ou dividem aluguel com outras pessoas. Entende-se que o pagamento de aluguel pesa no orçamento familiar, algo que se intensifica se a família pertencer às classes populares da sociedade, que vivem com menos de um salário mínimo.

Verificou-se que 91% dos alunos analisados cursaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas, 8% não terminaram em tempo regular, concluindo o ensino através do EJA/Supletivo, e apenas 1% estudou em instituição particular. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 7), “um balanço da escola pública brasileira, em todos os níveis, no início do século XXI, nos revela o retrato constrangedor de uma dívida quantitativa e qualitativa. Todavia, é no ensino médio em que esta dívida se explica de forma mais perversa”. Desta forma, alunos oriundos de um ensino público compreendido de baixa qualidade, necessitam de ações institucionais e pedagógicas que contribuam com seu êxito e permanência.

232

Após traçarmos o perfil socioeconômico dos alunos bolsistas, realizamos análise comparativa entre grupo de alunos contemplados com bolsa assistencial e não-contemplados, identificando as diferenças entre dados de frequência, notas e evasão escolar.

No ano de 2016 foram inscritos no Programa de Assistência Estudantil 206 alunos dos Cursos Subsequentes no Campus Araguaína, desses apenas 131 foram contemplados com bolsas de assistência estudantil, perfazendo um percentual de 64% de alunos contemplados.

Nesses dados analisados observou-se que, tanto alunos contemplados quanto alunos não-contemplados apresentam índices favoráveis de 80%, 90% e 100% de aproveitamento das disciplinas estudadas durante os semestres 2016/1 e 2016/2. Verificou-se ainda que o percentual de média escolar alcançada pelos alunos contemplados é inferior aos dos não-contemplados, visto que nas médias 8 e 9, os alunos bolsistas apresentam índices de 25% e 7%, enquanto, os não bolsistas apresentam 34% e 13%, respectivamente.

A taxa de evasão dos alunos contemplados foi de 8,4%, enquanto, a taxa dos não-contemplados apresentou 12%. Resultado com taxa mais dispare que esse foi encontrado por Queiroz (2016), no qual apresentou taxas de evasão escolar entre alunos contemplados do





Campus Avançado Pedro Afonso-IFTO de 11% versus taxa de 48% para alunos não-contemplados. Ressalta-se que no Brasil a taxa de evasão escolar no ano de 2012, foi de 24,3% (PNUD, 2012).

No que concerne às taxas de evasão escolar correlacionando-as os diferentes dados socioeconômicos, observa-se que os maiores índices de evasão desse estudo são nas seguintes variáveis: feminino (7,63%), faixa etária entre 18 e 24 anos (6,11%), solteiro (5,23%), com filho (4,59%), preto/pardo (7,63), e renda per capita bruta de R\$ 220,00 a R\$ 440,00 reais.

Os resultados alcançados dentre as variáveis, frequência, média e evasão escolar evidenciam que o Programa de Assistência Estudantil contribuiu com a permanência e êxito dos discentes contemplados, o qual dentre essas variáveis conseguiram os melhores índices, apresentando pequena discrepância, apenas no quesito média escolar.

### **Considerações Finais**

Em busca do real entendimento das ações empreendidas pelo Programa de Assistência Estudantil no IFTO – Campus Araguaína é que realizamos esse estudo, o qual suscitou após tabulações e interpretações de dados as seguintes inferências.

A primeira inferência dá-se em relação ao perfil dos alunos bolsistas que apresentaram os seguintes resultados: 86% dos discentes são bolsistas do gênero feminino, 63% tem idade entre 18 e 24 anos e não possuem filhos, 78% são solteiros, 86% se autodeclararam pardos ou negros, 67% dos alunos são oriundos de famílias em contexto de vulnerabilidade social, pois vivem com renda per capita bruta de até  $\frac{1}{2}$  de salário mínimo, e mesmo nesse panorama obtém índices positivos de frequência e notas escolares, apresentando apenas 8,4% de evasão escolar.

A segunda delas é referente ao público de bolsistas evadidos dos Cursos Subsequentes do Campus Araguaína ser predominantemente feminino, solteiro e com filhos, evidenciando a dificuldade da mulher permanecer em formação profissional, mesmo com o direito à educação garantida, não conseguem equilibrar trabalhos domésticos e familiares com a vida escolar.

Por fim, compreende-se que a pesquisa realizada suscitou novas formas de pensar o processo de ensino aprendizagem, elucidando diversas limitações desses estudantes oriundos das classes populares de nossa sociedade, além de apresentar o desempenho positivo da ação de política de assistência estudantil no IFTO-Campus Araguaína.







## Referências

- AGUILLAR, C. M. B.; SILVA, D. D.; CABREIRA, M. A. B. **O perfil socioeconômico dos alunos da FATEC Garça: análise estatística para o desenvolvimento de ações pedagógicas focadas no acesso, permanência e emancipação dos alunos.** Revista e-f@tec, v.3, n.1, Garça-SP, 2013. Disponível em: [http://www.fatecgarca.edu.br/revista/Volume3/Revista\\_2013\\_vol\\_3\\_arquivos/Page619.htm](http://www.fatecgarca.edu.br/revista/Volume3/Revista_2013_vol_3_arquivos/Page619.htm). Acesso em: 22 out. 2017.
- ARROYO, M.G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.
- ARROYO, M.G. **Pobreza, Desigualdades e Educação.** Módulo Introdutório-Curso Especialização Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, 2017. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/capitulo4.html>. Acesso em: 06 ago. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html). Acesso em: 29 jul. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.html). Acesso em: 29 jul. 2017.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório Anual 2012.** Disponível em: [https://issuu.com/pnudbrasil/docs/pnud\\_relato\\_ri\\_o\\_anual\\_web](https://issuu.com/pnudbrasil/docs/pnud_relato_ri_o_anual_web). Acesso em: 14 nov. 17.

## O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO: DOCENTES NEGROS NA REDE BÁSICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO

Claudenor Pereira dos Santos

Rita de Cassia Domingues Lopes

**Resumo:** Este artigo busca traçar um perfil do negro no mercado de trabalho no município de Araguaína-TO especialmente os docentes inseridos na rede pública de ensino municipal especificamente na 1ª fase do ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano, buscando elucidar a quantidade bem como a forma de inserção de docentes negros nesta rede de ensino. Busca também mostrar a definição de racismo institucional e como essa forma de racismo influencia o futuro das crianças nas escolas. O trabalho está dividido em três partes: a primeira trata da situação atual do negro no mercado de trabalho e do racismo institucional apresentando um panorama de como é tratado o racismo nas instituições de ensino; a segunda parte faz referência a marginalização do negro no mercado de trabalho e a terceira, e última parte, traz os resultados de uma pesquisa realizada na rede municipal de educação deste município. O estudo foi desenvolvido tomando como base a bibliografia especializada, estudo dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de três escolas da rede municipal de ensino da cidade de Araguaína-TO, além de entrevistas com 20 docentes destas escolas. O racismo institucional está presente nas escolas, sendo que afeta o futuro profissional das crianças e também dos profissionais no desenvolvimento do seu trabalho, há um número pequeno de docentes negros inseridos nesta rede de ensino entraram através de concurso público. No contexto do racismo institucional há a necessidade de se inserir nos PPPs destas instituições ações que combatam o preconceito de cor, raça e gênero.

**Palavras-chave:** Negro no mercado de trabalho. Racismo Institucional. Educação.





## Introdução

O início da história do município de Araguaína conta que foi povoado de outras duas cidades, primeiro de Araguatins-TO e depois de Filadélfia-TO, e com o desenvolvimento econômico atribuído em grande parte pela construção da BR-153, a rodovia Belém-Brasília. No ano de 1948 o povoado foi elevado à distrito recebendo o nome de Araguaína, como o desenvolvimento econômico do distrito aumentava foi elevado a município desmembrando-se do município de Filadélfia, em 14 de novembro de 1958 quando foi decretada a criação, através de lei estadual, do município de Araguaína, que hoje é destaque nas áreas da saúde, educação e na pecuária do estado (ARAGUAINA-TO, 2017, p.1).

A educação formal pode ser considerada uma condição básica de um dos direitos básicos que é educação e o trabalho. Desta forma, se esta for suficientemente eficaz de forma que aumente essa laboralidade podendo assim contribuir para inserção bem sucedida no mercado de trabalho, ainda que não seja a única arma para a geração de emprego e renda, dependendo muitas vezes de políticas públicas mais eficientes para esse fim. Em relação à população negra essa inserção se faz um tanto mais difícil, devido a preconceitos raciais vividos por esta população.

A hipótese da pesquisa é de que há negros atuando como docentes na educação básica do município de Araguaína-TO, levando em consideração os dados do IBGE estima que a população da cidade de Araguaína no ano de 2016, seja de aproximadamente 173.500 habitantes e aproximadamente cerca de 320 docentes atuando na rede municipal de ensino na Educação Básica, e levando-se em consideração que a população brasileira é composta de cerca de 53,6% de autodeclarados negros ou pardos, sendo assim tem-se a estimativa que no mínimo 11% dos docentes da rede de ensino municipal de Araguaína seja composta de negros ou pardos.

O governo libertou os escravizados e para substituí-los mandou vir muitos estrangeiros como os alemães, suíços, portugueses e belgas, que foram chamados para empreender no Brasil e para tanto foram concedidos muitos incentivos entre eles, a doação de latifúndios a esses povos pelo governo. Diante desse contexto, surge uma pergunta e os negros para onde foram? Bem, os que não se refugiavam nos quilombos que eram usados como refúgio dos negros que ficaram nas cidades vivendo às margens da sociedade (SOUSA, 2017).

Podemos refletir a partir da realidade atual que devido a algumas políticas públicas criadas com a finalidade de diminuir às desigualdades sociais ou até mesmo pelas lutas





empreendidas pelos negros na nossa sociedade, esse cenário tem mudado e não se admira mais quando se ver uma pessoa negra ocupando altos cargos públicos e se destacando na sociedade. O Governo Federal criou leis que tentam diminuir as desigualdades ocorridas há séculos contra a população negra do país como: das Cotas Universitárias e Cotas em Concursos Públicos Federais, com as leis 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 que trata das cotas para negros nas Universidades e da Lei 12.990/14 que reserva 20% das vagas em concursos federais para pessoas negras ou pardas, respectivamente.

Essas e outras políticas públicas trazem em si muitas discursões e não diminuem de forma efetiva às desigualdades sociais, pois um negro formado continua sendo um negro, e sofre com os preconceitos da sociedade o que dificulta a sua entrada no mercado de trabalho, desta forma, às vezes essa pessoa se sujeita a aceitar um trabalho muito aquém da sua capacidade e formação, ou seja, aceita por vezes trabalhos com salários e funções muito abaixo da sua capacidade e formação. Deste modo, a pesquisa se justifica para compreender a seguinte problemática: como está o negro no mercado de trabalho levando-se em consideração a carreira docente, especialmente na educação básica no município de Araguaína?

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar no âmbito da educação básica do município de Araguaína-To, a quantidade de pessoas negras ou pardas que atuam como docentes. Analisar quais as políticas públicas em âmbito municipal de combate ao racismo e preconceito racial. E como objetivos específicos: apanhar dos processos histórico-sociais básicos da construção social de raça; analisar a inserção do negro na carreira docente na educação básica do município de Araguaína-to, através de entrevista com os docentes por formulário; quantificar as escolas municipais de ensino básico de Araguaína-To; verificar nestas escolas a quantidade de docentes negros ou pardos atuantes.

236

### **Procedimentos Metodológicos**

Segundo Vergara (2007) a análise quantitativa são representativos de uma determinada realidade neste caso, os docentes negros em Araguaína, de modo que seus dados possam ser generalizados e projetados para aquele universo Seu objetivo é mensurar e permitir o teste de hipóteses, já que os resultados são mais concretos e, conseqüentemente, menos passíveis de erros de interpretação, sendo assim este artigo foi subsidiado por entrevistas<sup>9</sup> com os(as)

<sup>9</sup> Foram entrevistados 20 professores(as), durante os meses de setembro e outubro de 2017, nas escolas municipais: Dr. Simão Lutz, Prof.<sup>a</sup> Josefa Dias e São Vicente de Paula.





professores(as) de três escolas públicas municipais de Araguaína-TO, e através de referenciais teóricos como: Paula (2006), Campos (2007), Cerqueira (2012), Rocha (2012), dentre outros. Nesse contexto, foi investigada a quantidade de negros inseridos na educação básica do município de Araguaína, bem como a sua forma de inserção.

Foram realizadas entrevistas com 20 docentes da rede básica de ensino da cidade, esses docentes atuam como professores regentes de turma e que estão na plataforma do Educacenso de 2017. As entrevistas foram realizadas nas próprias escolas onde docentes trabalham, após anuência dos gestores das escolas. As escolas escolhidas aleatoriamente foram 12 docentes da Escola Municipal Dr. Simão Lutz, quatro docentes da Escola Municipal Professora Josefa Dias e quatro da Escola Municipal São Vicente de Paula. Foi realizada análise nos PPPs destas escolas.

### **Resultados e Discussão**

De acordo com os dados obtidos através de entrevista durante a realização da pesquisa constatou-se que 60% dos professores entrevistados responderam que são contratos temporários e 40% respondeu que foram efetivados por meio de concurso público. Isso acontece porque muitos professores efetivos da rede básica de ensino de Araguaína-TO e mais especificamente nas escolas pesquisadas: Escola Municipal Dr. Simão Lutz, Escola Municipal Professora Josefa Dias e Escola Municipal São Vicente de Paula estão em desvio de função, exercendo as funções em sua maioria na Direção das escolas, nas Coordenações Pedagógicas e nas Coordenações de Programas como o Novo Mais Educação.

237

Diante dos dados coletados durante a realização desta pesquisa foi notável o baixo índice de pessoas do sexo masculino que ocupa o cargo de professor na rede básica de ensino, sendo que apenas 5% dos entrevistados se declararam do sexo masculino.

Com os dados obtidos notamos que a proporção de negros que atuam na docência do ensino fundamental na rede pública municipal de ensino é de 15%, e que a proporção de declarados brancos é de 85%, por sua vez, indígenas e amarelos não houve ninguém se autodeclarando. Que fique claro, que se for levar em consideração o número de docentes que estão em desvio de função e ocupando cargo de chefia ou coordenação pedagógica o número de negros aumenta, porém, esse não é o nosso foco da atual pesquisa. O foco deste trabalho são docentes atuando em sala de aula nas escolas municipais de Araguaína-TO.

Os dados mostram que 33% dos professores que se declararam negros ou pardos disseram que já sofreram algum tipo de preconceito por parte da chefia ou até mesmo dos pais







de alunos, e 67% declararam que nunca sofreram nenhum tipo de preconceito. Que fique claro e para ser considerada uma atitude ofensiva ou preconceituosa é necessário que a parte ofendida se sinta desmoralizada ou diminuída.

Foi solicitado aos professores que responderam a entrevista e que informaram que sofreram preconceito, que relatassem como foi a situação vivida, somente uma professora concordou em relatar, e segue a seguir suas palavras:

Quando cheguei nesta escola fui falar com o atual Gestor e o mesmo me falou que poderia me direcionar para uma determinada turma, mas que como acreditava muito no trabalho da professora que estava ocupando a vaga iria me direcionar para outra que não tinha nada haver com o meu perfil profissional, me senti um pouco decepcionada, pois sendo eu concursada deveria ter prioridade da vaga em relação à minha colega que era contrato temporário.

A mesma professora fez outro relato agora envolvendo um pai de aluno:

Eu estava em determinado dia recebendo os alunos e os encaminhando para as suas carteiras, quando chegou um pai e ficou na porta da sala segurando a mão da criança, como demorou um pouco perguntei se não iria deixar a criança entrar e ele me respondeu simplesmente que ia esperar a professora chegar.

A professora disse não ter se sentido ofendida em nenhum dos dois casos relatados, porém, ficou pensativa com os fatos e somente depois foi que ela levou em conta o que ocorreu devido a cor da sua pele.

238

### **Considerações Finais**

O Brasil desde que foi conquistado pelos portugueses, foi marcado por enormes desigualdades sociais, que tem origem em uma construção histórica caracterizada pela segmentação da sociedade. E a consequência desse vergonhoso processo, é que o Brasil reserva papéis e as melhores oportunidades sociais diferenciados para os diversos grupos étnicos e raciais que nele vivem. A desigualdade entre os sexos intensifica essas diferenciações já existentes. As desigualdades do ponto de vista racial e étnico e a discriminação racial persistem mesmo que o IBGE afirme, que mais da metade da população brasileira é formada por negros e pardos.

Levando em consideração os dados obtidos com a pesquisa pode-se concluir que ainda é pequena a presença de pessoas negras inseridas na rede de ensino do município de Araguaína-TO, e a forma de ingresso é na maioria das vezes por concurso público.





## Referências

ARAGUAINA-TO. Turismo. Disponível em: <<http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>> Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato\\_2011-2014/2014/lei/112990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato_2011-2014/2014/lei/112990.htm)>. Acesso em: 20 out. 2017.

CAMPOS, Mauricio de Almeida. O Negro, o Mercado de Trabalho e a Escola In: **30ª Reunião da ANPED**, 2007. Disponível em: <[www.anped.org.br/sites/default/files/gt21-3281-int.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt21-3281-int.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

CERQUEIRA, Victoria Lemos de. **A inserção do Negro no Mercado de Trabalho Brasileiro na Década Passada**. 2012. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, 2012.

PAULA, Willian Silva de. A Cor Negra no Mercado de Trabalho- Um estudo com aluno negros egressos do CEFET. In: **29ª Reunião da ANPED**, 1999. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT21-2454--Int.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ROCHA, Jorgina Maria da. **Racismo Institucional**. 2012. Disponível em: <[www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2013/03/Jorgina-Rocha.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2013/03/Jorgina-Rocha.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.

239

SOUSA, Rainer Gonçalves. A chegada dos imigrantes In: **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/a-chegada-dos-imigrantes.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

## AVANÇOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO NA CIDADE DE ARRAIAS – TO

**Claudinéia Ferreira de Oliveira Alves**  
**Gloriete Marques Alves Hilário**

**RESUMO:** Este estudo buscou como foco verificar os avanços do Programa Bolsa Família (PBF), no propósito do combate a fome e a pobreza nos últimos tempos. Dessa forma o presente estudo objetiva-se em analisar esses avanços na cidade de Arraias, município localizado na região sudeste do estado do Tocantins. Em referencial, diálogo com teóricos que abordam sobre esta temática como Campello e Neri (2013), Kobayashi et. al. (2016), Terence e Filho (2006). Utilizou-se o método de pesquisa qualitativa numa perspectiva exploratória com estudo de campo e aplicação de questionário contendo perguntas abertas e fechadas. Os resultados mostram como estão sendo utilizados os recursos pelos beneficiários, sobre a organização na seleção do perfil dos usuários no município de Arraias-TO e sugestões para melhoria no avanço do programa.

**Palavras chaves:** bolsa família. Avanços. Combate. Fome.





## Introdução

Este estudo buscou como foco verificar os avanços do Programa Bolsa Família (PBF), no propósito do combate à fome e a miséria nos últimos tempos. Dessa forma esta pesquisa objetiva-se em analisar esses avanços do PBF na cidade de Arraias, município localizado na região sudeste do estado do Tocantins.

Com a problemática, “como o município tem se organizado para atender essa demanda social, ocasionando em avanços no combate à fome e a pobreza nos últimos tempos?” Dessa maneira, buscamos a investigação por meio deste estudo para responder a este problema.

Este trabalho está organizado da seguinte forma. A primeira parte traz uma discussão teórica sobre o tema abordado, onde buscou-se dialogar com autores que discorrem sobre o PBF como instrumento de combate à fome e a pobreza.

Em seguida, uma breve apresentação dos procedimentos metodológicos aderidos a este estudo, bem como sua caracterização, sujeitos participantes da pesquisa e ainda, a abordagem dos instrumentos utilizados para a coleta de dados.

E na terceira parte, foi feita a análise e discussão dos resultados obtidos durante esta pesquisa, em sequência as considerações finais deste trabalho. .

De acordo a estatística no livro do programa bolsa família: uma década de inclusão e cidadania, organizado por Tereza Campello e Marcelo Côrtes Neri e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013, p.13) “em 2013 o programa atendia cerca de 13,8 milhões de famílias em todo o país”.

Segundo Campello e Neri (2013, p. 13),

contando com um sólido instrumento de identificação socioeconômica, o Cadastro Único, e com um conjunto variado de benefícios, o Bolsa Família atua no alívio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família. Mais que isto, no entendimento de que a pobreza não reflete apenas a privação do acesso à renda monetária, o Bolsa Família apoia o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, bem como da articulação com um conjunto amplo de programas sociais.

Nessa compreensão, os autores apontam a o Cadastro Único como instrumento de verificação socioeconômica do sujeito, para aquisição do benefício bolsa família, levando em conta as necessidades materiais e características de cada família, no que desrespeita ao valor mensal da renda. Fomentam ainda, o PBF como apoiador no desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários quanto ao acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social no combate à pobreza.





De acordo com os estudos dos organizadores Kobayashi et.al. (2016), sobre os Direitos Humanos, desenvolvimento e desafios para a gestão social contemporânea. Em 20 de outubro de 2003, por intermédio da Medida Provisória n° 132, criou-se o programa Bolsa Família (PBF). Conforme descrito a seguir:

Durante a gestão do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, um dos programas de governo mais revolucionários da história brasileira que, apesar de ser criticado pela forma em que é repassado (transferência direta de dinheiro aos beneficiários), tem apresentado resultados positivos no tocante à diminuição das desigualdades sociais e econômicas, sendo uma importante ferramenta no combate à pobreza e a miséria. (KOBAYASHI et.al. 2016, p. 11).

Coeso a esta citação, os autores destacam a importância do PBF no governo Lula, como um programa revolucionário na história do país. Na opinião dos autores, mesmo o programa sendo alvo de críticas no que diz respeito sobre a transparência direta do dinheiro ao beneficiário, o PBF tem apresentando resultados positivos no combate à fome e a pobreza nos últimos tempos.

### **Procedimentos Metodológicos**

Este estudo fundamenta-se por meio de uma abordagem qualitativa conforme esclarece os estudos de Terence e Escrivão Filho (2006, p. 2) que:

241

Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

Assim, os autores trazem um esclarecimento sobre a utilização da abordagem qualitativa em um determinado estudo, onde busca-se a compreensão das ações dos indivíduos, dos grupos e organizações sociais, isso sem preocupar-se com quantidades e estatísticas.

Seguiu-se o método exploratório, conforme a teoria de Gil (2007 *apud* GERHAEDT; SILVEIRA 2009), explica que esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Assim, ainda de acordo os autores, as pesquisas em sua maioria envolvem um levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que vivenciaram experiências práticas com o problema em questão e analisa exemplos que estimulam a compreensão e podendo ser classificadas como pesquisa bibliográfica e estudo de caso.







Para a realização desta pesquisa, foi possível contar com a colaboração de sete cidadãos arraianos, de diferentes bairros da cidade, sendo os sujeitos participantes do estudo, no intuito de fazer um levantamento real dos usuários do PBF, bem como se tem tido avanços ou não nos últimos tempos.

Para a obtenção dos resultados da pesquisa, foi aplicado um questionário contendo sete perguntas, divididas em abertas e fechadas, objetivadas na coleta de dados da pesquisa, conforme apêndice I deste trabalho.

De acordo com Gerhaedt e Silveira (2009, p. 69) o questionário:

É um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

Nessa compreensão, justifica-se a aplicação do questionário a sete cidadãos arraianos, com o propósito na investigação desta pesquisa, pois a escolha deste método deu-se por meio da busca pela forma direta e objetiva de recolher as informações prestadas pelos colaboradores.

Para apresentação e discussão dos resultados obtidos na pesquisa, os colaboradores foram identificados por B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7.

### **Resultados e Discussão**

Como resultado deste estudo detectamos que, E de acordo com os resultados desta pesquisa, conseguimos compreender que em sua maioria há apenas um beneficiário num mesmo grupo familiar e em alguns casos há mais de um cidadão cadastrado no programa dentro de uma mesma família.

Percebemos que, dos sete colaboradores três deles recebem o benefício há dez anos ou mais, dois deles recebem entre dois e cinco anos, um deles está há um ano recebendo e outro entre seis a nove anos sendo beneficiado pelo programa.

Vimos que os colaboradores deste estudo, o PBF tem tido avanços, subsidiando alimentos, calçados, roupas e remédios para as crianças. Inclusive sendo a garantia para uma das colaboradoras, pois antes, afirma ter passado necessidades. Para outra, ajuda principalmente por não ter condições de garantir as necessidades básicas de sobrevivência devido a possuir problemas de coluna.





Uma das colaboradoras relata que com os avanços do PBF, consegue investir na venda de pães e bolos. Para outro participante deste estudo, os avanços do PBF têm diminuído o índice de fome no país.

Identificamos por meio desta pesquisa que, os beneficiários têm utilizado o recurso do PBF para compra de alimentos, manutenção de medicamentos e material escolar.

Detectamos que dos participantes deste estudo, três deles foram bloqueados em curto prazo por infrequência escolar ou por não terem atualizado o cadastro único. Dando-nos a entender que esse bloqueio ocorreu antes de atentarem-se com a atualização bial ou contradizendo com as afirmações dos mesmos na pergunta seis do questionário aplicado, onde responderam que preocupam-se com atualização do cadastro a cada dois anos.

Assim, todos os participantes responderam que tem se preocupado com a atualização bial do cadastro único para receberem regulamente o benefício do programa bolsa família do governo federal.

### **Considerações Finais**

Este estudo buscou como foco verificar os avanços do Programa Bolsa Família no propósito do combate à fome e a pobreza nos últimos tempos na cidade de Arraias-Tocantins.

Por meio deste estudo obtivemos que para avanços do PBF os colaboradores sugeriram que tivessem aumento a cada dois anos, que ofertasse cursos profissionalizantes para auxilia-los no ingresso ao mercado de trabalho. Foi sugerida também a melhoria na organização da seleção quanto ao perfil dos beneficiários, alegando que há em seu conhecimento, usuários do programa que não precisam do recurso mensal do PBF.

Foi descrito por um dos colaboradores como sugestão que o beneficiário tivesse um tempo determinado para receber o benefício, pelo menos até saírem da considerada “linha de pobreza”, mas desde que o PBF ofertasse cursos profissionalizantes e oportunidades para ingresso no mercado de trabalho.

Em resposta ao problema desde estudo, vimos que uma das colaboradoras encontra-se satisfeita com a política do programa e acredita ter melhorado nos perfis dos beneficiários, onde em sua opinião, os beneficiários que estão recebendo o recurso mensal do PBF são realmente os que precisam. Enquanto para outra colaboradora, necessita de melhoria quanto à organização na seleção dos perfis para recebimento do benéfico, pois ainda segundo a colaboradora, há quem recebe o recurso que não se enquadra no perfil de vulnerabilidade socioeconômica exigida pelo programa.





## Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=170240>>. Acesso em: 13 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 29 out. 2017.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2082/4/Livro-Programa\\_Bolsa\\_Familia-uma\\_d%C3%A9cada\\_de\\_inclus%C3%A3o\\_e\\_cidadania.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2082/4/Livro-Programa_Bolsa_Familia-uma_d%C3%A9cada_de_inclus%C3%A3o_e_cidadania.pdf)> IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, 2013. Acesso em: 15 out. 2017.

GERHAEDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 13 outubro 2017.

KOBAYASHI, Cláudio Roberto dos Santos; PAULA, Francinaldo Soares de; HILÁRIO, Gloriete Marques Alves.; PAULA, Maura Sousa da Silva de. **Direitos Humanos, Desenvolvimento e os Desafios para a Gestão Social Contemporânea**. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes Terence; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. Fortaleza: Ceará, 2006. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006\\_TR540368\\_8017.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_TR540368_8017.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2017.

244

## EDUCAÇÃO, POBREZA E DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR REFLEXIVO EM RELAÇÃO À APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL ESTEVÃO CASTRO.

Cléia Conceição de Souza

Rodrigo Barbosa e Silva

**Resumo:** O presente trabalho busca abordar e refletir entre educação, pobreza e direitos humanos no processo de aprendizagem de alunos do quarto ano do ensino fundamental beneficiados pelo Programa de Bolsa família (PBF) da Escola Municipal Estevão Castro. Para isso, apontaremos um breve histórico sobre a educação, escola e aprendizagem no cenário atual como se dar o processo de aprendizagem e o papel do professor nesse processo; isto por meio de um levantamento documental e bibliográfico. Para melhor aprofundamento, foi realizada pesquisa empírica com os professores que atuam no quarto ano da escola, objetivando observar o desenvolvimento destes alunos no seu percurso e como os professores vêm analisando este processo cotidianamente. Por fim, esperamos contribuir com a formação docente e maior compreensão sobre os temas abordados.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Direitos humanos. Aprendizagem.

### Introdução

O presente artigo abrange o contexto escolar. A aprendizagem se torna importante, pois sem ela o aluno não consegue se desenvolver durante a sua trajetória de ensino, tornando um desafio para os professores mudar esta realidade.





A essa abordagem nos interessou estudar a realidade dos alunos do 4º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Estevão Castro. O objetivo da pesquisa é refletir sobre como se dá o desempenho dos alunos em condições de baixa renda e beneficiários do Programa Bolsa Família no contexto de aprendizagem escolar. Os objetivos específicos constituem em: Identificar os perfis destes alunos, verificar junto à escola como é o desempenho de alunos do PBF, refletir sobre a relação entre a pobreza e o desempenho dos alunos e levar uma abordagem visando os direitos humanos.

A base bibliográfica desta pesquisa traz as ideias de autores importantes como: Moacir Gadotti (2000), Miguel Arroyo (2012), Carlos Cipriano Luckesi (2002) entre outros que ajudam a refletir sobre a temática proposta. Partindo da seguinte questão: Um breve histórico sobre a educação e como ela vem se transformando ao longo dos séculos. Uma visão sobre escola e aprendizagem no cenário atual e como as novas tecnologias vem ajudando o professor neste processo, um entrelaçamento entre educação, pobreza e desigualdade social, direitos humanos na escola e uma grande análise reflexiva dos professores abordando todas essas temáticas em uma coleta de dados. Vamos fazer uma reflexão de como os impactos financeiros podem afetar ou não no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

245

### **Procedimentos Metodológicos**

O caminho metodológico desta investigação pauta-se na pesquisa bibliográfica e exploratória com abordagem quantitativa, que para Lakatos e Marconi (2009, p.269), consiste em “*analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano*”. Fornece análise mais detalhada sobre a investigação, hábitos, atitudes, tendência de comportamento etc. Foram aplicados questionários estruturados com perguntas objetivas fechadas para 6 professores que atuam no 4º ano do Ensino Fundamental.

Na proposta bibliográfica dividimos a pesquisa em estrutura perceptível onde se começa falando de um breve histórico sobre a educação e suas evoluções no decorrer do século, para esta questão foi feita uma tabela readaptada para melhor entendimento. Seguimos fazendo uma análise entre a escola e a aprendizagem no cenário atual. O processo educacional sempre foi alvo de discussões e diversos apontamentos que motivaram evoluções e vários aspectos, tanto nas metodologias de ensino dos educadores tanto no contexto escolar formado para os alunos da atualidade. Diante destas perspectivas GADOTTI afirma que,

Neste começo de novo milênio, a educação apresenta-se numa dupla encruzilhada:  
De um lado, o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da







universalização da educação básica de qualidade, de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam ainda a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações. (GADOTTI, 2000, p. 6.).

Com isso a escola contemporânea vem tendo dificuldade de desenvolvimento, onde a informações e realidade dos alunos inseridos muito vale diante da sociedade com visões que ainda se encontra engessada em certos aspectos. Para aprofundarmos mais sobre a temática e a intencionalidade de aprendizagem no cenário atual, cabe pensar uma proposta mais tecnológica e diversificada na sala de aula.

Continuamos discutindo sobre a proposta só que desta vez, fazendo um entrelaçamento entre educação, pobreza e desigualdade. Para a população pobre, a educação passa para outro patamar, o de desenvolvimento de uma consciência que ultrapasse a opressão sofrida e, como afirma Arroyo (2012, p. 233), “as lutas pela libertação são múltiplas e se reforçam”. Isto porque há todo um processo histórico de opressão por parte daqueles que detêm a maior fatia da renda brasileira. Já no campo da pobreza o termo apresenta uma vasta gama de concepções, cada um inerente a uma área específica, podendo ser reconhecida sobre óticas, por exemplo, econômica, social, política e cultural. O maior campo de pesquisa sobre pobreza está relacionado, direta ou indiretamente, ao fenômeno econômico, que será abordado para sua conceituação. Desigualdade, segundo o ponto de vista econômico, diz respeito à distribuição de renda falha. Para finalizar pontuamos sobre Direito Humanos na escola a execução e o estudo sobre DUDH pode propiciar uma mudança de atitudes entre os membros envolvidos, promovendo, assim, o respeito às individualidades e capaz de refletir, nas ações do dia-a-dia, sobre os valores inerentes aos direitos, tomando decisões mais conscientes e humanas, respeitando o outro e o ambiente em que vive com a devida presteza.

246

### **Resultados e Discussão**

Para a aplicação dos questionários, foi elaborado um roteiro com questões fechadas, de modo que as professores pudessem se sentir à vontade para assinalar informações de acordo com seus conhecimentos sobre o aluno no cotidiano escolar.

Inicia-se com algumas perguntas sobre os níveis de aprendizagem da turma. Para isso foi necessário fazer um acompanhamento do processo em sala de aula e como estes alunos vem se desenvolvendo no cotidiano escolar. A seguir serão apresentadas algumas perguntas para professores.





Começamos com o questionamento “Como é definida a avaliação da aprendizagem dos alunos beneficiados pelo Programa Bolsa família?” ’

Nesta perspectiva pode-se analisar que de acordo com a visão dos professores sobre estes alunos a maioria se encontra com rendimento bom ou regular, cabe também pensar que o processo de avaliação requer um procedimento de várias etapas na qual o professor ele precisa de informações de desenvolvimento destes alunos de acordo com o processo. Em seguida os professores continuaram a responder a seguinte questão “Como é feito o processo de avaliação da aprendizagem que você desenvolve junto aos seus alunos?”. De acordo com o gráfico que foi analisado as avaliações são feitas pelo processo de relatórios conceituais e avaliações bimestrais, onde o professor ele acompanha o aluno de acordo com seus desenvolvimentos nas provas. Avaliar é a parte pedagógica e deve ser à base de reflexão sobre o processo de aprendizagem. Segundo Luckesi (2002)

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceita-la ou para transforma-la. A definição Mais comum adequada, encontrada nos manuais, estipula que a avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações, tendo em vista uma tomada de decisão. (Luckesi. 2002, p.33).

Com esta visão podemos refletir que o processo avaliativo dos alunos requer um procedimento e habilidades de concepções onde o objeto principal é o aluno e suas condições no processo ensino e aprendizagem em sala de aula. Na sequência foi questionado “Você consegue perceber se dos alunos do PBF (Programa de Bolsa Família) apresentam maiores problemas de aprendizagem?”. Por fim surgiu o último questionamento que foi “Você identifica discrepâncias nos níveis de aprendizagem de alunos do PBF (Programa de bolsa família) e os demais da sala? O que você identifica?”.

247

As maiorias dos professores responderam que sim, neste momento podemos fazer uma análise que esta discrepância se encontra na falta de acompanhamento familiar e rendimento no processo de ensino e aprendizagem dos mesmos. A falta de apoio da família no processo de ensino e aprendizagem faz uma grande diferença nos resultados do aprendizado, pois quando a família acompanha o aluno no seu percurso escolar o seu desenvolvimento fica favorável e o aprendizado é contínuo.

### **Considerações Finais**

Esta pesquisa me trouxe grandes aprendizagens em relação ao tema escolhido. Percebi que para se trabalhar educação, pobreza, direitos humanos na aprendizagem de aluno





em zona de risco, principalmente a aprendizagem, exige muita leitura, pesquisa, preparo e reflexão. Além disso, ficou bastante claro que o ensino e a aprendizagem faz parte do cotidiano escolar e são fatores importantes para o processo educacional dos alunos.

Outro fator importante foi à intensidade de conhecer melhor sobre pobreza e direitos humanos e como estas temáticas fazem uma ponte na realidade destes alunos, a partir do momento que se tem o conhecimento e domínio sobre estes assuntos, se torna mais fácil o professor compreender o desenvolvimento de aprendizagem dos mesmos.

### Referências

- ARROYO, M.G. Diversidade. In: CALDART, R.S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.
- LAKATOS, MARCONI, Eva Maria, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar** – Estudos e Proposições. 22ª edição Cortez Editora, 2002.

## AS CONTRIBUIÇÕES DO PBF (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA) NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO(A)S ALUNO(A)S BENEFICIÁRIOS (A) NA ESCOLA MUNICIPAL SALOMÃO CARDOSO EM ARAGUAINA-TO.

248

**Cleide Barbosa de Sousa Andrade**  
**Alberto Pereira Lopes**

**Resumo:** A presente pesquisa problematizou a vivência dos beneficiários do PBF (Programa Bolsa Família) e suas vulnerabilidades no ambiente escolar, analisando a dimensão e relevância da temática qualidade de vida, o que impulsionou o desejo de investigar a sua eficácia enquanto programa social. O estudo foi orientado pela seguinte questão: até que ponto a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas tiveram correlação com a proteção social do programa? Em face desta questão, a pesquisa teve por objetivo analisar quais as contribuições do PBF no processo de ensino-aprendizagem e sua relação com a qualidade de vida dos alunos. A metodologia empregada foi à pesquisa qualitativa por meio da análise de dados, subsidiada por observação, questionários e entrevistas direcionadas à equipe pedagógica e as famílias beneficiárias, dessa forma, a análise foi desenvolvida tomando como base a experiência dos beneficiários e equipe escolar na cidade de Araguaína/Tocantins, analisando a eficiência do programa social no combate à pobreza no contexto educacional da Escola Salomão Cardoso. Na conclusão dos resultados práticos frente à investigação, foram definidos os passos da análise considerando a descrição, seguida por leituras e releituras das entrevistas com professores e as famílias dos alunos da turma do 5º ano “A” e “B” subsidiada pelo referencial teórico. A escolha da turma se deu pela condição da análise histórica do alunado, visando entrevistar aqueles que participam do programa desde as séries iniciais, pois através desse tipo de investigação juntamente com a equipe escolar foi possível identificar a conduta do aluno dentro do processo histórico do programa. Portanto análise dos dados nos permitiu em um determinado espaço-tempo, observar a contribuição da prática pedagógica subsidiada pelo programa social, enfatizando as respostas obtidas no que se refere à qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, educação, pobreza, vulnerabilidade social.





## Introdução

O presente artigo pretende construir uma proposta que leva o leitor a reconhecer as problematizações pertinentes ao contexto escolar da Escola Salomão Cardoso, dentre elas a diversidade sociocultural e sócio espacial, existente dentro e fora do âmbito escolar, tendo como foco principal os alunos beneficiários do bolsa família. A pobreza é um elemento que está presente no cotidiano brasileiro, reconhecer essa problemática é de suma importância para nossa reflexão e práticas pedagógicas. Dado o contexto da temática percebe-se que os programas sociais têm um importante papel no processo educacional.

O PBF constitui-se como um subsídio, conforme Guerra:

[...] é dirigido às famílias em situação de exclusão econômica, com o intuito de melhorar suas possibilidades de acesso aos serviços públicos de saúde e de educação. Além disso, o Programa tem como proposta o cumprimento de condicionalidades para as famílias, a fim de ser um estímulo a formação de capital humano. (GUERRA et al. 2012, p. 04).

Considerando que um dos maiores problemas da população brasileira é a dificuldade socioeconômica das famílias, a ideia de estudar o impacto do Programa Bolsa Família no processo de melhoria de vida das famílias, deve-se à perspectiva estabelecida pelo programa quanto ao direito ao acesso aos serviços básicos, como saúde e educação. Acreditamos que o profissional da educação precisa reconhecer diversas dinâmicas que envolvam o espaço social do aluno, pensando criticamente a respeito da sua realidade e principalmente no que tange as suas peculiaridades e particularidades. Segundo Martins (1990, p.52) “a educação é um processo de ação da sociedade sobre o educando, visando entregá-lo segundo seus padrões sociais, econômicos, políticos, e seus interesses”.

249

Uma das justificativas desta investigação se deu pelo fato de que a simples permanência do aluno na escola não supre todas as características sociais que envolvem a pobreza. A escola é uma ferramenta necessária, no entanto é necessário se ter boas escolas, bem como o apoio dos pais e professores, para que o alunado possa obter bons resultados e alcance um aprendizado satisfatório e ter mais oportunidades no futuro. É preciso refletir sobre a importância dos programas sociais que atuam no combate à pobreza, analisando se de fato o PBF tem contribuído para melhoria do aprendizado dos alunos beneficiários, e quais as melhorias obtidas no que se refere à qualidade de vida.

Esse trabalho visa analisar a importância do PBF, como se comporta diante do enfrentamento de um dos grandes problemas da sociedade brasileira, que é o combate à fome e a miséria. Será que o mesmo vem contribuir para promover a emancipação das famílias







mais pobres do país? As famílias beneficiadas tiveram melhoria da condição de vida? A proteção social realmente está surtindo efeito? Qual a importância da Escola no que tange as políticas públicas? Quais as suas contribuições para o rompimento dos preconceitos entre as classes sociais dentro do contexto escolar? Essas são algumas incógnitas que pretendemos desvendar no decorrer desse trabalho.

Segundo Teixeira:

A importância da educação, nos dias de hoje, não é apenas uma consequência da complexidade da vida moderna, porém, talvez ainda mais, da inclusão no seu campo de todas as questões da vida humana, que anteriormente possuíam técnicas ou setores diversos de ação (TEIXEIRA, 1997, p. 67).

A problematização inicial é analisar a importância do programa diante do processo de ensino-aprendizagem e sua contribuição na melhoria da qualidade de vida do alunado. O que nos levou a seguinte reflexão sobre a problemática de pesquisa foi: quais são as possibilidades dos alunos por meio do programa bolsa família, melhorem os seus índices tanto no ensino-aprendizagem como na sua qualidade de vida. Existem muitas críticas acerca dos programas sociais, o que acaba por disseminar uma falsa ideologia, como por exemplo: todo pobre é preguiçoso e desqualificado. É importante salientar que a má distribuição da renda tem sido desde o princípio um agente causador das desigualdades sociais entre as classes e este é um fator gerador das mazelas sociais que observamos no nosso país.

250

Dessa forma, a análise foi desenvolvida em forma de pesquisa tomando a experiência dos beneficiários do PBF, para se analisar a eficiência desse programa no combate à pobreza, as atividades foram desenvolvidas a partir de experiências e vivências educacionais com os alunos das turmas do 5º ano da Escola Salomão Cardoso<sup>10</sup> na cidade de Araguaína - TO, e posterior análise, reflexão e interpretação dos percursos dos alunos no decorrer de tal programa, subsidiado por entrevista tanto com a(s) professora(s) de turma, bem como com os familiares dos alunos.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Salomão Cardoso, situada na Rua São Jorge nº Bairro São João, Araguaína - TO. Na coleta de dados foi possível fazer o seguinte levantamento, a escola possui um total de 203 alunos matriculados divididos em dois turnos

---

<sup>10</sup> O motivo que me levou a escolher a Escola Salomão Cardoso como foco de estudo, foi porque me identifiquei com as questões sociais, nesse caso o PBF, em que observei as questões sociais do local com o programa de especialização do qual faço parte, com isso tive a oportunidade de sistematizar minhas ideias sobre tal temática.





sendo estes: matutino e vespertino, as séries oferecidas são do 1º e 2º período e do 1º a 3º ano do ensino fundamental.

O trabalho se desenvolveu mediante três etapas: investigação, ação e conclusão. Na primeira fase, foram selecionadas e problematizadas as questões de pesquisa. Posteriormente estabelecidos os contatos primários para início da pesquisa de campo, no segundo momento, realizamos uma revisão bibliográfica: fazendo leituras e reflexões acerca da temática, buscando investigar qual o seu papel do programa social Bolsa Família tanto no âmbito social como educativo. O terceiro momento consistiu na interação entre a pesquisadora com os alunos em questão, avaliando a prática educativa que envolve tal contexto social por meio de entrevistas<sup>11</sup> como o corpo docente e questionários analisando a contribuição do Programa Bolsa Família na vida tanto dos alunos como professores da Escola Salomão Cardoso.

Na conclusão dos resultados práticos frente à investigação, definimos os passos da análise considerando a descrição, seguida por leituras e releituras dos questionários com professores e as famílias dos alunos da turma do 5º ano “A” e “B” subsidiadas pelo referencial teórico. A escolha de tal turma se deu pela possibilidade de análise histórica dos alunos, pois muitos participam do programa desde as séries iniciais, o que contribuiu para uma investigação mais profunda junto à equipe escolar. A análise dos dados nos permitiu em um determinado espaço-tempo, observar qual a contribuição da prática pedagógica através do referido programa social e sua participação no que se refere à ampliação da capacidade cognitiva dos alunos<sup>12</sup>.

251

### **Resultados e Discussão**

Analisar as disparidades do PBF foi relevante, para refletirmos sobre seu método de distribuição e utilização dos recursos federais, tendo com base a realidade imposta a cada beneficiário, o que contribuiu a reflexão sobre a pobreza no ambiente escolar. Parte dos beneficiários se acomoda com essa "ajuda" e não procuram melhorias mesmo tendo oportunidades. No entanto para outros beneficiários essa "ajuda" é o único recurso disponível os quais permanecem sem perspectivas de saírem da linha da pobreza. Nesse sentido a cidadania desses indivíduos não abrange os direitos mínimos necessários para exercerem sua dignidade mesmo sendo pobres, pois esta é sua condição indiferente a sua vontade.

<sup>11</sup> Foi aplicado um questionário para 4 professores e entrevista com 5 famílias, durante os meses de agosto e setembro.

<sup>12</sup> A observação direcionada para a pesquisa durou cerca de três meses.





Segundo a pesquisa a maioria dos entrevistados da escola já percebeu ou conviveu em seu ambiente de trabalho, muitos alunos que vivem na pobreza ou na pobreza extrema. De um lado, é preciso analisar também as disparidades do programa a sua importância e forma de distribuição e utilização, essa realidade nos impõe a necessidade de uma reflexão sobre a pobreza no ambiente escolar uma vez que muitos se acomodam com a "ajuda" vida do programa e não procuram melhorias mesmo tendo oportunidades.

No entanto por outro lado para alguns beneficiários essa "ajuda" é o único recurso disponível, pois permanecem sem perspectivas de saírem da linha da pobreza. Nesse sentido a cidadania desses indivíduos não abrange os direitos mínimos necessários para exercício da dignidade humana, mesmo sendo pobres os direitos devem ser iguais, pois esta é uma condição que precisa se reconhecer, como resultado de uma ação/efeito.

O programa Bolsa Família também é visto como uma grande jogada de marketing eleitoral do governo Lula. A unificação dos programas sociais anteriores sob a denominação de bolsa família confere ao programa uma única marca, agora com ampla visibilidade, que passou a ser vendida como o triunfo do governo que mais teria investido em políticas sociais. Para além das discussões e críticas as condicionalidades do programa, como as que o tomam como fator eleitoreiro, utilizado pelos políticos para se manter ou chegar no poder.

252

Apesar do caráter eleitoreiro relatado, é preciso ter em vista o caráter de proteção social, e o fortalecimento das políticas públicas que o programa conseguiu nos últimos anos, e que vêm sofrendo com a crescente ofensiva neoliberal de desmonte dos direitos sociais e retirada de investimentos nos setores essenciais para a sociedade, como saúde, educação e assistência, imprescindíveis em um país subdesenvolvido como Brasil, para que os desiguais possam emancipar-se, ou, ter garantidos, os direitos mínimos.

Portanto, percebe-se que as famílias que fazem parte do PBF consideram esse auxílio como necessário, mas insuficiente para suprir as necessidades básicas das crianças beneficiadas. De qualquer modo é notório que a política pública do programa em partes esta contribuindo para o exercício da cidadania das pessoas em estado de desigualdades social e pobreza, uma vez que sem esse benefício a situação da grande maioria dos entrevistados estariam piores.

### **Considerações Finais**

Apesar do grande incentivo do Governo Federal nos últimos anos, no que tange a implantação de políticas públicas, grande parte da população ainda sofre os efeitos da pobreza





no seu cotidiano, os beneficiados sofrem preconceitos devido às ideologias impostas pelo senso comum, isso se permeia no contexto escolar e na sociedade. A referida pesquisa sobre o Programa Bolsa Família e sua aplicabilidade, na comunidade escolar foi de suma importância, pois foi possível vivenciar a realidade escolar e discutir os pontos negativos e positivos em relação ao uso de programas sociais como melhoria da aprendizagem.

A educação é parte fundamental na construção de uma sociedade que tenha conhecimento de seus direitos, pois é através dela que são construídas e mantidas as estruturas de uma sociedade desenvolvida, onde o ser humano deve ser valorizado e tenham seus direitos respeitados. No entanto, devemos questionar de que maneira a educação tem oportunizado esses direitos humanos, as expectativas de que a educação pode resolver essa situação é presente na sociedade como se a pobreza fosse uma questão moral e cultural o que se percebe é que não existe uma igualdade de direitos, o que demonstra uma violação nos direitos humanos principalmente nas classes empobrecidas.

Sabemos que os direitos devem ser iguais para culturas diferentes, onde haja respeito e não imposição é através dos movimentos sociais que se têm obtido uma realidade diferente em vários aspectos e que contribui com a transformação social. A partir de tal estudo, acreditamos que a política pública do PBF em partes esteja contribuindo para o exercício da cidadania e melhoria do ensino/aprendizagem dos indivíduos analisados, uma vez que o mesmo auxilia na superação de mazelas sociais e situações de pobreza extrema em que varias pessoas estão inseridas, sendo assim sua contribuição colabora para o inicio da dignificação daqueles que estão na miséria.

Portanto, o que se observa é uma necessidade também a participação de toda sociedade (família e comunidade) e não somente da escola para que haja uma melhor efetivação e valorização dos direitos humanos e da compreensão do que é a pobreza, a mesma deve ser inserida nas disciplinas escolares e abordada de forma efetiva levando em conta as necessidades e as demandas da comunidade escolar.

### Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e Incertezas sobre o Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013 p.43-75.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos Humanos**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.







BRASIL. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília (DF): MDS, 2004.

GUERRA, Ana C.; FARIA, Evandro R. de; TOLEDO, Dimitri A. C.; SANTOS, Lucas M. dos. **Programa Bolsa Família: Uma Análise sob o Ponto de Vista dos Usuários**. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ, 2012. <<http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1287/1/MONITORAMENTO%20E%0AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20PROGRAMA.pdf>>. Acesso em: 26 de outubro de 2017.

TEIXEIRA, A. (1997). **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1936.

## CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA NOS LIVROS DIDÁTICOS: ABORDAGEM NOS LIVROS UTILIZADOS PELAS TURMAS DE 2º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL ESTEVÃO CASTRO

Cleidiane Alves Soares  
Rachel Bernardes de Lima

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo conhecer como a pobreza é abordada nos livros didáticos dos alunos do segundo ano do ensino fundamental, da Escola Municipal Estevão de Castro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Tal estudo justificou-se pelo questionamento quanto ao tema pobreza e como este era abordado nos conteúdos propostos pelos livros didáticos. Durante o estudo, verificou-se que os livros não abordam diretamente a temática da pobreza, apresentando, apenas, temas próximos e que possibilitam aos professores trabalhar a questão, porém, fica a cargo do profissional o método e o plano de aula, uma vez que os temas são amplos e não falam diretamente sobre o problema em questão. É perceptível que houveram avanços na produção e distribuição dos livros didáticos, mas ainda carecem de maior atenção no que se refere à pobreza. Ao escolher os livros a escola deve se atentar aos assuntos descritos para ver se condiz com a realidade da escola.

254

**Palavras-Chave:** Livro didático. Educação. Pobreza.

### Introdução

Este trabalho consiste em uma pesquisa que busca analisar a abordagem da pobreza e da desigualdade social nos livros didáticos dos alunos do segundo ano do ensino fundamental, utilizados pela Escola Municipal Estevão de Castro. Para executar a pesquisa foi necessário conhecer a origem dos livros didáticos, como a escola faz a escolha dos livros, o público atendido pela escola e analisar os livros utilizados pelos alunos do segundo ano.

Para fundamentação, foi necessário consultar legislações e documentos oficiais que tratam sobre livros didáticos e publicações de pesquisadores na área que é objeto deste estudo, com o intuito de averiguar como a pobreza é abordada nos livros didáticos escolhidos e utilizados pela Escola Municipal Estevão de Castro no ano de 2017.

Para embasamento, tornou-se necessário conhecer a história dos livros didáticos, como foram inseridos na educação brasileira e como auxiliam o professor na sala de aula, como





instrumento da prática docente, além de conhecer o contexto social da escola e como é feita a escolha dos livros. Logo após, analisar como a pobreza é abordada nos livros didáticos dos alunos do segundo ano do ensino fundamental, da Escola Municipal Estevão de Castro.

A abordagem deste tema na escola pode influenciar no cotidiano dos alunos, tanto na escola como na sociedade, pois terão conhecimento sobre respeito às diversidades, que são cidadãos, que têm direitos e deveres, independentes de suas diferenças. É relevante, também, para os educadores, pois terão ciência de que a dificuldade de aprender nem sempre é responsabilidade do ânimo do aluno, mas sim da metodologia utilizada e do contexto social em que as crianças estão inseridas.

### **Procedimentos Metodológicos**

Esta pesquisa foi desenvolvida através de pesquisa documental e bibliográfica e através de um estudo de caso. A pesquisa documental e bibliográfica teve como objetivo aprofundar o tema em estudo, conhecer as principais teorias que norteiam o tema, que nos permitem aprofundar os conhecimentos sobre o assunto e desta maneira compreender melhor como a pobreza e desigualdade social são abordadas nos livros didáticos.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 53), considera-se uma pesquisa bibliográfica aquela “elaborada a partir de material já publicado” seja por meio impresso ou virtual, sendo que, com relação a este, os autores afirmam que “devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente”.

255

A pesquisa bibliográfica é uma fonte indispensável à construção do conhecimento, pois por meio de estudos já realizados, sistematizados e publicados construímos conhecemos e compreendemos o nosso meio.

Esta pesquisa também é de cunho documental, uma vez que aborda um tema orientado por legislações federais e órgãos públicos competentes. Neste sentido, vale ressaltar que o desenvolvimento de uma pesquisa, quando se é documental, segue as mesmas etapas da pesquisa bibliográfica, ou seja, consiste na exploração das fontes (GIL, 2008, p. 45), porém, este tipo de pesquisa, conforme afirma Severino (2007, p. 122-123), tem “como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas, sobretudo, de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

Para aplicação da pesquisa, foi feito o estudo de caso, que possibilitou a coleta de informações sobre o tema proposto. Através de observação de livro da biblioteca da escola, com o intuito de coletar dados que enriqueceram o desenvolvimento deste trabalho, e articular





teoria e prática capazes de construir conhecimento sobre a abordagem da pobreza na educação das crianças do 2º ano do ensino fundamental.

Desta maneira, é possível observar que, tanto a pesquisa bibliográfica, como o trabalho de estudo de caso, contribuiu com o desenvolvimento do tema em estudo, pois ampliaram o conhecimento e possibilitaram a reflexão e compreensão sobre o problema delimitado.

### Resultados e Discussão

A análise dos livros didáticos foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, mas antes de começar a discutir sobre o tema em estudo, fez-se necessário entender o que é um livro didático, sua origem, qual a sua contribuição enquanto instrumento da prática docente, como são escolhidos e o contexto social da Escola Municipal Estevão de Castro.

Foram encontradas poucas pesquisas que falam sobre o livro didático. Isto porque trata-se de um objeto tão comum no contexto escolar, que não se torna algo atrativo ou que ganhe destaque no ambiente escolar. É tão natural tê-lo que, por vezes, não é notado por pesquisadores ou mesmo por quem buscam conhecer o contexto escolar.

Ao mesmo tempo, percebemos que há grandes olhares da sociedade voltados às impressões didáticas, no que diz respeito a temas muito abordados na atualidade, tais como a sexualidade. Surge, então, o questionamento sobre a utilidade do livro didático para outros assuntos que não os relativos ao currículo.

Segundo Libâneo (2002 *in* BATISTA, 2011, p. 15), o livro didático é importante na escola devido sua utilização tanto pelo professor quanto pelo aluno, uma vez que se trata de um recurso que reforça os conhecimentos sobre um assunto específico ou sugestões de como apresentá-lo em sala de aula. Apresenta-se, também, como uma “maneira mais organizada e sistematizada um assunto que possibilite que o aluno revise em sua casa e faça exercícios que reforcem este conhecimento (grifo nosso)”.

A criação e a distribuição dos livros didáticos no Brasil ocorreram lentamente, e durante muito tempo o acesso aos livros era restrito às classes dominantes, aos ricos, os pobres dificilmente teriam acesso a este tipo de material, pois sua condição social não permitia obter materiais com custos superiores à sua renda.

Ao falar sobre os livros didáticos Libâneo (2002), afirma que:

O livro didático é um recurso importante na escola por ser útil tanto ao professor como ao aluno. Pois, através dele o docente pode reforçar seus conhecimentos sobre um assunto específico ou receber sugestões de como apresentá-lo em sala de aula. Já





para o aluno, é uma forma de ter de maneira mais organizada e sistematizada um assunto que possibilite que ele revise em sua casa e faça exercícios que reforcem este conhecimento.

O livro didático é fundamental na orientação do trabalho do professor e no processo de aprendizagem do aluno. Os autores dos livros idealizam um caminho para facilitar a mediação do conhecimento ao aluno e contribuir para ajudar o professor a traçar estratégias de ensino. E o professor utilizar meios pedagógicos para desenvolver o seu trabalho, em busca de formar cidadãos críticos e conhecedores dos seus direitos.

A escolha dos livros didáticos é feita pelos professores e pela equipe pedagógica. Para fazer a análise dos livros a equipe precisa ter conhecimento do Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que apresenta as resenhas dos livros, para a partir da leitura das sínteses dos livros, os professores escolhem, em conjunto, os livros que serão utilizados no próximo triênio, de acordo com suas necessidades. Os professores têm a liberdade de escolher os livros independente da coleção a qual faça parte, não estando preso a pacotes fechados de livros de determinada editora.

Ao falar sobre a escolha do livro didático, o MEC afirma que:

O livro didático deve ser adequado ao projeto político-pedagógico da escola; ao aluno e professor; e à realidade sociocultural das instituições. Os professores podem selecionar os livros a serem utilizados em sala de aula somente pela internet, no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2017).

257

Os livros são distribuídos no início do ano, sendo que as crianças das turmas de 2º ano do Ensino Fundamental recebem três livros: “Letramento e Alfabetização”, que aborda assuntos relacionados à língua portuguesa, ortografia e gramática; “Descobrir o Mundo”, que fala das ciências da natureza, e envolve as disciplinas de história, geografia e ciências; “Geografia” é o terceiro livro e aborda os conteúdos relacionados às ciências sociais. Ao receber, os alunos são orientados a zelar pelos livros, encapando-os e mantendo-os em boas condições. Diferente de outras coleções de livros didáticos utilizados por outros anos do Ensino Fundamental, estes utilizados pelos alunos são consumíveis durante o ano e, ao final do ano letivo, as crianças não precisam devolvê-los.

Quanto a Escola Municipal Estevão de Castro, atende as crianças da região sul de Palmas, em especial, as que residem no Aurenny III. A comunidade apresenta-se com as mais diversas faixas-econômicas. Por se tratar de uma escola localizada em uma das avenidas principais do setor, muitos comerciantes matriculam seus filhos, bem como pessoas com baixa renda. Sendo que, no geral, podemos caracterizar a comunidade como de baixa renda.







Nenhum dos livros didáticos utilizados pelos alunos do segundo ano, trata diretamente da pobreza e da desigualdade social. Porém, alguns livros abordam assuntos que permitem que os professores trabalhem a pobreza e desigualdade social, no entanto isso fica a critério do professor, já que, o assunto não é obrigatório por não estar descrito nos materiais didáticos.

### Conclusão

Por meio desta pesquisa é possível fazer algumas considerações sobre a história e a utilidade do livro didático na sala e aula e, sobre a abordagem da pobreza e da desigualdade social nos livros didáticos dos alunos do segundo ano do ensino fundamental, da Escola Municipal Estevão de Castro. É possível observar que, o processo de implantação do livro didático, no Brasil foi bastante lento e que os livros didáticos precisam dá mais atenção à pobreza e a desigualdade social.

A maioria do público atendido pela Escola Estevão de Castro apresenta baixa renda, mas, ainda assim, os livros didáticos não tratam diretamente desta questão social. Os assuntos encontrados nos livros que dão possibilidades de os professores falarem sobre a pobreza são poucos, e estes assuntos só serão trabalhados se os professores tiverem interesse em buscar novos recursos para complementar o assunto.

Diante dos dados obtidos durante esta pesquisa podemos considerar que o livro é muito importante na formação dos educandos e um ótimo aliado do professor. As políticas públicas sobre os livros didáticos avançaram significativamente no decorrer na história da educação brasileira, trazendo resultados benéficos à população que antes não tinha acesso aos livros e à educação.

Sendo assim, conclui-se que este trabalho pode contribuir, sobremaneira, com o trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor na sala de aula e chamar atenção para os desafios postos pela pobreza e a desigualdade social, que afeta a maioria dos estudantes de escola públicas brasileiras.

### Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Escolha do livro didático**. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/pnld/index.php?option=com\\_content&view=article&id=index.php?option=com\\_content&view=article&id=13658](http://portal.mec.gov.br/pnld/index.php?option=com_content&view=article&id=index.php?option=com_content&view=article&id=13658)> Acesso em 29 de out. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, MARCONI, Eva Maria, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática: velhos e novos tempos**. Edição do Autor, maio de 2002.





PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. - 2. ed. – Novo Hamburgo – RS: Universidade Feevale, 2013.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. – 23. ed. 8. reimpr. – São Paulo: Cortez, 2007.

## EDUCAÇÃO E POBREZA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CRIANÇAS NEGRAS NA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS - TO

Cristiane de Oliveira Rosa  
Klívya de Cássia Silva Nunes

**Resumo:** O objetivo deste artigo é refletir sobre as políticas públicas educacionais destinadas às crianças negras no município de Tocantinópolis – TO, como forma de diminuição de suas desigualdades sociais e pobreza. O interesse pelo tema é querer saber como está a situação dessas crianças, visto que procuraremos analisar as políticas públicas educacionais, a partir dos programas implementados para melhoria da qualidade do rendimento escolar, na permanência das crianças na escola e a diminuição da desigualdade social e racial. A pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, tendo como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que conforme os indicadores disponíveis pela UNICEF que o Norte é a região que mais sofre com a exclusão das crianças e dos adolescentes negros nas escolas, o que também podemos inferir que no município de Tocantinópolis, 45% da população vive na pobreza ou na extrema pobreza, e, portanto, também se encontram na situação apontada pela UNICEF.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Desigualdade Social. Étnico Racial.

259

### Introdução

No desenvolvimento deste artigo buscaremos analisar as políticas públicas educacionais, a partir dos programas implementados para melhoria da qualidade do rendimento escolar, na permanência das crianças na escola e a diminuição da desigualdade social e racial.

Neste sentido, a educação, sendo um dos meios mais importantes para se atingir o equilíbrio social e racial, através do conhecimento técnico e intelectual que um indivíduo pode aumentar sua renda e sair da linha da exclusão.

Assim, o presente artigo tem como principal objetivo refletir sobre as políticas públicas educacionais destinadas às crianças negras no município de Tocantinópolis – TO, como forma de diminuição de suas desigualdades sociais e pobreza. O tema escolhido é de relevância para saber se de fato está ocorrendo a diminuição da desigualdade social e pobreza entre as crianças branca e as negras. Tendo como problema as seguintes questões norteadoras do trabalho: quais os desafios e perspectivas que as políticas públicas educacionais vêm





enfrentando para a diminuição da desigualdade social das crianças negras da cidade de Tocantinópolis – TO? Visto que os indicadores nos mostram que o Norte do país é a região que mais sofre com a exclusão das crianças e dos adolescentes nas escolas. Queremos saber como está esses índices na cidade de Tocantinópolis. As políticas públicas educacionais foram feitas para beneficiar a quem de fato? Vale dizer que neste artigo vamos nos restringir nos levantamentos de dados sobre as crianças negras.

O interesse pelo tema é querer saber como está a situação dessas crianças, quando sabemos que a exclusão escolar é maior entre a população negra e indígenas, e que é mais grave no Norte do país, tal como citado anteriormente.

Para tanto, utilizou-se como procedimento metodológico levantamento bibliográfico, relativo à temática abordada em: livros, artigos, dissertações, teses e legislações, referente ao tema pesquisado. A pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, pois tais pesquisas se complementam e não se excluem, o qual nos ajudou a analisar os dados obtidos.

Este trabalho possui dois tópicos que se complementam. A primeira parte é mais teórica e trata sobre a pobreza, educação e sua relação com a desigualdade racial, introduz o trabalho com o referencial adotado. A segunda parte, mostraremos o cenário da exclusão na cidade de Tocantinópolis, através de dados levantados e analisados para melhor compreensão do objeto em estudo.

260

### **Procedimentos Metodológicos**

Como procedimento metodológico foi utilizado levantamento bibliográfico, relativo à temática abordada em: livros, artigos, dissertações, teses e legislações, referente ao tema pesquisado. A pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, pois tais pesquisas se complementam e não se excluem, o qual nos ajudou a analisar os dados obtidos. Teve como objeto de estudo as políticas educacionais do município de Tocantinópolis para a educação infantil.

### **Resultados e Discussão**

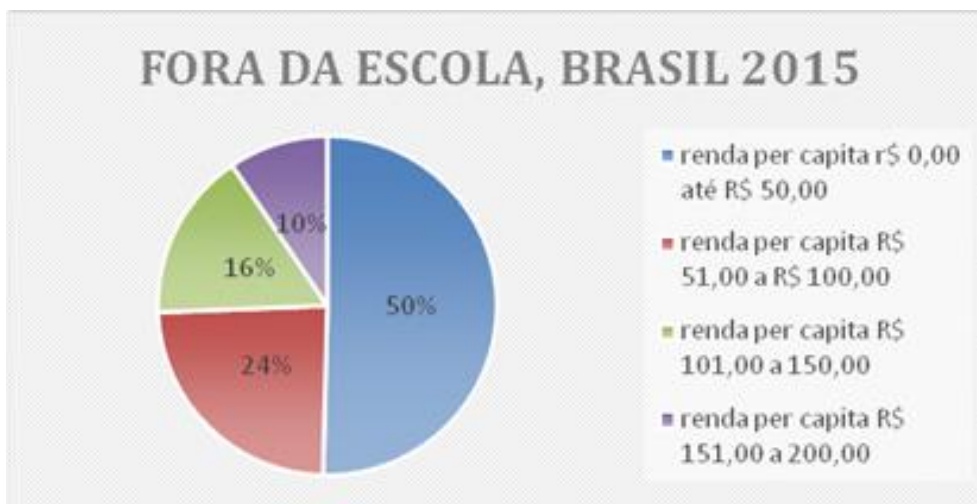
A pesquisa que demonstra que mais de 2,8 milhões de crianças e adolescentes estão excluídos do espaço escolar em todo o país, mais a constatação da pesquisa que as maiores exclusões são na região Norte e Nordeste do Brasil (Relatório da UNICEF – Cenário da exclusão escolar no Brasil, 2017), como Tocantinópolis está localizado na região norte, fica evidente, que esta cidade está incluída, é o que veremos mais adiante na pesquisa quando





demonstramos a exclusão das crianças com idade de educação infantil, 0 a 3 anos de idade e 4 e 5 anos de idade, mais especificamente entre a faixa etária de 0 a 3 anos.

**Gráfico 2:** Alunos Fora da Escola – Brasil 2015



FONTE: RELATÓRIO UNICEF, 2017

Com base nos dados apresentados acima e fazendo uma relação com o Plano Municipal de Educação do município de Tocantinópolis, na sua meta 1B, o município tem que oferecer 50% das matrículas para criança de 0 a 3 anos de idade, hoje oferecemos 25% da demanda que tem para esse público. Já na meta 1ª, o município teria que ter ampliando para universalização até 2016, só que consegui atender somente 57% das crianças de 4 e 5 anos. De acordo com a pesquisa da UNICEF, é maior exclusão escolar entre crianças dessa faixa etária, que teriam que serem matriculadas na educação infantil, etapa considerada desigual no que se refere ao acesso à educação tanto no que se refere a questão socioeconômica quanto a raça, localidade, entre outros.

Além do exposto, compreendemos que as políticas públicas de transferência de renda no país são importantes mecanismos para o enfrentamento da pobreza e extrema pobreza, garantir a sobrevivência humana e diminuição das desigualdades sociais e raciais em nossa sociedade. Mas por outro lado, fica evidente que Programas de Transferência de Renda como o PBF, acaba por mascarar e relativizar as verdadeira causas da pobreza e desigualdade social e racial no país, que estão contidos nos conflitos estruturais e conjunturais profundos da realidade brasileira, que é a má distribuição de renda advinda do modelo econômico capitalista.







### Considerações Finais ou Conclusão

Consideramos que as políticas educacionais e sociais implementadas na cidade de Tocantinópolis, mesmo não temos hoje os objetivos e metas alcançadas para tentar diminuir essa desigualdade social e racial, o município está trabalhando para isso, sendo este o maior desafio. Visto que, de acordo com os dados apresentados, sabemos que essa tarefa para município não é tão fácil, porque quase a metade da população vivem na pobreza ou extrema pobreza. Sendo que, a oferta da educação infantil, ainda é desigual tanto no aspecto socioeconômico quanto racial, pois apenas se conseguiu atender na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, apenas 25% da demanda e 57% das crianças de 4 e 5 anos, o que acaba mostrando o reflexo da política pública brasileira para este nível de ensino.

Por outro lado, temos como perspectivas as políticas que vem sendo desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura para superar tais dificuldades, que é aumentar o número de vagas no pré-escolar e na creche para atender mais alunos, pensa-se em alternativas de atendimento, que pode ser parcial e/ou integral. Há também previsão para a construção de uma nova creche para atender as crianças de 0 a 3 anos, já propostas no cadastrado no SIMEC, módulo PAR, mesmo considerando que o número de filhos por família está diminuindo na cidade de Tocantinópolis, que de acordo com IBGE (2010) que trazem números de casais com filhos que é de 2.987 famílias e de casais sem filhos, com número de 950 famílias casais.

Mais mesmo diante das pequenas conquistas, o desafio ainda é maior para o município de Tocantinópolis e no resto do Brasil, pois a oferta da educação infantil para as crianças brasileira (negras, pardas e brancas) são ainda frágeis, principalmente na idade entre 0 a 3 anos, sendo que atinge a maioria das crianças negras, da região norte do país, por ser a população historicamente despossuída de bens materiais, como posto ao longo do artigo, e, que, portanto, as políticas educacionais ainda provocam a desigualdade racial, regional e econômica.

Finaliza-se este artigo fazendo uma advertência da importância do tema e alertando para futuras investigações de que ainda são frágeis e há poucos estudos sobre a educação infantil no que tange a questão das relações raciais. Neste sentido, que procuramos refletir sobre alguns elementos tão complexos e caros para os movimentos sociais que é falar sobre as condições de vida e da oferta da educação para as crianças, jovens e adultos negros no





contexto das políticas públicas, especialmente, das crianças negras, onde tais políticas e pesquisas acadêmicas são silenciadas.

### Referências

ALDIGUIERI, Mário. **Josimo: uma vida no conflito do Bico do Papagaio**. Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Instituto de Ciências Sociais e Letras. UFG, 1991

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1824. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

BRASIL. LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 28 de outubro de 2017.

BRASIL. **Lei no 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; Unesco, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produto Interno Bruto dos municípios – 2011**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210405&idtema=125&search=maranhao%7Cestrito%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2011>. Acessado em: 09.11.2017

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Informações Estatísticas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=210405>. Acessado em: 09.11.2017

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Mapa da Pobreza e Desigualdade**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210405&idtema=19&search=maranhao|estrito|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>. Acessado em: 09.11.2017

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=172120>.

FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em Busca de um Elo**. Ética Editora, Imperatriz, 1998.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: Ipea, 2008.

LOCATELLI, Arinalda da Silva. **O Cotidiano dos (as) Professores (as) do Ensino Fundamental e a possibilidade da práxis educativas no processo de Formação Continuada**. UFMA: São Luís, 2008 (Dissertação de Mestrado)

MARINGONI, Gilberto. **O destino dos negros após a Abolição**. IPEA. 2011, ano 8. Ed. 70. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23). Acessado em: 30.10.2017

MARTINS, Miguel. **O racismo em números**. Carta Capital, 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/767/o-racismo-em-numeros-6063.html>. Acessado em: 30.10.2017

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Adotada e aprovada em Assembleia Geral da ONU. Dezembro, 1947.





O GIRASSOL. **Pobreza:** Mais de 10% da população do Tocantins vive em situação de extrema pobreza. Palmas, 2017. Disponível em: <http://www.ogirassol.com.br/viver/mais-de-10-da-populacao-do-tocantins-vive-em-situacao-de-extrema-pobreza>. Acessado em: 09.11.2017

REGO, Walquíria D.; PINZANI, Alessandro. **Pobreza e Cidadania.** Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais.** In: Maria Aparecida Silva Bento, organizadora. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11283-educacao-infantis-conceituais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educacao-infantis-conceituais&Itemid=30192). Acessado em: 31.10.2017

SOARES, Eliane Pesente. **Políticas Públicas e Educação Infantil no Estado do Tocantins: história e concepções norteadoras.** Goiânia. UFG, 2005. 166 p.

THEODORO, Mário. Organizador. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília, Ipea, 2008.

## A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO PROGRAMA ASSISTENCIALISTA BOLSA FAMÍLIA NO COMBATE A POBREZA DOS ALUNOS DE BAIXA RENDA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO CABO APARÍCIO ARAÚJO PAZ EM ANANÁS-TO

Cristina Mendes Araújo  
Alberto Pereira Lopes

264

**RESUMO:** O Bolsa Família é um programa de bem-estar social desenvolvido pelo governo federal brasileiro desde 2003, regulamentado pelo decreto lei de nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, mencionadas pelo então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, como integrante do Fome Zero. Este programa social está direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, para que consigam superar essa situação de vulnerabilidade. Este artigo apresenta um estudo sobre a importância do programa Bolsa Família para a redução da pobreza dos alunos de baixa renda da instituição Centro de Ensino Médio Cabo Aparício Araújo Paz de Ananás-TO. Para tanto, envereda-se pelo método da pesquisa bibliográfica relativa ao tema e como última, levantamento de dados sobre a realidade do programa nas famílias destes alunos. Um dos principais problemas do Brasil é a dificuldade socioeconômica das famílias que vivem à margem da pobreza, e isso acaba contribuindo ou não para a permanência de alunos de baixa renda na escola, sendo assim a ideia de estudarmos a contribuição do Programa Bolsa Família no processo ensino aprendizagem nesta instituição de Ensino Médio, deve-se à perspectiva estabelecida pelo programa quanto ao direito ao acesso aos serviços básicos, aqui no caso a educação.

**Palavras-Chave:** Bolsa família; Redução da pobreza; Educação.

### Introdução

O texto discute assuntos referentes ao combate da pobreza por meio de programas assistencialistas como o Bolsa Família e a educação. Com aproximadamente 207 milhões de habitantes segundo o IBGE (2016) o Brasil vem enfrentando sérios problemas sociais, que acabam por sua vez atingindo uma significativa parcela da população. Um dos maiores





problemas enfrentados é o combate à pobreza em todas as regiões administrativas do país, e neste sentido tem-se criado programas sociais com o objetivo de erradicar a pobreza, tais como o Programa Bolsa Família.

São diversos os fatores que contribuem para tais problemas sociais no país, podendo assim dizer que os mesmos podem ser explicados a partir de seu processo histórico de colonização, má distribuição de renda, desenvolvimento econômico tardio, dependência econômica de outros países, problemas internos que ocorrem desde o passado até os dias de hoje, que acabaram fazendo com que milhões de pessoas vivam hoje abaixo da linha de pobreza.

No Brasil, mais de 16 milhões de brasileiros vivem em condição de pobreza extrema, ou seja, com uma renda familiar mensal abaixo de R\$ 70,00 por mês. Essa precariedade de renda, certamente deixa essas pessoas em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, surgem as ações sociais com o papel de erradicar a pobreza, e até reverter este quadro, permitindo o desenvolvimento da nação. Vale ressaltar, que mesmo que estas famílias ultrapassem o valor desta renda, não significa abandonar a pobreza por completo, mas somente sair da pobreza extrema. (IBGE, CENSO, 2010)

Portanto, é preciso lembrar que a pobreza não é uma condição social exclusiva apenas das grandes periferias de grandes metrópoles como costumamos pensar, mas praticamente todas as 5.570 cidades do país contam com pessoas abaixo da linha da pobreza. (REGO; PINZANI, 2013, p.19).

Dentre os principais programas assistencialistas do governo que tem como principal objetivo o combate à pobreza no país, podemos citar como carro-chefe o Programa Bolsa Família. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), só em 2015 o Bolsa Família beneficiou 13,9 milhões de famílias. Esse número vem se mantendo estável desde 2012, com a saída de beneficiários que melhoraram de renda ou foram identificados com renda acima do limite do programa, que é R\$ 154 mensais por pessoa da família e a entrada de novos beneficiários. (BRASIL, MDS, 2015).

Considerando que um dos graves problemas do Brasil é a dificuldade socioeconômica das famílias que vivem à margem da pobreza, e isso acaba contribuindo ou não para a permanência de alunos de baixa renda na escola, a ideia de estudarmos qual a contribuição do Programa Bolsa Família no processo ensino aprendizagem nesta instituição de Ensino Médio, deve-se à perspectiva estabelecida pelo programa quanto ao direito ao acesso aos serviços







básicos, aqui no caso a educação.

Deste modo, no decorrer do artigo será destacado aspectos relevantes do panorama da pobreza no Brasil, reflexões sobre a atuação do Programa Bolsa Família, o papel da escola como resistência a pobreza, a contribuição do Programa Bolsa Família na vida dos alunos de baixa renda do Centro de Ensino Médio Cabo Aparício Araújo Paz do município de Ananás-TO, bem como as expectativas que os mesmos tem em relação ao papel da educação no combate a este problema social no Brasil.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa foi construída por meio de trabalho de campo de forma qualitativa com entrevistas, onde buscou-se investigar se a inclusão dos alunos no programa social Bolsa-Família efetivamente contribui para o enfrentamento à pobreza e uma maior autonomia dos sujeitos beneficiários, bem como a importância da educação na erradicação da pobreza no Brasil. Foram coletados dados quantitativos distribuídas da seguinte forma – 05 alunos do 3º ano A, 05 alunos do 3º ano B, 03 alunos do 3º ano D e 02 professoras e assim totalizando 15 entrevistas.

Um dos primeiros passos foi buscar profissionais que trabalhassem na instituição de ensino e alunos beneficiários do PBF que quisessem participar da pesquisa, e assim aplicar o questionário. De início a maioria dos alunos ficaram esquivos com a pesquisa, pois acharam que qualquer resposta colocada no questionário pudesse prejudicar no auxílio do benefício PBF, mas logo explicamos que o foco da pesquisa era outro, e aceitaram responder ao questionário com questões fechadas.

### **Resultados e Discussão**

Quando falarmos em educação, logo nos vem na cabeça a menção do nome escola, mas esquecemos de citar que além da escola ser um local reprodutor de conhecimentos, a educação enquanto uma necessidade de compreensão, ela começa ser adquirida e transmitida em seu início pela família, ou alguém mais velho próximo, às gerações mais novas. Neste sentido, compreendemos que o processo educativo do alunado não pode ser comparado somente ao sistema formal de sua escolarização, mas que seja uma educação capaz de permitir a tomada de conhecimento da existência de uma vida social.

Ao colocar em pratica as entrevistas, foi tentado repassar aos entrevistados o objetivo e a finalidade da pesquisa, fazendo uma breve explicação sobre o papel da educação em nosso





país, isto é, a visão que é pregada pelo governo, que é a escola pública igual para todos, direito de todos os cidadãos, e esta é uma ferramenta usada para erradicação dos problemas sociais do país.

Uma das entrevistas foi realizada com a aluna Ludmila Almeida, ela estuda no 3º ano “D” do Ensino Médio, é beneficiária do PBF, juntamente com mais três irmãs. E a pergunta direcionada a ela, foi a importância da educação em sua vida e se a escola dar oportunidade aos pobres de capacidade de voz nas aulas independente da disciplina. Ludmila diz que:

“Para mim nenhum ser humano teria capacidade de se tornar um cidadão crítico, buscar por seus direitos e cumprir deveres se não tiver conhecimento proveniente de pessoas capacitadas, que são os professores. A educação é a única forma de mudar o mundo em que vivemos, mudar digo que no aspecto social, econômico, ambiental, e outros. Em respeito a capacidade de voz, eu como aluna de baixa renda e beneficiária do PBF, digo que nossos valores, nossos pensamentos e expressões não são acolhidos e muito menos transmitidos pela escola em todas as disciplinas, pois a escola segue o que vem determinado pelo governo, nem todos os professores trabalham os conteúdos voltados a vivência de um pobre ananaense (gentílico da cidade), isso acaba fugindo da nossa realidade”.

Nota-se que os alunos pobres não são reconhecidos como sujeitos que tem direito a uma cultura socializada, pelo contrário muitas vezes são vistos como um problema a ser superado por eles, que precisam se adaptar a cultura que já é imposta e assim conquistarem o padrão de cidadão exigido pela sociedade.

267

Diante da pesquisa realizada, foi constatada a falta de se trabalhar questões voltadas a pobreza e a importância dos programas beneficiários do governo federal, nos currículos escolares. Também, foi possível identificar que nem mesmo os alunos que vivem à margem da pobreza e até mesmo os professores, veem estes programas assistencialistas como uma forma de superar este problema no país, assim acaba também elevando a importância da educação como uma ferramenta fundamental na transformação de nosso país e a importância nesta no combate aos problemas sociais enfrentados pelas sociedades.

Nas tentativas de aproximar o currículo do conhecimento que vem de indivíduos que vivem na linha de pobreza e são considerados como precarizados por viverem nesta condição, é preciso urgente incorporar a diversidade de estudos voltados a estes, refletindo sobre a ocupação destes dentro da sociedade, o papel da escola neste contexto, o papel do Estado diante dos problemas sociais, o papel dos programas assistencialistas do governo; deve haver um foco também as segregações sociais, bem como a centralização de poder, distribuição de renda, justiça e valores culturais.





Os resultados mostram que na percepção dos entrevistados houve uma melhora significativa quando se trata do benefício PBF, onde afirmam que a situações de condicionalidades melhorou, isto é, houve uma melhoria no que se trata de alimentação, materiais escolares, estudos e maior independência da família em questão financeira e quanto ao papel da escola estes acreditam que a escola vem desempenhando o papel da maneira que pode para formar cidadãos críticos para mudarem a realidade do país em relação ao problema da pobreza, salientando a importância do envolvimento para o desenvolvimento da autonomia e emancipação. Pontos negativos e positivos do PBF e da educação são revelados de modo que sejam melhorados e reestruturados para que atinja plenamente seus objetivos, combatendo a pobreza em suas diferentes formas na construção de uma sociedade mais igualitária.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

A construção da pesquisa foi bastante desafiadora no que se refere a estudos que ajudem a entender melhor a questão da pobreza no Brasil, as pessoas que vivem na linha de pobreza e pobreza extrema, os programas assistencialistas, em especial o PBF que é direito do cidadão e dever do Estado na oferta de seus serviços, bem como o papel da escola no combate à pobreza no país.

As escolas também não têm trabalhado de forma adequada o processo de socialização de alunos pobres e os contextos empobrecidos que estes vivenciam diariamente. Além disso, reconhecemos que tanto no cenário político quanto na cultura pedagógica, a visão que temos a respeito da socialização da pobreza é negativa. Os alunos acabam construindo sua identidade a partir de uma rica história de lutas por espaços de dignidade dentro de cada aula que abordam temas com o espaço e tempo vividos por eles. É necessário incorporar essas histórias nos currículos para garantir o direito desses indivíduos a conhecimentos que os afetam cotidianamente de forma verdadeira. E a cada dia, jovens que vivem na condição de pobre, tem passado a exigir mais o direito de saber, o que tem feito as escolas buscarem diversas didáticas de trabalhar os conhecimentos.

Por fim, é de muita importância destacar que houve um avanço na política do país quanto se trata no combate à pobreza, assim criando programas assistencialistas como o PBF, mas há muito que se avançar, pois o governo precisa repensar muito mais em novas conquistas para almejar a tão sonhada garantia de direitos sociais através do desenvolvimento da cidadania. Também sonha-se no crescimento desta política a fim de que a política pública





de assistência social seja universalizada para todos que necessitam, tendo como o foco principal a erradicação da pobreza e extrema pobreza para termos assim um país mais justo e igualitário para todos.

### Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pobreza e currículo: uma complexa articulação**. Porto Alegre: Penso, 2012b. 1 v. p. 12-37.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/setembro/numero-de-beneficiarios-do-bolsa-familia-tem-se-mantido-estavel>>. Acesso em: 6 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS**. Brasília, DF, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra .29ª edição .1987

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Brasília, IBGE, 2010. Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default\\_sintese.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default_sintese.shtm)>. Acesso em: 28 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

LAVINAS, Lena et al. **Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2285/1/TD\\_748.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2285/1/TD_748.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2017.

LEÃO REGO, Walquíria D.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2013.

LEITE, João Oliveira (Coord.). **Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Médio Cabo Aparício Araújo Paz**. Ananás: CEM CAAP, 2004.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: Espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**. Curitiba: CRV, 2013.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez,2010.







PINZANI, Alessandro; LEÃO REGO Walquiria. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: UNESP: 2013

PEIXOTO, Socorro Letícia F. **Pobreza no Brasil: Cenários e desafios contemporâneos**. In FAC em Revista. Fortaleza, 2011.

SILVA, Angela Côrrea da. **Geografia: contextos e redes**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, LIMA, Valéria Ferreira Santos de Alameda. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVIA, Sônia das Graças Oliveira. Artigonal: **A escola na formação do cidadão**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ciencia-artigos/a-escola-na-formacao-do-cidadao-481121.html>>. Acesso em 09 de set. 201

## EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS NAS ESCOLAS

Dalsiza Cláudia Macedo Coutinho

Rosemeire dos Santos

**Resumo:** O trabalho ora proposto é resultado de uma pesquisa bibliográfica na área de educação, a partir da produção em periódicos científicos brasileiros, disponíveis no Scielo, que buscou verificar estudos realizados sobre a questão das drogas nas escolas entre os anos 2000 e 2017. Os artigos apresentam a escola como um espaço para a construção de ações voltadas para a discussão sobre drogas, nos quais identifica-se abordagens centradas no consumo e no indivíduo que defendem ações preventivas e de cunho informativo junto aos escolares, portanto, reducionistas frente à complexidade dessa temática. Mas também verifica-se artigos que defendem uma educação sobre drogas a partir da reconfiguração do espaço escolar direcionada para a autonomia, cujas abordagens ultrapassem a dimensão de proibição e repressão.

**Palavras-chave:** Educação escolar; Educação sobre drogas; Educação para autonomia.

270

### INTRODUÇÃO

O estudo sobre as drogas nas escolas, proposto nesse trabalho, delimita-se à discussão sobre drogas em trabalhos publicados nas revistas da área de educação, presentes na plataforma Scielo, entre os anos de 2000 e 2017.

Considera-se, no debate sobre drogas, tanto as substâncias consideradas lícitas, quanto ilícitas, entretanto não se reporta ao estudo das causas, dos efeitos e motivos ou da complexidade das experiências de uso, uma vez que, o objetivo geral foi estudar como a temática drogas é discutida nas publicações da área de educação. Para tanto, buscou-se realizar o levantamento das publicações, entre os anos de 2000 e 2017, que apresentaram como tema, em produções científicas, a questão das drogas e, por meio de análise qualitativa, buscou-se conhecer quais os discursos sobre drogas apresentados nessas publicações.





Para aprofundar esse debate sobre a forma como as escolas desenvolvem abordagens sobre a questão do consumo de drogas, realizou-se pesquisa bibliográfica em todas as revistas de educação da plataforma Scielo. Por meio do acesso a todas as publicações entre os anos 2000 e 2017, foram selecionados os artigos cujos temas tenham, no tema, resumo ou palavras-chave, os descritores: 1) Educação, Ensino, Educação Básica, Ensino Médio, Ensino Fundamental, Escola, Escolarização, Estudantes/Alunos, Política de Educação, Currículo escolar. 2) Drogas; Drogadição, Álcool/Machonha/Crack/Outras Drogas, Substâncias Psicoativas; Dependência Química

Ao todo foram pesquisados 16 periódicos, com 227 volumes e 725 números publicados, nos quais foram coletados 10 artigos. Após a pesquisa os dados foram organizados e tabulados para dar início à análise qualitativa sobre as discussões presentes nas publicações selecionadas. Buscou apresentar os resultados da pesquisa a partir de subsídios teóricos que defendem uma educação sobre drogas que ultrapasse o discurso proibicionista, no qual é defendida a construção de um novo projeto de educação para autonomia.

### A QUESTÃO DO USO DE DROGAS

Martins (2011, p. 42) traça uma trajetória histórica do uso de drogas (café, vinho, cerveja, chá, chocolate, pimenta, ópio) na sociedade, e mostra essa trajetória marcada pelo uso lúdico, cultural, religioso, em que os sujeitos em diferentes épocas convivem com as drogas de diferentes formas e com diferentes finalidades. Somente com a revolução industrial é que o uso de álcool deixa de ser apenas em atividades lúdicas ou alimentícias para ser usado como uma substância para entorpecer a dura realidade vivenciada pelos trabalhadores nas fábricas.

As drogas se constituíram como um “problema”, como conhecimento e como prática, enquanto dispositivo a serem reprimidas, faladas, investigadas o tempo todo. “As drogas escapam de perspectivas que busquem enquadrá-las sob um único ponto, de uma única mirada, mesmo que seja a perspectiva do Estado que por meio de normas e leis, formaliza esses controles” (FIORE, 2013, p. 2).

A abordagem das políticas públicas imprime a chamada "guerra às drogas" contra o consumo, a produção e o tráfico, que coloca seres humanos na linha de frente de uma luta travada à bala e sangue, que revela uma disputa muito mais de caráter econômico e de ajustamento dos indivíduos a padrões socialmente aceitáveis, deixando de lado o tão repetido discurso da saúde e da preservação da vida, muitas vezes usado para justificar tais práticas.





Essa abordagem se dissemina na sociedade, tendo a mídia como grande aliada, mas revela-se como reducionista, acrítica, a-histórica, desconsidera a complexidade da questão, individualiza, subjetiva e culpabiliza o indivíduo por “escolher” viver em tais condições. Coloca a dependência ou as situações de uso abusivo e de adoecimento como questões somente relacionadas ao caráter, à dignidade. As ações de repressão, proibição ou prevenção realizadas no campo da saúde, educação, segurança ou assistência social, a partir desse direcionamento, não se mostram efetivas (visivelmente porque os índices de uso de drogas se intensificam mesmo com o aumento dessas ações), revelando a ineficácia da “guerra às drogas” e a necessidade de formulação de novas abordagens que superem as atuais tendências.

Nos últimos anos tem-se intensificado ações voltadas para a prevenção e tratamento. O tratamento disponível nas unidades de saúde mental, no âmbito do SUS ou em instituições privadas e filantrópicas é direcionado para quem apresenta demandas em decorrência do consumo de drogas, embora a criminalização, e a segregação social acabem influenciando de forma negativa para que muitos deixem de acessar os serviços. A tentativa de prevenção também é associada ao discurso da saúde, sendo disseminada em escolas, na mídia, nos locais de trabalho, nas instituições da política de assistência, por meio de ações coletivas, por exemplo, caminhadas, cartazes, faixas, *outdoors*, entre outros.

272

A nosso ver, essas práticas não ultrapassam o discurso já problematizado nos parágrafos anteriores, e também refletem a tentativa de proibir o uso de drogas e eliminá-las da sociedade, mas não buscam formas para que os indivíduos possam conviver e se relacionar com as drogas de maneira diferente. Isso acontece porque as ações estão focadas nos sujeitos, na sua individualidade (orgânica e psíquica), sem considerar a construção social e histórica dos padrões de uso e da realidade vivenciada por esses sujeitos.

## **O DEBATE SOBRE DROGAS NAS ESCOLAS: ESTUDO A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES DA ÁREA DE EDUCAÇÃO**

Entende-se a escola como um dos espaços onde pode ser realizado o debate sobre drogas, entretanto, não se trata de total responsabilização das escolas por essa abordagem. Há que se considerar também que uma educação sobre drogas não se reduz a ações de prevenção ou conscientização, tampouco repressão e proibição. Também não há fórmulas que podem ser projetadas para lidar com essa questão.





A escola é uma instituição social, a qual é atribuída a formação inicial dos indivíduos, e “que carrega as promessas da modernidade, relativas ao progresso e ao desenvolvimento individual e social de seus cidadãos” (LEITE, 2016, p. 15). Espaço que os estudantes passam, pelo menos, quatro horas do dia e local em que são estabelecidos momentos de ensino, aprendizagem, socialização e construção de relações interpessoais, dos quais possuem o reconhecimento como um dos pilares de construção do sujeito em sociedade. Por essa centralidade atribuída às práticas educativas das escolas, a defendemos como um dos espaços favoráveis para a construção de uma educação sobre drogas.

Dessa forma, coaduna-se com um projeto de educação para autonomia, na qual, ensinar vai além da reprodução de um mesmo conhecimento para todos os sujeitos sem considerar a diversidade e as vivências de cada um. A educação para autonomia não coaduna com práticas educativas que buscam a adequação do sujeito, a modelagem de um indivíduo que não questiona, que aceita o que está estabelecido ou que busca modelar comportamentos, que apenas reproduz conteúdo.

A partir desse direcionamento, como a questão das drogas pode ser pensada no contexto escolar? Essa é a reflexão que se propõe a partir da pesquisa realizada.

Os artigos encontrados que fazem a discussão sobre o tema das drogas no contexto da educação e defendem a escola como espaço para essa abordagem. Soares e Jacobi (2000, p. 2014) defendem a escola como locus privilegiado para programas de prevenção dirigidos aos adolescentes. Para Sá, Cedran e Piai (2012, p. 615) a escola tem a necessidade de trabalhar o tema drogas a fim de dar ao estudante a possibilidade de construção de suas próprias opiniões sobre o assunto. De acordo com Adade e Monteiro (2014, p. 2018), a educação sobre drogas precisa está prevista nos currículos escolares, uma vez que faz parte do cotidiano juvenil. Já para Gallo e Williams (2008, p. 51) a escola é um fator de proteção em relação ao uso de drogas.

Nos trabalhos pesquisados, identifica-se dois direcionamentos que podem ser destacados: A compreensão das drogas como uma questão de saúde e a prevenção ao uso de drogas por meio do conhecimento sobre as substâncias, os efeitos e as causas, nos quais é evidenciada a dificuldade dos educadores em abordar essa temática, conforme afirma Moreira, Vovio e Micheli (2015):

[...] há os desafios atribuídos ao campo educacional, como a dificuldade de articulação e integração de projetos na escola, a falta de apoio institucional às ações, a escassez de tempo frente ao excesso de demandas escolares, e a carência de







recursos pedagógicos que contribuam nas ações preventivas. (MOREIRA, VOVIO, MICHELI, 2015, p. 129).

Também foram publicados trabalhos que defendem, como estratégia para a abordagem sobre drogas, a construção de práticas educativas na direção de uma redução para autonomia. A partir da busca por um novo projeto de educação, Adade e Monteiro (2014) e Moreira, Vovio e Micheli (2015) fundamentam suas discussões em Paulo Freire. Os autores defendem uma abordagem libertadora de educação:

[...] Tal abordagem caracteriza-se pela relação mais horizontal entre educador e educando, sendo ambos considerados sujeitos da prática educativa, que se desenvolve em um processo dialógico de construção de saberes, pautada por relações democráticas e preocupada com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com cidadãos aptos a tomarem suas próprias decisões (FREIRE, 2005 apud MOREIRA, VOVIO, MICHELI, 2015, p. 122).

Essa direção vai além do estudo sobre a substância ou os sujeitos, mas constrói um debate que coloca em xeque o atual modelo de educação. Defendem a escola como espaço de abordagem sobre a questão das drogas, mas propõem pensar uma nova escola, novas práticas educativas e a construção de um novo currículo. Coaduna-se com os estudos que ultrapassam o discurso do proibicionismo e da prevenção pautada nos prejuízos causados pelo consumo de psicoativos e almejam uma educação sobre drogas, alinhada a uma educação para autonomia.

274

Soares e Jacobi (2000, p. 222) também defendem a redução de danos como alternativa para uma educação preventiva que dê aos sujeitos capacidades de conhecer, analisar criticamente as contradições sociais e apoderarem-se de elementos necessários para fazerem suas escolhas "em vez de voltarem-se contra si mesmos como alvo da sua própria desintegração social". Dessa forma, as ações não devem ser de lutar contra a drogas, mas de ensinar os jovens a conviver com sua existência sem se prejudicar, com isso a escola seria um agente de socialização para compreender a realidade dos seus estudantes sem perder de vista os aspectos e as contradições sociais e econômicas da contemporaneidade.

Uma educação sobre drogas carece de compreensão sobre essa questão com clareza de suas particularidades históricas, culturais, sociais, sob as quais a religião, a família, a escola, a relação com o trabalho, as vivências em comunidade, as experiências dos indivíduos são determinantes para construção da vida em sociedade e são elementos importantes para compreender o não consumo, o consumo e os padrões de uso.

Dessa forma, seria um equívoco uma visão do uso de drogas centrada no consumo, nos indivíduos. Ao passo que o sujeito é uma construção histórica, a questão das drogas também é





histórica e uma construção social. Portanto, essa questão, tal como se apresenta na sociedade – vista como uma ameaça ao sujeito e à ordem, causa da degradação da saúde e da moral, sendo dessa forma objeto de intervenção do Estado – não pode ser compreendida sem considerar as relações e dos valores que emergem, se reproduzem e produzem a vida em sociedade.

A centralidade no consumo e no sujeito é o que alimenta diariamente a “guerra às drogas”, mas nos moldes já evidenciados aqui é uma guerra que revela sua incapacidade de extirpar o consumo ou a produção, revelando a ineficácia das ações do Estado frente a essa questão e evidenciando a necessidade de buscar novos caminhos.

### CONCLUSÃO

A pesquisa realizada em todos os periódicos da área de educação, fixados na plataforma Scielo são resultados de pesquisas e estudos que analisam a questão das drogas no contexto escolar e defendem ações tanto de prevenção ao uso e às consequências do uso, quanto criticam as atuais ações de intervenção frente a essa questão. Coaduna-se, entretanto, com a perspectiva de uma educação que negue as tentativas de enxergar as drogas apenas do ponto de vista moral, da saúde ou da segurança, cujas abordagens são terrenos para disseminação de estigmas, preconceito e violências.

275

Concorda-se com intervenções orientadas pela Redução de Danos, na direção de valorização do direito dos indivíduos que não podem, não querem ou não conseguem ficar em abstinência total, mas almejam um consumo que não resulte em consequências danosas, de forma que a proibição, repressão ou eliminação das drogas não seja a única alternativa para enfrentamento. Para essas ações interventivas é necessária uma aproximação à realidade dos sujeitos escolares, sem perder de vista a possibilidade do sujeito em fazer suas escolhas.

Não chegamos às respostas, uma educação para autonomia não indica as respostas, indica os caminhos, as respostas são construídas coletivamente pelos sujeitos que se propõem a caminhar.

### REFERÊNCIAS

ADADE, Mariana e MONTEIRO, Simone. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educ. Pesqui.** [online]. 2014, vol.40, n.1, pp.215-230. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n1/aop1140.pdf>> Acesso 30/08/2017

FIORE, Maurício. **Uso de drogas:** substâncias, sujeitos e eventos. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de Doutorado. Campinas-SP, 2013.





Disponível em: <[http://www.neip.info/downloads/Fiore\\_Drogas\\_Sujeitos\\_2013.pdf](http://www.neip.info/downloads/Fiore_Drogas_Sujeitos_2013.pdf)> Acesso em: 26/07/2017.

MARTINS, Vera lúcia. **Mal(ditas) drogas:** um exame dos fundamentos socioeconomicos e ídeopolíticos da (re)produção das drogas na sociedade capitalista. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo. 2011. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17532/1/Vera%20Lucia%20Martins.pdf>> Acesso em: 13/07/2017.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola:** espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza. Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo III. Ministério da Educação. 2016.

SOARES, Cássia Baldini e JACOBI, Pedro Roberto. Adolescentes, drogas e AIDS: avaliação de um programa de prevenção escolar. **Cadernos de Pesquisa**, nº 109, p. 213-237, março/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a10.pdf>> Acesso 07/08/2017.

SA, Marilde Beatriz Zorzi; CEDRAN, Jaime da Costa e PIAI, Débora. Modelo de integração em sala de aula: drogas como mote da interdisciplinaridade. **Ciência & Educação**, v. 18, n. 3, p. 613-621, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v18n3/08.pdf>> Acesso em 07/08/2017

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti De Albuquerque. Escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 41-59, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a03v38n133.pdf>> Acesso em 07/08/2016.

MOREIRA, André; VOVIO, Claudia Lemos e MICHELI, Denise De. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. **Educ. Pesqui.** online]. 2015, vol.41, n.1, pp.119-135. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0119.pdf>> Acesso 30/08/2017

276

## A IMPORTÂNCIA DO COLÉGIO MILITAR PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO CIDADÃO NA CIDADE DE ARRAIAS – TO

Gloriete Marques Alves Hilário

Daniela Aparecida da Conceição

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo analisar a importância do Colégio da Polícia Militar, Unidade IV na formação de alunos cidadãos na cidade de Arraias. O trabalho é realizado com o Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, com vínculo com a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC) e com o Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB). A missão do CPM – Unidade IV é prestar uma educação de qualidade baseado na filosofia militar, possuindo como pilares a disciplina para desenvolver o ensino aprendizagem. A pesquisa quanto à sua natureza é básica, quanto à forma de abordagem é qualitativa, do ponto de vista dos objetivos é exploratória e os procedimentos técnicos utilizados na disposição do trabalho foram: documental e bibliográfica. Pelos resultados obtidos, pode-se considerar que com a educação de qualidade se constrói avanços significativos que são refletidos no CPM- Unidade IV nos seus sete meses de implantação, ofertando a comunidade arraiana um trabalho de excelência.

**Palavras-chave:** CPM – Unidade IV; Educação; Disciplina; Cidadania.





### **Introdução:**

O presente artigo de Conclusão de Curso da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, nos mostrará a implantação e transformação do Colégio da Polícia Militar - Unidade IV, que veio beneficiar uma parcela significativa para estudantes do nosso Município, e como está sendo a contribuição para uma Educação modelo almejada pela população.

Será evidenciada a importância do Colégio da Polícia Militar na cidade de Arraias - TO, em um contexto da aprendizagem e vida social de seus alunos. Assim, mostrando a sua eficiência, credibilidade aprovada pela comunidade e a forma como o Colégio Militar é administrado em relação à disciplina, às regras e rigoroso padrão de qualidade, propiciando a formação dos alunos, e preparando-os para o exercício da cidadania e da continuidade de seus estudos.

### **Procedimentos Metodológicos:**

A metodologia adotada para a realização deste estudo além de pesquisas teóricas foi à abordagem de dados e observação, na qual ficou evidente que o Colégio da Polícia Militar - Unidade IV está sendo um local em que os alunos estão seguros, protegidos da marginalidade e das drogas, e onde aprendem não somente aquilo que é próprio das escolas ensinarem, mas também ou principalmente, a disciplina, a obediência, o respeito à hierarquia, valores que muito das vezes os pais não estão conseguindo desenvolver nos filhos.

Nesta perspectiva, o trabalho foi dividido em 04 (quatro) tópicos: 1. Breve Contexto Histórico da Educação Militar no Brasil; 2. Educação, base da sociedade; 3. Estrutura e o funcionamento do CPM – Unidade IV; 4. Considerações da pesquisa e Análise dos resultados.

Portanto, esse estudo foi realizado de forma bibliográfica, tendo como fontes livros, artigos científicos, leis e documentos do CPM – Unidade IV. Também foram utilizados questionários estruturados e aplicados ao corpo docente, profissionais militares e o corpo discente. Levando a conclusão que a sociedade vem se transformando em ritmo cada vez mais acelerado, logo as instituições de educação não podem manter-se distantes do meio social que exige uma proximidade pertinente se o êxito da educação for o objetivo a ser alcançado.

### **Resultados e Considerações Finais:**

O Colégio da Polícia Militar, Unidade IV constitui-se uma entidade educativa, responsável pela educação do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Com isso, atende a







comunidade arraiana com uma política educacional que forma cidadãos com base nos valores, princípios e regras que contribuem para compor uma posição ética e moral nos indivíduos que usufruem dos seus serviços.

Este estudo pretendeu pautar nos objetivos propostos, analisar a importância da implantação do CPM – Unidade IV nas mais variadas situações, buscando investigar seu modelo educacional de uma forma qualitativa. Assim, no que diz respeito aos resultados obtidos e apresentados conseguimos demonstrar a relevância da instituição, objeto do estudo e o sistema por ela adotado.

Em relação aos valores, evidenciou-se que, apesar das realidades em que os jovens vivenciam em nossos dias, a hierarquia atrelada à disciplina condiciona ao exercício e aceitação dos procedimentos apresentados, alcançando o aprendizado através da conduta e consenso dos alunos em relação ao respeito às regras e normas.

O êxito que o CPM – Unidade IV vem demonstrando durante apenas esses sete meses foram comprovados de acordo os resultados que é fruto de um trabalho com bases sólidas, desenvolvendo competências e propiciando um ambiente transformador nas esferas sociais, políticas e produtivas, moldando o jovem e tendo como resultado um cidadão crítico e consciente de seus direitos e deveres, capacitado para enfrentar os desafios a estes impostos.

278

Devemos enfatizar que os resultados obtidos por este estudo desencadeou a possibilidade de entender que ao desenvolver a identidade do aluno, ele agregar valores afastando a licenciosidade e libertinagem, atos que poderia trazer consequências negativas para sua vida.

Sendo assim, não se pode esquecer que para se obter bons resultados são necessários comprometimento e vontade de vencer trazendo benefícios e propiciando o ensino e a aprendizagem necessárias. O envolvimento de todas as frentes educacionais são os segredos do sucesso do CPM – Unidade IV, conforme apresentado ao longo deste trabalho.

### Referências:

ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. Disponível em: <<http://portoeduca.blogspot.com.br/>> Acesso em: 24 out. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRITO, Giliard Dias de. O Retrospecto dos Alunos do Colégio da Polícia Militar de Vitória da Conquista e suas Consequências para a Vida dos Educandos. Licenciatura em Matemática na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Vitória da Conquista BA, 2016.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas (ONU), 1948.





\_\_\_\_\_. Diretriz Educacional. Regimento Escolar/ Regimento Interno. Arraias TO, 2017.

FABIANE. Pesquisa qualitativa, exploratória e fenomenológica: Alguns conceitos básicos. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/negócios/>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Educação Militar: Uma Leitura da Educação no Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB). Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande MS, 2014.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Módulo I - Pobreza e cidadania. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL: UMA ALTERNATIVA PARA AS FAMÍLIAS SAÍREM DA LINHA DA POBREZA

Daniely Lima Silva  
Alberto Pereira Lopes

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo principal, expor os empreendimentos sobre a Economia Solidária que contribuirá como uma alternativa para tirar o cidadão da extrema pobreza com a geração de renda e inclusão social. O empreendimento coletivo solidário prioriza o desenvolvimento de todos igualmente, beneficiando as pessoas excluídas do mercado de trabalho. Nesse sentido, este trabalho aborda os principais aspectos históricos sobre a origem da Economia Solidária, bem como a sua importância para o combate da desigualdade social. Este trabalho está baseado na pesquisa qualitativa e quantitativa, apresentando os resultados da revisão bibliográfica que contemplam as questões acerca do tema escolhido, buscando mais informações sobre as ações de políticas públicas que visam fornecer soluções e também sobre a Economia Solidária que possibilitaria a inclusão das famílias. Nesse sentido, a pobreza é um fator que envolve vários aspectos, sendo a desigualdade de renda um problema antigo e crônico na sociedade, e, para que se garanta a qualidade das políticas sociais é necessário que haja aumento nos investimentos também em outras áreas: saneamento, habitação, e educação básica.

**Palavras-chave:** Inclusão. Investimentos. Pobreza. População.

### Introdução

O presente trabalho tem por objetivo principal, expor os empreendimentos sobre a Economia Solidária que, por sua vez, contribuirá como uma alternativa para tirar o cidadão da extrema pobreza com a geração de renda e inclusão social. O empreendimento coletivo solidário prioriza o desenvolvimento de todos igualmente, beneficiando as pessoas excluídas do mercado de trabalho.

Nesse sentido, este trabalho aborda os principais aspectos históricos sobre a origem da Economia Solidária, bem como a sua importância para o combate da desigualdade social. Barros, Foguel e Ulysea (2007) afirmam que, desde o último censo demográfico brasileiro, a pobreza extrema em 2010 afligia 16,2 milhões de pessoas, o equivalente a 8,5% da população. Com o objetivo de erradicar essa chaga social do país, foi lançado, no ano de 2011, o





programa “Brasil sem Miséria”, uma ação transversal de grande envergadura e múltiplas frentes. Sua meta geral era manter a tendência declinante dos índices de desigualdade econômica no país, observada há mais de uma década.

O termo exclusão social, ao longo dos anos 1980, experimentou uma expressiva ênfase nos diferentes fóruns internacionais e nacionais, sendo tema de discussão tanto nas ciências políticas, econômicas como nas ciências sociais. No entanto, é essencial reter a constatação de que não se trata de nenhum fenômeno contemporâneo, pois sua existência remonta a diferentes tempos da história da civilização determinado em maior ou menor grau em relação à evolução da humanidade (CAMPOS; POCHMANN; AMORIM, 2003).

Este trabalho apresentará de que forma os empreendimentos sobre a economia solidária buscaram meios de combater a pobreza e como o emprego, que é uma forma de evitar esse tipo de exclusão, é vital para todos.

Alguns estudos mostram que, em 2010, atingimos a marca de 16,2 milhões de pessoas vivendo em pobreza extrema no Brasil, mas já se tinha relatos da década de 1980, mencionados em fóruns nacionais e internacionais sobre este problema.

### **Procedimentos Metodológicos**

Este trabalho está baseado na pesquisa qualitativa e quantitativa, apresentando os resultados da revisão bibliográfica que contemplam as questões acerca do tema escolhido, buscando mais informações sobre as ações de políticas públicas que visam fornecer soluções e também sobre a Economia Solidária que possibilitaria de inclusão das famílias. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Fonseca (2002) esclarece que,

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa (p. 20).

A proposta da pesquisa de caráter qualitativo é demonstrar que as adequações de políticas públicas poderão contribuir para a inclusão social através do trabalho, da economia solidária e no combate a exclusão social. O que permite maior compreensão sobre a realidade social, auxiliando na seleção de diretrizes de atuação. Essa proposta tem seu foco na objetividade, dando ênfase sempre aos dados coletados.





A pesquisa quantitativa permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente. (Terence; Filho, 2006. p.3). A proposta da pesquisa quantitativa, tem suas origens baseadas na lógica, tende a destacar o raciocínio dedutivo e os princípios da lógica.

## **Resultados e Discussão**

### **Economia Solidária**

A economia solidária é um novo modelo de trabalho e renda que surgiu como forma de garantir o sustento das famílias em meio à crise que travou a economia em meados dos anos 1970 e que produziu grandes prejuízos aos trabalhadores e à classe mais pobre da população. Na década de 1970, ocorreu uma crise estrutural do fordismo, principalmente pela incapacidade desta forma de organização da produção em absorver as demandas geradas pelo modo de produção capitalista. Tal incapacidade se dá pelo que Harvey denomina de rigidez: “[...] rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa, que impediam a flexibilidade do planejamento [...] rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho” (HARVEY, 2013, p. 135).

Segundo Azumbuja (2009), foram necessárias iniciativas econômicas para fugir do desemprego, melhorar a qualidade de vida das famílias de baixa renda e perceber, nessas iniciativas, o potencial para resolução dos problemas gerados obtendo bases para superação da sociedade capitalista enquanto tal.

Economia Solidária é uma perspectiva da construção de empreendimentos econômicos e solidários que se unem à cooperação e democracia, combinando a autogestão trazendo resultados econômicos positivos.

Os princípios da Economia Solidária foram organizados para melhorarem as práticas da autogestão e a inter cooperação de seus membros. Estes princípios se dedicam à busca do desenvolvimento econômico de forma equilibrada, através do qual é possível chegar a uma posição em que os ganhos sejam de todos. Sousa (*apud* Singer SIES e SENAES, 2007 p. 56) afirmam que os princípios da Cooperação, Autogestão, Dimensão Econômica, Solidariedade e Participação são organizados de forma a enfrentarem o sistema capitalista, levando sempre em conta a parte social voltada à valorização do ser humano, à solidariedade e à ajuda mútua que é um importante aspecto da Economia Solidária.

### **Desigualdade Social e Econômica**







A desigualdade social é o fenômeno em que ocorre a diferenciação entre pessoas no contexto de uma mesma sociedade, colocando alguns indivíduos em condições estruturalmente mais vantajosas do que outros. Ela manifesta-se em todos os aspectos: cultura, cotidiano, política, espaço geográfico e muitos outros, mas é no plano econômico a sua face mais conhecida, pois boa parte da população não dispõe de renda suficiente para gozar de mínimas condições de vida.

Stockhammer (2014) afirma que o aumento da desigualdade de renda tem a ver com três tendências. Primeiro, globalmente, a distribuição de renda entre salários e lucros desenvolveu-se em detrimento dos salários, pois, ao mesmo tempo em que os rendimentos do capital tiveram crescimento de dois dígitos, houve uma estagnação da média dos salários reais, sendo que há uma diferença importante: enquanto trabalhadores ao abrigo de uma convenção coletiva tiveram de continuar a abrir mão de aumentos, o número rapidamente crescente de trabalhadores em relações de trabalho precárias ou atípicas teve de engolir perdas salariais reais. Ao considerarmos todos os países desenvolvidos, houve uma queda da participação de salários no produto interno bruto (participação dos salários no PIB), de 74 % para 65 % entre 1980 e 2010.

A desigualdade social seja ela intelectual, econômica ou sob qualquer outra forma, materializa-se no espaço social, ou seja, torna-se visível na composição estrutural das sociedades rurais ou urbanas. As cidades e os lugares expressam a diferenciação econômica entre as pessoas, que é resultante, muitas vezes, de questões históricas que submetem cidadãos e até grupos étnicos a contextos de subalternidade. Um exemplo foi o processo de escravidão que até hoje deixa suas marcas no sentido de manter a maior parte da população negra com baixos níveis de renda e educação.

282

### **Pobreza e Trabalho**

Menezes (2007) relata que é extremamente apropriada para dar suporte à crítica da economia solidária que aqui buscamos destacar: sua potencialidade para superação do sistema capitalista. Para essa autora, as iniciativas econômicas dos pobres e excluídos (que incluem as cooperativas de trabalho), são funcionais ao capital, pois a partir destas, o Estado passa a não mais se responsabilizar pela pauperização de milhões de pessoas. Ela demonstra, a partir da desresponsabilização do Estado, que as estratégias da economia solidária acabam por incorporar a acumulação do capital e ainda penalizam os trabalhadores pobres por sua situação de pobreza.





Silva (2009) define pobreza em dois aspectos: pobreza absoluta, relacionada ao não atendimento às necessidades mínimas para reprodução biológica, e pobreza relativa, que diz respeito à estrutura e à evolução do rendimento médio de um determinado país, o que significa dizer, segundo Silva (2009, p. 157), “que a concepção de pobreza relativa se fundamenta na ideia de desigualdade de renda e de privação relativa em relação ao modo de vida dominante em determinado contexto”.

Até o final de 2017, o Brasil deverá testemunhar um aumento de 2,5 milhões até 3,6 milhões no número de pessoas vivendo na miséria. Resultado da prolongada crise econômica, a estimativa foi divulgada no mês de fevereiro pelo Banco Mundial, que sugeriu um aumento do orçamento do Bolsa Família para atender os “novos pobres”. Em média, esses brasileiros têm menos de 40 anos, moram nas zonas urbanas, concluíram pelo menos o Ensino Médio e estavam empregados em 2015, sobretudo no setor de serviços (ONUBR, 2017).

Assim, a pobreza tem uma relação com o sofrimento pessoal e da família, pois sua mão de obra é desvalorizada e resulta em baixos salários, o que causa desmotivação e produz mais pobreza.

### **Considerações Finais**

Entende-se que a Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito. A construção de empreendimentos econômicos e solidários se diferenciam na sua forma organizacional, através de princípios de cooperação, juntamente com a autogestão. Os conhecimentos de economia solidária têm sido utilizados como uma das estratégias de geração de emprego e renda e, conseqüentemente, de sobrevivência dos segmentos menos privilegiados da população, sendo abrangida no conjunto das transformações que vêm sofrendo o mercado e as estruturas econômico-sociais na atual etapa do capitalismo.

Sabe-se que o capitalismo e a desigualdade caminham lado a lado. O fato é que é muito difícil criar uma hegemonia em relação a economia solidária e a inclusão social. Diante desta situação, é necessário abrir mão de certas determinações e condicionamentos impostos pela realidade mesmo sendo limitados. É possível reverter os níveis de desigualdade e pobreza como expressão de relações sociais vigentes na sociedade capitalista.

A pobreza é um fator que envolve vários aspectos, sendo a desigualdade de renda um problema antigo e crônico na sociedade, e, para que se garanta a qualidade das políticas sociais é necessário que haja aumento nos investimentos também em outras áreas:





saneamento, habitação, e educação básica. Se a economia não ofertar oportunidades para quem sofre com a desigualdade social, o cooperativismo poderá vir a ser uma forma de sustento, promovendo desenvolvimento econômico e cidadania, através de parcerias que ajudem no crescimento do empreendimento, com todo o suporte das políticas sociais e públicas.

### Referências

- AZUMBUJA, Lucas Rodrigues. **Os Valores da Economia Solidária**. Porto Alegre, 2009.
- BARROS, Ricardo, FOGUEL, Miguel, e ULYSSEA, Gabriel (orgs.) “**A importância da queda recente da desigualdade para a pobreza**”, em Ricardo de Barros, Miguel Foguel e Gabriel Ulyssea (orgs.), *Desigualdade de Renda no Brasil. Uma Análise da Queda Recente*, Rio de Janeiro, IPEA, pp. 331-353, 2007.
- CAMPOS, André, POCHMANN, Márcio, AMORIM, Ricardo (Orgs) **Atlas da exclusão social no Brasil**, volume 2: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 24 ed. São Paulo, Loyola, 2013.
- MENEZES, M. T. C. G. de. **Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: Gramma, 2007. 250 p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ONUBR. 2017. <https://nacoesunidas.org/numero-de-pobres-no-brasil-tera-aumento-de-no-minimo-25-milhoes-em-2017-aponta-banco-mundial/>
- SOUSA, Daniela neves *Apud* et al Singer. **Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária**. Rio de Janeiro, 2008.
- STOCKHAMMER, E. (2013): **Why have wage shares fallen?** A panel analysis of the determinants of functional income distribution. Conditions of Work and Employment, Series No. 35, Geneva: International Labour Organization; [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_202352.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_202352.pdf)
- Terence, Ana Claudia Fernandes. Filho, Edmundo Escrivão. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. Fortaleza, 2006.
- SILVA, Maria O.S. Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América latina. Editorial. São Luís. **Revista de Políticas Públicas**. V.13. n.2. p. 157 a 159. jul./dez. 2009.





## A FACE OCULTA DA DESIGUALDADE SOCIAL: A POBREZA E SUAS CONSEQUÊNCIAS.

Danilla Mendes Nunes Façanha

José Carlos da Silveira Freire

**Resumo:** O artigo procura descrever a face oculta da desigualdade social: A invisibilidade da pobreza e suas consequências. O objetivo central é analisar a magnitude da natureza da desigualdade social e da pobreza no Brasil, estabelecendo inter-relações causais entre estas dimensões. O processo civilizatório humano e econômico incorre em profundas mudanças, que levaram a sociedade ao desenrolar de um processo de modernização, a partir do qual tivemos uma exacerbação do individualismo, na busca pelo bem estar e pela ampliação do desenvolvimento rumo a novas conquistas. Contudo os conceitos que tinham como objetivo principal nortear ações que garantissem a melhoria na qualidade de vida, acabaram transformando-se em ações que provocaram o aumento dos índices de desigualdade social, onde muitos não têm acesso aos bens mais essenciais à vida. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, onde pode-se realizar um estudo amplo sobre o tema versado. A pobreza estendida e perpetuada no Brasil e no mundo, entendida como principal consequência da desigualdade social é uma problemática histórica que acompanha as formas de relações sociais.

**Palavras-chaves:** Pobreza, desigualdade social, consequências da pobreza.

### Introdução

A questão social hoje em dia é um tema instigante com uma agenda inadiável, porém com pouca ou quase nenhuma visibilidade. Desigualdades não nascem à toa ou aleatoriamente, mas é fruto de um processo histórico e acentuadas pelo materialismo capitalista econômico. A desigualdade social é expressa em processos sociais e em vivências coletivas que produzem profundos impactos na dinâmica social. Isso não afeta nem de longe apenas os mais pobres, mas a sociedade como um todo.

Para Durkeim(1893) a questão social está intrinsicamente ligada ao capitalismo, pois a medida em que esse produz riqueza, produz também o pauperismo. Ou seja um decorre do outro. O mundo hoje vive estruturado sob o capitalismo, onde os pobres vendem a sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção. Eis a teoria da mais-valia de Marx mais atual que outrora.

A pobreza constitui-se hoje a maior expressão da desigualdade social. O termo “pobreza” vem do latim *paupertas* e *pauper*. Estas palavras latinas passaram pelas derivações do francês, italiano, inglês, português e espanhol que derivou pobreza e pobre.

A primeira coisa a se pensar quando se reflete sobre um objeto confuso e multifacetado como a pobreza e o mundo social é perceber as hierarquias de questões mais importantes a serem esclarecidas.

Dentre os fatos marcantes e comuns na história da pobreza desde a antiguidade até os dias atuais, está o fato que a pobreza sempre existiu e sempre foi ignorada por todos ao seu







redor. Desde os primórdios das civilizações a História retrata que a pobreza era vista como um estado pré-determinado pelo divino e que por esta crença não merecia atenção. Os pobres medievais acreditavam que eles nasceram pobres e por isso tinham que permanecerem neste estado. Nesse contexto entrava a ideologia da igreja que sustentava e propagava essa ideia, para que assim se perpetuassem as doações por parte da nobreza e da burguesia, para o exercício da misericórdia e caridade. Além do estado de pobreza e sem nenhuma perspectiva de mudança, pobres eram considerados vagabundos e pecadores, seus estados eram vistos sob uma ótica de pecado, esta situação era tida como uma privação redentora, senão como um castigo, fatores determinantes do estado de mendicância e pobreza.

Fazendo uma analogia desse tempo com os dias atuais percebe-se que pouca coisa mudou, visto que pobres continuam sendo pobres e ricos continuam sendo ricos e conflitos resultantes das diversas contradições existem dentro de uma mesma realidade. Tais questões emergem com o fim de nos mostrar quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é excluído socialmente. Assim sendo percebe-se que a luta de classes, que Karl Marx tanto defendeu continua existente sem demonstrar tréguas.

### **Procedimentos Metodológicos**

A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, onde foram consultados livros de autores que versaram sobre o tema estudado. O presente estudo foi realizado também por meio de pesquisa qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa “objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.” (GIL,2002,p.41)

O tipo de pesquisa utilizada foi a exploratória, onde permite uma maior proximidade com o problema, tornando-o explícito. Conforme Gil (2002, p.44) “boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica”. Assim foi desenvolvida com base em material já elaborado por autores que outrora versaram sobre esse tema, extraídos de pesquisa em sites, livros, revistas e artigos científicos.

### **Resultados**

O conceito de desigualdade social engloba vários tipos de desigualdades que vai de desigualdade de oportunidade, de resultado até desigualdade de escolaridade, renda, gênero, etc. Contudo de um modo mais abrangente a desigualdade econômica, dada pela distribuição desigual de renda, é a mais conhecida, chamada de desigualdade social. No Brasil a





desigualdade social tem deixado o país em uma ruim colocação no ranking da ONU, uma vez que segundo o ranking de 2005 o Brasil era a 8º nação mais desigual do mundo. Assim sendo, explica-se o fato de no Brasil haver intermináveis questões sociais sem resoluções.

Atualmente a sociedade é conduzida pelo curso da urgência do ter, ter o dinheiro suficiente para a realização de desejos e por isso, deixam passar despercebida as multifaces da desigualdade social. A pobreza, suas expressões e resultados, muitas vezes são naturalizados, banalizada e tratada como implícita, mesmo sendo explícita e gritante! A naturalização da desigualdade social traz consigo a perpetuação da pobreza, resultado da combinação de fatores sócio econômicos e políticos diversos. A pobreza mostra-se uma das mais perversas e históricas faces da desigualdade social que vem demandando medidas claras e objetivas, para a identificação de suas causas e a descoberta de alternativas e métodos para a sua superação.

Atender às questões sociais e combater a pobreza, com um claro compromisso centrado no desenvolvimento, trata-se de pôr em efetividade a democracia, respeitar os direitos fundamentais de seus membros. Porém sabe-se que entre o Brasil do presente e o esperado em um futuro próximo, existe um abismo enorme chamado desigualdade social, que por ser tão comum, faz parte da vida do país como se fosse algo natural. Uma façanha que deve ser considerada em relação ao tema é a negação e relativização do fato. Pessoas, estado, gestores tendem a negar ou relativizar o fato da existência latente da pobreza. Com a negação do fato, políticas públicas demoram sair do papel para serem de fato efetivadas, acentuando e perpetuando os níveis de pobreza. E como consequência questões sociais eclodem, desestruturando mais ainda um sistema tão fragilizado.

287

### **Considerações Finais**

A desigualdade na distribuição da renda tem sido, historicamente, um dos grandes entraves ao combate à exclusão. Contudo deve-se observar o curso da administração social, política e econômica do país. São inúmeras as indagações em torno da pobreza, suas causas e consequências. Nessa pesquisa pude analisar vários fatores em torno desse tema tão atual. Depreendi que a pobreza é por muitos e porque não dizer pela maioria ignorada e naturalizada. A sociedade hoje vive mergulhada em valas de salvem-se quem puder! O individualismo está mais comum e entranhado nas pessoas, fato que se reflete nas relações individuais e sociais.





Com a naturalização do fato, ocorre a negação e conseqüentemente a reprodução e perpetuação da pobreza, gerando um ciclo vicioso de intermináveis questões sociais. Contudo é válido destacar que frente a falta de respostas a indagações sobre as reproduções da pobreza, a sociedade expressa sua cidadania de diversos modos. Um deles é a mobilização pela legitimidade da democracia no país, visto que têm manifestado amplo descontentamento pela maneira como o sistema está sendo conduzido.

Todavia o investimento nas políticas públicas deverá ser aumentado com o propósito de maior alcance da população pobre. Também deverá ser investido em controle e monitoramento da aplicabilidade das políticas públicas, com o fim de que sua eficácia não seja comprometida.

Portanto, ainda é longo o caminho a ser percorrido para a ruptura dos processos que envolvem a desigualdade social de renda. Um bom início seria a conscientização que a pobreza existe e é mais gritante do que se vê, uma vez que suas conseqüências vão além da falta de um prato de comida, suas conseqüências referem-se à redução do ser humano como cidadão.

Considero por fim inegável que há uma complexidade em torno da pobreza. Tal fato é entendido quando se parte para o campo de estudos e pesquisa sobre o tema. Contudo não bastou a abolição da escravatura se não houver igualdade! Sabe-se que, um escravo livre sem oportunidades é como se outrora ainda fosse preso!

288

### Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: ARROYO, Miguel Gonzales; SILVA, Maurício Roberto. (Org.). **Corpo-infância**: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 23-54.

BATISTA, Isabel. **O fenômeno da Pobreza**. A pobreza e a marginalização social no século XV aos nossos dias. Porto: Publicação do Departamento de centros Históricos e da Educação da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 87-90.

BARROS, R.P. & HENRIQUES, R. & MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev.2000.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos Humanos**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>>. Acesso em: 07 Jun. 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002

LEÃO REGO, Walquíria D.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.





SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2009.  
STIGLITZ, Joseph E. **O preço da desigualdade**. Lisboa: Bertrand, 2013.

## GESTÃO DA INTERSETORIALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO MARCO NA GARANTIA DE DIREITOS

**Deiliane Alves dos Santos Araújo**  
**Elisabete da Silveira Ribeiro**

**Resumo:** O presente artigo, apresenta e defende o trabalho realizado pela equipe que configura a Coordenação Intersetorial do Programa Bolsa Família no município de Novo Alegre, interior do estado do Tocantins. A política do PBF e suas condicionalidades como forma de garantia de permanência das famílias, que por falta de conhecimento popular teórico, tem se tornado alvo de várias críticas destrutivas, muitas vezes associada ao termo “punição” do Bolsa Família. Há quem diga que o Programa deixa as pessoas inertes e descompromissadas. Quando na verdade o que se busca através das ações, mobilizadas pelos órgãos responsáveis pelo acompanhamento, é o direito de igualdade, relacionada e subentendida, à interação social do sujeito, seja homem, mulher, idosos ou criança. Tenho defendido, que o Bolsa Família é um dos melhores programas da Assistência Social, pois leva em consideração não só a renda das famílias mas também o perfil de cada membro da família, formação educacional, características do domicílio e a composição da família. Avalizando, conseqüentemente a oferta e demanda das ações e serviços ofertado no município, pelos órgão da saúde, educação e assistência social. O objetivo principal é transparecer que o programa está além dos repasses financeiros, ele estimula o enfrentamento da pobreza, como carência escolar e de saúde, contribuindo ainda com a socialização dos beneficiários nos serviços ofertados, por exemplo no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV, e grupos de reunião da Proteção de Atenção Integral à Família - PAIF. Expor os dados e resultados de acompanhamento da articulação realizada pelas equipes responsáveis, concomitantemente ao compromisso atribuído à família do PBF. Para tanto, foram consultados principalmente, os sites de Relatórios de Informações disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, considerados também o senso demográfico do IBGE realizado em 2010, para estipular as metas, e o levantamento dos resultados alcançados pelas equipes.

289

**Palavras-chaves:** Assistência Social; Programa Bolsa Família; Condicionalidades; Coordenação Intersetorial

### Introdução

Podemos dizer que o Bolsa Família é um dos Programas Sociais que mais causa polêmicas quanto à sua efetividade. Apesar de proporcionar o bem estar das famílias mais carentes, por outro lado chama a atenção de outros, por se tratar da transferência de recursos financeiros do Governo Federal, diretamente a estas famílias, que muitas vezes são tachadas por clichês ofensivos e preconceituosos. O que pouco se sabe é que, o Bolsa Família acaba sendo um artifício para a garantia de direito à educação, à saúde e à assistência social, por meio da intersectorialidade do programa.

Em 2003 o Cadastro único se tornou o instrumento para a seleção das famílias de baixa renda, no qual são registradas as informações das famílias. O Ministério de Desenvolvimento Social é o gestor responsável por todo o sistema, o qual tem sua execução compartilhada com o Governo Federal, Estadual e Municipal. Segundo a Coletânea da







Legislação Básica do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, o PBF é de âmbito Nacional, criado por uma Medida Provisória nº 132, e posteriormente convertida na lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 (p. 08. 2014). Tem por finalidade a unificação de outros programas do Governo Federal, como o Bolsa Escola, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, o Bolsa Alimentação, o Programa Auxílio-Gás e o Cadastro Único do Governo Federal.

O Cadastro Único não é um sistema exclusivo para a transferência de renda às famílias, ou seja, para o Programa Bolsa Família, no instrumento se cadastram pessoas com até meio salário mínimo ou famílias com até três salários mínimos. Assim sendo, as famílias que não ingressarem no PBF, poderão ter acesso a outros programas nacionais, estaduais ou os desenvolvidos pelos municípios, através do cadastro, uma vez que a tarefa de superar a pobreza é uma responsabilidade dos três níveis de governo:

No Brasil, conforme prevê a constituição, o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social é de responsabilidade de todos os entes federados, ou seja, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Isso significa que enfrentar esses problemas sociais é atribuição compartilhada de todos os entes (p.09, 2013).

As famílias, após serem inseridas no Cadastro Único, passam a fazer parte de estatísticas e levantamento de dados que comprovam o crescimento do atendimento ofertado no município através do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Esses dados demonstram o perfil de vulnerabilidades das famílias, para então conhecê-las e poder desenvolver políticas e programas específicos. Por essa perspectiva, percebemos que o Programa Bolsa Família não é o único objetivo do CadÚnico.

No entanto o programa necessita de uma gestão para as condicionalidades que se dá “por meio da articulação entre a gestão do Programa Bolsa Família e as áreas da saúde, educação e assistência social” (p. 93, 2013). Logo, há a necessidade de uma coordenação, para que sejam traçados planos e metas para o acompanhamento eficaz dos beneficiários. Então a Coordenação Intersetorial do Programa Bolsa Família, é a equipe que se mobiliza, tanto para elaborar quanto executar as melhores propostas, e garantir que estes serviços não falem, ou mesmo, que os beneficiários não fiquem sem receber quaisquer destes atendimentos.

### **Procedimentos metodológicos**





Para o levantamento de metas é considerando como objetivo percentual, os resultados do Censo Demográfico do IBGE (2010) para estabelecer as metas a serem alcançadas. Segundo o IBGE:

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 2.286 residentes, dos quais 227 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 9,9% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 74 (32,4%) viviam no meio rural e 154 (67,6%) no meio urbano. (MDS-SAGI)

As informações contribuíram para a preocupação com o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas, que garantissem à população o direito aos serviços de educação e saúde, junto à Assistência Social. Em Novo Alegre, os resultados do trabalho realizado pela equipe da Coordenação Intersetorial demonstram que apesar de a Secretaria de Assistência Social possuir limitações, a equipe executa um excelente trabalho de acompanhamento, tanto educação, saúde e assistência social.

### **Resultados e Discussão**

É dever do Estado, a criação de projetos e programas social que auxiliem no combate à pobreza e desigualdade social, e o Programa Bolsa é Família pode ser considerado o maior programa de resultados efetivos. Já que a equipe da Coordenação Intersetorial, é quem garante mensalmente a permanência das famílias no programa, garantindo os direitos à educação, saúde e assistência social.

O acompanhamento dos beneficiários realizado pelos órgãos responsáveis mensalmente, sendo assim, pode ser visto como uma estratégia, tanto para a garantia dos direitos dessas famílias, quanto para o cumprimento dos deveres do Estado. Tudo isso, dentro da sistemática do Programa Bolsa Família, que atualmente é muito criticado por ideologias destrutivas e classificado como desnecessário.

### **Considerações**

O Programa Bolsa Família é um programa de articulações, de relações pessoais e interpessoais. Ele caracteriza o ser humano, baseado em suas necessidades mais básicas de sustentação. E o que torna o programa ainda mais peculiar é a dinâmica da articulação entre os órgãos responsáveis. Pois criando a ideia de que a família é uma instituição importante para o Estado. E que esta, necessita ser entendida, compreendida, suas deficiências precisam ser acompanhadas de perto, e o programa oferece tudo isso.





A gestão compartilhada é outra vantagem que favorece a aplicação das ações realizadas, pois o retorno do acompanhamento é disponibilizado sistematicamente para todos os envolvidos, ou seja, os órgãos que compõem a Coordenação Intersetorial do Programa. Dessa forma o trabalho com a Gestão permite não só a execução das ações, como também o planejamento que melhor se encaixe às necessidades do município. Enfim, o programa fortalece a gestão das políticas públicas municipais, estaduais e da União, fortalecendo as práticas educacionais, o fortalece o combate às carências nas áreas da saúde, e auxilia nos serviços da assistência social.

### Referências

<https://acidblacknerd.wordpress.com/2013/05/10/10-motivos-para-ser-contrario-o-atual-bolsa-familia-2/>  
às 08:40 de 25/09/2017

[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=extrema\\_pobreza](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza) às 22:25 de 09/11/2017

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#VisãoGeral> às 23:28 de 09/11/2017

<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve> às 14:31 de 18/09/2017

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9665> às 22:15 de 09/11/2017

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. 2ª Ed. (2014). Brasília, 2014.

292

## COOPERATIVISMO UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA REDUZIR A POBREZA EXTREMA NO BRASIL

Deuzivânia Carlos de Oliveira  
Alberto Pereira Lopes

**Resumo:** O presente trabalho visa discorrer sobre o cooperativismo como uma alternativa para amenizar a situação da pobreza extrema no Brasil, e como empreendimento econômico e social que está presente na vida de muitas famílias. A abordagem metodológica adotada foi a pesquisa exploratória de cunho qualitativo. Em 1844 surge pela primeira vez na história o cooperativismo, na cidade de Rochdale-Manchester na Inglaterra, e no Brasil, surgiu em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. O trabalho pretende também relatar a pobreza extrema no Brasil e o seu crescimento, diante da falta de políticas públicas, tornando assim um quesito que precisa ser discutido para que haja compromisso do próprio estado em tentar erradicar esse mal que atinge milhões de brasileiros. São muitas as famílias que vivem neste processo de vulnerabilidade de pobreza no país e o número tende a aumentar. Devido à falta de programas de incentivos do governo para tirar as famílias estagnadas na situação de pobreza extrema, sendo necessário a população criar alternativas reais para se conseguir diminuir a situação de descaso que milhares de famílias brasileiras vivem como: não ter alimentação, moradia, saúde, falta de saneamento básico, além de uma educação pública mal assistida. O cooperativismo está sendo um mecanismo que possibilita as famílias que se encontram em situação de miséria a terem um trabalho que garanta renda o suficiente para assegurar uma vida digna a suas famílias e ser um gestor do seu próprio negócio.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Pobreza Extrema. Políticas Públicas. Bolsa Família.





## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar as alternativas oferecidas pelo cooperativismo como opção de geração de trabalho e renda, bem como discutir a temática da pobreza extrema no Brasil, observando até que ponto o cooperativismo pode ser uma alternativa viável para o combate desta mazela social. Em outras palavras o cooperativismo vislumbra alternativas para ajudar a população de pobreza extrema no Brasil.

Atualmente o número de brasileiros vivendo em extrema pobreza e de forma desumana é relevante, possivelmente esse número aumentará, conforme apontado por pesquisas produzidas nos últimos anos pelo Banco Mundial. Neste sentido, o cooperativismo está atuando como uma ferramenta estratégica para a redução do desemprego, sendo também uma oportunidade de promover um empreendimento econômico e social. Diante disso, o cooperativismo pode ser visto como experiência positiva na vida de seus associados ao se tornar uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho, melhoria de renda e, por consequência, a melhoria da qualidade de vida de seus cooperados e suas famílias.

Para se entender as causas da pobreza extrema, é importante mencionar algumas das razões, tais como fatores políticos, como a corrupção no país, fatores econômicos devido à má fiscalização com o dinheiro público, fatores socioculturais em que reduz a qualidade do ensino público, entre outros fatores que causa graves consequências na vida de muitas famílias, como: a fome, falta de oportunidade de emprego, saúde mal assistida, falta de saneamento básico que leva muitas famílias a beberem água não potável, sendo constantes os impactos negativos para a classe mais pobres do país.

Segundo Mendonça (2014) a violação dos Direitos Humanos afana dos cidadãos direitos a educação digna, inclusão social, oportunidades de trabalho, saúde, perspectivas de vida, lazer, qualidade de vida que proporcione o mínimo de dignidade, sendo que existe á tempo uma luta pelo reconhecimento de tais direitos, em que possam ser vistos de forma igualitária, com objetivos de dar garantias e dignidade humana. Porém, a desigualdade social em que a pobreza extrema está inserida é uma forma de violência estrutural de um processo de medidas públicas, e não uma ação individualizada do cidadão, no entanto, é exposto como um fenômeno natural da pobreza, colocando os pobres como principal responsável pela pobreza em que vivem.

Segundo Arroyo (2013) a pobreza está sendo expressa pela mídia como negligente de valores, ao retratar a questão pobreza aliada a violência, tráfico de droga e outros, assim







encobrir a real responsabilidade política, social e econômica que engloba a questão da vulnerabilidade da pessoa humana. Para tanto, a presente pesquisa traz como questionamento: O cooperativismo, enquanto uma modalidade de empreendimento pode ser uma alternativa para a redução dos impactos da pobreza extrema no Brasil?

Como objetivos específicos pretende-se: Identificar se o cooperativismo pode ser um empreendimento gerador de trabalho e renda para as famílias que vivem em extrema pobreza ou de baixa renda; apontar se os preceitos da Economia Solidária como modelo de empreendimento autogestionário serve para minimizar as diferenças sociais e econômicas da população de baixa renda; apresentar elementos de estudo que mostre o cooperativismo como alternativa para minimizar a pobreza extrema; definir a importância do empreendedorismo cooperativista na vida dessas pessoas, como opção para sair da linha da pobreza extrema.

### **Procedimentos Metodológicos**

No presente trabalho está sendo usado uma abordagem qualitativa, de natureza exploratório, feita por levantamento bibliográfico, sendo necessário pesquisar em sites, notícias recentes sobre a pobreza extrema no país, estudos em artigos que auxiliam no procedimento para se entender as cooperativas como alternativas geradoras de renda, se fazendo necessário também aprofundamento nos conteúdos do curso de pós graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social para se atingir a finalidade do estudo. Dessa forma, Godoy (1995, p. 58) define o conceito de pesquisa qualitativa; “De maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve”.

294

### **Resultados e Discussão**

#### **A Urgência o Estudo**

Conforme aponta Welle (2017), o Brasil tem pressa, os brasileiros que vivem no abismo da extrema pobreza e os que já se encontram nesta situação têm urgência de mudanças, e devido fatores sociais, políticos e econômicos, o caminho se encontra escuro para se alcançar a solução de amenizar a dor da fome de muitos brasileiros.

O número de pessoas vivendo na pobreza no Brasil deverá aumentar entre 2,5 milhões e 3,6 milhões até o fim de 2017, afirmou um estudo inédito do [Banco Mundial](#). Por meio de simulações, o [Banco Mundial](#) analisou a taxa de pobreza extrema no país, calculada em 3,4% em 2015, levando em conta o incremento ou não da Bolsa Família. No cenário menos pessimista, o número de pessoas





extremamente pobres crescerá 1,7 milhão – de 6,8 milhões em 2015 para 8,5 milhões em 2017, elevando a proporção de pessoas extremamente pobres de 3,4% em 2015 para 4,2% neste ano. Reportagem G1, escrito por (WELLE, 2017, p.01).

Tendo em vista os aspectos observados, como conseguir mudar um quadro que cresce de forma desordenada e as medidas públicas que estão estagnadas em soluções que não estão efetivando resultados positivos, como o PBF- Programa Bolsa Família, que é um subsídio do governo federal que ajuda muitas famílias, porém não resolve, devido, não ser suficiente para o povo sair do abismo da pobreza extrema, uma das razões é que o PBF não conseguiu abarcar todas as famílias que vivem na pobreza extrema, como mostra a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social em entrevista ao site exame:

Por meio da agricultura familiar as cooperativas têm condições de garantir a segurança alimentar no país. Além disso, as cooperativas podem contribuir com o governo para a erradicação da miséria extrema, no sentido de identificar as famílias que vivem abaixo da linha da miséria [...] para nós do governo é difícil descobrir uma família que, as vezes, não tem documentos, que não está incluída em nenhum programa social. (TAKAGI, 2011, p. 01).

Infelizmente o crescimento desordenado das cidades, má distribuição de renda, medidas públicas ineficazes, a educação pública com seus déficits, gerou e ainda gera consequências as famílias brasileira, principalmente as que estão vivenciando a pobreza extrema e pobreza. Para tanto Pinzani e Rego (2014, p.19) definem pobreza extrema e pobreza:

A própria definição da pobreza com base na renda representa, em certo sentido, um ato arbitrário. Vejamos, por exemplo, no caso do Brasil, o estabelecimento por parte do governo da linha que separa pobreza – renda mensal per capita de até R\$ 154 – e pobreza extrema –renda mensal de até R\$ 77 por pessoa. É difícil dizer que quem recebe R\$ 80 encontra-se em situação melhor que quem recebe só R\$ 77, assim como é complicado afirmar que quem recebe R\$ 160 não seria pobre. Da mesma maneira, a presença ou a ausência de políticas públicas específicas e de serviços públicos afetam profundamente a vida das camadas mais vulneráveis da população.

No entanto, são diversos os motivos que pode levar uma criança, um jovem, um pai de família a se encontrar nesta situação de abandono como: desigualdade, desemprego, falta qualificação profissional, os preconceitos que muitas pessoas sofrem, e acabam não tendo oportunidades, sendo vistos apenas como incapazes devido situação de miséria que se encontram. O analfabetismo sendo não menos importante, é uma das razões que impossibilita as famílias em situação de pobreza extrema saírem dessa linha de miséria.





Em seguida procura-se discutir o conceito de cooperativa e economia solidaria, para entender melhor o que o empreendimento representa na vida das famílias em extrema vulnerabilidade.

### **Empreendimento Cooperativista e Economia Solidaria**

Faz-se importante neste momento a definição do cooperativismo, para que conheçam mais seus conceitos, é a Associação Cooperativista Internacional ACI (2017, p.01) aponta que: “Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se juntaram voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns através de uma empresa de propriedade conjunta e controlada democraticamente”.

Com base no empreendimento solidário, ele conseguiu por si provar os benefícios que agregam às famílias brasileiras, sobretudo as que se encontram abandonadas em lixões, ou esquecidas em meio ao nada em algumas regiões do país, sem nenhum tipo de infraestrutura e oportunidade de produzir. De acordo com Cansado (2005), o empreendimento da Economia Solidário no país está sendo de grande referência, atualmente vem conquistando bastante espaço com a inserção de jovens no mercado de trabalho, apoios de Universidades, sindicatos, ONGS não governamentais, tornando uma oportunidade de geração de renda e valorização humana, no intuito de transformar esse quadro de desemprego e descaso com a população.

296

Desta maneira Gonsalves e Sobrinho (2011, p.111) fomenta a economia solidaria:

Uma alternativa superior ao Capitalismo. Mas não em termos econômicos escritos, e sim por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, uma vida melhor. E essa vida melhor, citada por Singer, vai além do fato de consumir mais com o menor dispêndio de esforço produtivo, englobam também condições favoráveis para um melhor relacionamento com familiares, amigos, vizinhos e colegas em geral e com todos os indivíduos de uma sociedade. Além de propiciar a liberdade de escolha no trabalho que garantirá a maior satisfação pessoal, bem como também autonomia produtiva.

Diante da proposta do trabalho se faz importante mencionar os sete princípios cooperativistas que são os alicerces que representam o cooperativismo, tendo como instituição responsável pela manutenção dos princípios ACI (Aliança Cooperativista Internacional), e de acordo com a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras (2017, p.01) o sistema cooperativista é norteado pelos seguintes princípios; [...] “Adesão voluntária e livre. Gestão democrática. Participação econômica dos membros. Autonomia e independência. Educação, formação e Informação. Intercooperação. Interesse pela comunidade” [...] As cooperativas





atuam em diferentes áreas de trabalho, para entender melhor os ramos de atuação de cada cooperativa, falaremos agora destes ramos.

### Ramos de Atuação do Cooperativismo

Atualmente o cooperativismo trabalha com treze ramos em diferentes áreas de atuação no país tendo como objetivo trabalhar nas deficiências de cada região, sabendo que elas são diferentes de acordo com a cultura local, com a vegetação, a educação etc. As diferenças não são um caso fechado, devido serem muitas, porém, o cooperativismo procura trabalhar essas e outras necessidades colocando em diferentes ramos, para assim poder atender e suprir essa falta de forma empreendedora. Segundo OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras (2017, p.01) o sistema cooperativista nacional conta com os seguintes segmentos;

[...] AGROPECUÁRIA: o ramo reúne cooperativas de produtores rurais, agropastoris e de pesca. CRÉDITO: o negócio, aqui, é promover a poupança e oferecer soluções financeiras adequadas às necessidades de cada cooperado. ESPECIAL: a igualdade é um dos pilares do cooperativismo. HABITACIONAL: construir e administrar conjuntos habitacionais. MINERAL: pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais. SAÚDE: Reúne cooperativas que podem ser formadas por médicos, dentistas, outros profissionais da saúde e até pelos próprios usuários. TRANSPORTE: cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros

CONSUMO: focado na compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados. EDUCACIONAL: prover educação de qualidade para a formação de cidadãos mais éticos e cooperativos ESTRUTURA: são cooperativas que fornecem

serviços essenciais para seus associados, como energia e telefonia por exemplo. PRODUÇÃO: cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos. TRABALHO: reúne profissionais de uma mesma categoria em torno de uma cooperativa para melhorar a remuneração e as condições de trabalho do grupo de associados, ampliando sua força no mercado. TURISMO E LAZER: qualidade de vida também está relacionado a turismo e lazer[...].

Dentre esses diversos seguimentos, o cooperativismo pode ser um forte modelo de trabalho que pode garantir alternativas para lidar com a pobreza extrema, que é uma realidade no Brasil, a pobreza existe em todo país e isso não é novidade, sendo várias as causas, no entanto erradicar a pobreza infelizmente não é algo que se possa garantir, porém diminuir a pobreza extrema é um objetivo, para então propiciar oportunidades a população que vivem em situações precárias o mínimo de dignidade possível.

Em entrevista a COPASUL- Cooperativa Agrícola Sul Mato-Grossense o diretor social da Organização das Nações Unidas (ONU), Maxwell Haywood, deixou clara a importância do cooperativismo, apresentando como aliadas nessa luta contra erradicação da pobreza como destaca: (COOPASUL, 2017, p.01):







As cooperativas, sem dúvida, têm muito a contribuir para a erradicação da pobreza, reduzir as desigualdades entre os gêneros, proteger o meio ambiente. Se analisarmos com cuidado, veremos na prática que, sem a contribuição das cooperativas, muitas pessoas não teriam educação, saúde, moradia, trabalho ou renda.

O Cooperativismo trabalha na criação, organização, implantação e administração de cooperativas, considerando todas as probabilidades de acordo com as necessidades econômicas, culturais, sociais dos locais, para não fugir da realidade do povo, assim trabalhar como gerador de renda e desenvolvimento social. Segundo o site ([www.minasgerais.coop.br](http://www.minasgerais.coop.br)) “Hoje o Brasil possui 6.655 cooperativas, distribuídas em todos os Estados, com maior concentração nas regiões sul e sudeste do país”. A estrutura do cooperativismo está crescendo, como mostra pela quantidade de cooperativas existente no país, onde são distribuídas em todos os ramos, gerando trabalho e lucro a muitas famílias, sendo atualmente uma grande alternativa para viabilizar a geração e a distribuição de renda para os brasileiros, tornando assim um gerador de oportunidade de negócio e fusão de renda.

### **Considerações Finais**

O propósito deste trabalho foi mostrar que o cooperativismo através dos seus ramos de atuação pode ser uma alternativa real para muitas famílias brasileiras que se encontram em situações de extrema pobreza no Brasil. Uma maneira de empreendimento econômico que pode contribuir eficazmente nas vidas das famílias, tendo como fator principal trabalhar o cooperativismo de forma honesta, seguindo os seus princípios, buscando o que de melhor o empreendimento possibilita oferecer às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, uma solução verdadeira de mudanças de vida.

Para se conseguir os objetivos propostos, se faz de grande importância um projeto direcionado ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) na finalidade de fazer um mapeamento das cidades das regiões brasileiras mais pobres no país, onde estão necessitando com mais urgência de apoio, ir trabalhando o cooperativismo para quem não tem acesso às informações sobre o empreendimento promovendo um movimento no desenvolvimento cooperativista brasileiro, para então assim proporcionar oportunidades às famílias que não estão conscientes sobre ou não sabem trabalhar no processo cooperativista, podendo ter uma chance de viver através de seu trabalho, podendo garantir, a sua família, uma estrutura digna e qualidade de vida.





## Referências

ACI- Aliança Cooperativista Internacional. **Definição de Cooperativa**. Disponível em, <https://www.aciamerica.coop/Principios-y-Valores-Cooperativos-4456> Acessada em 30 de outubro. 2017 as 21:01:40.

ARROYO, Miguel. **Pobreza, Desigualdades e Educação**. Curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão 2014.

CANSADO, Airton. **Para a Apreensão de um Conceito de Cooperativa Popular**. Encontro COPASUL- Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense. **Notícias**. Disponível em <http://www.copasul.coop.br/Noticias/view/714>. Acessada em 15 de outubro. 2017, as 10:45:43da Associação Nacional de pós Graduação e Pesquisa em Administração. Brasília, 2005.

GODOY, Arilda. Artigo. **Introdução à pesquisa qualitativa suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995.

GONSALVES; SOBRINHO. **Economia Solidária: Um Caminho Para A Geração De Renda E Inclusão Social**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia ISSN 2175-862X (on-line). Maringá, v. 3, n. 2, p. 100-124, 2011.

MENDONÇA, E. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. Curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão 2014.

OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras. **Ramos do Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/ramos>. Acessado em 19, setembro.2017, as 20:12:50.

PIZANE, Alessandro; REGO, Walquiria. **Pobreza e Cidadania**. Curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão 2014.

TAKAGI, Maya. **Economia**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/governo-aposta-no-cooperativismo-para-reduzir-pobreza-extrema/>. Acessada em 11 de outubro. 2017, as 23:55:45.

WELLE, Deutsche. **Economia notícias**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tera-ate-36-milhoes-de-novos-pobres-em-2017-diz-bird>. Acessado em 25 de setembro. 2017, as 21:25:30 horas.





## A DESIGUALDADE SOCIAL E O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PAIS DOS ALUNOS DA CRECHE MARIA DE LOURDES DA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS - TO

Dinalde Alves Rodrigues Pimentel

Klívya de Cássia Silva Nunes

**Resumo:** O presente artigo aborda a desigualdade social e o acesso à educação infantil, a partir do perfil socioeconômico dos pais dos alunos da creche Maria de Lourdes da cidade de Tocantinópolis – TO. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo nos períodos de janeiro a outubro de 2017, na turma do Maternal II-A. Além disso, se fez necessário aprofundamento bibliográfico que tratam sobre a temática. Os dados coletados foram tabulados e analisados a partir da abordagem qualitativa descrevendo e discutindo a desigualdade social e econômica no contexto do atendimento dos alunos da referida instituição no que concerne ao seu desenvolvimento social enquanto parte integrante da atual sociedade. Conclui – se que são muitos os desafios para a garantia do acesso a educação infantil ao ingresso do aluno e a permanência do mesmo nessa etapa da Educação, principalmente no que se refere ao contexto socioeconômico.

**Palavras-chave:** Desigualdade Social. Educação Infantil. Perfil Socioeconômico.

### Introdução

A educação escolar é a forma mais importante para que o indivíduo se desenvolva plenamente, bem como, é um mecanismo de oportunidade para que se tenha acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade, porém, é também uma das formas de se produzir a desigualdade social quando se nega o acesso a ela.

Neste sentido, o Brasil vem procurando através de suas políticas educacionais ampliarem o acesso a todos os níveis e modalidade de ensino, o qual já conseguiu a quase universalização do ensino fundamental, porém, o acesso a outros níveis ainda é precário, como é o caso da educação infantil.

A educação infantil compreende o atendimento de crianças de zero a seis anos, sendo atendidas em creches e pré-escolas, garantidas como um direito na Constituição Federal de 1988 e contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 /1996, porém a sua expansão se torna um desafio considerando a não obrigatoriedade por parte dos municípios de ofertar creches, mas sim à pré-escola, o que ocasiona um número de oferta de matrícula disponível insuficiente para atender a demanda da comunidade, principalmente para a classe desprovida de renda, tendo como consequência o aumento da desigualdade social e cultural.

Diante do exposto, o presente artigo visa compreender a desigualdade social a partir do perfil socioeconômico dos pais dos alunos que estão matriculados no Maternal II da creche





Maria de Lourdes. Tendo como fio condutor a seguinte pergunta norteadora: de que forma a desigualdade social vem impactando ao acesso da educação infantil a partir do perfil socioeconômico dos pais dos alunos da Creche Maria de Lourdes da cidade de Tocantinópolis - TO?

Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo, como forma de conhecer melhor o objeto em estudo. A pesquisa de natureza descritiva procurou mostrar o perfil socioeconômico dos pais das crianças que estão matriculadas no Maternal II da referida instituição. Deste modo, usou-se para a coleta de dados entrevista semiestruturada aplicada aos familiares, professor, monitora e gestores.

Conclui-se que a pesquisa se tornou relevante por trazer a discussão da legislação e documentos orientadores que norteiam a matrícula dos alunos na instituição, visto que ela se destina principalmente para as famílias que não têm condições de arcar com os custos de matrícula de seus filhos em uma creche privada, porém, na cidade de Tocantinópolis, não existe outro atendimento, a não ser, da creche pública, daí que foi constatado que a maioria dos pais dos alunos atendidos na creche são empregados, sendo que uma pequena parcela daqueles que não tem um emprego fixo é pouco.

O que demonstra a importância do atendimento educacional da creche para aqueles que são desprovidos de renda fixa, mas também para os que mesmo tendo emprego, suas condições materiais são insuficientes para sustentar sua família. Além disso, demonstra também a importância do atendimento da creche para além do assistencial, pois se faz presente na formação humana que começa na mais tenra idade.

Deste modo, o presente trabalho está dividido em duas partes, a primeira trata sobre os direitos humanos e a pobreza fazendo uma relação com a oferta da educação infantil como direito público e subjetivo; após apresentamos os dados da pesquisa focando o perfil socioeconômico dos pais e o acesso a educação infantil na creche Maria de Lourdes no município de Tocantinópolis.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa foi realizada na creche municipal Maria de Lourdes, situada na cidade de Tocantinópolis, região do Bico do Papagaio, com mais de 22.000 habitantes, teve como objetivo de compreender a desigualdade social a partir do perfil socioeconômico dos pais dos alunos que estão matriculados no Maternal II. Para tanto, a pesquisa é de cunho descritivo que







tem por finalidade de demonstrar através dos dados coletados e interpretados o resultado do estudo realizado no período de janeiro a outubro de 2017.

Para análise das informações e obtenção de resultados sobre o processo do acesso e da matrícula dos alunos atendidos na mesma foi feita uma entrevista com 30 pais ou responsáveis pelos alunos matriculados na turma maternal II, onde estes também responderam um questionário, os quais foram tabulados e analisados para a obtenção dos resultados necessários para a conclusão dos objetivos elaborados e desenvolvido na pesquisa.

### **Resultados e Discussão**

As crianças atendidas na creche Maria de Lourdes em sua maioria são de baixa renda, pois a desigualdade social, segundo as informações acima, nos mostra que muitas estão matriculadas na creche por que necessitam de alimentação, cuidados, higiene, atenção, proteção, enquanto outros estão na creche por que como o pai não ganha o suficiente para pagar uma babar pra cuidar dos filhos pequenos em casa, trazem pra a creche enquanto os pais vão trabalhar.

Em relação ao perfil socioeconômico dos pais dos alunos da creche Maria de Lourdes da cidade de Tocantinópolis – TO, muitos trabalham mais por não terem um nível de instrução escolar elevado, os serviços que acham são braçais ou que ganham pouco pelo serviço prestado, mesmo tendo uma profissão mais na maioria não terminaram nem o Ensino Médio, acabam por serem os que mais precisam do atendimento da creche para seus filhos.

302

### **Considerações Finais**

A pesquisa foi satisfatória não apenas pelo aprendizado, mais pela participação de todos, pelo retorno dado em todas as informações observadas e analisado durante a pesquisa sobre a desigualdade social e o acesso à educação infantil: Um olhar sobre o perfil socioeconômico dos Pais dos alunos da creche Maria de Lourdes da cidade de Tocantinópolis – TO.

Esta pesquisa foi motivada pelas observações e questionamentos surgidos no dia a dia da prática como professora da instituição no qual procurou conhecer como e o acesso dos alunos desta instituição, profissão dos pais ou responsáveis, como mora, onde trabalham e a importância da participação das crianças na creche para o atendimento, com informação para esclarecer e compreender seus direitos perante as leis e aprendendo sobre as condições do processo de funcionamento e atendimento da creche.





Os objetivos propostos foram alcançados e o público alvo participou ativamente das ações desenvolvidas. Visto que, a creche é uma instituição de fundamental importância, porém pouco conhecida e valorizada pela sociedade, não tem mais alunos para o atendimento por não comportar mais crianças no espaço físico devido se tratar de acompanhar os mais desfavorecidos e vulneráveis. Diante disso percebe-se que os usuários se sentem acolhidos devido o tratamento dos professores, gestores, pois todos são graduados em pedagogia área necessária e demais equipe esse atendimento.

Foi muito rico e gratificante a pesquisa nesse contexto social, para identificação de fatores que contribuem para o acesso das crianças na creche, não só nas creches que existe mais que a gestão construa mais creche no município. Pois o que necessita ser melhorado e o recebimento de mais recursos para facilitar o desenvolvimento das ações e projetos no exercício dos profissionais do mesmo.

### Referências

ARCE, Alessandra (org.). **Ensinando aos Pequenos: de zero a três anos**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2012.

ARROYO, Miguel González. Pobreza, Desigualdade e Educação. **Módulo Introdutório**. SECADI/Ministério da Educação/Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1º outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069**. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Organização das

Nações Unidas (ONU) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009). <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; Unesco, 2007.

BRASIL Ministério da Educação. **Conferência nacional de Educação**. Documento base. Brasília: MEC, 2010b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF v.1; il. 1. Educação Infantil. 2. Ensino Fundamental. 1.

MENDONÇA, Ernesto Fontes. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. **Módulo 2** - SECADI/Ministério da Educação /Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, 2014.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. Pobreza e Cidadania. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo I**. SECADI/Ministério da Educação, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Adotada e aprovada em Assembleia Geral da ONU no dia 10 de dezembro de 1947.





## AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ARAGUAÍNA-TO A PARTIR DOS DADOS DO IDEB NO ANO DE 2015.

Dione Cley Bento de Abreu

Roberto Antero da Silva

**Resumo:** O indicador educacional - ideb associa positivamente as informações de rendimento escolar, como aprovação e desempenho em exames padronizados, como a Prova Brasil e o Saeb. O objetivo desse indicador é a verificação da realização das metas propostas no compromisso com o Ministério da Educação com a perspectiva de redução da desigualdade educacional. O presente trabalho teve como objetivo trazer uma comparação entre as escolas estaduais do 5º ano do ensino fundamental de Araguaína-TO através das avaliações realizadas pelo ideb no ano de 2015. Dentro desse contexto, a metodologia aplicada neste estudo foi a de pesquisa qualitativa. O resultado desse estudo é, portanto um apontamento e um apanhado dos dados que possibilita a discussão sobre as informações prestadas pelo ideb em relação às escolas estaduais no município de Araguaína-TO, observando o 5º ano do ensino fundamental de cada escola estadual do município e em destaque as de maiores e menores notas fornecidas pelo ideb. A pesquisa não se concluiu, estando em andamento para uma maior discussão e fundamentação para que se alcance os resultados de maior confiabilidade.

**Palavras-chave:** Escolas Estaduais. Ideb Observado. Metas Projetadas. Araguaína.

### Introdução

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador educacional que associa positivamente as informações de rendimento escolar, como aprovação e desempenho em exames padronizados, como a Prova Brasil e o Saeb. O IDEB tem como objetivo a verificação da realização das metas propostas no compromisso com o Ministério da Educação, que espera uma média de 6,0 para o ano de 2021, com a perspectiva de redução da desigualdade educacional (FERNANDES, 2007).

O Ministério da Educação estabelece em 2006 o índice de desenvolvimento da educação básica, que é calculado com base no aprendizado dos alunos através da Prova Brasil e no fluxo escolar por meio da taxa de aprovação.

Uma das formas de modificação da educação brasileira é através das políticas públicas educacionais que tem o papel fundamental de proporcionar a formação do cidadão e a inclusão no meio social.

### Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho teve como objetivo trazer uma comparação entre as escolas estaduais de Araguaína-TO através das avaliações realizadas pelo ideb no ano de 2015. Dentro desse contexto, a metodologia aplicada neste estudo foi a de pesquisa qualitativa, pesquisa essa com o caráter qualitativo e técnicas como pesquisa bibliográfica. A análise dos resultados foi a partir do procedimento de análise de conteúdo.



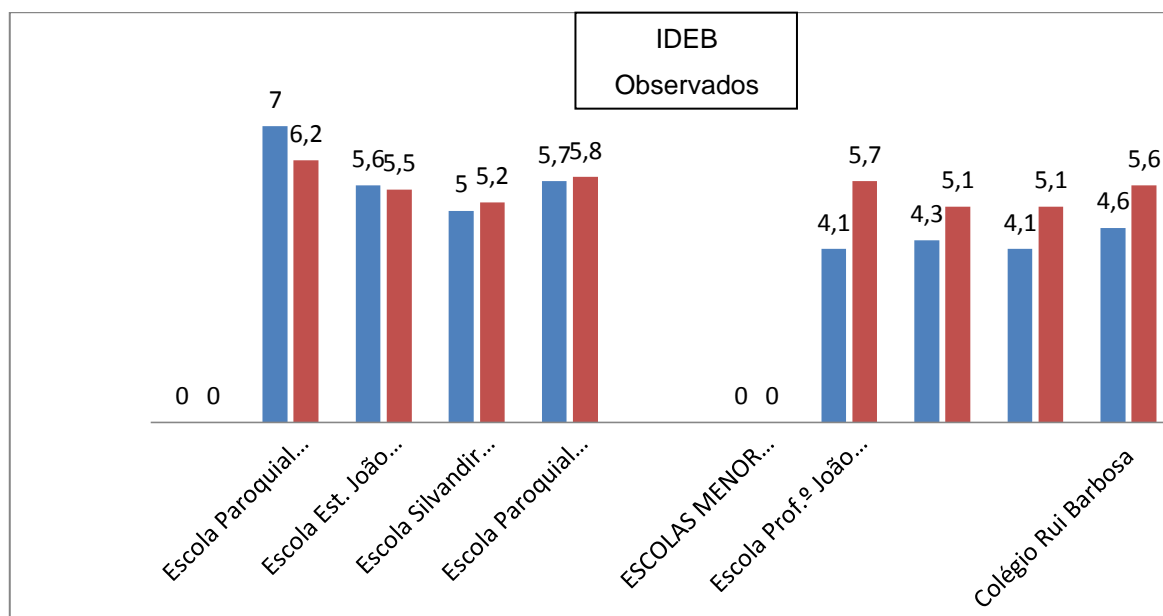


Tal pesquisa atenta-se com o estado da realidade que não pode ser quantificado, desenvolve enumeras significações, motivos, crenças, valores e atitudes, demonstrando um maior espaço das relações, dos procedimentos e fenômenos que não se restringe à operacionalização de dimensões. Objetivando os conceitos que contribui ao pensamento científico (MOESCH, 2002).

### Resultados e Discussão

O gráfico abaixo faz referência às escolas analisadas na pesquisa que obtiveram os maiores e menores Ideb observados em 2015 nas escolas estaduais de Araguaína, é possível observar no gráfico a meta que o Ideb projetou para o mesmo ano e as médias alcançadas pelas escolas descritas no nele.

Gráfico 1 - AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO 5º ANO



305

Dados do IDEB 2015

As primeiras escolas descritas no gráfico foram as que conseguiram as melhores notas no ideb no ano de 2015, sendo a meta de algumas delas superiores ao que projetou o ideb. A Escola Paroquial Sagrado Coração de Jesus e a Escola João Guilherme Leite obteve uma nota superior ao que projetou o ideb, as demais tiveram notas muito próximas das metas projetadas.







Após observar as escolas com as maiores notas no ideb de 2015, analisamos as escolas de menor ideb observado, onde está em destaque a Escola Professor João Alves, com uma diferença significativa entre a meta projetada e o ideb observado no mesmo ano. Logo em seguida destacamos três escolas de que também obteve media inferior ao esperado pelo ideb.

### Considerações Finais

O resultado desse estudo é, portanto um apontamento e um apanhado dos dados que possibilita a discussão sobre as informações prestadas pelo ideb em relação às escolas estaduais no município de Araguaína-TO, observando o 5º ano do ensino fundamental de cada escola estadual do município e em destaque as de maiores e menores notas fornecidas pelo ideb.

Tal pesquisa objetiva trazer maiores informações sobre o tema abordado uma vez que a mesma ainda não se concluiu, e para isso faz-se necessário à continuidade da pesquisa e investigação para obter maiores resultados e possibilitar melhor discussão sobre a temática.

### Referências

ESCOLAS. Disponível em: <http://www.escol.as/29588-escola-paroquial-sagrado-coracao-de-jesus>  
Acesso em: 16 nov. 2017.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)** / Reynaldo Fernandes. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.  
Disponível em: [http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/IDEB-Texto\\_para\\_discuss%C3%A3o26.pdf](http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/IDEB-Texto_para_discuss%C3%A3o26.pdf). Acesso em: 11 out. 2017.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA-TO, 2013. Disponível em:  
<http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>. Acesso em: 24 out. 2017.





## **CRIANÇAS INDÍGENAS KAIAPÓ NA REDE REGULAR DE ENSINO: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PASTOR JOVERCI ALVES, EM REDENÇÃO-PA**

**Diuly Gonçalves de Araújo Abreu**

**Roberto Antero**

**RESUMO:** A escola como instituição cultural e ideológica deve atender questões de convívio com a diversidade de maneira democrática de convivência com as diversidades socioculturais presentes no ambiente escolar. Nesta perspectiva este estudo discutiu a inserção de crianças indígenas na escola pública da rede regular de ensino, no qual teve como intuito verificar como a escola aborda a educação e direitos humanos no seu processo de ensino com o foco na diversidade sociocultural regional dos povos indígenas Kaiapó. Para tanto, realizou-se estudo de caso na Escola Municipal de Ensino Fundamental Pastor Joverci Alves, localizada no município de Redenção-PA que atende crianças indígenas no sistema educacional não indígena. Assim embasado na pesquisa bibliográfica e de campo fica evidenciado que o ensino de direitos humanos é ainda tímido diante das ações realizadas na unidade de ensino pesquisada, mesmo atendendo um público diferenciado, questões de diversidade culturais são abordados apenas em casos isolados do processo de ensino.

**Palavras-chaves:** Indígenas Kaiapó. Escola. Direitos Humanos. Diversidade sociocultural.

### **Introdução**

Com as diversas transformações na sociedade, inclusive a tecnológica, que proporcionou a interação comunicativa e social entre os povos, houve de acordo com (MELO, 2012, 124) “o acirramento das relações sociais no que se refere ao convívio com a diversidade”. E, a escola como uma instituição cultural deve atender essa questão de maneira democrática de convivência com as diversidades socioculturais presente no ambiente escolar.

Deste modo, discutiu-se neste estudo a inserção de crianças indígenas na escola pública da rede regular de ensino abordando o papel relevante da Educação e Direitos Humanos na vida acadêmica dos indivíduos em qualquer nível de ensino, para tanto foi realizado o estudo de caso na Escola Municipal de Ensino Fundamental Pastor Joverci, localizada no município de Redenção-PA, na qual, que recebe e trabalha com as crianças indígenas da etnia Kaiapó em um sistema educacional não indígena.

Com o intuito de analisar questões sobre como a escola aborda o estudo dos direitos humanos em seu espaço-tempo dos seus discentes com o foco na diversidade sociocultural regional dos povos indígenas da etnia Kaiapó, bastante presente no dia a dia da comunidade local. Assim, o problema da pesquisa pode ser expresso nas seguintes perguntas:

A escola regular Municipal da cidade de Redenção utiliza-se da educação em Direitos Humanos no seu ensino com o enfoque para a gama da diversidade cultural regional indígena presente no município? Logo, após pensou-se em como a unidade de ensino trabalha como o





processo de empoderamento do ensino formal e de vivências culturais de alunos não índios e índios em seu espaço?

Para chegar a essas indagações foram salientadas, algumas hipóteses que norteou o desenvolvimento do estudo de investigação aqui proposto. São elas: os alunos não conhecem a diversidade sociocultural indígena marcante na vida cotidiana da cidade e a escola é um espaço que ainda deixa a desejar sobre o estudo das peculiaridades social, econômica e cultural destes povos de etnia Kaiapó em seu currículo.

Assim, a educação em direitos humanos visa justamente priorizar que essas diversidades sejam olhadas e compreendidas como direitos que os seres humanos têm em conhecer a si e sua própria história. Nesta vertente, incluem-se a educação indígena, que preza por um ensino de inclusão dos seus povos respeitando as suas peculiaridades de ações culturais, linguísticas e históricas.

E a Declaração dos Direitos Humanos, por meio do art. 15, p.10, enfatiza tal afirmação citada anteriormente que: Os povos indígenas têm direito a dignidade e a diversidade de suas culturas, tradições, histórias e aspirações sejam devidamente refletidas na educação pública e nos meios de informação públicos.

Assim, os povos indígenas devem ser valorizados, respeitados e incluídos no ambiente escolar de ensino, que atenda a sua diversidade cultural, e que haja uma relação de troca de conhecimentos, aprendizados e tolerância entre índios e não índios.

Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo geral averiguar a experiência da EMEF Pastor Jovervi Alves no município de Redenção-PA na oferta de educação pública formal para crianças indígenas da etnia Kaiapó em um sistema educacional não indígena.

Com o propósito de verificar se há as ações específicas estabelecida pela escola para concretizar o processo educacional com as crianças indígenas; Analisar como ocorreu o processo de escolarização das crianças indígenas Kaiapó na escola; Levantar dados sobre como a interculturalidade local indígena é trabalhada na unidade de ensino pesquisada; Identificar a(s) concepção(ões) dos docentes sobre o princípio de igualdade e diferenças interculturais com enfoque para a cultura local indígena para a prática didática em educação de Direitos Humanos e descrever como o aluno indígena matriculado na unidade de ensino regular “comum” vê os valores e cultura presente no seu processo de ensino e aprendizagem mesmo que presentes em apenas em disciplinas específicas.





Portanto, este estudo buscou entender a igualdade e os processos de diferenciação da sociedade e entender que essas diferenças sociais e muitas vezes desigualdades contribui para a concepção de relação entre sociedade e indivíduo.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para chegar às repostas necessárias nesse trabalho foi utilizado alguns estudos de teóricos conceituados como: BRASIL (2013), MENDONÇA (2016), CARVALHO, ET AL (2012), FREITAS (2012), CHIZZOTTI (2006), dentre outros.

Logo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica que se configura no estudo sistêmico de levantamento, seleção, arquivamento e relação ao objeto de pesquisa que averiguará trabalhos realizados em estudos sobre a educação e Direitos Humanos, por conseguinte foi realizado pela pesquisa de estudo de caso coleta de dados por meio de questionários fechados e abertos na EMEF Pastor Joverci Alves que foi extremamente importante para trazer respostas às indagações levantadas durante o estudo desta pesquisa.

Deste modo, a pesquisa é classificada como uma atividade voltada para a solução de problemas, na qual pretende trazer respostas às perguntas por meio de processos científicos.

Assim, por meio dessa linha de pesquisa citada, é que se fez imprescindível para obtenção dos resultados que este estudo necessitava. No qual, foi realizado duas incursões na escola pesquisada a primeira foi no dia 10 de outubro para recolher dados do projeto político pedagógico e por fim no dia 11 ocorreu à aplicação dos questionários, toda a equipe pesquisada foi muito gentil e se prontificou incansavelmente em contribuir para a execução do trabalho em curso.

Portanto, os estudos realizados neste trabalho têm a intenção verificar por meio do estudo de caso na EMEF Pastor Joverci como ocorre a Educação em Direitos Humanos sobre o ensino da diversidade sociocultural regional dos índios Kaiapó.

### **Resultados e Discussão**

A unidade de ensino pesquisada é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Pastor Joverci Alves que está situada na Avenida Comandante Clovis Pereira SN – Santos Dumont, perímetro urbano do município de Redenção no Estado do Pará. A escola foi inaugurada no dia 01 de Março de 1995 com o nome Escola Municipal de Ensino Fundamental Casa da Bênção de Deus, em Março de 1996, foi assinado o Convênio com a Prefeitura Municipal de







Redenção, que assumiu as despesas deste estabelecimento de ensino, com manutenção de profissionais e outros.

A escola recebe apoio da secretaria de educação com apoio de materiais consumíveis, orientações pedagógicas com a equipe do PNAIC – Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa, Palestras, Formação continuada para os professores e entre outros, mantendo uma relação amistosa e de companheirismo, onde tudo é estabelecido em comum acordo.

Logo cabe destacar que a escola não abordou nenhum projeto que trabalhasse a cultura indígena e as diversidades sociais mais detalhadamente em seu dia a dia escolar.

A escola do programa federal Novo Mais Educação e Pacto Nacional Pela Idade Certa. Com relação ao índice de desenvolvimento da educação básica a EMEF possui o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB mais baixo de toda a rede de ensino do Municipal de 3,9, contudo, a nova gestão vem trabalhando para que esse resultado seja modificado no próximo ano.

Os quadros e gráficos expostos a seguir mostram a interação entre a escola e os alunos indígenas, no qual foram direcionados alguns questionamentos com relação inserção de crianças indígenas na unidade de ensino EMEF Pastor Joverci Alves que serviram de instrumentos para as indagações dos problemas levantados no decorrer deste estudo.

310

Ao adentrar ao espaço escolar, foram levantados os primeiros dados com relação à equipe pedagógica sobre a quantidade de alunos indígenas, a idade e nível de ensino destes discentes, logo a diretora relatou que a escola atende 6 alunos indígenas da etnia Kaiapó, que possuem a faixa etária entre 11 a 15 anos de idade, matriculados no fundamental I.

Uma das questões visou averiguar se a escola trabalha com ações diferenciadas entre alunos indígenas e não indígena sendo a equipe pedagógica afirmou não haver esse direcionamento. Deste modo, pode se observar que a instituição não aborda uma educação que atende as necessidades específicas das crianças indígenas, mesmo com um grande desafio exposto a escola, pois atende uma cultura diferente da sua, mas cabe mencionar que a escola tem dever legal de oferecer atendimento diversificado, pois, como ressalta a Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012 toda crianças indígenas tem “O direito a uma educação escolar diferenciada”.

Quando abordado junto aos docentes, se o processo de ensino abordado em sala de aula atende as peculiaridades das crianças indígenas, selecionamos duas respostas que denotam certa contradição: O docente 1 respondeu que “*Sim, pois os conteúdos do livro*





*didático abordam alguns assuntos sobre cultura indígena*”; já o docente 2 disse que “não, porque a criança indígena fica perdida na sala de aula e acaba por desistir das aulas e retornam para a aldeia”,

É evidente, que a EMEF Pastor Joverci ainda oferta uma educação em Direitos humanos de maneira tímida e pouco efetiva na formação cidadão das crianças indígenas e não indígenas envolvidas no processo de ensino que oferta.

### Considerações Finais

As considerações apresentadas neste artigo teve a preocupação em apresentar o papel da educação e dos direitos humanos no ambiente escolar com foco para a diversidade cultural por meio da inserção de crianças indígenas da etnia Kaiapó na EMEF Pastor Joverci Alves. Analisando como a escola aborda o estudo dos direitos humanos em seu espaço-tempo sobre diversidade sociocultural regional desta comunidade indígena.

Para isso, levantaram-se questões relevantes como: A escola regular Municipal da cidade de Redenção utiliza-se da educação em Direitos Humanos no seu ensino com o enfoque para a gama da diversidade cultural regional indígena presente no município? E como a unidade de ensino trabalha como o processo de empoderamento do ensino formal e de vivências culturais de alunos não índios e índios em seu espaço?

Assim, ao adentrar a unidade de ensino pesquisada por meio da coleta de dados do estudo de caso, notaram-se algumas inconsistências entre a parte da equipe pedagógica e docentes em relação à oferta diferenciada com ações que valorizem as particularidades dos alunos. Pois o discurso entre professores e direção é divergente.

Deste modo, fica em evidencia neste estudo realizado que a escola enquanto formadora de sujeitos ainda utiliza-se minimamente de ações que valorize a diversidade cultural local com instrumentos de interação sem a perda da identidade destes povos indígenas que são tão importantes para a região. Logo a abordagem feita por meio da revisão bibliográfica foi de suma importância, para embasar de maneira crítica e concisa o que estava sendo dito.

### Referências

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos/** Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: MEC/SEF. 2013.

\_\_\_\_\_. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC, 1998.





\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental: Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/SEF. 1998;

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental.** Brasília: MEC, 2001;

MENDONÇA. Fortes Erasto. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação.** Módulo II – curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. UFT-2016.

## O ORIENTADOR EDUCACIONAL E A SITUAÇÃO DE POBREZA DOS ALUNOS NO CONTEXTO ESCOLAR

**Diva Nunes Rezendes**

**Juciley Evangelista Freire**

**Resumo:** O presente artigo trata do papel do Orientador Educacional diante da situação de pobreza dos alunos no contexto escolar, considerando as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, mudanças de paradigmas e um público que se apresenta em vasto âmbito de diversidade o que exige um modo diferente de ensinar, novas concepções pedagógicas e relações mais justas e respeitosas entre sujeitos que ensinam e que aprendem. De acordo com a pesquisa realizada na Escola Municipal Crispim Pereira Alencar observou-se diversos desafios enfrentados pela comunidade escolar no atendimento efetivo às diversidades e uma delas é a inclusão da discussão da pobreza no currículo escolar.

**Palavras-chave:** Orientador Educacional, pobreza, contexto escolar, aprendizagem

312

### INTRODUÇÃO

Em meio às atuais transformações sociais, políticas, econômicas e desafios próprios de um novo milênio, a escola recebe um público antes excluído do processo educacional, que exige mudanças no jeito de ensinar, nas concepções pedagógicas, nas relações sociais entre os sujeitos que fazem a escola. Nesse processo entende-se que a escola pode ser um instrumento de transformação social desde que compromissada a construir uma sociedade ou mundo menos desigual, democrático e organizado por meio de sua tarefa precípua que é a formação humana crítica e cidadã.

Nessa perspectiva faz-se necessário que a prática escolar esteja voltada à realidade e coloque os sujeitos no centro das atividades pedagógicas. Conforme Maccariello (2008) a escola precisa desenvolver a cidadania para a construção de uma sociedade genuinamente democrática. Para tanto, é fundamental que seus atores desenvolvam uma prática interdisciplinar integradora, pautada por uma consciência histórico-crítica que conduza a uma práxis, ou seja, à unidade entre prática e teoria numa perspectiva dialética (ação-reflexão que dê origem a nova ação e elaboração de nova teoria).





Nesse processo destaca-se o papel do Orientador Educacional que “caracteriza-se como mediador e articulador do processo educativo, priorizando a construção de uma escola participativa e transformadora desta sociedade individualista, excludente e discriminatória.” (ITOP, 2011, p.21).

O Programa Bolsa Família – PBF, que faz transferência direta de renda com condicionais às famílias pobres e extremamente pobres, visa o alívio imediato da pobreza, bem como contribuir para o acesso dessas famílias a direitos sociais básicos como saúde, educação e assistência social. O acompanhamento de condicionais no âmbito do PBF permite ao poder público mapear os principais problemas vivenciados por essas famílias. Diante do exposto, e levando em consideração que o PBF já tem mais de dez anos e necessita de uma investigação sobre sua efetividade, a presente pesquisa pretendeu responder à seguinte questão: a escola por meio do serviço de Orientação Educacional tem promovido o acesso e a permanência com sucesso escolar aos alunos pobres e extremamente pobres participantes do PBF? Que ações tem sido desenvolvidas neste sentido? Quais concepções de pobreza norteiam o currículo escolar?

Para responder a esses questionamentos, objetivou-se, de modo geral, caracterizar a função do Orientador Educacional em relação à inserção dos alunos pobres no contexto escolar. De modo específico, os objetivos foram: verificar como é feito o acolhimento pela Orientação Educacional dos alunos beneficiários do PBF e identificar e analisar como o currículo aborda as questões de pobreza e desigualdade social no ambiente escolar.

313

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance dos objetivos propostos, além da pesquisa bibliográfica, foi utilizada também a pesquisa documental, utilizando-se formulários periódicos da frequência escolar dos alunos participantes do PBF, atas de resultado final, relatórios de acompanhamento da frequência e publicações sobre o Programa Bolsa Família. Realizou-se, ainda, pesquisa de campo em uma escola do distrito de Taquaruçu, município de Palmas, com a participação da Orientadora Educacional da Escola Municipal Crispim Pereira Alencar, com estudantes beneficiários do Ensino Fundamental, que estudaram em 2016 e em 2017, de uma Professora que ministra Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental anos iniciais e do Secretário Geral Escolar. Além do levantamento de dados uma turma de alunos do 4º ano observando-se do total de alunos participantes do PBF quantos foram aprovados e quantos foram reprovados e se houve abandono escolar. Também, foram realizadas entrevistas com







50% dos alunos da turma selecionada. Para a tabulação das questões das entrevistas, organização dos dados em tabelas e apresentação destes buscou-se recursos computacionais para elaborar índices e gráficos.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

### O Papel do Orientador Educacional

A função de Orientação Educacional no Brasil, ainda passa pela construção de sua identidade, em virtude das influências dos diferentes contextos históricos, políticos e socioculturais em que foi desenvolvida desde sua criação, que faz emergir a necessidade de se dar novas respostas aos desafios que surgem no cotidiano escolar. Passa por delineações na década de 80 e nos anos 90, caracterizando-se nos dias atuais pela mediação junto aos demais educadores. (GRINSPUN, 2006, p. 27 a 32).

O Orientador educacional não pode abrir mão do plano de trabalho da orientação em si, bem como da prática de planejar para estabelecer com os segmentos da escola: Direção, Coordenação, Professores, pais, alunos e demais funcionários, um trabalho coletivo visando auxiliar o educando na formação de uma cidadania crítica, ajudando-o por inteiro; com utopias, desejos e paixões, bem como contribuir com a escola na elaboração e execução de seu projeto político-pedagógico. (GRINSPUN, 2011, p. 37).

Portanto, faz parte de seu papel a articulação entre escola-família e comunidade tendo como foco do trabalho as dificuldades pedagógicas, emocionais, sociais e cognitivas dos alunos. Nessa perspectiva precisa estar atento para todas as situações advindas do cotidiano dos meninos e meninas pobres e extremamente pobres que adentram a escola tais como: a fome, a miséria, a necessidade de cuidar de irmãos, avós, de trabalhar para ajudar os pais caracterizando trabalho infantil ou do jovem, o desemprego, situações de doença, ausência do pai ou da mãe ou de ambos, gravidez na adolescência, dificuldades com transporte escolar, reflexos de violências sofridas, assim como são impactados na escola pelo bullying, a discriminação, o pré-conceito, o racismo, a invisibilidade, dentre outras situações que os deixam desmotivados e que são diagnosticadas periodicamente pelo acompanhamento da frequência escolar e identificadas como causas de baixa frequência, infrequência e abandono escolar.

Segundo Milet (2001) O Orientador Educacional deve levar para o coletivo da escola as situações mencionadas anteriormente para serem debatidas, pensadas conjuntamente, a fim de que todos possam contribuir na solução dos problemas, pois no grupo uma diversidade de





experiências nas relações mantidas com a criança e conhecimentos serão socializados ajudando na construção de uma escola viva, que dê conta de seu papel social. Milet (*apud* Módulo Princípios e Métodos da Orientação Educacional, 2011) acrescenta que diante dos problemas sociais resultantes de uma sociedade de classes, compete à escola dar significado aos conhecimentos por ela trabalhados, evitando assim, o fracasso escolar. Destaca:

[...] dificilmente o aluno aprende, se os conhecimentos transmitidos não são significativos para ele, seja esse aluno pertencente à classe trabalhadora ou não. Mas o que se verifica é que os conteúdos programáticos, a linguagem, as normas escolares, as regras de conduta são estabelecidas em harmonia com os valores das camadas médias da população. Em nossa sociedade, qualquer que seja o lugar em que esteja localizada, qualquer que seja a população atendida, a escola veicula os padrões dominantes como sendo os padrões ideais a ser atingidos por todos, indiscriminadamente. Individualismo, competição, - modos ao sentar e ao falar, passividade, obediência e respeito à hierarquia, são algumas das imposições que a escola costuma fazer aos alunos ao contrário do espírito de coletividade, da cooperação, de espontaneidade e do respeito mútuo, características dos segmentos de baixa renda da população. Como se pode verificar, o aluno pobre está mesmo destinado ao fracasso, tal a estranheza que a escola lhe inspira. (MILET, 2001, p. 48-49).

315

Diante do exposto, compete ao Orientador Educacional buscar subsídios para a promoção de momentos de debates sobre as experiências vividas pelos alunos em seu dia a dia e relacioná-las com os conteúdos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido Grinspun (2011) acrescenta ao abordar sobre o fracasso escolar, que é necessário dar voz às vivências culturais dos alunos, refletir, debater sobre o resgate da autoestima dos estudantes de baixa renda, condição fundamental para o protagonismo destes, além de questões como condições de trabalho, representações dos docentes e educandos, ensino e avaliação da aprendizagem e relações de poder dentro da escola. Em síntese, a “Orientação deve propiciar meios para que seja discutida a problemática da escola, dos seus alunos e professores, do currículo e de seu projeto político-pedagógico.” (GRINSPUN, 2011, p. 88-89).

### **A Escola, seu contexto e o Projeto Político-Pedagógico**

A Escola Municipal Crispim Pereira Alencar situa-se em Taquaruçu distrito do município de Palmas, capital do estado do Tocantins, criado pela resolução nº 28, de 29 de dezembro de 1989. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população no ano de 2010 era de 4.739 habitantes, possuindo um total de 1597 domicílios





particulares. A escola atende anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, possui um espaço físico limpo, conservado, alegre, as salas são espaçosas, arejadas, possui secretaria, direção, orientação educacional, coordenação pedagógica, sala dos professores, laboratório de informática, refeitório com um pouco de área coberta, jardim, quadra de esportes, é toda murada com portão de acesso, a frente é bem alta, porém recapada com cerâmicas coloridas o que dá um visual alegre à escola.

Do universo de 532 alunos matriculados na Escola Municipal Crispim Pereira Alencar, 254 (47,7%) conforme dados do Sistema Presença, participam do Programa Bolsa Família, e segundo os profissionais da escola não há diferenciação no tratamento entre bolsistas e não bolsistas, pois a escola considera que o perfil de aluno é praticamente o mesmo e se preocupa em não rotulá-los.

Segundo a Orientadora Educacional, o abandono escolar é baixíssimo, mas a reprovação é mais expressiva, indagada sobre a que atribuíra esse problema respondeu que dentre outros fatores os que mais se destacam são a ausência dos pais do ambiente escolar, desinteresse dos alunos pelos estudos e falta de acompanhamento da família.

A escola possui um Projeto Político Pedagógico – PPP o qual, segundo a Orientadora, foi elaborado coletivamente e que nas metas apresenta-se como propósito: a alfabetização na idade certa de todos os alunos, alcançar 97% de aprovação, reduzir a distorção e ampliar a proficiência nas avaliações externas. O currículo contempla a existência das desigualdades e da pobreza no contexto escolar, assim como a necessidade da adoção de uma postura crítica na interpretação dos fenômenos socioculturais.

### **A pobreza e o Currículo Escolar**

A escola como instituição social que tem como função formar cidadãos, preparar crianças e adolescentes para iniciar no mundo adulto, bem como investir no desenvolvimento individual e social, adota um currículo hegemônico desconsiderando muitas vezes a diversidade que adentra os seus muros, demonstrando uma dificuldade histórica em lidar com essa realidade multifacetada, formada por alunos oriundos de diferentes realidades, especialmente com os pobres e extremamente pobres os quais constroem suas referências de pensamento de ação a partir dos contextos sócio-histórico e cultural em que estão inseridos.

Nesse sentido, precisaria contemplar a temática pobreza dentro dos currículos. Entendendo currículo nas palavras de Arroyo como sendo “o conteúdo cultural que as escolas difundem, bem como constitui-se dos efeitos que esses conhecimentos provocam nos





sujeitos”. Segundo Arroyo, para contemplar a questão da pobreza no currículo é necessário buscar-se na História, Antropologia, Economia, Artes, Linguagem, Literatura, Música esse conhecimento sobre a pobreza valorizando suas contribuições, suas lutas e conquistas para construção de seus territórios, da sociedade brasileira, assim como dialogar com as experiências que os alunos pobres e extremamente pobres trazem para a sala de aula, com as vivências culturais de suas famílias e comunidades. Para tanto, “é necessário reconhecer os saberes sobre a produção da pobreza, superar a visão moralizante sobre a pobreza e garantir esses saberes nos currículos como direito de todo(a) cidadão(ã)”. (ARROYO, s/d, p.25)

### O Orientador Educacional e o Acolhimento de Estudantes Pobres

Pinzani e Rego (2014) discutem diversos aspectos que se entrecruzam contribuindo para a existência da pobreza: o processo histórico, dominação política, a localização geográfica, a etnia, o gênero, a temporalidade, falta de oportunidades os quais provocam diferenças no modo de vida e nas condições socioculturais das pessoas.

Nesse sentido, um estudo realizado pela SECADI/MEC em 2015, cruzando dados do censo escolar/INEP, Cadastro Único e Sistema Presença identificou o perfil de crianças e adolescentes em situação de pobreza e beneficiários do Bolsa Família o qual é constituído em sua maioria por negros e pardos com uma quantidade expressiva morando na zona rural e urbana. Os demais alunos são constituídos em sua maioria por brancos e moradores na zona urbana, conforme tabela 1.

317

**Tabela 1: Perfil dos estudantes beneficiários PBF**

Estudantes	Raça/cor			Localidade		Brasil/ Matrícula/2015		
	Brancos	Pretos e pardos	Outros	Rural	Urbano	Total na Ed. Básica	Total de 6 a 17 anos	De 6 a 17 anos
<b>Beneficiários</b>	24%	75%	1%	28%	72%	48.796.512	34.988.440	18.557.478
<b>Não Beneficiários</b>	55%	44%	1%	15%	85%			16.430,962

FONTE: SECADI/MEC/Censo Escolar/INEP, Cadastro Único e Sistema Presença

Essa temática é abordada em um estudo realizado pela UNICEF que discute a exclusão escolar no Brasil, o qual constatou que os alunos negros apresentam-se em desvantagem em relação aos brancos em virtude do processo histórico. De igual modo, a escolaridade dos pais ou responsáveis é um obstáculo significativo para dificultar a entrada







destes na escola sendo que as regiões com maiores dificuldades nesse aspecto, são as Regiões Norte e Nordeste conforme consta nas tabela 2 e 3.

**Tabela 2: Taxa de frequência à escola da população de 6 a 10 anos por gênero, raça e localização - 2010 (%)**

ESTADO	U.F	População de 6 a 10 anos	SEXO		COR/RAÇA		LOCALIZAÇÃO	
			Feminino	Masculino	Brancos	Negros	Urbana	Rural
	TO	97,0	97,4	96,6	97,7	97,1	97,8	94,3
REGIÕES	NORTE	93,7	94,1	93,4	95,4	94,0	95,9	88,8
	NORDESTE	97,3	97,6	97,1	97,7	97,2	97,6	96,7
	SUDESTE	97,8	97,9	97,7	98,0	97,6	97,9	97,1
	SUL	97,9	98,0	97,8	97,0	97,5	97,9	97,5
	CENTRO-OESTE	97,1	97,3	97,0	9,77	9,71	97,6	93,7
<b>BRASIL</b>		97,2	97,3	97,0	97,8	9,09	97,6	95,3

Fonte: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2014, p. 19.

Na tabela acima observa-se que não há grande diferença na porcentagem de frequência à escola dos alunos em relação ao gênero, mas em relação à cor e a localização sim, nota-se ainda que no estado do Tocantins os respectivos índices são um pouco melhores que a média da Região Norte, porém é inferior a quase todas as médias das outras regiões.

**Tabela 3: Taxa de frequência à escola da população de 6 a 10 anos por nível de renda e de instrução dos responsáveis - 2010 (%).**

318

ESTADO		Maior nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio e seus cônjuges				Rendimento domiciliar per capita (em número de salários mínimos)				
		Fundamental Incompleto	Fundamental	Médio	Superior	Até 1/4	Maior que ¼ e menor que ou = 1/2	Maior que ½ e menor que ou = 1	Maior que 1 e menor que ou = 2	Maior que 2
	TO	95,2	97,9	98,4	99,3	94,8	97,3	98,4	98,9	99,0
REGIÕES	NORTE	90,8	95,9	97,5	89,9	89,9	95,4	96,5	98,0	98,2
	NORDESTE	96,5	98,1	98,8	99,1	96,4	97,7	98,2	98,9	98,8
	SUDESTE	96,8	97,9	98,6	99,1	96,4	97,7	98,2	98,9	98,8
	SUL	96,9	97,9	98,6	99,3	96,2	97,1	98,0	98,7	99,0
	CENTRO-OESTE	95,3	97,7	98,5	99,0	93,8	96,7	97,8	98,5	98,6

Fonte: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2014, p. 21.

Observa-se nos números de frequência à escola dos alunos de 6 a 10 anos no estado do Tocantins, que quando menor o nível de escolaridade e de renda dos pais ou responsáveis, menor a presença das crianças na escola, o inverso também ocorre, quanto maior a formação escolar e recurso financeiros, melhor a frequência.





Assim, em virtude do nível de escolaridade e as característica da educação recebida, os pobres estão fadados às atividades profissionais mais pesadas, que exijam pouca qualificação profissional, conseqüentemente, são pouco remuneradas. Obviamente moram em condições precárias. Além disso, muitas mães, primeira referência na convivência social da criança, vem de situações familiares e socioculturais opressoras nas quais sofreram violência física e/ou psicológica aprenderam desde cedo a conviver com a humilhação e a resignação, reproduzindo para os filhos sua descrença, falta de perspectiva, desilusão pela vida. De acordo com Martinelli (2007) as crianças que possuem autoconceito e expectativa baixa e pouca persistência tendem a apresentar um fraco desempenho escolar. Vale ressaltar, entretanto, que:

Um obstáculo é representado também, pela incapacidade – e, frequentemente, pela impossibilidade – de as instituições escolares lidarem com as dificuldades familiares dos(as) educandos(as). A pior e mais injusta atitude é, seguramente, culpar as crianças pelos resultados insatisfatórios que obtêm em seu processo de aprendizagem. (PINZANI; REGO, s/d, p.26)

Nesse sentido, na interação com as famílias pobres é fundamental que o Orientador Educacional procure conhecer as condições de seu público, identificando quais grupos tem condições de exercer bem o poder familiar, de contribuir no processo educacional e as que têm dificuldades e também orientar os professores a planejarem sua prática considerando essa realidade. (CASTRO; REGATTIERI, 2009, p.56)

319

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Orientador Educacional é um dos profissionais que contribuirá na articulação e mobilização do coletivo da escola, das famílias e comunidade local em torno do planejamento, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, e estar atento à presença da cultura da comunidade, do povo, do cotidiano da vida dos alunos nesse projeto e na prática pedagógica, contribuindo para o desenvolvimento de um ensino e aprendizagem significativos, necessários e relevantes à formação do ser humano culto, ético, solidário, crítico, criativo, responsável, de modo a tornarem-se autônomos, sujeitos de sua história e da história de seu tempo, intervindo no contexto social em que vivem, com vistas à construção de uma sociedade justa, regida por relações de colaboração, corresponsabilidade e solidariedade.

Quanto aos alunos pobres e extremamente pobres, participantes do PBF, a escola possui quase metade (47,7%) dos seus alunos beneficiários deste Programa, entretanto não há





um trabalho diferenciado para esse público, apesar da escola pesquisada os incluir em aulas de reforço escolar (Projeto Novo Mais Educação), aulas de música (Projeto Veredas), Palestras Motivacionais, atendimento especializado pela Equipe do NASF (PSF de Taquaruçu). No sentido da inclusão e do desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos, o currículo em seus eixos norteadores contempla o trabalho com conteúdos que discutam identidade, diversidade e gênero e expõe a necessidade de a escola estar aberta para acolher e discutir o multiculturalismo, a divisão da sociedade em classes e as desigualdades.

O currículo da escola vai ao encontro do que propõe Miguel Arroyo, mas não foi possível constatar se no dia a dia da sala de aula a proposta do PPP é concretizada. Pode se dizer, a partir dos dados analisados que os alunos mais pobres estão tendo acesso, permanecendo na escola e progressivamente estão aprendendo e que o trabalho do Orientador Educacional tem sido fundamental no acolhimento dos estudantes.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_ **Módulo Introdutório, Pobreza, Desigualdade e Educação**. SECADI/MEC, s/d.

\_\_\_\_\_ **Módulo IV Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. SECADI/MEC, s/d.

320

BRASÍLIA, DF: UNICEF. Campanha Nacional pelo Direito à Educação – O Enfretamento da Exclusão Escolar no Brasil, 2014.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI (Org.). **Interação Escola Família**: Subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A Orientação Educacional: conflitos de paradigmas e alternativas para a escolar**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

FACULDADE ITOP. **Módulo: Princípios da Orientação Educacional**. Palmas, impresso, 2011.

\_\_\_\_\_ **Módulo: Práticas de Orientação Educacional**. Palmas, impresso, 2011.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e Cidadania: Módulo I**. Santa Catarina, UFC/SECADI, s/d.





## O DIREITO À EDUCAÇÃO E A HEGEMONIA DA LÓGICA DO CAPITAL

Domingos Pereira da Silva

Viviane Drumond

**Resumo:** O intento deste artigo é situar a análise do direito à educação no contexto da lógica do capital. A forma de abordagem é qualitativa, e privilegiou o enfoque zetético como forma de aproximação ao direito e a análise crítica da bibliografia selecionada. Para tanto, historicizamos brevemente a produção da ideia de direito à educação; apresentamos, particularmente, o ordenamento jurídico nacional de 1988 a esse respeito, e; por fim, indicamos, mediante o entendimento da persistência da desigualdade e da pobreza, a necessidade do reconhecimento das pessoas pobres como sujeitos portadores de direitos. Resulta deste trabalho o entendimento de que a defesa do direito à educação passa por uma noção de cidadania, que visa superar a dicotomia liberalismo/comunitarismo e refutar a responsabilização dos sujeitos pauperizados por sua condição, de forma a permitir sua autonomia e participação na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Direito à Educação. Cidadania. Pobreza. Desigualdade Social.

### Introdução

O direito não pode ser compreendido por si, sem a articulação com o contexto sócio-político, econômico e cultural que lhe confere sentido e significação. Estamos, portanto, desde o início nos contrapondo a uma abordagem conservadora, a um discurso autorreferente acerca do direito, que o concebe fundamentalmente a partir de suas próprias premissas.

O caráter social do direito é um elemento constitutivo e constituinte que permite considerar, conforme Gramsci (2002), que o desenvolvimento do direito sempre exigiu uma luta para se afirmar. Nesse sentido, a ciência jurídica como parte da totalidade social está condicionada pela materialidade de que é expressão, todavia, “[...] não apenas informa, mas também conforma o fenômeno que estuda, faz parte dele” (FERRAZ JUNIOR, 2016, p. 18).

Frente ao exposto, explicitamos que o direito é um fenômeno social de grande amplitude, portanto, nos deteremos a apresentar algumas reflexões, especificamente, acerca do direito à educação. Para tanto, historicizaremos brevemente sobre a produção da ideia de direito à educação; apresentaremos, particularmente, o ordenamento jurídico nacional de 1988 a esse respeito, e; por fim, indicaremos mediante o entendimento da persistência da desigualdade e da pobreza, a necessidade do reconhecimento das pessoas pobres como sujeitos portadores de direitos.

### Procedimentos metodológicos

No que tange ao nível técnico, iremos nos deter a uma abordagem qualitativa, que se volta para o entendimento do contexto no qual se insere o objeto em estudo. Considerar que a técnica “é a expressão prático-instrumental do método, sendo este, por sua vez, uma teoria







científica em ação” (SANTOS FILHO; SÁNCHEZ GAMBOA, 2013, p. 86-87) nos possibilita mediante uma interpretação dialética, apresentar alguns aspectos “[...] do movimento permanente da sociedade e como esses elementos operam num determinado contexto histórico concreto” (ABRAMO, 1979, p. 87).

O direito pode ser estudado a partir de diferentes enfoques. Ao utilizar a terminologia de Viehweg, Ferraz Junior (2016) distingue, genericamente, entre um enfoque zetético e um dogmático. Em linhas gerais, “[...] zetética vem de zetein, que significa perquirir, dogmática, vem de dokein, que significa ensinar, doutrinar” (FERRAZ JUNIOR, 2016, p. 19).

Nessa linha de pensamento, importa explicitar que o enfoque teórico utilizado neste trabalho é predominantemente zetético, pois, se articula de forma a integrar e diferenciar um campo bastante amplo de investigação do direito, no âmbito da filosofia, da sociologia, da história e da Pedagogia, dentre outros.

Compete esclarecer frente às possibilidades de proceder uma investigação que versa sobre o direito, que as consequências da utilização do enfoque zetético em relação ao enfoque dogmático são distintas, pois, o primeiro, caracteriza-se pelo caráter hipotético, aberto à crítica; diferentemente do segundo, que parte de uma solução já dada, pressuposta, um dogma, e exerce uma função diretiva, orientada para uma decisão (FERRAZ JUNIOR, 2016)<sup>3</sup>.

322

### **Apontamentos históricos sobre o direito à educação: liberalismo e comunitarismo**

Situar a história da produção do direito à educação, mesmo que genericamente, requer considerações prévias acerca de dois grandes paradigmas: o liberal e o comunitário. Segundo Cerda et al. (2004) no centro do debate dessas duas perspectivas, encontram-se a noção de cidadania, que possui uma raiz comum a tais vertentes, composta por três ideais básicos: a igualdade, o cumprimento da lei e a participação política.

O liberalismo, como uma filosofia política contraposta ao absolutismo, assentou-se no princípio fundamental do indivíduo, que ao se associar com outros indivíduos e formar o Estado, assumiu a liberdade como um “bem supremo” com preponderância sobre qualquer outro (CHAVES, 2007). Nesse sentido, o Estado deve ser o mínimo, possibilitando ao máximo a iniciativa privada.

Outra abordagem a ser considerada é o comunitarismo, no qual o social tem precedência sobre o individual, já que o sujeito só se constitui em sociedade. Enfatiza, portanto, a inter-relação entre os cidadãos e o Estado, pois o princípio constituinte deste último deve ser o autogoverno do povo, a democracia participativa.





Em linhas gerais, a defesa do direito à educação, passa por uma noção de cidadania que visa superar a dicotomia liberalismo/comunitarismo, pois, pressupõe a problematização da realidade concreta, de modo a afirmar as possibilidades que permitam a autonomia do ser social, sua participação efetiva, para além do vínculo contratual propalado no liberalismo.

### **Estado Democrático de Direito e direito à educação: considerações prévias**

Consoante ao exposto na Constituição Brasileira, de 05 de outubro de 1988, “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito” (BRASIL, 1988, p. 11).

Segundo Cury (2014, p. 19), na atualidade praticamente “[...] não há País no mundo que não garanta, em seus textos legais, o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação escolar básica”. Entretanto, é necessário atentar que nem sempre essa realidade correspondeu aos dispositivos postos nos textos do nosso ordenamento jurídico (CURY, 2014).

Em linhas gerais, entendemos que com o desenvolvimento dos direitos humanos foi possível apreender à dignidade humana como dimensão inegociável da existência, porém isso não impede que ocorra na realidade a violação dessa condição, pois, não partimos de uma leitura determinista da sociedade.

Os estudos realizados para fins deste trabalho nos permitiram entender que “o direito à educação segue sendo proclamado, mas o dever de garantir esse direito continua sendo protelado” (SAVIANI, 2013, p. 754). Tal questão, não pode ser compreendida fora do contexto de hegemonia da lógica do capital.

### **Aspectos da persistência da desigualdade e da pobreza**

Para a lógica do capital um nível “controlado” de desigualdade social e pobreza não só é tolerável como, também, necessário para o equacionamento da questão que fundamenta o modo de produção capitalista, ou seja, a existência das distintas classes sociais e suas ramificações.

Ao caracterizar a cidadania como uma situação histórica Pinzani e Rego (2015) pautam-se pela teoria das gerações de direitos, desenvolvida na década de 1960, por Thomas Humprey Marshall, a partir da experiência inglesa. Nesse sentido, “[...] a conquista de direitos sociais pressupõe a conquista dos direitos políticos que, por sua vez, pressupõe a conquista dos direitos civis” (PINZANI; REGO, 2015, p. 16).





No que diz respeito ao enfrentamento da pobreza, Pinzani e Rego (2015) embasam-se na teoria das capacidades<sup>4</sup>, elaborada por Amartya Sen e Martha Nussbaum, como forma de entender a pobreza em termos de privação ou falta de liberdade.

É necessário, portanto, não descuidar das mediações e determinações presentes na realidade concreta. Desconhecer o movimento do real, pouco ou nada contribui para o enfrentamento das questões de fundo que embasam o projeto capitalista de sociedade, alicerçado na desigualdade social e na pobreza, formas de sua realização.

Leite (2015, p. 17), ao citar Dagnino, expressa que “[...] ser pobre significa não apenas privação econômica e material, mas também ser submetido a regras culturais que implicam uma completa falta de reconhecimento das pessoas pobres como sujeitos, como portadores de direitos”.

Relacionado a essa linha argumentativa, coadunamo-nos com Gramsci (2002, p. 28, grifo do autor), quando assevera que o Estado capitalista “deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização”, que, no geral, expressa o conjunto das relações do bloco no poder.

Assim, entender a importância da relação direito/educação no processo de culturalização dos preceitos da sociabilidade burguesa ou sua alteração, desenvolvidas mediante relações de força e consenso, é de extrema relevância para o desvelamento das estratégias que constituem, no dizer de Neves (2005) a nova pedagogia da hegemonia.

Em linhas gerais, o conjunto dos direitos dos cidadãos, relacionados à sua implementação, constitui indicadores do grau de efetividade de uma democracia. Assim, transformar as relações de desigualdade vigentes “exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social” (MÉSZÁROS, 2012, p. 59). Desse modo, o direito, pode ser entendido como uma convenção, um instrumento, ou seja, fruto de acordos circunstanciais que, por sua vez, são definidos e redefinidos historicamente pelos homens em sociedade.

### **À guisa de conclusão**

No geral, apesar de as bases da estrutura do Estado estarem alicerçadas no modelo jurídico-político capitalista, o que representa limitações às possibilidades de mudança tanto da forma de governo como das ações propositivas dos sujeitos do processo histórico, faz-se extremamente necessário explorar os poucos espaços existentes e, sobre as bases das contradições que atravessam as relações sociais, estruturar um projeto de sociedade que, de





fato, busque a superação da histórica desigualdade social. Com este intento, faz-se imprescindível a compreensão crítica da realidade concreta e a ação consciente na luta pela efetiva realização dos direitos.

Em síntese, a defesa do direito à educação, passa por uma noção de cidadania, que visa superar a dicotomia liberalismo/comunitarismo, bem como, possibilita, de um lado, refutar a responsabilização dos sujeitos pauperizados por sua condição, e; de outro, vincula-se a sua autonomia e participação na sociedade contemporânea.

### Referências

ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. In: HIRANO, Sedi (Org.). **Pesquisa social: projeto e planejamento**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 21-88.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 95/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CERDA, Ana María. et al. **El complejo camino de la formación ciudadana: una mirada a las prácticas docentes**. 1. ed. Santiago: LOM Ediciones; PIIE, 2004.

CHAVES, Eduardo O. C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação: uma defesa. In: LOMBARDI, José Claudinei. SANFELICE, José Luís. (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr, 2007.p. 1-60.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas constituições**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel: notas sobre o estado e a política. 3. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2015.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar para o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 43-67.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2012.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar para o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PINZANI, Alessandro. REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e cidadania**. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2015.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio (Org.). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.







SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

## AS IMPLICAÇÕES DA CHEGADA DO AGRONEGÓCIO EM GUARAÍ ENTRE 1990 A 2017: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA POBREZA NO SETOR AEROPORTO

Donizete Camargo da Silva

José Fernando Patino Torres

### Introdução

A pobreza tem sido tema de intensos debates nas últimas décadas em virtude dos avanços decorrente das políticas de “Estado de bem-estar social” instaladas na Europa no pós-1945, fato que acabou colocando em evidência as demandas dos grupos antes excluídos das políticas governamentais.

A criação da ONU e da Assembleia Geral nos anos 60 foram as bases para a criação em âmbito internacional de um “Plano de Ação Global” antipobreza. Este será o “pano de fundo para o presente artigo, que traçará um perfil histórico da relação entre pobreza, estado e educação no período de 1990 e 2017 no município de Guaraí - Tocantins. Sobretudo nos últimos 20 anos, o crescimento do agronegócio nessa região trouxe consigo os valores das classes dominantes que somando a outros acabam reforçando as estruturas de reprodução da pobreza, contribuindo para assentar essa mentalidade neoliberal, individualista como único caminho possível para o desenvolvimento.

Neste sentido, a disparidade social no Brasil intensificada por esse pensamento único, não reside apenas no viés econômico, mas ela também pode ser identificada em questões mais sutis. Por exemplo, o fato das camadas empobrecidas e vulneráveis que recentemente passaram a ter acesso à educação, mas não uma educação pensada por eles. Mas, sim uma educação pronta, acabada concebida dentro das perspectivas das classes detentoras do poder político e econômico. De acordo com o lavrador “Ciço” em entrevista para conteúdo do curso de Pós-graduação em Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social: “*a educação que chega pro senhor e a sua, da sua gente pro uso no seu mundo. Agora a educação que chega para mim também é a sua. Ela tem o saber da sua gente, e ela serve pra quê?*” E o que tentaremos descobrir nos parágrafos seguintes.





## Metodologia

As questões relacionadas as várias dimensões da pobreza chamam a atenção e merecem um aprofundamento, pois enquanto docente de escola pública me deparo diariamente com ela. Principalmente ao longo de quase dez anos na mesma unidade de ensino tenho convicção de que a pobreza e desigualdade não só persiste, mas como também é difícil de ser ilustrada. O interesse pelo tema parte da sensação de imobilidade social nesses bairros, pois ao cruzar com alguns ex-alunos que se formaram a 5 ou 7 anos por exemplo, verificamos que permanecem reproduzindo a história de pobreza e vulnerabilidade de seus pais.

Para dar nitidez ao tema da pobreza no Setor Aeroporto e no seu entorno no período entre 1990 e 2017 a metodologia utilizada parte de dados referentes ao número de beneficiados do Programa Bolsa família na Escola Estadual Irineu Albano Hendges, ao todo, 214 alunos, traçando um comparativo com os 430 matriculados na Unidade de Ensino, procurando assim entender a abrangência da pobreza local. Lançamos mão além disso, de dados do CRAS, referentes ao mês de setembro de 2017, onde 1599 famílias eram beneficiárias pelo PBF em todo o município. Dialogando com essas fontes da referida escola e as do município foi possível termos uma dimensão do que o Setor Aeroporto e o seu entorno configuram no que diz respeito a persistência da pobreza e das condições mínimas.

327

Utilizamos ainda tabelas do IBGE que traçam uma evolução do nível de concentração de renda em Guaraí entre os anos de 1990 e 2010, justamente a maior parte do recorte temporal trabalho. Dialogamos com essas informações, indicadores de crescimento econômico oficiais do Estado e dados da secretaria de agricultura do Tocantins sobre a evolução das áreas de produção agrícola referente a monocultura da soja. Além disso, lançamos mão de parte do histórico do governo federal referentes a pesquisa agropecuária ligada ao agronegócio, como também reportagens e sites oficiais que noticiaram obras públicas ou em parceria com a iniciativa privada que contemplam a região em foco.

O embasamento teórico ficou por conta de obras que debruçam sobre o “progresso” do Estado do Tocantins o que envolve o município de Guaraí. Lançamos mão ainda de obras que tratam dos mecanismos de dominação utilizados pelo capitalismo em âmbito global para em seguida traçar suas consequências em caráter local.

O objetivo será demonstrar o quanto esses dados são contraditórios, pois evidenciam um “estado mínimo para os pobres” e um estado forte para as classes e empresas detentoras do poder econômico.





## Problemática

Minha aproximação e intriga com o tema da pobreza reside, principalmente no fato dela ser invisível, e de receber medidas de intervenção do estado apenas de maneira pontual.

Na tentativa de entendermos o fenômeno da pobreza, exclusão socioespacial e vulnerabilidade social e a falta de perspectiva dos indivíduos inseridos no contexto acima citado, nos debruçaremos sobre a realidade do Município de Guaraí-TO e mais especificamente no entorno da Escola Estadual Irineu Albano.

Faremos um gancho na chegada de grandes projetos de desenvolvimento econômico no Tocantins, em especial o Prodecer III (Programa de desenvolvimento do Cerrado e da construção de obras de infraestrutura para atender o escoamento das commodities. Um tema tão complexo como a relação entre o desenvolvimento e pobreza requer uma delimitação que nos permita analisar a retroalimentação do sistema capitalista com a inserção de contingentes empobrecidos na sociedade de consumo.

Diante disso, a nossa problemática pretende dar conta de como ocorreu reprodução social da pobreza e exclusão socioespacial em um contexto em que o Brasil vivia avanços econômicos e de priorização de programas sociais de combate à pobreza? Como avançamos em média de anos de estudo, combatemos o analfabetismo funcional e mesmo ampliamos o acesso ao ensino universitário no Brasil, mas contraditoriamente isso não fez diminuir a concentração de renda? Como os programas de renda mínima inseriram as camadas mais pobres na dinâmica consumista, mas sem produzir “capabilidades”,<sup>13</sup> ou seja, condições de autonomia de renda e ascensão social?

328

## Breve percurso histórico da problemática

Para entendermos o fenômeno da pobreza, contrastada com a escalada do agronegócio sojicultor e a ineficácia das políticas públicas em educação em superá-la, vamos analisar o quantitativo de famílias do município de Guaraí-TO e em particular as do Setor Aeroporto e demais bairros atendidos pela Escola Estadual Irineu Albano Hendges que são beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família).

De acordo com Geovane Vitorino, Gerente do Cadastro Único do CRAS da Prefeitura Municipal de Guaraí, atualmente 1599 famílias são beneficiárias do PBF. O que corresponde a mais de 30% da população da cidade no limiar da pobreza.

---

<sup>13</sup> Capabilidade: aptidão, preparo ou habilidade.





Verifica-se que no período em que se expande o agronegócio na região, os 20% mais pobres ficaram ainda mais miseráveis, enquanto que os 20% mais ricos se apropriaram de mais de 65% da riqueza produzida. Na Escola Estadual Irineu Albano Hendges, não é diferente; em 2015 eram 214 alunos beneficiários do programa o que representa quase 60% do total de alunos. Considerando a média utilizada para fazer a proporção de impactados na cidade, os 214 alunos acabam impactando mais 800 pessoas com a renda do programa.

### **Investimentos seletivos na infraestrutura: uma estratégia do trinômio estado - agronegócio – latifúndio para a manutenção da pobreza**

Uma obra que configura esse modelo de grandes empreendimentos de infraestrutura é a construção da Ferrovia Norte-Sul(FNS):“A construção da FNS foi iniciada em 1987 com um traçado inicial que previa uma extensão de aproximadamente 1.550 km, de Açailândia/MA a Anápolis/GO, de modo a cortar os Estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. Dessa forma, o traçado original está construído e em operação.” Fonte: Dnit.gov

O município de Guaraí é cortado por essa malha ferroviária nas proximidades dos municípios de Tupirama e Pedro Afonso com acesso pela TO 336. A área analisada nesse trabalho é o Setor Aeroporto e a Escola Estadual Irineu Albano Hendges que fica a menos de 30 km da ferrovia, no entanto, a população não foi beneficiada, pois o terminal transporta apenas cargas de *commodities*.

Ainda no âmbito dos investimentos públicos para atender o grande capital, e o escoamento de *commodities*, temos o projeto da Hidrovia Tocantins-Araguaia, que também impacta a cidade foco dessa pesquisa caso ele venha a ser concretizado. Essa obra visa criar uma rede multimodal de transportes de *commodities* para escoar a soja do Mapitoba. O município e o entorno da Escola estudada, assim como o Tocantins correm o risco de tornarem-se simples locais de passagem ou “corredor de exportações”, combinando sistemas hidroviário, ferroviário e rodoviário conectam as regiões produtoras de soja do Mapitoba e do Mato Grosso aos portos de Itaqui-MA e de Belém-PA.

### **Conclusões**

Ao longo do trabalho, apesar de constatarmos avanços econômicos no município de Guaraí-TO, e o aumento da participação do município na dinâmica capitalista globalizada. Foram concebidos programas de fomento à agricultura, crescimento da produção, mas, no entanto, sem contemplar um adequado desenvolvimento dos mais pobres. Na última década,







as focopolíticas diminuíram a pobreza extrema, melhoraram os indicadores sociais do município, mas sem gerar emprego numa economia solidária que garantam estabilidade de emprego e renda.

Por fim o estudo no decorrer desse ano dos módulos da Especialização em Educação pobreza e desigualdade social foi a base para construção desse trabalho trazendo um olhar mais crítico para enxergarmos além das aparências. Isto permitiu identificar e entrelaçar mecanismos de dominação dando evidência a esse processo em Guaraí-TO. O trabalho abre a possibilidade de um estudo mais sistematizado sobre o fenômeno da pobreza em caráter local, a partir do acesso a entrevistas com três gerações que já passaram pela Escola Estadual Irineu Albano Hendges, e a partir disso colocar essa urgente e invisível demanda novamente no centro das discussões e das políticas públicas municipais, estaduais e nacionais.

### Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. Demografia, Democracia e Direitos Humanos. Textos para discussão, Escola Nacional de Ciências e Estatísticas número 18. Rio de Janeiro. IBGE. 2005.

AQUINO, Napoleão. **A (Trans)formação histórica do Tocantins**. Odair Giralдин (org.) – Goiânia: Ed. UFG; Palmas. Unitins, 2002.

ARROYO, Miguel González. Módulo Introdutório - **Pobreza, desigualdades e educação**.

ARROYO, Miguel González. Módulo IV - **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**.

BAUMAN, Zigmunt. **40 cartas do mundo líquido**; tradução de Vera Pereira. – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo**; A transformação das pessoas em mercadoria. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio. 1 ed. - Buenos Aires: Clacso, 2011.

DEMO, Pedro. Direitos Humanos e Educação - Pobreza política como desafio central, UnB, julho de 1999.

Documentário. **Por uma outra globalização**, direção Silvio Tendler, 2006. [www.ibase.br](http://www.ibase.br) – acesso em 27/10/2017

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo**. 2 ed. Ética. Imperatriz, 2000. P.111

Fonte: PNUD/**Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** 2013/SEPLAN-TO/Diretoria de Pesquisa

FORTES, Erasto. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. Modulo II. Unb. 2014.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/guarai>

<https://biblioteca.ibge.gov.br>

LEITE, Lucia Helena Alvarez. Módulo III - **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**.





## SISTEMA DE COTAS COMO MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À DESIGUALDADE RACIAL

Douglas Gabriel Cunha Abreu  
Marcelo Marques de Almeida Filho  
Pedro Henrique Rodrigues Silva

**Resumo:** Tema polêmico, trata-se de políticas públicas criadas para darem acesso a negros, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de baixa renda, entre outros, em universidades, concursos públicos e o mercado de trabalho. Este trabalho se detém à discussão sobre as cotas que envolvem as questões sociorraciais, sobretudo em relação à população negra. As discussões se dividem entre os que as consideram como uma forma de 'discriminação inversa' e outros como uma forma de ao menos amenizar a exclusão e as injustiças sofridas por esses grupos no decorrer da história. São duas espécies: cotas raciais e cotas sociais. Este trabalho tem por objetivo discutir o papel social das cotas para promover inclusão, analisando a Lei nº 12.711/12 e alguns julgamentos em cortes superiores relacionados ao tema. Além de demonstrar o resultado do uso das cotas.

**Palavras-chave:** Inclusão. Justiça Social. Oportunidade. Sistema de Cotas.

### Introdução

A desigualdade social no Brasil é causa de inúmeros problemas sociais presentes no dia-a-dia. Uma sociedade estratificada onde o negro, o pobre, o índio, o deficiente, o idoso, o estrangeiro e outras minorias, quase nunca têm vez. Onde a falta de oportunidades para uma vida melhor é quase uma utopia. Por se tratar de assunto delicado, que remete à dignidade da pessoa humana, deve ser discutido de maneira sensata, livre de preconceitos, para, enfim, chegar-se ao resultado de inclusão e justiça social, efetivando direitos e garantias fundamentais, combatendo a exclusão e a desigualdade social e étnico-racial.

331

Este trabalho tem por objetivo discutir o papel social das cotas de acesso ao ensino superior para promover inclusão, analisando a Lei nº 12.711/2012 e alguns entendimentos relacionados ao tema.

Partimos do seguinte problema: quais as implicações e avanços da implantação do sistema de cotas de acesso ao ensino superior?

Dado o questionamento, partimos da hipótese que o sistema de cotas assume caráter positivo na efetivação dos princípios de dignidade da pessoa humana, visando efetivar o combate à desigualdade social, exclusão e pobreza, sendo esta uma medida paliativa que procura corrigir um problema historicamente estruturado, porém fundamental.

Além de demonstrar o resultado do uso das cotas dentro e fora das universidades, como meio de proporcionar uma sociedade mais justa e igualitária. Este trabalho possui vertente qualitativa, baseando-se em dados e indicadores de fontes oficiais (em especial pesquisas realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça), assim como em documentos e pesquisas pertinentes, intentando promover a melhor análise possível desta temática.





### **Procedimentos Metodológicos**

Este estudo se propõe a fazer uma análise qualitativa do objeto estudado, implicando em um exame subjetivo do tema e da conjuntura relacionada ao mesmo, amparada no método analítico-dedutivo.

Observar-se-á eminentemente a pesquisa bibliográfica, buscando como referencial a os estudos realizados sobre a regulamentação do sistema de cotas, sendo esta a ferramenta metodológica utilizada.

### **Resultados e Discussão**

A Lei 12.711/2012 foi um importante marco para a consolidação do sistema de cotas para inserção no Ensino superior. Sancionada em agosto de 2012, entrou em vigor no dia de sua publicação, favorece os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, aos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita, e aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Abrange instituições federais de educação superior e instituições federais de ensino técnico de nível médio.

As vagas serão distribuídas da seguinte maneira: 50% do total de vagas da instituição serão subdivididas, metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda superior a um salário mínimo e meio. Será levado em consideração o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos pardos, e indígenas no estado, de acordo com o censo demográfico do IBGE vigente (BRASIL, 2012).

As universidades precisam adotar a cada ano 25% das vagas previstas para cotistas em 2016, ou seja, 12,5% do total de vagas para 2013, 25% para 2014, 37,5% para 2015, até chegar aos 50% em 2016. No entanto, as instituições federais têm liberdade para adotar os 50% antes do prazo.

A principal inovação, que chama a atenção é o ‘prazo de validade’ que a presente lei contém em sua redação, deixando claro que as cotas é somente uma medida inicial e temporária, para corrigir as injustiças sofridas por estes grupos.

Art. 7º - O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.





Passados aproximadamente 11 anos da implantação do sistema de cotas na primeira universidade do país (UnB – 2º semestre 2004), os resultados já são satisfatórios e demonstram que o processo de inclusão se encontra em avanço, e ainda pode melhorar.

Segundo Jocélio Teles dos Santos (2014, p.15):

E é necessário destacar que, até 2008, 51% das universidades públicas estaduais e 41,5% das universidades públicas federais brasileiras haviam adotado alguma ação afirmativa. A maioria destas instituições incluiu no seu sistema de ingresso uma reserva de vagas para estudantes oriundos do sistema público de ensino, negros (pretos e pardos), indígenas, pobres ou portadores de necessidades especiais.

Igor Carvalho (2014) aponta que:

Em 1997, apenas 2,2% de pardos e 1,8% de negros, entre 18 e 24 anos cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no Brasil. Após algumas universidades estaduais e federais aderirem à sistemas de cotas o número subiu de 2,2% para 11% a porcentagem de pardos que cursam ou concluíram um curso superior no Brasil; e de 1,8% para 8,8% de negros. Os números são do Ministério da Educação (MEC), em levantamento de 2013.

O Pró-Reitor de Graduação da UFG no ano de 2015, Luiz Melo (2015 apud SANTOS, 2015) faz uma análise sobre o que mudou com o uso das cotas:

O que mudou? A cor da universidade. Hoje você vê muito mais pretos, pardos e indígenas do que antes. Com essa “mudança de cor” da universidade, houve uma mudança de debate, como explica Jean Baptista, responsável pela Coordenação de Inclusão e Permanência (CIP). Esses alunos trazem muitas coisas, um novo debate sobre o que vivem. As monografias são de pessoas da comunidade dando uma posição sobre o que vivem. É uma análise de dentro para fora, o que não acontecia antes.

333

Não somente a cor, que remete a expansão rumo à diversidade, vários outros avanços dentro das universidades que refletem diretamente na sociedade, como a inclusão e a evolução no combate à pobreza e exclusão social, contribuindo para a formação de profissionais que conhecem as dificuldades oriundas das questões sociorraciais do país, procurando evitar injustiças e contribuindo para diminuir as desigualdades socioeconômicas.

### **Considerações Finais**

Em síntese, as atrocidades sofridas por algumas camadas da sociedade no nosso país e no mundo não podem ser esquecidas, têm ligação direta com as desigualdades e problemas sociais vividos atualmente.







E, no momento, não há outra opção para promoção da diversidade e para inclusão social que não seja o sistema de cotas. É necessário desigualar para igualar, esta é a base do princípio jurídico da isonomia<sup>14</sup>.

Quando chegarmos em um estágio de desenvolvimento social, com distribuição de renda justa, fim das desigualdades, preconceitos, marginalização, todos tiverem acesso iguais à educação, saúde, lazer, segurança, transporte, infraestrutura, as cotas serão desnecessárias, sendo que a assim justiça social já foi construída.

### Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 04 out 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 12.711 de 08 de Janeiro de 1997. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 jan. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 13 set. 2017.

CARVALHO, Igor. Dez anos de cotas nas universidades: O que mudou? **Revista Fórum**, 14 mar. 2014. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/138/sistema-de-cotas-completa-dez-anos-nas-universidades-brasileiras/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

SANTOS, Jocélio Teles. **Cotas nas Universidades: Análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012.

SANTOS, Pablo. Consolidação do sistema de cotas dá nova cara à UFG. **O Popular**, Goiânia, 29 mar. 2015. Disponível em <<http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/consolida%C3%A7%C3%A3o-do-sistema-de-cotas-d%C3%A1-nova-cor-%C3%A0-ufg-1.814891>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

---

<sup>14</sup> Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, são abordadas questões como a isonomia (todos são iguais perante a lei), inviolabilidade da vida e a garantia de direitos fundamentais aos brasileiros e pessoas naturalizadas, independente de gênero, raça, credo ou preferência política, além de outros temas, sendo caracterizado como o artigo mais amplo e um dos mais evocados da Carta Magna.





## PERFIL DOS CRIMES E ATOS INFRACIONAIS NO ÂMBITO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PEIXE-TO E SUA EVENTUAL RELAÇÃO COM A POBREZA

Douglas Tarciano Zimmermann

Verônica Dantas Meneses

**Resumo:** Analisa o perfil dos crimes e atos infracionais no âmbito escolar do município de Peixe-TO e sua possível relação com a pobreza. Para isso, foi feita pesquisa documental com análise de dados quantitativos e qualitativos referentes aos crimes e atos infracionais praticados por adolescentes e jovens matriculados em escolas do município junto às unidades escolares da rede pública e ainda junto ao Conselho Tutelar e à Delegacia de Polícia Civil. Os dados não mostram se existe alguma relação entre os crimes/atos infracionais ocorridos nas unidades escolares do município de Peixe-TO com a pobreza, pois não se visualizou discriminação em razão da posição social da vítima ou do autor. Verificou-se a incidência dos seguintes crimes/atos infracionais nas unidades escolares: ameaça, lesão corporal leve, injúria, difamação, dano ao patrimônio, roubo, furto e crimes/atos infracionais não especificados. Evidenciou que as unidades escolares pesquisadas não informaram a Polícia Civil os crimes/atos infracionais que aconteceram em seus espaços, da mesma forma o Conselho Tutelar. A Polícia Civil está interessada em desenvolver práticas preventivas nas unidades escolares e as unidades escolares demonstraram-se receptivas a tal prática.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Polícia Civil. Crimes/atos infracionais.

### Introdução

A atividade policial e atividade educacional infelizmente nem sempre andam juntas. Por um lado, a educação deve ser uma constante na atividade policial até mesmo para buscar uma especialização maior por parte do profissional de segurança pública no enfrentamento da tarefa diária de resolução de conflitos. Por outro, o policial lida com diversas situações, entre elas as ocorrências nas escolas envolvendo crianças e adolescentes. A situação de pobreza agrava as dificuldades de permanência do jovem na escola e inspira seu envolvimento com a criminalidade.

De acordo com Silva (2016, p. 01) a pobreza deve ser entendida como “situação social e econômica caracterizada por uma carência marcada na satisfação das necessidades básicas” e implica na análise do acesso a itens relacionados desde às condições básicas de sobrevivência à própria cidadania. Educar é um processo contínuo e a escola e a Polícia Civil podem ser espaços de transformação social, cunhado na tarefa de obter um mundo menos desigual. Assim, o papel da polícia pode e deve ser mais colaborativo, que deve fazer “prevalecer o conceito de proteção sobre o de repressão” (SILVA, 2008. 139).

Bengochea *et. al.* (2004) discorrem sobre a possibilidade de termos uma polícia diferenciada salientando em síntese que a concretização dessa possibilidade passa por alguns eixos, e o primeiro passo seriam propiciar mudanças na qualificação dos profissionais, implantando programas de modernização e também processos que alterem as estruturas e a





própria cultura policial, discutindo questões centrais para a polícia, como a relação desta com a comunidade.

A violência no âmbito escolar é um problema que assola toda a humanidade e pode ser observada sob várias formas, entre as mais frequentes estão depredações ao patrimônio escolar, furtos e roubos, agressões físicas envolvendo professores e alunos (SANTANA; GOMES, 2010, p. 157).

Assim, a educação não é um processo exclusivo das unidades escolares, estas devem valer-se também de outras instituições, dentre elas a Polícia Civil, para ajudar formar cidadãos capacitados e fazer cumprir a legislação em vigor da forma mais eficiente possível. Contudo, devem trabalhar juntos para se terem asseguradas a responsabilidade e a função de cada instituição.

### **Procedimentos Metodológicos**

O objetivo geral foi analisar o perfil dos crimes e atos infracionais no âmbito escolar do município de Peixe-TO, e sua possível relação com a pobreza. Especificamente buscamos conhecer os principais crimes e atos infracionais ocorridos no âmbito escolar e os locais de sua incidência; Verificar se há espaço para atuação da polícia civil nas unidades escolares de Peixe-TO em práticas preventivas e se a Polícia Civil e as unidades escolares estão receptivas; Verificar a atuação da comunicação destes delitos por parte das unidades escolares junto à Polícia Civil, e ao Conselho Tutelar e se a comunicação ajudou na repressão dos mesmos.

Inicialmente fizemos uma pesquisa bibliográfica sobre o posicionamento dos doutrinadores, juristas, pesquisadores e educadores sobre o tema. Em seguida fizemos uma pesquisa de campo. Visando verificar o perfil dos crimes e atos infracionais no âmbito escolar do município de Peixe-TO, e sua eventual relação com a pobreza, aplicamos três questionários: 01(um) nas cinco escolas da zona urbana de Peixe-TO, 01 (um) na Delegacia de Polícia de Peixe-TO e 01 (um) no Conselho Tutelar de Peixe-TO.

Para relacionarmos ou não tais crimes ou atos infracionais com a situação de pobreza utilizamos como critério a participação ou não dos envolvidos, autores e vítimas, no Programa Bolsa Família, por ser o dado mais prático e de fácil identificação da renda familiar na escola.

### **Análise das Relações entre Criminalidade nas Escolas Públicas do Centro de Peixe-TO**

As escolas objeto desta pesquisa estão situadas na zona urbana de Peixe, que tem população de 10.384 (dez mil trezentos e oitenta e quatro) pessoas e que possui . (IBGE,





2017, p.01). Participaram da pesquisa o Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves (onde estudam alunos do 6º ano ao 9º ano), o Colégio Estadual Dom Alano (onde estudam alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio), a Escola Municipal São José, a Escola Municipal Juscelino Kubitschek e a Escola Municipal Chico Ribeiro (nestas estudam alunos do pré-escolar ao 5º ano).

Cerca de 43 (quarenta e três) por cento dos alunos das escolas pesquisadas participaram do Programa Bolsa Família em 2016 do total de 1363 (mil trezentos e sessenta e três) ou seja 513 (quinhentos e treze). Uma escola não soube precisar quantos alunos eram beneficiários uma vez que 2016 foi o primeiro ano de implantação do programa Não tivemos como precisar se tais crimes ou atos infracionais ocorrem mais entre pessoas menos favorecidas economicamente, em especial os participantes do programa Bolsa Família, pois não há o devido acompanhamento deste problema por parte da escola cujos dados poderiam ajudar com formulação de políticas públicas.

Das 05 (cinco) unidades escolares pesquisadas apenas 01 (uma) não realiza nenhuma atividade preventiva, e a maioria conta com a participação da Polícia Militar via Proerd<sup>3</sup>, sendo que todas foram receptivas a intervenção da polícia civil em práticas que auxiliem na prevenção e repressão de eventos criminosos nas unidades escolares.

337

Na segunda etapa da pesquisa nas unidades escolares foi solicitado aos gestores que preenchessem uma planilha contendo os crimes e atos infracionais mais corriqueiros, além de especificar sobre a faixa etária de vítima e autor, se participam do programa bolsa família e qual a providência adotada, se chamou a polícia civil, a polícia militar, o conselho tutelar ou se foi tomada outra providência. Dos 18 eventos criminosos foram relatados pelas escolas 01 (um) roubo, 04 (quatro) ameaças, 01 (uma) lesão corporal e 12 (doze) outros<sup>4</sup> crimes/atos infracionais.

No Conselho Tutelar de Peixe-TO foi solicitado um levantamento dos crimes/atos infracionais que ocorreram em cada uma das unidades escolares já mencionadas acionados no ano de 2016. Foram 23 (vinte e três) atendimentos às unidades escolares da zona urbana de Peixe-TO no ano de 2016: 01 (um) roubo, 02 (duas) ameaças, 07 (sete) lesão corporal, 02 (dois) furtos, 01 (difamação) e 10 (dez) outros crimes não especificados pelos respondentes.

O Conselho Tutelar informou que em caso de denúncia de crime envolvendo menor de dezoito anos em Escola, seja vítima ou autor, realiza em regra verificação *in loco* e sendo caso de crimes/atos infracionais cuja ação penal seja pública incondicionada notifica o Ministério







Público ou a Delegacia de Polícia Civil locais. O Conselho não conseguiu fazer uma correlação entre pobreza e os ilícitos que atendeu e informou que eventualmente são realizadas palestras nas unidades escolares, principalmente quando é convidado, mas não soube dizer quantas realizou em 2016 nas unidades escolares da pesquisa.

No que concerne à faixa etária das vítimas 10 (dez) estão entre 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, e 10 (dez) são menores de 12 (doze) anos. No que tange aos autores 08 (oito) são entre 12 (doze) a 18 (dezoito) anos e 15 (quinze) menores de 12 (doze) anos. Quanto aos participantes do programa Bolsa Família, das vítimas todas as 20 (vinte) participam do Programa Bolsa Família; dos 23 (vinte e três) autores apenas um não participa do Programa Bolsa Família. No que diz respeito a providência adotada 10 (dez) casos foram encaminhados ao Ministério Público e para 13 (treze) marcou-se a opção outra providência.

Considerando apenas os procedimentos lavrados na Delegacia de Polícia Civil de Peixe-TO no ano de 2016, que tem ou como vítima ou como autor menores de idade que aconteceram nas escolas pesquisadas, foram feitos 06 (seis) Boletins de Ocorrência Circunstanciados, e 04 (quatro) Termos Circunstanciados de Ocorrência, totalizando, assim, 10 (dez) procedimentos cujo evento ilícito aconteceu em algumas das unidades escolares pesquisadas. Nenhum foi remetido pelo Conselho Tutelar ou pelas Unidades Escolares. No que tange aos eventos ilícitos foram 06 (seis) ameaças, 02 (duas) lesões corporais leves, 01 (uma) injúria e 01 (um) dano ao patrimônio. No que tange às vítimas 09 (nove) tem entre 12 (doze) a 18 (dezoito) anos e 01 (um) mais de 18 anos. No que tange aos autores 06 (seis) tem entre 12 (doze) a 18 (dezoito) anos e 04 (quatro) mais de 18 anos. Não foi informado se autores e vítimas participavam do Programa Bolsa Família.

A interação entre Polícia Civil e Unidades Escolares, conforme resposta obtida na Delegacia poderá ser viabilizada através de palestras nas escolas sobre temas relacionados à criminalidade, englobando drogas, a importância da comunicação dos eventos criminosos à polícia, a preservação do local do crime, sobre direitos e deveres dos alunos no âmbito social, entre outros temas que podem surgir.

### **Considerações Finais**

Os dados mostram que é preciso mais reflexão sobre a situação de pobreza e o cometimento de atos ilícitos envolvendo adolescentes e jovens. As instituições indagadas foram unânimes em afirmar não poder precisar se existe alguma relação entre os crimes/atos infracionais ocorridos nas unidades escolares do município de Peixe-TO com a pobreza. Mas,





analisando os dados coletados podemos afirmar que a maioria dos envolvidos em atos ilícitos nas escolas envolveu beneficiários do Programa Bolsa Família. Contudo, pensamos não haver tal correlação, pois não se pode afirmar que por um cidadão ser pobre irá enveredar-se por eventos criminosos. De qualquer forma, setores com pessoas com dificuldades de acesso a itens necessários à qualidade de vida estão mais sujeitos às transgressões.

Verificamos a incidência dos seguintes crimes/atos infracionais nas unidades escolares: ameaça, lesão corporal leve, injúria, difamação, dano ao patrimônio, roubo, furto e ocorrências de crimes/atos infracionais não especificados na tabela de pesquisa enviada para respostas. Tais crimes podem ser vários, como o desacato, vias de fato etc.

O principal problema verificado foi a precária comunicação destes delitos por parte das unidades escolares junto à Polícia Civil e ao Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar quando nas raras vezes que tomou conhecimento não encaminhou o fato a Polícia Civil, preferindo algumas vezes encaminhar ao Ministério Público, e na maioria adotar outra atitude não especificada. Assim, a omissão da comunicação por parte das Unidades Escolares e do Conselho Tutelar em comunicar a Polícia Civil pode prejudicar o trabalho desta e a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que reza em seu artigo 227 ser os crimes definidos nesta lei de ação pública incondicionada.

339

Por fim, verificamos que é preciso que haja mais detalhes e informações sobre os crimes, autores e vítimas, em forma de anotação ou relatório, isto tanto por parte das escolas quanto do Conselho Tutelar e da Delegacia de Polícia civil. Uma vez que a Polícia Civil mostrou-se interessada em desenvolver práticas preventivas nas unidades escolares e as escolas demonstraram-se receptivas pode-se fomentar ações mais colaborativas entre as instituições educativas e a polícia.

## REFERÊNCIAS

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al. *A transição de um modelo de polícia de controle para uma polícia cidadã*. Perspectiva, São Paulo, vol. 18, n. 01 de março. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22234.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BRASIL. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de jul. 1990.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Município de Peixe, Estado do Tocantins. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/peixe/panorama>>. Acesso em 13 de nov. de 2017.

SANTANA, Edna Miranda Ugolini; GOMES, Candido Alberto da Costa s. *Polícia e escola: aparando arestas*. Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 10 - n. 2 - p. 156-165 / mai- ago/2010.





SILVA, Antônio. *Conceitos*. Disponível em <<http://queconceito.com.br/pobreza>>. Acesso em 24 de set. 2016.

SILVA, Jorge da. *Controle do Crime e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

## A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Edivan Pereira do Nascimento

Roberto Antero da Silva

**Resumo:** O intuito dessa pesquisa é demonstrar como a temática pobreza é abordada no currículo de Geografia da Educação Básica, na escola Municipal Tiradentes na cidade de Araguañã-TO. A metodologia utilizada foi a análise do referencial curricular do Estado do Tocantins para o ensino de Geografia, Projeto Político Pedagógico da escola, livros didáticos e planejamento docente, averiguando como eles abordam a pobreza, complementado por informações coletados juntos a equipe pedagógica e docente, por meio de um questionário contendo onze questões. No que diz respeito à pobreza, vemos que não é diferente com a realidade da escola em questão e da sala de aula, a pobreza não é posta em discussão de forma efetiva, verificando que a estrutura educacional da escola não permite uma formação que valorize as crianças, jovens e adolescentes de contextos empobrecidos, mostrando que a realidade presente nas diretrizes curriculares em não levar em conta a pobreza tem reflexos na escola e na prática do professor em sala de aula.

**Palavras-chave:** Educação básica. Currículo. Geografia. Pobreza.

340

### Introdução

A relação entre Pobreza e o Currículo de Geografia na Educação Básica é uma discussão voltada para compreender que é essencial que os currículos da educação básica se preocupem em relacionar a pobreza em seus conteúdos discutidos pelos professores em sala de aula.

A pesquisa mostra elementos para compreender a realidade da Escola Municipal Tiradentes em Araguañã-TO, onde os dados foram obtidos por meio de visitas e aplicação de um questionário, onde buscamos relacionar a pobreza e o currículo da educação básica de Geografia. Desse modo expomos o seguinte questionamento: a pobreza aparece ou não no currículo da educação básica? Nossa hipótese inicial de que a escola e ignora o tema, foi confirmada, mesmo que constatado a abordagem nas Diretrizes Nacionais Educação básica.

E que é injusto a escola e o sistema educacional brasileiro tratem de forma homogênea crianças, jovens e adolescentes de contextos empobrecidos na hora da elaboração do currículo escolar, da aplicação e das avaliações dos conteúdos. Os currículos e as escolas precisam levar em conta as realidades da sua clientela o conteúdo não pode ser alheio aos espaços e tempos em que estão inseridos as nossas escolas e nossos alunos.





Este trabalho pretende demonstrar sobre a realidade curricular em relação ao tema pobreza na educação básica, esperando assim, que seja capaz de contribuir para a melhora no ensino de geografia, no sentido de que alunos e alunas de contextos empobrecidos sejam tratados com mais dignidade durante sua trajetória escolar. O próprio autor, Licenciado em Geografia, percebe a falta do tema pobreza no currículo escolar, uma mazela tão forte e atuante na sociedade que interfere de forma negativa no ensino aprendizagem e que não é discutida em sala de aula ou velada em conta nos momentos de avaliação.

O objetivo geral dessa pesquisa, foi investigar como o tema pobreza é abordado no currículo de Geografia da Educação Básica, na escola Municipal Tiradentes no município de Araguañã-TO. Como objetivo específico averiguou como a proposta curricular, Projeto político pedagógico da escola, livros didáticos e planejamento docente abordam acerca da temática pobreza.

### **Metodologia**

Os estudos para realização deste trabalho começaram desde o primeiro módulos de estudos da pós em Educação Pobreza e Desigualdade Social Ministrado pela Universidade Federal do Tocantins, até o quarto modulo que fechou o curso de forma excepcional “Pobreza e Currículo: uma complexa articulação”, o qual foi inspiração para fazer a pesquisa com essa temática A relação entre pobreza e o currículo da educação básica de geografia.

Pesquisamos autores que tratam dessa temática principalmente em Miguel Arroyo, que utilizamos como principal referencial teórico além de inúmeras leituras de artigos e periódicos relacionados ao tema, optamos por fazer um questionário para a equipe pedagógica e o professor de Geografia além de visitas a escola Municipal Tiradentes em Araguañã-TO, com os quais tivemos acesso a informações e materiais que nos permitiram realizar este trabalho, uma pesquisa voltada para compreender o processo educacional em fase do currículo em contraste com a pobreza.

Como a pesquisa conforme Ander-Egg (1978) é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que leva o pesquisador a descobrir novos fatos e relações em qualquer área do conhecimento, foi à forma que melhor nos servil para realização do trabalho feito com visitas e a aplicação de um questionário.

As visitas à escola serviram para evidenciar o cotidiano dos professores e dos alunos, alunos que por não terem um esposo físico adequado ficam pelo corredor e no pequeno pátio







interagindo entre si, os professores se reúnem na sala de professores onde interagem e expõem suas opiniões em relação às turmas e os alunos.

Para Minayo (1994), uma boa pesquisa é a qualitativa, pois “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Maneira pela qual os currículos da educação no Brasil deveriam ser repensados de uma forma qualitativa preocupado com o aprendizado dos alunos em vez de quantidade em índices que não mostram a realidade.

### **Discussão Dos Resultados**

Essa pesquisa foi pautada nos conhecimentos adquiridos e compartilhados ao longo do curso em Educação Pobreza e desigualdades Sociais, tendo como revisões e contribuições teóricas as obras de Arroyo 2016-2017, lidas e discutidas nos fóruns dos quatro módulos do EPDS as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica 2017, que serviram de suporte teórico para justifica essa pesquisa que traz por tema “A relação entre Pobreza e o Currículo de Geografia na Educação Básica”, feito em uma escola de 1º a 5º ano da rede publica, que não dispõe de uma estrutura física adequada, na região norte do Tocantins na cidade de Araguanã a 476 km da capital do Estado Palmas.

342

O município, dispõe de um terreno ao lado da Escola Municipal Tiradentes, a escola da pesquisa, que esta localizada na praça da antiga delegacia s/nº no centro da cidade, um terreno que mesmo acidentado permitiria a ampliação da estrutura física da escola para a implantação de uma quadra poliesportiva e espaços de convivências, para que os alunos interajam uns com os outros na hora do intervalo (recreio), que permitiria uma maior interação entre eles e o compartilhamento de experiências e de historias de vida.

A escola atende alunos da cidade e da região, todos em sua maioria carentes e de contextos empobrecidos muitos usuários do Programa Bolsa Família, cerca de 40% quarenta por cento, que moram na cidade, no assentamento Inhumas e no distrito de Araguacy. Muitos desses alunos frequentam assiduamente a escola, porém, isso não quer dizer que o seu ensino aprendizagem seja satisfatório é apenas uma das obrigadoriedades do Programa Bolsa Família.

Os alunos com mais dificuldades de aprendizado, participam do Programa Novo Mais Educação com o atendimento prioritário para os alunos das escolas de regiões vulneráveis como para alunos com dificuldades de aprendizagem e escolas com indicadores educacionais





baixos, uma espécie de aula de reforço escolar, em português, matemática e em atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer.

A escola tem em seu quadro de alunos cerca de 40% participantes do Programa Bolsa Família, não tem um número exato devido às transferências, atende alunos em faixa etária de 06 a 15 anos distribuída do 1º ao 5º ano, que não são atendidos de forma diferenciada dos outros alunos devido a sua situação de pobreza, todos são tratados como iguais pelos professores.

Há a participação das famílias na escola em particular as dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família é constante devido exigências do Programa Bolsa Família. A escola não disponibiliza de uma estrutura física adequada para atender aos alunos e suas vulnerabilidades sociais é uma escola que não foi planejada para o atual contingente de alunos que atende, e que mesmo que não estando no currículo escolar para a educação básica os professores tratam do tema pobreza em sala de aula não com conteúdos mais na maneira de avaliar e interagir com os alunos.

O professor ao planejar as suas aulas, leva em conta os alunos do Programa Bolsa Família e o tema pobreza que é a realidade da maioria dos seus alunos, não em conteúdos mais em metodologias de ensino tenta respeitar o tempo dos alunos, há diferença de aprendizagem entre os alunos em situação de pobreza e os demais alunos no momento da exposição dos conteúdos em sala de aula, em uma escola que não disponibiliza locais próprios e adequados para uma boa aula com os alunos em geral, o professor até tenta valorizar os conhecimentos advindos de contextos empobrecidos, quando traz para a realidade dos seus alunos alguns conteúdos do livro didático.

O professor não concorda com o atual currículo escolar para a educação básica que temos hoje, deveria ser menos quantitativo e mais qualitativo para criar um bom alicerce educacional no país em sua opinião situação de pobreza prejudica o desenvolvimento dos alunos nas atividades em sala de aulas, e reflete em todo o seu desenvolvimento com pessoa em sociedade, uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva.

São prejudicados por que, muito dos conteúdos apresentados nos currículos nada tem a ver com a realidade dos alunos geralmente os conteúdos começam do macro para o micro, partem de realidades alheias ao contexto social da escola e dos alunos, muito pouco pode ser trabalhado com a realidade dos alunos, vale ressaltar que não é apenas realidades econômicas, quando tratamos de conteúdos nos referimos a realidades de aprendizagem o tempo de





resposta que os alunos de contextos empobrecidos levam para assimilar muitas das informações a eles apresentadas durante as aulas, tempo que pelo atual currículo não é levado em consideração, os alunos dão visto de forma homogênea.

Consultando as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, o Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins (Geografia), concluímos que a pobreza não aparece como conteúdo a ser discutido em sala de aula, a pobreza não é tratada de forma direta nos documentos consultados, é como se fosse opcional para o docente tratar ou não da temática pobreza em seus conteúdos durante as suas aulas, que já vem com todo um conteúdo desposto e obrigatório pelo sistema educacional, divididos por ano e bimestres para as escolas.

### Considerações Finais

A pesquisa ainda está em andamento, mais até o presente momento nos deparamos em tentar compreender e conciliar pobreza e currículo, para a educação básica no Brasil um país de extensão continental, maior país da América do Sul e da região da América Latina, quinto maior do mundo em área territorial com 8.515.767,049 km<sup>2</sup> e sexto em população, uma população com diferentes costumes credos e realidades vemos que não é uma tarefa de fácil compreensão, para os currículos da educação básica, podemos observar que a pobreza aparece apenas como um entrave, conforme segue:

Art. 5º § 3º Na perspectiva de contribuir para a erradicação da pobreza e das desigualdades, a equidade requer que sejam oferecidos mais recursos e melhores condições às escolas menos providas e aos alunos que deles mais necessitem. Ao lado das políticas universais, dirigidas a todos sem requisito de seleção, é preciso também sustentar políticas reparadoras que assegurem maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagem. (Brasil 2013, p. 131).

Algo a ser combatida na escola, para a educação ser de qualidade e acessível a todos, a pobreza não é posta nas diretrizes nacionais de ensino e nem no currículo como um conteúdo didático a ser discutido e compreendido em sala de aula, não é dado ao pobre segundo Arroyo 2016 o direito de saber-se pobre.

Percebemos que a relação entre pobreza e o currículo da educação básica, é uma relação de laços distantes por parte dos currículos o que não há impede de fazer estragos nas escolas, escolas inadequadas para uma educação de qualidade, quando levamos em conta a grande quantidade de crianças, jovem e adolescente que ingressam e saem da educação básica e até mesmo do ensino médio como se não tivessem passado pela escola.





Este trabalho chama a atenção para o currículo da educação básica que deve ser mais sensível ao tema pobreza, busca mostrar que existe uma relação entre currículo e pobreza e que essa relação deve ser repensada no momento de elaboração do currículo, para de fato termos uma educação de qualidade para todos conforme prega nossa Constituição Federal.

### Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas educacionais e desigualdades**: à procura de novos significados. Disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br> > Acesso em: 12 set. 2017.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> > Acesso em: 10 Out. 2017.
- Módulo IV - Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. Disponível em <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo4.pdf> > Acesso em: 05 Ago. 2016.
- MINAYO, M.C.S. et al. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes. 1994
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência: questões e propostas. 4ª São Paulo: Cortez, 2009.

## ESTUDO SOBRE O PROCESSO ENSINO APRENDIZADO DOS ALUNOS QUE RECEBEM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA PAROQUIAL SÃO VICENTE DE PAULO EM ARAGUAÍNA-TO

345

**Edmundo Rodrigues Costa**

**Roberto Antero da Silva**

**Resumo:** Considerando que as desigualdades sociais, a pobreza e a educação interagem entre si, e que esses elementos são alvos de inúmeros debates nacional e ainda por acreditar que a educação é um caminho para uma transformação social dos sujeitos, é que esse trabalho estudou o processo ensino aprendido dos alunos que recebem o Programa Bolsa Família (PBF). Para tanto, realizou-se um estudo de caso na Escola Paroquial São Vicente de Paulo, situada em Araguaína-TO, onde são atendidos 541 alunos/as, desses, 142 são beneficiários do PBF. Como procedimentos metodológicos foi utilizado revisão bibliográfica, análises documental, visitas técnica a secretaria da escola, elaboração de instrumento para coleta de dados da escola e roteiro de entrevistas. Se propôs a apresentar e analisar o processo de ensino aprendizagem dos alunos beneficiários do PBF, por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Os resultados obtidos demonstraram que a escola estudada obteve uma média satisfatória na avaliação no Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB). Notou-se na pesquisa que a escola não percebe as diferenças de aprendizado entres os alunos que utilizam o PBF, nem tão pouco conhece sua realidade e sua cultura, tornado o processo educacional fragilizado, e com isso não conseguem pensar e dinamizar currículos voltados para a realidade empobrecida dos mesmos para que possam se tornarem sujeitos emancipados.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Programa Bolsa Família; Educação. Pobreza, Desigualdades Sociais.

### Introdução

Em uma sociedade neoliberal, como a do Brasil, onde a desigualdade social e a pobreza são significativamente elevadas e o desempenho escolar é vergonhosamente baixo é







necessário garantir à todos o acesso a uma educação pública e de qualidade para que tenhamos uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. Para a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a educação está incluída dentro dos direitos sociais, coletivos e humanos, já na constituição Federal brasileira de 1988, a educação é um direito fundamental da pessoa humana como estabelece o artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Esse artigo tem como tema central fazer uma Análise sobre o processo ensino aprendido dos alunos que recebem o PBF na Escola Paroquial São Vicente de Paulo em Araguaína-TO. Segundo Arroyo (2016), é importante reconhecermos que a pobreza existe e que esses pobres chegam a sala de aula, dentre esses, estão 17 milhões de alunos participantes do PBF. Diante dessa realidade fazer um estudo do aprendizado entre os alunos que acessam o PBF, é fundamental para que possamos fazer uma análise mais cuidadosa sobre a intervenção desse programa no combate à fome e a pobreza, com repercussões no processo de ensino aprendizagem.

Apresenta-se como problema de pesquisa a necessidade de conhecer o processo de aprendizagem dos alunos beneficiários do PBF, da Escola Paroquial São Vicente de Paulo. Diante do contexto surge as perguntas norteadoras: É possível perceber melhorias no nível de aprendizagem dos alunos que acessam o PBF? Os docentes da Escola Paroquial São Vicente de Paulo consegue visualizar os alunos que recebem o PBF?

Diante a problemática apresentada foram levantadas as seguintes hipóteses: A escola Paroquial São Vicente de Paulo percebe as diferenças de aprendizagem entre os alunos que acessam o PBF; Os docentes da Escola Paroquial São Vicente de Paulo conhecem a realidade dos alunos fora da estrutura escolar e os que são beneficiários do PBF.

Este trabalho justifica-se pela sua relevância e necessidade de discutir temas como educação, pobreza e desigualdade social no ambiente escolar, bem como a relação ensino aprendido, trazendo para essa discussão a realidade da comunidade em que a escola está inserida e verificando se a escola possui ações diferenciadas de ensino para os alunos empobrecidos.

Com a meta de contribuir para o desenvolvimento dessa temática, o objetivo geral do presente estudo foi o de compreender o processo de ensino e aprendizado dos alunos que





recebem o PBF na Escola Paroquial São Vicente de Paulo. Desta forma os objetivos específicos é fazer um estudo sobre o desempenho escolar desses alunos e se a Escola consegue identifica-los e se tem um trabalho voltado para o mesmos.

### **Procedimentos Metodológicos**

Primeiramente foi feito o plano de investigação para que pudesse nortear o desenvolvimento da pesquisa, seguido de leituras, pesquisas bibliográficas e revisões literárias sobre o tema aqui tratado. Após essas etapas foi feito o primeiro contato com a direção da Escola para falar da proposta de pesquisa sobre o processo ensino aprendido dos alunos que recebem o PBF na escola. Num segundo momento foi elaborado os questionários para a equipe gestora, equipe pedagógica e docentes, posteriormente levado à escola. Nesta mesma visita foi apresentado de forma detalhada o Plano de Pesquisa e o roteiro de pesquisa para a coleta de dados. Em seguida, foram realizadas as entrevistas estruturadas com as equipes gestoras e pedagógica e com os docentes.

Utilizou-se em outras duas visitas à escola análise documental para contextualizar a história da escola, para essa, foram analisados a ata de criação e a trajetória histórica da instituição. Para a identificação dos alunos beneficiários do PBF foi analisado o documento intitulado: Sistema Presença- acompanhamento da frequência escolar – PBF. Já para o levantamento do desempenho escolar dos alunos foi analisado o relatório consolidado de notas bimestrais dos alunos que recebem o PBF, matriculados no terceiro, quarto e quinto anos, nos turnos matutino e vespertino, nos três primeiros bimestres do ano de 2017.

Optamos como critério para estabelecer o baixo desempenho escolar dos alunos, aqueles que obtiveram notas menor ou igual a sete em três ou mais matérias, em mais de um bimestre. A amostra foi composta de 75 alunos e a mesma foi tabulada e processada no programa Excel 2013.

Diante do exposto, esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, pois apesar dos gráficos numéricos pertinentes nela não há a preocupação com uma representatividade numérica mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social. Sobre a pesquisa quantitativa Minayo (2001, p. 21-22), diz que, Ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos”.

Quanto a natureza da pesquisa, essa se mostra um estudo de caso, como bem explica Hartley (1995, p. 208-209):” [...] consiste de uma investigação detalhada, frequentemente





com dados coletados [...]de uma ou mais organizações, ou grupos dentro das organizações, visando prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo”.

Neste sentido a presente pesquisa aborda a realidade de um grupo específico, neste caso, os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família da Escola Paroquial São Vicente de Paulo.

### Resultados e Discussão

O objeto dessa pesquisa é a Escola Paroquial São Vicente de Paulo, situada na Avenida Contorno, 366 Vila Couto Magalhães em Araguaína – TO, fundada no dia 14 de setembro de 1994, e aprovado pela Resolução nº 036/90 do Conselho Estadual de Educação do Tocantins (CEE-TO).

A Escola atende o total de 541 alunos, desses, 142 são beneficiários do PBF (Programa Bolsa Família), com a média de frequência de 85%, divididos nos turnos matutino e vespertino, na modalidade educação pré- escolar e ensino fundamental/ 1ª fase.

É desenvolvido no ambiente escolar vários projetos, como o reforço escolar, Mais Educação, “Campanha da Fraternidade”, o dia da consciência negra, folclore, festa junina, entre outros.

Na avaliação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) / 2015 proposta pelo Ministério da Educação, a Escola São Vicente de Paulo- ESVP obteve a média 6,4, sendo a escola com a maior média do município e ainda superou as médias nacional, estadual e municipal.

Diante da análise dos dados obtidos nos procedimentos (entrevistas, análise documental e pesquisas bibliográficas), podemos perceber que a escola não (re)conhece a realidade dos seus alunos, muito deles empobrecidos e beneficiários do PBF, os bairros onde eles moram e como vivem, situação contrária do que pensa Paulo Freire (1987) que acredita que a educação não é neutra. Neste sentido uma escola que realmente se compromete com a transformação social dos alunos precisa posicionar-se diante das desigualdades sociais, econômicas e diferenças culturais em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para análise do desempenho escolar dos alunos será tomado dados das turmas do terceiro, quarto e quinto anos, tomando como base o relatório consolidado de notas dos três primeiros bimestres do ano de 2017, bem como a lista de beneficiários do PBF, ambos disponibilizado pela escola. Nas dez turmas analisadas, foram identificados 75 alunos beneficiários do PBF, de um total de 273 alunos. Os dados mostram que 64% destes alunos





obtiveram notas abaixo da média estabelecida pela escola e precisaram frequentar o reforço escolar. Parte considerável desses alunos não conseguiram alcançar a média em mais de três disciplinas, o que nos faz entender que a dificuldade no aprendizado não é pontual e que a escola precisa traçar novas estratégias para diminuir ou sanar essa deficiência, já que, ao compararmos as médias no decorrer dos bimestres analisados, na maioria dos casos, não se nota uma melhoria das mesmas.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Essa pesquisa se propôs a estudar na Escola Paroquial São Vicente de Paulo, o processo de ensino aprendizagem dos alunos que recebem o Programa Bolsa Família, apresentando, discutindo e interpretando dados nos processos de investigação.

Faz-se necessário, neste caso, considerar as divergências identificadas em dois dados aqui descritos, um é a boa nota da escola no IDEB e o outro é o baixo desempenho, que também é contínuo, dos alunos beneficiados pelo PBF. Essa realidade nos leva a percepção de que a qualidade da educação está imersa em vários indicadores, além da avaliação de larga escala do IDEB. Para Melo (2014) a proposta desse tipo de avaliação pode ser considerada uma “faca de dois gumes”, pois além de conhecer e obter dados sobre o processo de expansão e universalização de ensino, o qual está num movimento crescente, esse instrumento tem o poder de regulação das ações e políticas, muito mais voltadas à uma ideologia de mercado do que como políticas emancipadoras.

Duas questões centrais guiaram a pesquisa, em que pressupomos que a escola Paroquial São Vicente de Paulo percebe as diferenças de aprendizagem entre os alunos que acessam o PBF e também que os docentes da Escola Paroquial São Vicente de Paulo conhecem a realidade dos alunos fora da estrutura escolar e os que são beneficiários do PBF. O resultado da pesquisa demonstrou que a escola consegue identificar esse grupo específico de alunos, mas não há uma clara percepção quanto as diferenças de aprendizagem, bem como, os docentes não conhecem a realidade dos alunos fora da estrutura escolar.

Diante da pesquisa executada foi possível compreender o processo de ensino aprendizagem dos alunos que são beneficiários do PBF da Escola Paroquial São Vicente de Paulo, contemplando assim o objetivo geral da pesquisa, bem como os objetivos específicos, quando observamos que, o processo educacional se torna fragilizado, pois a equipe gestora, equipe pedagógica e docentes não conhecem tais alunos, suas realidades e sua cultura, com isso não conseguem pensar e dinamizar currículos voltados para a realidade empobrecidas dos







mesmos para que possam se tornarem sujeitos emancipados. Essa realidade faz com que em muitos casos os alunos se sintam distante da escola e não conseguem ter motivação para estudar, pois o que sempre estudam em sala de aula são matérias e ideologias que não dialogam com sua realidade.

Por tanto, sugerimos a Escola pesquisada que diante das informações levantadas procurem conhecer melhor a sua realidade, a região onde está inserida, quem são esses alunos beneficiários do PBF e que tenham um olhar específico para esses estudantes empobrecidos, que possam inserir em seu currículo processos pedagógicos a partir também da realidade no qual está inserida dialogando assim com as mais variadas culturas e realidades. Conhecendo melhor o chão onde pisa, com certeza será uma escola emancipatória onde irá formar cidadãos e cidadãs conscientes de seus direitos e deveres.

### Referências

ARROYO, G. Miguel. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. Módulo Introdutório – curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. UFT-2016.

BRASIL. INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: [http://portaldeb.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=1](http://portaldeb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1). Acesso em: 31 out, 2017.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Arquivo em PDF. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado\\_EC71.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC71.pdf) Acessado em 20, out 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARTLEY, J. F. Case Studies Research. In: CASSELL, C. e SYMON, G (Ed.) **Qualitative Methods in Organizational research**: a practical guide. London: Sage, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.





## PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS SITUADAS EM CONTEXTOS EMPOBRECIDOS SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Eduardo Cunha da Silva

Veronica Dantas Meneses

**Resumo:** A escola tem um papel fundamental na aquisição de estilos de vida saudáveis e na prevenção de comportamentos nocivos. A educação em saúde se apresenta como um dos importantes componentes a serem realizados de forma que as informações sobre saúde passem a fazer parte do cotidiano de crianças e adolescentes. O objetivo do estudo foi analisar de que forma os gestores de escolas públicas situadas em contexto empobrecido desenvolvem ações relacionadas à educação e saúde e quais as principais questões envolvidas para a manutenção de ações permanentes na escola. Trata-se de uma pesquisa de campo descritiva, cuja população foi composta por diretor, coordenador e professores do Centro de Ensino Médio Castro Alves, situado na região norte de Palmas-TO. O trabalho evidenciou que os principais problemas enfrentados pela Unidade Escolar são a gravidez precoce e o uso de drogas ilícitas, o pouco tempo de exercício de quase metade dos profissionais na escola e a ausência e incentivos à capacitação.

**Palavras-chaves:** Educação em saúde. Escolas Públicas. Contextos empobrecidos.

### Introdução

A escola tem um papel fundamental na aquisição de estilos de vida saudáveis e na prevenção de comportamentos nocivos, pois grande parte dos problemas de saúde relacionados aos adolescentes afetam o processo de aprendizagem e o rendimento escolar destes alunos. Os professores devem estar preparados para orientá-los quanto às melhores condições de saúde a se seguir pois as práticas de saúde e educação devem ser atividades entrelaçadas.

Alguns dos problemas mais graves neste sentido, que afetam o desenvolvimento das crianças, a continuidade dos estudos e o rendimento são a gravidez na adolescência e o uso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes. Esta situação se torna ainda mais grave em setores mais pobres, cujo acesso a políticas públicas é mais deficiente e cujas famílias nem sempre estão preparadas, ou mesmo tem tempo, de observar mudanças no comportamento de seus filhos.

Castro, Abramovay e Silva consideram o assunto particularmente importante devido aos problemas com saúde sexual e reprodutiva, a gravidez precoce, o aborto inseguro e as DST e Aids que vem assolando os jovens em todo o mundo, e a escola é o ambiente mais delicado para se estudar esta situação. Segundo as autoras, “a sexualidade, no universo escolar, é tópico polêmico, considerando a multiplicidade de visões, crenças e valores dos diversos atores (alunos, pais, professores e diretores, entre outros)” (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p.33).





Assim, é de grande importância estudos que mostrem mais a realidade vivida por estas escolas e apontem para perspectivas de ações que contribuam com a gestão em educação e saúde no ambiente escolar.

A Organização Pan-Americana de Saúde e o Ministério da Saúde (2007) apresentam experiências relacionadas às escolas promotoras de saúde. São programas que pautam a prática da educação em saúde de maneira integral no processo de aprendizagem, que se consolida através de ações participativas que possibilitam a construção de um ambiente mais saudável na realidade escolar.

A estratégia e os programas de saúde escolar, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (1997), devem considerar que a integralidade e multidisciplinaridade evidencia a participação de todos os integrantes da comunidade escolar nas tomadas de decisões, para a promoção da igualdade entre os gêneros e fortalecimento da construção da cidadania e da democracia, entre outros. Enfoca ainda três bases fundamentais: a educação em saúde com um enfoque integral; a criação de ambientes e entornos saudáveis; e a articulação com os serviços de saúde.

Já o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído por Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, institui diretrizes para integrar as ações de saúde e educação voltadas para a rede pública de ensino do ensino fundamental ao Profissional e Tecnológico. De acordo com o Caderno de Saúde Escolar do MEC (BRASIL, 2009),

352

Nas escolas, o trabalho de promoção da saúde com os estudantes, e também com professores e funcionários, precisa ter como ponto de partida “o que eles sabem” e “o que eles podem fazer”, desenvolvendo em cada um a capacidade de interpretar o cotidiano e atuar de modo a incorporar atitudes e/ou comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2009, p.11).

O Caderno ainda enfoca que para se ter resultados eficientes neste processo é preciso ter em mente sempre alguns desafios:

(1) A integração com ensino de competência para a vida em todos os níveis escolares; (2) A instrumentalização técnica dos professores e funcionários das escolas e dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família para apoiar e fortalecer as iniciativas; (3) A identificação e a vigilância de práticas de risco; (4) O monitoramento e a avaliação da efetividade das iniciativas, para melhorar o compromisso das escolas com a promoção da saúde de seus alunos, professores e outros membros da comunidade escolar

Assim, para o sucesso da proposta, deve-se buscar o empoderamento e autonomia dos envolvidos (estudantes, professores, técnicos), a inclusão social e o respeito às diferenças. Os





profissionais da escola devem, ainda, atuar em parceria com os profissionais de saúde da família.

Portanto, ao buscar entender as ações efetivas, as dificuldades e alguns resultados a partir da realidade de uma escola no que diz respeito às ações desenvolvidas com vistas à saúde de crianças e adolescentes, especialmente em relação à gravidez precoce e ao uso de drogas, pretende-se mostrar que a educação deve ser um processo holístico, que mobiliza diversos fatores que interferem no processo de aprendizagem e de formação dos sujeitos sociais.

Levando em consideração que o ambiente escolar e os educadores tem a responsabilidade de atuar no desenvolvimento de hábitos saudáveis e de manutenção do estado de saúde, inteligência, formação de cidadãos produtivos e úteis à sociedade, faz-se necessário questionar as ações dos diretores escolares, coordenadores e professores, no que diz respeito à educação em saúde.

Trata-se de uma pesquisa de campo descritiva, cuja população foi composta por diretor, coordenador e professores do Centro de Ensino Médio Castro Alves, escola situada na região norte de Palmas-TO, e que concordaram voluntariamente em participar desse estudo. O objetivo geral do estudo é analisar de que forma os gestores de escolas públicas situadas em contexto empobrecido desenvolvem ações relacionadas à educação e saúde. Também se pretende averiguar quais os principais problemas de saúde observados na escola e os principais entraves para o desenvolvimento de projetos de educação em saúde.

353

### **Procedimentos Metodológicos**

Para a coleta de dados foi aplicado questionário semiestruturado contendo seis perguntas de múltiplas escolhas. Os dados coletados foram analisados por meio de cálculos de porcentagem simples, representados em gráficos e tabelas, e fundamentados teoricamente com auxílio de referenciais teóricos, com o objetivo de entender os resultados encontrados. Primeiro passo para realização desse estudo foi à definição do público alvo, a princípio era o diretor e coordenador das Unidades Escolares da cidade de Palmas-TO, após diálogo chegamos à conclusão que precisaríamos mudar o público alvo para entender o processo de educação para a saúde nas escolas de uma forma mais global. Assim, incluímos também os professores e definimos apenas uma escola específica, que estivesse localizada em local de vulnerabilidade social, assim definiu-se que o grupo de pesquisa se ampliaria para Diretor, Coordenador e Professores do Centro de Ensino Médio Castro Alves. Após a definição do







público alvo da pesquisa, elaborou-se o questionário semiestruturado com 05 (cinco) questões de múltipla escolha as quais subsidiaram os dados a serem analisados.

Buscamos entender a partir da aplicação do questionário o tempo de atuação do profissional na escola, que tipo de ações promovem em relação à educação em saúde, as dificuldades em relação à aplicação de projetos em educação em saúde na escola, sobre a participação em cursos de capacitação ou atualização sobre saúde na escola e sobre os principais problemas de saúde em relação aos alunos identificados pelo profissional. Participaram do presente estudo 12 profissionais que trabalham no Centro de Ensino Médio Castro Alves.

### **Análise dos Resultados**

Os dados coletados com os questionários evidenciam que do total de profissionais que participaram da pesquisa, 42% trabalham no CEM Castro Alves há mais de 3 anos, 41% há menos de 1 ano e 17% entre 1 e 2 anos. Isso demonstra que a maioria dos envolvidos na educação escolar conhecem o perfil dos alunos e os principais problemas que a escola enfrenta. Contudo, um número considerável está na escola há menos de um ano, o que indica certa rotatividade que pode prejudicar a continuidade das ações.

A escola não desenvolve projetos específicos em educação e saúde. 41% dos entrevistados responderam que essas ações se limitam ao conteúdo curricular nos livros didáticos. Vale ressaltar que a Escola, mesmo que evidencie o modelo tradicional de ensino, desenvolve projetos que estão ligados à promoção em saúde, como alimentação saudável e combate a dengue.

As principais dificuldades apresentadas pelos entrevistados para o desenvolvimento de ações mais efetivas em saúde foram falta de recursos humanos (33%) e falta de capacitação (27%), seguida de falta de material didático para desenvolver ações com os alunos (20%). Além dessas dificuldades os entrevistados elencaram a falta de tempo para planejar e executar as atividades, excesso de carga horária e falta de políticas públicas em promoção em saúde na escola. O diálogo entre a escola e outras estruturas de saúde pública e saúde da família não foi considerado um grande problema. Assim, podemos inferir que o planejamento dos governos para otimizar a carga horária e motivar ações em saúde na escola, como capacitação e recursos, pode melhorar o envolvimento dos profissionais.

Sobre a participação dos professores em curso de capacitação relacionados à saúde na escola, observamos que 75% dos profissionais nunca participou de capacitações, isso é um





dos grandes problemas ou o principal deles, especificamente nesta escola, no processo de promoção em saúde em unidade escolar, pois se os professores estão atuando em sala de aula é necessário que se capacitem para que assim as ações relacionadas a saúde possam acontecer de forma didática, prática e mais estimulantes para os alunos.

Por fim, o último ponto pesquisado evidenciou que os principais problemas de saúde relacionados aos alunos no Centro de Ensino Médio Castro Alves são gravidez na adolescência, com 38%, seguido do uso de drogas ilícitas, com 31%, Doenças Sexualmente Transmissíveis, com 12%, uso de drogas lícitas, com 11%. Além desses problemas elencados nos questionários respondentes relataram a depressão e transtornos mentais, e alimentação industrializada, representando 8% dos problemas relacionados à saúde no CEM Castro Alves. Sobre estes dados, cabe refletir sobre a incidência de depressão e outros problemas mentais e comportamentais que afetam o rendimento escolar e a convivência social destes estudantes. A escola nem sempre está capacitada para identificar e agir sobre tais problemas.

### **Conclusões**

A presente pesquisa buscou abordar a Percepção dos profissionais que atuam em escolas públicas situadas em contextos empobrecidos sobre educação em saúde com enfoque no Centro de Ensino Médio Castro Alves, especialmente com vistas à incidência de gravidez na adolescência e uso de drogas.

O artigo evidencia que os principais problemas enfrentados pela Unidade Escolar são a gravidez precoce e o uso de drogas ilícitas, com isso sugerimos que se faça em caráter de urgência capacitações com todos os professores, voltadas para o desenvolvimento de ações que abordem a promoção da saúde relacionadas estes problemas. A escola deve atuar de modo a complementar a ação da família, que muitas vezes é limitada nas áreas situadas em contextos de pobreza, em parceria com as unidades básicas de saúde na quadra, equipe de saúde na escola, NASF e agentes comunitários de saúde.

Para isso, é necessário realizar capacitação com todos os profissionais, para que assim possam promover ações de promoção em saúde com foco na gravidez na adolescência, no planejamento familiar e métodos contraceptivos, DSTs, drogas lícitas e ilícitas, bem como sobre problemas familiares e psicossociais que causam depressão e outros transtornos.





## Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília : Ministério da Saúde, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. **Escolas Promotoras de Saúde: experiências o Brasil**. Série Promoção da Saúde nº 6. Brasília - DF, 2007.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

## DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Eduardo Ribeiro Gonçalves**  
**Layanna Giordana Bernardo Lima**

**Resumo:** Na pesquisa em andamento, trarei a questão dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito à educação e suas necessidades. Levantando questionamentos quanto à responsabilidades e necessidades das políticas públicas na aplicação da modalidade de Jovens e Adultos. Como também, a responsabilidade governamental garantida pela Constituição Federal e por leis complementares que garante condições para aqueles, a quem de uma forma ou de outra, foram impossibilitados de cursar ou mesmo de concluir o ensino fundamental na idade certa. Evoluímos muito nestes últimos anos, mas temos muito ainda a caminhar. O direito à formação e a aprendizagem deve ser estabelecido ao longo da vida e isso ainda não acontece em sua totalidade. O desafio agora é encarar o direito à educação como garantia inalienável. Entende-se neste artigo que a educação de jovens e adultos assume a perspectiva de inclusão em sociedades democráticas e esta inclusão passa a se dar pela conquista de direitos enquanto cidadãos.

356

**Palavra Chave:** Direito Humanos. Cidadania. Educação. Políticas Públicas. Educação de Jovens e Adultos.

### Introdução

A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexões que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido restrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, em que podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. Além disso, mesmo quando se focalizam os processos de escolarização de jovens e adultos, com seu tempo e espaço rigidamente delimitados, o que imediatamente se apresenta como problemático, são as concepções mais restritivas sobre o fenômeno educativo, o lugar da educação de jovens e adultos pode ser entendido como marginal ou secundário, sem maior interesse do ponto de vista da formulação política e da reflexão pedagógica.





### **Procedimentos Metodológicos**

Este estudo é uma sistematização teórica como apresentação do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, da Universidade Federal do Tocantins. É uma pesquisa bibliográfica acerca dos Direitos Humanos e da Educação, tendo a Modalidade da Educação de Jovens e Adultos, o modo de reparação da ausência deste Direito a Educação. A educação de jovens e adultos assume a perspectiva de inclusão em nossa sociedade, e que esta inclusão passa a se dar pela conquista de direitos humanos e da cidadania, ampliando a compreensão do que é esta modalidade de ensino.

### **Políticas Públicas Em Educação**

O direito a educação vem acompanhado por políticas públicas que patrocinam os programas e projetos educacionais em vários aspectos. A garantia dos direitos humanos é fundamental e necessária no que diz respeito a educação, pois esta garantia deve ser por inteira e não apenas parte. A Constituição Federal aponta de onde deverá vir os recursos a serem aplicados na Educação, sendo que a União deverá aplicar, anualmente pelo menos 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.

357

Mais do que alfabetização, o direito constitucional de ensino fundamental para todos sintetizou o mínimo a que se chegara: o de aprender a ler e a escrever com autonomia. Isso significa ter domínio suficiente para, em processo de aprendizado continuado, se manter em condições de acompanhar a velocidade e a complexidade do mundo contemporâneo, que exige aprender continuamente, por toda a vida, ante os avanços do conhecimento e a permanente criação de códigos, linguagens, símbolos e de sua recriação diária.

### **Educação De Jovens E Adultos: Maneira De Reparar O Tempo Pedido**

O sentido dado à escolarização segundo Graciano(2017, 62) imprime também sua marca na educação básica de pessoas jovens e adultas, pois aquela noção de transmissão de saberes considerado universal soma-se a de que haveria uma idade certa ou própria para se aprender, o que contribuiu para moldar a escolarização supletiva, complementar, focada mais naquilo que não se teria aprendido num tempo ideal do que no que seria útil e produtivo para se aprender no momento presente, da juventude, da vida adulta ou mesmo da velhice. Assim a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo carregado de complexidade que carece de







definição e posicionamento claros, é um campo político, denso e carrega consigo o rico negado da Educação Popular.

A característica marcante do momento vivido na EJA é à diversidade de tentativas de configurar sua especificidade. A EJA é um campo aberto a qualquer cultivo, e onde vários agentes participam, mas de sementeira e cultivos nem sempre bem definidos ao longo de sua tensa história. Percebe-se que a configuração da EJA como um campo específico de responsabilidade pública do Estado é, sem dúvida, uma das frentes do momento presente.

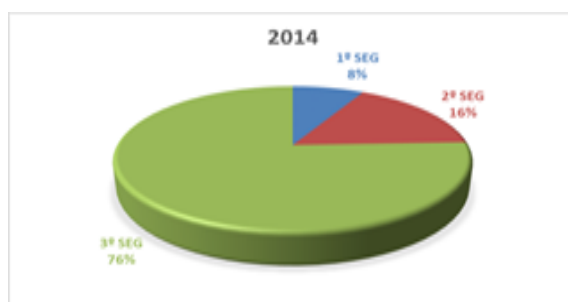
Por outro lado, porém, encontra na sociedade sinais de preocupação como os milhões de jovens e adultos que tem direito à educação básica, com isso um novo trato mais profissional está se consolidando como indicador de que tanto o Estado quanto a sociedade em seus diversos atores são mais sensíveis aos jovens e adultos e a seus direitos à educação. Todo esse conjunto de indicadores aponta que estamos em um momento novo, que exige como primeira estratégia a reconfiguração da EJA. Entretanto, essa reconfiguração não virá espontaneamente. O sistema escolar continua a pensar em sua lógica e estrutura interna e nem sempre tem facilidade para abrir-se a essa pluralidade de indicadores que vem da sociedade, dos próprios jovens e adultos e de outras áreas de políticas públicas.

358

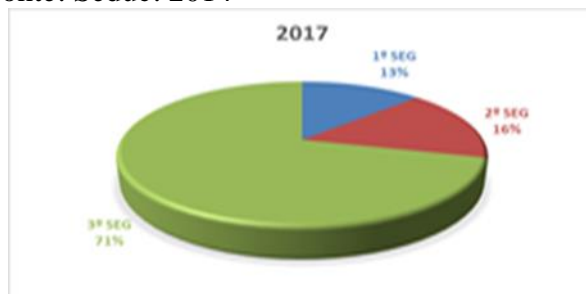
### **A Educação De Jovens E Adultos No Contexto Do Estado Do Tocantins**

No plano estadual de Educação do Estado do Tocantins, contempla em elevar a escolaridade da população de 18 a 29 anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo 12 anos de estudos sendo que para a população do campo, da região de menor escolaridade no Estado e dos 25% mais pobre, é igualar a escolaridade média, entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Também de elevar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, iniciativa privada e instituições de ensino superior, a taxa de alfabetização da população com 15 anos de idade ou mais, de 87,1% para 93,5% até 2021; erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional, até o final da vigência deste Plano. Algumas demonstrações da importância desta modalidade mostradas na quantidade de matrícula do ano de 2014 e 2017 registradas na Secretaria de Educação do Estado:





Fonte: Seduc: 2014



Fonte: Seduc: 2017

Dentre os três Segmentos da EJA, observei que a maior procura é pelo 3º segmento<sup>15</sup>, pois são os alunos que por algum motivo não conseguiram terminar o ensino médio no tempo e idade própria e por isso são os mais prejudicados, seja no âmbito profissional ou pessoa. Estes dados são da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins.

359

### Considerações Finais

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve grandes avanços no papel do governo federal na indução das políticas educacionais e principalmente no que diz respeito à EJA. Deve-se considerar também que no caso da educação básica no Brasil, as políticas são executadas de modo descentralizado pelos governos subnacionais, dependendo assim da iniciativa dos Estados e também dos Municípios. Além disso, o direito à formação e aprendizagem ao longo da vida não está tão bem estabelecido na cultura brasileira quanto a prerrogativa da educação na infância e adolescência, de modo que a pressão social sobre os governantes para expandir as oportunidades de escolarização para os jovens e adultos é menor do que a exigência de vagas com qualidade nas redes públicas de ensino para as crianças e adolescentes.

A EJA ainda é vista, nas formulações hegemônicas de políticas educacionais, como um mal necessário, ou com uma forma de compensação da escolaridade de jovens e adultos

<sup>15</sup> O 3º Segmento é o Ensino Médio





que não teriam tido acesso à escola na idade considerada adequada. O processo de redemocratização, após 1988, trouxe ganhos gerais para o direito à educação, ampliou-se o acesso, massificaram-se as vagas nas escolas de educação básica e ampliaram-se os programas de apoio aos estudantes.

É um grande desafio encarar que o atendimento ao direito à educação de jovens e adultos vai além do próprio campo da educação. Considerando que a grande maioria dos brasileiros com 15 anos ou mais que não concluíram a educação básica estão entre as pessoas com as piores condições econômicas e sociais, torna-se necessário recorrer a um conjunto de políticas intersetoriais que possam garantir o direito à educação.

Concepções de alfabetização são, ainda, desafio a enfrentar, pela forma como educadores se formaram, crendo que, porque ensinam, os sujeitos aprendem. Quando estes não aprendem, a “culpa”, atribuída aos próprios sujeitos, exime professores da responsabilidade. Saberes e conhecimentos produzidos fora da escola têm pouca chance de serem considerados, pois são sistematicamente negados em situação de aprendizado da leitura e da escrita.

Não se pode negar que a maioria dos alunos que se matriculam na Modalidade de Educação Jovens e Adultos, principalmente no que se refere ao 3º segmento desta modalidade, são aqueles que de uma forma ou de outra foram coibidos de terminarem seus estudos no período considerado próprio para isso. Seja esta falha por motivo de incapacidade financeira de ter que trabalhar e não estudar, seja por que não foi realmente oferecido a ela a oportunidade no tempo correto de seus estudos. E nisso não se omitir a culpa do Estado, pois somente depois de 1988, com a nova Constituição Federal e com a Redemocratização, o Estado viu na obrigação de oferecer e cuidar da educação de sua população como forma de recuperar o tempo que foi omissão.

360

### Referências

- APAP, Georges. *A construção dos saberes e da cidadania: Da escola à cidade*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CONAE 2010. Documento referência. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação.
- GRACIANO, Mariângela. LUGLI, Rosário S. Genta. *Direitos, diversidade, práticas e experiências educativas na educação de jovens e adultos*. São Paulo: Alameda, 2017.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *A invenção dos direitos humanos*. Uma História. Curitiba: Á Pagina, 2012.





\_\_\_\_\_, *caminhando sobre fronteiras*. O papel da educação na vida de adulto migrante. São Paulo: Summus, 2009.

\_\_\_\_\_, *cidadania no brasil*. Um Longo Caminho. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_, *cidadania, um projeto em construção*. Minorias, Justiça e Direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

\_\_\_\_\_, *documento base nacional*. Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confieta\\_docbase.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confieta_docbase.pdf).

\_\_\_\_\_, *diálogos na educação de jovens e adultos*. 4ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

\_\_\_\_\_, *direitos humanos: Diferentes cenários, novas perspectivas*. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_, *educação de jovens e adultos: práticas pedagógicas e fortalecimento da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_, *educação de jovens e adultos: A Educação ao longo da vida*. Curitiba: Ibepex, 2011.

\_\_\_\_\_, *história da cidadania*. 6ª Edição. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_, *juventude negra na eja: O Direito à Diferença*. Belo Horizonte: Mazza, 2010.

\_\_\_\_\_, *o trabalho de campo como estratégia pedagógica no ensino de jovens e adultos*. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

\_\_\_\_\_, *relação étnico-raciais e educação no brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

\_\_\_\_\_, *o desafio das diferenças nas escolas*. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_, *princípios da educação de jovens e adultos*.

\_\_\_\_\_, *possibilidades de aprendizagem*. Campinas: Alínea, 2011.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Decreto nº 7.037 de 21 de Dezembro de 2009.

SENADO FEDERAL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, 2013.

TOCANTINS, Governo do Estado do. Plano estadual de educação do Tocantins – pee/to (2015-2025). Diário Oficial nº 4.211. 09 de julho de 2015. Palmas-TO.

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação*. A Escola Progressiva ou a Transformação da Escola. 6ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2000







## A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA, POBREZA E CURRÍCULO ESCOLAR INDÍGENA FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS.

Edvaldo Chaves dos Santos

Yara Gomes Corrêa

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo de descrever a relação entre escola, pobreza e currículo escolar indígena, frente às desigualdades sociais. Tal estudo justificou-se devido a inquietude de se entender como são criados os currículos frente às desigualdades sociais, bem como, por se entender que a construção do currículo das escolas indígenas, frente essas desigualdades não é um tema esgotado, e tão pouco fácil de ser construído. A partir desta problemática, questiona-se questionamento “De que forma se dá a relação entre escola, pobreza e currículo escolar indígena, frente as desigualdades sociais?”. Para tanto, utilizou-se metodologicamente de levantamento bibliográfico e de análise documental. Tendo como base os estudos e análises realizados verificou-se que o problema não está somente na qualidade e nível do ensino, mas sim na forma que determina as condições do aluno pelas notas obtidas, através de uma avaliação hegemônica, que não considera a evolução e conhecimentos diversos do educando indígena. Concluiu-se que diversos fatores interferem na relação entre a escola e o currículo escolar frente as às desigualdades sociais, desse modo, sugere-se que se crie uma equipe para trabalhar a melhoria e aplicação do currículo de acordo as especificidades dos povos indígenas.

**Palavras-Chave:** Escola Indígena. Desigualdade Social. Currículo Escolar.

### Introdução

Brasil (1998), afirma que a escola indígena é um direito que deve estar assegurado por uma nova política pública a ser construída, atenta e respeitosa frente ao patrimônio linguístico, cultural e intelectual dos povos indígenas. Esse esforço de projetar uma nova educação escolar indígena só será realmente concretizado com a participação direta dos principais interessados os povos indígenas, através de suas comunidades educativas.

No que se refere a pobreza, Wlodarski e Cunha (2015), afirma que a pobreza é entendida como fruto da ação dos homens, sendo resultado das formas como estes pensam, interpretam e direcionam a construção da história, da forma como aceitam os padrões mínimos de sobrevivência de cada indivíduo presente na sociedade.

Para Silva (2002), o conceito de pobreza tem sido abordado por uma vasta literatura, tendo sempre implícito o pressuposto da carência, escassez de meios de subsistência, falta de alguma coisa ou da desvantagem em relação a um padrão de vida dominante.

Dessa forma, somos levados a refletir, que ao longo da história a educação passou por diversas transformações que foram acompanhadas por leis e discussões acerca dos rumos que deveria tomar. Para tanto é importante saber para quem essa educação é pensada. A Constituição Federal Brasil (1988), versa no artigo 205, que “a Educação é um direito de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa [...]”.





No que tange a maneira como a escola trata a pobreza Gentili e Alencar (2005, p. 11), nos afirma “que há que se analisar também o currículo estabelecido para a educação que não leva em conta as diversidades sociais”. Um currículo engessado e tradicional que busca uma excelência baseada nas práticas educacionais historicamente constituídas pelas classes mais altas, e que se torna ineficiente para o contexto educacional de uma classe menos favorecida.

No que se refere às desigualdades sociais, de acordo com Brasil (1998), há que se reconhecer, no entanto, que tais relações sociais e políticas, e sua reflexão na escola, estruturam-se em um ambiente de profunda tensão, desigualdade e desequilíbrio. Basta atentar para o fato de que as sociedades indígenas constituem-se de povos minoritários quantitativamente.

No que tange ao currículo indígena, Moreira (1995, p.10), afirma que compreender “[...] o currículo como forma de política cultural demanda alçar categorias sociais, culturais, políticas e econômicas à condição de categorias primárias para compreensão da escolarização contemporânea e de suas possibilidades emancipatórias”.

Ainda sobre o assunto, Menezes e Araújo (2015), ressalta que numa sociedade formada por classes, desigualmente distribuídas na sociedade, a educação torna-se um aparelho a serviço dos grupos hegemônicos, portanto discutir currículo exige uma reflexão, em torno dos interesses antagônicos, presentes neste processo socioeducativo.

De acordo com Menezes e Araújo (2015), no final da década de 1980, estudos sobre o conhecimento escolar e currículo, no Brasil, desenvolviam-se como um dos principais núcleos de pesquisas no campo pedagógico. Assim, o currículo é compreendido como um campo de disputa, no qual cada opção, proposta ou prática, está cheia de interesses e valores que precisam ser desvelados e revelados no processo pedagógico.

Com base em Brasil (1998), entende-se que falar sobre currículo escolar, sobretudo relacionando-o a comunidades tradicionais, é abordar de forma eficaz todo o conjunto de especificidades sobre as quais a instituição de ensino, no papel de órgão formador, tem por obrigação social discutir e buscar por meio de ações concretas a conscientização dos indivíduos que a frequentam, visando o desenvolvimento crítico dos cidadãos, em especial, no que se refere ao respeito e às diferenças, pois ao desenvolver um diálogo entre comunidade e escola, a instituição estará praticando a interculturalidade, sendo, portanto, uma função da escola indígena, tornar possível a relação entre o conhecimento científico escolar e a dinamicidade da cultura ali inserida.





Observou-se a falta de estudos prévios sistematizados realizados pelos professores, sobre a forma de uso de um currículo próprio, onde de fato contemple a melhoria no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado do aluno indígena.

Desse modo, o presente artigo objetivou, de maneira geral, “descrever relação entre escola, pobreza e currículo escolar, frente às desigualdades sociais existentes nas escolas indígenas”, especificamente objetivou-se: 1) conceituar Currículo Escolar; 2) elencar as formas possíveis de relação existentes entre escola, pobreza e currículo escolar, frente às desigualdades sociais; e 3) identificar as relações existentes entre a escolas indígenas, pobreza e currículo escolar, frente às desigualdades sociais.

O estudo justificou-se devido à inquietude de entender como são criados os currículos frente as desigualdades sociais, bem como, por entender que a construção do currículo das escolas indígenas frente essas desigualdades não é um tema esgotado, e tão pouco fácil de ser construído.

Para tanto, o presente artigo se estruturou da seguinte forma: 1) Introdução; 2) Desenvolvimento, em que se apresentou a metodologia e a revisão da literatura, analisando-se e discutindo-se os resultados; e 3) Conclusão.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa caracterizou-se como exploratória de caráter qualitativo, por meio de pesquisa documental, onde analisou-se o referencial curricular das escolas indígenas (1998); a Constituição Federal (1988); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996) e a estratégia de matrícula da escola foco desse estudo.

Para Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa foca um modelo fenomenológico no qual a realidade é enraizada nas percepções dos sujeitos; o objetivo é compreender e encontrar significados através de narrativas verbais e de observações em vez de através de números. A investigação qualitativa normalmente ocorre em situações naturais.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Não se recomenda trabalhos oriundos da internet.

Para Gil (2008), a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.





Diante do exposto, a presente pesquisa bibliográfica apropriou-se dos seguintes aportes teóricos: Connell (1995); Sacristán (2000); Arroyo (2001); Dubet (2004); Paro (2007); Felício (2012); Menezes e Araújo (2015); dentre outros autores que discorrem acerca da temática.

### Considerações Finais ou Conclusão

Concluiu-se, que são múltiplos os conceitos, as concepções e definições atribuídas ao currículo escolar, tema este debatido e abordado por diversos teóricos, no entanto, envolver a questão cultural no currículo escolar significa incluir as classes socialmente desfavorecidas através das diferentes etnias com seus hábitos e costumes, o que nos leva a discutir sobre uma educação multicultural.

Constatou-se consonância entre a revisão de literatura realizada e os resultados das análises documentais, pois ao discutir a relevância que o currículo exerce no processo educacional, e levando em conta as transformações estabelecidas e sugeridas por meio da LDB, do Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena e das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, faz-se necessário reavaliar ações já praticadas e se discutir políticas públicas e formas de realização de um ensino no qual a diversidade cultural, em especial das culturas indígenas, se inclua como um fator positivo e não como um problema a mais.

365

Desse modo, somos levados a refletir que uma construção cultural e social que demanda considerar e analisar os contextos social, político, econômico, cultural e pedagógico concretos que o molda essa construção ainda irá demandar um determinado tempo, pois, as escolas são indígenas, todavia, pouco se leva em conta o que de fato faz parte do contexto cultural indígena.

Contudo, sugere-se uma mudança na forma como o conteúdo é ensinado em escolas em desvantagem, ou seja, ter um currículo mais negociado com mais participação dos alunos na prática da sala de aula, sendo o professor um articulador nesse processo.

### Referências

ARROYO, Miguel. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, Antônio Flávio (org). **Currículo: políticas e práticas**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988.







\_\_\_\_\_. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DO ESPORTE.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf>>. Acesso em: 20 de Setembro 2017.

\_\_\_\_\_. **Indicadores da qualidade na educação/ Ação Educativa.** UNICEF, PNUD, INEP, SEB/MEC (Coord.), 3 ed. Ampliada. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

CONNELL, R. W. Pobreza e Educação. In: GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: Neoliberalismo e a crise da escola pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DUBET, F. O que é uma escola justa? In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, setembro/dezembro, 2004.

FELÍCIO, H. M. dos Santos. Análise curricular da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral. **Revista e-curriculum**, v. 8, n. 1, p. 1-18. São Paulo, abril. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/9035>>. Acesso em: 10 julho. 2017.

GENTILI, P.; ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto.** Petrópolis: Vozes, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

366

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Currículo: debates contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2002.

MENEZES, A. C. S.; ARAUJO, L. M. **Currículo, contextualização e complexidade: espaço de Interlocução de diferentes saberes.** Bahia, 2015. Disponível em: <<http://www.irpaa.org/publicacoes/artigos/artigo-lucin-ana-celia.pdf>>. Acesso em: 08 de Julho 2017.

MOREIRA, A. F. (org). **Currículo: políticas e práticas.** 4ª ed. Campinas: Papirus, 1995.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** São Paulo: Ática, 2007.

SACRISTÁN, J. C. **O currículo uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, J. G. O que significa currículo? In: SACRISTÁN, J. osé G. imeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Trad. Alexandre Salvaterra; revisão técnica Miguel González Arroyo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, H. M. N. dos; LOPES, E. T. O currículo na Educação Escolar Indígena: uma análise de pesquisas sobre o tema. ISSN: 1982-3916 Itabaiana: **Gepiadde**, v. 14, ano 7. Itabaiana, julho/dezembro 2013.

SILVA, C. C. F. da; SOUSA JUNIOR, A. S. de. **Pobreza e desigualdade no Brasil: uma análise da contradição capitalista.** São Luiz –MA, 2012. Disponível em: <[http://www.aps.pt/vii\\_congresso/papers/finais/PAP0692\\_ed.pdf](http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0692_ed.pdf)> Acesso em: 08 de Julho 2017.





SILVA, M. O. da S. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 2002.

WLODARSKI, R.; CUNHA, L. A. **Desigualdade social e pobreza como consequências do desenvolvimento da sociedade**. Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <[http://www.pg.utfpr.edu.br/ppgep/Ebook/cd\\_Simposio/artigos/workshop/art15.pdf](http://www.pg.utfpr.edu.br/ppgep/Ebook/cd_Simposio/artigos/workshop/art15.pdf)>. Acesso em: 18 julho 2017.

## TEATRO E DANÇA DE RUA: CURRÍCULO DE RESISTÊNCIA À POBREZA E À DESIGUALDADE SOCIAL

Edvan da Silva Oliveira

**RESUMO:** O presente artigo, intitulado teatro e dança de rua: currículo de resistência à pobreza e a desigualdade social, têm como referência o estudo de caso às práticas culturais e socioeducativas, que são desenvolvidas pela Companhia de Teatro e Dança Arte Livre - CIATDAL de Porto Franco-MA. A associação considera e utiliza-se do contexto social dos seus beneficiários para desenvolver suas atividades. As ações realizadas pelo agrupamento, enaltecem a importância dos estudos que tem por finalidade, emancipar a partir do reconhecimento e aceitação da própria condição social. Considerar as influências do teatro e da dança de rua como currículo de resistência à pobreza e à desigualdade social, foi fundamental para evidenciar o desempenho dos alunos e beneficiários do projeto socioeducativo. Para o desenvolvimento desse estudo, mostrou-se a importância das práticas que são desenvolvidas pelo agrupamento e que entendem o currículo oculto do ingresso, como preponderante no desenvolver de suas atividades culturais e socioeducativas, além de pesquisas bibliográficas em relação aos temas: teatro, dança de rua e currículo. O estudo priorizou os alunos do projeto que são beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF do governo federal. Destaco que para alcançar os resultados pretendidos, junto à análise aos beneficiários da ação cultural, utilizou-se de questionários que teve como foco os professores da rede municipal e estadual de ensino que trabalham nas escolas onde estudam os integrantes do projeto. Com o referido apanhado bibliográfico, somado à opinião dos educadores que lecionam para os membros do projeto, foi possível confirmar a relevância em abordar tal conteúdo, pois “a questão da desigualdade, nos últimos anos, tem se tornado objeto de muitos estudos e, em alguns casos, de livros que viraram verdadeiros best-sellers” PINZANI E REGO (2015 p. 23), além de destacar o teatro, a dança de rua e as demais atividades desempenhadas pelo agrupamento como potencialmente recomendadas à inclusão e resistência à pobreza e à desigualdade social. A pesquisa servirá também para mostrar o quão responsável deve ser aqueles que pensam os currículos escolares.

367

**Palavras-chave:** Teatro; Dança de Rua; Cidadania; Currículo.

### Introdução

Numa sociedade cujo currículo formal, profissional e social, são essenciais para definir o posto ocupado pelo cidadão, a mesma, desconsidera em seu processo de escolarização, o contexto comunitário de crianças e adolescentes que vivem em bairros periféricos. Esse fator favorece o crescimento da desigualdade social, além de reduzir as perspectivas de inclusão das minorias. Portanto, mostrar elementos que são capazes de oferecer resistência à proliferação da pobreza e da desigualdade social, sem dúvida, é a máxima deste artigo. O estudo ressalta os impactos das atividades socioeducativas que são realizadas pela companhia, e que se utilizam do teatro e da dança de rua como fundamentos complementares ao ensino ofertado nas escolas do município.





A opinião dos professores que lecionam para os beneficiários do projeto, somados às pesquisas bibliográficas, ressaltam a relevância das atividades desenvolvidas pela Companhia de Teatro e Dança Arte Livre - CIATDAL, que tem por objetivo a promoção da cidadania aos familiares e usuários do agrupamento cultural, tendo como foco principal a abordagem aos membros que são beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Desse modo, as práticas do Teatro e principalmente da dança de rua tornam-se agentes importantes ao inserir-se como atrativos e facilitadores da abordagem aos adolescentes que em sua maioria são residentes dos bairros periféricos, sendo atraídos especialmente pelos elementos da cultura hip hop.

De tal modo, pretende-se destacar o teatro e a dança de rua como currículos de resistência à pobreza e à desigualdade social, evidenciando a importância das atividades culturais e socioeducativas que são desenvolvidas pela CIATDAL, aos familiares e alunos que frequentam a referida associação e conseqüentemente à sociedade. Os dados qualitativos da abordagem aos professores do ensino médio e fundamental, enfatizam a importância das práticas culturais no processo de desenvolvimento do aluno e beneficiário do projeto, além de realçar o anonimato da pobreza nos currículos e as conseqüências dessa ausência.

A motivação para o tema surgiu após os estudos realizados na área de “pobreza e cidadania”, “escolas: espaços e tempo de reprodução e resistências da pobreza” e, “pobreza e currículo: uma complexa articulação”, disciplinas oferecidas pela especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Somados aos resultados de alguns trabalhos científicos cujo objeto de estudos tratou-se da própria companhia, constatou-se a necessidade de aprofundar as pesquisas a respeito da influência das práticas que compõem o quadro ofertado pela CIATDAL, que se utiliza do contexto social dos alunos e dos seus familiares para promover intervenções socioeducativas, fazendo alusão principalmente aos grupos que são beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF.

Conforme Cruz e Oliveira, (2017), os beneficiários da CIATDAL são grupos historicamente explorados, sendo que pesquisas apontam 85% dos participantes como beneficiados por alguns dos programas de transferência de renda do governo federal. Portanto, conhecer os efeitos causados pela inserção da arte cênica e da dinâmica de ensino da associação CIATDAL, significa ressaltar a importância das experiências que se utilizam do teatro, da dança de rua e do contexto coletivo como metodologia de resistência à pobreza e à desigualdade social.





## Resultados e discussões da pesquisa

### Análise do perfil dos usuários

A CIATDAL tem sede e fórum no município de Porto Franco-MA. Está situada em um bairro periférico da cidade, fato que somado às atividades do hip hop, justificam o índice de usuários que apresentam um histórico de desigualdade e explosão social. O fato da cidade ser interiorana e pertencer a um Estado que durante muito tempo foi penalizado pelas oligarquias políticas, necessita de alternativas que sejam capazes de despertar a criticidade, pois, de acordo com Pinzani e Rego (2015 p. 20): “diferentes regiões geográficas apresentam diferentes situações de carência: no caso brasileiro, as mais carentes são aquelas que, durante séculos, foram controladas politicamente por oligarquias locais poderosas e imersas na cultura da violência, do arbítrio, do privilégio e do coronelismo”.

### Resultados e discussões da pesquisa

Viu-se, segundo as pesquisas bibliográficas, que o teatro e a dança de rua, são pedagogicamente apropriados para contribuir no processo de educação informal, e podem se transformar em currículo de resistência à pobreza e à desigualdade social, se considerar a diversidade e as condições que tornam cada participante único.

Todavia, falta analisar a relevância das atividades que são realizadas pela Companhia de Teatro e Dança Arte Livre, almejando contribuir com o desenvolvimento dos usuários. Para isso, os dados que demonstrado a seguir, é o resultado da pesquisa qualitativa que ouviu os professores dos usuários do agrupamento social. Os professores que responderam às perguntas, trabalham em escolas municipais e na única escola de ensino médio do município.

Do questionário: às duas primeiras perguntas, tinham por objetivo identificar se os educadores conheciam a CIATDAL.

**1º pergunta:** Você conhece a CIATDAL – Companhia de Teatro e Dança Arte Livre? Caso seja sim! A quanto tempo?

Todos responderam que conhecem o agrupamento. Justificaram da seguinte forma: O professor 1 respondeu que conhece o projeto a (três) anos; o professor 2 disse que sabe da existência das atividades há (quatro) anos; o professor 3 replicou que há (oito) anos acompanha os trabalhos da companhia e o professor 4 afirmou que conhece o projeto desde a fundação.

**2ª pergunta:** Nas turmas onde ministram aulas tem algum aluno que participa da CIATDAL?







Igualmente à primeira resposta, todos afirmaram que lecionam para alunos que fazem parte do projeto.

**3ª pergunta:** O fato do aluno ser participante de um projeto cultural atrapalhou o rendimento do mesmo na escola? Se possível justifique sua resposta.

Todos afirmaram que não, justificando que as atividades acontecem sempre no contra turno, disseram também que alguns deixam de cumprir seus compromissos na escola, mas não pelo fato de participarem da instituição, e destacaram que o projeto social ajuda no desempenho do educando, promovendo o interesse e o conhecimento do indivíduo.

**4ª pergunta:** Em sua opinião, as atividades culturais que são realizadas na CIATDAL, tais como: o teatro e dança, trazem algum benefício para a vida social desses alunos? Se sim, exemplifique.

Eles justificaram que sim, apontando em primeiro lugar a superação à timidez. Pontuaram também a ausência de espaços culturais na cidade como uma razão ao aumento dos problemas sociais, e ressaltaram a importância do envolvimento dos jovens com atividades semelhantes às realizadas no projeto para os manter distante das drogas. Disseram que as ações praticadas na companhia proporcionam a integração do aluno com o meio social.

Percebe-se que a timidez é um facilmente entendido, pois, por ser pobre e/ou mora em bairro periférico e por nutrir um complexo de inferioridade, as vítimas preferem calar-se e atestar a suposta ineficiência.

Pinzani e Rego observam que:

os pobres, exatamente por serem pobres, têm dificuldade de ter voz, isto é, de formular, organizar e, sobretudo, expressar suas necessidades, transformando-as em demandas por justiça. A pobreza os joga, sem piedade, no mundo dos “incapacitados”, uma vez que não lhes foi dado o direito de se capacitarem para exercer a própria voz. Esse fato, per se, constitui a expropriação de sua humanidade. Sem o exercício da voz, não é possível interferir na marcha do mundo. De modo geral, os pobres não são ouvidos e muito menos respeitados. Não se lhes aplica o “direito ao respeito” como um direito civil de cidadania. (PINZANI E REGO, 2015, P. 13).

Quando perguntados sobre como eles definiriam a pobreza, as respostas foram: pobreza significa não ter bens materiais, podendo ir além disso, pois a falta de interesse, vontade de mudança pode ser bem maior que qualquer outro significado. Justificaram também que pobre é a pessoa que não tem cultura. Em relação ao que causa a desigualdade social, disseram: má distribuição de renda, falta de oportunidade e conhecimento. Acentuaram também que a escola de forma consciente ou inconsciente gera desigualdade.





A própria definição da pobreza com base na renda representa, em certo sentido, um ato arbitrário. Vejamos, por exemplo, no caso do Brasil, o estabelecimento por parte do governo da linha que separa pobreza – renda mensal per capita de até R\$ 154 – e pobreza extrema –renda mensal de até R\$ 77 por pessoa. É difícil dizer que quem recebe R\$ 80 encontra-se em situação melhor que quem recebe só R\$ 77, assim como é complicado afirmar que quem recebe R\$ 160 não seria pobre. Da mesma maneira, a presença ou a ausência de políticas públicas específicas e de serviços públicos afetam profundamente a vida das camadas mais vulneráveis da população. (PINZANI E REGO, 2015, P. 19).

O que poderia ser feito para mudar essa realidade? Disseram que a realidade social só mudaria se todos tivessem educação, uma educação consciente onde as pessoas assimilassem o conhecimento aos problemas existentes, e não uma educação técnica que se preocupa apenas com o certificado.

### **Considerações Finais**

Ao analisar os elementos históricos do currículo, do teatro e da dança de rua, segundo as pesquisas bibliográficas e, os resultados da abordagem que indagou os professores dos alunos que frequentam o projeto Arte Livre, ressalta-se a importância em considerar as atividades culturais como capazes de oferecer resistência à reprodução da pobreza e da desigualdade social, inserindo-as ao currículo e às metodologias de ensino-aprendizado, que preconizam o contexto social do educando durante o processo de troca de saber. Para tal, buscou-se sublinhar as práticas que são desenvolvidas no agrupamento CIATDAL, para enfatizar a importância da educação informal que é ofertada por agrupamentos sociais e que buscam despertar a criticidade para libertar o cidadão.

Portanto, o teatro e a dança, torna-se currículo de resistência ao se inserir na periferia, pois, além de identificar as mudanças e anseios, enaltecem os moradores. Os garotos que antes não tinham expectativas mediante a conjuntura educacional, ganham espaço no processo desenvolvido pela CIATDAL, e é no palco que a comunidade reconhece o trabalho e o potencial dos filhos, que antes eram vistos como incapazes, devido à falta de oportunidades.

Durante a execução desse artigo, foi possível constatar que os meios informais de ensino que explora o contexto social, e que o considera no processo de estímulo ao aprendizado, é uma realidade que merece atenção, pois, desenvolvem uma abordagem educacional que valoriza a diversidade, a cultura e o pertencimento a uma determinada comunidade. O currículo não é neutro, pois, sendo veículo de conhecimentos selecionados, serve-se à prática do poder opressor.





Para obter os resultados pretendidos, foi importante ouvir os professores que diariamente convivem com os alunos que fazem parte da CIATDAL. Os relatos de superação à timidez, significa dizer que os mesmos se tornaram pessoas participativas, isso ressalta, o princípio de empoderamento. Dito isso, ficou evidente que explorar as experiências advindas da coletividade, resulta em uma educação para a cidadania. Por tudo isso, todo e qualquer processo educacional, deve promover uma educação para libertar o povo da opressão política, evidenciando a importância de considerar o currículo oculto para emergir o cidadão existente em cada ser.

### Referências Bibliográficas:

- ARROYO, Miguel G. **POBREZA E CURRÍCULO: UMA COMPLEXA ARTICULAÇÃO**, Multiprojetos de Tecnologia Educacional – NUTE, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Santa Catarina, 2015. Disponível em <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-4/abertura.html>>
- BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 10 volumes. 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CRUZ, Romário Milhomem da; OLIVEIRA, Edvan da Silva. **TEATRO E A DANÇA COMO INSTRUMENTOS DA SUPERAÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS**. Universidade Federal do Tocantins – UFT, Tocantinópolis-TO, 2017.
- DANÇA DE RUA - **A Cultura da Dança de Rua**, 2011 [Internet] disponível em: <<https://www.dancaderua.com/extras/cultura/a-cultura-da-danca-de-rua>> Acessado em: 21/10/2017.
- FOCHI, Marcos Alexandre Bazeia, **Hip hop brasileiro Tribo urbana ou movimento social?** FACOM - nº 17 - 1º semestre de 2007 – São Paulo – SP.
- GRAZIOLE, Fabiano Tadeu. **Os princípios gerais do teatro na escola e o afastamento da atividade teatral significativa da escola brasileira**, Roteiro, Joaçaba, v. 33, n. 1, p. 7-24, jan./jun. 2008.
- JESUS, Adriana Regina de. **CURRÍCULO E EDUCAÇÃO: CONCEITO E QUESTÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL**, p. 2638-2651. In: Anais do XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Currículo e Saberes 2008, PUCPRes - Editora Universitária Champagnat, Curitiba / PR 2018.
- ARAÚJO, Zenon. **Bilú e João** Youtube, 26 de mai. 2011 Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9IpfZuCdq6s>>
- MARQUES, Emiliana Maria Diniz. **TEATRO DO OPRIMIDO E EDUCAÇÃO POPULAR DO CAMPO: articulações entre o pensamento e obra de Paulo Freire e Augusto Boal com uma experiência em Minas Gerais**. Universidade Estadual de Minas Gerais-UEMG/FAE, 2012 188 p. Belo Horizonte-MA, 2012.





MATURANA, R. Humberto. **EMOÇÕES E LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO E NA POLÍTICA.** tradução: José Fernando Campos Fortes. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 98 p.

MENEZES, Marília Gabriela de; SANTIAGO, Maria Eliete. **Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório,** Pro-Posições | v. 25, n. 3 (75) | P. 45-62 | set./dez. 2014 - Campinas – SP

OLIVEIRA, Valdemir. **A Dança na escola é Arte ou Educação Física?** Arte na Escola – Boletim 58. São Paulo – SP, 2010.

OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. **CURRÍCULO: um instrumento educacional, social e cultural** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 8, n. 24, p. 535-548, maio/ago. 2008.

PILLOTTO, Sílvia. **A Dança na escola é Arte ou Educação Física?** Arte na Escola – Boletim 58. São Paulo – SP, 2010.

PINZANI, Alessandro e REGO, Walquiria Leão. **POBREZA E CIDADANIA,** Núcleo Multiprojeto de Tecnologia Educacional – NUTE, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Santa Catarina, 2015. Disponível em <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo1.pdf>>

ROCK, Edi. **A vida é um desafio.** Disco: Nada como um Dia após o Outro Dia. Faixa 10. 2012.

SANTOS, Analu Silva dos. **Dança de Rua: a dança que surgiu nas ruas e conquistou os palcos.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2011.

SCANDIUCC, Guilherme. **Cultura hip hop: um lugar psíquico para a juventude negro-descendente das periferias de São Paulo.** Universidade de São Paulo, São Paulo – SP 2005.

373

SOUZA, Rose Mara Vidal de. **Cultura Hip Hop Identidade e Sociabilidade: Estudo de Caso do Movimento em Palmas.** Universidade Federal do Tocantins, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

UTUARI, Solange; SANTIAGO, Rosemary Aparecida. **Vamos tirar os sapatos!** Arte na Escola – Boletim 58. São Paulo – SP, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. **CURRÍCULO E COTIDIANO ESCOLAR: NOVOS DESAFIOS,** Universidade Federal Fluminense (UFF) – Rio de Janeiro – RJ, março de 2008.







## COMO A POBREZA INTERFERE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM?

**Eliana Ferreira da Silva**  
**Adriano Castorino**

**Resumo:** O presente estudo surgiu a partir de uma análise reflexiva da situação social das famílias cujo objetivo era observar como a pobreza interfere no processo de aprendizagem das crianças em situação de risco e vulnerabilidade social. Com o projeto de pesquisa intitulado “Como a Pobreza Interfere no Processo de Aprendizagem?” realizamos visitas para coletar os dados, pautada na metodologia de pesquisa descritiva, com o estudo de caso que envolveu uma família e professores de uma escola pública de Divinópolis-TO. Durante a coleta dos dados pudemos notar pelas falas dos participantes que existem inúmeros fatores que interferem na aprendizagem das crianças. Embora a escola e a família reconheçam suas limitações e entendam que apesar das crianças terem direito a uma educação de qualidade cujo processo de aprendizagem culmine com a formação das mesmas o cenário aponta para que em um tempo curto elas estejam fora do espaço escolar.

**Palavras-chave:** Educação, vulnerabilidade social, evasão escolar.

### Introdução

Segundo o MDS (2015), a educação é a via que leva o conhecimento para os cidadãos no contexto social e econômico de modo que a transformação cultural desse público seja efetivada. Neste sentido a escola é considerado como o lugar para estar preparada para o acolhimento das crianças em situação de risco, com isso é possível socializá-las dentro de um padrão social aceitável para os dias de hoje. Entretanto se as escolas mantem conceitos equivocados, como por exemplo, acreditar que a pobreza gera uma dificuldade de aprendizagem, e classificar como doença, reforçará o preconceito restringindo a convivência social do aluno. Tais reações impedem que a sociedade acredite no desenvolvimento potencial e cognitivo desses sujeitos.

Quando os professores constroem uma imagem negativa da criança em situação de risco e vulnerabilidade social, tendem a estabelecer uma relação pedagógica problemática que conseqüentemente vai influenciar no relacionamento entre ambas. Isso é determinado pelo conceito de pobreza como uma marca fixada no sujeito e por esse motivo, passam a instituir comportamentos restritos e indiferentes, levando-os a segregação pedagógica e social. Dessa maneira também podemos perceber a pobreza como um estigma, uma produção da realidade que a economia capitalista desenvolveu, e colocou o pobre na condição de estigmatizado social. De acordo com Goffman (1988) um estigma afeta a identidade social; ele tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si mesmo tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo.

Tal posicionamento reforça ainda mais a concepção de pobreza como doença que por isso necessita de atendimento médico.





Otro carácter completamente distinto – dentro del mismo tipo – tiene la ideasegún la cual el derecho al socorro se funda em la pertenencia del necesitadoal grupo. La concepción que considera al individuo como el producto de sumédio social confiere al individuo el derecho a solicitar del grupo unacompañamiento de sus necesidades apremiantes y de sus pérdidas. (SIMMEL, 1988).

Este “socorro” por sua vez necessita vir sob a forma de direito de fato, e não como uma compaixão do grupo social, o que aumentaria a possibilidade do indivíduo se identificar com o grupo, e haveria, portanto, maior chance do estigma ser coberto, o que geraria ainda mais problemas.

No caso das crianças a educação tem sido considerado como uma espécie de salvação para retirá-las dessa condição, mas por outro lado o que se percebe é que a escola tem atuado muito mais no sentido de perpetuar essas diferenças ou estigmas do que superá-los. As dificuldades encontradas por estes sujeitos ocorrem por que o cidadão, como figura histórica e teórica é filho da intensa luta social dos homens e das mulheres por liberdade e autonomia. Os conteúdos dessas lutas variam e foram, muitas vezes, redefinidos em outra luta incessante da humanidade: a definição política e social dos direitos a liberdade e a autonomia. Assim, no campo dessa disputa convém por isso, lembrarmos que a existência da cidadania como situação histórica supõe, necessariamente, um complexo de condições políticas, políticas públicas educacionais, sociais, econômicas e culturais.

375

Outro aspecto importante é que a educação tem por linhas gerais apoiar e programar projetos culturais e educativos que promova o enfrentamento de tais violações dos direitos humanos, nos ambientes escolares e fora dele; e que incentive além disso, elaboração de projetos pedagógicos em articulação com as redes, de assistência social e proteção. Contudo ao analisar situação atual da escola observamos que a mesma não dispõe de recursos que atenda a demanda do público em situações de risco e vulnerabilidade social. Assim deixa de cumprir o que de acordo com Brasil (1988) está expresso na constituição federal, Art. 6º de que todos tem direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Esse direito é especificado no Art. 205 em que a educação é entendida como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.





Entendendo que a educação é o instrumento essencial para uma transformação concreta da realidade social cabe a ela realizar o trabalho e a formação para a humanização dos sujeitos.

O presente trabalho tem por objetivo não só analisar as relações entre pobreza e cidadania, mas também mostrar como a pobreza interfere no processo de aprendizagem dos educandos, bem como apresentar mecanismo que estabeleça uma imagem da pobreza mais ampla do que aquela que normalmente as pessoas de outras classes tendem a formar.

### **Procedimentos Metodológicos**

A metodologia de pesquisa utilizada foi a pesquisa descritiva para a qual foram realizadas duas etapas, sendo a primeira o estudo de bibliografias sobre pobreza e as suas consequências para as crianças em ambiente escolar e na segunda o estudo de caso de uma família, cujos filhos estudam em escola pública no município de Divinópolis-TO.

A finalidade da pesquisa descritiva é observar, registrar e analisar os dados e as condições de sobrevivência da família em questão. Segundo Gil (2008) As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Na coleta de dados foi realizada uma conversa informal com a mãe e seus filhos que estão em idade escolar. As crianças participaram da conversa, no entanto somente o relato da mãe foi sistematizado. A participação das crianças serviu para elucidar questões mais específicas das relações escolares contribuindo nas análises apresentadas no trabalho. O nome da mãe foi substituído por um nome fictício para salvaguardar a sua identidade.

376

### **Resultados e Discussão**

O primeiro contato ocorreu com uma visita na casa da mãe e das crianças que frequentam a escola. Neste evento foi possível conhecer as condições de moradia, alimentação, saúde, segurança, saneamento, trabalho e outros elementos como vizinhança, participação na comunidade e na escola. Este diagnóstico da situação familiar teve como premissa dar suporte ao processo de investigação. Diante dos itens apontados observamos que a casa está localizada em um setor onde as famílias em sua maioria são de classe baixa, a rua da residência da família não possui pavimentação asfáltica.

Em relação a composição da família constatamos que é formada pela mãe e os 4 filhos que convivem na mesma casa e são responsáveis pela manutenção da mesma. A renda vem do





trabalho da mãe e de doações que a família recebe principalmente em relação ao vestuário e alimentação. Em algumas ocasiões também já receberam algum material escolar e brinquedos. As doações ocorrem esporadicamente, o que compromete a existência de uma alimentação adequada para a família. O salário que a mãe recebe por seu trabalho não chega a um salário mínimo e assim é dado prioridade para os itens de sobrevivência. Como eles sobrevivem de doações os alimentos da família são resumidos ao básico e que se faz apenas três refeições ao dia nas quais são servidos arroz e feijão, farinha e raramente pequenas porções de carne. Questionada sobre alimentos como frutas, legumes, verduras, ovos, leite e outros ela disse que é muito difícil, só mesmo quando ganham esses produtos. Isso em partes se deve ao fato explicado em relação a moradia.

Essa casa é alugada, como você pode vê é uma casa bem simples, mas eu acho que tá bom pra nós. De tamanho até que cabe todo mundo porque temos cinco cômodos: tem essa sala, dois quartos, a cozinha e um banheiro. O banheiro não é muito bom, ainda está no tijolo. A casa toda é assim por terminar, só que não temos dinheiro e vamos morando assim mesmo. O piso é isso daí, só o cimento mesmo. E lá fora não deu pra fazer muro, então o dono colocou arame farpado mesmo. Porque aqui também tem perigo né, se deixar aberto. Não pode nem deixar nada fora da casa. (Eleonora, 2017)

Percebemos neste relato que mesmo diante do número de pessoas que vivem na casa e as suas condições estruturais a mãe considera como boa. Ao ser questionada sobre o que significava boa moradia, a entrevistada afirmou que era o suficiente para acomodar a família, já que pela renda que possuem sequer podem adquirir a casa própria.

377

Um dos indicadores mais fortes de que a pobreza é uma situação difícil de vencer é a falta de moradia. Grande parte dos salários são comprometidos com o pagamento de aluguel em casas que não possuem quase nenhum conforto, servindo basicamente de abrigo. Segundo Davis (2016) a prática de locação nas periferias favorece ao surgimento de uma escala de pobreza que vai de compradores a invasores que ao construir uma casa passam a locar e assim os locatários seriam os mais pobres de todos. Um fator positivo nesta moradia é a existência de energia elétrica e água tratada, pois de acordo com a entrevistada estes benefícios é que foram decisivos na hora de contratar o aluguel.

Em relação a saúde ela disse ter sorte porque as crianças são saudáveis e que só frequentam o posto para as vacinas e uma ou outra virose. Que não possui atendimento dentário e outros além dos médicos que é muito difícil conseguir uma consulta. Ela também não realiza exames periódicos indicados para as mulheres, pois não consegue conciliar seus horários de trabalho com os horários de atendimento.







Quando ao atendimento dentro da instituição escolar sua fala denota o não atendimento as exigências mínimas para o acolhimento dessa família de risco e vulnerabilidade social.

Eu recebo o bolsa família porque as crianças estão na escola né. Lá também tem a merenda, não é sempre boa, mas as vezes é. Isso ajuda muito porque tem coisa que eles só vão comer na escola mesmo. Mas eu não vejo que dão muita atenção aos meus filhos. Eles têm dificuldades e eu também tenho pouco estudo e não posso ajudar. Daí as professoras fala que eu tenho que ensinar, mas como posso se também não sei. (Eleonora, 2017).

Neste momento as crianças, incentivadas pela mãe, começaram a falar sobre a estrutura da escola ressaltando que além dos problemas com os conteúdos também a infraestrutura não permite o lazer. De acordo com as crianças, a escola não possui parquinhos para o lazer, escorregador, balanços, campinho de futebol, nem espaço para brincar. Fui questionando sobre outros espaços como a biblioteca, sala de vídeo, sala de atendimento especializado para alunos com dificuldades de aprendizagem, laboratórios, quadra esportiva e eles ficaram sem saber do que se tratava e quando entendiam afirmavam que não existem espaços como estes.

Retomando a fala, a mãe demonstrou muita indignação quando entrou no assunto sobre o atendimento aos alunos e a relação que os professores possuem com seus filhos.

378

Isso é uma coisa que nem gosto de pensar, falar doi muito. Porque eu vejo que a escola de uma forma geral discrimina os meus filhos. Primeiro porque só eu que eles tem, os pais deles não ajudam em nada. Eu vejo que eles abraça, beija, elogia as crianças que se veste bem, que tem cadernos, lápis e bolsas de marca. Outra coisa eles sempre fala na reunião das crianças que tem nota boa, que aprende fácil. Eu fico escutando, mas nunca falam dos meus filhos.(Eleonora, 2017)

Este depoimento verificamos que apesar dos avanços legítimos em termos de políticas educacionais para crianças em situação de vulnerabilidade social, estas ainda vivenciam o que Nunes (2003) denomina de “estigmatização da pobreza”, fenômeno muito presente em nosso país, onde os sujeitos são vistos como culpados de algo: pouco importa se eles cometeram ou não algum tipo de transgressão. São culpados por delitos que “certamente” irão cometer no futuro e, por isso, são antecipadamente condenados à exclusão.

Complementando o cenário escolar retomei a visita na escola e perguntei aos professores sobre o atendimento das crianças na escola. A professora afirmou que desconhece esse fato e que em relação aos recursos didáticos pedagógicos a escola possui o básico, no entanto os profissionais não estão preparados para trabalhar com esses recursos dentro das





exigências pedagógicas. E que mesmo existindo as salas de incentivo à leitura, como o cantinho de leitura, ainda não é possível atender a todos. E que é realmente perceber a carência das crianças porque são muitas e assim a instituição não dá conta de atender esse público como deveria ser atendido. A tendência da escola em culpar a família pela não aprendizagem das crianças não é recente. Para Ceccon (1986) isto não auxilia na resolução do problema da criança que, sem apoio, inclina-se ao abandono escolar, tornando-se mais um sujeito excluído do sistema educativo.

### Considerações Finais ou Conclusão

Diante das informações obtidas constatamos que a pobreza tem sido um fator preponderante no desenvolvimento das atividades que promovem o ensino/aprendizagem. Família e escola são espaços de relações que devem garantir este processo, entretanto nesta pesquisa constatamos que existem muitos fatores que estão sendo negligenciados. A ausência dos pais das crianças que sobrecarrega a mãe tanto de ser provedora como a cuidadora e até educadora das crianças ao mesmo tempo que sequer menciona a sua própria vida.

A conduta seletiva da escola, que não está vinculada necessariamente a formação que não é a ideal, mas sim a cultura e comportamento das pessoas que aí trabalham e que deveriam dar atenção as especificidades e não estabelecer um padrão de aluno do qual a maioria deles seriam excluídos.

379

### Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 1988.

CECCON, Claudius, OLIVEIRA, Miguel Darcy de, OLIVEIRA, Rosysca Darcy de. **A vida na escola, a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1986

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

MDS. **Educação**. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2015 Disponível em:

<<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/acesso-a-servicos/educacao/educacao>>. Acesso em 10 de nov. de 2017.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez: 1996. Ed. 17º.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Sociedade e Infância no Brasil**. 1a ed. Brasília. Editora UNB, 2003.

SIMMEL, Georg. **El individuo y la libertad**. Ensayos de crítica de la cultura. Barcelona: Península, 1998.





## A POBREZA E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP E O CURRÍCULO DA ESCOLA CEM PAULO FREIRE NA CIDADE ARAGUAÍNA – TO

Eliene Alves da Silva Borges

**Resumo:** Este trabalho de conclusão de curso vem fazer uma reflexão sobre a pobreza e a educação no planejamento do Plano Político Pedagógico – PPP e do currículo escolar no âmbito escolar. Haja visto que o papel da escola é educar agentes sociais para a vida, preparar o cidadão a ser um ser pensante, transformador e construtor do seu próprio conhecimento. O PPP é o documento que as escolas organizam metas e atividades a serem alcançadas e executadas, com objetivo de propor medidas ao fazer pedagógico, visando garantir uma educação de qualidade e responsabilidade. E o currículo por ser um mecanismo que desenvolve o processo educacional no espaço escolar, tem que procurar atender a todos de forma igualitária, sem discriminação e respeitando as diversidades culturais e sociais dos sujeitos que esperam através do processo ensino e aprendizagem uma vida com dignidade e respeito.

**Palavras-Chave:** Educação. Pobreza. PPP e Currículo Escolar.

### Introdução

Aproximar pobreza e currículo, não é tarefa fácil, é bem complexa, mais necessária, porque a pobreza e a desigualdade social estão presentes em todo lugar, inclusive dentro dos muros das escolas. E o currículo escolar, pra ser justo com todos, tem que contemplar a construção do conhecimento e valorizar as diferenças, bem como proporcionar aos sujeitos empobrecidos o direito de ter as mesmas oportunidades e facilidades de aprendizagem dos demais, ou seja, é preciso que se tenha uma maior sensibilização com o público mais carente, que todos os dias chegam nas escolas com a esperança de um futuro diferente do que estão acostumados a viver.

O objeto de estudo desse trabalho é Pobreza e Educação: Uma análise a partir do projeto político pedagógico - PPP e o currículo da escola CEM Paulo Freire na cidade Araguaína – TO. E surgiu a partir dos estudos dos módulos que abordaram a Direitos Humanos, Pobreza e Educação do curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social – EPDS, e tem como objetivo analisar as relações existentes no Plano Político Pedagógico e currículo escolar do Centro de Ensino Médio Paulo Freire com a pobreza, verificando as ações e as atividades voltadas ao público escolar menos favorecidos.

Na primeira seção discutiremos as atribuições específicas destinadas ao corpo de docentes, e também as ações, os projetos e as práticas metodológicas aplicadas, bem como avaliar os resultados que se espera a partir disso. Na segunda seção, após observar a timidez das ações e dos projetos voltados as questões da pobreza, repensamos algumas ações e propomos outras com o intuito de colaborar para a melhoria do processo ensino





aprendizagem. E por último, nas considerações finais apresentaremos a necessidade de uma elaboração do PPP e uma reformulação do currículo escolar para melhor atender os sujeitos empobrecidos que depositam na educação a esperança de mudar de vida e ter um futuro melhor.

### **Procedimentos Metodológicos**

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, análise do Projeto Político Pedagógico - PPP e do currículo da escola Centro de Ensino Médio Paulo Freire em Araguaína – TO. E constatamos, a partir da leitura do PPP, as ações, as metodologias, os objetivos e os resultados a serem alcançados, bem como a reformulação do currículo, que segundo a equipe pedagógica, fica a critério da Delegacia Regional de Ensino demandar as Unidades escolares, possíveis alterações ou inserção na grade curricular, isso observando as prioridades de cada público.

### **Resultados e Discussão**

#### **Uma breve análise das ações do Plano político Pedagógico da escola CEM Paulo Freire**

A correlação entre pobreza, PPP e currículo escolar surgiu da necessidade dos sujeitos empobrecidos, inseridos nos ambientes escolares, de serem reconhecidos como pessoas que tem direito ao conhecimento do seu contexto histórico de vida, que é pertencer a uma classe que constantemente é submetida a diversos tipos e formas de discriminação e desvalorização. E se visto como um direito a ser respeitado, a inserção do contexto da reprodução da pobreza, bem como de outras culturas silenciadas nos currículos, fariam parte e teriam força nas discussões de reformulação tanto dos PPP como também dos currículos escolares.

O Plano Político Pedagógico escolar (PPP) é o documento utilizado por todas as escolas, é onde deve constar e descrever toda organização das metas e das atividades a serem alcançadas e executadas no decorrer do ano letivo, isso em consonância com as Diretrizes Curriculares prescritas pelo MEC e pelo Regimento Escolar, e seu objetivo é propor medidas ao fazer pedagógico que garanta ao seu público uma educação de qualidade e responsabilidade, bem como legitimar o currículo. E este, por sua vez, tem o papel de organizar o desenvolvimento do processo educacional no espaço escolar, e apesar de ter sido, por muitos, entendido como base da cultura dominante ele tem que se reestruturar para atender todas as classes de forma homogênea, mesmo porque o direito ao conhecimento é de todos.







E a partir da análise do PPP da escola em estudo, foi possível verificar que o docente, nela modulado, tem que dominar algumas atribuições específicas à ele, como ter a capacidade de conhecer a realidade de seus alunos, criar estratégias de ensino e aprendizagem de acordo com as dificuldades e as potencialidades que cada discente apresenta, criar situações que provoquem e estimulem a cooperação, proporcionando experiências mútuas e responsabilidades individuais, bem como considerar a diversidade sócio - cultural presente no cotidiano escolar, ou seja, teoricamente essas são as atribuições que obrigatoriamente o docente terá que exercer.

E tem como objetivo elevar o desempenho acadêmico dos alunos(as), assim, organizam suas metas e estratégias e apresentam o problema, a ação e o resultado esperado, e quando o problema é a deficiência e a dificuldade de aprendizagem, as ações são geralmente os debates, as oficinas e as mesas redondas, e o resultado esperado é aprimorar, desenvolver, sanar as dificuldades existentes no processo ensino aprendizagem.

Diante disso, o PPP da escola tem que ter a preocupação de desenvolver as ações a partir da sua realidade e prioridades, com o intuito de melhorar a qualidade da educação e do ensino, e tem que trabalhar com metodologias baseado nas diversidades e nas diferenças, isso devido as classes sociais existentes no mesmo espaço escolar. E sabemos também do papel da escola que é de educar para a vida, e ensinar a lidar com as diferenças está dentro desse contexto, o que exige, um fazer pedagógico mais atual, desafiador, efetivo e crítico.

382

A prof<sup>a</sup> Vera Candau (2016, vídeo: Salto para o Futuro) enfatiza a questão da flexibilidade no planejamento dizendo que,

A flexibilidade tem que está sempre presente, quer dizer, não existe uma possibilidade de você ter um planejamento escolar rígido. [...] a flexibilidade é inerente ao planejamento, porque no dia-a-dia o professor tem que estar continuamente adequando esse planejamento a situações e as genialidades que ele vai enfrentar. (2016, p.09)

É fato que uma das dificuldades entre escola e comunidade são políticas públicas, e se a escola conhecesse as verdadeiras raízes do seu público escolar, através do contato da realidade de vida do seu educando(a), entenderia melhor as suas necessidades educacionais, principalmente, a dos sujeitos mais carentes.

A chegada de milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos às escolas, carregando vivências de ambientes precarizados, pressionam os currículos a repensarem os conhecimentos sobre o espaço. Nas concepções e espaço predominantes nos currículos, nem sempre há lugar para essas vivências tão fragilizadas dos lugares da pobreza. (ARROYO, 2016, p.29)





A escola é um espaço que contempla pobreza e desigualdade, interação e socialização, é um espaço de transmissão do conhecimento, de descobertas. E sabemos que a pobreza é uma questão política e social, por isso a necessidade de um currículo que vá além de conteúdos tradicionalistas, que seja elaborado com maior flexibilidade estrutural, considerando o direito de muitos de se entenderem pobres, bem como de compreender a reprodução do seu contexto histórico.

A partir da leitura na íntegra do PPP, percebemos que a questão da pobreza nas ações foram citadas de maneira bem sucinta em alguns trechos da visão estratégica, sendo uma no item respeito onde fala que deve-se respeitar às condições sócio - econômicas as quais pertencem as famílias dos educandos e comunidade atendida pela escola, e a outra no item formação humana que diz que deve-se entender como princípio primordial de todo espaço público educacional, a formação integral de todos aqueles que fazem do espaço escolar.

A escola Cem Paulo Freire trabalha com um projeto que é a Gincana Cultural, já tradição, e tem como objetivo desenvolver o raciocínio através de provas de conhecimento, despertar o lado artístico dos alunos(as) através de apresentações de danças e teatros das regiões, bem como proporcionar a socialização entre eles, isso porque a formação dos grupos são com turmas e turnos diferentes, o que ajuda na interação dos alunos(as). E dentro desse projeto tem uma prova considerada como uma manifestação de espírito solidário, devido ser possível identificar ações voltadas a questão da pobreza, que é a arrecadação de roupas e alimentos para serem doados às famílias carentes, isso através de cadastro feito pelos próprios alunos(as). Sabe-se que é um gesto de solidariedade, mas também um ato competitivo, e não somente uma ação que vai despertar o olhar dos educandos(as) na íntegra para a pobreza. Claro, que com essa ação, os sujeitos envolvidos se sensibilizam com as necessidades dos outros, mais eles não chegam a ver isso como algo além dos muros da escola, e por se tratar de uma competição, acaba por tirar o foco que deveria ser transmitido, que é a preocupação da persistência da pobreza no mundo.

Nesse contexto, vale salientar que esse é um aspecto positivo do PPP dessa escola, bem como a preocupação que o corpo docente tem com o sucesso educacional de seu público, ao se dedicar e criar ações de enfrentamento para melhorar sua qualidade de ensino. Na prática, claro que algumas metas são alcançadas, porém, são necessárias desenvolver um trabalho mais eficaz, porque a teoria direciona as metas, mais a realidade do ensino impede que a escola cumpra com qualidade.





Na teoria, os currículos descreve os planos e as ações, no entanto, na prática muitas vezes acaba em frustrações, principalmente, para os(as) alunos(as) carentes que esperam da escola algo tão distante da realidade, que é ser valorizado e respeitado, e se deparam com uma realidade totalmente diferente, onde o fato de serem de baixa renda e alheios a algumas informações lhes causam desinteresse e vergonha, onde a exclusão e a discriminação é o seu único parceiro de vida, e justamente num ambiente que tem a obrigação de formar cidadãos críticos e pensantes capazes de ser o próprio autor da sua história.

Na verdade a persistência da pobreza no mundo exige que a pedagogia escolar se adeque ao público mais carente, buscando novas práticas e políticas educacionais, articulando e reestruturando os currículos, e que estes atendam às necessidades que esse público precisa para serem vistos, não como indivíduos que buscam apenas dignidade através de uma escolarização, mas, também como pessoas com o direito à moradia digna, alimentação de qualidade e melhor qualidade de vida.

### **Repensando o PPP: Propostas Para Futuras Ações.**

As questões relacionadas com a pobreza são muito complexas, e a inserção de um currículo que contemple um estudo mais intensificado abordando a história das lutas dos pobres por moradia, dignidade e respeito, é uma necessidade persistente, mais que exige foco e muita determinação.

384

Dentro de uma mesma cidade e amparadas pelas mesmas legislações e políticas, diferentes crianças e jovens não têm acesso aos mesmos direitos. E quando têm, como é o caso do acesso à escola, direito quase universalizado no país, isso se dá em condições bastante desiguais. (LEITE,2016, pg.14)

Depois de analisar o PPP e observar a timidez de ações e projetos voltados as questões da pobreza, é válido aqui reavaliar algumas ações e propor algo mais direto. É fato que os alunos(as) de baixa renda sentem uma maior dificuldade de compreender, de interpretar e desenvolver atividades mais complexas, que exige mais conhecimento, mais atenção e criatividade. E para lidar com as dificuldades de entender e interpretar além de promover oficinas de leituras e interpretação, como estão sendo trabalhadas, propor atividades com dinâmicas que estejam voltadas a sanar essa dificuldades, trabalhar conteúdos de fácil entendimento, como contextualizar a história das lutas e conquistas dos movimentos sociais, sem esquecer que a clareza nos conteúdos proporciona ao educando uma maior aprendizagem e quanto mais complexo, menor será a chance dele absorver em tempo hábil os conhecimentos.





Quanto a dificuldade em saber a importância da matemática e sua utilidade no cotidiano, trabalhar com materiais concretos onde o aluno(a) possa ter a real noção da necessidade para sua vida. E nas disciplinas de geografia, história e sociologia pode ser utilizado conteúdos voltadas ao estudo das lutas ao longo dos tempos, por dignidade, qualidade e respeito, que diferentes classes tem travado para terem seus direitos reconhecidos e valorizados, isso pode ser intensificado através de debates caracterizados, contextualização teatral das histórias desses acontecimentos, com isso vai despertar no aluno(a) a importância de conhecer sua própria história de vida.

E as escolas tem que ter uma visão mais sensibilizada com os alunos(as) considerados por elas de problemáticos e desinteressados, tem que ter uma maior preocupação em buscar informações sobre o histórico de vida desse educando(a) que, as vezes, é a maior causa para tal comportamento. Tem que procurar desenvolver ações em parcerias, sendo a principal delas as famílias para acompanhar o educando(a) de perto através da orientação educacional. Haja visto que consta no Regimento Escolar das Unidades escolares no Artigo 17, Parágrafo V, que é função do Orientador escolar “dar suporte aos alunos com problemas de relacionamento e estabelecer parcerias com as famílias, quando houver desconfiança de que a dificuldade de aprendizagem esteja em casa.”

385

A verdade é que a discriminação com pessoas de baixa renda ou que vivem na pobreza extrema é uma situação pertinente e cruel, e na escola principalmente, ser desvalorizado e desrespeitado, por causa de sua classe social é algo desumano, ninguém merece viver a mercê dos valores de uma sociedade maldosa e perversa.

[...]Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito[...] tem menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado as que mais dependem da escola para obter sua educação. (GENTILI,2008, p.11)

Ninguém deveria ser discriminado por não ter as mesmas oportunidades e não possuir o mesmo poder aquisitivo, mesmo porque muitos lutam e desejam sair da situação de pobreza, e acabam colocando toda sua esperança de mudar de vida na escola, e eles tem muito potencial o que lhes falta é oportunidade. Mas, infelizmente, neste país cidadãos empobrecidos ainda tem que percorrer um longo e doloroso caminho para fazer valer seus direitos e serem respeitados.







## Conclusão

Concluimos que a questão da pobreza nas atividades e ações formulados para atender ao público mais carente, não está sendo considerada como deve ser, com mais clareza e eficácia, tem que ser desenvolvida de maneira que o aluno(a) possa adquirir conhecimentos, habilidades e competências com facilidade, dizemos isso por ter observado a sutileza com que foi citada dentro da visão estratégica do referido PPP.

Efetivar uma correlação direta entre pobreza, PPP e currículo escolar sabemos que não é algo simples, é bastante desafiador, mais não impossível, mesmo porque com os avanços importantes na luta contra a pobreza, algumas políticas públicas foram desenvolvidas com o objetivo de amenizar o crescimento desse índice.

É importante que outros saberes sejam acrescentados ao currículo escolar tradicional, precisa ser reinventado e repensado, porque ainda existem culturas por ele silenciadas, e a questão do contexto histórico da reprodução da pobreza é uma delas, o que evidencia a falta de preocupação da formação humana dos coletivos empobrecidos.

Por isso a necessidade de articular teoria e prática, a partir de métodos de ensino mais flexível e de acordo com cada contexto social. Enfim, desenvolver meios que garanta a efetividade das ações previstas no PPP e nos currículos, atendendo também as expectativas de aprendizagem. Pois o currículo só será eficiente quando criar metodologias que proporcione a todos a compreensão da pobreza como resultado das relações sociais injustas.

386

## Referências

- ARROYO. Miguel G. Módulo IV. **Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação**. SECAD I, 2016.
- CANDAU. Vera. Vídeo: Salto para o Futuro in. Módulo II. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. SECAD I, 2016.
- GENTILI, Pablo. **Desencanto e Utopia: a educação no labirinto dos novos tempos**. Petrópolis, RJ; Vozes. 2008.
- Plano Político Pedagógico. **Centro de Ensino Médio Paulo Freire**. 2017.
- Regimento Escolar. **Elaborado por Coordenadores de Informações Educacionais, Certificações e Normatização**. SEDUC. 2012.





## **EVASÃO ESCOLAR E BOLSA FAMÍLIA: CAUSAS E PROCEDIMENTOS PARA O CUMPRIMENTO DESTA CONDICIONALIDADE DO PROGRAMA**

**Eliene Martins Lopes**  
**Verônica Dantas Meneses**

**Resumo:** A evasão escolar ainda se faz presente no Brasil e a pobreza tem uma grande participação. A fim de diminuir cada vez mais a evasão o Programa Bolsa Família apresenta como uma de suas condicionalidades o cumprimento mínimo de participação na escola para garantir o recebimento do benefício. É fato que a pobreza não é limitante do sucesso escolar, mas é um agravante e determina o fracasso de muitos jovens em condições de pobreza. O objetivo deste trabalho é analisar as principais causas de evasão escolar a fim de evidenciar formas de melhor atender a este problema social. Para coleta de dados foi feita uma observação participante. Como resultado dos estudos viu-se que a evasão escolar tem várias causas, mesmo com a implementação do Programa Bolsa Família. Algumas foram reduzidas, uma vez que é requisito para a manutenção da renda, mas outras dependem de uma atuação mais efetiva e multidisciplinar das escolas junto com outros setores, o que nem sempre é uma realidade.

**Palavras-chaves:** Evasão escolar; Bolsa família; Condicionalidades; Pobreza.

### **Introdução**

Durante cinco anos trabalhei em uma escola na zona sul de Palmas como coordenadora pedagógica, onde a maior parte dos alunos era de baixa renda, e também beneficiário do Programa Bolsa Família. Pude acompanhar muitos casos de alunos que passaram por lá e com isso os problemas de evasão escolar e baixa frequência. Mesmo nos casos em que os pais ou responsáveis estiveram em constante contato com a escola, não foi possível evitar a evasão e mantê-los em sala de aula.

Os motivos desta evasão relatada acima eram vários, muitas vezes por irem em busca do sustento, trabalhando para complementar a renda da família, por dificuldades de aprendizagem, outros por falta de estímulo ou até mesmo por falta de interesse entre outros problemas como cobranças sociais e a pressão pelo consumo, questões que são agravadas com a situação de pobreza.

Assim, percebe-se que o Programa Bolsa Família tem uma grande responsabilidade bem maior do que a distribuição de renda, conforme rege as próprias diretrizes do Programa que deve trabalhar com a prevenção e enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da vulnerabilidade social (BRASIL, 2015).

As condicionalidades do Programa devem garantir que a família tenha possibilidades de inclusão social. Este é um dos princípios do Programa. Além deste o PBF trabalha a intersetorialidade e a gestão descentralizada, que são condições importantes para o pleno





funcionamento do Programa e o alcance de seus objetivos. Assim, deve haver ação de vários setores na implementação do Programa.

Assim, o PBF precisa atuar nas bases, e no que diz respeito à educação precisa sair do âmbito teórico e mobilizar mais as escolas no cumprimento de suas condicionalidades. A gestão do Programa precisa garantir que a escola esteja integrada às diversas realidades vividas pelos alunos. Muito se faz na escola para motivar o aluno a superar a pobreza, as dificuldades e barreiras encontradas por eles e muito se tem a conquistar para que em um futuro não tão distante essa realidade seja diferente, onde a igualdade e as oportunidades sociais e profissionais sejam realmente para todos.

Este trabalho analisa o mecanismo das condicionalidades do Programa Bolsa Família—PBF, com ênfase no contexto de pobreza e contribuição para a Educação, a fim de entender se as contrapartidas que os beneficiários da bolsa devem cumprir são eficazes para a permanência do aluno beneficiado no programa e na escola. Especificamente pretende-se refletir sobre as causas da evasão e baixa frequência escolar e alguns enfrentamentos propostos pela escola.

De acordo com Gerbassi (2015, p. 8), apesar de o principal redutor da pobreza ser o crescimento dos mercados e da renda da população, outros meios podem contribuir para diminuir a pobreza e melhorar outros índices a ela relacionados, como a escolaridade. Assim, os programas de transferências condicionadas de renda, como é o caso do Bolsa Família, “têm mostrado bons resultados com impactos positivos diretos sobre a educação como: maior escolaridade; melhor desempenho cognitivo; menos trabalho infantil e menos gravidezes precoces” (GERBASSI, 2015, p. 8).

Entender como funcionam as condicionalidades dentro do programa bolsa família em relação à educação, quais as suas consequências para as famílias que não cumprem com seus deveres condicionais na área da educação, e também saber se é eficaz ou não o acompanhamento dessa condicionalidade nas escolas pelos coordenadores do Programa Bolsa Família responsáveis pela frequência escolar, e até que ponto os beneficiários são afetados com o não cumprimento das regras, são alguns questionamentos que moveram este trabalho.

Por se tratar de um programa que auxilia milhares de famílias de baixa renda em suas necessidades básicas, além de impulsionar e motivar a escolaridade, sendo esse um dos requisitos para continuar recebendo tal benefício, é então de grande importância saber sobre o





funcionamento e as condicionalidades na educação para a continuidade do recebimento da renda pelos beneficiários, e quais as consequências para o não cumprimento das regras.

### **Procedimentos Metodológicos**

Perguntamos neste trabalho entender como funciona e qual a importância das condicionalidades do programa na educação? Para isso vamos analisar como a condicionalidade frequência escolar do programa bolsa família se faz importante por se tratar de exigências e critérios para receber e permanecer como beneficiário. Com isso, é preciso verificar se estas exigências são cumpridas, como a escola trabalha para melhorar os índices de evasão e desmotivação dos alunos e quais os principais obstáculos para isso a fim de se trabalhar em melhorias do Programa.

Cada realidade possui aspectos diferentes de outra, e contextos que podem mudar os resultados. Assim, desenvolve-se nesta pesquisa uma reflexão sobre pobreza, educação e condicionalidades, abordando a frequência escolar como regra de permanência no PBF. O corpus de pesquisa é a Escola Municipal Jorge Amado, situada na zona urbana, no setor Santa Fé, na cidade de Palmas, no estado do Tocantins, com alunos do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental, alunos de famílias beneficiárias do PBF.

389

A metodologia consiste em levantamento documental e bibliográfico sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família para em seguida verificar na escola se elas são atendidas e se não são elencar as principais causas. Como base de estudos foram utilizadas pesquisas em diversos artigos para auxílio no desenvolvimento e conclusão da pesquisa, a coleta de dados escolhida foi a qualitativa, por se tratar de carácter exploratório onde se expressa o pensamento livre sobre o assunto estudado.

A pesquisa é de carácter qualitativo e utilizou como técnica a observação participante, uma vez que os dados vieram de observações a partir da realidade da escola acima citada quando a pesquisadora realizou a função de coordenadora pedagógica.

### **Resultados e Discussão**

É importante reforçar que o cumprimento das condicionalidades vai além dos benefícios práticos de manutenção do recebimento da renda, conforme Pires (2013, p.527):

ao levar em consideração os usos que as pessoas fazem das condicionalidades, foi possível perceber possibilidades de ganhos envolvidos em seu cumprimento que vão além dos efeitos práticos sobre a frequência escolar e a escolaridade dos filhos. Trata-se do fortalecimento dos sentimentos de pertencimento e reconhecimento







sociais por parte das beneficiárias dados pela efetividade no cumprimento das condicionalidades previstas no programa.

Mas muitas vezes os objetivos dos Programas Sociais como o PBF são difíceis de cumprir na prática. Assim, cabe investigar periodicamente os contextos de aplicação destes Programas e se estão alcançando os resultados esperados. A escola é uma instância onde podemos verificar estes resultados.

É preciso entender os motivos da ausência ou pouco rendimento do aluno em sala de aula para poder contribuir com o melhor resultado do Bolsa família. Observando a escola citada percebemos que vários motivos levam o aluno a fugir das salas de aula, um deles é precisar contribuir com as despesas da casa. Neste caso, em geral a escola trabalha com a mudança de turno, pois é possível trazer o aluno de volta e cheio de interesse e motivação.

Especialmente os adolescentes estão imersos em uma sociedade em mudanças aceleradas, com um apelo ao consumo extremo. O fato de não ter condições de comprar coisas modernas que outros alunos possuem se torna outro problema a ser enfrentado. Neste caso é preciso haver conversas e atividades em grupo para que todos entendam e aceitem uns aos outros com suas diferenças, sejam elas econômicas, sociais, de cor, raça e culturas.

O consumismo e as comparações que estas crianças e adolescentes fazem podem deixá-los até mesmo depressivos, o que pode causar problemas sérios desde isolamento e o abandono da escola, passando pelo envolvimento com drogas e com o crime e até mesmo a automutilação ou suicídio. A escola, nestes casos, deve trabalhar em parceria com outras unidades como a assistência social e de saúde.

390

Também existem aqueles que por dificuldades de aprendizagem se isolam, não assumem que tem essa dificuldade, se sentem deslocados e por isso se afastam da escola sem enfrentar esta realidade. Mas quando é feito um trabalho diferenciado com ele, dando mais atenção e encaminhando para aula de reforço é possível resgatar a autoestima e o interesse.

Existem alunos que por motivo de *bullying* deixam de frequentar as aulas, e a equipe da escola formada por coordenador e orientador logo que identifica a causa da ausência do aluno, deve ouvir o aluno vítima de *bullying*, orientando e encaminhado à outra turma de forma que venha a resolver o problema com o objetivo de retornar o aluno para a sala de aula.

Outro problema encontrado que pode impactar na frequência à escola é a gravidez. Acontece a situação de gravidez precoce por várias razões comportamentais e as meninas, inicialmente por vergonha e depois pelo impedimento de ir à escola, pois quando nasce a





criança a mãe não tem com quem deixar para poder retornar às aulas, acabam por desistir dos estudos

O envolvimento com drogas e com o crime é também uma forma devastadora na vida social e escolar do aluno. Faltam políticas públicas mais efetivas que venham combater a desigualdade social e garantir os direitos de nossa Constituição para que toda família tenha condições dignas de vida. Segundo Neri (2015) falta ao jovem estudante brasileiro tomar ciência do alto impacto exercido pela educação na ocupação e na renda e é preciso tornar as escolas mais atrativas, pois a desmotivação constitui um dos principais motivos da evasão.

Outro motivo que leva o aluno a não comparecer à escola sé a desestrutura da gestão do município, por exemplo quando o ônibus não consegue buscar os alunos na zona rural, seja por falta de manutenção no veículo, uma estrada sem condições de trafegar, por uma ponte que caiu ou outros descasos da gestão municipal e estadual.

Esses motivos citados e tantos outros que levam os alunos a não frequentarem a sala de aula devem ser detectados pela equipe escolar e repassados para equipe de referência e acompanhamento do CRAS, que trabalha com o aluno e sua família garantindo o retorno e buscando sanar toda dificuldade encontrada no dia a dia.

A importância de justificar a ausência do aluno com baixa frequência expondo o motivo da infrequência é essencial para que haja políticas públicas voltadas para atender às necessidades dos alunos, das famílias e até mesmo da comunidade em que esteja inserido o aluno.

391

### **Conclusões**

Concluiu-se que as condicionalidades como critério de permanência para recebimento do benefício vem garantir o acesso as ofertas dos serviços públicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Após estudos de trabalhos publicados, pesquisa com uma família beneficiaria e experiência profissional no âmbito escolar, conclui-se que a escola ao identificar a evasão convida os pais a comparecer em reunião para entender os motivos que levam o aluno a se afastar das atividades e em conjunto com os responsáveis soluciona-los.

Boa parte dos casos são sanados a partir desse encontro com os pais, podendo ser por mudança de turno ou turma, porém essa é a única ação utilizada pela equipe escolar pois para ações e resultados mais efetivos é preciso investir em estrutura e em equipes multicapacitadas dentro das escolas.





Assim, conforme analisa Soares (2011), a escola precisa estar mais estruturada, especialmente em contextos de pobreza, pois os alunos pobres tem mais dificuldades de adequar e ter sucesso educacional em uma escola que reproduz o sistema de educação baseado no mérito individual e que não dá o adequado apoio à população discriminada para que ela supra as exigências do sistema de ensino. Isto porque, apesar de se orientar nas diretrizes educacionais o respeito e atendimento às diferenças, na prática estes princípios são difíceis de atender, pois seria preciso mais investimentos na educação, maior valorização do professor e investimento em uma equipe multidisciplinar.

### Referências

- BRASIL. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). Brasília, 2015.
- GERBASSI, Túlio Neves. **Pobreza, educação e transferências condicionadas de renda**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas)-Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- SOARES, Kelma Jaqueline. **Pobreza e educação formal: a relação entre pobreza e política educacional no Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, p. 513-532, 2013.
- NERI, Marcelo (coord.). **O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

392

## A EDUCAÇÃO PARA OS ESTUDANTES QUE DEPENDEM DO TRANSPORTE FLUVIAL EM BABAÇULÂNDIA - TO

Elisabeth Martins Costa

**Resumo:** O objetivo desse Trabalho de Conclusão de Curso-TCC é apresentar a educação dos estudantes que dependem do transporte fluvial em Babaçulândia-TO. O intuito é apresentar o perfil socioeconômico, as dificuldades e potencialidades desse tipo de deslocamento até o espaço escolar e as condições de ensino-aprendizagem desses estudantes. A metodologia se desenvolveu através de análise teórica sobre a educação e pobreza e pesquisa de campo por meio de entrevistas e imagens. Por intermédio desse estudo foi possível identificar que alguns alunos moram no Maranhão e estuda no Tocantins, a maioria dos alunos são de baixa renda, porque possuem cadastro no Programa bolsa família do Programa Federal. Além disso, alguns alunos possuem dificuldades de aprendizagem em virtude do percurso e o tempo da viagem diária.

**Palavras- chave:** Transporte escolar. Pobreza. Aprendizagem. Educação.

### Introdução

O presente trabalho vem abordar, assuntos relacionados a historia da educação de Babaçulândia - TO, na década de 60; quando foi fundada a primeira Escola Batista e essa era única escola que existia no município.





Nessa época então começou a despertar tanto nos moradores que residiam na cidade de Babaçulândia, como também os moradores ribeirinhos que residiam às margens do rio, só que do lado do Maranhão que os alunos estudassem no Tocantins. Como estes viviam distantes tanto do Estreito como de Carolina, os pais decidiram matricular seus filhos nessa escola. Desde essa época os alunos atravessavam o rio em canoas para chegar até a escola. Com o passar dos anos veio o desenvolvimento da cidade e a expansão das escolas.

Entre elas a Escola Municipal Valdivino Paixão a partir da década de 80, localizada na Ilha de São Jose, na casa do senhor Valdivino Paixão. Era uma casa simples coberta de palha de babaçu a 60 km da sede do município, que atendia os moradores da ilha e também as famílias que residiam às margens do rio do estado do Maranhão e Tocantins.

Identificamos que mesmo depois do enchimento do lago muitas famílias continuam morando no que sobrou de suas propriedades e seus filhos continuam fazendo o mesmo percurso de suas casas até as margens do lago onde embarcam nas lanchas para chegar até as escolas estaduais e municipais localizadas na sede do município.

A pesquisa realizada nas localidades onde essas famílias residem constatou que algumas vezes por mês a lancha que faz o transporte escolar dessas crianças não chega até o local de embarque, devido à falta de combustível ou problemas mecânicos. Verificamos também que a distância que esses alunos percorrem a pé de suas casas até o local do embarque nas lanchas causa cansaço físico que provocam dificuldades de aprendizagem nesses alunos.

Além disso, a falta desse transporte escolar durante alguns dias por mês impede essas crianças de chegar até a escola gerando déficit de frequência escolar. Constatamos ainda que a maioria dessas famílias é beneficiárias do Programa Bolsa Família. E algumas famílias que residem no Maranhão recebem esse benefício no Tocantins.

### **Procedimentos Metodológicos**

O período delimitado para o desenvolvimento da pesquisa vai de 2016 a 2017.

A partir do recorte temporal determinado, definimos procedimentos metodológicos para encaminhar a pesquisa.

O primeiro deles implica o levantamento e a análise da produção acadêmica entre 2016 e 2017. Verificamos as abordagens, a que conclusões os intelectuais chegaram e como discutem a relação entre o PBF e a educação no Brasil. O segundo trata de levantamento e análise da documentação nacional relativa ao Programa, como relatórios, cartilhas, legislação,







normas, relacionadas à educação e ao transporte fluvial em Babaçulândia. Em terceiro lugar, são analisados documentos do Banco Mundial sobre pobreza, direcionados ao Brasil no contexto de igualdade educacional.

Portanto, a pesquisa se deu por meio de uma metodologia qualitativa de análise da documentação selecionada, trabalhos a campo e entrevistas com algumas pessoas da cidade de Babaçulândia.

### **Resultado e discussão**

Na pesquisa de campo pude observar que as famílias desses alunos ribeirinhos são beneficiárias do programa de transferência de renda Bolsa Família, que garante o pagamento de benefícios em dinheiro diretamente as famílias cadastradas nos Programas Sociais do Governo Federal, que é direcionado para famílias de baixa renda para custear despesas de alimentação vestuário e material escolar para que as crianças permaneçam na escola e a família receba acompanhamento das equipes locais de assistência social visando às melhorias sociais dessas famílias tais como educação saúde moradia geração de renda qualificação profissional e emancipação dos cidadãos beneficiados pelo programa.

No contexto presente, o PBF se configura como o programa social de maior envergadura do Governo Federal, atendendo, em 2008, a mais de 11 milhões de famílias, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. A região Nordeste concentra a maior quantidade de benefícios pagos pelo Programa Bolsa-Família em nível nacional, equivalente a 58,9%, percentual bem acima das estimativas de famílias pobres na região, que é de 46,9%. Apesar das críticas relacionadas ao uso político-eleitoral do programa, o grau de focalização e a eficácia do PBF na redução da pobreza e das desigualdades sociais são pontos reconhecidos por diversos estudos (p.e, Soares et alii, 2006; Oliveira et. alii, 2007).

Este debate enseja o conceito de capital humano, que trata da investigação sobre as condições ideais de adequação do trabalho ao capital físico e tecnológico acumulado pelo sistema econômico. Assim, a Educação compõe o capital humano como o elemento fundamental para a qualificação individual dos trabalhadores, bem como de facilitação da realocação da força de trabalho nos setores mais produtivos da economia (Langoni, 1975).





## Considerações Finais

Diante do estudo realizado, conclui-se que o transporte escolar ajuda muitos alunos brasileiros, porém ainda deve ser melhorado. Principalmente, mais fiscalizado, para que haja segurança no traslado desses alunos.

Ainda há a necessidade de um maior número de veículos à disposição dos pequenos municípios para que faça o atendimento a toda à população carente em idade escolar. Há de se destacar que o Poder Público deve priorizar além da educação de qualidade que é direito de todo cidadão, as condições necessárias para que as crianças e jovens usufruam do ensino para melhores condições de vida educacional, cultural e profissional.

Portanto, nestes termos, os investimentos educacionais das famílias devem contribuir para uma maior compreensão dos laços que ligam a população pobre aos outros setores da sociedade, criando oportunidades para a formação de uma nova consciência cidadã e reforçando os compromissos do Estado brasileiro com a superação da nossa persistente pobreza.

## Referencias

LANGONI, Carlos Geraldo. **A economia da transformação**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.

OLIVEIRA et alii. **Primeiros resultados da análise da linha de base da pesquisa de avaliação de impacto do Programa Bolsa-Família**. In. VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Romulo (orgs.). **Avaliação de Políticas e Programas do MDS– resultados**. Brasília: SAGI/MDS, 2007.

395

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E RENDIMENTO ESCOLAR: ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA NO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MIRANORTE

Elza Neres dos Santos

Layanna Giordana Bernardo Lima

**Resumo:** O presente artigo apresenta a problemática da relação entre o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família (PBF) e o rendimento escolar de seus beneficiários, de forma que a partir desta pesquisa seja possível compreender se o Programa Bolsa Família tem possibilitado ou não a melhora no rendimento escolar dos beneficiários do município de Miranorte-TO, bem como tem contribuído da superação da vulnerabilidade social. Esta pesquisa tomou como base a questão: Quais os impactos do PBF no rendimento escolar dos beneficiários? Nesse sentido, objetivou-se analisar especificamente os impactos do Programa Bolsa Família sobre os indicadores educacionais, verificando se há diferença entre o desempenho escolar de alunos beneficiários e não beneficiários do Programa, para compreender se o mesmo tem gerado resultados no desempenho escolar dos alunos pertencentes às famílias beneficiárias. Para tanto, este estudo foi efetivado mediante a pesquisa bibliográfica, que fundamentou teoricamente toda a discussão, e a pesquisa de campo realizada nas Escolas Municipais de Miranorte-TO. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados as atas de resultados finais dos estudantes referentes aos anos de





2013 a 2016, relação de alunos beneficiários do PBF, bem como foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os diretores das escolas, um professor e uma família beneficiária do PBF. Os resultados da pesquisa demonstraram o Programa da Bolsa Família possibilita a ampliação de direitos sociais básicos, e embora tenha efeitos positivos para a melhoria da vida de famílias que estão na condição de pobreza e extrema pobreza, o programa é insuficiente para modificar o quadro da desigualdade social no país.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Educação. Rendimento escolar. Vulnerabilidade social.

## Introdução

O presente trabalho destaca a relação entre o Programa Bolsa Família e o rendimento escolar de seus beneficiários que frequentam as Escolas Municipais de Miranorte-TO, além de ressaltar como o Programa tem contribuído para a superação da vulnerabilidade social das famílias pertencentes ao mesmo.

O Programa Bolsa Família (PBF) constitui-se em uma das políticas de maior alcance no Brasil, o qual foi criado no ano de 2003, a partir da unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio gás.

Conforme a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004), o referido Programa objetiva a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em específico, de saúde, educação e assistência social; o combate a fome e promoção da segurança alimentar e nutricional; o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e o combate a pobreza.

Esta pesquisa resultou da combinação de outra, pois é bibliográfica e de campo. Na primeira tem-se como base para a interpretação das informações, autores como Silva (2007), Lima e Silva (2008), Rego (2013), dentre outros. A segunda (de campo) efetivou-se mediante a realização de entrevistas semiestruturadas com os diretores das escolas municipais de Miranorte- TO, um professor e uma família beneficiária do PBF, bem como foi feita a análise dos dados referentes aos índices de aprovação/reprovação dos beneficiários e não beneficiários do Programa.

O artigo foi estruturado em três tópicos, sendo que iniciou-se o trabalho com o texto introdutório, com o objetivo de situar o leitor quanto a proposta da pesquisa. Na sequência, buscou-se de forma sucinta fazer uma contextualização histórica sobre os Programas de transferência de renda no Brasil.

Posteriormente, fez-se a apresentação dos dados referentes às entrevistas com diretores escolares, professor e família beneficiária do Programa, bem como das taxas de aprovação e





reprovação dos beneficiários e não beneficiários do PBF das escolas municipais, culminando com as considerações finais.

### **Procedimentos Metodológicos**

Após o levantamento bibliográfico sobre o tema, foi realizado o mapeamento dos documentos relativos ao Programa Bolsa Família e aos estudantes beneficiários. Os documentos impressos e digitais, como as leis e decretos federais, que tratam da criação e regulamentação do Programa Bolsa Família, atas de resultados finais, forneceram dados referentes às características do Programa Bolsa Família, sua concepção enquanto programa social, as condicionalidades, número de beneficiários, valores do benefício, resultados de aprovação/reprovação dos beneficiários e não beneficiários dentre outros.

Além da utilização da pesquisa documental, utilizou-se a entrevista semiestruturada com os diretores das escolas municipais, professor e família beneficiária. Para o registro das falas das entrevistas fez-se o uso de gravações por meio de equipamento eletrônico (celular), sendo as mesmas arquivadas separadamente, recebendo cada uma o nome fictício, os quais se encontram na análise das entrevistas presentes no penúltimo tópico do artigo.

### **Resultados e Discussão**

Considerando que o PBF possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações complementares, pode-se dizer que o primeiro elucida que a transferência de renda possibilita que a pobreza seja aliviada de imediato; o segundo expressa que as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e o terceiro ressalta que as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias de modo que os integrantes possam superar a situação de vulnerabilidade.

Assim, o acompanhamento que o MEC realiza, em parceria com estados e municípios, tem por objetivo combater o abandono e a evasão escolar e, desse modo, estimular a permanência e progressão escolar das crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a gestão do PBF também é descentralizada e a área da educação é responsável pelo acompanhamento do acesso e permanência dos estudantes beneficiários nas escolas.







Diante dessa perspectiva, buscar-se-á apresentar a análise feita a partir das entrevistas realizadas, bem como dos resultados obtidos através das taxas de rendimentos das Escolas pesquisadas.

Na entrevista realizada com uma família beneficiária do PBF pode-se perceber que quanto ao perfil socioeconômico e cultural a entrevistada relatou que a família reside em casa alugada, sendo o pai o principal provedor da família, e que às vezes trabalha na zona rural. A família é composta por 7 (sete) pessoas. A entrevistada disse que a renda familiar é de R\$ 597,00 provenientes do benefício do PBF e o restante é complementado com os “bicos” feitos pelo pai e pelo trabalho de recepcionista realizado pela mesma.

Referente às questões do bloco Pobreza, a entrevistada disse que pobreza “é ter falta de dinheiro, não ter recursos para a educação, não ter moradia própria e não ter o que comer”. A mesma disse que para enfrentar as dificuldades advindas da pobreza tem procurado trabalho para ajudar na renda da família e recentemente conseguiu uma vaga temporária como recepcionista.

No que diz respeito ao Programa Bolsa Família a entrevistada relatou que a responsável pelo benefício é mãe, que não estava na residência no momento da entrevista, citou que tomou conhecimento do programa pela mãe quando fez o cadastro na Assistência Social e avalia o impacto do PBF tanto na educação quanto na renda familiar como bom, pois ajudou na compra do material escolar da entrevistada e de mais quatro irmãos, bem como melhorou a renda, pois com o benefício conseguiram comprar o básico para a alimentação, roupas, calçados e materiais escolares.

Em se tratando do bloco sobre Educação, a entrevistada falou que as crianças em idade escolar na família frequentam a escola normalmente, o desempenho na escola tem sido bom, houve mudança no desempenho dos estudantes depois de receber o Bolsa Família, pois agora podem comprar os materiais para fazer os trabalhos escolares.

Na entrevista realizada com uma professora que atua na rede estadual e municipal de Miranorte, a mesma informou que tem 13 anos de experiência como professora.

A professora expôs seu ponto de vista sobre o bolsa família relatando que o programa “é uma ação necessária, porque já é identificado que existe a extrema pobreza”, e frisou que “no Brasil deve ter uma fiscalização maior, pois tudo que envolve dinheiro tem uma malandragem, e existem famílias que precisam do benefício, fazem o cadastro e não são





selecionadas, enquanto outras famílias que não tem o perfil para o programa recebem o benefício”.

Esse ponto destacado pela entrevistada, sobre famílias que estão fora do perfil para o recebimento do benefício, tem sido discutido com frequência no município, principalmente nas reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que é a instância de controle social responsável pelo acompanhamento do PBF. Estou Coordenadora do PBF na Educação, além disso, estive participando por dois mandatos do CMAS e sempre que os conselheiros analisavam as listas de beneficiários, eram identificados aqueles que não tinham perfil e o Conselho orientava o Gestor do PBF a realizar a visita domiciliar para informar sobre o desligamento voluntário, mas em vários casos a pessoa responsável familiar não queria fazer o desligamento voluntário.

Ao fazer a comparação com os alunos bolsistas e os não bolsistas, a professora destacou que “Tem aluno que não percebe essa diferença não, mas percebe o aluno que está na extrema pobreza e a extrema pobreza vai além da fome, tem toda uma desestrutura familiar e tem aluno com esse comportamento de introspecção, mas tem as exceções também, tem alunos que são extremamente carentes e são disciplinados, fazem as atividades direito, são responsáveis, é muito relativo dizer que um aluno do bolsa família desenvolveu e um que não é bolsista não desenvolveu, até porque estão todos juntos e sofrem as influências da sociedade”.

399

Na opinião da professora a Bolsa Família traz benefício para a vida social desses alunos, “mesmo que pouco o benefício melhora o poder de compra, com ele conseguem comprar o material escolar, entre outros”.

Em relação à questão se houve alguma diferença no desempenho escolar dos alunos que recebiam a Bolsa Família e não recebem mais, a professora disse que não conseguiu observar se houve diferença no rendimento escolar dos mesmos.

A seguir serão apresentados, resumidamente, os resultados das taxas de aprovação e reprovação, de modo que a identificação de cada Escola será feita mediante as letras A, B, C, D, E e F objetivando assim a preservação da identidade das referidas Unidades de Ensino.

Nesse sentido, conforme a Tabela 1 verificou-se os resultados obtidos anualmente, de 2013 a 2016, e pôde-se perceber que a taxa de aprovação no ensino fundamental, na maioria, das escolas melhorou entre os anos de 2013 a 2015 e na última medição todas obtiveram uma





queda no percentual. Quanto à taxa de reprovação observou-se o contrário, ou seja, diminuiu nas três primeiras medições e na última aumentou.

**Tabela 1 - Taxa de Aprovação e Reprovação do Ensino Fundamental (em%)**

UNIDADES DE ENSINO	TAXA DE APROVAÇÃO				TAXA DE REPROVAÇÃO			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
A	84.6	88.1	93	89	14.8	11.5	6.8	11
B	84.7	92.2	93.4	87.6	12.9	7.8	5.9	11.6
C	91	84.1	93.5	87.5	9	15.9	6.5	12.5
D	86.4	98.4	98.8	95.5	9.3	1.6	0	4.5
E	91.4	95	97.4	88.7	8.6	5	2.6	11.3
F	76.7	80	91.1	84.9	22.6	20	8.9	13.8

FONTE: PDDE Interativo/Educacenso

A partir do conhecimento dos dados gerais das taxas de rendimentos das Escolas pesquisadas, buscou-se destacar o percentual de aprovação e reprovação dos alunos beneficiários do PBF por Escola, esses resultados foram obtidos mediante a análise das Atas de Resultados Finais comparadas com a relação de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, no qual, em 2014 a Unidade de Ensino C de um total de 11 (onze) alunos reprovados, que correspondem a 15.9%, 8 (oito) foram identificados como pertencentes a famílias beneficiárias do PBF, culminando no percentual de 10.9%.

400

Vale destacar que Unidade de Ensino “C” está localizada na periferia da cidade, oferta o ensino da Pré-Escola e Ensino Fundamental Anos Iniciais. A infraestrutura não está totalmente adequada. A maior parte dos docentes possui formação em nível superior. O público alvo reside nas proximidades da escola e em sua maioria pertencem a famílias de baixa renda. Em 2014, possuía 85 alunos matriculados, dos quais 73 eram beneficiários do Programa Bolsa Família.

Com base nos relatos da direção da referida Escola os problemas mais recorrentes e que influenciaram nos resultados são os seguintes: Fome - algumas crianças não têm alimentação suficiente em casa e na Escola têm o complemento com a merenda escolar; alunos faltosos; indisciplina; pouco acompanhamento dos pais na rotina da escola; e





desestrutura familiar - algumas crianças não vivem com os pais, que em vários casos são usuários de drogas, e moram com parentes próximos (avós e/ou tios).

### Considerações Finais

A partir dos pontos explicitados neste estudo e da análise dos dados apresentados, pode-se inferir que o Programa da Bolsa Família possibilita a ampliação de direitos sociais básicos, e embora tenha efeitos positivos para a melhoria da vida de famílias que estão na condição de pobreza e extrema pobreza, o programa é insuficiente para modificar o quadro da desigualdade social no país.

### Referências

- BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, 2004.
- LIMA, Antônia Jesuíta de; ...[et al.]; Maria Ozanira da Silva e Silva (coord.). O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí. São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008.
- REGO, Walquíria Leão; Alessandro Pinzani. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

## **BOLSA FAMÍLIA, POBREZA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE À POBREZA E PERMANÊNCIA EM SALA DE AULA.**

**Emival Sousa Carvalho**

**João Batista de Jesus Felix**

**Resumo:** Este artigo relata a contribuição do programa bolsa família com alunos beneficiários da Escola Paroquial Cristo Rei, no que diz respeito a distribuição de renda e permanência das crianças beneficiárias do programa na escola, analisando o papel das políticas públicas no que diz respeito ao assistencialismo social, desempenhando um fator de desenvolvimento e inclusão de crianças e jovens das classes menos favorecidas. Contribuindo assim para a permanência escolar e diminuição da pobreza. O processo pelo qual estudaremos essas temáticas terá como embasamento diversos autores que estudam e tem estudado o papel das políticas públicas, observando a relação entre bolsa família pobreza e educação.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, Pobreza, e Educação

### Introdução

O aprendizado alcançado nos módulos foi importante, pois a riqueza de informações presente em cada texto e em cada vídeo, contribuiu de forma significativa na construção desse conhecimento e desse aprendizado, permitindo assim um embasamento teórico essencial para a construção deste artigo.







O modo de pensar o sujeito, enquanto ser social que está inserido no mundo, reconhecendo sua importância e sua existência, percebendo o quanto é latente a pobreza foi um tema bastante discutido. Segundo Arroyo (2013), “a pobreza é uma das realidades mais persistentes” (Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/capitulo1.html>. Acesso em 02/08/2017). Essa é uma verdade, que vamos lidar mais de perto, na construção desse conhecimento e estudo do tema. Durante as leituras dos conteúdos do módulo, é que percebemos o quanto essa temática, pobreza, nos rodeia.

As leituras dos textos e os vídeos assistidos no curso fazem um apanhado por todos os caminhos vivenciados pela pobreza, dos homens e das mulheres mergulhados em condições precárias de sobrevivência. Discussão sobre fome, valores, assistencialismo, programas de ajuda a pobreza como o bolsa família, escancarando esse universo que é a pobreza.

Os valores mais uma vez surgem nessa interpretação, que pobre se contenta com qualquer coisa, mas ele precisa conhecer mais, outros horizontes se descobrir enquanto pessoa.

Um ponto e que me chamou atenção e que eu achei incrível foi a concepção, a definição feita por Paulo Freire (1997), “adaptação ao mundo e inserção no mundo” (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ny20UdRJpoM>> Acesso em 29/10/2016) aqui ele faz uma explicação, uma distinção dos termos adaptação e inserção.

402

É nesse ponto que procuro relacionar o papel da educação na sociedade, o homem e a mulher têm a capacidade de se adaptar ao meio em que vive, mas só pela educação se tem a possibilidade de se inserir no meio em que vive.

Dessa maneira, a partir dessa inserção, esses homens e essas mulheres terão capacidades de transformar seus espaços, não como adaptação e sim como inserção, modificando a forma de pensar e agir dentro desta sociedade.

Minha formação enquanto educador, após esses estudos me fez acreditar ainda mais que a educação é a ferramenta que temos disponível na superação dessa triste situação de milhões de brasileiros.

A pobreza será nosso material de estudo no decorrer do curso e temos material humano vasto nos esperando para serem estudados e futuramente modificado, acreditando em seus valores e superações.

Segundo Rocha (2008), “não é só com a transferência monetária que se elimina a pobreza e a desigualdade de renda, pois estas têm caráter multidimensional”. Duas coisas são





fundamentais, ou seja, para um país em desenvolvimento como o Brasil, um país que ainda se tem uma renda média baixa, uma massa de pessoas que ainda estão numa faixa baixa de renda.

As políticas públicas, como o Bolsa Família que tem como função principal combater a miséria, e isso se faz, o que não acontece com a política pública é a partir desse ponto é fazer acontecer uma mobilidade social significativa, e isso não é só questão de transferência de renda e sim uma questão de política estruturada.

Cabe aos órgãos competentes, o poder público especificamente, nesta conjuntura de pobreza, de desigualdade, buscar novos meios de superação de barreiras existentes na sociedade, que acabam distanciando os excluídos dos acessos aos bens e serviços.

Conforme afirma Pessaro (2002):

[...] O sucesso de uma política social, dentre outros fatores, da magnitude dos recursos envolvidos na execução e, principalmente, do correto emprego desses recursos. Portanto, a seleção dos potenciais beneficiários, ou seja, o foco da política, é elementar para se iniciar a avaliação do grau de deficiência da ação desenvolvida.”

Para compreender o pensamento do autor, é necessário que se faça uma reflexão, nesse contexto a contribuição do Bolsa Família como alternativa de beneficiar as famílias de baixa renda, propiciando-lhes a oportunidade de promoção social, por meio da educação.

403

A condição social de excluído que mantém a existência da pobreza, alimenta e deixa evidente essa condição humana, a qual a maioria está inserida. Compreender e entender os mecanismos que os mantêm nessa classe desfavorecida, esse é o desafio maior dessa formação, buscando assim caminhos que nos façam avaliar e procurar soluções que diminuam esse abismo entre essa população de marginalizados que vivem em condições subumanas.

A garantia de uma sociedade cidadã envolve todo um processo histórico. Segundo Leão Rego e Pinzani, (2013), “a existência da cidadania como situação histórica supõe, necessariamente, um complexo de condições políticas, sociais, econômicas e culturais” (Leão Rego e Pinzani, 2013, p.9).

Se uma sociedade não oferece essas condições ela peca na construção desse cidadão, quando esses elementos não são aplicados como um todo na formação desse sujeito teremos falhas graves na construção de uma sociedade justa.

Se o cidadão não tem acesso a todos os benefícios existentes em uma sociedade, essa está falhando, principalmente no quesito democracia. Segundo Leão Rego e Pinzani, (2013), “Por exemplo, se uma sociedade não garante que todas as pessoas tenham as mesmas





oportunidades de acesso ao bem-estar, à cultura e à educação em sentido amplo, tal sociedade apresenta déficits enormes de democratização de sua estrutura social e política” (Leão Rego e Pinzani, 2013, p. 9).

A construção da cidadania passa pelo conhecimento dos direitos de cidadania. Quando o cidadão não tem acesso aos seus direitos básicos, tais como, educação, ele jamais terá uma formação e uma base educacional que o torne um cidadão pleno.

Os elementos pobreza e cidadania serão nosso material de pesquisa. E através desta esperamos contribuir para a melhor compreensão desses fatores.

O processo metodológico deste trabalho aconteceu por meio de leituras e análises de teóricos que estudam essa temática, tendo como base de estudo dos módulos e vídeos apresentados durante o curso, partindo de uma análise mais profunda e detalhada de todo material estudado.

Através de um aprofundamento nas questões sociais, como pobreza e cidadania faremos uma exploração mais detalhada das questões sociais que ora se apresentam, detalhando as suas causas e consequências.

### **Procedimentos Metodológicos**

Neste momento do artigo vamos falar do alunato da Escola Paroquia Cristo Rei, de Tocantinópolis, no intuito de demonstrarmos o que pensamos sobre Bolsa Família e a construção de uma cidadania mais consciente.

Quanto ao desempenho escolar dos alunos beneficiários do programa bolsa família, que estão matriculados na Escola Paroquial Cristo Rei, podemos afirmar que são os melhores possíveis.

No ano de 2016 a escola contava com 354 alunos matriculados, dentre esses alunos 223 (63%) eram beneficiários do Programa Bolsa Família. Desse total de alunos tivemos 290 (82%) aprovados. Alunos aprovados do Programa Bolsa Família foram 169, um percentual de 58,87%, ou seja, um rendimento escolar bastante relevante.

A pesquisa foi realizada através de coleta dos nomes dos alunos que são beneficiários do programa e de análise de dados e registros em atas de resultados finais e diários de classe, junto a secretaria da Escola Paroquial Cristo Rei.

O trabalho teve como base ainda uma entrevista feita com a mãe de uma aluna beneficiária, justificando a necessidade de ter o bolsa família e a importância do programa na formação escolar da sua filha. Alguns fatores, segundo ela, contribuem de forma direta. As





crianças em idade escolar na família frequentam a escola normalmente, o desempenho na escola melhorou bastante nos últimos anos, o rendimento escolar melhorou quando passamos de receber o Bolsa Família, as filhas frequentam mais a escola.

Em relação ao desempenho escolar, as famílias entrevistadas reconhecem que o Programa Bolsa Família incide de forma positiva na vida deles. Alguns fatores, segundo elas, contribuem de forma direta: o medo de perder o benefício como um dos fatores que auxiliam os alunos a permanecerem na escola, maior motivação por parte dos alunos em estudar e terem mais condições financeiras de comprar materiais escolares, roupas e calçados. Os professores também reconhecem a importância do programa, pois o mesmo obriga as crianças a frequentarem regularmente a escola e a responderem por certas exigências.

### Resultados e Discussão

A reflexão em torno dessa temática: pobreza e cidadania aconteceu a partir da observação e leitura de alguns teóricos, tais como Miguel Arroyo e Paulo Freire de onde veio o questionamento.

O combate à fome e à miséria, no Brasil, passa pela criação de programas sociais consistentes, contínuos, sem a conotação de uma mera transferência de renda que não toque nas estruturas que promovem e assegurem a desigualdade social. Em nossa opinião, as políticas sociais de governo só teriam êxito consolidado se combinassem políticas de transferência de renda e mudanças estruturantes nas relações socioeconômicas, que englobem também ações emergenciais e educativas, como qualificação profissional”

Segundo Arroyo (2013), “a pobreza existe, e não só existe mas ela persiste” (Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/capitulo1.html>. Acesso em 02/08/2017). Ou seja, a pobreza é uma realidade que está a nossa volta e ainda seguindo o pensamento de Arroyo:

“Eu vou insistir muito que não só a pobreza existe, mas ela persiste. Persiste. É um dos fenômenos históricos sociais mais brutais, que até hoje no século XXI, com todo o progresso da humanidade, continua nos persistindo e cutucando”.<sup>16</sup>

Essa é uma verdade, que vamos lidar mais de perto, na construção deste artigo.

Na música Comida, do grupo Titãs, em álbum lançado em 1987, temos a seguinte frase “a gente não quer só comida, a gente quer comida diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte”. Como a música afirma, as pessoas

<sup>16</sup> Acesso em 14/10/2016 <https://youtu.be/7fHI8mZrDSw>







necessitam de muito além do que comida, pode-se dizer que elas querem que as capacite para serem questionadoras e sabedoras dos seus direitos.

### Considerações Finais ou Conclusão

Para compreender o fenômeno social que é configurado pela pobreza e a desigualdade, não podemos deixar de lado o fator educação, que de todas as formas está presente na construção do ser humano, enquanto ser social e cidadão, sendo a ferramenta que vai formar sujeitos capazes de serem atores dos seus destinos.

Para diminuir essa lacuna entre pobreza e cidadania, temos um caminho que é a educação e para que aconteça essa mudança, somente a distribuição de renda através do programa Bolsa Família não é suficiente. Volto a afirmar que é necessário que se crie estratégias que formem um cidadão mais questionador.

No dia a dia dentro da escola, nos deparamos com crianças que vêm de realidades distintas, que trazem consigo histórias e exemplos de quem convive de perto com as mazelas da sociedade. Repensando o papel da educação, esta é fundamental na formação do homem e da mulher, enquanto ferramenta de construção e libertação.

### Referências

ARROYO, Miguel G. Reconhecer a existência da pobreza. Disponível em: <<https://youtu.be/7fHI8mZrDSw>> Acesso em 14/10/2016

ARROYO, Miguel G. **Pobreza, Desigualdades e Educação**. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/abertura.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2016.

FREIRE, Paulo. **O ser humano em adaptação**. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/capitulo1.html>>. Acesso em 29 de outubro de 2016.

LEÃO REGO, Walquiria D.; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.

## DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE OS PROBLEMAS DOS ESPAÇOS FÍSICOS NA ESCOLA M. V.R.F.C. EM ARAGUAÍNA-TO.

Eudarcia Silva Barros

**RESUMO:** O presente trabalho com o tema, Direitos Humanos e Inclusão: um olhar sobre os problemas dos espaços físicos na Escola M.V.R.F.C. em Araguaína-TO é fruto de inquietações e reflexões advindas da EPDS, Com base neste tema se pretende fazer uma análise sobre o cumprimento dos DH (Direitos Humanos) nas Escolas públicas, que nos possibilita fazer uma análise sobre a importância da estrutura física para uma educação de qualidade e faremos um breve questionamento sobre a inclusão dos alunos com necessidade especiais na rede pública de ensino. Através dos estudos teóricos baseados no texto do autor Erasto Fortes Mendonça (2015), assim como na lei de Diretrizes e Bases 9394/96 e outros autores que relatam sobre o assunto em tese.





**Palavras-chave:** Direitos Humanos, Inclusão e Espaço Físico.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho com o tema, Direitos Humanos e Inclusão: um olhar sobre os problemas dos espaços físicos na Escola M.V.R.F.C. em Araguaína-TO é fruto de inquietações e reflexões advindas da Especialização em Pobreza e Desigualdade Social EPDS, tendo como principal desafio de pesquisa, fazer uma análise sobre o cumprimento dos DH (Direitos Humanos) na Educação, em especial nas Escolas públicas de Araguaína no Tocantins. Os estudos teóricos foram baseados no texto do autor Erasto Fortes Mendonça (2015) e outros autores que relatam sobre esse assunto.

A partir dessas observações e discussões, este estudo tem como objetivo mostrar a importância do espaço físico no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças no âmbito escolar, especialmente das crianças com necessidades especiais. Como objetivos específicos da pesquisa, podemos citar: Desenvolver, juntamente com os educadores, pais e comunidade local, projetos no âmbito escolar com temas relacionados à Educação, Direitos Humanos e Inclusão; Contribuir através da educação no amparo de informação e conscientização da eficácia do cumprimento dos Direitos Humanos, para todo cidadão, independente do padrão social que ele esteja inserido e identificar e analisar as condições físicas de uma escola pública para atender alunos com necessidades especiais.

407

Justifica-se esse estudo ao detectarmos que a falta do espaço físico adequado ocasiona problemas no desenvolvimento escolar, na qual vem causando vários transtornos para o alunado, como por exemplo, a dificuldade na locomoção de alunos com necessidades especiais, entre eles, cadeirantes, deficientes Visuais, autistas, entre outros.

Assim sendo a Escola M.V.R.F.C. tem um percentual significativo de alunos com necessidades especiais, ou seja, a inclusão desse alunado ocorreu não só nessa escola, mas em todas da rede pública, sendo que na maioria das escolas não havia uma estrutura que oferecesse um ensino de qualidade para seu alunado, que é um DH garantido por Lei para todos os cidadãos, sendo igualmente para os com necessidades especiais.

A metodologia foi baseada na pesquisa teórica e de campo por meio de um projeto de esclarecimento sobre os Direitos Humanos com a população local vinculada a Escola.

Este trabalho está dividido em três partes, sendo elas, no primeiro momento fizemos um breve contexto sobre os Direitos Humanos direcionados a educação e o segundo momento foi a contextualização da Inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede pública de





ensino. Finalizando, no terceiro capítulo com a importância da Efetivação dos Direitos Humanos na Escola M.V.R.F.C, onde relatamos sobre a importância do espaço físico para o ensino aprendizagem de todos e, especialmente na educação inclusiva como parte dos Direitos humanos, fundamentando teoricamente e mostrando os problemas relacionados ao espaço físico do objeto de estudo.

O trabalho foi de grande importância no sentido de conscientizar a comunidade local de seus Direitos humanos garantidos por “lei”, deixando-os conscientes da realidade da escola pesquisada e colaboramos para o conhecimento sobre a importância do espaço físico para se promover um ensino de qualidade e mostrando um pouco da realidade educacional brasileira, especialmente para aqueles que necessitam de um ensino especial.

## **2 Contextualização sobre a relação entre educação e direitos humanos**

Relacionando Direitos humanos e educação no Brasil, essa área se coliga nos seguintes documentos, na Constituição Federal 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996, nos Parâmetros Curriculares da Educação e a partir de 1997 e no Plano.

Nacional de Educação em Direitos Humanos 2003 e 2006. Estes documentos estabelecem as diretrizes e ações direcionadas ao desenvolvimento cidadã. Portanto Mendonça (2015) relata que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos propõe experiências que são proeminentes para a vida da comunidade escolar

Portanto evolução dos direitos humanos veio para garantir ao cidadão uma sociedade menos desigual, onde o cumprimento do mesmo é fundamental para garantir que o ser humano tenha uma vida justa, digna, lembrando que muitos cidadãos não têm acesso a esse direito, nem se quer a uma educação de qualidade.

Direitos humanos são os direitos básicos de todos e qualquer cidadão, estando garantido por lei, que precisa ser respeitado por todos os habitantes do mundo.

Neste sentido, a educação se torna uma das ferramentas importante a ser utilizada com compromisso de desempenhar seu papel na construção e no desenvolvimento do cidadão, a mesma sendo responsável pela defesa é eficácia do cumprimento dos Direitos Humanos.

### **2.1 Inclusão dos alunos com necessidades Especiais na rede Pública de Ensino**





A inclusão dos alunos com necessidades Especiais na rede Pública de Ensino surgiu na tentativa de diminuir a exclusão desses alunos ditos especiais, onde por muitos anos foram vistos como incapazes de serem introduzidos nas Escolas Comum ou Regular.

Inclusão insinua fundamentalmente respeitar as limitações individuais de cada individuo demonstrando seu valor é suas habilidades, pensando no que é melhor para o próximo como se este fosse você mesmo.

Lembrando que as escolas públicas na sua maioria não possuem uma estrutura física que comportem nem os alunos ditos “normais”, quanto ao menos os que necessitam de um de um atendimento especializado é um espaço que atendam suas necessidades especifica. Ressaltando que dentre de alunado especial estão os cadeirante, deficientes visuais entre outros. Na visão de Santos e Nunes (2008):

A inclusão exige uma transformação da escola, pois depende a inserção no ensino regular dos alunos com quaisquer déficits e necessidades. A inclusão exige rupturas. No sistema educacional da inclusão cabe à escola se adaptar as necessidades dos alunos e não aos alunos se adaptarem ao modelo da escola. (SANTOS e NUNES, 2008, p.53).

Portanto será um grande desafio para educação enfrentar para poder garantir que a Inclusão ocorra nas escolas públicas como esta previstas nas “Leis”, onde os indivíduos com necessidades educacionais especiais tem o direito à inclusão na rede pública de ensino.

409

### **3. A importância da efetivação dos Direitos Humanos na Escola M.V.R.F.C.**

Primeiramente buscamos fazer uma relação entre o tema Direto humano relacionado à Educação é também o espaço na qual os indivíduos envolvidos possam desfruta por igual é universalmente. De acordo com Mendonça (2015):

Pensar na relação possível entre escola e direitos humanos nem sempre é tarefa fácil, ainda mais para aquele s(as) que não estão familiarizados (as) com a temática. Quando pensamos em educação e direitos humanos, é importante levarmos em conta que a escola deve se colocar como um espaço do qual os sujeitos envolvidos no processo educativo possam usufruir igual e integralmente. Além disso, ela deve se preocupar em se integrar com outras instituições para contribuir para a efetiva garantia dos direitos desses sujeitos (MEDONÇA 2015, p.08).

Afirma Leite (2015) “Logo, a escola pública, que deveria ser igual para todos, acaba por reproduzir e reforçar as desigualdades econômicas, sociais e políticas presentes em nossa sociedade”.Onde nem a estrutura física das mesmas segue os parâmetro exigidos por lei. Nessa logica, a escola pesquisada não foge dessa realidade, ao trabalhar nessa escola







objeto de análise por mais de cinco anos, percebemos que algumas coisas foram feitas na sua estrutura física no intuito de melhoria, mas não foi o suficiente para resolvê-los os problemas existentes, na qual os alunos e professores vivem em situações precárias o que se refere ao conforto é o cumprimento dos direitos humanos.

A Escola M.V.R.F. C tem passado por vários transtornos relacionados à sua estrutura física e no período chuvoso essa situação se agrava mais ainda, onde a maioria das salas de aulas molha muito. Os professores têm que procurar um espaço na sala de aula, que molhe menos, para poder dar continuidade em suas aulas, na maioria das vezes, no período da chuva os alunos é obrigado a se juntarem em um canto da sala para evitar que se encharquem nas goteiras, devido os vazamentos de agua no telhado das salas. Os banheiros não são adaptados para os alunos que possuem necessidades especiais, dentre outros problemas.

Nesse sentido os problemas encontrados nas salas de aula relacionado ao espaço físico é visível, haja que o educando depende de uma sala de aula com uma estrutura de qualidade para poder transmitir um ensino de qualidade, tendo previsto em “lei” da importancia desse espaço fisico como recurso educacional, mas nem assim ele é executado.

#### 4. Conclusão

Finalizo esse trabalho, constatando as inquietações que nos levou a essa pesquisa, com a certeza que há ainda muito a ser pesquisado sobre o tema. A pesquisa nos possibilitou averiguar sobre a importância do cumprimento dos Direitos Humanos na educação, onde os mesmos fazem parte da transformação é conquista da sociedade, sendo garantido por lei, no entanto no que diz a respeito de sua efetivação ainda tem suas falhas.

Nesse sentido, a relação Direitos Humanos e educação é de grande importância, pois a educação é um direito fundamental para a humanidade, seu cumprimento e de grande valia, dentro de uma sociedade marcada pela desigualdade social, haja que os mais necessitados do cumprimento dos mesmos, são os mais injustiçados e desobedecidos.

Relatamos também sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede publica, assim destacamos os problemas encontrados no que se refere à estrutura física, tendo como base a escola M.V.R.F.C, onde a mesma passa por vários transtornos no seu espaço escolar, por não possuir um espaço físico adequado para transmitir um ensino de qualidade para seu alunado.





Lembrando que uma boa estrutura física é de fundamental importância para o repasse de uma educação de qualidade, ressaltando que é um direito de todos e qualquer cidadão garantido por lei, haja vista que a educação é a ferramenta principal para mudar essa realidade. Desse modo, acreditamos que os objetivos sugeridos neste trabalho foram alcançados, haja vista que a educação é a ferramenta principal para mudar essa realidade, onde a mesma pode ser responsável pela transformação e formação de uma sociedade menos desigual é consciente de seus direitos amparados por lei.

### Referências

BRASIL. **Constituição Federal: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 9.394 de 20/12/ 199-LEI Nº 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** Brasília/DF – 1996.

\_\_\_\_\_. MEC/CNE. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Aprovado em 03 de julho de 2001. Brasília: CEB, 2001.

GASPAROTTI, Flaviana. (Org.) **Ensino de Geografia: novos olhares e práticas**. Dourados, MS: UFGD, 2011.

GLAT, R. NOGUEIRA, M. L. de L. - **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de educação Especial, ano 14, nº24, 2002.

LEGAN, L. - **Criando habitats na escola sustentável: livro de Educador**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Pirenópolis, GO: Ecocentro IPEC, 2009.

LEITE, Lucia Helena Alvarez. - **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**. (Org.) Educação, pobreza e desigualdade social. 2015

MENDONÇA, Erasto Fortes. - **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. In: MEC; SECADI. (Org.) Educação, pobreza e desigualdade social. 1aed: 2015, v. II, p. 1-70.

SANTOS, Jonatas Rodrigues dos; NUNES, Flaviana Gasparotti. O aluno surdo na aula de Geografia alguns elementos para a reflexão sobre a inclusão. 2008, In. WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.





## O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DA COMUNIDADE DE APINAJÉ NO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO – TO.

Eva Linhares Cavalcante

Elisabete da Silveira Ribeiro

**Resumo:** Considerando que um dos graves problemas da população brasileira é a dificuldade socioeconômica das famílias, a ideia de estudar o impacto do Programa Bolsa Família no processo de melhoria de vida das pessoas, deve-se à perspectiva estabelecida pelo programa quanto ao direito aos serviços básicos, como educação e saúde. Assim nasceu o PBF no país, espelhado em modelos internacionais de sucesso, inclusive reproduzido em economias desenvolvidas que lançam mão deste mecanismo. Neste sentido fez-se necessário o estudo sobre “O que o PBF trouxe de benefícios para as famílias em vulnerabilidade do Distrito de Apinajé”. Teve como objetivo analisar se o Programa tem conseguido melhorar as condições de vida econômica de quatro famílias beneficiárias localizadas na comunidade de Apinajé no município de São Valério – TO. Para aprofundar os conhecimentos na área econômica das famílias beneficiárias do PBF do Distrito de Apinajé, situado a 60 km da sede do município de São Valério, realizou-se uma pesquisa com quatro famílias, para análise da importância desse Programa na vida desses cidadãos. Residem no Distrito e em suas proximidades cerca de 500 moradores, sendo famílias simples, de baixa escolaridade a maioria, com poder aquisitivo baixo para o sustento da sobrevivência. Muitos aproveitam a pesca para complementar a alimentação, pois residem às margens do rio Manuel Alves. O estudo proposto, realizou-se com um levantamento do quantitativo de famílias beneficiadas pelo PBF, bem como o seu desenvolvimento econômico na comunidade de Apinajé no município de São Valério - TO. O presente artigo realizou-se em duas fases. A primeira fase em que se fez a pesquisa bibliográfica, a fim de aprofundar os conhecimentos sobre os benefícios do PBF em relação à economia das famílias beneficiárias. E a segunda, aconteceu através da pesquisa de campo objetivando a compreensão dos diferentes aspectos das famílias em estudo. Após a análise das expressões que foram exibidas em relação ao PBF, percebeu-se que mesmo tendo pouca escolaridade, são famílias informadas e esclarecidas diante a situação em que se encontram. Conclui-se que o PBF, tem sido a solução financeira na vida de muitos saovalerenses, principalmente dos que estão em vulnerabilidades.

412

**Palavras – chaves:** Programa Bolsa Família. Economia. Família.

### Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) é um instrumento de política pública e proteção social adotado pelo governo brasileiro com o objetivo de atender famílias pobres para que elas tenham acesso aos direitos sociais preconizados pela Constituição Federal de 1988. Nos últimos anos, vem se constituindo no mais abrangente programa de transferência de renda no mundo (BRASIL, 2010). O Programa Bolsa Família, criado pela medida provisória nº. 132, de 20 de Outubro de 2003, transformada na Lei nº. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004, é a principal Preferência Tarifária Regional – PTR do governo federal, com condicionalidades. O Programa Bolsa Família foi pensado como uma política social em que a transferência de renda seria apenas o início de um processo que levaria as famílias beneficiadas a buscar sua emancipação, ou seja, o benefício seria um meio, e não um fim (BRASIL, 2010).

De acordo com Santana (2007, p. 04):





Ao se propor a integração se buscou estabelecer um novo marco para a política social do país que se distinguisse da tradição assistencial e fragmentada. O objetivo era integrar e direcionar as políticas para adquirir escala, massa crítica e arcabouço institucional adequado de modo a incorporar os avanços obtidos sem paralisar o pagamento dos benefícios para as famílias que realmente precisassem. Buscava-se, também, otimizar os mecanismos de gestão para que o uso dos recursos fosse mais racional e houvesse uma articulação de iniciativas de diferentes pastas bem como um estímulo para que a comunidade participasse da gestão.

Assim sendo, essa integração surgiu para incluir as famílias que encontram-se em vulnerabilidade, a fim de agilizar o pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família, para atende-los com maior satisfação.

A criação do Programa Bolsa Família demonstra uma preocupação dos governantes em conseguir proporcionar a população em situação de pobreza e extrema pobreza por meio de políticas assistenciais que tem seus focos políticos nesses grupos sociais.

Considerando que um dos graves problemas da população brasileira é a dificuldade socioeconômica das famílias, a ideia de estudar o impacto do Programa Bolsa Família no processo de melhoria de vida das pessoas, deve-se à perspectiva estabelecida pelo programa quanto ao direito aos serviços básicos, como educação e saúde. Foi assim que nasceu o programa Bolsa Família no país, espelhado em modelos internacionais de sucesso, inclusive reproduzido em economias desenvolvidas que lançam mão deste mecanismo.

413

Neste sentido fez-se necessário o estudo sobre “O que o PBF trouxe de benefícios para as famílias em vulnerabilidade do Distrito de Apinajé”. Tendo como objetivo analisar se o programa Bolsa família tem conseguido melhorar as condições de vida econômica de quatro famílias beneficiárias localizada na comunidade de Apinajé no município de São Valério – TO. A escolha desse tema surgiu no momento em que se realizou a atividade ação/reflexão, proposta nos primeiros módulos desse curso. Pois até então, não conhecia de perto a importância do benefício do PBF na vida das famílias beneficiadas da comunidade de Apinajé no município de São Valério – TO.

No município de São Valério, encontram-se 599 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias beneficiárias que equivalem, aproximadamente, a 35,16% da população total do município, o qual conta com 4.383 habitantes, e inclui 84 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de setembro de 2017 foram transferidos R\$ 90.174,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 150,54 por família.







De acordo com Ribeiro (2007, p. 31), os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus usuários, são:

[...] promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (Lei nº 10.836, 09/01/04).

Conforme o autor supracitado a concessão da renda do Programa Bolsa Família tem caráter temporário e não se constitui em direito adquirido, haja vista que uma das funções do PBF é estimular a emancipação sustentada das famílias que recebem o benefício.

Os impactos do programa tornam-se cada vez mais visíveis, o que indica a possibilidade de se alcançar muito mais com uma ampliação do programa. Contudo, a ampliação dessas políticas redistributivas de amplo alcance, devem vir acompanhadas de ações de educação fiscal, visando melhor conscientizar os cidadãos sobre o papel do Estado e dos tributos por ele cobrados, que geram benefícios sociais como o Programa Bolsa Família.

Para aprofundar os conhecimentos na área econômica das famílias beneficiárias do PBF do Distrito de Apinajé, situado a 60 km da sede do município de São Valério, realizou-se uma pesquisa com quatro famílias, para análise da importância desse Programa na vida desses cidadãos. Atualmente residem no Distrito e em suas proximidades cerca de 500 moradores. São famílias simples, de baixa escolaridade a maioria, com poder aquisitivo baixo para o sustento da sobrevivência. Muitos aproveitam a pesca para complementar a alimentação, pois residem às margens do rio Manuel Alves.

Dentre as famílias que foram acompanhadas durante a realização deste trabalho, percebeu-se que todas apresentam pouca escolaridade, condições de vida precárias e espaço físico insuficiente para moradia.

### **Metodologia**

Para o desenvolvimento do estudo proposto, realizou-se um levantamento do quantitativo de famílias beneficiadas pelo PBF, bem como o seu desenvolvimento econômico na comunidade de Apinajé no município de São Valério - TO. Levando em consideração o valor estimado da renda mensal das famílias beneficiárias. Também foi necessário conhecer o percurso histórico do programa Bolsa Família no Brasil, para entender de fato o benefício deste na vida das pessoas em vulnerabilidade. Para compreender melhor os benefícios do





PBF, realizou-se uma entrevista com quatro famílias beneficiárias do Programa para conhecer a melhoria das suas condições de vida financeira, oferecidas através do Programa.

O presente artigo realizou-se em duas fases. A primeira fase em que se fez a pesquisa bibliográfica, a fim de aprofundar os conhecimentos sobre os benefícios do Programa Bolsa Família em relação à economia das famílias beneficiárias. E a segunda, aconteceu através da pesquisa de campo objetivando a compreensão dos diferentes aspectos das famílias em estudo.

### **Coleta e Análise De Dados**

Após a análise das expressões que foram exibidas em relação ao PBF, percebeu-se que mesmo tendo pouca escolaridade, são famílias informadas e esclarecidas diante a situação em que se encontram. É notório que o PBF é de grande relevância para as famílias beneficiárias, pois não possuem salários fixos, vivem de “bicos” e com o benefício.

Apesar de ser um valor mínimo e saber que é um auxílio para a sobrevivência dessas famílias, nota-se que esse benefício faz “milagres” na vida financeira desses beneficiários.

### **Conclusão**

Percebe-se que, apesar dos debates e opiniões contrárias, principalmente no que diz respeito às condicionalidades, que precisam ser mais discutidas, para que elas não sejam conflitantes com a perspectiva dos direitos humanos, os programas de transferência de renda, no caso em particular o Bolsa Família, tem se firmado como agentes de redução da pobreza, como impulsionador do desenvolvimento social, assim como propulsor da economia.

Como as famílias que foram analisadas na região do Distrito de Apinajé, concluiu-se que o PBF, tem sido a solução financeira na vida de muitos brasileiros, principalmente dos que estão em vulnerabilidades. Pois, são famílias que necessitam de oportunidades, porém pelas condições em que se encontram, com pouca escolaridade e até mesmo com dificuldades de vestimentas apropriadas, tornam-se ainda mais vulneráveis para conseguirem uma vida digna.

### **Referências**

BRASIL. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)**. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil Realização - Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, 2010.





RIBEIRO, Eveline Alves. **Significados de pobreza, assistência social e cidadania**. Fortaleza: Ed. UniCeará, 2007.

SANTANA, Jomar Álace. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**. Seminário População, Pobreza e Desigualdade. Belo Horizonte – Brasil, de 5 a 7 de novembro de 2007.

## MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA RELAÇÃO POBREZA E CURRÍCULO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Eva Lúcia Andrade da Silva

João Nunes da Silva

**Resumo:** O presente estudo consiste em analisar a mediação pedagógica na relação pobreza e currículo escolar: considerações da prática pedagógica na educação infantil, observando como se dá a organização da rotina diária de atividades na Educação Infantil tendo como referência o Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Roberto Rezende do Município de Santa Rita do Tocantins/TO. Dentre os procedimentos metodológicos utilizados destaca-se a realização de um estudo bibliográfico e documental. Tendo em vista que a pesquisa foi realizada de forma articulada, a coleta de dados se deu por meio de observações nas turmas da Pré-escola I e II. Especificamente buscou-se conhecer as normativas legais que regem a Educação Infantil sobre o trabalho pedagógico a serem realizados na pré-escola e seus objetivos e formas de organização curricular. Evidenciou-se que o trabalho pedagógico na Educação Infantil verifica-se um grande avanço, isto ocorre em decorrência às normativas da educação que reconhece a criança como cidadã, como sujeita de direitos, inclusive o seu direito a educação de qualidade desde o nascimento. Compreende-se também que de acordo com o Currículo na Educação Infantil, as atividades devem ser oferecidas para as crianças não somente por meio de brincadeiras, mas advindas de situações pedagógicas orientadas. Nessa lógica conclui-se que as melhorias de conteúdos e de métodos de ensino para combater a pobreza são poucas, enquanto que os dados sobre a redução da pobreza e as estruturas dos sistemas educativos, ou mecanismos de acesso e de retenção, são bastante numerosos.

**Palavras-chave:** Currículo. Educação Infantil. Práticas Pedagógicas. Pobreza.

### Introdução

O trabalho discute os fundamentos do conceito de trabalho pedagógico e suas implicações para se pensar o projeto político pedagógico no âmbito da escola pública, bem como, conhecer como a pobreza aparece no currículo escolar e verificar a mediação pedagógica do professor numa perspectiva de inclusão social.

O interesse pela temática emerge do contexto de revalorização do papel social da educação escolar na formação de um novo trabalhador e cidadão requerido pelo sistema produtivo. Nesse cenário, a educação escolar redefine sua função social na perspectiva de atender a demanda por formação geral centrada na aquisição de novas competências e habilidades.

Nesta perspectiva, os avanços, teóricos e metodológicos, no campo da educação apontam para a construção de um novo princípio educativo, uma nova organização do





trabalho pedagógico e conseqüentemente, a reelaboração do projeto político-pedagógico. A tarefa de conduzir esse processo cabe a todos os profissionais da educação, especialmente ao professor, que pela natureza e especificidade de sua função cumpre o papel de articulador e mediador do processo de elaboração e execução do projeto político pedagógico.

### **Procedimentos Metodológicos**

O estudo constitui-se através de uma pesquisa-ação, desenvolvida numa abordagem quantitativa e qualitativa, envolvendo levantamento bibliográfico atualizado sobre o tema, além da pesquisa de campo. A pesquisa foi realizada em uma escola localizada em Santa Rita do Tocantins, que atende apenas nas modalidades: Educação Infantil – Berçário, Maternal, Pré I e Pré II. A pesquisa foi realizada de forma articulada, a coleta de dados se deu por meio de observações nas turmas da Pré-escola I e II.

### **Resultados e Discussão**

O tema pobreza, desigualdade e educação não são novos, considerando o Brasil um país emergente que apresenta a ambígua relação entre crescimento econômico e baixos índices educacionais. Falar em pobreza é também falar de não acesso, de vida, de culturas, de exercício de cidadania, aspectos que não são mensurados economicamente, mas que, sem dúvida imprimem uma marca no sujeito.

417

Atualmente a mídia mostrar a pobreza associada à violência e a crimes como consumo e venda de drogas, furtos e roubos. Mesmo as políticas públicas e os programas socioeducativos podem, muitas vezes, carregar uma intenção corretiva e moralizadora, que apela para a educação moral em valores nas escolas.

Na visão de Arroyo:

Enquanto a pobreza for pensada como uma questão moral, os currículos para os (as) pobres continuarão sendo pensados para moralizá-los(as), não para garantir o direito deles(as) ao conhecimento, às ciências e às tecnologias. Serão currículos pobres de conhecimentos e repletos de bons conselhos morais de esforço, trabalho, dedicação e disciplina. (ARROYO, 2014, p. 11).

Neste sentido, a escola possui novos desafios postos pelas orientações e normas vigentes, mas principalmente ao compromisso com o direito de todos à educação, é preciso olhar de perto a escola, seus sujeitos, suas inúmeras variáveis e rotinas e fazer indagações sobre suas condições concretas, sua história, seu retorno e suas possibilidades.

Reconhecer a pobreza e as desigualdades significa levar em conta que a existência persistente dos pobres nas escolas brasileiras traz reflexões importantes para as práticas







pedagógicas e para a gestão educacional. Desse modo, não é apenas necessário saber que as escolas estão repletas de meninos e meninas pobres, mas, muito mais do que isso, é preciso também questionar quais exigências essas vivências da pobreza, da precariedade material extrema, demandam de nossas práticas.

Assim, é possível constatar que políticas e programas de combate à pobreza não surtirão grandes efeitos caso se limitem à distribuição de renda, de alimentação e até de escolarização, porque a conformação dos grupos diferentes em desiguais se dá em contínua relação política. Torna-se necessário que essas iniciativas sejam acompanhadas de políticas eficientes de combate às desigualdades e de reconhecimento positivo das diversidades sócio-étnico-raciais e de gênero e devem ter uma orientação de médio e longo prazo e devem ser mantidas por diferentes governos.

A proposta curricular do município para Educação Infantil consta de uma parte comum, onde são abordados pressupostos teóricos educacionais seguidos dos específicos e nas áreas de conhecimento. A referida proposta foi elaborada pelos seguintes segmentos: Estrutura Curricular padrão da SEDUC-TO (Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional), Secretaria Municipal de Educação, secretaria geral, diretores, coordenadores pedagógicos e professores.

418

Assim, a rotina na pré-escola pode ser compreendida como um dos alicerces do trabalho pedagógico, pois tem o poder de orientar as crianças tanto em relação ao tempo quanto ao espaço. Neste sentido, podemos reverter à prática pedagógica, isso requer conhecimento e formação específica na área de Educação Infantil, que respeite e valorize a criança no espaço educativo de construção de capacidade e possibilidades, bem como, de políticas públicas que assegurem o direito das crianças.

Na Unidade de Ensino o currículo não ocorre de forma neutra, pois são abordadas questões atuais que estão no contexto em que alunos e professores estão inseridos, porém a relação entre currículo na luta contra a pobreza foi menos explorada na escola, dessa forma concordo com Veiga:

“Currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. Currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que tem um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente” (VEIGA, 2002, p. 07).

Nesse sentido, a escola possui seus princípios norteadores de formação, expressando objetivos claros, buscando a participação dos seus alunos, incluindo-os no processo de tomada de decisões que se referem a um aprendizado significativo e de qualidade, tendo uma





concepção clara e objetiva sobre avaliação e seus procedimentos para chegar um resultado final. Ainda o que se percebe é que o resultado sobre as melhorias de conteúdos e de métodos de ensino para combater a pobreza é pouco, enquanto que os dados sobre a redução da pobreza e as estruturas dos sistemas educativos, ou mecanismos de acesso e de retenção, são bastante numerosos.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Considerando os aspectos discutidos neste estudo, evidencia-se que o trabalho pedagógico na Educação Infantil, partindo do ponto de vista histórico, verifica-se um grande avanço, isto ocorreram decorrente as normativas da educação que reconheceu a criança como cidadã, como sujeita de direitos, inclusive o seu direito a educação de qualidade desde o nascimento.

O estudo possibilitou compreender também que de acordo com o Currículo na Educação Infantil, as atividades devem ser oferecidas para as crianças não somente por meio de brincadeiras, mas advindas de situações pedagógicas orientadas. Nessa lógica, conclui-se que a construção de uma rotina na escola deve considerar o tempo como subjetivo para a organização do dia a dia, é por meio dele que as crianças vivenciam e experimentam a questão da temporalização num contexto social fora da família.

As evidências empíricas revelaram que há um envolvimento dos profissionais docentes em garantir a máxima aprendizagem possível a todos desde o acolhimento onde os docentes impedem atos de preconceitos, e, simultaneamente procura valorizar as diferenças e as habilidades de cada criança até a capacidade da criança em realizar uma atividade, oferecendo assim a construção de uma auto-estima positiva. Outro atributo observado é que todo o planejamento e metodologia descrita na rotina denotam uma ação intencional e organizada para gerir o ensino, para organizar a prática pedagógica.

Portanto, espera-se que essas observações e reflexões acerca da mediação pedagógica na relação pobreza e currículo escolar contribuam para uma visão diferenciada em que o fazer pedagógico seja um alicerce para o desenvolvimento das suas potencialidades e aprendizagem das crianças.

Neste momento a prioridade é de trabalhar no desenvolvimento de um quadro de referência curricular que permita integrar nos currículos de educação de base os conteúdos e as abordagens pedagógicas mais pertinentes para a luta contra a pobreza, consciente que o currículo não pode funcionar isolado em relação às outras componentes e dimensões de um





sistema educativo, como a formação de professores, a disponibilidade de material pedagógico, a avaliação dos conhecimentos escolares adquiridos ou a gestão da escola e da sala de aula.

## Referências

ARROYO, Miguel G. **Módulo Introdutório: Pobreza, desigualdades e educação.** Ministério da Educação, 2014, p. 37.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 65 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos; n. 67).

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CMEI – Centro de Educação Infantil Carlos Roberto Rezende. **Proposta de Planejamento de Educação Infantil.** Santa Rita do Tocantins, 2017.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER, Sônia. Currículo De Educação Infantil e a Formação Dos Profissionais de Creche E Pré-Escola: Questões Teóricas e Polêmicas\_\_In: **Por uma política de formação do profissional de Educação.** Infantil./MEC/SEF/COEDI-Brasília:MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

KUHLMANN, Moisés Junior. Educação Infantil e currículo. In\_ **Educação Infantil, pós LDB: rumos e desafios.** São Paulo, SP: Autores Associados, 1999. p.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Módulo III: Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza.** Ministério da Educação, 2014.

LIBÂNIO, José Carlos. O planejamento escolar e o projeto pedagógico-curricular. In: **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5 ed. revista e ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004. Pg. 147-202.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Módulo II: Pobreza, Direitos humanos, justiça e educação.** Ministério da Educação, 2014.





OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **O Currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?** Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

PINZANI, Alessandro; REGO Walquiria Leão. **Modulo I: Pobreza e Cidadania.** Ministério da Educação, 2014, p. 94.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica.** São Paulo: Avercamp, 2006: II.

VEIGA. Ilma Passos Alencastro. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma regulação regulatória ou emancipatória?** Caderno Cedes. Campinas, SP: v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

\_\_\_\_\_. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 14ª edição Papiрус, 2002.

## RESUMO DO ARTIGO - CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NA AMENIZAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Fábia Ramos dos Anjos Fonseca

**RESUMO:** A temática tem como objetivo refletir a educação na amenização da pobreza e da desigualdade social, fatores esses que tem se consubstanciado em repercussão negativa na elevação da qualidade educacional. O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica qualitativa na contextualização de temas relevantes que tratam da educação e sua interferência na qualidade social. As conclusões apontam para que a educação seja permeada como importante caminho no trato da desigualdade e não somente enfatizada como oferecimento de condições de permanência na escola.

421

### INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir apresenta um resumo do artigo envolvendo a temática sobre considerações sobre a importância da educação na amenização da pobreza e desigualdade social como critério de avaliação referente ao Curso de Pós Graduação da referida Universidade. O trabalho foi dividido em resumo, introdução, Tópico 1: A Educação como direito social Humano: Fundamentações, Tópico 2: Pobreza e seus aspectos dimensionais, Tópico 3: Educação como prática promissora da igualdade, Tópico 4: Desigualdade social e a exclusão e finalizando as considerações finais.

As mudanças ocorridas atualmente na vida do ser humano advindas da interferência dos fatores econômicos, sociais, políticos e educacionais foram sendo solidificadas através dos períodos históricos que perpassa na formação da humanidade. Dessa forma, compreende a necessidade das discussões em torno dos fenômenos da pobreza e da desigualdade, por saber







da grande influência destes no meio social, podendo trazer diferentes obstáculos para o desenvolvimento da sociedade.

Embora a educação seja entendida atualmente como propulsora na expansão da sociedade, diante do quadro de pobreza e desigualdade social apresentada, há dúvidas sobre o que fazer diante das controvérsias e contradições sobre o papel da educação como política pública de oportunidades na melhoria das condições de vida do ser humano. Nesse sentido, justifica pesquisar e discutir a temática no contexto atual de pobreza e desigualdade social que tem repercutido na má qualidade de vida.

### **A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL HUMANO: FUNDAMENTAÇÕES**

Do ponto de vista conceitual, a educação considerada como Direito Humano ainda é vista distanciada da prática cotidiana. Por esse motivo, é preciso tratar os direitos humanos intimamente ligados com a ideia do fortalecimento da dignidade humana a compreender a educação como forte aliada no reconhecimento do ser humano.

Gadotti (2009) reflete a constituição do direito dentro do campo da justiça social, sendo desnecessária a discussão se a educação é ou não desnecessária. A Lei Constitucional brasileira diz em seu Artigo 205 que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

422

### **POBREZA E SEUS ASPECTOS DIMENSIONAIS**

Ao discutir pobreza como um fenômeno socialmente revestido de fatores que constituem a depreciação da vida do ser humano, primeiramente faz-se necessário observar os diferentes conceitos que foram se constituindo ao longo da história humana na intenção de explicar ou mesmo permitir uma visão mais detalhada de todo o processo de interferência da pobreza na formação da vida do ser humano. Sem (2000) informa que pobreza pode ser entendida como impossibilidade de uma pessoa ou grupo de pessoas que, sem alternativas de crescimento torna-se incapaz de alcançar o bem-estar-social afetado pelos meios econômicos. Nessa classificação, Pereira (1996) reforça a contextualização da pobreza como fenômeno absoluto e relativo, dependendo das referências ou indicadores na sua classificação. Segundo Valadares (1991) informa que o fenômeno da pobreza tem invadido os corredores do





desenvolvimento igualitário e, mesmo sabendo do poder invasivo que a mesma possui, somente a partir dos anos de 1950 que passa a ser reconhecida como uma questão social.

### **DESIGUALDADE SOCIAL E A EXCLUSÃO**

A desigualdade social vista do campo contextual é um fenômeno de exclusão que expande na sociedade refletindo categoricamente nas relações de poder na esfera social, representando um padrão de dominação entre as classes sociais existentes.

A exclusão é enfatizada por muitos pesquisadores como algo dimensional objetivo da desigualdade social nos campos ético da injustiça e da dimensão subjetiva do sofrimento apontada por Sawaia (2001), apontando o Brasil como país que cultua a distância entre os ricos e pobres, assim como está sendo informado no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2010). Para Ferreira (2009) a educação deve ser pensada como adoção de políticas para que venha interferir diretamente nesse processo de desigualdade, pois da forma como ela está organizada atualmente continua sendo praticada a exclusão/ inclusão (SARAIVA 2001).

### **EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA PROMISSORA DA IGUALDADE**

A educação é um direito conquistado na história de um país, como o Brasil, na esperança de poder suprir as necessidades básicas culturais que todo indivíduo precisa para viver em comunidade, através do estabelecimento de metas conscientes da humanidade sem que o meio ambiente sofra impactos vulneráveis. Para Ferreira (2009) há desigualdade no acesso ao campo da escolaridade da população, sendo esse fator causador da desigualdade de renda, além dos desajustes causados na procura pelas ofertas de empregos no mercado de trabalho.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões atuais são de fato notoriamente relevantes no campo social e educacional, considerando a educação como elemento indissociável na conquista dos direitos humanos. Embora existam os programas sociais e políticas públicas como suprimento das necessidades básicas, não há nada que substitua as oportunidades educacionais como melhoria nesse campo. É preciso, portanto mudar as estratégias governamentais e organização política educacional e social para atender as especificidades da população através da educação como proposta de promover uma democracia conquistada anteriormente através das lutas e embates





políticos pela formação de uma sociedade mais igualitária como um direito fundamental do ser humano.

## REFERÊNCIAS

BARROS, R.; HENRIQUES, R. E MENDONÇA, R. **Estabilidade inaceitável**. IPEA, Rio de Janeiro, jun. 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 10 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

CLAUDE, Richard Pierre. **Direito à educação e educação para os direitos humanos**. Revista Internacional de Direitos Humanos, a 2 n 2, 2005.

DALLARI, D. A. **Direitos humanos e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DEL PINO, Mauro. **Política educacional, emprego e exclusão**. In: GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez; CLACSO, 2002.

DIAS, Adelaide Alves. **Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo**. IN: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (et al). *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. Editora Universitária UFPB, João Pessoa, 2007.

MONTEIRO, C.A. **A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil**. *Estudos Avançados* v.9 n.24, p.195-207. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, aio/agosto de 1995.

MUÑOZ, Vernor. **Do direito à justiça**. IN: Haddad, Sérgio; Graciano, Mariângela (Org). *A educação entre os direitos humanos*. Ação Educativa, São Paulo, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo: Companhia das Letras, 2000:

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano/2010**. Edição do 20º Aniversário A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/caocivel/acoesafirmativas/PNUD-IDH-2010-Completo.pdf>. Acesso em 18 de out 2017.

SAWAIA, B. Introdução: **Exclusão ou inclusão perversa?** In: \_\_\_\_\_ (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, M.O.S. **Pobreza, desigualdade e políticas sociais: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. *Revista Katálysis*. V.13, n. 2, jul./dez, 2010.

SOARES, Laura Tavares R. **“O desastre social”**. In: *Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e educação: uma questão em debate**. *Interface*, Natal, v. 2, n. 1, jan./jun. 2005.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Educação em e para os direitos humanos: conquista e direito**. 2008. Disponível em [www.redhbrasil.net](http://www.redhbrasil.net) Acesso em 15 de out 2017.





## FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIROS PARA EFETIVAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO – ARAGUAÍNA TO

Fabiana Ramos dos Anjos Nascimento

**Resumo:** Sabendo que a escola não é um segmento ou instituição isolada do contexto global, e que a interação entre esta e a família é fundamental para o desenvolvimento do educando enquanto um ser transformador e capaz de modificar a sua realidade, buscou-se neste artigo analisar a problemática que envolve a parceria entre escola e família no 2º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Tereza Hilário Ribeiro de Araguaína - Tocantins. Sendo que para isso foi utilizado como base o método bibliográfico apresentado por alguns teóricos como: Augusto Cury, Içami Tiba, Philippe Perrenoud, entre outros. Além da pesquisa bibliográfica realizou-se uma pesquisa de campo a escola em questão, onde foram investigados os sujeitos da pesquisa: gestor, coordenador, professores, pais e alunos.

**Palavras-chave:** Escola. Família. Pais. Parceria. Interação. Participação.

### Introdução

Segundo Tiba (1998), é preciso refletir no sentido de como a escola tem desempenhado a sua formação cognitiva, uma vez cumprido o papel é a criança a beneficiada, e para que isso aconteça entre a família e a escola deve haver uma soma, e não o confronto de ambas as partes, principalmente agora que existem várias instituições familiares distintas, onde há filhos, filhos postigos, pai, nova mulher do pai, mãe, novo marido da mãe, irmãos, meio irmão e entre outras combinações que podem ser ainda mais delicadas, como crianças que moram com os avós, tios, ou mesmo sendo frutos de produções independentes.

425

Neste contexto espera-se que a escola como peça fundamental dessa estrutura maior, que é a sociedade, adeque-se as novas exigências e modifique suas práticas para garantir uma educação que atenda aos anseios da população.

Para isto, pais e educadores devem estar inseridos no processo pedagógico participando da definição das propostas educacionais. A criança deve perceber que a escola e a família não estão isoladas uma da outra, ao contrário elas devem estar em total sintonia e cooperação para melhor transmitir os valores necessários para a formação educacional e social dos alunos.

Diante do exposto, objetivou-se investigar os motivos que podem levar a família a manter distância em relação a educação dos seus filhos, através de pesquisa bibliográfica e análise qualitativa.

### Procedimentos Metodológicos







O artigo apresentado baseia-se na investigação familiar e da escola como parceiras para o processo de efetivação do ensino de aprendizagem com abordagem qualitativa, que permita ao pesquisador, poder ampliar sua experiência em relação à situação ou problema.

Sendo que na abordagem qualitativa a pesquisa é adotada como um instrumento de investigação, fator essencial no contexto de visão e representação de realidades investigadas. Diante disto, foram elaborados questionários com as seguintes perguntas: como está sendo avaliado as ações e os eventos promovidos pela escola com o objetivo de aproximar a família e a escola? A família concorda com o sistema de avaliação que a escola implanta? Como a escola vem contribuindo com os professores, no sentido de atrair os pais para a escola? Como os alunos estão percebendo a presença dos pais na escola?

Os referidos questionários foram entregues de forma aleatória e por acessibilidade, sendo os mesmos recolhidos após dois dias para análise dos dados juntamente com as observações e reflexões feitas pelo pesquisador.

### **Resultados e Discussão**

Vários pontos de discussões foram abordados neste artigo como: análise e reflexão sobre a relação família e escola, o papel da escola no contexto atual, a família interagindo nas atividades educativas do educando, parcerias que possibilitem a aproximação entre escola e família, e a participação da família na construção da identidade do educando. Através destes, obteve-se resultados que possibilitaram entendimento de que na sociedade contemporânea o meio de informação tem se tornado indispensáveis, principalmente nas relações de trabalho, o que exige a qualificação dos profissionais que devem ser criativos e absorver com facilidade esses novos instrumentos. A escola deve ser peça fundamental dessa estrutura maior, que é a sociedade, se adaptando as novas exigências e modificando suas práticas para garantir uma educação que atenda aos anseios da população.

Quanto a abordagem qualitativa, pode-se concluir que uma minoria dos pais participa de encontros na escola, para discutir a melhoria da qualidade de ensino. Isso reflete negativamente na vida dos alunos, pois, a colaboração da família é fundamental no processo de ensino/aprendizagem dos filhos.

### **Considerações Finais**

Quando analisado a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo realizada conclui-se que a parceria família escola desenvolve um papel fundamental na sociedade no processo de ensino-aprendizagem do educando. Entende-se que a família deve colaborar com a educação





de seus filhos também em casa, auxiliando-os nas tarefas escolares, fazendo visitas à unidade escolar com frequência e estando inteirada de tudo o que diz respeito à sua formação escolar.

A escola além de realizar com competência as atividades a ela incumbidas não deve se manter isolada do contexto familiar do aluno, pois é notório que a situação familiar da criança influencia bastante na sua personalidade e disposição para aprender. Para isto, ela deve criar um ambiente alegre e acolhedor no processo de ensino-aprendizagem, usando-se de cordialidade e laços afetivos entre educadores e educandos.

Diante da pesquisa realizada detectou-se que a parceria escola e família precisa acontecer para que haja ensino de qualidade no processo educativo e assim contribuir com a formação de cidadãos criativos, ativos, sujeito social, capaz de respeitar as diferenças, medirem o processo de construção e reconstrução de saberes dentro e fora do contexto familiar e escolar.

### Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática**. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente. Lei Federal n, 8.069**. Promulgada em 13 de julho de 1990. Curitiba: Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2000.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e Cultura. **LDB - Lei Federal n, 9394/96**. 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. 10<sup>a</sup> ed. 12<sup>a</sup> impressão. São Paulo. Scipione, 2005.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 20. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LUCK, Heloisa. **Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 25. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MELLO, Guiomar Namó de. **Educação escolar: paixão, pensamento**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

\_\_\_\_\_. **Educação e sentimento**. É preciso discutir essa relação. In: Revista Nova Escola, outubro/2004.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação**. Cadernos de Educação PAIDÉIA, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, 1998.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**: São Paulo: Ática, 2001.

TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo: como superar o relacionamento professor-aluno em tempos de globalização**. 24. ed. São Paulo: Gente, 1998.





## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM RESPIRAR À DIGNIDADE.

Fabio Aires Manduca  
Maria de Lourdes L. Macedo

**Resumo:** A presente pesquisa objetivou fazer uma leitura sobre Pobreza, Desigualdade Social e Educação na realidade de uma família residente em Porto Nacional, Tocantins, beneficiária do Programa Bolsa Família do governo federal. Em específico, descrever o valor deste programa e a importância da educação para estudantes atendidos pelo mesmo. A pesquisa foi realizada qualitativamente, utilizando-se de entrevista semiestruturada. O Programa Bolsa Família é moldado na transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Segundo dados da Caixa Econômica Federal, o número de famílias beneficiadas pelo programa chega a cerca de 14 milhões. De acordo com a instituição financeira, considera-se em situação de pobreza, famílias com renda mensal por pessoa de R\$ 85,01 a R\$ 170,00 e extrema pobreza famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Foi instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. A pesquisa apresenta a importância do Programa Bolsa Família para a ruptura do ciclo da pobreza, desigualdade e impulsionador à educação. Confirma a necessidade de continuidade do Programa para a família recebedora do benefício. Bem como, a importância da educação na formação dos alunos atendidos pelo PBF. Expõe a necessidade de ampliação de discussão das instituições educacionais no acolhimento integral desses alunos.

**Palavras-chave:** Bolsa Família. Educação. Pobreza. Dignidade. Existência.

### INTRODUÇÃO

“Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é a sua visão do mundo”.  
(LEONARDO BOFF, 1998, p.9)

428

A partir de um conceito de pobreza, com base em Crespo, Gurovitz (2002, p.9), na qual ela é tida como uma forma de visão em que as pessoas se tornam invisíveis, tomamos o princípio de que o não acesso aos meios de produção cultural, a ineficiência no atendimento de órgãos públicos e a ausência de voz participativa na sociedade fazem parte da realidade do cidadão em estado de pobreza ou extrema-pobreza. Isto constitui-se uma violência ao ser humano, criando barreiras sociais.

O ser social enquanto cidadão visto pela sociedade e por ele mesmo em estado de pobreza ou extrema pobreza encontra, a partir daí, obstáculos que chegam até mesmo à escola, que acaba tratando diferenciadamente o cidadão devido a classe social em que se encontra.

Pretende-se aqui, partindo da temática da “Pobreza, Desigualdade Social e Educação” analisar a realidade de uma família assistida pelo Programa Bolsa Família na cidade Porto Nacional – TO, seguido de seus objetivos específicos que são: Descrever o valor de um programa social, Programa Bolsa Família, para uma família atendida pelo mesmo; conhecer a importância da educação na vida social dos estudantes atendidos pelo programa no município





de Porto Nacional/TO; realizar entrevista com uma família residente em Porto Nacional atendida pelo Programa Bolsa Família.

Observa-se que a análise da presente entrevista permite afirmar que o Programa Bolsa Família têm sido uma importante ferramenta para uma possível ruptura no processo e visão de pobreza da família recebedora do benefício, propiciando as condições mínimas para que se tenha acesso à alimentação e educação, já que o programa em questão atende famílias consideradas invisíveis por grande parte da sociedade, trazendo-as a participarem mais efetivamente da mesma.

### **METODOLOGIA**

A pobreza, a desigualdade social e sua relação com a educação para um respirar à dignidade são os objetos deste trabalho.

Foi realizada pesquisa qualitativa, através de entrevista semiestruturada no dia 26 de novembro de 2016, coleta de dados, leituras para embasamento teórico, pesquisa campo na Escola Estadual Irmã Aspásia em Porto Nacional - TO e na residência de uma família de Porto Nacional atendida pelo programa, através de observação, leitura e análise dos dados coletados. A família é residente na região norte da cidade de Porto Nacional, a 3,2km de distância da escola. São duas estudantes, de 12 e 10 anos cada. A família acordou em participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento – TCLE. Para resguardar a identidade por questões éticas e confidencialidade, os nomes encontrados na entrevista são fictícios<sup>17</sup>.

429

### **CONHECENDO O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Segundo o site do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, o Bolsa Família é um programa de combate à pobreza e à desigualdade social. O Programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007.

O programa busca garantir a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Considera-se em situação de pobreza as famílias com renda mensal por pessoa de R\$ 85,01 a R\$ 170,00. No caso de extrema pobreza,

---

<sup>17</sup> Ato necessário para salvaguardar o direito de confidencialidade de acordo com Termo de Consentimento Livre, regido pela Resolução 466/12 (BRASIL, 2012) que define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.







famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00. O governo federal exige que na composição das famílias pobres haja gestantes, crianças ou adolescentes entre 0 a 17 anos. O programa é gerido de forma descentralizada. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o responsável pelo Programa, sendo a Caixa Econômica Federal o executor dos pagamentos. Segundo dados obtidos no site da Caixa Econômica Federal em setembro de 2017, o número de famílias beneficiárias a cerca de 14 milhões.

### **BOLSA FAMÍLIA: A importância do Programa na vivência de uma família**

O Programa Bolsa Família leva a proposta do acesso às condições mínimas de dignidade social. Diante disso, foi necessário identificar a importância desse programa na vivência de uma família atendida pelo mesmo. Foi selecionada uma família atendida pelo Programa e que possui duas filhas, alunas do 4º e 7º anos do ensino fundamental da Escola Estadual Irmã Aspásia, Porto Nacional/TO, pretendendo-se fazer uma leitura real dessa importância no dia-a-dia, na vida social, vida educacional de seus membros estudantes da unidade escolar.

A mãe, Dona Joana, tem 39 anos, é casada e recebe R\$300,00 pelo serviço de diarista. Além da renda obtida pelo serviço de diarista recebe o auxílio do Programa Bolsa Família no valor de R\$234,00 para as duas filhas Bia (12 anos) e Duda (10 anos). O pai tem renda própria, trabalha de carpinteiro e recebe por produção. Entretanto, segundo Dona Joana, apenas ela arca com praticamente todas as despesas da casa. Ela afirma que o pouco que recebe se multiplica em: alimentação, roupas, calçados, medicamentos, transporte, higiene e materiais de estudo. Ressalta-se que a filha mais velha se encontra gestante.

Nesse ponto, famílias atendidas pelo PBF e que possuem em sua constituição gestantes devem cumprir todo o acompanhamento médico relativo ao período de gestação e pós-parto. Segundo Valadares (2017, p.1), o índice de gravidez nesta faixa etária tem diminuído.

Um resultado preliminar da pesquisa foi a de solicitar à orientação escolar os encaminhamentos necessários à família e as estudantes, no caso da gravidez e acompanhamento médico para a filha mais nova, que sofre de convulsões. Os encaminhamentos necessários foram dados e o conselho tutelar está acompanhando a situação. A escola está gerenciando as atitudes cabíveis no auxílio pedagógico e social que compete ao seu papel.





## EDUCAÇÃO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Um dos requisitos do Programa Bolsa Família, que é um instrumento de valorização à educação, é o da necessidade de menores de idade estarem matriculados na escola e serem assíduos quanto à frequência escolar. A educação promove a formação do cidadão, o ser social. Ela é a porta para a quebra do ciclo da pobreza. Diante da necessidade do Programa Bolsa Família e da importância da educação para a formação de suas filhas, Dona Joana destaca que o seu sonho é vê-las formadas. Resumindo sua fala em uma única frase: “O nome faculdade, eu acho muito bonito”.

## CONSIDERAÇÕES

A pesquisa realizada buscou fazer uma leitura da Pobreza, Desigualdade Social e Educação. Constata que a sociedade brasileira margeia os cidadãos em estado de pobreza e extrema-pobreza ou atendidos por algum benefício social. Esta atitude chega até os âmbitos da educação, gerando o ciclo de continuidade da pobreza. Nesta pesquisa, observa-se que o valor social do Programa Bolsa Família é o esteio de muitos lares, inclusive para o da família pesquisada. O Programa Bolsa Família e a Educação necessitam andar de mãos dadas para efetivação da ação social e educacional de alunos atendidos. Os objetivos específicos são respondidos na percepção de que a educação é fundamental para a formação de suas filhas. Subentende-se que sem o benefício do Programa, a educação da família estará comprometida, sendo necessária a continuidade do mesmo. Em suma, o PBF atende de forma imediata a família e dá possibilidades para equilíbrio e busca de melhorias através da educação.

Destaca-se a necessidade de uma maior discussão das instituições de ensino público sobre a pobreza, desigualdade social e educação para que seu currículo atenda de forma mais justa e de promoção de igualdade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Karilleila dos Santos. **Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins** – Projeto Atito. 2006. 211 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BÁRCENA, Alicia. **Informe anual 2011**: El salto de la autonomia De los márgenes al centro, 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/informe-anual-do-obig-da-cepal-2011.pdf>>. Acesso em 08 de setembro de 2017.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos Humanos**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2017.





BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

BRASL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Bolsa Família**: O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação à educação e à saúde. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional**, 2002. Disponível em: <<http://www.sciole.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03/>>. Acesso em: 03 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_, Erasto Fortes Mendonça. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação** – Módulo II do Curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social. MEC/SECADI. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_, Miguel Gonzáles. **Pobreza, Desigualdades e Educação** - Módulo Introdutório do Curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social. MEC/SECADI. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O que é**: Conheça o Programa Bolsa Família - MDS. <[Http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e](http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e)> Acesso em 08 de setembro de 2017.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Moura de Salles. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – 2.ed. rev. e aum. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

NUSSBAUM, Martha. **Hiding from humanity**: disgust, shame, and the law. Princeton (USA): Princeton University Press, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 7ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2007.

PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PAREDES, José Bolívar Burbano. “**Educação, reflexividade e diversidade cultural**: desafios na formação de professores”. In: VASCONCELOS, José Geraldo & SOUSA, Antônio Paulino (orgs.). Educação, política e modernidade. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

PORTAL BRASIL. **Cidadania e Justiça**: Autonomia feminina contribui para reduzir a pobreza. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/autonomia-feminina-contribui-para-reduzir-a-pobreza>>. Acesso em: 27 de novembro de 2016.

PORTO NACIONAL. PPP - **Projeto Político Pedagógico (2017)**, da Escola Estadual Irmã Aspásia da Rede Pública Estadual da Diretoria Regional de Ensino/Porto Nacional – TO, 2017.

REZENDE, Marcos. **Ubuntu**: por mais união e menos competição, 2011. Disponível em: <<https://insistimento.com.br/ubuntu-por-mais-uniao-e-menos-competicao/>>. Acesso em 09 de setembro de 2017.





VALADARES, Carolina. **Partos no Brasil:** Gravidez na adolescência tem queda de 17% no Brasil. Portal da Saúde. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/28317-gravidez-na-adolescencia-tem-queda-de-17-no-brasil>>. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

#### Vídeo

**SEVERINAS.** Direção: Eliza Capai. Realização: Agência Pública. Brasil: Microbolsas, 2013. 1 documentário (10 min). Disponível em: <<http://vimeo.com/73309361>>. Acesso em: 19 de novembro de 2016.

## A ORIENTAÇÃO ACADÊMICA NA BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE NOVOS CAMINHOS FORMATIVOS: A EXPERIÊNCIA DA PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO PÓLO DE TOCANTINÓPOLIS

**Fabiola Andrade Pereira**

*“Quando uma experiência é registrada e, sobretudo, socializada, além da reflexão, cria laços que vão da simples troca à cumplicidade.”*

(**Maria do Socorro Calhau e Maria Luiza Benício**)

**Resumo:** A ideia de discorrer acerca desse tema surgiu a partir do contato estabelecido por meio do trabalho de orientação acadêmica com um grupo de pós graduandas do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social da Universidade Federal do Tocantins. Trata-se de um exercício que tem como propósito não só registrar a memória desse processo formativo, mas sobretudo trazer à tona elementos que nos ajudem a refletir sobre essa prática educativa (orientação) que teve como intuito levar os alunos a construírem suas próprias ideias a partir de situações ligadas as políticas sociais onde a educação em contextos empobrecidos fosse o instrumento central de suas inquietações. Nessa direção, este trabalho insere-se na possibilidade múltipla de interpretação e elaboração de memórias, pois ao mesmo tempo que fala de um projeto institucional, fala de pessoas, de sonhos, de lugares, de fatos e situações, posto que a discussão toca em um tema pouco ou quase nunca discutido na academia, mas que sabemos apresenta grande relevância sobretudo para os atores envolvidos do processo, ou seja, orientadores e orientandos.

**Palavras-chave:** Orientação Acadêmica. Prática Educativa. Formação.

### Introdução

Discorrer sobre um tema dessa natureza, nos coloca diante de alguns desafios: o primeiro e talvez mais importante seria levar a cabo a ideia de que todo e qualquer formador deveria cobrar de si o desafio de pensar e repensar seu fazer pedagógico a partir de suas experiências, sejam elas exitosas, ou não. Digo isso baseada não só na vivência que obtive frente ao trabalho de orientação acadêmica do curso em questão no polo de Tocantinópolis, mas sobretudo baseada na concepção epistemológica de FREIRE (1999) o qual afirma que ensinar exige criticidade e reflexão crítica sobre a prática. Assim, entendo que o compartilhamento desta bem como as expectativas vivenciadas com nossos pares é condição indispensável para nosso crescimento pessoal e profissional.







Nessa marcha, vislumbramos importantes e exitosos passos em direção a um processo de orientação profícuo que possibilite ao pós graduando perceber os diversos caminhos formativos, posto que o curso em questão foi elaborado com base em três importantes dimensões: formação continuada; o apoio à pesquisa acadêmica em educação, pobreza e desigualdade social e o apoio à difusão do conhecimento, além de ter uma organização curricular distribuída em 5 módulos, que incorporou em todo seu percurso atividades práticas e reflexivas, contabilizando 360 horas de percurso formativo.

Na verdade essa assertiva a meu ver deveria servir como elemento facilitador desse processo de orientação e produção acadêmica, uma vez que as atividades de estudo e pesquisa, desenvolvidos ao longo dos módulos, deveriam subsidiar ou até mesmo facilitar a feitura dos artigos exigidos como requisito final para a obtenção do título de especialista, mas sabemos, que não na maioria dos casos não foi de fato o ocorreu. O que vi? O que senti? Infelizmente o espaço não me permite pontuar de forma detalhada, mas destaco que o cruzamento de olhares entre orientadora e orientandas registrou um conjunto de incertezas, dúvidas e receios que somadas tantos outros elementos e sentimentos dificultaram de forma significativa o trabalho em questão.

434

### **Procedimentos Metodológicos**

A caminhada compartilhada por opção ou imposição permitiu embora de forma breve (a priori 6 meses de orientação que acabaram se reduzindo a 5) lançar um olhar atento acerca dos sujeitos envolvidos no processo, não com a intenção de rotular quem teve facilidade ou dificuldade em tecer seu produto final, mas sobretudo acompanhar o processo de cada uma na tentativa de contribuir cada vez mais para que pudessem avançar sozinhas.

Para isso, o registro mensal feito por meio do relatório enviado a coordenação foi essencial, posto que possibilitou uma análise detalhada do processo individual de cada uma (todas são do sexo feminino), permitindo assim realizar um trabalho mais direcionado a quem não conseguiu realizar suas atividades suficientemente.

O caminho foi árduo, cheio de encontros e desencontros (sobretudo teórico), posto que no diagnóstico inicial junto a turma ficou claro que o processo de orientação precisaria sobrepor as instruções iniciais recebidas por meio da coordenação curso, o qual previa dois encontros presenciais e a realização de acompanhamento diário e/ou semanal via plataforma moodle. Aparentemente uma estratégia ideal, porém sem muito sucesso, pois o acesso à internet (alguns só dispõe de internet no ambiente de trabalho) e o contato com a plataforma,





acabaria dificultariam e atrasariam o processo (talvez um elemento a ser reavaliado em novas experiências futuras).

Nesse sentido, optou-se por realizar encontros presenciais mensais, onde além da indicação de leituras que ajudariam na composição do projeto de investigação e posteriormente na elaboração do Artigo final, era dado retorno por escrito e verbal de todas as atividades realizadas pelas mesmas.

### Resultados e Discussão

Assim, de posse dos elementos exigidos no acompanhamento mensal exigido pela coordenação do curso segue situação atual da turma, levando em consideração a finalização do artigo até a presente data. Vejamos:

#### Quadro 1. Situação atual da turma

NOME	Concluiu os artigo Integralmente	Realizou as Atividades Suficientemente	Realizou as Atividades Insuficientemente	Não Realizou as Atividades
Cursista A			X	
Cursista B	X			
Cursista C				X
Cursista D			X	
Cursista E		X		

435

Considerando a proposta inicial da coordenação, vemos que somente a **Cursista B** estaria apta a defender o artigo e assim receber o certificado de conclusão. As demais, por mais que avançassem como é o caso da **Cursista E**, não conseguiriam, posto apresentaram maior grau de dificuldade na compreensão da proposta, o que implicou em um tempo maior.

#### Quadro 2. Formação

Formação Superior	Pedagogia	Normal Superior
	4	1

Importa frisar que as dificuldades não consistiram basicamente em compreender os elementos teóricos, sistematizar os achados da pesquisa, nem tão pouco fazer o cruzamento dos mesmos para em seguida propor novas reflexões. Ao contrário, evidenciaram que embora





tenham uma formação inicial efetivada (**quadro 2**), refletiram também na própria escrita, apresentando assim dificuldades em elementos básicos como concordância, grafia, acentuação, etc, o que de certa forma me assustou por se tratar de professores já formados, atuantes nas redes municipal e estadual de ensino em busca de uma certificação a nível de pós graduação *latu sensu*.

Assim, pergunta-se: o objetivo é realimentar (por meio desse curso) o aligeiramento do processo formativo desses sujeitos afim de permitir uma apropriação superficial dos conhecimentos acerca dos principais temas que perpassam o mesmo? Caso negativo, faz necessário repensar de forma intensa todo o processo, posto que esse formato, certamente distancia a problematização e o questionamento do conhecimento, propiciando que os processos de alienação tendam a se repetir.

### Considerações Finais ou Conclusão

Acredita-se que a formação que se faz reflexiva tem por base favorecer a “emancipação e a autonomia profissional de modo a não fazer do seu próprio trabalho simples reprodução, mas criação de um espaço de *práxis*” (PINHO, PEREIRA e ARAÚJO, 2006).

Os conexões estabelecidos entre as políticas de formação (seja inicial ou continuada) relevam que os saberes construídos durante o processo, na relação orientador e orientado emergem não só em relação teoria e prática que bem sabemos deve ser fortalecida num processo permanente que envolve comprometimento. A relação se dá além desses elementos, ela envolve um conjunto de sentimentos (de ambos, sejam bons ou ruins) e impactam de maneira significativa no processo de ensino e aprendizagem. Assim, na visão de VIANA e VEIGA (2010) a possibilidade de êxito da relação e da produção acadêmica exige do orientador e do orientado “diálogo, dedicação, organização, disciplina, interesse, satisfação, reforçados pelo compromisso e responsabilidade de ambos, destacando a importância da autoavaliação do orientado e do orientador no processo”. Enfim, esse aprendizado implica mudanças nos modos de ser, de pensar e de agir de todos.

Nesse sentido, o texto em questão procurou não só apresentar de maneira rápida os elementos que se fizeram presentes no processo de orientação acadêmica, mas pensar como estes podem refletir nos caminhos formativos de ambos os sujeitos (orientandos e orientador) afim de contribuir na elaboração de novas políticas de formação.





## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais Do TCC/ Curso de Especialização em Educação, Pobreza E Desigualdade Social**. Palmas 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

PINHO, Maria José de. PEREIRA, Fabíola Andrade e ARAÚJO, Nataniel da Vera Cruz Gonçalves. “**Aprendendo e ensinando uma nova lição**” por meio da experiência educativa do PARFOR/Tocantinópolis. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 119-136, Mai./Ago. 2016. Disponível em < <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em 10 de novembro de 2017

VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá e VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **O diálogo acadêmico entre orientadores e orientandos**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 222-226, set./dez. 2010.

## EDUCAÇÃO E POBREZA: O ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PBF NO ÂMBITO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO NO ANO DE 2016.

Fabiula Rangel de Sousa

437

Verônica Dantas Meneses

**Resumo:** O trabalho objetiva analisar quais as Condicionalidades do Programa Bolsa Família na educação; verificar o papel da escola no acompanhamento da frequência e do programa bolsa família; e identificar quais os motivos de maior descumprimento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família observado através do acompanhamento em Palmas TO em 2016. A ideia central consistiu em avaliar o papel da escola no acompanhamento das condicionalidades do PBF no município de Palmas, e sua importância na ajuda no combate à pobreza e desigualdade social nas escolas. Para isso, realizou-se estudo bibliográfico de análises e de pesquisas sobre o tema em livros, artigos e sites, e a análise de documentos cedidos pela Vigilância da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, diálogos em escolas. Ao final do estudo foi possível evidenciar que a escola atua muito pouco no acompanhamento das exigências ao bolsa família e que as condicionalidades funcionam mais como uma obrigação do que como uma contrapartida para obter benefícios maiores que visam à superação dos problemas relacionados à pobreza e extrema pobreza.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Condicionalidades do Programa Bolsa Família.

## Introdução

Este trabalho finaliza a proposta do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Para isso, buscamos entender melhor o contexto das políticas de proteção e promoção social no campo das políticas públicas de garantia de direitos de cidadania nas áreas de assistência social e transferência de renda, partindo do princípio que







estes programas, como o Programa Bolsa Família, pode contribuir para melhorar os índices de escolaridade e diminuir a evasão escolar em camadas de baixa renda.

Hoje em dia encontramos resultados importantes sobre o cumprimento das condicionalidades do programa bolsa família na educação, que garante uma grande frequência na escola. O acompanhamento da escola às condicionalidades do Programa Bolsa Família pode contribuir com a frequência do aluno e em consequência em seu desenvolvimento e conhecimento, transformando assim sua vida, podendo através da escola aprender a mudar a realidade de vulnerabilidade em que vive, muitas vezes com ausência dos direitos básicos às crianças e adolescentes pobres e em extrema pobreza, muitos sem conhecimento nem do benefício do programa bolsa família, que poderia ser uma grande ajuda na garantia do mínimo para sobreviver.

O que impulsionou a realização deste trabalho foi tentar responder ao questionamento sobre se as condicionalidades do PBF realmente contribuem para a permanência do aluno na escola, e assim demonstrar a importância das condicionalidades do PBF. Com isso, pretende-se contribuir para conceitos, definição e ferramentas necessárias para a construção de políticas educacionais e sociais para manutenção da escola, preservando o direito a vida, a igualdade e a diversidade.

438

Conhecer o PBF, e adentrar na temática das condicionalidades do Programa Bolsa Família, é muito importante para podermos entender como a escola está ajudando, e como poderá intensificar o trabalho de combate a pobreza e extrema pobreza, na garantia de direito a vida, igualdade e diversidade através da educação.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para realização deste artigo, e compreensão do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família na Educação no âmbito municipal de Palmas – Tocantins optou-se por pesquisa documental de caráter exploratória, qualitativa e quantitativa, através de livros, apostilhas, artigos, sites, e com relatórios cedidos pela Vigilância da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, além de observações durante os trabalhos em campo realizados durante o desenvolvimento do curso de Especialização.

Através dos relatórios cedidos pela Vigilância da Secretaria Municipal de Desenvolvimento social (SEDES), foi possível fazer o levantamento dos motivos de maior descumprimento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família.





## Resultados e Discussão

Considerando os custos que a fiscalização das condicionalidades representa, sobretudo para os municípios, Medeiros, Brito e Soares (2007, p. 14): “em poucas palavras, não se sabe ao certo quão necessárias são as condicionalidades, quanto se gasta para controlá-las e o que exatamente se ganha com isso”.

De acordo com Pires (2013a), a relação do PBF com a pobreza aponta para as condicionalidades do PBF no âmbito educacional como instauradoras de uma relação de troca e reciprocidade entre os beneficiários desta Política Pública e o Estado. A noção de compromisso apareceu também em entrevistas da pesquisa nacional Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Os participantes dos grupos focais manifestavam, geralmente, sua aceitação às condicionalidades, ora registrando a importância que elas tinham para garantir a presença das crianças na escola "em lugar de estarem na rua", ora por obrigarem o funcionamento de certos serviços, especialmente os oferecidos em unidades de saúde. Consideraram, ainda, as condicionalidades como compromisso de contrapartida que traz ganhos incontestáveis (IBASE, 2008 apud PIRES, 2013b, p.526).

Pires (2013) alerta que estas exigências, tomadas como obrigações e não como contrapartidas, restringem a educação a um instrumento para se ter habilidade, retirando sua função social maior, um investimento o qual será valorizado ou não a depender das forças do mercado das sociedades capitalistas. “Assim, deixa de ser fundamental nos processos educativos a formação da pessoa, num sentido mais amplo, para se valorizar a transmissão de um conjunto de habilidades e destrezas” (PIRES, 2013b, p. 517). Neste aspecto, tanto a Escola quanto a Família, enquanto formadoras do sujeito, têm responsabilidade de juntas trabalharem neste processo para formar o aluno e o cidadão.

Na aplicação do Programa Bolsa Família, a escola participa do acompanhamento das condicionalidades através da matrícula e frequência escolar dos alunos beneficiário do PBF, que é repassada via sistema. Quando o aluno beneficiário do Programa Bolsa Família tem mais de três faltas escolares é enviada pela orientação pedagógica da escola uma ficha - FICAI, onde o responsável pelo aluno deve justificar o motivo da falta, que será enviado via sistema para a secretaria municipal de educação (SEMED) que repassa para acompanhamento da secretaria de desenvolvimento social (SEDES). Por meio deste acompanhamento é possível propor políticas que garantam o direito mínimo à vida digna, com educação e lutando contra as desigualdades sociais.





Assim, a escola não acompanha este trabalho de construção de políticas através do acompanhamento dos motivos de descumprimento das condicionalidades, pois a mesma não tem assistentes sociais dentro da escola com acesso aos dados computados pela vigilância da secretaria municipal de desenvolvimento social para funcionários cadastrados, da secretaria de desenvolvimentos social, a escola só é envolvida no acompanhamento quando o problema da falta escolar esta relacionado a problemas dentro do ambiente escolar, sendo necessário o envolvimento da escola.

Sobre os principais motivos para a baixa frequência escolar em Palmas (Fevereiro-Novembro/2016), segundo dados cedidos pela vigilância da secretaria de desenvolvimento social, coletados no Sistema de Condicionalidades (Sicon) (SEDES/Palmas/TO), observa se que nas duas faixas etária de idade (6 a 15 anos e 17 e 17 anos) prevalece a negligência dos pais ou responsáveis. Também percebemos que muitas informações não são aferidas, pois nas duas faixas etárias temos também o motivo não informado. Segundo os dados, na faixa etária de 16 a 17 anos também foi registrado desinteresse e desmotivação pelos estudos.

Os dados da pesquisa realizada mostram que é preciso um trabalho mais assíduo junto às famílias beneficiadas pelo PBF em relação às condicionalidades, mas acreditamos também em relação ao próprio futuro de seus filhos. No que se refere à ação da escola acreditamos que ela precisa ser mais atuante, por exemplo, averiguar as situações internas e externas que causam tal desmotivação para os estudos evidenciada nos dados especialmente entre os adolescentes.

Assim, conforme os autores lidos e os resultados que analisamos em relação a Palmas percebe-se que há muito que se discutir sobre a efetividade das condicionalidades, que as suas exigências não tem necessariamente efeito com a escolaridade e o bom rendimento escolar, quer para adquirir habilidades para aplicar no mundo do trabalho, quer como formação humana.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Com esta pesquisa percebemos que o acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família no Município de Palmas-TO, acontece via sistema, porém atualmente a escola funciona como ferramenta de controle apenas das frequências, o que não a torna efetiva no conhecimento e combate dos motivos de descumprimento das condicionalidade do Programa Bolsa Família, participando assim somente com o repasse de dados de matrícula e frequência escolar.





O desafio da Secretaria Municipal de educação e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social hoje é conseguir efetivar nas escolas assistentes sociais para participar ativamente da vivência escolar e acompanhar de perto os motivos de descumprimento das exigências do Programa Bolsa Família de cada ambiente escolar, podendo assim acompanhar de perto as causas de descumprimento das condicionalidades escondidas por trás dos motivos relatados nos dados apresentados, como a negligência dos pais ou responsáveis e o desinteresse e desmotivação pelos estudos.

Contudo, entendemos que as condicionalidades da educação para acesso ao PBF são importantes para o desenvolvimento de escolaridade e aprendizagem do aluno beneficiário. Percebe-se que o sistema acontece com gestão intersetoriais, incluindo a escola, para poder proporcionar os dados mais reais a serem computados e também no sentido de propor estratégias de melhorias para a autonomia da criança ou adolescente beneficiário do Programa Bolsa Família (PBF). Assim, precisa-se ir além de burocracias via sistema e investir mais em profissionais para levar o acompanhamento social multidisciplinar real dentro da escola.

### Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: relatório síntese*. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. *Transferência de Renda no Brasil*. Novos Estudos, [S.l.], n. 79, p. 5-21, nov. 2007.

PIRES, André. *Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP)*. Revista de Ciências Sociais, n. 38, Abril de 2013a, pp. 171-195. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/14363>. Acesso em 12/11/2017.

\_\_\_\_\_. *Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?* Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a07v21n80>. Acesso em 12/11/2017.







## POBREZA E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fernanda Luz de Oliveira

Ana Cristina Teixeira de Brito Carvalho

**Resumo:** A educação infantil é um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, sem distinção decorrente de origem geográfica, cor da pele, etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Na verdade, as diferenças educacionais entre os indivíduos geram uma desigualdade no mercado de trabalho, que gera desigualdade na renda, que resulta na persistência da pobreza entrando assim em um ciclo vicioso. O artigo em questão é de revisão, sendo assim, desenvolvido com base em pesquisas bibliográficas. Objetivo principal do estudo é de averiguar a importância da contribuição do currículo da educação infantil na luta contra a pobreza. Os resultados mostraram que a redução da pobreza está relacionada a mudanças estruturais no sistema educacional que garantam acesso à educação de qualidade para todos. Conclui-se que a pobreza, a escola e conseqüentemente o currículo estão intimamente relacionadas. A escola é vista com um espaço de socialização de valores e de identidades e por isso é importante que o espaço escolar busque trabalhar no currículo as vivências das crianças da educação infantil que estão submetidas a pobreza e para isso é preciso pensar, repensar e articular as formas de como trabalhar a temática da pobreza no currículo. Além do mais, é preciso abordar a temática da pobreza no currículo escolar para que os educandos da educação infantil possam ter consciência acerca da existência da desigualdade sociais e os motivos que ocasionam e quais suas conseqüências, com o intuito de formar cidadãos críticos.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Currículo. Pobreza. Desigualdade.

### Introdução

O Brasil ainda precisa lidar com a questão da pobreza, fato que atinge muitas famílias no país. Essa é a realidade de muitas crianças e adolescentes hoje matriculados nas instituições públicas de ensino, levando a muitas indagações por parte dos profissionais de educação sobre qual a melhor maneira de lidar com esse problema. Na verdade, a pobreza e a escola estão intimamente relacionadas, pois as condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral, em desigualdades escolares, e vice-versa (FERREIRA, 2016).

A escola é como uma instituição social voltada para a educação do cidadão, tem como objetivos principais a sua instrução e a sua formação. O ato educativo deve proporcionar ao aluno condições de compreender e interagir criticamente no contexto social. Portanto, é preciso buscar o significado do currículo escolar no processo de formação do aluno, compreendendo a sua dimensão política, ética e social da educação, identificando o ser humano como sujeito sócio-histórico-cultural, bem como a sua participação nesse contexto, considerando a capacidade de intervenção e transformação desta realidade (CROCETTI, 2016).

A escola precisa encarar a pobreza como uma realidade e o sistema educacional deve empenhar esforços no sentido de tornar a aprendizagem possível e adequada às reais necessidades dos alunos. No entanto, há que se considerar que a educação não é uma panaceia





para a pobreza, porém pode contribuir na formação de cidadãos mais conscientes, capazes de enxergar possibilidades de transformação de suas realidades (BRITO et al., 2016).

Santos (2016) salienta que a pobreza pode se caracterizar por abranger diferentes aspectos da vida dos indivíduos, como por exemplo a carência de bens e serviços essenciais para a vida: alimentação, vestuário, cuidados com a saúde, alojamento, etc. A carência social também é uma das principais características da pobreza, ou seja, a incapacidade das pessoas participarem de modo igualitário na sociedade. Esta situação está associada ao conceito de exclusão social.

Algo interessante mencionado por Grispino (2016), é que a educação infantil é considerada um dos mais poderosos instrumentos para combater a pobreza e a desigualdade. É importante que a escola proporcione um ambiente instrutivo criando situações em que crianças pobres e ricas passam a ter as mesmas chances, não só no jardim da infância, mas na vida inteira. Assim, o principal fator da pobreza são as diferenças familiares acarretando influências no desempenho escolar. A educação infantil merece uma atenção especial dos pais, profissionais da educação e sociedade em geral, pois é nessa fase que se (Educação Infantil) que se constrói melhores cidadãos. O Ensino Infantil, além de melhorar o desempenho futuro no mercado de trabalho, melhora e muito o desempenho acadêmico posterior, por isso, o Brasil precisa investir com força na pré-escola (GRISPINO, 2016). Sendo assim, objetivo do estudo em questão é de averiguar a importância da contribuição do currículo da educação infantil na luta contra a pobreza.

443

### **Procedimentos Metodológicos**

O estudo em questão foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas retiradas de livros e da internet, no período compreendido entre 2012 e 2017, com o objetivo de averiguar a importância da contribuição do currículo da educação infantil na luta contra a pobreza.

### **Resultados e Discussão**

O sistema educacional era no início do séc. XX, de segregação, escola para ricos e escola para pobres. Após as lutas dos diferentes movimentos sociais as distâncias diminuíram, ou seja, a educação formal ficou mais acessível, com garantias legais previstas na Constituição Federal (BRITO et al., 2016).

O currículo é extremamente importante como estratégia de aproximação com a realidade dos alunos. Ao refletir sobre o currículo escolar, Arroyo (2016) diz que o currículo é





frequentemente associado ao elenco de disciplinas a serem ofertadas em cada série. Ele é inerente a todas as instituições educacionais e se desenvolve de múltiplas formas, pois essas instituições trabalham e defendem uma cultura que se expressa por meio dele. O currículo exprime a ideologia, as relações de poder e a cultura de cada unidade escolar. Ele nunca é neutro, podendo assim, reproduzir as desigualdades e injustiças sociais ou contribuir para a construção de uma sociedade efetivamente democrática.

O Currículo da Educação Infantil é centrado nos eixos Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo e deverá contribuir para prática e vivência pedagógicas plenas de êxito e alegria, culminando com aprendizagem satisfatória e significativa das crianças (DANTAS, 2016).

Maudonnet (2016), diz que a elaboração de um currículo para educação infantil na luta contra a pobreza envolve diferentes aspectos como tais como: organização do tempo e espaço, seleção e utilização de material, agrupamento das crianças, definição dos conteúdos selecionados, metodologia condizente à teoria adotada e, finalmente, forma de avaliação do processo avaliativo. Quando se constrói o currículo para a educação infantil é preciso considerar a criança como um sujeito social e histórico que se constitui na interação com outros sujeitos da cultura, compreendendo as instituições de Educação Infantil como espaço de cuidado e educação das crianças de 0 a 6 anos, e estas, por sua vez, possibilitem a integração entre os diferentes aspectos do desenvolvimento humano (BARBOSA, 2013).

444

Arroyo (2016) salienta que a escola recebe milhões de educandos pobres e os educadores acabam se questionando, como incorporar nos currículos da educação infantil, nas áreas do conhecimento, no material didático, elementos que ajudem não apenas os alunos pobres, mas todos a entenderem uma realidade tão persistente na sociedade. Ainda conforme Arroyo (2016, p. 20),

Um caminho para articular a temática da pobreza no currículo pode começar por identificar que experiências, que práticas acontecem nas escolas que procuram incorporar as vivências e a história da pobreza nos currículos, seja de Educação Básica – da educação infantil ao ensino médio e a EJA –, seja nos currículos dos cursos de licenciatura. A ideia é procurar compreender o currículo na prática, ou seja, se professores-educadores (as) tratam desse assunto e como incorporam a pobreza nos currículos, nos temas de estudo e no material didático. Se analisarmos as Diretrizes Curriculares de Educação Básica e as Diretrizes Curriculares de Formação Docente, perceberemos que as referências à pobreza estão diretamente ligadas ao papel da educação como um dos elementos fundamentais para combatê-la; porém, continua não havendo lugar para as vivências da pobreza e para a discussão da sua produção histórica. As formas como os currículos abordam a pobreza e os (as) pobres – seja contemplando-os, seja ignorando-os –, tanto na





formação de professores como na Educação Básica, refletem-se nas maneiras adotadas pelas escolas para tratar os (as) alunos (as) pobres, suas famílias e suas comunidades. Buscar esse entendimento é um desafio que precisamos encarar de frente para procurar, em conjunto, alternativas que viabilizem, de fato, uma escola de qualidade para todos e todas.

Na verdade, o currículo da educação infantil, quando bem elaborado é considerado extremamente importante na luta contra a pobreza, mas para que isso aconteça, é necessárias melhorias de conteúdos e de métodos de ensino, levando em consideração a realidade vivida pelo educando pobre, buscando assim, trabalhar a temática da pobreza em sala de aula de forma criativa e inovadora, respeitando a vivência de cada criança, assim é possível contribuir com a redução da pobreza (DANTAS, 2016).

Dantas (2016) ressalta que a escola e conseqüentemente o currículo da educação infantil são considerados importantes colaboradores no combate à pobreza, mas para que isso aconteça, é necessário trabalhar a temática da pobreza e da desigualdade social na sala de aula, além das melhorias de conteúdos e de métodos de ensino, levando em consideração a realidade social e cultural do educando pobre, sabendo assim trabalhar no ambiente escolar, a vivência de cada criança, independente da condição financeira. Só assim é possível contribuir com a redução da pobreza (DANTAS, 2016).

Assim, para concretizar uma educação de qualidade para todos e lutar contra a pobreza, os currículos da educação infantil devem ter mais pertinência e permitir o aumento de equidade entre os educandos. É importante que se busque trabalhar no desenvolvimento de referência curricular que permita integrar nos currículos de educação de base os conteúdos e as abordagens pedagógicas mais pertinentes para a luta contra a pobreza (FERREIRA, 2016).

### **Considerações Finais**

A redução da pobreza está relacionada com as mudanças estruturais no sistema educacional que garantam acesso à educação de qualidade para todos. A pobreza, a escola e conseqüentemente o currículo estão intimamente relacionadas. Na verdade, a escola é vista com um espaço de socialização de valores e de identidades e por isso é importante que o espaço escolar busque trabalhar no currículo as vivências das crianças da educação infantil que estão submetidas a pobreza e para isso é preciso pensar, repensar e articular as formas de como trabalhar a temática da pobreza no currículo. Além do mais, é preciso abordar a temática da pobreza no currículo escolar para que os educandos da educação infantil possam ter consciência acerca da existência da desigualdade sociais e os motivos que ocasionam e quais suas conseqüências, com o intuito de formar cidadãos críticos.







Em outras palavras, pode-se dizer que, o currículo da educação infantil, quando bem elaborado é considerado extremamente importante na luta contra a pobreza, mas para que isso aconteça, é necessário melhorias de conteúdos e de métodos de ensino, levando em consideração a realidade vivida pelo educando pobre, buscando assim, trabalhar a temática da pobreza em sala de aula de forma criativa e inovadora, respeitando assim, a vivencia de cada criança, assim é possível contribuir com a redução da pobreza.

### Referências

ARROYO, Miguel G. **Pobreza e Currículo: Uma complexa articulação.** Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo4.pdf>>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

BARBOSA, Juliana Pereira. **O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Disponível em: <<http://webartigos.com./artigos/o-curriculo-na-educacao-infantil/53059>>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

BRAGA, Patrícia. **A importância do Currículo na Educação Infantil.** Disponível em:<<http://institutoceippopotinha.blogspot.com.br/>>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

BRITO, Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira de; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **ESCOLA, POBREZA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE A EDUCABILIDADE.** Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930\\_10055.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930_10055.pdf)>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

CASTRO, Amanda. **Significado de Pobreza.** Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pobreza/>>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

CROCETTI, Rosângela Maria de Borba. **O currículo como forma de enfrentamento do fracasso escolar.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1429-8.pdf>>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

DANTAS, Ana Sueli Melo. **Crianças em Creche: um espaço onde o cuidar e o educar caminham juntos.** Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/politicas-publicas/criancas-em-creche-um-espaco-onde-o-cuidar-e-o-educar-caminham-juntos>>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

FERREIRA, Marta. **Como poderia o currículo contribuir melhor para a luta contra a pobreza?** Disponível em: <[www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod\\_forum/.../curriculo\\_pobreza.pdf](http://www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod_forum/.../curriculo_pobreza.pdf)>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

GRISPIN, zabel Sadalla. **Alerta universal sobre a educação infantil.** Disponível em: <[http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1452](http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1452)>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

MAUDONNET, Janaina. **Currículo na Educação Infantil.** Disponível em: <<http://pedagogiacomainfancia.blogspot.com.br/2014/01/curriculo-na-educacao-infantil.html>>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

MEC. **Educação Infantil.** Disponível em:< <http://educacaointegral.mec.gov.br/educacao-infantil>>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

PIZZI, Laura Cristina Vieira. **Política de qualificação profissional de jovens e adultos: desenvolvimento, pobreza, currículo e identidade.** Disponível em:





<[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/226.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/226.pdf)>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

SANTOS, Elenilza Santana dos. **Pós-graduação em educação, pobreza e desigualdade social.** Disponível em: <<https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-Applicadas/Ci%C3%AAncias-Sociais/P%C3%93S-GRADUA%C3%87%C3%83O-EM-EDUCA%C3%87%C3%83O-POBREZA-E-DESIGUALDADE-1172086.html>>, acesso em: 10 de novembro de 2017.

SILVA, Lucília Carvalho da. **Reflexões sobre a relação: educação e pobreza.** Disponível em: <[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170608151806.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170608151806.pdf)>, acesso em> 10 de novembro de 2017.

## A MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL JACY ALVES DE BARROS NA CIDADE DE ARRAIAS – TO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS

Flavia Dayane Pereira da Silva  
Samuel Correa Duarte

**Resumo:** A busca pelo ensino de qualidade tem se tornado incansável por pais e comunidade docente. Faz-se necessário conhecer a origem e a instauração dos colégios militares e da polícia militar no sistema público de ensino, que ambos têm como objetivo um ensino que resgata valores como o respeito, a ética e cidadania, termos que estão se perdendo dentro de sociedade e em escolas não militarizadas. O objetivo do trabalho é compreender os reais impactos sociais e pedagógicos a partir da militarização da escola. Foi elaborado um questionário com participação de alguns pais e professores, para compreender o nível de satisfação, dificuldades e envolvimento da família na vida escolar do aluno. Observou a existência significativa de famílias de baixa renda, mas que se esforçam em manter seu filho o Colégio da Polícia Militar, por acreditar no ensino de qualidade e o resgate de valores que estão perdidos numa sociedade de constantes mudanças. O currículo trabalhado procura se adequar a realidade da clientela, buscando o ensino satisfatório.

**Palavras-chave:** Disciplina. Escola. Sociedade.

### Introdução

O presente trabalho tem como objetivo o conhecimento das organizações de ensino básico do Sistema de Ensino Militar Brasileiro e do Colégio das Polícias Militares do estado. a partir de um breve histórico sabe-se o motivo do surgimento dos Colégio Militares, a estrutura e sua organização. o Colégio da Polícia Militar preservam os conceitos das Polícias Militares como os da hierarquia e disciplinas, que são os pilares desta instituição.

A sociedade ansiosa por um modelo de ensino que proponha a disciplina, mas não sendo apenas necessária a atuação da escola, mas a ação imprescindível da família na educação do aluno. Os alunos de baixa renda, participam do Programa Bolsa Família, e devem possuir um nível de frequência mínima para receber o benefício, portanto, isso é uma forma de coibir a evasão escolar.

O Colégio da Polícia Militar – IV preocupa-se com um ensino que respeite e se adapte a realidade do aluno, seu currículo e voltado as necessidades do mesmo. Por fim as





considerações que afirmam que apesar de muitos não acreditarem na união de polícia e educação, tem se surpreendido com os resultados obtidos.

### **Procedimentos Metodológicos**

Procedimentos utilizados foram pesquisa bibliográfica e questionários para o corpo docente, pais e alunos do Colégio da Polícia Militar – Unidade IV na cidade de Arraias.

### **Resultados e Discussão**

Ao iniciar o processo de militarização, houve resistência por parte de alguns alunos e pais no quesito o método disciplinar utilizado e a cobrança pela apresentação pessoal, pois foi vista como forma de intimidar o aluno, sendo que o real objetivo seria uma adaptação ao modelo dos demais colégios militares do Estado do Tocantins.

O processo de adaptação do aluno do CPM-IV, a equipe escolar preocupa-se na organização do uniforme, no modo de vestir, organizar o material, o modelo de penteado dos cabelos (para as meninas) e no corte dos cabelos (para os meninos), não sendo permitidos cortes e cores exacerbadas nos cabelos, bem como, batons de cores esdrúxulos, brincos grandes e o uso de celular nas dependências do colégio. Sendo assim Castro afirma que:

Cabelos não cortados ou não presos, uso inadequado do uniforme ou de calçados que não sejam pretos e o uso de unhas pintadas ou quaisquer adornos que chamem a atenção são exemplos de comportamentos que atacam o padrão de apresentação pessoal esperado. (CASTRO, 2016, p. 47).

448

Tais ações inicialmente foram reprovadas por parte dos alunos, a partir da pesquisa realizada, por meio de questionário com pais, alunos e professores, adaptação tem sido vista de forma positiva pela a comunidade escolar (incluído pais e vizinhança próxima ao colégio).

O civismo é trabalhado através do hasteamento/arreamento diário da Bandeira Nacional, algo que já deixou de fazer parte do cotidiano escolar de muitas escolas.

Os relatos nos questionários percebe-se que os pais, em sua maioria, são favoráveis ao modelo de ensino e apoiam a rotina de estudo do filho.

Para Gramsci *apud* Pires (1999, p. 184): “A disciplina deve formar o aluno ‘ como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige’”. A disciplina e a hierarquia são trabalhadas com fatores essenciais para o sucesso da aprendizagem.





### Considerações Finais ou Conclusão

A sociedade arraiana e das cidades circunvizinhas, ansiavam por uma educação voltada aos princípios da hierarquia e disciplina. Não existe distinção de classes, pois todos os alunos vestem o mesmo uniforme.

As sanções disciplinares vão de leves, médias, graves e gravíssimas, podendo o aluno ser suspenso e até mesmo excluído do CPM-IV.

De acordo com o relatório de notas bimestrais do Sistema de Gerenciamento Escolar - SGE da Secretaria Estadual de Educação, a aprendizagem dos alunos tem sido satisfatória cada bimestre, mas ainda é preciso melhorar.

Esse é um ano de adaptações tanto para o corpo discente, quanto o docente. As expectativas têm sido superadas e através de um trabalho em conjunto dos militares, equipe de professores e coordenadores o sucesso do CPM-IV será ampliado, chegando ao índice relevantemente satisfatório do processo de ensino aprendizagem.

### Referências

CASTRO, Nicholas Moreira Borges de. “Pedagógico” e “disciplinar”: o militarismo como prática de governo na educação pública do estado de Goiás. 2016. Disponível em : <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22204>. Acesso 14 set 2017.

PIRES, Dorotéia Baduy. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** Educação & Sociedade, v. 20, n. 66, p. 181-185, 1999.

449

## BOLSA FAMÍLIA: A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

**Francisca da Silva Carvalho**  
**Ana Cristina Teixeira de Brito Carvalho**

**Resumo:** Este artigo objetiva falar sobre o programa de assistência às famílias pobre, o Bolsa Família, apresentando em seu corpo alguns conceitos que representam seu alicerce, bem como seus pontos positivos e negativos, suas falhas e alguns pontos que podem contribuir para seu aperfeiçoamento através de mudanças em sua estrutura. O programa foi criado com o intuito de minimizar as desigualdades sociais e distribuir renda, no entanto não consegue efetivar de fato seu objetivo por ainda não ter encontrado e nem implementado uma saída definitiva para a pobreza, visto o assistencialismo que acaba gerando aos beneficiados em relação ao programa.

**Palavras-Chave:** Família. Escola. Pobreza.

### INTRODUÇÃO

O Bolsa Família é um dos maiores programas de transferência de renda do Brasil. Ele objetiva não só uma medida paliativa, mas acabar com a pobreza no Brasil através da dignidade humana, o que só é alcançado com produtividade própria e da educação, o que é







um dos fatores mais cobrados pelo programa para a permanência das famílias no programa. O objetivo deste trabalho é conhecer e analisar o Programa Bolsa Família como política de combate à pobreza, abordando o que é, seu surgimento, sua realidade no Brasil, o perfil das famílias atendidas, como fazer para ter acesso ao sistema de gestão de benefícios, seus pontos positivos e negativos e sua relação com a escola e educação em si. Sabe-se que o programa possui falhas evidentes e que precisam de intervenção por meio das autoridades responsáveis, contudo, o mesmo também vem mostrando grande contribuição na melhoria de vida das famílias que se encontram na pobreza e na extrema pobreza.

### **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O QUE É?**

O Programa Bolsa Família é um programa de rendas repassado às famílias pobres, aquelas que vivem com grande dificuldade financeira; essa transferência é direta e é efetuada para famílias pobres e extremamente pobres, que tenham criança ou adolescente de 0 a 17 anos. SILVA e LIMA (2016) destacam que:

A transferência de renda é concebida como uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias, sendo esses programas considerados no contexto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com base em duas características essenciais: são destinados ao público alvo da política de assistência social e sua concessão independe da contribuição prévia, isto é, representam a garantia de uma renda mínima de subsistência, em complementação à renda do trabalho. São programas situados no contexto do Sistema de Proteção Social brasileiro, atualmente representando sua dimensão mais significativa e mais prevalente em razão do quantitativo do público alvo atendido, da abrangência geográfica e do volume de recursos a eles destinados. (p.29)

450

O objetivo principal do programa ainda é o mesmo desde sua criação, tirar famílias do estado de carência e pobreza ou de extrema carência e pobreza e, acima de tudo, combater a fome e as desigualdades por meio de transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos, que são saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promovendo a inclusão social, contribuindo assim para a emancipação das famílias assistidas, edificando meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

O Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza, que são: a promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; o reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio dos cumprimentos das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações e a coordenação de





programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Além disso, são exemplos de programas complementares os programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

### **BOLSA FAMÍLIA E SEU SURGIMENTO**

O Brasil, devido seu histórico de colonização, desenvolvimento tardio e dependência financeira, bem como por seus problemas internos antigos e atuais, possui grande quantidade de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, sendo assim um país subdesenvolvido com alto nível de pobreza, o que obrigou que fossem tomadas medidas que solucionassem ou minimizassem tal situação, gerando assim programas que contribuíssem para o fim dessa triste realidade.

O Programa Bolsa Família foi criado por meio de medida provisória e transformado em Lei e regulamentado por Decreto, o qual passou a ser o principal Programa de Transferência de Renda do Governo Federal. O Programa Bolsa Família juntou e aumentou muitos programas sociais já existentes em um único programa social, com cadastro e administração centralizados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

451

Segundo SILVA, Maria Ozanira da Silva e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada (32-33, 2016), “ A existência da diversidade de programas de transferência de renda nos três níveis de governo colocou a necessidade de unificação desses programas, culminando com a criação do BF em 2003, cujo fundamento foi um diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento no Brasil, elaborado durante a transição do governo FHC para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no terceiro trimestre de 2002”.

Sete anos após sua efetiva implementação, em setembro de 2010, cerca de 12 milhões de famílias eram beneficiadas pelo programa, onde a unificação do mesmo, segundo o Banco Mundial, favoreceu a eficiência administrativa e a fiscalização do mesmo. Em 9 de janeiro de 2014, com a Lei 10.836, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou oficialmente o Programa Bolsa Família.

### **A REALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL**

Superficialmente, no início, o Programa Bolsa Família era visto meramente como um programa assistencialista e populista, o qual era usado para a ‘compra de votos’, como muito já se ouviu falar quando um ou outro não conseguia realizar o referido cadastro. Contudo, é





notório a mudança de visão e de pensamento no que se diz respeito ao programa, visto que a comunidade assume que num geral a vida da população mais carente melhorou, e não somente das famílias beneficiadas, mas de um geral, pois tem efeitos muito maiores do que os que são geralmente abordados. Para o sucesso do programa muitos fatores se fazem fundamentais, como o controle e o valor, que é alto o suficiente para tirar as famílias da miséria absoluta e baixo o suficiente para que, de acordo com a melhora, se torne insignificante para o mesmo. As pessoas que recebem o Bolsa Família tem, relativamente, um significativo aumento em seu poder de compra, relacionado a itens indispensáveis a sobrevivência humana, como água, limpeza, material escolar, alimento, saúde, e outros.

SILVA e LIMA (2016, p. 44) enfocam que “O baixo nível de renda da população brasileira é acompanhado por baixos níveis de escolaridade, má qualidade dos postos de trabalho e carência no acesso a serviços básicos”, contudo com o programa BF, a educação no Brasil teve significativa melhoria, tanto na diminuição na evasão, quanto na aprendizagem, já que o mesmo exige a presença da criança e adolescente na escola, embora não o garanta. Ir à escola e alimentar-se são fatores essenciais de caminharem juntos, pois ninguém aprende sem ir à escola, e nem se estiver com fome, e grandes são os prejuízos da desnutrição na aprendizagem.

452

## **PERFIL DAS FAMÍLIAS CONTEMPLADAS E ACESSO AO SISTEMA DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS**

O Programa Bolsa Família atende as famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, onde é feito uma análise de seu cadastro e assim a adesão ou não da família ao programa. Não existe, no entanto, um cadastro em particular do Programa Bolsa Família; na verdade a inscrição é do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e segundo SILVA, Maria Ozanira da Silva e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada (123, 2016):

“No BF, as famílias são selecionadas com base nas informações inseridas pelo município no CadÚnico. A situação socioeconômica das famílias e determinada, para efeito da inclusão no programa, a partir do critério de renda, com limites definidos com base em estudos desenvolvidos pelo MDS, com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O programa é feito para essa população devido o valor de sua renda ser considerado insuficiente para sua sobrevivência e desenvolvimento, então o governo federal intervém para proporcionar uma qualidade de vida mais digna a essa população. A inscrição no Cadastro





Único não indica que a família esteja de imediato incluída no Bolsa Família; a seleção é realizada via sistema informatizado com base nos dados coletados no Cadastro Único e das regras do próprio programa, não havendo intermédio pessoal nesse procedimento. As famílias efetivadas no programa recebem por meio dos Correios em suas casas um cartão bancário emitido pela Caixa Econômica Federal, conhecido por ser o Cartão Bolsa Família; juntamente com ele recebe orientações por escrito de como ativar seu cartão, as datas de saque e demais informações importantes acerca do mesmo. Ele objetiva distribuir uma renda auxiliar para as famílias que se encontram em situação mais extrema de pobreza de forma mais justa, daí a necessidade da efetivação do cadastro e do preenchimento de alguns pré-requisitos para o ingresso no programa de rendas.

### **PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Os valores pagos pelo programa Bolsa Família variam de família para família, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças de cada casa. Em algumas situações, o valor em uma ou outra família pode ser maior, pois alguns desses benefícios já vinham de programas anteriores e recebiam um benefício maior. O Bolsa Família veio para de fato somar com a população brasileira, pois além dos benefícios individuais às famílias, trouxe mais eficiência e transparência nos gastos públicos, visto que o benefício é pago diretamente nas contas bancárias das famílias, não sofrendo influência e nem interferência de terceiros em si; outro aspecto interessante é o elo entre os governos Federal, Estadual e Municipal, onde todos estão empenhados e potencializados a combater a pobreza; bem como se torna maior e efetivamente crescente o volume de recursos nos governos e cresce o estímulo ao empreendedorismo.

453

A eficácia desta política social é afetada na proporção que são percebidas falhas no direcionamento do mesmo, bem como nos efeitos desagradáveis que este pode gerar. Além do mais, o programa remete ao assistencialismo, que é ineficaz quando se associa à necessidade de se inserir o pobre no mercado de trabalho, o qual torna-se, por este ângulo, o maior ponto negativo desta política no combate à pobreza. Iuri Sampaio Santos (2017) reforça essa colocação dizendo:

... o programa não estabelece como uma das metas principais a serem atingidas a questão da inserção ocupacional dos pobres que recebem o benefício no mercado de trabalho. O programa estabelece regras de acesso ao mesmo, com o cumprimento das condições nas áreas de saúde e educação, quando deveria também condicionar o recebimento do benefício à obrigatoriedade de participação das famílias pobres em cursos de capacitação profissional.







## RELAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA COM A ESCOLA

O programa Bolsa Família foi pensado com a intenção de ampliar a capacidade pensante e cognitiva das pessoas, visando assim, o então sonhado fim da pobreza, haja visto ser uma das exigências do programa que os filhos tenham frequência na escola para que assim não percam o benefício da bolsa. Essa imposição que ficam sujeitas hoje as crianças em relação à educação, lhes promoverá no futuro um crescimento e ganho em seu capital humano, o que favorecerá em sua saída da condição de pobreza. Segundo Aguiar (2012, 5), a teoria do capital humano parte do estudo de que: “Os pobres só permanecem na condição de pobreza porque lhes faltam os conhecimentos que os tornariam produtores mais hábeis e, conseqüentemente, melhorariam seus rendimentos.” Ressalta ainda que a educação será capaz de modificar uma pessoa de baixa qualificação em uma de melhor qualificada. Sendo assim, a escola é o caminho para a mudança das condições de vida de cada ser humano, logo a educação e a escola são meios importantes para mudança da instabilidade social. O Programa Bolsa Família não ajudará a conquistar só a autonomia, mas também a cidadania, pois o beneficiado entenderá então que não é uma ajuda ou esmola, mas um direito. A transferência de renda do programa contribuirá para a diminuição da pobreza, contudo o foco é que seus beneficiários superem a condição de vulnerabilidade em que se encontram.

454

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos mais graves problemas da sociedade brasileira continua sendo a pobreza, erradicá-la permanece então um desafio constante para ser solucionado pelas autoridades. Essa situação faz parte de todo o processo histórico do Brasil, que tem uma vasta herança de exclusão social, o que trouxe, ao longo do tempo, uma gama de formas diferentes para se tentar combater a pobreza. Combater a pobreza não implica somente em fazer crescer a economia, mas sim em favorecer medidas que ajustem e distribuam melhor a renda entre a população, visto que o país não é uma nação com pouca produção de alimentos, mas uma nação com significativa população abaixo da linha da pobreza, não tendo condições sequer de uma alimentação satisfatória.

Um dos mais importantes meios para tentar diminuir as desigualdades sociais é a educação. Promover o acesso e a permanência de crianças e adolescentes pobres na escola é uma maneira de, futuramente, inseri-los no mercado de trabalho, contudo, tal possível mudança acontecerá a longo prazo, e, até que ela alcance a vida adulta, terá que trabalhar para não passar fome, o que favorecerá a evasão escolar. Fome e pobreza mantém uma relação de





causa e consequência; mulheres gestantes que não se alimentam bem por não terem condições, terão filhos subnutridos, que além de problemas de saúde, provavelmente também terão significativa dificuldade de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.) **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014, 246p.

NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Org.) **Tempo de Bolsas**: estudos sobre programas de transferência de renda. Campinas: Papel Social, 2015, 193p.

COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda**: contextos e desafios. São Paulo: Cortez, 2012, 285 p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.) **O Bolsa Família**: verso e reverso. Campinas: Cortez, 2016, 260 p.

SANTOS, Iuri Sampaio. **Bolsa Família**: concepções, aspectos positivos e negativos deste programa de transferência de renda com enfoque no assistencialismo. Salvador, 2007.

## IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

Francisca Emanuele Mendes Lima

455

**Resumo:** Este artigo visa abordar o programa de transferência de renda às famílias pobres, o Bolsa Família, apresentando em discorrer conceitos que explanem seu fundamento, conceituando-o e explanando sobre sua criação, bem como o perfil dos beneficiários, suas vantagens e desvantagens e por fim, os impactos que causa na educação; não deixando de ressaltar ainda algumas colocações que se considera pertinente para seu aprimoramento, partindo de mudanças efetivadas pelo governo responsável. O intuito do programa foi diminuir as desigualdades sociais através da distribuição de renda, contudo precisa gerar e aplicar ações que substituam o assistencialismo que o programa gera por ações definitivas que insira a população no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Educação. Família. Pobreza.

## INTRODUÇÃO

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda já pensado e executado no Brasil. Seu foco é mais que paliar a situação; ele almeja erradicar a pobreza no Brasil, devolvendo à população menos favorecida a dignidade que lhes foi tirada por meio das injustiças e desigualdades sociais que a nação brasileira já traz consigo desde seus primórdios.

O objetivo desse trabalho é analisar o Programa Bolsa Família, abordando-o em seu contexto os fatos que o torna diferente em relação aos já executados e o faz assim uma política de combate à pobreza. Será discorrido em seu corpo um breve conceito do programa e de seu histórico, o perfil das famílias beneficiárias e a forma de ingressar no programa, além das vantagens e desvantagens do programa e os impactos que tem sobre a educação.





É notório que o programa é falho e necessita de modificações pelo sistema, contudo é impossível não afirmar as grandes alterações em melhorias que fez na vida das famílias que estão em estado de pobreza e de extrema pobreza.

## 1. BOLSA FAMÍLIA: CONCEITUANDO O PROGRAMA

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que faz repasses mensais às famílias pobres, ou seja, aquelas que vivem com grande dificuldade financeira; essa transferência é realizada diretamente para as famílias pobres e extremamente pobres, que tenham criança ou adolescente de 0 a 17 anos.

O principal intuito do programa não mudou desde sua criação, sendo retirar as famílias do estado de carência e pobreza ou de extrema carência e pobreza e, acima de tudo, combater a fome e as desigualdades sociais, visando assim garantir acesso aos direitos sociais básicos.

Esta política de combate à pobreza procurou unificar benefícios sociais de transferência de renda que antes existiam, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, do Governo Federal, em um único Programa. SILVA, Maria Ozanira da Silva e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada (34, 2016) diz que:

Ficou então indicada a necessidade de criação de um programa que unificasse os programas de transferência de renda em desenvolvimento por iniciativa do Governo Federal, procurando superar os problemas identificados. Assim, com o início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, passamos a considerar o quinto momento do desenvolvimento histórico dos programas de transferência de renda no Brasil, registrando-se grandes mudanças quantitativas e qualitativas no debate e nas experiências.

456

A medida proporcionou mais agilidade na liberação do dinheiro para as famílias pobres e reduziu burocracias, procurando aumentar sua eficiência por meio de uma fiscalização mais transparente. Esta política social de combate à miséria é acompanhado de condicionalidades na concessão de seus benefícios. O programa Bolsa Família integra o Fome Zero e é um dos carros chefe do governo atual. É uma política social de combate à pobreza que procura integrar programas remanescentes, assim como ser mais eficiente na alocação e distribuição dos recursos. Além disto, procura combater a fome mensurando a questão da segurança alimentar e nutricional.

## 2. BREVE HISTÓRICO DO BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família foi criado por meio de medida provisória e transformado em Lei e regulamentado por Decreto, o qual passou a ser o principal Programa de Transferência de Renda do Governo Federal.





O Programa Bolsa Família teve sua idealização no Bolsa Escola, que foi inicialmente arquitetado por Cristovam Buarque em 1986 e foi ativado em 2001 pelo Governo Federal. Conforme a Organização Internacional do Trabalho, o Bolsa Família é a política pública mais importante do governo brasileiro e é hoje o maior programa de transferência de renda do mundo.

### **3. PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU INGRESSO AO BENEFÍCIO**

Os programas de transferência de renda já passaram por muitas mudanças nos conceitos da população brasileira devido terem mostrado resultado no tocante melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas no processo, seja de forma direta ou indireta. Os beneficiados passam a aumentar seu poder de aquisição de itens indispensáveis a vida humana, água, comida, saúde, dentre outros.

Por meio do BF a educação teve melhoria no Brasil, pois os alunos passaram a aprender mais, pois também passaram a frequentar mais a escola, diminuindo assim a evasão. Contudo, ir à escola não funcionaria bem se o educando estivesse com fome, pois da mesma forma que não se aprende sem ir à escola, não se consegue um bom aprendizado com fome e doente.

As famílias contempladas pelo programa são aquelas em extrema pobreza que possuem renda per capita menor que R\$ 85,00 e em estado de pobreza, com renda per capita de R\$ 85,01 a R\$ 170,00; bem como famílias que tenham em sua formação crianças e/ou adolescentes com até 17 anos que frequentem a escola regularmente e gestantes.

O programa é feito para essa população devido o valor de sua renda ser considerado insuficiente para sua sobrevivência e desenvolvimento, então o governo federal intervém para proporcionar uma qualidade de vida mais digna a essa população.

A inscrição no Cadastro Único não indica que a família esteja de imediato incluída no Bolsa Família; a seleção é realizada via sistema informatizado com base nos dados coletados no Cadastro Único e das regras do próprio programa, não havendo intermédio pessoal nesse procedimento. Conforme SILVA, Maria Ozanira da Silva e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada (79-80, 2016):

O acesso das famílias ao BF é antecedido pela inclusão no CadÚnico para programas sociais do Governo Federal, instrumento de identificação e caracterização de famílias consideradas de baixa renda, aquelas com até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. O CadÚnico permite o registro da realidade socioeconômica dessas famílias, mediante informações de todo







o núcleo familiar, características dos domicílios, das formas de acesso a serviços públicos essenciais, além do registro de dados sobre cada componente da família. Os dados registrados são consolidados por um sistema informatizado, gerando o citado CadÚnico, instrumento utilizado pelo poder público para formular e implementar políticas específicas direcionadas para “redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias são expostas

O programa é feito para essa população devido o valor de sua renda ser considerado insuficiente para sua sobrevivência e desenvolvimento, então o governo federal intervém para proporcionar uma qualidade de vida mais digna a essa população. Ele objetiva distribuir uma renda auxiliar para as famílias que se encontram em situação mais extrema de pobreza de forma mais justa, daí a necessidade da efetivação do cadastro e do preenchimento de alguns pré-requisitos para o ingresso no programa de rendas.

#### 4. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

As famílias efetivadas no programa recebem por meio dos Correios em suas casas um cartão bancário emitido pela Caixa Econômica Federal, conhecido por ser o Cartão Bolsa Família; juntamente com ele recebe orientações por escrito de como ativar seu cartão, as datas de saque e demais informações importantes acerca do mesmo. SILVA, Maria Ozanira da Silva e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada (87, 2016) discorrem:

O MDF não direciona nem restringe a forma de utilização do benefício pela família, considerando esse aspecto garantia e estímulo a autonomia cidadã das famílias. O pagamento dos benefícios é feito principalmente mediante o Cartão Bolsa Família, utilizado unicamente para realizar o saque do benefício do programa, no qual é registrado o Número de Identificação Social (NIS), bem como o nome do Responsável Familiar (RF).

O Programa Bolsa Família objetiva distribuir uma renda auxiliar para as famílias que se encontram em situação mais extrema de pobreza de forma mais justa, daí a necessidade da efetivação do cadastro e do preenchimento de alguns pré-requisitos para o ingresso no programa de rendas.

O governo exige que algumas regras sejam efetivamente cumpridas pelas famílias assistidas pelos programas, como que as crianças e adolescentes com idade até 15 anos tenham frequência de pelo menos 85% e adolescentes com 16 e 17 anos de no mínimo 75%; que as crianças de até 07 anos devem ter acompanhamento médico em questão do crescimento e do desenvolvimento; que as carteiras de vacinas estejam atualizadas; que as gestantes façam o pré-natal; que as mulheres que amamentem e tenham entre 14 e 44 anos sejam assistidas por médicos; que crianças com até 15 anos que vivam em estado de risco devem ser retiradas do trabalho infantil e serem incluídas em serviços socioeducativos.





## 5. IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

A educação é a grande esperança de dias mais prósperos para a comunidade menos favorecida, pois através dela é que se almeja uma aquisição de vida mais equilibrada financeiramente. SILVA, Maria Ozanira da Silva e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada (165, 2016) diz que:

A educação, vista teoria do capital humano como um fator de produção para o desenvolvimento, assume centralidade no âmbito dos programas de transferência de renda na América Latina. O pressuposto é que a manutenção da criança na escola é garantia de retorno econômico no futuro, contribuindo para superação da pobreza intergeracional. No BF, a frequência à escola de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos é uma condicionalidade para a permanência da família no programa, sendo esta a condicionalidade mais conhecida pela população brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza continua sendo um dos maiores problemas do Brasil. Erradicá-la é um desafio que exige muita pesquisa e dedicação para solucionar de fato. Combater a pobreza não implica somente em fazer crescer a economia, mas sim em favorecer medidas que ajustem e distribuam melhor a renda entre a população, visto que o país não é uma nação com pouca produção de alimentos, mas uma nação com significativa população abaixo da linha da pobreza, não tendo condições sequer de uma alimentação satisfatória.

459

## REFERÊNCIAS

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.) **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014, 246p.

NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Org.) **Tempo de Bolsas**: estudos sobre programas de transferência de renda. Campinas: Papel Social, 2015, 193p.

COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda**: contextos e desafios. São Paulo: Cortez, 2012, 285 p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.) **O Bolsa Família**: verso e reverso. Campinas: Cortez, 2016, 260 p.

SANTOS, Iuri Sampaio. **Bolsa Família**: concepções, aspectos positivos e negativos deste programa de transferência de renda com enfoque no assistencialismo. Salvador, 2007.





## EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA CONDIÇÃO DE POBREZA

Francisca Silva Machado Rodrigues

José Fernando Patiño Torres

**Resumo:** Nos países subdesenvolvidos, a pobreza pode limitar a capacidade de crescimento econômico e social, seja por déficit de recursos humanos, seja por incapacidade da população prover seus próprios meios de suprir as necessidades mais básicas. Acredita-se que ao elevar o nível de conhecimento de indivíduos em estado de pobreza, sobretudo por meio da educação e da qualificação para o trabalho, também podem ser satisfeitas tais necessidades. Este trabalho tem por objetivo apresentar a relação entre a pobreza e a educação infantil pública, que por vezes é negligenciada em detrimento dos ensinos técnico e superior. Pretendemos demonstrar os fatores que dificultam o processo ensino-aprendizagem, bem como tal relação foi modificada através das políticas e programas públicos. No Brasil, as políticas e programas de assistência à infância proliferaram como uma forma compensatórias de promover o desenvolvimento e mitigar a pobreza. Há um aumento da demanda na educação infantil, decorrente da influência de várias políticas implementadas, bem como decorrentes de pesquisas e práticas sobre cuidado, desenvolvimento e educação infantil em creches e pré-escolas. Ocorre um largo investimento em educação técnica e superior, em detrimento da educação infantil e básica. Em países com maior desenvolvimento, a educação faz parte do núcleo do sistema de promoção social mediante sua capacidade de ampliar as oportunidades para os indivíduos, além de ser um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico. Há uma necessidade urgente de inclusão social, para mitigação da pobreza, associada à maior eficiência de políticas e programas públicos. Tudo isso resultará em uma maior participação social, em uma escola com caráter participativo e que aborde as necessidades de indivíduos em situação de pobreza. As atuais políticas focais não permitem a integração efetiva na sociedade e reforçam a assistência e mantém a população dependente. Quando se trata dos ensinos técnico e superior, tais políticas valorizam este processo. Porém, deve-se lembrar que a valorização educacional deve ocorrer desde a mais tenra idade, ou seja, desde a educação infantil.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Políticas Públicas, Pobreza.

460

### Introdução

Embora a pobreza se caracterize de modo diferente ao longo da história, permanecem os mesmos conceitos no processo de desenvolvimento sócio-político: A riqueza é detentora do poder econômico, político e social. Em específico no caso das crianças pobres, a educação pública, muitas vezes reforça essa característica de subjugo, uma vez que geralmente esse sistema se apresenta num modelo díspar e deteriorado quando comparado à educação privada. (VEIGA, 2017). Nesse contexto, nos países subdesenvolvidos, a pobreza pode limitar a capacidade de crescimento econômico e social, seja por déficit de recursos humanos, seja por incapacidade da população prover seus próprios meios de suprir as necessidades mais básicas. Assim, acredita-se que ao elevar o nível de conhecimento de indivíduos em estado de pobreza, sobretudo por meio da educação e da qualificação para o trabalho, também podem ser satisfeitas tais necessidades (ALBUQUERQUE, 1995).

Desde o princípio da década de 1990, o governo brasileiro, nas suas três esferas, lançou programas sociais com intuito de redução da pobreza. Por outro lado, tal caráter segregatório, podem ter efeitos maléficos, levando tais estudantes a reduzir suas expectativas





quanto ao futuro diante a qualidade de ensino que recebem (BARTHOLO; COSTA, 2014). Ademais, quando se tratam de políticas de acesso à educação, em específico, houve um grande impulso aos ensinos técnicos e superior e, por outro lado, a educação básica, sobretudo a educação infantil, não foi devidamente valorizada.

Grande parte dessas crianças e adolescentes são excluídas dos benefícios sociais mais fundamentais, até mesmo daqueles legalmente garantidos na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). E, assim, a pobreza que se apresenta nas comunidades mais pobres tem seus reflexos na pobreza da escola: professores têm suas expectativas frustradas e suas condições de trabalho são muitas vezes árduas; jovens estão em um contexto de violência e exclusão social, porém inseridos em meios de comunicação que abordam o consumismo, o que dificulta ainda mais estabelecer sua identidade (BELONNI; GOMES, 2008).

Segundo Caliman (2006), esses estudantes têm a escola como uma segunda agência formativa, logo após a agência familiar, o que reforça seu caráter educativo, ao lado da sua função cultural e de conhecimento (CALIMAN, 2006). Quando o acesso à educação é negado, independente da motivação, o caráter de exclusão se torna reforçado. Além disso, dependendo das experiências e da qualidade do ambiente escolar, pode fortalecer essa sensação de exclusão. A solução seria integrar de modo que esses indivíduos se sintam cidadãos ativos e capazes de ter voz na sociedade. Só assim é possível um sistema educacional democrático (CAMPOS, 2003).

Este trabalho tem por objetivo apresentar a relação entre a pobreza e a educação infantil pública, que por vezes é negligenciada em detrimento dos ensinos técnico e superior. Pretendemos demonstrar os fatores que dificultam o processo ensino-aprendizagem, bem como tal relação foi modificada através das políticas e programas públicos.

### **Procedimentos metodológicos**

O presente estudo tem como base a pesquisa bibliográfica de caráter sistemático, ou seja, tem como referencial a análise da literatura referente ao tema e a proposição de soluções para o problema levantado ao longo do desenvolvimento do projeto. As publicações científicas e de domínio público, referentes ao tema abordado, serviram como fonte para coleta de dados.







## A Educação Infantil no Brasil

No Brasil, as políticas e programas de assistência à infância proliferaram como uma forma compensatórias de promover o desenvolvimento e mitigar a pobreza. Hillesheim e Cruz (2008), demonstram que tal ideia de *compensar* é fundamentada naquilo que é *normal* ou *desejável*, utilizando “parâmetros em relação aos quais as crianças passam a ser avaliadas como *perigosas* (ou *potencialmente perigosas*) ou *normais*”. Quando se tratada da centralidade da infância no século XXI, há certa dualidade em que de um lado, está a crianças e suas misérias e, de outro, das condições econômico-sociais que as produzem (CAMPOS, 2013). Há um aumento da demanda na educação infantil, decorrente da influência de várias políticas implementadas, bem como decorrentes de pesquisas e práticas sobre cuidado, desenvolvimento e educação infantil em creches e pré-escolas. (ROSSETTI-FERREIRA; RAMON, 2002).

A educação infantil traz nova visibilidade nas políticas regionais e nacionais. Como exemplos dessa atenção, podemos citar o recente Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (EPT), coordenado pela Unesco, intitulado Bases sólidas: educação e cuidados na primeira infância e a V Reunião de Ministros de Educação dos Estados-membros da OEA que, reunidos entre 15 e 16/06/2007, firmaram intenções consubstanciadas no Documento. Compromisso Hemisférico com a Educação da Primeira Infância. No Brasil, a inclusão recente da educação infantil no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e de Valorização dos Profissionais da Educação, a criação dos programas Proinfância e Proinfantil, A educação das crianças passou a ser tratada como futuro em potencial no qual há retornos de sucesso, tanto econômicos como meio de ascensão para famílias de baixa renda (CAMPOS, 2009). Entretanto, tais medidas não são suficientes quando se trata da elevada demanda brasileira.

No Brasil, creche e pré-escola são consideradas a primeira etapa da educação básica. A instituição da obrigatoriedade da pré-escola apresenta novos elementos tanto no campo da política como no da prática pedagógica: a articulação com o ensino fundamental é uma “agenda” que não pode mais ser adiada. Em contrapartida, no que se refere à creche, há poucos estudos que revelem a real situação sobre as relações entre a esfera pública e a privada. Sabemos que a pressão por suprir a demanda de vagas na pré-escola tem levado muitos municípios a diminuir o número de vagas para as crianças de 0 a 3 anos nas





instituições públicas, reorientando sua ação para a ampliação dos convênios (CAMPOS, 2012).

### **Relação entre Educação Infantil e Pobreza**

O fracasso do desempenho escolar é talvez uma das maiores formas de se demonstrar impacto negativo da pobreza sobre a educação. Duarte (2003), demonstrou que a grande quantidade de indivíduos pobres nas escolas públicas do Brasil que são invisíveis aos olhos dessas instituições e das políticas educacionais, levam à reprodutividade no sistema educacional público, em que a população em situação de pobreza, por ser negligenciada – e até mesmo discriminada – pela política educacional, acaba impactando negativamente o Ideb da escola. Esse fenômeno decorre do cotidiano escolar e da maneira com que as políticas educacionais orientam o funcionamento das escolas que impedem que a pobreza seja demonstrada. Dessa forma, a população pobre continua sem ter com quem contar e necessita que a escola seja um ambiente em que privilegie o enfrentamento de tais vulnerabilidades (DUARTE, 2013).

A partir da década de 1990, no Brasil, o termo exclusão social passa a ser usado nas reflexões de diversos pesquisadores sociais e, de forma ampla e crescente, na arena das políticas públicas, ganhando destaque na esteira do combate à pobreza. O termo ‘inclusão social’, de forma semelhante à bandeira ideológica da ‘superação da pobreza’, sem vinculação explícita às dificuldades estruturais existentes, apresenta-se também como absolutamente autoexplicativo. (FONSECA, 2014).

Um dos mecanismos institucionais para solucionar ou mitigar eventuais diferenças e desigualdades dentro de uma sociedade é a implementação de políticas públicas que atuem como forma direta de alterar tal condição de forma mais isonômica. Isso está intimamente relacionado ao desenvolvimento dos direitos sociais, definidos como a participação na riqueza coletiva. Em 2003, demonstrando a prioridade dos programas de transferência de renda para o combate à fome e à pobreza, foi criado o principal programa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva pela Medida Provisória n. 132/2003, convertido na Lei n. 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto n. 5.209/2004: o Programa Bolsa Família – PBF. (GONÇALVES; MENICUCCI; AMARAL, 2017).

Outro estudo mais recente mostra também que a piora do desempenho médio dos alunos e das escolas ao longo do tempo está associada à maior concentração de estudantes de menor nível socioeconômico, grupo esse que foi o mais beneficiado pela expansão





educacional (GONÇALVES; MENICUCCI; AMARAL, 2017). Entretanto, tais políticas apresentam algumas vítimas: alunos, pais e professores. A escola foi apresentada sem conteúdo, como uma mera forma de acolhimento social, incluindo aí as escolas de tempo integral (LIBANEO, 2012).

Há ainda muitos os entraves para a conquista plena de direito à educação. Mesmo o governo reconhecendo tais desigualdades, sobretudo em diferentes regiões da Federação, há uma padronização da regulação e monitoramento da eficiência, não se cogitando as peculiaridades locais. Como se não bastasse, para se aferir os resultados educacionais das crianças e jovens no país, muitos estados e municípios desenvolveram seus próprios sistemas e testes, em alguns casos sobrepondo-se aos já existentes (OLIVEIRA, 2015).

O que se observa é um largo investimento em educação técnica e superior, em detrimento da educação infantil e básica. Em países com maior desenvolvimento, a educação faz parte do “núcleo do sistema de promoção social mediante sua capacidade de ampliar as oportunidades para os indivíduos, além de ser um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico” (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2017)

Com alunos em situações de severa pobreza, a escola passa por um processo de transformação na maneira em que é “consumida” pelos alunos, de tal maneira que por vezes a própria forma de ser do escolar está em jogo. O pedagógico deve ser o propósito principal da escola, e organizador das atividades de ensino no espaço e no tempo escolar, mas os demais direitos não podem ser descuidados ou negligenciados, pois, caso contrário, o processo educativo não acontece, não tem lugar, acontece de maneira parcial e às vezes até contraproducente. (YANNOULAS; ASSIS; FERREIRA, 2012).

464

### **Considerações Finais**

Há uma necessidade urgente de inclusão social, para mitigação da pobreza, associada à maior eficiência de políticas e programas públicos. Tudo isso resultará em uma maior participação social, em uma escola com caráter participativo e que aborde as necessidades de indivíduos em situação de pobreza. As atuais políticas focais não permitem a integração efetiva na sociedade e reforçam a assistência e mantêm a população dependente. Quando se trata dos ensinos técnico e superior, tais políticas valorizam este processo. Porém, deve-se lembrar que a valorização educacional deve ocorrer desde a mais tenra idade, ou seja, desde a educação infantil.





## Referências

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. **Estud. av.**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 75-116, ago. 1995
- ANDREWS, Christina W.; VRIES, Michiel S. De. Pobreza e municipalização da educação: análise dos resultados do IDEB (2005-2009). **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 826-847, dez. 2012
- BARTHOLO, Tiago Lisboa; COSTA, Marcio da. Turnos e segregação escolar: discutindo as desigualdades intraescolares. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 670-692, set. 2014
- CALIMAN, Geraldo. Estudantes em situação de risco e prevenção. **Ensaio: aval.pol públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 383-396, set. 2006.
- CAMPOS, Maria Malta. Educação e políticas de combate à pobreza. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 183-191, dez. 2003
- CAMPOS, Maria Malta. Educação e políticas de combate à pobreza. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 183-191, dez. 2003
- CAMPOS, Rosânia. As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação infantil: do direito à focalização. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 195-209, mar. 2013
- CAMPOS, Rosânia; CAMPOS, Roselane Fátima. A educação das famílias pobres como estratégia política para o atendimento das crianças de 0 - 3 anos: uma análise do Programa Família Brasileira Fortalecida. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 207-224, abr. 2009
- CAMPOS, Roselane Fatima. "Política pequena" para as crianças pequenas?: Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 81-105, abr. 2012
- DUARTE, Natalia de Souza. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. **Rev. Bras. Estud. Pedag.**, Brasília, v. 94, n. 237, p. 343-363, ago. 2013
- EYKEN, Elisa Dell'orto Van; RIBEIRO, Carlos Dimas Martins. Desenvolvimento infantil: seus agentes e as políticas públicas do município do Rio de Janeiro. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1085-1099, 2012.
- FONSECA, Zilma. Exclusão-inclusão: circularidade perversa no Brasil contemporâneo. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 231-252, ago. 2014
- GARCIA, Adir Valdemar; HILLESHEIM, Jaime. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **Educ.Rev.**, Curitiba, n. spe.2, p. 131-147, set. 2017
- GONCALVES, Guilherme Quaresma; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves; AMARAL, Ernesto F. L.. Diferencial educacional entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família. **Cad. Pesq.**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 770-795, set. 2017
- HILLESHEIM, Betina; CRUZ, Lílian Rodrigues da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 192-199, ago. 2008.
- LIBANEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educ. Pesq.**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, mar. 2012
- MIRANDA, Gabriella Moraes Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 21, n. 61, p. 309-320, jun. 2017







OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 36, n. 132, p. 625-646, set. 2015

REZENDE, Maria José de. As metas educacionais como eixos articuladores dos relatórios do desenvolvimento humano da ONU. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 28, n. 4, p. 289-316, dez. 2012

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; RAMON, Fabiola; SILVA, Ana Paula Soares. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n. 115, p. 65-100, mar. 2002

VEIGA, Cyntia Greive. Crianças Pobres como Grupo Outsider e a Participação da Escola. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 42, n. 4, p. 1239-1256, dez. 2017 .

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel; FERREIRA, Kaline Monteiro. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 50, p. 329-351, ago. 2012.

## FORA DOS MUROS DA ESCOLA: UM TERRITÓRIO SOCIALMENTE VULNERÁVEL

Francisco de Carvalho Neto

Maria da Conceição de Jesus Ranke

**Resumo:** A pobreza e as desigualdades sociais existentes são as principais causas que levam as vulnerabilidades sociais das famílias das classes de menor poder aquisitivo, essas famílias vivem em territórios afastados dos centros das cidades, são os territórios socialmente vulneráveis e desfavorecidos de serviços básicos, que não oferecem o mínimo de condições para que essas famílias vivam dignamente. E com isso as crianças e adolescentes são as principais vítimas desse contexto social. Principalmente no que se refere a educação, pois as escolas existentes nesses território sofrem influencias negativas do seu entorno. O presente artigo tem como objetivo , discutir sobre o entorno da escola, e o quanto um território socialmente vulnerável é capaz de interferir no ambiente escolar. O método utilizado foi descritivo e como objeto de coleta de dados foi realizado uma pesquisa bibliográfica de autores que tratam do tema em estudo.

**Palavras-chave:** Território Vulnerável. Vulnerabilidade Social. Escola e seu entorno

### Introdução

O conceito de vulnerabilidade social está ligado à ideia de fragilidade, e dependência do individuo, devido principalmente a sua situação socioeconômica em que se encontra, e a dificuldade de sair dessa situação, que na maioria das vezes é condicionada pelo estado de extrema pobreza.

O termo vulnerabilidade social vem sendo utilizado entre estudiosos que atuam no meio social, educacional e psicológico, para se referir as famílias pobres, de baixa renda e em situações de risco bem com as camadas populares.

Muitas famílias estão sujeitos a condições de vulnerabilidade tanto no aspecto ambiental, quanto no aspecto social. As precárias condições de moradia que não oferecem a





essas famílias um mínimo de conforto e bem estar, a violência doméstica a inserção no mundo do tráfico de drogas e a gravidez na adolescência são exemplos de vulnerabilidades sociais que um território socialmente vulnerável apresenta e que esse contingente da população está sujeitos.

As famílias que fazem parte de um território em situação de risco, vivem em condições precárias, privadas de uma alimentação adequada, saúde e uma educação de qualidade dificultando assim melhores oportunidades de emprego e bem estar social.

A escola é uma instituição social na qual tem a função de formar cidadãos críticos e capazes de modificar a sociedade, de forma que venha tratar a pobreza como um problema social que deve ser resolvido.

Porém, muitas escolas encontram-se situadas em territórios segregados e distantes dos centros das cidades, onde abrigam pessoas que estão a mercê do poder público, que não lhes oferecem nem mesmo os serviços básicos essenciais para que se tenha uma vida digna e de qualidade.

A dificuldade de acesso à educação, a saúde e a cultura entre outros serviços, fazem com que essas pessoas vivam em situação de vulnerabilidade social, sem ter as mesmas oportunidades das pessoas de classes favorecidas da sociedade, essas pessoas vivem sem trabalho ou trabalham em empregos que lhes oferecem uma renda insuficiente para que possam ter acesso aos serviços básicos de qualidade.

Essas pessoas têm suas dificuldades, e suas vivências adquiridas no seu cotidiano a partir das relações vividas em território socialmente vulnerável. Essas situações de pobreza que elas se encontram acabam influenciando o ambiente escolar existente no entorno desses territórios.

O presente artigo pretende discutir sobre o entorno da escola, e o quanto um território socialmente vulnerável é capaz de interferir no ambiente escolar.

Na pesquisa foi adotada a abordagem qualitativa, buscando conhecer através de pesquisas bibliográficas o universo de um ambiente socialmente vulnerável e suas implicações em relação à escola.

O referencial teórico deste artigo será dividido em dois tópicos. No primeiro estaremos abordando um estudo sobre o conceito de território socialmente vulnerável, baseado nos conceitos de autores que trabalham o tema.





O segundo tópico é um apanhado das influências que esse território socialmente vulnerável trás para dentro da escola e suas consequência que interferem no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Em seguida o artigo apresenta uma discursão dos dados obtidos através da pesquisa bibliográfica e as conclusões que chegamos após a tabulação dos dados.

### **Procedimentos Metodológicos**

Na pesquisa foi adotada a abordagem qualitativa, buscando conhecer através de pesquisas bibliográficas o universo de um ambiente socialmente vulnerável e suas implicações em relação à escola.

A pesquisa configurou se como sendo de cunho bibliográfico e com base em autores como Pizzio e Silva (2016), que tratam de assuntos como território vulnerável e desenvolvimento humano, Almeida (2017) que vem abordando sobre o trabalho e o desempenho das escolas e Batista et.al., que trabalha também o tema escola e territórios vulneráveis das grandes cidades.

### **Resultados e Discussão**

Um ambiente é capaz de influenciar as relações que ocorrem dentro do território, e a escola como sendo uma instituição social também sofre essas influencias, o que ocorre no entorno da escola acabam interferindo no seu andamento e no ensino aprendizagem dos alunos.

468

Todos os alunos trazem para dentro da escola suas vivencias adquiridas no meio em que encontram se inseridos. As crianças que moram em um território socialmente vulnerável tem mais dificuldade de aprendizagem que as crianças de classe sociais mais elevadas, na maioria das vezes essas crianças são filhos de famílias pobres que vivem em situação de risco, embora não estamos aqui falando que uma criança não aprende por que é pobre, já que todas as crianças são capazes de aprender, estamos sim reforçando que, o fato de uma criança que vive em um território socialmente vulnerável e exposta a vários fatores que levam essas crianças a terem menos oportunidades do que as crianças vindas de classe favorecidas.

Um exemplo disso são as escolas situadas em territórios vulneráveis que apresentam um baixo resultado nas avaliações de educação do Governo Federal, porém essas escolas se apresentam como sendo um único órgão publico dentro de um território vulnerável, e acaba se tornando uma referência para os outros serviços básicos como saúde, por exemplo, e muitas





vezes deixam de fazer sua principal função que a de educar para realizar ações que deveria ser realizada.

Outro exemplo de fatores que afetam o ensino aprendizagem das crianças de um território socialmente vulnerável é a pouca oferta de matrícula das crianças da educação infantil, que já entram no ensino fundamental sem se familiarizar com o universo escolar, e acabam demorando mais tempo para serem alfabetizadas.

O que percebemos também durante a pesquisa é a formação dos docente das escolas, na maioria das vezes é formada por professores recém-formados em início de carreira e que estão ali somente para iniciar a carreira e esperar surgir vaga em uma escola com uma localização mais privilegiada, sendo um fator negativo a mudança constante de professores interferindo assim no ensino aprendizagem dos alunos.

Outro ponto importante que a pesquisa mostrou foi que as famílias mais estruturadas e com maior formação acadêmica e cultural procuram colocar seus filhos para estudar em escola que não estejam localizadas em ambiente socialmente vulnerável, na busca de uma educação com mais qualidade.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

As crianças e adolescentes tanto no Brasil como no mundo são os mais prejudicados com a situação de pobreza devido às desigualdades sociais existentes, muitas delas se envolvem com drogas e com álcool muito cedo, e acabam indo parar no mundo do crime, fazendo com que as famílias padeçam ainda mais.

Muitos deles abandonam a escola e mesmo com a interferência dos órgão responsáveis não conseguem se estabilizarem e com isso não apesentam um bom desenvolvimento na escola.

As vulnerabilidades que mais afetam as crianças no Brasil são violência domestica ou não, gravidez precoce, envolvimento com álcool e com drogas e também o envolvimento no mundo do crime.

As politicas publica do governo federal ajudam mais ainda não são o suficientes para que haja uma transformação na vida dessas crianças e adolescentes, haja vista que a grosso modo essas politicas publica tem a população pobre como assistidas e não trazem oportunidades para que as pessoas possam deixar esse estado de pobreza, pois realizam um assistencialismo, e não oferecerem oportunidades para que essas pessoas consiga deixar a situação de vulnerabilidade social.







Ao pesquisar sobre o entorno da escola, e as influencias de um território socialmente vulnerável, podemos compreender que quanto mais o individuo vive em um estado de vulnerabilidade social, mais dificuldade e menos oportunidade ele terá, e que na maioria das vezes as crianças trazem para dentro da escola coisas do seu cotidiano, mas que não é observado pela escola, que busca um padrão de qualidade na educação, partindo do conceito padrão de ensino imposta pela classe dominante, na qual muitos dos alunos que chegam à escola não conseguem se encaixar, e acabam se afastando ainda mais das oportunidades de saírem da situação de pobreza em que se encontram.

E essas instituições, também por estarem localizadas em um ambiente de estrema pobreza e que o governo não consegue oferecer serviços básicos necessários para suprir as necessidades dos moradores, acaba exercendo outras funções deixando a sua função de formar cidadãos críticos e capazes de intervir nas condições de pobreza em que vivem para realizar serviços que não estão relacionadas à sua área de atuação.

As escolas localizadas nos territórios socialmente vulneráveis recebem alunos do seu entorno que trazem junto com eles fatores de riscos como, famílias desestruturadas, uso de álcool, drogas e também violências, tudo isso influencia no andamento da escola e prejudicando o ensino aprendizagem dos seus alunos.

470

Para finalizamos podemos concluir que as influenciam vindas do entorno da escola podem de fato interferir nas ações dentro das escolas e na vida dos alunos.

### Referências

BATISTA, Antônio Augusto Gomes et.al. **A Escola e os Territórios Vulneráveis das Grade Cidades** São Paulo. 2013 da Política Pública de Assistência Social.

PIZZIO, Alex. SILVA, Márcia Michelle C. da Silva. **Território Vulnerável e Desenvolvimento Humano: Uma Análise à Luz.** 2016.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/territorio>>. Acesso em: 02 Oct. 2017.





## AVANÇOS E RETROCESSOS NA ALFABETIZAÇÃO EM SALA MULTISSÉRIE: UMA REFLEXÃO INTERESSADA

Gilda Lopes de Sousa

Maria da Conceição de Jesus Ranke

**RESUMO:** O artigo apresentado tem como objetivo descrever de forma sucinta, os avanços e retrocessos da educação no âmbito na escola do campo, mais precisamente em salas multisseriadas. O estudo é também tecido por considerações de natureza experiencial, pois a autora foi alfabetizada e hoje é professora no contexto escolar de sala multissérie, portanto sendo a investigação marcada pelo relato de experiência conjugado à revisão de bibliográfica sobre a temática. Desse modo, defende-se que a produção crítica do conhecimento em sala multissérie está atrelada à busca da sociedade pelo conhecimento e pela luta em busca da minimização de desigualdades sociais no âmbito da sociedade e da escola. Com objetivo de trazer uma reflexão que possa sinalizar para possíveis soluções, bem como descrever o cotidiano da educação do campo no município de Araguaã, Tocantins, é que esse estudo se apresenta como pertinente. O principal problema diagnosticado nesta modalidade de ensino é a multisseriação das turmas, o que dificulta o ensino e não contribui de modo pleno para a aprendizagem por parte dos educandos. Leva-se em conta as necessidades da população do campo nas relações com o trabalho e a ressignificação do trabalhador rural com ênfase na educação dos filhos, buscando a superação das desigualdades sociais emergentes das escolas do campo que oferecem ensino em sala multissérie. Nesse sentido, espera-se com o trabalho, buscar melhorias e soluções para tais dificuldades nas escolas do município de Araguaã. O artigo constitui-se como uma reflexão e abertura para se debater sobre a educação básica do campo, e em especial na escola onde atuamos que atende essa modalidade de ensino, problematizando como a educação se insere na dinâmica das lutas pelo desenvolvimento, na zona rural, de uma educação de qualidade e humanizadora.

**Palavras-chave:** Salas multissérie. Ensino de qualidade. Alfabetização.

### Introdução

O presente artigo, traz um breve relato descritivo teórico e experiencial sobre os avanços e retrocessos no contexto educacional tendo em vista o ensino e a aprendizagem em sala multissérie. Pontuando as dificuldades encontradas pelo aluno e o professor no tocante a educação de qualidade nas escolas da zona rural. A educação em salas múltiplas sempre passou e ainda passa por momentos críticos, com pequenas perspectivas de melhorias através das políticas públicas educacionais. Com base no conhecimento do ensino da escola do campo sabe-se que boa parte das escolas oferecem ensino em salas com diversas turmas, dificultando o desempenho cognitivo do aluno atendido nessa modalidade.

A escola campo, surgiu como um conjunto de ideias, intenções, objetivos e expectativas de moradores e trabalhadores do campo, historicamente vista ao contrário, da sua realidade, a mesma era totalmente voltada a educação urbana fugindo dos ideais do seu povo que, defendia cultura e crença social, e afirmava que a cidade seria o melhor lugar para viver, e que o campo era lugar de árduo trabalho sem perspectivas de vida sendo o mesmo discriminado. Quando alguns alunos oriundos do campo, conseguiam chegar as escolas da zona urbana eram tratados com discriminação social tanto por outros estudantes quanto por professores.





Sabe-se que é impossível mudar um paradigma educacional de um dia para o outro, e por isso é necessário que haja sempre a busca por transformação inovadora, que firmem leis e garanta meios e articulações, entre escola e comunidade, onde estão inseridos, conhecimentos saberes e fazeres do campo. Os sujeitos dessa educação que se encontram em agrovilas, aldeias indígenas, quilombos, ribeirinhos e outras comunidades semelhantes possam ser atendidas dignamente sem tantos deslocamentos para receber educação de qualidade. Ser alfabetizado nessa modalidade requer muita atenção do professor e do aluno que precocemente amadurece sem que a própria família se dê conta do prejuízo que a criança enfrenta ao ser atendida dessa forma, sendo privada de seus direitos escolares.

A alfabetização em sala multissérie ocorre com frequência em escolas do campo, a mesma na legislação educacional é nomeada educação rural, diferentemente, planejada aos olhos de muitos governantes, deixada para depois melhor dizendo. Nesta modalidade de ensino, deve-se levar em conta, também a mudança do perfil do professor, pois o mesmo não deverá ser um professor-instrutor preocupado simplesmente em apresentar conteúdo fora da realidade das demandas do campo, valorizando técnicas. É fundamental que o docente conheça os princípios e as finalidades da educação do campo, identificando reais dificuldades, e tentando solucionar as dificuldades de acordo a realidade de cada comunidade. Com base em experiência própria venho afirmar, que há sim, avanços embora pequenos na alfabetização em sala multissérie, como também retrocessos, mas em comparação à minha alfabetização nessa modalidade já houve grandes diferenças, pois, os alunos atendidos vêm de famílias pobres, a maioria tem simplesmente como sustento do Programa Bolsa Família.

472

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente artigo será elaborado através de uma pesquisa teórica bibliográfica em livros, artigos científicos, sites entre outros, onde serão levantadas informações que reforçara o tema proposto. A pesquisa bibliográfica é um dos tipos de pesquisa, que costumam ser mais comuns, o levantamento bibliográfico é normalmente feito a partir da análise de fontes secundárias que abordam, de diferentes maneiras, o tema escolhido para estudo. A pesquisa se deu através de livros, artigos, documentos oficiais da educação do campo, periódicos (jornais, revistas, etc), textos disponíveis em sites confiáveis, entre outros locais que apresentam um conteúdo documentado. Além disso a pesquisa é também tecida por considerações de natureza experiencial, pois a autora foi alfabetizada, e hoje, é professora no contexto escolar





de sala multissérie, portanto, sendo a investigação marcada pelo relato de experiência conjugado à revisão de bibliográfica sobre a temática.

### Resultados e Discussão

A educação do campo no município de Araguañã, ao longo dos anos tem sido multisseriada, ocasionando grandes dificuldades na aprendizagem dos alunos, devido ao acúmulo de crianças por turma na mesma sala, essa maneira de atendimento na zona rural é permitida, pela (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional, 9.394/96 e atualizada pela e lei 12.796/2013. Mesmo sendo legislativamente legal o ensino do campo, oferece desafios extremos e grandes perdas para aluno receptor do atendimento.

As escolas rurais recebem alunos do Jardim ao 5º ano com salas de aula formadas por todas as turmas em única sala, e as outras duas em outras três ou quatro turmas de séries diferentes, proporcionando um trabalho desgastante tanto ao aluno quanto ao professor que atende. Desse modo, cada criança aprende do seu jeito e no seu tempo, e todo processo de aprendizagem deve ser avaliados em todos os aspectos, sem causar prejuízos que possa intervir em seu período escolar. Também é notório os altos índices de distorção idade série que se constitui num outro agravante.

Apesar disso, observa-se que a educação do campo no município, tem também seus avanços, devido à mistura de série, algumas famílias tem se sensibilizado mais e procurado participar das aulas juntamente com os alunos auxiliando-os para melhor desenvolver suas tarefas, essas preocupações que sinalizam para o contexto familiar e da escola unir-se, dando-se as mãos, no sentido de todos terem sua corresponsabilidade, contribui bastante, e serve de exemplo à outras, a união família e escola é fundamental para o bom desenvolvimento dos alunos, já que a escola conta com profissionais qualificados e preocupados a atender bem aos alunos que é o sujeito principal do processo educativo.

A educação permanente pode ser entendida como sistema aberto, que utiliza toda potencialidade da escola e da sociedade para produzir os valores, conhecimentos e técnicas que servem de base à práxis humana em toda a sua plenitude. (TRIGUEIRO, 1969, p 150).

Nos últimos três anos a educação do campo do município de Araguañã, conta com apoio pedagógico e administrativo da SEMEI (Secretaria Municipal de Educação), no entanto já vivemos tempos muitos difíceis, em que as unidades não recebiam visitas em loco de técnicos da (SEMEC) Secretaria Municipal de Educação, e não possuía coordenador







pedagógico. Ainda existe unidades escolares que possui somente uma sala e funciona ali todas as turmas, sendo que são atendidas no mesmo período por um só professor.

A rotina das escolas rurais, com sala multissérie, acarretam grandes dificuldades de aprendizagem dos alunos, frequentemente, deixando-os dispersos às explicações, para desenvolver um bom trabalho nessa situação, é muito desgastante ao professor, na preparação das aulas a serem aplicadas, tendo em vista que em cada turma há alunos com capacidades, e dificuldades diferentes e todo processo precisa ser avaliado de modo que não prejudique nenhum aluno.

Eu trabalho com três turmas do jardim ao 1º ano e sei bem como é difícil, pois, conheço de perto as dificuldades dos alunos para conseguirem adquirir conhecimento em meio essa mistura, não atendendo as habilidades exigidas pela SEMEC e pelo sistema nacional de educação. Sabendo que os alunos têm que ser alfabetizados até o 3º ano, o profissional docente se desdobra para que os mesmos cheguem ao 2º ano lendo, uma vez que o aluno pode ser reprovado no 3º ano segundo ao sistema de alfabetização.

Essas e outras dificuldades que enfrento em meu cotidiano não são diferentes das que meus companheiros de docência enfrentam. Por isso, entendendo que há uma grande necessidade de se rever algumas políticas públicas educacionais, sobretudo aqueles que se dirigem aos estudantes e professore do campo.

474

### **Considerações Finais**

O trabalho apresentou descrições sobre os avanços e retrocessos na alfabetização em sala multissérie, buscando fundamentar-se de dados reais e históricos sobre essa modalidade de ensino. Procuramos também tecer nossas considerações a respeito da cidade que atuamos como professora, a qual é a cidade de Araguañã, no estado do Tocantins. As escolas do campo no município de Araguañã contam com professores preocupados em observar, e respeitar cada tipo de saber, dos alunos, e em parceria junto a todos da comunidade escolar, pôr em prática, as ideias e sugestões que possam surgir dentro do convívio escolar. É um esforço também na direção de passar adiante esses saberes e fazeres, motivando os discentes da escola a se destacarem na sociedade, demonstrando seus conhecimentos, e talentos culturais, como uma forma de minimizar a desigualdade social.

A escola campo nesse município vem ao longo do tempo estreitando a visão distorcida, de que é só uma simples escolinha da roça, que serviria como uma espécie de *passa tempo* do aluno, pois os direitos dos alunos são respeitados como iguais, independente





de escola. Creio também no potencial profissional dos professores envolvidos na tarefa de ensinar, pois, contamos com profissionais qualificados e empenhados com o desenvolvimento educacional das crianças do campo.

Finalmente acredito que todo estudo realizado na elaboração deste artigo tenha sido valioso no sentido de continuar oferecendo uma educação cada vez mais desafiadora, na medida que busca ser eficaz aos alunos do campo, de modo que nenhum se sinta discriminado ou inferiorizado frente aos alunos da zona urbana diminuindo a desigualdade social. Para concluir deixo aqui uma reflexão que encontra no cerne de minhas questões como alguém que foi aluna e hoje é docente dentro desse contexto desafiador.

A escola do campo, se formou na grande maioria historicamente funcionando em paróquias, centros comunitários, residências das “professoras” sem nenhuma formação acadêmica. Professoras que ministravam aulas para alunos de todas as séries e de idades totalmente diferentes, no mesmo espaço.

Uma realidade onde se faz viva a classe multisseriada, historicamente foi sustentada por políticas compensatórias garantindo, quando muito uma manutenção mínima de incentivos e recurso. Faço parte dessa realidade, pois fui alfabetizada em condições sub-humanas, por professoras sem nenhuma formação pedagógica, sob castigos desumanos dos quais iam desde a palmatória a joelhos em cima de caroços de milho em sol escaldante, braços abertos em frente ao quadro negro dentre outras formas de humilhações. Muitos dos que vivenciaram essa natureza de desigualdade não tiveram a mesma força para lutar e conquistar espaço no mercado de trabalho, tampouco ocupar os bancos da universidade, o que não é fácil, mas eu venci.

Tenho um grande orgulho de mim mesma e da trajetória que construí, sendo filha de mãe solteira que criou cinco filhos quebrando coco e trabalhando na roça sem ajuda de pensão alimentícia e ou de programa social. Consegui com muita luta e sacrifício concluir o curso de Serviço Social pela Universidade do Tocantins (Unitins) e Pedagogia pela Faculdade Faiara de Araguatins. Depois de ter passado em concurso público e atuar durante anos e anos como merendeira na escola onde fui alfabetizada, hoje exerço a docência nas turmas de Pré-escola I e II e no 1º ano.

Em minha prática docente, para cada turma, embora atendida na mesma sala e horário, há um planejamento distinto, um diário de classe a ser preenchido. Outro colega de profissão





que trabalha numa escola localizada a 8 quilômetros daqui, atende as turmas de pré-escola I e II, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano e para cada turma há um plano de aula e um diário de classe.

Agimos assim porque nosso compromisso é com uma educação humanizadora que busca contemplar o desenvolvimento humano em primeiro lugar. Busca o empoderamento dos sujeitos nela envolvidos, sejam eles alunos ou professores. Mesmo o Plano de Educação do município assegurando a extinção do regime de salas multisseriadas no município, os nossos governantes ainda não perceberam o tamanho do desafio da educação ministrada nestas condições, onde o professor precisa se desdobrar para garantir o máximo de qualidade possível no letramento de seus alunos.

### Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15- 12-1998. Brasília, 1988. \_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: Acesso em: 19 ago. 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. In: **Diário Oficial da União**, Ano CXXXIV, n.º 248, 23/12/96. Brasília: 1996.

TRIGUEIRO, Demerval. Um Novo Mundo, Uma Nova Educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Jan./1969.

476

## RENDIMENTO ESCOLAR E PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL ALDINAR GONÇALVES DE CARVALHO

Gildásia Pereira da Costa Borges  
Juliana Chioca Ipolito

**Resumo:** Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida sobre a relação entre educação, pobreza e o Programa Bolsa Família (PBF). Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica que objetivou compreender os efeitos do PBF sobre o índice de aprovação e reprovação dos alunos da referida escola. A pesquisa foi realizada na escola estadual Aldinar Gonçalves de Carvalho no município de Araguatins-To. As informações são provenientes do sistema de gerenciamento escolar cedido pela própria instituição de ensino corresponde ao ano de 2016 e a metodologia utilizada é análise documental através de um estudo de caso. Diante dos dados foram construídos gráficos para nos auxiliar a interpretar a realidade. Dado o exposto, os indicadores educacionais revelam diferenças excessivas entre os assistidos ou não pelo programa Bolsa Família. Com isso, concluímos que essas disparidades estão configuradas na falta de consonância entre o conhecimento cognitivo e o capital cultural dos alunos, o fato das condicionalidades propostas pelo PBF não serem argumentos suficientes para garantir um bom rendimento escolar e por fim a persistência do trabalho infantil entre os beneficiários do Bolsa Família.

**Palavras-chave:** Bolsa-Família. Aprendizagem. Pobreza.





## Introdução

Versar sobre as desigualdades sociais da população brasileira é complexo. Nesse sentido, esta pesquisa pretende fazer uma análise dos índices de aprovação e reprovação entre os alunos do 6º Ano do ensino fundamental da Escola Estadual Aldinar Gonçalves de Carvalho em Araguatins-To, que são atendidos pelo Programa Bolsa Família (PBF) e estabelecer uma comparação com os que não são beneficiários. Com isso, pretende-se investigar os impactos que o PBF exerce à população atendida referente ao rendimento escolar, bem como apontar seus possíveis efeitos na superação da situação de vulnerabilidade social de famílias beneficiárias.

Essa pesquisa foi realizada em duas etapas, a primeira de revisão bibliográfica, na qual investigamos a relação entre pobreza, educação e PBF na literatura disponível. Com isso pretendeu-se compreender como e de que forma são reveladas essas temáticas no interior da instituição, e de que maneira o PBF provoca alguma mudança na situação socioeconômica dos alunos em questão.

Após essa etapa, realizamos um estudo de caso analisando os dados cedidos por uma instituição de ensino público do município de Araguatins-To acerca dos índices de aprovação e reprovação dos alunos beneficiários do PBF e dos não beneficiários, referente ao ano de 2016.

O intuito foi verificar se existe discrepância com relação ao índice de aprovação e reprovação entre os alunos observados, baseado na interpretação dos dados mostrados através de gráficos. Em seguida, inferimos algumas hipóteses sobre a realidade dos alunos diante dos números retratados pelos dados cedidos pela instituição.

## Procedimentos Metodológicos

A pesquisa ocorreu na escola Estadual Aldinar Gonçalves de Carvalho no município de Araguatins-To, a mesma localiza-se na periferia da cidade, no qual seu público alvo são crianças e jovens de classe baixa. Nesse sentido, a pesquisa configura-se, como estudo de caso. Os dados foram disponibilizados pela própria instituição escolar, entre os meses de agosto a setembro do presente ano, no qual foi cedida uma lista com os nomes dos beneficiados do PBF, outra com os alunos de cada turma entre beneficiados e não beneficiados, além de um gráfico já formulado pelo próprio sistema de gerenciamento escolar entre o número de aprovados e reprovados de cada turma, tornando possível realizar uma análise sobre a relação entre pobreza, educação e PBF.







A metodologia desenvolvida iniciou-se com pesquisa acerca do Programa Bolsa Família e sua relação com a aprendizagem no intento de investigar os efeitos do programa sobre os alunos observados. Além disso, realizou-se o levantamento e análise de dados através de gráficos sobre a aprovação e reprovação entre os alunos do 6º ano do ensino fundamental, evidenciando a realidade diante dos beneficiários e não beneficiários do PBF. Em sequência, houve a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, em que foi possível examinar os critérios do processo de ensino-aprendizagem da instituição.

Posteriormente a essa análise conjunta, foram elaborados gráficos que mostrassem o índice de aprovação e reprovação entre os alunos de cada turma que foram assistidos ou não pelo PBF no ano de 2016. Em seguida, foram evidenciados tais dados, com suas respectivas particularidades intimamente ligadas a aspectos econômicos, sociais e culturais.

### Resultados e Discussão

O PBF está baseado em alguns critérios de inserção para se tornar um beneficiário. Diante disso, a Cartilha do programa infere que o Bolsa Família transfere renda diretamente às famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa) e pobres (com renda mensal de R\$ 77,01 a R\$ 154,00 por pessoa). Ao entrarem no programa, as famílias assumem compromissos relacionados à Educação e à Saúde. Portanto, na educação é necessário que a criança e o jovem sejam assíduos na instituição escolar, já na saúde é preciso que os mesmos mantenham suas carteiras de vacinação em dia e tenham um cadastro no SUS (Sistema Único de Saúde).

Para fundamentar as informações acima mencionadas é pertinente evidenciar as condicionalidades do PBF:

- **Educação:** frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.
- **Saúde:** acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos.
- **Assistência Social:** frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil (MDS<sup>18</sup>, 2009).

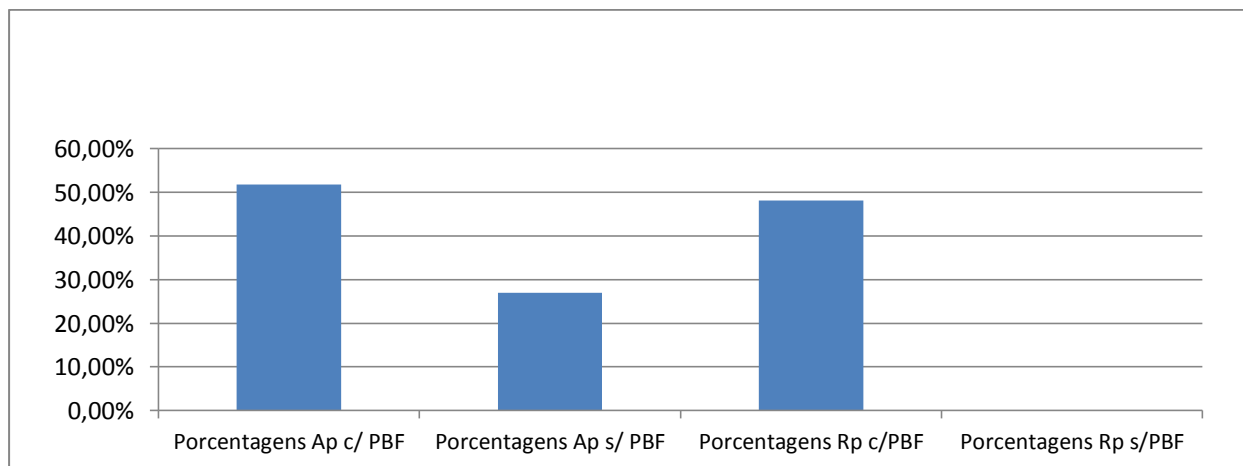
<sup>18</sup> [http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades)> Acesso em 16/10/2017.





Nessa perspectiva, os dados da escola irão externar a realidade vivenciada pela mesma, com base nos índices de aprovação e reprovação dos alunos que são beneficiários ou não do PBF.

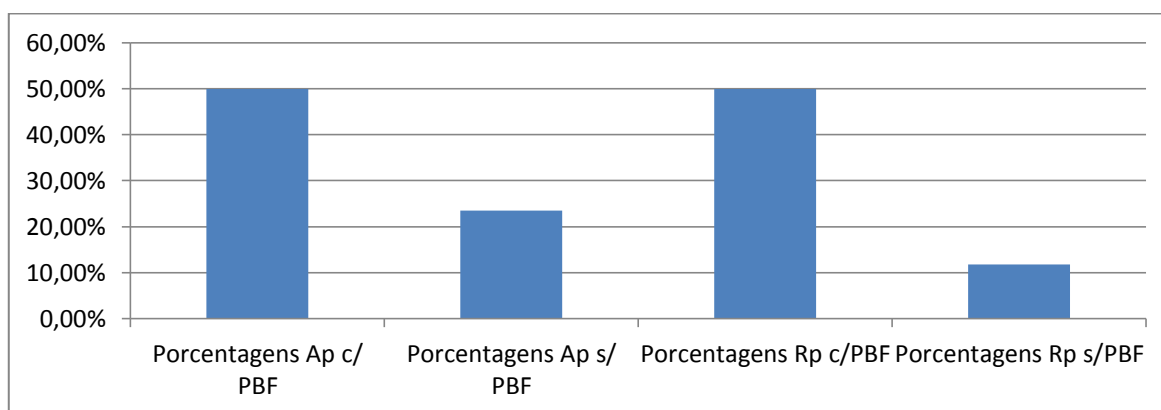
Turma: 6º 1



A turma “1” disponibilizava de 37 alunos, desse número 25 são assistidos pelo PBF e 12 não eram agregados ao programa. Dado o exposto, pouco mais de 51,85% dos assistidos pelo programa foram aprovados e 48,15% reprovados; já entre os não beneficiados 27,03% foram aprovados e 0% reprovado.

479

Turma: 6º 2



Com relação à turma “2”, no geral eram 34 alunos, desses: 21 são assistidos pelo PBF e 13 não. Diante dos resultados o quadro ficou da seguinte forma: 50% entre os beneficiários foram aprovados e 50% reprovados, já entre os não beneficiários temos 23,53% aprovados e 11,76% reprovados.





Contudo, a reflexão que se infere sobre a divergência entre beneficiários ou não com relação à reprovação evidenciado pelos dados dos gráficos vincula-se a alguns fatores, o primeiro pelo fato dos alunos estarem carregados por uma herança cultural familiar muito intensa, propagada por várias gerações e que não é conciliada com a proposta pedagógica da escola, já o segundo está ligado diretamente ao PBF, que por hora tem como condicionalidade a frequência escolar, isso é na verdade uma contrapartida pra que as famílias se comprometam com a assiduidade das crianças e jovens na escola. No entanto, esse requisito direcionado pelo programa não é suficiente para garantir o bom desempenho escolar dos alunos assistidos por essa política pública. Outra situação que está inserida nessa reflexão é a persistência do trabalho infantil se fazer presente entre os beneficiários do PBF, como aponta a pesquisa de Batista, Cacciamali e Tatei (2010, p.289):

Desse modo, os resultados indicam que o programa é eficiente em atingir um de seus objetivos fundamentais: elevar o atendimento escolar das crianças. Por outro lado, é incapaz de reduzir a incidência de trabalho infantil, fenômeno perverso intrinsecamente relacionado com o menor atendimento escolar entre crianças de famílias pobres. Ressaltamos que o combate ao trabalho infantil não é uma das metas do programa, apesar de se tratar de um fenômeno intrínseco à baixa renda das famílias. Assim, alguns aprimoramentos do PBF atacariam, indiretamente, essa questão.

480

Assim, é complexo delinear argumentos de como eliminar a pobreza somente através da educação, porque a pobreza está presente na escola, no entanto não é abordada e tão pouco questionada. A pobreza não aparece na escola a partir do currículo, nem diante das ações desenvolvidas na instituição. No entanto é evidenciada de maneira subjetiva quando se observa os corpos dos alunos, que demonstram falta de higiene, desnutrição, maus tratos, roupas maltrapilhas, etc. Nada disso é analisado no sentido de almejar possíveis soluções diante da pobreza.

Portanto, o PBF busca intervir diante das dificuldades das minorias, de forma paulatina e em longo prazo, redirecionando caminhos que possam melhorar os indicadores educacionais dos segmentos populares em situação de pobreza e extrema pobreza

### **Considerações Finais**

Nesse sentido, há disparidade entre beneficiários ou não no que se refere à reprovação traz uma insatisfação indireta retratada nos gráficos, baseadas em algumas vertentes: entre elas temos a herança cultural das famílias, que se mostra categórica diante dos resultados dos alunos frente à falta de conciliação desse capital cultural ao sistema educacional em que estão





inseridos, visto que é necessário agrupar conhecimento cultural com o processo pedagógico das instituições escolares. Em seguida esses dados insatisfatórios estão ligados a fragilidade do PBF diante da condicionalidade proposta para as famílias beneficiadas, pois a presença das crianças e jovens em sala de aula não torna fator suficiente para mudar os índices educacionais, pois o número de reprovados ainda é maior entre os beneficiários com relação aos não beneficiários.

Outra situação que esta vinculada aos altos índices de reprovação entre os beneficiários é a persistência do trabalho infantil, que mesmo sendo uma mazela social pouco perceptível e legalmente inaceitável, é fator presente na realidade de algumas crianças e jovens da escola em questão. Como a ajuda monetária proposta pela PBF não é suficiente para atender as necessidades mínimas das famílias atendidas por essa política pública, e por mais que essas famílias se comprometam com as condicionalidades propostas pelo programa, é indispensável que todos os membros da família que estejam aptos ao trabalho o exerça, para garantir o básico à prole.

Então, a escola pode exercer a função de transformar a realidade social, desempenhando em suas práticas pedagógicas metodologias que auxiliem na construção de sujeitos conscientes de sua situação social e modificadores da sua realidade. Diante disso é necessário que a escola desenvolva ações em harmonia com o capital cultural da comunidade local.

481

### Referências

BATISTA, Natália Ferreira; CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, v.14, n.2, p.269-301. São Paulo – SP. 2010

CARTILHA do Bolsa Família. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome. Senarc. Brasília-DF: 2015.

[HTTP://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades)> Acesso em 16/10/2017







## SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO – AS PERSPECTIVAS DE AVANÇOS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ESCOLA PÚBLICO

Gilmária Aquino Silva  
José Lauro Martins

**Resumo:** A partir de uma breve análise das correntes sociológicas funcionalistas e crítico produtivista de Durkheim, Bourdieu em contraposição com a linha do materialismo histórico, com a teoria do conhecimento em Gramsci, buscou-se verificar a importância do assistente social no sistema escolar público, sendo uma nova forma de atuação do profissional. Com base nos Projetos de Lei (PL) n.º 3.688 de 2000 e n.º 837 de 05 de julho de 2005, que dispõem sobre a introdução do assistente social no quadro de profissionais da educação da escola pública, levantou-se pontos centrais da aproximação assistente social ao campo educacional. Desta maneira, confirma-se a hipótese de que há verdadeiramente a necessidade deste profissional na educação, pois no cotidiano escolar enfrenta-se complexas questões sociais que o conhecimento pedagógico não consegue enfrentar sozinho precisando de outros saberes como o do assistente social.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Educação, Sociedade.

### Introdução

Esse artigo consiste em construir reflexões e conhecimentos acerca da atuação do Serviço Social no sistema escolar público.

O objetivo buscou identificar a aproximação teórica e prática do profissional Assistente Social ao campo educacional, conhecendo e estudando os problemas socioeducativos e as contribuições do Serviço Social no sistema escolar, visando à realidade social da educação, como também mapeando-a quanto a estes problemas de forma a garantir aos educandos a melhoria das condições de estudo.

Mediante as propostas acima mencionadas, supõe que os problemas socioeducacionais podem ser atenuados por meio da atuação interdisciplinar do profissional do Serviço Social, em conjunto com os demais agentes escolares da rede pública. Acredita-se que a atuação do Assistente Social nas escolas públicas poderá contribuir para a ampliação da política educacional, uma vez que em muitos momentos as questões sociais mais pertinentes não são trabalhadas pela escola.

O impulso inicial que norteou a reflexão da atuação do assistente social na escola pública foi a proposição dos Projetos de Lei n.º 3.688 de 2000, que dispõem sobre a introdução de Assistente Social no quadro de profissionais da educação, e o Projeto de Lei n.º 837 de julho de 2005, que dispõe sobre a introdução de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas. Os referidos projetos encontram ainda em processo de aprovação na Câmara dos





Deputados do Estado de São Paulo. Assim, a partir de uma pesquisa intitulada: (LOPES, 2005).

Serviço Social e Educação: As Perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público, foram levantados os aspectos mais importantes da atuação do Assistente Social na área educacional, que ocorreu em duas escolas públicas, em que os pais, alunos e professores se dispuseram a contribuir com a pesquisa.

Foram abordados os aspectos históricos educacionais nas décadas de 80 e 90, os fundamentos legais da educação no Brasil e as influências sociológicas na educação, a fim de compreendermos a realidade social na qual a escola está inserida.

Tratou-se também de uma possível inserção do Assistente Social no sistema educacional, tendo como referencial legal o histórico dos Projetos de Lei n.º 3.688 de 2000 e n.º 837 de 2005, que garantem o Assistente Social no quadro de profissionais das escolas da rede pública.

Finalmente, abordou-se a realização dos procedimentos metodológicos da pesquisa de campo e a análise de dados levantados por meio dos questionários realizados junto aos alunos, professores e diretores de duas escolas públicas, sendo uma da cidade de Marília-SP e outra da cidade de Garça-SP.

Salienta que tendo em vista que a educação é uma política pública de direito constitucional, este, portanto, deve ser garantido não somente com a democratização do acesso do sujeito à educação, mas sobretudo à qualidade do ensino, a fim de promover o crescimento cultural do indivíduo enquanto cidadão. Nesse contexto cabe ao profissional Assistente Social, por meio de sua prática, ampliar e contribuir para a sua garantia.

Desta forma destaca-se que a última versão do PL que quer Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas, o Artigo 1º e 2º do PL (2003), diz:

Art. 1º O Poder Público deverá assegurar atendimento por Psicólogos e Assistentes Sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitarem.

§ 1º O atendimento previsto no caput deste artigo será prestado por Psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e por Assistentes Sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social.

§ 2º Os sistemas de ensino, em articulação com os sistemas públicos de saúde e assistência social, deverão prever a atuação de Psicólogos e Assistentes Sociais nos estabelecimentos públicos de educação básica ou o atendimento preferencial nos serviços de saúde e assistência social a alunos das escolas públicas de educação básica, fixando em





qualquer caso número de vezes por semana e horários mínimos para esse atendimento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor um ano após a data de sua publicação. (PROJETO DE LEI, nº 837. 01 julh. 2005).

Nota que através do Projeto de Lei e destes dois artigos acima citados que as autoridades públicas percebem a importância da equipe de profissionais técnicos no sistema educacional, em especial o Assistente Social, para a prestação de assistência aos alunos e seus familiares, sendo um intermediário entre a comunidade e a escola.

Assim sendo, segundo Morin (2003) a educação para a cidadania deve ser uma educação contextualizada, global, multidimensional e complexa. Desta forma, o indivíduo deve também ser visto como um ser global, inserido numa família e na comunidade.

Assim sendo, mesmo diante das lutas já alcançadas e dos percalços encontrados na efetivação deste Projeto de Lei e sua regulamentação, alguns pesquisadores na década de noventa começaram a discutir sobre as contribuições do Serviço Social na educação, dentre eles Backhaus (1992), Almeida (2000), Camardelo (1994) e algumas pesquisas no 8º e 9º Congresso Brasileiro de Assistente Social (CBAS), realizados em 1995 e 1998.

### **Procedimentos Metodológicos**

484

O trabalho utilizou o recurso metodológico da pesquisa bibliográfica, que segundo Hitchcock e Hughes:

Amplia e refina o conhecimento existente; ajuda a definir e clarificar as questões da pesquisa; permite a identificação de lacunas e de áreas pouco exploradas; ajuda a esclarecer aspectos teóricos, metodológicos e analíticos; permite a identificação de debates atuais e controvérsias (HITCHCOCK, G.; HUGUES, 1995 apud DE MOURA, FERREIRA e PAINE 1998, pg. 37).

### **Resultados e Discussão**

A prática do Assistente Social situa-se numa perspectiva crítica, e se faz participante da transformação social, portanto, segundo Novais (2001, p. 13), o profissional do Serviço Social deverá através desta desenvolver as seguintes atividades:

- Pesquisa de natureza sócioeconômica e familiar para a caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhor o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;





- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Somente com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da lei 8662/93. (NOVAIS, 2001, p. 13).

Verifica que a atuação do profissional Assistente Social nas escolas está presente nas mais variadas expressões cotidianas, tanto nas relações externas, como a família, sociedade e entre outros, quanto nas relações internas que são os diferentes conjuntos como, diretores, os docentes e alunos, entre outros que compõem o campo educacional.

Compreende-se que a prática profissional do Assistente Social não está firmada sobre uma única necessidade, sua especificidade está no fato de atuar sobre várias necessidades. Assim, para que esta prática contribua no processo educacional, é preciso que seja crítica e participativa e esteja relacionada com as dimensões estruturais e conjunturais da realidade, ou seja, baseada no conhecimento da realidade em sua totalidade.

Para Backhaus (1992, p.54), alguns procedimentos que poderão ser adotados com êxito pela equipe interdisciplinar são:

- Ter sempre presente que a pessoa (indivíduo) deve ser considerado na sua experiência, no processo de trabalho grupal e comunitário e no contexto onde ela própria constrói e vai se construindo;
- Levar em conta a questão da “motivação” dos integrantes do grupo, como ênfase a realização de um bom trabalho;
- Buscar a conquista de espaços dentro e fora do grupo- “posicionar-se”;
- Expor sentimentos, usar de franqueza e espontaneidade nas trocas com os outros integrantes do grupo, nas discussões, trabalhar a “idéia” e, sobretudo, perguntar a “união grupal”;
- A conquista da liberdade de opinião é primordial à interação grupal; os posicionamentos devem ser discutidos em nível de equipe (profissionalmente) e não a nível pessoal. Os resultados precisam vir ao encontro, visando o aperfeiçoamento do conjunto. (BACKHAUS,1992, p.52).

Segundo a autora acima os profissionais precisam fazer troca de saberes e de intersubjetividades para a realização da prática, pois quanto maior a integração do grupo, a busca de conhecimentos e a realização de um trabalho unificado, maiores serão as condições de intervir na realidade escolar, confrontar e solucionar os problemas nela encontrados.

Para Almeida (2000, p.2), a prática do assistente social na escola significa:

[...] pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação as







estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.

A função social da profissão do Assistente Social pode ser auxiliada a partir da teoria gramsciana, pois esta reconhece a importância do sujeito nas inúmeras mudanças sociais. Assim, em meio às mudanças sociais que vêm ocorrendo, o Serviço Social também contribui com seu saber para impulsionar uma reflexão política aos segmentos populacionais, em que também possam reconhecer seus direitos e deveres, para exercerem sua cidadania. É este mesmo trabalho árduo que deverá ser feito entre escola/aluno e seus respectivos familiares e comunidade.

Foram esses pressupostos que nortearam o levantamento da pesquisa de (LOPES, 2005) Serviço Social e Educação: As perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público a partir de duas escolas públicas, uma da cidade de Marília-SP e outra da cidade de Garça-SP que, por meio dos alunos, diretoria e professores, poderão contribuir proficuamente para a confirmação ou não da hipótese desta pesquisa, ou seja, a de demonstrar a importância ou não do Assistente Social em cada unidade escolar.

### **Conclusão**

Conclui que objetivo foi contribuir para o estudo da ampliação e compreensão da atuação do Assistente Social no sistema escolar público.

Para identificar esta relação entre Serviço Social e Educação, buscou uma aproximação teórica e prática. Compreende-se por meio do processo metodológico desta pesquisa, que uma possível inserção do Assistente Social no quadro de profissionais da educação contribuirá para que a escola execute sua função social, de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inclusive o direito à Cultura, pois os problemas sociais como: evasão escolar, indisciplina, dificuldade econômica, desagregação familiar, envolvimento em drogas, gravidez precoce, desinteresse do aluno, dentre outras questões emergentes, exigem a intervenção de uma equipe interdisciplinar.

A constatação, por meio de um estudo bibliográfico preliminar, levou à confirmação da hipótese deste estudo, pois há realmente a necessidade e relevância da presença do Assistente Social nas escolas. Isto vem sendo confirmado através da pesquisa de campo, na qual se percebe que a escola, enquanto transmissora de conhecimento e cultura, vem perdendo essa identidade, incumbindo-se de trabalhar as problemáticas sociais apresentadas pelas famílias. Portanto, faz-se necessária a aprovação da última versão do Projeto de Lei 837, de 05 de Julho de 2005, que dispõe sobre a Introdução de Assistentes Sociais e Psicólogos em cada Escola Pública.





Assim, mostra-se a necessidade do reconhecimento dessa emergência pela categoria que também deve reivindicar a sua atuação na área da educação, proporcionando que se abra um novo campo de atuação para o Assistente Social.

## Referências

ALMEIDA, N. L. T. *Serviço Social e política educacional: um breve balanço e desafio desta relação*. 1º Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação. Belo Horizonte, 28 março 2003, p.1-9.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social na educação*. Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, n.6, ano 3, jul. 2000, p. 19-24.

BACKHAUS, Berenice Beatriz. *Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 38, ano 13, abr. 1992, p. 37-55.

BOURDIEU, Pierre. *O indivíduo na sociedade*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 19-50

BRAVO, M.I.S.: Potyara, A. P.P. (Orgs). *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMARDELO, Ana Maria. *Estado, educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano*. Revista Quadrimestral de Serviço Social. São Paulo: Cortez, n. 46, ano 15, dez.1994, p. 138-162.

CARNEIRO M.A. *LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARVALHO, R.E. *A nova LDB e a educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1998

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 05 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. In: CRESS/SP (Org). *Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentação para instrumentação do assistente social*. São Paulo: O Conselho, 2004.

\_\_\_\_\_. *Código de Ética do Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão*. 3ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

CRESS. *Assistência sociais e psicólogos nas escolas*. Disponível em: <<http://www.cress-sp.org.br/index.asp.htm>>. Acesso em 29 de maio de 2005.

*Declaração mundial sobre a educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Disponível em: <<http://www.dnnet.org.br/direitos/sip/onu/educar/todos.htm>>. Acesso em: 18 agost. 2005

*Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e prática em educação especial*. Disponível em: <<http://www.lerparaver.com/legislação/internacionalsalamanca.html>>. Acesso em: 18 agost. 2005.

DURKHEIM, D.É. *As regras do método sociológico*. 11ª ed. São Paulo: Nacional, 1984.

FONSECA, M. *O Banco mundial e a gestão da educação brasileira*. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.p.46-63.

GENTILI, Pablo A. A. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRUNSPUN, H., GRUNSPUN, F. *Assuntos de família: relacionamento, sexo, TV, violência, droga, escola*. São Paulo: Hambug.





IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica*. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, Eleni Melo Silva et al. *Consequências do neoliberalismo: privatizações*. 2005. 27fls. Trabalho Acadêmico- Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Marília, Marília, 2002.

\_\_\_\_\_. Eleni Melo Silva . *Serviço Social e Educação: as perspectivas de avanços do profissional de serviço social no sistema escolar público* . 2005. 25 fls. Trabalho Acadêmico – Unesp – Campus de Marília, Marília, 2005.

\_\_\_\_\_, Eleni de Melo Silva . *Política Nacional de Humanização Hospitalar : Projeto de Humanização Cuidando da vida, Hospital São Francisco* . 2006. 6 fls. I Simpósio da Prática profissional do Assistente Social de Marília e Região. Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Marília, 2006.

MANACORDA, Mário. *O princípio educativo em Gramsci* . Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARTINELLI, L. M. A prática como desafio para o ensino do Serviço Social. *Caderno PUC* , São Paulo, n.10, 1980, p. 94-102.

MARTINS, E. B. C. Serviço Social na Educação: trajetória histórica e perspectivas contemporâneas. *Revista da faculdade de Ciências Humanas da Unimar*. Marília: Unimar, v.6, n. 6 , 2002, p. 41-51.

\_\_\_\_\_. A questão e o Serviço Social em debate. *Revista da faculdade de Ciências Humanas da Unimar* . Marília: Unimar, v.3, n.3, 1999, p. 35-53.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. 6. ed. São Paulo: Global, 1986 .

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro* . 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003 .

NOVAIS, L. C.C. et al. *Serviço Social na educação: uma inserção possível e necessária*. Brasília, set. 2001. p. 6-32. 488

PILETTI, Nelson. *Sociologia da Educação* . 6. ed. São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. *História da Educação no Brasil* . 1ª ed. São Paulo: Ática. 1990.

SALES, Mione Apolinário. et al. *Trabalho e projeto ético político profissional* . Caderno de Comunicações: IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia, v. 1, jul. 1998, p. 186-277.

SEMERARO, Giovanni. *Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci* . Disponível em : <[http:// www. Gramscieobrasil. com.br](http://www.Gramscieobrasil.com.br)>. Acesso em 18 jan. 2005.

YASBEK M.C. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. In: *CADERNOS ABONG* , 19. Série: Subsídios às Conferências de Assistência Social. São Paulo: Cortez, 1994.





## EVASÃO ESCOLAR E EXCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS - TO

Gilson Fernandes de Souza

Marilda Piccolo

**Resumo:** Esta pesquisa apresenta uma reflexão sobre a evasão escolar no ensino médio, apresentando as possíveis causas da evasão escolar em um colégio do município de Dois Irmãos do Tocantins, entre janeiro de 2016 há outubro de 2017. O Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, apesar de não contar com um levantamento quantitativo dos alunos que evadiram, tem conhecimento do problema, e que por meio de uma entrevista com a coordenadora do colégio a mesma destaca os motivos à necessária estratégia isolada para cada situação. Por meio do levantamento de dados sobre a temática foram destacadas falas que auxiliam a compreender o fenômeno da evasão. O olhar se deu ao ensino médio devido às maiores taxas de evasão na educação estarem entre os primeiros anos do ensino médio. O delineamento da pesquisa será teórico-empírico, com o suporte teórico da categoria de análise da Geografia Espaço Geográfico.

**Palavras-chave:** Educação. Evasão Escolar. Ensino Médio.

### Introdução

O estudo apresenta uma reflexão sobre a evasão escolar, no ensino médio e evidência a realidade de uma escola pública do município de Dois Irmãos do Tocantins. O objeto de estudo é o Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, que fica localizada na zona urbana da cidade. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2015, o município de Dois Irmãos do Tocantins, possuía 1.245 jovens estudando, sendo 1.030 alunos no ensino fundamental, enquanto os que estudavam no ensino médio representavam somente 215 matrículas.

Esta pesquisa terá como pano de fundo de todas as reflexões, a categoria de análise da Geografia, espaço geográfico. Essa categoria é considerada o objeto de estudo da geografia, portanto o trabalho científico do geógrafo tem que partir de alguma das categorias de análise da geografia. Será realizada uma breve revisão teórica de espaço geográfico, pois objetivando construir um caminho teórico, que fundamente essa pesquisa, como uma pesquisa geográfica.

Será realizada uma breve análise histórica do contexto da escola no Brasil, objetivando entender como foi pensando e pra quem? Foi projetada a escola pública brasileira. Entendo esses pontos, sem dúvidas o trabalho conseguiu fundamentos teóricos para pensar o contexto da evasão, em Dois Irmãos do Tocantins.

Para trabalhar com o termo evasão e necessário definir o que é evasão escolar. A palavra evadir significa deixar de frequentar as aulas, pois é caracterizada uma forma de abandono escolar. Existindo duas formas de abandono, o definitivo, quando o aluno não







retorna à escola, ou temporário, quando o aluno abandona a escola num ano, mas volta a frequentá-la no ano seguinte.

Para Klein (2008), os dois termos abandono e evasão possuem significados diferentes, embora com características semelhantes. Segundo ele, o abandono refere-se ao aluno matriculado que deixa de frequentar a escola durante o andamento do ano letivo, sem comunicação devidamente a escola. O fato é que, a evasão ocorre quando o aluno matriculado em determinada série, em determinado ano letivo, não renova sua matrícula para o ano seguinte, independentemente se foi aprovado ou retido.

Nas taxas referentes ao rendimento escolar das escolas públicas, obtidas no portal do Ministério da Educação (MEC), não apresentam distinção entre os dados de evasão e abandono, bem como grande parte da literatura levantada durante a construção do artigo, portanto este trabalho abrangerá os alunos que, abandonarão ou interromperam os estudos, independente se retornaram ou não de janeiro de 2016 até outubro de 2017, na Escola Estadual Presidente Castelo Branco. Outro documento que permite este trabalho tratar o termo evasão, como definido anteriormente. A ata do último conselho de classe anual, ou seja, do 4º bimestre das escolas estaduais, emitidas ao término do ano letivo, consta apenas a inscrição “desistente” para o aluno que deixou de frequentar a escola naquele ano. Assim sendo, os termos evasão e/ou abandono serão analisados, como tendo o mesmo sentido.

490

A evasão está relacionada a diversos fatores, divididos em internos e externos. Os fatores internos são ligados ao curso e podem ser classificados em: infraestrutura, corpo docente e a assistência sócio-educacional. Os fatores externos relacionam-se ao aluno, tais como: vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal. (DIAS et al., 2009; apud PAREDES, 1994)

### **Procedimentos Metodológicos**

Durante a investigação empírica, por meio de uma entrevista com a coordenadora Marileide Oliveira Mousinho, da unidade escolar, pois a mesma é responsável pelo acompanhamento dos alunos infrequentes. O objetivo foi levantar dados, que conseguisse evidenciar de forma clara os fatores causadores de evasão. Foi percebido que os alunos não estudam em uma escola atrativa, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem praticado na escola não motiva, pois não desperta o prazer em aprender. Mas essa é a realidade do sistema público de ensino, em nível nacional, portanto não é uma realidade única do espaço geográfico de Dois Irmãos, mas sim um contexto geográfico nacional.





A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, assegura que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, assim como estabelece os princípios de igualdade de condições para acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I). Esse direito é reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, a qual apresenta a organização do sistema educacional brasileiro. Este sistema é ineficaz e essa ineficiência reflete no contexto social do aluno, pois os familiares não fazem o seu papel também de acompanhar os seus filhos no ambiente escolar, seja por questões culturais de não reconhecer a importância da escola na formação do indivíduo, ou seja, por questões de logística, sendo que muitas famílias se localizam no espaço agrário brasileiro. Tendo em vista, que muitos alunos da escola são de programas de reforma agrária distantes do espaço urbano e ao mesmo tempo sem transporte diário para os pais.

A investigação foi proposta com o objetivo de apresentar o tema provocando uma reflexão local. Dado os baixos números de matriculados no ensino médio do município e a alta taxa de alunos, que não concluíram o mesmo no Estado. É proposto conhecer se a escola tem conhecimento desse fenômeno e, de qual forma vem sendo afetado os alunos regularmente matriculados e verificar quais as causas que poderiam levar o aluno à evasão.

Os objetivos específicos são: levantar dados referentes à quantidade de alunos matriculados no ensino médio do município; conhecer algumas causas de evasão dos alunos regularmente matriculados segundo a coordenação da escola e conhecer as causas que podem ocasionar novas evasões.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foram priorizadas a pesquisa de levantamento e a pesquisa documental por meio de levantamento de dados da Instituição, por meio de documentos disponibilizados à população e bibliografias sobre o assunto, com o auxílio de livros, trabalhos científicos e internet.

Durante essa pesquisa não foi possível entrevistar as famílias dos alunos, devido o tempo curto destinado para a pesquisa de campo. Mas foi realizada uma breve leitura da importância da família, no processo de ensino e aprendizagem dos seus filhos.

O pensamento educacional no Brasil sempre foi voltado para elite, portanto isso é fato, “bem como as políticas públicas relacionadas à formação integral, gestadas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX”, revelaram a necessidade de construção de uma nova identidade para a escola pública, sendo uma das principais condições para integração das





crianças a vida escolar. Pois, é devido todo esse contexto que a escola pública brasileira é defasada (CAVALIERE, 2002, p. 250).

### **Resultados e Discussões**

No Brasil os índices de evasão escolar se destacam com as séries finais, em dados divulgados pelo MEC, a taxa de evasão no Ensino Médio, que em 1997 estava em 5,2%, aumentou para 8,5% em 2001 e 16% em 2004 (BRASIL, 2005). Já no Censo Escolar entre 2014 e 2015 foi de 12,7% dos alunos matriculados no primeiro ano do ensino médio, seguida por 12,1% dos matriculados no segundo ano.

No município de Dois Irmãos, a maioria das escolas é da zona rural. No quadro a abaixo é possível observar, que a rede Estadual é responsável, por matrículas dos anos finais do Ensino Fundamental e, do Ensino Médio e da Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Segundo a coordenadora do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, a evasão ocorre dentro da escola com alunos do ensino médio e acontece, por vários motivos. Dentre as causas mais comuns na escola ela destaca: namoro e gravidez precoce; drogas; Falta de expectativa para um futuro melhor; tratamento de saúde; falta de interesse; dificuldade de aprendizagem; alunos que fazem a matrícula após meses do início das aulas e não comparece à escola.

A coordenadora afirma que cada motivo requer um tratamento específico. Muitas vezes a escola não disponibiliza de recursos para motivar o aluno a permanecer na escola. Entre esses, recursos existem a deficiência de profissional especializado para orientação e acompanhamento dos alunos. A escola não tem recursos financeiros para essas demandas e sem dúvidas isso reflete na evasão. Muitas vezes o simples interesse do professor por determinado aluno já é capaz de mudar as perspectivas dos jovens, que em sua maioria são de grupos sociais de muita vulnerabilidade econômica.

### **Conclusões**

É fundamental o envolvimento total dos estudantes não só com os estudos, mas também com a instituição. Esse envolvimento possibilitará a criação de grupos de pesquisa e estudos. Os movimentos estudantis nos colégios podem ser reforçados, com objetivo de proporcionar o maior envolvimento dos educando, com suas próprias demanda e a troca de experiência entre os alunos. Os mesmos, incertos de suas escolhas e desamparados na sociedade acabam evadindo da escola, sem ao menos conhecer que o estudo pode melhorar





suas possibilidades e oportunidades no mercado de trabalho, quanto na continuidade dos estudos.

## Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 4 ago. 2017

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. MEC cria grupo para examinar causa de evasão escolar. 2013. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/11/mec-cria-grupo-para-examinar-causa-de-evasao-escolar>>. Acesso em 08 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. Evasão no ensino médio supera 12%, revela pesquisa inédita. 2017. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=50411>>. Acesso em 08 out. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura MEC/SESU. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Ed. Brasil, 1996.

LOBO, Roberto et al PAULO, Roberto Motejunas; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de C. M. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

SEDUC. Censo Escolar. 2016. Disponível em: < <http://seduc.to.gov.br/estatisticas/censo-escolar/>>. Acesso em 09 de out. de 2017.

CAVALIERI, Aa Maria Villela. Educação Integral: uma nova identidade para a escola Brasileira? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.







## O CONTEXTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ALTERADO PELAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Giovanna Felipe C. e Costa  
Luiza Vargens Ramos  
Garithuzy Macedo Oliveira  
Mikael Henrique de Jesus Batista  
José Lauro Martins

**Resumo:** As formas de ensino tradicionais são cumulativas e moldadas nos modelos fabris que visavam à produção e quantidade. Contraopondo-se a esse modelo, contemporaneamente, as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) ou Tecnologias Contemporâneas Digitais estão tomando espaço como canal de aprendizagem e potencializando a comunicação entre professores e alunos. No entanto, a tecnologia por si só, sem a mudança de gestão e metodologias adotadas em sala de aula, não mostra resultados. Para a otimização da aprendizagem pela experimentação dos alunos e para o estímulo ao pensamento crítico dos mesmos, se mostra necessário combinar os recursos pessoais, tornando o professor um facilitador com a participação significativa em grupos utilizando as tecnologias digitais disponíveis. **Objetivo:** apresentar o contexto da prática docente com a utilização das TDICs. **Metodologia:** utilizamos a revisão bibliográfica nas bases de dados Periódicos Capes, SciELO, BVS. **Conclusão:** o tipo de tecnologia digital a ser empregada em um ambiente de aprendizagem dependerá do envolvimento e capacitação dos professores e dos objetivos apontados pela teoria de aprendizagem adotada. O ensino e a prática educativa passam a requerer mais do professor para ser eficaz em aplicar metodologias de ensino-aprendizagem que valorizem o aluno, e para tanto, requer que o professor tenha conhecimento dos conceitos metodológicos e tecnológicos disponíveis para o ensino, tornando-o um facilitador do processo ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Tecnologia. Aprendizagem. Metodologias ativas. Ensino.

### Introdução

A abordagem tradicional das escolas e seu processo de ensino-aprendizagem resultam de uma concepção e práticas que perduram através do tempo e passaram a ser referencial para metodologias onde o professor é o centro do ensino. Em via oposta encontramos propostas metodológicas de ensino centradas no aluno, de modo a criar condições para que o processo proporcione desenvolvimento cognitivo e emocional. Segundo Brait *et al* (2010) quando o aluno é envolvido se sentindo parte do processo, sentindo-se motivado em sala de aula, o aprender se torna mais interessante.

As metodologias de ensino tradicionais são, atualmente, consideradas ultrapassadas. É nesse panorama que se encontra as Tecnologias Contemporâneas Digitais<sup>19</sup>, um conjunto de equipamentos e aplicações tecnológicas, que têm na maioria das vezes a utilização da internet como meio de propagação e que se tornam um canal de aprendizagem.

Diante disso, por meio dessas tecnologias usadas na educação pode haver uma

---

<sup>19</sup> Ou Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, as TDICS. Adotaremos a expressão Tecnologias Contemporâneas Digitais por entendermos que se adequa melhor ao assunto abordado.





potencialização dentro do processo ensino-aprendizagem (KESNKI, 2007). Todavia, o mero uso de equipamentos digitais não constitui numa inovação metodológica. E, juntos \_educador e educandos, podem construir o conhecimento necessário para explorar esses recursos que, queiramos ou não, fazem parte das ações desenvolvidas pelo homem no seu dia a dia.

Sendo assim, a presença das Tecnologias Contemporâneas Digitais na escola deve proporcionar a aprendizagem significativa a que se refere Morán (2008) ao dizer: “uma parte importante da aprendizagem acontece quando conseguimos integrar todas as tecnologias, as telemáticas, as audiovisuais, as textuais, as orais, musicais, lúdicas, corporais”.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para auxiliar na resposta ao objetivo de apresentar o contexto da prática docente com a utilização das TDICs, utilizamos como metodologia da pesquisa, a busca nas bases de dados Periódicos Capes, SciELO e BVS, utilizando como palavras-chaves: ensino, metodologias ativas, e tecnologias digitais da informação e comunicação.

### **Resultados e Discussão**

O ambiente de aprendizagem anterior ao das tecnologias digitais era basicamente a sala de aula. Atualmente o acesso à informação está muito mais facilitado e a atividade docente é modificada devido às possibilidades advindas do uso das Tecnologias Contemporâneas Digitais na educação que promove a agilidade na criação e transmissão de informações (SANTAROSA, 1997).

Nesse novo panorama, as comunidades de aprendizagem\_ estruturas sociais que visam a aprendizagem e interação (Afonso, 2001; Catela, 2011)\_, podem reunir-se por meio das tecnologias digitais. Os participantes podem interagir tanto de forma síncrona (ao mesmo tempo), como assíncrona (conectados em horários diferentes) trocando informações e construindo o conhecimento, mediados pelo professor que provoca e instiga o pensamento crítico acerca das situações criadas (FRANCIOSI, MEDEIROS, COLLA, 2003).

Além disso, para o desenvolvimento das atividades nos ambientes de aprendizagem virtuais os membros podem se relacionar de duas formas: colaborativa, onde todos interagem em auxílio mútuo para resultado comum, ou cooperativa, onde cada um realiza uma atividade e coopera para a obtenção do resultado ser diferente (DAMIANI, 2008; NITZKE, CARNEIRO, GELLER, 1999; SANTORO, BORGES, SANTOS, 1999).

*Recursos pedagógicos*





Ao tratar dos recursos pedagógicos somos levados a considerar as tecnologias digitais e recursos multimídias (websites, jogos, brinquedos e materiais didáticos) porém, devemos ampliar esse significado para além da materialidade dos recursos em si, buscando conferir ao material ou estratégia um caráter pedagógico nos diferentes processos educativos (EITERER e MEDEIROS, 2010). O recurso pedagógico deve favorecer ao indivíduo a competência crítica e criativa e é marcado pela ação do educador.

Assim, Boucherville (2016) aponta a necessidade do uso das tecnologias móveis na aula, por estas oportunizarem a participação e o envolvimento de alunos e professores.

A proposta é de abandonar o que Freire (1997) descreve como educação “bancária”, onde o conteúdo é “depositado” no aluno pelo professor. Diante disso, percebemos a valorização do processo de aprendizagem, da necessidade de metodologias fundamentadas na pesquisa, nos trabalhos em grupo e nas comunidades virtuais de aprendizagem para o alcance do saber.

### **Estratégias de ensino**

Nas estratégias metodológicas que atendem o espírito contemporâneo, o aprendizado ocorre por meio de experiências, problematizando a realidade, trazendo situações que o aluno encontrará na sua vida profissional. Piaget (1985) defende os métodos de ensino ativos e nega o sentido de atividade como ação concreta; e que não constituem, por si só, uma metodologia ativa.

As metodologias ativas surgem como possibilitadoras de transformações como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), a Problematização, a Sala de Aula Invertida (SAI), e a Aprendizagem em pares (PI).

### ***Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)***

Parte-se de uma análise inicial de uma situação problema e os alunos definem seus objetivos de aprendizagem, buscando fatores explicativos que os ajudem na solução do problema. Faz-se uma discussão dos achados e compartilhamento do aprendizado (MARÍN, 2010).

Para o desenvolvimento da ABP, Gemignani (2012) apresenta sete (7) passos que implicam na apresentação do problema culminando na busca de informações e estudo individual.

### ***Problematização***





Também se utiliza da “ação-reflexão-ação”, porém, fundamenta-se em Paulo Freire e no Arco de Maguerez. Caracterizando-se pela busca de informações sobre o problema escolhido.

Gemignani (2012) afirma que a problematização é uma metodologia que se preocupa com o ser humano, com o desenvolvimento de seu pensamento crítico e criativo para que se desenvolva um cidadão humanizado. Consideramos que é uma metodologia capaz de oportunizar uma reflexão a respeito da própria vivência e capacitar o aluno para transformar sua realidade.

### ***Sala de Aula Invertida (SAI)***

A utilização das Tecnologias Contemporâneas Digitais na SAI permite que a sala de aula seja um local onde os conteúdos que foram previamente estudados são discutidos, por meio de discussões em grupo, utilização de laboratório e outras atividades práticas (VALENTE, 2014). O aluno tem a possibilidade de saber o quanto se apropriou do conteúdo e assim, os resultados são antecipados (MORÁN, 2014).

### ***Peer Instruction (PI) ou Aprendizagem em Pares***

Para Rocha e Lemos (2014) é uma metodologia de ensino baseada no estudo prévio de materiais disponibilizados pelo professor e a apresentação das questões conceituais, em sala de aula, para a discussão dos alunos. Seu objetivo é que a aprendizagem dos conceitos fundamentais dos conteúdos seja promovida através da inserção entre os estudantes.

O professor não utiliza o tempo em sala de aula para transmitir informações em detalhes, mas as aulas são divididas em séries de apresentações orais do professor com enfoque nos principais conceitos que serão trabalhados e a apresentação das questões conceituais para que os alunos trabalhem individualmente e depois discutam com a turma.

### ***Sobre a utilização das Tecnologias Contemporâneas Digitais na Educação***

As dificuldades que encontramos hoje no ensino-aprendizagem têm sido superadas, segundo Valente (2014) por meio da utilização das Tecnologias Contemporâneas Digitais, que no meio educativo passam a fazer parte da sala de aula alterando a organização escolar e da sala de aula, a elaboração do plano pedagógico e mesmo o tempo que o aluno permanece na escola, bem como altera as relações entre aluno-professor.

Assim sendo, para a utilização das Tecnologias Contemporâneas Digitais e implantação de uma educação que envolva métodos de ensino presencial e tecnologias







(ensino híbrido ou *blended learning*), as escolas requerem modificações em sua gestão e professores que estejam envolvidos nas mudanças. É função da escola hoje, preparar o aluno para pensar, resolver problemas e responder rapidamente às mudanças contínuas.

### Considerações Finais ou Conclusão

Apontada a importância da utilização eficaz das Tecnologias Contemporâneas Digitais no contexto educacional faz-se necessário que haja um investimento que contemple não só a aquisição de recursos tecnológicos para as escolas mas que se invista na capacitação dos professores. É possível transformar a prática educacional com metodologias ativas e Tecnologias Contemporâneas Digitais usadas adequadamente no processo de aprendizagem permitindo que o aluno desenvolva sua aprendizagem, o aprender a pensar, a refletir, a desenvolver a ação-reflexão-ação, em uma construção autônoma e que o seguirá por toda a vida.

### Referências

- BRAIT, L. F. R. et al. A relação professor/aluno no processo de ensino e aprendizagem. **Itinerarius Reflectionis - Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia**, Campus Jataí, UFG, v. 8, n. 1, jan/jul 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/40868>. Acesso em 06 jun 2017.
- DAMIANI, M. F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Educar**, n. 31, 2008, p. 213-230.
- EITERER, C. L.; MEDEIROS, Z. Recursos pedagógicos. In: Oliveira, DA, Duarte, AMC, & Vieira, LMF DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010, p.1-4.
- FRANCIOSI, B. R. T.; MEDEIROS M. F.; COLLA, A. L. Caos, Criatividade e Aprendizagem. In: Marilú Fontoura de Medeiros; Elaine Turk Faria. (Org.). **Educação a Distância: Cartografias Pulsantes em Movimento**. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 1, 2003, p. 129-149
- FREIRE, PAULO. Educação "bancária" e educação libertadora. **Introdução à psicologia escolar**, v. 3, 1997, p. 61-78.
- KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2007. 141 p.
- MORAN, J. M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 14 ed. São Paulo: Papyrus, 2008.
- NITZKE, J. A.; CARNEIRO M. L. F.; GELLER, M. Criação de Ambientes de Aprendizagem Colaborativa. **Pós-Graduação em Informática na Educação**. Trabalho apresentado durante o X SBIE, Online, Curitiba/PR, 1999.
- SANTAROSA, L. M. C. "Escola Virtual" para a educação especial: Ambientes de aprendizagem telemáticos cooperativos como alternativa de desenvolvimento. **Informática Educativa**, v. 10, n. 1, 1997, p. 115-138.
- SANTORO, F. M.; BORGES, M. R.; SANTOS, N. Um Framework para Estudo de Ambientes de Suporte à Aprendizagem Cooperativa. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, n.4, 1999.





## EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gislânde P. de Moura Alves de Araújo

**Resumo:** A presente pesquisa apresenta como problemática investigar qual é o papel e o funcionamento da escola, em sua concepção e estrutura atuais de ensino, no que se refere a educação para cidadania. Com isso, tem-se a intencionalidade de discutir e analisar os aspectos relacionados com o direito da cidadania e como a mesma esta sendo pensada no contexto escolar. Deste modo, este trabalho possui como objetivo identificar como a escola pública, em sua estrutura e funcionamento, estão cumprindo com seu papel no preparo da cidadania. A metodologia utilizada para desenvolver este estudo, pautou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem qualitativa.

**Palavras-chave:** Direito. Cidadania. Educação.

### Introdução

Os direitos humanos são direitos alienáveis, inquestionáveis e garantidos por sua Declaração Universal de 1948 onde consta como 1º artigo que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Porém, é preciso ainda ser divulgada e respeitada. Pensando nisso pretende-se conhecer esses direitos as crianças, as famílias e a todos os envolvidos em uma determinada escola. Por outro lado não podemos e não devemos mostrar somente seus direitos, é preciso coletivamente descobrir que temos deveres a cumprir, pois só assim poderemos estabelecer e garantir relações práticas que incentivem as crianças a criticidade, a dignidade, a autoestima, a consideração e o respeito pelo outro. É preciso ainda fazê-los tomar consciência da realidade, para assim desenvolver exercício pleno de cidadania.

A escola é a segunda instituição importante na vida das crianças, perdendo apenas para a família e é na escola que ela deve receber a formação humana que levará por toda sua vida. No ambiente escolar a criança será apresentada a diversas situações novas no seu dia a dia que ela não passa em sua casa. É o espaço de socialização onde ela aprenderá e construirá a aprendizagem em diversos aspectos, tais como: cognitivo, cultural, emocional e afetivo.

A escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (Brasil, 2006).

A escola como um espaço de circulação de culturas, diferenças e singularidades, deve-se garantir que os direitos humanos se transformem na base das relações e que a falta de entendimento se transformem em objeto de diálogo e reflexão. Dessa forma, o cotidiano escolar na atualidade deve ser apresentado numa perspectiva crítica, para que crianças e adolescentes possam manter a esperança da solidariedade, da generosidade e da justiça social,





com base em práticas diárias do meio escolar, pois se entende que não basta ensinar os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é necessário vivenciá-los.

Este artigo originou-se a partir das observações e entrevistas realizadas na Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros, Setor Jardim Taquari em Palmas – TO e das várias indagações que nós professores fazemos dia-a-dia ao olhar uma criança, ao ouvi-la, ao satisfazer seus desejos ou não, bem como, através de suas diferentes manifestações. Assim como, discutir as categorias de Educação Infantil, Direitos Humanos e Projeto Político Pedagógico.

A escolha do tema veio como uma necessidade de contribuir em situações diversas, tanto no que se refere a convivência social, quanto a necessidade de compreender a discussão acerca dos Direitos Humanos e se a escola trabalha de fato tais Direitos Humanos, para a cidadania e a democracia. Onde permitiu conhecer o dia-a-dia da escola dando visibilidade a sua identidade e tornando possível perceber como seus valores influenciam na construção da identidade dos alunos, futuros cidadãos.

Enfim, a função social da escola de hoje consisti na formação de seus alunos para a convivência numa cultura de diversidade e de direitos.

500

### **Procedimentos Metodológicos**

A coleta de dados foi realizada a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Também, buscaram-se subsídios teóricos no Curso de Pedagogia. Utilizou-se como referencial teórico, os seguintes autores Freire (2009), Carvalho (1996), Chalita (2004), entre outros autores que mencionam sobre a temática de pesquisa.

Portanto, a temática de pesquisa envolve duas áreas muitas distintas de extrema importância que se interligam para a formação de uma sociedade, que conhece e busca seus direitos relativos a educação. Contudo, esse estudo pode fornecer uma grande contribuição para as escolas iniciarem o seu devido papel e perceberem que esses jovens um dia serão cidadãos do futuro, contribuindo assim para uma melhoria na educação.

### **Resultados e Discussão**

A escola cumpre a sua função social e política não somente na transmissão do conhecimento, mas também a partir do momento em que trata todos de maneira igualitária, respeitando suas diferenças, superando o preconceito e a discriminação existentes na





sociedade. A escola não modifica por si só o imaginário e as representações coletivas negativas que se construíram sobre os ditos “diferentes” em nossa sociedade, mas ela ocupa um lugar de destaque para a superação do preconceito, fazendo uso de um trabalho sistemático e crítico na formação de valores de cada aluno.

A presente observação foi feita na Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros, tendo como objetivo desta pesquisa a necessidade de questionar a realidade e assim construir novos conhecimentos de forma autônoma para modificar ou propiciar melhorias a realidade investigada fazendo intervenções na prática de forma reflexiva.

Observa-se que a escola tem procurado desenvolver o seu papel no que diz respeito a educação, assumindo o compromisso de ser um espaço para formação de cidadãos críticos e responsáveis, “formando cidadão responsável”, observando a LDB 9.394/96 artigo 35, que tem como finalidade a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

O perfil socioeconômico da comunidade é bem diversificado e a maioria tem renda mínima. Cerca de 30% das famílias depende de Programas do Governo Federal, sendo que a maioria não possui ensino fundamental completo, o que dificulta o acompanhamento escolar dos filhos. Sendo assim, a função social da escola está fundamentada numa postura transformadora que responde aos anseios da comunidade, oferecendo um ensino de qualidade para todos, pressupondo uma vivência democrática, pautada no respeito à diversidade cultural e na convivência com o meio, tendo a cidadania como direção maior no processo formativo, valorizando fatos, conceitos, princípios, procedimentos e atitudes necessárias à formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Projeto Político Pedagógico da escola expressa a prática pedagógica e o eixo norteador do trabalho educacional. O mesmo é elaborado de forma coletiva, com a participação dos funcionários, alunos, pais e comunidade, expressando o desejo de todos que fazem a educação, tendo como foco o aluno, a sua formação, aprendizagem e organização do processo pedagógico. Esta unidade escolar propõe a Educação Inclusiva, pois atende crianças portadoras de necessidades especiais e busca atender à suas especificidades. Buscamos formar alunos participativos que contribuam com a transformação social e oportunizar momentos de participação dos alunos nas decisões da escola, criando espaços favoráveis ao diálogo, através de reuniões e conselhos de classe.







A Escola tem clareza da sua função social e do homem que se quer formar, tendo como visão de futuro “Educar” partindo do princípio prática-teoria-prática, em busca da construção de uma sociedade justa, igualitária, vivenciada de valores e conhecimentos socialmente úteis, almejando o desenvolvimento integral do ser humano, sujeitos do contexto social e capazes de transformar o ambiente em que vivem.

A relação da escola com os demais agentes da educação é boa e a gestora procura estabelecer e construir uma convivência democrática, baseando-se nas leis que regem a educação, e participação. As decisões são tomadas coletivamente, priorizando os objetivos centrais, promovendo a construção de personalidades, almejando o exercício competente da cidadania embasada nos princípios de igualdade e da participação ativa de todos os membros envolvidos no processo educativo.

Em suma, ser cidadão e ter o direito a um ensino de qualidade, é ter um lar, é poder ter um trabalho digno que o remunere com equidade. E é dentro do seio familiar, da escola e da sociedade ao qual está inserido que o cidadão forma e toma consciência de seus direitos e deveres. Educar para cidadania, não é uma tarefa fácil nem para escola, como também para a família. Como cidadãos, necessitamos ter clareza sobre os nossos direitos, mas primeiramente precisamos respeitar o outro, além de ter conhecimento e exercer os nossos deveres, é importante conhecermos as políticas públicas e pensar criticamente sobre a sociedade atual, para assim buscar-se uma escola melhor, uma educação de qualidade e que valorize o processo de desenvolvimento da cidadania, pois somente assim teremos uma sociedade melhor, em que todos sejam ativos e críticos.

502

### **Considerações Finais**

A função social da escola abrange muito mais que a transmissão linear de conhecimentos e informações científicas que atendem as exigências do currículo. Além de garantir à aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários a socialização, é também de sua responsabilidade formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, ativos, conscientes de seus direitos e deveres, e eticamente responsáveis. Para isso, o sistema educacional e os professores precisam criar condições para que seus alunos deixem a passividade e se tornem cidadãos que pensem e atuem por si. Assim, faz-se necessária uma prática pedagógica comprometida com o processo ensino aprendizagem, relacionando os conteúdos aos interesses dos educandos para que estes sejam capazes de desenvolver aprendizagens significativas, capacidades psíquicas e consciência da realidade circundante e,





assim, alcancem mudanças na sua personalidade e sejam capazes de lutar para a transformação da sociedade.

A partir do que foi exposto, pode-se observar que atualmente a escola configura-se como um importante espaço de transformação social. E ainda que essa instituição não possa se responsabilizar sozinha por tais mudanças, ela deve participar de modo ativo nesse processo, tendo como instrumento principal o Projeto Político Pedagógico. Esse projeto, por sua vez, deve fazer parte de modo efetivo do cotidiano escolar.

As questões levantadas nesse estudo observou que a escola está fundamentada numa postura transformadora que responde aos anseios da comunidade, oferecendo um ensino de qualidade para todos, pressupondo uma vivência democrática, pautada no respeito à diversidade cultural e na convivência com o meio, tendo a cidadania como direção maior no processo formativo, valorizando fatos, conceitos, princípios, procedimentos e atitudes necessárias à formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Neste contexto social, procura contribuir para melhoras no ensino, entendendo as necessidades de estudar sobre os direitos humanos é amplo e universal. E para isso faz-se necessário utilizar formas simples e atraentes para as crianças na educação infantil, para que possam começar a entender seus direitos e deveres e o que devem fazer para que tenhamos uma sociedade mais justa. Transformando as atividades em um prazer para as crianças, sendo possível fazê-las entender o que é o respeito pelo outro e a importância dessa atitude na vida das pessoas.

503

O Projeto Político Pedagógico da escola mostra a visão macro do que a instituição escola pretende fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas como às funções administrativas, fazendo parte do planejamento da gestão escolar. A questão principal do planejamento é expressar a capacidade de transferir o planejado para a ação. Nele o aluno é visto como sujeito ativo na construção do próprio conhecimento e o professor, um orientador facilitador. Ele expressa claramente as ações norteadoras das dimensões de gestão, de resultados educacionais, participativa, pedagógica, de pessoa e de serviços e recursos, as quais são percebidas de forma coletiva e articuladas.

Nesta escola o trabalho é feito de forma participativa e coletiva por meio da realização de ações diversas como: Programa Mais Educação, Escola Comunidade; PSE (Programa Saúde na Escola), PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), Projeto Sinfonia. No entanto, visualiza-se que as pessoas são diferentes, e é preciso entender que





muitas atividades vão proporcionar o prazer em aprender para alguns e outros não. Para isso é preciso realizar diversas atividades para que todos possam aprender com prazer, e isso é muito importante na infância. Para termos uma sociedade justa e organizada precisamos instruir os cidadãos atuantes do futuro para que possam exigir respeito e respeitar os outros.

Conclui-se que a educação é um direito humano e social, que ainda precisa ser conquistado, garantir o acesso a todos não é suficiente, é preciso garantir o acesso e permanência de todos, só assim será possível discutir se existe uma educação de qualidade, baseada na inclusão e na qualidade social.

### Referências

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. de 05 de Dezembro de 1988.  
CHALITA, Gabriel. **O papel do professor na construção da cidadania**. Disponível em: <http://www.chalita.com.br/index.php/o-escritor/textos/item/227-o-papel-do-professor>. Acesso em: 12 agos. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997. *Entre outros autores...*

504

## AS POLÍTICAS SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO AKWÊ/XERENTE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (1970-2010)

Gislene Ferreira da Silva Araujo

Rosemary Negreiros de Araújo

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo refletir como as políticas sociais garantem a proteção social à população Akwê-Xerente entre as décadas de 1970 à 2010, por meio de uma revisão bibliográfica crítica. Realizou-se uma reflexão sobre o processo de formação das políticas sociais inerentes ao Modo de Produção Capitalista a partir da sua formação em monopólios, como se constituiu no Brasil, como impactam sobre a população Akwê-Xerente a partir da década de 1970 até 2017. Identificou-se que mesmo com a conquista da demarcação das terras indígenas, a proteção social à população Awê-Xerente pouco avançou entre 1970 e 2010. A pauperização persiste, bem como permanece a luta para não perder território e para ampliação dos direitos sociais.

**Palavras-chave:** Akwê-Xerente. Políticas Sociais. Proteção Social.

### Introdução

A década de 1970 é marcada pela crise do capital e novas configurações na organização do trabalho. No entanto, no Brasil o cenário é de impactos da crise global que





chega ao Brasil e abertura democrática, com o início o movimento pelas “Diretas Já”. A campanha começa tímida e logo ganha força e uma multidão vai às ruas pedindo “Diretas Já”.

No campo das políticas voltadas para a população indígena, em 1973 foi aprovado o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001) que,

[...] ainda vigente, reafirmou as premissas de integração que permearam a história do SPI. Passou-se a regular a situação jurídica dos índios e das comunidades indígenas, legislando os direitos civis e políticos, terras, bens, rendas, educação, cultura, saúde etc. Por um lado, pretendiam-se agregar os índios em torno de pontos de atração, como batalhões de fronteira, aeroportos, colônias, postos indígenas e missões religiosas. Por outro, o foco era isolá-los e afastá-los das áreas de interesse estratégico (LIMA, 2016, p. 66)

Percebe-se que os investimentos nas políticas voltadas para a população indígena nesse período, se restringiram ao controle, isolamento e a responsabilização das instituições religiosas no trato dos serviços voltados a esta população. Mas é nesse momento que se inicia uma série de estudos para a elaboração da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal trouxe para a centralidade das políticas sociais a responsabilidade do estado na proteção social ao trazer em seu artigo 6º os direitos sociais, bem como ao definir as políticas de saúde, assistência social e previdência como tripé da seguridade social.

505

### **A efetivação da proteção social brasileira à população *Akwẽ-Xerente***

Entre estes avanços, podemos citar o artigo 6º de define as políticas sociais, o artigo 194 que trata da Seguridade Social e, o Capítulo VIII que trata dos direitos dos índios em seus artigos 231 e 232, os quais reconhecem a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, o direito as terras que ocupam, bem como o direito de reclamar junto ao Ministério Público quando seus direitos forem violados.

No entanto, os estudos de Lima (2016, p.73) apontam que,

[...] a Constituição não permitiu a autodeterminação dos povos indígenas, pois o Estado teve o intuito de não perder o controle do uso da natureza nas terras indígena, como minérios, e etc. Quando convém, ele utiliza o que está previsto na lei, “o direito de interferência nessa exclusividade quando for interesse da União”. Um exemplo claro que aconteceu com as construções de hidrelétricas e estradas, sempre com a justificativa do desenvolvimento do país, um desenvolvimento econômico que garante quase sempre a supremacia das empreiteiras, empresas multinacionais e do latifúndio no Brasil.

Entretanto, o movimento de conquista da proteção social brasileiro ocorreu dentro de uma conjuntura internacional, onde os países de centros capitalistas, já passaram por uma reorganização do capital, com fortes críticas nas intervenções dos Estados na proteção social e







economia, sob a lógica neoliberal<sup>20</sup>. E, como o Brasil, estava saindo do período autoritário e a elite conseguiu se manter no poder, Para legitimar os desmontes realizados junto à população, foi proposta uma reforma do Estado, a qual contou com a mídia em sua difusão. Dessa forma, a década de 1990

Tratou-se, como se pôde observar, de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelos países desde o início dos anos 1980. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 148).

Diante do aprofundamento das desigualdades sociais, em 2003 é eleito à presidência da República, um sindicalista de partido de esquerda, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva e dessa forma o trato com as políticas sociais passou a ser realizado dentro de outra perspectiva. A primeira e principal estratégia do governo Lula, foi a busca pela erradicação da fome e da pobreza por meio de ações articuladas do Programa Fome Zero, divididos em quatro eixos: a “ampliação do Acesso aos Alimentos, Fortalecimento da Agricultura Familiar, Promoção de Processos de Inserção Produtiva e Articulação, Mobilização e controle social” (ARANHA, 2010, p. 81)

Dessa forma, ao analisar as políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula, Pochmann (2011) destaca os principais aspectos da mudança social no Brasil a partir de três períodos distintos: entre a década de 1960 e 1970 com a elevação da renda per capita e ao mesmo tempo a concentração da renda; entre as décadas de 1981 e 2003 é marcado pela estagnação da economia; e, a partir de 2004 com a combinação de renda per capita e redução das desigualdades de renda.

A recuperação do papel do Estado a partir do governo Lula se mostrou essencial para que o Brasil pudesse retornar à luta pela superação do subdesenvolvimento, cujos resultados positivos começaram rapidamente a aparecer com o crescimento econômico duas vezes maiores que na década de 1990 (com a consequente volta ao posto do 8º PIB mundial), combinado com a redistribuição da renda, sobretudo na base da pirâmide social, e elevação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional (44% em 2010) (POCHMANN, 2011, p. 18).

E para alcançar essa recuperação do papel do Estado, Lula e sua equipe de governo, precisou articular os interesses da elite brasileira com as políticas sociais e,

Para isso, foi necessário recompor as empresas e bancos estatais, ampliar o universo de funcionários públicos por substituição dos terceirizados na execução das políticas de Estado e inovar as ações públicas, como nos casos do Programa de Aceleração do





Crescimento (PAC) para infraestrutura, do Programa Nacional de Habitação Popular (Minha Casa, Minha Vida), da exploração do petróleo no pré-sal, do alargamento da saúde, da educação, eletrificação, entre tantos outros exemplos (POCHMANN, 2011, p. 18).

No entanto, a expansão das políticas sociais brasileira ocorre dentro da lógica da focalização, e tem como carros-chefes os programas de erradicação da pobreza por meio da transferência de renda, também orientados pelos organismos multilaterais, como demonstra Silva (2012, p. 123),

A orientação neoliberal encontrou solo fértil, ainda que sua introdução mais intensa tenha sido retardada pelos processos delineados, e consolida-se como doutrina dos anos 1990. Tal ambiente político, econômico e cultural foi reforçado também pelo que se passou a conhecer como Consenso de Washington, com seu receituário de medidas de ajuste (...) (BEHRING, 2008, p. 147, 148).

Sob as orientações, neoliberais, as políticas sociais brasileiras passam a ser tratadas sob o “trinômio articulado da focalização, privatização e descentralização” (BEHRING, 2009, p. 11), em um total afronte aos direitos materializados na Carga Magna. É nesse campo que a proposta da renda mínima se fortalece, mas não na perspectiva de proteção integral e sim, da focalização dos serviços mínimos ofertados à população.

As medidas pontuais, residuais e focalizadas, tomadas no combate à pobreza cumprem as determinações arroladas pelos organismos internacionais, cuja visão reducionista de política social focalizada e restrita à transferência de renda, tomada como mecanismo eficaz de combate à pobreza, acaba por reforçar dois aspectos próprios do conservadorismo do projeto em curso: desconsiderar a essência da lógica da produção e reprodução da pobreza e, sob a pecha da inclusão, reforçar as “armadilhas da pobreza”.

507

Nessa mesma perspectiva, Burginski (2016) afirma que o governo Lula, mesmo com seus métodos diferenciados, conduziu a política econômica e social dentro da lógica neoliberal e ainda ressalta ser um mito a disseminação do Estado neoliberal não interventivo, no entanto, a sua intervenção se dá para garantir o lucro do capital.

### **Os Akwe Xerente e o município de Tocantínia**

De acordo com as informações do IBGE (2017), o distrito até então chamado de Piabanha e distrito de Pedro Afonso, passa a se chamar Tocantínia em 20 de janeiro de 1937 e, elevado a Município, pela Lei n.º 798, de 07/10/53 com validade a partir de 1º de janeiro de 1954. No entanto, a relação entre os Xerente e não índios, sempre foram tensas, uma vez da existência da necessidade de defender o seu espaço, a sua morada. O processo de demarcação





ocorreu de forma lenta, com muitos conflitos, e só se encerra em 1991, como se observa a seguir:

A segunda área, chamada Funil, foi delimitada pela Portaria 1.187/E/82 de 24 de fevereiro de 1982 e homologada pelo Decreto 269 de 29 de outubro de 1991, com extensão de 15.703,797 hectares. (Silva, 2015, p. 179)

Após a demarcação, os conflitos se atenuaram, no entanto, os problemas decorrentes da ausência de políticas sociais persistem. Os dados do MDS (2017) demonstram que em 2010, Tocantínia possuía 6.736 habitantes. Destes 2.287 (34%) encontrava-se em situação de extrema pobreza<sup>21</sup>. E ainda, desse total de pessoas extremamente pobres, 87,7% são da área rural e 12,% da área urbana. Do total de pessoas extremamente pobres no município, 71,0% são indígenas.

De acordo com o MDS (2017), em setembro e outubro deste ano, haviam 1565 famílias cadastradas no Cadastro Único, destas 46,5% eram indígenas e, 1004 famílias recebiam o benefício do Programa Bolsa Família, destes 59% eram indígenas. Estes dados são considerados expressivos em termos de acesso do povo Akwê-Xerente a este benefício, e tem um impacto positivo sobre as famílias Xerente, como foi possível perceber na fala do professor Akwê-Xerente que recebeu o grupo de alunos<sup>22</sup> da UFT na Aldeia Salto em abril deste ano. O professor afirmou que o benefício do Programa Bolsa Família é essencial para retirar as famílias Akwê-Xerente da condição de fome, uma vez este benefício junto ao artesanato se torna o principal recurso destinado à alimentação e outras necessidades básicas.

508

A pesquisa de Lima (2016), demonstra que, as tensões que envolvem à demarcação das terras, a qual permanece em risco, principalmente com o estabelecimento das fronteiras agrícolas do Matopiba<sup>23</sup>, e ainda, contraditoriamente, “os três vereadores eleitos no último processo eleitoral, eram vinculados aos partidos da bancada ruralista, principal grupo político defensor da PEC 215 e do Agronegócio” (LIMA, 2016, p. 151). A PEC 215/2000, “se aprovada definitivamente pelo Congresso brasileiro, contribuirá para dizimar a resistência indígena e quilombola e constitui mais uma expressão do avanço da barbárie” (BOSCHETTI, 2016, p. 61).

---

<sup>22</sup> Atividade interdisciplinar – disciplinas de Questão Social, Antropologia e FHTM II - realizada pelos alunos do 3º período do curso de Serviço Social da UFT na Aldeia Salto em abril de 2017.





## Procedimentos Metodológicos

Optou-se por uma pesquisa bibliográfica, por meio de uma revisão literária crítica.

## Considerações Finais ou Conclusão

Dessa forma percebe-se que as políticas sociais brasileiras, pouco avançou na proteção da população Akwê-Xerente, entre os anos 1970 e 2010, mesmo com a conquista da demarcação das terras indígena, uma vez que a pauperização persiste, bem como permanece a luta para não território e ampliação dos seus direitos. O acesso ao Programa Bolsa Família é de fundamental importância para sobrevivência dessa população, mas, a proteção social aos Akwê-Xerente, não se resume no acesso a programas de transferência de renda.

## Referências

ARANHA, Adriana V. **Fome Zero: a construção de uma estratégia de combate à fome no Brasil**. In: ARANHA, Adriana V. (org.). Fome Zero: uma História brasileira. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>> Acessado em novembro de 2017.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos** / - 2. ed. – São Paulo : Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_, Elaine R. **Política Social no contexto da crise capitalista**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 301-321.

509

BEHRING, Elaine R, BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: **fundamentos e história**. 9. ed. – São Paulo : Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017

BURGINSKI, Vanda M. **O “novo” desenvolvimentismo da CEPAL: contrarreforma do Estado, empregabilidade e redução de direitos no Século XXI**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília – UNB. Brasília. Agosto de 2016.

IBGE. **História e Fotos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/tocantinia/historico> Acessado em novembro de 2017.

LIMA, Layanna G. B. **Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais**. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de Concentração: Geografia Humana. orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. – São Paulo, 2016. 320 f. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11042017-082645/pt-br.php>> Acessado em novembro de 2017.

MDS. **Relatórios de Informações Sociais**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>> Acessado em novembro de 2017.

POCHMANN, Marcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. In: SER. Social, Brasília, v.13, n. 28, p. 12-40, jan./jun.2011. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/5620/4668](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/5620/4668)> Acessado em novembro de 2017.







SILVA, Cleube A. da. **Os Xerente e suas lutas em defesa de suas terras**. In. SILVA, Reijane Pinheiro da (org.). Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos. Palmas: Nagô Editora, 2015.

SILVA, Maísa M. **A concepção da política de assistência social e sua efetivação em municípios goianos: o novo jargão e o conservadorismo renitente**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília – UNB. Brasília, novembro de 2012.

## **A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA EVITAR OU MINIMIZAR OS IMPACTOS DO PROCESSO DE EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL LADISLAU DE OLIVEIRA, EM NOVA OLINDA, TOCANTINS**

**Glauciene Dos Santos Magalhães Da Silva  
Maria Da Conceição De Jesus Ranke**

**RESUMO:** A presente pesquisa de cunho qualitativo configura-se como um estudo de caso para o qual nos servimos de um processo comparativo para efetuar uma análise sobre as condições de vida e a contribuição do Programa Bolsa Família para a permanência de discente na escola. O estudo também se caracteriza com por seu caráter exploratório, visto que pretende investigar um fenômeno dentro do seu contexto real, utilizando-se, para isso, de fontes bibliográficas e documentais. Sabe-se que o Programa Bolsa Família surge com a finalidade de enfrentar o grande problema da sociedade brasileira, que é combater a fome e a miséria, buscando promover a emancipação das famílias mais pobres do país. A questão é, para esse estudo de caso, será que na cidade de Nova Olinda, no Estado do Tocantins, mais precisamente na Escola Municipal de Ladislau de Oliveira, o Programa tem atingido os objetivos de contribuir com a permanência de alunos de baixa renda na escola, evitando, assim a evasão e reprovação? O Programa Bolsa Família integra o Projeto Político Pedagógico. Faz integração na Pauta de reuniões do Conselho Escolar. Como a escola consegue ver esses alunos que abandonaram e evadiram, sabem o motivo e a forma que estão intervendo? Os objetivos do Programa são três. O primeiro é combater imediatamente a fome através da transferência de dinheiro para os beneficiários. O segundo objetivo tem por finalidade concretizar o acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação. Neste contexto, o sistema de condicionalidades tem sido desenhado com o propósito de dar fim ao ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

**PALAVRA-CHAVE:** Programa Bolsa Família. Evasão Escolar. Condicionalidade

### **INTRODUÇÃO**

Pode-se afirmar que de modo geral o Brasil, historicamente, tem sofrido e enfrentado muitos problemas sociais como é a má distribuição de renda, crises financeiras, desemprego, analfabetismo, dentre outros, e que, para tratar das questões atinentes a isso, as entidades governamentais têm procurado viabilizar e encaminhar políticas sociais que, por vezes, têm assumido característica compensatória, uma vez que visam a atender às necessidades de desenvolvimento da sociedade.

A presente pesquisa de cunho qualitativo é um estudo de caso que se constitui mediante um processo que se utiliza para alcançar conhecimentos sobre as contribuições que o Programa Bolsa Família, doravante PBF, direciona e atua no plano de ação da Escola





Municipal Lasdilau de Oliveira, bem como o seu amplo contexto. Desta forma será utilizado em investigação.

Compreendemos, nesse sentido, que a desigualdade social e a pobreza são problemas sociais enfrentados por muitos países na atualidade. Em nosso caso, Brasil, a desigualdade social é um fenômeno bastante evidente, que, inclusive, justifica o desenvolvimento de programas sociais. Assim, compreendemos que o Programa Bolsa Família (PBF) é uma resposta ao quadro de acirramento da desigualdade social impactada pelo capitalismo. É uma estratégia de controle da pobreza atrelada à garantia dos direitos sociais.

O Programa Bolsa Família foi criado em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória Nº 132, convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e implantado pelo Governo Federal Brasileiro com a perspectiva de combater a pobreza e a fome no país, exige das famílias beneficiadas o cumprimento de condicionalidades, entre elas a frequência escolar das crianças.

Tendo em vista o combate ao trabalho infantil e a evasão escolar, programas de transferência de renda ajudam em parte, pois esses criam condicionalidades que fazem com que crianças e adolescentes permaneçam na escola.

Transferência de renda é entendida enquanto uma transferência monetária direta efetuada a indivíduos ou a famílias. O pressuposto central é de que articular uma transferência de renda com políticas e programas estruturantes, principalmente no campo da educação, saúde e trabalho, direcionadas as famílias pobres, pode interromper o ciclo vicioso da pobreza do presente e a sua reprodução no futuro. Portanto, uma articulação entre uma transferência monetária com políticas e programas estruturantes, direcionados as famílias pobres, pode possibilitar a construção de uma política de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social (SILVA, 2007, p. 1429)

511

O objetivo fundamental da pesquisa é conhecer o PBF e verificar sua contribuição para evitar ou minimizar os impactos do processo de evasão escolar, isto é, no resgate de alunos evadidos, bem como contribuir para que os estudantes concluam suas atividades educativas no âmbito escolar. Além disso busca-se saber quais são os mecanismos utilizados para garantir esse processo intersetorial entre social e educação.

Em decorrência, é de nosso interesse mostrar as contribuições do PBF na melhoria e nas condições de ensino, conhecendo seus limites e dificuldades e, principalmente, a sua atuação dentro na unidade de ensino referente ao processo evasão escolar.

Devido à desigualdade social no Brasil cresce em graus e número a quantidade de estudantes que abandonam as escolas. Desta forma, a presente pesquisa foi realizada em um





processo que se utilizou como base fontes bibliográficas sobre o tema presentes em livros, artigos, periódicos, meios eletrônicos e visitas *in loco* na unidade escolar Escola Municipal Ladislau de Oliveira, no município de Nova Olinda, estado do Tocantins, visando obter maior conhecimento sobre o tema. Trará explicações para melhor compreensão. Além de mapear o impacto na atuação do PBF direcionado ao resgate ou não destes alunos evadidos.

Compreende-se o PBF como sendo uma política pública de transferência de renda, pois, através do cumprimento de sua condicionalidade, exige a frequência escolar das crianças e jovens beneficiárias pelo Programa. O trabalho intersetorial, nessa situação, é de suma importância para que seja sanado ou ao menos minimizada a evasão escolar.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta investigação consiste numa pesquisa norteada, particularmente, por princípios qualitativos, tendo como referencial metodológico os princípios do estudo de caso (Gil, 2002), na qual procuramos conhecer o PBF e verificar sua contribuição para evitar ou minimizar os impactos do processo de evasão escolar, de modo a atuar no resgate de alunos evadidos, bem como contribuir para que os estudantes concluam suas atividades educativas no âmbito escolar. Além disso, busca-se saber quais são os mecanismos utilizados para garantir esse processo intersetorial entre social e educação. O local da pesquisa foi a Escola Municipal Ladislau de Oliveira, no município de Nova Olinda, estado do Tocantins.

É importante ressaltar ainda que nos utilizaremos também de procedimentos quantitativos para fundamentar nossas discussões com a finalidade de apresentar dados concretos sobre a realidade investigada.

Os instrumentos utilizados para a realização do estudo foi à análise documental através da coleta de dados institucionais. A partir da análise dos dados coletados foi possível realizar comparações entre eles. As informações obtidas permitiram identificar a frequência e o índice de evasão escolar dos alunos cadastrados no CadÚnico.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA**

Conforme já foi explicado anteriormente, para a concretização deste estudo de caso foram realizadas análises bibliográficas e pesquisa de campo sobre o assunto, utilizando-se para isso, destes pesquisadores tradicionais a recentes e modernos, que possam ajudar no entendimento das condicionalidades do PBF e da evasão escolar. A metodologia empregada neste estudo de caso foi à pesquisa qualitativa mesclada com dados quantitativos que





possibilitou um aprofundamento sobre o tema proposto. Trazendo uma reflexão sobre como sanar a evasão escolar através do benefício e da transferência de renda do Programa Bolsa Família. Em sua fase inicial foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo na instituição analisada, abrangendo professores, coordenadores e alunos.

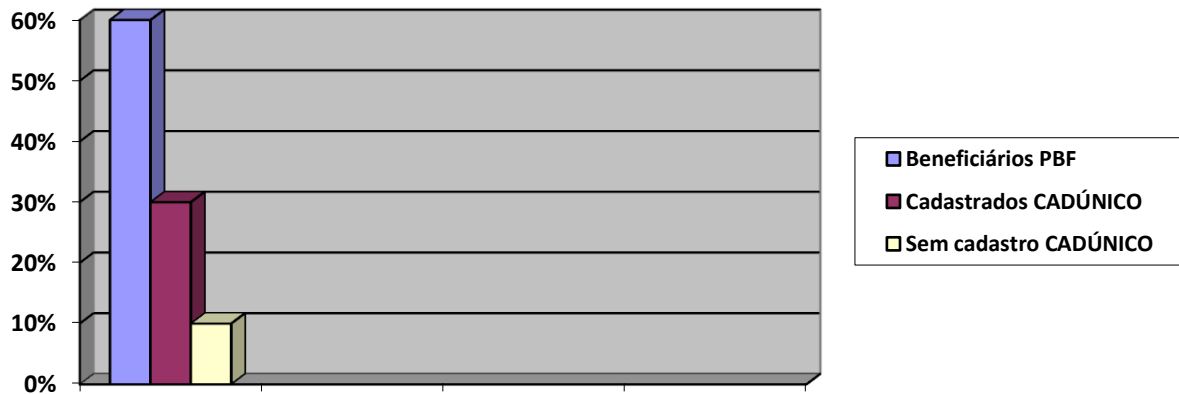


Gráfico 1 - Quantidade cadastrados na unidade escolar

Diante do gráfico 1 nota-se que 60% dos discentes são beneficiários do PBF, enquanto 30% são cadastrados no CadÚnico, podendo a vir ser beneficiado de acordo com as condicionalidades e se estiver dentro do perfil proposto pelo MDS. E 10% dos discentes não são cadastrados no CadÚnico, esses são famílias sem perfil para o PBF, mas muitos têm perfil para o CadÚnico, onde a renda familiar pode chegar até três (3) salários mínimos.

513

Por falta de conhecimento ou mesmo informação, alguns pais não conhecem a importância do CadÚnico e visam somente o benefício do PBF.

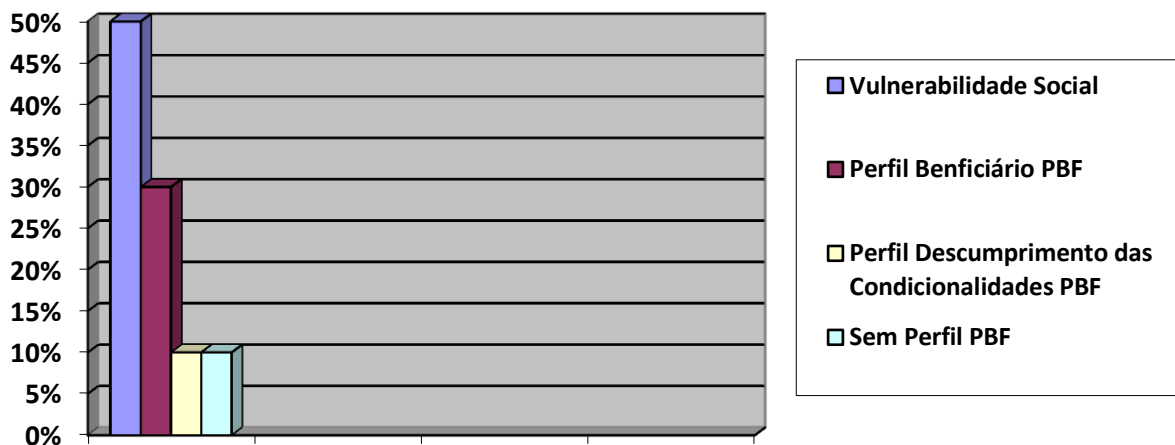


Gráfico 2 - Perfil dos discentes da unidade escolar







Nesse demonstrativo apresentado no gráfico 2 representa que 50% dos discentes se encontram em vulnerabilidade social, perfil baixa renda, enquanto que 30% recebem o benefício e 10% se encontram em descumprimento das condicionalidades, ou seja, são os alunos que estão dentro do quadro de evasão escolar. E os outros 10% sem perfil para receber o benefício.

Se observar e aplicar a intervenção com antecedência e prematuramente, pode-se agir sobre a raiz do problema e reduzir a deficiência da evasão escolar.

Observamos mediante esses dados que mesmo com todo o avanço alcançado desde sua implantação, o PBF ainda tem uma longa jornada para cobrir e alcançar mais famílias em situações de risco social e pobreza. Muitas conquistas já se fazem presentes como o acesso à educação, a saúde e assistência social, muitas famílias vivem em situações melhores, quebrando o estigma da pobreza.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em análise ao PBF e sua condicionalidade com relação a educação, procurou-se estudar a contribuição do programa de transferência de renda em relação a evasão escolar do alunos inseridos no CadÚnico na Escola Municipal Ladislau de Oliveira.

514

Este estudo enfatizou considerações relevantes do Programa Bolsa Família para a permanência dos alunos no âmbito escolar. Ao ser beneficiário do PBF, uma das condicionalidades a ser seguida é a permanência da criança ou jovem na escola, sendo um acordo do Governo com as famílias beneficiadas.

Nos últimos anos, as escolas têm buscado constantemente redefinir e ressignificar o seu papel e a sua função social. Elas estão elaborando o seu projeto educativo para nortear as práticas educativas e, conseqüentemente, melhorar o atendimento à sua clientela, visto que esta tem manifestado que tipo de escola quer.

Ou seja, mais conscientes de seus direitos, hoje a comunidade expressa seus anseios com relação a uma escola preocupada com a transformação. Sabedores de que a existência da escola é em função dos alunos e incumbe a nós, educadores, refletir se realmente respeitamos os alunos, se proporcionamos-lhes o acesso ao conhecimento e acima de tudo consideramos quem são eles, de onde vieram, em que contextos vivem, assim sendo, estamos avançando no que se refere à inclusão dessas famílias em parceria com o Programa Bolsa Família.





Cabe aos profissionais da educação estar abertos à diversidade humana, trabalharem no sentido de eliminarem a evasão escolar. Só assim, poderemos superar barreiras atitudinais e acolher a todos no contexto escolar.

Como foi possível observar o acompanhamento da frequência escolar é importante para acompanhar em tempo real a formação educacional dos estudantes, com a junção de vários órgãos tanto da esfera municipal, estadual e federal, o cumprimento das condicionalidades são monitoradas.

As condicionalidades são necessárias para o sucesso do PBF, estão reforçando o apoio às famílias garantindo a eles acesso digno aos seus direitos de cidadãos, onde esses podem exercer realizar seus sonhos, tendo acesso à educação e a todos os seus direitos que são assegurados pela constituição.

Assim, dentro dessa lógica, o PBF segundo André Pires em seu artigo *Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?* (2013) ao garantir a permanência das crianças na escola, visa contribuir para o aumento das capacidades das pessoas, tendo em vista o combate à pobreza, sendo que fica pressuposto aí que as crianças na escola desenvolveriam habilidades/competências essenciais para a obtenção de trabalhos qualificados e melhor remunerados no mercado de trabalho no futuro e, assim, romperiam o ciclo da pobreza que envolve a geração de seus pais. O PBF vislumbra, nesse sentido que no futuro, essas crianças obteriam maior possibilidade de ingressar no mercado de trabalho, gerar renda e sair da condição de pobreza e teriam acesso a uma vida com menos desigualdade social.

515

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Júlio Groppa. **O mal-estar na escola contemporânea**: erro e fracasso em questão. \_\_\_\_\_, J. G. (Org.). In: **Erro e fracasso na escola**: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 91-110.
- ARROYO, Miguel. Prefácio. PARO, V. H. In: **Reprovação escolar**: renúncia à educação. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2001.
- AZANHA, José Mário Pires. **Educação**: alguns escritos. São Paulo: Nacional, 1987.
- BRASIL. **Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004/2006/2004/Decreto/D5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004/2006/2004/Decreto/D5209.htm)>. Acesso em 23 out. 2017.
- DIAS, Marcelo. **A família nas políticas sociais**: O caso do programa Bolsa Família. Salvador, 2013. 128f. Disponível em: [http://tede.ucsal.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=366](http://tede.ucsal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=366)> Acesso em: 18 out. 2017.





FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 3ª edição. Coleção questões da nossa época; v, 23. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MDS – **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>>. Acesso em 18 out. 2017

OLIVERA, P. C.; CARVALHO, P. **A intencionalidade da consciência no processo educativo** segundo Paulo Freire. *Paidéia*, v. 17, n. 37, p. 219-230, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n37/a06v17n37.pdf>>. Acesso em: 12 nov.. 2017. 199

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013

\_\_\_\_\_. Alguns elementos da antropologia de Paulo Freire. *Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia*, v. 4, n. 10, Ano 2012. Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2017.

SILVA, Maria Osanira. **O Bolsa Família; problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: v. 6. P. 1429, 2007.

SOUSA, Antônio Cícero de Prefácio. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-10

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. *Cadernos Pedagógicos do Libertad*, 2; 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995.

## **BOLSA FAMÍLIA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOB A ÓTICA JURÍDICA**<sup>24</sup>

516

**Gloriete Marques Alves Hilário**

**Marcelo Marques de Almeida Filho**

**Suzu Erika de Sousa Lima**

**Resumo:** No ano de 2003, através de medidas governamentais, adotou-se no Brasil uma série de programas de transferência de renda direta, sob sistema condicionado, para famílias de baixa renda, dos quais o mais popular é o Programa Bolsa Família (PBF). De imediato, tais medidas geraram intensas discussões sociais, de onde se destacaram as posições favoráveis e contrárias à implantação deste sistema, fervilhando ainda o debate acadêmico em torno do assunto. De um lado, alega-se que esse sistema é uma medida pontual e corretiva da histórica desigualdade social que impera no país, possibilitando não só a construção de uma vida digna a famílias que se encontram em situação de miséria, assim como promover o desenvolvimento humano, e, de outro, contesta-se o sistema, alegando que este se utiliza de paternalismo para conquista de apoio político, ao invés de atacar diretamente o problemas da desigualdade, além de serem apontados casos de corrupção e desvios de função do programa que aconteceram ao longo da vigência do programa.

**Palavras-chave:** Bolsa Família. Programas Sociais. Transferência de renda.

### **Introdução**

Por anos o Brasil conviveu com grandes índices de desigualdade social e econômica, um processo contínuo de aprofundamento do fosso entre ricos e pobres, resultando,

---

<sup>24</sup> Este texto foi adaptado do original publicado em 2016 no livro *Direitos Humanos, Desenvolvimento e os Desafios Para a Gestão Social Contemporânea*, lançado pela Editora Lumen Juris, coordenado e organizado por Cláudio Roberto dos Santos Kobayashi, Francinaldo Soares de Paula, Gloriete Marques Alves Hilário e Maura Sousa da Silva de Paula.





especialmente, do processo de colonização que vivenciamos no passado e da inserção periférica e submissa do país no sistema produtivo capitalista, o que se reflete ainda nos tempos atuais.

Em meados dos anos de 1990, o governo brasileiro passou a trabalhar com a perspectiva de proteção social dos grupos vulneráveis, ocasião em que o ser humano passou a integrar o centro do processo de desenvolvimento, pautado nas transformações econômicas, políticas e sociais, visando garantir a cada pessoa, o direito de se realizar como ser humano, em tese. Nesse contexto, políticas públicas começaram a ser implantadas, com o objetivo de suprir as necessidades básicas das classes menos favorecidas, através de muitos mecanismos, no qual se encontram os processos de transferência de renda, bem como o intuito de garantir o desenvolvimento das capacidades de cada pessoa, por meio do investimento em capital humano, norteou a criação destas políticas.

Diante disso, em 20 de outubro de 2003, por intermédio da Medida Provisória nº. 132, criou-se o Programa Bolsa Família (PBF)<sup>25</sup> durante a gestão do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, um dos programas de governo mais revolucionários da história brasileira que, apesar de ser criticado pela forma em que é repassado (transferência direta de dinheiro aos beneficiários), tem apresentado resultados positivos no tocante à diminuição das desigualdades sociais e econômicas, sendo uma importante ferramenta no combate à pobreza e a miséria.

517

No entanto, alguns estudiosos e camadas da sociedade brasileira se insurgem contra a aplicação e distribuição do Programa Bolsa Família, sob o argumento de que economicamente não é a melhor medida a ser tomada para diminuir as desigualdades sociais existentes no país, uma vez que, a distribuição da renda por meio do referido programa não é suficiente para atender de maneira eficaz o princípio da dignidade da pessoa humana que se vincula de forma direta aos direitos básicos e personalíssimos devidos a todos os cidadãos, o que poderia ser entendido como uma “esmola”, além de contestações quanto à idoneidade do programa e alegação de casos de corrupção encontrados durante a vigência do programa.

Tomando como referência estes posicionamentos, esta pesquisa procura elucidar o seguinte problema: embora a transferência de renda seja algo necessário para o

---

<sup>25</sup> O Programa Bolsa Família tem como eixos principais a transferência de renda, a condicionalidade das concessões e o auxílio de programas complementares, tendo ainda como objetivos promover o acesso à rede de serviços públicos, combater a fome e promover a segurança alimentar, estimular a emancipação sustentada e combater a pobreza (BRASIL, 2010).







desenvolvimento do país, dado os altos índices de pobreza e da distância entre ricos e pobres, o Bolsa Família tem conseguido atingir o objetivo para o qual foi criado?

Para esta discussão, adotamos como hipótese que, em que pese existam algumas críticas em relação à sua aplicação, foi uma importante política instituída em âmbito federal, que possibilitou o acesso mínimo a alguns direitos básicos para os menos favorecidos, na medida em que se buscou a igualdade material, o que permite entendê-lo como uma política de concessão de direitos. Outra hipótese é que existem no país grupos de interesse nas camadas economicamente dominantes da população que não estão interessadas na promoção e implementação plena dos direitos fundamentais expostos na Constituição Federal de 1988, procurando ainda manter seu status quo.

Tal análise se sustenta no fato de esta discussão fazer parte da atualidade dos debates jurídicos e das Humanidades, sobretudo no que tange à aplicação da Constituição e do processo de inclusão social e transformações na sociedade brasileira, bem como a justiça social é algo de valor em âmbito jurídico, algo intrínseco à própria essência do Direito, sendo tema de relevância.

### **Procedimentos Metodológicos**

Buscando analisar a eficiência do referido programa social com relação ao cumprimento dos direitos básicos assegurados na Constituição Federal, utilizou-se o método dedutivo-analítico, tomando como pressupostos os dispositivos previstos na Constituição em relação ao tema e, de forma subsidiária, o funcionamento e estruturação do próprio Bolsa Família. Para isso realizou-se o levantamento bibliográfico acerca do tema e a análise de dados oficiais, de organismos tanto internos como internacionais, o que caracteriza esta pesquisa como quali-qualitativa.

### **Resultados e Discussão**

Sobre o tema abordado, muitos estudiosos já se manifestaram favoráveis a aplicação do Programa Bolsa Família, comprovando a sua eficácia no combate à desigualdade social, preservando assim a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, Zimmermann (2007, p. 128) afirma que:

[...] O princípio da dignidade da pessoa humana, não obstante esteja longe de ser plenamente respeitado, alcançou grande reconhecimento com a implementação do Bolsa Família, em 20 de outubro de 2003, pelo governo do Presidente Lula, consistindo aquele num programa bem focalizado e com baixo custo para a nação





(cerca de 0,4% do PIB), e que tem contribuído para a redução da pobreza e desigualdades.

Diante disto, verifica-se que o referido autor acredita que, em que pese o princípio da dignidade da pessoa humana esteja longe de ser plenamente respeitado, a implementação do Programa Bolsa Família, fez com que o referido princípio alcançasse um grande reconhecimento.

Posicionamento idêntico demonstra Weissheimer (2006, p. 82) quando afirma que “o Bolsa Família foi responsável por um terço da queda na desigualdade no Brasil entre os anos de 2001 e 2004”, mostrando-se contente com os resultados obtidos com a aplicação dessa política.

No entanto, em que pese, a maioria dos autores e dos estudiosos se posicionarem a favor da aplicação do referido programa, existe críticos que consideram insuficiente o volume de recursos em que se fundamentam, como é o caso de Pochmann (s.d. apud WESSHEIMER, 2006, p. 50):

[...] O Brasil está jogando fora oportunidades. Enquanto usamos 0,3% do nosso PIB para o Bolsa Família, gastamos 150 bilhões de reais com o pagamento da dívida. Se compararmos com a área econômica, nossos governos não têm coordenação da área social. Não sabemos quais as metas para o setor, quantos brasileiros queremos retirar da pobreza.

519

Não obstante, tal posicionamento pode-se argumentar que o Bolsa Família é sim, um programa capaz de gerar dinâmica com impactos de médio e longo prazo na direção da injeção de mais recursos para que o programa possa atender mais pessoas, devendo ser aberto espaço para que as pessoas possam debater sobre o assunto de forma ampla e com a maior publicidade possível.

Outra crítica que se faz em relação à aplicação do Bolsa Família é a referente ao seu caráter permanente, pois para alguns críticos, essa modalidade de custeio estatal deveria ser prestada apenas em caráter temporário, como por exemplo, em casos de guerra e catástrofes. Neste sentido Souza (s.d. apud ZIMMERMANN 2007, p. 133) diz que:

Fica claro que o ‘Programa Bolsa Família’, pelas próprias dimensões que tomou, pode se tornar mais uma forma de marketing eleitoral do que um ‘Programa Social’. Talvez, também, venha a ser conhecido pelos críticos como um ‘Programa de Equalização da Renda’ baseado na estratégia da ‘selic para os ricos e esmola para os pobres’. Programas como ‘Bolsa Família’ poderiam ser apenas emergenciais e temporários [...]. Um programa como o ‘Bolsa Família’ seria necessário para países que sofrem com guerras, grandes contingentes de refugiados, catástrofes climáticas ou epidemias. Mesmo nesses casos tal programa deveria ser temporário e focado na obtenção da independência financeira dos beneficiados. Nada disso vem ocorrendo





de fato. Nem o Brasil foi castigado por ‘tsunamis’ ou furacões e nem os assistidos conseguem sair da humilhante situação de quem recebe uma esmola [...].

Destarte, é preciso entender que o Programa Bolsa Família, obviamente ainda longe da perfeição, perfaz uma política pública ousada e que se faz necessária no contexto de grande miséria e pobreza existentes em nosso país, não sendo mera formalidade a admiração que países ricos há muito tempo, e recentemente os emergentes de outros continentes, têm demonstrado pelo programa social.

Assim, o PBF, cumpre com os seus objetivos e torna-se um instrumento capaz de promover a cidadania com a distribuição de renda, podendo, no entanto, se tornar mais amplo e alcançar ainda mais pessoas, diminuindo significativamente o índice de desigualdades econômicas existentes no país, oferecendo uma vida digna a todos os brasileiros.

Completados onze anos de vigência do Programa Bolsa Família, os indicadores anunciados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome no ano de 2015 trazem alguns pontos que contradizem os apontamentos negativos levantados pelos opositores a este sistema de transferência de renda.

Por exemplo, um dos mitos criados sobre o programa é o de que as mães das famílias contempladas pelo programa estariam promovendo novas gestações com o intuito de aumentar o número de filhos e, com isto, aumentar o valor recebido com o programa. Dados divulgados pelo IBGE em março de 2015, no âmbito de sucessivas edições da Pesquisa Nacional por Amostra nos Domicílios (Pnad), apresentam o fato de que o número de filhos de até 14 anos nos 20% de famílias mais pobres do país, onde se encontram as beneficiárias do programa, registrou queda de 17, 5% entre 2003 e 2013, valor maior que a taxa nacional, que foi de 10, 7% no país, o que desmente tais afirmações pejorativas. O mesmo índice nos 20% de famílias mais pobres na região Nordeste, uma das maiores receptoras do PBF, registraram uma taxa exponencialmente maior que a média nacional: 26,4% de redução no mesmo período (BRASIL, 2015a).

Em 2013, 12% do total de beneficiários do programa, cerca de 1,6 milhão de famílias haviam abandonado o programa voluntariamente, o que equivale a aproximadamente 50 milhões de pessoas. Embora estes dados sejam animadores, o MDS não conseguia até então medir os índices de famílias que saíram do programa por seus membros conseguirem empregos formais e, com isto, passarem a receber salários maiores que os delimitados pelo programa ou se houve a diminuição do número de familiares (WEBER, 2013).





Segundo Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à fome em 2014, o total de famílias que se evadiram do programa já havia subido para 2,7 milhões ao fim do ano, sendo que destas, 1,7 milhão não retornaram ao programa<sup>26</sup>, o que indica melhoramento da renda e dos mecanismos de acompanhamento do programa, dado que boa parte destas famílias declararam atingir condições economicamente estáveis (ALVES, 2014).

Em acordo com os dados, em todo o país, 3.155.201 milhões de famílias abandonaram voluntariamente o programa, dados constatados com a última atualização do CadÚnico no mês de abril de 2015, o que inclui todos os casos ocorridos até este período (BRASIL, 2015).

Não obstante, as informações apresentadas indicam que, segundo os mecanismos de monitoramento e controle executado constantemente pelo MDS, cerca de 3.029.165 famílias tiveram o benefício anulado desde a criação do programa, conforme se constataram irregularidades, sobretudo o fato de muitas delas ultrapassarem o teto familiar de R\$154 mensais per capita, o que visa manter o foco do benefício nas famílias carentes. Entre 2013 e 2015, o número de lares que usufruem do programa tem variado em torno de 14 milhões de famílias (BRASIL, 2015).

Os demais critérios do programa para redução das disparidades econômicas são um prazo de carência de até dois anos de permanência no programa concedido à famílias que ultrapassaram o limite de renda de R\$154 por pessoas pertencentes às famílias que recebem o benefício, desde que as famílias comuniquem sua situação voluntariamente e que o aumento da renda não supere o valor de meio salário mínimo per capita nas famílias contempladas e o fato de que mesmo com o cancelamento do benefício, as famílias podem continuar inscritas no CadÚnico e manter o acesso à outros programas governamentais para famílias de baixa renda conforme se enquadrem nas regras destes, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida (BRASIL, 2015).

Além dos dados positivos sobre redução da pobreza, o país tem chamado a atenção da comunidade internacional para os progressos em termos socioeconômicos que o país tem vivenciado. Segundo as informações disponíveis no Blog do Planalto,

O sucesso das políticas brasileiras de proteção social e os avanços na redução da pobreza têm atraído cada vez mais países interessados em reduzir as desigualdades. Entre 2011 e 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

<sup>26</sup> É importante mencionar que as famílias que se desligam do programa voluntariamente dispõem de um prazo de até 3 anos para retornarem ao programa, caso a estabilidade financeira não se efetive (ALVES, 2014).







recebeu 345 missões de 92 países. Desse total, 95% vieram de países em desenvolvimento.

As delegações estrangeiras querem aprender com a experiência em política social do Brasil, incluindo lições sobre o que funcionou e a maneira como as soluções inovadoras do programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria foram colocadas em prática. O resultado dessas políticas articuladas foi a superação da extrema pobreza em termos de renda no país (BRASIL, 2015b).

Outros efeitos do programa foram apontados por entidades como a Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>27</sup>, que divulgou em 2013 o relatório **O Mundo do Trabalho 2013: Reparando o Tecido Econômico e Social**, onde observou-se que houve aumento dos níveis de emprego e diminuição das desigualdades de renda nos países em desenvolvimento, aos quais o Brasil integra, em comparado com os países desenvolvidos. Destacou-se o fato de o país um aumento substancial da classe média entre os anos de 1999 e 2010, possível graças ao fortalecimento do salário mínimo e do Bolsa Família, políticas que promoveram a redução da pobreza e fortalecimento da economia interna. Para a entidade, classe média representa quem ganha entre US\$ 4/dia (R\$ 8,50/dia ou R\$ 255/mês) a US\$ 50/dia (R\$ 106,81/ dia ou R\$ 3.200/mês) (OITBrasil, 2013).

Embora o PBF tenha ajudado o país, sobretudo a classe média a crescer e se fortalecer, a OIT considera que é preciso mais para que o país mantenha esse ritmo e avance na correção das desigualdades. A organização chamou atenção para que o crescimento do país possa se manter elencando problemas internos que devem ser observados. São eles: 1) redução dos postos informais de trabalho; 2) aumento dos investimentos públicos sociais; 3) aumento da produtividade e; 4) manutenção do crescimento dos salários acima da inflação real (OITBrasil, 2013).

Ainda no ano de 2013, a mesma entidade divulgou dados favoráveis ao bolsa família no relatório **Vulnerabilidade econômica, proteção e luta contra o trabalho infantil**, que aponta o programa como responsável por diminuir os índices nacionais de trabalho infantil, tanto na zona urbana como rural, através da proteção social das crianças em situação de vulnerabilidade, pois um dos requisitos para concessão do benefício é a permanência das crianças e adolescentes matriculados e frequentando as escolas.

<sup>27</sup> Não obstante, em vários outros relatórios da entidade, é exposto de forma clara que o Bolsa Família exerceu e exerce papel importante na redução da pobreza e da fome no país, se caracterizando como mecanismo de combate à desigualdade social e promoção da dignidade humana. Já no ano de 2009, a entidade havia recomendado o fortalecimento e extensão do benefício como medida para amortecer os impactos da crise mundial nas camadas mais pobres e fortalecer o consumo interno (MORAES, 2009).





Segundo dados da OIT divulgados em 2015, o programa Bolsa Família tem contribuído também para a redução da pobreza feminina no país, gerando avanços na emancipação da mulher, embora a organização tenha criticado com o relatório **Tendências Mundiais de Emprego das Mulheres** em 2012 o fato de o PBF reforçar, por outro lado, o estereótipo machista no trabalho (homens trabalhando fora de casa e mulheres ligadas ao trabalho doméstico não-remunerado) nas camadas mais pobres, efeitos da crise econômica internacional que eclodiu em 2008. Entretanto, é sabido que o programa teve importante reflexo no empoderamento das mulheres, principalmente as que antes não detinham renda alguma (SARRES, 2012; BRASIL, 2015).

Por fim, conforme dados divulgados pelo Portal Brasil (BRASIL, 2014), apontam que 75,4% dos beneficiários do programa se encontram no mercado de trabalho, desmentindo a afirmação amplamente difundida de que o programa produz uma leva de “vagabundos” que não querem trabalhar e somente viver de benefícios sociais. Além disto, outras cargas negativas antes atribuídas ao programa, como a possibilidade de as famílias mal administrarem o dinheiro ganho com o incentivo governamental se mostraram infundados.

Tornou-se evidente a extensão dos efeitos do programa para além da erradicação da pobreza monetária, pois os impactos notáveis em setores como a saúde, educação, segurança alimentar/nutricional e em milhares de lares brasileiros evidenciou que esta iniciativa gerou benefícios que não eram oferecidos anteriormente a esta parcela da população. Os dados do programa ainda apontam o fato de que muitas pessoas puderam ascender na vida, derrubando definitivamente o estereótipo de que o programa faria com que os beneficiários trabalhassem menos ou abandonassem seus empregos para viver como rentistas. Cerca de 350 mil pessoas se tornaram microempreendedores individuais, conforme registrado pelos dados do Portal Brasil (BRASIL, 2014).

Já em 2008, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), havia exposto em estudo a natureza das aquisições com os valores repassados pelo programa. Em sua maioria eram investidos em alimentos, materiais escolares e roupas.

Estes dados, embora não sejam capazes de suplantarem o fato de que o Bolsa Família é uma medida paliativa no combate à fome e à pobreza, demonstram que a partir de sua implantação, avançamos neste sentido. A luta contra as desigualdades sociais e pela inclusão das pessoas que se encontram marginalizadas, sobretudo pela questão financeira, ainda é um sonho distante. Cabe ao Estado brasileiro ainda assegurar que cada vez mais iniciativas que





visem fazer valer os preceitos constitucionais, principalmente no que se referem à consecução da dignidade humana, sejam difundidos e atinjam um número cada vez maior de brasileiros, permitindo ao país atingir seu potencial latente, de fato.

Constatou-se que é um importante passo do governo brasileiro na tentativa de diminuir as desigualdades sociais existentes no país, sendo um trabalho que se posiciona favorável ao programa, portanto. Seus efeitos são, no geral, positivos, sendo possível (e necessária) sua ampliação para atingir famílias que se encontram em estado de vulnerabilidade e ainda não foram contempladas.

### **Considerações Finais**

Após a análise dos programas de transferência de renda, permitiu-se concluir que eles são necessários, todavia não são suficientes para suprir todas as necessidades que envolvem os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente.

Especificamente com relação ao Programa Bolsa Família, este é bem recepcionado por alguns, mas também é questionado por outros, conforme posicionamentos outrora abordados. Isso ocorre pelo seu caráter assistencial bem como pela exigência de condicionalidades quando da sua implantação.

Conforme estudado, para que uma família receba o Programa Bolsa Família, é necessário o cumprimento de algumas exigências, que se revertem positivamente na sociedade, pois os valores só serão recebidos mediante comprovação da frequência escolar das crianças bem como acompanhamento médico e participação nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e do PETI.

Segundo demonstrado, existem críticos ao PBF. No entanto, verificou-se que ele tem contribuído significativamente para a redução da pobreza no Brasil, possibilitando a milhares de brasileiros o resgate da condição de cidadão, ante a exigência do cumprimento de suas condicionalidades, oferecendo aos menos favorecidos a oportunidade de exercer os seus direitos primordiais, em especial, à educação, saúde e assistência social, previstos na Constituição Federal, que em outros tempos não eram acessíveis a toda a população.

É evidente que este estudo não esgota esta discussão e mesmo não tem a intenção de fazê-lo. Em se tratando de um programa que ainda se encontra em vigência e está presente nos debates da atualidade, este trabalho se ocupa apenas em trazer algumas considerações às discussões que se posicionam favoráveis ao programa como uma solução temporária, focalizada e impreterível ao combate à pobreza e da fome no país, na busca por dignidade





humana e extensão dos direitos fundamentais a quem não se encontra, de fato, amparado pelos preceitos expostos na Constituição promulgada em 1988.

Por fim, diante de tudo que já foi exposto, o Programa Bolsa Família tem alcançado suas metas, cumprido seus objetivos e auxiliado o país em seu desenvolvimento social e econômico, garantindo às pessoas mais pobres condições dignas de vida e cidadania, promovendo a justiça social e auxiliando na luta contra a miséria e a fome, servindo ainda de parâmetro para ações desenvolvidas tanto em países pobres como em nações desenvolvidas.

### Referências

ALVES, Cíntia. **Tereza Campello**: 2,7 milhões de famílias saíram do Bolsa Família em 11 anos. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/tereza-campello-27-milhoes-de-familias-sairam-do-bolsa-familia-em-11-anos>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Blog do Planalto. **Ao contrário do que dizem, número de filhos de beneficiários do Bolsa Família tem diminuído**. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/assunto/bolsa-familia/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Blog do Planalto. **Experiências brasileiras em políticas sociais atraem interesse de delegações de 92 países**. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/assunto/oit/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Caixa Econômica Federal. **Bolsa Família**. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa-familia/index.asp>>. Acesso em: 04 out. 2017.

525

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 04 out. 2017.

BRASIL. Decreto n.º 7447, de 01 de março de 2011. Dá nova redação ao art. 19 do Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 mar. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2011/Decreto/D7447.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7447.htm)>. Acesso em: 04 out. 2017.

\_\_\_\_\_. IPEA. **A Década Inclusiva (2001-2011)**: Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925\\_comunicado155rev3\\_final.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. IPEA. **Brasil em Desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2009.

\_\_\_\_\_. IPEA. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713\\_comunicado58.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713_comunicado58.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.







\_\_\_\_\_. Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 dez. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm)>. Acesso em: 04 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 jan. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acesso em: 04 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Guia de Atuação e Controle Social PBF**. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/bolsafamilia/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/manuais/atuacao-das-instancias-de-controle-social/CARTLHA%20CONTROLE%20SOCIAL.jpg/view>>. Acesso em: 04 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Mais de 3,1 milhões de famílias saíram voluntariamente do Bolsa Família**. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/abril/mais-de-3-1-milhoes-de-familias-sairam-voluntariamente-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 20 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. **Bolsa Família: 75,4% dos beneficiários estão trabalhando**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/bolsa-familia-75-4-dos-beneficiarios-estao-trabalhando>>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Portal Brasil. **Bolsa Família contribui para redução da pobreza entre mulheres, diz OIT**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/bolsa-familia-contribui-para-reducao-da-pobreza-entre-mulheres-diz-oit>>. Acesso em: 20 out. 2017.

526

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas**. Disponível em: <[www.ibase.br/userimages/ibase\\_bf\\_sintese\\_site.pdf](http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf)>. Acesso em 12 jun. 2015.

MORAES, Ana Carolina. **Bolsa Família pode diminuir impacto da crise, diz OIT**. Disponível em: <[www.bbc.com/portuguese/servicos/2009/03/090318\\_bolsafamiliaoitad](http://www.bbc.com/portuguese/servicos/2009/03/090318_bolsafamiliaoitad)>. Acesso em: 05 out. 2017.

OITBrasil. **Informe Mundial Sobre el Trabajo Infantil: Vulnerabilidad económica, protección social y lucha contra el trabajo infantil**. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/trabalho infantil resumo abr13\\_1013.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/trabalho infantil resumo abr13_1013.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **World of Work Report 2013: Repairing the economic and social fabric**. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatorio completowow13\\_1037.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatorio completowow13_1037.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2017.

SARRES, Carolina. **OIT reconhece avanços, mas diz que Bolsa Família reforça estereótipo machista no trabalho**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/2012/12/oit-reconhece-avancos-mas-diz-que-bolsa-familia-reforca-estereotipo-machista-no-trabalho>>. Acesso em: 05 out. 2017.

WEBER, Demétrio. **Bolsa Família: mais de 1,6 milhão de casas abriram mão do benefício**. Disponível em: <[oglobo.globo.com/brasil/bolsa-familia-mais-de-16-milhao-de-casas-abriram-mao-do-beneficio-8312947](http://oglobo.globo.com/brasil/bolsa-familia-mais-de-16-milhao-de-casas-abriram-mao-do-beneficio-8312947)>. Acesso em: 10 out. 2017.





WEISSHEMER, Marcos Aurélio. **Bolsa Família**: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **O princípio democrático e constitucional da dignidade da pessoa humana e a existência do Programa Bolsa Família**: Apontamento sobre direitos elementares dos cidadãos de baixa renda. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/viewFile/763/1002>>. Acesso em: 04 out. 2017.

## AVALIAÇÃO DA ACEITABILIDADE CULTURAL DE UMA FORMA ALTERNATIVA ALIMENTAR COM BASE EM INSETOS: A Criação de Insetos Comestíveis

Gloriete Marques Alves Hilário

Matheus Fernando da Silva

Maura Sousa da Silva de Paula

**Resumo:** Nota-se que nova alternativa para o futuro seria o investimento no potencial dos insetos como fonte proteica como um desafio estratégico. Imaginar um futuro no qual as dimensões das cidades e os espaços urbanos sofrerão uma intensa expansão às custas de devastações de florestas e ocupação de áreas improdutivas, ajuda a compreender a importância de se adotar novas alternativas de alimentação para os seres humanos e que demandem menos espaço e que maximizem a produção em larga escala, reduzindo assim os custos. Há alguns anos, o México desenvolveu um programa de erradicação da fome no País por meio da distribuição de um complexo de proteína especial. O País construiu uma grande fábrica de criação de larvas de moscas, fazendo dessa iguaria culinária um importante aliado no combate à desnutrição e fome de sua população. As larvas são torradas no forno e depois moídas, formando uma farinha. Países pobres ou subdesenvolvidos, como no caso do México, que não têm condições de criar gado ou outro animal para alimentar a população, nem tem recursos suficientes para doar cestas básicas ou criar meios de trabalho para que as pessoas subsidiem sua própria sobrevivência, encontraram nesse composto proteico um grande aliado. No Brasil, existe uma biofábrica na Bahia similar à que funciona no México, no entanto, sua criação está condicionada a criação de moscas das frutas para serem esterilizadas e liberadas no campo para controle biológico. Na Ásia, onde existe o costume de se comer determinadas espécies de insetos, os preços de cada prato dessas iguarias variam de acordo com o local. Mesmo assim, pode-se observar a comercialização de insetos tanto em restaurantes famosos quanto em feiras livres. Os insetos são armazenados secos, não precisam de refrigeração que incluiria gasto com energia. É só ressecar o inseto e armazená-lo. Assim, eles tornam-se menos perecíveis. Defende-se que a alternativa alimentar com base em insetos é uma aliada no combate à fome e consequentemente a desigualdade social, presente no Brasil e no mundo.

**Palavras-chave:** Alimentação. Desnutrição. Erradicação da fome. Insetos. Pobres.

### Introdução

As espécies atualmente usadas como alimento são coletadas principalmente das populações naturais e são criadas em sistemas de mini fazendas. Isso é o que ocorre, por exemplo, com o bicho-da-seda, que não é mais capaz de sobreviver na natureza sem a interferência humana. As pupas dessa espécie têm sido largamente utilizadas como alimento e/ou ração animal em praticamente todos os países asiáticos. No entanto, ao invés de depender





da coleta de populações nativas, métodos artificiais de criação devem ser buscados para diminuir a pressão de coleta sobre indivíduos na natureza.

Uma produção em massa garantiria um fornecimento contínuo e abundante de insetos para alimentação e/ou ração. Muitas espécies de insetos são criadas de modo mais eficiente que os mamíferos comumente consumidos. A criação do bicho-da-farinha, larva do besouro *Tenebrio sp.*, é ideal para o trabalho caseiro, já que é limpo, não exige equipamentos especiais e ocupa muito pouco espaço.

A pergunta de partida expondo o problema é a seguinte: Existe resistência social em relação a aceitabilidade de uma alimentação baseada em insetos, como mecanismo de combate à fome?

A pesquisa justifica-se pois existe uma resistência cultural na sociedade, especialmente a ocidental, que abomina o consumo de determinados alimentos, de acordo com a fonte de origem. Pontua-se que as pessoas não deverão passar a comer quaisquer insetos, até por que alguns são venenosos ou até mesmo de péssimo gosto, sendo necessário um maior conhecimento das espécies para que haja melhor desenvolvimento.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa quanto à sua natureza é básica, quanto à forma de abordagem é qualitativa, do ponto de vista de seus objetivos é exploratória e os procedimentos técnicos utilizados na disposição do trabalho foram: documental e bibliográfica, com análise sobre a avaliação da aceitabilidade cultural de uma forma alternativa alimentar com base em insetos: a criação de insetos comestíveis.

### **Resultados e Discussão**

Defende-se que montar uma biofábrica de criação de larvas é mais econômico, em todos os aspectos, do que subsidiar a prática da pecuária. O gado necessita de cuidados específicos que acabam refletindo em um maior gasto financeiro. Desde a alimentação, passando pelas vacinas, o local de abate dos animais, até o processo de armazenagem das carnes, então sai caro a garantia do sucesso desse empreendimento. Em contrapartida, a criação de larvas para consumo humano, necessita apenas de um prédio com vários espaços para o desenvolvimento destas, de maneira asséptica, ou seja, sem contato com o ambiente externo.





O gasto com a alimentação das larvas é consideravelmente menor se comparado à criação bovina. Além dessa economia, o desenvolvimento dos insetos é muito mais rápido do que de outros animais, como o boi, o porco ou a galinha. Em menos de um mês, dependendo da espécie, uma larva está pronta para ser consumida. Um gado precisa de muito mais tempo para crescer e engordar, até atingir condições adequadas para o abate.

### Considerações Finais

Diante de todos os benefícios financeiros e de produção, a maior dificuldade de se investir na criação de insetos para fins alimentares é o cultural. Por razões estéticas e psicológicas, muitos insetos são considerados animais nocivos, sujos, transmissores de doenças e vistos como pragas, assim, deve-se desestruturar este tipo de pensamento com apresentações das iguarias variadas, podendo-se obter sucesso, alterando assim, hábitos culturais, que são os grandes obstáculos na pesquisa.

A variedade de produtos alimentícios, elaborados a partir dos insetos, é uma das metas para a divulgação da pesquisa e o despertar do interesse dos entrevistados, oportunizando às pessoas uma certa curiosidade pela degustação dos alimentos.

### Referências

- COSTA-NETO, E. M. **Insetos como fontes de alimentos para o homem:** valoração de recursos considerados repugnantes. Disponível em: <[http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0378-18442003000300004](http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442003000300004)>. Acesso em: 24 jul. 2011.
- DESCOLA, P. **Estrutura ou sentimento:** a relação com o animal na Amazônia. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100002>>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- FAO. **A contribuição dos insetos para a segurança alimentar, substância e meio ambiente.** Disponível em: <<http://www.fao.org/3/d-i3264o.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- FERMENTATION. *Journal of Food Science*, 46, p. 819-821. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.13652621.1981.tb15356.x/abstract>>. Acesso em: 16 fev. 2012.
- IFT. Disponível em: <<http://www.ift.org/community/students/competitions/developingsolutionsfordeveloping-countries.aspx>>. Acesso em: 10 maio 2011.
- JONGEMA, Y. World wide list of edible insect species, laboratory of Entomology. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/018/i3253e/i3253e.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.
- RAMOS-ELORDUY, J. Energy supplied by edible insects from Mexico and their nutritional and ecological importance. *Ecology of Food and Nutrition*, 47, p. 280-297. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03670240701805074>>. Acesso em: 24 jul. 2012.
- RAMOS-ELORDUY *et al.* Nutritional value of edible insects from the state of Oaxaca, Mexico. *Journal of Food Composition and Analysis*, 10, p. 142-157. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/248579892\\_Nutritional\\_Value\\_of\\_Edible\\_Insects\\_from\\_the\\_State\\_of\\_Oaxaca\\_Mexico](https://www.researchgate.net/publication/248579892_Nutritional_Value_of_Edible_Insects_from_the_State_of_Oaxaca_Mexico)>. Acesso em: 28 nov. 2013.







SPITZCOVSKY, D. **Para combater aquecimento global, Brasil estuda incluir insetos na dieta do povo.** Disponível em: <[http://pt.shvoong.com/medicine-and-health/nutrition/1863643insetos futuro nossa dieta alimentar/#ixzz1oHa5tCB1](http://pt.shvoong.com/medicine-and-health/nutrition/1863643insetos-futuro-nossa-dieta-alimentar/#ixzz1oHa5tCB1)>. Acesso em: 05 nov. 2016.

## DESIGUALDADE SOCIAL E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA ESTADUAL WELDER MARIA DE ABREU SALES NO BAIRRO ELDORADO ARAGUAINA (TO)

Graziane de Araújo Pitombeira Carvalho

Airton Sieben

Laíra de Cássia B. Ferreira Maldaner

**Resumo:** O presente artigo buscou investigar o funcionamento da Escola Estadual Welder Maria de Abreu Sales em Araguaína (TO) no enfrentamento as condicionalidades impostas pelo sistema educacional brasileiro. Para o desdobramento da pesquisa, far-se-á um estudo de caso, com uma observação criteriosa que têm como finalidade construir referenciais e indicadores acerca da situação atual da Unidade Escolar no que diz respeito à situação da violação dos direitos humanos e da pobreza no contexto pedagógico e quais as ações pedagógicas e políticas públicas ofertadas pela escola para amenizar os problemas sociais e educacionais no contexto educacional de modo a combater a violação dos direitos dos cidadãos e amenizar a desigualdade social entre os alunos. Os dados serão analisados a partir da concepção de autores que tratam sobre a temática: educação, pobreza, desigualdade e Direitos Humanos além de diretrizes e leis que abordam as categorias utilizadas para a compreensão do nosso objeto de estudo. Em critérios conclusivos, os dados constatados sobre as políticas de suporte a escola, índices de aprendizagem e ações executadas, darão suporte à percepção de que o ensino básico, através de políticas públicas empregadas e ações, tem a incumbência de diminuir a exclusão social a superação da desigualdade social e a violação dos direitos humanos na escola.

530

**Palavras-Chave:** Pobreza. Exclusão. Políticas públicas. Educação. Direitos.

### Introdução

Com as transformações do mundo moderno a pobreza e desigualdade social apresentam-se como um problema de extrema relevância. A educação é o suporte para constituir a igualdade dos cidadãos haja vista que a Declaração dos Direitos Humanos, a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), oferecem subsídios para se constituir uma sociedade justa com a garantia de todos os direitos em relação à oferta de uma educação de qualidade.

Construir um referencial acerca da situação atual da Escola Estadual Welder Maria de Abreu Sales, no que diz respeito à violação dos direitos humanos, justifica-se em entender a eficácia das ações pedagógicas aplicadas na unidade escolar, inseridas no contexto social empobrecido. A seguinte pesquisa tem relevância social, à medida que as proposições de mudanças dentro das instituições de ensino afetem intrinsecamente os problemas constatados e que tal proposição vá ao encontro de uma educação libertadora, que propicie o respeito à





diversidade e as histórias de vida de cada cidadão independente de classe social, ou parâmetro e que cada indivíduo possa usufruir integralmente do processo educacional.

O objetivo geral deste estudo é analisar a violação dos direitos humanos na Escola Estadual Welder Maria de Abreu Sales em Araguaína (TO) a partir da legislação vigente. Sabe-se que a pobreza e a desigualdade social tem sido um fator gritante nas escolas públicas uma vez que, esta problemática é uma visível violação dos direitos humanos no país, sendo, portanto um fator bastante melindroso dentro das instituições públicas de ensino. Porém faz-se necessário compreender quais ações de impacto pedagógico que estão sendo realizadas dentro da escola e quais políticas públicas são proporcionadas pelo sistema, que mire à garantia dos direitos de todos os alunos e que combata a violação desses direitos com foco na inclusão social dos mesmos.

O presente artigo constará de quatro seções a primeira consistirá na caracterização da área de estudo e um breve histórico de criação dos direitos humanos no país, a segunda seção far-se-á algumas considerações do sistema educacional brasileiro no que se refere ao tratamento dos estigmas de exclusão social, a terceira seção procurar-se-á compreender a presença da violação dos direitos humanos e a desigualdade social na escola em estudo e a quarta seção, pontuará quais as políticas públicas ofertadas na escola em estudo, em defesa dos direitos humanos para o enfrentamento da problemática em questão e da pobreza.

531

### **Procedimentos metodológicos**

A investigação se caracteriza como exploratória descritiva com abordagem qualitativa, uma vez que pretende, em linhas gerais, observar o atendimento e as ações de combate à pobreza dentro da escola e quais as ações de inclusão social é trabalhado com os alunos em situação de vulnerabilidade na unidade escolar. Bem como, identificar quais os direitos estão sendo violados e quais políticas públicas são implementadas na escola para amenizar a violação.

No que diz respeito às informações sobre as potencialidades da escola, as políticas públicas e aos dados pedagógicos e técnicos, far-se-á uma abordagem na perspectiva do responsável pela secretaria, setor responsável pelos dados técnicos e resultados internos. Com o auxílio do Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE interativo), sobretudo sob a responsabilidade da secretaria, será possível conhecer a realidade referente aos quantitativos de alunos matriculados e totais de alunos atendidos nos programas internos da escola e quais as fontes de recursos financeiros são



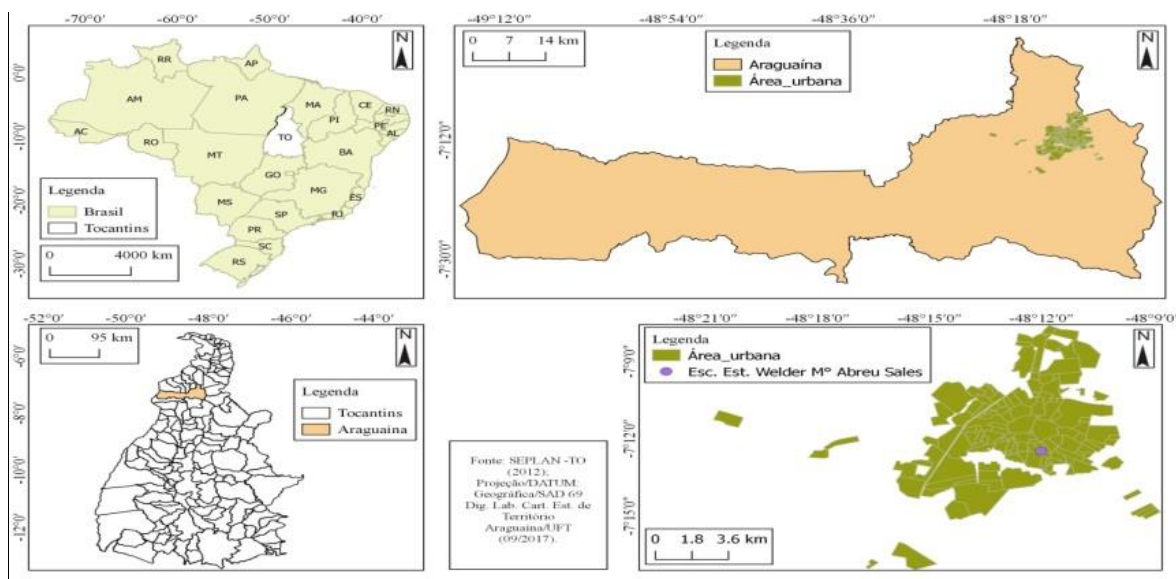


ofertados na instituição. Com isso o entendimento profundo da área de um objeto delimitado, no caso em questão a unidade escolar, o estudo de caso, poderá possibilitar a imersão em uma realidade social a fim de esclarecer o campo da pesquisa empírica e objetivar o estudo.

## Resultados e Discussão

A unidade escolar em estudo, conforme dados da secretaria escolar (2017), atende 576 alunos no nível Fundamental do 6º ao 9º ano e oferece aulas no contra turno a 120 alunos do Programa Mais Educação, caracterizando-se numa escola de caráter integral. Atende ainda 20 alunos na sala de recursos multifuncional, com atendimento prioritário. Conforme o mapa 1, a unidade escolar em estudo está localizada no Estado do Tocantins no município de Araguaína (TO) a 400 quilômetros da capital Palmas (TO).

**Mapa 1** - localização da Escola Est. Welder Maria de Abreu Sales



Fonte: SEPLAN-TO (2012) –LCET (2017). Org. CARVALHO (2017).

Diante da localização da escola, no contexto brasileiro, fundamental destacar que a instituição está instalada numa conjuntura empobrecida de um alto nível de vulnerabilidade social, e tem uma clientela advinda de áreas vulneráveis socialmente, com indícios iminentes de violência física, tráfico de drogas, roubos, assaltos e homicídios. A escola atende alunos de bairros próximos como a Feirinha, Bairro Santa Terezinha, Itaipu, Setor Céu Azul, Setor Palmas, Jardim Paulista e o Conjunto Habitacional Lago Sul I e II. A clientela é bastante diversificada no que se refere à idade cronológica de 10 a 19 anos e homogênea nos níveis socioeconômicos classe média baixa e nível de conhecimento. Criada pela resolução nº 226,





de 26 de dezembro de 1990 (PPP, 2016), a escola localiza-se no Bairro Eldorado, área que faz divisas com vários bairros periféricos.

Os problemas que envolvem o sistema educacional brasileiro são variados, tais como: falta de profissionais habilitados, violência escolar contra professores e alunos, má estrutura física dos estabelecimentos escolares, baixos salários e desvalorização dos profissionais de educação, distorção idade-série, reprovação e entre vários outros fatores. Neste caso a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH/1948) é clara quando se refere à educação dispondo a garantia dos direitos de todos no artigo XXVI. “Toda a pessoa tem direito à educação [...] A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações [...]” (DUDH, 1.948, p. 6).

Os princípios da Educação Nacional estão implícitos no artigo 206 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. As medidas aplicadas à educação escolar pública, baseados em princípios que insere o cidadão no contexto social de forma plena e eficaz. Diante das normas imposta, se percebe que diante da severidade da lei, o emprego delas na prática cotidiana não se assiste. Quando se pensa em educação e direitos humanos é relevante considerar que a escola deve se colocar como um atrativo cultural e social para quem o estudante é o foco primordial na construção de uma sociedade justa, democrática e pensante.

533

A presença da violação dos Direitos Humanos no âmbito escolar é algo extremamente intenso. Tal problemática tem surtido discussões na atualidade de forma interdisciplinar entre os mais variados campos da ciência. Embora a escola, através de suas ações tenha tentado cumprir sua função social no combate à violação dos direitos humanos, a concepção hegemônica e moralista da escola ainda perdura, desconsiderando as culturas próprias dos alunos e propagando muitas vezes sem compreender valores e costumes dominantes que não obstante se apresentam com discriminações dentre as quais as de gênero, raça e pela concepção profissionalizante.

Dessa forma, relevante destacar que a violação empregada neste estudo está fundamentada nos estudos de (MENDONÇA 2015, p. 18) em que “O desrespeito a qualquer um dos direitos constitui-se numa violação de todos os demais ao mesmo tempo”. A vista disso, o autor destaca que os direitos são indivisíveis, sendo todos em sua totalidade com sua fundamental importância e significados, não havendo hierarquização e nem tampouco precedências de uns em relação aos outros, pois todos os direitos são iguais.







Diante do contexto educacional estudado, importante destacar que não foi destacada a violação de direitos de alunos de forma explícita, porém a forma como o sistema tem gerenciado a escola pública como um todo, se percebe que ainda faltam investimentos tanto econômicos quanto teórico e prático aos centros educativos e aos agentes educacionais. Neste sentido, a escola em questão tem trabalhado com as armas das quais dispõe para propor o compromisso de educar. Os espaços são organizados da maneira mais apropriada possível, porém as políticas públicas ofertadas na escola são insuficientes para atender a demanda tanto pedagógica quanto administrativa, impedindo a escola de gerenciar um ensino inclusivo e com qualidade.

Vários Projetos são desenvolvidos na área pedagógica e para a manutenção do prédio escolar. Conforme o Projeto Político Pedagógico - PPP (2017), a escola desenvolve projetos como: Mais Educação, Preservação e conservação do Meio Ambiente - COM VIDA, Programa de Saúde na Escola - PSE, Projeto Ler para Construir novos Saberes, Projeto Recreio Interativo, Projeto Uso e Conservação do Patrimônio Escolar. Quanto aos índices educacionais verificou-se que a unidade escolar apresenta números ineficientes em relação aos dados nacionais. Quanto aos indicadores internos a escola tem conseguido desempenhar uma classificação crescente. Os dados da Avaliação do Sistema Educacional do Tocantins – SAETO mostram que o nível de aprendizagem dos alunos, embora com tantas dificuldades, tem obtido avanços.

534

Estes resultados são oriundos dos recursos disponibilizados para aplicabilidade da prática pedagógica na escola tanto em esfera econômica quanto social. Em se tratando desta unidade escolar, percebeu-se que os elementos de trabalho ainda estão distantes de alcançar a função social. Leite (2016) reflete para o aproveitamento de toda cultura local da sociedade, a autora defende a igualdade de todos e pontua que cabem às políticas públicas se organizarem a ponto de incluir todos no processo educacional, considerando o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo, sua cultura e principalmente o tempo escolar de cada classe. Neste contexto a escola ainda precisa primar pelas diferenças, pois os índices demonstram uma negação da cultura dos educandos.

Dessa forma, a provocação da autora nutre a ideia de que a sociedade desperte para o modo como as instituições de ensino devem portar-se diante do mundo moderno. “A escola é uma instituição social que carrega as promessas da modernidade relativas ao progresso e ao desenvolvimento individual e social de seus cidadãos” (LEITE, 2016, p. 15). Assim, é





necessário que a escola esteja preparada para diversidade existente na sociedade moderna de modo a evitar exclusão, preconceitos, bem como a violação dos direitos dos educandos.

### Considerações Finais

O estudo aponta para a necessidade de combate da questão da exclusão social, como um fenômeno natural e como um processo claro de violação de direitos humanos que limita o usufruto de um parâmetro essencial de vida como a liberdade coletiva e individual. Contudo, as impressões que se destacam neste estudo, é que como cidadãos de direitos e deveres nascem um estímulo a mais para luta por uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

Destacou-se também que as informações que constituem este artigo remetem à análise de que a aplicabilidade de políticas públicas no seio escolar é fundamental ao enfrentamento da fragilidade social. Isso indica que as políticas públicas voltadas ao âmbito educacional oportunizam a superação da pobreza e da desigualdade social e contribuem para a melhora na aprendizagem. Para tanto, é importante ressaltar que nos sistemas de ensino e na unidade escolar em questão é que se pode transformar essa realidade, tendo este espaço o dever de constituir agentes de promoção e da defesa dos direitos humanos, combatendo o preconceito, o bullying e organizando-se para que seus ambientes sejam facilitadores e propiciadores das dimensões intelectuais, afetivas e participativas.

535

### Referências

ARROYO, Miguel G. Módulo Introdutório. **Pobreza, Desigualdades e Educação**. Brasil, Governo Federal. 2016.

ARROYO, Miguel Gonzalez. In: \_\_\_\_\_. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. Educação e Sociedade. Campinas, v.31, n. 113, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos**. In: \_\_\_\_\_. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. Educação e Sociedade. Campinas, v.31, n. 113, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17>>. Acesso em: 22.05. 2017.

BRASIL, **Constituição Federal do**. 1988, acesso em: Agosto de 2017 disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (1996) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/1996. Brasília: MEC

BRASIL. FNDE - **Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação Básica**. Portal MEC, 2009. Disponível em: ><http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>< Acesso em: 17 fev. 2017.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas (ONU), 1948.

BRANDÃO, Ana Paula. Coord. LÁZARO, André. Rio de Janeiro, 2014.





BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, 1996.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola espaço e tempo de reprodução e Resistência pobreza**. Módulo III. Brasil Governo Federal. Ministério da Educação, 2016.

MENDONÇA, Erastos Fortes. In: \_\_\_\_\_ Módulo **II - Pobreza, direitos humanos, justiça e educação**. Brasil, Governo Federal, 2015.

PPP, Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Welder Maria de Abreu Sales (2016)

PPP, Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Welder Maria de Abreu Sales (2017) ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, Vozes, 11<sup>a</sup> ed. 1978.

SEDUC- TO, SGE. Sistema de Gerenciamento Escolar (2017)

## ESCOLA E TERRITÓRIO: DE UM ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DA POBREZA À UM LUGAR POSSÍVEL DE RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS

Grazielly dos Santos Germano  
Laíra de Cássia B. Ferreira Maldaner

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é discutir a escola enquanto território, por uma perspectiva teórica, como um espaço de manifestações dicotômicas de reprodução e ao mesmo tempo enfrentamento da pobreza, caracterizando, dessa maneira, um lugar de resistências e conquistas diante desse fenômeno social. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica sobre a temática relacionada ao objeto de estudo, onde a pobreza é o pilar para uma reflexão conceitual sobre território em articulação com a escola.

**Palavras-chave:** Escola. Território. Pobreza.

### Introdução

O reconhecimento da pobreza enquanto um fenômeno social resultante, na contemporaneidade, como um processo de amplitude e complexidade dentro de um sistema econômico que privilegia setores e grupos específicos. Através do material baseado em Miguel Arroyo em discussão com outros autores, foi possível apreender por uma dimensão maior a questão da pobreza, desigualdades e educação. Segue:

A compreensão analítica o autor Delari Jr. (2000), corroborando com Miguel G. Arroyo quando ele trabalha a questão de *reconhecimento* da pobreza, pode em articulação, trabalhar também o conceito de consciência, discutindo-se as condições concretas, ditas objetivas e condições de existência dos sujeitos em situação de pobreza e também relativas à construção de consciência para reconhecimento da pobreza enquanto fenômeno social e constituída por desigualdades e exclusão social, sendo assim, preservando a articulação dialética entre objetividade e subjetividade, seguindo a máxima de que a existência determina a consciência.





Nesse sentido, pensando em reconhecimento da pobreza a partir do pressuposto abordado, tomando em conta a consciência, desdobra-se um raciocínio sobre as facetas de significados que são atribuídos, na tentativa de entendimento sobre o que de fato é a pobreza, sendo que um deles é lhe dado como sinônimo de carência e em senso comum, reduz para uma visão apenas ligada as questões econômicas e modos de vida que não está intimamente ligados apenas ao consumo estabelecido a partir da vigência do capital. Ou seja, não discute-se as carências intelectuais e morais. Sendo assim, Santos (2001), que entende a educação como todo campo de criação das “subjektividades paradigmáticas”, ou seja, local em que o pensamento crítico independente, de transformação emancipatória, pode e deve ocorrer, ou seja, uma possibilitadora de reflexão para questionamentos diante da desigualdade social, que inclui a pobreza, desde questões sócio-econômicas como éticas e morais.

Para compreender as desigualdades sociais e seus desdobramentos e características, que inclui a pobreza e por consequente o papel da educação, é preciso entender toda conjuntura política e social diante do sistema vigente, o capitalismo, que se apoia no fenômeno da globalização e a base econômica do poder caracterizada como neoliberalismo. Essa análise favorece uma articulação: então em uma sistema onde valoriza-se apenas os meios de consumo e valores culturais desqualificados, poderia dizer então que esse sistema é empobrecido? Moral e eticamente falando?

537

Teóricos e profissionais da educação estão em uma tentativa incansável de discutir e encontrar soluções para o contexto atual da educação, e o que se percebe, com esse aparato governamental, parece que se encaminha para servir à ordem econômica e não pensada como um instrumento de emancipação dos sujeitos.

Miguel Arroyo é um desses teóricos que em enfatizam a questão da construção dos currículos na articulação da realidade brasileira no campo da educação, propondo uma discussão que entende-se que nesse contexto há um território de disputas onde se coloca-se em jogo as questões dos direitos humanos e por consequência a possibilidade de se repensar os currículos para uma escola que media a formação de sujeitos no combate às desigualdades por meio de uma visão crítica.

Para que haja um avanço em uma perspectiva mais crítica a essa visão sobre a pobreza e escola, é necessário apropriarmos em como ela foi interpretada na cultura política e pedagógica, como foram e continuam sendo vistos os coletivos populares. O reconhecimento







dos direitos e da condição dos sujeitos pobres, segregados, miseráveis, sem garantia das necessidades básicas para o viver digno e justo.

Segundo Arroyo (2013),

os desenhos curriculares não reconhecendo a centralidade do direito ao viver digno e justo não incorporam a materialidade da existência o que leva um distanciamento entre os currículos, os conhecimentos privilegiados e os educandos pobres populares e suas lutas por um digno e justo viver. Os conhecimentos das disciplinas e do material didático carecem de explicações sobre essas formas tão injustas e indignas de viver. Um saber a quem tem direito e lhes é negado. (pág.168)

O autor destaca a importância de novas sensibilidades profissionais, onde é percebida a tensão entre as funções da escola e da docência, enfatizando-se as formas precarizadas do viver condicionam a docência, o que ensinar-aprender. São pressionados a repensarem a partir das formas precarizadas, ou do injusto e indigno sobreviver da infância e adolescência populares que chegam às escolas públicas e dessa forma contribuir para sujeitos emancipados.

### **A escola enquanto território: do espaço de reprodução da desigualdade ao lugar de reconhecimento e enfrentamento da pobreza**

A escola compõe o território, pensar em escola independente do lugar que se insere pode ser um equívoco, o que acontece no ambiente escolar é mais um reflexo das situações sociais mais amplas, como econômica e políticas, e o que nota-se é um distanciamento, não somente físico, com muros altos e grades, mas também um distanciamento simbólico com a comunidade que se encontra. Sob essa a perspectiva de território para Haesbaert (2006) a escola está pertencente na macrodimensão caracterizada pela apropriação da dimensão simbólica por um determinado grupo em relação ao espaço de conveniência, uma compreensão cultural de dimensões analíticas, ou seja, a escola como espaço de pluralidades e subjetividades que necessariamente a compõe e que para a compreensão dessas é preciso que haja um diálogo com o seu território.

Haesbaert (2006) ampliando a perspectiva sobre território, entende também como relação de dominação e a apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômico mais “concreta” e “funcional” a apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”. Ou seja, em uma sistema de dominação sob um dimensionamento de territorialização, uma pessoa não desenvolve devido apenas às diferenças individuais, mas à impossibilidade de ter experiências e refletir sobre si mesma,





sobre os outros e suas relações sociais e à impossibilidade de questionar as instituições nas quais se encontra inserida, dentre elas a própria escola.

A dominação e apropriação do espaço, de acordo com Haesbaert (2006), deveriam caminhar juntas, mas a história é também a história da sua separação, da sua contradição, quem vence é o dominante, e observa-se que na escola isso é um fato, pois a apropriação desse espaço na sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade. O respaldo para essa afirmação está nas palavras de Santos (2010), que entende a escola como todo campo de criação das “subjetividades paradigmáticas”, ou seja, local em que o pensamento crítico independente, de transformação emancipatória, pode e deve ocorrer.

Ainda nessa concepção, na proposta de repensar no papel da escola, Freire (1989) a descreve como um campo que possibilita ao sujeito a discussão corajosa de sua problemática existencial. Para o autor, a educação deve adverti-lo dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ele ganhe força e coragem de lutar, ao invés de ser submetido às prescrições alheias, os moldes dominantes já mencionados. Essa educação deve colocar o sujeito em diálogo constante com o outro e com a realidade concreta, com seu território e o cotidiano. Essa atividade dialógica, que busca a aquisição crítica de conhecimentos, revela uma prática de respeito para com os educandos e alunos, a sua identidade cultural, considerando-os desde cedo como seres humanos que podem pensar livremente e encaminhando-os, por meio da conscientização, para uma verdadeira autonomia. Esse processo de aprender, de ensinar e de conhecer desvia o ser humano do imobilismo ao qual ele é constantemente empurrado estando inserido nessa sociedade.

Diante disso, analisar o cenário da realidade brasileira sobre os aspectos culturais, e identificar os espaços onde se fomentam as discussões na busca da igualdade de direitos nos espaços empobrecidos é fundamental. Dentre esses espaços, observa-se que movimentos sociais veem constituindo-se com extrema importância na luta por direitos, tendo em vista que educação é um direito, cada indivíduo ser reconhecido em suas diferenças é um direito e o estado tem que promover medidas na educação para assegurá-los. E a luta dos movimentos segue em busca por visibilidade, por emancipação e por justiça, no melhor exemplo do que Santos (2010) classifica de “globalização alternativa ou periférica”. No mesmo sentido, Chauí (1998) diz que a luta por direitos sociais é também a luta pelos direitos humanos, pois é





uma luta que vai contra as questões políticas que impede as pessoas de usufruírem de seus direitos e, a pobreza é um tipo de violência simbólica que haja dessa forma . Ela é combatida com a negação da violência, assim, nesse sentido, é uma proposta totalmente contrária da violência que estão expostos ou são submetidos esses grupos. A violência, com certeza, se opõe a ética por violar a natureza humana, por tratar seres humanos como coisas, como seres irracionais, insensíveis, mudos, inertes e passivos, bem como são vistos a pobreza e os pobres , como um peso morto, do passado, do atraso, não merecem se quer ser objeto do conhecimento curricular para esse sistema. (ARROYO, 2013)

Para os grupos que estão lutando pelos seus direitos e para se libertar de classificações preconceituosas e de identidades cristalizadas, a questão “quem sou eu?” toma uma importância contínua. Serve, sobretudo, para contestar os estereótipos dominantes, como por exemplo a perspectiva estigmatizante sobre os pobres e a pobreza. Como disse Santos (1993), quem questiona sobre sua identidade está questionando o seu lugar no mundo e o lugar dos outros. Essa é uma indagação que interessa aos movimentos, visto que serve para discutir a questão de identidade cultural.

Ainda dentro dessa concepção, Saviani (1991) afirma que é preciso resgatar na educação, a função especificamente educativa e pedagógica, ligada ao conhecimento e ao saber sistematizado é necessário. O saber sistematizado e historicamente construído se constitui como elemento necessário ao desenvolvimento cultural e, portanto, ao desenvolvimento humano em geral. Para esse autor, a instrução generalizada da população contraria os interesses da sociedade capitalista como sociedade de classes e essa é a razão pela qual a educação, nesse sistema, destina-se a instruir a população no mínimo necessário para que possa participar do processo de produção. A expansão de uma educação crítica, que atenda toda a população, entra em contradição com os interesses da sociedade capitalista, pois significa que o saber deixa de ser propriedade privada e passa a ser socializado. (Saviani, 1991)

Finalizando, a educação proposta por Freire (1989) é uma educação que possibilita ao homem a discussão corajosa de sua problemática existencial. Para o autor, a educação deve advertir o homem dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ele ganhe força e coragem de lutar, ao invés de ser submetido às prescrições alheias. Essa educação deve colocar o homem em diálogo constante com o outro e com a realidade concreta. - o cotidiano da vida. Essa atividade dialógica, que busca a aquisição crítica de conhecimentos, revela uma





prática de respeito para com os educandos, a sua identidade cultural, considerando-os desde cedo como seres humanos que podem pensar livremente e encaminhando-os, através da conscientização, para uma verdadeira autonomia. Esse processo de aprender, de ensinar e de conhecer desvia o ser humano do imobilismo ao qual ele é constantemente empurrado estando inserido nessa sociedade.

### Considerações Finais

Na teoria é possível sonhar com a possibilidades da garantia de direitos por meio de sujeitos conscientes por base de uma educação emancipadora, que compreende a escola enquanto um território que de fato contribuem par a formação de cidadãos atuantes e que reconhecem esses direitos, no entediamento que a pobreza é um problema muito grave e que deve ser combatida a partir desse viés. Mas, no entanto, o que na teoria parece que há uma luz, na prática parece quase impossível, quando nos deparamos com todo aparato político e suas redes de benefícios à classe que ainda muito é dominante.

Quando Miguel Arroyo escreveu o livro “Currículo, territórios em disputa” em 2013, ele problematiza em cheio essas questões, porém percebe-se seu otimismo quando se refere as avanças que o governo vigente se propunha, não imaginava ele que atualmente em 2017 os pequenos passos foram aniquilados, a começar com a própria SECAD extinta, uma secretária que se propunha pensar a pobreza, infiro que se ele escrevesse nesses dias de hoje ele destacaria essa disputa de uma maneira menos esperançosa.

541

De fato, a pobreza deve ser uma pauta fixa nos currículos e fazeres escolares, como uma proposta de ferramenta para se garantir os direitos enquanto cidadãos, refletir sobre a atual conjuntura política e que se estrutura por uma base de oligarquia também é importante fazer, pois assim é “tratada” a causa e não o sintoma, pois na minha visão a pobreza é um sintoma de uma sociedade doente e muito injusta.

### Referências

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Editora Vozes Limitada, 2013.

CHAUI, Marilena. **Ética e violência**. Teoria e debate, v. 39, 1998.

DELARI Jr., A. (2000). **Consciência e Linguagem em Vigotski: aproximações ao debate sobre subjetividade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

HAESBAERT, Rogério. Definindo território para entender a desterritorialização. In. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1989.







COELHO, Ildeu. **Escritos sobre o sentido da escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. Porto Alegre: UFRGS. **Revista Educação & Realidade**, v. 26, n. 1, 2003.

\_\_\_\_\_. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. **Rio de Janeiro, Civilização Brasileira**, 2002

\_\_\_\_\_. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. 1993.

\_\_\_\_\_. (Ed). **Globalização: fatalidade ou utopia?**. 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica primeiras aproximações**. Autores associados, 1991.

## **CURRÍCULO E POBREZA: UM ESTUDO SOBRE A ABORDAGEM DO TEMA POBREZA NO CURRÍCULO ESCOLAR**

**Helena Felipe Napoleão**

**Margareth Leber de Macedo**

**Resumo:** Este trabalho aborda o tema pobreza no currículo escolar. O questionamento que idealizou essa pesquisa é: Como o tema pobreza pode ser abordado no currículo escolar? Buscar-se-á a compreensão das possibilidades que o currículo escolar tem de inserir o tema pobreza nos trabalhos desenvolvidos nas escolas, com base no referencial legal sobre pobreza. De acordo com ARROYO, os currículos escolares têm ignorado a pobreza, sua missão tem sido o conhecimento da ciência e das tecnologias. Para o autor a pobreza desumaniza e 50% dos alunos vêm da pobreza.

**Palavras-Chave:** Pobreza, currículo, educação, desigualdades, conceitos.

### **1. INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa surgiu da inquietude de compreender as possibilidades do tema pobreza ser trabalhado nos currículos escolares com base no referencial legal, analisa também perspectivas de mudança de vida por meio da articulação educação e outros atores envolvidos no desenvolvimento social. Para tanto, analisou-se produções científicas/acadêmicas com o referido tema, bem como, as publicações sobre o assunto. O objetivo dessa pesquisa é compreender a base legal para educação no que se refere ao trabalho com o tema pobreza, sendo assim, realizou-se um levantamento teórico, com estudos sobre da Constituição Federal de 1988 – CF-1988, as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 – LDB-1996. Esse trabalho também tem como base teórica autores como Miguel Arroyo, Demerval Saviani, Libâneo, Moreira entre outros que colaboraram na





construção dos conceitos necessários a pesquisa, tais como o conceito de pobreza e currículo escolar.

Esta pesquisa contém ampla discussão a respeito do conceito de pobreza sobre diferentes visões apresentadas pelos autores supracitados, que vão desde uma visão moralista, na qual culpam as pessoas por sua situação de vida e mantém a pobreza em um ciclo vicioso passando de pais para filhos, a compreensão no contexto histórico, social e cultura.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como passo metodológico, após o levantamento teórico sobre o tema da pesquisa, foi realizado a seleção e análise do material utilizado nesse trabalho, com estudos da Constituição Federal de 1988 – CF-1988, das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN, dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e da Lei de Diretrizes e Base da Educação Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 – LDB-1996. Foram analisados também os autores: Miguel Arroyo, Demerval Saviani, Libâneo, Moreira entre outros.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante compreender o conceito de currículo escolar, pois estudos comprovam que currículo escolar envolve todo o trabalho na escola para o desenvolvimento das diversas competências, não se restringindo apenas ao conteúdo das disciplinas. Para Moreira e Silva (1997, p. 23), “O currículo nunca é neutro, tem sua base política, institucional, seja no propósito de reproduzir as desigualdades ou de despertar para as mudanças”. O módulo IV – do curso de especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social – EPDS, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, apresenta três níveis de currículos: o formal, o real e o oculto.

**O Currículo Formal** aparece nas Diretrizes Curriculares, sendo a base comum do estudo para todos os alunos e tem sua importância, pois oferece oportunidades iguais para todos. Contudo, a educação não deve ficar apenas nele. Seria um grave erro as escolas supervalorizarem o currículo formal e não darem a importância devida aos outros currículos. Dar preferência ao currículo formal ainda é uma realidade nas escolas, sendo que muitas vezes não se consegue trabalhar nem o que é da base comum, deixando os alunos prejudicados quanto a alguns assuntos que são tratados apenas no final dos livros didáticos.

**O Currículo Real** é considerado um currículo vivo, surge no cotidiano, nas relações, nas vivências, sendo valorizado o que desperta interesse. Este currículo é muito rico,





oportuniza interação entre as pessoas e o conhecimento dos alunos, o que favorece um bom ensino-aprendizagem.

O **Currículo Oculto** são os conhecimentos adquiridos fora da escola, o autor do módulo do curso de especialização EPDS diz que este currículo pode afetar, de forma positiva ou negativa, o processo de aprendizagem, porque os alunos chegam com vícios na escola, fruto do meio, das práticas, da vivência nas famílias, com os colegas, nas brincadeiras, etc.

#### 4. POBREZA E CURRÍCULO ESCOLAR A PARTIR DO REFERENCIAL LEGAL

Tanto os Parâmetros Curriculares Nacionais como as Diretrizes Curriculares Nacionais não abordam claramente a questão da pobreza nos currículos escolares, mas tratam de assuntos amplos que estão ligados a esta questão, deixando margens, espaços para as escolas definirem seus papéis. Observe que os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs diz.

A contribuição da escola na construção da democracia é a de promover os princípios éticos de liberdade, dignidade, respeito mútuo, justiça e equidade, solidariedade, diálogo no cotidiano; é a de encontrar formas de cumprir o princípio constitucional de igualdade, o que exige sensibilidade para a questão da diversidade cultural e ações decididas em relação aos problemas gerados pela injustiça social. (PCNs, do Ensino Fundamental- Temas Transversais - Pluralidade Cultural, pg.129 -1998).

544

Então, dentro dos princípios de justiça, equidade, solidariedade, entre outros, as escolas podem adotar em seus currículos a problemática da pobreza. As Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN afirma que.

Currículo: atualmente este conceito envolve outros três, quais sejam: currículo formal (planos e propostas pedagógicas), currículo em ação (aquilo que efetivamente acontece nas salas de aula e nas escolas), currículo oculto (o não dito, aquilo que tanto alunos, quanto professores trazem, carregado de sentidos próprios criando as formas de relacionamento, poder e convivência nas salas de aula). Neste texto quando nos referimos a um paradigma curricular estamos nos referindo a uma forma de organizar princípios Éticos, Políticos e Estéticos que fundamentam a articulação entre Áreas de Conhecimentos e aspectos da Vida Cidadã.( Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – pg. 06 – 1998).

Os artigos nº 205 a 208 da CF/1988 afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e que deve ser oferecido atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica. Ressalta-se que por meio de programas suplementares será fornecido material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. A CF/88 deixa claro que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

A LDB nº 9394/1996, regulamenta que





Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (BRASIL. MEC. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.).

## 5. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

A educação em direitos humanos nasceu com a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, e é a educação que tem compromisso com a transformação social, contudo tem sido confundida com os temas da diversidade nas escolas. Em uma pesquisa realizada para um trabalho de campo do curso de especialização EPDS em uma escola municipal da região Norte de Palmas foi percebido que ao falar de direitos humanos os alunos relacionavam com os estudos que tratam das discriminações, dos bullying, da exploração sexual, dos direitos das crianças e adolescentes, dos idosos. Deixando de trabalhar a questão social, o modo de vida do aluno, da sociedade em que está inserido, a infraestrutura da quadra, condições de moradia deles, entre outros.

De acordo com Gomes (2007), a diversidade é mais do que o conjunto de diferenças e que não pode desconsiderar a construção de identidades, o contexto das desigualdades e das lutas sociais.

Compreende-se que quando se trata de direitos pode-se impor maior credibilidade para a efetivação das lutas. Veja o que diz Maria Victoria Benevides, professora de Sociologia da Faculdade de Educação da USP e vice-coordenadora da Rede Brasileira de Educação em D.H.

Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segunda, é uma educação necessariamente voltada para mudança e terceira, é uma inclusão de valores para atingir corações e mentes e não apenas instruções meramente transmissoras de conhecimentos...(Maria Vitoria, <http://www.hottopos.com/convenit6/vitoria.htm>, visualizado em 16/02/2017 )

A educação em direitos humanos proporciona reflexões sobre respeito, dignidade, luta por liberdade e justiça, tolerância, igualdade, solidariedade, cooperação e paz. Essa educação é considerada transformadora e vai de encontro aos objetivos da educação construtivista, crítica, que é adotada pelas escolas na atualidade. O que ainda falta é o espírito questionador, de luta, deixar o comodismo, sair da zona de conforto.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que o assunto pobreza ainda é difícil de ser compreendido, principalmente quando é mostrado em uma visão moralista, na qual se refere ao pobre como culpado pela







situação de pobreza, considera-o preguiçoso, sendo que esta visão deixa de compreender o sujeito no contexto histórico, social e cultural. De acordo com algumas as pesquisas realizadas para elaboração deste trabalho podemos dizer que pobreza é uma situação social e econômica caracterizada por uma carência marcada pela falta do que é básico e necessário a uma vida digna, que seria acesso a recursos, tais como: educação, moradia, água potável, energia, alimentação adequada e suficiente, saneamento básico, assistência médica, entre outros. A falta para uns e o excesso para outros resulta na desigualdade social.

Pobreza é questão educacional, social, política, econômica e até cultural. A educação sozinha não vai mudar o cenário da pobreza no Brasil, mas, sem ela é impossível esta mudança, só com a interação entre os atores supracitados a pobreza poderá ser superada e ocorrerão as mudanças necessárias. É momento de um novo pensar, no qual o ser humano possa ser mais importante do que as coisas e os objetos.

Quanto ao questionamento desta pesquisa, que foi compreender as possibilidades do tema pobreza ser trabalhado nos currículos escolares com base no referencial legal, constatou-se que existe no currículo escolar uma base comum a todos. Contudo, o currículo também contempla a parte diversificada, a qual indica que pode ser adaptada a realidade local. As DCNs e os PCNs apresentam uma proposta curricular voltada para cidadania, as diversidades existentes na sociedade, equidade, solidariedade, dignidade, igualdade de direitos, entre outros. A Constituição Federal e a LDB vigente garantem educação de qualidade a todos os que desejam estudar e autonomia pedagógica para as unidades escolares.

546

As escolas têm liberdade para trabalhar o tema pobreza e de inserir nos seus projetos essa temática. Isso, de maneira tímida, já começou, por meio dos estudos com os direitos humanos e o trabalho com as questões sociais.

O autor do Módulo IV da Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, Miguel Arroyo diz que tratar do tema pobreza no currículo nas escolas é uma tarefa desafiadora.

De acordo com pesquisa realizada na escola municipal da Região Norte de Palmas, capital do estado do Tocantins, para o trabalho da Especialização EPDS, identificou-se que os estudos com direitos humanos ainda estão limitados aos estudos com diversidades no sentido de tolerância, de aceitar as diferenças, de orientação sexual e outros. Contudo, pouco se trabalha sobre as questões sociais.





Espera-se que essa realidade mude e os currículos escolares incluam o tema pobreza para ser abordado de maneira correta, quebrando paradigmas e preconceitos enraizados na sociedade, que culpa os pobres por serem pobres, como se eles fossem culpados por não terem as oportunidades e escolhas certas na vida. Enfim, somente com o trabalho sério e com formação educacional sobre o tema, nossa sociedade passará a discutir políticas públicas que combatam a desigualdade social, e leve justiça social a grande parte da população que vive na pobreza em nosso país.

## 7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996;

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988;

BRASIL. MEC-Secadi. Curso de Especialização, Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulos: Introdutório, I, II, III, IV, 2016;

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em: 17 de fev. 2017;

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2004;

PCNs, do Ensino Fundamental- **Temas Transversais - Pluralidade Cultural**, pg.129 -1998;

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a natureza e especificidade da educação**. In: Dermeval Saviani. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 7. ed. Campinas (São Paulo): Autores Associados, 2000 (Coleção Polêmicas do nosso tempo. v.40).





## **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS ESCOLAS PÚBLICAS- A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR E SEUS EFEITOS CONTRA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

**Heleny Dias da Silva**

**Laira Cassia Barros Ferreira Maldaner**

**RESUMO:** Este artigo discute quais os impactos do Programa Bolsa Família nas escolas públicas a partir das reflexões da coordenação pedagógica da escola municipal São Vicente de Paula situada na cidade de Araguaína-TO e levando-se em consideração o ponto de vista de cinco famílias que tem filhos matriculados na referida escola. O trabalho utiliza a pesquisa exploratória para apresentar, do ponto de vista da coordenação pedagógica, os impactos na educação dos alunos beneficiários do programa. As investigações e reflexões, pelas lentes da coordenação pedagógica, buscam elucidar a articulação entre o que emana da secretaria municipal de educação (SEMED), da direção da escolar, dos professores, das famílias e dos estudantes. O objetivo geral é Investigar qual a relevância do programa Bolsa Família no ambiente escolar e seus efeitos contra pobreza e desigualdade social em uma escola municipal de Araguaína.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola Municipal São Vicente de Paula, Educação Pública, Programa Bolsa Família.

### **Introdução**

Criado em 2003 por meio de uma medida provisória o programa Bolsa Família, esse programa a partir da integração várias iniciativas anteriores de transferências de renda a população considerada pobre, este programa é considerado como um dos pilares das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil.

548

Antes porém da concretização do Programa Bolsa Família ser implementado, duas outras iniciativas de transferência de renda à população pobre foi implementada, uma delas no ano de 1996 chamado Benefício de Prestação Continuada (BPC) que beneficiava com o valor de um salário mínimo pessoas idosas, deficientes e pessoas pobres incapacitadas para a vida laboral.

A segunda iniciativa de transferência de renda trata-se do surgimento do que podemos chamar de uma nova geração de programas, iniciado no da década de 1990, era conhecido como “transferências de renda com condicionalidades” ou “transferências de renda condicionadas”, Essa iniciativa de transferência de renda por sua vez exige dos beneficiários alguma contrapartida, por exemplo, a frequência dos filhos na escola. Esta pesquisa gira em torno do seguinte problema: Qual a relevância do Bolsa Família no ambiente escolar e seus impactos contra a pobreza e desigualdade social?.

O objetivo geral deste artigo é Investigar a relevância do programa Bolsa Família no ambiente escolar e seus efeitos contra pobreza e desigualdade social em uma escola municipal de Araguaína. E tem como objetivos específicos analisar do ponto de vista dos profissionais





da educação “Coordenação Pedagógica” como é o desenvolvimento dos alunos beneficiários do programa; Identificar os possíveis motivos causadores da evasão escolar entre os beneficiários do programa bolsa família; Identificar os procedimentos de identificação dos alunos em situação de vulnerabilidade social e econômica; Avaliar de que forma o Programa Bolsa Família auxilia no combate à evasão escolar.

### **Procedimentos Metodológicos**

A metodologia a ser utilizada é pesquisa exploratória sendo que serão apresentados do ponto de vista da coordenação pedagógica e do ponto de vista de uma família beneficiária do programa bolsa família a qual tem um dos filhos matriculados na Escola Municipal São Vicente de Paula município de Araguaína-To.

Para esse trabalho, estão sendo levantadas referenciais teóricos que servirão como pilares na realização desta pesquisa, desta forma estão sendo utilizados artigos como: Impactos do Programa Bolsa Família sobre os indicadores econômicos, O programa Bolsa Família – Caminhos Futuros, Programa Bolsa Família: Contribuições para a redução da pobreza e distribuição de rendimentos.

Serão utilizados como complementos à pesquisa a utilização dos Sites do Educacenso do INEP ( Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anízio Teixeira). O sitio do Educacenso é um espaço onde são inseridos dados educacionais das Unidades Escolares de todo o país, dados como: Quantidade de Alunos, Docentes, bem como a etnia cor ou raça, formação docente, dados sobre programas sociais dos alunos entre outros dados.

549

### **Resultados e Discussão**

O pensamento do senso comum é olhar os pobres como carentes, no entanto, essa forma é desprovida de outros entendimentos. Na educação, frequentemente, a pobreza é vista como escassez de valores. Por consequência dessa condição, espera-se que os indivíduos em situação de pobreza tenham incapacidade para estudar e aprender. Entretanto, contrariando isso, a sociedade, devesse observar as privações materiais que, muitas vezes, impedem esses seres humanos, viverem uma vida com dignidade e justiça. (ARROYO, 2013)

É comum se ver que alunos que aparentam ser mais pobres nas escolas sejam colocados no canto da sala de aula por educadores despreparados e taxados de que não querem aprender, ou até que se diga que a realidade dele é diferente, como se querendo dizer: esse menino é pobre e não vai aprender. Até mesmo alunos universitários bolsistas sofrem







esse tipo de preconceito nas universidades, sendo que por muitas vezes se destacam nos cursos que fazem.

A escola é uma instituição de ensino que influencia de modo significativo a vida dos indivíduos bem como da comunidade que a rodeia. As crianças, jovens adolescentes passam uma boa parte do seu dia e das suas vidas no interior de uma escola e de uma sala de aula, esse local é onde os seus sonhos são realizados, fantasias desejos de melhoria de vida e de mudança de vida, para muitos até mesmo uma expectativa de futuro e de luta contra a pobreza. Deste modo, pode-se afirmar que a instituição escolar é um espaço caracterizado de diversas situações provocado por muitas vezes pelo modo de vida da sua comunidade.

As discussões sobre são acirradas a respeito da correlação entre os impactos que o programa bolsa família traz sobre a educação brasileira levando em consideração o incentivo seletivo proporcionado pela transferência de renda do Programa.

fenômeno da pobreza, mensurado a partir do conceito de pobreza absoluta ou pobreza multidimensional, ainda persiste no Brasil, embora seja inegável que no período recente a pobreza absoluta se reduziu entre os brasileiros. (RIBEIRO; CACCIAMALI, 2012, p.2.)

È notável que após a criação do Programa Bolsa Família a extrema pobreza no Brasil sofreu uma notável redução, embora haja em muitos pontos da nação indícios de muita pobreza e desigualdade social, sendo que, é resultado de muita corrupção por parte dos representantes do povo.

550

### **Dados Educacionais e de Evasão**

Na Escola Municipal São Vicente de Paula existe uma comissão interna de combate à evasão escolar formada por 3 funcionários entre eles o Gestor da Escola a Coordenadora Pedagógica e o Secretário Escolar, essa comissão é responsável por fazer o acompanhamento dos alunos faltosos e combater a evasão escolar.

Segundo o Gestor da escola os procedimentos internos de combate à evasão são bem simples, sendo que semanalmente é realizado um acompanhamento junto aos professores dos alunos que apresentam muitas faltas é considerado um caso de risco o aluno que apresenta 3 faltas seguidas sem justificativa neste caso um dos membros da comissão entra em contato com o pai ou o responsável através de ligação telefônica, solicitando a presença deste à escola.

Quando é identificado algum fator de risco à integridade da criança como o uso de drogas no domicílio, violência doméstica ou outro agravante é feita uma comunicação com o





setor de Serviço Social da SEMED (Secretária de Educação de Araguaína) que através da visita de uma Assistente Social identifica se a criança esta em risco comunicando assim a visita de um Conselheiro Tutelar.

De acordo com a constituição a educação é dever do Estado, mas obrigação da família em oferecer educação para as crianças.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Deste modo o Estado garante o direito à educação sendo que oferece escolas, profissionais preparados, ou seja, uma estrutura básica pra o pleno desenvolvimento da criança, porém cabe à família fazer a sua parte e dar todo o suporte para que a criança possa se desenvolver plenamente.

### **Análise da Qualidade de Vida dos Beneficiários do Programa Bolsa Família**

Através do questionário aplicado a cinco famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família as quais tem pelo menos um filho matriculado na escola municipal São Vicente de Paula, procurou-se avaliar qual o grau de qualidade de vida que os mesmos passaram a ter após a implantação deste programa de transferência de renda, sendo que a partir da análise dos dados é possível estimar que no longo prazo essas famílias passarão a viver em melhores condições, principalmente as famílias que estavam na pobreza extrema.

551

Já para as famílias pobres, o programa não vem atuando de maneira igualmente satisfatória. Apesar de ajudar a melhorar bastante a qualidade de vida desta parcela de beneficiários, o Programa Bolsa Família não tem conseguido fazer com que estas pessoas melhorem suas vidas na mesma quantidade e proporção que tem feito com os extremamente pobres. Sendo assim, muitos dos beneficiários que eram classificados como extremamente pobres, passam a ser considerados pobres, enquanto os alguns pobres permanecem na situação econômica de pobreza.

De inicio, a análise dos dados revela que algumas das famílias entrevistadas que recebem o subsídio apresentaram melhorias na condição de vida e que inicialmente o aumento de renda das populações carentes, tem gerado novas possibilidades adquirir itens que antes não eram possíveis.

O aumento da renda das famílias proporciona melhorias no nível econômico, e possibilita a utilização de produtos de primeira necessidade que suprem não somente as necessidades como alimentação mas possibilita também um aumento nos gastos com





educação, medicamentos e até lazer e bem estar, deste modo gerando uma população com melhores condições de vida e bem estar das famílias. O aumento na renda resulta em melhorias não só no nível econômico das famílias como também proporciona a utilização de produtos de primeira necessidade, suprimindo não somente as necessidades de alimentação, mas também aumentando os gastos com educação, saúde e lazer, gerando uma população com mais condições de obter uma vida saudável, aumentando o índice de bem estar social das famílias.

### Considerações Finais

Pude observar que o PBF de fato mantém o aluno na escola diminuem as taxas de reprovação e de abandono escolar, esse estudo e outros vêm mostrando é que o benefício do Bolsa-Família por meio de sua condicionalidade educacional têm um efeito significativo na inclusão escolar e permanência dos beneficiários na escola. Entretanto, frequentar a escola não garante que o aluno aprenderá os conteúdos ensinados em sala de aula e conseguirá competir no mercado de trabalho por empregos mais qualificados e melhor remunerados.

É visível a dimensão socioeducativa implantada através das condicionalidades do PBF, tais como o interesse dos pais na educação e saúde de seus filhos, colaborando com a eliminação do analfabetismo e melhorando a expectativa de vida, além de originar aumento na renda dos beneficiários.

Entre as famílias dos alunos da escola municipal São Vicente de Paula foi observado que houve uma redução da pobreza foi notada principalmente para as famílias que viviam em situação na Extrema Pobreza, diminuindo o número percentual de pessoas que não conseguiam ao menos suprir necessidades básicas, como por exemplo, a ingestão de alimentos. Observou-se também que os itens com maior relevância nas compras para os beneficiários foram alimentação e materiais escolares, sendo consumido com maior predominância, e sendo que o maior interesse das famílias em obter produtos alimentícios e escolares gera melhora no bem estar social familiar.

### Referências

ARROYO, M. G. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos**. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). Saberes e Incertezas sobre o Currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2002.





RIBEIRO, Rosana; CACCIAMALI, Maria Cristina. **Impactos do Programa Bolsa-Família Sobre os Indicadores Educacionais.** Disponível em: [http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n2p415\\_446.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n2p415_446.pdf). Acesso em 01 Set. 2017.

## RENDIMENTO ESCOLAR E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NO PRÉ ESCOLAR AVÓ VIRGILINA

Iolanda Ribeiro dos Santos

Juliana Chioca Ipolito

**Resumo:** Este trabalho traz a discussão dos resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar se há uma relação entre o Programa Bolsa Família e o rendimento escolar dos alunos beneficiários do programa. Para tanto, realizamos, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender a importância do PBF para a diminuição das desigualdades sociais e seu impacto na educação escolar dos alunos beneficiários. Posteriormente, aplicamos um questionário contendo 06 perguntas, sendo 04 fechadas e 02 abertas com 03 pais/mães de 03 alunos beneficiários, de uma escola do município de Tocantinópolis–TO, escolhidos aleatoriamente. A partir da análise dos questionários e embasadas pela pesquisa bibliográfica concluímos que o Programa Bolsa Família se mostra de fundamental importância no Brasil, devido à profunda desigualdade e pobreza a que estão submetidas grande parte da população. As análises dos questionários nos mostraram que o Programa Bolsa Família tem uma importante contribuição na vida financeira dos alunos participantes deste programa, haja vista que na realidade são sujeitos sociais de classe média baixa. Ainda que as dificuldades encontradas no processo educativo sejam muitas, é notório que existe uma busca contínua por parte dos alunos pelo conhecimento propriamente dito. De modo a perceber a presença diária dos mesmos dentro da instituição escolar.

**Palavras-chave:** Bolsa Família. Alunos. Pobreza. Cidadania.

553

### Introdução

A desigualdade social é um problema mundial presente nas questões mais gerais de desenvolvimento econômico que os países enfrentam para sair do meio vicioso do subdesenvolvimento, e a percebemos por meio das diversas mídias. Em alguns lugares de forma menos impactante, já em outros, de forma bem desoladora, como por exemplo, a África. Aqui no Brasil, também sofremos com as desigualdades, e elas variam de uma região para outra.

Face ao exposto, o presente trabalho tem o objetivo de analisar qual a relação entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o rendimento escolar dos alunos beneficiários na escola Pré Escolar Avó Virgilina. O interesse da pesquisa foi problematizar a relação estabelecida entre o Programa Bolsa Família (PBF) e a educação no sentido de compreender quais efeitos exerce na vida escolar de seus beneficiários. Isso porque no cotidiano de trabalho na escola pesquisada, percebe-se que os pais de alguns dos alunos beneficiários deixam a desejar com a educação, sendo que não levam as crianças para escola com assiduidade, não acompanham o desenvolvimento das crianças no ensino, cuja frequência escolar é necessária para se ter o benefício.







Sobre o surgimento ou implementação do Programa Bolsa Família a autora considera que:

O Bolsa Família tinha como objetivo contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras premidas pela miséria, com alívio imediato de sua situação de pobreza e da fome. Além disso, também almejava estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar indicadores ainda dramáticos, que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série. Pretendia, assim, contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza (CAMPELLO, 2013, p.17).

É importante entendermos aqui qual é o principal objetivo desse programa para os milhões de famílias atendidas por essa política pública. Como aponta Campello (2013), o real objetivo do programa é combater, em um primeiro momento, a situação de miséria enfrentada por milhões de famílias brasileiras, para que possam ter condições mínimas de subsistência.

Entendemos que o acesso à educação é um direito humano que todo cidadão merece possuir, mas que devido à situação de pobreza e miséria que muitos se encontram, acabam não tendo condições para tanto. Por isso, este trabalho pretende contribuir com a reflexão acerca da importância do PBF para possibilitar o acesso de todos os brasileiros à escola.

### **Procedimentos Metodológicos**

554

O objetivo deste trabalho foi analisar se há uma relação entre o Programa Bolsa Família e o rendimento escolar dos alunos beneficiários do programa. Para tanto, realizamos, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender a importância do PBF para a diminuição das desigualdades sociais e seu impacto na educação escolar dos alunos beneficiários. Também se verificou junto à unidade escolar o total de alunos matriculados e a quantidade de alunos beneficiários. Posteriormente, aplicamos um questionário contendo 06 perguntas, sendo 04 fechadas e 02 abertas com 03 pais/mães de 03 alunos beneficiários, escolhidos aleatoriamente.

A partir dessas informações realizamos a aplicação dos questionários com os participantes da pesquisa e fizemos uma análise de seus discursos baseada na realidade vivenciada por eles e pelo que a bibliografia aponta acerca da temática. A seguir, apresentaremos os resultados desse trabalho.

### **Resultados e Discussão**

Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos nesta pesquisa, é de suma importância apontar alguns dados referentes à totalidade de alunos atendidos pelo PBF na





instituição pesquisada. Há ao todo 81 alunos matriculados na unidade escolar, sendo 41 do sexo masculino e 40 do sexo feminino. Do total, 54 alunos recebem benefício, sendo 26 do sexo masculino e 28 do feminino.

A seguir apresentaremos as questões e as análises das respostas obtidas com os questionários.

A primeira pergunta realizada foi “qual o seu sexo?” O objetivo desta questão era identificar o sexo das pessoas que são responsáveis por receber o benefício do Programa Bolsa Família. Os dados apontaram que a maioria dos responsáveis é do sexo feminino (dois sujeitos da pesquisa), sendo apenas um deles do sexo masculino.

Através da leitura de diversos artigos (CAVALCANTI, 2013; RIBEIRO e CACCIAMALI, 2012; CAMPELLO E NERI, 2013) que serviram de base para concretização deste trabalho, é notório que estes dados vêm de acordo com as demais realidades do programa, a nível nacional, onde cerca de 80% a 90% dos responsáveis diretos são as mães destes alunos. Esse fato ocorre porque o programa visa estimular as mulheres beneficiadas a exercitar a consciência de exigir os seus direitos e assim melhorar sua condição social.

Brito e Costa (2015, p.5) apontam que:

O Programa Bolsa Família definiu a mulher como titular preferencial porque nos lares das famílias carentes é esse o ideal predominante e esperado, contando com grande aprovação da população nas pesquisas realizadas abordando essa preferência na titularidade.

555

A segunda pergunta foi “qual a sua idade?” e objetivou averiguar a idade dos responsáveis diretos pelos beneficiários do PBF. Verificamos que dois entrevistados responderam que tem entre 45 a 60 anos, enquanto um participante respondeu que tem a idade entre 30 a 45 anos. Percebemos aqui que os responsáveis diretos pelos participantes do PBF são pessoas consideradas “adultos jovens”, pois, nenhum dos entrevistados apresenta idade superior a 60 anos de idade.

A terceira questão foi “seus filhos já reprovaram?” e objetivou conhecer o rendimento escolar dos filhos dos participantes desta pesquisa. Bartz (2015) diz que na sua pesquisa houve uma melhora significativa na taxa de rendimento escolar no ano 2008, pois a evasão escolar diminuiu e o percentual de aprovados aumentou em comparação aos índices de anos anteriores. Pode-se observar na escola pesquisada através dos índices de repetência que dez alunos ao todo reprovaram na escola, sendo que três alunos beneficiários reprovaram no ano de 2016, enquanto sete alunos não beneficiários reprovaram. Entre os participantes da





pesquisa verificamos que não houve repetência. Esses resultados estão em conformidade com a análise de Bartz (2015) de que o PBF contribui com a melhora do rendimento escolar dos participantes.

A quarta pergunta “qual seu ponto de vista sobre o Programa Bolsa Família?” objetivou conhecer a percepção dos beneficiários com relação ao programa. Fazendo uma análise das respostas obtidas, ficou evidente os pontos positivos a serem destacados. Um deles, que foi em geral citado pelos entrevistados, é a “ajuda financeira” que o programa propicia às famílias beneficiadas pelo programa. Outro fator que podemos considerar também como ponto positivo dessa política social, que foi destacado, foi a forma como o dinheiro é gasto, ou seja, as pessoas responsáveis pelo recebimento do Programa Bolsa Família gastam o valor recebido de acordo com as finalidades do programa. Segundo o Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2015, p.10), o PBF contribui para:

[...] combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional; promover o acesso das famílias carentes à rede de serviços públicos como educação e saúde; apoiar o desenvolvimento de famílias pobres e em situação de extrema pobreza; combater a pobreza e desigualdade; união dos diversos órgãos públicos para auxiliar famílias pobres a superarem essa condição.

De acordo com as leituras dos artigos que tratam sobre essa temática (CAVALCANTI, 2013; RIBEIRO e CACCIAMALI, 2012; CAMPELLO E NERI, 2013) nota-se que o intuito do PBF é ser uma medida que procura possibilitar a diminuição de carências sociais para o efetivo acesso ao exercício da cidadania, ou seja, favorecer o acesso aos serviços sociais e romper o ciclo da pobreza. Assim, é notório também que as políticas públicas sociais são direitos fundamentais que se manifestam como essencial instrumento de desenvolvimento social e diminuição das desigualdades econômicas e sociais de subdesenvolvimento da população brasileira.

A quinta pergunta “Com relação à frequência escolar, o seu filho costuma faltar às aulas? Com que frequência?” objetivou investigar a assiduidade escolar dos alunos beneficiários do PBF. Não podemos deixar de citar que a frequência escolar é um dos critérios mais cobrados para que os alunos sejam contemplados com tal benefício oferecido pelo PBF. E como nosso foco aqui é perceber o rendimento escolar por parte dos alunos beneficiários do PBF, é de suma importância levar em consideração a frequência dos mesmos na instituição escolar que estes frequentam. De acordo com os dados obtidos, notamos que representa um empate técnico no decorrer das opções listadas acima, apontando que das três respostas, o beneficiário “C” não falta à escola, o “A” justificou que seu filho falta uma vez ao mês em





média, e o “B” respondeu que sim, falta, mas, raramente. Essa pergunta teve o objetivo de perceber a importância da frequência escolar por parte destes alunos da escola que são também participantes ativos do PBF.

A sexta e última pergunta foi aberta e questionava as opiniões dos participantes sobre os impactos do PBF no desempenho escolar dos alunos: Você considera que participar do Programa Bolsa Família provoca impactos no desempenho escolar de seu filho (a)? Como?

As respostas obtidas evidenciam de um modo geral a importância que o programa tem na vida dos estudantes, por exemplo: na fala do entrevistado “A” que diz: “Sim. Ajuda na aprendizagem da criança, porque se a minha filha vai com fome para a escola, prejudica fazer as atividades e atrapalha ela aprender”. Já o entrevistado “B” citou que: “Sim. Pois ajuda na compra de materiais escolares, do uniforme e lanche quando precisam, além de ser mais um incentivo para nossos filhos permanecerem na escola. É um programa de grande importância para nossa família, principalmente porque meu filho não recebe pensão do pai e quando adoecer compramos também remédios”. E por fim a fala do entrevistado “C” que disse: “Sim. Porque compra várias coisas para as crianças, principalmente materiais escolares. E esses materiais estimula para que queiram ir com mais frequência para a escola e aprendam mais”.

Então, assim como na pesquisa de Fonteles (2011), os participantes responderam que a destinação do valor seria para a manutenção dos estudos dos filhos, ou seja, a compra de fardamentos e materiais escolares. Portanto, os sujeitos desta pesquisa também utilizam os recursos para manutenção dos filhos na escola através da compra de materiais escolares, uniformes, além de alimentos e remédios quando precisam.

557

### **Considerações Finais**

Os resultados aqui apresentados certamente tem o papel de contribuir com a nossa formação educacional, na busca de novos conhecimentos. A pesquisa revela que os desafios encontrados pelo profissional da educação são inúmeros. Vimos de acordo com a pesquisa que esse programa tem produzido impactos significativos no bem-estar de seus beneficiários e, por extensão, por seu tamanho e características, sobre a população brasileira em geral. É possível também perceber que o PBF tem uma importante colaboração na educação dessas crianças e adolescentes, pois contribui financeiramente de forma direta ou indireta para a compra de materiais escolares, para alimentação e para saúde, dentre outros, como também é um incentivo na frequência escolar, contribuindo na aprendizagem. Outras informações que julgamos importantes a serem destacadas neste artigo é a fala apresentada pelos participantes,







onde os mesmos consideram que a contribuição financeira recebida mensalmente tem um papel importante de auxiliar estes alunos, seja com compra de materiais ou alimentos.

Portanto, nosso objetivo foi alcançado, tivemos resultados positivos, por entender que o PBF tem uma grande valia na vida das pessoas de baixa renda. Conclui-se, nesse sentido, que este programa ajuda não só os alunos da Pré Escolar Avó Virgilina, como diversas crianças e adolescentes do Brasil inteiro.

### Referências

BARTZ, Rogerio. **Programa Bolsa Família**: reflexos no ensino fundamental do município de Pinheiro Machado-RS. 2015. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131538>>. Acesso em 14.11.2017.

BRASIL. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), 2015.

BRITO, J. G. de; COSTA, E. R. **Titularidade feminina no programa bolsa família**: questões de gênero e segurança alimentar. Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura: UFAC, 2015.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

CAVALCANTI, Daniella Medeiros. **Avaliação dos impactos do programa bolsa família na renda, na educação e no mercado de trabalho das famílias pobres do Brasil**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MELO, M. A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

RIBEIRO, R.; CACCIAMALI, M. C. Impactos do Programa Bolsa-Família sobre os Indicadores Educacionais. **Revista Economia**: Brasília (DF), v.13, n.2, p.415–446, mai/ago2012.





## O GRANDE DESAFIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – SUPERLOTAÇÃO NAS SALAS DE AULAS DA ESCOLA TIA MIRÊTA NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO

Isabel Ferreira e Sena Rodrigues

Margareth Leber de Macedo

**Resumo:** Esse artigo apresenta o problema da superlotação da Educação da Infantil da Escola Municipal Tia Mirêta do Município de Santa Rosa do Tocantins – TO e relaciona-se de maneira direta com o conteúdo do módulo III da especialização em Educação, Pobreza e Diversidade Social- EPDS, que tem como tema a “Escola Espaços, e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza”. O foco dessa pesquisa são as reflexões realizadas pelos profissionais envolvidos no processo formativo das turmas da unidade escolar mencionada observando-se as dificuldades que a superlotação causa. Constatou-se que o problema reflete diretamente na baixa qualidade de aprendizagem, pois os alunos com dificuldade precisam de constante intervenção e acompanhamento pessoal.

**Palavras-chave:** Pobreza. Direitos Humanos. Educação Infantil. Superlotação.

### Introdução

A educação infantil representa um segmento importante no processo educativo, sendo reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9394/96).

Desta maneira, é direito de todas as crianças o acesso à educação infantil. Visto que ainda não há número de vagas suficiente para atender a todas as crianças na educação infantil pública, os sistemas de ensino utilizam alguns critérios no momento da matrícula, tais como: análise da vulnerabilidade social da família; faixa etária da criança; local da moradia; atendimento a irmãos; mãe trabalhadora; sorteio, entre outros. É importante que os critérios sejam transparentes, amplamente discutidos e divulgados na comunidade, inclusivos e regulamentados pelo Conselho Estadual ou Municipal de Educação.

A superlotação na sala de aula reflete diretamente na baixa qualidade de aprendizagem, pois os alunos com dificuldade precisam de constante intervenção e acompanhamento pessoal.

Foi realizado um diagnóstico das turmas de educação infantil de 04 e 05 anos da Escola Municipal Tia Mirêta através do relato da direção, corpo docente e discente e funcionários da escola, onde constatou-se superlotação nas turmas de educação infantil.

Espera-se que a presente pesquisa dê visibilidade ao problema, o que pode contribuir para que o poder público implante ações para, se não solucionar, que pelo menos amenize o problema.





### **Procedimentos Metodológicos**

Essa pesquisa é um estudo de caso das turmas de educação infantil da Escola Municipal Tia Mirêta e teve como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico sobre o tema, entrevistas com a diretora, docentes e equipe da escola e observação. Para tanto, analisou-se produções científicas/acadêmicas com o referido tema, bem como o referencial legal sobre o assunto.

### **Superlotação e Seus Efeitos**

Os professores que atuam em sala diariamente são conhecedores que a superlotação na educação infantil reflete diretamente na baixa qualidade de aprendizagem.

O desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem não se dá de forma linear. Os alunos não aprendem da mesma maneira e na mesma velocidade.

Salas superlotadas impedem que o professor consiga reconhecer as dificuldades de cada aluno. E, mesmo que reconheça as dificuldades, o profissional não consegue estabelecer estratégias adequadas para potencializar a aprendizagem de cada criança.

Na educação infantil no município de Santa Rosa do Tocantins - TO encontrou-se turmas com 40 alunos e, algumas com mais de 45 alunos, o que compromete o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Destaca-se que o interesse por esta temática surgiu a partir da integração de conhecimentos adquiridos na Pós-Graduação Lato Sensu em Educação, Pobreza e Diversidade Social-EPDS oferecido pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Esse curso demonstrou que Assistência Social e Educação podem juntas contribuir com a formação de cidadãos.

### **A Escola Municipal Tia Mirêta**

A Escola Municipal Tia Mirêta, localizada no município de Santa Rosa do Tocantins atende cerca de 591 alunos, sendo a maioria proveniente da zona urbana. Grande parte dos alunos é de baixo poder aquisitivo, sendo beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal e alguns são filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores rurais e pequenos agricultores. A Unidade Escolar oferece pré-escolar, 1ª fase do ensino fundamental, 2ª fase do ensino fundamental e educação de jovens e adultos (EJA) nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Foi realizado um diagnóstico da Escola municipal Tia Mirêta pela equipe docente e pela comunidade em geral, onde constatou a superlotação nas salas de aula. Foi apresentado ao conhecimento do poder Público Municipal a gravidade do problema e apresentou-se uma sugestão





para amenizar, provisoriamente o problema, que seria a divisão das turmas, mas para isso seria necessário que a Prefeitura de Santa Rosa do Tocantins alugasse um imóvel. A sugestão foi aceita, o imóvel foi alugado e esse espaço passou a funcionar como extensão da Escola Municipal Tia Mirêta. Essa ação solucionou o problema da superlotação na educação infantil provisoriamente.



Figura 1 - Salas de extensão da Esc. Mul. Tia Mirêta de Santa Rosa do Tocantins.

Fonte: (Acervo da autora)

### Resultados e Discussão

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

561

A presente pesquisa está relacionada, de maneira direta, com o conteúdo do módulo III da Especialização em Educação, Pobreza e Diversidade Social- EPDS, que tem como tema “Escola, Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza”. A motivação desse estudo surgiu das reflexões realizadas pelos profissionais envolvidos no processo formativo das turmas da unidade escolar mencionada, após a observação das dificuldades, dúvidas, avanços, retrocessos e superações do problema que a superlotação causa.

O grande número de novas matrículas é um fator para o aumento crescente da superlotação das salas de aulas. Amontoar mais alunos em menos salas tem sido uma solução temporária, pois, assim todos tem aula, mas é ingênuo acreditar que é possível para o aluno manter a concentração em uma sala cheia. Entretanto, é necessário oferecer condições mínimas de estrutura física para que haja qualidade nos estudos. A ausência dessas condições reflete diretamente na baixa qualidade de aprendizagem.

As salas do pré-escolar da Escola Municipal Tia Mirêta encontravam-se com superlotação, tendo turmas com mais de 40 alunos. Houve a mobilização da equipe escolar e comunidade que realizou o diagnóstico, identificou o principal problema e levou ao conhecimento da Gestão Municipal de Santa Rosa do Tocantins - TO, que acatou a sugestão







de, temporariamente, alugar um imóvel para funcionar como anexo ao prédio da unidade escolar, até que a construção de três novas salas de aula fosse concluída, o que resolveu definitivamente o problema.



Figura 2 - Construção de novas salas da Esc. Mul. Tia Mirêta – Santa Rosa do Tocantins.

Fonte: (Acervo da autora)

### Considerações Finais ou Conclusão

Através do relato dessa pesquisa, é importante salientar que o diagnóstico foi realizado com aproveitamento significativo do conteúdo do curso, e contemplou o tema abordado “Educação Infantil, Superlotação na Escola Municipal Tia Mirêta”.

562

Ressalta-se a relevância da presente pesquisa que deu visibilidade ao problema da superlotação na educação infantil e registrou a movimentação da comunidade escolar junto ao Poder Público. Contudo, deve se mencionar que a Gestão Municipal aceitou as sugestões da comunidade escolar e colocou em prática ações provisórias, como o aluguel de imóvel que funcionou como anexo, até a construção de três novas salas na Escola Municipal Tia Mirêta.

### Referências

ELIAS, Marisa Del Cioppo. Célestin Freinet, **Uma pedagogia de atividade e cooperação**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

GENTILI, P.; ALENCAR C. *Educar na esperança em tempos de desencanto* – 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MENDONÇA, E. Módulo II – Pobreza, Justiça, Direitos Humanos e Educação. Disponível em: <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/moduloII.pdf>. Acesso em fevereiro de 2017.

MIGUEL GONZÁLEZ ARROYO. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo IV – Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação. Disponível em:





<<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo4.pdf>>. Acesso em junho de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília, 1998.

RINALDI, Carlina. Reggio Emilia: a imagem da criança e o ambiente em que ela vive como princípio fundamental. In: GANDINI, Lella; EDWARDS, Carolyn (Org.). *Bambini*: a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 75-80.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. A educação precisa de repostas. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/perguntaserespostas/2012/11/28/como-solucionar-o-problema-da-superlotação-em-sala-de-aula>. Acesso em fevereiro de 2017.

## POBREZA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE JACURUTU

Isac Assunção Teles  
Yara Gomes Corrêa

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo verificar a eficácia do Turismo de Base Comunitária para o desenvolvimento econômico da comunidade jalapoeira do Jacurutu, na percepção dos agentes envolvidos diretamente no processo. Pressupôs-se que esta modalidade de turismo pudesse elevar a renda dos sujeitos, fortalecendo a economia local e diminuindo as desigualdades sociais. A pesquisa caracterizou-se como exploratória, de cunho qualitativo, na qual realizou-se pesquisa de campo, por meio de questionário contendo oito (8) questões fechadas, aplicado às lideranças comunitárias do Jacurutu, no Jalapão, seguida de análise e discussão, à luz de uma revisão de literatura pertinente. Verificou-se um potencial inestimável, diverso e sustentável, abrangendo culinária tradicional jalapoeira, emprego de plantas nativas não convencionais, cultivo e manufatura de frutos silvestres, agricultura orgânica, trilhas ecológicas de contemplação da paisagem, envolvendo todos os elementos no bioma de cerrado e a integração com outras comunidades. Verificou-se, ainda, que esta modalidade de turismo vem apresentando público crescente e, conforme previsto, fortalecendo a economia local. As práticas sustentáveis, por sua vez, atreladas ao turismo de base comunitária, se configuram como essenciais para a qualidade de vida e para a manutenção da biodiversidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desigualdades sociais. Economia local. Práticas sustentáveis.

### INTRODUÇÃO

As atividades turísticas vêm assumindo destaque na economia em todas as nações do planeta. Os avanços destas atividades atendem às necessidades de um mercado globalizado exigente e, ao mesmo tempo, não descarta a identidade cultural dos povos. Neste contexto, surge uma nova forma de turismo, o chamado turismo de base comunitária, centrado em intercâmbios culturais, gestão coletiva, conservação da biodiversidade, sustentabilidade e fortalecimento da economia local.

Consoante Maldonado (2009), o Turismo de Base Comunitária responde a um segmento do mercado especializado ou nicho, ao dirigir-se a pequenos grupos de viajantes em





busca de experiências pessoais originais e enriquecedoras, aliadas a vivências culturais autênticas, com oportunidades de desfrutar cenários naturais e de remunerar de maneira adequada o trabalho comunitário.

Compreendeu-se que este setor é fundamental para a economia desde que os indivíduos se fundamentem na sustentabilidade na implantação do turismo diferenciado e que satisfaça os anseios dos visitantes e da comunidade local.

A comunidade do Jacurutu objeto de estudo do presente trabalho, situa-se no município de Mateiros, Estado do Tocantins, sendo constituída por dez (10) famílias responsáveis pelo atendimento aos visitantes. A região é dotada de várias unidades de conservação com predominância do bioma de Cerrado, pelo Parque Estadual do Jalapão, Estação Ecológica Serra Geral, pela Área de Preservação Ambiental – APA Jalapão, além do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, indispensáveis na preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.

No Jacurutu, a maioria dos indivíduos são lavradores, retiram seu sustento de pequenas lavouras em terras férteis à margem dos brejos ou em vazantes onde é cultivado milho, feijão, cana de açúcar, banana e mandioca. Cada família mantém casas na sede do município de Mateiros - TO, localizada a 6 km aproximadamente, com a finalidade de oferecer educação aos seus filhos, uma vez que a comunidade é destituída de escola, tampouco de transporte escolar. Em todas as residências há membros com talento voltado para a produção artesanato de capim dourado, representando uma prática essencial na complementação da renda familiar. A criação de gado, aves e suínos, embora de forma rudimentar, é praticada na região e empregada na alimentação. Quanto ao gado, indivíduos do rebanho são domesticados e usados em meios de transporte, ou seja, na movimentação de carros de boi. Através desse veículo são transportados diversos produtos como, cana de açúcar, mandioca, madeira, palha de coco piaçava para cobertura de casas e outros. O abastecimento de água é bastante comprometido na comunidade, uma vez que ela é proveniente de poços artesianos, cacimbas, olho d'água e córregos distantes através da gravidade. As residências foram atendidas recentemente com rede de energia elétrica, através do projeto do governo federal Energia para Todos, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos habitantes locais.

As potencialidades do Jacurutu são diversas, tais como, oferta de comidas típicas jalapoeira, vivências na comunidade, cultivo e beneficiamento de frutos nativos na época





buriti, jatobá, pequi, coco catolé, coco piaçava, jenipapo, hospedagem alternativa, confecção de artesanato de capim dourado e palha de buriti, além de outras em fase de exploração como, observação de aves, contemplação de paisagens (veredas, brejos e cerrado), emprego de plantas alimentícias não convencionais, terapias alternativas, arborismo, trilhas ecológicas, implantação de roteiro alternativo interligando as comunidades Jacurutu, Sumidouro e Brejo Grande .

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo verificar a eficácia do Turismo de Base Comunitária para o desenvolvimento econômico da comunidade jalapoeira do Jacurutu, na percepção dos agentes envolvidos diretamente no processo. Pressupôs-se que esta modalidade de turismo pudesse elevar a renda dos sujeitos, fortalecendo a economia local e diminuindo as desigualdades sociais.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa caracterizou-se como exploratória, de cunho qualitativo, de acordo com Gil (2002).

A pesquisa foi realizada na comunidade Jacurutu em Mateiros - TO, região do Jalapão, situado a 241 km da capital Palmas.

A princípio realizou-se uma revisão bibliográfica tendo como base a literatura pertinente, publicações do Ministério do Turismo, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Tocantins - SEDEN, do Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins e nos sites de buscas: *Google Acadêmico* e *Scielo Brazil*. Foram analisados vários artigos, teses, dissertações, enfim, a literatura que contempla o turismo comunitário, essencial no desenvolvimento deste trabalho, de acordo com o preconizado por Gil (2002).

Estabeleceu-se contato direto com a gerência da Área de Proteção Ambiental - APA Jalapão, buscando suporte durante as visitas na comunidade.

Elaborou-se e aplicou-se um (1) questionário (Apêndice A) a duas (2) famílias sobre as potencialidades locais da Comunidade do Jacurutu, contendo (8) questões objetivas categorizadas, segundo Bardin (2011) em: a) serviços; b) proteção da biodiversidade; c) ameaças ao turismo; d) comércio de produtos; e) importância do turismo de base; f) infraestrutura e; g) práticas sustentáveis; sendo que cada questão houve destinação de espaço apropriado para justificativas por parte do questionado, fato que caracteriza a natureza qualitativa deste artigo.







Houve abordagem direta a duas (2) famílias da comunidade Jacurutu, as quais assinaram o Termo de Consentimento Livre, autorizando o uso de imagem, som de voz, nome e dados biográficos na pesquisa. Na ocasião da abordagem para os questionamentos, pôde-se testemunhar, de forma não participativa, o cotidiano das famílias em atividades seculares, como produção artesanal de farinha de mandioca e transporte de materiais, utilizando carro de boi.

De posse dos dados coletados em campo, por meio de visitas *in loco*, procedeu-se a análise do conteúdo e a discussão dos mesmos a partir da percepção das famílias questionadas, à luz da literatura visitada.

Adotou-se para tal a premissa de Bardin (2011), para qual o termo análise de conteúdo designa:

“[...]um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. (BARDIN, 2011, p. 47).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Frente aos dados coletados, analisou-se que o desenvolvimento do turismo comunitário tem auxiliado e garantido a melhoria das condições de vida da comunidade do Jacurutu, não obstante o fato de não estar explorando todo o potencial que possui, uma vez que se constatou o fato dos serviços prestados atualmente se restringirem ao comércio de doces, artesanato de capim dourado e de palha de buriti, além de eventuais recepções de turistas em suas residências.

Outro aspecto detectado na percepção da comunidade é a necessidade de se promover a articulação da mesma com instituições públicas e privadas, a fim de implantar todas as demais categorias de vivências em potencial, presentes na localidade elencadas por meio deste artigo.

Dentre as referidas potencialidades, destacam-se: as trilhas pelo bioma de Cerrado; a observação de aves; as visitas guiadas aos brejos e às veredas para identificação de elementos característicos das suas respectivas floras, tais como a palmeira do buriti e o capim dourado, empregados na confecção de artesanato; a coleta de frutos e; a apresentação das tradições da localidade.

Outro ponto desvelado pela análise dos resultados foi o fato da identidade cultural da comunidade estar se perdendo aos poucos, fato este revelado pela nostalgia observada durante as visitas *in loco*.





Contudo, observou-se que há particularidades interessantes nesta comunidade que estão conseguindo resistir ao tempo, como é o caso da tradição na fabricação do carro de boi, ainda preservado e empregado como meio de transporte na região. Os principais produtos transportados por este meio são a cana de açúcar, empregada na fabricação de melado; a rapadura e outros. Eles ainda abastecem as casas de farinha com mandioca cultivada na região, sobretudo na fabricação de farinha e de polvilho, práticas estas que exercem fascínio sobre os visitantes e, ao mesmo tempo, escoam os produtos da comunidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o turismo comunitário realizado na comunidade Jacurutu, na visão dos sujeitos da comunidade, atende aos anseios do público que se identifica com as vivências totalmente distantes de sua realidade, estabelecendo intercâmbio cultural com bastante autenticidade.

Para a comunidade local, ainda é possível conhecer parte da cultura local em seu estado mais primitivo através da culinária, da arte, dos costumes, ou como se processa a integração entre ser humano e ambiente. Não obstante a isto, a comunidade revelou explorar menos da metade de suas potencialidades turísticas.

As instituições parceiras estão atuando a fim de que haja ampliação e melhoria na qualidade dos serviços. Certamente, à medida que a comunidade estabelecer ações prioritárias, ou seja, qualificação profissional, redução impactos ambientais, divulgação dos serviços oferecidos, haverá uma ascensão de turistas e, conseqüentemente, desenvolvimento da economia local para que de fato, haja a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHOLO, R., SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRAGA, M. B.; SELVA, V. S. F. O turismo de base comunitária pode ser um caminho para o desenvolvimento local? Can community based tourism be a path to local development? **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 10, n. 1, 2016.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Pasosonline**, v. 13, p. 57, 2015. Disponível em: <[www.pasosonline.org](http://www.pasosonline.org)>. Acesso em outubro de 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.





SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 359-373, 2009.

PINHEIRO, C. R. S. *et al.* **O turismo de base comunitária como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais em reservas extrativistas: o caso da Ilha dos Lençóis em Cururupu – MA, 2017.**

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

PINZANI, A.; LEGO, W. L. **Pobreza e Cidadania: Módulo I: Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social: Ministério da Educação e Cultura**. Brasília-Brasil, 2014, p. 19.

## A EDUCAÇÃO NO CAMPO

Italo Schelive Correia

**Resumo:** O campo sempre enfrentou dificuldades na transmissão do ensino para seus habitantes, e em se tratando de educação, a necessidade de melhoria se torna emergencial, para evitar grandes problemas recorrentes neste meio como analfabetismo, evasão escolar e até mesmo o êxodo rural. Diante de uma atual crise econômica o sustento da economia do país pelo o campo tem mostrado sua importância junto ao Estado que ao longo das décadas deu maior importância para as cidades se esquecendo que o campo integra a sociedade e que como membro dela deveria receber o mesmo tratamento que as cidades, não um tratamento na qual as políticas públicas feitas para as cidades sejam adaptadas para o campo, pois este apresenta grandes peculiaridades que tais políticas mesmo que modificadas não atendem suas diferenças, deixando vácuos nas suas necessidades específicas necessárias para que a educação no campo cumpra seu papel. Destarte o presente artigo objetiva refletir a educação no campo através das conquistas pelos movimentos sociais e das políticas públicas educacionais, utilizando a pesquisa bibliográfica para alcançar as reflexões pretendidas.

568

**Palavras-chave:** Educação. Campo. Políticas Públicas.

### Introdução

É necessário entender que a educação no campo é resultado de políticas públicas educacionais conquistadas pelas reivindicações de movimentos sociais organizados no campo para sua participação na formação de uma sociedade mais integrada, desenvolvendo, assim, o processo de cidadania frente a um estado capitalista que constantemente peca em atender as necessidades de uma minoria que comanda uma maioria.

Cada vez mais a educação no campo vem tomando relevância diante da necessidade de uma oferta educacional a todos independente de seu credo religioso, cor, raça, e/ou local de moradia.

No processo de redemocratização do Brasil com promulgação da Constituição de 88, houve abertura para que a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394/96, encaminhasse a regulamentação das Diretrizes Operacionais para a educação básica no





campo. Destarte cria uma política educacional para o campo de forma que não ocorra adaptações das políticas urbanas para quem estuda no meio rural, mas, sim, adequações, trazendo reconhecimento para a diversidade sociocultural e direitos fundamentais como direito à igualdade, à diferença e os processos próprios de aprendizagem.

Tais conquistas são frutos de reivindicações de movimentos sociais na luta por uma educação no campo que fosse adequada a necessidade do trabalhador do campo, contrariando interesses do Estado desde a formação do Brasil, no Brasil Colônia, quando já existia a necessidade de políticas públicas educacionais que valorizassem a cultura local dos que historicamente contribuíam/contribuem para o crescimento do país.

Assim, esse resumo expandido vem tratar da educação no campo como uma política pública educacional necessitada de adequações, com características pensadas nos trabalhadores do campo, contemplando suas especificidades abordando dois pontos relevantes de serem tratados, tratando da educação urbana adaptada para o campo e do papel dos movimentos sociais em busca de melhorias na educação no campo.

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente trabalho foi elaborado através de revisão bibliográfica de autores conhecidos na área da educação no campo.

569

### **Resultados e Discussão**

A educação é planejada para que todos consigam aprender com ela, nos seus diversos níveis e modalidades. Porém a impressão que temos é que a educação é unicamente urbana, formulada pensando na cidade e para a cidade, levando em conta o cidadão urbano para a formulação de políticas públicas educacionais.

Muitos formuladores da educação atual tem a visão de um campo retrógrado, marginalizado, sem tecnologia e particularidades, contudo o campo é:

[...] lugar de vida, onde as pessoas podem morar e trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação. (MANÇANO e FERNANDES apud TEIXEIRA, 2009, p. 122).

O que é irrefutável é que o campo e a cidade devem ser respeitados, não distante dos demais direitos o direito a educação é de muito valor para ambos, é através dela que é







possível a formação de cidadãos capazes de atuar em uma sociedade dominadora que só vence quem tem conhecimento e influência.

Assim:

A educação-enquanto uma constante em todas as culturas e sociedades-reflete as intenções e os pressupostos politico-ideológicos dominantes, cumprindo no decorrer dos tempos, as funções de elaboração e difusão de formas de pensar, trabalhar, agir e de formas de ser (TEIXEIRA, 2009, p.139).

O que não se pode restar dúvidas que é de que no campo não existe somente trabalho braçal, mas sim onde a vida intelectual vem crescendo aos poucos, graças as lutas dos movimentos sociais em uma forma de se auto afirmarem como participantes da sociedade. Assim, a educação no campo deve ser:

Uma educação especifica, diferenciada, isto é alternativa. Mas sobre tudo deve ser educação, no sentido amplo do processo de formação humana, que constrói referenciais culturais e politicas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz. (KOLLING, NERY e MOLINA, apud RODRIGUES e RODRIGUES 2009, p.52).

Portanto as pessoas que moram no campo merecem uma educação que condiz com sua realidade, com aquilo que é visto no seu cotidiano. CAVALCANTI (2009) diz que deve-se tratar a educação no campo por meio de políticas públicas, avaliando seu impacto, em primeiro lugar, nas ações educacionais de forma ampliada, não apenas quanto necessidade ao longo dos anos por educação nas áreas rurais, e também no que se refere aos diversos níveis e modalidades de educação, avaliando ainda a diversidade étnica, cultural, ambiental e social do campo.

570

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Diante da ausência de preocupação do Estado com a educação no campo, desde o período Brasil Colônia, a educação rural não tem sido objeto relevante de estudo nas constituições para implementar políticas educacionais de ensino rural.

Nesse contexto, percebe-se que a realidade vivida pelo meio rural demonstra que ele foi desprovido de todo o tipo de assistência e conforto propiciado à cidade. Isso se refletiu na escola que se encontra esquecida pelo mundo urbano, relegada à pobreza cultural e material e, ainda, orientada para o saber e viver urbano.

Sendo assim, campo e cidade serão percebidos como espaços geográficos singulares e plurais, autônomos e interativos, complementando-se através das suas identidades culturais. Por isso precisam ser compreendidos diante das suas particularidades.





## Referências

- CAVALCANTI, C, R. **O movimento nacional por uma educação do campo e os desafios da construção de políticas públicas para a educação do campo no Maranhão** In: COUTINHO, A, F (Org.). **Sobre políticas Educacionais no Brasil: interpretações acerca de lutas, conquistas e os desafios para a educação no século XXI.** -São Luís: EDUFMA, 2009.
- CALDART, Roseli Nunes; Kolling, Edgar Jorge. O MST e a educação. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: vozes. 1997.
- TEIXEIRA, M, F. **Educação do campo e formação de educadores: o duelo entre hegemonia e resistência.** In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org.). **Diálogos sobre a questão da reforma agrária e as políticas de educação do campo.** São Luís: EDUFMA, 2009(Coleção Diálogos Contemporâneos, 4)

## POBREZA SAÚDE E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO POBRE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE DA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO

Ivana Oliveira de Sousa  
Maria Celia Dias Castro

**RESUMO:** Coletar dados a respeito da qualidade dos serviços públicos de saúde torna-se um importante vetor para o direcionamento e planejamento de futuras ações bem sucedidas. Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva verificar qual a percepção dos usuários dos serviços públicos de saúde da cidade de Araguaína-TO sobre a qualidade dos serviços da Unidade de Pronto Atendimento - UPA do Hospital Municipal e de uma UBS. Foi aplicado um questionário a 30 usuários maiores de 18 anos, com o objetivo de avaliar o grau de satisfação deles perante a equipe e das instalações. A pesquisa classifica-se como aplicada, descritiva e bibliográfica. Com base nos resultados, concluiu-se que a maioria dos usuários mostrou uma percepção satisfatória em relação à qualidade dos serviços prestados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Qualidade do Atendimento. Prestação de Serviços de Saúde. Araguaína-TO.

## Introdução

São muitas as indagações trazidas a respeito da pobreza, da exclusão social da saúde e do acesso aos direitos humanos. Deve-se levar em consideração primeiramente quais os motivos que caracterizam a pobreza como um problema social.

E nesse processo, em particular, procura-se investigar em que medida estão associadas ao tema da pobreza os direitos humanos e o Direito. Estas são algumas das perguntas que este estudo pretende responder para demonstrar a importância do Estado nos processos que geram e mantêm a desigualdade social, e a necessidade de os direitos econômicos, sociais e culturais, sobretudo o direito à saúde, no sentido de possibilitarem aos 'menos iguais' o exercício ativo dos direitos civis e dos direitos políticos relevantes para a democracia efetiva.

A presente pesquisa procura responder à seguinte questão: Como o pobre é tratado nas instituições públicas de saúde da cidade de Araguaína-TO, com ênfase nos atendimentos dos





postinhos de saúde do Hospital Regional de Araguaína, do Hospital Municipal de Araguaína e da Unidade de Pronto Atendimento (doravante UPA)?

Em um país onde as desigualdades sociais estão escancaradas, levando em consideração os direitos humanos e a saúde dessa população desprovida de bens materiais e de perspectivas, a pessoa pobre na maioria das vezes é menosprezada pelas instituições que as representam. Deste modo, o que se vê nos veículos de comunicação do Brasil é um verdadeiro desrespeito a um dos direitos fundamentais supracitado na Constituição Federal, que é o direito à saúde e à dignidade, pilares dos direitos humanos.

As instituições de saúde pública, em nosso país, estão funcionando como um depósito de gente. Essas instituições, por vários motivos, dentre eles a corrupção, estão fechando as portas, ou e até funcionando simplesmente como um depósito de pessoas. Em tais instituições, por muitas vezes falta até o mais simples medicamento, bem como falta alimentação básica a pacientes, em sua maioria, pobres de recursos, e a funcionários dessas instituições.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como a pessoa considerada pobre é tratada nas instituições de saúde e como essas pessoas são percebidas pelo ponto de vista dos sujeitos agentes dos direitos humanos. Tem como objetivos específicos: entrevistar usuários dos serviços públicos de saúde do município; identificar quais motivos levam as pessoas pobres a terem um tratamento quase sempre precário nas instituições de saúde; e identificar do ponto de vista dos direitos humanos, quais direitos fundamentais estão sendo violados quando se fala em pobre e saúde.

572

### **Procedimentos Metodológicos**

Nesta investigação, a pesquisa insere-se numa vertente qualitativa, que considera a vida como atividade de interação e interpretação humanas realizadas nos contatos interpessoais, ou seja, as pessoas, em suas inter-relações pessoais, interpretam e constroem sentidos, não são meros objetos (OLIVEIRA, 2008). Realizou-se um estudo utilizando os discursos dos entrevistados, a partir dos quais se fez uma análise de dados referentes aos direitos fundamentais das pessoas.

Os procedimentos foram, para além do levantamento dos referenciais teóricos, que serviram como pilares na realização da investigação, a realização de um estudo de caso sobre como as pessoas pobres são tratadas nas instituições de saúde e como são percebidas sob o ponto de vista dos direitos humanos. Os instrumentos de coleta de dados foram as entrevistas com usuários dos serviços públicos de saúde do município com a aplicação de perguntas





abertas, semiestruturadas, e fechadas com os atores deste processo. Em seguida, foram apresentados os resultados em percentuais e a discussão desses resultados. O propósito foi descobrir qual a opinião dessas pessoas quanto à prestação desses serviços de saúde; como esses usuários se sentiram nesses ambientes; e como foram acolhidos pelos profissionais de saúde, se os seus anseios foram sanados.

### Resultados e Discussão

Sendo assim, compreende-se que a caminhada histórica dos direitos humanos abrange princípios e elementos que têm impulsionado tanto o desenvolvimento do indivíduo em si quanto o desenvolvimento da sociedade, não sendo, todavia, uma consequência.

Godinho (2006) aponta que as consequências de ações humanas absurdas e de crueldade como a Segunda Guerra Mundial, dentre outras, ocorridas durante anos, devem ser temas que precisam de análise sob a ótica da serenidade e da defesa do bem ao próximo, ressaltando ainda que:

O conseqüente sofrimento imposto às pessoas em episódios como as duas Guerras Mundiais, acabaram por evidenciar um importante ensinamento: os direitos e as liberdades dos indivíduos carregam em si valores superiores, indispensáveis à própria existência humana, que precisam ser protegidos (GODINHO, 2006, p. 1).

573

Com efeito, considerando as especificidades regionais dos países que abrangem o globo terrestre, cada região também se viu impulsionada a discutir e organizar, dentro de sua visão histórica e cultural, princípios relacionados aos direitos humanos. No Brasil, marca-se mais recentemente o reconhecimento e a inserção desses direitos através da Constituição da República Federativa promulgada em 1988 (GODINHO, 2006, p. 154).

Dentro deste contexto a Constituição de 1988 traz em seu artigo 6º a introdução dos direitos sociais que trazem um panorama simplificado dos direitos humanos e da igualdade social: “Art.º6 São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988,p.20)

Os direitos humanos, enquanto sinônimo de construção da cidadania e da democracia, tratam de repensar a vida sob a ótica do homem que pode ser intitulado de cidadão. Assim, Severino (1994) especifica a maneira pela qual um indivíduo passa a ser considerado cidadão, precisamente quando:

Compartilha efetivamente dos bens que constituem os resultados da tríplice prática histórica, isto é, das efetivas mediações de sua existência. Ele é cidadão se pode







efetivamente usufruir dos bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos necessários para a sustentação de sua existência social (SEVERINO, 1994, p. 98).

Pode-se, portanto, elaborar um quadro sintético demonstrativo das percepções dos usuários dos serviços de saúde nas unidades de saúde Unidade de Pronto Atendimento – UPA, no Hospital Municipal de Araguaína e na Unidade Básica de Saúde - UBS do Setor Araguaína Sul da seguinte forma:

Questões	UPA	Hospital Municipal	UBS
Avaliação dos usuários sobre o atendimento médico	67%	85%	50%
Avaliação dos usuários sobre o atendimento da equipe de enfermagem	60%	80%	50%
Avaliação dos usuários sobre as instalações e equipamentos	67%	80%	50%
Avaliação dos usuários quanto ao tempo esperado para atendimento médico	60%	-----	50%

Fazendo-se um comparativo entre as 3 instituições de saúde foco desta pesquisa, pode-se notar que os usuários do Hospital Municipal se mostram mais satisfeitos em todos os aspectos sendo que, o grau de satisfação chega à 80%. Os usuários da UPA que apesar de ter um atendimento demorado por causa da lotação há certo grau de satisfação nos serviços e nas instalações. Já os usuários da UBS por ser um atendimento eletivo há um meio termo quanto ao grau de satisfação.

Durante a realização deste trabalho realizou-se uma pesquisa com usuários dos serviços de saúde das seguintes instituições: Unidade de Pronto Atendimento - UPA, Unidade Básica de Saúde - UBS e Hospital Municipal da cidade de Araguaína-TO. Durante a entrevista principalmente dos usuários da UPA, notou-se certo ar de constrangimento e desagrado por parte dos usuários devido à demora no atendimento e pela superlotação desta unidade de saúde.

Sobre as instalações de saúde muitos usuários se mostraram satisfeitos, haja vista que as unidades de saúde pesquisadas foram recentemente reformadas ou ampliadas pelo governo municipal. Certamente, não é possível agradar universalmente a todos. Sendo assim, alguns usuários se disseram insatisfeitos ou pouco satisfeitos com as instalações e equipamentos.





De acordo com Las Casas (1999), as dimensões da qualidade em serviços de saúde são principalmente confiabilidade, segurança, empatia, receptividade, além de alguns aspectos tangíveis, como ele assinala a seguir:

Confiabilidade — é importante para prestar serviços de qualidade, gerada pela habilidade de fornecer o que foi prometido de forma segura e precisa; segurança — clientes querem dos prestadores de serviços a habilidade de transmitir segurança e confiança, caracterizada pelo conhecimento e cortesia dos funcionários; aspectos tangíveis — os aspectos físicos que circundam a atividade de prestação de serviço também têm sua importância como fator de influência, como instalações, equipamentos, aparência dos funcionários etc; empatia — grau de cuidado e atenção pessoal dispensado aos clientes, como a capacidade de se colocar no lugar dos outros e, também, a receptividade, que é a disposição de ajudar os clientes e fornecer serviços com presteza. (LAS CASAS, 1999).

Sobre questões de qualidade no atendimento de saúde, cada indivíduo tem a sua opinião, sendo que muitas vezes o fator ser pobre ou não tem pouca ou nenhuma influência nesse quesito. Os indivíduos têm seu próprio conceito de qualidade. É possível dizer que qualidade é aquilo que cada um acredita que é ou percebe, possui essência, principalmente a natureza positiva de excelência de algo.

Ao final desta análise, depreende-se que a percepção por parte dos usuários sobre a qualidade dos diversos serviços públicos de saúde da cidade de Araguaína-TO mostram certo grau de confiabilidade, segurança e empatia, como propõe Las Casas, posto os índices avaliativos permeiam entre 50% a 85%, uma média que representa que esses usuários, no geral, sentem-se satisfeitos com esses serviços.

575

### Considerações Finais

Neste estudo procurou-se investigar em que medida o atendimento de saúde está associado ao tema da pobreza, dos direitos humanos e do Direito, bem como a importância do Estado nos processos que geram e mantêm a desigualdade social, sobretudo o direito à saúde, no sentido de possibilitar aos 'menos iguais' melhores serviços.

Respostas às questões sobre como o pobre é tratado nas instituições públicas de saúde da cidade de Araguaína-TO, principalmente nos postinhos de saúde do Hospital Regional de Araguaína, no Hospital Municipal de Araguaína e da Unidade de Pronto Atendimento comprovam que esses serviços não são tão ruins quanto se pensava, apesar de que há algumas pessoas insatisfeitas, mas apenas fatos isolados.

Portanto, o objetivo principal desta pesquisa foi satisfatoriamente cumprido, sendo que as averiguações através de pesquisa realizadas com os próprios usuários dos





serviços de saúde ajudaram a elucidar que o motivo principal, portanto, o maior problema pelo qual as pessoas pobres têm atendimento precário nessas instituições foi o de superlotação. Assim, atingiu-se o objetivo de analisar como as pessoas pobres são tratadas nas instituições de saúde e que elas são percebidas ainda de forma discriminatória, mas tem os seus direitos à saúde cumpridos nessas instituições pesquisadas.

### Referências

- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 08 de Set de 2017 17:00.
- GODINHO, Fabiana de Oliveira. **A proteção internacional dos Direitos Humanos**. Coleção para entender: Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- LAS CASAS, A. L. **Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios e casos práticos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.
- OLIVEIRA, A. A. S. de. **Bioética e direitos humanos**. São Paulo: Loyola, 2011.

## OBSERVAÇÕES EM SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -EJA NA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO: DIFICULDADES E FACILIDADES ENCONTRADAS NO PERÍODO DE ESTÁGIO

576

Jakson Barros de Sousa

**Resumo:** Desenvolver atividades pedagógicas com jovens e adultos é um desafio que exige muita dedicação por parte do educador, e se tratando de estagiário, torna-se ainda mais complexa uma vez que este encontra em um estado de aquisição de experiências e ainda não está apto e desta forma, o estagiário tem como missão buscar meios de integrar os alunos dessa modalidade de ensino, tanto à vida educacional como inseri-lo na sociedade. Este trabalho tem como objetivo fazer um relato das experiências vivenciadas por um estagiário do curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins, que realizou o estágio na Educação de Jovens e Adultos (EJA) onde será traçado uma linha, destacando e analisando as dificuldades e facilidades (tanto por parte dos alunos como do estagiário) encontradas no período de estágio e dessa forma fazer um apontamento, apresentando as dificuldades de aprendizagem encontradas pelos alunos na modalidade (EJA). Destacar e verificar que métodos os professores utilizam para aquisição desta aprendizagem, esses são alguns dos objetivos que esta pesquisa pretende alcançar. Devido a dificuldade que é ministrar aulas, tanto no ensino regular como na EJA, surgiu a necessidade de se pesquisar através da visão de um estagiário do Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins, com encontra-se o cenário atual de um estagiário ao adentrar uma sala de aula de um escola situada na periferia, levando em conta a condição socioeconômica dos alunos

**Palavras-chave:** Estágio, Educação. EJA.

### Introdução

Trabalhar com jovens e adultos é um desafio que exige muita dedicação por parte do educador. Mas, para o estagiário, essa missão torna-se um tanto mais árdua, uma vez que,





tanto para o aluno quanto para o professor, este é um universo a que ambos não estão habituados. Como desenvolver um projeto voltado ao ensino-aprendizagem de forma que houvesse um impacto positivo tanto nos alunos quanto nos professores e que esse viesse a ser aplicado futuramente nas aulas da EJA?

O objetivo deste estudo é traçar um diagnóstico, destacando e analisando as dificuldades e facilidades encontradas no período de estágio em sala de aula da escola da EJA na Escola Municipal Tereza Hilário Ribeiro, apresentando as dificuldades de aprendizagem encontradas pelos alunos na modalidade EJA, verificando os facilitadores para esta modalidade de ensino e destacando que métodos os professores utilizam para a aquisição desta aprendizagem.

A investigação foi, pois, um estudo de caso, associado com a observação, como exposto anteriormente; embasada na pesquisa documental, de cunho teórico, ou seja, por meio de documentos, fundamentada em autores renomados, com a realização de leituras.

Após 1988, quando a Constituição Federal, consolidou definitivamente norteamentos para a EJA, essa modalidade alcançou avanços significantes, conforme propõe o documento da Fundação Educar que segue:

[...] garantia de educação básica, para os jovens e adultos das camadas populares; inserção orgânica da educação de jovens e adultos no sistema de ensino do país; a locação de dotação orçamentária para o desenvolvimento dos serviços educacionais para jovens e adultos no conjunto do sistema nacional de ensino; construção da identidade própria da educação de jovens e adultos; garantia de habilitação e profissionalização dos educadores de jovens e adultos; exercício da gestão democrática na educação de jovens e adultos (FUNDAÇÃO EDUCAR, 1988, p.18-19).

Partindo daí, entende-se a EJA como uma modalidade própria, que deve ser considerada como uma categoria de ensino abrangente em todos os níveis. A EJA funciona como uma espécie de facilitadora e promotora de cidadania, também ativa o desenvolvimento de uma consciência por meio de uma cultura de direitos humanos. Há de se considerar que os problemas sociais de inclusão estão diretamente ligados aos processos de ensino-aprendizagem. Sobre essa questão, Rogoni diz ser uma grande necessidade pensar em alfabetizar esses jovens e adultos, inferindo sobre “A necessidade de repensar a questão da alfabetização de adultos e da dívida que a sociedade tem com os cidadãos que estão excluídos de ação cultural, social e política é urgente” (ROGONI, 2008, p. 06). Ao falar sobre alfabetização da EJA, é necessário esclarecer que não basta saber ler e escrever, pois essa







alfabetização basal não fará com que o sujeito consiga fazer uma leitura da sociedade da qual faz parte.

### **Procedimentos Metodológicos**

Devido a dificuldade que é ministrar aulas, tanto no ensino regula como na EJA, surgiu a necessidade de se pesquisar através da visão de um estagiário do Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins, com encontra-se o cenário atual de um estagiário ao adentrar uma sala de aula de um escola situada na periferia, levando em conto a condição socioeconômica dos alunos.

Para que este projeto seja desenvolvido, será executada uma pesquisa empírica, através da observação de um estagiário na escola concedente da pesquisa. Realização de leituras que embasem este projeto. Possivelmente, será elaborada a pesquisa documental, aplicada a todos os envolvidos, onde as questões que foram destinadas para eles, ou seja, por meio de documentos e fundamentada em autores renomados. Espera que através disso, seja apresentado o conhecimento sobre o assunto aqui exposto.

### **Resultados e Discussão**

A partir desse diagnóstico, durante o trabalho realizado na EJA, foi possível refletir sobre as responsabilidades e a futura idealização de uma prática individual e também coletiva, para interferir e modificar um pouco a realidade desses sujeitos.

Importante ressaltar ainda que a relação professor-aluno se faz em outros ambientes sociais, não somente vinculado à sala de aula. Assim, é na fase de docência que é possível o desenvolvimento das ações intelectuais, mas para que isso realmente ocorra é necessário que também haja afetividade. Nota-se que tanto estagiário como aluno são sujeitos que estão em constante desenvolvimento, mas que ambos vão se lapidando a partir das relações que vão se estabelecendo com o passar do tempo. Mas é necessário que haja apoio tanto da escola como da família para que haja essa harmonia sincronizadora para que este desenvolvimento não seja interrompido, uma relação afetiva entre o estagiário e os alunos.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Durante o estágio, período de observação e regência em que se objetivou perceber as principais dificuldades e facilidades encontradas na sala de aula, foi possível uma aproximação e um contato, ainda que breve, com a realidade escolar. Esse foi um momento preparatório onde os acadêmicos e futuros professores puderam encarar a sala de aula,





confrontar diretamente com as dificuldades cotidianas da educação e as carências individuais de cada aluno. Nesse momento de estágio, as forças se encontram: de um lado as reflexões e correntes teóricas, apostas para uma educação bem sucedida; do outro lado, a realidade escolar pura e, no entre lugar, há a consciência do déficit que a educação tem nesse país.

Partindo desse entendimento, pode-se dizer que durante o período de observação na turma do 7º anos da EJA, percebeu-se que os alunos não costumam realizar práticas de fala, escuta, leitura e escrita de textos, isto porque as aulas parecem seguir pelo mesmo trilho, ou seja: realização de exercícios no caderno, correção oral ou no quadro, e ditado de palavras. Visto que os exercícios que devem resolver são aqueles que integram o livro didático ou a apostila, os discentes da EJA parecem não ter contato, na sala de aula, com textos que lhe permitam realizar essas práticas.

Recomenda-se que haja mais estratégias no intuito de garantir a permanência e o interesse por parte dos alunos, uma vez que foi notado que há uma grande evasão por parte deles. Sugere-se que os professores, juntamente com a equipe pedagógica, desenvolvam um trabalho para que tais fatos aconteçam. Que os professores tenham firmeza na hora de compartilhar os conhecimentos, de chamar a atenção dos alunos para que não fiquem dispersos e não atrapalhem o progresso e o bom andamento das aulas e, ao mesmo tempo, despertem o interesse pelo conteúdo discutido nas aulas e pela escola, tudo isso pautado em muita afetividade.

579

### Referências

- AOKI, Virgínia. **Educação de jovens e adultos**: alfabetização. São Paulo: Moderna, 2013.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bú**. São Paulo: Scipione, 1998.
- ROGONI, Fátima Gusso. **Muda o mundo Brasil**: alfabetização de jovens e adultos; ilustrações Franciele Gusso Rogni. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.  
*Vademecum* acadêmico de direito. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2012.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- EJA / P.P.P. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Tereza Hilário Ribeiro. 2015
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- ESTRELA, M. T. (Org.) **Viver e Construir a profissão docente**. Lisboa: Porto, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**





– LDB. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1998. Integral. Constituição de 1998.

Brasília-DF.

VÁSQUEZ. Adolfo Sanches. **Filosofia da Práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Faz e Terra, 1977.

PARANÀ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos. Curitiba, 2006.

SOUZA; Thiana do Eirado Sena de. ET ALL. O processo histórico de consolidação da educação de jovens e adultos: as políticas públicas voltadas para EJA e a luta dos movimentos sociais para a efetivação do direito a educação. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/ThianadoEiradoSenadeSouza-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2017.

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A ESCOLA: BREVE ESTUDO NA ESCOLA ESTADUAL DONA ANAÍDES BRITO MIRANDA.

**Janaize de Jesus Figueredo Pirolli**

**Deodete Maria das Neves Schmitt**

**Resumo:** O presente estudo visa contribuir com a reflexão em torno do Programa Bolsa Família (PBF) e sua relação com a educação escolar junto aos alunos da Escola Estadual Dona Anaídes Brito Miranda. Objetivou – se levantar se PBF contribui para a permanência dos alunos beneficiários, dando ênfase ao desempenho escolar deles; conhecer as condicionalidades do PBF, especificamente “a educação”, com base no controle da frequência escolar, condição necessária para que o aluno seja beneficiário do programa; e de que forma acontece o acompanhamento da frequência escolar dos alunos inseridos no programa. E ainda, contribuir com a discussão em torno da pobreza, como elas persistem no interior das escolas, e o PBF enquanto política pública, dando ênfase ao sistema de proteção social não contributivo no país. Os procedimentos metodológicos estão voltados para a pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa, o método de análise foi o materialismo histórico – dialético, e instrumento de pesquisa o questionário e entrevista aplicados ao coordenador pedagógico e ao gestor do Programa na Secretaria de Assistência Social de Guaraí/TO, o que trouxe à tona reflexões em torno do PBF como um instrumento facilitador da frequência e permanência dos alunos pobres nas escolas, através da transferência de renda condicionada. Conclui-se que a *proteção social* de indivíduos e famílias, embora seja objeto de políticas públicas não acontece de maneira efetiva, entretanto, ficou evidente que o PBF tem sua parcela de contribuição para a permanência dos alunos pobres nas escolas, através da transferência direta da renda que permite o alívio imediato da situação de pobreza.

**Palavras-Chave:** Escola. Programa Bolsa Família/PBF. Pobreza. Política Pública. Proteção social.

### Introdução

O desenvolvimento desta pesquisa vem ao encontro da minha formação como assistente social, atuando na Defensoria Pública defronto - me com trajetórias de vidas marcadas pela exclusão social, pessoas que estão à margem da sociedade, ou se encontram em situação de vulnerabilidade temporária ou permanente, comumente os indivíduos e famílias pobres, e sendo que, conforme o código de ética profissional, prezar pela efetivação dos direitos da população com a qual trabalha.





Para contribuir com a compreensão sobre o tema abordado, trouxemos a reflexão de Miguel Arroyo, quando ele coloca que é importante compreender que a pobreza e as desigualdades sociais existem e elas persistem dentro das escolas e essa realidade fica evidenciada pelos corpos famintos e empobrecidos de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas (MEC/SECADI, 2014).

São milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas condicionadas pela pobreza extrema são vítimas das relações de poder e das políticas públicas voltadas para atender as especificidades de uma sociedade fundada no modo de produção capitalista que divide a sociedade em classes sociais.

Além disso, a pobreza enquanto “questão social” tornou – se objeto de intervenção de políticas públicas, e, através de programas como o “Bolsa Família”, o estado procura “erradicá-la”.

O “Bolsa Família” é um programa de transferência de renda condicionada, criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento social e Combate à fome (MDS), que atende 12,4 milhões de famílias em todo o Brasil, segundo informações colhidas do Censo de 2010 (IBGE, 2010). Do total de alunos e alunas matriculados nas escolas públicas brasileiras da Educação básica, mais de 45% são participantes do programa (MEC/SECADI, 2014).

581

O público alvo desta pesquisa são os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), matriculados nas séries finais do Ensino fundamental na Escola Estadual Dona Anaídes Brito Miranda. A escola atende 192 (cento e noventa e dois alunos) e conta com 29 (vinte e nove) colaboradores entre professores, gestores e demais funcionários.

De modo geral, este estudo buscou levantar se o Programa Bolsa Família contribui para permanência com vistas ao desempenho escolar dos alunos beneficiários do programa, com ênfase nos objetivos específicos, quais sejam: Levantar as condicionalidades do PBF; analisar a condicionalidade do programa ligada à educação, com base no controle da frequência escolar e de que forma acontece o acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários do programa.

Partimos da hipótese inicial de que ao definir diretrizes e condicionalidades para a educação escolar, o Programa Bolsa Família apresenta mecanismo de controle da frequência escolar que pode refletir na permanência com ênfase ao desempenho escolar dos alunos beneficiários. Questão essa que será retomada nas considerações finais.







Assim para melhor compreensão deste trabalho, ele foi desenvolvido e estruturado em subtítulos, sendo que no primeiro subtítulo denominado **Escola e Pobreza: uma discussão necessária**: descrevemos a relação entre escola e pobreza, e como a educação escolar tem ignorado a pobreza dentro das escolas, tratando– a pelo viés moralista, e ao desconsiderar a vivência, história e cultura dos alunos pobres na elaboração dos currículos.

No segundo subtítulo intitulado de **A Proteção Social não contributiva no Brasil: Ênfase ao Programa de Transferência de Renda Bolsa Família** apresentamos uma reflexão da proteção social não contributiva no Brasil, com ênfase aos programas de transferência de renda, discutindo como a política de seguridade social está submetida a uma intervenção de corte neoliberal, e como as políticas públicas e sociais vem se configurando como mecanismos de gestão do Estado na mediação dos conflitos sociais.

No terceiro subtítulo, **A Relação entre o Programa Bolsa Família e a educação**: retratamos o programa criado pelo governo federal “Bolsa Família” e seu envolvimento com a educação, sendo que, a educação para a política do programa é condicionalidade, no qual o aluno como beneficiário precisa ter uma frequência ativa na escola. E, relacionamos esse assunto com as informações da pesquisa de campo, e com os dados construídos nas entrevistas realizadas com profissionais da escola Dona Anaídes Brito Miranda, e com o gestor do Programa Bolsa família do município de Guaraí/TO.

582

### **Procedimentos Metodológicos**

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, foram os seguintes: pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos, tendo como a referência teorias sociais críticas, tendo como aporte teórico metodológico da pedagogia histórico-critica que tem sua base teórica fundada no materialismo histórico – dialético, de fundamental importância para a apreensão de concepções e conceitos em torno da temática abordada, pois para a compreensão dos fatos leva-se em consideração as relações históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais que regem a sociedade e determinam a escola e o objeto em estudo, com base nos estudos em Andrade, (1997).

Outros instrumentos e tipos de pesquisa foram utilizados como, pesquisa de campo com abordagem qualitativa, desenvolvida na escola, *locus* desse estudo e na Secretaria Municipal de Assistência Social, e ainda, entrevista estruturada que também auxiliou no levantamento das informações juntos aos sujeitos entrevistados.





A pesquisa de campo nos possibilitou o levantamento de dados e informações pertinentes a frequência escolar dos alunos e de controle do Programa no que concerne a esta, por profissionais capacitados e habilitados que desempenham funções direcionadas as informações dos quais se faz necessária sua compreensão para realização deste estudo. Foi utilizada ainda, análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) e demais documentos gentilmente cedidos e autorizados pela direção da escola. Quanto aos sujeitos de pesquisa que aceitaram participar deste estudo, aplicamos duas entrevistas, sendo que uma foi com o coordenador pedagógico da Escola Estadual Dona Anaides B. de Miranda e a outra com o gestor do Programa Bolsa família e que também é coordenador da Secretaria Municipal de Assistência social de Guaraí.

### **Resultados e Discussão**

Os resultados e discussões mostraram duas visões distintas sobre a frequência/permanência com vistas ao desempenho escolar dos alunos beneficiários do programa de transferência de renda “bolsa família” na escola pública. Na entrevista com o coordenador da escola (CP), ele deixa claro sua opinião no que concerne a permanência do aluno na escola com pelo menos a frequência mínima, para assegurar o recebimento do benefício. Contudo, quanto ao desempenho escolar dos alunos beneficiários, em sua forma de ver não há diferença de desempenho das crianças/adolescentes beneficiárias e não beneficiárias do PBF, ou seja, em sua experiência pedagógica ele não encontrou elementos que comprovem de fato se há contribuição do Programa para o desenvolvimento da aprendizagem escolar de alunos beneficiários,

583

Já o Gestor da Secretaria Municipal de Assistência social (GAS) apresenta um ponto de vista que caracteriza por um crédito para o Programa, pois para ele o fato do aluno estar inserido no mundo escolar, desenvolver na escola relações sociais, já produz efeitos significativos para a sua vida, que além do conhecimento escolar, o fato social também é importante para o aluno.

No tocante a forma de acompanhamento da frequência escolar, o gestor da assistência social deixou claro que são coletadas as frequências de cada aluno nas escolas e informado no sistema específico, sendo acompanhada pela equipe técnica do CRAS. Que na educação são realizadas a cada dois meses, contabilizando – se as faltas, os alunos que não alcançarem 75% ou 85% da frequência são informados no site, assim o programa toma as devidas providências.





Sendo assim, conforme as informações levantadas, quando os dados de acompanhamento apontam para a infrequência escolar dos alunos, cabe ao Gestor do Programa diagnosticar o motivo, de maneira que possa ajudar na resolução das questões enfrentadas pelas famílias para que não venha a ocorrer perda do benefício. A escola também encaminha providências para combater a infrequência, não somente de beneficiários, mas de todos os alunos para não ocorrer evasão escolar, tendo em vista que a escolaridade é obrigatória nessa faixa etária.

A fala da autora citada abaixo ajuda a contribuir com à discussão,

As dimensões coercitivas e punitivas do PBF ao penalizar famílias por descumprirem condicionalidade acabam por, concomitantemente, contribuir no processo de estigmatização de beneficiário pobres, gerando situações nos quais a vergonha é imposta por fora, sob o status de “descumpridor de condicionalidades” (CARNELOSSE, 2016. p.133).

Nessa compreensão as famílias mais vulneráveis são aquelas que podem não conseguir cumprir com todas as condicionalidades, e, acabam sendo penalizadas com a perda do benefício.

Como vimos, a pobreza persiste dentro das escolas, por isso as escolas devem enfrentar o desafio de superar as visões moralizantes da produção da pobreza, e elaborar seus currículos considerando a história dos alunos, suas trajetórias, vivências, universo cultural, e o sistema sócio econômico em que estão inseridos, e propiciem espaços de práticas culturais emancipatórias. Conforme, os estudos em Arroyo, (2014), a escola é um espaço de construção de conhecimento, nesse espaço o aluno deve ser estimulado a se reconhecer como sujeito de direitos e vivenciar experiências de tais direitos,

584

### **Considerações Finais**

A realização deste estudo possibilitou uma reflexão em torno da relação entre o Programa Bolsa Família/PBF com a Educação escolar, sendo que o foco desta pesquisa foi levantar as informações que indicassem se o programa contribui para a permanência escolar dos alunos beneficiários, alunos das séries finais do ensino fundamental da Escola Estadual Dona Anaídes Brito Miranda. Voltando – se ainda, para o levantamento das diretrizes e condicionalidades do PBF, especificamente para a educação escolar, sabendo que o programa tem mecanismos de controle da frequência escolar de crianças e adolescentes, (na modalidade de transferência de renda condicionada), e de como de fato que acontece o acompanhamento à frequência escolar dos alunos beneficiários do programa.





Partiu - se da hipótese inicial de que ao definir diretrizes e condicionalidades para a educação escolar, o Programa Bolsa Família apresenta mecanismo de controle da frequência e permanência escolar dos alunos pobres, assim, com base nos estudos bibliográficos, levantamentos de dados do município de Guaraí e a nível nacional, bem como as entrevistas realizadas com profissionais da escola e assistência social, de fato, o Programa Bolsa Família contribui para o acesso e permanência dos alunos pobres nas escolas, ainda que incipiente sua parcela de contribuição no que concerne a frequência e a permanência, contribui na medida em que o aluno tem a possibilidade de continuar seus estudos, pois a sua permanência é condicionada ao recebimento do benefício, que permite o alívio imediato da situação de pobreza ou extrema pobreza. Assim, a *proteção social* de indivíduos e famílias, embora seja objeto de políticas públicas não acontece de maneira efetiva.

### Referências

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 2ªed. São Paulo, Atlas, 1997.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Secretaria de prevenção da corrupção e informações estratégicas. **Programa Bolsa Família: Orientações para acompanhamento das ações do programa bolsa família**. Coleção Olho Vivo, Brasília/DF, 2010.

ARROYO, Miguel. **Pobreza, desigualdades e Educação. Ministério da Educação/MEC**. Brasília/DF, 2010. Módulo Introdutório. MEC. SECADI -Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2014.

CARNELOSSI, Bruna. **O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 125, p. 124-147, jan./abr. 2016.

585

## OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DR. SIMÃO LUTZ

Jaqueline Araújo de Lima

Maria Célia Dias de Castro

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta os principais resultados de uma análise acerca dos impactos do programa Bolsa Família na vida dos alunos da Escola Mul. Dr. Simão Lutz, que teve como objetivo investigar o papel do Programa Bolsa Família no desempenho escolar das crianças. Os dados quantitativos referentes ao perfil dos alunos foram obtidos junto à secretaria da escola e os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com quatro famílias beneficiárias e titulares do Cartão de Recebimento do Programa Bolsa Família e com quatro professores que desenvolvem atividades nas escolas frequentadas pelos estudantes e beneficiários. Na percepção dos entrevistados, houve uma melhora significativa nas situações de vida das famílias. A participação em atividades de grupos, reuniões, entre outras, revelou-se significativa com relação à percepção de melhoria na situação de vida das famílias, salientando-se a importância do envolvimento dos respectivos atores para o desenvolvimento da autonomia e emancipação das famílias foco. Pontos fortes e fracos do PBF são revelados de modo que sejam potencializados ou reestruturados para que se atinjam plenamente os objetivos do programa, combatendo a pobreza em suas diferentes formas na construção de uma sociedade mais igualitária.







**Palavras-chave:** Bolsa Família. Desempenho Escolar.

## Introdução

Alessandro Pizzani e Walquiria Leão (2016, p.23) afirmam que “Aos pobres não lhes aplica o ‘direito ao respeito’ como um direito civil de cidadania. Os pobres somente são reconhecidos pelo Estado na condição de ‘assistidos’ e não como sujeitos dotados de vontade própria”, eles retratam a mais dura realidade do indivíduo, pobre, numa sociedade altamente preconceituosa, capitalista e de consumo elitista.

Nesse sentido, desenvolvo uma reflexão sobre pobreza e desigualdade social, lembrando que a pobreza ainda é um grave problema no Brasil, e apesar dos últimos avanços, o país ainda apresenta uma grande quantidade de pessoas em condições de miséria.

Segundo dados oficiais do Ministério de Desenvolvimento de Combate à Fome, datado de 2011, existiam no Brasil, no ano de 2011, cerca de 16,27 milhões de pessoas em condição de “extrema pobreza”, ou seja, com uma renda familiar mensal abaixo dos R\$70,00 por pessoa. Vale lembrar que ultrapassar esse valor não significa abandonar a pobreza por completo, mas somente a pobreza extrema.

O carro-chefe atual das políticas públicas de combate à fome no Brasil é o programa Bolsa Família, criado em 2003. Trata-se de uma política assistencialista de transferência de renda, em que o governo oferece subsídio para famílias em condições de pobreza ou miséria acentuada. Apesar das muitas críticas e polêmicas, o programa vem recebendo elogios por parte de sociólogos e economistas, uma vez que gasta muito pouco (0,5% do PIB) e contribui substantivamente para a melhoria da qualidade vida de muitas pessoas.

O interesse por essa temática surgiu principalmente durante o estudo do I Módulo deste curso, na realização do Relatório de Pesquisa e das atividades propostas referentes a esse módulo, que analisa as relações entre pobreza e cidadania.

Nesse sentido, depreende-se que é importante levantar bandeiras que tratem de políticas sociais voltadas à redução da pobreza e da fome, que são instrumentos eficazes na ação de reduzir as desigualdades sociais e de promover um país mais equitativo, além de garantir o direito à alimentação. No caso do Programa Bolsa Família, além da alimentação, o programa objetiva também garantir o acesso das famílias beneficiárias à educação e à saúde.

Durante o estudo do Módulo I, Arroyo (2017) frisou a realidade que representa o duro cotidiano de milhões de brasileiras e brasileiros, conforme o vídeo *Severinas* (2013), exibido





no início deste módulo. Nota-se que a pobreza extrema marca a vida dessas pessoas não somente do ponto de vista material, mas também da sua interioridade, afetando sua autonomia moral e a visão de si mesmas. Ao mesmo tempo, o vídeo aponta para uma fenda que está se abrindo entre as gerações: as mais jovens não se resignam a viver na miséria como tiveram que fazer seus pais.

Convém pontuar que a pobreza leva à falta de instrução, uma vez que as crianças são obrigadas a deixar a escola para trabalhar e ajudar a família, enquanto a falta de instrução perpetua a pobreza, pois, sem instrução e qualificação não há como entrar no mundo do trabalho e sair dessa condição.

Em 2008, uma pesquisa realizada pela UnB, em que são apresentados os resultados de concordância com os objetivos do programa Bolsa Família, revelou que de fato o programa contribui para manter as crianças nas escolas e que este objetivo está de acordo com a luta em combate à pobreza, mantendo as crianças na escola, melhorando a educação e, dessa forma, combatendo o trabalho infantil e a diminuição da pobreza extrema.

Apesar de o programa apresentar objetivos claros sobre suas intenções, existem diversas críticas, a principal delas está relacionada ao “comodismo” de seus beneficiários que se “estacionam” na pobreza para continuar recebendo o benefício. Assim, é discutido o porquê de não capacitarmos essas famílias para o mercado de trabalho. Deste modo, o Programa Bolsa Família seria apenas momentâneo na vida delas. O grande medo, de acordo com Campello e Neri (2013, p. 17), seria que o “Bolsa Família atuaria de modo a acomodar as famílias, gerando dependência e desincentivando o trabalho entre os beneficiários adultos”. Contudo, como já foi apresentado, o objetivo inicial do Bolsa Família é o alívio dos efeitos da pobreza. Segundo Campello e Neri (2013), o Programa Bolsa Família espera que as famílias em situação de vulnerabilidade construam uma nova forma de serem autônomas e dignas.

E no Brasil, esse programa tem ajudado milhões de famílias que vivem na pobreza ou na extrema pobreza. Criado em 2003, o Programa Bolsa Família é dirigido a famílias que possuem uma renda mensal per capita de até R\$ 140,00. O recebimento deste benefício está vinculado ao cumprimento de determinadas condicionalidades na área da educação e da saúde. As condicionalidades do PBF na Educação estão relacionadas à frequência escolar neste sentido é preciso investigar: como o Programa Bolsa Família contribui para a melhoria na vida dos alunos beneficiários; analisar até que ponto o Programa Bolsa Família contribui para a permanência desse aluno na escola.





### Procedimentos Metodológicos

Para que esse artigo fosse desenvolvido um estudo de caso, em que investigamos precisamente a escola Mul. Dr. Simão Lutz Kossobutzki foi utilizada uma pesquisa investigativa, de caráter qualitativo, em função de adequar-se às investigações no campo das ciências humanas e sociais, mas com o apoio de certa quantificação de dados.

Utilizamos pesquisas e entrevistas como instrumento de pesquisa, a partir dos quais foram feitas as interpretações, bem como a análise de dados acerca de como o Programa Bolsa Família contribui diretamente na vida dos alunos que são beneficiários desse programa.

Para a realização deste trabalho, também foram levantados os referenciais teóricos antes discutidos, que serviram como pilares na realização desta pesquisa.

### Resultados e Discussão

A escola conta, no ano de 2017, com 665 alunos, sendo que quase metade desses alunos, exatamente 251, são beneficiários do Programa Bolsa Família.

A cerca da análise das entrevistas, verificou-se o seguinte resultado do Bolsa Família da Escola Simão Lutz Kossobutzki.

1 - Dados gerais do programa Bolsa Família da escola Simão.

**Tabela 01:** Pontos fracos do PBF na Escola Simão Lutz

#### **PONTOS FRACOS DO PBF NA ESCOLA DR. SIMÃO LUTZ**

- Alto índice de descumprimentos das condicionlidades aos serviços de educação na EJA
- A periodicidade de controle das condicionalidades é longa;
- Pontos negativos, neste caso o comodismo em relação a busca de outras fontes de renda para o sustento da família.

**Fonte:** Consolidado das famílias entrevistadas

**Tabela 02:** Pontos Fortes do PBF na Escola Simão Lutz

#### **PONTOS FORTES DO PBF NA ESCOLA DR. SIMÃO LUTZ**

- Melhoria na vida dos beneficiários, segundo pesquisa realizada com os mesmos;
- Melhoria na Alimentação dos beneficiários do programa;
- Aumento da frequência escolar dos alunos beneficiários
- Redução na evasão escolar, por alunos beneficiários

**Fonte:** Consolidado das famílias entrevistadas





Ao se fazer uma comparação entre os quadros acima, Nota-se que existem os pontos positivos na questão do assistencialismo como também na frequência escolar das crianças e adolescentes, como também o acompanhamento na área da saúde e alimentação. E há, na mesmo proporção pontos negativos, que pode ser evidenciado no comodismo em relação a busca de outras fontes de renda para o sustento da família.

A escola Dr. Simão Lutz, por estar localizada em um bairro carente, periferia de Araguaína-TO, e por ter índice elevado de criminalidade, 90% da famílias são de baixa renda, propiciando assim que crianças/alunos vivam em situação de vulnerabilidade, e em análise do PPP da escola acerca da frequência escolar, verificamos que para assegurar a frequência mínima de 98%, reduzir o índice de abandono e manter em menos de 2% o índice de reprovação dos alunos do Ensino Fundamental da Primeira Fase (1º ao 5º ano) neste sentido a escola propôs-se a desenvolver o **Projeto Frequência Nota Dez**. Esse projeto tem como objetivo valorizar o aluno em seu processo de aprendizagem, evidenciando não só a frequência, como também o interesse, assiduidade, pontualidade, disciplina em sala de aula, respeito mútuo, participação nos projetos e eventos promovidos pela escola e pela SEMED, higiene e socialização. Como forma de incentivar os alunos que serão indicados no projeto, bimestralmente a equipe escolar organiza um evento em que todos os contemplados recebem premiação pelo mérito.

589

Os resultados do acompanhamento da frequência escolar para crianças e jovens de famílias beneficiárias do PBF reforçam a importância das condicionalidades no desenho do programa: identificar situações de agravamento de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias.

### Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar os significados do Bolsa Família para os alunos e/as famílias da escola Dr. Simão Lutz, a partir das entrevistas feitas com os alunos, familiares, denominadas pelo Programa como “responsáveis familiares” pelo recebimento do benefício. Buscou-se a compreensão de como essas famílias atribuem importância ao Bolsa Família e quais as mudanças ocorridas em suas vidas após a inserção neste programa de transferência de renda.

Neste sentido, acredita-se que ações complementares para o Programa Bolsa Família são vistas como importantes por nossos gestores, representantes da sociedade civil e também pelas famílias beneficiárias entrevistadas.







O caminho percorrido por esta investigação mostra, por um lado, que o programa tem gerado efeitos positivos na vida dos beneficiários e responder a esse desafio significa promover políticas de combate à pobreza, fortalecer a rede de proteção social e contribuir para a possibilidade de emancipação sustentada das famílias beneficiárias.

Que esta pesquisa possibilite novas reflexões e discussões sobre as políticas públicas no Brasil, em destaque, o Programa Bolsa Família e seus desdobramentos. Com propósito de formação crítica e tendo como base o Projeto Ético Político do Serviço Social, podemos nos articular enquanto sujeitos de direitos, para a construção de uma nova ordem societária, em que essas desigualdades sejam superadas, havendo mais democracia nas relações sociais.

Ao final deste estudo, podemos perceber que, mesmo com a falta de estrutura do Programa Bolsa Família, seu papel é importante para a sociedade, pois, representa um grande passo, para a tão desejada erradicação da pobreza e igualdade social.

### Referências:

ARROYO, Miguel. **Modulo introdutório, título pobreza desigualdades e educação**. Lugar: Editora, 2016.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea,( 2013 pag. 17).

FISZBEIN, A. e SCHADY N., Transferências condicionais de caixa Reduzindo a pobreza presente e futura. Catalogação-na publicação de dados da Biblioteca do Congresso. O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, 2009

LEÃO, Walquiria. Módulo I - **Pobreza e cidadania**. Lugar: Editora, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE A FOME: (Manual de Gestão do programa bolsa família) disponível em:

[ftp://ftp.mds.gov.br/externo/ead/outros/arquivos\\_a\\_enviar/MIOLO%20-%20Manual\\_Gestao\\_Bolsa\\_Familia\\_18082015%20-%20print.pdf](ftp://ftp.mds.gov.br/externo/ead/outros/arquivos_a_enviar/MIOLO%20-%20Manual_Gestao_Bolsa_Familia_18082015%20-%20print.pdf). Acesso em: 24 de Outubro de 2017.

PPP- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da Escola Municipal Dr. Simão Lutz Kossobutzki.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Glossário da Pobreza e Desenvolvimento Humano. In: Relatório do Desenvolvimento Humano 1997. Brasília: 1997. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm> Acesso em: 20 de outubro de 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO1 (PNUD) em seu Glossário da Pobreza e Desenvolvimento Humano – 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO1 (PNUD) em seu Glossário da Pobreza e Desenvolvimento Humano – 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) Relatório em 2000. Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza. disponível em:





REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Módulo I - Pobreza e cidadania**. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo1.pdf>>. Acesso em abril de 2016

SENNA, Mônica de Castro Maia. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira Rev. Katál. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 86-94, jan./jun., 2007. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a10>>. Acesso em: 30 Outubro. 2017.  
[r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/814/469](http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a10)

VIDEO SEVERINAS (2013). Direção: Eliza Capai. Realização: Agência Pública. Brasil: Microbolsas, 2013. 1 documentário (10 min). Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=vt62puheABw&t=2s> Acesso em: 24 de Outubro de 2017.

## PERFIL SOCIOECONÔMICO, FAMILIAR, CONDICIONANDO A RELAÇÃO NO DESEMPENHO ESCOLAR EM DUAS ESCOLAS DE ARAGUAÍNA-TO

**Jeana Maria de Moura Telles**  
**Maria Célia Dias de Castro**

**Resumo:** O presente estudo discorre sobre a relação dos fatores familiares condicionando o sucesso ou o fracasso escolar dos alunos, através do projeto Família/Escola, que vem desempenhando um acompanhamento com parceria desenvolvido desde o 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, no colégio estadual Guilherme Dourado e na Escola Semente do Saber, da rede privada de ensino, ambas em Araguaína-To, considerando vários fatores como: a disputa dos grupos sociais sobrepondo uma cultura sobre as demais, assim como o desfavorecimento das classes menos favorecidas sempre em desvantagem em relação à privilegiada. Estas foram algumas das questões motivadoras para a realização desse projeto. Acreditou-se e continua-se acreditando no projeto cujo resultado foi além do esperado, permitindo revelar que é urgentemente necessária uma pedagogia racional, que consiste em oferecer a todos oportunidades iguais na educação, desde o maternal até a universidade.

**Palavras-chave:** Família. Sucesso. Fracasso. Disputas

### Introdução

O presente texto tem por finalidade colaborar com a discussão e reflexão sobre a necessidade urgente de averiguar com mais precisão se as políticas públicas atendem a quem realmente precisa. Durante a pesquisa, observamos que cada classe social produz um tipo de indivíduo que desde a sua infância, com raras exceções, cumpre um destino do qual não pode escapar. O projeto teve seu olhar voltado para o cotidiano da escola visando articulações necessárias entre a família e a escola. Percebemos, por um lado, dificuldades socioeconômicas gritantes no perfil familiar dos alunos da escola pública; em contrapartida, vidas equilibradas e vantajosas no perfil socioeconômico dos alunos da escola privada de ensino. Todavia, não pretendemos aqui esgotar o assunto, mas apenas apontar mais alguns caminhos que a nós nos parecem relevantes para o enfrentamento das dificuldades encontradas nesse processo, ou seja, dificuldades como: a fome, a miséria, os mal tratos, pedofilia, abuso sexual, alcoolismo e





tantos outros com os quais nos deparamos ao longo do nosso trabalho realizado com os alunos e suas famílias, trabalho esse desenvolvido no colégio estadual Guilherme Dourado no qual atuamos como orientadora e pedagoga. Por outro lado, foi pesquisado também o perfil socioeconômico dos alunos da escola Semente do Saber da rede privada de ensino, ambas no município de Araguaína-TO, na qual atuamos como professora. A finalidade da pesquisa foi detectar a distinção da classe mais favorecida e da classe menos favorecida, onde constatamos que o capital cultural das classes superiores são: herança de sangue, educação de alto nível, relações sociais privilegiadas que lhes garantem para o futuro amigos influentes, casamentos vantajosos, posto de trabalho seguro, acesso fácil ao crédito e reprodução ampliada do seu capital. Percebemos, dessa forma, que a educação é importante para todos, e que o caminho precisa ser facilitado para todas as classes sociais afim de que se chegue ao sucesso educacional.

Como suporte teórico para sustentar a pesquisa sobre a importância do sucesso a educação, fez-se necessário versar sobre alguns aspectos diretamente ligados a essas questões, recorreu-se, principalmente, ao art. 205 da Constituição Federal,

[...] A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (Brasil, 1998).

592

### **Procedimentos Metodológicos**

Para a abordagem do tema, recorreremos à pesquisa bibliográfica, com a qual obtivemos embasamento teórico relacionado a alguns conceitos como: escola, família, capital cultural e desenvolvimento humano. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo resultou dos seguintes procedimentos: questionários e entrevistas diversificadas aplicados com os pais e os alunos nas escolas foco deste estudo, em que verificamos que na escola estadual Guilherme Dourado, de 1.250 alunos, 60% residem em bairros periféricos e são filhos de pais separados, desempregados, moto taxistas, trabalhadores avulsos, trabalhadores domésticos, agricultores e empregados do comércio; já na escola Semente do Saber, da rede privada de ensino, dos 500 alunos matriculados 80% residem em bairros nobres, são filhos de famílias equilibradas e bem sucedidas. Os métodos utilizados foram exclusivamente qualitativos, e a seleção seguiu aproximadamente os critérios de amostragem da pesquisa global.

### **Resultados e Discussão**





Os resultados das escolas são bem diferentes, com uma grande disparidade; percebemos uma grande infraestrutura por parte da escola estadual, mas não é oferecido um serviço de qualidade; o ambiente é sem conforto, com salas superlotadas, carteiras quebradas, riscadas, professores desmotivados, alunos com baixo estímulo, pouca disponibilidade de recursos didáticos, principalmente com a falta ou insuficiência de livro didático.

Todos esses problemas influenciam nos índices de rendimento ou aproveitamento dos alunos, chegando a ter em média 80% de reprovação em todas as disciplinas dos respectivos bimestres. Por outro lado, enxergamos na Escola da rede privada de ensino salas confortáveis, salas adequadas para o número de alunos, boa climatização, funcionários bem-humorados, bem receptivos, satisfação em oferecer um serviço de qualidade, boa disponibilidade de recursos didáticos, ambiente favorável e bem equipado e com boa estrutura, levando assim a um bom rendimento por parte dos alunos, chegando a uma média de aproveitamento de 90% nas disciplinas ofertadas em seus respectivos bimestres. Os resultados deste estudo apontam para a conclusões de que existe realmente uma grande diferença de classes e que as oportunidades surgem para aqueles que estão bem mais providos.

Este estudo foi substancial para a prática educacional e para a análise teórica e empírica realizada nos processos envolvidos na solução dos problemas das desigualdades sociais. Dessa forma, analisamos que o que acontece nas escolas que resulta nesse fracasso escolar seletivo é que não existe diferença na competência cognitiva ou acadêmica. O que existe são instituições fortemente determinadas por forças ideológicas econômicas e culturais exteriores a ela, de tal forma que o sucesso e o fracasso refletem-se nesses sujeitos. Os resultados do presente estudo sugerem uma análise para a necessidade de aperfeiçoar o currículo, as relações interpessoais e a avaliação escolar para que essas instituições não continuem perpetuando os efeitos da reprodução capitalista desenfreada, gerando milhares de problemas sociais.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Evidenciou-se, após a realização de todo o projeto e respectiva revisão bibliográfica aqui citada, que as classes desprestigiadas são marcadas de desorganização familiar, desqualificação do trabalho e delinquência. Em consequência, detectamos baixo nível de ensino aprendizagem nesta parcela da população e uma baixa autoestima. Porém não existe uma fórmula mágica para acabar com essas mazelas; faz-se necessário conhecer as realidades







para buscar meios que podem ser o começo de uma grande mudança para a transformação desses jovens e adolescentes.

O fracasso escolar tem sido justificado especialmente através de práticas avaliativas existentes nas escolas e que reforçam as diferenças entre as classes sociais, privilegiando aquelas que têm sua cultura identificada com os currículos escolares. Precisamos de uma escola mais inclusiva e democrática, detentora de mudanças nos sistemas de avaliação e de suas práticas.

### Referências

ALMEIDA, Ana Maria F. *A noção de capital cultural é útil para se pensar o Brasil?* In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (Orgs.). *Sociologia da educação: pesquisa e realidade*. Petrópolis: Vozes, 2007.

AMMANN, Safira Bezerra. Os incansáveis. Movimento popular de Brasília. *Caderno Praxis*, n. 4, São Paulo: Cortez, 1987.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Lei publicada no D.O.U. 191-A de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA CULTURA E EDUCAÇÃO CONTINUADA. Contemporaneidade e Educação. *Ciências Sociais e Educação*, revista semestral, Rio de Janeiro, ano II, n. 2, 1997.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XVIII, n. 55, 1997.

## MEU CORPO, MEU BRINQUEDO E MEU MUNDO DE DESCOBERTAS

Jefferson Francisco Cândido  
Antônio Chadud Jorge  
Alysson Carlos Ribeiro Gomes

**Resumo:** O trato com o conhecimento, no âmbito escolar, deve estar vinculado a questões históricas, isto pois são os seres humanos que produzem e acumulam conhecimentos, os quais na escola devem ser sistematizados a fim de contribuir com o processo de formação dos(as) sujeitos(as). Assim, em se tratando de educação física escolar, ela, a educação física é considerada uma das várias áreas de conhecimento, que no âmbito escolar trata deste conhecimento acumulado historicamente, por meio de temas que compõe a cultura corporal. Sabe-se que a sociedade atual é capitalista, e desta forma, estando escola inserida nesta mesma sociedade, compreende-se que ela acaba por seguir alguns mecanismos de relação social, existentes fora dos muros das escolas. Mesmo assim, acredita-se que a escola tem um desafio imenso, no que tange ao trato com o conhecimento já citado, na mesma proporção que possui espaço para que este trato seja realizado, de forma contrária à lógica meritocrática. Isto a depender da ótica de quem cria e ou recria às formas de problematizar os conteúdos da cultura corporal no contexto escolar. Desta forma, buscou-se propor aos(as) alunos(as) de uma escola pública municipal de Palmas – TO a problematização em relação ao próprio conhecimento corporal, por meio da análise de suas capacidades em realizar movimentos, suas vontades e desejos em relação ao movimentos do próprio corpo. Para tanto, foi utilizado o jogo (tênis de quadra) para que, por meio das sensações possíveis à todos(as) que jogam, a saber: “sair” do mundo real, e transitar pelo imaginário, bem como no mundo virtual (vídeo game), a fim de estabelecer um ponto de comparação entre os movimentos reais e possíveis à faixa etária da amostra, bem como aqueles que pensa-se ser capaz de realizar.

**Palavras-chave:** Educação. Educação Física Escolar. Autoconhecimento. Movimentos corporais.





## Introdução

O ser humano é movimento, partindo desta afirmação nos movimentamos e somos movimentados diariamente. Quando se analisa as influências existentes no nosso dia a dia, descobrimos que nossa subjetividade é ou poderia ser muito rica, a depender dos espaços e momentos que participamos. Assim sendo, acredita-se que ações planejadas, como o caso do trato necessário com o conhecimento acumulado historicamente, precisam imprescindivelmente fazer parte do contexto escolar. Em se tratando da Educação Física Escolar, baseado na ideia dos temas que fazem parte da cultura corporal, ouve-se muito, em contraposição aos temas já citados, em relação às formas como são conduzidas algumas aulas, as quais as vezes são simplificadas ao uso de bolas. Sabe-se que a bola é um brinquedo extremamente útil, principalmente às crianças, como também é sabido que, por estarem em pleno desenvolvimento, às vezes as crianças, quando do uso livre, permissivo, e excessivo dela (bola) no âmbito das aulas da disciplina a pouco mencionada, pode gerar diversos resultados, dentre eles, a materialização do entendimento por parte das crianças de necessárias características ou capacidades/competências para usá-la. Ou seja, podem ser criados conceitos de que determinadas ações e ou modalidades esportivas só podem ser executadas por aqueles(as) que possuem melhor controle corporal. Neste contexto, Marinho (2010, p. 108) cita que o envolvimento da Educação Física com o indivíduo e a sociedade dá-lhe responsabilidades que extrapolam o “fazer ginástica” ou “jogar futebol”. Assim, reforçando a ideia de cultura corporal, bem como as ideias propostas por Kunz (2004), a saber: didática comunicativa e competência objetiva, é indispensável que, sobretudo na escola, haja um ambiente que seja propulsor da atitude reflexiva, pois, com as infinitas informações que são a nós direcionadas diariamente, corremos o risco de sermos meros expectadores dos acontecimentos ocorridos com nós mesmos, ou seja, apenas reprodutores de ideias vinculadas a objetivos alheios à individualidade humana. Nesta trama de situações, surge a proposta em questão, com o objetivo de problematizar a referida individualidade, principalmente em relação ao ser humano que se movimenta, e deve criar-se e recriar-se ao fazer parte do meio onde vive.

595

## Procedimentos Metodológicos

O presente estudo acontecerá por meio de pesquisa qualitativa, a qual, de acordo com Minayo (2001) preocupasse com níveis de realidades que não podem ser quantificados, ou seja, os resultados não são mensuráveis por meio de variáveis numéricas, mas sim





corresponde por um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, os quais, como já citados não são meros dados estatísticos. A proposta consistiu em problematizar, por um período de dez aulas, juntos a duas turmas de quartos anos (média de idade nove anos) de uma escola pública municipal em Palmas – TO, sobre o conhecimento corporal com ênfase na capacidade de movimentos possíveis e ou imaginários que os(as) alunos(as) possuíam. Para tanto, foram utilizadas ações sistematizadas que buscaram agregar conhecimento à discussão central. Dentre elas, o jogo de tênis de quadra, o qual foi realizado com devidas alterações para que os(as) alunos(as) conseguissem jogá-lo. Tais alterações referiram-se ao uso de bolas maiores para que o jogo ficasse mais lento, bem como a permissão para que a bola pudesse tocar mais de uma vez em cada lado da quadra. Para fazer a correlação entre movimentos que são possíveis, com aqueles que são possíveis somente no mundo imaginários (para aquele momento do desenvolvimento) foi utilizado o jogo de tênis propriamente dito (com adaptações) e um vídeo game – X BOX – e o jogo *SPORTS* – tênis de quadra. Assim, os(as) alunos(as) confrontavam aquilo que acreditavam, para aquele momento do desenvolvimento motor, ser possível, com aquilo que de fato já conseguiam fazer. Vale lembrar, que o ser humano desenvolve-se com base nas relações que estabelece com o meio, ou seja, caso realizassem por um período maior, o jogo, de fato, de tênis de quadra, suas habilidades, naturalmente, iriam melhorar, porém o que se pretendeu com este estudo, foi problematizar junto aos(as) participantes que nem sempre o que acreditamos que conseguimos fazer, já o fazemos. Mesmo assim, sempre havia a discussão sobre a possibilidade ou não em relação à realização de algumas ações/movimentos. Desta forma, inicialmente o projeto foi apresentado para as turmas 42.01 e 42.02 (quartos anos) da Escola Municipal Francisca Brandão Ramalho em Palmas - TO. Fizeram parte da problematização diversos tipos de ações. Logo no início, foi solicitado aos(as) alunos(as) a elaboração de desenhos, sobre aparelhos tecnológicos que possuem games, isto, buscava saber o que eles conheciam em relação a este contexto. Após, os(as) alunos(as) (re)conheceram as possibilidades de movimentos no “mundo real”, por meio de um momento “livre” o qual forneceu como informação inicial para eles(as), que os(as) mesmos(as) se movimentassem pela quadra das mais variadas formas. Ao fim desta ação, foi direcionado como tarefa de casa, a elaboração de texto, que descrevesse quais jogos de vídeo game eles conheciam ou já haviam jogado.





Tão logo ocorreram as primeiras discussões e tarefas, e suas respectivas respostas, novamente os(as) alunos(as) puderam (re)conhecer as possibilidades de movimentos no “mundo real”, porém neste período já tinham recebido informações, as quais provavelmente interferiam/influenciariam na forma com que cada aluno refletia sobre o mundo real e virtual, no que tange aos movimentos corporais.

Ainda em relação às tarefas para casa, também houve a solicitação para que os pais fossem entrevistados, sobre como se deu a infância deles, do que eles brincavam e onde tais atividades ocorriam. Está solicitação buscava obter informações para que pudéssemos entender quais são as relações possíveis existentes entre às famílias, isto pois, a depender do tipo de acesso tecnológico que os pais possuíam, poderia haver interferência direta na forma como as crianças estavam sendo educadas. Dando sequência, ocorreu a problematização em torno dos movimentos corporais possíveis de serem realizados no mundo virtual, e no mundo real. Para tanto, os(as) participantes deveriam jogar X box (esporte tênis de quadra), e também jogar tênis de quadra no mundo real. Cada turma foi dividida em duas partes que se revezavam entre o jogar vídeo game e o jogar de fato na quadra, há que se pensar que neste período, os(as) alunos(as) já teriam acumulado informações sobre: movimentos corporais possíveis no mundo real e virtual, e também sobre alguns games que possuem personagens que se movimentam. Para continuar acumulando informações, as quais norteavam a compreensão de possíveis resultados, houve nova solicitação para elaboração de texto e desenhos sobre os personagens dos games preferidos dos(as) alunos(as), dando destaque para os movimentos realizados pelos personagens.

597

Avançando, ocorreu novo período de problematização da proposta do projeto (re)conhecer as possibilidades de movimentos no “mundo real”. Neste período, acreditava-se os(as) alunos(as) já teriam acumulado informações sobre: movimentos corporais possíveis no mundo real e virtual, sobre alguns games que possuem personagens que se movimentam e como já teriam dado mais atenção aos movimentos que estes personagens realizam no mundo virtual foi possível refletir sobre a seguinte questão: será que todos estes movimentos, dos personagens, são possíveis no mundo real?

Problematização em torno dos movimentos corporais possíveis de serem realizados no mundo virtual, e no mundo real. Jogar X box (esporte tênis de quadra), e também jogar tênis de quadra no mundo real.







Próximo à décima aula disponível a esta discussão, os(as) alunos(as) tiveram que responder um questionário sobre o projeto “MEU CORPO, MEU BRINQUEDO E MEU MUNDO DE DESCOBERTAS”, o qual tinha como eixo central a reflexão sobre o que eles descobriram ao comparar os movimentos do mundo real com o mundo virtual, e como foi a experiência de participar do experimento.

### **Resultados e Discussão**

Fizeram parte da ação, desenhos, por parte dos(as) alunos(as) sobre aparelhos tecnológicos, elaboração de textos sobre jogos de vídeo game, elaboração de texto sobre os movimentos que os personagens virtuais realizam, entrevistas com os pais, vivência do jogo de tênis de quadra através de um X box (vídeo game), vivência do jogo de tênis propriamente dito (quadra da escola), rodas de conversa e questionário sobre como, para os próprios alunos, foi a participação nesta ação específica. Assim, pode-se perceber que como a discussão sobre as possibilidades de movimento são presentes nas aulas de Educação Física, constantemente, ficou mais fácil para os alunos identificarem que algumas ações corporais (movimentos) são mais fáceis do que outras, porém por mais complexas que algumas sejam, ainda assim elas são possíveis. Outra evidenciação por parte dos(as) alunos(as), foi que no mundo virtual os movimentos são extremamente fáceis (alguns personagens até voam). Esta comparação fez com que os alunos conseguissem visualizar as possibilidades de movimentos através de outro ângulo (comparação daquilo que eles(as) “acham” que conseguem fazer com o próprio corpo, com aquilo que de fato é possível de ser realizado no mundo real). Para além das constatações já mencionadas, percebeu-se também que: a idade média dos pais ou responsáveis pelos alunos participantes é de 20 a 35 anos (a presença dos recursos tecnológicos já era mais viva na infância dos próprios pais); os alunos se mostraram contentes em poder “descobrir” que o que os seus pais faziam na infância não é muito diferente do que eles (filhos) fazem atualmente; todos os alunos já haviam jogado algum tipo de jogo em mecanismos virtuais (constatado através de roda de conversa); quanto a resolução das atividades manuscritas nenhum aluno se opôs, porém a produção textual da grande maioria necessita de, ainda mais, atenção (excessiva quantidade de erros ortográficos e reduzida capacidade argumentativa).

598

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Esta ação não teve seu início na realização destas pontuais ações, com isto busca-se dizer que naturalmente as aulas de educação física realizadas no âmbito da escola aqui referenciada, seguem a mesma linha de raciocínio deste projeto. A ideia central deste (refletir





sobre o próprio corpo no que tange ao movimento), está presente no planejamento das aulas de Educação Física desta unidade escolar. Desta forma, este projeto deu-se apenas como, mais uma, ferramenta metodológica para tratar a questão de como as pessoas se comunicam com o mundo por meio das diferentes formas (corporais), e que após as ações, interpretação dos resultados advindos das diversas ações tornou-se possível perceber que por meio de reais intenções pedagógicas, pode-se fazer uso de diversos mecanismos, bem como agregar outros sentidos e significados para além dos que rotineiramente já é feito, bem como a problematização em relação às capacidades individuais de se movimentar levaram os(as) alunos(as) as vezes até a se auto reconhecerem.

### Referências

- KUNZ, Elenor. Transformação didático pedagógica do esporte. 6. ed. Ijuí: Unijuí. 2004.
- MARINHO, Vitor. O esporte pode tudo. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção questões da nossa época: vol. 3).
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

## A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE MIRANORTE-TO

599

Jessica Ribeiro Carvalho

Maria Helena Cariaga

**Resumo:** Este estudo encontra-se em andamento. O mesmo tem por objetivo analisar as políticas públicas de inclusão para crianças deficientes na Educação Infantil no Município de Miranorte. Esse é um tema vivenciado nos últimos anos no cotidiano dos educadores que atuam em sala de aula, pois este desperta a atenção para a existência de crianças de famílias pobres que frequentam a escola e apresentam determinado tipo de deficiência que exige uma atenção diferenciada na sua aprendizagem. Tal situação tornou-se uma grande preocupação para os profissionais que atuam no campo educacional, pois nem sempre encontram soluções para tal deficiência. Nesse sentido, é importante considerar que, a pessoa com deficiência é aquela que apresenta limitação ou incapacidade para o desempenho de algumas atividades, podendo sua deficiência ser classificada como física, auditiva, visual ou motora. A partir das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei 9.394/96 – de que as crianças deficientes devem ser inseridas nas escolas, preferencialmente na rede regular de ensino, desde a Educação Infantil, que corresponde à faixa etária até 06(seis) anos de idade, muitos desafios são lançados às instituições de ensino que acolhem essas crianças. Ao final dessa investigação, espera-se ter um conhecimento maior que possa vir a contribuir para a Inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, visando assim à diminuição da desigualdade social por meio da Inclusão na educação no município de Miranorte.

**Palavras-chave:** Desigualdade Social. Inclusão. Deficiência. Educação Infantil





## Introdução

O presente estudo visa apreender a realidade social sobre a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil em Miranorte-TO. O objetivo será analisar as políticas públicas de inclusão para crianças deficientes na Educação Infantil, analisando a sinuosidade da proposta da educação inclusiva sob o olhar da criança, das famílias e dos educadores, destacando o papel e as ações realizadas pelo município em questão frente essa demanda. As exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei 9.394/96 – de que as crianças deficientes devem ser inseridas nas escolas, preferencialmente na rede regular de ensino, desde a Educação Infantil, que corresponde à faixa etária até 06(seis) anos de idade, muitos desafios são lançados às instituições de ensino que possam acolher essas crianças.

Durante muito tempo, a educação especial foi vista como um sistema semelhante ao ensino dirigido ao atendimento direto das crianças com deficiência, agora ela se volta, prioritariamente, para dar suporte à escola regular no recebimento destas crianças. Este trabalho justifica-se pela necessidade de discutir a importância de inclusão dessas crianças no âmbito escolar, bem como analisar as políticas públicas direcionadas a esse público.

Esta realidade presente no cotidiano da sala de aula é atualmente uma das principais preocupações dos educadores. Ela atinge e compromete a vida e a aprendizagem de muitos indivíduos na fase mais importante para o desenvolvimento da aprendizagem. Não se trata de algo novo. O que é novo são as formas avançadas e destemidas com que essa problemática vem se apresentando nos últimos tempos, principalmente na escola e conseqüentemente na vida das crianças que são os sujeitos das Instituições escolares.

Deste modo, quando falamos em inclusão, precisamos deixar claro que o ato de incluir não está ligado somente ao ato de levar a criança para a escola, mas de propiciar a mesma elementos que lhes possibilite aprender em conjunto com uma diversidade de interventores em um processo permanente de acompanhamento que irá se dar por meio da família, da escola e dos educadores. Quando falamos da inclusão dessas crianças na rede regular de ensino, podemos dizer que o processo pode ocasionar em uma transformação no cotidiano das escolas, uma vez que a mesma exige desmistificação de ideias, propostas curriculares novas que muitas vezes colocam em discussão o modelo tradicional de ensino e que em determinadas situações muitas escolas não estão preparadas para esta ruptura.





A educação inclusiva é importante, entendemos que uma de suas funções significativas, é possibilitar as crianças o desenvolvimento de suas capacidades em um ambiente de vivências coletivas, participando de acordo com suas possibilidades na vida em sociedade e construindo novas relações de autonomia e interdependência.

Em relação à escola, a sua ação pedagógica tem função importante de favorecer a criança os meios para que assegure o aprendizado e ao mesmo tempo sua integração as demais crianças, mas levando em conta seus limites e possibilidades.

É importante que a escola acompanhe o nível de aprendizado de cada criança, pois com certeza será diferente de acordo com o processo vivenciado pela mesma. As habilidades de aprender de cada criança podem ser desenvolvidas através de uma estimulação adequada de acordo com a capacidade que cada criança em seu ritmo pode apresentar.

A criança precisa ser acompanhada pela equipe escolar de forma integral e no seu processo formativo, uma educação da forma interdisciplinar, superando todos os aspectos do aprender a aprender que vai além da ideia de que incluir é apenas acolher a criança no espaço escolar, olhando a partir desta dimensão, a escola será então um espaço de vivência destas crianças com o meio social e a possibilidade de a mesma criar novas relações interpessoais em uma vivência de troca de conhecimentos diversos e ao mesmo tempo significativo.

601

A família é outro aspecto importante na inclusão da criança com deficiência, pois, a presença familiar é fundamental para a criança, possibilita uma segurança para conviver com o diferente. Neste tocante, Fonseca (1995) pontua que ao iniciar sua escolaridade a criança passa por uma mudança brusca, pois deixa de viver exclusivamente no ambiente familiar considerado pela mesma como um lugar seguro. Nem sempre para a criança ir à escola pode ser seguro, às vezes, conforme a escola for, pode se tornar um lugar inseguro. Daí a necessidade da presença familiar na escola. A família precisa estar envolvida e participar da proposta educacional oferecida pela escola, assegurando seu compromisso com a formação integral de seu filho, que necessita de atenção e acompanhamento no seu processo de assimilação da aprendizagem.

Segundo Fonseca (1995, p.115) “Um bom ambiente familiar ou social que forneça a quantidade e a qualidade de oportunidades suficientes de interdependência entre adultos e crianças são condições mínimas requeridas para o desempenho do potencial da criança no processo de aprender.”







Nesse sentido o papel da família é acompanhar a realidade decorrente das deficiências sofridas por seus filhos e orientá-los no acompanhamento permanente de tudo que seus filhos podem enfrentar dentro e fora da escola, pois sua convivência não é apenas no meio escolar, mas na sociedade como um todo e facilitar a interação social da criança junto ao seu meio sócio familiar.

No trabalho de incluir a criança com deficiência o educador é um profissional que pode auxiliá-la muito a superar os desafios de aprendizagem, pois segundo recomenda Fonseca (1995), o educador precisa entender que alguns métodos não servem para todas as crianças, pois dependendo da deficiência o método pode responder aos estímulos de uma criança e da outra não.

Nesse contexto Honora e Frizanco (2009, p. 21) descrevem que: O educador tem papel fundamental para que o processo de incluir essas crianças possa ocorrer de uma maneira satisfatória. Além de ser o informador, deve estar atento às necessidades das crianças e às situações que devem ser criadas para que o desenvolvimento aconteça.

### **Procedimentos Metodológicos**

Os procedimentos metodológicos da pesquisa irão contemplar a pesquisa bibliográfica, documental e de observação participante. Com a leitura sistemática ressaltando o debate realizado pelos autores pertinentes ao assunto em questão. O desenvolvimento deste estudo atenderá os objetivos propostos de conhecer os aspectos e os conceitos apresentados por diferentes autores, sobre o papel da escola, da família e dos educadores na intervenção didático pedagógica com relação à temática, ou seja, a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil para diminuição da desigualdade social.

Nesse sentido, a proposta é também de conhecer as políticas públicas que envolvem as crianças na faixa etária da educação infantil no município de Miranorte- TO.

### **Resultados e Discussão**

Quando falamos de ações, estamos afirmando que algo necessita ser realizado diante da necessidade de incluir as crianças com necessidades especiais no cotidiano escolar, que durante muito tempo estiveram alheias e que nos últimos anos vem sendo alvo de preocupação para educadores, famílias e conseqüentemente a sociedade como um todo.

É consenso para os autores como Leonardo, Bray e Rossato (2009, p. 305) que dentre os vários problemas na Inclusão da criança com deficiência no ensino básico está que à





imposição da inclusão através de lei, sem a avaliação das reais condições do sistema educacional ressaltando isso na fala de muitos educadores que fazem a prática no cotidiano escolar e de classes com inclusão, quando afirmam que sem a capacitação adequada desses profissionais, bem como recursos materiais e físicos mais apropriados é impossível que esse processo aconteça de maneira satisfatória.

Desta forma a realidade acima relatada pelos educadores aponta que, as condições mencionadas estão diretamente relacionadas a políticas de educação inclusiva que existem enquanto leis, mas não são aplicadas na rigidez que é necessária. Ao mesmo tempo, as políticas são estabelecidas de modo a não delimitar e apontar com clareza como se darão as ações para sua efetivação, resultando em um processo de inclusão cruel, em que as pessoas têm direitos, mas não pode usufruí-los de fato. Neste aspecto, uma política de educação inclusiva não se faz sozinha, pelo contrário é necessário que haja acompanhamento da família como também um olhar especial das autoridades diante dessa demanda, com mais investimentos tanto na parte da infraestrutura das escolas quanto na capacitação dos professores.

Deste modo, tornar-se evidente que a formação dos profissionais, o acompanhamento familiar, as condições da infraestrutura e a organização de recursos humanos de apoio são fatores que devem ser essenciais na discussão da inclusão na educação infantil, para que as crianças aprendam de forma satisfatória e significativa, e assim, venha diminuir a desigualdade social por meio da educação inclusiva.

603

### **Considerações Finais**

O estudo realizado aponta que atualmente a inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino ainda é um longo caminho a ser percorrido pelas escolas no seu trabalho pedagógico de acolher este público alvo.

Com base nos dados colhidos, atualmente não existem crianças matriculadas nas escolas de educação infantil do município em questão. Entretanto, percebe-se que o processo de inclusão na rede de ensino do município tem avançado. Porém, é necessária a conscientização quanto aos direitos existentes a fim de que toda comunidade, em especial as autoridades competentes e educadores, assumam a responsabilidade do processo de inclusão e proporcionem, de fato, condições para que ela aconteça, por meio de ações efetivas de conscientização da sociedade, formação dos profissionais, adequação aos ambientes de acolhida destas crianças, e assim, a diminuição da desigualdade através da educação.





No entanto, é necessário que haja mais incentivo por parte dos órgãos públicos de ensino, por meio de ações efetivas de conscientização da sociedade, formação dos profissionais, adequação aos ambientes de acolhida destas crianças, para que nesse trabalho se possam obter resultados mais positivos.

### Referências

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v.134, n.248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

FONSECA, Vitor da: **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2 ed. Ver. Aum. Porto Alegre: Artmed, 1995.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Dificuldades na escrita. Dislexia Disgrafia Discalculia Disortografia**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

## A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR, NO COMBATE À POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL.

**Joana Ribeiro Guedes**  
**Margareth Leber de Macedo**

604

**Resumo:** O presente trabalho apresenta a importância do Serviço Social dentro do espaço escolar, sendo executado com base em pesquisas bibliográficas. Foi dividido em alguns momentos, sendo eles: a priori procurou-se abordar as políticas educacionais; em um segundo momento relatou-se a importância da inserção do profissional de assistência social no interior das escolas e as suas contribuições como ferramentas para garantir uma educação de qualidade e, por último, procurou mostrar a importância da família como ponto de apoio na atuação do serviço social. A pesquisa revelou ainda que é primordial que os assistentes sociais estejam constantemente em parceria com a família a fim de melhorar o convívio escolar e a vida social dos alunos a fim de torná-los cidadãos vitoriosos.

**Palavras-chave:** Educação, Pobreza e Assistência Social

### Introdução

A motivação para a presente pesquisa surgiu da preocupação do profissional do Serviço Social em compreender o universo educacional, analisando as demandas que a sociedade impõe às unidades escolares e ao processo ensino aprendizagem e, como o Serviço Social poderia contribuir no enfrentamento das dificuldades da comunidade escolar.

O presente trabalho apresenta como objetivo primordial a necessidade da inserção do profissional de Serviço Social nas escolas públicas. Por ser esse profissional a lidar com as questões sociais acredita-se que o mesmo pode contribuir na educação, na formação do





cidadão e ainda no envolvimento da família no contexto escolar. Logo, a inserção do assistente social no contexto escolar pode contribuir em diversas questões, tais como: no combate ao baixo rendimento do aluno, ao desinteresse pelas disciplinas, na insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, na gravidez na adolescência, no *bullying*, na vulnerabilidade as drogas, e nas atitudes e comportamentos agressivos e violentos, e de forma direta, buscar o fortalecimento das instituições de ensino, tendo como foco a cidadania, autonomia e a perspectiva de um futuro de sucesso.

Esse trabalho busca a compreensão da educação como política social, identificando as variáveis que afetam o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos discentes, com vista ao fortalecimento da gestão escolar através da inserção do profissional do Serviço Social nas unidades escolares.

Atualmente há uma crise nas escolas do Brasil com marcas de violência advindas de questões que estão associadas a situações econômicas, sociais e históricas. Dessa forma, há fortes indícios que os problemas que a sociedade enfrenta na atualidade não são novos. São fatores que surgiram na colonização brasileira, que marcaram a vida social da nossa sociedade, acarretando o histórico da construção do grande fosso social que existe, envolvendo as diferenças sociais que agora afetam diretamente a sociedade e a educação.

605

Para que o direito a educação seja assegurado de forma eficiente é necessário que ocorra transformações na área social, já que uma grande parte da população é marcada pela pobreza, desemprego, fome, violação de seus direitos, e exclusão social. Esses fatores interferem na fragilização do processo escolar, pois a família não tem suporte que atenda as demandas de suas crianças e adolescentes que acabam reproduzindo práticas que se constituem como violação de direitos, como trabalho infantil, exploração sexual, violência domésticas, problemas que fragilizam a vida em uma sociedade (MONTEIRO, 2011).

Diante desses problemas o aluno chega à escola fragilizado, apresentando comportamento agressivo, irritado, inquieto, às vezes briga com os colegas, as aulas não são muito importantes para ele, o conteúdo está distante da sua realidade de vida, causando muitas vezes uma evasão escolar ou abandono total da escola. Neste contexto a escola deve estar preparada para enfrentar os desafios e estabelecer um diálogo juntamente com profissional da assistencial social, buscando junto às famílias as causas desse comportamento.

A pesquisa foi executada com a reflexão de olhares de vários autores, que descrevem sobre a importância da educação, as suas respectivas reformas, o contexto social e ressaltando







a importância da educação para a construção da sociedade. Bem como, a conceituação de pobreza tão bem retratada por Miguel Arroyo (2012, p.5) que destaca a questão da vulnerabilidade social nas escolas e a importância de se atentar para as vivências da pobreza e da precariedade material extrema.

Por fim, o autor Paulo Freire (1979 p.16) ressaltou a importância da educação como sendo a base para a construção da sociedade, que é através dela que a humanidade se transforma, enriquece o conhecimento, valores e culturas, “já que a cultura consiste em recriar e não em repetir”.

### **Procedimentos Metodológicos**

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho está baseada em revisões bibliográfica, onde de acordo com GIL (1994) a pesquisa bibliográfica elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, Internet e também a utilização de leis educacionais, do ponto de vista da abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa, onde segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização”. Além disso, podemos descrever que, “a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento e não busca enumerar eventos, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise de dados” (NEVES, 1996, p.1). Diante do exposto, o método de análise baseou-se na coleta de informações em sites, livros, materiais impressos, documentos, artigos científicos online, Leis Educacionais e órgãos da educação.

606

### **Resultados e Discussão**

No ano de 2005, a cidade de Franca/SP, representada pela secretaria de Educação, recebeu convite do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e do Governo de São Paulo em parceria com algumas organizações da sociedade civil, a participarem de um programa denominado “Melhoria na Educação”. De acordo com o que revelou a pesquisa, o projeto nasceu da proposta de que, para oferecer uma educação de qualidade, houvesse o trabalho em conjunto, entre a escola, família e a comunidade em geral.

Em agosto de 2006 deu se início a implantação do projeto “Escola e Família... Convivendo e Aprendendo” o qual foi desenvolvido por equipes de Serviço Social da secretaria municipal da educação com o intuito de atender as famílias inseridas nas escolas





municipais de educação infantil – EMEIs. Silva(2016) ressaltou que no trabalho desenvolvido com as famílias, as equipes tinham o pressuposto de não culpabilizá-las pela situação em que viviam, tendo em vista que o mesmo seria vítima de um sistema capitalista excludente.

“O envolvimento das famílias na vida escolar de seus filhos pode acontecer de diferentes formas e intensidades, e a escola precisa buscar alternativas que facilitem esse processo (Silva, 2012, p.173)”.

Esse projeto cria estratégia de aproximação que envolveu família e a escola, por meio da realização de reuniões temáticas na própria escola, sob a coordenação de equipes de serviço social com o objetivo de possibilitar a troca de experiências entre os pais e os professores, proporcionando melhorias na qualidade da relação entre família/escola. Para alcançar os objetivos almejados na metodologia de trabalho, a participação das equipes de profissionais foi voluntária, os pais eram convidados pelos próprios alunos e a abordagem de temas ocorreu de forma interativa com dinâmicas de grupo, o que possibilitava o entrosamento entre as partes envolvidas de forma mais lúdicas e espontâneas.

Em consonância com o que ocorreu na cidade de Franca/SP, pode-se supor que se o projeto de Lei nº 001/2013 no município de Palmas/TO fosse aprovado e entrasse em vigor, com certeza contribuiria para melhoria da relação entre família e escola, oportunizando um melhor desempenho do aluno dentro das unidades escolares.

607

### **Considerações Finais**

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da importância do trabalho do Assistente Social no contexto escolar, no combate a pobreza e a desigualdade social, uma vez que a inserção do serviço social nas escolas de educação básica pode contribuir para a melhoria da comunidade e combater a evasão escolar. Isso, com certeza, tende a melhorar o nível de aprendizagem nas escolas de educação básica de Palmas, especialmente aquelas localizadas em setores com comunidade de baixa renda.

Sendo assim, é de importante ofertar a esses profissionais a realização de capacitação continuada, para que tenham condições de absorver elementos teóricos e metodológicos essenciais para encarar a dificuldade do real. A contribuição do Serviço Social diante da problemática da pobreza e da desigualdade e miséria que atingem a população é colaborar na discussão, juntamente com a comunidade escolar, da construção de um projeto social e político, capaz de iniciar um processo de transformação da sociedade, na qual haja mais justiça social e dignidade humana. Esses objetivos estão próximos aos objetivos da educação.





Diante desse cenário, cabe ao assistente social atuar nas diferentes expressões da questão social, compreendendo a questão social como “um conjunto das expressões das desigualdades sociais, engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do estado” (IAMAMOTO, 2001, p.16)”. Dessa forma as ações da equipe de Serviço Social devem somar aos esforços de toda a rede educacional do município e contribuir para a melhoria do ensino, da aprendizagem e da qualidade de vida das famílias dos estudantes das escolas públicas municipais.

Além disso, é preciso que haja instrumentalização e intervenção profissional no sentido de assegurar as ações desenvolvidas pelos profissionais de assistência social. Em universo maior da política de educação, a contribuição que o assistente social pode trazer, na articulação com outras categorias, é na garantia da permanência estudantil. O saber profissional é um diferencial na construção de propostas e ações a serem desenvolvidas na Instituição.

Diante disso não resta dúvida que o profissional de assistência social contribuirá para a inserção desses alunos no mundo do trabalho, referenciando-se na formação de sujeitos sociais em todas suas dimensões, social, política, econômica e cultural.

Acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para que essa luta não pare e que se dê visibilidade às ações positivas, como o projeto que tramita na Câmara dos Vereadores de Palmas de inserção da assistência social nas unidades escolares, o que, com certeza, contribuirá na importante missão de escolarizar nossa população, formando cidadãos conscientes do seu papel na sociedade.

608

### Referências

FREIRE, Paulo. EDUCAÇÃO E MUDANÇA. 12 ed. Paz e Terra, 1979. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\\_freire\\_educacao\\_e\\_mudanca.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_educacao_e_mudanca.pdf) Acesso em 24 de setembro de 2017.

GERHARDT, T. E. SILVEIRA, D. T. MÉTODOS DE PESQUISA. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**, Porto Alegre, p. 120, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

SILVA, Marcela Mary José da. Serviço Social na educação: Teoria e Prática. Edit. Papel Social, 2016. DADALT, Jucinéia. O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO. Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Ms. Karina Dala Pola. São Paulo, 2013. 48f.

UNICEF, CENÁRIO DA EXCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL (2017). Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/pt/cenario\\_exclusao\\_escolar\\_brasil.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/cenario_exclusao_escolar_brasil.pdf). Acesso em: 22/09/2017.

SANTOS, André Miguel dos. AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A REALIDADE ESCOLAR DO BRASIL. 2007. Disponível em: <http://meuartigo.brasile scola.uol.com.br/educacao/as-contribuicoes-servico-social-para-realidade-escolar-htm>





Acesso em 25 de setembro de 2017.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) 2017. Disponível em:  
<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1197> Acessado em: 24/09/2017.

PIANA, Maria Cristina. A CONSTRUÇÃO DO PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENÁRIO EDUCACIONAL [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p.233. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf> . Acessado em: 24 de setembro de 2017.

LUNELLI, Luciana. COMERLATTO, Dunia. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA: ESTRATÉGIAS E CONCEITUAÇÃO. Disponível em: <http://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/15213/11765> Acesso em 25/09/2017 às 13:09.

## O ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO

**Joany Miranda Brandão**

**Maria Celia Dias Castro**

**Resumo:** Este artigo busca mostrar qual o papel do assistente social no combate à evasão escolar, bem como fazer uma comparação dos dados referentes à reprovação, aprovação e abandono da escola por parte dos alunos, nos anos de 2015 e 2016, tomando como base dados do censo escolar. Pretende-se mostrar também quais medidas são tomadas no combate a evasão tanto por parte da secretaria municipal de ensino quanto das unidades de ensino. O texto segue defendendo a necessidade de a escola combater a exclusão social por meio do efetivo trabalho educativo voltado a instrumentalizar o aluno com o desenvolvimento eficaz da aprendizagem dos conhecimentos científicos/conteúdos, trabalhados nas diferentes áreas do conhecimento.

**Palavras-Chave:** Educação, Evasão Escolar, Assistente Social.

### Introdução

A cidade de Araguaína, no Estado do Tocantins, está situada na região entre os rios Lontra e Andorinhas. O território desse município foi ocupado, primeiramente, por tribos da etnia Carajás. Mas foi em 1876 que os primeiros migrantes chegaram ao norte tocaninense. João Batista da Silva e família, oriundos da cidade de Paranaguá, do estado do Piauí, fixaram moradia na margem direita do Rio Lontra. O pequeno povoado passou a se chamar “Livra-nos Deus”, devido ao constante temor de ataques indígenas e de animais selvagens. Ainda no mesmo ano, outras famílias mudaram-se para a localidade, aumentando e mudando o nome do povoado para *Lontra*, em referência ao rio que se mostrou de grande utilidade para o desenvolvimento da região. Esse é o município que será investigado quanto ao papel do assistente social na evasão escolar.

A evasão escolar trata-se de um abandono por parte de um aluno das suas atividades escolares antes da conclusão da série em que está matriculado. Na cidade de Araguaína foi







criada uma comissão de combate à evasão escolar, tendo como intuito reduzir ou até mesmo erradicar o abandono à escola. Há na Secretária Municipal de Educação - SEMED um setor de serviço social vinculado à divisão de Ensino Especial, a Divisão de Combate à Evasão, que é composta prioritariamente por assistentes sociais.

Esses profissionais, quando devidamente avisados pelas escolas, vão em lócus averiguar quais os motivos pelos quais os alunos estão faltando às aulas, ou até mesmo o motivo pelo qual esses alunos abandonaram as escolas. Durante a visita, é realizada uma entrevista com os pais e com as crianças e é avaliado se a criança está em iminência de vulnerabilidade social.

Diante do exposto, este artigo busca elucidar a seguinte questão: Qual o efetivo papel do assistente social no combate à evasão escolar no município de Araguaína-To? O tema da pesquisa se justifica devido à evasão escolar ser um problema que preocupa os gestores escolares, pois ao perceberem que os alunos apresentam pouca vontade de estudar, bem como aumentam os índices de falta às aulas e apresentam atrasos em seus horários e afazeres escolares, sabem que isso acarreta atrasos significativos em sua aprendizagem e necessitam tomar as providências cabíveis. Desse modo, os gestores escolares, junto com sua equipe composta de Coordenadores, setor administrativo da escola e o professor da turma, fazem esforços para manter o aluno na escola. Nesse sentido a evasão escolar se torna uma problemática de relevante importância.

610

Cabe deixar claro que a evasão escolar pode ser entendida como o resultado do fracasso escolar do estudante, da própria instituição de ensino e até do município ou do estado. Desse modo, faz-se necessário definir e estudar quais são as principais causas e consequências da evasão escolar, como seus efeitos positivos ou negativos à instituição escolar, bem como estudar como é definido que o aluno se torna público alvo no combate à evasão escolar.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a relação aluno, professor, escola e família da rede pública municipal da cidade de Araguaína-To, levando em consideração a evasão escolar e a participação do assistente social no seu combate. Tem como objetivos específicos analisar os dados referentes à evasão escolar do município, nos anos de 2015 e 2016, com ênfase nos alunos da primeira fase do ensino fundamental; identificar os possíveis motivos causadores da evasão escolar no município; identificar os procedimentos de identificação dos alunos em situação de vulnerabilidade social, possíveis candidatos à evasão escolar.





### **Procedimentos Metodológicos**

Foi usada nesta pesquisa a metodologia qualitativa sendo que serão utilizados discursos complexos através do referencial teórico, análise de dados referentes à evasão escolar tomando como base os dados da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) do município de Araguaína-To.

Para esse trabalho, foram levantados referenciais teóricos que servirão como pilares na realização desta pesquisa. Desta forma, estão sendo utilizados artigos como: Evasão Escolar: uma expressão da Questão social no contexto da Escola, Evasão Escolar: Causas e Consequências.

### **Resultados e Discussão**

O profissional na função de assistente social, inserido na educação, contribui ativamente na garantia do direito à educação, sendo que, quando solicitado, percebe a realidade do dia a dia dos alunos. Esse profissional elabora levantamentos de dados em meio a ambientes específicos com a finalidade de realizar diagnósticos sociais, com o propósito de proporcionar melhores condições de vida aos estudantes. O assistente social tem fundamental importância na educação e possui como característica ações otimizadoras no sentido de transformar a realidade na qual a criança está inserida. Entretanto, faz-se necessário que esse profissional tenha a compreensão e discernimento preciso sobre quais são as atribuições da questão social que envolve seu exercício profissional.

O assistente social inserido na educação, no município de Araguaína, faz parte de toda uma rede no combate à evasão escolar. São, pois, tarefas deste profissional a de visitar o domicílio dos alunos em situação de risco, fazendo uma análise social da família e identificando possíveis fatores de risco à criança e, se for o caso, fazer os devidos encaminhamentos ao conselho tutelar que, por sua vez, toma as medidas mais drásticas como, por exemplo, tirar essa criança do seio familiar.

O combate à evasão na rede pública municipal de Araguaína segue o que podemos chamar de cadeia contra o abandono escolar e ocorre da seguinte forma: o professor da sala de aula encaminha as demandas de alunos faltosos ao coordenador pedagógico da escola, em que os alunos encaminhados são aqueles que apresentam duas ou mais faltas seguidas às aulas, passando este a ser considerado de risco quanto ao abandono.

As escolas possuem uma comissão contra a evasão formada, na maioria das vezes, pelo gestor, pela coordenação pedagógica e pelo secretário escolar. Sendo feita a





comunicação do aluno faltoso, essa comissão fica responsável por identificar, através de ligação telefônica, os motivos que têm levado esse aluno a faltar às aulas. Depois de feita essa comunicação aos pais e continuando os problemas não resolvidos, esse aluno é encaminhado à Secretária Municipal de Educação – SEMED que, através do setor de serviço social, faz uma visita ao domicílio do aluno.

Entra em cena a figura do assistente social que, com sua proatividade, faz a visita a esse domicílio e avalia possíveis riscos à criança, sendo que, na maioria das vezes, encontra um cenário de pobreza, uso de drogas e álcool entre outras circunstâncias desmotivadoras da permanência dessas crianças e jovens na escola. Sendo averiguadas situações de risco, o assistente social faz a comunicação ao Conselho Tutelar e este toma as devidas providências. Desse modo, ao assistente social cabe um papel fundamental nos resultados de abandono da escola, pois é ele quem identifica se há ou não situação de risco para a criança ou jovem.

Vive-se em uma sociedade contemporânea que passa por profundas e rápidas transformações, sobretudo no que diz respeito aos avanços tecnológicos e às mudanças no mundo do trabalho, fato que configura a criação de sociedades virtuais. Essas transformações recaem muitas vezes na escola, desse modo aumentando gradativamente os desafios para que essa instituição de caráter público seja uma escola democrática e efetiva. Assim sendo, o relacionamento entre os discentes e docentes com uma maior afetividade nas inter-relações caracteriza-se como um dos pontos fundamentais para a conquista de um processo de aprendizagem e de ensino concomitantemente eficientes, que minimizem a evasão escolar nas escolas públicas.

A respeito desse assunto, Cardim (2011) traz a seguinte reflexão:

Poucos professores abrem mão de ser o ator principal. O relacionamento intrapessoal é mais conflitante que o interpessoal. Em seu íntimo, o professor continua a se ver como a peça fundamental do processo. Vê o educando como um aprendiz dependente, incapaz de se conduzir com autonomia, tendo o professor como facilitador, orientador estimulador de sua aprendizagem e não mais o *magister*, o “dono da verdade”. No relacionamento com o discente, o mestre é ainda distante, inacessível, autoritário na maioria dos casos, provedor da informação e do conhecimento. (...) Há um fosso entre esses atores importantes no processo educacional. (CARDIM, 2011, p. 112-113).

Esse fosso estabelecido para dificultar ou impedir o acesso das crianças e dos jovens aos agentes públicos que constituem a escola, como se refere o autor, precisa ser vencido. Assim sendo, faz-se necessário que se acabe com os empecilhos que afastam os alunos da escola e que promovem a exclusão desses alunos, sobretudo na sala de aula, sendo que é fato





que muitos alunos que demonstram ser de classes sociais mais baixas costumam ser excluídos na sala de aula por fatores diversos. Nesse sentido, Porto (2000) chama a atenção com veemência sobre a exclusão social, o que cabe, neste estudo, às crianças e jovens que são excluídos de seus direitos civis de permanecerem na escola.

A exclusão social tem sido uma categoria importante e presente nas análises que buscam relacionar violência e direitos civis. Enfatiza-se o fato de que os excluídos dos direitos tornam-se alvos, ou atores, mais imediatos da violência. (...) seria talvez mais pertinente pensar contextos e situações nos quais inclusão e exclusão, concebidas como categorias que perpassam dimensões econômicas tanto sociais e culturais de um dado espaço social, podem se entrecruzar no decurso de um mesmo sistema de ação de um ator social, individual ou coletivo (PORTO 2000).

### Considerações Finais

Este trabalho descreveu ainda quais os procedimentos que são tomados quando o aluno é identificado como em estado de risco, assim como se dá a comunicação dos profissionais internos da escola, as ações que são tomadas por estes e como ocorre a comunicação aos órgãos superiores, entre eles, ao Setor de Serviço Social da SEMED, ao Conselho Tutelar e, em último caso, à Vara da Infância e Juventude.

Por fim, foi feita uma análise das possíveis causas da evasão escolar no município de Araguaína-TO, no ano de 2016, sendo elas: mudança de localidade por parte da família; crianças desestimuladas em frequentar a escola; violência doméstica contra essas crianças ou jovens, uso de álcool e de outras drogas por algum membro da família; além do trabalho infantil, entre outros, todos fatores que favorecem a evasão escolar. O estudo mostra, entretanto, que medidas estão sendo tomadas no combate a essa problemática tanto por parte da secretaria municipal de ensino quanto das unidades de ensino.

613

### Referências

CARDIM, P. A. G.. **O professor como elo entre a escola e o estudante:** como evitar a evasão, em: COLOMBO, Sonia Simões; RODRIGUES, Gabriel Mario (orgs.). Desafios da gestão universitária contemporânea. Porto Alegre,RS: Artmed, 2011.

PORTO, M. S. G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. **Tempo Social**, v. 12, nº 12, São Paulo, mai 2000.







## O FORTALECIMENTO E O EMPODERAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Jocélia Alves da Silva

Gisélia Brito dos Santos

**Resumo:** Este Trabalho investiga como o conselho municipal de assistência social - CMAS e seus conselheiros podem ser fortalecidos e empoderados, objetivando a legitimação, as atribuições, a efetividade e a transparência das atividades realizadas pelos membros deste conselho. Aplica-se a pesquisa qualitativa, a partir da realização de entrevistas com conselheiros atuantes e ex-conselheiros da cidade de Araguaína/TO. Com os dados, percebe-se que os conselhos estão regulamentados em leis e nas ações decorrentes da Política Nacional de Assistência Social- PNAS; que para a consolidação das ações são necessárias condições de infraestrutura e apoio das respectivas Secretarias Municipais de Assistência Social; mesmo com grandes dificuldades, os conselhos desenvolvem ações de grande relevância para a população usuária da assistência social, assim como aprovam e deliberam sobre os recursos destinados para execução dos serviços socioassistenciais, o fortalecimento da Rede Socioassistencial Pública e Privada, além de propor às entidades estratégias para a captação de recursos financeiros. Percebe-se, portanto, que há muitas limitações para a efetivação do conselho, como a falta de perfil dos conselheiros e a realização das atribuições destes conforme o que preconiza a PNAS e seu regimento interno. Além disso, há outros fatores: estrutura física inadequada, número insuficiente de funcionários para apoio técnico à secretária executiva. Contudo é notável que o CMAS está formalmente consolidado enquanto instância de controle social da política de Assistência Social; ele se constitui como um espaço de democracia participativa, onde a sociedade civil exerce a fiscalização sobre a esfera pública estatal e a disseminação dos direitos assegurados pelo SUAS.

**Palavras-chave:** Empoderamento. Fortalecimento. Conselheiros. Assistência social.

### Introdução

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é o órgão que reúne representantes do governo e da sociedade civil para discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços sócioassistenciais estatais e não estatais no Município. A criação do CMAS está definida na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. O Conselho será vinculado ao órgão gestor da assistência social, que deve prover infraestrutura garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, conforme estabelece o parágrafo único do Art. 16 da LOAS, com suas alterações da Lei nº 12.435/2011.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo o fortalecimento e o empoderamento dos conselheiros contribuindo para a efetivação do conselho, para transformar a melhoria de vida da população em vulnerabilidade e risco social.

O CMAS, por sua vez, está formalmente consolidado na LOAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e Norma Operacional Básica NOB/SUAS 2012, que empoderam os conselhos para seu efetivo exercício do controle social, visando qualificar os conselheiros em sua atuação nas instâncias de deliberação da política pública de assistência social. Contudo, é possível observar que este conselho tem dificuldades para exercer suas atribuições e na para efetivo acompanhamento, a avaliação e a formulação e execução da





política de assistência social, em decorrência da falta de capacitações permanentes que visem ao empoderamento e ao fortalecimento do Conselho.

O empoderamento torna-se, indispensável no processo do controle social exercido pela comunidade na busca pela melhoria da qualidade de vida.

Por isso justifica-se a necessidade de pensar, discutir e transformar a situação de submissão desta política para subsidiar a melhoria de vida da população em vulnerabilidade e risco social. Considerado ainda a importância na garantia e na efetivação dos direitos socioassistenciais, tais como: falta de moradia, de saúde, políticas públicas para crianças e adolescentes em especial os dependentes químicos e moradores de rua. Faz-se necessário uma Política de Assistência Social como mecanismo legítimo de alcance da cidadania, numa visão também educativa, que proporcione ao sujeito a sua plena autonomia.

Para a realização deste trabalho será feita visita *in loco* no Conselho Municipal de Assistência Social de Araguaína-TO, durante as reuniões planejadas e agendadas, pesquisa qualitativa a partir da realização de entrevistas com conselheiros atuantes e com ex-conselheiros e observação, tendo com intuito realizar diagnóstico das dificuldades encontradas para a efetivação do controle social e do empoderamento dos conselheiros.

615

### **Procedimentos Metodológicos**

Para este trabalho foi escolhido a técnica de coleta de dados de acordo com o tipo de pesquisa adotado, pois para cada tipo de análise, há um método mais apropriado para desenvolver e concluir a pesquisa exploratória de campo. Conforme Demo (1995) a base de toda a pesquisa deve ser um referencial teórico que seja capaz de fundamentar a tese defendida, conceituar.

O método de estudo de caso é indicado, no entanto, quando se precisa esclarecer pontos difíceis de compreender sobre o objeto ou vários objetos, não obstante, a técnica de coleta de dados denominada de entrevista é muito eficiente quando se pretende conhecer o que as pessoas pensam, creem e defendem. Nesse sentido, nesta pesquisa, realizamos entrevista com vinte e quatro Conselheiros, atuantes e ex-conselheiros. As entrevistas foram semiestruturadas com três questões acerca do processo de empoderamento do CMAS.

### **Resultados e Discussão**

A primeira questão trata de como a escolha do conselheiro influencia na efetivação o CMAS. Portanto, foi questionado “Para haver efetivação do CMAS, deve mudar a forma





como é feita a indicação?”. Diante disso, 20 conselheiros responderam que sim, que deve haver mudança e quatro responderam que não há necessidade de mudança, como podemos perceber no gráfico 1

**Gráfico 1: Para a efetivação do CMAS, deve mudar a forma como é feita a indicação**

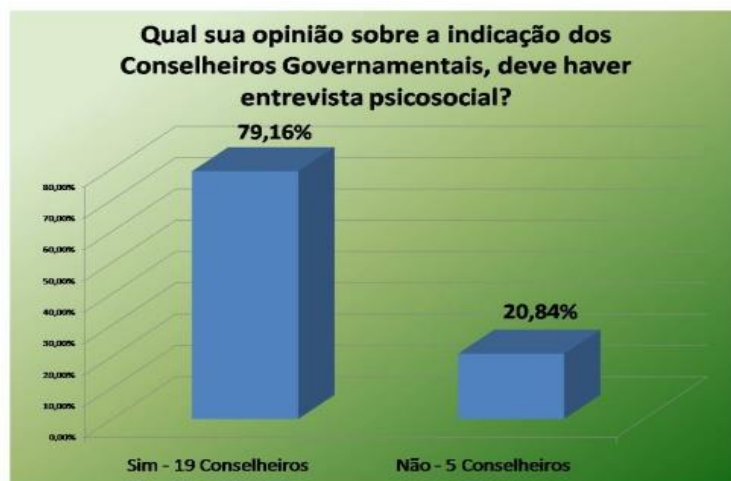


Fonte: dados da autora (2017)

A segunda questão deseja saber a opinião acerca da indicação dos conselheiros governamentais e se neste processo deve haver entrevista psicossocial. 19 conselheiros responderam que deve haver tal entrevista e cinco responderam que não.

616

**Gráfico 3: Opinião sobre a indicação dos conselheiros governamentais, deve haver entrevista psicossocial?**



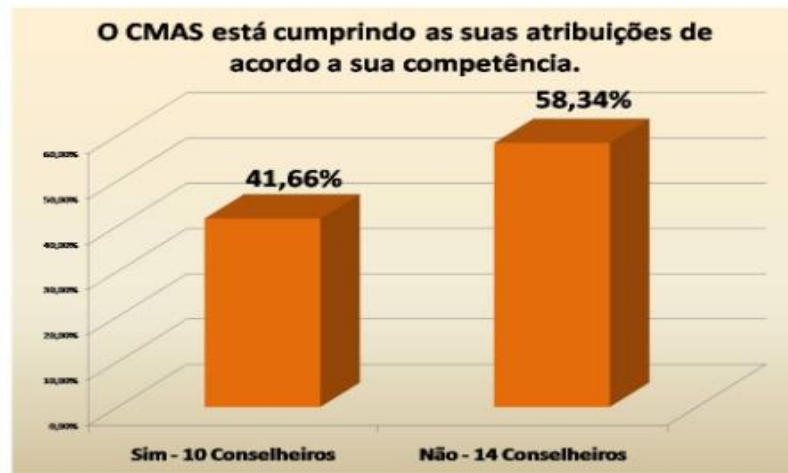
Fonte: dados da autora (2017)





A terceira questão deseja saber se o CMAS está cumprindo as suas atribuições de acordo com a sua competência. Diante disso, dez conselheiros responderam que sim e 14 responderam que não.

**Gráfico 3: Opinião sobre a indicação dos conselheiros governamentais, deve haver entrevista psicossocial?**



Fonte: dados da autora (2017)

Diante desses resultados, percebemos que os conselheiros, apesar das dificuldades que encontram em realizar suas funções, estão empoderados, mas não completamente, pois só conseguem realizar algumas atribuições, como a fiscalização dos beneficiários do Cadastro Único e do Bolsa Família; eles realizam as visitas às entidades sócio assistenciais que têm inscrição no conselho. Porém, pela falta de capacitação permanente, pela falta de mais apoio da gestão, as competências e atribuições destes conselheiros não estão sendo completamente efetivadas. Falta, pois, incentivo da gestão para que o empoderamento seja de fato completo.

### Conclusão

O Estado deixa de ser o “Estado do governo” e se torna o Estado Nação construído pelo povo brasileiro (COELHO, 2009, p. 30). Diante disso, acredita-se que é possível contribuir para a construção de uma sociedade justa e igualitária, prevista na Constituição brasileira, e esta deixa de ser tarefa de alguns e passa a ser tarefa de todos. Dentro do contexto social, é notável que ainda estamos distantes do que almejamos na igualdade de direitos no que concerne a política pública e na garantia e na efetividade dos direitos para os desfavorecidos. Percebe-se que a pobreza está presente em todas as regiões do Brasil, em maior número na região nordeste e no Estado do Maranhão, locais em que os cidadãos não







têm acesso às mínimas condições básicas de sobrevivência, pois falta saneamento, alimentos, moradia, saúde, trabalho e educação, bem como acesso aos benefícios sócio assistenciais.

Contudo, é essencial que se reflita sobre estratégias para aprimorar e implementar os currículos, programas sócioassistenciais, programas socioeducativos já existentes, para que haja a superação das desigualdades sociais, priorizando de fato esses indivíduos. Enquanto o estado democrático de direito estiver pensando políticas públicas somente para um terço da população, não adianta elaborar plano decenal, com metas e resultados. Jamais será possível superar altos índices de pessoas pobres e em extrema pobreza em todo o país, é primordial se repensar e priorizar condições de acesso aos mínimos sociais e uma vida digna para os desfavorecidos.

Neste sentido, o CMAS tem um grande desafio, na concretização da participação dos usuários nas instâncias locais de controle social, no próprio CMAS e nos demais conselhos setoriais. Além disso, é preciso contribuir para que haja empoderamento dos conselheiros e fortalecimento dos CMAS por meio de capacitação e do fornecimento de condições suficientes para que o trabalho desses profissionais seja de fato efetivado. Diante disso, acredita-se que é possível contribuir para a construção de uma sociedade justa e igualitária, prevista na Constituição brasileira, e esta deixa de ser tarefa de alguns e passa a ser tarefa de todos quando todos assumem as respectivas responsabilidades.

618

### Referências

- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social, v.2).
- BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social. Coordenação-Geral de Regulação da Gestão do Suas. Brasília. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). 2004.
- \_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.
- Parâmetros dos Assistentes Sociais na Política de Assistência Social - Brasília, 2011.
- \_\_\_\_\_. Código de ética do Assistente Social. 3. ed. Brasília. CFESS, 1996.
- LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS. **Lei 8742, de 7.12.1993**. Dispõe Sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.congemas.org.br/loas.pdf>>. Acesso em: 07. out. 2017.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 2009.





RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

## POBREZA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA, AUTONOMIA E DIREITOS HUMANOS

Jocilene Eterna Soares dos Santos Lacerda

Marcos Felipe Gonçalves Maia

**Resumo:** Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de analisar a educação e a pobreza no contexto social através de recursos bibliográficos com enfoque nas transformações sociais do sujeito. Percebe-se que mesmo com a criação de programas voltados para o combate à pobreza valorizando a promoção da dignidade humana, como o Programa Bolsa Família, a pobreza ainda persiste e está em todas as partes da sociedade. Nesse sentido, a educação como meio de informação e formação, está atrelada na construção de políticas públicas e estas compreendem sua relevância para a sociedade como importante foco no aspecto que incide sobre a qualidade de vida de todos, vivenciadas nos mais diferentes contextos sociais.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Democracia. Autonomia. Direitos Humanos.

### Introdução

A princípio falaremos da pobreza e sociedade como elementos atrelados a educação para o desenvolvimento do conhecimento e reconhecimento da existência da pobreza, primeiro passo para ascensão do sujeito como ser social, compreender a si mesmo e se reconhecer diante da sociedade é necessário para lutar em favor de seus direitos.

Ressaltamos também, que ser democrata e autônomo é importante na conquista do reconhecimento do sujeito junto à sociedade e construir valores e condições de mudanças está na valorização da cidadania vivenciada por todos. E a aprendizagem se torna uma válvula de escape para tantos devaneios acometidos às classes sociais menos favorecidas, a esperança que um dia haverá através da educação.

Por fim trataremos da busca dos direitos humanos em educação como esperança de mudança através de valores advindos da família e da sociedade para a promoção de cidadãos atuantes. A escola se torna fonte de conhecimento, que independente da classe social é para todos e a participação e envolvimento da sociedade nas políticas assistencialistas e públicas, afirmam a certeza de que dias melhores virão. Para haver o desenvolvimento de uma população é necessário buscar melhorias em conjunto, definindo o papel de cada um e sua ocupação na sociedade.





### **Procedimentos Metodológicos**

O instrumento de estudo se deu por meio de leituras textuais, leituras de vídeos e observações, para composição da pesquisa bibliográfica e conclusão dos resultados obtidos. Os métodos utilizados foram: pesquisa bibliográfica e documental dos Módulos: Pobreza, desigualdades e educação; Pobreza e Cidadania; Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação; Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza; Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação da Pós Graduação Educação, Pobreza e Desigualdade Social, foram analisados também materiais diversos, como: publicações e vídeos para a composição da revisão de literatura.

### **Resultados e discussões**

Segundo COHN (2013), o benefício do PBF é uma condição de libertação da mulher da opressão e da violência que são causadas em sua maioria no entrelaço matrimonial. A perspectiva de melhoria vem de acordo com a administração do benefício recebido, sem este a vida se tornaria mais difícil e oprimida, a partir dessa melhoria é possível ter autonomia e desenvolver a construção social de si e dos filhos com a permanência na escola.

Ser pobre e incapaz é uma das várias definições da escravidão de direitos e da violência das periferias, e de preconceitos à assistência, estes fundamentais, pois a pobreza gera pobreza, que gera exclusão e marginalidade e ser cidadão é ser reconhecido perante a sociedade.

Segundo Pinzani e Rego (2014), devem ser formuladas condições políticas para atingir as várias maneiras de combater a violência, preconceitos e exclusão, a negação dessas condições, seja ela informação ou assistencial, leva o indivíduo a se sobressair ou a se aprofundar em um menosprezo e pobreza.

Segundo Arroyo (2014), é necessário reconhecer que a pobreza e as desigualdades existem e estão impregnadas em todas as partes da sociedade e se caracterizam como início para o desenvolvimento de políticas públicas eficientes que venha a causar transformações sociais, pois é a partir desse pressuposto que acontecem os movimentos capazes de modificar ou erradicar a condição de pobreza no país.

A falta desse reconhecimento se caracteriza na impotência da sociedade diante das condições mínimas de sobrevivência. A educação em valores se faz meio no entrelace da pobreza e da sociedade, os princípios partem do caráter e da dignidade gerados na educação de valores transmitidos através das famílias.





Para Barbosa e Corseuil (2013) o PBF foi impactante no fortalecimento da educação e na constituição de uma nova cultura no país. É preciso ressaltar que o desenvolvimento da educação no contexto social dos beneficiários do Programa Bolsa Família a partir dos processos de transformações sociais e políticas que o indivíduo desenvolve desde a infância, requer o uso de técnicas e métodos que possibilitam o êxito na contemporaneidade abrangendo sujeito e sociedade.

O Programa Bolsa Família se tornou fortalecimento do indivíduo em meio à sociedade em busca incessante por qualidade de vida, transforma aos poucos a mentalidade de jovens e adolescentes acerca da pobreza e suas probabilidades de mudanças. Desse modo a educação como forma de transformação e valorização gera oportunidades, desta forma a valorização da educação como início de partida para políticas públicas que valorizam a sociedade é o padrão de formação dos profissionais de educação, assim, há uma possibilidade de ensino e aprendizagem voltados para áreas específicas de um currículo voltado para a humanidade.

Leite (2014) descreve que: Nessa luta, eles vão mostrando que a escola pode ser espaço de transformação social, comprometido a construir um mundo menos desigual, mais justo e democrático e, por isso mesmo, mais diverso.

621

Qual seria a condição para sair da pobreza senão por meio de transformações acerca do conhecimento, da democracia e da autonomia. A democracia se envolve e se confunde com a autonomia, ser democrático não é ser autônomo e as condições que definem o sujeito é na maioria das vezes seu conhecimento diante da sociedade, no entanto a privação de capacidades do sujeito é representada por meio de violências e mais pobreza e este fenômeno negativo faz parte da sobrevivência e transformação do sujeito.

Já a democracia social, moral e política é a garantia de igualdade e ensino aprendizagem que irão contribuir para a independência do sujeito. Desta forma, ser democrata e autônomo é conhecer e lutar por seus direitos em uma esfera, reconhecimento do outro como detentor de liberdade.

Para Mendonça (2014) A escola pode ainda, promover a mobilização e a organização de processos participativos em defesa dos direitos humanos de grupos em situação de risco e vulnerabilidade social. A educação em direitos humanos deveria se fazer presente na sociedade, tendo como ponto de partida a escola, no entanto, esta educação ainda







é um sonho, que por vezes comentada, porém não aplicada, reconhecer seus direitos e lutar por eles é restrito a poucos cidadãos.

A Declaração dos Direitos Humanos veio para humanizar os povos, porém ainda há quem não a conhece, no artigo I fala que: nascemos livres e iguais perante uns aos outros, no entanto no decorrer do desenvolvimento do sujeito há transformações onde os levam as maiores violações de direitos, como a pobreza.

A educação em direitos humanos parte da DUDH como base para a transformação social do sujeito, e é necessária para fortalecer o conhecimento acerca das leis que garante o direito dos cidadãos, visando à coletividade com o objetivo de humanizar a sociedade.

E importante conhecer e reconhecer seus direitos, para fazê-los valer. Nesse aspecto compreendemos a educação como mediadora de transformações capaz de orientar e mudar o cotidiano de toda uma sociedade. Para acontecer uma educação em direitos humanos é necessário mudanças no currículo inserido na escola, assim, seria possível desenvolver ações voltadas às transformações e ao combate no preconceito, discriminação e violência, visando a tolerância e o respeito à diversidade.

### Conclusão

Conclui se que a educação é feita através de políticas públicas voltadas para a regionalidade e ações planejadas de acordo com realidades únicas, com o propósito de contribuir para a erradicação da pobreza e desenvolver o sujeito para formação e transformação de uma sociedade mais justa e igualitária. A inocência se perde em meio às mazelas da sociedade, um ambiente marginalizado, sem condições mínimas de sobrevivência humana e insalubre, e favorecer o currículo em função da realidade local é necessário para o crescimento das crianças e adolescentes.

Portanto, o currículo deve trabalhar a educação no contexto da realidade das crianças e adolescentes, para que desta forma elas saibam se sobressair de todas as mazelas que lhes são imputadas. Desenvolver ações que venham a contribuir para a erradicação da pobreza e da miséria é papel de todos, não importa de onde parta e para onde vai, o importante é inserir no contexto da sociedade a igualdade de direitos, de educação e de ações humanitárias.

### Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel G. **Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação**. MEC/SECADI, Brasília, 2014. Disponível em: <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 10 de Maio de 2017.





ARROYO, Miguel Gonzales. **Pobreza Desigualdades e Educação**. MEC/SECADI, Brasília, 2014. Disponível em: <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 24 de Outubro de 2016.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite. Bolsa Família, Escolha Ocupacional e Informalidade no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 327 – 339, 2013.

UNDIME. Video Bolsa Família - **Tutorial Presença**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eEBg4YSbXw0&list=UU1ZOhrZjfG2ymzUcCGyA12g>. Acesso em 04 de Setembro de 2017.

CAMPELLO, Tereza. Uma Década Derrubando Mitos e Superando Expectativas. In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 15 – 24, 2013.

COHN, Amélia. Desafios de uma trajetória de êxito: dez anos do PBF. In: CAMPELLO, Tereza (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 455 – 466, 2013.

CONAE 2014: **Conferência Nacional de Educação**: documento – referência / elaborada pelo Fórum Nacional de Educação, Brasília, 2013.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; XIMENES, Daniel Aquino. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 109 – 124, 2013.

GRIGOLO, Adriana. Estado do Tocantins. SETAS. Trabalho e Assistência Social. Palmas, 2016. Disponível em: <http://setas.to.gov.br/noticia/2016/6/24/ex-beneficiarios-do-bolsa-familia-sao-exemplos-de-superacao/>. Acesso em 15 de Julho de 2017.

LEITE, Lúcia. H. A. Escola: **Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza**. MEC/SECADI, Brasília, 2014. Disponível em: <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 03 de Maio de 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Desktop/Educa%C3%A7%C3%A3o/Procedimentos%20metodologicos%20da%20pesquisa%20bibliografica%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Desktop/Educa%C3%A7%C3%A3o/Procedimentos%20metodologicos%20da%20pesquisa%20bibliografica%20(1).pdf). Acesso em: 24 de outubro de 2017.

MENDONÇA, Erastos Fortes. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. MEC/SECADI, Brasília, 2015. Disponível em: <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2017.

OLIVEIRA Luís Felipe Batista; SOARES, Sergei S. D. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 341 – 358, 2013.

CAGED - Ministério do Trabalho. Libertar - **Relatos de Guaribanas do Bolsa Família**. Guaribas, Piauí 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTSXuuSeNV0>. Acesso em 05 de setembro de 2017.

AGÊNCIA PÚBLICA. **As Severinas**. Guaribas, Piauí 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vt62puheABw>. Acesso em 04 de Setembro de 2017.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e Cidadania**. MEC/SECADI, Brasília, 2014. Disponível em: <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 15 de Dezembro de 2016.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 359 – 366, 2013.





SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira.; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 139 – 156, 2013.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos.** UNIC / Rio / 005. Rio de Janeiro, 2009. V.005. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em 23 de Fevereiro de 2017.

## UM ESTUDO DE CASO DO TRANSPORTE PÚBLICO EM PALMAS TOCANTINS

**José Francisco Rocha Simão**  
**Solange Lopes Lino Silveira**

**Resumo:** Este trabalho visa mostrar um estudo do serviço do transporte coletivo público de Palmas. Para colher as informações foi usado um questionário com nove itens dividido em dois blocos. O bloco I objetivava saber a qualidade e satisfação do sistema de transporte na visão das pessoas que fazem uso dos ônibus para se locomoverem. O bloco II visava saber informações adicionais do perfil dos usuários para com o transporte. 35 pessoas participaram da pesquisa, o resultado mostra em números percentuais que a maioria dos entrevistados usam o ônibus coletivo para irem ao trabalho e mais da metade são mulheres, outro fator importante é que, a maioria não está de acordo com a tarifa cobrada. Muitos tem renda de um salário mínimo e dos 35 entrevistados, 60% tem o ensino médio completo. A maioria dos participantes têm idade entre 21 e 30 anos. Diante do conceito regular e a alta tarifa cobrada, o sistema de transporte público coletivo de ônibus precisa melhorar.

**Palavras-chave:** Qualidade. Sistema. Transporte. Usuários

### Introdução

Palmas possui o maior índice populacional dentre as outras cidades do Tocantins, o IBGE estimou em (2016) um índice populacional de 279.856 pessoas. Podendo ser considerada uma cidade média, segundo informações do IBGE, discorre que: as cidades médias são aquelas com 100 e 500 mil habitantes. Além da administração municipal, a cidade concentra também a gestão do governo do estado. Apesar de ser planejada, Palmas possui inúmeros bairros fora do plano diretor, dentre alguns como: Aurenys, Taquaralto e Taquari. A capital do Tocantins possui instituições públicas e privadas de ensino superior de modo que, atrai estudantes de vários municípios do estado e também de outros estados como: Maranhão, Pará e Goiás.

Segundo o portal eletrônico T1 Notícias com dados do IBGE (2014), Palmas é a capital brasileira com maior taxa de crescimento geométrico no período de 2013-2014 com 2,91%, seguida de Brasília (DF) com 2,25%, e Macapá (AP) com 2,17% em 2014. O portal de notícias do G1 Tocantins com dados do Ministério do Trabalho (2017), aponta um crescimento de emprego na construção civil seguido pelo comércio em fevereiro de 2017.





Considerando o contexto de informações de Palmas, o trabalho objetiva fazer um estudo de caso de forma qualitativa na visão dos usuários do sistema de transporte público coletivo de ônibus da cidade, considerando a qualidade do serviço prestado às pessoas que fazem uso desse meio de transporte para se locomover resolvendo suas necessidades.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para Demo (2009) discorre que: “a pesquisa qualitativa é abrangente, podendo ser uma pesquisa participante, história oral fenomenológica, de levantamentos feitos com questionários abertos ou diretamente gravados, ou seja, é um vasto horizonte”. Assim observa-se que existem várias ferramentas que qualifique a pesquisa qualitativa de modo que a escolha deve ser planejada para o alcance das ideias.

Quanto ao estudo de caso, Yin (2001) diz que: “o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados”. Desta forma o estudo requer muita atenção na busca de dados ou informações para melhor análise dos resultados.

O instrumento de coleta de informações proposto neste trabalho é um questionário com adaptações de um trabalho intitulado de: (A qualidade do transporte público urbano em cidades médias: estudo de caso em Palmas – Tocantins) de Brito Furlan e Ramos dos Santos, com publicação na Regis (Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade 2016 v.2, n 2). O bloco I busca saber frente ao entrevistado do transporte público coletivo de ônibus em Palmas, verificar a qualidade do transporte tais como: frequência de viagens, motivo da viagem, preço da tarifa e satisfação com o sistema de transporte. O bloco II visa saber o perfil dos usuários.

625

### **Resultados e Discussão**

Os números abaixo são os mais relevantes obtidos no estudo em questão.

- Motivo da viagem, 82,85% usam o ônibus para irem ao trabalho.
- Preço da tarifa, 91,42% consideram caro o valor cobrado nas passagens de ônibus.
- Satisfação do serviço prestado (TP), 54,28% responderam regular.
- Frequência de viagens, 57,14% usam mais de dez vezes por semana.
- Fluxo de horários (TP), 45,71% consideraram regular e 20% responderam péssimo.
- Renda, 51,41% possui renda de um salário mínimo e 34,28% recebem entre um e dois salários mínimos.







- Escolaridade, 60% tem ensino médio completo.
- Idades, 31,42% tem entre 21 a 25 anos, 20% tem entre 26 a 30 anos e 17,14% possuem de 31 a 35 anos.
- Sexo, dos 35 pesquisados, 48,57% são homens e 51,42% são mulheres.

### Considerações Finais

As informações mostram que a maioria dos entrevistados possui ensino médio completo e tem renda de um salário mínimo. Mais da metade dos entrevistados usam o transporte público mais de dez vezes por semana para se deslocarem ao trabalho sendo que, a maioria são mulheres. E é considerado regular o serviço prestado pelo sistema juntamente com o fluxo de horários de circulação dos ônibus. Quase todos os entrevistados não concordam com a tarifa cobrada, atualmente com valor de R\$ 3.50. O serviço de transporte público (TP) da capital do Tocantins necessitam de políticas públicas ou outras ações para atender melhor os usuários, pois muitos consideram a tarifa elevada pelo os serviços prestados. Algo a ser considerado pela prestadora de transporte juntamente com a administração municipal.

### Referências

- BRITO FURLAN; RAMOS DOS SANTOS. **A qualidade do transporte público urbano em cidades médias: estudo de caso em Palmas-Tocantins**. Brasília: v. 2, n.p. 65 a 87, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/Regis/article/view/22030>>. Acesso em: 22 de jun. 2017.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. 1ª Ed. 7. Reimpr. São Paulo, Atlas, 2009.
- PALMAS TEM CRESCIMENTO NA GERAÇÃO DE EMPREGOS, APONTA BALANÇO. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/03/palmas-tem-crescimento-na-geracao-de-empregos-aponta-balanco.html>>. Acesso em: 02 de jul. 2017.
- IBGE APONTA PALMAS COMO A CAPITAL COM MAIOR TAXA DE CRESCIMENTO. Disponível em: <<https://www.t1noticias.com.br/cidades/pesquisa-do-ibge-aponta-palmas-como-a-capital-com-maior-taxa-de-crescimento/60648>>. Acesso em: 01 de jul. 2017.
- YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.





## PRESEÇA *ONLINE*: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E SOCIEDADE (EPDS)

José Lauro Martins

Elaine de Jesus Alves

**Resumo:** O estudo foi realizado em fóruns de estudos do primeiro módulo em curso de Especialização em Educação, Pobreza e Sociedade (EPDS) a partir do modelo de Comunidade de Inquérito de Garrison, Anderson e Archer (2000) em que a presença social, cognitiva e de ensino são consideradas essenciais para a aprendizagem em comunidades de aprendizagem. A investigação de caráter qualitativa foi realizada por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Os resultados apontaram que houve uma baixa participação dos professores mediadores e apenas 7,9% das mensagens podiam ser consideradas excelentes por atender as três formas previstas de presenças.

**Palavras chave:** Presença social. Presença cognitiva. Presença de ensino. Fórum online.

### Introdução

Estudar os cursos mediados online precisa de atenção quanto as investigações sobre a formação de comunidades de aprendizagens. As comunidades virtuais que povoam o ciberespaço iniciaram-se com o comércio na Internet (LISBÔA & COUTINHO, 2011). No entanto, tais comunidades avançaram e tornaram um lócus virtual importante para compartilhamento de informações e produção de conhecimento. Tornaram-se comunidades de aprendizagem que ora assume como um recuso, site, blog ou um grupo em rede social. O que há de diferente que são usadas para entretenimento, estas visam “a produção de conhecimento” e pressupõe a passagem do modelo tradicional de ensino um para todos (depósito e distribuição de conteúdo) para todos para todos em que o estudante é protagonista da sua aprendizagem (MARTINS & SILVA, 2017).

A expansão das comunidades de aprendizagem gerou uma demanda por pesquisas sobre o desenvolvimento de metodologias de avaliação da dialogia nos espaços educativos. Garrison, Anderson e Archer (2000) iniciaram seus estudos neste aspecto ainda na década de 1990 quando o conceito de comunidade de aprendizagem ainda era embrionário. Garrison e seus colaboradores criaram o modelo de Comunidade de Inquérito que parte do pressuposto que a eficiência e a eficácia de uma comunidade de aprendizagem deve envolver três elementos essenciais: presença cognitiva (Cognitive Presence), presença social (Social Presence) e presença pedagógica (Teaching Presence). Com base nas definições desses autores entendemos a que a presença cognitiva configura nos eventos que promovem a discussão de determinado conteúdo, na troca de informações e na possibilidade integração de ideias fundamentais para a construção da aprendizagem. A presença social é observada expressam emoções nas mensagens, na comunicação aberta entre os atores e na preocupação





com os demais do grupo. A presença pedagógica é expressa por meio da ação de mediação, na compreensão do contexto da aprendizagem e no compartilhamento de experiências que ilustram e provoquem a discussão ensino.

Neste trabalho apresentamos a discussão conceitual da investigação entorno da atuação docente conforme o modelo de Comunidade de Inquérito de Garrison et. al. (IDEM) e dos seguintes autores: Coutinho, 2013; Shea, 2006; Silva e Conceição, 2013; Cabral & Amante, 2011; Lisbôa & Coutinho, 2012; Shea, 2006.

### **Procedimentos Metodológicos**

O objeto da investigação foi o Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Sociedade (EPDS) oferecido para 400 operadores do Programa Família do estado do Tocantins e distribuídos em 17 turmas (Tocantinópolis, Araguaína, Palmas, Porto Nacional e Arraias). Para este estudo apontamos apenas para o fórum do primeiro módulo de estudos e o foco foi compreender a mediação promovida pelos professores. Nos fóruns analisados houve 1626 mensagens, sendo 239 mensagens dos mediadores. Sendo que em 4 turmas o professor responsável pela mediação não postou nenhuma mensagem.

Conduzimos uma investigação qualitativa (FLICK, 2005) analisamos as participações de fóruns por meio de estratégias de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) com categorias predefinidas. Consideramos cada mensagem uma unidade de análise (mensagens de fóruns). Como referência para organizar os dados e para evidenciar as tendências nas mensagens dos fóruns optou pela proposta de Garrison, Anderson e Archer (2000). Baseamos também na proposta de Clara Coutinho (2013) que, com base no trabalho de Garrison, Anderson e Archer (2000), em que detalha a presença cognitiva nas seguintes categorias: fator gerador (evocativo), exploração (inquisitivo), integração (tentativa), resolução (comprometido).

### **Resultados e Discussão**

Para compreender a participação/mediação dos professores nos fóruns do curso buscamos identificar no ambiente do curso as informações dos fóruns de estudos que possibilitaram observar a participação docente no curso. Apresentamos no quadro abaixo os dados relativos a participação dos professores e dos aprendentes:





Quadro 1: Indicadores de frequência

Indicadores	Menor	Maior	Média
1.Duração dos fóruns (dias)	51	192	111,6
2.Mensagens por fóruns	26	142	95,6
3.Mensagens dos professores	0	98	13,3
4.Mensagens dos alunos	20	133	82,4
5.Tempo entre mensagens dos professores (dias)	1,9	23,5	16,3
6.Mensagens diárias	0,61	2,49	1,5
7.Mensagens diária dos alunos	0,10	1,40	0,9

Levantamos também as mensagens que provocaram o debate, nesse caso consideramos as que houve pelo menos uma mensagem de aluno na sequência e conectada a mensagem do professor. Chegamos aos seguintes percentuais:

Quadro 2: Relação entre o tempo e o percentual de continuidade

Tempo para resposta	Até 24 h	36 h	48 h
Percentual de continuidade	49%	18%	13%

Consideramos que os dois primeiros indicadores do Quadro 1 precisam ser observados em conjunto e possibilita-nos a perceber a densidade de mensagens nos fóruns. Além disso, o tempo de duração dos fóruns previsto nas orientações do curso fora de dois meses, o que nos dá uma referência do que fora planejado e o tempo em que ficaram abertos. O fato de haver fórum com mais de 3 meses de duração possibilita-nos questionar quais o motivo da extensão no tempo e a sobreposição ao fórum de estudos do módulo seguinte, apenas três turmas encerraram o fórum do primeiro módulo no tempo previsto.

Todavia, o fórum com menor tempo de duração também teve uma média diária de 0,61 mensagens, abaixo da média do curso de 1,5 mensagens por dia. Separando as três turmas que ficaram no tempo estabelecido para o fórum, verificamos que os indicadores foram piores que nas turmas que excederam o tempo.

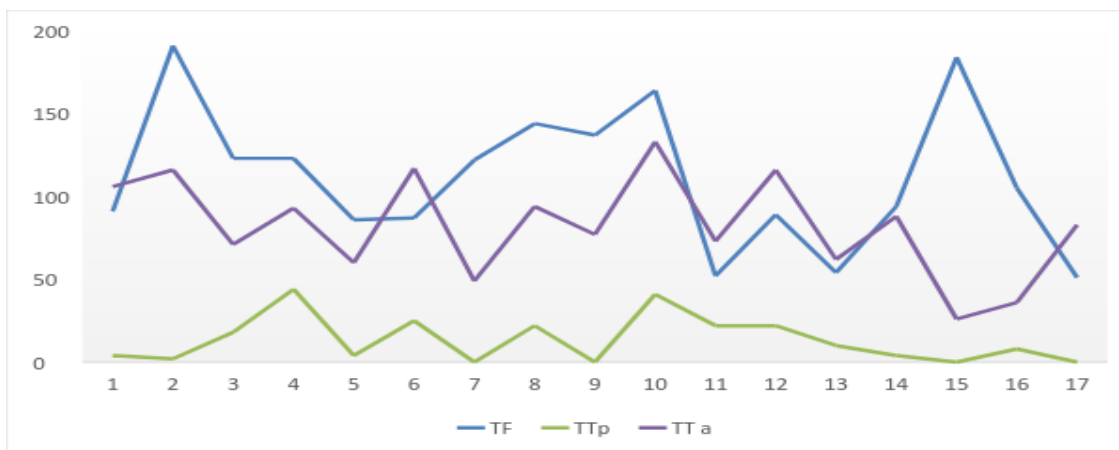
O tempo médio entre a mensagem do aluno e a mensagem do professor que a comentou foi de 9,1 dias nas 13 turmas analisadas (Os quatro fóruns em que o professor mediador não postou mensagem foram desconsiderados). Consideramos um tempo espantoso visto que é papel dos professores provocar e mediar as discussões. Mesmo a menor média de tempo foi de 1,9 dias. A seguir apresentamos na um gráfico que nos permite observar relação entre a quantidade de mensagens dos mediadores e dos alunos.







Gráfico 1: Total de mensagens e tempo de duração dos fóruns



O gráfico acima nos mostra que as turmas com mais tempo de fórum não tiveram proporcionalmente mais mensagens. No entanto, na maioria das turmas a curva do total de mensagens dos alunos segue a tendência da curva do total de mensagens dos professores, nos ajuda a perceber que a participação mais frequente dos mediadores induz a participação dos alunos. Esses dados nos ajudam a valorizar presença do mediador e não deixa dúvida que moderação tenha a função de estabelecer um diálogo pedagógico. Porém, não basta haver volume de mensagens do mediador. Distribuída as mensagens dos professores conforme a forma de presença caracterizada por Garrison, Anderson, & Archer (Idem) e considerando a possibilidade de que uma mensagem possa ter as três formas de presenças (cognitiva, social e pedagógica). No quadro a seguir apresentamos as presenças distribuídas em percentuais.

630

Quadro 3: Presenças

Presença Social	85%
Presença de Conteúdo	39%
Presença Pedagógica	45%

### Considerações Finais

Propomos compreender a presença dos mediadores nos fóruns virtuais do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Sociedade por entender que eles têm a função de promover o debate e a animação nos fóruns. Sabemos que todos os participantes podem exercer todos os papéis no fórum, mas obviamente não se espera dos aprendentes que se ocupem em dinamizar a discussão. O papel dos aprendentes é compreender e manifestar sua





opinião sobre os temas propostos para que o fórum não se constitua em um conjunto de pequenas narrativas, mas que haja uma dialogia e que mantenha a dinâmica metodológica.

No curso estudado houve uma baixa participação dos mediadores e ficou evidente à medida em que houve maior participação dos professores também melhorou atividades dos aprendentes nos fóruns. Além disso, a presença pedagógica foi identificada em apenas 45% das mensagens e apenas 7,9% das mensagens podiam ser consideradas excelentes por atender as três formas previstas de presenças. Ou seja, houve pouca participação e baixa qualidade na mediação.

Vimos como é importante a medição permanente, mesmo havendo mediação uma muito fraca, 49% das mensagens respondidas em menor tempo após a postagem dos aprendentes tiveram sequência no debate. Isso nos indica que esse é o caminho que devemos seguir: a participação dos mediadores favorece o diálogo e promove a interação continuada.

Aos proponentes de cursos online aconselhamos uma atenção dedicada à dialogia nos fóruns para que os aprendentes não sintam abandonados durante o curso. Além disso, é uma forma de acompanhamento importante e também uma fonte de conteúdo; afinal, os fóruns é o espaço em que reportamos a construção do conhecimento e não deve se tornar apenas uma coletânea de mensagens burocráticas sem as interações esperadas. Afinal, como diz Paulo Freire (2001), a educação deve ser baseada no diálogo caso contrário temos uma tecnologia que permite uma presença contínua de acesso dos mediadores e dos aprendentes (sem distância!) e atuamos como nos antigos cursos a distância voltado à distribuição de conteúdo e pouco comprometido com a aprendizagem.

631

### Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo (4 ed.). (L. A. Barreto, & A. Pinheiro, Trans.) Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

CABRAL, P. B. & AMANTE, L. Coordenação de Curso e Presença Social num Contexto de Aprendizagem Online. Educação, Formação & Tecnologias, n.4, v. 1, 45-52, 2011. Disponível a partir de <http://eft.educom.pt>.

COUTINHO, C. P. Análise de conteúdo da comunicação assíncrona: considerações metodológicas e recomendações práticas. Educação, Formação & Tecnologias, 6(1), 21-34, 2013. Disponível em <http://goo.gl/Lea11A>. Acesso em 15 ago. 2017.

FLICK, U. Método qualitativos na investigação científica. (A. M. Pereira, Trad.) Lisboa, Portugal: Monitor, 2005.

GARRISON, D. R.; ANDERSON, T.; ARCHER, W. Critical Inquiry in a Text-Based Environment: Computer Conferencing in Higher Education. University of Alberta. Edmonton, Canada. 2000. p. 1 - 34. Disponível em:





[http://auspace.athabasca.ca:8080/dspace/bitstream/2149/739/1/critical\\_inquiry\\_in\\_a\\_text.pdf](http://auspace.athabasca.ca:8080/dspace/bitstream/2149/739/1/critical_inquiry_in_a_text.pdf).  
Acesso em 30 jul. 2017.

LISBÔA, E. S.; COUTINHO, C. P. Instrumentos para avaliação das aprendizagens em fóruns de discussão online: um contributo teórico e prático. Revista Educaonline, v. 6, n. 3, p. 86-104, 2012.

LISBÔA, E.S.; COUTINHO, C.P. Comunidades virtuais: sistematizando conceitos. Revista Paidéi@: Revista Científica de Educação a Distância da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), Santos, v. 2, n. 4, jul. 2011.

MARTINS, J. L., SILVA, V. C. Avaliação da Dialogia em fóruns de curso online: processo dialógico na formação de comunidades de sentidos. Revista Observatório, v. 3 n. 4. p.232-255, jul-set. 2017. Doi:10.20873/uft.2447-4266.2017v3n4p23

SHEA, P. A Study of Students' Sense of Learning Community in Online Environments. Journal of Asynchronous Learning Networks, p. 35-44, 2006.

SILVA, B. D. D.; CONCEIÇÃO, S. C. Desafios do b-learning em tempos da cibercultura. In: ALMEIDA, M. E. B. D.; DIAS, P.; SILVA, B. D. D. Cenários de inovação da educação para a sociedade digital. São Paulo : Loyola, 2013. p. 137-161.

## UM DEBATE TEÓRICO A RESPEITO DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Joyce Cavalcante Maceno

Ordália Dias da Silva Guilherme

632

**RESUMO:** O presente artigo é contemplado com a produção de conhecimento acerca da discussão e observação a respeito da pobreza e desigualdade social no contexto. Tem como metodologia principal uma pesquisa bibliográfica, proporcionando um aprofundamento dos conhecimentos sobre a temática. A pergunta norteadora dessa pesquisa é: Qual a relação entre a pobreza e a educação, suas implicações na aprendizagem escolar e qual é o papel da escola nesse contexto? Hipoteticamente afirma-se que a pobreza é um estado social, pois, a pessoa acredita que sempre foi pobre, e conseqüentemente não é possível sair da pobreza, pensamento que vem da parte do aluno como também muitas vezes do corpo docente. Como o foco principal desse estudo são as desigualdades sociais no contexto escolar serão abordadas sequencialmente além de características relacionadas ao tema, e também as implicações que envolvem família, programas sociais e políticas públicas. Há também uma exemplificação do PNE (Plano Nacional da Educação) que são estabelecidas em suas diretrizes as estratégias que compõem todo aparato para melhorias na educação brasileira. Metas que serão cumpridas nas esferas municipais e estaduais em consonância a efetivação das diretrizes e metas estabelecidas pelo PNE. Para finalizar há uma análise sobre a Pobreza e desigualdade social suas causas e conseqüências, a relação entre educação e pobreza e por último a Educação como promotora da minimização das desigualdades.

**Palavras-chave:** Desigualdade Social, Pobreza, Educação.

### Introdução

Esse artigo traz uma discussão a respeito da pobreza e desigualdade social no contexto escolar e tem como objetivo identificar a relação entre a pobreza e a educação, suas implicações na aprendizagem escolar e o papel da escola nesse contexto.

Esse tema surgiu a partir dos estudos dos módulos durante o curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social e, com o cotidiano da pesquisadora que tem





vivenciado no ambiente escolar enquanto docente da rede pública de ensino. Em que maioria dos alunos que são de baixa renda tem muita dificuldade no processo ensino aprendizagem devido à condição social em que vivem, como por exemplo: não tem uma alimentação diária, moradia, saúde, lazer, convivem com as drogas e com a violência e outras situações promotoras da vulnerabilidade social. Durante o estudo do módulo III – Escola: Espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza pudemos compreender melhor a relação entre esses conceitos, pois é fundamental as pessoas terem direito à educação ou seja a escola para poder sair da pobreza.

Diante desse contexto surgiu a pergunta de investigação norteadora dessa pesquisa: Qual a relação entre a pobreza e a educação, suas implicações na aprendizagem escolar e qual é o papel da escola nesse contexto?

A hipótese é que a pobreza é um estado social, pois, a pessoa acredita que sempre foi pobre, e conseqüentemente não é possível sair da pobreza, pensamento que vem da parte do aluno como também muita das vezes do corpo docente. A relação pobreza e escola estão totalmente relacionadas. Porque as condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral, em desigualdades escolares. E a escola tem um papel fundamental na transformação de ideias e pensamentos formando pessoas críticas e reflexivas. De modo, que o cidadão com uma melhor formação acadêmica, maior nível de conhecimento terá condições de sair de uma situação de vulnerabilidade social de maneira mais consciente.

Nesse sentido, traçamos os objetivos específicos para debater a respeito da pobreza e desigualdade social suas causas e conseqüências, estabelecer uma relação entre educação e pobreza e discutir a respeito da educação como promotora da minimização das desigualdades.

Buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica em que as fontes de pesquisas consultadas foram autores como Arroyo (2008) e outros, procurando identificar a relação entre pobreza as implicações na aprendizagem escolar e o papel da escola nesse contexto.

Desse modo, o capítulo inicial desse artigo trata do histórico das desigualdades sociais no Brasil em que discute as condições de segregação social do país, como desigualdade social e pobreza e as condições de pobreza na vida humana. Na sequência discute-se a incipiência da atuação do estado nas desigualdades sociais (programa bolsa família). Há também a análise a respeito das conseqüências da pobreza e desigualdade social no contexto escolar, sobre a pobreza e as desigualdades presentes nas escolas públicas:







questão moral? E também sobre a Educação como promotora e ferramenta para reduzir as Desigualdades Sociais.

Em nível de conclusão verifica-se que a escola é uma unidade de extrema importância com capacidade de mudar destinos. Desenvolve pessoas, comunidades e nações. Contudo não se pode esperar e nem tão pouco exigir que a educação seja a única responsável por tudo que a sociedade, os governos e políticos não fazem.

As esferas municipal, estadual e federal são responsáveis em cumprir as metas do PNE. É necessário lembrar que as metas iguais para grupos, comunidades e sociedade desigual irão aumentar o problema e procrastinar a solução.

Enfim, é fato é que a educação de qualidade pode sim resolver e minimizar as desigualdades sociais que existem no Brasil, todavia, não sozinha e de forma isolada.

É necessário vindicar direitos de cidadão emancipado; onde prevaleça o resgate da dignidade humana e exijam o cumprimento dos deveres do Estado quanto ao cumprimento das leis, e até mesmo de criação de novas leis que amparam e contribuam para minimizar as desigualdades sociais.

### **Procedimentos Metodológicos**

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em que as fontes de pesquisas consultadas foram autores como Arroyo (2008) e outros, procurando identificar a relação entre pobreza as implicações na aprendizagem escolar e o papel da escola nesse contexto.

### **Resultados e Discussão**

Após a comprovação da hipótese sobre a relação pobreza e escola: ambas estão totalmente relacionadas, pois, as condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral em desigualdades escolares. Então é verdadeira a conjuntura de que a escola tem um papel fundamental na transformação de ideias e pensamentos formando pessoas críticas e reflexivas. De modo que, o cidadão com uma melhor formação acadêmica, maior nível de conhecimento terá condições de sair de uma situação de vulnerabilidade social de maneira mais consciente.

Compreender o lugar de destaque em que a escola ocupa não traduz em efetiva resposta aos anseios dos menos afortunados.





As desigualdades sociais e a pobreza dificultam a efetiva cidadania e compromete a população carente e marginalizada com aprofundamento de situações de risco e oportunidades escassas.

O estudo explicitou a urgência em efetivar uma escola pública de qualidade e cidadã. Escola esta que favoreça conjuntamente ações voltadas para minimizar e tentar erradicar a pobreza com contribuições significativas na vida escolar dos educandos. Uma sociedade formada por pessoas que sejam emancipados na luta pela igualdade de direitos. Que tenham a compreensão do valor absoluto da educação e formação para uma verdadeira interação com o mundo global. A consciência da urgência em serem questionadores sobre as injustiças, dos problemas que mantém a assimetria do poder dos governantes e elite como padrão de exclusão social para a vida de muitos que estão a paisana dos direitos de todo cidadão brasileiro.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

O estudo explicitou a urgência em efetivar uma escola pública de qualidade e cidadã. Escola esta que favoreça conjuntamente ações voltadas para minimizar e tentar erradicar a pobreza com contribuições significativas na vida escolar dos educandos. Uma sociedade formada por pessoas que sejam emancipados na luta pela igualdade de direitos. Que tenham a compreensão do valor absoluto da educação e formação para uma verdadeira interação com o mundo global. A consciência da urgência em serem questionadores sobre as injustiças, dos problemas que mantém a assimetria do poder dos governantes e elite como padrão de exclusão social para a vida de muitos que estão a paisana dos direitos de todo cidadão brasileiro.

É necessário reivindicar direitos de cidadão emancipado; onde prevaleça o resgate da dignidade humana e exijam o cumprimento dos deveres do Estado quanto ao cumprimento das leis, e até mesmo de criação de novas leis que amparam e contribuam para minimizar as desigualdades sociais. É preciso diminuir a pobreza em que a maioria da população brasileira vivencia.

É significativo dar ênfase nas adversidades que a rede de educação pública vivencia no Brasil, ao possuir uma clientela descrita como classe popular, e que, conseqüentemente é descrita como a classe mais pobre da sociedade.





Falar de pobreza é uma questão subjugada pela falta de acesso à cultura e cidadania, que não são mensurados financeiramente, mas, imprimem características descritas pela sociedade ao descrever os pobres em sua vivência.

Há um desafio que a escola pública enfrentou e atualmente continua a confrontar: ajudar, as crianças e adolescente que vivenciam a pobreza e desigualdade social com suas causas e consequências em meio ao processo ensino aprendizagem.

Há então uma estreita relação entre a educação pública e a pobreza, pois, o ensino, as estruturas físicas, o corpo docente e o sistema de ensino não possuem aparato de qualidade para amenizar os problemas advindos das desigualdades sociais e pobreza extrema encontrados na clientela da educação pública. Assim, a educação é uma ferramenta usada em pouca escala para promover e minimizar as desigualdades sociais.

O papel da escola nesse contexto é de mesmo com as adversidades lutar em prol do resgate da confiança e dos sonhos das crianças que não conseguem mais possuir.

As desigualdades sociais, educacionais e as oportunidades de alunos pertencentes às classes menos favorecidas alcançarem sucesso profissional e educativo são mínimas e camufladas pelo sistema educacional, porque os gestores são orientados com metas a cumprirem no ano letivo.

A realidade mostra que há muitas crianças e adolescentes extremamente pobres nas escolas, assim, é necessário superar visões limitadas que veem os pobres como não qualificados para o estudo. Sem dúvida, a escola é uma unidade de extrema importância com capacidade de mudar destinos. Desenvolve pessoas, comunidades e nações. Contudo não se pode esperar e nem tão pouco exigir que a educação seja a única responsável por tudo que a sociedade, os governos e políticos não fazem.

### Referências

- ARROYO, Miguel G. **Pobreza, Desigualdades e Educação**. 2008, p. 8/9/11/12/13/14/15/16/17.
- BRASIL. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 25, 1, adotada e proclamada pela resolução 217 A, III, da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948)
- BRASIL. INEP. **Portal Brasil, com informações do Inep Evasão escolar cai em todas as etapas de ensino** por Portal Brasil Publicado: 21/06/2017 16h07 Última modificação: 21/06/2017 16h07. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/06/evasao-escolar-cai-em-todas-as-etapas-de-ensino>>. Acesso em: 15 de out. 2017.
- BRASIL. Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001. **Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação** - "Bolsa Escola", e dá outras providências.





BRASIL. MEC. **Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade - Condicionalidade em educação do Programa Bolsa Família – PBF.** <Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17451-acompanhamento-da-frequencia-escolar-de-criancas-e-jovens-em-vulnerabilidade-condicionalidade-em-educacao-do-programa-bolsa-familia-pbf-novo>.> Acesso em: 17 de out. 2017.

## OS IMPACTOS DA POBREZA NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA

Juscelino Laurindo dos Santos

**Resumo:** Este trabalho pesquisa os impactos da pobreza na aprendizagem dos alunos do ensino fundamental em uma escola pública municipal na cidade de Araguaína no Tocantins. Na referida escola, atuamos na coordenação pedagógica durante sete anos, período em que, no contato direto com os alunos, percebemos as dificuldades dos professores em realizar seu trabalho (o ensino) diante de realidades diversas dos alunos em sala de aula, incluindo marcas trazidas ao longo de suas existências, tais como: a baixa escolaridade dos pais ou responsáveis a fome, pois lidamos com crianças que veem, na escola, seu único momento de refeição; a agressividade, atitudes presenciadas no ambiente familiar, entre outras. A pobreza compromete a aprendizagem por envolver situações de carências (a falta de mantimentos básicos como roupas, calçados, material escolar, a ausência de práticas de leitura no ambiente familiar dos alunos) que fazem com que a escola ainda seja vista como uma saída para melhorar vidas nos aspectos social e econômico, mesmo que as experiências dos alunos sejam diferentes das práticas no ambiente escolar. O choque de realidades (alunos e escola) evidencia a pertinência do trabalho individual com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em relação aos conteúdos, garantindo, dessa maneira, a permanência dos mesmos na escola. O padrão comportamental não dialoga com as experiências do baixo clero da sociedade, por isso ficam cristalizadas as marcas da pobreza nos alunos, fazendo com que o ambiente escolar se torne estranho e desinteressante em virtude das atividades lá realizadas serem muito diferentes das realizadas no cotidiano familiar da criança. Auxiliou-nos em nossas compreensões sobre a temática da pobreza e exclusão social os autores Pochmann e Amorin (2003) e Arroyo (2013), e Barbier (2007) sobre a metodologia utilizada nesse estudo.

637

**Palavras-chave:** Pobreza. Desigualdade social. Dificuldades de aprendizagem.

### Introdução

Vivemos em um mundo onde a fome é, ainda, uma situação presente na vida de milhões de crianças. Essa realidade pode ser vista se observarmos os alunos atendidos em escolas públicas, visto que ocasiona graves “problemas de aprendizagem”. Experiências de ensino a crianças oriundas de situações de pobreza são vividas por professores de uma escola pública municipal de Araguaína, Tocantins. Diante disso, este trabalho tem por objetivo pesquisar, no ambiente escolar, em situações de dificuldades de aprendizagem, os impactos da pobreza na aprendizagem dos alunos de uma escola pública.

Na tentativa de compreender os Impactos da Pobreza no Ensino Aprendizagem dos alunos do ensino fundamental 1 (1º ao 5º ano) de uma escola pública da rede municipal de Araguaína, Tocantins, localizada na periferia da cidade, foram feitas observações em sala de







aula, observações de situações da rotina escolar, incluindo aquelas de dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos.

Nossa pesquisa, então, refere-se, também, às experiências de trabalho em que o dever da coordenação escolar nos veio proporcionando ao longo de sete anos em uma escola pública. Quanto ao fato de pesquisar sobre o assunto referido, podemos dizer que “pesquisador em pesquisa-ação não pode mais se definir simplesmente como ‘sociólogo’ ou ‘psicossociológico’” (BARBIER, 2007 p.18), pois ser participante na realização da pesquisa é uma maneira de conhecer e compreender sobre uma dada questão social por meio da convivência e das experiências com o objeto pesquisado. Assim as descobertas *in loco* colaboram para a veracidade dos fatos.

Este trabalho, portanto, trata de uma pesquisa sobre os impactos da pobreza na aprendizagem de crianças nas séries iniciais do ensino fundamental, em que a educação pode ser vista como forma de superação da pobreza e de transformação da sociedade. O segundo tópico discutiremos sobre a educação na superação das situações de pobreza, o terceiro retrata a educação como mecanismo de transformação social. Em seguida, o quarto tópico trata da pobreza e da desigualdade social na escola que serviu de campo para nossa pesquisa, e no quinto item fizemos um relato de nossa experiência como educador na função de coordenador pedagógico em que discorremos sobre a aplicação dos questionários no ato da matrícula, as fragilidades financeira e alimentar por que passam os alunos, a estrutura da escola para o atendimento específico dessas crianças, o contato direto com a realidade e dos valores na escola construídos.

638

### **Procedimentos Metodológicos**

Para esse estudo, optamos por uma pesquisa-ação, de caráter participativo, baseada em nossa experiência como coordenador pedagógico de uma escola pública municipal na cidade de Araguaína no Tocantins, localizada na periferia da cidade. A realização desse trabalho nos permitiu o contato com autores que estudam o tema e nossas observações e participação junto ao local que serviu de campo para a pesquisa, incluem situações da rotina em sala de aula e do nosso trabalho como coordenador na referida escola, onde contextualizamos nosso objeto de pesquisa: a pobreza e seus impactos na aprendizagem dos alunos.

### **Resultados e Discussão**





A pesquisa-ação realizada evidencia que situações de vulnerabilidade social e econômica, identificadas na infrequência e falta de atenção em aula, contribuem para dificultar a aprendizagem escolar. A escassez de alimentos, roupas, orientação, dentre outras coisa, são fatores que desconcentram o aluno no dever fazer da escola. Como coordenador pedagógico, a proximidade com os alunos (reflexos de nosso objeto de pesquisa, a pobreza e os impactos que ela proporciona à criança na escola), nos coloca diante do desafio de pensar o ensino e a aprendizagem de maneira a contribuir e a colaborar para o crescimento cultural dessas crianças.

As realidades percebidas foram sendo desvendadas na tentativa de trazer aos alunos a oportunidade de continuar e avançar nos estudos sem perda de tempo, pois seria uma forma de incluir esses alunos, de maneira igual, no processo educativo, fazendo-os acompanhar o ritmo escolar. Para isso, além das visitas *in loco* e da junção de especialistas (educador, assistente social e psicólogo), contamos com um projeto de reforço, cujo objetivo consiste em ajudar esses alunos a avançarem ao nível de aprendizagem dos outros da mesma turma. A exclusão desses alunos é descartada ao individualizar o processo ensino-aprendizagem, principalmente, daqueles alunos com maiores dificuldades em acompanhar os conteúdos em sala de aula.

639

Nesse momento, percebemos o despreparo da escola, de um modo geral, ao lidar com alunos excluídos de letramentos diversos. O que temos para o presente é o tempo (já cronometrado, planejado) para trabalhar com os alunos o alcance de habilidades nas diversas áreas (português, matemática, ciências, história e geografia, entre outras) para, no final do ano letivo, resumir o esforço dos educadores em números de aprovação. Trabalhamos com o que temos no ambiente escolar (*datashow*, quadro branco, pincel, papel, cartazes, palestras, aulas passeio), pois a escola atende alunos da periferia da cidade, onde o único lugar que têm esses alunos contato com leitura é na escola, portanto, eles são sequelados do convívio pouco escolarizado. Diante disso, há um grande esforço dos educadores em proporcionar a esses alunos momentos de leitura e de letramentos a partir dos quais eles poderão despertar o gosto pelo ato de ler.

O contato direto com os alunos evidencia realidades que contrastam com as práticas do ambiente escolar. Isso é percebido no comportamento e na resistência ao conteúdo, pois os valores transmitidos na escola têm forte influência do gosto dominante, o que acaba justificando o desinteresse dos alunos, pelo distanciamento de realidades (o currículo





construído com base em conteúdos e temas valorizados pela elite, o capitalismo, o consumismo, a seleção dos “melhores”). Com isso, a desigualdade de oportunidades fica visível.

Sutilmente, esses valores elitistas vão sendo construídos pelos educadores no ambiente escolar em meio à diversidade de alunos atendidos. Como educadores, assumimos a postura que nos é permitida pelo discurso do sistema educacional, assumimos um papel, o de educar, mesmo com valores em contramão.

### **Considerações Finais**

Compreendemos, com este estudo, que a pobreza influencia diretamente na aprendizagem escolar, visto que, a memória guarda lembranças de experiências a curto e longo prazo. A curto prazo, as crianças vão à escola levando o que lhes pertence tradicionalmente, o que é de sua vida familiar, portanto, o que a pobreza transmite fora da escola é percebido em sala de aula quando há ausência de atenção desses alunos na realização das atividades, ou quando não há progresso na aquisição das habilidades de aprendizagem previstas para os mesmos no ambiente escolar.

Percebemos ao longo do nosso trabalho diário como educadores que a pobreza é um dos entraves no processo de ensino e aprendizagem. Em muitos casos analisados na escola onde realizamos esta pesquisa, observamos que a dificuldade de aprendizagem dos alunos em sala de aula tem relação direta com o fato de viverem em condições de vulnerabilidade social extrema. Fatores como a fome, pais agressivos no ambiente familiar e o trabalho precoce contribuem para, em sala de aula, os alunos distanciarem sua atenção dos conteúdos escolares.

Compreendemos ser a pobreza uma consequência (não uma causa) da desigualdade de oportunidades, pois as dificuldades de aprendizagem com as quais os professores lidam com os alunos são explicadas no histórico de vida dos mesmos, frutos de situações degradantes e de desestímulo ao crescimento intelectual.

As estratégias utilizadas pelos educadores em relação a esses alunos direcionam-se, inicialmente, a descobrir a causa do “problema” e, em seguida, a adequar o ensino aos limites dos alunos até que estes se tornem capazes de acompanhar o ritmo da turma. Assim sendo, os educadores podem ser definidos como facilitadores de saberes, pois a sensibilização de uma equipe inteira em busca de uma solução significa o resgate de muitas pessoas da margem para os Centros.





Os índices negativos de aprendizagem devem-se à convivência com a escassez de mantimentos básicos (roupas, calçados, alimentação inadequada, material escolar) que leva ao problema da desigualdade social no momento do contato com outros grupos. Além disso, os letramentos adquiridos fora da escola não são reconhecidos como legítimos para a aceitação e convivência na sociedade, são, pois, desvalorizados perante o ensino escolar.

Os professores devem plantar a semente do desejo na alma, no coração, no âmago de cada aluno para que este busque sempre a sua liberdade e esta será visível somente por meio do conhecimento adquirido na escola, nos livros, na reflexão dia após dia ao longo de sua odisseia humana.

Acreditamos que o papel dos agentes educacionais (professor, orientador educacional, coordenador pedagógico) também é participar da luta para minorar as discrepâncias sociais na comunidade na qual está inserida a escola. Logo, compreender os mecanismos que levam pessoas a caírem no abismo profundo da miséria é assumir a missão de resgatar vidas e reestruturar sonhos, construir desejos e lapidar vocações.

### Referências

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1985.

ARROYO, M. G. Gestão Democrática: recuperar sua radicalidade política. In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Tese Oliveira (organizadoras). **Políticas Educacionais e organizações do Trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008. p.39- 56.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARBOSA, P.M.R. Breve relato da história da educação excludente: do início da colonização aos dias de hoje em nosso país. Cecierj, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0337.html>> Acesso em 18 de outubro de 2017.

LIBÂNEO, Carlos Jose. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

Ministério do desenvolvimento social. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em

ZIONI, F. Exclusão social: noção ou conceito. **Saúde e sociedade**, São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/03.pdf>>. Acesso em 30 de out. de 2017.







## ASPECTOS HISTÓRICOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

**Juliana Abrunhosa Resende Souza**

**Resumo.** A universidade no Brasil tem sua origem vinculada aos interesses elitistas, onde os primeiros cursos superiores eram voltados apenas para a classe dominante do país, porém a maioria desses estudantes iam realizar sua formação nas grandes universidades europeias, frente a isso, somente no século XX, que se institui a primeira universidade em solo nacional, e sob as circunstâncias da necessidade de concessão do título de doutor honoris causa ao rei da Bélgica. Os interesses de expansão do ensino superior estiveram em segundo plano em quase toda a história do Brasil, e com elevada seletividade o acesso se restringiu a poucos, e nesse contexto, a política de Assistência Estudantil não possuía um plano específico de atuação, mas com a expansão do Ensino Superior a partir dos primeiros anos do século XXI, se tornou fundamental para a permanência do novo público que começou a frequentar a universidade. Isto posto, o que propomos analisar no presente trabalho o processo histórico do Programa de Assistência Estudantil no Brasil essa pesquisa utilizou-se de metodologia de pesquisa bibliográfica e documental na busca de traçar os aspectos históricos da assistência estudantil no Brasil.

**Palavra-Chave:** Assistência Estudantil; Permanência; Brasil.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho de tem como proposta realizar reflexões acerca do processo histórico da Política de Assistência Estudantil no Brasil. Obviamente, no cenário onde impera o modo de produção capitalista, se faz presente inúmeras correlações de forças entre o mercado e os direitos sociais, nessa perspectiva, nossa análise irá levar em consideração toda conjuntura política e econômica, que corrobora para a mitigação ou ampliação dos mecanismos que visem dar certo nível de apoio aos estudantes empobrecidos na educação superior, permitindo que os mesmos consigam terminar de forma satisfatória sua trajetória acadêmica.

Nos últimos 10 anos, ficou evidente a existência de maior democratização no acesso ao ensino público superior no Brasil, com a abertura de mais universidades federais, e a criação de institutos federais de educação técnica e superior, bem como, o fortalecimento das políticas de cotas nas universidades federais, existindo várias modalidades de cotas, a saber, para estudantes negros, indígenas, de baixa renda e para aqueles que cursaram integralmente o ensino básico em estabelecimentos públicos de ensino.

Porém, a garantia do acesso ao ensino superior não significa a permanência das estudantes. Vários fatores convergem de forma negativa para que os estudantes provenientes das camadas mais subalternas da sociedade, não consigam chegar ao final do curso, ou terminar o curso de forma satisfatória. Nesse sentido, não cabe a universidade apenas garantir o acesso dos estudantes empobrecidos na educação superior, mas cabe também garantir a permanência desse estudante, pois só assim podemos afirmar que o acesso à educação





superior de fato tem se democratizado, portanto a política de assistência estudantil é indissociável do direito à educação.

Assegurar a assistência estudantil não significa afiançar privilégios, e muito menos garantir direitos a mais, à franja social, atendida pelos programas assistenciais, porém significa equalizar as oportunidades, tratar com equidade os desiguais<sup>28</sup>, propiciando o protagonismo daqueles, que socialmente, se encontram na falta de condições de acesso às benesses produzidas pela sociedade capitalista.

Sob tal realidade recai, o peso do debate sobre cotas e ampliação de vagas no ensino superior público, e a criação e efetivação dos programas de assistência estudantil. Programas que permitiram o acesso da classe trabalhadora a universidade, não obstante, cercada de polêmicas e calorosos debates. A elite que hegemonicamente sempre habitou as universidades públicas, não suporta “dividir” tal espaço. Essa máxima é tão real e pode ser verificada nos noticiários veiculados na mídia nacional, que apresentam diversos relatos de estudantes de baixa renda, indígenas e cotistas, que são vítimas de diversos tipos de preconceitos e atos discriminatórios.<sup>29</sup>

Em tal realidade, o acesso democrático a universidade, não é somente a garantia da vaga, mas a garantia total de condições que salvaguardam o direito ao pleno gozo da vida acadêmica e a sua permanência, nesse viés, é que surge a política nacional de assistência estudantil, no qual sua importância está determinada pelo perverso cenário de desigualdade social, constituído em nossa sociedade.

643

## ASPECTOS HISTÓRICOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A assistência estudantil no Brasil se caracteriza como uma política descentralizada de auxílio ao estudante do ensino superior, que objetiva dar certo nível de apoio ao estudante durante seu tempo de universidade, com fim a promover os subsídios necessários para a sua permanência nos estudos. Sua condição histórica se alinha as primeiras formas de ajuda ofertadas pelo governo brasileiro aos estudantes.

<sup>28</sup> Aqui desigualdade é entendida como as múltiplas diferenças socioeconômicas existentes entre os mais variados nichos sociais que compõe a totalidade dos estudantes nas instituições de ensino superior.

<sup>29</sup> A exemplo do que estamos a falar, segue os dois noticiários vinculados recentemente na mídia e que evidenciam tais fatos: “Aluna de baixa renda denuncia preconceito sofrido em sala na UFPA” disponível em <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/08/aluna-de-baixa-renda-denuncia-preconceito-sofrido-em-sala-na-ufpa.html>>; “Geração cotista relata preconceito e choque de realidade” disponível em <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,1-geracao-cotista-relata-preconceito-e-choque-de-realidade,10000073956>>.





Nesse intervalo, podemos datar o ano da primeira prática de assistência estudantil no Brasil, como o ano de 1928, quando no governo do presidente Washington Luís, foi construída e inaugurada em Paris a casa do estudante brasileiro. Essa casa era destinada aos estudantes brasileiros que iam estudar em Paris, mas tinham dificuldades em estabelecer moradia na capital francesa. No entanto, cabe ressaltar que essa assistência estudantil, era voltada para as elites brasileira, uma vez que, naquele momento, somente os filhos das classes dominantes tinham condições de conseguir vagas de estudos fora do Brasil (ARAÚJO, 2007).

Em solo brasileiro, no ano de 1930 é construída no Rio de Janeiro a casa do estudante do Brasil, e era destinada a estudantes com poucas condições de vida material, portanto se caracterizava como uma entidade de apoio e solidariedade aos estudantes. Essa casa era mantida por doação provenientes do governo federal, principalmente com o governo Vargas, que fez amplo investimento por meio de doações.

Cabe um destaque no sentido de apontar que tais auxílios não se caracterizavam, como uma política de assistência estudantil, não se tinha ainda normas legais que definiam a aplicação desse tipo de assistência, consistiam então em minúsculas ações do Estado para favorecer uma ínfima e seletiva quantidade de estudantes, em geral, pertencente a elite da época.

644

Porém em 1931 o governo Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 19851/1931, denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras, tem-se o reconhecimento da Assistência Estudantil nas referidas instituições, portanto, agora se trata de uma política social voltada a atender determinadas necessidades dos estudantes de nível superior, conforme se verifica em seu artigo 108:

**Art. 108.** Para efetivar medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, afim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade.

**Parágrafo único.** A secção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior (BRASIL, 1931).

Nesse decreto, ainda eram tímidas as ações voltadas a assistência estudantil, mas já na época se caracterizava como um significativo avanço, pois trazia em sua essência o princípio da justiça e oportunidade, obviamente, cabe uma compreensão mais radical quanto a essa caracterização, pois é sabido, que em tal momento histórico, as universidades, possuíam em





seu âmago caráter elitizado, não obstante, aqueles que se encontravam nesse espaço, e assim ainda cumpria o papel no qual daria origem a universidade no Brasil, que era promover a educação superior para os filhos da elite nacional.

Portanto, a assistência estudantil promulgada nesse decreto, nada mais é, que uma política para assegurar, a alguns poucos – que na prática não precisaria de recursos financeiros para se manter no ensino superior – terem cada vez mais privilégios, mas desta vez, como uma política de Estado. No entanto, o referido decreto, abarcava a concessão de bolsas de estudos e assistência médica e hospitalar.

Em 1934, com a instituição da nova constituição do Brasil, a Assistência Estudantil, ganha contornos mais amplos, e adquire um caráter mais descentralizado, e fica explícita, pela primeira vez, que agora visava abarcar estudantes com baixas condições financeiras, tem-se então a primeira ação do Estado brasileiro que dava apoio aos estudantes pobres nas universidades.

Conforme seu artigo 157, a educação agora é constituída como um direito universal, e que os estados e união, deveriam destinar fundos específicos para esse fim, e que conforme §2º do referido artigo, parte desse fundo deveriam ser destinados a garantir “auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1934).

Esses auxílios eram qualificados, por repasses financeiros, aos estudantes, essa é a primeira vez que temos no Brasil, ação com tal caracterização, portanto, essa é a gênese dos repasses que temos hoje na política de Assistência Estudantil, cujo, os repasses financeiros, é a forma mais recorrente de sua efetivação.

Outro marco importante na história da Assistência Estudantil no Brasil, é a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, sua criação se deu com apoio do Ministério da Educação (MEC) da época, e houve então a integração da UNE com a Casa do Estudante, onde ficou centrada sua sede administrativa, no entanto, pouco tempo depois, houve o rompimento entre a UNE e a casa do estudante, a motivação para tal fato, foi as largas divergências de opinião que se formara naquele espaço.

A criação da UNE marca uma nova fase da trajetória histórica de luta dos estudantes, pois agora, os mesmos contavam com uma entidade representativa nacional, e que com o passar dos anos, ganhou contorno de movimento social, fato relevante ao movimento







estudantil no Brasil, que ganha força e começa a lutar por profundas mudanças sociais no Brasil e no perfil da universidade.

Nesse período, a busca pela consolidação da assistência estudantil, assim como das políticas sociais num todo, passa a estarem atreladas as lutas sociais, que tem nos movimentos sociais, a pedra fundamental para sua expansão. Nesse momento, podemos associar a luta por uma política de assistência estudantil, a luta por direitos da classe trabalhadora. Contudo, se precisava desenvolver formas e estratégias para que a classe que vive do trabalho pudesse ganhar espaço na universidade, mas não só, deveria se criar condições para que a mesma se mantivesse nesse espaço, uma vez que, essa classe é a que se encontra excluída do acesso às diversas sinecuras sociais.

Em 1946, ao ser promulgada uma nova constituição no Brasil, é que se vê a consolidação da assistência estudantil, agora assentada sob sólidas bases de política de Estado, uma vez que, passa a ser obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior no país e nos demais sistemas de ensino. O referido marco legal tem incorporado em seu artigo 172, as seguintes letras: "Cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1946).

646

A partir de 1964, com a implantação da ditadura militar, toda a conjuntura política, econômica e social do país, sofre profundas mudanças, que visava adequar o Brasil a um certo padrão de desenvolvimento alinhado das elites internacionais e a superação de uma economia onde predominava o latifúndio. Com a chegada do governo ditatorial, a UNE deixa de existir legalmente, então, no âmbito da legalidade, os estudantes não possuem mais entidades de representação e de luta por direitos. Com esse cenário, a educação passa por reformas de forma que a mesma se alinhe ideologicamente ao que pretendia os ditames da ditadura<sup>30</sup>.

Nessa perspectiva, é escrita uma nova constituição, que é promulgada em 1967, essa que continua a assegurar a educação como direito de todos, e pela primeira vez é citado o termo "igualdade de oportunidade" que foi citado no seu artigo 168 "A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana" (BRASIL, 1967). Contudo, na prática não houve significativos avanços, devido à forma como foi conduzida a ditadura militar. Ademais, se manteve a obrigatoriedade dos sistemas de

---

<sup>30</sup> Vide aprofundamento em Netto, 2004.





ensino promover meios de assistência estudantil, em seu artigo 169, §2º, fica estabelecido que “serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1967).

No ano de 1970, com o aval do governo federal, foi criado Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que objetivava nutrir em todo o país uma política de assistência estudantil no campo da educação superior, e priorizava programas voltados à alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. Contudo, nos governos sucessores, a DAE é extinta.

Ainda nessa mesma década,

Através do Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972, era instituído o Programa Bolsa de Trabalho, em nível nacional, para os estudantes, numa perspectiva de inserção destes ao processo de integração do desenvolvimento econômico-social do país, devendo ser priorizados os alunos que comprovassem “carência de recursos financeiros” (SILVEIRA, 2012, p. 55).

Contudo, somente com a recendência da UNE e com a revogação do Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, que extinguiu a UNE, é que as discussões em torno da assistência estudantil ganham maior relevância nesse período, e os estudantes novamente entram em cena na busca pela ascendência de ações voltadas ao acesso e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social na educação superior, momento marcado pela a realização do 1º Encontro de Casa de Estudantes.

647

Em 1985, o então ministro da educação, Marco Maciel, propõe a reformulação da política de educação, e apresenta sua proposta que recomendava novas direções para a educação superior no Brasil. Com a finalidade de se discutir essas possíveis mudanças é instituída a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira, que discutiu e propôs a “recuperação e conservação de prédios, refeitórios e residências estudantis e criação desses serviços em Instituições de Ensino Superior” (LIMA, apud SILVEIRA, 2002, p. 58). No entanto, as proposições construídas por essa comissão não chegaram a ser efetivadas.

Quanto a permanência dos estudantes nas universidades, essa era uma questão que começava a ser amplamente debatida desde o início da década de 1980 pelos estudantes, e ganha força em 1987, com a criação Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que tinha em sua composição os Pró-Reitores das instituições federais de ensino superior do Brasil, bem como, coordenadores e responsáveis pelas ações de assistência estudantil das universidades federais, e visava discutir





e fortalecer as políticas de permanência dos estudantes na educação superior, tendo como objetivos:

- Garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das instituições de ensino superior públicas na perspectiva do direito social;
- Proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na instituição;
- Assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico e,
- Contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas (FINATTI & ALVES, 2008, p. 195).

Dessa forma, buscava-se debater os rumos da política de assistência estudantil, para que fosse possível promover uma maior efetividade nas ações, e promoção de maior democratização do acesso ao ensino superior. Com isso, intentava-se, também, levantar discussões em torno da manutenção dos estudantes nas instituições federais de ensino superior, uma vez que, não bastava somente democratizar o acesso em termos de ampliação no quadro de vagas, mas seria preciso assegurar que esses estudantes permanecessem no meio universitário.

Na direção das discussões em torno da assistência estudantil e da percepção da democratização do acesso ao ensino superior público, o FENAPRACE, elabora em 1996 uma pesquisa denominada, “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras” que tinha como objetivo, realizar um estudo que abarcasse condições de caracterizar o perfil do estudante brasileiro de graduação, haja vista, o dimensionamento da assistência estudantil existente, e o levantamento de demandas estudantis no âmbito da permanência dos estudantes na educação superior.

648

Na década de 1990, ainda não havia a existência de recursos específicos, em nível nacional, destinados a política de assistência estudantil nas universidades federais. O desenvolvimento de tal política ficava a cargo da instituição, ou seja, cada universidade, de forma isolada, gerenciava seus recursos destinados para esta finalidade, portanto, as formas de assistir aos estudantes de baixa renda, se davam de forma fragmentada, ademais, tal realidade se encontrava distante da visão de uma política de governo.

No ano de 1996, a LDB, reafirma os princípios constitucionais da política de assistência estudantil, ao afirmar que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996). Mas até então as ações de assistência estudantil eram mantidas nos limites do mínimo, e





grande parte das universidades, sequer ainda contavam com essa política, cenário que demandava urgentes mudanças.

Com isso, em 2001, é aprovado o Plano Nacional de Educação, o que na ocasião levou a avanços significativos, pois tal proposta efetivava como meta “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001), e se configura em alicerce para a atual política de assistência estudantil efetivada por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

No ano de 2007 é instituído por meio do Decreto nº 6.096, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no qual, possui como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação” (BRASIL, 2007), e estabelece em seu artigo 2º que uma de suas diretrizes é a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (BRASIL, 2007).

A criação do REUNI, significou um novo passo em direção a democratização do ensino superior no Brasil, bem como, foi uma importante marca para a ampliação da assistência estudantil na primeira década do século XXI, com foco na ampliação das ações de inclusão de estudantes no ensino superior. Com isso propositava-se, avaliar avanços para o sistema universitário, com vistas na diminuição da evasão e na retenção dos estudantes nos cursos de graduação das universidades federais.

O PNAES tem como diretriz geral, a implementação de ações e projetos para a assistência estudantil, e que abarca diferentes eixos considerados fundamentais para a manutenção do acadêmico da universidade, a saber: alimentação; moradia estudantil; transporte; inclusão digital; assistência à saúde; cultura; apoio pedagógico; esporte; creche. Os critérios de seleção dos estudantes tem como consideração primária à situação socioeconômica do aluno. As variáveis constituintes dos critérios são definidas por cada instituição de ensino superior, na observância da realidade local, condição que também se aplica na divisão dos recursos, portanto, fica a cargo da IFES definir suas prioridades quanto aos eixos a serem atendidos pela assistência estudantil.

O PNAES foi dividido quanto a áreas consideradas estratégicas, segundo qual, deve se concentrar os esforços necessários para seu desenvolvimento: permanência; desempenho acadêmico; cultura, lazer e esporte; assuntos da juventude.







Para o alcance desses pontos, foi demandado as universidades federais, a criação de equipes multidisciplinares responsável pela operacionalização dos programas instituídos pelo novo modelo de assistência estudantil, tal equipe técnica, formada por assistentes sociais, psicólogos, entre outros profissionais, tendo em vista que esta equipe não é igual em todas as universidades. Essa equipe tem por intuito dar apoio aos estudantes no âmbito da política de assistência estudantil.

No ano de 2010, o então presidente Lula, estabeleceu por meio do Decreto nº 7.234 Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esse decreto simbolizou a regulamentação da política de assistência estudantil, de maneira que todas as instituições federais de ensino passariam a ter essa política em seu compêndio formativo de ações.

As ações expostas no decreto, por meio do Artigo 3º § 1º são as mesmas que citamos antes da Portaria ministerial. Porém, no artigo, é também colocada como ação o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010), tendo como objetivo a inclusão e acompanhamento de pessoas com deficiência no ensino superior, proposta instituída pelo governo federal pelo Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir (SILVEIRA, 2012, p. 71).

O público dessa política fica estabelecido como, majoritariamente sendo, os estudantes oriundos de escolas públicas. A ampliação de vagas promovidas pelo governo Lula, levou às universidades estudantes de baixa renda, nesta questão, a PNAES veio ao encontro a demanda pela permanência desses estudantes na universidade, pois a realidade desses estudantes se constitui em cenário desfavorável pela suas jazias nas universidades federais.

650

## CONCLUSÃO

No Brasil o crescimento da educação superior nos últimos anos, levou a um crescente número de outras demandas, pois o acesso ao ensino público superior se pressupõe também a criação de meios para a permanência dos estudantes. Assim temos um desafio, eis aí a real necessidade da política de assistência estudantil.

Ademais, ainda temos muito a avançar em todos os âmbitos da educação superior, conforme vimos, no curso histórico da educação superior no Brasil e da política de Assistência Estudantil, várias mudanças ocorreram, variações que não ficaram alheios as lutas e anseios do povo brasileiro e dos estudantes, que de forma incessante, através dos movimentos sociais, buscaram melhorias para a classe trabalhadora, tensionado os interesses puramente elitistas na busca por espaços para a classe trabalhadora.





Portanto a luta pelo amplo acesso a educação superior é a luta dos trabalhadores, mas também é a luta por medidas que garantam a permanência dos estudantes, portanto, a assistência estudantil é a operacionalização desse processo. Por meio de uma educação de qualidade, mesmo que corrompida pelo mercado de trabalho, pode fornecer condições adequadas a um crescimento profissional que possibilite ao trabalhador uma mudança na sua qualidade de vida.

De tal modo, analisando as subjetividades referente a questão emancipatória, pode se verificar que uma pessoa por meio da educação possa se tornar emancipada, não integralmente, mas de uma forma singular, individualizada, possibilitando ao cidadão mudança da sua própria realidade social.

Que independente da conjuntura posta, a luta social pela educação assume uma perspectiva de transformação da realidade, e manifesta sua leitura crítica de sociedade que desvela as contradições existentes no atual modelo societário, e permite ações no sentido de mudanças efetivas no rumo social da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 19851 de 11 de abril de 1931**. Estatuto das Universidades. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm)>. Acesso em 05 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em 10 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em 15 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_, **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 15 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.17, de 09 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação 2001– 2010, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis)>. Acesso em 15 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 6096 de 24 de abril de 2007**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, 2007. Disponível em:





<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acessado em 20 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915.** Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em: 10 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007.** Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acessado em 05 de fevereiro de 2017.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.** Plano Nacional de Assistência aos estudantes de Graduação das Instituições de Ensino Superior Públicas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.** Primeira Pesquisa do Perfil Social, Cultural e Econômico dos Estudantes das IFES, 1997.

MAYORGA, C; COSTA, F. C. S; CARDOSO, T. L. Universidade Pública no Brasil: Entre privilégios e direitos. In: MAYORGA, C. (Organizadora). **Universidade cindida, universidade em conexões: ensaios sobre democratização da universidade.** Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 19-45.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2004.

## A PRÁTICA DA CIDADANIA NO COMBATE A POBREZA E AS DESIGUALDADES COMO FORMA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

**Juraíldes Alves de Araújo**

**Resumo:** A presente pesquisa apresenta como problemática investigar qual é o papel e o funcionamento da escola, em sua concepção e estrutura atuais de ensino, no que se refere a educação para cidadania. Com isso, tem-se a intencionalidade de discutir e analisar os aspectos relacionados com o direito da cidadania e como a mesma esta sendo pensada no contexto escolar. Deste modo, este trabalho possui como objetivo identificar como a escola pública, em sua estrutura e funcionamento, estão cumprindo com seu papel no preparo da cidadania. A metodologia utilizada para desenvolver este estudo, pautou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem qualitativa.

**Palavras-chave:** Direito. Cidadania. Educação.

### Introdução

Esse artigo trata-se de um debate teórico a respeito da prática da cidadania no combate a pobreza e as desigualdades como forma de inclusão educacional, o objetivo principal do mesmo é identificar o papel da escola na formação da cidadania com foco no combate a pobreza e a desigualdade de modo a garantir os direitos e deveres do cidadão.

Justifica-se a escolha desse tema por motivos necessários a boa convivência e nutrir valores que transformam constantemente as escolhas humanas que cheguem as ideias de certo





ou errado, de bem ou mal. Como necessidade de resgatar nos alunos valores como: colaboração, honestidade, responsabilidade, convivência, atenção e respeito. Toda criança tem seu próprio mundo, por isso cabe a escola está facilitando a “leitura desse mundo”, fazendo com que a criança estabeleça relações com sua própria história de vida, formando assim sua identidade e valores morais.

Nesse contexto surgiu a pergunta norteadora da investigação: Qual é o papel da escola na formação da cidadania com foco no combate a pobreza e a desigualdade de modo a garantir os direitos e deveres do cidadão?

Hipoteticamente de maneira antecipada fizemos um prévia afirmação que o papel da escola na formação da cidadania com foco no combate a pobreza e a desigualdade de modo a garantir os direitos e deveres do cidadão é importante para que as crianças e adolescentes, saibam desde cedo que cidadania, direitos e deveres são essenciais na vida de cada um, bem como, conhecer e discutir o que é cidadania, o que são deveres e direitos e quais atitudes e ou ações que cabe a cada aluno e cidadão, e que são imprescindíveis para tornar a vida de cada um melhor e, como consequência, uma sociedade mais igualitária, mais humana e participativa.

É, portanto neste contexto, que procuramos investigar como a escola pode contribuir para formação da cidadania democrática. Os resultados da investigação originaram-se a partir de observações realizado na Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros, Setor Jardim Taquari em Palmas. Essa investigação está ancorada num olhar no âmbito da educação para cidadania. Os resultados da investigação apontam alguns meios necessários ao bom desenvolvimento deste trabalho, tais como: estudos dirigidos, aulas dialogadas, estudos de casos e dinâmicas de estudos em grupos e elaboração de relatórios. Com o intuito de desenvolver no aluno a compreensão dos conceitos fundamentais da Cidadania, motivando o aluno a propor atividades que desenvolvam suas habilidades aplicando ao cotidiano num processo dialógico de construção do conhecimento sistematizado.

653

### **Procedimentos Metodológicos**

A coleta de dados foi realizada a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Também, buscaram-se subsídios teóricos no Curso de Pedagogia. Utilizou-se como referencial teórico, os seguintes autores Freire (2009), Carvalho (1996), Chalita (2004), entre outros autores que mencionam sobre a temática de pesquisa.







Portanto, a temática de pesquisa envolve duas áreas muitas distintas de extrema importância que se interligam para a formação de uma sociedade, que conhece e busca seus direitos relativos a educação. Contudo, esse estudo pode fornecer uma grande contribuição para as escolas iniciarem o seu devido papel e perceberem que esses jovens um dia serão cidadãos do futuro, contribuindo assim para uma melhoria na educação.

### **Resultados e Discussão**

A escola cumpre a sua função social e política não somente na transmissão do conhecimento, mas também a partir do momento em que trata todos de maneira igualitária, respeitando suas diferenças, superando o preconceito e a discriminação existentes na sociedade. A escola não modifica por si só o imaginário e as representações coletivas negativas que se construíram sobre os ditos “diferentes” em nossa sociedade, mas ela ocupa um lugar de destaque para a superação do preconceito, fazendo uso de um trabalho sistemático e crítico na formação de valores de cada aluno.

A presente observação foi feita na Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros, tendo como objetivo desta pesquisa a necessidade de questionar a realidade e assim construir novos conhecimentos de forma autônoma para modificar ou propiciar melhorias a realidade investigada fazendo intervenções na prática de forma reflexiva.

Observa-se que a escola tem procurado desenvolver o seu papel no que diz respeito a educação, assumindo o compromisso de ser um espaço para formação de cidadãos críticos e responsáveis, “formando cidadão responsável”, observando a LDB 9.394/96 artigo 35, que tem como finalidade a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

O perfil socioeconômico da comunidade é bem diversificado e a maioria tem renda mínima. Cerca de 30% das famílias depende de Programas do Governo Federal, sendo que a maioria não possui ensino fundamental completo, o que dificulta o acompanhamento escolar dos filhos. Sendo assim, a função social da escola está fundamentada numa postura transformadora que responde aos anseios da comunidade, oferecendo um ensino de qualidade para todos, pressupondo uma vivência democrática, pautada no respeito à diversidade cultural e na convivência com o meio, tendo a cidadania como direção maior no processo formativo, valorizando fatos, conceitos, princípios, procedimentos e atitudes necessárias à formação de uma sociedade mais justa e igualitária.





O Projeto Político-Pedagógico da escola expressa a prática pedagógica e o eixo norteador do trabalho educacional. O mesmo é elaborado de forma coletiva, com a participação dos funcionários, alunos, pais e comunidade, expressando o desejo de todos que fazem a educação, tendo como foco o aluno, a sua formação, aprendizagem e organização do processo pedagógico. Esta unidade escolar propõe a Educação Inclusiva, pois atende crianças portadoras de necessidades especiais e busca atender à suas especificidades. Buscamos formar alunos participativos que contribuam com a transformação social e oportunizar momentos de participação dos alunos nas decisões da escola, criando espaços favoráveis ao diálogo, através de reuniões e conselhos de classe.

A Escola tem clareza da sua função social e do homem que se quer formar, tendo como visão de futuro “Educar” partindo do princípio prática-teoria-prática, em busca da construção de uma sociedade justa, igualitária, vivenciada de valores e conhecimentos socialmente úteis, almejando o desenvolvimento integral do ser humano, sujeitos do contexto social e capazes de transformar o ambiente em que vivem.

A relação da escola com os demais agentes da educação é boa e a gestora procura estabelecer e construir uma convivência democrática, baseando-se nas leis que regem a educação, e participação. As decisões são tomadas coletivamente, priorizando os objetivos centrais, promovendo a construção de personalidades, almejando o exercício competente da cidadania embasada nos princípios de igualdade e da participação ativa de todos os membros envolvidos no processo educativo.

Em suma, ser cidadão e ter o direito a um ensino de qualidade, é ter um lar, é poder ter um trabalho digno que o remunere com equidade. E é dentro do seio familiar, da escola e da sociedade ao qual está inserido que o cidadão forma e toma consciência de seus direitos e deveres. Educar para cidadania, não é uma tarefa fácil nem para escola, como também para a família. Como cidadãos, necessitamos ter clareza sobre os nossos direitos, mas primeiramente precisamos respeitar o outro, além de ter conhecimento e exercer os nossos deveres, é importante conhecermos as políticas públicas e pensar criticamente sobre a sociedade atual, para assim buscar-se uma escola melhor, uma educação de qualidade e que valorize o processo de desenvolvimento da cidadania, pois somente assim teremos uma sociedade melhor, em que todos sejam ativos e críticos.

### Considerações Finais





A função social da escola abrange muito mais que a transmissão linear de conhecimentos e informações científicas que atendem as exigências do currículo. Além de garantir à aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários a socialização, é também de sua responsabilidade formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, ativos, conscientes de seus direitos e deveres, e eticamente responsáveis. Para isso, o sistema educacional e os professores precisam criar condições para que seus alunos deixem a passividade e se tornem cidadãos que pensem e atuem por si. Assim, faz-se necessária uma prática pedagógica comprometida com o processo ensino aprendizagem, relacionando os conteúdos aos interesses dos educandos para que estes sejam capazes de desenvolver aprendizagens significativas, capacidades psíquicas e consciência da realidade circundante e, assim, alcancem mudanças na sua personalidade e sejam capazes de lutar para a transformação da sociedade.

A partir do que foi exposto, pode-se observar que atualmente a escola configura-se como um importante espaço de transformação social. E ainda que essa instituição não possa se responsabilizar sozinha por tais mudanças, ela deve participar de modo ativo nesse processo, tendo como instrumento principal o Projeto Político Pedagógico. Esse projeto, por sua vez, deve fazer parte de modo efetivo do cotidiano escolar.

656

As questões levantadas nesse estudo observou que a escola está fundamentada numa postura transformadora que responde aos anseios da comunidade, oferecendo um ensino de qualidade para todos, pressupondo uma vivência democrática, pautada no respeito à diversidade cultural e na convivência com o meio, tendo a cidadania como direção maior no processo formativo, valorizando fatos, conceitos, princípios, procedimentos e atitudes necessárias à formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Neste contexto social, procura contribuir para melhoras no ensino, entendendo as necessidades de estudar sobre os direitos humanos é amplo e universal. E para isso faz-se necessário utilizar formas simples e atraentes para as crianças na educação infantil, para que possam começar a entender seus direitos e deveres e o que devem fazer para que tenhamos uma sociedade mais justa. Transformando as atividades em um prazer para as crianças, sendo possível fazê-las entender o que é o respeito pelo outro e a importância dessa atitude na vida das pessoas.

O Projeto Político Pedagógico da escola mostra a visão macro do que a instituição escola pretende fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas como às funções administrativas, fazendo parte do





planejamento da gestão escolar. A questão principal do planejamento é expressar a capacidade de transferir o planejado para a ação. Nele o aluno é visto como sujeito ativo na construção do próprio conhecimento e o professor, um orientador facilitador. Ele expressa claramente as ações norteadoras das dimensões de gestão, de resultados educacionais, participativa, pedagógica, de pessoa e de serviços e recursos, as quais são percebidas de forma coletiva e articuladas.

Nesta escola o trabalho é feito de forma participativa e coletiva por meio da realização de ações diversas como: Programa Mais Educação, Escola Comunidade; PSE (Programa Saúde na Escola), PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), Projeto Sinfonia. No entanto, visualiza-se que as pessoas são diferentes, e é preciso entender que muitas atividades vão proporcionar o prazer em aprender para alguns e outros não. Para isso é preciso realizar diversas atividades para que todos possam aprender com prazer, e isso é muito importante na infância. Para termos uma sociedade justa e organizada precisamos instruir os cidadãos atuantes do futuro para que possam exigir respeito e respeitar os outros.

Conclui-se que a educação é um direito humano e social, que ainda precisa ser conquistado, garantir o acesso a todos não é suficiente, é preciso garantir o acesso e permanência de todos, só assim será possível discutir se existe uma educação de qualidade, baseada na inclusão e na qualidade social.

657

### Referências

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. de 05 de Dezembro de 1988.

CHALITA, Gabriel. **Educação, A solução está no afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

\_\_\_\_\_. **O papel do professor na construção da cidadania**. Disponível em: <http://www.chalita.com.br/index.php/o-escritor/textos/item/227-o-papel-do-professor>. Acesso em: 12 agos. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.







## **POLÍTICA PÚBLICA E TRABALHO INFANTIL: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) COMO MECANISMO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL**

**Kaline Carvalho Rocha  
Layanna Giordana B.Lima**

**RESUMO:** O presente artigo foi elaborado como pré-requisito para finalizar o curso de Pós Graduação Educação, Pobreza e Desigualdade Social vinculado à Universidade Federal do Tocantins. Assim, o presente trabalho busca apresentar uma breve análise bibliográfica sobre o Programa Bolsa Família como mecanismo de erradicação do trabalho infantil, mediante um debate sobre a categoria trabalho a partir de um breve resgate histórico, bem como uma análise sobre infância e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dessa forma, finaliza-se expondo um debate sobre o Programa Bolsa Família como política pública de enfrentamento ao trabalho infantil e a escola como parceira e componente na rede de proteção à criança e ao adolescente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho Infantil. Bolsa Família. Criança e Adolescente.

### **Introdução**

O estudo busca apresentar uma análise bibliográfica sobre o trabalho e o Programa Bolsa Família como política pública de erradicação do trabalho infantil a partir do objetivo geral de analisar o Programa Bolsa Família como mecanismos de erradicação do trabalho infantil, propiciando assim debater sobre a categoria trabalho, infância e as política pública de proteção para criança e adolescente.

658

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que foi criando no ano de 2003 pelo Governo Federal mediante a criação do Ministério de Desenvolvimento Social, e tem por objetivo combater a pobreza e as desigualdades sociais no Brasil. Portanto, seu público alvo são famílias que estão em situação de pobreza e extrema (WEISSHEINER, 2006).

Logo, o referido programa torna-se uma ferramenta essencial no combate e enfrentamento do trabalho infantil, bem como aponta Cipola (2001), a pobreza é um dos principais motivos da inserção de crianças no mercado de trabalho, pois objetivam ajudar no sustento da família.

Com isso, aponta-se um debate sobre a origem do trabalho, tendo em vista as modificações ocorridas no mundo do trabalho, tendo como um dos exemplos a Revolução Industrial nas primeiras décadas do século XVIII. Assim, segue um breve histórico sobre infância e a rede de proteção à criança e ao adolescente, bem como, um debate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo este um instrumento significativo e legal para garantir e efetivar a proteção integral à criança e ao adolescente. Destaca-se que, somente após a promulgação do referido estatuto, que a criança passa a ser vista como sujeito de





direitos. Logo, continua o estudo apresentando uma análise sobre o Programa Bolsa Família como política pública de enftretamento ao trabalho infantil.

### **Procedimentos Metodológicos**

Destaca-se que o estudo faz uso da pesquisa bibliográfica, que consiste em um “[...] apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 158).

Diante disso apresenta-se uma análise bibliográfica sobre o trabalho e o Programa Bolsa Família como política pública de erradicação do trabalho infantil a partir do objetivo geral de analisar o Programa Bolsa Família como mecanismos de erradicação do trabalho infantil, propiciando assim debater sobre a categoria trabalho, infância e as políticas públicas de proteção para criança e adolescente.

### **Resultados e Discussão**

Como este trabalho tem por objetivo geral de analisar o Programa Bolsa Família como mecanismos de erradicação do trabalho infantil, foi necessário fazer um breve estudo sobre cada categoria utilizada. Sabe-se que o trabalho infantil teve maior ênfase no Período da Revolução Industrial, já no Brasil, o trabalho infantil foi inserido desde a colonização do país, de modo que, crianças portuguesas órfãs e pobres eram trazidas nos navios para trabalhar na limpeza e em outras atividades junto a tropa (PRIORI, 2004). Ao decorrer dos anos, foram exploradas a mão de obra das crianças indígenas e negras, as quais, juntamente com seu povo exerciam trabalho escravo para garantir sua subsistência.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos dias atuais o trabalho infantil no Brasil tem representando uma questão cultural, ou seja, muitas famílias inserem seus filhos no mundo do trabalho como garantia de “um futuro melhor”, sendo essa uma condição ligada à pobreza e às deficiências do sistema educacional.

Nesse sentido, Cipola (2001) ressalta que vários são os fatores que levam a inserção da criança ao mercado de trabalho, algumas delas são:

A pobreza, que leva as famílias a ofertarem a mão de obra dos filhos muito cedo. A ineficiência do Sistema educacional do Brasil, que torna a escola desinteressante para os alunos e promove elevadas taxas de repetência e evasão. O sistema de valores e tradições de





nossa sociedade, marcado pela chamada “ética do trabalho”. O desejo de muitas crianças de trabalharem desde cedo. (CIPOLA, 2001, p. 30-31).

Portanto, conhecer a realidade do trabalho infantil significa também conhecer as condições desumanas em que ocorrem. Milhares de crianças trabalham de sol a sol nos canaviais e engenhos, nas ruas, nos lixões desenvolvendo atividades penosas, perigosas e em ambientes insalubres no Brasil (CIPOLA, 2001).

No ano de 2003 foi criado então o Programa Bolsa Família (PBF), é um programa de transferência de renda do governo Federal, regulamentado pela Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, sob a gestão nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, para a erradicação da extrema pobreza no país (WEISSHEINER, 2006).

O PBF tem por público alvo as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, renda mensal de até R\$70,00 por pessoa e famílias pobres com renda mensal de R\$70,01 a R\$ 140,00 por pessoa. Uma característica considerada central do programa “[...] é que ele procura associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social [...]” (WEISSHEINER, 2006.p.25).

Destaca-se que o Programa Bolsa Família tem por objetivo principal:

[...] contribuir para a superação da pobreza, em três eixos de atuação: Alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias; Aplicação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, por meio das condicionalidades, contribuindo para que as famílias rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza; Coordenação com outras ações e programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza. (BRASILIA, 2012. p. 5)

660

Contudo o Programa Bolsa Família ao longo de sua trajetória tem se efetivado como política social juntamente com outros serviços, programas e projetos voltados para o enfrentamento da pobreza e extrema pobreza.

Portanto, o combate ao trabalho infantil é uma questão de direitos humanos. Além de exigir a participação de todos os segmentos sociais, Estado e sociedade civil, pois a erradicação do trabalho infantil é um imperativo e deve ser compromisso de todos.

### **Considerações Finais**

De acordo com o estudo, aponta-se que o tímido avanço na educação, fez com que crianças e adolescentes estudantes percebessem que por meio da educação, que existe uma perspectiva de mudança de realidade, pois com acesso a escola, as crianças conseguem





perceber junto com sua família, que a educação traz oportunidades, e que podem ter um futuro diferente do que foi negado aos seus pais.

Desse modo, pensa-se que através do conhecimento se conquista a emancipação, mas para isso, precisam de uma educação de qualidade que abrirá possibilidades para a transformação desta realidade (GEORGES, 2017).

Conforme o autor é evidente limitação do conceito de subdesenvolvimento, mas trata-se, hoje, de pensar os parâmetros de uma sociedade mais justa, que crie as bases para um desenvolvimento sustentado em termos sociais, econômicos, políticos, éticos e culturais.

Nos debates e discussões nos encontros presenciais da pós-graduação em Educação, Desigualdade e Pobreza, foi abordado exatamente sobre as lutas pelos direitos e conquistas sociais, porém, infelizmente o que se retrata na atual conjuntura é o preconceito, a não aceitação do pobre garantindo os mínimos sociais onde os mesmos são culpabilizados pelo meio em que vivem, são invisíveis, sem voz e vez, excluídos, além de julgados por receberem um valor mínimo para a sobrevivência (Bolsa Família) são chamados de acomodados. A discussão cotidiana nas escolas, no Congresso, no Senado, na mídia e na sociedade civil como um todo tem sido, em grande medida, pautada pela compreensão da injustiça social e da pobreza que tanto aflige.

661

O Brasil tem uma Constituição Federal que determinou vários avanços sociais, mas os estabeleceu em período de grandes restrições econômicas, que fazem com que a sociedade permaneça na desigualdade.

Portanto, o decorrer do estudo identificou-se que sobre o trabalho infantil, o maior desafio é desmistificar o senso comum de que se a criança trabalhar, exercer trabalhos pesados e com longa jornada, é o melhor para ela, a torna uma pessoa melhor e futuramente terá uma renda maior que sua família, essa realidade é visível principalmente nas famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. Público alvo do Programa Bolsa Família.

Diante disso, observa-se que a articulação do Bolsa Família com outras políticas favorece o serviço em rede e uma maior proteção aos usuários, assim, o mesmo é um serviço fundamental no enfrentamento do trabalho infantil, pois, além de propiciar o benefício como uma intervenção imediata objetiva um acompanhamento das famílias beneficiárias por outros serviços e políticas, a exemplo da articulação com a escola e os serviços de saúde.







Entretanto, atrelando o aprendizado no decorrer da especialização, é importante a reflexão, numa conjuntura como esta é assumir um movimento de resistência à violação dos direitos da criança e do adolescente no combate ao trabalho infantil. Contudo, este é um dever de todos os segmentos sociais e profissionais, na medida em que é urgente a transformação social, o que envolve inclusive a erradicação do trabalho infantil.

### Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. Ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002, p.23.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** Tradução de Dora Flaksman. 2º ed.-Rio de Janeiro: LTC, 1975. L' Enfant Et La Vie familie sous l' Ancien Regime. 1981.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento. - 5.ed. ver. e atual.- São Paulo: Cortez, 2009.

BOTTOMORE, Tom. Mais-valia. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p.227.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas constitucionais da Revisão n1 a 6/ 94. Brasília; Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008, 464p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente (1990).** 7 ed. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009, p.184.

CAMPOS, Herculano Ricardo; FRANCISCHINI, Rosângela. **Trabalho infantil** produtivo e desenvolvimento humano. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, vol.8,n. 1, p. 119-129, jan./jun. 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n1/v8n1a15.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

CARMO, Paulo Sérgio. **A Ideologia do Trabalho.** 2. ed. São Paulo:Moderna 2005,p.44

CIPOLA, Ari. **O trabalho Infantil.** São Paulo: Publifolha, 2001.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira:** uma equação possível. 3ª Ed. São Paulo: Moderna: 2008.

FALEIROS, Eva Silveira. **Alfabetização e Diversidade.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada. 2ª edição, Brasília: 2008.

GEORGES, Rafael. **A distância que nos une:** um retrato das desigualdades brasileiras. OXFAM: Brasil, Brief Comunicação: 2017.

HENRIQUES, Ricardo; FIALHO, Leandro; CHAMUSCA, Adelaide (Org.). **Proteger para educar: a escola articulada com as redes de proteção de criança e adolescentes.** Cadernos SECAD 5: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério de Educação: Brasília, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** 3ª ed.- São Paulo, Cortez 2008

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 16 ed. São Paulo, Cortez, 2010.





## POBREZA, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENFRENTAMENTO E SUPERAÇÃO DA POBREZA

Karla Rayane Alves da Silva

**Resumo:** A pobreza enquanto fenômeno social tem sido matéria persistente na agenda política dos Estados colocando para eles o desafio de pensar e implementar políticas públicas de combate à pobreza. Nesse contexto, a Educação em Direitos Humanos tem sido fomentada por organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), como uma importante estratégia no enfrentamento e superação da pobreza, enquanto uma forma de violação dos direitos humanos. O Brasil, por estar alinhado com as tratativas na ONU no que tange aos direitos humanos, tem incorporado as orientações desse organismo para a Educação em Direitos Humanos ratificando-a como política pública. O objetivo desse artigo é, portanto, analisar a Educação em Direitos Humanos no Brasil do ponto de vista conceitual, histórico, metodológico e o seu papel estratégico no enfrentamento e superação da pobreza. Para tanto, utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, na qual se analisou o arcabouço de conhecimentos já construído sobre a temática, e a pesquisa documental, a qual se voltou para a análise de documentos sobre a Educação em Direitos Humanos como, por exemplo, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. A conclusão a que se chegou com esse estudo foi que a Educação em Direitos Humanos apresenta, de fato, potencialidades no enfrentamento e superação da pobreza através da transformação dos coletivos empobrecidos em sujeitos de direitos capazes de construir estratégias individuais e coletivas de enfrentamento da pobreza. Ademais, ela já é uma realidade na educação brasileira, em que pese estar permeada de grandes desafios e contrassensos na atualidade.

**Palavras-chave:** Pobreza; Direitos Humanos; Educação em Direitos Humanos.

### Introdução

663

O enfrentamento e superação da pobreza tem se constituído, sobretudo a partir da década de 1990, em uma preocupação central dos governos, assumindo uma posição de destaque nas suas agendas e influenciando a formatação das políticas sociais. Nesse cenário, a Educação em Direitos Humanos tem sido fomentada por organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), como uma importante estratégia no combate à pobreza, partindo do pressuposto de que a pobreza é uma das formas de violação dos direitos humanos. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar a educação em direitos humanos, buscando desvendá-la do ponto de vista conceitual, histórico, metodológico e, ainda, o seu papel no enfrentamento e superação da pobreza no contexto brasileiro. Parte-se das seguintes questões norteadoras: o que é e quando surgiu a Educação em Direitos

Humanos? A Educação em Direitos Humanos já faz parte da realidade educacional brasileira? Como é trabalhada no cotidiano escolar? Qual o seu papel no enfrentamento e superação da pobreza?

### Procedimentos metodológicos





Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual se utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica que consiste na análise dos conhecimentos já produzidos e catalogados sobre uma determinada temática e a pesquisa documental que se define pela análise de documentos, ou seja, das fontes primárias de informação. Nesta última, analisou-se documentos relativos à Educação em Direitos Humanos, tais como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

### **Resultados e discussão**

A pobreza trata-se de um fenômeno sempre presente na história das sociedades humanas, quer nas sociedades antigas e medievais quer nas sociedades modernas e contemporâneas. De acordo com Pinzani e Rego (2016, p. 19), a pobreza deve ser entendida como um fenômeno complexo e multifacetado, assim ela deve ser compreendida não apenas como um baixo nível de renda. Além do critério de renda, existem outros que devem ser levados em conta para a caracterização da pobreza, tais como: a classe social e econômica, o lugar de residência, a etnia ou cor da pele, o gênero, a idade, a composição e estrutura da família. Em síntese, a pobreza se caracteriza pela privação ou precário acesso a bens e serviços para o atendimento das necessidades básicas que se dão prioritariamente em função da baixa renda, mas que também podem ser agravados em função de variáveis como idade, etnia ou raça, gênero, entre outras.

664

Adentrando no campo do pensamento educacional, Arroyo (2016) destaca que a concepção de pobreza presente com maior força é a concepção moralista, na qual a pobreza é tida como uma questão individual, de modo que os pobres são responsabilizados por sua própria situação, cabendo também a eles encontrar meios de superá-la.

Chama-se atenção para o fato de que a adoção dessas concepções tradicionais de pobreza no pensamento educacional está repleta de pontos problemáticos: 1. as concepções tradicionais de pobreza não priorizam os aspectos materiais desse fenômeno, bem como suas consequências na vida escolar dos educandos; 2. ao considerar a pobreza como fruto de carências intelectuais e morais ou, ainda, como resultado da falta de qualificação para o mercado de trabalho, deposita na educação/escolarização a função messiânica de salvar os pobres; 3. os currículos escolares são negativamente impactados pela demanda posta à educação quer de moralizar os pobres, quer de dotá-los de competências técnicas: de um lado, sobressai-se um currículo que valoriza a moralização em detrimento do conhecimento e, de





outro, notabiliza-se um currículo de competências que, ao priorizar a qualificação técnica, pode redundar na tecnificação do ensino em prejuízo da formação política.

Entende-se que a percepção de pobreza incorporada no pensamento educacional para referenciar os currículos e a forma de ensinar milhares de crianças e adolescentes pobres presentes nas salas de aulas deve ser a de natureza crítica que entende a pobreza como um fenômeno intrínseco do sistema capitalista e que colocar para a educação a tarefa principal de minimizar ou erradicar a pobreza através da moralização ou qualificação técnica dos pobres é, como disse Arroyo (2016, p. 10), “[...] uma forma irresponsável de jogar para as escolas e seus(suas) mestres(as) a solução de um problema produzido nesses contextos sociais, políticos e econômicos, ou seja, muito além do ambiente escolar”.

Relacionando a pobreza com a temática dos direitos humanos, é possível afirmar que ela é por si só uma violação aos direitos humanos e não apenas porque afronta os direitos econômicos dos indivíduos de dispor de condições mínimas para uma subsistência digna, mas também porque geralmente está associada a não fruição de direitos civis, políticos e principalmente sociais.

A Educação em Direitos Humanos, nesse contexto, tem sido fomentada como uma importante estratégia de enfrentamento e superação da pobreza. A Educação em Direitos Humanos objetiva estimular os sujeitos a conhecer, usufruir, difundir, promover e defender os direitos humanos na perspectiva de sua formação como sujeitos de direitos, críticos, conscientes e empoderados capazes de transformar a sociedade. É nesse sentido que Candau (2008 *apud* MENDONÇA, 2016) aponta como dimensões da Educação em Direitos Humanos a formação de sujeitos de direitos, o favorecimento de processos de empoderamento e a transformação para construir sociedades democráticas e humanas.

A Educação em Direitos Humanos deve ser tarefa de todas as áreas de políticas públicas (educação, saúde, assistência, etc.). No âmbito das escolas, em consonância com o pensamento de Mendonça (2016), a educação em direitos humanos deve estar presente no currículo, no projeto político-pedagógico, no regimento interno, nos materiais didáticos e pedagógicos, nos processos de gestão democrática e avaliação e na formação inicial e continuada dos professores.

A Educação em Direitos Humanos não deve ser cerceada como forma de produzir falsos consensos. Ela deve abranger a discussão dos mais diversos temas como a paz, a justiça, a tolerância, a diversidade étnico-racial, de geração, de origem/nacionalidade, de







gênero, orientação sexual, religião, condição socioeconômica, entre tantos outros, sempre na perspectiva de construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos.

Nesse sentido, é preciso voltar um olhar especial para os docentes deixando assente que o seu papel de educar em direitos humanos independe de suas concepções pessoais, mas, ao mesmo tempo, propiciando a eles espaços de reflexão e formação continuada onde eles próprios possam ter a sua mentalidade e as suas atitudes transformadas na direção da compreensão e reconhecimento dos direitos humanos.

Do ponto de vista metodológico, a Educação em Direitos Humanos, como preconizam as Diretrizes Nacionais, pode ser trabalhada de forma transversal, disciplinar ou mista. Na transversalidade, as temáticas relacionadas ao direitos humanos são tratadas interdisciplinarmente; na disciplinaridade, são tratadas como conteúdo específico de uma disciplina já existente; e na forma, a transversalidade e a disciplinaridade se combinam e se complementam. Pressupõe o uso de estratégias metodológicas que favoreçam a visualização e realização dos direitos humanos na vida cotidiana ou, nas palavras de Candau (2008 *apud* MENDONÇA, 2016), a efetividade do discurso. Na visão dessa autora, a estratégia metodológica adequada aos processos de Educação em Direitos Humanos é aquela que parte da realidade vivida pelos sujeitos e propicia experiências que lhes permitem vivenciar os direitos humanos.

666

Crê-se que orientada por essas estratégias metodológicas e outras assertivas aqui explicitadas a Educação em Direitos Humanos se revelará com maior potencialidade na construção de uma cultura universal de respeito aos direitos humanos e, conseqüentemente, de uma sociedade mais justa e fraterna pelo enfrentamento de problemas sociais como a pobreza.

Considera-se que a Educação em Direitos Humanos tem um papel estratégico no enfrentamento e superação da pobreza na medida em que propicia aos sujeitos o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de permitir-lhes compreender a realidade e as causas desse fenômeno e construir estratégias individuais e coletivas de enfrentamento e luta contra os processos sociais geradores de exclusão, desigualdade e pobreza.

### **Considerações finais**

Pode-se afirmar que a Educação em Direitos Humanos já é uma realidade no Brasil, pois, abraçando as recomendações da ONU, esse país já ratificou o seu status de política pública e possui diversos documentos balizadores dessa proposta inovadora de educação.





Esses avanços no plano jurídico-institucional, no entanto, não impedem que se veja na educação brasileira um descompasso entre esses avanços e a realidade concreta, pois ainda existem inúmeras escolas em que a temática dos direitos humanos não está presente nos seus projeto político-pedagógico, regimento, materiais didáticos, aulas, formação continuada dos professores etc.

Ainda é digno de nota que o Brasil está vivendo atualmente um verdadeiro contrassenso na área da Educação em Direitos Humanos. Na contramão dos avanços já obtidos, das orientações nacionais e internacionais para a Educação em Direitos Humanos, o país tem vivido acontecimentos não colaboram para uma difusão dos direitos humanos e tendem a gerar um desprezo e falta de interesse pela temática, reduzindo as possibilidades daqueles que se opõe aos direitos humanos de através do contato com eles sofrer uma mudança de mentalidade e de atitudes. A título de exemplificação pose-se citar o fato de muitas escolas terem rejeitado o uso de materiais didáticos que abordam a questão da diversidade de gênero e de orientação sexual. Mais recentemente pode-se citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça de que, no Enem 2017, as redações que contrariarem os direitos humanos não poderão ser anulados, sob a justificativa de garantir o direito à liberdade de expressão.

667

Nesse cenário cabe finalizar um questionamento: como criar e fortalecer uma cultura de direitos humanos censurando temáticas importantes relacionadas a esses direitos e permitindo que eles sejam frontalmente feridos? Isso demonstra que a discussão dessa temática ainda não está esgotada e que ainda há muito o que se avançar no campo da Educação em Direitos Humanos.

### Referências

ARROYO, M. G. Pobreza, Desigualdades e Educação. Módulo Introdutório. **Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Relatório**. 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.





**Declaração e Programa de Ação da Declaração de Viena** – 1993. Disponível em:<  
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Confer%C3%A2ncias-de-C%C3%BApula-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-sobre-Direitos-Humanos/declaracao-e-programa-de-acao-de-viena-1993.html>>. Acesso em: 16 de novembro de 2017.

Folha de São Paulo. **22% dos brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, diz estudo.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931680-22-dos-brasileiros-vivem-abaixo-da-linha-da-pobreza-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 15 de novembro de 2017.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 2014.

MENDONÇA, E. F. Módulo II – Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. **Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social.** Brasília: Ministério da Educação, 2016.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270 – 287, 2012.

MOTA, A. E. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. **Configurações**, n. 10, 2014.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

PINZANI, A.; REGO, W. L. Módulo I – Pobreza e Cidadania. **Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social.** Brasília: Ministério da Educação, 2016.

## **CULTURA, POBREZA, EXCLUSÃO, DESQUALIFICAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE OS MIGRANTES MARANHENSES**

**Karoline de Oliveira Rebouças**

### **1. A NOÇÃO DE CULTURA**

O termo “Cultura” carrega em si uma grande complexidade e pode ser entendido desde a sua relação com a natureza, até mesmo ao mais alto grau de produção intelectual humana. Muitas discussões foram desenvolvidas por teóricos das mais variadas áreas de conhecimento, mas até o presente momento não há apenas um conceito para o que seja “cultura”. O conceito de cultura incorpora questões e contradições através das quais se desenvolveu, fundindo e absorvendo experiências e tendências díspares de sua formação. É impossível, portanto, realizar uma análise cultural sem ater-se a uma consciência histórica do conceito de cultura. Deve-se analisar o conceito de cultura atrelado aos conceitos de sociedade e economia, que sofreram transformações históricas indispensáveis na trajetória dos homens (WILLIAMS, 1992).





Desde a antiguidade muitos intelectuais se empenharam em explicar o comportamento humano e suas diferenças de sociedade para sociedade. Alguns foram adeptos ao determinismo geográfico, outros do determinismo biológico, no entanto nenhuma dessas teorias foram suficientes para explicar a noção de cultura e a diversidade de costumes entre os povos. Inicialmente o termo “*Cultura*” estava ligado à agricultura, colheitas, animais e traz em sua essência os vestígios da transição histórica, pois compila questões filosóficas de diferentes épocas. Nesse primeiro momento existe uma tênue linha de separação entre a noção de cultura e natureza, no entanto a cultura passa a ser compreendida como um meio de transformar a natureza e seus derivados, ou seja, “a natureza produz cultura que transforma a natureza” (Eagleton, 2011).

A chegada da modernidade e as constantes reviravoltas sociais e econômicas, fez com que o conceito de Cultura fosse vinculado ao conceito de civilização. Cultura passou a ser designação de “civilidade” entre os europeus que colonizavam a América “Selvagem”. A mentalidade colonialista dos europeus transformava o “outro” – americanos, africanos e asiáticos – em bárbaros, incivilizados, sendo assim destituídos de cultura, diferenças étnicas e religiosas. Cultura passou ser entendida como uma “classificação geral das artes, da religião e instituições e práticas de significados e valores”, tornando-se um conceito social ligado às práticas e manifestações dos homens na História.

669

Segundo Williams (1992), a contemporaneidade relacionou o conceito de Cultura, simplesmente, a ideias, crenças, artes, costumes, que são determinadas pela história material básica. Hoje, deve-se pensar a Cultura enquanto processo social que cria e compõe “modos de vida” específicos e díspares, sem ignorá-lo como “material”; analisando as relações sociais e o processo de dominação que envolve a luta de classes.

Diante da perspectiva apontada por Williams (1992), Eagleton (2011) analisa que a ideia de cultura passa por uma crise conceitual, pois na contemporaneidade o cultural e o social tornam-se idênticos. Portanto, cultura passa a ser tudo que não é geneticamente transmitido, ou ainda todas as práticas vivenciadas que capacitam uma sociedade a experimentar de maneira convicta as condições de sua existência. Desde a década de 1960 que o termo cultura passou a representar a afirmação de uma determinada identidade, seja ela nacional, sexual, étnica ou regional.

É nesse ponto da discussão acerca da palavra cultura que chega-se a um impasse teórico, pois a cultura deixa de ser algo que une e soluciona problemas, para se tornar parte da







teia complexa de problemas. Entende-se que na sociedade globalizada, a cultura está diretamente relacionada à vida cotidiana e nesse ponto de vista, tornar-se também igualmente palco de conflitos entre grupos distintos em uma mesma sociedade. Tais grupos buscam maior reconhecimento identitário, representação política, melhor distribuição de renda, tudo que venha a lhes garantir justiça social. É com foco nessa sociedade globalizada e em um grupo cultural específico – migrantes maranhenses – que o esse trabalho se desenvolve.

## 2. GLOBALIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E POBREZA

Sevcenko (2001) aponta que a corrida desenvolvimentista iniciada na Revolução Científico-tecnológica (1870) modificou completamente a maneira de viver e agir das gerações posteriores..

Seguindo esse ponto de vista, o processo de globalização mundial não interfere apenas nas relações entre os indivíduos e a maneira como estes se relacionam com a sociedade. Mas influencia diretamente as transformações substanciais que afetam também o Estado e a economia nesse início do século XXI. Os modelos de circulação e distribuição da riqueza, o trabalho e as formas de emprego, a revolução tecnológica Diante de tantas inovações tecnológicas, faz necessário uma postura crítica em relação às transformações socioeconômicas que são impelidas às populações, já que não se pode limitar os interesses das sociedades e das gerações atuais, mas deve-se levar em conta a sobrevivência e a qualidade de vida das gerações futuras. acelerada, o surgimento de serviços de ponta, o aprimoramento dos equipamentos de consumo, os novos circuitos de mercado e a expansão dos mercados locais são reflexos das redefinições do mundo globalizado (TELLES, 2010). Diante desse contexto socioeconômico, constata-se o aumento da desigualdade social e a exclusão de uma parcela considerável dos habitantes das cidades, o crescimento da informalidade e a fronteira entre o legal e o ilegal torna-se tênue.

Ao final do século XX e início do século XXI era possível afirmar que em cada país de Primeiro Mundo há instalado um país de Terceiro Mundo de pobres, sem tetos, doentes, idosos e desempregados. Bem como cada país de Terceiro Mundo possui seu próprio país de Primeiro Mundo de privilégios, desenvolvimento do capital, modernidade, acesso à cultura, dentre outros (FUENTES, 1993). No Brasil tal interpretação pode ser constatada com a ideia de que as regiões sul e sudeste representam o Primeiro Mundo dentro do Terceiro Mundo do Norte, Nordeste e Centro-oeste. Destarte é necessário cuidado para que os estudos acerca da situação social contemporânea não recaiam num reducionismo econômico, que elimine as





complexidades da motivação, do comportamento e da função dos sujeitos sociais, supervalorizando a visão teórica de um homem (exclusivamente) econômico (THOMPSON, 1998).

Tanto a sociologia quanto a economia possuem a tendência de revelarem-se extremistas. O legítimo desenvolvimento científico pode surgir da interação dialética entre os modelos estatísticos (modelos limpos) da economia e os modelos de compreensão da sociedade (mãos sujas). O resultado seria, uma melhor compreensão de uma realidade social por meio de dados estatísticos, sem que sejam ignoradas as variações culturais e históricas de tal sociedade (HIRSCH et al, 2003).

É nesse contexto de transformações e discussões sobre a pobreza, a exclusão e a desqualificação social, que surge a figura do migrante e a forma que esse indivíduo se posiciona e age diante da nova realidade das tramas sociais. Telles trata da questão dos deslocamentos e mobilidades dos indivíduos e enfatiza a importância dessas práticas diante da nova trama criada pelo modelo de globalização pós-fordista como uma “travessia de fronteiras, (...) deslocamentos de trabalho e trabalhadores seguindo os fluxos dos capitais e das redes de extensão variada por onde opera o chamado capitalismo flexível, ao mesmo tempo em que o traçado desses deslocamentos tem impactos consideráveis sobre a reconfiguração dos espaços urbanos”. (TELLES, 2010, p 16)

671

Corroborando com o estudo de deslocamento e mobilidades apresentado por Telles (2010), Baeninger (2012) traz uma nova perspectiva para os estudos acerca de deslocamentos populacionais internos. O conceito de rotatividade migratória trata-se, inicialmente, de um fenômeno migratório eminentemente urbano e que constitui um fato social total. O conceito de rotatividade migratória vincula-se à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. Nesse sentido as migrações podem ser vistas como um aspecto que atua consideravelmente na distribuição e redistribuição da mão-de-obra dentro de um dado território, fato que gera implicações nas disparidades regionais (BAENINGER, 2012, p 18-19).

Nesta pesquisa o povo maranhense foi eleito como representante do migrante.<sup>31</sup> O estado do Maranhão apresenta características socioeconômicas que justificam o elevado índice de migrações de sua população para outros estados brasileiros. De acordo com os dados do IBGE

---

<sup>31</sup> Tal escolha se deu pelo fato de que é considerável o percentual de maranhenses que migram anualmente para outras regiões brasileiras. Bem como se pode afirmar que o estado do Tocantins é o segundo estado brasileiro a receber a maior quantidade de migrantes maranhenses.





(2010) dentre os cinquenta municípios mais pobres do Brasil, vinte e seis pertencem ao estado do Maranhão. Mesmo com a elevação dos índices de desenvolvimento econômico, os índices de pobreza não diminuíram de forma perceptível e a cada quatro habitantes do estado, um vive em situação de pobreza extrema.

Faz-se necessário compreender a noção de pobreza para só então relacioná-la ao processo de migração da população maranhense. Pois o termo pobreza é polissêmico, pois pesquisadores, organizações, governos e ativistas estabelecem critérios diferenciados para caracterizar quem é pobre e o que é pobreza. Telles (2001, p. 19) afirma que a pobreza é um problema que inquieta e choca a sociedade, pois representa o atraso e o legado histórico que envergonha o país que sempre foi denominado de “o país do futuro”. Como há possibilidade de um futuro de desenvolvimento e benesses, se a pobreza persiste e se projeta ano a ano?

Nessa perspectiva a pobreza passa a ser símbolo de inferioridade, modo de vida que descredencia indivíduos para o exercício da cidadania (Telles, 2001, p.21). Por conseguinte, a pobreza corresponde a um status social específico, “inferior” e desvalorizado, que marca a identidade dos indivíduos que vivem essa experiência. Paugam (2003, p. 46) afirma ainda, que nas sociedades que transformam o sucesso em valor supremo, a pobreza é o símbolo do fracasso e se traduz na forma mais torpe de desonra moral. Logo, o fenômeno da pobreza torna-se conhecido como o oposto do progresso dentro da lógica do sistema capitalista.

A nova pobreza deve ser entendida por um fenômeno multidimensional, que atinge os chamados pobres clássicos – indígenas, subnutridos, analfabetos, sem tetos – quanto a população empobrecida pela inserção precária no mercado de trabalho, acesso deficitário aos serviços públicos, e a ausência de poder (Wanderley, 2013).

Deve-se, portanto, ir além das questões econômicas para compreender a pobreza. Segundo Sen (2010) a variável renda não deve ser o único elemento a ser considerado na perspectiva de desenvolvimento, este associado a outras variáveis, tais como acesso à educação, serviços de saúde de qualidade, condições dignas de trabalho, moradia, alimentação, dentre outros, se constituem enquanto elementos indispensáveis para a promoção do desenvolvimento. Conceber a liberdade como o mecanismo que promove o desenvolvimento é a ideia central de Sen, pois a liberdade seria a conexão entre a renda do indivíduo e suas realizações, entre a mercadoria e as capacidades de consumo, entre a riqueza econômica e a possibilidade de viver da melhor maneira possível (2010, p. 27).





Diante do exposto, afirma-se que a liberdade é o fim, o objetivo e o meio para obter o desenvolvimento. Apenas haverá desenvolvimento caso haja melhora na qualidade de vida e para que isso ocorra é necessário expandir as liberdades substantivas dos indivíduos (SEN, 2010, p. 55). Por liberdades substantivas entende-se as capacidades elementares, tais como: não passar fome, possuir uma boa nutrição, ter acesso à água potável e remédios para doenças tratáveis, ser alfabetizado, participar ativamente da política, possuir liberdade de expressão, dentre outros.

No entanto as liberdades substantivas dependem das liberdades instrumentais, que por sua vez garantem direitos e oportunidades com intuito de promover a capacidade geral do indivíduo. Para Sen, as liberdades instrumentais são “(1) Liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantia de transparência, (5) segurança protetora.” E essas, quando relacionadas entre si, contribuem para ampliar a liberdade humana (2010, p.25). Compreende-se que o fomento às liberdades instrumentais pode ser analisado de forma análoga à teoria da cidadania plena discutida por Carvalho (2013), pois combinar liberdade, participação e igualdade em sociedades regidas por um sistema tão dual quanto o capitalismo seria uma meta inatingível. Sendo assim, um cidadão pleno seria aquele que pelo menos possuísse direitos civis, sociais e políticos.

673

Nessa perspectiva, afirma-se que a privação dos direitos civis básicos e dos direitos de participação política, impede a população de constituir sua liberdade humana, resultando numa cidadania deficiente, que impossibilitaria o desenvolvimento econômico e manteria o estado de pobreza. Do ponto de vista de Sen (2010) quanto mais liberdade tem o indivíduo, mais condições para cuidar de si mesmo e para influenciar a sociedade em que vive, fatores esses que são determinantes para o processo de desenvolvimento e diminuição real da pobreza. Pizzio reforça a ideia de que a pobreza vai muito além do critério de renda e está relacionado às privações de liberdades e oportunidades.

Destarte a compreensão da noção de pobreza contribui significativamente para a pesquisa acerca das migrações maranhenses. Ao passo que se deve analisar a pobreza de grande parcela dessa população como uma construção histórico-cultural, levando-se em conta as experiências vividas por esses indivíduos.

A experiência e a condição real de vida da população maranhense são relevantes para a compreensão da pobreza e das condições que determinam o processo migratório. Já que segundo todas as práticas, sejam elas sociais ou econômicas, se relacionam sob a mediação do







habitus. Que Segundo Bourdieu (1979), pode ser compreendido como uma noção mediadora entre o indivíduo e a sociedade, na qual é refletida no indivíduo a maneira como a sociedade se comporta frente a forma de disposições duráveis, ou capacidades de pensar, sentir e agir de modos determinados que os guiam no meio social.

O sistema capitalista pesa sobre os maranhenses, que precisam se adaptar a essa nova ideologia e às novas estruturas impostas. Nessa sociedade moderna, “a pobreza se define comparativamente a uma faixa de renda que cresce de acordo com o aumento da riqueza”. (PAUGAM, 2003, p.49)

Com o a taxa de desemprego em ascensão, milhares de trabalhadores, da indústria ou do comércio, perdem seus vínculos com o mercado de trabalho. E por consequência se afastam da vida social, gerando assim uma crise de identidade, depressão e até mesmo rupturas familiares. Agregado aos fatores já expostos, a diminuição da renda e a precariedade das condições de sobrevivência levam o maranhense a migrar como recurso final, antes de ingressar no sistema de assistência social. (Paugam, 2003, p.31)

A migração representa o desencantamento do mundo e faz com que migrante carregue tanto o estigma da pobreza, quanto o da exclusão que o transforma em desqualificado perante à nova sociedade que tenta se inserir.

674

### **3. POBREZA, EXCLUSÃO e a DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL**

Com intuito de esclarecer relação entre a pobreza e o processo de exclusão do migrante maranhense que o transforma num sujeito socialmente considerado inferior, faz-se necessário uma discussão conceitual acerca de desqualificação social e suas implicações.

A ideia de desvalorização social e o status de inferioridade são características atreladas à concepção de pobreza. Pois a pobreza, como já foi discutida anteriormente, não é apenas precariedade econômica, mas privações de liberdades que oportunizam o acesso a direitos sociais, políticos, e civis.

O conceito de exclusão pode ser pautado nos três tipos ideais de pobreza, integrada, marginal e privadora (desqualificante). Assim sendo, o indivíduo que além de privações das liberdades está inserido num contexto de precariedade econômica é visto socialmente como inferior e desqualificado, pois ameaça a coesão social. A exclusão social pode ser vista como expressão das contradições do sistema capitalista, pois as políticas econômicas neoliberais promovem políticas de inclusão precária e marginal, que inserem os indivíduos apenas no processo econômico de circulação de bens e serviços. No Brasil a experiência e a consciência





de exclusão se refere à massa de trabalhadores pauperizados, autônomos ou assalariados que não possuem proteção social e são vistos como indivíduos socialmente perigosos.

Para Paugam (2003) a desqualificação social abrange tanto situações de pobreza, quanto processos de exclusão do mercado de trabalho e se articula a três ideias básicas: trajetória, identidade e territorialidade. A trajetória de vida do indivíduo (percurso temporal), as experiências, a identidade – seja ela positiva ou negativa - que foi construída num processo longitudinal e a territorialidade, ou seja, o espaço no qual foi produzido o processo de exclusão. Segundo Paugam (2003), o processo de desqualificação social de um indivíduo possui três fases distintas. A primeira fase é denominada de *fragilidade*, é nela que observa-se a trajetória e a experiência de vida permeadas de dificuldades, seja para a inserção no mercado de trabalho, ou na perda de referências familiares e políticas. Um processo contínuo de fragilidade determina o início da segunda fase, que é a *dependência*. No momento em que os serviços sociais passam a se responsabilizar pelas dificuldades enfrentadas pelos indivíduos - expostos continuamente às condições de fragilidade – tornando evidente a dependência desse grupo social para atingir os níveis mínimos de cidadania. Por fim, a terceira fase é caracterizada pela *ruptura* desses indivíduos, que extenuantemente expostos às situações de precariedade e fracassos, rompem com a “ordem” imposta e se inserem no contexto de marginalização.

675

Pizzio e Veronese (2008, p. 53-54) afirmam que a construção do conceito de desqualificação social, criado por Paugam, revela uma nova forma de pobreza. Que estão menos relacionadas às precariedades financeiras, e mais ligadas a situações de assistência. Ao relacionar o conceito de desqualificação social à situação vivida pelos migrantes maranhenses é necessário ter em mente que a realidade social e a experiência de fragilidade vivenciada por essa população é muito mais intensa e que foi historicamente construída.

O conceito de exclusão também necessita ser esclarecido, pois comumente é confundido como sinônimo de pobreza, ou vice-versa. Mas tais conceitos não podem ser considerados como sinônimos de um mesmo fenômeno, mesmo estando articuladas entre si por fatores sociológicos como a desqualificação, a desinserção e a desafiliação (Wanderley, 2013). É válido ressaltar ainda, que a pobreza nem sempre leva aos processos de ruptura que determinam a exclusão, uma vez que não existe exclusão absoluta dentro da sociedade capitalista.





A dinâmica do sistema capitalista impõe que o mesmo indivíduo que ora é visto como moralmente excluído, se inclua economicamente no sistema por meio do consumo. O tipo de inserção por meio do consumo apresentado por Telles (2010) pode ser considerado uma inclusão precária ou marginal, uma vez que a inserção desse indivíduo se dá de maneira insuficiente e permeada de privações que comprometem a dignidade de ser cidadão e a condição humana, moral e política (Pizzio e Veronese, 2008).

O Maranhão apresenta um histórico de desigualdade social, pobreza, exclusão, falta de investimentos públicos, gramática política clientelista, considerável isolamento geográfico, todos esses fatores agregados a uma economia “fraca” fizeram da população maranhense uma das mais frágeis do Brasil.

A precariedade nas condições sociais e econômicas no Maranhão reflete nas estatísticas nacionais, que confirma o pressuposto que tais condições determinam o processo migratório dessa população.

O grande problema implícito nessas estatísticas é que a população que migra para outros estados é inferiorizada diante da falta de capacitação profissional, baixo índice de escolaridade, o que acaba por novamente excluí-los da sociedade e do mercado de trabalho, e que configura essa população migrante como desqualificada socialmente.

A trajetória do migrante maranhense em Palmas se configura como um reforço ao estigma de desqualificado. A instabilidade e a insegurança, são fatores determinantes no dia-a-dia desses indivíduos. A busca por emprego e o fracasso nessa tarefa configura-se como as únicas constantes na vida racional do migrante maranhense. Tal instabilidade e a não adaptação ao novo ambiente de moradia fazem com que os maranhenses sintam-se deslocados, incorrendo em determinadas situações às condutas tradicionais da cultura dessa população que não condizem com a nova realidade e resulta em situações de discriminação que dificultam o reconhecimento social dessa população.

Pode-se destacar ainda, que a questão da moradia desses migrantes na cidade de Palmas reforça o estigma da desqualificação social. Na medida em que a cidade é fragmentada com exclusividade residencial e distância espacial entre status socioeconômicos diferentes. Assim sendo, os migrantes maranhenses vivem, em sua maioria, nas extremidades da cidade, distantes de seus locais de trabalho e com precariedade de transporte público.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O povo maranhense vive em constantes privações sociais e precariedade econômica, esses fatores fazem com que um contingente considerável da população migre todos os anos em busca de melhores condições de vida. Percebe-se nesse fato que o povo maranhense vê na migração o último recurso de transformação antes de atingir a fase de ruptura e se consolidar enquanto um desqualificado socialmente.

O problema reside nessa busca por justiça social na qual os migrantes são protagonistas. Pois o processo de migração não altera as condições nas quais o migrante se insere, de baixa escolaridade, de pouca qualificação profissional. As pesquisas empíricas preliminares apontam que boa parte desses migrantes são inferiorizados, excluídos no mercado de trabalho formal, continuam a depender de programas de transferência de rendas e por esses e outros motivos são considerados desqualificados sociais.

A desqualificação social enquanto uma categoria apresenta-se como o processo no qual os migrantes maranhenses em situação de marginalização revestem-se de inferioridade social, que não aprofunda o sentimento de pertencimento nem ao seu lugar de origem e nem o local de destino, o que serve como barreira para inserção desse indivíduo como cidadão. Nesse sentido, o migrante ao se tornar um desqualificado social, perde ou não adquire as qualidades que o recomendariam à consideração pública. A desqualificação social do migrante maranhense alude uma invisibilidade produzida, que passa a ser ignorada pela sociedade (Pizzio e Veronese, 2008, p.59)

Fraser (2009) aponta que a solução para as questões sociais que envolvam as coletividades ambivalentes – na qual se destaca aqui a figura do migrante – reside na concepção de justiça tridimensional, pois abarca soluções para os problemas econômicos de distribuição de renda, propõe a diminuição da desigualdade de status e hierarquia social ao passo que promove o reconhecimento cultural e simbólico dessa população e por fim a representação no âmbito político, pois apenas assim haverá igualdade e participação verdadeiramente paritária de todos os atores na vida social.

Por fim vale ressaltar que a pesquisa ainda se encontra em sua fase embrionária, assim sendo todas as questões explanadas no presente artigo merecem ser melhores abordadas e observadas, motivo que justifica a continuação da pesquisa teórico-empírica do tema.







## REFERÊNCIAS

- BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 39, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- HIRSCH, P. MICHAELS, S. FRIEDMAN, R. “Mãos sujas” versus “modelos limpos: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia? In: MARQUES, R. PEIXOTO, J. (Org.). **A nova sociologia econômica**. Celta Editora: Oeiras, 2003.
- PAUGAM, Serge. **Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.
- PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, nº 16, volume 3, pp. 887-896, setembro-dezembro, 2008.
- Pizzio, Alex. (2009). Desqualificação e qualificação social: uma análise teórico conceitual. **Revista Mal-estar E Subjetividade**, Marzo-Sin mes, 209-232.
- \_\_\_\_\_. Possibilidades conceituais da sociologia das ausências em contextos de desqualificação social. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2008, vol 11, nº1, p. 51-67.
- \_\_\_\_\_. O que define pobre como pobre: controvérsias acerca da ideia de pobreza. **Revista Ágora**. Salgueiro-PE, v.5, n. 1, p.96-117, agos. 2010.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**. São Paulo. Cia das Letras, 2001.
- TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Refletindo sobre a noção de exclusão*. In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p.17-28.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: resultados gerais da amostra** - São Paulo. Rio de Janeiro, 2010.
- IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado. Disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br/>. Acesso em 25 setembro 2014





## EDUCAÇÃO, POBREZA E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA PAROQUIAL CRISTO REI

Kátya Cylene Soares Moura Labre  
Juliana Chioca Ipólito

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo acerca do Programa Bolsa Família (PBF) na Escola Paroquial Cristo Rei, bem como verificar os impactos causados na aprendizagem dos alunos. O PBF tem como finalidade combater a fome, a miséria e promover a emancipação das famílias mais pobres do país através da distribuição de renda e da educação. Destaca que, as condicionalidades da educação, que são exigidas das famílias para receberem o benefício, são destinadas às crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos. Garantirá o benefício às crianças e adolescentes de 6 a 15 anos que obtiverem frequência mínima de 85% nas aulas e 75% para jovens de 16 e 17 anos. Para realizar a pesquisa foi necessário a leitura de bibliografias disponíveis através de estudos dos módulos do Curso de Pós Graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, o que nos levou a uma série de indagações relacionadas aos beneficiários do PBF, com os altos índices de reprovação do mesmos na unidade escolar. Através desses questionamentos, fizemos um levantamento dos alunos matriculados, que são beneficiários do PBF, verificamos a frequência dos alunos matriculados na unidade escolar disponibilizada pelo Projeto Presença, analisamos a frequência escolar dos alunos e as Atas de resultado final do ano 2016, assim como tentamos compreender a relação entre aprendizagem, pobreza e PBF. Os resultados nos indicaram que a realização da pesquisa desencadeou uma série de questionamentos que são integralmente relacionados à pobreza, não apenas a financeira como a cultural, nos remetendo ao histórico da produção e concentração de renda na sociedade brasileira, direitos humanos e o alto índice de reprovação dos alunos que são beneficiários do programa.

**Palavras-chave:** Educação. Aprendizagem. Pobreza. Programa Bolsa Família.

### Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política pública do Governo Federal, que visa à promoção do acesso à renda de forma condicionada, adicionada à oferta de serviços de educação e saúde e a participação em programas emancipatórios para a melhoria da qualidade de vida da população pobre ou de extrema pobreza. O PBF foi criado pela Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e unificou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal. O Programa possui os seguintes objetivos de cunho evolutivo-social: combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local. Sendo assim, ao ser beneficiado com PBF, a família deverá se comprometer a manter suas crianças e adolescentes em idade escolar frequentando. Além disso, o recebimento do benefício está vinculado ao cumprimento de algumas condicionalidades na área de educação, a saber:

Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos nas escolas; Garantir a frequência mínima de 85% nas aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos; Informar a escola quando o aluno precisar faltar a aula e explicar o motivo da falta; e Informar, sempre que ocorrer mudança de escola dos dependentes de 6 a 17 anos, para que seja possível continuar o





acompanhamento da frequência escolar (BRASIL, Programa Bolsa Família, CGU, 2012, p. 32).

Com essa exigência as famílias se preocupam mais em manter os alunos na escola, pois, tem a preocupação de perder o benefício. Nos anos de experiência que tenho trabalhado com a frequência do programa dentro da escola, é perceptível o quanto os beneficiários dependem do benefício para a subsistência. Logo evitam que seus filhos falem na escola, pois de acordo com o programa as famílias que não cumprem com as condicionalidades, podem receber algumas sanções. De acordo com o manual de condicionalidades as sanções são gradativas, sendo elas:

Na primeira vez que a família descumpra as condicionalidades, recebe um aviso (advertência) por escrito, para lembrar o compromisso com o Programa. A partir da segunda vez, as sanções são: bloqueio do benefício de 30 dias; (primeira) suspensão do benefício por 60 dias; (segunda) suspensão do benefício 60 dias; e cancelamento do benefício. (BRASIL, CGU, 2012, p.33).

De acordo com essa observação percebemos a necessidade de investigar os impactos do PBF no rendimento escolar dos alunos beneficiários do PBF, com o intuito de analisar os indicadores de aprovação e reprovação dos alunos beneficiários do PBF comparando com os não beneficiários, verificando a frequência dos mesmos, analisando Atas de resultado final do ano de 2016, assim como compreender a relação entre aprendizagem, pobreza e PBF na bibliografia disponível. O “lócus” da investigação foi a Escola Paroquial Cristo Rei, localizada no município de Tocantinópolis-TO.

680

### **Procedimentos Metodológicos**

Este trabalho trata de uma pesquisa de caráter investigativo, para compreender a relação entre aprendizagem, pobreza, educação e o PBF, com base nas bibliografias disponíveis e dados pesquisados através de Atas de resultados finais.

Foi elaborado a partir dos estudos de vários teóricos que abordam a temática nos fornecendo subsídios bastante significativos para a fundamentação da temática em questão e também por meio de uma pesquisa realizada na Escola Paroquial Cristo Rei, analisar os indicadores de aprovação e reprovação dos alunos beneficiários do PBF comparando com os não beneficiários, verificando a frequência dos mesmos, analisando Atas de resultado final do ano de 2016, assim como compreender a relação entre aprendizagem, pobreza e PBF na bibliografia disponível.





A referida escola está localizada no Município de Tocantinópolis-TO, atende a primeira e segunda fase do Ensino Fundamental de 9 anos. Possui sala de recursos multifuncionais (Atendimento Educacional Especializado), 13 salas de aula, no pátio da escola tem uma quadra coberta, mesas de ping-pong, o chão está cheio de desenhos de brincadeiras (amarelinha, macaco, conte mais um, etc.), biblioteca contendo um acervo com livros infantis, infanto-juvenis e acadêmicos, sala de leitura e sala de vídeo. Na unidade escolar são disponibilizados cursos de Taekwondo, Zumba, Futsal, Kung Fu, que são realizados em parceria com membros da comunidade local.

O material para a pesquisa dos índices foi disponibilizado pela secretária da unidade escolar com autorização da equipe diretiva.

Dando prosseguimento, foi realizado o levantamento de todos os alunos que são beneficiários do PBF que estudam na referida escola, através da frequência disponibilizada pelo Projeto Presença. Em seguida passamos para a análise das Atas de resultado final, através da verificação dos índices de aprovação e reprovação de crianças de 4º ao 7º ano do Ensino fundamental que são beneficiários do Programa.

### **Resultados e Discussão**

Para explicitar melhor o resultado de uma pesquisa é necessário quantificar os dados para que haja melhor entendimento dos resultados obtidos, de forma que possamos compreender o objeto de investigação.

Os resultados obtidos pela pesquisa investigativa apontam os seguintes dados: Dos 354 alunos matriculados no ano de 2016, 223 são alunos beneficiários do PBF, ou seja, correspondem a 62,9% do total de alunos.

Diante dos dados apresentados, podemos considerar que coincidem com a realidade escolar, diante da clientela atendida, pois, a maioria das crianças vivem em situação de vulnerabilidade, oriundas de bairros carentes e classes sociais desfavorecidas. Esta realidade está dentro do proposto, tendo em vista o Bolsa Família é um programa federal destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Observa-se que o valor repassado é uma quantia muito pequena para mudar a condição de vida dessas pessoas. Percebemos que as pessoas não têm noções mínimas de fazer o acompanhamento escolar, pois vivem em situação de pobreza intelectual, pobreza social, pobreza cidadã, pobreza de tudo. O sociólogo Jesse Souza (2009) afirma que a transmissão do saber e do conhecimento, em sociedades com alto nível de desigualdade como é o caso do







Brasil, permanece de forma restrita às elites, pois as famílias de classe média e alta estimulam a leitura e conhecimento através da arte e cultura. Por outro lado (REGO e PINZANI, s/a, p. 27):

Afirmam que as famílias pobres historicamente sofrem humilhações e repassam esse esmagamento das potencialidades como ser humano no âmbito familiar, transmitindo a amarga violência física e psicológica.

Em relação à assiduidade na escola, verificou-se que os alunos beneficiários apresentam frequência superior a 85%, o que dita às condicionalidades para educação dentro do programa.

No ano de 2016 a unidade escolar apresentou um índice geral de aprovação de 81,9% e 18,1% de reprovação. No contexto geral os resultados foram favoráveis, no entanto, verificou-se que os índices obtidos pelos alunos beneficiários do PBF foram de 75,7% aprovação e 24,3% de reprovação. Apesar de se encontrarem com um percentual considerável a nível nacional, verificou-se uma preocupação, dentre o quantitativo de alunos retidos. Neste ponto foi possível perceber que dos 64 alunos retidos em 2016, 54 são beneficiários do PBF, representando um percentual de 84,37% de reprovação.

Dentro do espaço e tempos organizados dentro da escola, é evidente que para os alunos filhos das classes dominantes alcançar o sucesso escolar torna-se bem mais fácil do que para aqueles que têm que desaprender uma cultura para aprender um novo jeito de pensar, falar, movimentar-se, enfim, enxergar o mundo, inserir neste processo para se tornar um sujeito ativo nesta sociedade.

A escola vem buscando no seu dia a dia construir espaços que contribuam mais para a emancipação da condição de sujeitos inseridos na sociedade, no entanto é uma luta onde a parte mais interessada está a cargo da unidade escolar, pois propõe sempre atividades envolvendo todos, e sempre os que se sobressaem são os alunos que são acompanhados pelos pais, mesmo os que são classificados como pobres.

Os resultados do trabalho permitiram concluir que os índices de aprovação e reprovação dos alunos que fazem parte do PBF, devem demandar esforços para compreender as particularidades de cada um dos beneficiários, levando em consideração as suas habilidades, o meio em que vive, fazendo uma avaliação diagnóstica que possa garantir uma efetiva intervenção para sanar as dificuldades apresentadas.

A unidade escolar salienta que grande parte dos alunos que são beneficiários do PBF apresentam problemas familiares. No entanto vale ressaltar que as famílias beneficiárias têm a





escola como força mestra para a garantia do benefício, mas não dão o verdadeiro acompanhamento que eles precisam para melhorar os índices de aprendizagem.

### Considerações Finais

Através deste trabalho é possível perceber a importância que o Programa Bolsa Família tem na vida dos beneficiários, no entanto verificou-se que o alto índice de reprovação apresentado pelos alunos beneficiários, não se dá em decorrência das faltas dos mesmos na unidade escolar, pois, são alunos que tem o percentual de frequência dentro da meta estipulada pelo Programa, o que nos leva a acreditar que os problemas mais prováveis do alto índice de reprovação dos beneficiários, seja a falta de acompanhamento da família na vida estudantil dos filhos, falta de incentivo para os estudos, alunos que não sabem a verdadeira importância da escola para a sua vida pessoal e profissional, realidade sócio-econômica, dentre outros. No entanto, não podemos nos prender unicamente a esses aspectos externos para atribuir esse alto índice de reprovação, devendo rever as práticas pedagógicas de ensino, as condições psicológicas dos alunos beneficiários do PBF, tornando-os parte de todo o processo educacional.

É importante que a escola faça uma análise das políticas educacionais e possam discuti-las, procurando mecanismos para conseguir melhorar esse impasse que tem entre a família e a escola, pois é de fundamental importância que a família faça parte de todo processo. Tentando com isso, tornar a escola mais igualitária e democrática, onde não existe distinção entre as classes sociais, tornando com isso o espaço escolar mais atrativo para os alunos que vivem em situação de vulnerabilidade, revertendo o quadro do alto índice de reprovação.

683

### Referências

BRASIL. **Programa Bolsa Família**. CGU, 2012.

REGO, V. L.; PINZANI, A. **Pobreza e Cidadania**. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Deisgualdade Social - Módulo I. Ministério da Educação: SECADI, s.a.





## EXCLUSÃO DO SURDO: ATÉ ONDE A ESCOLA CONTRIBUI PARA ISSO?

**Katia Maria Vieira da Silva**  
**Vanessa Pereira Costa**  
**Haysa Fernandes da Silva**

**Resumo:** Este trabalho traz uma análise sistemática da qualidade do ensino público voltado às pessoas surdas. O texto retrata a situação do surdo na sociedade predominantemente ouvinte e a facetada educação inclusiva que apesar dos tímidos avanços ainda tem muito por fazer até atingir o patamar de ensino eficiente onde as diferenças sensoriais, assim como as ideológicas, étnicas, religiosas entre outras possam ser valorizadas e respeitadas no meio acadêmico. O texto aborda o dinamismo ideológico de uma educação que ao invés de incluir, exclui, devido aos métodos arcaicos de ensino que obriga o aluno a adequar-se à prática metodológica do professor e não o inverso. É fato que a Educação Especial no Brasil vem conquistando espaço e garantindo aos surdos o direito ao ensino de qualidade, assegurado em vários documentos, tais como: Lei 9.394/96 que dispõe de uma educação de qualidade a todos, o decreto nº 5.626/05 que regulamenta a lei 10.436/02, onde trata sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, sendo esta a segunda língua oficial do Brasil e primeira língua da comunidade surda. Tal conquista assegura ao aluno com surdez o acesso e permanência na escola com aproveitamento curricular acessível em sua língua materna, a Libras, sem prejuízo na Língua Portuguesa que deverá ser ministrada na modalidade escrita. É preciso repensar às práticas pedagógicas e reconstruir o verdadeiro papel da escola inclusiva, tal qual, como manda a Lei. Discursos que alegam falta de qualificação profissional já não justificam mais, apenas demonstram a exclusão social promovida pela escola facetada como inclusiva. A proposta metodológica apresentada nesse trabalho está voltada para a pesquisa bibliográfica de caráter explicativo, método este muito utilizado e de suma importância para a construção do conhecimento científico. Encontra-se nesse trabalho os processos de escolarizações que os surdos têm passado até a atual abordagem metodológica: Bilinguismo. O texto faz uma análise do desenvolvimento escolar e consequentemente social da comunidade surda partindo do oralismo imposto no congresso de Milão em 1880 até os dias atuais.

**Palavras-chave:** Surdez. Exclusão/Inclusão. Escola. Sociedade.

684

### Introdução

É nítido o descompasso escolar da maioria dos alunos surdos em relação aos ouvintes sem deficiências. Em decorrência da ineficiência dos sistemas de ensino onde a Educação Especial tem sido literalmente deficiente o que os dados mostram são pessoas surdas ocupando os cargos onde exigem menor grau de escolaridade, surdos sendo obrigados a desistir da escola por não conseguir compreender a língua portuguesa, mesmo na modalidade escrita, já que, os surdos alfabetizados em Libras tendem a seguir a mesma estrutura gramatical da sua língua materna, que difere da portuguesa e infelizmente muitos professores de alunos surdos não possui o mínimo de entendimento a respeito dessa língua e o pior não se sentem motivados a buscar conhecimento junto ao aluno surdo e sua comunidade.

Esse estudo parte de abordagens bibliográficas que retratam o cenário de conquistas legais e também lenta e descompassada educação bilíngue na concepção da escola inclusiva. O início da História da educação do surdo no Brasil foi marcado pela criação do Imperial Instituto surdo mudo no ano de 1858, hoje conhecido com INES (Instituto Nacional de





Educação do Surdo) aos dias atuais, houve inúmeras conquistas frutos das lutas organizadas por pesquisadores da área, pais de filhos surdos, professores e toda a comunidade surda.

Dentre um dos grandes ganhos que não só os surdos, mas os brasileiros conquistaram foi o reconhecimento da língua de sinais como 2ª língua oficial da nação. Com 15 anos de homologação da lei, infelizmente ainda existem muitos surdos desassistidos, e os surdos filhos de pais ouvintes é o grupo mais vulnerável, desprovidos de uma linguagem eficiente vivem a mercê do próprio destino. A escola por sua vez sempre na defensiva argumenta tudo que justifique sua falha, e enquanto isso, o aluno vai sucumbindo seu potencial de desenvolvimento cognitivo devido essa defasagem linguísticas. E quando menos se espera aquela criança surda torna-se o analfabeto de hoje: desempregado, marginalizado, excluído, sem perspectiva de vida, acreditando ser vítima do acaso, vivendo como se fosse um estrangeiro em sua própria pátria. Até quando a escola irá contribuir com isso?

### **Procedimentos Metodológicos**

A tão sonhada garantia de direito de igualdade presente na Constituição de 1988, só passou a ter sentido para a comunidade surda no ano 2002 com a Lei 10.436 e mais tarde com o decreto 5.626. Uma pena, que os anseios da comunidade surda por uma educação inclusiva ainda seja um entrave em muitas regiões do país que continuam com práticas segregadoras e arcaicas. Outra falha dos sistemas de ensino parte da ideia de que todo o problema de aprendizagem do surdo centra-se unicamente na sua linguagem, esse pensamento ultrapassado é excludente.

Notadamente, em nossos dias, milhares de docentes, presos às “amarras institucionais” ou até mesmo por acreditarem que a educação dos surdos está restrita ao acesso da fala, continuam afirmando que o surdo oralizado tem menos dificuldade na escola. (Silva, 2001. p.45).

Centrar as dificuldades de desenvolvimento e aprendizagens dos surdos unicamente nos mecanismos linguísticos retrata a ignorância e o descaso com o ensino. Estabelecer um sistema de linguagem unificado entre aluno, pais e professor é fundamental, porém os obstáculos de natureza social, familiar, psicológica ou outra podem impedir o avanço escolar desse aluno, desse modo as práticas metodológicas de sucessos devem primar pela participação e colaboração ativa e consciente de pais e comunidade em geral buscando valorizar as individualidades e potencialidades de cada sujeito. Candau (2009) afirma que a escola deve promover um ambiente harmonioso onde as diferenças possam ser valorizadas através do respeito e da equidade.







A língua de sinais ao invés de aproximar tem distanciado os professores e alunos surdos, e isso é muito triste! A desculpa da falta de qualificação já não deve ser mais aceita em tempos de internet, onde os ensinamentos a distância têm alcançado com êxito os locais mais longínquos. A escola deve qualificar seus professores, mas para atuar não apenas na escola, mas que tenha ideias para desenvolver projetos mais audaciosos com o envolvimento da família e demais setores da sociedade mostrando a riqueza da cultura surda sua exuberante linguagem. O compromisso com aprendizagem bilíngue do discente deve ser peça chave, uma vez que o aprendizado da Libras como primeira língua e o português escrito como segunda é um direito garantido por lei a esse aluno. O ensino da língua portuguesa na modalidade escrita faz parte dos três momentos que serão ofertados pelo AEE - Atendimento Educacional Especializado que são eles: ensino de Libras; ensino em Libras e ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita (BRASIL, 2008). Os três momentos devem acontecer preferencialmente na sala de recursos multifuncional no contra turno do ensino regular e ministrado por um profissional habilitado. Vale lembrar que os dois primeiros momentos acima citados devem ser ofertados preferencialmente por um professor surdo.

São muitos os relatos de fracasso escolar e exclusão social da pessoa surda. O fato de não haver uma comunicação eficiente tem levado muitos indivíduos com surdez a abandonarem seus lares e conseqüentemente às escolas em busca de um refúgio linguístico. Há muitos casos de surdos que nunca conseguiram estabelecer diálogos recíprocos com seus familiares, vizinhos, professores... Infelizmente a trajetória desse povo tem sido marcada por diversos períodos de fracassos onde concepções metodológicas eram impostas sem levar em consideração a identidade, a individualidade, à diferença. SKLIAR (2009). Por séculos tentou-se desconsiderar a surdez inferiorizando a língua de sinais, facetando a educação escolar e comprometendo de forma desumana o desenvolvimento integral desses alunos.

Nos dias atuais a escola diz-se preparada para receber esse aluno e a chamada inclusão escolar passou a ser tema de discursos políticos partidários e políticos ideológicos passando uma falsa imagem à sociedade que acredita que o ensino de hoje respeita e valoriza as diferenças. Muitos alunos surdos nem sequer sabem de seus direitos de ser alfabetizado em sua língua primeira e de ser assistido por um profissional qualificado em tradução e interpretação em Libras. Sabe-se que todo o problema do surdo não se limita apenas na falta de sistema linguístico organizado, porém a falta desse mecanismo leva qualquer indivíduo seja ele ouvinte ou surdo a ter sérios problemas como a exclusão social, falta de identidade





pessoal, baixo rendimento escolar, baixa autoestima, enfim um marginalizado, subalterno, pobre coitado, um escravo da sociedade ouvinte condenado a viver de favores ou de serviço informais ou até mesmo ilegais.

Para que se promova um ambiente estimulador de aprendizagem, acolhedor é necessário não só a escola, mas todos os envolvidos no processo possam comungar dos mesmos ideais onde o aluno seja o centro do processo de ensino. Onde cada aluno sinta motivação e autoconfiança em superar suas barreiras psicológicas decorrentes da falta vínculos afetivos e emocionais pelos quais tem enfrentado ao longo dos anos em função de sua diferença,

Nota-se que apesar da mudança ter ocorrido na lei, a escola ainda não sabe lidar com as diferenças entre as principais causas de tal insegurança percebe-se que pouco professores estão disposto a encarar o fato, julgam-se despreparados, alegam falta de habilidade ou afinidade. E enquanto não se têm profissionais que realmente tenham disposição e que queiram mudar a realidade de escola para que possa de fato se chamada de inclusiva, os alunos continuam sendo vítimas de métodos ineficientes impostos pela comunidade ouvinte que insiste em tratar a educação de maneira homogenia não aceitando a surdez como uma diferença, mas como uma patologia.

687

É lamentável que ainda exista apologia e seguidores do oralismo. (Maior retrocesso escolar e social já imposto à comunidade surda) As provas desse desrespeito encontram registrados nos documentos aprovados no Congresso de Milão em 1880, onde grupos de pessoas ouvintes de várias partes do mundo reuniram para decidir a melhor abordagem pedagógica que seria imposta a pessoa com surdez. Tal evento impôs o oralismo como única forma de comunicação do surdo, qualquer gesto era proibido. A língua gestual era vista como ineficiente, incompleta, incapaz de expressar sentimento e outros conceitos abstratos, sem estrutura gramatical.

Mesmo diante de tantos retrocessos na história da educação especial sempre houve pesquisadores que acreditaram na educação como única forma de desenvolvimento e que entendiam as diferenças como algo positivo e foi através da pesquisa que o método oralista foi derrubado dando lugar ao bilinguismo.

Infelizmente, existem ainda muitos alunos surdos que não utilizam a língua de sinais, pois nunca tiveram a oportunidade de aprender. Nem sempre é possível encontrar uma escola com professores qualificados que possam ofertar um ensino de excelência. A educação





especial clama por atenção e respeito principalmente da escola que é uma importantíssima instituição responsável pelo desenvolvimento humano, social e cultural dos indivíduos.

Dentre os marcos legais vigentes no Brasil pode-se citar a Declaração de Salamanca 1994, documento de caráter internacional destinado à educação especial e é hoje uma base legal de grande valor para a comunidade surda, pois traz e assegura em seu texto as seguintes declarações imperativas:

“O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas devem reconhecer e perceber a importância de se trabalhar com as diferenças linguísticas, de gênero, de etnias, sociais e tantas outras. Tais diversidades enriquecem o currículo escolar contribuindo para a formação de sujeitos altruístas e conseqüentemente de uma sociedade mais humanitária, justa e resiliente. (...)”. (MENEZES e SANTOS, 2001 pg. 3).

Para que todos tenham condições iguais de aprender juntos faz-se necessário preparo, planejamento, compreensão didática e metodológica não só dos conteúdos a serem trabalhados com principalmente o conhecimento sobre o sujeito, como ele aprende, qual o impacto que o meio exerce sobre a aprendizagem e a partir dessa informação o professor terá mais segurança de desenvolver atividades que possibilitem aos alunos aprender explorando as inúmeras possibilidades que as linguagem visuais, auditivas, táteis, escritas, corporais podem oferecer, cabendo ao docente desenvolver competições onde o principal adversário de cada um seja seu próprio limite. Jogos tradicionais, jogos eletrônicos, a dança, o teatro são recurso pedagógicos de grande valia para ser explorado nas salas de aulas.

688

Por muito tempo a língua de sinais foi considerada inferior as línguas orais, ou seja, acreditavam que a mesma não apresentava as condições básicas necessárias para ser aceita como língua. Hoje se pode comprovar que essa ideia era errônea, (o que levou anos para se provar o contrário). Assim citam as pesquisadoras:

“As línguas de sinais, conforme uns consideráveis números de pesquisas contêm os mesmos princípios subjacentes de construção que as línguas orais, no sentido de que têm um léxico, isto é, um conjunto de símbolos convencionais, e uma gramática, isto é, um sistema de regras que regem o uso desses símbolos”. (Quadros e Karnopp 2004 p.48).

O ensino da língua de sinais começou a ser divulgada entre as comunidades surdas e ganhando força entre os especialistas que acreditavam na eficácia da mesma. Com uma mistura de sinais de origens francesas e os sinais usados pela comunidade surda brasileira o idioma se expandiu, porém, em Milão na Itália pesquisadores e críticos da língua de sinais, reuniram-se no ano 1880 no maior congresso internacional para discussão de abordagem





metodológica a ser imposta a pessoa com surdez, segundo os congressistas, o melhor método de ensino a ser aplicado em todos os sistemas de ensino inclusive brasileiro, seria o oralismo.

No evento os surdos não puderam opinar ficando a cargo apenas dos ouvintes a decisão final. A partir dessa data decretou-se a proibição do uso da língua de sinais e qualquer tentativa de sinalização deveria ser proibida no meio social, sob a penalidade de sérios castigos. O período de vigência da concepção oralista marca um grande retrocesso na história de luta da comunidade surda.

Mesmo depois de muito anos de superação de ideia errônea a respeito da Libras é comum ouvir pessoas se referir a língua de sinais de modos impróprios tais como: linguagem de sinais, linguagem dos surdos-mudos, gestos, mímicas, enfim... Para sanar a falta de conhecimento a respeito da língua a escola na qualidade de instituição social deve promover palestras, oficinas, cursos abertos aos pais, alunos ouvintes, equipe pedagógica e sociedade em geral a fim de introduzi-los na comunidade surda para que possa ter acesso a riqueza da cultural viso-espacial.

Com essas ações a escola demonstra preocupação com a educação inclusiva e passa ser modelo ideal a ser seguido. A escola precisa acolher a comunidade e inseri-la no seu contexto educativo, uma vez que, a educação é dever de todos, e, portanto os elos entre as partes envolvidas devem ser fortalecidos através de projetos culturais. Essas ações devem ser promovidas regularmente, de modo que o ambiente escolar seja regularmente frequentado por todos. Os sistemas de ensino não podem mais continuar reproduzindo a exclusão sob a velha retórica da falta de qualificação. Se a escola não estiver preparada para ensinar com qualidade, tão pouco a sociedade em geral estará apta a recebê-lo com dignidade.

689

### **Considerações Finais**

Após a análise reflexiva e discursiva sobre a participação do aluno surdo no processo educacional, observa-se que a escola não está preparada para trabalhar com as diferenças contribuindo muito para a evasão escolar do aluno surdo, conseqüentemente, contribuindo com a exclusão escolar e social do sujeito. Nota-se também que assim como a sociedade a escola também exclui cidadão este, que nem sequer conseguiu compreender a complexidade de sua língua mãe, elemento fundamental para o desenvolvimento das demais competências básicas para viver bem em sociedade. O texto não generalizado, uma vez que é sabido que alguma pouca escola tem desempenhado o dever de ofertar um ensino de qualidade independente do aluno, ter ou não, algumas deficiências. As escolas da diferença é







exemplo disso, primam pelo dever da igualdade dando, respeitando a individualidade, o tempo, o ritmo e o modo de ser e de aprender de cada um.

Ao contrário desse modelo, infelizmente uma gama muito grande de escolas ainda desdenham das diferenças, confundem inclusão com integração e pelo fato de terem alunos surdos acreditam que são estão fazendo a diferença. Pelo contrário continuar sendo excludentes, pois não há inclusão num espaço onde não exista acessibilidade. E no caso da surdez a ausência da língua de sinais acarreta a falta de acesso aos conteúdos, socialização e interação deste com os ouvintes na escola, em casa e na sociedade. Até onde a escola vai contribuir com isso?

### Referências

FERREIRA, Lucinda. **Por uma Gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências**.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 5626/05**, de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 6.571 de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado**. Brasília, 2008.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo:

Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 19 de ago. 2017.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. 4. Ed – São Paulo: Plexus, 2001.

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngüe para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia de Pesquisa Científica na Prática**. Curitiba: Editora Fael, 2010 152 p.





## PRÁTICAS EDUCATIVAS NO COMBATE À POBREZA E A DESIGUALDADE: O CASO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PALMAS.

**Katiane Machado Gomes Barbosa**  
**Ordália Dias da Silva Guilherme**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo conhecer o papel social das instituições educacionais, priorizando as práticas pedagógicas dos docentes para o combate à Pobreza e a Desigualdade Social. Uma vez que tendo compreensão da desigualdade econômica em que vivem os alunos, possa mudar essa condição através do acesso ao conhecimento, do saber e uma prática pedagógica que atenda as necessidades dos mesmos. Foi efetuada uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa; entrevista semiestruturadas com seis professores de uma escola pública do município de Palmas – Tocantins. Os resultados encontrados apontam que os docentes entrevistados trabalham com essa temática em sala de aula dentro das possibilidades técnicas e pedagógicas que dispõem, portanto, por outro lado apontaram que falta políticas públicas que atendam essa grande parte da população.

**Palavras-chave:** Prática educativa, pobreza e desigualdade social.

### Introdução

A pobreza e desigualdade, em suas variedades, é um fenômeno bastante antigo nas sociedades e reflete sempre em relação de poder, na medida em que representa uma forma de dominação presente nas relações sociais. De fato, a existência de sociedades desiguais é, portanto, anterior ao capitalismo.

Embora apareçam sempre juntos, a desigualdade e a pobreza são diferenciadas. A pobreza tem várias concepções que não somente a que a explica como carência e insuficiência de recursos financeiros para a sobrevivência. Dentro desse entendimento, é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida: é não acesso a serviços básicos, à informação; ao trabalho e a uma renda digna.

O interesse pela temática Práticas Educativas no Combate à Pobreza, surgiu da formação acadêmica de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social da pesquisadora, e das experiências como Funcionária Pública Municipal, especificamente trabalhando na educação. O que levou a indagar qual a função da educação no combate à pobreza e desigualdade social. Analisando as práticas educativas dos docentes, e se as mesmas estão condizentes com a realidade dos discentes.

O objetivo desse estudo é contribuir para conhecer as práticas educativas voltadas para a pobreza e desigualdade social no ensino público, de uma Escola Pública Municipal da região sul de Palmas - Tocantins. E conseqüentemente buscar reflexões sobre o papel da educação no combate à pobreza.

Para buscar um resultado que se encaixe na expectativa do objetivo desse trabalho, é preciso buscar bases teóricas já pesquisadas sobre o assunto. Durante a pesquisa realizada





observa-se que vários autores já pesquisaram sobre educação e pobreza, e entre os que mais chamaram atenção foram; Duarte (2012), Ximenes (2011), Bonal (2006), Lima (2012), Durkeim (2011), Moll (2013).

No primeiro momento será trabalhada a relação entre pobreza e práticas educativas em consonância o que já foi estudado sobre esse tema pelos autores citados acima, e por última análise do questionário aplicado para seis professores de uma escola pública da rede municipal de Palmas - Tocantins.

### **Procedimentos Metodológicos**

Ao discutir sobre Pobreza e Desigualdade Social, Paugam (2004) afirma que é um dos processos desqualificação da sociedade, e tem como um dos eixos principais as atividades trabalhistas. Ele ainda pondera que a exclusão é questionada por rupturas nas redes de proteção social, e tais rupturas passam a atuar de forma mais intensa quando há crise, possibilitando uma relação de dependência das famílias em relação aos programas sociais de proteção e assistência as pessoas.

Duarte (2012), o fracasso escolar é multideterminado, ou seja, existem vários fatores que determinam. Como: classe social, raça-etnia, classe, região e território. Mas a situação de vulnerabilidade e risco social tem contribuído para o baixo rendimento escolar, para a defasagem idade-serie, e para a evasão escolar. Vários estudos apontam uma forte conexão entre situação pobreza, dificuldades para permanência da escola, violência e risco social, que acaba contribuindo para perpetuação de ciclos intergeracionais da pobreza.

Nos estudos de Ximenes (2011), aponta que existem varias formas de analisar a relação entre pobreza e educação, uma delas é por meio ao acesso á escola. No Brasil existem mais de três milhões de crianças e adolescentes sem frequentar escola. É notório que no cenário educacional brasileiro, ainda enfrentamos problema relacionado ao acesso a escola, principalmente para os oriundos de famílias em situação de pobreza.

O desafio da relação entre as duas, educação e pobreza possui diversas faces, que precisam ser articuladas. Começa pelo acesso e permanência na escola, em seguida pela questão da progressão escolar e conclusão das etapas da escolarização. Passa também pelas condições das instituições de qualidade, condições de trabalho docente, adequados e impulsionadores do ensino e aprendizagem, não se esquecendo de uma boa proposta curricular e um projeto pedagógico condizente com a cultura da comunidade escolar.





A escola sempre foi uma instituição de suma importância para a conquista das liberdades. Não só a escola, mais os sistemas de ensino precisam se engajar nas lutas pelos direitos sociais, não valorizando apenas os resultados, mas todo processo de formação do sujeito. A escola é um local para troca de diálogos, o convite ao debate. E, nesta perspectiva, também é importante destacar o papel do educador no combate a pobreza e desigualdade social. (LIMA. 2012 )

### Resultados e Discussão

A primeira pergunta tinha o objetivo de saber se as praticas educativas dos professores contribuem para o combate a pobreza e desigualdade social. Dos seis professores entrevistados todos responderam que através de suas praticas educativas conscientiza os alunos a sair da zona de conforto, ensinando a busca pela autonomia. Buscam sempre sensibilizá-los juntamente com seus familiares sobre a importância da escolarização, como forma de superação da pobreza e desigualdade social.

Mediante as informações levantadas, é valido trazer a reflexão através das respostas dos professores, que é preciso promover uma consciência e um comprometimento maior das unidades escolares que é um guia norteador para mudar a vida dos alunos que estão em situação de pobreza ou pobreza extrema. É possível também perceber nas respostas dos professores uma preocupação em envolver os alunos em atividades que os façam refletir sobre sua condição.

Esse tema “pobreza” não é bastante discutido nas escolas. Digo, não faz parte das praticas educativas dos professores, a maioria procura trabalhar de forma neutra.

Apesar das praticas pedagógicas constituir de um importante recurso para o rompimento do ciclo da pobreza e desigualdade social, este é um desafio que faz parte do dia-a-dia dos professores em sala de aula. Segundo Duarte (2012), nem todas as crianças de 7 a 14 anos foram incluídas no ensino fundamental nos últimos dez anos, ainda não foi possível universalizar o sucesso escolar no interior da própria escola. Além disso, o sistema educacional discrimina a população mais pobre, agora no interior do próprio estabelecimento de ensino, e essa temática não vem sendo tratada pela academia de forma continua e sistematizada.

Duarte, ainda relata em seus estudos que a pobreza e a desigualdade social, vem sendo apontadas como um dos principais fatores que contribuem para perpetuar a reprodução social e a limitação de mobilidade, baixos rendimentos, condições territoriais e habitabilidades







desfavoráveis para o lar, problemas de alimentação e de saúde, dificuldades para manter os filhos na escola, e baixo rendimento escolar, abandono prematuro da escola ou escassa formação, acesso ao trabalho desqualificados e com níveis salariais baixos e formação de uma nova família que repete o mesmo ciclo vicioso.

Em relação à segunda pergunta do questionário, sobre os impactos que a pobreza e desigualdade social causam nos estudantes, foram unânimes em responder que a pobreza além de causar baixo rendimento dos discentes, alguns deixam as escolas para ingressar no mercado de trabalho, devido o fato que o retorno financeiro é mais rápido que esperar resultados na vida acadêmica. Um dos professores entrevistados acrescentou que não podemos colocar o sucesso dos alunos de acordo com a condição social, mais que outros fatores também contribuem para insucesso dos alunos, como escolas sucateadas e pouca preocupação das partes dos governantes, e que deveria ter mais políticas públicas que atendessem de maneira precisa essa parte da sociedade.

Segundo Azevedo e Burlandy (2010), no Brasil debates referente a políticas de combate a pobreza entra em circuito acadêmico, confrontam-se com uma realidade onde é difícil o entendimento que se tem de pobreza, sem falar que é obscuro o rumo estratégico da política adotada. A pobreza enquanto questão social assume maior relevância em meados dos anos 90, num contexto de estabilização do Plano Real, porém de restrição econômica para o social.

Algumas estratégias de proteção social para o combate a pobreza e desigualdade social foram tomadas, como os programas de transferência de renda, focalizadas nos pobres passam a ser implementadas no intuito de cumprir funções redistributivas e de alívio da pobreza. Com efeito, algumas estratégias de proteção social emergem focalizando nos pobres para que sirvam de auxílio nos períodos de crise e de “trampolim” para a superação da pobreza. Vário questionamento vem sendo realizados acerca dessa proteção aos pobres que estão sendo implementados, intervenções específicas e de curto prazo, ou seja apenas algo paliativo, diferente do que deveria ser um sistema de garantia e defesa dos direitos universais. (VIANNA, 2008)

Pobreza e Desigualdade Social é algo extremamente preocupante, instituição como Banco Mundial afirma que o combate a pobreza é um dos principais desafios mundiais, difundindo uma ideia de pobreza para além da baixa renda, incluindo também baixos indicadores em educação, saúde, nutrição e outras áreas do desenvolvimento humano.





Portanto, de acordo essa abordagem indica a necessidade da conjunção de diferentes ações a uma política que considere intervenções de curto e longo prazo para erradicação da pobreza. A última pergunta tinha a intenção de saber dos professores se a escola tem sido um agente de transformação em relação a pobreza e desigualdade social. Três professores responderam que a escola tem desenvolvido essa função, dois acham que ainda falta muito da escola e que precisam trabalhar mais com esse tema em todas as etapas do ensino, apenas um respondeu a escola não está acompanhando as mudanças existentes, e que a escola apesar de ser democrática, ela ainda é excludente e precisa melhorar muito para acompanhar as tecnologias existentes.

Apesar de a escola ser um dos instrumentos para consciência e luta contra a pobreza, sabemos que o espaço escolar difunde pouco sobre o assunto. Certamente porque o assunto é muito complexo, de fato abordar e trabalhar essa temática não é muito fácil, mas precisa ser inserida e problematizada nos currículos escolares. Faz se necessário o enfrentamento dessa situação, que é a pobreza e a desigualdade social. Achar caminhos para resolução desses problemas que são oriundos dos menos favorecidos, como por exemplo, a falta de conhecimento sobre seus direitos, negando-os oportunidade de encontrar possíveis perspectivas para suas vidas, é importante fazê-los entender sua real condição de desigualdade social e pobreza.

695

Para Moll (2013), afirma que o maior desafio na atual conjuntura é mudar a mente das pessoas sobre o processo escolar. Através dessa informação percebemos que é impossível desconsiderar a importância do processo de conscientização social a respeito da realidade e necessidade das escolas para o desenvolvimento da sociedade. Pois é a escola juntamente com a comunidade que deve estabelecer parceria que promoverá o acesso ao conhecimento dos direitos humanos, políticos e sociais, para que tais mudanças aconteçam e em consequência disso vencer os desafios e percalços que certamente aparecerão.

### **Considerações Finais**

Neste estudo apresentou como tem sido discutida a pobreza e a desigualdade social nas escolas, apontando para as praticas educativas relacionada com esses temas. E como o professor tem trabalhado em sala de aula para diminuição da pobreza. Estudos apontam que a maior fonte de geração de desigualdades, infelizmente, é a sala de aula, já que alunos de alguns grupos sociais tem o currículo mais fraco. Garantir o aprendizado de uma base nacional comum é uma ação que precisa ser colocada em pratica como estratégia de





superação de desigualdade em sala de aula, priorizando uma construção de um sistema escolar igual para todos.

A partir deste estudo, é fundamental aprofundar e ampliar a discussão sobre a pobreza e sua relação com a escolaridade do aluno em vive em situação de pobreza, pois eles fazem parte de um grupo cujas políticas públicas ainda não alcançaram, sobretudo com relação a escola, mas que necessitam ser conhecidos com mais profundidade.

Através das praticas educativas, o aluno é conduzido para os saberes, a razão de ser, não como mero reprodutor, mas que ampliem seus caminhos, aprofundem em conhecimentos e valores que promovam no individuo sua afirmação, o respeito pelo semelhante e o exercício dos seus direitos.

### Referências

AZEVEDO, Darana; BURLANDY, Luciene. **Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias.** Florianópolis v. 13 n. 2 p. 201-209 jul./dez. 2010. Acesso em: novembro de 2017.

BONAL, Xavier. **Reflexões sobre as relações entre educação e pobreza e suas conseqüências para o programa BEM-BH.** Pensar BH/Política Social Abril/Junho de 2006.

BRANDÃO. Ana Paula et al. **Por que pobreza?** Educação e Desigualdade: KittaEitler, Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2014.

DUARTE, Natália. **Política Social:** Um estudo sobre educação e pobreza. Brasília 2012. 253 f.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** Tradução de Nuno Garcia Lopes. Lisboa/Portugal. Edições 70. Abril 2011.

LIMA, Sueli de. **Educação, pobreza e democracia.** Ano: 2012. Disponível em Cadernos de artigo digital. Acesso em: Novembro de 2017.

MOLL, Jaqueline. **Educação Integral.** Disponível em: [www.educaçãointegral.org.br/especialista/jaqueline-moll/](http://www.educaçãointegral.org.br/especialista/jaqueline-moll/)> Acesso em: Novembro 2017.

PAUGAM, S. Marginalidade e resistência ao enigma. In: PAUGAM, Serge (Org.). **A desqualificação social: ensaios sobre a nova pobreza.** São Paulo: Educ/Cortez, 2004. P.166.192.

XIMENES. Daniel de Aquino. **Desafios da relação entre educação e pobreza.** Ano: 2011. Disponível em Cadernos de artigo digital. Acesso em: novembro de 2017.





## A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS

**Katilvânia de Souza Guedes**

**Margareth Leber de Macedo**

**RESUMO:** Este artigo tem como tema a contribuição do programa bolsa família no processo de aprendizagem dos alunos beneficiários do referido programa. Seu objetivo é refletir, compreender e verificar quais as reais contribuições dentro do processo de aprendizagem que este programa possibilita aos seus alunos beneficiários, bem como identificar se o referido programa trabalha mecanismos que favoreçam uma educação emancipatória e transformadora. Com relação ao tipo de pesquisa, esta possui natureza acadêmica, com o objetivo explicativo, as informações aqui presentes agregaram pesquisa bibliográfica e documental. Como resultado, verificou-se que apesar dos debates e opiniões contrárias e das críticas às condicionalidades, constatou-se que os programas de transferência de renda, no caso em particular o Bolsa Família, tem se firmado como agente de redução da pobreza, como programa impulsor do desenvolvimento social, como propulsor da economia, se este estiver embasado dentro de uma concepção de educação transformadora, autônoma e dialógica.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Programa Bolsa Família; Assistência Social; Educação.

### Introdução

Este trabalho tem como tema geral a contribuição do Programa Bolsa Família – PBF no processo de aprendizagem dos alunos beneficiários com o objetivo de refletir, compreender e verificar quais as contribuições relacionadas ao processo de aprendizagem que o programa tem possibilitado aos seus alunos beneficiários, bem como, identificar se há o desenvolvimento de mecanismos que favoreçam uma educação emancipatória e transformadora. Assim sendo, esta pesquisa apresenta a seguinte questão norteadora: O Programa Bolsa Família contribui no processo de aprendizagem de forma satisfatória, no sentido de medir a qualidade do desempenho de cada beneficiário ou serve apenas para aferir a frequência escolar?

Nesse sentido, este artigo irá discutir de que forma o PBF contribui no processo de aprendizagem dos seus beneficiários e se a condicionalidade exigida de manter a frequência escolar regularmente é suficiente para desenvolver no educando uma educação que contribua de fato para a transformação de sua realidade, tendo em vista uma educação que possibilita autonomia, consciência crítica, e uma educação dialógica (FREIRE, 2003).

### Procedimentos Metodológicos

Em se tratando da questão metodológica, esta pesquisa possui natureza acadêmica, com objetivo explicativo e abordagem qualitativa, porém, os procedimentos para a coleta de informações agregaram apenas pesquisa bibliográfica e documental.







Na pesquisa bibliográfica buscou-se o aprofundamento em vários autores que tratam da temática em questão, foram realizadas leituras com o propósito de conhecer e compreender questões relacionadas ao PBF e como se dá o processo de aprendizagem dos indivíduos beneficiários deste programa.

Na pesquisa documental fez-se necessário o estudo das legislações e documentos vigentes que asseguram a assistência social como política garantidora de direitos.

### **Resultados E Discussão**

Pensar no PBF é abrir o leque para vários questionamentos, de um lado há os que o defendem veemente, por outro lado, há os que criticam e o veem como um programa assistencialista e principalmente enxergam seus beneficiários como preguiçosos e acomodados. Acusam o programa por entenderem que esta interferência do Estado, ao invés de solucionar, acaba por contribuir no aumento dos problemas sociais. É evidente que o PBF precisa de reajustes, especialmente no que se refere implantação de ações que favoreçam a geração de renda de seus beneficiários, para que estes possam conseguir se autossustentarem.

Segundo Arroyo (2013), diversas interpretações reducionistas da pobreza e das desigualdades defendem que o programa é de cunho assistencialista e como forma de acomodar as famílias em situação de pobreza, tornando-as cada vez mais dependentes do poder público e culpabilizando-as por viverem em situação de vulnerabilidade e risco social. Contudo, são situações que demandam intervenção do Estado, pela sua responsabilidade com a preservação da vida e a dignidade humana.

Contudo, deve-se ressaltar que é necessário analisar o tipo de educação que é ofertado, pois pensar na frequência e na manutenção do aluno na escola sem pensar na qualidade do ensino, levará ao fracasso dentro da área educacional e conseqüentemente da assistência social, visto que, essa área assim como a educação é uma política de direito.

Já com relação aos programas de transferência de renda, pode-se concluir que eles são necessários, mas não suficientes para suprir todas as necessidades que envolvem os direitos sociais conforme previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988. Para tanto, é imprescindível a implantação de políticas públicas estruturais que tenham por base a efetivação de garantia e ampliação de direitos, como acesso a terra, educação, saúde, trabalho, lazer, moradia, entre outras.





A pesquisa permitiu compreender que a educação deve ser voltada aos princípios da teoria crítica, possibilitando uma educação reflexiva e que, além de favorecer o desenvolvimento humano, social e cultural, que são fatores primordiais, deve-se também criar formas para inserir o indivíduo no mercado de trabalho.

Não basta a escola se preparar para transmitir conhecimentos acumulados, o chão da escola precisa repensar sua função social e estar preparada para novas mudanças, no sentido de conceber a educação como acolhedora e como instrumento poderoso na ressignificação da visão de vitimização da pobreza. É oferecer uma formação que instrumentalize e conscientize os alunos de suas diferenças, com um olhar sobre a pobreza não como identidade, mas como condição propiciada por questões estruturais, sociais e políticas.

Arroyo (2013, p. 11) diz que

Enquanto a pobreza for pensada como uma questão moral, os currículos para os(as) pobres continuarão sendo pensados para moralizá-los(as), não para garantir o direito deles(as) ao conhecimento, às ciências e às tecnologias. Serão currículos pobres de conhecimentos e repletos de bons conselhos morais de esforço, trabalho, dedicação e disciplina.

Diante do contexto apresentado, percebe-se que a superação da pobreza e das desigualdades continuam a ser desafios eminentes que permeiam todas as esferas de governo, bem como, nos diversos ambientes em que esses dois fenômenos são produzidos na educação, na saúde, na renda e no acesso a serviços e direitos básicos.

699

Dessa forma, o grande desafio é repensar o papel das políticas públicas, sobre tudo, da educação no sentido de romper em suas práticas educacionais pautadas em paradigmas que marginalizam a pobreza, atribuindo naturalidade a esta condição humana.

### **Considerações Finais**

Observando o questionamento inicial, que foi compreender e verificar sobre a contribuição do programa bolsa família no processo de aprendizagem dos alunos beneficiários do referido programa, verificou-se que apesar das críticas, o PBF tem contribuído, significativamente, para a redução da pobreza no Brasil, oferecendo a milhares de brasileiros o resgate da cidadania. Contudo, isso não deve ser interpretado como se fosse uma dádiva do Estado ou da assistência social.

Diante disso, pode-se inferir que o PBF logrará êxito, caso a condicionalidade da educação, dentro do referido programa, for promovida e embasada dentro de uma concepção de educação autônoma, reflexiva e dialógica, onde o sujeito tem competência para construir





sua própria história, quebrando os velhos paradigmas políticos da cidadania tutelada, assistencialista e mercadológica.

Para tanto, é necessário criar condições voltadas à educação para que o indivíduo, que se encontra em condição precária de subsistência, possa conseguir sua almejada emancipação e isso só será possível mediante a concepção de educação imposta pela escola.

Pode-se perceber, no entanto, que, em relação às condicionalidades do PBF, tem-se a certeza de que estas devem ser profundamente discutidas e ou reformuladas, tendo em vista que os programas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família, tem se firmado como agente de redução da pobreza, como o programa impulsionador do desenvolvimento social, como propulsor da economia.

Diante do contexto apresentado, percebe-se que a superação da pobreza e das desigualdades continua a ser desafio iminente que permeia todas as esferas de governo, bem como, nos diversos ambientes em que esses dois fenômenos são produzidos na educação, na saúde, na renda e no acesso a serviços e direitos básicos.

Não basta a escola se preparar para transmitir conhecimentos acumulados,. O chão da escola precisa repensar sua função social e estar preparada para novas mudanças, no sentido de conceber a educação como acolhedora e como instrumento poderoso na ressignificação da visão de vitimização da pobreza.

Dessa maneira, o poder público não deve oferecer apenas vagas, mas também garantir condições de permanência dos educandos dentro do sistema educacional com qualidade.

### Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pobreza, desigualdades e educação**. Santa Catarina: UFSC, 2013.
- BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2007. v. 2.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** 28.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1993.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988
- BRASIL. **LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS**. Lei 8742, de 07.12.1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm). acesso em 03 de junho de 2011.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientação para o Ministério Público**. Brasília: 2005. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2008.





\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Institui o **Programa Bolsa Família**, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acesso em: 05 abr. 2009.

COHN, Amélia. **Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CUNHA, Rosani Evangelista da. **Transferência de renda com condicionalidade: a experiência do Programa Bolsa Família**. In: *Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil*. Brasília, MDS e UNESCO, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3. Ed. Campinas, SP: autores associados, 2005.

RAMOS, R.A **educação e o conhecimento: uma abordagem complexa**. Educar, Curitiba, nº 32, Ed. UFPR: 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a07.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2010.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

KÜNNEMAN, Rolf. **Transferências de renda e meta de desenvolvimento do milênio: uma abordagem de direitos humanos**. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

701

## A RELAÇÃO POBREZA E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Keila Maria Castro Alves dos Santos

Thiago Ramos Machado

**Resumo:** O conhecimento é a matéria prima do trabalho pedagógico na educação escolar. O currículo é o elemento do projeto pedagógico que seleciona e organiza as experiências educativas que o aluno deve vivenciar ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Este trabalho apresenta a reflexão empreendida sobre a temática da Pobreza e do currículo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que visa apreender as relações entre Pobreza e Currículo no Projeto Pedagógico do Centro Municipal de Educação infantil (CMEI) Príncipes e Princesas, na cidade de Palmas-TO. Compreendemos o currículo como o componente orientador da organização do trabalho escolar. Desta forma, e baseado em Silva (2014) o currículo pode ser definido como “o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai construir, precisamente, o currículo” (p.15). Como o currículo é parte do universo sociocultural estabelecido ele é sempre objeto de disputa e contestação. Na atual etapa da pesquisa bibliográfica, percebemos que o currículo apresenta diferentes formas de manifestação: currículo oficial, currículo como expressão da prática oculto, currículo oculto, ficando evidente um processo de hegemonia, inclusão e exclusão de sujeitos, como é o caso da pobreza no currículo escolar.

**Palavras-chave:** Currículo. Inclusão. Projeto Político Pedagógico. Pobreza







## Introdução

No Brasil a pobreza remonta aos tempos do Brasil Colônia. Ao longo de mais de três séculos o projeto de desenvolvimento econômico e social priorizou as elites. Aos pobres restava apenas o trabalho escravo na lavoura da monocultura do café ou da cana de açúcar. No domínio do senso comum a pobreza é entendida como um problema de ordem moral do indivíduo.

Esse é duplamente culpabilizado por sua carência material e espiritual. Ou seja, é pobre porque não trabalha e não tem renda ou se é pobre porque é ignorante, não tem instrução. É necessário, pois compreender o fenômeno da pobreza para além das explicações de cunho moralizante. Para Arroyo (2012) “Essa realidade fica evidenciada pelos corpos famintos e empobrecidos de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas, as quais são, em muitos casos, igualmente pobres.” (p.7).

Portanto, compreender o processo histórico de conhecimento e principalmente reconhecer que a pobreza existe e persiste e as escolas e centros de educação infantil repensem em uma pedagogia mais ética para garantir aos seus corpo discente o acesso e permanências direito a educação pública de qualidade.

Se não reconhecer que a pobreza existe e persiste como Arroyo (2013) afirma que:

702

que este menino passa fome, ou outro, mas da uma merendinha ou da uma bolsa família e pronto. A coisa é muito mais seria, é um fenômeno histórico-sociais mais brutais que até hoje, no século XXI, com todo o progresso da humanidade continua nos persistindo e cutucando. (p.7)

Sobretudo, transpassar a barreira no que toca principalmente nas questões de serem pobres de espírito, nem de valores, de cultura. É preciso que se reedue o olhar sobre a pobreza, segundo Arroyo (2013) “o mais terrível da pobreza, é viver nos limites do viver, do sobreviver [...] Pobreza é principalmente, colocar milhões de seres humanos nos limites do viver mais precário do sobreviver mais precário. A fome... Pobreza É FOME” (p. 7).

Sendo imprescindível o reconhecimento do fenômeno da pobreza para vincula-lo ao Programa Bolsa Família, que é um programa criado para auxiliar as famílias que vivem em extrema pobreza no país, assim então receber uma renda fixa e mensal, as crianças devem frequentar a escola e enviar a frequência escolar. Campello (2014) mostra que:

educação, as condicionalidades ajudaram a aumentar os percentuais de meninos e meninas na escola. Os alunos acompanhados pelo PBF corrigiram sua desvantagem em evasão e aprovação. (p.14)





O Programa Bolsa Família combate a pobreza e desigualdade, fortalece a autonomia e acesso a direitos que amplia a cidadania e melhores condições de vida a população em situação de pobreza e extrema pobreza, as crianças assistidas pelo programa.

Na educação os resultados foram positivos, redução dos indicadores de evasão, acompanhamento da trajetória escolar, permitindo melhores médias de frequência e aprovação e menor defasagem idade-série para as crianças das famílias beneficiárias.

Por isso, todo projeto pedagógico da escola precisa discutir com os professores para dar oportunidade de vivências dos educandos e seus coletivos para enriquecê-lo com o pluralismo de ideias, saberes e reconhecer a especificidade dessas vivências, pluralismo se faz necessário outra organização e estruturas escolares, eliminando as relações competitivas, corporativas e autoritárias.

### **Procedimentos Metodológicos**

A discussão que se aprenda sobre currículo e pobreza é resultado de uma pesquisa bibliográfica, documental. A refletir a discussão dos conceitos de pobreza e currículo na perspectiva conceitual de Arroyo (2013).

O trato dado ao espaço nos currículos oficiais e no material didático está distante das experiências históricas dos coletivos que chega às escolas com essas experiências de sem-lugar, sem-terra, sem-espaço, sem-território, sem-escola, sem-universidade e que chegam à escola, as universidades, carregando suas experiências de estrangeiria na própria pátria. (p.331)

703

Deste modo, os saberes e trabalho docente conjecturam de cria e recria o currículo conforme a realidade cultural, vivências e experiências das comunidades, que inclui o processo ensino/aprendizagem Nessa perspectiva de currículo SILVA (2011)

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é seleção de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, *Curriculum vitae*, o currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (Silva, 2011 p.150)

A pesquisa documental foi realizada nos Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEIS do Ministério da Educação - MEC, e do Projeto Político Pedagógico - PPP, do Centro Municipal de Educação Infantil Príncipes e Princesas.

### **Desvelando a relação de Pobreza no Projeto Político Pedagógico do CMEI**

A presente pesquisa tem por objetivo apreender a relação entre pobreza e currículo do Centro Municipal de Educação infantil (CMEI) Príncipes e Princesas.





O CMEI atende, atualmente, 446 crianças, entre 01 a 05 anos de idade. Desse quantitativo de crianças 75 são assistidas pelo Programa Bolsa Família centra de. A despeito de está localizada na região central da cidade é necessário aprofundar a forma como a escola lida, m seu projeto pedagógico, com a questão da pobreza.

Nesse aspecto, o projeto político pedagógico significa uma abrangência que vai muito além do conjunto de planos de curso, disciplinas e ações pedagógicas, visto. O projeto não é um documento que precisa ser vivo e vivenciado por todos, formalizando autoridades educacionais respeitando o principio da publicidade e principalmente que o projeto contenha ou contemple um currículo ético. Nesse sentido Arroyo (2013).

O campo do conhecimento sempre foi tenso, dinâmico, aberto a dúvida, à revisão e superação de concepções e teorias contestadas por novas indagações que vem do real. Quando os currículos se fecham a essa dinâmica do próprio conhecimento terminam presos a conhecimentos superados, passados de datas de validade. Quando se abrem as indagações, vivencias postas na dinâmica social, se enriquecem, revitalizam. Há tantos conhecimentos vivos pressionando, disputando o território dos currículos. (p. 30)

Nessa perspectiva o projeto atinge a dimensão e o compromisso sociopolítico que visa os interesses do coletivo da comunidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro Municipal de educação Infantil (CMEIPP) é um documento importante elaborado no ano de 2016/ 2017 pela equipe diretiva da unidade no inicio do corrente ano ocorreu à troca de gestão, por este motivo o não houve a revisão.

704

Durante a analise no sistema de matricula do CMEI constatou-se que há 75 crianças atendidas pelo Programa Bolsa Família. Entretanto não há nenhuma menção de sua existência no Projeto Político Pedagógico da unidade, ou seja, essas crianças são ilustres desconhecidas para equipe pedagógica dessa unidade educativa.

Observe-se que preceitua o Projeto Político Pedagógico do CMEI PP que:

Atende atualmente 446 crianças de 01 a 05 anos de idade, com turmas de berçário II, Maternal I, Maternal II, Período I e Período II. A localização do CMEI está na região central da cidade, atendendo na grande maioria a uma população da classe social média e média alta, bem como seus alunos na grande maioria residem próximo à unidade escolar. (pág. 3)

Vê-se, portanto que não a referencia ao sujeito que são atendidos pelo Programa Bolsa Família- PBF, nesse projeto pedagógico. É necessário que haja reeducação do olhar sobre o direito ao conhecimento e aprendizagem, sem discriminação socioeconômica e cultural. Resta saber se as crianças do PBF tem atendimento diferenciado





### Considerações Finais

Compreender que a pobreza e as desigualdades existem e persistem dentro das escolas é condição primordial para elaboração do Projeto Político Pedagógico, não só para saber que escola esta cheia de crianças pobres, mas para fazer reflexões e debates das praticas pedagógicas.

Neste sentido as organizações escolares junto aos profissionais do ensino precisam ir além da precariedade a que estão submetidas precisam da resposta para o questionamento: Como atender as crianças do Programa Bolsa família – PBF, o vitimas do sistema perverso de exclusão social e educacional. A escola como instituição reprodutora desse sistema precisa reinventar seus projetos curriculares, afim de refletir os estereótipos e preconceitos às crianças oriundas de comunidades quilombolas, dos guetos, do campo, dos negros e pobres que estas precisam que o direto a uma vida digna e justa.

O debate é pertinente visto que o nosso país padece com a pobreza e a desigualdade social, o que fica mais forte e acentuado com a falta de investimento financeiro e a corrupção na educação pública de qualidade e a falta políticas pública mais eficaz com prioridade de educar. Assim uma solução possível para minimizar os problemas da pobreza e desigualdade social.

705

Nesse contexto é preciso repensar a forma como a educação vem acontecendo e, até onde ela tem dado resposta a sociedade, e quais recursos são necessários para que ela aconteça de verdade. Consequentemente teremos pessoas mais dispostas a lutar rumo à erradicação da pobreza e das desigualdades.

É evidente que o Projeto Político Pedagógico é um documento que orienta a instituição educacional, pois promove ações que mudem a pratica educativa escolar. Torna visível a política ética e social que a instituição promoverá ao longo do tempo. Além disso, fica evidente a necessidade de se construir o diagnóstico. E para isso faz-se necessário que na sua elaboração a gestão democrática se faça presente e aceite a colaboração dos professores e demais funcionários e da comunidade.

Recomenda-se que o PPP do CMEIPP passe por uma atualização incluindo as crianças oriundas do programa Bolsa Família, para que assim possam ter oportunidade e direito de aprender e de entender sua realidade social.







Esse é um propósito social que todos na unidade educativa, devem conhecer e buscar e só poderá ser possível com mais ações de formação continuada para os professores, em sua rotina de sala levar e transparecer para as crianças, as incentivando a buscar e mudar.

## Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Corpo - Infância exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos**. In: ARROYO, Miguel Gonzales; SILVA, Maurício Roberto. (Org.). *Corpo-Infância*. Petrópolis, RJ : Vozes. 2013

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Currículo, território em disputa/** Miguel G. Arroyo - 5. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes. 2013

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Corpos Precarizados que interrogam nossa ética** profissional. In: ARROYO, Miguel Gonzales; SILVA, Maurício Roberto, (Org.). *Corpos precarizados*. Petrópolis, RJ : Vozes. 2014

ARROYO, Miguel G. **Módulo Introdutório: Pobreza, desigualdades e educação**. Ministério da Educação, 2016.

\_\_\_\_\_, Miguel G. **Módulo IV - Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. Ministério da Educação, 2016

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988) ]. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos; n. 67).

\_\_\_\_\_; **Presidência da República. Lei 10.836** de 9 de janeiro de 2004. Instituem o Programa Bolsa Família, 2004

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. 27 de out de 1991 –

CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

COUTINHO, Daniela Schneidewind Ribeiro. **O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos na redução da pobreza**. 1.a ed. Curitiba: Appris, 2016.

Desenvolvimento Social – **Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** – MDS. Governo e Sociedade trabalhando juntos. 2008.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=171320&search=tocantins%7Cmiracema-do-tocantins>. Acesso em 12 de Novembro, 2016

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed.. São Paulo: Atlas, 2006.

GADOTTI. Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. **Projeto da escola cidadã**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed.. São Paulo: Atlas, 2006.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Módulo III: Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza**. Ministério da Educação, 2016.





L.D. B – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394/96 Senado Federal. Brasília-DF. 2004.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Módulo II: Pobreza, Direitos humanos, justiça e educação.** Ministério da Educação, 2016.

**O Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo.** Centro Brasileiro de Análises e Planejamento-CEBRAP, do Serviço Social do Comércio – SESC e da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, SAS-PMSP, São Paulo, 2004.

**O Programa Bolsa Família.** Disponível em: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br). Acesso em 12 de novembro, 2016.

PINZANI, Alessandro. REGO, Walquiria Leão. **Módulo I: Pobreza e Cidadania.** Ministério da Educação, 2016.

**Projeto Político Pedagógico: Centro Municipal de Educação Infantil Príncipes e Princesas,** Palmas – 2016.

**Projeto político-pedagógico: orientações para o gestor escolar / textos** Comunidade Educativa CEDAC. – São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

VEIGA, Ilma Passos e FONSECA, Marília (Orgs). **As dimensões do projeto político-pedagógico.** 9.a ed. Campinas: Papirus, 2011

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 29.a ed. Campinas: Papirus, 2013.

## O ESPAÇO DA ESCOLA DO SISTEMA SOCIEDUCATIVO E AS RELAÇÕES COTIDIANAS COM A COMUNIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS

707

**Keliane Moraes Silva Santos Vale**

**Gisélia Brito dos Santos**

**Resumo:** Traz à discussão a escola do Sistema Socioeducativo, que intrinsecamente se encontra em contexto empobrecido. Utiliza a pesquisa documental e observação não-participante do cotidiano da escola em um Centro de Internação Provisória (Ceip) – unidade masculina – para esclarecer as análises. Discute o espaço da escola nas relações com a comunidade, verificando o estabelecimento de limites de interação devido a fatores como deficiência na segurança pública e insuficiência de equipamentos públicos para serem utilizados. Conclui que a escola no Sistema Socioeducativo sofre a mesma estereotipização dos adolescentes em situação de conflito com a lei, marginalizados na sociedade.

**Palavras-chave:** Escola. Sistema Socioeducativo. Comunidade.

### Introdução

O cumprimento de medidas socioeducativas, em conformidade com legislações que tratam da proteção de crianças e adolescentes, já vem de longa data, desde 1927 com a criação do Código de Menores, evoluindo em reformas e desenvolvimento desta política pública até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que surgiu em 1990. Doze anos após, foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que regulamenta a execução de medidas destinadas aos adolescentes que pratiquem atos infracionais.





O objetivo desta política pública não é apenas aplicar medidas de privação de liberdade em resposta a ato infracional, mas promover a ressocialização. Assim, a educação de adolescentes em situação de conflito com a lei deve criar condições para que irrompa não apenas o processo cognitivo, mas contribua para a formação de sujeitos de direitos que esteja apto à vida social.

Buscando relacionar as representações sociais sobre as infâncias, adolescências, juventudes e vivências de pobreza no Tocantins examinando práticas escolares, é importante trazer à discussão essas escolas, que intrinsecamente se encontram em contextos empobrecidos, como a escola do Sistema Socioeducativo.

Discutir o espaço da escola do Sistema Socioeducativo é o objetivo deste artigo, a partir de pesquisa documental e observação não-participante do cotidiano da escola em um Centro de Internação Provisória (Ceip) – unidade masculina, realizada com a colaboração de membros da equipe multidisciplinar (composta por profissionais de psicologia, serviço social, pedagogia e enfermagem) e de segurança da unidade. As discussões teóricas que vislumbramos para compreender esta temática baseiam-se nas territorialidades constituídas a partir das relações da escola com a comunidade que a circunscreve, bem como o imaginário da comunidade sobre a escola. Com esta pesquisa buscamos contribuir com a reflexão sobre o papel da escola para as camadas populares, abordando suas contradições, seus desafios e também seus avanços e suas possibilidades.

708

### **1. Cotidiano Escolar no Ceip**

A escola funciona em duas unidades no mesmo município, uma delas nas instalações de um Ceip – Centro de Internação Provisória para atender exclusivamente os adolescentes em situação de conflito com a lei, e outra para alunos regulares do sistema de ensino.

Vinte e dois adolescentes do sexo masculino estavam apreendidos naquela unidade de ressocialização em abril/2017 (período da observação), no entanto, apenas 11 alunos frequentavam a escola. Segundo a unidade escolar, os demais adolescentes não estudam por diversos fatores, alguns já chegam na unidade com o histórico de evasão escolar, já aqueles que estão com julgamento em curso (apreendidos provisoriamente, sem infração penal transitada em julgada) também não frequentam a escola por questões estruturais; importante destacar que a apreensão provisória decorre no prazo de até 45 dias.

A gestão da escola é estadual, de quem recebem o material pedagógico, a merenda escolar, os recursos humanos, entre outros. Segundo a pedagoga, a escola atende





satisfatoriamente, algumas limitações financeiras são suprimidas pelos próprios colaboradores, como recursos para eventos de datas comemorativas.

O espaço físico da escola é na parte exterior da unidade, separada das celas, o espaço de convivência é no solário, tanto para os relacionamentos interpessoais durante o banho de sol, como para visitas e confraternizações na unidade. As aulas na unidade ocorrem em dois períodos, de oito às 11 horas da manhã, e de 14 às 17 horas, atendendo cinco alunos pela manhã e seis no período da tarde. Para as aulas, os adolescentes são retirados da cela e supervisionados por agentes de ressocialização (que não portam armas de fogo).

Os professores relatam que os alunos demonstram grande interesse e respeito pelo corpo docente. Os professores descrevem o comportamento dos alunos como heterogêneo (timidez, desinteresse), o que é comum em toda escola. O ambiente escolar é disciplinado, pelo qual devemos considerar que obedece a um formato rígido: com a presença de poucos alunos, proporcional ao número de agentes e o(a) professor(a). São quatro profissionais da educação que se organizam para ministrar todas as disciplinas do currículo escolar.

Sobre o perfil dos estudantes desta escola, foi observado que a grande maioria é negra, de idades entre 14-16 anos, mas, já houve registro da internação de um menor de 12 anos, que infelizmente foi assassinado após deixar o Centro. Eles são abrigados na unidade, vindos de municípios de várias regiões do Estado do Tocantins, para cumprir medidas socioeducativas, conforme determina o ECA. Conforme relato da equipe técnica, algumas informações do histórico familiar são parciais, em alguns casos devido ao distanciamento das famílias com seus adolescentes, que se encontram “em conflito com a lei”. Sobre as visitas familiares, são realizadas uma vez por semana, aos sábados, quando é disponibilizado transporte até à cidade onde fica situado o Ceip, município um pouco afastado do maior centro, promovendo o acesso a estas famílias, em sua maioria, hipossuficientes.

Conforme foi evidenciado, os internos do Ceip cumprem medida socioeducativa em regime fechado, não sendo possível estabelecer relações intensas com a comunidade local, tanto por questões de segurança, bem como pela visão dos populares sobre “o adolescente em conflito com a lei”. Segundo a pedagoga, os projetos de ressocialização junto à comunidade são limitados, devido já existir uma percepção entre a equipe de trabalho sobre a não-aceitação da inserção desses adolescentes no seio da comunidade.







## 2. O Espaço da Escola do Sistema Socieducativo nas Relações com a Comunidade

A escola enquanto território educativo deve ser um espaço múltiplo de aprendizado, de relações sociais, para o melhor desenvolvimento do aluno. Nas escolas regulares é verificada uma deficiência na abertura dos portões para a intervenção dos pais, da comunidade e das instituições. Uma dificuldade abissal sofre a escola do Sistema Socioeducativo, que atende adolescentes em situação de conflito com a lei, para desenvolver essas relações sociais.

Analisando o cenário já exposto sobre a realidade dos adolescentes e cotidiano escolar no Centro de Internação Provisória, mobilizamos o “efeito de território” para discutir o espaço da escola no Sistema Socieducativo, no viés de que atinge os adolescentes, mantendo-os às margens da sociedade. Os teóricos aplicam o conceito para demonstrar os mecanismos, como a concentração espacial da pobreza em bairros distintos, que acabam por produzir outras vulnerabilidades, o baixo desempenho escolar é um deles.

Segundo Flores (2008, p.151), o “vínculo escola-comunidade demonstrou ser um dos fatores fundamentais não só no sentido do sucesso acadêmico das crianças, mas também no processo de desenvolvimento de maneira geral”. A autora refere-se ao envolvimento da escola com os pais na educação de seus filhos, como observamos, uma realidade bem distante da rotina dos adolescentes internados no Centro, que vivem distantes de suas famílias, em alguns casos a vivência é apenas em um dia no final de semana.

A integração social, que deveria ser possível na escola, também é afetada. Flores (2008, p.145) menciona como ‘efeito de bairro’ a segregação em estratos sociais distintos. “O isolamento social que leva à segregação espacial das classes sociais, reforça, legitima e perpetua a distância entre *ethos* (comportamentos, idiossincrasias) particulares de cada classe, que informam, de maneira diferente, as práticas, as crenças e os hábitos de cada uma”.

Em entrevista à plataforma Educação&Participação, Beatriz Goulart, arquiteta e especialista em espaços educativos e territórios educadores, fala das práticas que dialogam com a construção de um território educador. “O território educador precisa ser produzido por todos que irão ocupá-lo e também por seus vizinhos. Ou seja, é um projeto coletivo, intergeracional e intersetorial. Ele não se reduz à escola [...]”, explica GOULART (online).

Nesta direção, tratamos da produção de um território educativo que dialogue com o entorno escolar. Sobre o conceito de território, Raffestin (2015, p.22) primeiro nos esclarece que “espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos”. Assim, o espaço antecede o território, onde o segundo é produzido a partir da apropriação concreta ou abstrata





do primeiro. “Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade [...]” (idem).

Neste sentido, o que podemos perceber no anexo da Escola Castro Alves instalado no Ceip Norte é a deficiência na produção de um território educativo, haja vista que a apropriação do espaço e as territorialidades presentes se dão por força do Estado que ali estabelece relações conflitantes de poder as quais os adolescentes estão submetidos. Haesbaert aponta que:

“Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação [...]” (2004, p. 1. Grifos do autor).

Desta forma, apontamos o conflito entre duas relações de poder distintas que apropriaram-se de um mesmo espaço e que desenvolvem suas territorialidades, de um lado a força da repressão judiciária (medidas socioeducativas) e de outro a atuação da escolarização que necessita de espaços mais inclusivos, com uma efetiva relação com as redes sociais, saberes locais, ampliando as possibilidades educativas no território.

As contribuições para a escola que consegue dialogar com a sociedade são inúmeras, conforme vislumbra Leite (p.55):

Ao se abrir para o território, a escola se torna receptiva também para os saberes que se descortinam no cotidiano do bairro e da cidade. A presença desses saberes, até então deslegitimados pela escola, traz para dentro dela novos(as) educadores(as) – agentes culturais, oficinairos(as), monitores(as) – muitos(as) deles(as), jovens integrantes de movimentos culturais em suas comunidades (dança, teatro, música, esporte, artes plásticas etc.).

Desta, forma, os muros concretos não podem ser também muros simbólicos que provoquem separação entre escola e comunidade.

### 3. Conclusões

Em nossa observação, percebemos que as limitações quanto ao território educativo da escola são gigantescas, tanto pelas questões de segurança, como apoio social às atividades que garanta o desenvolvimento educativo dos adolescentes em situação de conflito com a lei, uma vez que seus alunos já vêm de uma marginalização social que se perpetua até mesmo na escola.





Nos tempos atuais, romper com esta barreira é necessário, pois a escola precisa fazer parte da vida social como um todo, que não se limita ao processo cognitivo, mas no desenvolvimento integral, de modo a formar sujeitos de direitos como objetivo principal da educação.

Observamos que não sendo viável a interação desses jovens nos ambientes livres, que a unidade se abra/convide atuações diversas para dentro das instalações. Acreditamos que também a pesquisa acadêmica seja um caminho para a visibilidade destes espaços.

#### 4. Referências

EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. **Temáticas da Educação Integral: educação e território.**

Disponível em < <https://educacaoeparticipacao.org.br/tematica/educacao-e-territorio/> >. Acesso em: 06/10/2017.

FLORES, Carolina. **Segregação social e resultados educacionais na cidade de Santiago do Chile.**

In: Ribeiro, L. C. Q. e Kaztman, R. **A cidade contra a escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina.** Rio de Janeiro: Letra Capital e Faperj;

Montevideu, Uruguai: IPPES. 2008. Disponível em

<[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/cidade\\_contra\\_escola\\_protegido3.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/cidade_contra_escola_protegido3.pdf)>. Acesso em: 07/10/2017.

GOULART, Beatriz. **Temáticas da Educação Integral: educação e território.** Disponível em

<<https://educacaoeparticipacao.org.br/tematica/educacao-e-territorio/>>. Acesso em: 06/10/2017.

Entrevista.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um debate.** GEOgraphia – Ano IX – No 17 - 2007. Disponível em:

<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>. Acesso em: 07/10/2017.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Módulo III – Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza.**

Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – EPDS. Disponível em

<<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo3.pdf>>. Acesso em: 06/10/2017.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A;

SPOSITO, E. S. (org's). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos.** 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.





## DIREITOS HUMANOS: A POBREZA COMO ATO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS

Kenise Ferreira da Costa Alves

Raylinn Barros da Silva

**Resumo:** O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo investigar se o conhecimento sobre direitos humanos possa vir influenciado na aceitação da pobreza como uma violação dos direitos, pois por falta de conhecimentos muitos indivíduos não consideram que a pobreza seja uma afronta aos direitos de segunda geração estão ligados ao valor da igualdade e expressos nos direitos econômicos, sociais e culturais. Para obter esses resultados, foi realizada a aplicação de questionário, a um total de 21 alunos de uma escola localizada no município de Araguaína, Tocantins. Através dos resultados obtidos, foi possível identificar que os estudantes investigados conhecem sobre os direitos humanos, mas não o suficiente para compreender que a pobreza é um ato de violação dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Educação. Direitos Humanos. Desigualdade Social.

### Introdução

Quando falamos da importância dos direitos humanos para a sociedade e fundamental recorremos a sua dimensão histórica e social, ou seja, o modo como tais direitos evoluíram ao longo do tempo. Segundo Mendonça (2015) “Os primeiros direitos reconhecidos como direitos humanos surgem no contexto da luta contra a tirania de governos absolutistas que baseavam-se nos valores da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

713

E desse modo à evolução dos direitos humanos ocorreria em três gerações sendo que cada uma dessas gerações estaria ligada aos valores apresentados acima tais como a Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Neste sentido Mendonça aponta:

[...] que no primeiro momento destacaria os direitos de primeira geração, tendo como referência o valor da liberdade política, liberdade de expressão, a liberdade religiosa, dentre outras. Num segundo momento, viriam os direitos de segunda geração, ligados ao valor da igualdade expressos em direitos econômicos, sociais e culturais. Num terceiro momento estariam os direitos da terceira geração, relacionados ao valor de fraternidade concretizados por meio dos direitos ao desenvolvimento, ao meio ambiente equilibrado, à conquista da paz e, por isso, voltado a toda humanidade. (MENDONÇA, 2015, p 20)

Os direitos de segunda geração estão ligados ao valor da igualdade e expressos nos direitos econômicos, sociais e culturais. São positivos na medida em que exigem do Estado ações concretas para a promoção de uma vida digna. Para Pinheiro, Poppovic e Kahn (1994) O reconhecimento e a universalização dos direitos de segunda e terceira gerações foram conquistas lentas que evoluíram progressivamente com as condições históricas, políticas, econômicas e culturais vigentes nas sociedades modernas.

Na visão de Erasto Mendonça:







Essa chamada do poder público para assegurar condições mínimas de igualdade entre todos, organizado a economia e encarregando-se da promoção e defesa de direitos, configura o chamado Estado de Bem Estar Social. Assegurar padrões de igualdade em proporcionar o acesso a direitos a partir da oferta de políticas públicas que garantam condições básicas de saúde, educação, trabalho, transporte, segurança, entre outras ações. (MENDONÇA, 2015, p 24)

Diante dessas informações apresentada acima, podemos considerar que se os direitos de segunda geração garante que todo o cidadão tem direitos econômicos sociais e culturais. A pobreza, no entanto seria uma violação, ou melhor, uma afronta contra o direito econômico. Nesse sentido, Mendonça (2015) afirma que existem contingentes imensos de pessoas que acabam submetidas a um processo de degradação social sem que o Estado promova ações que lhes assegurem um mínimo de igualdade.

O resultado desse desamparo pode de esclarecido na pesquisa de Rego e Pinzani que asseguram que:

Uma das consequências mais brutais desse processo amplo de abandono por parte do estado e do Estado e de expropriação e exploração por parte das elites locais é a falta de capital social e cultural: pobres são geralmente indivíduos sem educação formal e sem formação profissional, obrigados, por isso, a exercerem atividades pesadas, mal remuneradas e não qualificadas. (REGO e PINZANI, 2015, p 21).

De acordo com a Declaração Universal dos direitos Humanos medidas urgentes devem ser tomadas para que possamos conhecer os problemas e as causas da pobreza extrema, pois trata de uma violação da dignidade humana. Causas essas relacionadas ao problema do desenvolvimento, visando a trazer os direitos humanos das classes mais carentes, pôr fim á pobreza extrema e à exclusão social e promover uma melhor distribuição de renda do progresso social (DECLARAÇÃO..., 1993, p 7 ).

As primeiras preocupações com a Educação em Direitos Humanos surgem em 1948 com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas somente em 1993 com a Conferência Mundial dos Direitos Humanos que essas discussões sobre a inclusão do tema nos programas educacionais ganham força, ou seja, podemos considera que essa conferência de Viena e uma fonte de inspiração para a Educação em Direitos Humanos. Mendonça (2015, p 29).

A partir desse conclave ficou acordado, pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos e reforçados por outros instrumentos internacionais que os Estados eram responsáveis por garantir que a educação seria reforçada com a incorporação dos direitos humanos. Neste sentido a mesma assumiria a missão de gerencia a compreensão, a tolerância,





a paz e as relações amigáveis entre os grupos raciais ou religiosos. (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA, 1993, p 9).

Reconhecendo assim, que não adiantava ter apenas uma declaração que garantisse inúmeros direitos aos cidadãos necessitava-se na verdade que as pessoas tivessem conhecimento sobre quais eram seus direitos contidos neste documento e que soubessem principalmente fazer uso dessa ferramenta diante da sociedade.

Dessa forma esperamos que esse acesso ao conteúdo destes documentos possivelmente possa vim minimizar a distancia entre “os direitos proclamados e sua real efetivação, ou seja, entre a teoria dos direitos humanos e sua prática cotidiana”. (MOEHLECKE, 2008, p 4 )

Segundo Mendonça a educação em direitos humano no Brasil ganha força a partir do ano de 1996, com o lançamento do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

Centrado na garantia de direitos civis e políticos. Esse programa foi atualizado em 2002 e em 2010, com a redação da segunda e terceira versão. Nessas atualizações, foram contemplados os direitos econômicos, sociais e culturais, a partir da compreensão da universalidade, da indivisibilidade e da interdependência dos direitos humanos (MENDONÇA, 0000, p. 31).

A propósito do que foi afirmado acima podemos compreende que após 1996 surgem às primeiras versões do Programa Nacional de Direitos Humanos produzidos entre os anos de 1996 e 2002. É em 2003 e formado um Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, composto por especialista e representante da sociedade civil que tinha como objetivo a elaboração de um plano que futuramente ficaria conhecido por Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) o mesmo era formado por um conjunto de ações programáticas e orientações voltadas para a educação básica, superior, não informal, dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança e educação e mídia.

Neste contexto o presente trabalho tem por objetivo investigar se o conhecimento sobre direitos humanos possa vim influência na aceitação da pobreza como uma violação dos direitos.

### **Procedimentos Metodológicos**

A presente pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Castelo Branco, localizada no Município de Araguaia Tocantins. A mesma foi realizada de forma quali-quantitativa, no qual os dados foram obtidos a partir do uso de questionários com questões fechadas e abertas, aplicados a alunos do ensino médio totalizando 21 alunos entrevistados.





## Resultados e Discussão

A presente pesquisa buscou verificar o conhecimento sobre os direitos humanos e a compreensão da pobreza como um fator não reconhecimento dos direitos. Assim quando foi questionado se os alunos tinha conhecimento sobre os “Direitos Humanos” foi possível observar que a maioria dos alunos confirmaram conhecer sobre o tema. No qual, os resultados demonstram que 86% dos alunos afirmaram ter conhecimentos sobre o assunto é apenas 14% relatam que não sabem o que são direitos humanos.

Neste sentido acreditamos que esse grau de conhecimento pode estar relacionando ao universo midiático, pois o próprio encontra-se cada vez, mais presente na sociedade. De acordo com Lolla; Martinelli e Pasquim (2010,p 11) “nos dias atuais praticamente toda a população dispõe desses recursos que nos foram presenteados pela moderna tecnologia”.

Quando questionados o que eles entendiam sobre Direitos Humanos. Aproximadamente 52% dos alunos disseram que são os pressupostos necessários para que uma pessoa possa ter uma vida digna Por outro lado, ao contrário dessa visão apresentada acima 48% dos estudantes assegurou que Direitos Humanos são direitos que defendem os que transgridem as leis. Essa visão equivocada dos Direitos Humanos possivelmente possa esta pautada ao senso comum que a sociedade tem a respeito desses direitos.

Tal constatação aproxima-se do que é abordado pela a Revista Direitos Humano:

O senso comum, como expressão emocional das massas, no mais das vezes, se nutre de sombras. Por isso, sobrevaloriza o poder e a força bruta, encara como fragilidade a compaixão, enerva-se com a inteligência, ojeriza à ousadia, a criatividade e a diferença. Por isso rejeita os direitos humanos e a sua militância (BALESTRERI, 2008 p 19).

Ao ser questionados se os próprios já estiveram os direitos violados, 53% relatam que não tiveram seus direitos violados. Essa afirmação nos levar perceber que os estudantes não tem noção da dimensão dos direitos humanos. Precisam compreender que na verdade, não se trata simplesmente de direitos no sentido estritamente jurídico da palavra, mas de um conjunto de valores que implicam várias dimensões, tais como: Dimensão ética, jurídica, política, econômica, social, educativa, histórica e cultural (TOSI, 2005).

Essa reflexão nós levar a observar que na verdade é preciso contatar se os cidadãos estão desfrutados de seus direitos, ou seja, se eles estão tendo acesso à saúde, educação, segurança, assistência social, lazer, cultura e outros direitos considerados essenciais para a vida.

Sobre esse assunto Mendonça declara que precisamos:





Aceitar que a pobreza é uma violação dos direitos implica a necessidade de eliminar as causas que lhe dão origem e as injustiças cometidas contra esses contingentes populacionais, criando condições para que se ampliem com objetividade os graus de consciência sobre a dimensão desse problema e dos fatores que o geram. (MENDONÇA, 2015, p 29).

Entretanto quando foram questionados se eles consideram a pobreza um ato de violação aos direitos humanos, 63% dos entrevistados disse que não, ou seja, os mesmos não consideram a pobreza um ato de violação dos seus direitos. Essa possível confirmação aparenta está relacionada à ausência do tema pobreza nos currículos escolares, pois o mesmo tende a ignorar ou secundarizar essa temática.

De acordo com Arroyo,

crianças, com vivências de pobreza e extrema poderão ter um percurso escolar até exitoso e saírem da escola sem nunca terem ouvido falar da pobreza, sem ter recebido explicações, conhecimentos que os ajudem a entender suas vivências e os processos históricos da produção de sua condição, ou seja, por que são condenados a essa situação. (2015, p. 07).

Analisando as definições fornecidas pelos entrevistados podemos concluir que de forma unânime os alunos responderam que a escola é um espaço ideal para trabalhar-se a luta contra o combate à pobreza e as desigualdades sociais. Sobre esse assunto discutiremos a última questão que tinha como arguição saber se os estudantes consideram ou não que os desconhecimento dos direitos que as pessoas possuem poderia contribuir com a reprodução da pobreza e, conseqüentemente com a desigualdade social. Como resposta a maioria disseram que sim, ou seja, acreditam que a falta de conhecimento pode ser um dos fenômenos responsável pela persistência da miséria social em nosso país.

717

### **Considerações Finais**

A partir deste trabalho, podemos concluir que a maioria dos alunos diz ter conhecimento sobre os Direitos Humanos e citam ainda que, adquiriram essas noções através da internet e televisão, porém esse conhecimento que os mesmos julgam ter não faz nenhuma analogia com a realidade dos alunos, pois quando questionados se já tiveram seus direitos violados a maioria dos entrevistados asseguram que não.

Esses resultados, portanto só nos confirma que os mesmos não tem noção da dimensão dos direitos humanos, ou seja, não sabem que os direitos abrangem a saúde, moradia, educação, segurança, assistência social, lazer, cultura e outros direitos básicos considerados essenciais para garantir uma vida digna. É por falta desse conhecimento não conseguem perceber que a pobreza no qual se encontra, seja uma violação dos direitos humanos.







Diante dessa realidade, percebemos a necessidade da introdução Educação em Direitos Humanos de forma interdisciplinar no currículo escolar, pois a escola deve atuar como mediadora esclarecendo os direitos dos estudantes estabelecidos por lei, promovendo assim, condições para que os mesmos se reconheçam como sujeitos de direitos e sejam capazes de exercer seu papel como cidadãos.

### Referências

- ARROYO, M. G. **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. Curso de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social. Módulo IV. Brasília-DF: MEC, 2015b.
- BALESTRERI, R. B. Segurança e direitos humanos. **Revista direitos Humanos**. Brasília- DF. 2008.
- DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENTA. In: Conferência Mundial sobre direitos Humanos. 1993. Portal de Direito Internacional. Disponível em : <[www.oas.org/dil/port/1993%20Declaração%20e%20Programa%20de%20Acção%20adoptado%20pe%20la%20Conferência%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf](http://www.oas.org/dil/port/1993%20Declaração%20e%20Programa%20de%20Acção%20adoptado%20pe%20la%20Conferência%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf)>. Acesso em: 5 set. 2017.
- LOLLA, D. M.; MARTINELLI, K. M. A.; PASQUIM, R. C. **A televisão como veículo de informação: uma linguagem de imagens e sons**. 2010. 44 f. Trabalho de conclusão de curso(graduação em Letras) Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium– UNISALESIANO, Lins-SP, 2010.
- MENDONÇA, E. **Pobreza, direitos humanos, justiça e educação**. Módulo II. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Brasília, DF: MEC, 2015.
- MOEHLECKE, S. **Direitos Humanos e Educação**. Salto Para O Futuro, Brasília, n. 1982-0283, p.01-68, mar./abr. 2008.
- PINHEIRO, P. S.; POPPOVIC, M. E. C.; KAHN, T., Pobreza, violência e direitos humanos. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, p.189-208. 1994.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. **Pobreza e Cidadania**. Módulo I. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Brasília, DF: MEC, 2015.
- TOSI, G. **Direitos Humanos: história, teoria e prática**. (org.). João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2005. 373 p.





## PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SEMENTES DO AMANHÃ, PALMAS-TO

**Kérica Ferreira dos Santos**

**Resumo:** A pobreza ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas à medida que aumenta a desigualdade na dinâmica da sociedade, e por isso o conceito de sociedade é marcado historicamente, ou seja, organizá-la exige considerar os diferentes contextos de vida e suas transformações. Neste artigo, o objetivo central foi traçar o perfil das famílias do CMEI Sementes do Amanhã atendidas pelo PBF. Neste sentido, foi observado se as famílias atendidas se enquadram dentro do perfil pré-estabelecidos pelo Programa Federal, para isto, teve-se como critério a pesquisa de campo e a coleta de dados que foi realizada através de questionários. Os resultados apontam que a maioria dos responsáveis beneficiários do PBF é do sexo feminino, com predomínio de pessoas da cor parda e idade entre 21 a 30 anos. A maioria não informou escolaridade e 25% informou que possui ensino médio completo. Constatou-se que somente 17% trabalham com carteira assinada. Grande parte das famílias é composta por, em média, 4 membros. O público alvo das famílias são crianças de 0 a 10 anos. Destas 50% recebem o benefício há mais de 2 anos. O estudo aponta que de fato, a grande maioria das famílias atendidas se enquadra nos critérios pré-estabelecidos pelo programa. O contexto apresenta que houve melhora nas situações de vida das famílias beneficiárias, permitindo superar importantes formas de privações dando-os oportunidade, no entanto, essa melhora não aconteceu de forma uniforme a todos beneficiários e tampouco é suficiente para a superação dos problemas enfrentados.

**Palavras chaves:** Educação. Pobreza. Bolsa Família

### INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema da Educação em sua relação com a pobreza e o contexto de desigualdades sociais a partir da análise do perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Sementes do Amanhã, no município de Palmas-TO. Nosso objetivo é traçar o perfil das famílias do CMEI Sementes do Amanhã atendidas pelo PBF, bem como verificar se as famílias atendidas se enquadram dentro do perfil pré-estabelecidos pelo Programa Federal. Assim, levantamos os seguintes questionamentos: qual o perfil das famílias do CMEI Sementes do Amanhã, no município de Palmas–TO, atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF)? O Programa Bolsa Família (PBF) está, de fato, atendendo as famílias que se enquadram nos critérios pré-estabelecidos?

Com o intuito de aprofundar o conhecimento acerca do tema abordado, a primeira parte da pesquisa buscou destacar seu aspecto qualitativo, que segundo Minayo (1996): A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, com as ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser qualificado. (MINAYO, 1996, p.101-102)

Por sua vez, a segunda etapa da pesquisa privilegiou o trabalho de campo, que segundo Santos (2004, p. 27), “[...] é aquela que escolhe os dados *in natura*, como percebido pelo pesquisador. Normalmente a pesquisa de campo se faz por observação direta,





levantamento[...]”. Caracterizando-se como um estudo de caso, a coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionários.

Para atender os objetivos propostos neste referido estudo, a terceira e última etapa consistiu na interpretação e análise dos dados obtidos por meio dos levantamentos bibliográficos, documental, além da pesquisa de campo.

## **EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE TEÓRICA**

O tema “pobreza” não nos remete apenas a uma questão de especificidade de renda, mas, primordialmente, a uma questão explícita de vida digna. Neste sentido, não diz respeito apenas a uma pequena parcela da população, mas um determinado grupo de pessoas relativamente significativo no meio dos diversos grupos existentes, e que as mudanças ocorridas ao longo dos tempos influenciam diretamente nas vidas das pessoas de modo geral.

A pobreza é, de fato, um problema social grave. Para Arroyo,

(...) É necessário perceber que a pobreza nos cerca: ela persiste dentro das escolas, nos noticiários e em diversos estudos sociais. Nas salas de aula, essa realidade fica evidenciada pelos corpos famintos e empobrecidos de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas, as quais são, em muitos casos, igualmente pobres (...). (ARROYO, 2016, p. 6)

720

Perceber-se que a desigualdade, caracteristicamente ligada às condições sociais, impulsionadas aos desafios e impasses das políticas públicas para superar a posição marginal ocupada pela sociedade. Assim, a educação enquanto formação humana passa por discussões sobre as tais propostas que devem ou deveriam ser estimuladas e desenvolvidas, no entanto, mesmo enfrentando diversos problemas de currículo é considerada um campo estratégico que inclui mecanismos de socialização, de renovação cultural, social democrático.

Sobre a função da escola Arroyo afirma que:

...Das escolas e de seus(suas) profissionais, espera-se uma postura crítica perante essa relação entre escolarização dos(as) pobres e empregabilidade. Afinal, não podemos atribuir à escolarização, isoladamente, a tarefa de solucionar a questão da pobreza, pois isso seria desconsiderar as complexidades do sistema capitalista e suas crises. (ARROYO, 2016. Pág., 13)

Ampliar as reflexões sobre a pobreza e a desigualdade sociais é ressignificar a educação numa perspectiva de qualificar as teorias e práticas para superação da transmissão de conhecimentos assumindo efetivamente o educar para o comprometimento social.





## **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTEXTOS E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA**

A implementação dos programas de transferência de renda se deu a partir dos crescentes problemas sociais de desigualdade implantados pelo capitalismo. Vários foram os programas criados para transferência de renda, também chamados de programas remanescentes. Em meados de 2003, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria o PBF que veio para unificar e gerir os demais programas, sua proposta era a luta contra a pobreza, o combater a fome, a miséria, e a exclusão social.

Para Souza (2015) é importante entender o Programa, sua atuação no contexto atual, e a relação com a escola, bem como, perceber não só a importância de tal Programa como também sua contribuição às famílias de baixa renda. No entanto, embora tenha havido uma melhora, os níveis ainda são preocupantes, e os números pessoas que necessitam da ajuda dos programas ainda são numerosos.

A pobreza se apresenta como um contexto social presente em todo país, no qual esses programas constituem uma válvula de escape mediante a necessidade de melhoria na condição de vida, Fronza et al, afirma que: “É com esse programa que o governo busca diminuir a desigualdade social de modo que todos sejam reconhecidos como cidadãos, indistintamente. Esse é um caminho que já está sendo trilhado, porém ainda está longe (...) (2014, p. 523).

721

Neste sentido a pobreza é colocada como uma condição, com diferentes significados e formas, que está ligada a uma condição precária, a privações e falta de acesso as necessidades básica, principalmente quando comparada a um padrão de vida que se precise para viver com dignidade.

## **O CONTEXTO DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO E SUJEITOS**

O trabalho foi realizado por meio da pesquisa de campo, além dos levantamentos de dados. Deste modo, ressaltamos que o desenvolvimento e a análise ocorreu com base nas respostas obtidas por meio do questionário aplicado ao grupo participante, famílias beneficiárias do PBF atendidas no CMEI Sementes do Amanhã, que foram escolhidos de forma aleatórias, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos.

A instituição oferece atendimento a 263 crianças, destas 57 alunos estão na relação dos alunos beneficiários pelo PBF, o que corresponde cerca de 22%. Os questionários foram aplicados em meados do mês de outubro de 2017. Foram distribuídos uma média de 50 questionários, os mesmos foram entregues de forma aleatoriamente às famílias que não







apresentaram resistência em participar do estudo. Dentre os questionários entregues, obtivemos retorno de 20 respondidos, o que corresponde um total de 40%.

Os primeiros dados da pesquisa visa traçar o perfil das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF). A partir das respostas obtidas podemos citar que grande parte dos responsáveis pelo benefícios é do sexo feminino (80%), sendo geralmente a mãe. Quando perguntado a idade do responsável pelo PBF, das respostas obtidas 25% encontram-se entre 21 a 30 anos, 20% entre 31 a 40 anos e a grande maioria não informou (55%). Com relação a escolaridade do responsável, 25% informou que possui ensino médio completo, seguindo de 15% com ensino médio incompleto, os demais não informaram a escolaridade. Esses dados mostram o que, certamente reflete na qualidade de vida das famílias.

Quanto as famílias, verificou que a maior parte são composta de quatro membros por domicílio, sendo que 40% declarou possuir 2 filhos e 35% declarou 3 ou mais filhos. A maioria das famílias vive em casas cedidas ou alugadas (70%). A faixa etária predominante dos componentes familiares compreende crianças entre zero a 10 anos (39,8%). Destes 70% consideram a predominância da cor parda nas famílias.

A situação no mercado de trabalho: apesar da maioria informar que está trabalhando, através das respostas constatou-se que há um número significativo de pessoas atuando no mercado de trabalho informal, ou seja, sem carteira assinada.

No que tange às condições socioeconômicas, mesmo com o benefício, 60% das famílias declararam um valor da renda total inferior ao salário mínimo, incluindo o benefício, o que retratam uma situação preocupante, visto que a renda familiar são insuficientes para garantir os direitos básicos à uma vida digna, embora sabemos que estamos lidando com públicos dos programas assistenciais, no qual são voltados às famílias de baixa renda, no entanto no contexto que vivenciamos a situação de muitos são lamentáveis.

Questionados sobre o valor do benefício e há quanto tempo é assistido pelo mesmo, constatou-se que: Das famílias beneficiárias a grande maioria vem recebendo o benefício a mais de 2 anos, sendo os valores da bolsa variáveis, de acordo com a pesquisa 35% das famílias recebem o valor entre 100 a 150 reais, seguindo de 25% que recebe acima de 200 reais.

Além de verificar quanto às beneficiárias recebem do PBF, tornou-se pertinente perguntar em que é aplicado o dinheiro que recebem do benefício. Das entrevistadas (47%) declaram que gastam o benefício em alimentação, (23%) em educação, (12%) em





medicamentos, (6%) em vestuário, (3%) em moradia e (9%) não informaram. A utilização e priorização da renda reflete da condição de pobreza das famílias.

Com relação a situação família após o recebimento do benefícios, nas respostas obtidas mostra claramente que para a maioria das famílias o benefício trouxe uma melhora significativa, reforçando o que o programa atua como uma forma de complemento de renda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando nosso estudo, este trabalho teve como objetivo traçar o perfil das famílias do CMEI Sementes do Amanhã atendidas pelo PBF, para isso foi realizado uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários. A descrição do perfil dos beneficiários do CMEI Sementes do Amanhã levantados por meio dos estudos permite afirmar que: a grande maioria são mulheres 80%, na faixa etária de 21 a 30 anos (25%), com predominância da cor parda, com formação mínima do ensino médio (25%), no qual é possível afirmar que a formação reflete no rendimentos mensal das famílias que na maior parte (60%) não ultrapassam o teto de um salário mínimo, inclusive com o benefício.

Constatou-se, também, que somente 17% trabalham com carteira assina. Grande parte das famílias é composta, em média, por 4 membros, sendo que 50% convive com companheiro, e 60% declararam ter 2 filhos por família e 35% possui mais de 3 filhos. O público alvo das famílias são crianças de 0 a 10 anos. Destas 50% recebem o benefício há mais de 2 anos.

A partir das respostas obtidas, podemos afirmar que o resultados obtidos nos permite constatar que a maior parte das famílias pesquisadas se enquadra dentro dos critérios pré-estabelecidos pelo Programa, sendo que este atua como uma forma de complemento de renda, mesmo sendo ofertado um valor, muitas vezes, pequeno e insuficiente para o atendimento das necessidades básicas, no entanto há uma proporcionalidade grande na contribuição para o atendimento das necessidades básicas das beneficiários.

Os resultados apresentam que houve melhoras nas situações de vida das famílias beneficiárias, permitindo superar importantes formas de privações a partir das oportunidades criadas; no entanto, essas melhorias não aconteceram de forma uniforme a todos beneficiários e tão pouco são suficientes para superação dos problemas enfrentados, ainda há um longo caminho a ser percorrido em relação à mudança de qualidade de vida. É nessa perspectiva que acreditamos e entendemos a seriedade do Programa, uma vez que atendida em sua função de garantir um mínimo de dignidade da sociedade marginaliza.





## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Pobreza, desigualdades e educação** - Módulo Introdutório. Curso: EPDS. UFT, 2016. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>> Acesso em: 12/10/2016.

FRONZA, et al. **Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários**. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro, nov./dez. 2013. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122013000600009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000600009)>. Acesso em: 12/08/2016

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Vozes Editora, Petrópolis, 1996.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SOUZA, Angela Silva. O Programa Bolsa Família e sua relação com a escola. 2015. 52 fls. Trabalho de Conclusão de Curso. Retirado do site <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/ANGELA%20SILVA%20DE%20SOUZA%20Programa%20Bolsa%20Familia%20e%20sua%20relacao%20com%20a%20escola.pdf>>, acesso em julho 2017.

## BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA: UM PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL EM ARAGUAÍNA – TO

Kerlem Divina Alves Nogueira

Eliene Rodrigues Sousa

724

**Resumo:** O objetivo deste artigo é compreender o funcionamento do Benefício de Prestação Continuada na transferência de renda para famílias e/ou pessoas com deficiência no Município de Araguaína – TO no âmbito da assistência social. Contextualizar de Araguaína – TO, suas peculiaridades como cidade do interior do Norte do Estado. Mencionar os critérios de seleção das famílias e/ou pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Além disso, visa averiguar os percalços para concessão do benefício, bem como verificar o papel dos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS no acompanhamento do BPCO Município de Araguaína. A pesquisa de campo foi realizada por meio de abordagens qualitativa e quantitativa, a qual possui uma visão idealista/subjetivista e realista/objetivista; efetivou-se o levantamento de dados oriundos do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – Programa BPC na Escola. Para fundamentar, buscou-se referencial teórico em livros, sites, artigos, dissertações, teses e os documentos, a fim de identificar as situações existentes e obter um embasamento teórico para a realização do trabalho.

**Palavras-chave:** Programa de transferência de renda. BPC na Escola. Critérios de participação do BPC. Intersetorialidade.

### Introdução

Nos últimos anos, o Governo Federal vem praticando e adotando políticas públicas que visem a transferência de renda para a população carente em todo estado brasileiro, a fim de combater a pobreza em todas as regiões do país. Nessa linha, o governo oferta dois grandes programas sociais de transferência de renda, sendo eles, o Benefício de Prestação Continuada





e o Programa Bolsa Família, ambos possuem critérios de seleção de beneficiários bastantes peculiares, os quais são fundamentais no papel de políticas públicas.

O Benefício de Prestação Continuada – BPC está previsto na Constituição Federal de 1988 e visa a proteção de idosos e pessoas com deficiência que não possuem meios de manter sua própria manutenção e/ou tê-la provida pela família. Isto é, implementar políticas públicas que pudessem auxiliar essas pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade social, ofertando-as condições mínimas de sobrevivência.

Nesse prisma, foi instituído por meio da Portaria Normativa Interministerial nº 18 de 24 de abril de 2007 o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – Programa BPC na Escola, o qual é um programa intersectorial que tem como princípio básico garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos no ambiente escolar.

O BPC na Escola fomenta a inclusão socioeducacional, a autonomia do beneficiário para novas conquistas, bem como garantir melhores condições de vida para os usuários do programa. Mas, para que isso se efetive de maneira assídua, existe uma necessidade de articulações e integrações de vários setores, tais como: assistência social, saúde, educação e direitos humanos.

É válido frisar que, o BPC surgiu com o intuito de substituir a Renda Mensal Vitalícia – RMV, a qual foi criada em 1974 através da Lei nº 6.179/74 destinado as pessoas com idade superior a setenta anos e inválidos, classificados como incapacitados para o trabalho. O benefício entrou em extinção em 01 de janeiro de 1996, sendo mantido apenas para os beneficiários até o exercício final do ano de 1995.

O Município de Araguaína, interior do Norte do Estado do Tocantins, possui uma população estimada em 2017 de aproximadamente 175.960 habitantes de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. De modo geral, existem 5.976 famílias que recebem o auxílio do BPC com base nos dados do mês de setembro de 2017, deste quantitativo 3.071 são pessoas com deficiência e 2.905 idosos.

Mediante os fundamentos fáticos, o objetivo geral deste artigo é compreender o funcionamento do Benefício de Prestação Continuada na transferência de renda para famílias e/ou pessoas com deficiência no Município de Araguaína – TO no âmbito da assistência social. Mencionar os critérios de seleção das famílias e/ou pessoas com deficiência que







recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Averiguar os percalços para concessão do benefício, bem como verificar o papel dos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS no acompanhamento do BPC.

Com este enfoque, o texto foi organizado em seis sessões, desde a introdução, fundamentação teórica tais como: Programa BPC na Escola, critérios de participação do BPC, os obstáculos, a participação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS no acompanhamento do BPC; a abordagem metodológica, os resultados e discussões, o cronograma de desenvolvimento da pesquisa, considerações finais e referências utilizadas para fundamentar este artigo.

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente trabalho tem como base fundamental a abordagem qualitativa e quantitativa que segundo Queiroz (2006) “se caracterizam por duas visões centrais que alicerçam as definições metodológicas da pesquisa [...]. São elas: a visão realista/objetivista (quantitativa) e a visão idealista/subjetivista (qualitativa)”. Efetivou-se com o levantamento de dados no que se refere ao Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – Programa BPC na Escola, onde a pesquisa utiliza no seu ambiente natural para a coleta de dados concretos e descritivos, enfatizando o contato direto do pesquisador com a situação abordada. Caracterizamos inicialmente a pesquisa, para em seguida pensarmos no ponto de vista em relação aos aspectos mais específicos, tais como: campo de pesquisa e a seleção dos dados que serão utilizados na pesquisa. Optar pela Secretaria Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação é extremamente vantajoso, pois lida todos os dias com situações de vulnerabilidade e/ou risco social, como profissional do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Araguaína. Buscou-se referencial teórico em livros, sites, artigos, dissertações e teses, a fim de identificar as situações existentes e obter um embasamento teórico para a realização do trabalho, de modo a proporcionar uma contribuição da própria pesquisa para a sociedade.

### **Resultados e Discussão**

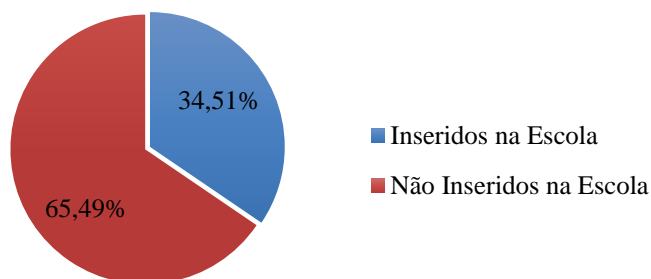
De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação por meio da Proteção Social Básica, e com o apoio da equipe do





Programa BPC na Escola, o Município de Araguaína – TO apresentava no ano de 2008 cerca de 284 beneficiários do BPC, como vemos no gráfico 1:

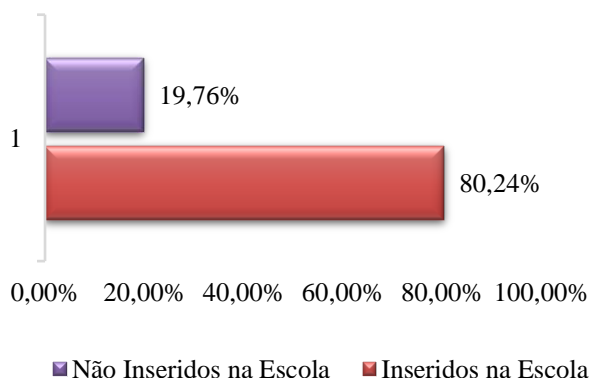
**Gráfico 01:** Quantitativo de beneficiários na implantação do BPC na Escola em 2008.



**Fonte:** Secretaria Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Araguaína – TO, 2008.

Enquanto que, após oito anos de implantação do Programa BPC na Escola o número de beneficiários cresceram, sendo contabilizados no exercício final de 2016, 410 beneficiários do programa de transferência de renda no município nas escolas estaduais e municipais.

**Gráfico 2:** Quantitativo de Beneficiários do Programa BPC em 2016.



727

**Fonte:** Secretaria Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Araguaína – TO, 2016.

Podemos perceber que 19,76% dos beneficiários não estão na escola, nesses casos precisam ser avaliados os motivos da ausência dessas crianças e/ou adolescentes no ambiente escolar, quanto o acesso à escola: falta de acessibilidade no trajeto da residência do beneficiário até a escola, transporte escolar inapropriado para o deslocamento do aluno; quanto a infraestrutura escola: ausência de profissionais de comunicação e de apoio e, déficit de materiais didáticos especializados resultam na baixa frequência escolar ou até mesmo evasão escolar; quanto o acesso às políticas de saúde: ausência de acompanhamento de profissionais de saúde, tais como, nutricionistas, fisioterapeutas, enfermeiros, ortopedistas,





clínicos gerais e dentre outros profissionais, ou seja, uma equipe multidisciplinar na área da saúde.

Esse percentual de beneficiários que estão fora do ambiente escolar, precisam ser controlados por vários acompanhamentos, por meio dos programas da rede socioassistencial ofertados pelo município, para verificar o motivo do porquê que essas crianças e/ou adolescentes estão fora da escola, seja por sofrerem bullying, preconceito ou condições adversas. Na maioria das vezes, a mãe entende que, por o filho ter alguma deficiência e dificuldades de aprendizagem ele irá sofrer no ambiente escolar e, pelo contrário, ele aprende a conviver com outras pessoas, o que é de extrema importância para esse público-alvo. Desse modo, acabam tomando medidas radicais para tentar minimizar o problema, optando pelo isolamento na própria residência. A equipe de referência do Programa BPC na Escola juntamente com a equipe do CRAS precisam realizar um trabalho de conscientização da família com os profissionais capacitados, tais como: pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e orientadores sociais.

Em contrapartida, podemos visualizar no gráfico 2 que 80,24% dos beneficiários estão inseridos na escola, ou seja, essas pessoas estão sendo acompanhadas por profissionais capacitados, sejam pelas equipes dos CRAS, Gestão do BPC na Escola, assistentes sociais e profissionais de saúde. Todos trabalhando em prol de um bem comum, ofertando melhores condições de vida, desde o acompanhamento por meio de visitas domiciliares até a realização de atividades escolares inclusivas.

Nessa vertente, surge duas situações distintas, a primeira está relacionado as condições adversas da escola, por exemplo, como manter esse beneficiário do programa na UE proporcionando uma inclusão escolar de forma efetiva, como os professores podem incluir esse aluno nas atividades da escola, a estrutura física da escola está preparada para receber esse aluno? Na maioria das vezes o discente é deixado de lado, justamente por ele não conseguir desenvolver as atividades propostas pelos educadores, no máximo é aplicado uma atividade extra para contabilização de notas, e esse detalhe infelizmente não é inclusão. É interessante ressaltar que, na maioria dos casos, o aluno com deficiência não consegue assimilar fidedignamente o conteúdo aplicado aos alunos sem deficiência. Mas, por outro lado, são desenvolvidos outros elementos que são essenciais para vida, tais como: a convivência interpessoal, o compromisso, autonomia, o afeto e dentre outros.





## Considerações Finais

Falar de políticas públicas para pessoas com deficiência é abrir novas oportunidades, é trabalhar em prol de melhores condições de vida para esses indivíduos, é achar e buscar soluções aonde ninguém jamais pensou que haveria alguma. Durante anos o Governo Federal investiu e investe na erradicação da pobreza e extrema pobreza por meios de programas de transferência de renda, isso é uma evolução importante a destacar.

Desses programas, surgiu o Programa BPC na Escola destinados a crianças e adolescentes com deficiência e faixa etária de 0 a 18 anos. Possibilitando o acesso ao ensino regular em classe comum, com acesso a sala de atendimento educacional especializado e serviços públicos os quais necessitarem. Por ser um programa fundado numa estratégia intersetorial, exige um trabalho em conjunto de vários setores, tais como: saúde, educação, assistência social e direitos humanos.

Mas, para que isso aconteça, esses setores precisam estar preparados para lidar com esse público alvo, seja uma consulta no postinho de saúde ou condições dignas no ambiente escolar para trabalhar esse aluno. É notório que o programa possui uma estratégia para a erradicação da pobreza, bem como a diminuição das barreiras que o beneficiário encontra para frequentar a escola. Pois assim, estaremos proporcionando uma inclusão social, o que não favorece somente os beneficiários do BPC, mas toda a sociedade. O BPC na Escola possui um sistema gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Esse sistema de gestão é desenvolvido para que os gestores e técnicos da rede socioassistencial tenham acesso a todos os procedimentos do programa. Pois, apresenta o acompanhamento de toda trajetória dos beneficiários em todos os sentidos, desde da superação das barreiras de cada usuário até o monitoramento do mesmo.

Portanto, ressaltamos a importância do programa para as famílias que vivem em vulnerabilidade e/ou risco social, bem como o acompanhamento que é realizado pelo CRAS no município de Araguaína. Infelizmente, existem percalços que precisam ser sanados no BPC, desde do momento da concessão do benefício até a chegada do aluno nas unidades escolares.

## Referências

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007.** Disponível em:  
<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia\\_social/portarias/2007/Portaria%20Interministerial%20no%2018-%20de%2024%20de%20abril%20de%202007.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2007/Portaria%20Interministerial%20no%2018-%20de%2024%20de%20abril%20de%202007.pdf)> Acesso em: 26/10/2017.







FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Os avanços que ainda se fazem necessários em relação ao Benefício de Prestação Continuada.** In: SOPOSATI, Aldaíza (Org.) Proteção Social de Cidadania Inclusão do Idoso e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.

QUEIROZ, Luís Ricardo Silva. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia.** 2006. p. 87-98. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/claves/article/viewFile/2719/2324>> Acesso em: 26/10/2017.

STELLA, Claudia; SEQUEIRA, Vania Conselheiro. **Inclusão e o cotidiano escolar: a visão dos professores.** Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 70-80, 2013.

## A CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA DE INICIAÇÃO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

**Kerlly Regina Santos Pacheco**

**Eliene Rodrigues Sousa**

**RESUMO:** O objetivo desde trabalho é refletir sobre a importância da disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional na Educação de Jovens e adultos da Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá de Araguaína – TO, bem como na promoção da melhoria da qualidade de vida e no enfrentamento da pobreza e desigualdade social. Além disso, refletir sobre a importância da participação social e profissional nos processos decisórios para a construção de uma sociedade mais igualitária. Esta é uma pesquisa de natureza documental, bibliográfica e qualitativa, tendo como ferramenta de análise a participação dos alunos EJA da Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá. Por meio dos dados levantados, verificou-se aspectos importantes para o desenvolvimento das aulas e sua implementação na estrutura curricular. Detectamos que, embora a disciplina tenha representado a inserção de uma proposta educativa diferenciada para o público da EJA no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Araguaína - TO, tal ação não causou impactos significativos para a modalidade. No entanto, acredita-se que por meio de um processo integrado de avaliação e reconfiguração possa tornar-se uma alternativa educacional com grande potencial formativo para o público da Educação de Jovens e Adultos.

**Palavras-Chave:** Educação de Jovens e Adultos. Mercado de trabalho. Educação profissional.

### Introdução

Uma vez que um dos grandes desafios das escolas que ofertam a EJA é garantir a permanência dos alunos trabalhadores nas aulas, visto que os conhecimentos e informações que permeiam a realidade na qual os alunos estão inseridos e extrapolam os currículos escolares. O desenvolvimento desta disciplina visa uma formação ampla, incluindo a preparação básica para o mundo do trabalho, oportunizando aos educandos o acesso a conhecimentos fundamentais para sua inserção no mundo de trabalho e o fortalecimento da autoestima frente às tomadas de decisões na vida profissional.

Por exercer o trabalho de coordenadora pedagógica na EJA. Pretende se identificar os pontos positivos e negativos da disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional EJA, e





como o aluno tem assumido o seu papel, responsabilidade na construção do conhecimento, despertando o interesse, e as mudanças que tem proporcionado no que tange a inserção ou permanência no mercado de trabalho. Traçando ações junto a estrutura curricular e pedagógica que busque sanar o problema de desigualdade social no Brasil.

Diante da realidade vivenciada na escola, chegou ao questionamento: a disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional tem contribuído para diminuir o desinteresse dos alunos da EJA e proporcionando orientação para o mercado de trabalho?

A sociedade contemporânea é marcada por contradições provenientes da histórica estratificação social, que ao longo dos séculos tem excluído a grande maioria da população de direitos sociais necessários à sobrevivência digna. Segundo o censo (2010) 6,3% da população brasileira vive em situação de pobreza extrema com renda per capita de até R\$ 70 reais.

O sistema educacional brasileiro ainda não conseguiu garantir por completo a ascensão social das classes menos favorecidas, haja vista o próprio currículo e metodologias ainda mecanizadas de aprendizagem de conteúdos, em sua maioria desconectada da realidade com pouca inovação no aspecto psicossocial. O ser humano passou e passa por transformações que afetam o seu cotidiano em muitos aspectos. Tomando-se como referencial a situação econômica, nota-se que existe uma diferenciação nítida entre os que têm e os que não têm acesso ao capital, sendo os últimos a grande maioria sujeita à exclusão.

Vale ressaltar que, nas últimas décadas, medidas de intervenção já vêm sendo adotadas a fim de reduzir a desigualdade social no Brasil. Entre as ações que buscam a superação desta situação encontra-se o Programa Bolsa família, criado pela lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007, foi implementado de acordo com Brasil (2004), “para atuar como mecanismo de repasse de renda mínima para as famílias e criar meio de melhoria das condições de vida dos beneficiários através da educação e do trabalho”.(SILVA, 2015).

Diante de tal situação, o presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a importância da disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional na Educação de Jovens e adultos da Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá de Araguaína - TO, na promoção da melhoria da qualidade de vida e no enfrentamento da pobreza e desigualdade social. Despertar





o interesse dos alunos por uma formação educacional e profissional para que conheçam seus direitos e deveres enquanto cidadão; Refletir sobre a importância da participação social e profissional nos processos decisórios para a construção de uma sociedade mais igualitária.

### **Procedimentos Metodológicos**

Esta é uma pesquisa de natureza Documental, bibliográfica e qualitativa, tendo como ferramenta de análise a participação dos alunos EJA da Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá. Este trabalho está dividido em quatro partes: a primeira Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, onde apresenta um breve resgate da EJA no Brasil, sua regulamentação, e faz relação com a Educação Profissional buscando assim ofereceu ao indivíduo que encontra-se fora de qualquer contexto de melhoria de sua condição de vida. Pois, não se ver capaz de atuar como força produtiva em uma sociedade dominada pelo conhecimento intelectual, em detrimento da força física.

Assim, aumenta o exército de mão de obra desqualificada que não atende aos critérios de empregabilidade vigente. Na segunda parte apresentamos os dados e a pesquisa de campo com alunos da EJA da Escola Municipal Joaquim De Brito Paranaguá, identificando o tipo e o campo de pesquisa, público alvo. Na terceira parte, apresentamos a análise dos dados e resultados coletados fazendo uma análise a partir dos gráficos. E por fim, as considerações finais, onde avaliamos se os objetivos foram alcançados. Conclui-se que embora a disciplina tenha representado a inserção de uma proposta educativa diferenciada para o público da EJA no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Araguaína - TO, tal ação causou impactos significativos para a modalidade.

A escola em estudo, está situada na Zona Urbana, quanto à estrutura física da escola, compreende uma área de 735,87m, contendo 11 salas de aula, sendo uma para o Atendimento Educacional Especializado AEE. Dispõe de uma secretaria, 01 diretoria 01 almoxarifado, 01 cozinha, 01 deposito de merenda, 01 biblioteca, 01 sala de suporte de coordenação, 01 sala dos professores, 03 banheiros masculinos e 04 femininos para alunos e funcionários, 01 pátio coberto e 01 área de recreação, 02 bebedouro

A Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá foi criada para atender as necessidades da comunidade onde está inserida, não existia nenhuma Unidade Escolar nestas proximidades. O terreno foi doado pelo senhor Bertoldo Paranaguá residente nesta cidade e construída pela prefeitura local. Recebeu este nome em homenagem ao seu pai Joaquim de Brito Paranaguá, fica situada a Avenida Tiradentes nº 1715, Setor Carajás.





Atualmente a Unidade Escola atende aproximadamente 668 alunos da Educação infantil (2º período), Ensino Fundamental 1º ao 5º ano) e EJA Educação de Jovens e Adultos – (1º ao 4º período do II segmento), nos períodos matutino, vespertino e noturno. Consta na Unidade Escolar: equipe administrativa docente e apoio. Sendo 01 gestor, 23 professores com nível superior completo, 09 assistente de aluno, 03 coordenadores pedagógicos, 01 secretária, 03 auxiliar de secretária, 01 auxiliar financeiro, 03 bibliotecárias, 06 auxiliares de serviço gerais, 06 merendeiras, 02 guardas noturnos e 02 porteiros serventes. (Dados fornecidos pela escola).

Os discentes da Educação de Jovens e Adultos são residentes em bairros diversos da cidade, devido às escolas que ofertam essa modalidade na cidade serem poucas. Atualmente conta-se com 5 turmas de Educação de Jovens e Adultos, sendo 1º, 2º, 3º e dois 4º períodos do segmento, que corresponde de 6º a 9º ano (5º a 8º).

### **Resultados e Discussão**

A implantação da Disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional, deu-se no ano de 2014, após a aprovação e publicação da Resolução 01/2014 que organiza e regulamenta a modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino. Conforme apresentada anteriormente, a disciplina surge com o objetivo de despertar a autonomia e responsabilidade nos alunos a fim de que os mesmos participem ativamente nos diversos contextos sociais nos quais estão inseridos direta e indiretamente. A mesma compõe a parte diversificada da Estrutura Curricular no 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino, com uma carga horária de 60h anuais e 03 aulas semanais, considerando que a EJA é semestral, tendo 400 horas e 100 dias letivos cada ano.

A disciplina objeto de estudo do presente trabalho, tem como finalidade promover a Iniciação a Qualificação profissional e consequentemente a elevação do nível de escolaridade dos alunos da Rede Municipal de Araguaína. A mesma faz parte da Estrutura Curricular da Educação de Jovens e Adultos 2º segmento, parte diversificada, conta com uma carga horária de 60 horas/anual, sendo distribuídas em 03 aulas semanais.

A pesquisa deu-se na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, onde foi aplicado um questionário com 44 alunos das turmas do 2º e 4º período e relatos de experiência do professor e da coordenadora pedagógica.







### Considerações Finais

Assim, mesmo percebendo que a disciplina não tenha representado a inserção de uma proposta educativa diferenciada para o público da EJA no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Araguaína - TO, tal ação causou impactos significativos para a modalidade. No entanto, acredita-se que por meio de um processo integrado de avaliação e reconfiguração possa tornar-se uma alternativa educacional com grande potencial formativo para o público da Educação de Jovens e Adultos.

Deste modo, é possível inferir que se faz necessário impulsionar algumas propostas a fim de garantir o direito do jovem e adulto trabalhador usufruir de uma educação de qualidade. Por isso a implantação da disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional na Rede Municipal de Ensino a fim de proporcionar momentos de análise e discussão das competências e habilidades requeridas pelo Mercado de trabalho que a cada dia fica mais competitivo. Além de oportunizar espaços de troca de experiências, estudo de casos, oferecendo assim a base e despertando o interesse para uma formação profissional que atenda as necessidades do mercado de trabalho. Para que, eles possam ocupar a cada vez cargos que não configure a subemprego por falta de escolarização, capacitação profissional.

734

### Referências

- ARROYO, Miguel G. Pobreza, Desigualdades e Educação. **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**. Módulo Introdutório. Palmas, 2016.
- CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos: práticas pedagógicas e fortalecimento da cidadania**, - São Paulo: Cortez, 2012.
- CIAVATTA, Maria. A reconstrução histórica de trabalho e educação e a questão do currículo na formação integrada – ensino médio e EJA. In: TIRIBA, Lia e CIAVATTA, Maria (org.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Líber Livro e Editora UFF, 2011. p. 25 – 55.
- CONCEIÇÃO, Gilmara Carvalho. **Educação De Jovens E Adultos e Educação Profissional: Caminhos Trilhados Na Implementação Do Proeja Fic Em Salvador**. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17387>. Acesso em 27 de Outubro 2017.
- SILVA, Vadilson de Almeida. **A PRÁTICA DA ECONOMIA INFORMAL NA VISÃO DOS ADOLESCENTES DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA NO POVOADO BANANAL**. Disponível em: <http://vadilsonalmeidasilva.blogspot.com.br/2017/02/a-pratica-da-economia-informal-na-visao.html>. Acesso em 10 de Outubro de 2017.





## APORTES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA CONTÍGUO AOS ALUNOS E SEUS FAMILIARES DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL LIRA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA – TO, EM 2017.

Laécio Francisco Ribeiro

Eliene Rodrigues Sousa

**Resumo:** Este trabalho, cujo tema é Aportes do PBF – Programa Bolsa Família contíguo aos alunos e seus familiares da Escola Municipal Manoel Lira no Município de Araguaína – TO, em 2017, teve como objetivos apresentar uma panorâmica sobre os impactos positivos causado pelo PBF na vida dos alunos e familiares da Escola Municipal Manoel Lira e apontar resultados sobre as vantagens elencadas pela maioria das famílias de alunos pobres que recebe o benefício, pois vivem em desvantagem social, e tem como subsidio o benefício auferido. A partir das reflexões, dentro de um contexto democrático, com profissionais da Equipe da Escolar e Famílias, utilizando-se de intervenções técnicas, orientações e encaminhamentos, metodologia de coleta de dados, com abordagem reflexiva e teórica, o estudo procurou identificar as principais marcas do PBF que de certa forma, contribui para o enfrentamento da pobreza e desigualdade desses educandos atendidos em nossa municipalidade. Através de uma pesquisa exploratória foi possível apresentar, com enfoques dos profissionais, norteando os impactos na educação e inclusão dos discentes beneficiários pelo PBF da referida unidade escolar. As investigações e reflexões, pelas lentes desses profissionais e familiares, buscam elucidar a articulação, partindo da abordagem dos processos de produção e reprodução da pobreza e das desigualdades sociais, nesta comunidade. As fontes de pesquisa contaram com os principais autores: ARROYO (2015), IRVING, OLIVEIRA (2012), SILVA (2016), NASCIMENTO (2015) e VIANA, ELIAS E IBÁÑEZ (2005).

**Palavras chave:** Pobreza e Desigualdade Social. Bolsa Família.

### Introdução

Embora não seja possível tratar da analogia entre educação, pobreza e desigualdade social em nossa democracia com seus aspectos sociais e políticos, sem não falar dessa política de transferência de renda. É necessário (indispensável) pensar na distribuição em um processo inclusivo de acesso à riqueza pelos meios de suas causas e de suas decorrências subjetivos, econômicos, políticos e sociais. Ainda que, a renda baixa do sujeito não descreve classe social pois em alguns estados o bem-estar social e bem aplicado onde todos podem ser usados pela população levando conforto e cidadania. No entanto, onde esses serviços sociais não são bem desenvolvido até quem tem uma renda relevante sofre com o descaso e a manutenção dos mesmos.

A pesquisa foi elaborada a partir da problemática que trata o enfrentamento da pobreza e desigualdade social, questão que ao logo dos anos vem se perpetuando cotidianamente. A metodologia adotada para o estudo foi: bibliográfica e quantitativa. Questiona-se, que medida deve se tomar, para que haja um envolvimento mais efetivo da Gestão Pública no combate à pobreza e desigualdade social, dentro de um contexto educacional em que estão inseridos, com ações mais eficazes, que possam oportunizar ao sujeito em situação de vulnerabilidade





social, oportunidade de qualificação e inserção no mercado de trabalho e com isso, não depender exclusivamente de programas sociais, como o Bolsa Família?

Contudo, sabemos que a pobreza e desigualdade social no Brasil é um conceito complexo, pois na maioria dos casos a sociedade está acostumada a enxergar que ela está exclusivamente ligada a questão financeira, e isso de certa maneira fica limitado somente a classe social e econômica. A pobreza é amplamente definida quando envolve a insatisfação das necessidades básicas do indivíduo, na incapacidade de participação na sociedade ativamente; a ausência de voz, o que resulta necessariamente na exclusão social do sujeito na sociedade.

### **Procedimentos Metodológicos**

Os métodos que foram utilizados no decorrer da pesquisa foram de caráter bibliográfico e quantitativo, sobre a problemática que trata o enfrentamento da pobreza e desigualdade social, questão que ao longo dos anos vem se perpetuando cotidianamente e dessa forma, tratar das dificuldades enfrentadas pelos alunos e seus familiares. Questionando-se, que medida deve se tomar, para que haja um envolvimento mais efetivo da Gestão Pública no combate à pobreza e desigualdade social, dentro de um contexto educacional em que estão inseridos, com ações mais eficazes, que possam oportunizar ao sujeito em situação de vulnerabilidade social, oportunidade de qualificação e inserção no mercado de trabalho e com isso, não depender exclusivamente de programas sociais, como o PBF - Programa Bolsa Família. As fontes de pesquisa contaram com os principais autores: ARROYO (2015), IRVING, OLIVEIRA (2012), SILVA (2016), NASCIMENTO (2015) e VIANA, ELIAS E IBAÑEZ (2005). Além disso, houve também a pesquisa de campo na Escola Municipal Manoel Lira, da Rede Municipal de Ensino de Araguaína, para constatar a eficácia deste benefício na vida dos alunos e seus familiares.

Nesse tocante, cabe salientar que os procedimentos metodológicos indispensáveis para realização deste trabalho aconteceram da adoção de uma abordagem qualitativa/quantitativa, objetivando, conseqüentemente, a identificar as contribuições do Programa na escola. A alternativa da abordagem quantitativa se justifica, pois, a mesma dar condições ao pesquisador de identificar a quantidade de pessoas contemplada pelo Bolsa Família, com isso, chegar as causas e características de determinado problema identificado.

Portanto, estes atributos supracitados para o percurso de pesquisa serão essenciais ao bom andamento no desenrolar do processo, nessa conjuntura acreditamos ser o caminho que





possibilitou fazer descobertas importante, que levou encontrar novos significados a respeito dos aportes do Bolsa Família e sua participação significativa no processo de ensino-aprendizagem dos alunos beneficiários do programa. Além disso, refletir sobre as contribuições e avaliar as alternativas, apresentar os resultados obtidos na coleta de dados na escola campo.

Nessa perspectiva, almejando alcançar o objetivo principal que é apresentar o contexto histórico da criação do projeto de Lei que cria o PBF – Programa Bolsa Família e suas contribuições para o combate à pobreza, desigualdade social.

### **Resultados e Discussão**

A pesquisa expôs que o programa de transferência de renda PBF – Programa Bolsa família do Governo Federal, foi criado e implantado em 2003, como primeira estratégia para amenizar a situação de pobreza no país, tem como objetivos principais: criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares; incentivar o desenvolvimento local dos territórios; assegurar prioridade para os mais pobres; estabelecer o princípio de equidade; aumentar a eficiência e a efetividade do uso dos recursos; unificar, ampliar e racionalizar os programas de transferência de renda e, finalmente, retirar incentivos para políticas setoriais de transferência de renda.

737

O estudo realizado mostra que, a Rede Municipal de Ensino de Araguaína, atualmente tem como público alvo um alto percentual de alunos e seus familiares na linha da pobreza, que são beneficiadas pelo PBF. Nota-se que, mesmo que a filosofia dessa iniciativa é de que em longo prazo as famílias não necessitem mais do auxílio, conclui-se que as ações educacionais são os pilares essenciais para o alcance deste objetivo, todavia, é notório elucidar que se identificam analogias na vida dos alunos e famílias que compartilham deste benefício, destacando que, estes educandos apresentam limitações que exigem maior cuidado e atenção, em especial na saúde e educação, além disso, o Bolsa Família oportuniza uma infinidade de vantagens na vida dos educandos, auxiliando no desenvolvimento cognitivo e social.

Os registros e a apreciação dos dados foram organizados de maneira que permitiu o levantamento de informações, que podem colaborar no acréscimo de táticas interventivas, bem como auxiliar a gestão educacional no que tange o processo ensino-aprendizagem nas decisões concernentes a implementação de política pública que colabore para o enfrentamento da pobreza. Para a realização da pesquisa foi organizada um cronograma para coleta de dados.







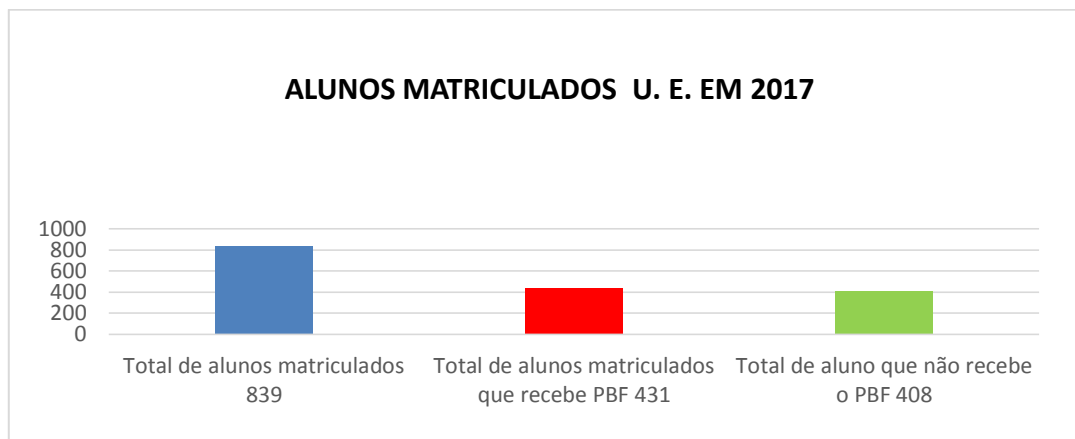
Como segue:

1. Grupo entrevistado: Familiares de alunos beneficiário do Bolsa Família;
2. Grupo entrevistado: diretor (a), professores e servidores que lida com esses alunos do PBF;
3. Grupo entrevistado: alunos beneficiário do Bolsa Família.

Diante dos estudos realizados e dos dados quantificados através da pesquisa de campo, da Escola Municipal Manoel Lira, que está situada na Rua 30 Quadra 43, Lote 11, Setor Nova Araguaína na cidade de Araguaína Tocantins, bairro periférico onde a comunidade é constituída na sua maioria de famílias de baixa renda, contatou-se que um percentual de 85% de famílias é carente e o restante do percentual, ou seja, 15% e de classe média baixar.

De acordo com os dados disponibilizados pela Escola Municipal Manoel Lira, no ano de 2017 foram matriculados 839 alunos, sendo, deste total 431 alunos beneficiários do PBF, com estimativa de um percentual de 51% de alunos contemplados com essa Política de Transferência de Renda do Governo Federal, como vemos no gráfico 1.

**Gráfico 1:** Quantitativo de alunos matriculados na Unidade Escolar de janeiro a novembro de 2017.



**Fonte:** Escola Municipal Manoel Lira, Araguaína – TO.

**Gráfico 2:** Amostra dos dados coletados

Item	Tipo da amostra	Tamanho da amostra
01	Alunos que recebe PBF	18
02	Pais de alunos	10
03	Gestor escolar	01
04	Professores	02
05	Servidor da unidade escolar	03
Tamanho da amostra		24

**Fonte:** Escola Municipal Manoel Lira, Araguaína – TO.





A tabela discriminada acima, explicita a quantidade de famílias, equipe escolar, ou seja, nos mostra o quantitativo de pessoas que contribuíram com o estudo, por meio da participação nas entrevistas realizadas in loco.

É inegável ressaltar o alcance do Bolsa Família nessa comunidade escolar, haja vista, o gráfico 1 quantifica que mais de 51% desses alunos recebem o benefício apresentaram rendimento escolar favorável em relação aos 49% alunos que ainda não conseguiram se inserir no Programa devido as diversas situações que impedem a adesão como: questões sociais, dificuldade em finalizar os cadastros, famílias desestruturadas e também foi observado que alguns alunos acabaram perdendo o benefício por não estarem frequentando a escola regularmente. É válido frisar, que a baixa frequência pode levar ao bloqueio, suspensão e até ao cancelamento do benefício, caso as faltas sejam reincidentes. Esses dados foram apresentados mediante a visita a Instituição Escolar

Em contrapartida, ficou visível a importância do benefício na vida dos educandos e seus familiares e como é impactante a contribuição deste benefício para assegurar de cunho financeiro o direito a uma educação de qualidade, com isso, de fato, possa, por tempo limitado, transformar significativamente a real situação do sujeito empobrecido que esteja inserido no contexto educacional.

Todavia, cabe ressaltar que essa pesquisa trouxe também algumas reflexões concernente a grade curricular escolar, pois durante os estudos documental do PPP – Projeto Político Pedagógico/2017 da Unidade Escolar não foi possível diagnosticada ações que contribuísse de forma significativa para o enfrentamento da pobreza e a desigualdade social na forma que preconiza o Programa.

### **Considerações Finais**

O estudo possibilitou uma maior aproximação da comunidade com a escola e um novo olhar mais humanizado em relação aos familiares dos alunos beneficiários do PBF – programa Bolsa Família, é incontestável as transformações sociais advindas dessa política pública de transferência de renda, pois permitiu que as famílias com os pais desempregado possa garantir pelo menos uma alimentações diárias para os seus membros, além disso, por meio dessa pesquisa foi possível constatar que as famílias onde os genitores estão desempregados ou na informalidade, o Bolsa Família oportuniza de forma significativa a inclusão social da pessoa pobre.





Nesse sentido, o PBF se credencia como instrumentos favorecedores do desenvolvimento social do sujeito, e em particular daquelas que são público alvo dessa Política Pública de Transferência de Renda.

### Referências

ARROYO, M. G. 3. **A produção social da pobreza**. egpbf.mec.gov.br, 28 Junho 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/capitulo3.html>>. Acesso em: 5 Agosto 2017.

BRASIL. DECRETO Nº 5.209 DE 17 DE SETEMBRO DE 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. 17 setembro 2004. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa\\_familia/decreto/Decreto\\_no\\_5209\\_de\\_17.09.2004-1.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/decreto/Decreto_no_5209_de_17.09.2004-1.pdf)>. Acesso em: 2 agosto 2017.

BRASIL. LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF, 9 jan. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)>. Acesso em: 2 ago. 2017.

ESCOLA MUNICIPAL MANOEL LIRA. **Projeto Político Pedagógico**: PPP. Escola Municipal Manoel Lira. Araguaína, p. 86. 2017.

IRVING, M. D. A.; OLIVEIRA, E. **Sustentabilidade e Transformação Social**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012. 174 p.

IMINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **O que é - Conheça o Programa Bolsa Família**. mds.gov.br, 01 Julho 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 15 Agosto 2017.

NASCIMENTO, M. A. C. **Tempo de Bolsa**: Estudos Sobre o Programa de Transferência de Renda. Campinas: Portal Social, 2015. 196 p.

SILVA, M. O. D. S. **O Bolsa Família**: Verso e Reverso. Campinas: Papel Social, 2016. 260 p.

VIANA, A. L. D.; ELIAS, P. E. M.; IBÁÑEZ, N. **Proteção Social: Dilemas e Desafio**. São Paulo: Hucitec, 2005. 234 p.





## ESCOLARIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS E SUAS PARTICULARIDADES

**Leandro Bezerra de Sousa**

**Resumo:** O trabalho oportuniza o leitor a perceber as determinações postas a educação formal/informal nesta sociabilidade; portanto, sua (re)produção no processo de construção das relações sociais capitalistas. Sequencialmente, propiciará um debate acerca da educação na particularidade do cárcere, especificamente, do Sistema Prisional do Tocantins. Por conseguinte, a pesquisa, bibliográfica e documental, examinará, na particularidade da escolarização dos internos, a estruturação do projeto político pedagógico, o planejamento de ações, como também, as abordagens teóricas-práticas para então termos a propriedade de identificar o direcionamento dado ao processo ensino dos internos e sua real contribuição para o processo de cumprimento da pena.

**Palavras chave:** Sistema Prisional, Escolarização, Reintegração social, Disciplina, Emancipação

### Introdução

Compreende-se que a educação se configura com um fenômeno comum a qualquer grupo social, que se desenvolve no processo recíproco de ensino-aprendizagem e possui papel fundamental na evolução do indivíduo, logo, para a edificação de sua individualidade/personalidade diante do mundo. Voltaremos, por conseguinte, atenção para as possibilidades disciplinantes e emancipatórias que a educação é capaz de oferecer as pessoas privadas de liberdade, compreendendo que, legalmente, a prisão deve ser um ambiente propício para o ajustamento de pessoas tidas como “desajustadas” socialmente, portanto, para a perspectiva da reintegração social.

Observaremos, no entanto, como se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem dispensado aos estudantes internos, cabe analisarmos, conseguintemente, se o processo se configura por atividades práticas positivas, ou de alienação de vida. Serão atividades negativas e comumente associadas ao modelo de educação fragmentada, que forja relações sociais pulverizadas a parti de um sistema educativo, em geral, informativo, limitado, que não reconhece as particularidades das vivências de seu público, não exigindo comportamento crítico ou condutas criativas?

Confirma-se, com base nos dados da Secretaria de Cidadania e Justiça, que o Tocantins possui atualmente uma taxa de ocupação de 77% a mais do que se permite legalmente nas unidades prisionais do Estado, e que o mesmo conta com uma população de 3.415 internos, que representa uma taxa de aprisionamento de 438,36 presos por 100.000 habitantes, evidencia-se, portanto, uma situação que necessita urgentemente de respostas concretas.







Compreende-se que a situação de aprisionamento, em parte, é a simbologia da consequência de um processo categórico de privações econômicas, culturais e sociais, refletida, explicitamente, no perfil preocupante de escolarização, pois, cerca de 42,74% da população prisional não possui, nem mesmo, o ensino fundamental completo, destaca-se ainda que 18,53% não informaram seu nível de instrução. Enfatiza-se também que 74,38% da população prisional do Estado se declaram negros ou pardos.

Necessita-se imprimir, portanto, uma imagem de possibilidades para a reintegração social da pessoa privada de liberdade, pois a crise sistêmica instaurada não permite tamanha possibilidade. Mesmo diante deste ambiente totalmente controverso deve-se garantir que a população prisional tenha acesso a educação intramuros ou extramuros, visto que, apenas 22,54% dos internos estão inseridos em atividades educacionais.

### **Procedimentos Metodológicos**

O homem, criatura inédita, primitiva, instintiva e natural, evoluindo-se de uma condição espontânea por meio de sua ação transformadora sobre a natureza, desenvolve um processo de ampliação cotidiana de metodologias e ferramentas que são constantemente aprimoradas.

A partir dessa ação, cada vez mais aparelhada, apresenta-se historicamente para a criatura humana um enorme leque de possibilidades para a sua autodeterminação<sup>2</sup>, podendo responder, portanto, as suas necessidades de maneira cada vez mais racionalizada e projetiva, consequentemente, com base na compreensão de Barroco (2010, P. 20), veremos que: “A história não é uma abstração dotada de uma existência independente dos homens. Os homens reais – em suas relações entre si e com a natureza – são os portadores da objetividade sócio-histórica”.

Dentre inúmeras, uma das possibilidades postas ao homem, a partir de sua humanização pelo trabalho, conforme Barroco (2010), foi sua composição como ser social, no entanto, dependentes uns dos outros, envolvidos numa relação de reciprocidade e de carência mútua.

Destaca-se, na evolução das práxis humanas, a estruturação de “práticas sociais conscientes” Barroco (2010), estas, voltadas a educação, a política, a arte. E, mesmo

---

<sup>2</sup> Destaca-se que o homem, a partir de sua capacidade de autoproduzir-se, apenas distancia-se das determinações naturais, jamais podendo romper, literalmente, com a condição de dependência da natureza.





divergentes de outras práticas, como a práxis material; voltada a transformação e controle da natureza, se tornam essenciais para o aperfeiçoamento do pensamento humano.

À educação fora atribuída, historicamente, a função social de mediar e conservar a reprodução social do modelo estabelecido, embora, tenha contribuído, e ainda contribui, para a evolução social, econômica e cultural da humanidade. Contudo, após perpassar e desenvolver-se por modelos sociais distintos, foi útil, e ainda é, para a manutenção da dominação de quem detém poder sobre as camadas pobres (escravos/servos/trabalhadores), pois, em geral, aqueles detentores do poder são/foram, historicamente, os mesmos detentores das instituições de formação formal e informal.

Portanto, quando a educação, direcionada/ofertada nesta estrutura social, não consegue imprimir, em determinados homens, obediência as regras de acumulação, a pena, através da execução penal, além de variadas funções, se apresenta como meio de contenção, que desarticula estruturas de distúrbios na sociedade, determinando o disciplinamento ou mesmo a eliminação destas particularidades. Neste sentido, observaremos na afirmativa de Melossi (2004, p. 135) que: “[...] o duplo caráter de representação sensível da ideologia dominante na sociedade: ela é sua expressão extrema e radical e é, ao mesmo tempo, lugar de repressão e educação [...]”

743

Neste sentido, as perspectivas progressista se levantam contra opressões severas aos trabalhadores, tendo o intuito de tornar as relações sociais humanizadas, utilizando-se de uma “educação cidadã crítica”,

“Vale dizer, numa educação que não vise apenas formar indivíduos para a produção direta e imediata desta ordem social, (...) Capacitados para atender às novas exigências do processo produtivo, mas também conscientes de seus direitos e dispostos a participar ativa e criticamente da construção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária”. (TONET, 2012 p. 33)

Mas, compreende-se que mesmo com a possibilidade de métodos, olhares e práticas pedagógicas avançadas, reconhecendo a relevância do saber, da vivência e dos espaços populares no processo de aprendizagem, e assim, a inclusão consciente da diversidade nas escolas extramuros e intramuros;

“(...) toda atividade educativa, teórica e prática que pretenda contribuir para formar pessoas que caminhem no sentido de uma autêntica comunidade humana, deve nortear-se pela perspectiva da emancipação humana e não pela perspectiva da construção de um mundo cidadão. Vale enfatizar: um mundo cidadão significaria a melhor *forma política* de reprodução da sociabilidade mantendo, ao mesmo tempo, a desigualdade social”. (TONET, 2012, p.36)





Tomando por base a exploração universalizada da força de trabalho, observaremos, principalmente quando se tem por base a realidade brasileira, que “há aqui uma dupla exploração. O trabalhador brasileiro trabalha não só para enriquecer a burguesia brasileira como também a burguesia internacional. É este o fator gerador mais fundamental da miséria brasileira” Tonet (2012).

Não afirmamos aqui que não se deva pôr em prática a disputa política pela ampliação da democracia ou pelos direitos de cidadania que se configuram essenciais para uma vida democrática, mas que com recorrentes crises econômicas e “com a atual crise – a liberdade – se realizará sempre e cada vez mais de maneira deformada e precária, avançando em alguns aspectos, mas retrocedendo na maioria deles. Em resumo, criando mais ilusões do que realidades” Tonet (2012 p. 42).

### Resultados

As escolas internas não possuem uma estrutura curricular própria que acolha suas próprias especificidades, o arcabouço curricular empregado é o padrão da escola externa, com disciplinas e horários iguais, obtidos pela modalidade EJA.

O público atendido atualmente no âmbito das unidades prisionais é de 436 internos distribuídos em 16 escolas, um número bem preocupante comparado a grande demanda existente e ao número de pessoas privadas de liberdade no Estado, são homens e mulheres, grande parte composta por jovens entre 18 e 29 anos, com baixa escolaridade (maioria com ensino fundamental incompleto).

Os princípios norteadores dos Projetos Político Pedagógicos dessas escolas da rede estadual de ensino que atuam no âmbito dos presídios não consideram as peculiaridades do seu público, e isto se deve, na maioria dos casos, à ausência de formação inicial e continuada das equipes pedagógicas.

No presídio, a “comunidade escolar” e “comunidade local,” não é considerada quando ocorre a elaboração/construção do Projeto Político Pedagógico. Então, quais serão os princípios norteadores do PPP da escola, uma vez que a comunidade não é chamada e tão pouco “minimamente” representada? A lógica de comunidade ensinante e aprendente, no presídio, se perde, como também, a ideia de escola, razão porque, no âmbito dos presídios, não raro, os profissionais da educação são vistos e tratados como “visitantes”, como aqueles que estão apenas de passagem. Quando, na verdade, a educação deveria ser tratada como uma ação indissociável do processo de formação do sujeito, e, porque não, na prisão? O PPP das





escolas de presídio no Tocantins não retrata a sua realidade, tão pouco os anseios do público a que se propõe atender.

É difícil falar em educação para a reintegração/ressocialização, porque se supõe que deva existir uma Pedagogia para esta finalidade. É perceptível que grande parte dos educadores que atuam nas prisões não sabem sequer o significado destas expressões, tampouco sabe-se de uma Pedagogia. Como pensarmos em eficácia/eficiência e resultados exitosos numa ação que não é realizada?

### Conclusão

Percebemos, por conseguinte, que a reintegração social exitosa é fruto da oferta de um processo de cumprimento de pena bem articulado por todo o corpo de profissionais da instituição prisional, pois, não é somente a igreja, a escola, o trabalho voluntário da sociedade civil ou a garantia dos direitos não atingidos pela sentença que conseguem, isoladamente, conter a reincidência criminal, mas todo um processo de trabalho humanizado, arquitetado e harmonizado, que torne eficiente o aproveitamento do tempo de pena.

Há a necessidade, portanto, no interior dos estabelecimentos penais, de “*uma escola que dê centralidade aos sujeitos*” Leite (2016 p. 18), mas não só, pois a mesma deve, também, se perceber como sujeito em aprendizagem, reconhecendo a imensa importância da diversidade para si mesma.

Necessita-se também de uma escola que possibilite meios para a compreensão do “desenvolvimento real e concreto em que os homens estão envolvidos, de modo a compreender tanto a lógica desta forma de sociabilidade quanto a possibilidade de superá-la, partindo de suas próprias contradições” Tonet (2012 p.19).

### Referências:

BARROCO, Maria Lúcia S. **ÉTICA: fundamentos sócio-históricos**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010. 245p.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a **Lei de Execução Penal**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 julho 1984.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**. Curso de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social. Módulo III, Ministério da Educação, 2016.

MARX, Karl, 1818-1883. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.







MELOSSI, Dario. Revista Margem Esquerda. Artigo: **A questão penal em O capital**. São Paulo: Boitempo, 2004.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Pobreza e cidadania**. Curso de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social. módulo I, 2016.

TONET, Ivo. **Educação Contra o Capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 2ª. ed. rv. 93p.

## **O PAPEL DOS PROGRAMAS SOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE O DESEMPENHO DOS ALUNOS BENEFICIADOS COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCA BRANDÃO RAMALHO**

**Leidivan Pascoal Virgilio**

**Thiago Ramos Machado**

**Resumo:** O desenvolvimento da civilização é cada vez mais crescente o que gera uma grande preocupação com o bem-estar da sociedade, com isso o Estado a fim de atender as necessidades geradas por estas demandas, tem procurado desenvolver técnicas de proteção social dentro de suas disponibilidades orçamentárias e materiais, de modo que as políticas de públicas sociais tiveram maior visibilidade e importância por parte do Estado. O Programa Bolsa Família é um exemplo dessa realidade, ganhando destaque nos últimos governos em função do impacto e abrangência que possui na vida das famílias beneficiadas se tornando extremamente importante para redução ou reprodução do ciclo da pobreza, no entanto é preciso a união entre diversas outras políticas para que esses efeitos continuem a diminuir gradativamente, visto que, os fatores que condicionam as famílias contempladas ao programa, impactam diretamente na vida escolar de crianças e adolescentes pertencentes a essas famílias. Este trabalho foi desenvolvido na Escola Municipal Francisca Brandão Ramalho em Palmas – TO, e visa contribuir significativamente para melhoria dos instrumentos de monitoramento e pesquisas por parte dos gestores públicos, gerando informações e subsidiando para futuras pesquisas acadêmicas e profissionais, tendo como objetivo analisar o papel do Programa Bolsa Família no que tange ao desempenho escolar dos alunos beneficiados com o programa e que estudaram na escola nos 3º e 4º anos no período compreendido entre 2014 e 2015, abordamos ainda a eficácia do programa na vida estudantil destes alunos, por meio dos indicadores de desempenho e rendimento escolar assim como os desafios enfrentados por eles na visão de seus professores. Os resultados apresentados reforçam a ideia de que uma das condições do Programa Bolsa Família é eficaz no aumento da frequência escolar e isso leva a redução de crianças e adolescentes abandonando a escola e sendo retiradas do trabalho e exploração infantil, por outro lado os indicadores apontam um menor rendimento escolar se comparado aos alunos que não recebem o benefício.

**Palavras-chave:** Programas Sociais. Bolsa Família. Desempenho Escolar.

### **Introdução**

A busca pelo bem-estar social levou o Estado desenvolver técnicas de proteção social com a finalidade de combater às desigualdades sociais existentes no país, de modo que as políticas de públicas sociais ganharam maior visibilidade e importância por parte do Estado. O Programa Bolsa Família é um exemplo dessa realidade, ganhando destaque nos últimos governos em função do impacto e abrangência que possui na vida das famílias beneficiadas se tornando extremamente importante para redução ou reprodução do ciclo da pobreza, no entanto é preciso a união entre diversas outras políticas para que esses efeitos continuem a diminuir gradativamente, visto que, os fatores que condicionam as famílias contempladas ao





programa, impactam diretamente na vida escolar de crianças e adolescentes em situação de pobreza ou pobreza extrema.

As políticas de assistência social por meio dos programas de transferência de renda têm favorecido inúmeras famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema, permitindo a complementação da renda familiar e elevado as condições de melhorias de vida e acesso aos direitos mínimos preconizados pela Constituição Federal Brasileira, reduzindo assim, as desigualdades sociais existentes, e a necessidade de uma sociedade civil mais igualitária implica no pleno desenvolvimento político e econômico do país com base na equidade social, feita a partir de um projeto político de participação, que vise atender às peculiaridades existentes e que promova a transformação da realidade de forma a impulsionar o desenvolvimento autossustentável, dessa forma, a pesquisa justifica-se pelo interesse profissional ao tema, tendo em vista o grande número de alunos beneficiários do programa regularmente matriculados na escola, fazendo surgirem questionamentos e curiosidades a respeito da efetividade do programa no desempenho educacional destes e ainda em função da necessidade de ampliação das discussões a respeito dos paradigmas e desafios enfrentados por beneficiários dos Programas Sociais, em especial do Programa Bolsa Família.

Diante do exposto aflorou-se interesse pelo tema em questão, ao fato inicial de encontrar-se diretamente envolvida como acadêmica no curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social e assim perceber a importância de gerar informações e fornecer subsídios a novas pesquisas acadêmicas e profissionais e assim, contribuir significativamente para melhoria dos instrumentos de monitoramento e pesquisas por parte dos gestores públicos. A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Francisca Brandão Ramalho em Palmas – TO, cujo objetivo foi analisar o papel do Programa Bolsa Família no que tange ao desempenho escolar dos alunos beneficiados com o programa que estudaram na escola nos 3º e 4º anos no período compreendido entre 2014 e 2015. Nessa perspectiva tivemos a intenção de ampliar e aprofundar as reflexões sobre o tema, propiciando uma visão sistêmica sobre ele.

Desta forma abordamos a eficácia do programa na vida estudantil destes alunos, por meio dos indicadores de desempenho e rendimento escolar, assim como os desafios enfrentados por eles na visão de seus professores.

### **Procedimentos Metodológicos**

Como procedimento metodológico e sob uma concepção crítica procuramos por meio das fontes disponíveis, bem como das informações coletadas no decorrer do curso em vídeos,





materiais de apoio, atividades de reflexão-ação, memoriais, fóruns, entre outros, e exploramos as contradições e visões que envolvem o objeto de estudo, observando e analisando os contextos históricos e sócio-políticos de cada caso, com a finalidade de compreender as respectivas particularidades e assim, fornecer um melhor parecer sobre o assunto proposto, assim sendo, foi realizado uma pesquisa de natureza quantitativa, aliada a qualitativa composta por estudos bibliográficos e documentais, observação in loco, além entrevista não-estruturada com profissionais envolvidos no processo educativo dos alunos da referida escola, e a partir das análises efetuadas, chegarmos à solução do problema.

### **Resultados e Discussão**

Os dados e resultados a seguir, foram obtidos e liberados pela escola a partir dos diários de classe onde foi possível verificar a frequência escolar, boletins individuais onde foram verificadas as notas em cada disciplina por serie, turma e ano, portal de matriculas dos alunos no sistema de gestão que identifica o nome do aluno, número de Identificação Social (NIS), data de nascimento, entre outras variáveis e ainda por meio de observação in loco e entrevista com professores. A junção desses dados permitiu fazer cruzamentos de informações e realizar as análises necessárias em busca das respostas que procuramos sobre o papel do programa bolsa família no desempenho escolar destes alunos.

748

Conforme os documentos supracitados, verificamos que no ano de 2014 haviam cinco turmas de alunos nos terceiros e cinco nos quartos anos, distribuidos entre os turnos matutino e vespertino, totalizando 303 alunos, desdes, 75 eram beneficiarios do programa Bolsa Família e que em todas as turmas haviam alunos com o respectivo beneficio, tendo em media de 7 alunos por turma. No ano de 2015 houve um decrescimo dessa quantidade de turmas, caindo para quatro turmas de terceiros anos e apenas duas de quartos anos. Conforme explicação do gestor da unidade, essa redução aconteceu porque a escola estava se adaptando para tornar-se um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil), dessa forma esta diminuindo a quantidade de turmas do ensino fundamental gradativamente ao passo em que se expande a oferta das series iniciais como pré I e II, questionado aonde os alunos egressos da intuição iriam estudar o mesmo informou que ao termino do ano letivo estes seriam transferidos altomaticamente para escolas da redondeza, de acordo com preferênciade local escolhida pelo responsável da criança.

Diante disso começou a análise dos indicadores dos alunos nas disciplinas de Português e Matemática, a fim de verificar seu desempenho e rendimento enquanto aprendiz.





Pode-se observar então que as notas médias de 2014 para alunos dos 3º anos nas disciplinas mencionadas foram de 7,7 em Português e 7,5 em Matemática para alunos com benefício e 7,8 em Português e 7,6 em Matemática para alunos sem o benefício, já os alunos que receberam o benefício dos 4º anos obtiveram 7,6 em Português e 7,5 em Matemática e os demais nota 8.0 em Português e 7,8 em Matemática. Para chegar a esse resultado, somaram-se as notas finais de cada aluno em todas as turmas e assim chegou-se ao indicador médio por turma e ano. Note que no ano de 2014 a nota média dos alunos de 3º e que recebem o benefício não ficou muito diferente dos alunos sem o benefício, ficando apenas 1 ponto de diferença se equipados em cada disciplina, já os alunos dos quartos anos que não receberam o benefício tiveram um desempenho bem mais elevado. No ano de 2015 os alunos participantes do programa apresentaram uma nota maior do que aqueles sem o benefício superando os indicadores que foram maiores na disciplina de matemática com média 8,2 nos terceiros anos e em português com média 8,1 nos quartos anos. É importante lembrar que os alunos que frequentam os quartos em 2015 são os ex-alunos do terceiro ano de 2014, demonstrando o crescimento intelectual capaz de superar as médias finais nas disciplinas mais importantes do ensino fundamental.

Ao fazer extrair uma média e fazer a comparação do desempenho dos alunos de 3º e 4º anos dos dois anos na soma das duas disciplinas, observa-se a grande diferença daqueles que recebem benefício para aqueles que não recebem. Quanto à frequência escolar destes alunos os mesmos não apresentam muitas diferenças, visto que os alunos que recebem o benefício precisam de no mínimo 10% a mais de presença nas salas de aulas do que os que não recebem, ao analisar os diários percebe-se que a condição para receber o benefício está sendo de fato cumprida, visto que o número de faltas é muito menor do que o estabelecido pelo programa. Os resultados apresentados reforçam a ideia de que uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família é eficaz no aumento da frequência escolar e isso leva à redução de crianças e adolescentes abandonando a escola e sendo retiradas do trabalho e exploração infantil, por outro lado os indicadores apontam um menor rendimento escolar se comparado aos alunos que não recebem o benefício. Os cruzamentos de dados realizados evidenciam a existência de uma diferença de notas entre aqueles que recebem o benefício e aqueles que não recebem e apesar dos resultados daqueles que recebem serem inferiores acredita-se que essa diferença seja fruto das condições socioeconômicas que vivem as famílias que recebem o benefício, realidade esta que o programa procura modificar, atenuando a pobreza e







contribuindo para a redução da desigualdade de renda corrente. Por fim, observamos que a escola e seus educadores vêem a realidade da comunidade de forma acolhedora, visto que a maioria de seus alunos mesmo aqueles que não fazem parte do programa estão inseridos em contextos empobrecidos.

### Considerações Finais

Não se pode discutir pobreza no Brasil sem discutir as desigualdades existentes. Pode-se dizer que um programa social é uma iniciativa destinada a melhorar as condições de vida de uma população. Este artigo propôs-se analisar o papel do Programa Bolsa Família no que tange ao desempenho escolar dos alunos beneficiados com o programa e que estudaram na escola entre os 3º e 4º anos no período compreendido entre 2014 e 2015, e ainda a eficácia do programa na vida estudantil destes alunos, assim como os desafios enfrentados por eles na visão de seus professores. Os resultados evidenciaram que, o Programa Bolsa Família contribui significativamente para o aumento da frequência escola e consequentemente reduz a taxa de abandono, afastando assim, crianças e adolescentes das vulnerabilidades sociais enquanto estão na escola. O estudo constatou também que a média de notas e bem menor por parte dos alunos que recebem o programa, demonstrando o que já havíamos deduzido em função das condições de vida, alimentação e outros fatores que influenciam no pleno desenvolvimento da pessoa humana. Diante disso, percebeu-se que as condicionalidades do programa e vista positivamente, pois os impactos gerados na vida destes beneficiários faz com que estes busquem maior conhecimento e a partir daí quebrem o ciclo vicioso da pobreza . Percebemos nesta pesquisa ainda que o Programa Bolsa Família proporciona não somente um auxílio financeiro, mas um programa social que possibilita uma esperança, com vistas para o futuro, e também uma grande oportunidade de sair da vulnerabilidade. Todavia, ainda há espaço para avanços, mormente no que pertinente à real concretização de tais direitos, quer seja através da destinação de mais recursos públicos para novas políticas públicas, quer seja através de novos mecanismos legais que garantam a manutenção de tais direitos, evitando-se retrocessos e buscando melhorias para todo o sistema.

750

### Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Corpo - **Infância exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos**. In: ARROYO, Miguel Gonzales; SILVA, Maurício Roberto. (Org.). Corpo-Infância. Petrópolis, RJ : Vozes. 2013





ARROYO, Miguel. **Pobreza, desigualdades e educação** - Módulo Introdutório. Curso: EPDS. UFT, 2016. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>> Acesso em: 09. Jul. 2017.

**Banco Mundial**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>> Acesso em: 11 Out. 2017.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. 27 de out de 1991 – L.D. B – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394/96 Senado Federal. Brasília-DF. 2004.

SANTOS, Maria Paula dos. **Pobreza, desigualdade, exclusão e cidadania: correlações, interseções e oposições**. In\_\_\_\_\_O Estado e os problemas contemporâneos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; (Brasília): CAPES:UAB, 2009, p. 16-25. Acesso em; 10 Nov. 2017.

Condicionalidades do Programa Bolsa Família. Disponível em: <[mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades](http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades)> Acesso em: 20 Out. 2017.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 Nov. 2017.

OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. Política educacional como política social: **uma nova regulação da pobreza**. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279- 301, jul./dez. 2005. Acesso em: 25 Nov. 2017.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana, **Da Estratégia. “Fome Zero” ao Plano “Brasil sem Miséria” elementos da seguridade social no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>>. Acesso em 07 nov. 2017.

**Salvaguardas Contra a Reversão dos Ganhos Sociais Durante a Crise Econômica no Brasil**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/469091487328690676/pdf/112896-WPP157875-PORTUGESE-PUBLIC-ABSTRACT-SENT-SafeguardingBrazilEnglish.pdf>>. Acesso em 08 Nov. 2017

751

## **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: ESTUDO SOBRE AS FAMÍLIAS BENEFICIARIAS NA ESCOLA CÉSAR BELMINO EM ARAGUAÍNA- TO.**

**Leila Alves da Cruz  
Elieue Rodrigues Sousa**

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo sobre o Programa Bolsa Família e suas contribuições no enfrentamento da pobreza nas famílias beneficiárias da Escola César Belmino em Araguaína- TO. Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, documental e quantitativo. Para (Michel, 2005) a pesquisa quantitativa é um modo que se resume em social que faz a utilização a quantidade de colher informações, para dados estatísticos, media etc. Nesse sentido, buscou-se identificar através de livros, sites, portal do governo e algumas conversas informais com os pais dos alunos, a eficácia do programa, que beneficia estas famílias com renda de R\$ 85,00 a R\$ 170,00, e que possuem crianças e/ou adolescentes que frequentam regularmente a escola e tenha idade limite até 17 anos de idade e além desses, gestantes também tem direito aos benefícios. Empenhou-se na coleta dos dados através de um diálogo informal, interpretando o máximo de informações possíveis. Nessa conversa, os beneficiários também deixaram claro que a renda obtida pelo PBF não é o suficiente para o sustento da família e que continuam passando necessidades básicas. Portanto, é de suma importância esta bolsa a essas famílias vulneráveis, mesmo que o valor recebido não seja capaz de sanar todas as dificuldades básicas. No entanto, complementa a renda e através da educação podem ter um futuro melhor sem auxílio do governo.





**Palavras- chave:** Bolsa Família, Vulnerabilidade, Família, Pobreza.

## Introdução

Este estudo aborda a eficiência do Programa Bolsa Família (PBF)<sup>32</sup> no enfrentamento da pobreza e desigualdade social. Descreverá como o PBF é capaz de assegurar melhorias nas condições de vida das pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, por ser um programa de políticas públicas destinado a famílias de baixa renda, sua luta é contra a fome e a miséria no país. O programa bolsa família é um plano de transferência direta de renda, que visa a melhoria de vida de famílias em que se encontram em estado de extrema pobreza em todo território brasileiro. Devido uma série de condições históricas de escravidão, racistas e também separatistas, é de fato a população negra a maior beneficiária de programas sociais, pois tais grupos possuem uma maior dificuldade de inclusão.

O programa bolsa família beneficia famílias com renda de R\$ 85,00 a R\$ 170,00, famílias que em sua composição possuem crianças e/ou adolescentes que frequentam regularmente a escola e tenha idade limite até 17 anos de idade e além desses, gestantes também tem direito aos benefícios do PBF. Famílias que tenham renda até R\$ 85,00, independentemente da idade dos seus membros, podem fazer parte do programa, já as famílias com renda de R\$ 85,01 e R\$ 170,00, só podem fazer parte do PBF se entre os membros de sua composição houver criança e/ou adolescentes com idade igual ou inferior a 17 anos e estejam frequentando a escola regularmente. A região do foco deste estudo está no Estado do Tocantins, região localizada ao norte do Brasil. O programa bolsa família contempla 139 cidades num total de 1.557.660 pagamentos em 2015, contribuindo assim para o fim da pobreza extrema do Brasil, fazendo com que seus impactos sejam reduzidos.

752

## Procedimentos Metodológicos

Trabalho terá como métodos o estudo, bibliográfico o documental e o quantitativo, segundo (Gil, 2008) o método bibliográfico consiste em basear em material já realizado especialmente em livros e artigos científicos. O documental segue semelhante ao bibliográfico constante apenas a desigualdade do meio das fontes pois nesta encontra se matérias que não receberam ou já foram processados mais que não tiveram um tratamento analítico como cita (Gil, 2008) para (Michel, 2005) a pesquisa quantitativa é um modo que se

<sup>32</sup> A partir daqui, utilizaremos apenas a sigla PBF para referir ao Programa Bolsa Família





resume em social que faz a utilização a quantidade de colher informações, para dados estatísticos, média etc.

### **Resultados e Discussão**

Este trabalho tem como objetivo apresentar os pontos positivos do assistencialismo social, analisar as contribuições feitas no enfrentamento da pobreza, verificar se as famílias têm realmente sustentabilidade com esse programa, certificar se os filhos ou as crianças das famílias beneficiadas do PBF tem frequentado regularmente as escolas, se a manutenção das necessidades básicas tem possibilitado um avanço da saída da miséria e se os responsáveis de receber o benefício tem feito investimentos que melhorem as condições de vida da família. Visto que o PBF é avaliado internacionalmente, destacamos a importância desse programa, considerado como um exemplo de sucesso na diminuição da miséria de nosso país. Será destacado frequentemente os avanços feitos por esse programa que há mais de 12 anos tem feito mudanças significativas para a melhoria de vida de milhões de brasileiros será abordada a formação e a origem da população dessa região. Como estatisticamente essa cidade cresce se beneficiando de sua localização estratégica, rural e comercial, e como ela continua se desenvolvendo como polo industrial de principal referência no estado ao qual pertence.

753

Observamos também os problemas de distribuição de renda e como essa população carente enfrenta a pobreza para sobreviver, em meio a uma pequena parcela que concentra grande parte da riqueza existente proveniente da manutenção de exploração de trabalho e do desenvolvimento capitalista. Foi feita uma breve introdução sobre a Escola Municipal Doutor César Belmino Barbosa Evangelista, na qual é relatada sobre a sua origem e dificuldades de funcionamento, de como é a convivência dos alunos ali presentes e como é o comportamento da comunidade envolvida em sua localização. Em seguida, despacho os diálogos com os beneficiados do PBF para tentar compreender se essas famílias sitiadas nas margens da escola tem sido realmente asseguradas pelo programa social e como elas vem se desenvolvendo ao longo do processo de qualidade de vida.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Diante do exposto é notório a importância do programa bolsa família no enfrentamento a pobreza e desigualdade social uma vez que se trata de transferência direta de renda para essas famílias que vivem em vulnerabilidade social, pois o Brasil está enfrentando uma época de grande crise financeira, aumentando ainda mais o quadro de famílias que precisam de







auxílios do governo. Analisando o cenário atual da população brasileira apurou se, o papel do programa Bolsa Família na vida de famílias de alunos da Escola Municipal Doutor César Belmino Barbosa Evangelista, localizada no setor Tereza Hilário Ribeiro no município de Araguaína- TO, este por sua vez um bairro onde é visível a percepção de um setor onde se concentra grande porção de famílias carentes e que são aparadas pelo PBF, sendo esse a única forma de renda ou complemento da mesma.

Observa-se o benefício que este programa traz para estas famílias, pois ao mesmo tempo que ele contribui para a diminuição do índice de pobreza, ele contribui também para o aumento do índice educacional das famílias carentes, sendo não apenas um complemento de renda, mas também um incentivo a educação das crianças e jovens presentes nessas famílias.

### Referências

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=170210&idtema=119&search=tocantins|araguaína|estimativa-da-populacao-2013>. Acesso em: 05 set. 2017.

<http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/> Acesso em: 15 de set 2017

<https://www.bolsa-familia.com/cidades/tocantins> Acesso em : 15 set 2017

<http://passapalavra.info/2010/04/21281> Acesso em: 20 set 2017

<http://mds.gov.br/Plone/central-de-conteudo/bolsa-familia/publicacoes-bolsa-familia/> Acesso em: 20 set 2017

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Araguaína. **Estimativa da População 2013**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – 2004. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Método e Técnicas de pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MAIA, A. S. **Efeitos do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e distribuição de renda**, Crato/CE: URCA, 2008,

CASTEL, Robert. **A insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, Governo e Mercado**. Florianópolis: CAPES: UAB, 2009.

**Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

MESTRINER, Maria Luíza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. – 3.ed. – São Paulo, Cortez, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009.





**Trabalho do/a Assistente Social no SUAS:** Seminário Nacional/Conselho Federal de Serviço Social  
\_ Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta\_Brasília: CFESS, 2011.

## O LÚDICO NA EDUCAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NA CRECHE MUNICIPAL JOÃO BATISTA DE JESUS RIBEIRO

**Leunisilva de Sousa Passos**

**André Luiz Augusto da Silva**

**RESUMO:** O presente Artigo tem como objetivo trazer a importância e a contribuição do lúdico no desenvolvimento da criança. Nessa perspectiva, o propósito do texto será buscar a essência das atividades lúdicas para ajudar professores no trabalho com atividades educativas possibilitando às crianças o desenvolvimento, físico, psicomotor, intelectual e emocional. É fundamental tomar consciência de que a atividade lúdica infantil provê conhecimentos elementares a respeito da criança: suas emoções, a forma como interage com os colegas, seu desempenho físico-motor o estágio de desenvolvimento, nível de aprendizagem e sua formação moral, é certo que essa tarefa requer dos professores estratégias de ensino e o desenvolvimento de suas próprias competências do pensar. A partir da metodologia utilizada foi possível identificar como os professores lidam com a prática de atividades lúdicas no processo de ensino aprendizagem, além de observar como os estudantes adquirem conhecimento em sala. Em decorrência ao uso do lúdico no processo de ensino os educandos são levados a memorizar os conteúdos e assim instigando seu imaginário, fazendo com que o aprendizado seja algo que leve consigo para sua vida inteira, e que através das brincadeiras os estudantes desenvolvam e aprendam com mais facilidade. Nesse sentido se conclui que as brincadeiras ajudam a aperfeiçoar o convívio entre as crianças, fazendo com que vivam situações de colaboração, trabalho em equipes e respeito. É preciso também conceituar o papel do educador nessa ação da ludicidade e ainda os benefícios que o brincar proporciona, são alguns aspectos enfrentados na análise aqui proposta.

**Palavras – chave:** Lúdico. Criança. Desenvolvimento. Intermediação docente.

### Introdução

O debate sobre a educação e o uso da dimensão lúdica é de suma importância para o desenvolvimento da criança, oportunizando a ela, formas de pensar, sentir, conviver, decidir e agir, mantendo a motivação, mostrando as múltiplas possibilidades de aprendizagem por meio dos jogos e das brincadeiras.

Com o surgimento da necessidade de compreender como as atividades lúdicas influenciam no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos da educação infantil, se percebe que as brincadeiras e os jogos são a essência da influência e seu uso permite um trabalho pedagógico que possibilita a condição de se conhecer o mundo de forma contextualizada no universo infantil.

As atividades lúdicas se trabalhadas corretamente, proporcionam condições adequadas ao desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social. São lúdicas as atividades que propiciam conhecimentos adequados e estimulam o aprendizado brincando,





unindo o ato, pensamento e o sentimento. A criança se expressa assimila informações e constrói sua realidade principalmente quando está fazendo alguma atividade lúdica.

O lúdico envolve jogos, brincadeiras e os brinquedos, assim nota-se que o lúdico não é uma atividade previamente acabada, ela nasce da curiosidade, da motivação, do interesse, da criatividade e vai, sobretudo, se realizando em acordo com a criação dos conteúdos em que o sujeito está inserido.

Tomando como base a arte do brincar para Vygotsky (1988) e Piaget (1998), veremos o lúdico como recurso pedagógico no contexto escolar e a relação que possui com o desenvolvimento cognitivo do sujeito, sobretudo com a mediação docente.

Sabendo que o lúdico considera o jogo, a brincadeira e o brinquedo como recursos didáticos para o desenvolvimento da criança, sendo que por meio da ludicidade a criança experimenta sensações, exploram movimentos do seu corpo partindo de situações presentes, realidade que impõe o desenvolvimento motor, a percepção do mundo, a compreensão de espaço, tempo, movimento e autonomia no agir e na relação do ato com a razão.

Portanto, os educadores devem estar atentos a esse desafio do lúdico ligado ao ensino-aprendizagem, pois necessitam favorecer a participação efetiva e motora dos estudantes.

Enfim, pode-se dizer que o lúdico é uma experiência plural e significativa. Isso porque possibilita a constituição de identidades e valoriza a cultura, sabemos que no debate da filosofia da linguagem, a grande diferença entre os homens não é sua capacidade de raciocínio, e sim sua construção social, uma vez que o indivíduo isolado é uma proposta inócua, vista tanto em Marx (1988), como também nas análises de Aristóteles (1997) quando afirma ser o homem um animal social.

O artigo tem por base deontologia nodal a Constituição Brasileira (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996). Fruto da experiência profissional do autor e evidentemente de sua percepção empírica do tema, que no momento avança para além do óbvio, em busca por maior compreensão daquilo que se realiza cotidianamente nas ações profissionais, especificamente aquelas desenvolvidas na Creche Municipal João Batista de Jesus Ribeiro.

### **As Múltiplas Possibilidades de Aprendizagem Por Meio dos Jogos E das Brincadeiras**

Diante do tema, nota-se que uma matriz lúdica requer dispositivos que coloquem pais e educadores mais próximos na ação de educar, e nesse sentido o lúdico parece ser um





elemento atrativo a tal proposta, ao tempo que determina significativos desafios. Primeiramente precisam-se conhecer com maior envergadura, os fundamentos e as contribuições que o jogo ou a brincadeira traz para o desenvolvimento e para a aprendizagem das crianças.

Os jogos e as brincadeiras são necessários para a vida de jovens, adultos, crianças e idosos, visto que são instrumentos decisivos para o desenvolvimento dos processos biológicos, físicos e psíquicos dos indivíduos. Rubin, Fein & Vanderberg (1983, p.39) afirma que “o jogo também promove o desenvolvimento cognitivo do individuo em muitos aspectos: descobertas, capacidades verbal, habilidades manipulativas, resolução de problemas e processos mentais”.

Conforme Antunes (2005, p.33) “as implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo”.

Assim, entende-se que o lúdico é facilitador do estudo e da relação que a criança tem com o mundo externo.

A importância de brincar na educação infantil está expressa na lei e incluída no “Referencial Curricular de Educação Infantil” (MEC/SEF/DPE, 1998), publicação nacional do MEC.

Assim, pode-se dizer que a ludicidade que paira sobre os jogos e as brincadeiras nas ruas, parques e escolas são vitais para o desenvolvimento humano e constitui a base para a exploração de significados e sentidos.

Isso leva a acreditar que ao brincar a criança mobiliza afeto, motricidade, linguagem, percepção, memória que estão profundamente interligadas por meio da mente e do corpo. Almeida, (1990, p.31) afirma que:

Brincar não é perder tempo, mas concretizar aprendizagens. A criança, por meio das brincadeiras, desenvolve a sua imaginação, a sua criatividade e o seu pensamento. Esses aspectos são responsáveis pela socialização, pela afetividade e pela construção do seu conhecimento.

De acordo com o autor citado, os jogos favorecem o equilíbrio afetivo da criança e contribuem para o processo de apropriação dos signos sociais. Esse equilíbrio ocorre em virtude das características próprias para cada brincadeira ou para cada jogo que, por meio das suas regras, possibilitam a comunicação interpessoal e uma constante negociação de papéis entre os indivíduos.







## Resultados e Discussão

### A ação pedagógica com o lúdico: aspectos da prática.

Conforme já foi descrito, o objetivo desse trabalho é enfatizar a importância do lúdico na EDUCAÇÃO, uma experiência através dos jogos/brincadeiras na CRECHE com caráter educativo.

Na Educação Infantil as crianças sentem grandes dificuldades em dividir e partilhar brinquedos, pois são muitos egocêntricas. Por isso é necessário trabalhar a cooperação entre as crianças. O professor deve ater-se das expressões de sensibilidade, criatividade, agregando conhecimentos dos mais variados, fazendo com que as crianças aprendam a conhecer e a perceber, de forma permanente e contínua a importância do lúdico, na perspectiva de superar a perda e a ganhar de forma descontraída, valorizando o respeito mútuo, a cooperação e a afetividade.

Fazer com que a criança aprenda a conviver com o outro, tendo uma boa interação com os indivíduos que convivem. É por meio do lúdico que o sujeito desenvolve sua identidade, desperta o querer entender, amplia sua capacidade de interagir, aprende a ser crítico, criativo, autônomo, saudável e feliz.

O papel do professor será facilitar o processo de ensino-aprendizagem criando condições para o aluno construir sua aprendizagem com autonomia. É necessária a criatividade do professor, aliada à consciência das funções dos componentes da aprendizagem e das características particulares dos diferentes recursos, é o elemento fundamental para que cada vez mais se torne eficaz a sua atuação no processo da aprendizagem.

Trabalhando com o lúdico, é possível notar que, ao se expressar, a criança revela aquilo que há dentro de si: experiências, sentimentos e o que convive dentro de seu lar, etc. Por esse motivo é importante que o docente entenda a expressão de seus alunos como um ato de criação e valorize o resultado desse momento. “Enquanto a criança brinca, está usando a criatividade, fantasias, explora seus limites. Além da inserção social, aquisição de conhecimento, desenvolvendo habilidades e afetividades. A brincadeira possui três características: a imaginação, a alienação e a regra”. (RUSHEL, 2000, p.10)

Nesse Sentido os profissionais da educação ressalta que, hoje os estudantes iniciam suas atividades escolares mais cedo, devido às necessidades dos pais trabalharem para garantir o sustento da família e nesse sentido o lúdico tem mais importância na aprendizagem das crianças.





Campos (1986. p. 15) afirma que: “A ludicidade poderia ser a ponte facilitadora da aprendizagem se o professor pudesse pensar e questionar-se sobre sua forma de ensinar, relacionando a utilização do lúdico como fator motivante de qualquer tipo de aula”.

O brincar faz parte da interação do indivíduo e estabelece agradáveis normas no desenvolvimento da criança, pois faz com que haja comunicação dentre as mesmas. Os jogos devem estimular o interesse dos participantes trazendo entusiasmo para que haja descobertas. O brincar, exigindo atividade pessoal, permite uma prospecção para o futuro, convidando a criança a explorar todas as suas possibilidades e não somente as propostas pelos adultos. É importante que na escola haja espaço para o desenvolvimento e ampliação desse repertório de ludicidade, permitindo que a potencialidade infantil se desenvolva e flua de maneira constante e prazerosa.

### **Considerações Finais**

Diante do tema, nota-se que uma matriz lúdica requer dispositivos que coloquem pais e educadores mais próximos na ação de educar, e nesse sentido o lúdico parece ser um elemento atrativo a tal proposta, ao tempo que determina significativos desafios. Primeiramente precisam-se conhecer com maior envergadura, os fundamentos e as contribuições que o jogo ou a brincadeira traz para o desenvolvimento e para a aprendizagem das crianças.

759

Os jogos e as brincadeiras são necessários para a vida de jovens, adultos, crianças e idosos, visto que são instrumentos decisivos para o desenvolvimento dos processos biológicos, físicos e psíquicos dos indivíduos. Rubin, Fein & Vanderberg (1983, p.39) afirma que “o jogo também promove o desenvolvimento cognitivo do indivíduo em muitos aspectos: descobertas, capacidades verbal, habilidades manipulativas, resolução de problemas e processos mentais”.

Conforme Antunes (2005, p.33) “as implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo”. Assim, entende-se que o lúdico é facilitador do estudo e da relação que a criança tem com o mundo externo. A importância de brincar na educação infantil está expressa na lei e incluída no “Referencial Curricular de Educação Infantil” (MEC/SEF/DPE, 1998), publicação nacional do MEC.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 1990.





ANTUNES, Celso. Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ANTUNES, Celso. Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências: os jogos e os parâmetros curriculares nacionais. Campinas: Papirus, 2005.

ARISTÓTELES. Política. Traduções de Maria da Gama Hury. 3.ed. Brasília: Editora Unb, 1997.

AROEIRA, Maria L. C.: SOARES, Maria I. B.: MENDES, Rosa E.A. Didática de pré-escola: Brincar e aprender. São Paulo: FTD, 1996.

BERTOLDO, Janice & RUSHEL, Maria. Jogar e Brincar. Revista do professor. Porto Alegre, 2000.

BONARIGO, C. M. de R. Brincar: Brincadeira ou coisa séria. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1981.

DENZIN, N. K. Play games and interaction: the contexts of childhood socialiation. In: Sociological Quartely, (1975).

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCELINO, Nelson Carvalho. “Estudos do lazer: uma introdução”. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 1996, p. 38.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEC/SEF/DPE. Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil. Volumes I, II, III, 1998.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Jogos de papéis – um olhar para as brincadeiras infantis. São Paulo: Cortez, 2011.

PIAGET, Jean. A Formação do símbolo na criança. 3.ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1977.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.

RUBIN, K., FEIN, G. & VANDERBERG, B. (1993). Play. In. P. Mussen. (ED). **Handbook of Child Psychology**: Volume IV (693-774). New York: Wiley.

TEIXEIRA, Undson Ventura. **Educação física e esporte**. São Paulo: Saraiva, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **O papel do brinquedo no desenvolvimento**.

**A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 199.





## EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ENSINO FUNDAMENTAL: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA LÍVIA LORENE BUENO MAIA EM ARRAIAS-TOCANTINS.

Lidianne Holanda Miranda Joaquim

Silvia Adriane Tavares de Moura

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo compreender como a Educação em Direitos Humanos está sendo trabalhada no contexto educativo nas turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental no Centro Municipal de Educação Básica Professora Lívia Lorene Bueno Maia. Para realização da pesquisa utilizou-se a análise documental, revisão bibliográfica de autores como: (Dallari, 2002); (Vivaldo, 2009); A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), dentre outros. Traz como caminho metodológico a abordagem qualitativa viabilizada pela pesquisa de campo. A coleta de dados foi feita por meio de questionários aplicados aos pais; alunos; professores; diretor e coordenador pedagógico. Os dados obtidos indicaram que a Educação em direitos humanos na escola pesquisa está sendo trabalhada e já está contribuindo para a compreensão dos educandos do 4º e 5º ano do ensino fundamental para a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, porém precisa continuar melhorando cada vez mais por meio do desenvolvimento de atividades que envolvam a família como forma de expandir os conhecimentos acerca dessa temática tão importante e necessária.

**Palavras – Chave:** Educação; Direitos Humanos; Cidadania.

### INTRODUÇÃO

Os Direitos Humanos são um conjunto de condições e possibilidades que a pessoa humana deve ter para conseguir existir e ser “capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida” (Dallari, 2002; p.52).

Assim, a educação, além de ser um dos Direitos Humanos é também um suporte fundamental para a realização de outros direitos.

Segundo Vivaldo (2009):

A Educação em Direitos Humanos é entendida, hoje, como um conjunto de processos de educação formal e não formal orientados para a construção de uma cultura de respeito à dignidade humana, através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Trata-se de uma educação de natureza permanente, continuada e global. (VIVALDO 2009; P.05)

A opção pelo tema deve-se ao interesse de compreender como a Educação em Direitos Humanos está sendo trabalhada no contexto educativo nas turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental no Centro Municipal de Educação Básica Professora Lívia Lorene Bueno Maia e como essa construção de conhecimentos se repercute na vida social dos envolvidos.

Optou-se pela pesquisa qualitativa e de campo uma vez que conforme afirma: Biklen (1982):

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como o principal instrumento. Segundo os dois autores, a pesquisa







qualitativa supões o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de através do trabalho intensivo de campo. Por exemplo, se a questão que está sendo estudada é a da indisciplina escolar, o pesquisador procurará presenciar o maior número de situações em que esta se manifeste, o que vai exigir um contato direto e constante com o dia-a-dia escolar. (BIKLEN1982 p. 17):

Assim, este trabalho tem por objetivo conhecer e analisar como está sendo trabalhada a Educação em Direitos Humanos nas turmas do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental da escola mencionada sob a ótica dos pais, professores, estudantes , coordenadores pedagógicos e diretora escolar.

Dessa forma para realização deste trabalho foram aplicados questionários direcionados, a 08 professores regentes e 08 pais de alunos das turmas do 4º e 5º ano do Ensino fundamental do Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia, 08 estudantes das turmas mencionadas; 01 diretor escolar e 01 coordenador pedagógico.

Durante a análise dos dados obtidos os professores foram nomeados pelas siglas Professor A; Professor B e assim sucessivamente. Os pais serão nomeados por Pai A; Pai B sucessivamente. O diretor: Diretor A e o Coordenador como Coord.A; Estudante A; B e assim sucessivamente.

762

Sendo assim fez-se necessário realizar estudos bibliográficos de autores que discutem sobre a temática em questão como: Alves, (2005); Santos (2006); (Dallari, 2002) dentre outros. Além de documentos como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Parâmetros Curriculares Nacionais, etc.

A Pesquisa encontra-se estruturada em quatro seções onde a primeira, traz um breve histórico da Educação em Direitos Humanos no Brasil; a segunda seção discute a Educação em Direitos Humanos no contexto Educacional. Em um terceiro momento apresenta se os encaminhamentos metodológicos para realização desta pesquisa. A quarta seção, aborda a Educação em Direitos Humanos sob a ótica dos professores das turmas de 4º e 5º ano do ensino fundamental da escola já mencionada. E como encaminhamento da conclusão, apresenta-se algumas considerações que entrelaçam os estudos teóricos sobre a temática e informações e conhecimentos adquiridos no contexto do campo de pesquisa.

### **BREVE HISTORICO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.**

O mundo passou por sérias transformações no campo político, econômico e social além de enormes conflitos armados entre os séculos XIX e XX, Durante este período





histórico, a esfera legal, sobre influência de novas concepções jurídicas, estendeu gradualmente sua área de regulação com a criação, pela via legislativa, de novos direitos sociais, econômicos e culturais, o que consequentemente expandiu a intervenção do Estado na sociedade .

Os principais eventos que marcaram o início do século XX foram as duas grandes guerras mundiais, que juntas provocaram a morte de milhões de pessoas e mudaram intensamente a geografia política da Europa e do restante do planeta.

Uma das grandes questões levantadas pela última grande guerra foi o genocídio praticado contra determinados povos, promovidos diretamente pelos Estados totalitários, entre eles a Alemanha nazista.

Diante desse contexto histórico que em 1945 foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), órgão internacional criado pelos países vencedores da 2ª Guerra Mundial, cujas finalidades principais eram de intermediar as relações entre nações antes e durante conflitos, fosse estes armados ou não, e buscar garantir os direitos dos indivíduos independentes de sua nacionalidade, classe social, cor ou gênero.

No ano de 1948 membros da ONU aprovaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento este que promovia uma série de direitos considerados fundamentais. Segundo Silva:

No texto da Declaração relacionam-se os direitos civis e políticos (conhecidos por direitos de primeira geração: liberdade) e os direitos sociais, econômicos e culturais (chamados direitos de segunda geração: trabalho), e há, ainda, a fraternidade como valor universal (denominados direitos de terceira geração: espírito de fraternidade, paz, justiça, entre outros – nos considerandos e arts. I, VIII, entre outros (SILVA 2004 P.21)

Vale ressaltar que, apesar da presença, em maior ou menor grau, de direitos considerados essenciais aos homens em tratados internacionais assinados por algumas nações antes da 2ª Guerra, é possível concluir que a mais importante declaração de direitos, desde aquela escrita na Revolução Francesa, foi sem dúvida a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujos efeitos jurídicos, mesmo com variações, se faz presentes até os dias atuais entre as nações-membros da ONU.

Nesse sentido Brito (2007) afirma que:

“Toda essa histórica e formal proclamação de ser a pessoa humana portadora de uma dignidade ‘inata’ é o próprio Direito a reconhecer o seguinte: a humanidade que mora em cada um de nós é em si mesma o fundamento lógico ou o título de





legitimação de tal dignidade. Não cabendo a ele, Direito, outro papel que não seja o de declará-la.” (BRITO, 2007, p. 25)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), entendida como uma espécie de constituição mundial foi desdobrada em outros instrumentos pactuados pelos países-membros das Nações Unidas, focando direitos específicos de estratos sociais ou o combate a determinadas violações de direitos. Trata-se, aqui, de direitos voltados para o segmento de mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência; da proibição de penas ou tratamentos desumanos ou cruéis, incluindo a tortura; e da eliminação de todas as formas de discriminação, seja de gênero, seja de raça, entre outras temáticas.

De acordo com Mendonça (2013) :

A história dos direitos humanos no Brasil tem uma relação muito próxima com o enfrentamento e a resistência aos regimes ditatoriais, especialmente o regime militar que se instalou no país a partir do golpe civil-militar de 1964 e perdurou até o ano de 1985. Como uma resposta às violações de direitos e liberdades individuais e coletivas, constituíram-se movimentos organizados em defesa dos direitos humanos que exerceram forte influência no campo da educação em direitos humanos. (MENDONÇA 2013p..10)

Nesse sentido Bobbio (1998) afirma que :

764

Do ponto de vista teórico, sempre defendi – e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos – que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa que lamentar, porque a história da humanidade está marcada por avanços e retrocessos em relação ao respeito à dignidade de todos os seres humanos. Módulo II - Pobreza, direitos humanos, justiça e educação 11 de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (BOBBIO, 1998, p. 5)

Enfim a Declaração Universal dos Direitos Humanos é a maior prova de consenso sobre um determinado sistema de valores que a humanidade já conseguiu pactuar livre e expressamente conforme enfatiza Bobbio (1998):

Somente depois da Declaração Universal é que podemos ter a certeza histórica de que a humanidade – toda a humanidade – partilha alguns valores comuns; e podemos, finalmente, crer na universalidade dos valores, no único sentido em que tal crença é historicamente legítima, ou seja, no sentido em que universal significa não algo dado objetivamente, mas algo subjetivamente acolhido pelo universo dos homens. (BOBBIO, 1998, p. 28)

Fica evidente a importância desse documento no sentido de garantir que valores extremamente importantes sejam compartilhados pela humanidade como forma de amenizar





a violência, as desigualdades sociais afirmam de que o ser humano tenha uma convivência mais pacífica e que os direitos humanos sejam respeitados.

## A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL.

A Educação em Direitos Humanos nasce com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e tem papel fundamental no cumprimento dos mesmos de acordo com a Declaração e Programa de Ação de Viena (1993):

Podemos afirmar que a Educação em Direitos Humanos nasce com a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao se referir, como já vimos, à necessidade de que os direitos ali solenemente declarados sejam objeto de instrução. Mas é na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993, que a sua Declaração e Programa de Ação realçam a importância da inclusão do tema nos programas educacionais, apelando aos Estados para que assumam essa tarefa. Está registrado nesse instrumento: A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma que os Estados estão moralmente obrigados, conforme estipulado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e noutros instrumentos internacionais sobre Direitos Humanos, a garantir que a educação tenha o objetivo de Módulo II - Pobreza, direitos humanos, justiça e educação 30 reforçar o respeito pelos Direitos Humanos e as liberdades fundamentais [...] A educação deverá promover a compreensão, a tolerância, a paz e as relações amigáveis entre as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, e encorajar o desenvolvimento de atividades das Nações Unidas na prossecução desses objetivos. (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA, 1993, p. 9)

765

A partir da criação, em 2003, do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, formado por especialistas e representantes da sociedade civil, de instituições públicas e privadas e de organismos internacionais, cuja tarefa prioritária foi a elaboração de um plano nacional que se constituísse em um documento de referência para a discussão das políticas, ações e programas comprometidos com uma cultura de respeito aos direitos humanos é que a Educação em Direitos Humanos passou a ter maior ênfase no meio educacional.

O documento compreende a Educação em Direitos Humanos como um sendo um processo polissêmico que orienta a formação de sujeitos de direitos articulando as seguintes dimensões:

apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. (BRASIL, 2007, p. 25)







Assim, compreende-se que a Educação em Direitos Humanos deve promover o respeito às diferenças o que irá permitir uma cultura de paz, de aceitação e respeito à diversidade.

Nessa perspectiva, os sistemas de ensino e as escolas em particular têm o dever indeclinável de se constituírem agentes da promoção e da defesa dos direitos humanos, combatendo sistematicamente o preconceito, e organizando-se para que seus ambientes sejam facilitadores dos processos formativos que articulem as múltiplas dimensões que compõem o ser humano em sua inteireza – cognitiva, afetiva, sociopolítica.

No entanto sabemos que isso não é tarefa fácil, mas possível de ser feita uma vez que trata-se da construção de capacidades individuais e coletivas no enfrentamento das desigualdades sociais.

Segundo Genevois (2000) o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos propõe que as experiências de Educação em Direitos Humanos devem se constituir um elemento relevante para a vida da comunidade escolar, envolvendo todos (as) os(as) seus(suas) participantes em um diálogo sobre maneiras de aplicar os direitos humanos na sua vida e na sua prática cotidiana o que irá auxiliar no combate à violação de direitos, uma vez que apenas quem conhece seus direitos tem condições de reclamá-los.

766

O Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos prevê a ideia de transversalidade da educação em direitos humanos defendida como forma de integrar as políticas públicas de diversos setores – educação, saúde, segurança, dentre outros (BRASIL, 2007). A noção de transversalidade é muito debatida e apontada junto às atividades escolares

### **ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DESTA PESQUISA.**

Na busca de explicar o conjunto de procedimentos metodológicos organizados, a partir dos objetivos traçados, que ajudaram na investigação do problema apresentado pelo trabalho. Apresentam-se as pesquisas adotadas neste estudo, tendo em conta o método, a abordagem, os instrumentos de coleta de dados, de análise e interpretação dos resultados.

As pesquisas classificam-se em qualitativa e quantitativa. Sobre a abordagem qualitativa, Godoy (1995, p.58) afirma: “[...] é a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, para compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.





Segundo Gil (1999, p.94) corrobora, dizendo que “[...] métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”. No que se refere à pesquisa quantitativa, Godoy (1995, p.58) a evidencia como a que considera que tudo poder ser quantificável, o que significa traduzir, em número, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Tendo em vista a compreensão dos procedimentos metodológicos, retoma-se o objetivo do trabalho que tem como foco principal, analisar como está sendo trabalhada a temática Educação em Direitos Humanos nas turmas do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental do Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia sob a ótica dos pais; professores; estudantes; diretor e coordenador pedagógico objetivando compreender a temática em questão.

Assim para realização deste utilizou se a pesquisa qualitativa, devido às suas características de investigação exploratória e descritiva, constituiu-se na abordagem adequada, já que permitiu o aprofundamento necessário na busca do conhecimento no que se refere ao tema.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos utilizados para a coleta de dados, cita se referências bibliográficas, documentais, questionários aplicados na pesquisa de campo direcionados a pais; alunos das turmas do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental; Diretor e Coordenador Pedagógico. Dessa forma, adquiriu-se o conhecimento do problema levantado, reunindo informações detalhadas, com o objetivo de apreender a totalidade das várias situações em estudo.

767

### **A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES DAS TURMAS DE 4º E 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

O Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia fica situado na Avenida JK nº 08 Bairro Arnaldo Prieto na cidade de Arraias estado do Tocantins, considerada uma escola de grande porte, pois atende uma clientela de aproximadamente 680 alunos. A referida escola oferece atendimento às turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental nos turnos matutino e vespertino funcionando em dois locais distintos.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico devido a quantidade de alunos o prédio principal onde fica a secretária e a diretoria há uma extensão localizada no antigo





prédio da Universidade Federal do Tocantins onde são atendidos os alunos do 4º e 5º ano do ensino Fundamental.

A Educação em Direitos Humanos exige do educador a atuação na defesa, promoção e vigência dos direitos e dos demais, operando na vida cotidiana seu saber em direitos humanos.

Assim por não se tratar de uma disciplina, é necessário que se desenvolva um processo educativo em direitos humanos o conhecimento dos direitos humanos, das suas garantias, das instituições de defesa e promoção, das declarações oficiais, de âmbito nacional e internacional, com a consciência de que os direitos humanos não são neutros, não são declamações retóricas. Eles exigem certas atitudes e refletem outras. Portanto, exigem também a vivência compartilhada. Conforme aponta (BENEVIDES, 2003, p. 317). A palavra deverá sempre estar ligada a práticas, embasadas nos valores dos direitos humanos e na realidade social.

Partindo dessa premissa passa se a análise do perfil beneficiários, a partir dos dados obtidos no questionário aplicado aos pais onde a média da idade dos participantes varia de 25 a 52 anos, todos de classe média baixa .Quanto a escolaridade 04 possui nível superior ;01 está cursando o 7º ano ; 01 tem especialização; 01 tem nível superior incompleto. No que se refere à naturalidade 06 são de Arraias e 01 de Campos Belos-GO. Todos possuem moradias próprias com 05 a 10 cômodos. Apenas 01 participa de algum movimento social, religioso ou partidário.

Quanto à ocupação/profissão 04 são professores; 01 pedreiro; 01 do lar e 01 monitor educacional; 01 auxiliar de serviços gerais. Todos são os provedores das famílias; apenas 02 estão na informalidade quanto ao trabalho. A renda familiar varia de um salário mínimo até três salários mínimos.

A primeira questão sobre: Qual o significado de cidadania para você? Obteve as seguintes respostas:

*Pai A: Direitos*

*Pai B: Ter direitos e deveres na sociedade*

*Pai C: Ajudar ao próximo*

*Pai D: Respeito, liberdade*

*Pai E: Sociedade*

*Pai F: Exercer suas funções de direito*

*Pai G: Direitos e deveres de uma pessoa*

Percebe se que os mesmos possuem conhecimentos ainda que restritos do conceito de cidadania. Pois segundo Pinsky (2013):





Afinal, o que é ser cidadão? Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. (PINSKY 2013, p.09):

Percebe se que todos de certa forma compreendem o significado da cidadania ainda que de forma restrita.

Na questão: Você se considera um(a) cidadã(o)? Por quê?

*Pai A: Sim. Porque tenho a liberdade de ir e vir*

*Pai B: Sim. Porque sei cumprir meus direitos e deveres no meio em que vivo*

*Pai C: Sim.*

*Pai D: Sim.*

*Pai E: Sim, pois faço parte de uma sociedade.*

*Pai F: Sim, porque tenho direitos de ir e vir.*

*Pai G: Sim, porque exerço meus deveres e cobro os meus direitos.*

Verifica se aqui que os participantes têm conhecimentos acerca do que é ser cidadão.

Guarinello (2013) nos auxilia refletir acerca da cidadania de modo bastante ampliado, enfatizando que:

(...) cidadania implica sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos e, significa também, inevitavelmente, a exclusão do outro. Todo cidadão é membro de uma comunidade, como quer que esta se organize, e esse pertencimento, que é fonte de obrigações, permite-lhe também reivindicar direitos, buscar alterar as relações no interior da comunidade, tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica, redistribuir os bens comunitários. A essência da cidadania, se pudéssemos defini-la, residiria precisamente nesse caráter público, impessoal, nesse meio neutro no qual se confrontam, nos limites de uma comunidade, situações sociais, aspirações, desejos e interesses conflitantes. Há, certamente, na história, comunidades sem cidadania, mas só há cidadania efetiva no seio de uma comunidade concreta, que pode ser definida de diferentes maneiras, mas que é sempre um espaço privilegiado para a ação coletiva e para a construção de projetos para o futuro. (GUARINELLO 2013, p.46)

769

A pergunta: Qual o significado de direitos para você? Teve como resposta:

*Pai A: Algo que é permitido às pessoas*

*Pai B: Que todos nós temos de agir e pensar, porque somos livres.*

*Pai C: Ser justo e ter liberdade*

*Pai D: Leis que te protege e te dão segurança. Geralmente que cada pessoa vive em sociedade.*

*Pai E: Valorizar, respeitar cada ser humano de forma igual com educação*

*Pai F: Direito de participar, educação, saúde e moradia*

*Pai G: Significa a existência de normas, o que é justo e comum para todos.*







O conceito de direitos é bastante conhecido pelos participantes, no entanto precisam conhecer melhor esses direitos para que possam compreender quando estão sendo violados e assim exigir o que lhes são de direito .

Há quanto tempo você é beneficiário do Programa Bolsa Família?

*Pai A: Não sou beneficiária*

*Pai B: Não tenho*

*Pai C: Não*

*Pai D: Não sou beneficiária do bolsa família, nunca fui beneficiária da bolsa.*

*Pai E: Alguns anos*

*Pai F: 06 anos*

*Pai G: Não recebo bolsa família*

Apenas dois dos participantes recebem o benefício do Programa Bolsa Família.

Sobre a questão: Você é o responsável legal pelo benefício do PBF?

Há apenas 02 beneficiários dentre os participantes e os mesmos são os responsáveis legais.

A questão: Como você tomou conhecimento do PBF?

Nessa pergunta a resposta dos dois participantes foram que tomaram conhecimento acerca do Programa por meio de reuniões; pessoas conhecidas e por meio de informações disponibilizadas pelo programa.

770

Sobre a questão: Direitos humanos são os **direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos como, por exemplo: Direito a Saúde; Moradia; Trabalho além de outros direitos fundamentais. Qual sua opinião sobre esses direitos? As respostas foram:**

*Pai A: Que são fundamentais para a sobrevivência do ser humano*

*Pai B: Direitos são iguais, mas infelizmente não é respeitado. Pois esses direitos são dados apenas para pensar que não precisa.*

*Pai C:*

*Pai D: Cada pessoa tem direito á uma vida digna, com liberdade e segurança.*

*Pai E: Falta muita coisa para que esses direitos sejam válidos para todos os cidadãos.*

*Pai F: Concordo, porque esses direitos são para todos.*

*Pai G: Acredito que todos devem ter ao menos direitos, ainda mais se tratando dos básicos de vivência. Mas que não são cumpridos.*

Nessa questão apenas 01 pai não respondeu, os demais tem consciência dos direitos e deveres inerentes aos cidadãos e sabem que nem todos ou boa parte desses direitos são violados. No entanto não se percebe nenhuma preocupação em reivindicar esses direitos.

Outro ponto de questionamento foi: Você considera que seus direitos são respeitados?

*Pai A: Sim*

*Pai B: As vezes, pois nem sempre posso fazer algo que quero. Só porque sou professora, acham que ganho o suficiente pra não participar das coisas.*

*Pai C: As vezes são desrespeitados*

*Pai D: Não. Falta bons hospitais, boas escolas, segurança, ou seja combater a violência.*





*Pai E: Nem sempre.*

*Pai F: Sim.*

*Pai G: Em partes sim, os meus direitos são desrespeitados quando necessito de ir ao hospital e não tem atendimento, esse é um exemplo.*

Apenas 02 dos participantes consideram que tem seus direitos respeitados os demais disseram que às vezes e outros disseram que em partes e ainda houveram alguns que disseram que não. Dessa forma observa se que as pessoas percebem que seus direitos estão sendo desrespeitados e que há consciência disso.

Você considera que a Educação em Direitos Humanos contribui para garantir o respeito aos direitos dos cidadãos?

*Pai A: Sim, desde que de fato, efetive as propostas estabelecidas no programa.*

*Pai B: Sim*

*Pai C: Sim*

*Pai D: Sim, pois quem tem boa informação pode exigir seus direitos.*

*Pai E: Hoje em dia, a educação esta precisando de melhorias, não só nas escolas, mais ainda em meio à sociedade.*

*Pai F: Sim*

*Pai G: Sim, uma vez que há esclarecimentos, divulgações e outros as pessoas se apropriam de suas condições e direitos.*

Assim fica evidente que a Educação em direitos humanos sem dúvidas contribui na busca do respeito aos direitos dos cidadãos, pois permite que os mesmos conheçam seus direitos e possam sentir se empodeirados para reivindicá-los.

A última questão: De que forma a escola poderia contribuir?

*Pai A: Incluindo no currículo escolar o tema Direitos humanos.*

*Pai B: Garantindo o direito para todos independente de raça, cor, rico, pobre.*

*Pai C: Na educação*

*Pai D: Trabalhando bem o tema com as crianças, para que eles tenham conhecimento dos seus direitos.*

*Pai E: Chamando mais a colaboração dos pais e da sociedade para falar e ter uma visão mais ampla sobre esses direitos.*

*Pai F: A melhoria do ensino.*

*Pai G: A escola poderia contribuir promovendo juntamente com parceiros palestras e outros meios de esclarecimentos sobre o tema.*

Fica claro, a partir das respostas que a escola tem papel fundamental nesse processo, vez que por meio da Educação em Direitos Humanos as gerações podem apropriar se de conhecimentos relevantes para a vida em sociedade e como futuros cidadãos possam exercer a cidadania de forma plena.

Passa se então a análise do perfil dos alunos participantes onde a faixa etária varia de 09 a 11 anos; onde 05 alunos são das turmas do 5º ano e 03 alunos das turmas do 4º ano do ensino fundamental.

A primeira questão foi: Direitos humanos são os **direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos**. Você conhece seus direitos?

Nessa questão apenas 01 aluno disse não conhecer seus direitos.





A questão seguinte: Durante suas aulas seu (a) professor (a) trabalha sobre os direitos humanos?

Aqui apenas um aluno não respondeu. O que deixa claro que a escola está trabalhando a temática em sala de aula.

Quanto à pergunta: Você já teve algum direito desrespeitado?

Nessa questão 05 alunos disseram que sim e 03 disseram que não. Talvez os mesmos não tenham percebido ainda isso na prática, o que indica que possivelmente não tenham amadurecimento suficiente para compreender realmente quando um direito seu está sendo violado, no entanto há algo de positivo, pois é visível que estão sendo formados cidadãos que no futuro poderão atuar em prol de uma sociedade conhecedora de seus direitos e deveres e conseqüentemente ativa e crítica. Quando a questão pediu um exemplo disso os mesmos citaram fatos do cotidiano que não incidem em violação de direitos.

No que se refere à questão: Quais os direitos que você gostaria de ter ou tem e não são respeitados? As respostas foram:

*Aluno 01: Eu queria que a educação e a saúde fosse mais valorizados respeitando totalmente o meu direito.*

*Aluno 02: Nem um*

*Aluno 03:*

*Aluno 04: Por enquanto nenhum*

*Aluno 05:*

*Aluno 06: Ser bem tratado pelos funcionários da escola.*

*Aluno 07: O cabelo liso, que me chama de mulher e a direção à igualdade, que é melhor e o direito a respeito.*

*Aluno 08: Direito ao transporte escolar, direito de participar de programa municipal.*

Assim, percebe-se que já há uma consciência por parte dos alunos sobre o que são direitos e como os mesmos gostariam de ser tratados aponta ainda a necessidade de inserção de jovens e adolescentes em Programas Sociais ofertados pelo município como forma de incentivar a participação e promoção da cidadania.

Objetivando compreender a ótica dos Professores; Coordenador Pedagógico e Diretor passa ao perfil dos mesmos. Onde todos são Pedagogos; 05 são Professores das turmas do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental; 01 Diretor e 01 Coordenador Pedagógico. Quanto ao tempo de atuação varia de 5 a 21 anos.

Questionados sobre: O que você entende sobre Educação em Direitos Humanos?

*Profº A: É uma educação global de formação de uma cultura de respeito á dignidade do ser.*





**Profº B:** *É uma educação voltada para a mudança*

**Profº C:** *Conscientizar nossos alunos sobre seus direitos, buscando uma melhoria em suas vidas.*

**Profº D:** *Educação em direitos humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade.*

**Profº E:** *Entendo que a educação é um direito de todos e um dever do Estado a sua oferta.*

**Diretor:** *A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos.*

**Coord.** *A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas.*

Dessa forma verifica-se que todos têm bem explícitos o que realmente é a Educação em Direitos Humanos, e isso já é um ponto positivo, pois o educador é sem dúvida um condutor e formador de opinião e quando o mesmo tem claro a importância da temática busca despertar no educando a consciência de sua capacidade de mudança a partir da educação.

Pequeno (2001) explica que:

Os direitos humanos são aqueles princípios ou valores que permitem a uma pessoa afirmar sua condição humana e participar plenamente da vida. Tais direitos fazem com que o indivíduo possa vivenciar plenamente sua condição biológica, psicológica, econômica, social cultural e política. Os direitos humanos se aplicam a todos os homens e servem para proteger a pessoa de tudo que possa negar sua condição humana. Com isso, eles aparecem como um instrumento de proteção do sujeito contra todo tipo de violência. Pretende-se, com isso, afirmar que eles têm, pelo menos teoricamente, um valor universal, ou seja, devem ser reconhecidos e respeitados por todos os homens, em todos os tempos e sociedades (PEQUENO 2001, P.02)

773

A questão seguinte indaga: Você considera importante incorporar a Educação em Direitos Humanos no currículo escolar?

**Profº A:** *Extremamente importante, pois sabemos que ainda persiste a mortalidade infantil, abuso sexual e violências entre os seres, alguns e com crianças e adolescentes.*

**Profº B:** *Sim*

**Profº C:** *Certeza absoluta, todos devemos ser conscientizados.*

**Profº D:** *Sim*

**Profº E:** *Sim, talvez desta maneira consigamos formar sujeitos mais conscientes, mais humanizados.*

**Diretor:** *Extremamente importante, como forma de lutar contra os abusos.*

**Coord.** *Essa temática é de suma importância principalmente porque a escola ao trabalhar a temática acaba indiretamente atingindo as famílias e expandindo os conhecimentos a um número maior de pessoas o que torna o trabalho ainda mais proveitoso.*

Nessa questão todos consideram importante essa temática ser incorporada ao currículo como um dos meios para formar cidadãos mais humanizados, conscientes, críticos e ativos no meio social. Há ainda outro aspecto interessante que ao trabalhar com os alunos







estes repassam os conhecimentos aos pais e familiares e isso vai sendo repassado atingindo muitas pessoas direta e indiretamente assim a educação auxilia na busca de amenizar as desigualdades e violações sofridas principalmente pelas camadas mais pobres.

No que diz respeito à questão: Qual seu ponto de vista sobre a violação de direitos?

*Profº A: Sou contra, extremamente contra, isso é crime, é triste e revoltante.*

*Profº B: É um direito a ser respeitado como dignidade, saúde, educação e segurança.*

*Profº C: Acredito que é uma forma de oprimir o ser humano.*

*Profº D: É negar as pessoas os direitos garantido pela constituição, deixando-os em condições desfavoráveis, ou em situações de risco. E a educação é garantida como direito de todos, sem exceção de gênero, raça ou religião.*

*Profº E: A violação de direitos fere a Constituição Federal e contribui para uma sociedade cada vez mais corrupta*

*Diretor: A violação está presente em todos os aspectos e principalmente quando as pessoas desconhecem seus direitos.*

*Coord: A violação de direitos é algo que tira a dignidade das pessoas é uma falta de respeito com a pessoa humana.*

Todos apontam como total falta de respeito à dignidade humana o que fere os direitos garantidos na Constituição Federal.

O artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos ( DUDH 1948), estabelece que:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.( DUDH 1948,P.02).

A pergunta sobre: Quais são as mais frequentes quando se refere aos alunos?

*Profº A: Não estou a par de nenhum caso em relação os meus alunos*

*Profº B: Dignidade*

*Profº C: Educação com qualidade, merenda escolar insatisfatória.*

*Profº D: Falta de; Transporte escolar, alimentação adequada, espaço físico, atendimento psicológico e orientador educacional*

*Profº E: Transporte escolar inadequado, falta de apoio psicológico, escolas mal estruturadas e super lotadas.*

*Diretor: Há vários aspectos desde salas superlotadas, falta de espaço físico adequado, transporte dentre outros.*

*Coord: Penso que há várias violações que vai desde a falta de transporte escolar até a falta de espaço físico adequado, recursos financeiros e materiais etc.*

Segundo os participantes há uma gama de violações quando se refere ao aluno o que vai desde a falta de transporte escolar até atendimentos dispensados por profissionais qualificados o que evidencia a necessidade das escolas repensarem o atendimento dispensado a esse público. Vale frisar que nem tudo depende da escola, mas se cada um fizer sua parte há possibilidade de mudança. Como afirma: Viana e Unbehaum (2007):





A educação escolar embora devesse educar para a cidadania e para a igualdade, tende a reproduzir valores e costumes dominantes da sociedade, na qual se expressam as discriminações, dentre elas as de gênero e de raça. (VIANNA E UNBEHAUM, 2007, p. 124 apud KNIJINK, 2009, p.19)

Perguntou se nessa questão se: A educação em Direitos Humanos contribui para a emancipação dos sujeitos, ou seja, dos alunos e seus familiares?

**Profº A:** Tornará uma sociedade mais humana, digna e respeitosa.

**Profº B:** Sim

**Profº C:** Acredito que sim

**Profº D:** Sim

**Profº E:** Sim, porém penso que o currículo já está saturado de tantos eixos nos quais a sua introdução poderá sérios problemas quanto à grade curricular.

**Diretor:** Sem dúvidas.

**Coord.:** Sabemos que a emancipação dos sujeitos vem em sua maioria a partir do conhecimento e como conhecedor do meu direito saberei quais são meus deveres e assim poderei reivindicá-los quando os mesmos forem desrespeitados.

Não resta dúvidas que a Educação em Direitos Humanos contribui para tornar sujeitos mais ativos; críticos; conscientes de direitos e deveres.

A implementação do PNEDH visa, sobretudo:

(...) difundir a cultura de direitos humanos no país, o que prevê a disseminação de valores solidários, cooperativos e de justiça social, uma vez que o processo de democratização requer o fortalecimento da sociedade civil, a fim de que seja capaz de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas pelo Estado brasileiro como políticas públicas universais. (Brasil, 2006, p. 26)

775

Quanto ao questionamento: Como é trabalhada a Educação em Direitos Humanos na escola ou na sua sala de aula? Houve as seguintes respostas:

**Profº A:** Conscientizamos os nossos alunos em relação aos seus direitos e deveres através de palestras, conversa informal, pesquisas, seminários, debate, estudo em grupo, vídeos informativos, em relação ao tema.

**Profº B:** Na sala de aula é trabalhada de forma que os alunos tenham conhecimentos dos seus direitos, nos deveres também.

**Profº C:** Trabalhamos em nossa sala de aula de forma interdisciplinar, por meio de trabalhos coletivos, confecção de material, seminário, elaboração de cartazes, desenhos e textos.

**Profº D:** Através dos valores, respeito, direitos e deveres, bullying.

**Profº E:** É trabalhado como valores dentro da disciplina de Ensino Religioso ou dentro das disciplinas de História e Geografia onde trata de leis e quando estão previstos no plano de curso.

**Diretor:** Trabalha se de forma interdisciplinar buscando relacionar as vivências do aluno com os conteúdos trabalhados de forma que eles possam compreender quais são seus direitos e quais seus deveres enquanto cidadão.

**Coord.:** Esse trabalho é bastante amplo pois a temática envolve várias disciplinas e isso torna o ensino algo significativo pois o educando consegue perceber a presença da temática na sua vida cotidiana e apesar da pouca idade já reivindicam seus direitos.

Nota se que a temática é trabalhada na escola pesquisada ainda que não haja uma especificação quanto ao nome Educação em Direitos Humanos, mas sabe se que os





conhecimentos adquiridos pelos alunos irão auxiliá-los na vida adulta e isso propicia o sujeito condições para emancipar se. Sabemos que já houve um avanço quanto ao trabalho dessa temática no âmbito educacional, porém muito ainda precisa ser feito para que ocorra realmente uma conscientização de fato.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH 2006), afirma que a educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local ;b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade ;c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político ;d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados ;e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. Sendo a educação um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, cabe priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros. (Brasil, 2006)

Nesse sentido percebe-se que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos traz uma gama de ações que tornam a Educação em Direitos Humanos um facilitador no processo de formação do sujeito possibilitando que o mesmo além de conhecimentos básicos sobre direitos humanos a possibilidade de formação de uma consciência crítica acerca da sua situação enquanto sujeito de direito, o que leva a emancipação e ao usufruto dos bens produzidos pela humanidade ao longo dos tempos.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A Educação em Direitos Humanos é fruto de vários esforços na busca de promover uma cultura de paz, de auxiliar na formação de cidadãos críticos atuantes na sociedade. A educação formal permite a disseminação dessa temática levando o indivíduo a reconhecer seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

Vários são os documentos e leis que garantem os direitos da pessoa humana, no entanto muitos ficam apenas no papel. Assim a escola como formadora de opiniões deve deixar de lado seu caráter de reprodutora de interesses de uma minoria e intensificar o trabalho na busca de formar pessoas capazes de exigir o cumprimento dos seus direitos de forma pacífica, mas ativa.





A escola pesquisada trabalha a temática o que significa um grande avanço na formação do educando. Espera-se que esse trabalho possibilite uma reflexão por parte da escola e dos educadores como um todo da importância a ser dada a temática em questão como forma de contribuir para amenizar as desigualdades sociais e consequentemente a violação de direitos.

Portanto, percebe-se durante a pesquisa que já houve mudanças principalmente no que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos na escola. Enfim foi possível verificar que a Educação em Direitos Humanos é algo que contribui na formação do educando e na escola pesquisada esses conhecimentos já estão sendo colocados em prática pelos alunos e pelos pais pois os mesmos já estão reivindicando direitos que antes eram violados e eles sequer tinham conhecimentos disso, no entanto ainda há muito o que ser feito no sentido de divulgar, orientar e trabalhar com as famílias essa temática tão importante e necessária no combate a violação de direitos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL . **Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional -LDB**, Brasília, Ministério da Educação,1996.

**BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais Introdução.**Brasília, Ministério da Educação - MEC/SEE,1997.

**Pedagogia de projetos e direitos humanos: caminhos para uma educação em valores.** Campinas, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008

ARAÚJO, C. M. **Formando sujeitos. As alianças entre o ensino de História e a educação em Direitos Humanos.** Dissertação (Mestrado),Pontifícia Universidade Católica – RJ – Educação, Rio de Janeiro, 2006.

ARAÚJO, U. F.; AQUINO, J.G. **Os direitos humanos na sala de aula: ética como tema transversal.** São Paulo: Moderna, 2001.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos: Estudos Filosóficos entre Cosmopolitismo e Responsabilidade Social.** São Paulo.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. **Qualitative Research for Education.** Boston, Allynand Bacon, inc., 1982>disponível em <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep145/pesq.htm>> Acessado em 26/08/2017

BRASIL. **Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos**, decreto. 7037, 200

**DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA.** In: Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. 1993. Portal de Direito Internacional. Disponível em:Acesso em: 15 agosto. 2016.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.** Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: Acesso em: 23 agosto . 2017







GUARINELLO, Norberto Luiz. **Cidades-estado na Antiguidade Clássica**. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29-48. >Disponível em [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7598\\_5556.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7598_5556.pdf)> Acessado em 15/09/2017

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Educação em Direitos Humanos: políticas e desafios**. Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 255-263, jul./dez. 2013. Disponível em: . Acesso em: 05 agosto. 2016.

PEQUENO, Marconi. **Ética, direitos humanos e cidadania**. In Curso de Formação de Educadores em Direitos Humanos João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. >Disponível em [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/01/02\\_marconi\\_pequeno\\_fundamento\\_dh.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/01/02_marconi_pequeno_fundamento_dh.pdf)> Acessado em 10/10/2017

PINSKY, Carla Bressanezi. **História da Cidadania**. 6ª Edição - Editora Contexto, São Paulo, SP, janeiro 2013.

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL E NA REDUÇÃO DA POBREZA NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Lilian Moraes Mancini  
André Luiz Augusto da Silva

**Resumo:** O Brasil, embora figure entre o rol de países em desenvolvimento, o que determina acesso limitado de sua população às benesses socialmente produzidas, apresenta cotidianamente no que tange ao desempenho educacional, estudantes que de maneira singular se destacam sobremaneira em sua vida acadêmica. Esse aspecto de êxito em cenário de exclusão tem recebido, conforme se verifica no artigo, apoio com programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF). Nesse aspecto, o presente artigo se propõe sopesar a importância do Programa Bolsa Família do governo federal, no processo educacional de famílias de baixa renda do município de Dois Irmãos do Tocantins. O debate baseou-se na relação entre o referido programa e a política educacional do município. Busca-se entender se essa relação é contributiva para o fortalecimento da educação no Município analisado.

**Palavras chave:** Educação. Programa Bolsa Família. Redução da Pobreza.

### Introdução

Os programas de combate à fome e miséria, não são novidade no País surgiram desde o Brasil colônia. Apesar de ser considerados por muitos como uma medida paliativa, o Bolsa Família vem diminuindo a pobreza e tirando o Brasil da lista dos países com índice de extrema pobreza. De acordo com Santos (2013, p. 31):

Há mais de quatro séculos, desde que 5 mil índios famintos fugiram da seca no sertão de Pernambuco e pediram socorro aos portugueses, em 1583, vem se falando em medidas de combate à fome no Brasil. De lá para cá, restam registradas nada menos que 41 grandes secas no Nordeste, a última delas, de 2012. A primeira ação governamental de assistência permanente para resgatar da miséria os flagelados da Bahia e de Pernambuco é de 1792, a Pia Sociedade Agrícola. Dom Pedro II criou a Comissão de Açudes e Irrigação (1888) e Nilo Peçanha o Instituto de Obras Contra as Secas (1909). Ainda assim, a cada nova seca, grandes contingentes humanos têm deixado o sertão para habitar a periferia das metrópoles, muitas vezes transformando flagelados rurais em miseráveis urbanos. Nesse longo processo que já perdura 430





anos, ora governos adotam medidas emergenciais contra surtos de fome, ora anunciam políticas públicas de longo prazo para reduzir a miséria. Mas nunca se conseguiu desenvolver de fato algum programa eficiente de resgate da pobreza absoluta e de inclusão social em massa.

O Programa Bolsa Família beneficia 13,9 milhões de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o País, desde 2003, quando foi lançado. Unificando os programas Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação o Programa Bolsa Família ao longo dos seus 10 anos de sua existência retirou 14 milhões de brasileiros da situação de extrema pobreza como explica Santos (2013, p.30):

Internacionalmente, considera-se que estão abaixo da linha da pobreza todos os indivíduos que ganham menos de 1,25 dólar (R\$ 3,00) por dia, ou R\$ 90 por mês. Em 2003, o Brasil registrava quase 22 milhões de pessoas, ou 12% da população, vivendo com menos de R\$ 3,00 por dia. Oito anos depois, em 2010, seriam ainda 11,3 milhões de pessoas, ou 6,1% da população, de acordo com dados do Banco Mundial. Trabalha-se com a estimativa de que teria caído para 8 milhões em 2012, ou 4,2% do total.

Assim é inegável a importância do programa de transferência de renda Bolsa Família (Programa Bolsa Família) na oportunização do desenvolvimento educacional de alunos pertencentes às famílias em situação de vulnerabilidade social, compreendendo que a educação é um dos meios de se romper o ciclo de pobreza. Por que através da educação é possível formar cidadão críticos, que ocupem funções significativas, e que sejam atuantes na sociedade em que vivem. Assim, entende-se que cabe a escola e a família a responsabilidade na formação do educando, e futuro cidadão. Do ponto de vista educacional foram observados os índices de desempenho escolar, o acompanhamento familiar da vida escolar dos discentes, a evasão escolar, diminuição de distorção idade e série (alunos com faixa etária inadequada a série a que pertence).

779

### **Análise do Programa Bolsa Família e seus Impactos no Município de Dois Irmãos do Tocantins.**

O Brasil é um país de desigualdades e injustiça social. Essas desigualdades sociais são alimentadas, e reproduzidas pelas classes dominantes. A má distribuição de renda é um dos fatores que influenciam e perpetuam a pobreza e a exclusão social no Brasil, de acordo com Marilena Chauí (2004, p. 97):

A desigualdade na distribuição da renda - 2% possuem 98% da renda nacional, enquanto 98% possuem 2% dessa renda - não é percebida como forma dissimulada de *apartheid* social ou como socialmente inaceitável, mas é considerada natural e normal, ao mesmo tempo que explica por que o “povo ordeiro e pacífico” dispense anualmente fortunas em segurança, isto é, em instrumentos de proteção contra os excluídos da riqueza social. Em outras palavras, a sociedade brasileira está



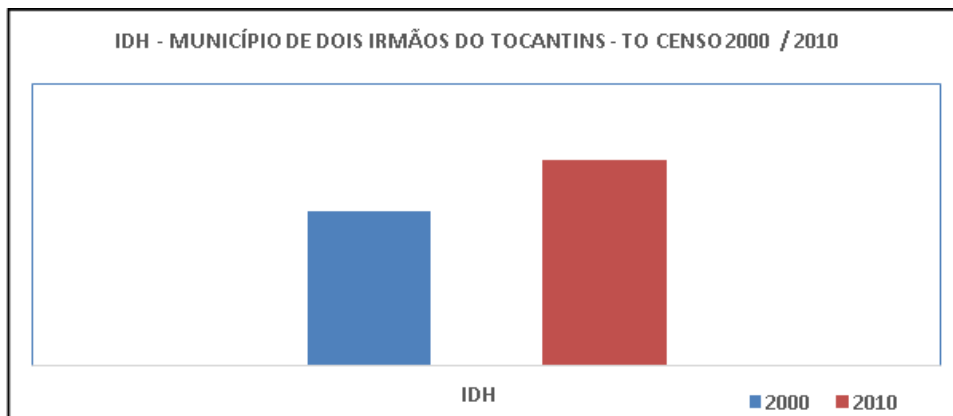


polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes.

As políticas públicas de distribuição de renda e inclusão social são alternativas do Governo Federal para diminuir a exclusão social dando oportunidade as famílias de baixa renda ter acesso aos meios básicos de sobrevivência como a segurança alimentar, e demais bens de consumo. Nesse aspecto, se destaca o Programa Bolsa Família em contexto da Política de Seguridade Social.

Considerando o início do Programa Bolsa Família no ano de 2003, os aspectos econômicos se apresentavam com o seguinte cenário:

**Gráfico 1.** IDH de Dois Irmãos do Tocantins



780

Fonte: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados do Município Dois Irmãos do Tocantins, 2017.

Conforme dados demonstrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, constatou-se a evolução do IDH do Município de Dois Irmãos do Tocantins, onde demonstra um desenvolvimento considerável no período pós implantação do Programa Bolsa Família, tendo uma evolução crescente de 0,439 para 0,583 em 10 (dez) anos, conforme estudo apresentados pelos Censos de 2000 e 2010.

Em relação à educação, verificamos que nesse lapso temporal, evidenciou-se que nos arquivos da secretaria do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco e na Secretaria Municipal de Educação do referido município, não foram encontrados registros de dados decorrentes dos quantitativos de alunos matriculados, bem como o número de alunos evadidos, dos anos que antecedem o início do Programa Bolsa Família. Impossibilitando desta forma a realização de uma análise mais aprofunda e um comparativo de dados entre o antes e o depois da implantação do Programa Bolsa Família no município de Dois Irmãos do Tocantins.





Considerando o relatório sobre o Programa Bolsa Família e cadastro único do município Dois Irmãos do Tocantins de 2017, passaremos a demonstrar dados do referido relatório: o município de Dois Irmãos do Tocantins possui uma população de 7.286 habitantes com área territorial de 3.757,036 km<sup>2</sup>, com número de matrículas no ensino fundamental de 1030, sendo destas 372 de escola pública estadual e 658 de escolas públicas municipais, no ensino médio 215 matrículas, sendo todas de escola estadual e 122 de ensino pré-escolar da rede municipal de ensino.

O número de famílias atendidas pelo programa é de 1.208 famílias, o que equivale a aproximadamente 40,08% da população total do município. Em setembro de 2017 o município recebeu R\$ 256.178,00 reais destinados às famílias do Programa Bolsa Família, o benefício médio repassado foi de R\$ 212,07 por família. Calcula-se que a cada R\$ 1,0 inserido na economia do município através do Bolsa Família é acrescido R\$ 1,78 no PIB do município. O Programa Bolsa Família cobre 93,57% dos beneficiários em relação à estimativa de famílias pobres do município, realidade que se aproxima da meta de atendimento do programa.

#### **Análise do Acesso ao Programa Bolsa Família**

As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família devem cumprir algumas condicionantes para continuar tendo acesso ao benefício. A saber:

- Crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura;
- Gestante precisam fazer pré-natal;
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês;
- Jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

Os estudantes que fazem parte do Programa Bolsa Família são acompanhados em sua frequência no bimestre, assim, são verificadas no município, que atualmente, de um total de 882 estudantes 96,08% desses com frequência informada no período, ultrapassando a média nacional que é de 91,07%, constata-se, portanto, que o município possui um acompanhamento da assiduidade escolar muito bom.

A quantidade de famílias atendidas pelo programa no referido município é um total de 1.208 famílias, que necessariamente cumprem as condicionantes especificamente a frequência escolar e o acompanhamento do estudante, demonstra que o programa tem possibilitado o acesso de jovens e crianças ao ensino básico em Dois Irmãos do Tocantins.







As exigências das condicionalidades é, portanto um ponto central do desenho do Programa Bolsa Família e vem se traduzindo em uma questão bastante polêmica. Desta forma, “[...] se traduz na ideia de que, à medida que o direito social é condicionado ao cumprimento de obrigatoriedades, podem ser ameaçados os princípios de cidadania” (SCHOTTZ, 2004 apud et al., 2007, p. 1459).

Com o aumento na demanda nas áreas de Saúde e Educação em decorrência das condicionalidades estabelecidas pelo programa, cabe o questionamento se os setores irão garantir a qualidade no atendimento aos serviços. Neste caso, “[...] a contrapartida condiciona o direito constitucional à assistência ao cumprimento de exigências numa situação em que os potenciais beneficiários já estão em situação bastante vulnerável” (LAVINAS, 2004 apud MONNERAT et al., 2007, p. 1459).

### Considerações Finais

O Programa Bolsa Família cumpre com o principal objetivo que é o de tirar famílias da situação de pobreza extrema, pois houve um aumento no IDH do município, conforme demonstrado no gráfico 1, o programa atua de forma significativa no sustento de muitas famílias, amenizando a pobreza no município.

O programa gera críticas com relação às condicionalidades a seu acesso, pois para a sociedade a assistência médica e educacional é um direito garantido pela Constituição brasileira. Por outro lado, a partir de dados apresentados temos a constatação da assiduidade no que se refere a frequência de crianças e jovens na escola.

Portanto, o governo deve oferecer políticas públicas conjuntas ao Programa Bolsa Família, tais como aqueles voltados à geração de emprego e renda, que proporcione aos beneficiários acesso à saúde e educação profissionalizante de qualidade, fomentando assim o desenvolvimento econômico local e regional, com a finalidade de assegurar melhorias na qualidade de vida de todos.

### REFERÊNCIAS

ARRUDA, Roldão. PARAGUASSU, Lisandra. Dez anos depois, população pobre do País permanece refém de programas de renda. **O Estadão**. Política: São Paulo: 12 janeiro de 2013.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. 2015. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/relatorio-banco-mundial-afirma-que-brasil-conseguiu-praticamente-erradicar-extrema-pobreza>. Acesso em: 02 out. 2017.





BRASIL, **Relatório sobre Bolsa Família e Cadastro Único de Dois Irmãos do Tocantins**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#> e <http://bolsa-familia.info/>. Acesso em: 02 out.2017.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. **Mito fundador e sociedade autoritária**. 5 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados do Município Dois Irmãos do Tocantins, 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=170720>  
>. Acesso em: 02 out.2017.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SENNA, Mônica de Castro Maia; SCHOTTZ, Vanessa; MAGALHÃES, Rosana; BURLANDY, Luciene. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. Revista Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, nov./ dez. 2007.

SANTOS, Rubem. **Uma década de Bolsa Família**, Brasília-DF: 2013, ano 10 n° 77, p. 30. Outubro de 2017.

## OS PROCESSOS DE GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL PINGO DE GENTE EM JUARINA-TO

Liliane Morais Santos De Alencar Alves

Rubens Martins Da Silva

**RESUMO:** A merenda escolar assegura o direito humano de acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade necessária, incentiva à permanência escolar, colabora no desenvolvimento saudável, principalmente daqueles advindos de contextos empobrecidos de situações de insegurança alimentar e nutricional, proporcionando equidade entre os discentes. Ao analisar os processos de gestão da merenda escolar e para tanto, procedeu-se ao percurso metodológico baseando-se em documentos produzidos pelos órgãos pesquisados, a partir de fontes primárias e secundárias e observação, com o objetivo de identificar em que medidas os instrumentos institucionais, Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) condicionam a participação e o controle social pelo cidadão, analisa também como é realizado o controle sanitário pelos instrumentos de fiscalização Vigilância Sanitária (VISA) e do Serviço de Inspeção Municipal (S.I.M.) que certificam a sanidade dos alimentos adquiridos pela Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Desse modo, observaram-se distorções no controle social e sanitário. Permitindo concluir que a VISA não realiza fiscalização nas aquisições (PNAE) e no (PAA), e que o (COMSEA) não realiza o controle social do PAA, o (S.I.M.) realizado adequadamente o controle sanitário dos produtos de origem animal e (CAE) realizam adequadamente parte do controle social. Percebe-se que apesar de existir “participação social”, falta democracia no processo de seleção de conselheiros, falta mobilização social, falta acompanhamento do controle social nas esferas estadual e federal conforme prevê a legislação, essas e outras questões têm contribuído para a exclusão social e a não efetivação dos direitos sociais e humanos, além de fornecem bases para limitação e a precarização das políticas públicas minimizando assim o controle social, sanitário e a participação social. Faz-se necessária ampla discussão para melhoria e aperfeiçoamento desses controles frente essas políticas.

**Palavras-chave:** 1. Merenda Escolar. 2. Controle Social e Sanitário. 3. Cidadania

### Introdução

O estudo propõe uma análise das relações entre pobreza, cidadania, direitos humanos e educação, trazendo em seu bojo a escola como espaço de combate à pobreza e as desigualdades sociais. Considerando o direito à educação e à alimentação preditos na





declaração universal dos direitos humanos e na Constituição Federal, e que a escola é um instrumento de garantia desses e de outros direitos.

Ao passo que, observada a colossal contribuição da merenda escolar para o processo de escolarização, por essa incentivar à permanência escolar, contribuindo para o desenvolvimento saudável, intelectual e social dos alunos, principalmente daqueles advindos de contextos empobrecidos proporcionando equidade entre discentes.

Neste sentido, o estudo é de grande relevância para os debates sobre essa política pública e posterior implementações, melhoria, manutenção e garantia da alimentação escolar em quantidade, qualidade e regularidade necessária em especial para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A pesquisa traz a discussão o fortalecimento da participação e controle social nos processos de gestão da merenda escolar, a fim de garantir que esse direito seja efetivado com plenitude, considerando questões como sanidade.

### **Procedimentos Metodológicos**

Foram analisados documentos oficiais e feito observação da execução das políticas públicas pesquisadas (PNAE e PAA), analisando o controle social realizado pelo CAE e COMSEA e o controle sanitário realizado pela VISA e S.I.M. a fim de verificar se estão observando a legislação que tratam da merenda escolar.

Dispõe sobre o CAE e o CONSEA: Decreto Nº 7.775/12, Capítulo VII, art. 44, “são instâncias de controle social do PAA os conselhos de segurança alimentar e nutricional nas esferas nacional, estadual e município, e o comitê de caráter consultivo constituído nos termos do art. 22”. Lei nº. 8.913/1994, Art. 2º “Os recursos só serão repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham, em funcionamento, Conselhos de Alimentação Escolar, constituídos de representantes da administração pública local, responsável pela área da educação; dos professores; dos pais de alunos; e de trabalhadores rurais”. Sucedida pela Lei 11.947/2009, Art. 18. “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:”. Resolução CD/FNDE nº38/2009 define o “CAE como órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, com o objetivo de realizar o controle social do PNAE, bem como aumenta o tempo de mandato dos conselheiros de dois para quatro anos, podendo ser reconduzidos de





acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos. O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não oferece remuneração”.

Para tal, o município de Juarina-TO, instituiu o CAE através da Lei Nº 13/2009 “Cria o Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências”, e o COMSEA pela Lei Municipal Nº 006/17 que “Dispõe sobre o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências”

Segundo Parecer Sucinto do CONSEA/TO emitido em 12/12/2014 sendo favorável a implementação da política pública (PAA) no estado, foi descrito que o PAA compreenderia todos os 139 municípios e para o acompanhamento da política ficariam responsáveis os CONSEA’S municipais, devendo ser apresentados relatórios nas reuniões do CONSEA estadual, referente ao acompanhamento nos municípios, inclusive utilizando-se desse momento para debater mecanismos de aperfeiçoamento operacional do programa.

O CAE realiza o controle social junto a PNAE, constatado por meio de relatório referente ao controle social realizado para o Governo Federal, através do Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a fim de que seja avaliada e monitorada a execução. Cada município dispõe de leis específicas que regem os conselhos, a Lei Municipal Nº 13/09 – “Cria o Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências”.

785

### **Resultados e Discussão**

No Brasil a pobreza é apontada em duas formas; pobreza e pobreza extrema, para tal considerando para estas apenas a renda per capita. Para os organismos internacionais a pobreza é contemplada em dois níveis; pobreza relativa e pobreza absoluta que são mensuradas não só pela renda, mas também pelo o acesso aos serviços públicos. Segundo Mendes,

[...] o homem precisa de muito mais que alimentos e água, precisa ter a possibilidade de apropriar-se daquilo que foi produzido pela humanidade ao longo de toda a sua história cultural e social [...].

[...] É por meio da educação (apropriação daquilo que é produzido pela humanidade) que o homem se desenvolverá culturalmente. Entretanto, o tipo de relação que estabelecerá com o mundo dependerá das condições de sobrevivência e do acesso que terá aos bens culturais. (MENDES, 2009, p. 77).

Neste sentido, deve-se considerar que a pobreza não representa apenas falta de recursos financeiros, ela é multifacetada apresentando várias questões sociais como forma de







pobreza, a falta de acesso de bens e serviços essenciais, a localização da moradia, a composição e estrutura familiar, a raça, a classe social entre outras. A educação, melhor, a falta dela e do acesso ao conhecimento dificulta o enfrentamento da pobreza.

Desse modo, se faz necessário trabalhar o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira sobre a perspectiva da democracia participativa através da educação, ao ponto de proporcionar oportunidades para o pleno exercício da cidadania, para isso, é necessário que o estado dê condições, trabalhando em prol da garantia de que todos os direitos sejam respeitados e efetivados.

Em 1988 a merenda escolar se tornou um direito, previsto na Constituição Federal – CF/88 no Artigo 208, inciso VII “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático, transporte, **alimentação** e assistência à saúde”. (**Grifo nosso**)

Em 2003 foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Lei nº 10.696 em 02 de julho 2003, Art. 19 “Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos”. O PAA, objetiva incentivar a agricultura familiar, promovendo inclusão econômica e social, promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricionais, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável”. IV – “promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar”.

786

Ao passo que se reconheceu a merenda escolar como direito social dos estudantes, também foi reconhecido o direito de participação dos cidadãos na gestão pública. Assim, o controle social está previsto na CF/88, Artigo 204, Inciso II – “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1988). Sendo, portanto um mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania.

Para Libanio (2004)

A cidadania na sociedade moderna exerce-se por maior participação política. Esta visa ao bem comum da sociedade por meio de dois braços importantes: os órgãos do governo e as organizações sociais da sociedade civil.

Nesse sentido, para acompanhar e fiscalizar as ações governamentais para as garantias sociais foram criados os o Conselho de Políticas Públicas. Assim, para fazer o controle social das políticas públicas fora criado o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho





Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) que devem acompanhar a PNAE e o PAA respectivamente, ambos têm atribuições pautadas na legislação federal, estadual e municipal. Esses conselhos são mecanismos de participação do cidadão frente às questões que interferem no cotidiano dos mesmos, deste modo, Mendes afirma que para a participação social consciente é preciso:

Canais que possibilitam às pessoas decidir sobre algumas questões e desenvolver alguma noção de controle público sobre o governo, essa adesão estará condicionada a uma série de fatores de ordem social, econômica política e cultural. A proposição de uma política participativa precisa considerar esses fatores e desenvolver estratégias que assegurem a adesão do processo que, por ter na voluntariedade da participação um princípio fundamental, demanda e convencimento do significado que a intervenção de cada um pode ter na vida de todos. (Mendes, 2009, p. 15-16).

Ao passo que, os conselhos são esses instrumentos de efetivação da participação social a escola pública torna-se como instrumento de promoção social dos cidadãos, com isso, dá-se voz aos alunos, a comunidade escolar e a comunidade em geral, fortalecendo os circuitos sociais, o que possibilitará melhorias sociais. A educação, portanto auxiliar os sujeitos de direitos empoderar-se. Essa participação nos conselhos proporciona aos sujeitos de direito a coautoria no processo social e democrático que se encontram inserida, e colabora para capacitação dos envolvidos para lutar por melhores condições de vida.

787

Por isso a educação tem um papel social imprescindível para o exercício da cidadania, sendo também um organismo primordial para a promoção e o acesso ao conhecimento, em alguns casos a única forma de acesso, deste modo, a educação por meio da escola torna-se indispensável para indicar formas de contribuir para a formação social dos sujeitos.

A escola pública é um instrumento de combate à pobreza, a desigualdade social e de promoção da cidadania por ter o potencial de contribuir para o desenvolvimento da democracia participativa e do controle social, por isso a política pública de educação deve garantir que os discentes tenham nesse espaço todos os direitos e garantias assegurados, inclusive a alimentação. Desse modo, a escola contribui com seu papel educador e transformador, visto que é um espaço de acesso aos bens e serviços públicos.

Desse modo, se faz necessário trabalhar o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira sobre a perspectiva da democracia participativa através da educação, ao ponto de proporcionar oportunidades para o pleno exercício da cidadania, para isso, é necessário que o estado dê condições, trabalhando em prol da garantia de que todos os direitos sejam respeitados e efetivados.





Igualmente os cidadãos devem fazer suas contribuições participando inclusive dos órgãos municipais de controle social, lutando para vencer os entraves que enfraquecem o controle social, como as composições não paritárias entre sociedade civil organizada e governo; participação do cidadão facultada ao vínculo deste a uma organização social; falta de organização, conscientização e mobilização social por parte do governo.

Pois as políticas públicas como a merenda escolar objetivam a inclusão social, a equidade, e a cidadania, e são os cidadãos responsáveis por acompanhar e fiscalizar parte do processo de gestão da merenda escolar, essa participação via construir, implementar e fiscalizar as políticas públicas.

### **Considerações Finais**

As políticas públicas existentes no Brasil objetivam a inclusão social, a equidade, e a cidadania dos cidadãos, mediante a concessão de benefícios sociais e da participação. Faz-se necessário, porém capacitar o cidadão para o controle social, pois a falta desse na execução dessas políticas produz precariedade, distorções, desvio e má aplicação dos recursos públicos, promovendo assim, desigualdade social, falta de oportunidades, precarização dos serviços públicos, violação aos direitos sociais e humanos evidenciando as facetas da pobreza arraigadas em nossa sociedade.

788

Fazem parte das políticas públicas os programas (PNAE e PAA) que são responsáveis pelo fornecimento e aperfeiçoamento da merenda escolar. Ponderara-se também o controle sanitário de responsabilidade da (VISA e do S.I.M.), esses formam instrumentos de garantia da qualidade dos alimentos adquiridos pela PNAE e PAA, através da efetiva participação da sociedade civil nos processos de gestão da merenda escolar.

Assim, podem ser considerados entraves para o controle social: composições não paritárias entre sociedade civil organizada e governo; participação do cidadão facultada ao vínculo deste a uma organização social; falta de organização, conscientização e mobilização social por parte do governo; Entraves para o controle sanitário: precariedades técnicas e falta de acompanhamento dos órgãos de controle e sanidade nas aquisições dos produtos adquiridos para merenda escolar.

O conjunto dessas verificações está ancorado na percepção dos entraves do controle social realizado pelos conselheiros do CAE e COMSEA, e na precariedade do controle sanitário realizado pelas instituições sanitárias municipais VISA e S.I.M., que foram os instrumentos institucionais pesquisados em Juarina-TO. Baseado nos efeitos desses para





efetivação do direito humano de acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessária.

### Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.775/12**: Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. 04 de julho 2012.

\_\_\_\_\_**Lei nº 10.696**: de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. 2 de julho de 2003.

\_\_\_\_\_**Constituição da República Federativa do Brasil**: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 5 de outubro de 1988.

JUARINA. Lei Nº 13/09: “Cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE e dá outras providências”. 25 de jun. de 2009.

\_\_\_\_\_**Lei Nº 006/17**: “Dispõe sobre o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, e dá outras providências”. 14 de nov. de 2017.

BRANDÃO, Rodrigues Carlos. **O que é Educação**. Editora Brasiliense 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2011.

MENDES, Valdelaíne. **Democracia participativa e educação: a sociedade e os rumos da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBANIO, J. B. **Ideologia e Cidadania**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

TORRES, Carlos Alberto. Et al. **Educação e Democracia: a práxis de Paulo Freire em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2002.

Curso de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social - **Módulo I – Pobreza e Cidadania** – Alessandro Pizani e Walquiria Leão Rego;

COLEÇÃO OLHO VIVO, Cartilha controle social, Controladoria Geral da União, 2012, disponível Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/sobre/participacao-social>> - Acesso em: 12 de nov. de 2017, 09:45:57.

Políticas de Alimentação Escolar (BRASIL, 2006) - Lorena Gonçalves Chaves e Rafaela Ribeiro de Brito - Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12\\_pol\\_aliment\\_escol.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12_pol_aliment_escol.pdf)>- Acesso em 07 nov. de 2017, 14:25:40.

Wikipédia a enciclopédia livre – Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho\\_de\\_Alimenta%C3%A7%C3%A3o\\_Escolar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_de_Alimenta%C3%A7%C3%A3o_Escolar)> - Acesso em 17 nov. de 2017, 18:04:32







## OS POBRES, A EDUCAÇÃO E A ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Lohany Burjack Guimarães Bulhões  
Fabrício Carlos Zanin

**Resumo:** O estudo propõe identificar a contribuição do programa bolsa família na educação escolar de beneficiários. Para tanto, fez-se necessário refletir sobre o processo educacional brasileiro; a relação entre educação, pobreza e desigualdades sociais e o funcionamento do programa bolsa família. A investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, pautada em materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Foi possível perceber o efeito positivo que o programa bolsa família tem gerado na educação de beneficiários, como uma melhor progressão escolar, maior frequência escolar, menor probabilidade de repetência escolar e menor taxa de abandono escolar. Contudo, é preciso avançar para que se possa alcançar uma sociedade com menos pobreza, menos desigualdades e uma educação escolar de qualidade.

**Palavras-Chave:** Educação. Pobreza. Desigualdades. Programa Bolsa Família.

### Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa de transferência de renda brasileiro. Além da transferência de renda, o programa busca a inserção dos beneficiários nas políticas públicas, principalmente saúde, educação e assistência social. O presente estudo buscou identificar a contribuição do programa bolsa família na educação escolar de beneficiários.

Para isso, objetiva-se entender o processo educacional brasileiro, compreender a relação entre educação, pobreza e desigualdades sociais e compreender o funcionamento do programa bolsa família, em especial sua ligação com educação.

O PBF é um programa de transferência de renda condicionado. As condicionalidades do programa são uma forma de exigir, por um lado, do poder público, a oferta dos serviços de educação, saúde e assistência social, e de exigir, por outro lado, da família, o cumprimento dessas condicionalidades, no sentido de proporcionar à família o seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2017a). Sendo assim, como o programa bolsa família tem contribuído na educação escolar de beneficiários?

### Procedimentos metodológicos

O método utilizado neste estudo foi o dialético, o qual permite uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois tem como base de interpretação da mesma o contexto político, econômico, social e cultural, levando em consideração a totalidade e não fatos isolados (GIL, 2008). Este estudo definiu-se como uma pesquisa bibliográfica, pautada em





materiais já elaborados, como livros e artigos científicos, tendo como finalidade identificar a contribuição do programa bolsa família na educação escolar de beneficiários.

### Resultados e Discussão

A Constituição Federal de 1988 define, em seu artigo 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família a sua garantia, com o incentivo e a colaboração da sociedade, tendo em vista o desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a preparação para o mercado de trabalho.

O processo de ensino aprendizagem deve ser baseado nos princípios constitucionais seguintes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

791

Temos desenhado na Constituição Federal de 1988 uma política educacional pensada para todos, que traz a liberdade, a igualdade, o pluralismo de ideias, a valorização dos profissionais, a gestão democrática, a qualidade, como princípios para o seu planejamento e para a sua execução. Esses princípios devem fundamentar a política de educação, desde a gestão até a execução, para que de fato o usuário possa ter acesso à educação de qualidade.

Além da Constituição Federal de 1988, temos a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que assegura o direito à educação à sociedade brasileira. Essa lei traz em seu primeiro artigo a educação como conjunto de processos formativos que envolvem o contexto familiar, do trabalho, escolar, social e cultural, porém seu compromisso é regulamentar e disciplinar a educação escolar.

Sendo assim, percebe-se que o direito fundamental à educação está garantido na Constituição e nas leis de uma forma bem ampla e diversificada. No entanto, como principal problema da ciência jurídica e da hermenêutica jurídica, a luta é pela concretização e efetividade das leis e dos direitos de modo geral, na sociedade e, de modo específico, na vida de cada um dos sujeitos de direitos, de modo a que todos tenham uma vida digna e que a





educação atenda as necessidades da sociedade, levando em consideração as suas diferentes especificidades e modos de ensino-aprendizagem.

Entender a pobreza não é uma tarefa fácil, tendo em vista que ela envolve vários fatores, mas pode-se ter clareza de que ela está intimamente relacionada com a falta de acesso às necessidades básicas para a sobrevivência humana. A falta de acesso a essas necessidades básicas reflete nas desigualdades em seu amplo sentido (PINZANI E REGO, 2014).

Pinzani e Rego (2014, p.39) mostram que "a pobreza não é somente privação de dinheiro e recursos materiais, mas também privação de capacidades e não desenvolvimento de funções humanas importantes – o que redobra os efeitos lesantes da pobreza".

Portanto, na complexidade das relações entre pobreza, desigualdades e educação está a presença de uma relação estrutural que as envolve. Pensar em uma educação emancipadora é pensar em toda uma estrutura capitalista de relações e hierarquia em que a sociedade está envolvida.

O período em que se começa a instituir o Estado-Nação é marcado pela submissão de toda a sociedade a um mesmo sistema educativo, que por sua vez foi um sistema de imposição da cultura escolar dominante (LEITE, 2014). A partir de então, a discriminação e exclusão social apresentam mais força dentro do sistema educativo, tendo em vista que, todos que não se enquadravam ou enquadram na cultura dominante ficavam e ficam às "margens", exemplos são os negros, indígenas, mulheres, pobres (minorias). E diante disso as escolas passam a reproduzir essa situação de discriminação e exclusão social.

A tentativa de buscar mudanças veio por meio dos movimentos sociais que começaram a se instituir diante de uma sociedade com muitas desigualdades. A luta se instituiu e se instituiu em todas as esferas, para que se consiga legitimar os direitos que são de todos e não de uma pequena parte da sociedade.

Dessa forma, os movimentos sociais têm lutado por uma escola que reconheça seu público como titular de direitos, respeitando e considerando as diversidades e buscando a transformação social.

O PBF foi criado em 2003 por meio da Medida Provisória nº 132, que foi transformada na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. É um programa que funciona com a transferência direta de renda para as famílias em situação de extrema pobreza, atualmente, com renda per capita até R\$ 85,00, e de pobreza, atualmente, com renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 (BRASIL, 2017a).





O PBF é um programa que possui condicionalidades, uma delas é referente a área de educação. Para Craveiro e Ximenes (2013, p. 115) “o principal objetivo da condicionalidade de educação é apoiar a inclusão, permanência e progressão escolar de crianças de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza”. Dessa forma, percebe-se que o PBF está desenhado para um efetivo acompanhamento dos seus beneficiários, no intuito não somente de transferência de renda, mas, também, de possibilitar o acesso aos direitos de educação, saúde e assistência social.

Estudos e pesquisas foram realizados para avaliar os efeitos do PBF na educação. A pesquisa “Avaliação de Impacto do Bolsa Família - AIBF II”, foi realizada em 2009, pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - Sagi - juntamente com a Secretaria Nacional de Renda da Cidadania - SENARC, do MDS, em parceria com o Banco Mundial, para mensurar alguns impactos do PBF nas diferentes áreas envolvidas (JANNUZZI E PINTO, 2013).

No que diz respeito à educação, a pesquisa revela que crianças beneficiárias do Bolsa Família apresentaram progressão escolar da ordem de 6 pontos percentuais (p.p.) maior que crianças de mesmo perfil socioeconômico não beneficiárias. No Nordeste, o programa teria proporcionado um aumento significativo na frequência escolar das crianças beneficiárias, o que pode também ter contribuído para alguma redução do trabalho infantil, impacto captado marginalmente na pesquisa (JANNUZZI E PINTO, 2013, p. 184).

793

O Estudo: “O impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: uma análise de diferenças em diferenças a partir da PNAD”, foi realizado pelo INEP, no intuito avaliar o impacto do PBF na frequência escolar (BRASIL, 2011).

De acordo com esse estudo: o PBF contribuiu para elevar a frequência escolar dos beneficiários entre 1,8 e 4,0 pontos percentuais; por meio da condicionalidade na área de educação, o PBF contribuiu para a redução em 36% o percentual de crianças de 6 a 16 anos que não frequentavam a escola, passando de 8,4 % para 5,4%; contribuiu para a redução de 40% da parcela de crianças de 6 a 10 anos de idade fora da escola e redução de 30% para crianças e adolescentes de 11 a 16 anos.

Outro estudo foi: "Bolsa Família e Repetência: Resultados a partir do Cadúnico, Projeto Frequência e Censo Escolar", que foi realizado pelos autores Luís Felipe Batista de Oliveira e Sergei S. D. Soares (OLIVEIRA E SOARES, 2013), e trouxe como um dos resultados que a probabilidade de repetência é cerca de 11% menor para os alunos participantes do PBF; e ainda que o cumprimento das condicionalidades de frequência escolar







do PBF reduz em até 40% a chance de repetência comparada aos que não cumpriram a condicionalidade de frequência.

Dessa forma, percebe-se que a relação do PBF com a educação dos beneficiários tem se mostrado positiva, contribuindo com a permanência das crianças e adolescentes nas escolas, e assim, para um melhor desempenho nas atividades escolares propostas.

### Conclusão

Percebe-se que o direito à educação está garantido juridicamente de uma forma bem ampla e diversificada, porém que a dificuldade é a efetivação do que está nos textos na vida dos sujeitos num cenário de pobreza, desigualdades e reprodução de preconceitos e estereótipos pela própria escola.

É grande a complexidade de relações entre pobreza, desigualdades e educação, mas não é impossível construir uma educação emancipadora que leve em consideração as diversidades e diferenças sociais.

Pesquisas e estudos confirmam o efeito positivo que o programa bolsa família tem gerado na educação de beneficiários, como uma melhor progressão escolar, maior frequência escolar, menor probabilidade de repetência, menor taxa de abandono.

Ainda que o projeto educacional que temos estruturado hoje não atenda às necessidades de todos, percebe-se que o programa tem contribuído com a participação de crianças e adolescentes pobres e extremamente pobres na política de educação, o que pode ser considerado um pontapé inicial para a luta de transformação da política educacional, uma vez que parte dos sujeitos em situação de pobreza já está dentro do ambiente escolar, fomentando assim um projeto educacional que considere esse público em suas necessidades e diferenças.

É preciso lutar, quebrar paradigmas, ser forte, diante do que está posto, para que se possa alcançar uma sociedade com menos pobreza e desigualdades, alcançar uma educação que proporcione a construção de sujeitos e de conhecimento numa sociedade igual, justa e solidária.

### Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 26 jul. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 26 jul. 2017.





BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Na Medida**. Boletim de Estudos Educacionais do Inep, Ano3, Número 6, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/494037/Boletim+Na+Medida+-+N%C2%BA+6/284162ac-07d5-4ef2-a92c-f34ba9ee0cd3?version=1.4>>. Acesso em: 18 out. 2017.

CRAVEIRO, Célia Brandão Alvarenga; XIMENES, Daniel de Aquino. **Dez anos do Programa Bolsa Família: Desafios e Perspectivas para a Universalização da Educação Básica no Brasil**. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania/ organizadores: Tereza Campelo, Marcelo Côrtes Neri. Brasília. IPEA, 2013. p. 109-123

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandre Rodrigues. **Bolsa Família e seus Impactos nas Condições de Vida da População Brasileira: Uma Síntese dos Principais Achados da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família**. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania/ organizadores: Tereza Campelo, Marcelo Côrtes Neri. Brasília. IPEA, 2013. p. 179-192.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Módulo III - Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza**, 2014. Disponível em: < <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3/index.html> > Acesso em: 25 abri. 2017.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de.; SOARES, Sergei S. D. **O Impacto do Programa Bolsa Família Sobre a Repetência: Resultados a Partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escolar**. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. 1814 Texto para discussão. Brasília. 2013. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1814a.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1814a.pdf) > Acesso em: 19 out. 2017.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquíria Leão. **Módulo I - Pobreza e Cidadania**, 2014. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1/elemento.html>> Acesso em: 03 out. 2016

## REFLEXÕES SOBRE PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES NO CONTEXTO SOCIAL E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA- TO

**Luana Barros Mascarenhas**

**Resumo:** O presente estudo diz respeito às reflexões acerca do Programa Bolsa Família e suas contribuições para as famílias beneficiárias que vivem em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de compreender a sua relação com a escola quanto à frequência escolar e identificando os resultados da implantação desta política na sala de aula. Além disso, pretende-se compreender os principais desafios e implicações que envolvem este processo no contexto social do Município de Fátima-Tocantins, diante dos problemas sociais envolvendo a sociedade de uma forma geral, que vem lutando pela sua subsistência num cenário de desigualdades sociais evidente. Neste sentido, o problema identificado instiga um importante questionamento: de que forma os docentes e gestores escolares estão implicados nesse contexto? Partindo desse pressuposto supõe-se que a maneira mais adequada para os docentes atuarem nesta questão é promovendo uma educação de qualidade, no sentido de que os alunos possam usufruir o máximo dos direitos garantidos em lei. Trata-se, portanto, de uma importante reflexão para a concretização do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social visto que aborda questões relacionadas ao enfrentamento da pobreza e desigualdades sociais existentes na sociedade, através de um estudo voltado para a compreensão da questão na qual se realizou a pesquisa. A metodologia empregada é qualitativa e consistiu em utilizar como meio a discussão bibliográfica, juntamente





com análise documental de governo e de políticas educacionais locais. Assim, espera-se compreender como vem ocorrendo a política do referido programa e qual o seu impacto na vida das pessoas.

**Palavras-Chave:** Programa Bolsa Família, Contribuições, Educação, Desafios.

## Introdução

O tema definido para este estudo diz respeito às reflexões sobre o Programa Bolsa Família e suas contribuições no contexto social e educacional do município de Fátima-TO. Remete à compreensão acerca de como vem atuando a gestão do referido programa e quais os impactos no contexto da sociedade atual, sob o ponto de vista econômico, social e educacional, considerando as suas contribuições para as famílias beneficiárias do mesmo.

O objetivo central desta pesquisa consiste em refletir sobre o Programa Bolsa Família e suas contribuições no âmbito social, econômico e educacional para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social no Município de Fátima, Estado do Tocantins. Além disso, espera-se compreender a importância do Programa Bolsa Família para a frequência escolar, identificando os principais desafios existentes na escola para o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social, identificando os resultados desta política na sala de aula, bem como reconhecer o impacto na superação das vulnerabilidades do município em questão, fazendo uma reflexão acerca dos desafios e perspectivas do programa.

796

Considerando o contexto social, político econômico em que vive o Brasil nos dias atuais, percebe-se que são muitos os problemas existentes e neste sentido, muitas têm sido as ações que vem sendo desenvolvidas no sentido de minimizar os inúmeros problemas: tais como a pobreza e as desigualdades sociais. Assim, o Governo Federal por meio de políticas públicas voltadas para o enfrentamento destas situações, contribui de forma direta para a garantia da frequência escolar dos alunos e ainda uma alternativa de subsistência de inúmeras famílias brasileiras.

Neste sentido, compreendendo a problemática deste estudo, surge um importante questionamento: quais as principais contribuições do programa na vida das pessoas e de que forma os docentes e gestores escolares estão implicados nesse contexto? Diante disso, supõe-se que as estratégias mais oportunas para que educadores e gestores atuem como propulsores de uma educação de qualidade podem estar relacionadas à promoção de um ensino igualitário que venha a atender a todos os alunos, independente de sua classe social, econômica, étnica ou política.





A sociedade brasileira vem enfrentando uma avalanche de problemas sociais, desencadeados por uma gama de processos que envolvem a economia, a política, dentre outras situações que resultam num cenário de pobreza e desigualdades sociais. A esse respeito, buscou-se a realização de um estudo capaz de levar a reflexão acerca da implantação do Programa Bolsa Família e como tem sido a sua relação com a escola no Município de Fátima, Tocantins. Deste modo, justifica-se a realização desta pesquisa tendo em vista a necessidade de melhor compreender as implicações que este programa apresenta e quais os principais desafios encontrados no contexto escolar.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa realizou-se no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Fátima, Estado do Tocantins, especificamente envolvendo as escolas do Sistema Municipal de Ensino, bem como a área da Assistência Social, objetivando compreender os desafios e implicações do Programa Bolsa Família e sua relação com a educação no Município de Fátima-TO.

O estudo teve como base a pesquisa desenvolvida a partir de discussão bibliográfica, juntamente com análise documental de governo e de políticas educacionais, assim, optou-se por uma pesquisa qualitativa para o desenvolvimento desta pesquisa, pois segundo Ludke e André (1986, p.34), a grande vantagem dessa técnica “[...] é a de que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

797

Por meio da observação foi possível compreender melhor a realidade do município em questão, por meio de informações obtidas em documentos existentes que foram disponibilizados tanto pelas unidades escolares e pela equipe do “Projeto Presença<sup>33</sup>” da Secretaria Municipal de Educação, como pelos servidores que atuam na Assistência Social, que teve como finalidade precípua a averiguação do funcionamento do PBF, a relação com a escola e com as famílias vinculadas ao mesmo, bem como suas contribuições e resultados no contexto escolar dos alunos beneficiados.

Os acessos às fontes de pesquisa ocorreram por meio de autorização da gestora da

---

33 O projeto Presença foi criado em 2005 pelo governo federal, através do Ministério da Educação para dar mais aperfeiçoamento na coleta de informações do censo escolar, que é feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep. O projeto basicamente tem o objetivo de acompanhar o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, tanto as públicas como as privadas. O programa foi criado pelo governo federal, por meio do Ministério da Educação, mas envolve também os Estados e os municípios. (Disponível em <http://calendariobolsafamilia2015.com.br/projeto-presenca/>)







pasta da Secretaria Municipal de Educação, bem como pela Secretária Municipal de Assistência Social. Assim, tal pesquisa permitiu conhecer informações essenciais ao entendimento da questão, complementadas por reflexões acerca das políticas públicas existentes e sua interferência na educação como meio de superação da pobreza no contexto atual.

### Resultados e Discussão

No âmbito do Município de Fátima-TO, conforme o relatório supracitado, no sistema do Cadastro Único o total de famílias inscritas até o mês de junho de 2017 era de 819, dentre as quais 279 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00 e 82 famílias com renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00. Desse total, 252 possuem renda per capita familiar entre 170,01 e meio salário mínimo e 206 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

São famílias que residem em sua maioria nas periferias da cidade e zona rural e muitas delas dependem única e exclusivamente do benefício concedido por este programa. Entende-se que tal dependência é fruto de uma gama de fatores, como baixa escolaridade, poucas oportunidades de emprego na cidade, o que faz com que muitas famílias vivam em condições de extrema pobreza. Este cenário, como é de midiaticado, é comum em todas as regiões do país, tendo em vista o elevado índice de desigualdade social e pobreza no Brasil.

798

Neste sentido, é importante salientar que apesar do país não ser pobre, visto que as riquezas produzidas o tornariam um país com capacidade de ter uma grande economia, o que segundo o INESC<sup>34</sup> o Brasil é um dos maiores exportadores de riquezas naturais, no entanto, ocorre que a ineficácia da gestão dos governos, que não administram de forma competente, bem como as práticas corruptas e injustiças desencadearam numa crise econômica, gerando cada vez mais desemprego, pobreza e desigualdades sociais.

Além disso, ainda segundo dados coletados do Sistema do Cadastro Único referente a essa municipalidade, o programa supracitado transfere de forma condicionada renda que beneficia muitas famílias pobres e extremamente pobres inscritas. Em Fátima, foram beneficiadas somente no mês de julho de 2017, 329 famílias, representando uma cobertura de 81% da estimativa de famílias pobres no município.

As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 171,12 e o valor total transferido pelo governo federal em benefício às que são atendidas alcançou R\$ 59.297,00 no

<sup>34</sup> O Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, criado em 1979, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública.





mês de julho. Mesmo que para muitas pessoas isso represente um número insignificante, o que se observa é que muitas famílias dependem exclusivamente dessa renda para a sobrevivência, o que remete à reflexão: o programa contribui de fato ou – como muitos consideram – é um gasto desnecessário? Sem dúvida é uma questão tema de debates diversos.

Em relação às condicionalidades, segundo os dados do Relatório 2017 de Informações Sociais do sistema do Cadastro Único da gestão do Programa no Município de Fátima-TO, o acompanhamento da frequência escolar, com base em março de 2017, atingiu o percentual de 93,3%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade, o que equivale a 321 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 344. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 93,3%, resultando em 56 jovens acompanhados de um total de 60 alunos. Já o acompanhamento da saúde das famílias, conforme os dados do referido relatório, na vigência de dezembro de 2016, atingiu 88,6 %, o equivale a 256 famílias de um total de 289 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

O benefício contribui de forma significativa na inserção na escola de crianças em situação de vulnerabilidade social residentes no Município de Fátima que, sem a existência de tal benefício, poderiam evadir-se da escola sem menor compromisso e perderem assim, a oportunidade de ter acesso à escola e conseqüentemente, atuar de forma qualificada no mercado de trabalho.

Deste modo, o PBF possibilita a permanência dessas crianças na escola, para que elas possam desenvolver competências e adquirir conhecimentos necessários para a conquista de trabalhos qualificados e melhor remunerados no mercado de trabalho minimizando com isso a situação de pobreza.

Nota-se que por meio do programa, as famílias fatimenses puderam não apenas ter a oportunidade de ampliar sua renda e assim garantir uma fonte de recursos para suprir suas necessidades básicas, mas, além disso, as famílias puderam ter acesso a uma educação de qualidade, a ter serviços essenciais de saúde e assistência social. Tais oportunidades são de grande importância e contribuem para a inserção social dessas pessoas que outrora viviam em condições de exclusão.

O empoderamento social abre caminhos para que a sociedade seja mais democrática, de modo que seus membros tenham oportunidades e construam novas perspectivas de vida.





No município de Fátima, o que se tem observado é que através do programa, muitas famílias puderam se reestruturar e até mesmo desenvolver alternativas de geração de renda.

Além disso, muitas crianças e adolescentes têm a garantia de acompanhamento de saúde, educação, assistência social, passando a serem assistidas cotidianamente, contribuindo é claro para que possam usufruir de direitos mínimos garantidos pela constituição brasileira, ultrapassando a mera distribuição de renda, evoluindo para a emancipação das famílias, o que sem dúvida, passa a ser talvez o fator de maior relevância da implantação do programa.

Mediante dados do Relatório da Frequência Escolar do Município de Fátima, bem como informações da Secretaria Municipal de Assistência Social, as políticas sociais de enfrentamento à pobreza na localidade em questão traduzem-se como um mecanismo de redução da evasão escolar, bem como incentiva a geração de renda e este impacto gerado na sociedade permite que muitos aprendam a administrar seu dinheiro, bem como a forma de planejar os gastos, a decisão daquilo que é prioritário, fortalecendo com isso a autonomia das pessoas em sua vivência diária.

Segundo os dados obtidos nas instâncias da área social, o impacto das ações do referido programa no município trouxe uma estabilidade financeira para muitas famílias que não tinham nenhum outro tipo de fonte de renda, vivendo em condições extremas de necessidades básicas, com o benefício do programa, passaram a ter a garantia de alimentação e outros itens necessários para viver em melhores condições.

Além disso, como se observou, ao ter a garantia de receber mensalmente uma ajuda financeira, passam a consumir mais alimentos, roupas, calçados, materiais escolares e com isso circula o capital dentro da cidade contribuindo para ampliar a arrecadação no âmbito municipal, melhorando é claro a economia dentro do município.

Outro ponto importante, é que muitas famílias passaram a priorizar o ensino e a saúde dos filhos, mesmo que seja pela exigência do programa, porém, resulta em benefício diretamente às crianças e adolescentes e, paulatinamente melhora a vivência de um modo geral dessas famílias. É claro que o impacto do programa é evidente, contudo, é válido ressaltar a necessidade de buscar a emancipação, no sentido de encontrar mecanismos para gerar sustento e autonomia financeira.





### Considerações Finais

Ao término desta pesquisa, algumas concepções tornaram-se mais claras, isso porque por meio das leituras e reflexões, obteve-se uma ideia mais aprofundada com relação ao tema, permitindo um posicionamento crítico diante da situação apresentada.

Analisando a realidade atual da gestão do Programa Bolsa Família, algumas reflexões vêm à tona. Uma delas é a de que muitos brasileiros vivem em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social e dependem exclusivamente do benefício do programa para a sua subsistência. Esta é uma questão que merece discussão e uma atenção especial, visto a importância da construção da autonomia dessas famílias.

Além disso, é importante considerar a importância do programa na vida de muitas pessoas, enquanto muitos consideram um desperdício de dinheiro público, sabe-se que este é para muitas pessoas, a única fonte de renda para a sua sobrevivência. É essencial discutir este assunto, no sentido de compreender os benefícios que o programa oferece e como tem influenciado na ampliação dos registros de frequência escolar e acompanhamento da saúde de muitas famílias.

A realização desta pesquisa possibilitou a compreensão da estreita relação que existe entre o programa Bolsa Família e a educação, que diz respeito à garantia do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, isso porque, através das exigências do mesmo, os alunos têm ampliada a oportunidade de frequentar a escola e paulatinamente serem inseridos na sociedade. Contudo, o que se observou é que a escola tem um papel de grande importância neste processo, ou seja, o de promover um ensino de qualidade para todos os que a frequentam, de modo que os saberes adquiridos sejam inovadores, significativos e venham fazer a diferença na qualidade de vida desses pequenos cidadãos.

Ao término deste estudo, tornaram-se notórios os principais desafios enfrentados pelo Município de Fátima no enfrentamento à pobreza, que podem ser resumidos na inserção das famílias beneficiárias do programa na sociedade de modo a que tenham acesso ao mínimo dos direitos garantidos pela lei, como saúde, educação de qualidade e uma vida digna em sociedade. Tais desafios têm sido encarados com seriedade pelas equipes municipais que atuam em regime de parceria entre os diferentes setores da sociedade fatimense.

### Referências

AGUIAR, M.; ARAÚJO, C.H. **Bolsa-Escola: Educação para enfrentar a pobreza**. Brasília: UNESCO, nov. 2002, p 152. Disponível em: . <http://unesdoc.unesco.org/images/>> Acesso em 28 de Abril de 2017.







ARROYO, Miguel G. Módulo Introdutório - **POBREZA, DESIGUALDADES E EDUCAÇÃO**. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. SECADI, Ministério da Educação, 2012. Disponível em < <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>> Acesso em 28 de Abril de 2017.

BICHR, Renata Mirandola. **O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda**. Revista Scielo. Novos estud. - CEBRAP no.87 São Paulo July 2010. Disponível em < <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>> Acesso em 25 de Outubro de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências**. Legislação citada anexada pela coordenação de Estudos Legislativos – CEDI, Brasília, D.F., 9 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. **Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências**.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de julho de 1990. **Institui Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Legislação Federal. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 28 de Abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**).

\_\_\_\_\_. Controladoria Geral da União. **Programa Bolsa Família – Orientações para acompanhamento das ações do Programa Bolsa Família**. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. Coleção Olho Vivo, Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. LEI N 9394/96. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Setembro de 1996. Editora do Brasil.

BONETI, L. W. **Políticas públicas**, 2007.

COHN, A. **Políticas sociais e pobreza no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas**. nº 12, jun./dez. 1995. Brasília.

PIRES, André. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

LOFRANO, Rodrigo. **Desafios e Perspectivas do PBF**. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, Brasil, 2015.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana Da Estratégia. **“Fome Zero” ao Plano “Brasil sem Miséria” elementos da seguridade social no Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://www.ibase.br/proj-fomezero>>. Acesso em 12 set. 2017.

OLIVEIRA, D. A . **A centralidade na Educação Básica**. In: \_\_\_\_\_. Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000. p.10 4-187.

SANT’ANNA, Ilza Martins; MENEGOLLA, Maximiliano. **Didática: aprender a ensinar**. Edções Loyola, 2002. p 126.

COAN, Marival . 2012. **A educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo**. Disponível em <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Trabalho\\_e\\_Educacao/Trabalho/09\\_20\\_00\\_27\\_80-6586-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Trabalho_e_Educacao/Trabalho/09_20_00_27_80-6586-1-PB.pdf)> Acesso em 20 de Setembro de 2017.





LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar, políticas, estruturas e organização**. 2 ed. SP: Cortez, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL: Disponível em: < <https://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>> Acesso em 28 de Abril de 2017.

MONIZE, Paula. **Programa Bolsa Família: Contribuições para a redução da pobreza e distribuição de rendimentos**. Riachaonet, 19 de Junho de 2015. Disponível em < <http://www.riachaonet.com.br/artigo-programa-bolsa-familia-contribicoes-para-a-reducao-da-pobreza-e-distribuicao-de-rendimentos/>> Acesso em 24 de outubro de 2017.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 249 p.

SILVA, BRANDÃO, DALT. **Educação e Pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade Federal Fluminense, 2008.

SOUZA, Ângela Silva de. **O Programa Bolsa Família e sua relação com a escola**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR, 2015.

## O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL SETOR SUL

Lúcia Alves da Silva

**Resumo:** Este artigo propõe uma reflexão sobre o papel da escola na formação para a cidadania e a democracia. O trabalho articulado entre escola e comunidade fundamenta-se na importância de projetos pedagógicos desenvolvidos a partir da problematização da realidade dos discentes, favorecendo a construção de significados e da consciência crítica daqueles que integram o sistema educacional da Escola Estadual Setor Sul.

803

**Palavras-chave:** Cidadania; Democracia; Escola.

### Introdução

Este artigo busca apontar o papel da escola na formação da cidadania e na disseminação dos direitos humanos, fazendo-se necessário refletir sobre a escola, a educação através da ação do docente no processo de ensino-aprendizagem, o papel social da escola, o currículo, a formação docente, a proposta pedagógica e a avaliação, tendo como pressuposto teórico o educador Paulo Freire (1996).

Segundo Freire, não percebemos que, aprendendo socialmente, homens e mulheres descobriram que é possível ensinar, fazendo, portanto, a seguinte referência:

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação. (FREIRE, 2002, p.49)





Os projetos político-pedagógicos das escolas na atualidade entendem que ela teria uma função social imprescindível: a construção de uma sociedade que possa proporcionar a participação dos indivíduos em sua existência, sendo eles sujeitos de direitos e deveres, participando ativamente da realidade que se é construída historicamente. Desta maneira, a preparação para a cidadania e o trabalho, e também a função social da escola, consiste em formar seus alunos para conviverem harmoniosamente numa cultura de diversidades e direitos.

### Procedimentos Metodológicos

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico por intermédio de livros, dissertações e teses que defendem participação da escola na formação do senso crítico e reflexivo de seus educandos, o levantamento de dados se realizou por meio de um questionário aplicado ao corpo docente da Escola Estadual Setor Sul.

### Resultados e Discussão

Esta pesquisa foi realizada para apontar o papel da escola na formação da cidadania e na disseminação dos direitos humanos, a pesquisa foi realizada na Escola Estadual Setor Sul, segue abaixo dados coletados através de um questionário aplicado num universo de 40 professores, os quais apenas 23 professores responderam ao questionário aplicado:

804

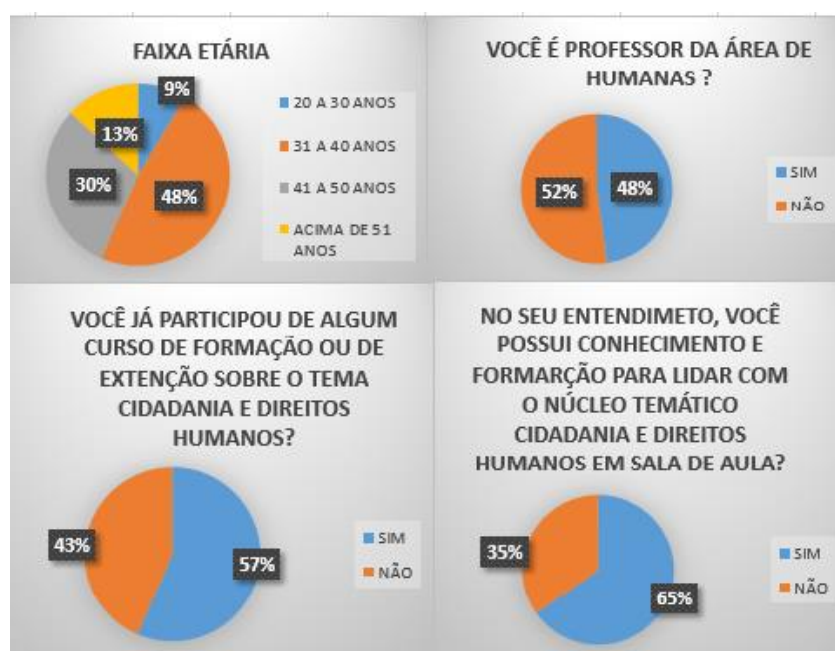


Figura 1: faixa etária, professor de humanas, curso de formação, possui formação

Os dados contidos na figura 1 revelam que os respondentes da pesquisa em sua maioria, tem de 31 a 40 anos, seguidos por outras faixas etárias, há um equilíbrio entre os







respondentes, sendo que 52% não lecionam disciplinas correspondentes as áreas humanas, é possível constatar que 65% dos respondentes, possuem formação e conhecimento para abordar temas relacionados a cidadania e direitos humanos e 57% dos respondentes afirmam que já participaram de algum curso sobre a temática de cidadania e direitos humanos.

Na figura 2, 65% dos respondentes afirmam que abordam o tema direitos humanos em suas aulas, porém 65% afirmaram que a temática não consta na ementa da disciplina, 83% dos respondentes afirmam que são orientados a debater a questão étnico-racial em sala de aula, e 100% afirmam que o dia Nacional da Consciência Negra é celebrado na escola.

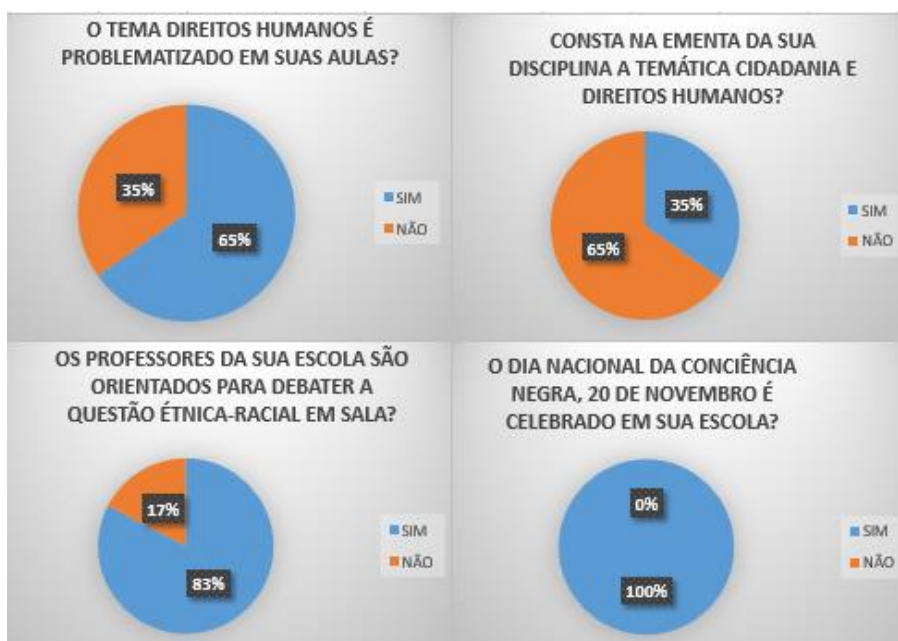


Figura 2: Tema problematizado em sala, tema da disciplina, debate étnico-racial, dia da consciência negra.



Figura 3: Projetos voltados para a temática, disciplina específica.







Na figura 3, 87% dos respondentes afirmam que a escola desenvolve projetos voltados para cidadania e direitos humanos, e 65% dos respondentes enxergam a necessidade de uma disciplina exclusiva para tratar do tema Cidadania e Direitos Humanos.

### Considerações Finais ou Conclusão

É possível ter uma visão geral da pesquisa, que aponta que se faz necessário que os professores que não lecionam na área de humanas, insiram de alguma forma a temática em suas aulas, e também que hajam cursos de capacitação para que os profissionais se sintam seguros para abordar o tema, e tenham 100% do quadro capacitado, após a pesquisa também observa-se que na ementa de muitas disciplinas o tema não é abordado, fazendo com que não haja necessidade do professor trabalhá-lo em sala, porém a maioria dos respondentes afirmaram que abordam o tema direitos humanos em sala, e que a escola possui projetos voltados para o tema e apoiam a necessidade da criação de uma disciplina voltada para a construção da cidadania e a disseminação dos direitos humanos, dando a entender que o professor, como semeador do saber, entende que todos devem conhecer seus direitos e deveres e exercer a cidadania com ética e responsabilidade.

### Referências

- ARNAUD, André-Jean. **Dicionário Enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2017
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal:Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e B**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- CANDAUI, Vera Maria Ferrão. **DIREITO À EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012. Disponível em <http://www.educacional.com.br/reportagens/20AnosConstituicao/cidada.asp>. Acesso em 02.nov.2017
- CASTRO.S.A. **Direitos humanos: da inserção temática ao cotidiano escolar**. Uberaba, 2013. Disponível em < <http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000252481.pdf> > acesso em 03.nov.2017.
- COMPARATO, Fábio. **Para Viver a Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre cidadania e modernidade**. Revista Àgora – Políticas públicas e Serviço Social, Ano. 2, Vol.3, dez. 2005. Disponível em: [www.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc](http://www.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc). Acesso em 03.nov.2017.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: editora brasiliense, 2006;





**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.** Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)> acesso em 03.nov.2017.

FERNANDES. A.V.M. **Educação e direitos humanos: desafios para escola contemporânea.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em 03.nov.2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt.** Estudos Avançados, v. 11, n. 30, São Paulo, maio/ago. 1997. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40141997000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40141997000200005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 02 nov. 2017.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direitos Humanos e Conflitos Armados.** Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1997.

ORANI. P. V. **Direitos humanos na educação infantil: algumas reflexões.** Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 8, n.2, p. 186-195, 2008. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/208/185>> acesso em 03.nov.2017.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Planejamento Estratégico Institucional.** Fonte: <https://central3.to.gov.br/arquivo/240122/>. Acesso em 01 de novembro de 2017, às 01h19min.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). **História da Cidadania.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 591p.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). **História da Cidadania.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.





## O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REDUÇÃO DA POBREZA: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL - UM ESTUDO SOBRE UMA FAMÍLIA EM ARRAIAS - TO

Luciana Pereira de Moura

Silvia Adriane Tavares de Moura

**RESUMO:** Este artigo apresenta um estudo sobre a história e importância do programa Bolsa Família para a redução da pobreza e distribuição de renda. Para tanto, pretende-se apresentar avanços e retrocessos com relação ao programa Bolsa Família e suas condições dentro de uma família beneficiária do município de Arraias -TO. Compreendendo como o Programa Bolsa Família e suas políticas compensatórias estão de fato contribuindo para a redução da pobreza e inclusão, como enfatiza os autores (SILVA, 2016), (COHN,1995), (REGO e PIZANI, 2013). O Bolsa Família é um programa de bem-estar social desenvolvido pelo Governo Federal Brasileiro desde 2003 como integrante do programa Fome Zero. Ele consiste na ajuda financeira às famílias pobres e indigentes do país, com algumas condições, que vai de que os pais mantenham seus filhos na escola e também preocupem um pouco mais com saúde dos mesmos. Como caminho metodológico de abordagem qualitativa, realizou-se um estudo de caso, tendo como instrumento o levantamento sobre a situação econômica da família pesquisada antes e depois do Programa Bolsa Família, verificando com a família conhecimentos sobre o Programa, em que o mesmo garanta sua permanência para receber o benefício. Como resultados percebemos que o Programa Bolsa Família de fato tem uma política bem elaborada para atender as famílias em situação de pobreza, mas diante os fatos encontrados na pesquisa ainda faltam muito conhecimentos a serem repassados as famílias atendidas, principalmente quanto as condicionalidades e permanência no programa.

**PALAVRAS CHAVES:** Bolsa Família; inclusão e educação.

### Introdução

O presente artigo busca analisar como a criação do Programa Bolsa Família vem demonstrando uma preocupação dos governantes em conseguir proporcionar a população em situação de pobreza, mas percebemos que muitas famílias ainda não conseguiram se apropriarem de forma a garantir sua qualidade de vida devida muitas acomodações. Por isso que o presente trabalho pretendo fazer uma analisa sobre os impactos do programa bolsa na redução da pobreza e da mesma forma verificar e inclusão social das famílias a partir do momento que passaram a receber o benefício, em especifico uma família moradora na cidade de Arraias - TO.

808

Este projeto partiu da necessidade de ser saber se o Programa “Bolsa Família” estar atingindo, atualmente, o número desejado de famílias; e se a família beneficiada em pesquisa está sendo de fato acomodadas como muitos dizem, o que mudou antes e depois com a família pesquisada a partir do momento que passou a receber o benefício? A família em estudo conhece realmente todas as regras do programa? Procura cumprir todas as regras para não perder o benefício? E o que mudou com relação a socialização dessa família na sociedade nos fatores educação e direitos humanos?

Em estudos com a autora (SILVA, 2016) desde 2002 já havia no Brasil uma multitude de programas sociais que já beneficiavam cerca de 5 milhões de famílias, através,





entre outros, de programas como o Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação, Auxílio Gás, vinculado ao Ministério de Minas e Energia e o Cartão Alimentação, vinculado ao Ministério da Saúde, cada um desses geridos por administrações burocráticas diferentes (silva, 2016 p.25).

Segundo a autora (SILVA, 2016), o Brasil vivia naquele momento uma de suas piores crises e a preocupação do governo era em combater a fome, então desde que foi criado, em 2003, o Bolsa Família cresceu muito, de pouco mais de 3 milhões de famílias para cerca de 14 milhões, número estável desde 2012. Para a autora ainda havia outras preocupações que era de transformar ou seja unificar os programas para que seus diagnósticos obtivessem melhores resultados, e foi através da Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, assinada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Bolsa Família é oficialmente criado.

Fazendo uma comparação de uma família na cidade de Arraias TO, se realmente o programa Bolsa Família tem surgido como forma de inclusão social. Para que tais objetivos fossem alcançados e contemplados no processo da pesquisa, foi feita a escolha pelo método materialista histórico dialético, o qual possibilitou um melhor entendimento do material coletado, tendo em vista que, optamos pela pesquisa bibliográfica e documental, sendo a abordagem qualitativa.

809

Recomenda-se que o trabalho esteja estruturado com: Introdução; Procedimentos Metodológicos; Resultados e Discussão; Considerações Finais ou Conclusões; Referências (de acordo as normas da ABNT). Esses subtítulos podem ser substituídos por outros de acordo com a temática do Artigo Científico ou do Relato de Experiência.

### **Procedimentos Metodológicos**

Optou-se por realizar uma pesquisa cujo caminho metodológico é a abordagem qualitativa, seguida de estudo de caso de uma família atendida pelo Programa Bolsa Família. Segundo a interpretação em (LAKATOS, 2003) é dos fenômenos básicos no processo de pesquisa qualitativa. O ambiente deve ser natural, os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. Para a pesquisa qualitativa não é traduzida em números, na qual pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador.

Como caminho metodológico de abordagem qualitativa, realizou-se um estudo de caso, tendo como instrumento o levantamento sobre a situação econômica da família pesquisada antes e depois do Programa Bolsa Família, verificando com a família







conhecimentos sobre o Programa, em que o mesmo garanta sua permanência para receber o benefício.

A pesquisa foi estudada em duas etapas: revisão bibliográfica com autores renomados sobre o assunto e através de coleta de dados com aplicação de questionário com perguntas prontas e relatos escritos pelos membros da família (LAKATOS 2003, p 2001). Sendo que questionário abrangerá questões relacionadas à aplicação do benefício, o perfil das famílias beneficiárias, se estas são participantes do mercado de trabalho, se as condicionalidades estão sendo cumpridas.

### Resultados e Discussão

Apesar de seu objetivo central ser o combate à pobreza e à fome, o Programa Bolsa Família é uma política complexa, que integra a distribuição de renda com o estímulo ao acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social através da cobrança das condicionalidades, promovendo, a complementariedade e a sinergia das ações sociais do poder público.

Com tudo, o Programa Bolsa Família tem uma representação positiva para as famílias que o recebem. Através de conversas informais com a família beneficiária, tentamos compreender o que elas conheciam sobre o funcionamento do PBF, como se sentiam diante do fato de receberem um dinheiro todo mês do “governo”, não fruto de um trabalho, além de investigar a interação dos beneficiários com o Programa Bolsa Família na sociedade. A mãe pesquisada em conversa relatou que, antes desse programa, não tinha condição de comprar ao menos uma fruta para melhorar a alimentação dos seus filhos, não chegava a comprar roupas com frequências para seus filhos. Agora, ela garante mensalmente compras para os filhos, onde também mantem os materiais escolares sempre em dia, conforme a solicitação da escola.

A família pesquisada é origem da zona rural, e terá como referência um nome fictício, respeitando a ética própria ética de uma pesquisa acadêmica, antes de receber o benefício do Programa Bolsa Família, tinha uma vida meio que sem sentido, segundo a dona Maria, não tinha preocupação com a saúde e educação dos filhos, morava na zona rural e viva apenas das plantações que fazia junto com seu marido.

Depois que passou a receber o benefício muita coisa mudou na vida da família, para ela os filhos não poderiam mais faltar às aulas que já tinha medo de perder o benefício. Atualmente está morando na cidade, segundo relatos com a mãe, ela teve que vir para cidade devido às dificuldades de seus filhos terem acesso à escola, na fazenda não tem escola que





atende a série dos meninos, sem falar que uma das dificuldades maiores é a condução de transportes até a cidade. No povoado onde mora a maioria das famílias tiveram que mudar para cidade devido o transporte escolar dos alunos, tendo um custo de vida bem mais caro.

Pude constatar que a fala em entrevista traduzem uma vida perpassada por inúmeras dificuldades, “amenizadas” pela realização de trabalhos precarizados. Mas não podemos negar sua importância para aqueles que não têm condições de se inserir no mercado de trabalho e não podem esperar por mudanças em longo prazo que, há anos, são discutidas e prometidas aos segmentos mais pobres da população brasileira. Ser contra a ideia da transferência de renda, nos dias atuais, é, no mínimo, um ato insensato, uma vez que seria deixar inúmeras famílias na extrema pobreza, sem alternativas de condições mínimas de sobrevivência.

Para tanto, o Programa Bolsa Família precisa existir enquanto Política Social de redistribuição de renda e não apenas na distribuição da renda sob a forma de dinheiro sem articulação com políticas de geração de emprego e renda, que promova autonomia e emancipação as famílias. O que vimos infelizmente, é uma população mais vulnerável que passa a se identificar como dependentes de programas e não como sujeitos em busca de mudanças. Os jovens já crescem atrelados a uma subordinação de obrigações relativas ao benefício, para eles enquanto a mãe estiver recebendo eles não precisam trabalhar.

811

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Diante do estudo realizado, percebe-se que programa Bolsa Família é visto pelos autores em estudo como política de urgência moral, que dá condições mínimas para o desenvolvimento ético e político. Considerando as opiniões, avaliações e sentimentos da família beneficiária percebe que programa foi relevante no processo de avaliação de uma política pública, tanto porque permite tomar conhecimento sobre alguns efeitos gerados, tais como cidadania, justiça social e direitos envolvidos no processo de criação e implementação de projetos de intervenção social. Para dona Maria o Programa é compreendido não em termos de políticas sociais, mas como uma ajuda, a qual, em muitos casos, não foi preciso fazer nada para receber.

Por fim, observando o Programa Bolsa família, mais de perto e pelo olhar daquela que recebe, é possível identificar efeitos positivos relacionados, em grande parte, com o alívio da pobreza que o acréscimo de uma renda mensal extra e “certa” traz para a família. Certamente, porém não será um programa social de transferência de renda que isoladamente





resolverá todos os problemas relacionados a fome, mas até agora, foi o único que conseguiu fazer com que as pessoas sentissem que são iguais.

### Referências

ARROYO, Miguel G. **Pobreza, Desigualdades e Educação**. Módulo Introdutório. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf> acesso em: 2016.

COHN, A. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Planejamento e Políticas públicas nº 12, jun./dez. Brasília, 1995.

KLEIN, C. A **produção da maternidade no Programa Bolsa Família**. Estudos Feministas, Florianópolis, 2005.

LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**. Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica** 6ª edição. São Paulo editora Atlas – 2005.

MARCONI E LAKATOS, **Fundamentos de Metodologia Científica** 5ª edição. Marina de Andrade Marconi Eva Maria Lakatos: São Paulo editora Atlas – 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, **O Bolsa Família: verso e reverso**. Campinas: papel Social, 2016.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Bolsa Família**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa\\_Fam%C3%ADlia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa_Fam%C3%ADlia) acesso em: 20/07/2017 as 10:30hs

812

## GESTÃO EDUCACIONAL E POBREZA: UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM ARAGUAÍNA (TO)<sup>35</sup>

Lucielly Tavares Babugen Reis

Rubens Martins da Silva

**Resumo:** O presente artigo analisa as contribuições da Gestão Educacional na relação entre a pobreza e educação, tendo como recorte um estudo sobre beneficiários do Programa Bolsa Família. O artigo foi elaborado com base na metodologia de investigação qualitativa. Para tanto, o processo metodológico resultou da realização de entrevistas, análise de documentos pedagógicos e análise da gestão educacional de um Centro de Educação Infantil de Araguaína (TO). A investigação sobre a pobreza e a educação revelam aspectos de ambiguidade num Brasil economicamente instável. Isso ocorre porque a pobreza também está presente no seio da escola. No entanto, ela não discute sob a perspectiva de se reverter os principais indicadores. Neste artigo refletiremos como a escola, através da gestão educacional, pode contribuir para que entendamos a pobreza dentro das escolas, analisando o contexto social, econômico, cultural e educacional dos alunos atendidos pelo Programa Bolsa Família.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Gestão Educacional. Programa Bolsa Família.

<sup>35</sup> Artigo apresentado à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Pós-Graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT).





## Introdução

O contexto econômico denota que apenas uma parte da humanidade reconhece a presença da pobreza em todos os lugares. Por isso, vários órgãos criam e reformulam leis, políticas públicas, programas de transferência de renda como o PBF, antes chamado de Bolsa Escola, visando à erradicação da pobreza. Entretanto, há uma pequena parte da sociedade brasileira reconhecedora de que nem todos os que vivem na pobreza estão nestas condições pelo próprio querer ou pela falta de esforço.

É fato que, na maioria das vezes, a pobreza faz parte da vida de pessoas cheias de sonhos, valentes e corajosas e empenhadas em dar o melhor à família. Porém, lhes faltam oportunidades de trabalho nos mais diversos eixos. Há os casos das famílias que não têm com quem deixar os filhos pequenos para irem trabalhar. As creches existentes não atendem as demandas das comunidades. Além disso, encontram-se distantes do local em que as famílias carentes residem. Os casos de pobreza quase sempre se acentuam em razão da falta de oportunidades de trabalho e de mão-de-obra qualificada, ou seja, sem preparo para o mercado de trabalho.

Numa linha de enfrentamento, o programa de transferência de renda – Programa Bolsa Família – se apresenta como uma chave de partida para que esse ciclo seja quebrado. Na linha pedagógica, esse programa exige que seus beneficiários apresentem dois pontos de avanço: a qualidade da frequência escolar e do desempenho na aprendizagem. Com isso, as condições de pobreza tendem a tomar novos rumos, ou seja, a superação.

Na perspectiva de uma reflexão que dê contribuição ao enfrentamento da pobreza, a questão-problema deste artigo concentra-se na seguinte investigação: de que forma a escola pode lidar com crianças e adolescentes que apresentam situações de sofrimento em razão da privação de acesso aos bens básicos e necessários para uma vida digna? Especificamente, como a gestão educacional pode intervir no processo ensino e aprendizagem dos beneficiários do Bolsa Família?

As respostas às questões apresentadas jamais se apresentarão prontas. Nesse sentido, parte-se da hipótese de que a gestão educacional, principalmente da rede pública de ensino, tem um excelente espaço de contribuição em razão das possibilidades de pensar práticas educacionais envolvendo o currículo, por exemplo, para que os beneficiários do PBF sejam percebidos nos espaços de estudo através de um olhar mais sensível e minucioso, e com maior atenção nas atividades reveladoras das experiências sobre a pobreza.







Através deste estudo será possível compreender as condições necessárias para a diminuição do nível de pobreza ou de amenizar o sofrimento de crianças e jovens. Para tanto, a gestão educacional, é responsável por pensar a implantação de novas práticas pedagógicas que reflitam sobre a educação e a desigualdade social, inclusive através do levantamento específico de metas e políticas públicas que atendam às necessidades da comunidade escolar.

Em detalhes, o trabalho está organizado em três partes. Num primeiro momento discute-se a pobreza de forma categórica, mostrando os contextos em que ela está presente, abrindo mão dos discursos sociais que permeiam o tema. A segunda parte concentra-se numa discussão sobre a influência da gestão educacional através das práticas pedagógicas para a difusão da relação entre escola e pobreza, tendo como base principal as concepções teóricas de (LEITE, [2014?]). Os dados colhidos evidenciam as discussões da terceira parte, a qual apresenta uma análise sobre a pobreza em relação às teorias que a norteiam e que a evidenciam como elemento de enfrentamento pela gestão educacional.

As discussões conclusivas deste artigo evidenciam que a pobreza exige um olhar mais sensível e minucioso dentro das escolas. Para tanto, as discussões apresentadas esclarecem que a sociedade, as escolas e principalmente a gestão educacional detém condições de superação ou de amenização do sofrimento de crianças, adolescentes e jovens envolvidos no ciclo da pobreza.

814

### **Procedimentos Metodológicos**

Quanto aos processos metodológicos para a realização deste artigo foi escolhido o método qualitativo. Dessa forma foram coletados dados e informações relevantes através de observações, diálogos, participação em reuniões com o corpo docente e/ou direção e comunidade e análise de documentos como PPP da referida instituição escolar pública de Araguaína – TO.

### **Resultados e Discussão**

Os resultados qualitativos obtidos no decorrer deste artigo mostraram que a educação embora intitulada como meio de saída da pobreza, não dá a devida atenção aos pobres dentro do ambiente escolar. A pesquisa foi realizada em uma instituição educacional pública de Araguaína –TO que está localizada no bairro envolvido no contexto de pobreza e pobreza extrema. Na ocasião foi analisado o Projeto Político Pedagógico, a observação e a participação em reuniões e diálogos envolvendo a gestão educacional, corpo docente e a





comunidade e como resultado foram elencados pontos que mostraram a importância da contribuição da escola em relação aos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família que estudam na instituição. Embora no documento analisado não levante questões sobre a situação econômica, social e cultural da comunidade, a gestão educacional da instituição colabora para que a realidade da pobreza seja amenizada dentro do ambiente escolar.

Através das pesquisas desenvolvidas neste artigo foi discutida a importância da contribuição da gestão educacional em relação às vivências dos alunos que fazem parte do PBF no que diz respeito à efetivação e a conscientização dos direitos desses sujeitos dando centralidade à suas próprias vivências e se dispondo de discursos morais que permeiam o tema da pobreza e suas causas. Além disso, foi elencada a importância de incluir no currículo escolar e nas práticas pedagógicas ações que colabore para o entendimento e para um olhar mais sensível.

### Considerações Finais ou Conclusão

Considerando que a pobreza ocupa todos os lugares e que faz parte da vida dos alunos beneficiários do PBF percebe-se a importância da contribuição da gestão educacional para o enfrentamento da pobreza.

Conclui-se que a gestão educacional deve contribuir para que as práticas pedagógicas, os currículos e as políticas educacionais discutam e incorporem a pobreza de forma que venham contribuir para que os alunos, beneficiários do PBF, em médio prazo amenizem e posteriormente saiam dessa sucessão de acontecimentos e consequências da pobreza e pobreza extrema que fazem parte de suas vidas.

### Referências

PIRES, André. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Scielo, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-4782012000200005&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-4782012000200005&lang=pt)>

COMO poderia o currículo contribuir melhor para a luta contra a pobreza?. **Revista “Information et Innovation en Éducation”**, Agosto, 2005. Disponível em: <[www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod\\_forum/.../curriculo\\_pobreza.pdf](http://www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod_forum/.../curriculo_pobreza.pdf)>.

Famílias contempladas no Costa Esmeralda II irão visitar as casas populares. Disponível em: <http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not&not=noticias&id=392>.

SILVA, Abinoã Cunha da; BANDEIRA, Ellen Suenne Ferreira; LOPES, Ester Borges. *Pobreza no Brasil: aspectos conceituais e o processo de construção histórica*. 2011. 9f. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2011.





Arroyo, Miguel G. Pobreza, Desigualdades e Educação. Módulo Introdutório - Curso Especialização Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. [2014?].

Pinzani, Alessandro; Rego, Walquiria Leão. Pobreza e Cidadania. Módulo I - Curso Especialização Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. [2014?].

Mendonça, Erastos Fortes. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. Módulo II - Curso Especialização Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. [2014?].

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola:** Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência a Pobreza. Módulo III – Curso Especialização Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. [2014?].

Arroyo, Miguel G. Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. Módulo IV - Curso Especialização Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. [2014?].

## POLÍTICAS SOCIAIS COMO SUPERAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Luciene da S. A. Moreira

Sílvia Adriane T. de Moura

**Resumo:** Foi realizada uma revisão de bibliográfica com uma abordagem qualitativa, com consultas a livros e periódicos na base de dados da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), portal da CAPES (Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), relatórios do Banco Mundial (*World Bank Group*), e ao IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), selecionando-os de acordo com sua publicação entre os anos 2003 a 2017. As principais ideias que norteiam o estudo, descrevem a concepção e papel do governo em adotar medidas que minimize e até acabe com a pobreza extrema no país. A escolha do tipo de estudo permitiu uma análise e identificação das políticas sociais direcionadas ao combate à pobreza. Os desafios e impactos gerados em prol da superação da pobreza no país. Buscou-se tratar os dados e conceitos a fim de contextualizar o problema atual da pobreza analisando a implantação de políticas sociais através de programas de proteção tendo como exemplo o bolsa família.

**Palavras-chave:** Bolsa Família. Pobreza. Políticas Sociais. Sistema de Proteção Social.

### Introdução

As políticas sociais adotadas no Brasil constituem um processo complexo em termos de superação da pobreza na realidade do país. Está por sua vez não se restringe apenas aos recursos financeiros, mas, também à ausência de serviços públicos de qualidade - educação, saúde, água potável, saneamento básico, segurança pública, lazer, cultura, entre outros, são serviços já prescritos na Constituição, os chamados direitos garantidos. Tais direitos dignificam o ser humano, agregando valores resultando significativamente sobre aspectos estruturais de toda uma comunidade ou nação.

De modo geral, a organização das políticas sociais no Brasil se dá pela abrangência de programas de proteção social. Consiste em medidas adotadas pelo Estado a fim de garantir a população serviços do exercício da cidadania – educação, saúde, assistência social,





saneamento básico, etc., tais propostas devem ser implantadas na comunidade de forma que assegurem recursos para a sobrevivência e formação como cidadão.

### **Algumas considerações sobre a Pobreza**

A definição do conceito de pobreza torna-se de certo modo algo complexo que é caracterizado de diversas formas. Em uma linha subjetiva a pobreza relaciona-se com o grau de satisfação perante a algo suportável, caracteriza-se pela falta de recursos.

De acordo com o relatório do Banco Mundial (2011), o Brasil teve um progresso econômico e social relevante entre os anos de 2003 a 2014, apresentando uma queda no coeficiente de Gini (grau de concentração de renda) entorno de 6,6%, representando mais de 29 milhões de brasileiros que saíram do quadro de pobreza, e desde então essa redução passou a se estagnar com a crise econômica que assola o país.

Pressupõe-se que os avanços de redução da pobreza estão relacionados ao desenvolvimento e implantação de políticas públicas onde ajustes e novas reformas desempenhem o papel de contribuir com o crescimento do país a fim de mudar a realidade estrutural ao qual se integra. Porém, tal conjuntura de vulnerabilidade e pobreza não se torna algo simples de efetuar, uma vez que, relaciona-se com todo um conjunto de político, social e econômico, requerendo assim planejamento ao longo prazo.

É nessa perspectiva que o enfrentamento da pobreza desencadeia uma série de inferências de cunho social, que considere todo um contexto onde se integre políticas de proteção social e econômicas básicas que propicie o desenvolvimento na valorização de pessoas (BOURDIEU 2007 apud GODINHO 2010).

### **Desenvolvimento Social para a superação da pobreza**

As políticas sociais surgem com o propósito de aumentar a expectativa e qualidade de vida dos indivíduos, com o objetivo de gerar bem-estar social através da geração de renda resultando sobre o fator econômico a partir da implantação de oportunidades que garantam o acesso a recursos mínimos de sobrevivência. É nessa conduta, que são definidas duas estratégias: a compensação social – que está ligada à garantia de serviços essenciais de consumo, e o ajuste – são as ações imediatas voltadas para a população, o que resulta na transformação estrutural (SANTOS et al 2012).

Contudo, a intervenção social no Brasil teve início a partir de ações de instituições não estatais em favor dos pobres, com a implantação de projetos corporativos de proteção social.







Paralelamente os direitos do cidadão é resultado de uma trajetória intensa e conflituosa de cunho social em prol da garantia de melhores condições de vida. Nessa conduta, a criação do Ministério da Educação e da Saúde como dever de Estado são direitos sociais que se vinculam à cidadania (CARDOSO JR, JACCOUD, 2005).

A compreensão do sistema de políticas sociais no Brasil pode ser a partir dois objetivos: “i) proteger o cidadão frente aos riscos e fatores que, independentemente da sua vontade, podem lançá-lo em situações de dependência ou vulnerabilidade; ii) promover a geração de oportunidades e de resultados, como instrumento de justiça e equidade” (IPEA, 2010 p.59).

### **Sistema de Proteção Social brasileiro**

Os programas sociais vigentes no Brasil visam subsidiar e minimizar os efeitos da pobreza no país. Fundamentam-se na criação de projetos que permitem identificar situações adversas com base no critério de renda. No Brasil essa interseção em prol da redução da pobreza e geração de renda é realizada em primeira instância com o Cadastro Único que busca identificar caracteres socioeconômicos para planejar políticas públicas a partir das necessidades da população.

De acordo com o Guia de Políticas e Programas elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, o Cadastro Único abrange entorno de 20 programas sociais, tais como: Programa Bolsa Família; tarifa social de energia elétrica; Programa erradicação do trabalho infantil – PETI; ProJovem adolescente, entre outros. Cabe ao município de origem a identificação das famílias de baixa renda, bem como realizar a atualização de dados periodicamente. Vale ressaltar, que as famílias beneficiadas devem possuir uma renda mensal de até três salários mínimos de renda familiar para fazer parte do Cadastro Único (BRASIL, 2017).

É nessa primícia que Godinho (2011), reflete sobre o papel das políticas sociais que devem ser integradas de maneira que além de ampliar o atendimento e qualidade de estruturação, desenvolvam estratégias que redistribua a riqueza no país. Os desafios na gestão de serviços são inúmeros, principalmente quando se fala em igualdade de condições e inclusão social com o objetivo de combater a fome e miséria com qualificação profissional, coberturas de serviços básicos – educação e saúde.

### **O exemplo do Programa Bolsa Família**





O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, a partir da medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, é o principal programa de transferência direta de renda com condicionalidades do governo federal. Atende a famílias em extrema pobreza com renda per capita de até R\$ 85,00 ou famílias pobres com renda mensal de R\$ 85,01 a 170,00 por pessoa.

O Bolsa Família fundamenta-se nas diretrizes da Constituição de 1988, com base no enfrentamento da pobreza e desigualdade social, na proteção não contributiva, proteção social à família, na intersetorialidade prevendo a garantia de saúde, educação e assistência social; gestão descentralizadas e inclusão social, focalizando as transferências de renda através de ações do governo. O programa se constituiu a partir da unificação de outros programas (bolsa escola, bolsa alimentação, auxílio-gás e cartão alimentação), o que possibilitou a ampliação do atendimento familiar (BRASIL, 2017; MATTEI, 2015).

De acordo com o relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT, apresentado em 2011 “é certamente louvável que mais de 12 milhões de famílias tenham acesso ao Bolsa Família, o fato de que um quarto da população seja elegível para o programa é um motivo de preocupação” (OIT, 2011 p.9). O relatório destaca os benefícios sociais e econômicos e a importância do programa, porém, deve haver maiores investimentos das necessidades básicas e na educação, bem como na integração de empregos formais e serviços de assistências dessas famílias. Pressupõe-se que ao adotar tais medidas criaria oportunidades de melhorias e qualidade de vida em longo prazo.

819

### **Desafios da Política Social no Brasil**

De acordo com Barros e Carvalho (2003), a pobreza apesar de estar presente em todas as regiões do planeta manifesta-se de formas distintas. Dessa forma, cada local possui carências que devem ser tratadas de forma diferenciada, ou seja, é inexistentes soluções padronizadas. O combate à pobreza deve levar em consideração as condições socioeconômicas de cada comunidade. Ainda de acordo com os autores, os desafios do Governo Federal consistem em desenvolver políticas sociais que possibilite essa flexibilidade a nível local.

O Brasil possui políticas sociais desenvolvidas que integram e reforçam no crescimento do país, mesmo frente à recuperação econômica. No entanto, desafios ainda assolam o país, tais como: a geração de formação profissional aos indivíduos que perderam





emprego e na criação de mais empregos formais, consequentemente resultaria na redução da pobreza e desigualdade que assolam o país (OIT, 2011).

### **Procedimentos Metodológicos**

Pesquisas foram realizadas uma revisão de bibliográfica.

### **Resultados e Discussão**

#### **Desafios da Política Social no Brasil**

De acordo com Barros e Carvalho (2003), a pobreza apesar de estar presente em todas as regiões do planeta manifesta-se de formas distintas. Dessa forma, cada local possui carências que devem ser tratadas de forma diferenciada, ou seja, é inexistentes soluções padronizadas. O combate à pobreza deve levar em consideração as condições socioeconômicas de cada comunidade. Ainda de acordo com os autores, os desafios do Governo Federal consistem em desenvolver políticas sociais que possibilite essa flexibilidade a nível local.

O Brasil possui políticas sociais desenvolvidas que integram e reforçam no crescimento do país, mesmo frente à recuperação econômica. No entanto, desafios ainda assolam o país, tais como: a geração de formação profissional aos indivíduos que perderam emprego e na criação de mais empregos formais, consequentemente resultaria na redução da pobreza e desigualdade que assolam o país (OIT, 2011).

820

#### **Considerações Finais**

Uma abordagem sistemática referente a pobreza no Brasil, fundamenta-se em criar condições de forma que promova a igualdade entre os indivíduos. No entanto, requer estratégias em prol desse desenvolvimento social que integre serviços e promova uma assistência social de qualidade.

Parte-se do pressuposto, que as pessoas e o governo devem acreditar no sistema como um auxílio na retirar do quadro de pobreza através de incentivos e geração de qualidade de vida, seja através da educação, saúde e serviços de cultura e lazer, bem como geração de renda através de empregos.

#### **Referências**

BANCO MUNDIAL. **Brasil: aspectos gerais.** 2017. Disponível em <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>> Acesso em 10 de nov. 2017.





BARROS, R.; CARVALHO, M. **Desafios para a política social brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2003. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0985.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0985.pdf)> Acesso 10 de nov.2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário- MDSA. **Guia de políticas e programas**. Brasília, DF, 2017.

CARDOSO JR, José Coelho, JACCOUD, Luciana. **Políticas Sociais no Brasil: Organização, abrangência e tensões da ação estatal**.(2005)p.181-260. In: JACCOUD, Luciana (Org). *Questão social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília. IPEA.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília, 2010. Vol. 10, 145 p.: Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro.

MATTEI, Lauro. **Políticas sociais de enfrentamento da pobreza na América Latina: uma análise comparada entre Brasil e Argentina**. Rev. katálysis vol.18 no.2 Florianópolis jul./dez. 2015. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802015180200008>>

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 2ª ed. 2015.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Brasil: Uma estratégia inovadora alavancada pela renda**. Instituto Internacional de Estudos do Trabalho. – Genebra, 2011.

## A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO ELEMENTO DE ACESSO E DE FREQUÊNCIA DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL MARECHAL RONDON

821

Lucymara da Silva Santos Sobrinho

Rubens Martins da Silva

**RESUMO:** O presente artigo investiga a ligação estabelecida entre o Programa Bolsa Família (PBF) e a educação, no sentido de perceber se o mesmo exerce influencia nos resultados na vida educacional de seus favorecidos, mediante averiguação da frequência escolar, da situação das matrículas e da participação da família dentro do processo de ensino-aprendizagem dos seus filhos. O estudo foi orientado pela questão de avaliar a contribuição do Programa Bolsa Família sobre o número de matrículas, frequência e evasão dos estudantes bolsistas da Escola Estadual Marechal Rondon localizada na cidade de Araguaína-TO. Este artigo é resultado de um plano de investigação que teve por objetivo analisar se e como o Programa Bolsa Família gera efeitos no desempenho escolar e na superação da situação de vulnerabilidade social das famílias beneficiárias. A metodologia aplicada no referido estudo foi a pesquisa qualitativa e quantitativa, seguida da respectiva análise dos dados. A pesquisa utilizou como instrumentos de coleta de dados fontes documentais como as atas de resultados finais dos estudantes referente ao ano de 2016 e diários de classe do ano de 2017, listas de estudantes beneficiários na unidade escolar do referido ano, diários de classe das turmas e legislação e manuais referente ao PBF. Além das fontes documentais foram realizadas entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados com a direção da escola e a secretaria da unidade de ensino. De acordo com os resultados da pesquisa, os beneficiários do programa bolsa família frequentam a unidade escolar com assiduidade, mas referente ao acompanhamento dos pais na escola é um fator negativo, pois eles não participam de forma ativa no processo de ensino-aprendizagem dos seus filhos.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família; frequência; escola.







## Introdução

A pobreza constitui-se em um dos maiores problemas a ser enfrentado em nossa sociedade. Ela representa o resultado de uma combinação de fatores socioeconômicos e políticos, sendo, portanto, a característica mais marcante de nossa civilização.

O Brasil vem expandindo de forma considerável as políticas públicas de transferência direta de renda para a população pobre. Exatamente porque os programas de transferência de renda têm por objetivo a redução das desigualdades de oportunidades.

O Programa Bolsa Família (PBF), do Governo Federal, é o maior programa de transferência de renda da história do Brasil.

O programa Bolsa Família surgiu para enfrentar um grande desafio da sociedade brasileira, que é o combate a fome e a miséria, e a promoção e a emancipação das famílias mais pobres do país.

O Programa Bolsa Família constitui-se no principal programa no âmbito da Estratégia Fome Zero. Segundo Silva (2007 p.21), o programa bolsa família tem por objetivos:

combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontra”

822

Devido ao fato do programa Bolsa Família ter como uma das condicionalidades para a transferência de renda a manutenção das crianças na escola, este programa se torna um importante candidato a contribuir, mesmo que de forma indireta, para a melhoria da qualidade dos índices escolares.

Assim sendo, a importância pesquisa é que porque como o Bolsa Família é um programa de bem-estar social, tendo como uma das condicionalidades o controle da frequência, ele pode colaborar de forma positiva para a manutenção dos índices de matrícula, frequência e evasão dos alunos bolsistas da Escola.

Ao mesmo tempo em que existe um interesse prévio pelo tema, também, existe o desconhecimento de sua abordagem na literatura educacional, o que serviu de estímulo para o desenvolvimento da pesquisa.

O trabalho de pesquisa procurou analisar a contribuição do Programa Bolsa Família sobre o número de matrículas, frequência e evasão dos estudantes bolsistas da Escola Estadual Marechal Rondon. Além disso, verificou como se dá a relação entre o Programa Bolsa





Família, a Escola e as famílias dos alunos bolsistas sistematizaram os registros para mensurar os índices de frequência, número de matrículas e dos alunos, observou a contribuição do programa no que diz respeito a esses índices escolares e identificou se a inserção no PBF tem contribuído para o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios e o enfrentamento da pobreza.

### **Procedimentos Metodológicos**

O estudo caracteriza-se como descritiva, de cunho quantitativo e qualitativo. De acordo com Gil (2002) a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência.

Segundo o autor Gil (2008) a pesquisa descritiva pesquisa estabelece relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado e é utilizada quando o assunto já é conhecido e a contribuição é tão somente proporcionar uma nova visão sobre esta realidade já existente. O estudo foi realizado a partir de dados coletados na escola através da secretaria.

Além disso, foi realizadas observações no ambiente da pesquisa como também a utilização de questionários, entrevistas semiestruturadas. Segundo o autor Ludke (1986) a observação possibilita um contato pessoal estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que a apresenta uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno.

823

### **Resultados e discussões**

O estudo foi realizado na escola Marechal Rondon situada na cidade de Araguaína-TO e escola pertencem à rede pública e atendem o ensino fundamental, ensino médio e a educação de jovens e adultos. Ao todo a escola pesquisada possui um total de 29 turmas distribuídas nos três períodos de funcionamento.

De acordo com os dados coletados na escola através de documentos da própria a instituição e aplicação de um questionário de entrevista com a secretaria da escola, professores e diretora. Na escola funcionaram 37 turmas em todos os turnos totalizando um total de 792 estudantes, sendo no período matutino 312, no vespertino 226 e noturno 269. O total de alunos por turnos estão descritos no Gráfico 1, na qual foram detectados que no matutino foi de 39% , no período vespertino 29% e noturno 33% .

Segundo dados coletados o número de alunos beneficiários é de cerca de 180 referente o mês de outubro de 2017 na escola, antes era de cerca de 207 no início do ano de 2017, na





qual a secretária destacou que 57 alunos que não são mais bolsistas que a escola acompanha, foram para outras escolas. Então referente ao período atual o número de alunos foi de 23% que são beneficiários do programa bolsa família. Esses indicadores estão descritos no Gráfico 2, pois 77% dos alunos não recebem recursos do PBF. De acordo com os dados descritos no Gráfico 3, no mês de fevereiro de 2017 os alunos bolsistas totalizavam 17 beneficiários, totalizando 26%.

Segundo a secretaria da escola ela que repassa a frequência escolar para o programa bolsa família o acompanhamento da frequência dos estudantes é realizado a cada dois meses pela escola. A instituição envia a cada trimestre os dados para a prefeitura através de um sistema denominado programa bolsa família de benefício variável jovem, que se encarrega, então, de emitir o parecer sobre a frequência às aulas ao Ministério da Educação (MEC). O MEC e a prefeitura municipal, juntamente com escola, fazem o acompanhamento da frequência escolar.

Os dados coletados são repassados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o qual é responsável pela liberação dos recursos para as famílias. A frequência escolar é entre 75% até 85% dependendo se é nível fundamental ou nível médio um importante mecanismo de controle e a não informação desses dados durante cinco períodos consecutivos leva ao cancelamento do benefício para a família.

824

No decorrer da pesquisa na Escola Estadual Marechal Rondon foram averiguadas, detalhadamente, as frequências dos estudantes bolsistas e dos não bolsistas referente ao ano de 2017 através do SGE (Sistema de Gerenciamento Estudantil) do Estado do Tocantins. Através do diagnóstico das frequências dos alunos bolsistas observou-se que 100% dos bolsistas estão frequentes no mês de outubro de 2017.

Nota-se que a escola, segundo elementos angariados, não conhece bem as condicionalidades, pois segundo informações não são realizados capacitação adequada por parte da Secretária de Assistência Social do município pesquisado. Percebeu-se ainda, segundo entrevista, que 57 alunos foram transferidos no ano de 2017 para outras escolas. Desse total, cerca de 22% eram bolsistas do PBF. Na pesquisa ainda notou-se que a maioria dos pais dos estudantes bolsistas não acompanha de forma rígida o processo de ensino-aprendizagem de seus filhos. A maior preocupação das famílias é com a declaração dos seus filhos para usufruir dos benefícios desse programa.





### Considerações Finais

O projeto de pesquisa buscou avaliar a importância do Programa Bolsa Família no número de matrículas e na frequência escolar dos estudantes beneficiários atendidos pela Escola Estadual Marechal Rondon no município de Araguaína -TO.

A partir dessa análise, a pesquisa evidenciou que o PBF garante que os alunos beneficiários do programa frequentam a escola com muita assiduidade, mas não consegue garantir de forma mais efetiva que as famílias dos beneficiários participem do processo de ensino-aprendizagem na instituição escolar.

O estudo também apresenta que a maioria das pessoas entrevistadas não sabe sobre as condicionalidades do Programa da Bolsa Família, um fator preocupante nesse trabalho. Embora não saibam conceituar a importância das condicionalidades de forma precisa, os entrevistados souberam, minimamente, associá-las a ideia de que é necessário cumprir certas obrigações como as relacionadas à saúde para receber o benefício. Portanto, diante do exposto, verificou-se que o PBF apresenta pontos positivos, pois auxilia que os alunos beneficiários frequentem mais a escola analisada. Nesse sentido, percebeu-se a partir dos dados coletados e das entrevistas realizadas que o Programa Bolsa Família proporciona não somente um recurso financeiro, mas um programa social que possibilita uma expectativa, ou seja, uma perspectiva de futuro, para que os estudantes de vulnerabilidade social, pois na condição de beneficiários são alunos que frequentam e que estudam de forma eficiente e participativa na escola averiguada.

825

### Referências

BRASIL. MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família** – Manual de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família, 2ª edição. Brasília, DF, 2008a. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Disponível em: [www.mds.gov.br/biblioteca](http://www.mds.gov.br/biblioteca). Acesso em: 14 de Outubro de 2017.

CAMPELLO, T. “Uma década derrubando mitos e superando expectativas”. IN: Campello, T.; NERI, M. C.(Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CRAVEIRO, C.; XIMENES, D. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da Educação Básica no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza e NERI, Marcelo (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

OLIVEIRA, A. M. H. C. D et al. Primeiros resultados da análise da linha de base da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. (Eds.). **Avaliação de políticas e programas do MDS – Resultados**. Brasília: MDS, 2007.







## SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO – AS PERSPECTIVAS DE AVANÇOS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ESCOLA PÚBLICO

Lusileia Rocha dos Reis

Rosimeire dos Santos

**Resumo:** A partir de uma breve análise das correntes sociológicas funcionalistas e crítico produtivista de Durkheim, Bourdieu em contraposição com a linha do materialismo histórico, com a teoria do conhecimento em Gramsci, buscou-se verificar a importância do assistente social no sistema escolar público, sendo uma nova forma de atuação do profissional. Com base nos Projetos de Lei (PL) n.º 3.688 de 2000 e n.º 837 de 05 de julho de 2005, que dispõem sobre a introdução do assistente social no quadro de profissionais da educação da escola pública, levantou-se pontos centrais da aproximação assistente social ao campo educacional. Desta maneira, confirma-se a hipótese de que há verdadeiramente a necessidade deste profissional na educação, pois no cotidiano escolar enfrenta-se complexas questões sociais que o conhecimento pedagógico não consegue enfrentar sozinho precisando de outros saberes como o do assistente social.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Educação, Sociedade.

### Introdução

Esse artigo consiste em construir reflexões e conhecimentos acerca da atuação do Serviço Social no sistema escolar público.

O objetivo buscou identificar a aproximação teórica e prática do profissional Assistente Social ao campo educacional, conhecendo e estudando os problemas socioeducativos e as contribuições do Serviço Social no sistema escolar, visando à realidade social da educação, como também mapeando-a quanto a estes problemas de forma a garantir aos educandos a melhoria das condições de estudo.

Mediante as propostas acima mencionadas, supõe que os problemas socioeducacionais podem ser atenuados por meio da atuação interdisciplinar do profissional do Serviço Social, em conjunto com os demais agentes escolares da rede pública. Acredita-se que a atuação do Assistente Social nas escolas públicas poderá contribuir para a ampliação da política educacional, uma vez que em muitos momentos as questões sociais mais pertinentes não são trabalhadas pela escola.

O impulso inicial que norteou a reflexão da atuação do assistente social na escola pública foi a proposição dos Projetos de Lei n.º 3.688 de 2000, que dispõem sobre a introdução de Assistente Social no quadro de profissionais da educação, e o Projeto de Lei n.º 837 de julho de 2005, que dispõe sobre a introdução de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas. Os referidos projetos encontram ainda em processo de aprovação na Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. Assim, a partir de uma pesquisa intitulada: (LOPES, 2005)





Serviço Social e Educação: As Perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público, foram levantados os aspectos mais importantes da atuação do Assistente Social na área educacional, que ocorreu em duas escolas públicas, em que os pais, alunos e professores se dispuseram a contribuir com a pesquisa.

Foram abordados os aspectos históricos educacionais nas décadas de 80 e 90, os fundamentos legais da educação no Brasil e as influências sociológicas na educação, a fim de compreendermos a realidade social na qual a escola está inserida.

Tratou-se também de uma possível inserção do Assistente Social no sistema educacional, tendo como referencial legal o histórico dos Projetos de Lei n.º 3.688 de 2000 e n.º 837 de 2005, que garantem o Assistente Social no quadro de profissionais das escolas da rede pública.

Finalmente, abordou-se a realização dos procedimentos metodológicos da pesquisa de campo e a análise de dados levantados por meio dos questionários realizados junto aos alunos, professores e diretores de duas escolas públicas, sendo uma da cidade de Marília-SP e outra da cidade de Garça-SP.

Salienta que tendo em vista que a educação é uma política pública de direito constitucional, este, portanto, deve ser garantido não somente com a democratização do acesso do sujeito à educação, mas sobretudo à qualidade do ensino, a fim de promover o crescimento cultural do indivíduo enquanto cidadão. Nesse contexto cabe ao profissional Assistente Social, por meio de sua prática, ampliar e contribuir para a sua garantia.

Desta forma destaca-se que a última versão do PL que quer Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas, o Artigo 1º e 2º do PL (2003), diz:

Art. 1º O Poder Público deverá assegurar atendimento por Psicólogos e Assistentes Sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitarem.

§ 1º O atendimento previsto no caput deste artigo será prestado por Psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e por Assistentes Sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social.

§ 2º Os sistemas de ensino, em articulação com os sistemas públicos de saúde e assistência social, deverão prever a atuação de Psicólogos e Assistentes Sociais nos estabelecimentos públicos de educação básica ou o atendimento preferencial nos serviços de saúde e assistência social a alunos das escolas públicas de educação básica, fixando em qualquer caso número de vezes por semana e horários mínimos para esse atendimento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor um ano após a data de sua publicação. (PROJETO DE LEI, nº 837. 01 julh. 2005).

Nota que através do Projeto de Lei e destes dois artigos acima citados que as autoridades públicas percebem a importância da equipe de profissionais técnicos no sistema





educacional, em especial o Assistente Social, para a prestação de assistência aos alunos e seus familiares, sendo um intermediário entre a comunidade e a escola.

Assim sendo, segundo Morin (2003) a educação para a cidadania deve ser uma educação contextualizada, global, multidimensional e complexa. Desta forma, o indivíduo deve também ser visto como um ser global, inserido numa família e na comunidade.

Assim sendo, mesmo diante das lutas já alcançadas e dos percalços encontrados na efetivação deste Projeto de Lei e sua regulamentação, alguns pesquisadores na década de noventa começaram a discutir sobre as contribuições do Serviço Social na educação, dentre eles Backhaus (1992), Almeida (2000), Camardelo (1994) e algumas pesquisas no 8º e 9º Congresso Brasileiro de Assistente Social (CBAS), realizados em 1995 e 1998.

### Procedimentos Metodológicos

O trabalho utilizou o recurso metodológico da pesquisa bibliográfica, que segundo Hitchcock e Hughes:

Amplia e refina o conhecimento existente; ajuda a definir e clarificar as questões da pesquisa; permite a identificação de lacunas e de áreas pouco exploradas; ajuda a esclarecer aspectos teóricos, metodológicos e analíticos; permite a identificação de debates atuais e controvérsias (HITCHCOCK, G.; HUGUES, 1995 apud DE MOURA, FERREIRA e PAINE 1998, pg. 37).

828

### Resultados e Discussão

A prática do Assistente Social situa-se numa perspectiva crítica, e se faz participante da transformação social, portanto, segundo Novais (2001, p. 13), o profissional do Serviço Social deverá através desta desenvolver as seguintes atividades:

- Pesquisa de natureza sócioeconômica e familiar para a caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhor o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Somente com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da lei 8662/93. (NOVAIS, 2001, p. 13).





Verifica que a atuação do profissional Assistente Social nas escolas está presente nas mais variadas expressões cotidianas, tanto nas relações externas, como a família, sociedade e entre outros, quanto nas relações internas que são os diferentes conjuntos como, diretores, os docentes e alunos, entre outros que compõem o campo educacional.

Compreende-se que a prática profissional do Assistente Social não está firmada sobre uma única necessidade, sua especificidade está no fato de atuar sobre várias necessidades. Assim, para que esta prática contribua no processo educacional, é preciso que seja crítica e participativa e esteja relacionada com as dimensões estruturais e conjunturais da realidade, ou seja, baseada no conhecimento da realidade em sua totalidade.

Para Backhaus (1992, p.54), alguns procedimentos que poderão ser adotados com êxito pela equipe interdisciplinar são:

- Ter sempre presente que a pessoa (indivíduo) deve ser considerado na sua experiência, no processo de trabalho grupal e comunitário e no contexto onde ela própria constrói e vai se construindo;
- Levar em conta a questão da “motivação” dos integrantes do grupo, como ênfase a realização de um bom trabalho;
- Buscar a conquista de espaços dentro e fora do grupo- “posicionar-se”;
- Expor sentimentos, usar de franqueza e espontaneidade nas trocas com os outros integrantes do grupo, nas discussões, trabalhar a “idéia” e, sobretudo, perguntar a “união grupal”;
- A conquista da liberdade de opinião é primordial à interação grupal; os posicionamentos devem ser discutidos em nível de equipe (profissionalmente) e não a nível pessoal. Os resultados precisam vir ao encontro, visando o aperfeiçoamento do conjunto. (BACKHAUS,1992, p.52).

829

Segundo a autora acima os profissionais precisam fazer troca de saberes e de intersubjetividades para a realização da prática, pois quanto maior a integração do grupo, a busca de conhecimentos e a realização de um trabalho unificado, maiores serão as condições de intervir na realidade escolar, confrontar e solucionar os problemas nela encontrados.

Para Almeida (2000, p.2), a prática do assistente social na escola significa:

[...] pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação as estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.

A função social da profissão do Assistente Social pode ser auxiliada a partir da teoria gramsciana, pois esta reconhece a importância do sujeito nas inúmeras mudanças sociais. Assim, em meio às mudanças sociais que vêm ocorrendo, o Serviço Social também contribui com seu saber para impulsionar uma reflexão política aos segmentos populacionais, em que também possam reconhecer seus direitos e deveres, para exercerem sua cidadania. É este mesmo trabalho árduo que deverá ser feito entre escola/aluno e seus respectivos familiares e comunidade.







Foram esses pressupostos que nortearam o levantamento da pesquisa de (LOPES, 2005) Serviço Social e Educação: As perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público a partir de duas escolas públicas, uma da cidade de Marília-SP e outra da cidade de Garça-SP que, por meio dos alunos, diretoria e professores, poderão contribuir proficuamente para a confirmação ou não da hipótese desta pesquisa, ou seja, a de demonstrar a importância ou não do Assistente Social em cada unidade escolar.

### **Conclusão**

Conclui que objetivo foi contribuir para o estudo da ampliação e compreensão da atuação do Assistente Social no sistema escolar público.

Para identificar esta relação entre Serviço Social e Educação, buscou uma aproximação teórica e prática. Compreende se por meio do processo metodológico desta pesquisa, que uma possível inserção do Assistente Social no quadro de profissionais da educação contribuirá para que a escola execute sua função social, de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inclusive o direito à Cultura, pois os problemas sociais como: evasão escolar, indisciplina, dificuldade econômica, desagregação familiar, envolvimento em drogas, gravidez precoce, desinteresse do aluno, dentre outras questões emergentes, exigem a intervenção de uma equipe interdisciplinar.

A constatação, por meio de um estudo bibliográfico preliminar, levou à confirmação da hipótese deste estudo, pois há realmente a necessidade e relevância da presença do Assistente Social nas escolas. Isto vem sendo confirmado através da pesquisa de campo, na qual se percebe que a escola, enquanto transmissora de conhecimento e cultura, vem perdendo essa identidade, incumbindo-se de trabalhar as problemáticas sociais apresentadas pelas famílias. Portanto, faz-se necessária a aprovação da última versão do Projeto de Lei 837, de 05 de Julho de 2005, que dispõe sobre a Introdução de Assistentes Sociais e Psicólogos em cada Escola Pública.

Assim, mostra-se a necessidade do reconhecimento dessa emergência pela categoria que também deve reivindicar a sua atuação na área da educação, proporcionando que se abra um novo campo de atuação para o Assistente Social.





## Referências

ALMEIDA, N. L. T. *Serviço Social e política educacional: um breve balanço e desafio desta relação*. 1º Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação. Belo Horizonte, 28 março 2003, p.1-9.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social na educação*. Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, n.6, ano 3, jul. 2000, p. 19-24.

BACKHAUS, Berenice Beatriz. *Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 38, ano 13, abr. 1992, p. 37-55.

BOURDIEU, Pierre. *O indivíduo na sociedade*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 19-50

BRAVO, M.I.S.: Potyara, A. P.P. (Orgs). *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMARDELO, Ana Maria. *Estado, educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano*. Revista Quadrimestral de Serviço Social. São Paulo: Cortez, n. 46, ano 15, dez. 1994, p. 138-162.

CARNEIRO M.A. *LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARVALHO, R.E. *A nova LDB e a educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1998

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 05 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. In: CRESS/SP (Org). *Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentação para instrumentação do assistente social*. São Paulo: O Conselho, 2004.

\_\_\_\_\_. *Código de Ética do Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão*. 3ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

CRESS. *Assistência sociais e psicólogos nas escolas*. Disponível em: <<http://www.cress-sp.org.br/index.asp.htm>>. Acesso em 29 de maio de 2005.

*Declaração mundial sobre a educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Disponível em: <[http:// www.dnnet.org.br/ direitos/ sip/ onu/ educar/ todos.htm](http://www.dnnet.org.br/direitos/sip/ onu/ educar/ todos.htm)>. Acesso em: 18 agost. 2005.

*Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e prática em educação especial*. Disponível em: <<http://www.lerparaver.com/legislação/internacionalsalamanca.html>>. Acesso em: 18 agost. 2005.

DURKHEIM, D.É. *As regras do método sociológico*. 11ª ed. São Paulo: Nacional, 1984.

FONSECA, M. *O Banco mundial e a gestão da educação brasileira*. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.p.46-63.

GENTILI, Pablo A. A. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.





GRUNSPUN.H., GRUNSPUN. F. *Assuntos de família: relacionamento, sexo, TV, violência, droga, escola*. São Paulo: Hanguê, 2000.

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica*. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, Eleni Melo Silva et al. *Conseqüências do neoliberalismo: privatizações*. 2005. 27fls. Trabalho Acadêmico- Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Marília, Marília, 2002.

\_\_\_\_\_. Eleni Melo Silva . *Serviço Social e Educação: as perspectivas de avanços do profissional de serviço social no sistema escolar público* . 2005. 25 fls. Trabalho Acadêmico – Unesp – Campus de Marília, Marília, 2005.

\_\_\_\_\_, Eleni de Melo Silva . *Política Nacional de Humanização Hospitalar : Projeto de Humanização Cuidando da vida, Hospital São Francisco* . 2006. 6 fls. I Simpósio da Prática profissional do Assistente Social de Marília e Região. Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Marília, 2006.

MANACORDA, Mário. *O princípio educativo em Gramsci* . Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARTINELLI, L. M. A prática como desafio para o ensino do Serviço Social. *Caderno PUC* , São Paulo, n.10, 1980, p. 94-102.

MARTINS, E. B. C. Serviço Social na Educação: trajetória histórica e perspectivas contemporâneas. *Revista da faculdade de Ciências Humanas da Unimar*. Marília: Unimar, v.6, n. 6 , 2002, p. 41-51.

\_\_\_\_\_. A questão e o Serviço Social em debate. *Revista da faculdade de Ciências Humanas da Unimar* . Marília: Unimar, v.3, n.3, 1999, p. 35-53.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. 6. ed. São Paulo: Global, 1986 .

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro* . 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003 .

NOVAIS, L. C.C. et al. *Serviço Social na educação: uma inserção possível e necessária*. Brasília, set. 2001.p. 6-32.

PILETTI, Nelson. *Sociologia da Educação* . 6. ed. São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. *História da Educação no Brasil* . 1ª ed. São Paulo: Ática. 1990.

SALES, Mione Apolinário. et al. *Trabalho e projeto ético político profissional* . Caderno de Comunicações: IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia, v. 1, jul. 1998, p. 186-277.

SEMERARO, Giovanni. *Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci* . Disponível em : <[http:// www. Gramscieobrasil. com.br](http://www.Gramscieobrasil.com.br)>. Acesso em 18 jan. 2005.

YASBEK M.C. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. In: *CADERNOS ABONG* , 19. Série: Subsídios às Conferências de Assistência Social. São Paulo: Cortez, 1994.





## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM FOCO: DESAFIOS DE SER TUTOR EM UM CURSO DE EAD

Luzani Cardoso Barros

Débora Cristiana Alves Soares de Albuquerque

Wander Alberto José

**Resumo:** Este trabalho é uma pesquisa que está em andamento a respeito das dificuldades que tutores enfrentam ao realizar o seu trabalho na Educação a Distância. Esta pesquisa tem como objetivo discutir os desafios que são encontrados para evitar a evasão de alunos. É uma pesquisa de natureza bibliográfica que utilizou a observação participante para a coleta de dados. Essa investigação está em fase de conclusão, visto que alguns cursistas se encontram em fase de finalização do TCC.

**Palavras-chave:** Educação a Distância. Tutor. Aprendizagem.

### Introdução

Compreende-se que a importância da Educação a Distância (EaD) no Brasil é incontestável. A era digital na sociedade contemporânea transforma todo o processo de ensino e aprendizagem, a forma de aprender, de ensinar, ou seja, a relação professor-aluno.

A EaD tem como fator principal o acesso de milhões de pessoas à educação, seja superior, cursos técnicos ou profissionalizantes. Nesse caso, esse novo contexto exige uma nova forma de ensinar, de aprender, de planejar. A EaD propõe novas metodologias de aprendizagem, material didático, enfim, há uma nova postura de ser professor e de ser aluno.

833

Nasce então a figura do tutor e a ele cabem muitas tarefas e o papel de interagir com o aluno, procurando identificar as dificuldades de cada cursista durante o processo formativo. O presente relato de experiência apresenta uma discussão sobre o papel do tutor em cursos a distância, destacando os desafios encontrados, as relações e interatividade entre tutor e aluno.

Questiona-se: o tutor é o único responsável pelo sucesso ou o fracasso do aluno em curso de EaD? Que estratégias devem se desenvolver para que o cursista interaja com o ambiente virtual de aprendizagem? A EaD tem ajudado a reduzir a exclusão social? Essas questões serão discutidas nesse trabalho que será um relato de experiência de tutores e profissional com experiência na EaD no Curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social da UFT.

Diante disso, a investigação se preocupou em analisar essas questões e trazer para o âmbito da pesquisa contribuições que possam colaborar com o papel do tutor na EaD, pois apesar das críticas que essa modalidade de ensino recebe, acredita-se que ela ainda é um meio que ajuda a reduzir a exclusão social, possibilita à educação formal abranger o maior número de pessoas.







### Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa se concentrou no Curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social-EPDS- UFT que foi iniciado no ano de 2016 com 400 alunos. Foi realizado o processo seletivo para o cursista ingressar na Pós-Graduação Lato Sensu, bem como para ser tutor, orientador e demais profissionais que iam colaborar no andamento dessa Especialização.

Os tutores que foram selecionados receberam uma turma com aproximadamente 25 a 30 alunos. Os cursistas, por sua vez, eram servidores municipais, estaduais, atuantes na área de educação (tanto secretarias municipais e estaduais quanto escolas; no exercício de funções administrativas e ou docentes), funcionários das secretarias de ação social (CRAS) e demais profissionais que tivessem relação com a educação em contextos empobrecidos.

Percebeu-se que, de forma geral, alguns cursistas, por sua vez, encontravam dificuldades, tanto para cumprir os prazos estabelecidos nas atividades da plataforma virtual de aprendizagem, quanto dificuldades para acessar o ambiente, de compreender as atividades, bem como de responder as avaliações presenciais.

Usualmente, grande parte dos cursistas matriculados na EaD, tiveram suas experiências no Ensino Fundamental e Ensino Médio presenciais, logo não possuem desenvolvidas as habilidades de estudar sem o contato presencial do professor, apresentando assim dificuldade em diálogo online quando se trata de estudar, mesmo que saibam utilizar-se de tecnologias de comunicação como as redes sociais. Nesse aspecto o tutor é um ponto de apoio ao cursista.

Para Moran (2011) é por meio da EaD que profundas transformações serão realizadas, já que essa modalidade de ensino exige uma nova forma de aprender e também de ensinar.

Também, é por meio da EaD que a separação geográfica e temporal entre cursistas e professor são reduzidas devido a nova forma de ensinar. Tudo ocorrerá no ambiente virtual de aprendizagem. Mesmo sendo uma educação a distância, não se pode perder de vista a perspectiva pedagógica.

Para Valente, o estar junto virtual

Envolve múltiplas interações no sentido de acompanhar e assessorar constantemente o aprendiz para poder entender o que ele faz e, assim, propor desafios que auxiliem a atribuir significado ao que está desenvolvendo. Estas interações criam meio para o aprendiz aplicar, transformar e buscar outras informações e, deste modo, construir novos conhecimentos (VALENTE, 2003, p. 5).





Isso mostra que a EaD exige professores com boa formação técnica e pedagógica para acompanhar o cursista e evitar a evasão. Todos os atores envolvidos nesse processo têm seus papéis bem definidos e não se pode perder de vista a aprendizagem.

Para Peters (2003), nessa perspectiva entra o papel do tutor, que é de fundamental importância nesse processo de orientar os alunos. É um trabalho colaborativo, em que se enfrentam vários obstáculos.

O tutor mantém um contato com o cursista no qual existe o fator afetivo. Isso motiva a pessoa a continuar, porque sabe que tem outra pessoa preocupada com sua formação e disposto a ouvi-lo em suas angústias. Além disso, o tutor promove a interação entre os cursistas, orientando fóruns, chats, analisando atividades, de forma que os alunos não sintam não tenham a sensação de solidão pelo fato de o curso ser à distância, fator que contribui no processo formativo do cursista. Outro aspecto relevante é que o tutor consegue acompanhar tanto a participação quanto o rendimento dos cursistas, podendo interagir para ajudar, orientar, motivar e chamar à responsabilidade o aluno que esteja na situação supracitada.

Todavia, imensos desafios são encontrados:

- Falta de acesso aos meios digitais: muitos cursistas se queixavam que não possuíam internet em casa, somente no local de trabalho e por esse motivo não conseguiam realizar as atividades em tempo hábil;
- Falta de conhecimentos básicos sobre as novas tecnologias: alguns cursistas não sabiam como ligar um computador;
- Falta de maturidade: alguns alunos não percebem que ele é o sujeito do seu próprio processo de ensino e aprendizagem, isto é, que ele é o protagonista do processo;
- Conexão lenta da internet. Variadas queixas em relação à internet, principalmente para se assistir aos vídeos e abrir arquivos;
- Falta de compromisso e responsabilidade com o curso: alguns cursistas não priorizavam o curso, não acessavam o ambiente virtual de aprendizagem e nem postavam as atividades.

835

### **Resultados e discussões**

Diante desse quadro, constata-se que é necessário que haja estratégias que colaborem para que o estudante conclua o curso com sucesso. Dentre muitas destacam-se:

- Oferecer feedback ao aluno o mais breve possível;
- Realizar avaliação qualitativamente sobre a situação de cada cursista e intervir de forma rápida;
- Manter o cursista informado sobre o andamento das atividades do curso;





- Preparar uma aula no início do curso explicando sobre como funciona o ambiente virtual de aprendizagem;
- Oferecer encontros presenciais;
- Proporcionar uma boa comunicação entre a equipe pedagógica.

Outro fator bastante relevante é o papel do professor da turma ou o responsável pela sala no ambiente virtual. O professor necessita ter uma visão pedagógica e juntamente com o tutor propor medidas que facilitem a aprendizagem do aluno e evitem a evasão. O papel do professor causa impacto diretamente no trabalho do tutor.

Ao docente não basta apenas corrigir atividades e avaliações. Esse profissional precisa ter conhecimento sobre planejamento, avaliação, didática e compreender que há sim necessidade de interação, mesmo que à distância, entre professor e aluno. O professor também deve se colocar na posição de animador e motivador dos cursistas, de forma que o estudante perceba que esse processo envolve responsabilidades mútuas.

Nessa perspectiva, o ambiente virtual torna-se um espaço de aprendizagem, de reflexão e de colaboração. Professor e tutor se complementam e todos precisam acompanhar o desenvolvimento do estudante.

Vale ressaltar que esta pesquisa ainda está em andamento, não foi concluída, visto que o curso ainda tem alunos em fase de finalização do TCC e então, em breve haverá novas considerações sobre esse tema.

### **Considerações finais**

Nesse trabalho, procurou-se tecer algumas reflexões acerca dos desafios de ser tutor na Ead. Apoiou-se teoricamente nos autores especialistas no tema e pode-se verificar que tanto o tutor como o professor e demais profissionais envolvidos no processo são responsáveis pelo bom andamento das ações estabelecidas para o curso.

Ao cursista cabe também a obrigação de participar das atividades, de cumprir os prazos determinados no ambiente virtual, enfim, de se envolver realmente com o curso. As responsabilidades são compartilhadas.

Por fim, percebeu-se que as discussões, o material posto no ambiente foram muito importantes. Eram de ótima qualidade. Ao se observar as participações dos cursistas nos fóruns, memoriais e atividades de reflexão-ação, percebia-se crescimento nas fundamentações levantadas ao longo do curso. Assim, nota-se que o curso oportunizou uma nova forma de ver a escola, o currículo escolar, as questões das desigualdades na educação.





Na verdade, foi um curso que ofereceu perspectivas para se perceber o outro como indivíduo que tem sua visão de mundo, seus valores e que é preciso dar voz e vez a esses contextos que têm sido excluídos dos bens sociais e culturais da nossa sociedade.

### Referências

MORAN, J.M. **A Educação a Distância como Opção Estratégica**. 2011. Acesso em: novembro 2017. Disponível em: [http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao\\_online/estrategica.pdf](http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_online/estrategica.pdf). Acesso em: 05 nov. 2017.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: Editora Unisinos. 2003. p. 58-60.

VALENTE, José A. **Formação de professores para o uso da informática na escola**. Campinas: UNICAMP/NIED, 2003.

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO INSTRUMENTO PARA A SUPERAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA NO BRASIL

Luziane Laurindo dos Santos

Maria do Socorro Soares Bezerra

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições do Programa Bolsa Família no processo de superação da condição de pobreza no Brasil. A metodologia utilizada nesta pesquisa é de cunho bibliográfico, por meio de pesquisas em periódicos científicos, bibliografias e leis correlatas. O Programa Bolsa Família foi criado no ano de 2003, pela Medida Provisória 132, e posteriormente, no ano de 2004, foi convertido em lei através da Lei Federal nº 10.836. O objetivo deste programa é garantir o acesso a alimentos através de transferência de renda pelo governo brasileiro a famílias em situação de pobreza, que atualmente atende mais de 13,6 milhões de famílias. Os resultados da pesquisa indicam que este é fundamental, responsável por garantir alimentos e condições mínimas de sobrevivência, embora e precise ser ampliado para atender mais famílias em situação de vulnerabilidade social. No entanto, é perceptível que esta política pública não propicia, na maioria dos casos, a superação da condição de pobreza das famílias participantes, visto que, em nossa opinião, carecem de ações, principalmente as de cunho de qualificação profissional e geração de renda. Entretanto, há de se reconhecer, que o Bolsa Família é um marco no que se refere às políticas públicas de superação da pobreza no Brasil. Reconhecemos que as discussões em torno da pobreza e principalmente da superação desta, remota os princípios do capitalismo, assim como compreendemos a pobreza como resultante do modelo social e econômico que surgiu com a ruína do feudalismo, denominado capitalismo. Portanto, esta condição social degradante é fruto de um processo socioeconômico estruturado há séculos. No Brasil, as políticas de transferência de renda ainda são consideradas tímidas, mas, há de se reconhecer um avanço considerável no combate à pobreza no país, nas últimas décadas.

**Palavras – chave:** Programa Bolsa Família; Pobreza; Cidadania.

### Introdução

A historiografia brasileira é marcada por desigualdade social, luta e resistência proveniente de um processo colonizador de exploração. Desde então a sociedade sofre com as mazelas de um contexto social, político e econômico excludente.







O sistema capitalista é um dos fatores responsáveis pela má distribuição de renda e o empobrecimento da população. Transformando o indivíduo em “máquinas” incessíveis a necessidade do próximo.

No entanto, há uma necessidade premente do governo agir criando políticas públicas de intervenção social, objetivando diminuir as desigualdades sociais produzidas pelo sistema capitalista.

Durante muito tempo o Brasil trilhou esse caminho com “venda nos olhos” se recusando enxergar a pobreza da sua população, excluindo sua gente pobre das políticas pública.

O histórico das políticas públicas relacionadas à superação da condição de pobreza no Brasil demonstra que nunca houve de fato, ações governamentais sólidas neste sentido, estas sempre foram paliativas e emaranhadas de interesses políticos.

Entretanto, no ano de 2004, o governo assume de fato, um compromisso através da Lei Federal nº 10.836, de enxergar a pobreza como um dos principais problemas do país, e adotar medidas para minimizar tal situação com a transferência de renda para as famílias nesta condição.

Nesse contexto, o artigo proporciona uma análise do Programa Bolsa Família como instrumento para a superação da condição de pobreza no Brasil. Fato justificado pela sua relevância no combate à fome, a miséria garantindo aos cidadãos pobres gozar dos seus direitos sociais.

A metodologia utilizada para a produção do artigo é bibliográfica, através de pesquisa documental em periódicos e legislações relacionados à discussão da temática pobreza e desigualdade social.

O artigo ao discutir a temática, traz uma abordagem sobre os aspectos conceituais de pobreza e cidadania. Posteriormente apresenta um breve histórico dos programas de transferência de renda no Brasil, em seguida traz o foco central da discussão, o programa Bolsa Família, apresentando os efeitos positivos do programa na superação da condição de pobreza no país ao longo desses mais de 10 anos de existência desta política pública.

Objetivamos com esta análise contribuir no aperfeiçoamento deste importante programa do governo Brasileiro, desmitificando a condição de pobreza e as transferências de renda como “presentes a vagabundos”, conforme pensam boa parte da elite deste país.





Visto que, conforme indica Fronza (2010, p.93) é um tema “que inquieta a muitas pessoas por ser direcionado aos pobres e indigentes, àqueles à margem da sociedade com baixa escolaridade, desprovidos de condições para garantirem sua sobrevivência”.

### **Aspectos conceituais: políticas públicas, pobreza e cidadania**

Os principais aspectos conceituais desta pesquisa são: políticas públicas, pobreza e cidadania. É através destes que nos propomos a discutir a temática ora apresentada. Temos a consciência de que a ciência é uma construção social, e que seus conceitos são um reflexo do lugar social do pesquisador na construção do seu pensamento. Neste sentido, fazer ciência é tomar partido de uma determinada situação social e introduzi-la no conhecimento científico a partir de um aporte de conceitos e métodos impregnados de ideologia por parte do pesquisador.

Em relação à discussão sobre política pública, reconhecemos que há diversos entendimentos quanto ao seu conceito. Adotamos a linha teórica segundo Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986), Dye (1984), autores que enfocam no Estado como sendo o agente promotor de atos que influenciam os cidadãos.

A respeito das definições de política pública, apresentamos um conjunto de quatro autores os quais assim os definem: Lynn (1980), como “um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”, para Peters (1986) política pública é “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. De forma simplificada, Dye (1984) definiu como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. E por fim, Mead (1995) conceitua como “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”. E por fim, Laswell (1958), afirmando que esta implica em responder “quem ganha o quê, o porquê e que diferença faz”.

No que se refere à discussão teórica sobre a pobreza, é evidente a existência e inúmeras abordagens, dentre estas as culturalistas, as quais que “situam o pobre como diferente e portador de uma cultura inferior reprodutora da situação de pobreza dos adultos e de seus descendentes” (KATZ, 1989).

Por outro viés, as abordagens estruturais, buscam as explicações da pobreza nas determinações estruturais, constituem campo mais fértil para sua explicação.

Portanto, para este artigo adotamos esta última abordagem, pois compreendemos a pobreza como uma condição estrutural do capitalismo. Estamos partindo da concepção de que a pobreza é fruto da repartição injusta e desigual da renda entre as classes sociais. E que, o





governo tem o papel de através de políticas públicas, como exemplo o programa bolsa família minimizar a condição de pobreza de centena de milhares de famílias marginalizadas em função do modelo de “desenvolvimento” capitalista.

Em relação à questão da cidadania, o autor Dagnino (2004, p. 104), indica que foi o século XXI, o marco no que se refere ao conceito de cidadania, segundo indica o autor ocorreu uma redefinição neste conceito devido a três elementos: a concepção do direito a ter direito; a cidadania dos não-cidadãos; e a invenção de uma nova sociedade que assinala transformações no arcabouço de relações de poder político.

Na percepção de Demo (1997), há formas específicas de cidadania no Brasil, as quais foram desenvolvidas em momentos da história do país. O autor indica a existência de uma cidadania tutelada (com marcas clientelista e assistencialista; a cidadania assistida (sujeitos passivos e obedientes); e a cidadania emancipatória (onde o sujeito tem competência para construir uma história própria e coletivamente organizada)).

É com base nesta última acepção de cidadania apresentada por Demo que este artigo está embasado teoricamente. É nesta perspectiva que pensamos este conceito, como sendo fruto de um processo histórico envolvendo vitórias e derrotas sociais ao longo dos séculos na busca por conquistas de direitos políticos, sociais e individuais.

840

No entanto, ao realizar um resgate histórico a respeito da cidadania, Ribeiro (2007), aponta que esta desenvolveu-se através de acirrados conflitos e conquistas de direitos: a) No século XVIII, os Direitos Civis (liberdade, igualdade, propriedade, ir e vir, vida e segurança): b) No século XIX, os Direitos Políticos (associação e reunião, organização política e sindical, participação política e eleitoral e sufrágio universal): c) No século XX, os Direitos Sociais (trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro desemprego, enfim, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social) (RIBEIRO, 2007, p. 92).

Portanto, observa-se que a discussão em torno da cidadania revela que esta é fruto de um longo processo histórico de lutas. No Brasil, as análises a respeito deste tema aponta que há um longo caminho a ser percorrido para que se possa atingir o que Demo (1997) denomina de cidadania plena, a qual acreditamos, de fato, ser a verdadeira cidadania.

No entanto, há de se reconhecer as dificuldades na implementação de programas de transferência de renda, ocorre, principalmente, devido à falta de sensibilidade da classe política brasileira e empresarial que ao invés de potencializarem esses programas com possibilidades de ampliarem a qualificação, a escolaridade dessas famílias, almejam apenas o





voto, visto que as famílias pobres dependentes de políticas públicas no país correspondem a mais da metade da população.

Por outro lado, lamentavelmente boa parte da sociedade brasileira não entende a pobreza como um problema oriundo do capitalismo, mas, como condição em função da preguiça, dentre outras questões, ligadas a vontade das famílias. Tal situação ao invés de enxergarem os pobres como excluídos pelo sistema econômico social, vítimas, são, vistos como culpados.

### **Breve histórico dos programas de transferência de renda no Brasil**

A transferência de renda no Brasil é um fato recente na história das políticas públicas voltadas para pessoas pobres no país. Segundo Rocha (2011), a década de 1970 é o marco inicial, no entanto, as ações de transferência de renda possuíam visibilidade pequena e abrangência reduzida. No entanto, somente com a promulgação da constituição de 1988, e a regulação da Lei nº 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência social no ano de 1993, a transferência de renda adquire paulatinamente visibilidade à abrangência em relação à quantidade de benefícios.

A década de 1990 é na percepção de Rocha (2011), um momento que o país vivenciou uma proliferação de iniciativas locais de programas de transferência de renda. No entanto, segundo observa o autor, boa parte dos casos não tiveram sucesso em função de restrições financeiras, corrupção e má administração.

No entanto, na percepção de Silva (2003), “o enfrentamento da pobreza no país vem sendo orientado por uma lógica, desarticulada, insuficiente e descontínuo de programas sociais compensatórios”.

Apesar de inúmeras críticas, essas iniciativas produziram efeitos positivos no governo federal, criando no ano de 2001, o programa Bolsa Escola, através da Lei nº 10.219 cujo objetivo era efetuar uma transferência em dinheiro às famílias de crianças e jovens que frequentassem regularmente a escola.

Posteriormente, no ano de 1996, o governo federal criou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, para “este era focalizado nas crianças de 07 a 15 anos que trabalhavam, ou estavam sob o risco de trabalhar em atividades perigosas, insalubres ou degradantes”. JAMBEIRO & SANTOS (2013, p.93).







## O Programa Bolsa Família

Instituído pela Medida provisória nº 132, no ano de 2003, e posteriormente, no ano de 2004 transformado em lei federal nº 10.836 de 2004.

Sobre os desafios que este programa tinha pela frente, Campelo e Neri et al (2014), indicam que:

Em 2003, o Programa Bolsa Família dava seus primeiros passos, tendo á frene um amplo conjunto de desafios [...] era preciso unificar os programas setoriais de transferência de rende existentes, consolidar o cadastro Único para os programas sociais (CadÚnico), criar uma estratégia federal para sua gestão, acompanhara as condicionalidades e garantir a oferta e acesso aos serviços

A percepção a respeito dos desafios do Programa Bolsa Família, na época de sua criação do autor, são idênticas as de Weissheimer (2006) e Jambeiro & Santos (2013. Ambos reconheceram as limitações e sobreposição de inúmeros outros programas de transferência de renda e, como alternativa, indicaram a necessidade de unificação dos programas de transferência de renda, centrados no Programa Bolsa Família.

Conforme indica Weissheimer (2006) havia até o ano de 2003, um sistema de transferência de renda espalhado em vários ministérios com inúmeros condicionantes diferenciados. Nascia na concepção do autor o Programa Bolsa Família, uma espécie de “guarda chuva” a partir da integração e unificação de todos os programas sociais do governo federal em um só.

842

Na percepção de Jambeiro & Santos (2013, p. 94), a situação dos programas sociais no ano de 2003, era a seguinte:

Todos os programas apresentados atuavam de forma sobreposta, com baixa cobertura e muitas limitações administrativas. Funcionava separadamente, uns dos outros, com diferentes cadastros de beneficiarias, tendo seu impacto reduzido sobre a fome, a pobreza e a desigualdade. Nenhum destes programas era universal ou sequer tinha a pretensão de vir a ser.

No ano de 2003, era notório a percepção de inúmeros pesquisadores de politicas públicas o descontentamento em relação a organização dos programas de transferências de renda no Brasil.

Fato interessante, é que exatamente, nesse emaranhado de críticas, surge o Programa Bolsa Família, e em poucos meses, a este foi anexado todos os demais programas de transferência de renda que o governo federal dispunha.

Visando uma ampliação e melhoria no atendimento, em seu O Programa Bolsa Família, lei nº 10.836, de 2004, em seu artigo 01, parágrafo único, unificou todos os demais





programas que o Governo Federal desenvolvia na época: o Programa Nacional de Renda Mínima – Bolsa Escola, Lei nº 10.219 do ano de 2001, o Cadastro Único do Governo Federal, Decreto nº 3.877 de 2001, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde – Bolsa Alimentação, Medida Provisória nº 2.206-1 de 2001, o Programa Auxílio Gás, Decreto nº 4.102 de 2002 e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – Fome Zero, Lei nº 10.689 de 2003.

O Programa Bolsa Família, ao incorporar os demais programas do Governo Federal, segundo Jambeiro & Santos (2013, p. 94), pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- 1) promoção do alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias;
- 2) reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social por meio do cumprimento das condicionalidades;
- 3) integração com programas complementares, que visa capacitar às famílias de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Fica evidente um conjunto de objetivos que o programa se propõe no sentido de aliviar a fome no país, atacando-a sob diversos aspectos, como por exemplo, instituindo medidas envolvendo as áreas de educação, saúde e assistência social.

No que tange as condicionalidades do programa, Jambeiro & Santos, (2013) indica que o foco está concentrado nas áreas da saúde, educação e assistência social, acompanhamento do calendário vacinal, pré-natal, exigência de matrícula e frequência superior a 80% de crianças e adolescentes nas escolas. Em relação assistência social, exigência de frequência mínima de 85% relativa aos serviços socioeducativos envolvendo crianças e adolescentes.

### **Efeitos positivos do programa bolsa família na superação da pobreza**

Ao realizarem uma análise do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, no contexto da gestão das políticas públicas, em especial das políticas sociais, Jambeiro & Santos (2013, p.102), apontaram as seguintes observações:

[...] o Programa Bolsa Família ainda está longe de ser um programa de desenvolvimento social sustentável, no entanto, vem marcando a atuação do governo federal na área social, transformando-se num instrumento valioso, com implicações econômicas e sociais para o enfrentamento da pobreza massificada no Brasil.





Nota-se que há um reconhecimento por partes dos autores em relação aos inúmeros fatores limitantes que o programa enfrenta ao longo de sua criação, no entanto, ambos são enfáticos ao indicarem que o mesmo é importante no que tange ao enfrentamento da fome no país.

Zimmerman (2006, p.155), ao analisar os programas sociais de transferência de renda no Brasil e comparar com o Programa Bolsa Família, afirmar que “ocorreu um avanço significativo no combate à fome no Brasil. Esse Programa tem possibilitado uma melhoria na alimentação de muitas famílias pobres brasileiras”.

Embora reconheçam o potencial do Programa Bolsa Família na redução das desigualdades socioeconômicas e da fome, Monteiro & Schmidt (2014, p.96), observam que é necessário o aperfeiçoamento do programa, ambos os autores indicam a necessidade de investimentos emergências na melhoria da saúde e educação, além da geração de trabalho e renda. Por fim, os autores indicam que “todas essas ações devem ser realizadas com a finalidade de promover a emancipação e a equidade socioeconômica, possibilitando os avanços sociais e o pleno exercício da cidadania”.

Ao analisarem o perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças no período de 2003 a 2011 Souza & Osório (2014) observaram que nesse período a renda per capita brasileira cresceu mais de 40% , saindo dos R\$ 550,00 para pouco mais de R\$ 770,00; e a desigualdade média diminuiu 9,2%, seguindo o coeficiente de Gini. Houve um recuo da extrema pobreza de 8% para pouco mais de 3%, e em relação à pobreza esta recuou de 16% para 6%.

844

Há inúmeros estudos de caso, em diversos estados brasileiros que comprovam uma melhoria na alimentação por parte dos beneficiários do programa, um exemplo é a análise de Assunção, et al (2012), no estado de Pernambuco, onde foi observado o impacto deste programa na alimentação de famílias de pescadores artesanais.

Segundo a autora, a maioria do dinheiro oriundo do programa Bolsa família são gastos principalmente com a compra de alimentos, sinalizando possíveis mudanças na alimentação das famílias relacionadas com o recebimento do benefício, devido à inclusão de itens que antes não tinham condições para adquirir, conforme indica:

O recebimento do programa Bolsa Família propiciou o aumento do consumo de proteínas, vegetais (10%), como feijão e trigo, do consumo de frutas e verduras (10%) e impactou, de forma ainda mais expressiva, no aumento na quantidade de produtos consumidos (20%). (ASSUNÇÃO, 2012, p. 347).





Logo, fica perceptível conforme indica a autora que o benefício permitiu o consumo de forma constante e contínua de alimentos considerados básicos no dia a dia, como o feijão, o arroz e as carnes.

Assim, a autora indica que “a pesquisa desmitifica o discurso de que Bolsa Família seja apenas de cunho assistencialista”, ao esclarecer que “o benefício tem suprido necessidades concretas na área de segurança alimentar deste contingente populacional – os pescadores artesanais”. (ASSUNÇÃO, 2012, p. 349).

Em outro estudo de caso, Rego et al, (2013) avaliou as possíveis mudanças ocorridas nas mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, seu estudo foi localizado nas partes do alto sertão de Alagoas, Vale do Jequitinhonha (MG), interior do Piauí e Maranhão. Os resultados desta pesquisa indicam que:

A renda monetária na forma de Bolsa Família provoca alterações e impacta as vidas das pessoas, especialmente das mulheres. Contudo, o fato de serem destinatárias de semelhante rendimento não as retirou da condição de pessoas pobres, claro que não, mas elas percebem a diferença de serem reconhecidas pelo Estado das mais diferentes formas. Primeiro, a aprovação do cartão em seu nome dota-as de responsabilidade perante sua família e o Estado. Segundo, sentem que a vida se torna diversa com o recebimento de uma renda regular – de modo geral, elas desconheciam a experiência da regularidade. Isto traz para suas vidas várias modificações, inclusive aquela de aprender a lidar com o dinheiro para programar o sustento da família durante o mês inteiro. Outro fato que as leva a considerar positivamente a bolsa é ter conseguido conquistar a confiança dos comerciantes e das pessoas da localidade. Ser uma pessoa confiável é um valor importante, nestas paragens. Por outro lado, ser objeto de desconfiança, sobretudo para as mulheres, implica sentimentos muito negativos, além de grande sofrimento pessoal, pois impõem muita vergonha e humilhação. (REGO, 2013, P. )

845

Mesmo reconhecendo que os recursos ainda são insuficientes, o autor evidenciou uma profunda melhoria na alimentação das famílias beneficiadas, reconhecendo um papel importante da mulher, a qual passa a ter mais visibilidade social nas comunidades por poder contar com uma renda mensal em seu nome, dando-lhes crédito local perante os pequenos comerciantes.

Pires (2013), ao analisar os efeitos do Programa Bolsa Família no semiárido nordestino, especialmente no que diz respeito à alimentação das crianças, apresenta a seguinte conclusão:

O programa Bolsa Família contribui enormemente para o sentimento de dever materno cumprido, já que agora podem, além de garantir a subsistência, ceder aos prazeres de consumo infantis, o que certifica o cuidado e carinho pela criança [...] houve um aumento do consumo de todos os gêneros alimentícios como consequência do programa Bolsa Família, mas que quanto mais dependente do benefício a família é, mais significativo é o aumento do consumo de cereais, açúcares, feijões e carnes, nesta ordem. (PIRES, 2013, p.139)







A percepção de Pires (2013), no que se refere aos efeitos positivos do programa Bolsa Família na melhoria da alimentação ocorre em função da bolsa oferecer a oportunidade de acesso a alimentos que antes eram inacessíveis, principalmente no que se refere às carnes, consideradas artigos de luxo para as famílias.

Em relação aos efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família, Neri, et al (2014) concluiu que este tem um efeito consideravelmente. Segundo o autor, à medida que o governo aumenta os gastos com o Programa Bolsa Família, conseqüentemente há aumento na atividade econômica. Conforme simulou que o aumento de 1% neste programa resultaria em 1,78% no crescimento da atividade econômica nacional.

Conforme podemos observar, nos estudos de Jambeiro & Santos (2013), Zimmerman (2006), Monteiro & Schmidt (2014), Souza & Osório (2014), Assunção, et al (2012), Rego et al, (2013), Pires (2013) e Neri, et al (2014), o programa Bolsa Família impactou positivamente na melhoria da qualidade de vida dos excluídos no Brasil.

Ambos os autores evidenciaram o aumento de alimentos e a melhoria na alimentação das famílias beneficiadas pelo programa, ao salientarem que estas estão tendo condições de comprarem itens que jamais conseguiriam ter na mesa. A merenda escolar tida como a mais importante refeição até pouco tempo para milhares de crianças, já não é mais, pois o alimento chegou à mesa destas famílias, mesmo que ainda em quantidades consideradas insuficientes.

846

De uma maneira geral, é possível sim, indicar que o Programa Bolsa família, apesar de inúmeras necessidades de aprimoramentos, no que se refere a sua gestão, fiscalização, ampliação e aumento no valor da bolsa, vem apresentando importantes resultados no que se refere ao acesso a alimentos, reduzindo significativamente a fome e além do mais, garantindo a presença de milhares de crianças pobres na escola.

### **Considerações finais**

As discussões em torno da pobreza e principalmente da superação desta, remota os princípios do capitalismo na Europa. Seguimos a linha teórica que vincula a pobreza a este modelo social e econômico que surgiu com a ruína do feudalismo. Portanto, esta condição social degradante é fruto de um processo socioeconômico estruturado há séculos.

No entanto, com a intensa luta histórica por direitos sociais e posteriormente, com as mudanças em torno da amplitude da cidadania, agora pensada numa conjuntura plena. Há inúmeros ações implementadas pelo governo na forma de políticas públicas no intuito de minimizar as mazelas sociais produzidas pelo capitalismo.





No Brasil, as políticas de transferência de renda ainda são consideradas tímidas, visto que há uma infinidade de famílias carentes de assistência. No entanto, há de se reconhecer um avanço considerável no combate à pobreza no país nas últimas décadas.

Apesar das inúmeras críticas, o Programa Bolsa Família vem tendo êxito ao retirar milhares de famílias da condição de miséria. Mesmo com valores considerados insuficientes, o programa é reconhecido por oferecer condições para as famílias beneficiadas acessarem alimentos básicos no dia a dia e assim, reduzir significativamente a fome no país.

Portanto, reconhecemos que há um longo percurso no que tange a melhoria deste programa, no entanto, há de se observar que este é sim, extremamente importante e necessário para garantir o controle da fome no Brasil.

Há de se considerar que um país que realmente almeja reduzir seus indicadores de pobreza precisa potencializar principalmente à educação, ampliar o acesso a saúde, a cultura, e ampliar as políticas públicas.

A nosso ver, o Brasil está na contramão desse processo, enquanto boa parte dos países investem fortemente em educação, o nosso país realiza cortes orçamentários, inviabilizando e comprometendo os tímidos resultados educacionais alcançados até então.

A população não necessita somente de alimentos, mas, também, de cultura, de lazer, acesso à saúde. A fome não é só de comida, é de conhecimento também. Somente com educação de qualidade aliada a políticas públicas consistentes, como o Bolsa Família, pensamos ser possível reduzir significativamente a pobreza no Brasil.

847

### Referências

ASSUNÇÃO, V. K. et al. **Comer mais e melhor: os impactos do programa Bolsa Família na alimentação de famílias de pescadores artesanais de Pernambuco.** Amazônica Revista de Antropologia. V.04, n. 02, p. 338-353, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 22 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe Sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em 01 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.836** de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm). Acesso em 01 de setembro de 2017.





\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Manual operacional do PETI**. Brasília, DF, 2000.

CAMPELO, T; NERI, M. C. (ORG.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2014.

DAGNINO, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984

FRONZA, P. **Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento a pobreza**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em serviço social. PUC: Porto Alegre, 2010.

JAMBEIRO, M.M.A. & SANTOS, V. D. **Programa Bolsa Família: Política Social ou Assistencialismo?** Cairu em Revista, ano 02, nº02. Jan. 2013.

KATZ, M. B. **The Undersrving Poor. From War on Poverty to the War on Welfare**. New York: Pantheon Books, 1989.

LASWELLLaswell, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LYNNLynn, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

MEAD, L. M. **“Public Policy: Vision, Potential, Limits”, Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.

MELO, H. P. **Gênero e pobreza no Brasil: relatório final do Projeto Governabilidade Democrática de Género en America Latina y el Caribe**. Brasília: CEPAL; 2005.

MONTEIRO & SCHMIDIT, **O Programa Bolsa Família no contexto da segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Revista saúde & transformação social. v.5, n 3, 2014.

NERI. M. C. et al. **Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais**. In: CAMPELO, T; NERI, M. C. (ORG.) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2014.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PIRES, F. F. **Comida de criança e o programa Bolsa Família: moralidade materna e o consumo alimentar no semiárido**. Política e Trabalho, Revista de Ciências Sociais, n.38, p.123-135, 2013.

REGO, W. D. L. et al. **Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Bolsa Família**. Política e Trabalho, Revista de Ciências Sociais, 38, p.21-42. 2013.

RIBEIRO, Eveline Alves. **Significados de pobreza, assistência social e cidadania**. Fortaleza: Ed. UniCeará, 2007.

ROCHA, S. **O programa Bolsa Família evolução e efeitos sobre a pobreza**. Revista Economia e Sociedade, v. 20 n.1 (41), p.113-139, abr. 2011.





SILVA, M. O. da S. **O debate sobre a pobreza: Questões teórico-conceituais.** Revista de Políticas Públicas, v. 6, n. 2, p. 65- 102, 2002.

\_\_\_\_\_. **A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil.** Revista de Políticas Públicas, v.7, n. 2, p. 233-253, 2003.

SOUZA, P. H. G. F. et al. **O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011.** In: CAMPELO, T; NERI, M. C. (ORG.) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2014.

ZIMMERMANM, C. R. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família no governo Lula no Brasil.** Revista internacional de direitos humanos. nº 4, ano 03, p. 144-159, 2006.

WEISSHEIMER. M. A. **Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

